

História  
da  
Universidade Católica Portuguesa

**Título** História da Universidade Católica Portuguesa  
**Coordenador** Manuel Braga da Cruz  
**Coleção** Vária

© Universidade Católica Editora

**Revisão Editorial** António Brás  
**Capa** Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS  
**Conceção gráfica** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.  
**Depósito Legal** 446533/18  
**Data** outubro 2018  
**Tiragem** xxx exemplares

**ISBN** 9789725406229

Universidade Católica Editora  
Palma de Cima 1649-023 Lisboa  
Tel. (351) 217 214 020 | Fax. (351) 217 214 029  
uce@uceditora.ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt



---

HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
História da Universidade Católica Portuguesa / coord. [de] Manuel Braga da Cruz. – Lisboa : Universidade Católica Editora, 2018. – 768 p. ; 24 cm. – (Vária). – ISBN 9789725406229  
I – CRUZ, Manuel Braga da, coord. II – Col.  
CDU 378.4(469) Univ. Cat. Port. (091)

MANUEL BRAGA DA CRUZ  
(COORD.)

História  
da  
Universidade Católica Portuguesa

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA  
LISBOA 2018



*“a UCP, o maior empreendimento  
da Igreja em Portugal no após-Concílio”*

D. Eurico Dias Nogueira,  
Arcebispo de Braga (1987)



# Prefácio

Isabel Capelo Gil

*Reitora*

Instituída em 1967, pelo decreto da Santa Sé *Lusitanorum Nobilissima Gens*, a Universidade Católica Portuguesa conseguiu em pouco menos de 50 anos assumir-se como uma das mais destacadas universidades portuguesas. “Com prudente gradualidade”<sup>1</sup>, segundo a expressão consagrada da Congregação para a Educação Católica na fundação da universidade, é inquestionavelmente uma universidade de elevadíssima projeção no espaço de ensino superior português, reconhecida pela liderança, pela inovação das suas propostas e por um serviço público ao serviço do País, da ciência, da capacitação profissional e do desenvolvimento social e económico.

Este percurso, que a torna hoje uma das Universidades Católicas mais reconhecidas do mundo, é certamente notável, tanto mais que nada lhe foi oferecido sem luta, e os seus óbvios sucessos se deveram à persistência, ao serviço, ao visionarismo, à criatividade e ao cosmopolitismo daqueles que em diversas capacidades a dirigiram, projetaram, geriram, nela ensinaram, investigaram, aprenderam. A obra que agora é dada à estampa não faz a história das glórias, mas sim a história dos processos e dos atores.

Em 50 anos, muito há de facto de história monumental, sobretudo atentando à transição gradual de uma base de ciências sociais e humanidades para as ciências e engenharias, para as artes e, a perfilar-se no futuro para a Medicina. Mas a monumentalidade decorre em grande parte da tenacidade dos atores, docentes, investigadores e *alumni* – como o Nobel da Paz, D. Ximenes Belo. A história faz-se de visão e ação, congrega perspetivas distintas e concretamente demonstra a universidade como matéria inacabada. Assim o assinalava, aliás, D. José da Cruz Policarpo, no seu discurso final à universidade em outubro de 1996, assegurando que a universidade se assemelhava aos blocos de pedra arrancados à montanha que Miguel Ângelo deixara incompletos, sugerindo figuras em emergência, rebentando da pedra. As quatro figuras aprisionadas nestes blocos – e a que a história de arte chamou os escravos ou prisioneiros de

---

<sup>1</sup> Sugerida em nota da Congregação para a Educação Católica ao Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, de 1 de outubro de 1968.

Miguel Ângelo – representariam justamente nessa irrupção e incompletude, a Universidade Católica, no que tinha de sonho, mas também de sofrimento, o que o levava a denunciar desde logo e cito “quantos se queiram rever nela como obra perfeita”<sup>2</sup>.

Por isso, não somos obra perfeita, somos projeto, e risco. Evoluir, crescer, significa arriscar e é desse risco consciente que esta *História da Universidade Católica Portuguesa* se faz eco, apresentando na primeira pessoa visões empenhadas na construção da história da UCP. Abrangendo o tempo dos fundadores e a construção da UCP, até ao final do mandato reitoral que termina em 2016, apresenta uma súpula narrativa sobre os factos e a vontade, caminhos trilhados e outros desejados e também as razões que substanciaram opções tomadas. Dizia Hegel que sem uma razão e ponto de vista, a história seria mera imaginação. Ora é justamente este percurso complexo, e a sua racionalidade, que a obra regista, coordenada pela mão sólida de Manuel Braga da Cruz, Reitor entre 2000 e 2012, e observador privilegiado do desenrolar e do fazer da história da UCP, a quem agradeço o labor cuidado e persistente neste percurso narrativo.

Com a *História da UCP* assinalam-se fases maiores da construção de uma instituição basilar da capacitação do País, desde os fundadores, que lhe deram robustez institucional e jurídica e traçaram as grandes linhas do seu desenvolvimento, aos visionários que a expandiram e fizeram crescer, em Portugal, e depois em Macau, aos construtores que robusteceram o projeto académico, a profissionalizaram e modernizaram. Hoje, postulam-se novos desafios no horizonte, associados à transformação digital, ao fortalecer da componente tecnológica e de ciências da saúde, e com um forte investimento num modelo de investigação claramente orientado para a resolução de problemas complexos, e integrando as oportunidades e as ameaças colocadas pela inteligência artificial, *Big Data*, e novos modelos de ensino e investigação apoiados em base crescentemente tecnológica. A UCP prepara esta transformação, abrindo-se à mudança sem descuidar os princípios éticos definidores da orientação humanista e tão necessários para que não só a nossa universidade, mas toda a humanidade, não tenham só história, mas também futuro.

---

<sup>2</sup> Discurso de D. José Policarpo à UCP, 14 de outubro de 1996.

## Introdução

# Origem e razão das Universidades Católicas

Mário Fernando de Campos Pinto

*Professor Catedrático Jubilado do ISCTE e da Universidade Católica Portuguesa*

“Nascida no coração da Igreja, a Universidade Católica insere-se no sulco da tradição que remonta à própria origem da Universidade como instituição, e revelou-se sempre um centro incomparável de criatividade e de irradiação do saber para o bem da humanidade. Pela sua vocação, a ‘Universitas magistrorum et scholarium’ consagra-se à investigação, ao ensino e à formação dos estudantes, livremente reunidos com os seus mestres no mesmo amor do saber. Ela compartilha, com todas as outras Universidades, aquele ‘gaudium de veritate’, tão caro a Santo Agostinho, isto é, a alegria de procurar a verdade, de descobri-la e de comunicá-la em todos os campos do conhecimento. A sua tarefa privilegiada é ‘unificar existencialmente no trabalho intelectual duas ordens de realidade, que muito frequentemente se tende a opor como se fossem antitéticas: a investigação da verdade e a certeza de já conhecer a fonte da verdade’.”

Constituição Apostólica do Papa João Paulo II,  
“Ex Corde Ecclesia”, sobre as universidades católicas

## **O projeto da Universidade Católica Portuguesa como reintegração da universidade**

1. A Universidade Católica Portuguesa nasceu do desígnio e da conceção da Igreja Católica Portuguesa, da sua hierarquia e do seu povo, obviamente em comunhão com a autoridade romana da Igreja Católica. A fundação canónica inicial da Universidade Católica Portuguesa, por decreto da Congregação da Educação Católica datado de 1967, só em 1971 obteve o reconhecimento oficial do Estado Português, ao abrigo da Concordata, pelo Decreto-Lei n.º 307/71. E foi confirmada em novo decreto canónico, de 1971, sendo neste segundo documento canónico expressamente constituída por três Faculdades, de Teologia, de Filosofia e de Ciências Humanas.

É sabido que, tanto a teologia, como a filosofia, como ainda outras ciências humanas, integraram substantiva e livremente a tradição multissecular da

universidade europeia, que nasceu espontaneamente das escolas catedrais da Igreja Católica, assumindo depois (por costume) uma evolução universitária (“universitas ex-consuetudo”), só posteriormente recebendo o reforço da “universitas ex-privilegio”, à imitação daquela primeira mas agora instituída por bula papal ou decreto real, sempre inspirada numa conceção cristã da vida e do mundo, que integrou o melhor do humanismo clássico grego e romano.

No ano de 1988, os reitores das universidades europeias, reunidos em Bolonha para comemoração dos 900 anos da Universidade de Bolonha, em número superior a 500 e entre os quais o Reitor da Universidade Católica Portuguesa, assinaram uma declaração, que foi intitulada como “Magna Carta das Universidades”, onde se diz expressamente que a Universidade é “depositária da tradição do humanismo europeu” (Princípios fundamentais, n. 4) – humanismo europeu este que, como é facto histórico indelével, se radicou bimilenarmente na doutrina cristã. Entre nós, podemos ainda hoje ver bem comprovada a inspiração original cristã da universidade europeia na insígnia da mais antiga das nossas universidades, a Universidade de Coimbra: insígnia que é uma imagem da Sagrada Sabedoria bíblica, envolvida por uma legenda extraída do *Livro dos Provérbios*, de Salomão (cap. 8, vers. 15), em língua latina: “Per me reges regnant et legum conditores justa decernunt.” Que se pode traduzir assim: “É por mim que os reis reinam e os magistrados aplicam as leis com justiça.”

## **A “oficialização” política pombalina da multiseular universidade europeia**

2. Ora, não havia nenhuma legítima e boa razão para que, no contexto histórico setecentista da Ilustração, a multiseular tradição da universidade fosse sufocada pela força política, enquanto se mantivesse autónoma e livremente perfilhada no seu seio e na sociedade civil ao seu redor. Não obstante, o poder político de então, movido por um desígnio jacobino “avant la lettre”, impôs uma reforma ideológica à universidade, que assim ficou politicamente oficializada. Foi o que sucedeu entre nós com a chamada reforma da Universidade pelo Marquês de Pombal. Tratou-se obviamente de uma instrumentalização do autêntico pensamento do Iluminismo, no seio do qual se desenvolvia uma feliz teorização do direito natural e dos direitos humanos fundamentais de liberdade – e foi por isso que, a essa instrumentalização política, assentou muito bem o nome pelo qual ficou historicamente designada: “despotismo de Estado iluminado”. Como é evidente, em vez de uma reforma imposta pela força, poderia o poder político ter subsidiariamente promovido uma reforma mais plural da universidade, ou a criação de novas universidades, segundo outras orientações e

respeitando as antigas – e com isso teria aberto uma nova época de pluralismo universitário. Mas não, a nova época que preferiu abrir foi a do monopólio de um ensino *oficial* de Estado.

### Ensino oficial de Estado

3. De facto, pode-se em verdade dizer que a reforma pombalina inaugurou em Portugal o monopólio do *ensino oficial de Estado*. Significando-se, por esta expressão, num sentido restrito que é jacobino, o ensino em estabelecimento estatal, por oposição a ensino em estabelecimento da iniciativa e direção de pessoas individuais ou coletivas civis, por exemplo, cooperativas, fundações, associações, sociedades empresariais, o qual também pode ser público, em sentido próprio. Entre nós, hoje, o ensino escolar destas entidades não estatais é chamado “particular e cooperativo”; mas ele é normalmente público: enquanto aberto ao público, enquanto pertencente à “esfera pública”, e porque, ainda por cima, é legalmente reconhecido como “de interesse público”<sup>1</sup>, e não apenas de “interesse particular”.

O que evidentemente significou a reforma pombalina foi que o ensino universitário, que até aí era autónomo<sup>2</sup>, embora pudesse gozar de tutelas, reconhecimentos, apoios e privilégios concedidos pela Igreja e pela ordem política estadual, passou a ser sujeito ao poder discricionário dos Governos políticos, portanto transformado em ensino *oficioso* ou *oficial* de Estado. No espírito de Pombal, veio mesmo a ser expressamente chamado de “ensino oficial” – e esta qualificação política e jurídica chegou a entrar na primeira versão da Constituição Portuguesa de 1976, em que, usando a terminologia (*oficial*) que vinha do salazarismo, o art. 75.º dizia assim abertamente: “O Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população.” A este propósito, já o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ainda sob o Estado Novo, escrevera lapidarmente assim: “Uma das maiores desgraças da nossa Pátria – poderíamos talvez afoitamente dizer, a maior desgraça da nossa Pátria – é que o Estado considerou função sua a instrução e educação [...] e a Nação deixou-se convencer [...] A coisa começou pela Universidade e vai avançando pelos diversos escalões, conforme estes assumem interesse político.”<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Cf., designadamente, arts. 2.º e 3.º da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, Lei n.º 9/79; e arts. 1.º, 2.º e 55.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86.

<sup>2</sup> Note-se que, no n.º 2 do art. 76.º, a atual Constituição Portuguesa consagra a autonomia da Universidade.

<sup>3</sup> D. António Ferreira Gomes, *Antologia do seu pensamento*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, vol. 3, s.d. (1990?), p. 31.

Nesta irresponsível sentença de D. António Ferreira Gomes, ficou claramente condenada a dolosa confusão jacobina entre interesse “público” da Sociedade Civil e interesse “político” de Estado.

### **A questão ainda atual do Estado-educador**

4. Deste modo, a reforma pombalina da universidade recriou, em novos termos e em novas circunstâncias, a velhíssima prática dos abusos do poder político, que ainda hoje se mantém em formas ínvias e mais sofisticadas: a da interferência ideológica do poder político na cultura, na ciência e na educação, atividades humanas estas enraizadas em dimensões íntimas e invioláveis da inteligência e da consciência das pessoas humanas, medularmente pertencentes à sua liberdade interior e social, e não pertencentes ao Estado. Como é por si evidente, segundo a boa doutrina do Estado de Direito, baseado na “Lei” dos direitos humanos fundamentais, é o cidadão, pelo exercício pessoal (individualmente ou em associação civil) dos seus direitos fundamentais de liberdade, que em rigor deve avaliar e “educar” o Estado, e não o inverso. Sendo sempre e necessariamente, a educação, uma livre escolha pessoal de autorrealização (da pessoa humana), os órgãos e serviços do Estado restam, por definição, neutros e imparciais, como garantia que são do livre exercício pessoal dos direitos humanos de liberdade. Mormente quando se trata dos direitos de aprender e de ensinar, exercidos na liberdade de escola. Não pode, por isso, o Estado substituir-se ao exercício pessoal das liberdades humanas de ensinar, e nem sequer pode limitar ou discriminar esse exercício segundo as suas preferências políticas e administrativas. Tal como enfaticamente impõe a Constituição Portuguesa, por palavras que dificilmente poderiam ser mais incisivas, e que de facto não são respeitadas pelas políticas públicas de educação escolar: “O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (cf. n.º 2 do art. 43.º da CRP).

### **O jacobinismo do Estado Português no ensino escolar**

5. Efetivamente, esta expressa proibição de Estado-educador, que de resto se impõe por si mesma em qualquer conceção de Estado de Direito Democrático “baseado na dignidade da pessoa humana” (como se diz expressamente logo no artigo 1.º da atual Constituição Portuguesa), tem vindo a ser violada pelo Estado português, por dois séculos, na continuidade do espírito despótico da reforma pombalina, paradoxalmente glorificado ao longo dos tempos por uma “opinião de Estado”, sempre autoalimentada por uma campanha oficiosa de propaganda

ideológica<sup>4</sup>. Aliás estrondosamente iniciada pelo próprio Pombal, no contexto do despotismo iluminado régio<sup>5</sup>. Depois continuada pelo jacobinismo maçónico, quando senhor do poder político de governo durante a monarquia constitucional<sup>6</sup>; e ainda depois, já republicano laicista na nossa Primeira República.

Na Segunda República, do Estado Novo, o pombalismo não foi oficialmente glorificado; mas a estátua de Pombal, na rotunda do mesmo nome, antes encomendada, foi significativamente inaugurada sob o governo de Salazar – que a não mandou destruir, como fizeram mais tarde, à estátua dele, os herdeiros do espírito pombalino. E a verdade é que o salazarismo, em certo sentido paradoxalmente, não introduziu uma clara rutura de continuidade com a tradição iluminista-pombalina e jacobina-republicana da escola de Estado, tendo “de facto” e contra a Constituição praticado uma doutrina de Estado-educador regalista, e sufocado o ensino civil e da Igreja<sup>7</sup>.

Chegados à Constituição Política da Terceira República, só após a revisão constitucional de 1982 se excluiu, da “Constituição Educativa”, a doutrina do monopólio do *ensino oficial* de Estado-educador – que, apesar da flagrante contradição com a proclamação das pessoais liberdades fundamentais de aprender e de ensinar e com a proibição constitucional de o Estado programar a educação, se tinha consagrado no primitivo artigo 75.º, que vale a pena citar inteiramente: “(1) O Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais que cubra as necessidades de toda a população. (2) O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público.”

---

<sup>4</sup> Escandalosamente, esta prática inconstitucional continua em nosso tempo, alimentada por uma propaganda jacobina e maniqueia da “escola pública” contra a “escola particular e cooperativa”, que se manifesta sem pudor em sucessivos episódios políticos, dos mais chocantes. Mormente através de constantes proclamações *partidárias* dos próprios Governantes, em defesa da “escola pública”, implícita e claramente contra a “escola privada” (quando a verdade é que ninguém ataca a *escola pública*, e o que se critica é a discriminação *entre os alunos das escolas públicas e os das escolas privadas*), com chocante desprezo pela democracia pluralista, consagrada na nossa Constituição, e pelos direitos humanos fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU — como por exemplo no caso histórico do então Primeiro-Ministro Sócrates, que disse isto, textualmente, em debate televisivo (contra Paulo Portas), sobre a liberdade de escolha da escola: “a liberdade de escolha [da escola] é pura demagogia”.

<sup>5</sup> Recordem-se as pomposíssimas cerimónias da inauguração da reforma, transformadas numa glorificação política de Pombal.

<sup>6</sup> Documento muito expressivo da gravidade e da dificuldade política da questão é o das reflexões do Rei D. Pedro V, sobre o ensino público e privado. V. este interessante texto no livro de Maria Filomena Mónica, “D. Pedro V”, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2005.

<sup>7</sup> Além da recusa no reconhecimento jurídico de uma universidade católica, o regime de Salazar nunca apoiou o ensino privado, muito pelo contrário.

Porém, se mudou a Constituição e mudou ainda a legislação que a desenvolve e aplica, que é concordante com a Constituição, continuam as escandalosas práticas governativas que discriminam os alunos das escolas criadas pela iniciativa dos cidadãos, no confronto com os alunos das escolas do Estado, por via do monopólio do financiamento público concedido à rede escolar do Estado. Porque a gratuidade do ensino não é devida às escolas, mas aos alunos.

## A história dos resultados do jacobinismo escolar

6. Atualmente, a historiografia já retificou a tradicional versão política oficiosa sobre a bondade da reforma pombalina<sup>8</sup>. E, em verdade, a história não fornece razões para uma glorificação dos efetivos resultados das políticas estaduais pombalinas e pós-pombalinas, no âmbito da ciência e da educação universitárias: até mesmo ao fim do salazarismo, a crítica às políticas estaduais sobre a universidade foi constante – enquanto o Estado lucrou sempre muito, em poder político de influência e dominação, pela hegemonia que exerceu sobre a universidade, a partir da oficialização pombalina. Nas últimas décadas do século XIX, cem anos depois da reforma pombalina, Eça de Queirós caricaturava negativamente, como bem se conhece, no “Projeto de reforma do ensino” do Conde de Abranhos, os típicos produtos que então saíam da universidade portuguesa. Até ao fim do salazarismo, a crítica à política sobre a universidade portuguesa continuou a ser predominantemente negativa<sup>9</sup>. Como ficou destacadamente documentada nas análises de Miller Guerra e Adérito Sedas Nunes, nos anos sessenta, e até às vésperas da queda do regime, na famosa tese de que “as universidades não se autorreformam”<sup>10</sup>. A verdade, porém, é que o facto então pressuposto era o de universidades oficiais ou oficiosas de Estado: de funcionários públicos, ainda que ilustres e honrados, sujeitos ao dirigismo é às censuras políticas de Estado – e não o de universidades verdadeiramente autónomas. E por isso é que o problema então levantado se autodefinia expressamente como “problema político” – Sedas Nunes tituló a questão exatamente por estas palavras: “O problema político da universidade.” Nesse contexto, era compreensível concluir, como efetivamente se

<sup>8</sup> V., a propósito, Jorge Buesco, *Matemática em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2012. Sobre a reforma pombalina, v. Eduarda Cruzeiro, in <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029550B7xEB9pj4Ht43DJ4.pdf>.

<sup>9</sup> Para uma das últimas análises sobre a longa crise da universidade portuguesa, já no termo do Estado Novo, cf. Adérito Sedas Nunes, *A situação universitária portuguesa*, 1971.

<sup>10</sup> Cf. J. P. Miller Guerra e A. Sedas Nunes, *A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões*, in A. S. Nunes, org., *O problema político da Universidade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1970.

concluiu, que “a universidade só se reforma a partir de mandatos exteriores bem explícitos”. Tratando-se de “universidades públicas”, sujeitas à tutela estadual e sempre suportando o dirigismo oficioso e as purgas de Estado, a universidade não se podia “autorreformar” precisamente porque não era “autonómica”; e só podia ser reformada “a partir de mandatos exteriores bem explícitos”, precisamente porque vivia dependente de “mandatos exteriores bem explícitos”. A verdadeira questão era então, e continua a ser, a da autonomia das universidades, perante as políticas de Estado. E o que agora não se diz, mas devia ser dito, é que esta situação paradoxal ainda se mantém, embora em grau e termos diferentes, implícita nas políticas públicas da educação e da investigação, seja dos governos nacionais, seja até no (subsidiário) âmbito europeu – como se prova com o tremendo “Processo de Bolonha”, que veio introduzir uma uniformização internacional centralista nas universidades, a pretexto de uma equivalência formal de diplomas oficiais. A atual Constituição Portuguesa consagrou expressamente a autonomia das universidades – sob reserva de lei (note-se bem), e na dependência “de adequada avaliação da qualidade do ensino” (cf. CRP, art. 76.º). Mas de facto elas não são suficientemente autónomas: não o são suficientemente as *públicas* quase gratuitas, porque dependem da tutela das políticas públicas da ciência e da investigação, bem como da subsídio orçamental anual do Estado; e muito menos o são as *privadas*, porque, discriminadas pelo Estado, tanto na regulação legal da sua autonomia como na subsídio pelos impostos, são obrigadas a cobrar integralmente propinas e, por isso, sujeitas a uma concorrência desleal das universidades estaduais quase gratuitas.

## O Estado-educador no iluminismo de Ribeiro Sanches

7. Para ilustrar de modo sugestivo, ainda que muito brevemente, o gérmen da ideologia pombalina sobre a universidade – que aliás se tem mantido como uma espécie de vírus mutante –, citaremos da obra de uma das personalidades mais influentes em todo o processo histórico pombalino da reforma universitária e anticlerical: Ribeiro Sanches. Como é sabido, Ribeiro Sanches foi um português do século XVIII (1699-1783), que, desde os seus 27 anos, viveu em países estrangeiros, numa carreira de médico ilustre, mas também escrevendo em defesa das ideias do despotismo iluminado, tendo inspirado, segundo essa orientação, as reformas pombalinas. Os escritos de Ribeiro Sanches, no âmbito da questão do ensino, mostram que a sua argumentação era sobretudo regalista, como advogado de defesa da competência régia e como advogado de acusação da Igreja quanto ao direito de ensinar. Em íntima articulação com esta opção, ele perfilhou claramente uma conceção política autoritária e funcionalista da

educação – defendendo uma educação da mocidade ao serviço dos desígnios de glória do rei e não da autorrealização da pessoa humana.

8. Leia-se o seguinte excerto de Ribeiro Sanches. “É a obrigação do Soberano cuidar na Educação da mocidade, destinada a servir a pátria em tempo de paz e de guerra; destinada a servir os cargos da Religião, tanto para o bem dos povos, como para a felicidade do mesmo Soberano. Daqui vem que ninguém deve ensinar legitimamente em Escola pública sem autorização Real; daqui se segue que um Secretário de Estado [na linguagem corrente dos nossos dias, seria Ministro da Educação] devia presidir a todas as escolas, tanto de ler e escrever (fundadas só nas vilas do Reino, e proibidas nos lugares e Aldeias do Reino) como as escolas das línguas, Aritmética, Geografia, Geometria, Colégios Seculares ou Eclesiásticos Seculares, Universidades. Foi abuso introduzido nos séculos anteriores da Ignorância, que os Soberanos depuzeram esta sua tão importante obrigação no poder dos Bispos; o que abraçaram com tanta actividade, quanto era a autoridade que viam iam a adquirir. Daqui as escolas de Ler, do Latim, as Universidades mesmo dependiam dos Bispos ou dos seus Mestres Escolas dos Cabidos. É tempo que os Soberanos retirem das mãos dos Bispos esta autoridade, que pela ignorância do tempo esteve deposta no seu poder por tantos séculos. [...] É tempo já que S. M. F. [Sua Magestade Fidelíssima] tome nas Suas Reais Mãos a Jurisdição que Deus poz nelas, e criar um Secretário de Estado, a cujo cuidado deve estar a Educação Geral do Reino, e livrá-lo da Usurpação em que tinha caído, e em que geme. Não consentiria, e defenderia mesmo Este Secretário de Estado que nas Escolas Eclesiásticas, ou Seminário, proposto acima se ensinasse, nem por Frades, nem por Clérigos, nem por Seculares a Theologia Escholastica, que saíu do Mestre das Sentenças de S. Tomaz, de Scoto, de Anselmo, de Durando, etc., etc. Não seria permitido a nenhum Religioso de qualquer Ordem que fosse, com ordens Menores ou de Missa, com hábito da sua ordem, de estudar ou aprender ou ensinar nestas Escolas Eclesiásticas, ou Seminário. Os Religiosos nos seus Conventos poderiam ensinar a Filosofia e a Teologia, com permissão e conhecimento da doutrina que ensinavam: mas ensinar publicamente lhes seria defendido, como defender conclusões publicamente, imprimir-las, graduar-se de Doutor, ou de Bacharel.”<sup>11</sup> [...] “Segue-se daqui, sem a menor dúvida, que se S. M. F. quer ver-se Senhor do seu Reino e que seja governado pelas suas Leis, e vê-las executadas, que deve fundar Escolas novas abolindo as antigas: formar um Tribunal da Educação

---

<sup>11</sup> Cf. Ribeiro Sanches, “Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se e outros textos. Selecção, apresentação e notas de Vítor de Sá”, Ed. Inova, Porto, s. d., pp. 107-108-109.

a quem presida um Secretário de Estado, para se educarem Subditos que não conheçam [mais do] que o seu Soberano, e as suas Leis, que são fundadas na Religião Cristã, na Justiça, na Ordem Geral que conserva o Universo [...]”<sup>12</sup>

9. Em breve comentário a esta posição de Ribeiro Sanches, dir-se-á que, mesmo admitindo, ao tempo, como pertinentes e justas, algumas censuras ao exercício do poder eclesiástico na sua conflitual simbiose com o poder político; e admitindo ainda que o ensino nas universidades merecesse críticas, do ponto de vista do pensamento iluminado que então ganhava muita influência, a questão do cultivo das ciências e da educação, em si e na inspiração que lhe presidia, deveria sempre colocar-se numa perspetiva pluralista de liberdade, aliás defendida pelo Iluminismo, e não numa perspetiva de luta funcionalizada à satisfação de desígnios de grandeza do Reino pela utilização “da mocidade”. A argumentação de Ribeiro Sanches não é uma defesa da liberdade das ciências e da educação; é, sim, uma crua defesa da autoridade política do Rei sobre a educação, contra a autoridade docente da Igreja. Em matéria de universidade e educação, Ribeiro Sanches está nos antípodas do espírito iluminado que gerou o liberalismo (antes de também este ser desfigurado pelo jacobinismo). Se, por um lado, o Iluminismo invocava, e bem, o direito das gentes como direito natural de “ousar saber” (e, por consequência, de “ousar ensinar”), por outro lado Ribeiro Sanches tudo confiava, de ciência e de docência, inclusive a doutrina da religião, ao poder real, que assim ficava despótico e sem ao menos o contrapoder da ciência e da docência da Igreja, Sociedade Civil. Afastando a Igreja do seu papel tradicional no ensino (aliás legítimo, como instituição docente que é), e considerando todo o ensino escolar como direito e competência do Rei, não defronta a questão da verdade da religião e da ciência, nem a da melhoria do ensino e da educação pessoal; mas sim a da autoridade sobre a universidade e a própria educação religiosa – se pertence à Igreja, se ao Monarca – não podendo, como ele diz, essa educação obedecer a dois monarcas.

### **A “oficialização” republicana jacobina da universidade**

10. Mas não menos ofensivas do que a pombalina, à autonomia do ensino universitário, foram as reformas políticas impostas à universidade e à escola pelo republicanismo jacobino que sucedeu ao despotismo iluminado. Logo em 1911, por um Decreto com força de Lei, foi em Portugal extinta a Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra. Desde então, e como é natural e

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 111.

legítimo, nasceu uma aspiração à sua justa restauração, na integralidade humanística universitária, que não pode, se se chama *universitária*, e por razões de liberdades pessoais de aprender e de ensinar, excluir os estudos metafísicos e teológicos, aliás de tradição milenar e universal. A uma persistente aspiração à restauração da Faculdade de Teologia, em Coimbra, que perdurou até aos fins do salazarismo (inclusive publicamente reivindicada pelos órgãos próprios da Universidade de Coimbra), juntou-se, a partir de certa altura, sobretudo pela comunidade cristã, uma aspiração à criação de uma autónoma universidade católica.

### **A universidade napoleónica e as universidades católicas**

11. Para melhor se compreender que se tenha criado o projeto institucional próprio das universidades católicas, pela Europa inteira, é preciso ter presente que, a partir dos fins do século XVIII, mas sobretudo ao longo do século XIX, as universidades que existiam desde há séculos foram transformadas pelo poder político dos Estados num novo tipo de universidades, cujo protótipo se pode ver na universidade napoleónica, em que se impôs a expulsão da liberdade religiosa docente em nome de uma certa laicidade antirreligiosa. Não cabe aqui caracterizar este novo tipo, que, com assinaláveis variantes, é comumente conhecido na sua evolução, desde então até aos nossos dias. Mas vale a pena ilustrar, ainda que em breves citações, o pensamento em que Napoleão conformou a universidade, e foi aliás espalhado por toda a Europa. De um livro organizado por um credenciado historiador francês, Adrien Dansette, em que se reuniram declarações de Napoleão, podemos ler, por exemplo, os seguintes excertos, em nossa tradução para português.

- [1] “Em França, é sabido, os parlamentos aliavam-se aos padres e aos monges para formar um poder formidável, capaz de enfrentar a corte, os senhores, numa palavra, a gente de espada. Quantas vezes os padres e os monges não salvaram a Europa da opressão das classes guerreiras e do poder militar. Juliano, para escapar ao poder dos bispos que se opunham ao seu poder, fez-se apóstata. A Revolução anulou, entre nós, o poder civil; é preciso recriá-lo e não podemos servir-nos dos elementos que o constituíam antigamente. O clero perdeu as suas riquezas, e não formará jamais uma ordem no Estado; para o futuro, o poder civil [o poder político] não poderá deixar de comportar o corpo que terá a missão de formar a juventude e a magistratura encarregada de aplicar a justiça e fazer executar as leis. Para isso, é preciso tornar atraentes estas duas

carreiras, através da esperança de uma grande consideração e de uma grande fortuna.”<sup>13</sup>

- [2] “Não haverá Estado político firme se não houver um corpo docente com princípios firmes. Enquanto não se aprender, desde a infância, se se deve ser republicano ou monárquico, católico ou irreligioso, o Estado não formará uma nação; e repousará sobre bases incertas e vagas, constantemente exposto a desordens e a mudanças.”<sup>14</sup>
- [3] “Nos Estados do Ocidente, os governos preocuparam-se pouco com a educação pública, particularmente depois da religião cristã, porque a educação era confiada ao clero; basta conhecer o espírito do clero para saber em que espírito a educação era então dirigida. [...] Se os reis de França se ocuparam pouco da instrução pública, essa pode ser uma razão para os imitar? [...] Pelo contrário, nós podemos supor que nada existe e tudo está por organizar de novo; é impossível continuar na situação atual, em que qualquer um pode abrir um estabelecimento educativo como pode abrir uma loja de tecidos.”<sup>15</sup>
- [4] “De todas as nossas instituições, a mais importante é a instrução pública. Tudo depende disso. É preciso que a moral e as ideias políticas da geração que está a ser educada não dependa da novidade do dia, ou da circunstância do momento. Acima de tudo, é preciso chegar à unidade, e que uma geração inteira possa ser moldada pelo mesmo molde. Os homens diferem sempre muito pelas suas inclinações, pelo seu carácter e por tudo o que a educação não deve ou não pode reformar.”<sup>16</sup>
- [5] “O meu principal objetivo, no estabelecimento de um corpo de professores, é o de ter um meio de dirigir as opiniões políticas e morais; esta instituição será uma garantia contra o restabelecimento dos frades, e não mais me falarão disso; sem esse corpo de professores, os frades restabelecer-se-iam mais tarde ou mais cedo.”<sup>17</sup>
- [6] “Formemos um corpo de doutrinas que não varie e um corpo de professores que não morra. No seio do corpo de que farão parte, não será mais os seus próprios princípios e sentimentos recebidos, que terão.

---

<sup>13</sup> Cf. Adrien Dansette (coord.), Napoléon, “Vues politiques”, Fayard, Paris, 1939, p. 222.

<sup>14</sup> *Id.*, p. 213.

<sup>15</sup> *Id.*, pp. 210-211.

<sup>16</sup> *Id.*, pp. 211-212.

<sup>17</sup> *Id.*, p. 224.

Com efeito, como poderíamos nós, para formar outros homens, fiar-nos de homens que se tivessem formado a eles mesmos?”<sup>18</sup>

- [7] “O meu pensamento é que os religiosos seriam de longe o melhor corpo de ensino, se fosse possível dominá-los, subtraí-los a um chefe estrangeiro. Eu tenho simpatia por eles; talvez tivesse poder político para os restabelecer; mas eles tornaram-me isso impossível. Eu não faço nada por eles que eles me não dêem logo razão para me arrepender.”<sup>19</sup>
- [8] “Em geral, eu organizei a Universidade em corpo, porque um corpo não morre jamais e porque assim há transmissão de organização, de administração e de espírito.”<sup>20</sup>
- [9] “Nunca entendi que os professores fossem gestores dos estabelecimentos de ensino: seria ridículo; mas não quero que eles tenham um tratamento fixo e independente do número de alunos; quero que o seu tratamento seja em razão proporcional a esse número, a fim de os interessar no sucesso dos estabelecimentos. Não é aliás possível ter um tratamento uniforme; é preciso que seja graduado relativamente às localidades e ao mérito dos professores.”<sup>21</sup>
- [10] “Eu penso que os seminários [eclesiásticos] menores [em que têm lugar os primeiros anos de escolaridade na formação do clero], que são escolas secundárias como as outras, fiquem sob a supervigilância da Universidade. Quanto aos Seminários maiores [da escolaridade superior dos candidatos ao sacerdócio], só serão isentos dessa supervigilância a título de escolas especiais de teologia; eu não quero que os padres se intrometam na educação pública.”<sup>22</sup>

## **A inimizade do laicismo de Estado contra as liberdades de educação e ensino**

12. Desde o jacobinismo que despontou logo inicialmente, ainda em plena Revolução Francesa, como muito bem se sabe, mas se desenvolveu sobretudo no imediato paradigma napoleónico, a história da educação escolar, em França, foi constantemente marcada por uma grande conflitualidade (que se mantém

---

<sup>18</sup> *Id.*, p. 225.

<sup>19</sup> *Id.*, pp. 225-226.

<sup>20</sup> *Id.*, p. 226.

<sup>21</sup> *Id.*, pp. 231-232.

<sup>22</sup> *Id.*, pp. 234-235.

atualmente) do chamado Estado laico, defensor de uma escola *pública laica*, contra a escola *privada*, especialmente quando de inspiração católica. Com as conquistas imperialistas de Napoleão, e depois sem descontinuidade, a ideologia do Estado-educador inundou os Estados europeus continentais, continuando aliás os anteriores ímpetus centralistas do despotismo iluminado sobre a educação. E, até hoje, o centralismo estadual tem geralmente prevalecido sobre a descentralização e a autonomia dos sistemas escolares europeus, onde as soluções menos intervencionistas, e em alguns casos autonomistas, se verificam em apenas poucos países, do centro e norte europeu, de maior influência democrata católica e democrata protestante, como a Alemanha, a Holanda e a Bélgica<sup>23</sup>. Mas retomemos o fio histórico do caso português.

### **Portugal: a esperança inicial da liberdade de ensino no salazarismo**

13. Significativo, na história do nosso País, foi que, em continuidade do despotismo iluminado e do republicanismo jacobino, também o poder político da Segunda República (Estado Novo), de facto recusou reconhecer a fundação de uma universidade católica – o que só aconteceu nos seus últimos tempos, do marcelismo. Contudo, e vivamente desde 1926, com a revolta militar de Gomes da Costa, que se notara no Episcopado Português um sobressalto de esperança no termo das perseguições contra a Igreja e as liberdades de ensino, praticadas até então pela Primeira República jacobina. A Constituição de 1933 veio dar algum alento àquela esperança, porquanto estabeleceu claramente as garantias da liberdade religiosa e da liberdade de ensino. Dizia o art. 8.º da Constituição de 1933: “Constituem direitos, liberdades e garantias individuais dos cidadãos portugueses: [...] a liberdade e a inviolabilidade de crenças e de práticas religiosas...; [...] a liberdade de ensino.” E quanto a esta última, a Constituição era expressa em garantir a liberdade das escolas privadas, nestes termos: “é livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respetivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares”. E especificando ainda: “Não depende de autorização

---

<sup>23</sup> Sobre a problemática dos sistemas de educação, a bibliografia é abundantíssima. Para o caso francês, especialmente representativo, merece destaque um livro de Gérard Leclerc, que “seguiu durante alguns anos o *dossier* do ensino privado para o jornal *Le Quotidien de Paris*”, e depois empreendeu escrever uma história mais alargada e reflexiva, a que deu o seguinte título: “La bataille de l’école. 15 siècles d’histoire. 3 ans de combat”, Denoël, Paris, 1985.

o ensino religioso nas escolas particulares.” Quanto ao ensino oficial, o texto constitucional primitivo de 1933 estabelecia, no art. 43.º: “O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar...”

### O salazarismo, um híbrido na política do ensino

14. Mas, como já se disse, Salazar nunca de facto apoiou as escolas privadas, e discriminou-as sempre. Nem mesmo as escolas da Igreja, optando, pelo menos desde certa altura, por uma espécie híbrida de regalismo católico e de jacobinismo anticlerical<sup>24</sup>. Com alguns episódios mais evidentes de discordância e até de impaciência, isso foi ao mesmo tempo *beneficiado e suportado* pela Igreja, que, desde há cerca de século e meio vinha de sofrer a grande tribulação, primeiro do despotismo iluminado e depois do jacobinismo republicano. Exemplo daqueles episódios foi a homilia pública de protesto do Bispo D. Sebastião Soares de Resende, pelo facto de o Estado substituir por um liceu estatal uma escola da sua Diocese, decisão política essa ainda mais chocante por vir interromper a sequência de muitas iniciativas da Igreja no campo da educação, benéficas para as populações, que precediam as do Estado<sup>25</sup>. Outro exemplo, este com grande retumbância, foi o da histórica carta do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes<sup>26</sup>. Mais diplomática foi sempre a intervenção do Cardeal Manuel

<sup>24</sup> Significativamente, a Lei n.º 1910, de 1935, veio alterar o anterior regime constitucional do “ensino ministrado pelo Estado”, e estabelecer o seguinte: “o ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoreamento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina moral cristã, tradicionais no País” (art. 42.º).

<sup>25</sup> O bispo D. Sebastião Soares de Resende foi uma ilustre figura de intelectual e teólogo, que de modo veemente se manifestou em defesa da restauração da universidade no seu espírito humanista integral. De um belo ensaio sobre o seu perfil biográfico, da autoria do Bispo Carlos Moreira Azevedo, extraem-se passagens como as seguintes: “Defende que a Teologia é essencial a uma Universidade. Uma Universidade sem uma faculdade de Teologia não pode ser realmente uma verdadeira Universidade.” “Quando havemos de reatar o fio luminoso das escolas de Coimbra e Évora, reconquistando a nossa posição intelectual na história do pensamento.” “Sente descontentamento pela restrição que vive o pensamento intelectual católico de então.” Cf. Carlos Moreira Azevedo, Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende [http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4914/1/LS\_S2\_06\_%20CarlosAMazevedo.pdf].

<sup>26</sup> Por Carlos Moreira Azevedo, in [http://www.fspes.pt/biografia.html], v. “Breve Perfil Biográfico”, de D. António Ferreira Gomes. “Nenhum dos seus escritos foge ao carácter pastoral. Não escreveu tratados temáticos nem manuais. O conjunto da sua obra proporciona critérios bem alicerçados para os ouvintes ficarem habilitados no discernimento da realidade e da história segundo os princípios do humanismo personalista cristão. Uma ou outra vez acedeu

Gonçalves Cerejeira, como Presidente da Conferência Episcopal; porém, ninguém o poderá acusar de falta de zelo e de insistências públicas na luta pela fundação da Universidade Católica. Pelo contrário; ele deve ser considerado um dos primeiros, se não o primeiro, de entre os seus indefetíveis defensores.<sup>27</sup>

### **Breve história das reivindicações por uma universidade católica durante o salazarismo**

15. Prescindindo de outras referências minuciosas, uma breve mas elucidativa síntese sobre a longa e penosa história das diligências da Igreja para a fundação de uma Universidade Católica, em Portugal, encontra-se nos escritos do bispo e professor universitário D. António Montes Moreira<sup>28</sup>. Aí se relata que “a criação de um instituto católico em Portugal foi proposta em dois congressos do Centro Católico Português (Lisboa, 1921 e 1922)”. Mas “A legislação da I República impunha o monopólio do Estado para as faculdades civis e não autorizava o ensino religioso nas escolas particulares”. No termo do regime jacobino republicano, aquela criação foi então “decretada pelo Concílio Plenário Português de 1926”. Pelo que se poderia dizer que, em projeto impedido pelo Estado, e em fundação canónica, a Universidade Católica Portuguesa tem cerca de cem anos. Mas este decreto canónico tinha pequenos efeitos práticos de ensino público, e por isso não bastou para interromper uma crescente reivindicação por uma verdadeira universidade católica com efeitos civis.

Ponto alto nesta reivindicação de liberdade de ensino, durante o Estado Novo, foi o Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1953, em Lisboa (no Instituto Superior Técnico). No qual (perdoe-se esta nota), o autor do presente texto participou pessoalmente, como membro do Centro Académico da Democracia Cristã, caloiro de Direito que então era em Coimbra,

---

a insistências para escrever textos introdutórios. Um deles é a Saudação para a ‘Lusitania Sacra’ [1 (1956), 7-15]. Aqui critica o historicismo como naufrágio da história, lança alguns desafios para o fazer de uma ‘história arquetónica’, como combinação de ciência, arte e filosofia. A História devia chegar a ‘disciplina total’, compreender e respeitar a tradição por consideração para com a vida e traçar visões panorâmicas de conjunto, irradiar uma profunda filosofia da história.” Sobre D. António Ferreira Gomes, além de ampla bibliografia, cf. Paulo Bernardino (coord.), “Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes – Atas do Simpósio”, Ed. Ajuda à Igreja que Sofre, 2000.

<sup>27</sup> Uma biografia mais atualizada do Cardeal Cerejeira pode encontrar-se em Luís Salgado de Matos, Cardeal Cerejeira, Lisboa, Gradiva, 2018.

<sup>28</sup> Cf. o artigo Universidade Católica Portuguesa de António Montes Moreira, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, pp. 310-314, Lisboa 2001, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da UCP.

votando na unânime deliberação favorável à criação da Universidade Católica, aliás aplaudida de pé pela numerosa assembleia, onde se contavam reitores e professores de todas as universidades públicas, honra lhes seja feita. Entre as 37 conclusões e votos desse Congresso, aprovados por professores e alunos, as mais vibrantes aclamações de toda a assistência sublinharam a reivindicação de uma Universidade Católica, expressamente recomendada com estas palavras: “com as Faculdades e Institutos que a Hierarquia houver por bem considerar necessários à defesa e ao desenvolvimento da cultura superior católica”<sup>29</sup>. Sublinhe-se este mandato – da criação das “Faculdades e Institutos [...] necessários à defesa e ao desenvolvimento da cultura superior católica” – porque foi em sua execução que depois se incluiu na fundação da Universidade Católica, além das Faculdades de Filosofia e Teologia, a Faculdade de Ciências Humanas. Destacaram-se então, nesse Congresso e em defesa da Universidade Católica, figuras marcantes de uma nova geração de intelectuais, como especialmente Maria de Lourdes Pintasilgo e Adérito Sedas Nunes, respetivamente Presidentes nacionais da JUC feminina e masculina. Aliás, em consonância com a defesa das liberdades de ensino da família e da sociedade civil, que já vinha de trás e continuou, em que marcaram posições públicas, durante o salazarismo, algumas eminentes personalidades católicas, em notáveis escritos, como (sem desdouro para outras) o Prof. Guilherme Braga da Cruz<sup>30</sup> e o Padre A. Mendes Fernandes<sup>31</sup>. Mais tarde, já no período fundacional, também o Prof. António Sousa Franco haveria de marcar uma posição de destaque neste empreendimento da defesa da liberdade universitária.

### **O projeto da Universidade Católica, como projeto de liberdade universitária**

16. Se aqui se fazem estas anotações históricas, é para recordar como, sem lugar a dúvidas, a gestação identificadora da fundação da Universidade Católica Portuguesa, nas suas três Faculdades iniciais, de Teologia, de Filosofia e de Ciências Humanas, foi a de reinstaurar, na inteira universidade portuguesa, o cultivo das ciências e da educação humanística na sua muito legítima inspiração cristã

<sup>29</sup> Cfr. Adelino Gomes, “A JUC, o jornal *Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária. Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal”, in *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 49, 2005, pp. 95-115.

<sup>30</sup> Cfr. G. Braga da Cruz, “Direitos e deveres do Estado na educação”, in G. Braga da Cruz, *Obras Esparsas*, vol. IV, 2.ª parte, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1952, pp. 3-50; “Problemas de educação: direitos da família, da Igreja e do Estado”, in G. Braga da Cruz, *ibidem*, pp. 59-103.

<sup>31</sup> Cfr. A. Mendes Fernandes, “A educação em Portugal – Direitos da família, da Igreja e do Estado”, Guarda, Edição do Autor, 1958.

– a qual, como já foi dito, tinha vivificado a instituição da universidade desde há oito séculos –, e que o poder político tinha dela abusivamente expulsado. Com a criação de uma universidade católica, o que portanto se pretendia era que também a inspiração universitária católica tivesse o seu lugar, institucionalmente fraterna, na inteira universidade portuguesa. Tratou-se, em suma, de uma luta por liberdades fundamentais no seio da universidade: liberdades de aprender e de ensinar; liberdade religiosa; liberdade de escola; enfim, “liberdade de tendência institucional” numa universidade portuguesa pluralista, sem exclusões. Como se veio a reconhecer na filosofia da democracia pluralista que hoje está consagrada na Constituição da Terceira República, em matéria de direitos humanos e do princípio da não discriminação com base na religião.

É por isso justo afirmar e reafirmar que a Universidade Católica não é de modo nenhum – como alguns já acusaram – um “privilégio”. Privilégio do exclusivo da liberdade e do financiamento público tiveram as universidades de Estado (na medida em que tiveram...), durante cerca de duzentos anos, desde o pombalismo até ao fim do salazarismo. Como também a maior questão não é a de a classificar como *pública* (estadual) ou *privada* (civil) – embora tenha sido instituída pelo Estado do Vaticano e reconhecida como tal por Portugal ao abrigo da Concordata, que é um tratado entre Estados, neste sentido indubitavelmente *pública*. Aliás, a distinção entre universidades públicas e privadas é, entre nós (sem prejuízo das óbvias especificidades jurídicas), um caso de ilegítima e clamorosa discriminação política por parte do Estado, como até se anuncia ao mundo pelo facto de as universidades ditas privadas não serem participantes do assim chamado “Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas”. Porventura as universidades privadas não são universidades portuguesas?

Em suma, a Universidade Católica Portuguesa é, acima de tudo, uma vitória da liberdade universitária, nas condições históricas que, sem culpa sua, foram criadas no nosso País; vitória da liberdade que deve honrar a todos, e não só a Igreja Católica.

### **Exemplificação do nascimento das universidades católicas**

17. Aliás, o caso português não foi uma inovação. Pelo contrário, foi uma das mais tardias fundações de universidades católicas nos países do Ocidente. A fundação de autónomas universidades católicas é um significativo fenómeno dos séculos XIX e XX, em resposta à oficialização laicista das universidades, por parte do poder político de Estado – que as reformou segundo o espírito do modelo oficial napoleónico, como já foi referido. Novas universidades chamadas

católicas são, por isso, apenas resposta a uma exclusão; uma forma de restauração integradora da *universalidade humanista* da universidade.

O caso histórico, que parece ter tipificado esta inovação, foi o da Universidade de Lovaina. Como é sabido, em 1830 o Estado belga tornou-se independente dos Países Baixos; e, na sequência de lutas mais antigas, começou aí a história da Bélgica moderna. Uma das fortes razões desta independência relaciona-se precisamente com a religião. Os belgas eram católicos e sentiam-se mal tratados na sua identidade, por parte dos poderes políticos, umas vezes laicos, como com Napoleão, outras vezes protestantes, como com os Países Baixos. A questão da universidade católica liga-se aqui. Imediatamente após a independência da Bélgica, criou-se uma universidade católica em Malines, que pouco depois (em 1835) foi transferida para Lovaina – onde, em 1425, tinha sido criada uma universidade por bula do Papa Martinho V, encerrada em 1797 pelo poder napoleónico<sup>32</sup>. Significativamente contra a criação da nova universidade católica, as outras universidades protestam – e é nesta eloquente reação que, em resposta, nasce em Bruxelas uma nova universidade, intitulada Universidade Livre, de iniciativa publicamente maçónica. Por aqui se vê a duplicidade na questão: os mesmos que querem negar à Igreja uma universidade católica respondem com uma universidade maçónica. O que negam aos outros, como expressão de liberdade, praticam eles mesmos. Foi neste contexto conflitual, em que a iniciativa católica não desejava excluir ninguém e em que era ela a excluída, que a *Universitas Catholica Lovaniensis*, na tradição da antiga universidade, ganhou prestígio internacional, e se tornou paradigmática para o mundo católico.

### **O caso da Irlanda, com o Cardeal Newman**

18. Este exemplo inspirador teve uma notável influência e fecundidade na histórica fundação de outra universidade católica, na Irlanda, especialmente marcada pelo facto de ter sido defendida pelos famosos “Discursos sobre o fim e a natureza da educação universitária”, compostos em 1852 por John Henry Newman, Cardeal da Igreja Católica, que permanecem obra de referência incontornável no pensamento católico sobre a ciência e a educação universitárias humanísticas. Esta obra de Newman merece um lugar, entre as demais que integram a preciosa herança que (nalgumas universidades, como é o caso

---

<sup>32</sup> Entre a extinção da primitiva Universidade de Lovaina, efetivada pelo poder napoleónico em 1797, e a restauração da Universidade de Lovaina como Universidade Católica de Lovaina, em 1835, ainda mediou por algum tempo em Lovaina uma Universidade de Estado, criada em 1816, durante o poder político dos Países Baixos na Bélgica.

da Universidade Católica em alguns dos seus departamentos<sup>33</sup>), se continua a honrar, pelo estudo crítico e fecundo na disciplina plurianual chamada “Tradição dos Grandes Livros”. Reforçando, assim, na dimensão educativa integral, a atenção que esta problemática, da “ideia da universidade” e da sua missão na sociedade, efetivamente merece<sup>34</sup>.

A Universidade Católica da Irlanda, sediada em Dublin, foi fundada em 1851, de acordo com o Sínodo de Thurles de 1850, e formalmente estabelecida em 1854, tendo então por Reitor o Cardeal Newman. Mais tarde, surgiram outras universidades católicas, de entre as quais, a Universidade Católica italiana do “Sacro Cuore”, de Milão, fundada em 1921, que abriu com 68 estudantes em dois primeiros cursos, significativamente de Ciências Filosóficas e de Ciências Sociais.

Atualmente, e segundo um censo da Congregação para a Educação Católica, do Vaticano, o número total de universidades católicas e instituições de ensino superior em todo o mundo é de 1358; e a Ordem Religiosa Católica com o maior número de universidades é a Companhia de Jesus, com 114. Salvo erro, em Espanha há 14 universidades de identidade cristã<sup>35</sup>; em França, há seis<sup>36</sup>; em Itália, há dez<sup>37</sup>; no Brasil, há muitas mais<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> Como destacadamente no Instituto de Estudos Políticos da UCP, em Lisboa.

<sup>34</sup> Registe-se que, na coleção de orações de sapiência pronunciadas ao longo de vários anos na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, reunidas recentemente no livro comemorativo do aniversário desta Faculdade [José Miguel Sardica (org.), “Orações de sapiência”, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016], encontram-se numerosas referências a esta problemática, da ideia e da missão da universidade, mostrando que a questão continua viva. Em especial, na oração de sapiência da Prof.<sup>a</sup> Luísa Leal de Faria, intitulada “A ideia da Universidade e a formação da *intelligenza*”. De desatacar é ainda a disciplina plurianual intitulada “Tradição dos Grandes Livros”, ministrada nos cursos do Instituto de Estudos Políticos da UCP, sob a direção do Prof. João Carlos Espada.

<sup>35</sup> Universidad Pontificia de Salamanca; Universidad Pontificia Comillas; Universidad de Navarra; Universidad de Deusto; Universidad Católica de Ávila; Universidad Católica de Murcia; Universidad Católica de Valencia; Universidad San Pablo CEU; Universidad Abat Oliva CEU; Universidad Cardenal Herrera CEU; Universidad Ramón Llull; Universidad Francisco de Vitoria; Universidad San Jorge; Universidad Loyola Andalucía.

<sup>36</sup> Centro Sèvres; Instituto Católico de Paris; Universidade Católica de Toulouse; Universidade Católica de Lille; Universidade Católica do Oeste; Universidade Católica de Lyon.

<sup>37</sup> Pontificia Universidade de Santo António; Pontificia Universidade de Santo Bonaventura; Pontificia Universidade Santo Tomás de Aquino; Universidade Católica do Sagrado Coração; Ateneu Pontifício Regina Apostolorum; Pontificia Universidade Urbaniana; Pontificia Universidade Gregoriana; Pontificia Universidade Lateranense; Pontificia Universidade Salesiana; Pontificia Universidade da Santa Cruz.

<sup>38</sup> Universidade Católica de Petrópolis; Universidade Católica Rainha do Sertão; Pontificia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção; Pontificia Universidade Católica de

## **As universidades católicas como vitórias da liberdade contra o jacobinismo universitário**

19. Em suma e em conclusão, a história em que enraíza a Universidade Católica Portuguesa é a de uma pacífica aspiração à liberdade universitária, no exercício das liberdades pessoais dos cidadãos católicos, cordialmente aberta a alunos não católicos sob a única reserva do respeito da *identidade* da Instituição, que nasceu pela Europa inteira nesta forma específica, e não apenas em Portugal. Liberdades de pensamento teológico, filosófico e científico; liberdades de educação. Sem discriminação pelo Estado. Nunca se tratou de outra coisa, apenas do legítimo exercício de liberdades humanas fundamentais – como agora se torna evidente na experiência comprovada durante 50 anos. Por isso mesmo, é grande vergonha a sua criação ter sido abusivamente combatida pelo Estado, e ainda hoje ser discriminada (como aliás as universidades ditas *privadas*), relativamente às universidades estaduais, em vários e importantes aspetos da sua regulação institucional, e sobretudo quanto ao financiamento público do ensino – que é restrito aos alunos das escolas do Estado, em discriminação negativa dos alunos que exerceram o seu pleno direito constitucional de escolher outras escolas (credenciadas) que não as do Estado.

---

Campinas; Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade Católica do Salvador; Universidade Católica de Santos; Universidade Católica de Brasília; Universidade Católica de Pernambuco; Faculdade Católica do Tocantins; Universidade Católica de Pelotas.

## Capítulo 1

# Origem e evolução da ideia de uma Universidade Católica em Portugal

Manuel Braga da Cruz

A criação de uma Universidade Católica foi um projeto antigo dos católicos portugueses, lançado pelos bispos e acalentado pelo clero e pelo laicado durante gerações. “Uma realização de longas expectativas” na expressão de D. Manuel Clemente<sup>1</sup>, que faz remontar esse desejo “à reafirmação católica em termos de instrução e cultura” do movimento católico português de finais do século XIX, com referências explícitas a uma Universidade Católica, por parte de alguns dos seus mais destacados dirigentes. Alguns deles acalentaram projetos de reforma da Faculdade de Teologia de Coimbra<sup>2</sup>.

A ideia mais recente, contudo, nasceu como reação ao encerramento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, pelo governo da I República, pouco depois da Revolução, e à extinção da cadeira de Direito Eclesiástico na sua Faculdade de Direito, logo a 14 de novembro de 1910. Efetivamente, a 23 de outubro de 1910 foram anuladas as matrículas no 1.º ano na Faculdade de Teologia, permitindo contudo aos alunos já inscritos que concluíssem os seus cursos, o que viria a acontecer em 1912<sup>3</sup>. E a 23 de outubro de 1911 foi criada a Faculdade de Letras, para a qual transitaram os professores de Teologia.

### Primeiro projeto de um Instituto Católico

Entre as reivindicações católicas de reação à onda laicizadora da República, surgiu bem cedo a de um ensino universitário de inspiração católica, formulada

---

<sup>1</sup> Manuel Clemente, “Universidade Católica Portuguesa: uma realização de longas expectativas”, *Lusitania Sacra*, VI (1994), 15-29.

<sup>2</sup> Foi o caso do Doutor Sousa Gomes, Secretário-Geral da Obra dos Congressos Católicos. Cf. Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, “O Mestre e o Amigo”, in *Em memória de Francisco José de Sousa Gomez. Homem de Ciência e de Igreja (1860-1911)*, Lisboa, Cruz Editores, 2011, p. 93.

<sup>3</sup> Entre os 11 bacharéis que concluíram nesse ano o curso de Teologia estava o futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

pela primeira vez no I Congresso do Centro Católico Português, realizado em Lisboa, em 22 de novembro de 1919, pelo Prof. António Pereira Forjaz, da Faculdade de Ciências de Lisboa<sup>4</sup>. O Instituto Católico, a fundar em Lisboa, seria defendido pela direção do Centro Católico e pelo próprio Núncio Apostólico Mons. Locatelli. E no II Congresso do Centro Católico, realizado em Lisboa em abril de 1922, é o Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e futuro Cardeal-Patriarca de Lisboa, a defender uma tese sustentando a necessidade de criar, mas agora em Coimbra, um “Instituto Superior de estudos religiosos para a alta formação do clero e dos católicos portugueses”<sup>5</sup>. Coimbra tinha tradição universitária e teológica, e centralidade geográfica.

Cerejeira elaborara já antes umas “Bases do Instituto Católico Português” com vista à preparação do Congresso, que enviara ao Arcebispo de Évora, que com elas concordara. Foram publicadas pelo jornal *A União*, órgão do Centro Católico Português, a 20 de fevereiro, e também por *A Época*, a 7 de março. Aí se reforçava a ideia da “criação de um Instituto Católico em Portugal” – tal era o título de três artigos publicados a 8, 13, e 22 de fevereiro de 1922<sup>6</sup>.

Segundo essas Bases, o Instituto Católico Português, a sediar em Coimbra, para além das Faculdades eclesiásticas de Filosofia, Teologia e Direito Canónico, teria cursos públicos de apologética e filosofia cristã, podendo vir a integrar ainda Faculdades civis de Letras e Ciências e uma Escola de Estudos Políticos e Sociais. O Instituto seria dirigido por um Conselho Supremo, constituído pelos bispos portugueses, sendo Cancelário o Bispo de Coimbra. As Bases seriam apresentadas ao episcopado, que as apreciou, mas não votou, a 3-4 de março, numa reunião anual em Lisboa.

A tese apresentada ao Congresso seria publicada antecipadamente no jornal *A União* e posteriormente no jornal *A Época*. Defendia a fundação do Instituto Católico para superar a laicização da instrução da I República e combater a ignorância religiosa, através da alta formação católica do clero, que o Colégio Português de Roma, por si só, não podia garantir, e através da “intensa e extensa ação de superior educação intelectual católica”. O Instituto devia ser “a grande oficina do pensamento católico em Portugal, onde todos os problemas do presente sejam estudados profundamente à luz da Doutrina Católica”<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> *A União*, órgão do Centro Católico Português, Ano I, n.º 1, 19 de janeiro de 1920.

<sup>5</sup> *A União*, órgão do Centro Católico Português, Ano III, n.º 97, 29 de maio de 1922. Também in *Estudos* (CADC), Ano I, n.º 1, maio de 1922, pp. 16-22, e n.º 2, junho de 1922, pp. 42-44.

<sup>6</sup> António Montes Moreira, “O Cardeal Cerejeira fundador da UCP”, *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, 2 (1990), 169-221.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

Se havia concordância sobre a necessidade do Instituto Católico, já as divergências surgiam no tocante à composição e à localização.

“Cerejeira discorda do modelo proposto pelo Doutor Pereira Forjaz no Congresso do Centro Católico de 1921 – explica D. António Montes Moreira. Esse projeto estava decalcado sobre o Instituto Católico de Paris e preconizava a existência de Faculdades civis ao lado das Faculdades eclesiásticas. O jovem professor de Coimbra considera inviável tal esquema. A legislação republicana não permitia o estabelecimento de Faculdades eclesiásticas, impunha o monopólio do Estado para as civis e proibia o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino particular. Assim, não haveria alunos nem docentes para um ensino ministrado sem possibilidades de colação de diplomas. Uns e outros depressa se convenceriam da inutilidade prática de tal ensino e deixariam de se aplicar ao seu trabalho com regularidade e perseverança. Por outro lado, a Igreja em Portugal não dispunha de recursos para bibliotecas, gabinetes, laboratórios e outros equipamentos das várias Faculdades.

“Para o Doutor Cerejeira, ‘nas presentes circunstâncias, o Instituto Católico Português só poderia existir sobre uma base eclesiástica: quanto às Faculdades essenciais (altos estudos eclesiásticos) e quanto à frequência garantida de alunos vindos dos seminários teológicos’. Deste modo, o Instituto realizaria ‘essencialmente os fins da instituição’, a saber: contornava a proibição do ensino religioso nos estabelecimentos particulares por se lhe atribuir o estatuto legal dos seminários maiores cuja organização não era da competência do Estado; promoveria o alto ensino católico por meio das Faculdades eclesiásticas; e satisfaria ‘a necessidade mais urgente da reforma católica em Portugal – a alta formação eclesiástica’. Além disso, realizaria ‘indiretamente’ os fins dum instituto como o de Paris – de difusão e penetração católica do pensamento contemporâneo nos meios intelectuais leigos”, quer “pela permissão da matrícula nos seus cursos canônicos aos que, mesmo leigos, devidamente o requeiram”, quer “pelos seus cursos públicos de conferências, abertos à grande concorrência, nos quais se estudarão com carácter de vulgarização os problemas mais urgentes e atuais”, quer por meio de uma Revista e da “publicação obrigatória dos trabalhos dos professores”. Finalmente, o Instituto prepararia “a criação duma futura Universidade Católica”. Cerejeira aborda esta perspectiva sem rodeios: “Se é hoje um ideal irrealizável, pode-se porém alimentar a esperança que o nosso país ainda chegue algum dia a ser um país... civilizado. Nesse dia fatalmente nos será reconhecida e liberdade e igualdade de ensino em todos os graus. Será então o momento de criar a Universidade Católica.”<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp. 175-176.

Quanto à localização, Pereira Forjaz, a Direção do Centro Católico e o próprio Núncio Apostólico preferiam Lisboa. Não faltava quem preferisse Porto e até Braga. Cerejeira optava por Coimbra, devido à tradição académica, ao passado teológico, à facilidade de instalação, e à centralidade geográfica.

A tese de Cerejeira motivaria a aprovação da 10.<sup>a</sup> Conclusão do Congresso, reconhecendo a “necessidade da fundação urgente do Instituto”, deixando porém à consideração dos bispos a concretização do projeto apresentado, e fazendo votos pela sua próxima realização<sup>9</sup>.

O episcopado português viria a assumir a ideia como própria, ao determinar, no Concílio Plenário Português, realizado em Lisboa em novembro de 1926, que se fundasse uma Escola Superior Católica ou Instituto Católico. Para essa decisão contribuiu decisivamente o relatório elaborado pelo Doutor Cerejeira, ao tempo simples Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, enviado a alguns prelados (referido no documento publicado mais tarde, a 3 de julho de 1932, sobre o *Instituto Católico Português*)<sup>10</sup>, que atribui ao Instituto Católico o fim da superior formação intelectual do clero e extensão e penetração do pensamento católico nos meios intelectuais leigos, a concretizar: o primeiro fim, através da criação de uma *Faculdade de Ciências Eclesiásticas* (Filosofia, Teologia e Direito), com um *Seminário universitário* anexo; e o segundo fim, “*subsidiariamente e subordinadamente* ao primeiro, por meio de *cursos públicos* de vulgarização, série de *conferências e publicações científicas*”. Bem depressa, o Doutor Cerejeira tomava consciência de outros fins: a formação dos professores dos seminários e dos colégios e escolas cristãs (a exigir uma *Faculdade de Letras*, uma *Secção de Ciências* e uma *Escola Normal*); e a integração do Instituto Católico Português na Ação Católica Portuguesa, fazendo do Instituto a sede da segunda.

Se a formação do alto clero se poderia continuar a fazer no Colégio Português em Roma, os outros fins, que se iam sobrepondo a esse, careciam da fundação do Instituto Católico Português. Não bastava a restauração da Faculdade de Teologia, como tão-pouco apenas o ensino das Ciências Eclesiásticas. O modelo era o Institut Catholique de Paris e a Università del Sacro Cuore de Milão.

Para a concretização do voto do Concílio, foi nomeada uma Comissão Episcopal de que era relator o Bispo de Coimbra, que interveio nesse sentido em três das reuniões do episcopado de 1929.

Anos mais tarde, já depois da elevação de Cerejeira a Patriarca de Lisboa, em 18 de novembro de 1929, o mesmo episcopado, ao publicar, em Carta

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 175-176.

<sup>10</sup> Existente no Arquivo do Cardeal Cerejeira sobre a Universidade Católica, depositado na Reitoria da mesma (Pasta 1).

Pastoral Coletiva de 1930, os decretos do referido Concílio, explicou a natureza e fins que deveria ter esse Instituto Superior Católico, “estabelecimento de alta cultura intelectual, que sirva de educar e formar um escol de mentalidade católica... que não seria simplesmente uma faculdade teológica”<sup>11</sup>.

Os primeiros passos, em ordem à concretização da ideia, começaram a dar-se de imediato. Em 1932, numa Assembleia Episcopal que teve lugar no Luso, era encarregado o Cardeal Cerejeira de proceder a uma consulta aos bispos portugueses sobre a finalidade e a localidade do Instituto Católico. Era grande a diversidade de ideias e de opiniões, que oscilavam entre uma simples instituição eclesiástica, para a formação do clero e dos seus formadores, e uma instituição também para a formação de leigos. Quanto à localização, a opinião oscilava, consoante a finalidade, entre Coimbra, no primeiro caso, e Lisboa, no segundo caso.

O Cardeal Cerejeira mudara entretanto de ideias quanto à localização, passando a defender Lisboa como sede ideal. Apontava como razão a “convicção da decadência inevitável de Coimbra, como a capital do espírito”, devido à criação de novas universidades em Lisboa e Porto, que entretanto ocorrera. “Enquanto Coimbra vai perdendo o seu carácter académico, Lisboa terá em breve o seu bairro académico.” Lisboa tornava-se progressivamente, pela sua crescente importância, na “capital universitária do País”, passando a ser, ao tempo, a “única cidade onde há o quadro completo dos estudos professados em Portugal”, a que acrescia o facto de ser a sede das principais academias, museus e bibliotecas. Lisboa reunia por isso – concluía o Cardeal Cerejeira – “condições únicas” “para uma larga ação de extensão universitária católica”, a saber “meio cultural mais intenso”; “público numeroso”, superior ao de Coimbra e com maior implantação organizativa católica; e “instrumentos de publicidade” em maior número e importância, desde a imprensa à rádio. Dava exemplos do que se passava noutros países europeus, para confirmar a tendência para a concentração do ensino universitário nas grandes cidades e capitais. Lisboa seria, pois, para o Cardeal Cerejeira, o local mais indicado para conseguir os fins do Instituto Católico.

O Bispo de Coimbra, D. Manuel Luís Coelho da Silva, que advogava a localização do Instituto em Coimbra, chegou mesmo a adquirir um edifício para esse efeito junto à Sé, na Rua da Matemática, próximo da Universidade de Coimbra. E alguns sacerdotes foram enviados para universidades europeias, no intuito de ir preparando o futuro corpo docente. Mas a saída de Coimbra para

---

<sup>11</sup> “Pastoral Coletiva do Episcopado Português para a publicação oficial do Concílio”, in *Concílio Plenário Português*, Lisboa, 1930, p. XXVIII.

Lisboa, defendida pelo Doutor Cerejeira, logo em 1928, terá feito esmorecer o projeto de uma instituição de ensino superior para formação do clero e do laicado católicos em Coimbra<sup>12</sup>, apesar das reivindicações locais nesse sentido, como os artigos do Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos no *Correio de Coimbra*, em maio e junho de 1932<sup>13</sup>, sobre o “Instituto Católico Português”, e a exposição da direção do CADC ao Núncio Apostólico e ao Cardeal-Patriarca de Lisboa de 13 de junho de 1932, solicitando o cumprimento da decisão do Concílio Plenário<sup>14</sup>.

Tal ideia, porém, encontrava reservas e reparos por parte da Santa Sé. Quando o Arcebispo de Évora solicitou ao Papa, em nome dos bispos portugueses, a criação de uma Universidade Católica, ainda em 3 de fevereiro de 1929, a Santa Sé respondeu que considerava prematura a ideia, por falta de professores preparados, e preferia prover os seminários diocesanos, que haviam sido encerrados<sup>15</sup>, “em boa ordem material e moral” e sugerindo, mais tarde, em 1937, criar uma cadeira de Religião, mais precisamente de Apologética, nas universidades do Estado<sup>16</sup>.

Nesse mesmo ano de 1930, a ideia de uma instituição de ensino superior católico recebe particular impulso da publicação da famosa encíclica de Pio XI *Divini Illius Magistri*, sobre a “educação cristã da juventude”, estabelecendo o primado educativo da família e da Igreja e criticando o monopólio educativo do Estado, a estatização do ensino e da formação da juventude. Ao Estado compete proteger e promover a educação e não substituir a família na educação dos filhos. Deve favorecer os esforços da Igreja e das famílias nesse sentido, completando-o, quando for insuficiente, com escolas próprias. O Estado não tem um direito nem absoluto nem prioritário na educação da juventude<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> Cf. D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo de Braga, *Para a História da Universidade Católica Portuguesa em Braga*, Braga, Faculdade de Teologia, 2007, p. 113.

<sup>13</sup> *Correio de Coimbra*, 14, 21 e 28 de maio, e 4 de junho de 1932.

<sup>14</sup> Cf. António Montes Moreira, “O Cardeal Cerejeira fundador da UCP”, *op. cit.*, pp. 181-182.

<sup>15</sup> Foram encerrados os Seminários de Lamego, Beja, Angra e Funchal. Os edifícios da Guarda, Bragança, Faro e Portalegre foram cedidos às respetivas Câmaras Municipais. Os Seminários de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa (S. Vicente) e Évora foram arrendados às dioceses por 5 anos, a partir de 1912. (Senra Coelho, *D. Augusto Eduardo Nunes*, Lisboa, Paulus, 2010, p. 259).

<sup>16</sup> Cf. Arquivo dello Stato del Vaticano, AES, Portogallo, IV Período, pos. 362 P.O., fasc. 97, fls. 55 e ss; e pos. 398 P.O., fasc. 158, fls. 193-219, citados por Rita Almeida de Carvalho (org.), *Correspondência entre António de Oliveira Salazar e Manuel Gonçalves Cerejeira (1928-1968)*, Círculo de Leitores, 2010, p. 94, nota 113.

<sup>17</sup> Pio XI, “*Divini Illius Magistri*”, in *A Igreja e a Educação da Juventude*, Lisboa, União Gráfica, 1955, pp. 11-64.

A assinatura da Concordata entre a Santa Sé e o Estado português, em 1940, tornou ainda mais possível o projeto. No seu artigo 3.º ficava garantido: “A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente, de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.” E o artigo 20.º acrescentava: “As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas.”

A fundação do Instituto Católico Português viria a ser decidida pelos bispos na sua reunião de 11 a 13 de dezembro de 1943. No Decreto da sua constituição, assinado pelo Cardeal Cerejeira, em 20 de maio de 1944, é definido como “instituto eclesiástico de cultura católica”, “destinado à formação do clero, ao ensino superior das ciências eclesiásticas, e à difusão da cultura católica”. Fariam parte da sua Comissão instaladora o Patriarca de Lisboa, e os Arcebispos de Braga e Évora, tendo como secretário o Assistente-Geral da Ação Católica. Seria efetivamente registado, a 29 de maio de 1944, no Governo Civil de Lisboa, como pessoa coletiva eclesiástica, beneficiário e gestor de doações destinadas à futura Universidade Católica.

### **A localização em Lisboa: de S. Vicente de Fora à Cidade Universitária**

Em plena guerra, em 1942, dois anos após a assinatura da Concordata, surgiu a questão da localização da Universidade Católica, ligada à questão de S. Vicente de Fora.

O Mosteiro – a igreja e a sua cerca – havia sido expropriado com a implantação da República, e cedido ao Ministério da Educação, em 31 de maio de 1919<sup>18</sup>, para aí vir a construir um edifício destinado a instalar o Liceu Gil Vicente, o primeiro a ser criado pela República, que começou logo a funcionar nos respetivos claustros. A ideia era transferir as instalações do Liceu para a cerca do Mosteiro. Como a construção do novo edifício não tivesse ocorrido, em 24 de fevereiro de 1938, o decreto de 1919 era anulado e a cerca do antigo Paço revertia para a posse da comissão Jurisdicional dos Bens Culturais.

Após a assinatura da Concordata, cujo artigo 6.º reconhecia à Igreja a propriedade dos edifícios que lhe haviam pertencido, que estivessem ainda na posse do Estado e não estivessem aplicados a serviços públicos, o antigo paço Patriarcal de S. Vicente de Fora foi devolvido ao Patriarcado de Lisboa, em

---

<sup>18</sup> Decreto n.º 5186, de 31 de maio de 1919.

14 de maio de 1940, por Portaria do Ministro da Justiça Manuel Rodrigues, que entregava o seu uso e administração à corporação encarregada do culto católico do Patriarcado de Lisboa, que o ocuparia à medida que fosse sendo desocupado dos serviços públicos nele instalados.

Mas em 1942, o Estado manifesta interesse na cerca para aí construir o novo edifício do Liceu Gil Vicente. O Patriarca de Lisboa não oferece oposição a tal ideia desde que se preserve o logradouro e jardim entre o Paço e o Liceu, para garantir a reserva e privacidade do Patriarcado, e se cedam terrenos para a instalação futura da Universidade Católica, em “local central e adequado”.

Num documento enviado ao Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco, o Cardeal Cerejeira define pela primeira vez, em traços largos o que deverá ser a Universidade Católica.

*“A Universidade Católica abrange, como núcleo central e essencial de estudos, as três faculdades de Filosofia, Teologia e Direito Canónico, e deverá ter ainda, como faculdades menores, Escolas de Estudos Sociais, Psicológicos, Pedagógicos, etc. Não será, pois, uma concorrente das universidades do Estado. As faculdades maiores compreendem matérias que não são professadas naquelas; e as faculdades menores ou escolas completarão o ensino das universidades, encarando à luz da Doutrina católica problemas da cultura moderna que lá não têm suficiente desenvolvimento.*

*“Destina-se assim a Universidade ou Instituto Católico a formar, com superior cultura eclesiástica, um escol do clero, que agora não pode deixar de ir frequentar universidades estrangeiras; e, além disto, a facultar ao público português interessado nos problemas do pensamento e cultura católicas um centro universitário de investigação e de ensino.*

*“No género do Instituto Católico de Paris, será assim um estabelecimento aberto a todos os que desejam frequentar os seus cursos, sacerdotes ou leigos, mas não habilitará para as profissões civis, concedendo diplomas de Estado.*

*“Por isto não deverá ser muito numerosa a frequência de alunos, que façam cursos completos. Pelo contrário quanto aos cursos livres, de extensão universitária, para os jovens dos dois sexos, em ordem à sua instrução geral, — é de crer que haja grande afluência.*

*“Para a sua fundação prevê-se, como mínimo indispensável:*

- um seminário anexo, com cerca de 50 quartos, para os professores e alunos internos,*
- uma capela suficientemente ampla para as cerimónias religiosas,*
- um ‘auditorium’ para as grandes assembleias, reuniões, congressos, festas, o qual comporte alguns milhares de pessoas,*

- um edifício central para os serviços administrativos, aulas, bibliotecas, etc.,
- dependências suficientes para os institutos anexos de investigação,
- campo de recreação e jogos.

*A Universidade assim concebida exige um local central da cidade, por causa da sua finalidade de extensão universitária.*

*Não se teme a hipótese de ter de construir tudo de raiz; e até parece que seria a melhor hipótese. Com muito gosto se aceitaria nisto a direcção dos serviços do Ministério das Obras Públicas e da Câmara.*

*Locais adequados para tal, seriam, por exemplo: a Quinta do Mineiro e o local onde está agora instalada Artilharia 3, à Rua da Artilharia 1.*

*Dos edifícios encarados para adaptação a este fim – os Jerónimos estão fora dos centros da vida intelectual de Lisboa e distantes da área do público que frequentaria o Instituto, e (com a destruição da casa Pia) seriam ainda insuficientes; a actual Faculdade de Letras [ao tempo no Convento de Jesus], além de imprópria, é manifestamente insuficiente para os fins visados, sobretudo se não compreendesse a parte do edifício da Academia das Ciências.*

*O edifício que, como hipótese, parece reunir mais condições, é o do actual Quartel de Caçadores 5 (antigo Colégio de Campolide). Seria, porém, preciso vê-lo e estudar a sua planta, para verificar se reúne as condições necessárias e a tal respeito se estabelecer qualquer acordo.*

*Conclui-se que a localização no coração da cidade se impõe para os fins em vista, e desde já importa reservar aí local suficiente e conveniente (dos acima mencionados serviriam: Quinta do Mineiro ou Artilharia 3) onde se possa levantar aquele conjunto previsto, até que definitivamente se acorde nas condições de cedência da cerca de S. Vicente.”<sup>19</sup>*

A ideia que existia na mente do Cardeal Cerejeira, e decorre desta exposição, ao tempo, é ainda a de uma universidade predominantemente eclesial, e subsidiária da universidade de Estado, que irá evoluir ao longo dos anos. O modelo dominante parece ser, à altura, a de um Instituto Católico, semelhante ao de Paris, e por isso se identifica a Universidade com o Instituto Católico.

Sobre a necessidade dessa Universidade falaria, em Conferência proferida no Brasil, em setembro de 1946, o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, quando aí se dirigiu para participar na inauguração da

<sup>19</sup> In Rita Almeida de Carvalho, *op. cit.*, pp. 205-207.

Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo. Começou por saudar, “quase invejoso”, a Universidade Católica de S. Paulo, e concluiu frisando: “*A Universidade Católica tem justamente a missão de refazer a unidade da cultura moderna, evitando que a consciência se dissolva no cepticismo moral. Será ela que salvará ao mesmo tempo a inteligência, a moral, a vida que merece a pena ser vivida; numa palavra só – o homem. Sem deixar de ser escrupulosamente fiel aos rigores da disciplina científica, iluminará a cultura humana com as luzes divinas do Evangelho – e assim a vitalizará.*”<sup>20</sup>

## A defesa e promoção da ideia da Universidade Católica

A ideia de uma Universidade Católica Portuguesa passou a ser promovida também através de muitas iniciativas dos jesuítas e defendida por sectores do laicado universitário católico, ao longo dos anos posteriores à guerra.

Essas iniciativas vão desde as comemorações do centenário de Francisco Suarez, em 1948 até às do centenário da criação da Universidade de Évora, em 1959. Pretendiam assinalar não só o glorioso passado do ensino da teologia em Portugal, como também uma das mais significativas iniciativas universitárias da Igreja em Portugal, através da Companhia de Jesus.

As comemorações do Centenário de Suarez, iniciadas em Granada e concluídas em Coimbra, entre os dias 15 e 31 de outubro de 1948, decorreram em várias cidades de Espanha (Madrid, Toledo, Segóvia, Valladolid, Simancas, Medina del Campo, Salamanca, Ciudad Rodrigo) e Portugal (Guarda, Coimbra, Alcobça)<sup>21</sup>. Permitiram a criação em 1948 da Sociedade Internacional Francisco Suarez, uma importante rede de contactos com universitários católicos estrangeiros, que realizou em Bilbao a sua I Assembleia Geral, para aprovação dos respetivos Estatutos, onde estiveram presentes alguns professores de Coimbra e jesuítas da Faculdade de Filosofia de Braga<sup>22</sup>.

Daí nasceu o projeto de revigorar a memória do pensamento escolástico peninsular e conimbricense, a que a Goerres Gesellschaft (a sociedade dos

<sup>20</sup> D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras Pastorais, vol. III (1943-1947)*, Lisboa, União Gráfica, 1947, p. 195.

<sup>21</sup> Severiano Tavares, “Comemorações suarezianas. 15-31 de outubro de 1948”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, V (1949), 97-98; e também Domingos Maurício, “4.º Centenário de Suarez”, *Brotéria*, XLVII (1948), 624-635.

A Universidade de Coimbra esteve representada na Comissão Organizadora desse Congresso por Guilherme Braga da Cruz.

<sup>22</sup> Entre eles, Guilherme Braga da Cruz (cf. Júlio Fragata s.j., “Guilherme Braga da Cruz. Homenagem da Faculdade de Filosofia de Braga”, in *Guilherme Braga da Cruz. Um Homem para a Eternidade*, vol. I, Braga, Livraria Cruz, 1981, p. 124).

universitários católicos alemães), daria expressão especial com a publicação dos *Portugiesische Forschungen*, a partir de 1958, e com a criação de Institutos Görres em Madrid e Lisboa, já na década de 60. O Presidente da Görres, o Prof. Peters, professor de Direito Público em Colónia visitaria Coimbra, em 1954, onde, por intermédio de Guilherme Braga da Cruz, proferiu uma conferência sobre “Problema da Administração Pública e sua evolução nos Estados Modernos”.

Também o Congresso realizado em Braga sobre S. Martinho de Dume, em 1950, comemorativo do XIV centenário da sua chegada à península ibérica, serviu para se formular abertamente a ideia de se criar a Universidade Católica Portuguesa em Braga a partir da Faculdade de Filosofia de Braga<sup>23</sup>. Foi seu principal intérprete Fernando de Aguiar, que reuniu em livro vários artigos publicados no *Correio do Minho*, entre dezembro de 1950 e março de 1951, em que, a par de pedir a oficialização do ensino superior dado pelos jesuítas, ainda não ocorrida, sugeria que, a partir da Faculdade Pontifícia, se erigisse em Braga a Universidade Católica. “*Em Braga, na Braga tradicionalíssima da Fé, dos costumes cristãos e da família, está já a matriz-fulcro dessa futura Universidade católica; aquela Pontifícia Faculdade, devida ao zelo e patriótico ardor dos Padres da companhia, primeiro passo andado, primeira pedra benzida, para tão grandioso empreendimento nacional.*”

O IV Centenário da Fundação da Universidade Gregoriana, promovido em Braga pela Faculdade de Filosofia dos jesuítas, em 1954, com a presença de delegações das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto, constitui um momento importante para afirmar a nível nacional o prestígio das universidades pontifícias romanas, cujos títulos a República não validava, tendo até ficado de fora nas negociações da Concordata de 1940, constituindo um embaraço ao estreitamento das relações com o sistema universitário nacional, e para que o Estado reconhecesse academicamente os seus professores e laureados. O Reitor da Gregoriana, Pedro Abellan, seria convidado do Instituto de Alta Cultura, que subsidiaria as suas viagens e estadia, e proferiria uma conferência na Universidade de Coimbra<sup>24</sup>. Ao estreitar as relações entre os antigos estudantes portugueses da Gregoriana, entre os quais se contavam vários bispos, construíra-se uma rede de universitários católicos portugueses. Deu-se a conhecer ao País a dimensão universitária da Igreja, com ecos na Assembleia Nacional, e deu-se

---

<sup>23</sup> Fernando de Aguiar reuniu em livro os artigos publicados no *Correio do Minho*, entre dezembro de 1950 e março de 1951: Fernando Aguiar, *Por uma Universidade Católica*, Lisboa, Sigma, 1951, com prefácio do Prof. José Pedro Galvão de Sousa da PUC de São Paulo.

<sup>24</sup> Não foram alheias a estes factos as influências do Pe. Bacelar e Oliveira, em Braga, e de Guilherme Braga da Cruz, em Coimbra.

a conhecer a Roma a capacidade organizativa, a nível de ensino superior, da Igreja portuguesa.

Por último, o centenário da criação da Universidade de Évora, em 1959, veio pôr em evidência não só o glorioso passado do ensino da teologia em Portugal, como também uma das mais significativas iniciativas universitárias da Igreja em Portugal, através da Companhia de Jesus. As comemorações foram promovidas pela Sociedade Internacional Francisco Suarez e pela Faculdade de Filosofia de Braga, de par com a Câmara Municipal de Évora. Tiveram lugar naquela cidade entre 28 de outubro e 1 de novembro de 1959, com a promoção de um Congresso Científico Internacional, subordinado ao tema “A Universidade de Évora e o movimento histórico-cultural ibérico dos séculos XVI a XVIII”, de que foram Secretários-Gerais o Pe. Bacelar e Oliveira e o Prof. Silva Dias<sup>25</sup>. Ambas trouxeram a Portugal inúmeros professores de universidades católicas, contribuindo desse modo para reavivar a memória da grandeza da tradição teológica em Portugal, e a vontade de lhe dar continuidade, bem como para reforçar a ideia da criação de uma Universidade Católica em Portugal, designadamente entre os universitários católicos. Em Évora, no solene pontifical de encerramento, o Arcebispo D. Manuel Trindade Salgueiro referiu-se mesmo expressamente aos “problemas urgentes e importantes da Universidade Católica”.<sup>26</sup>

Guilherme Braga da Cruz, organizador da participação portuguesa nas comemorações do centenário de Suarez, tornar-se-ia num dos grandes defensores da ideia da Universidade Católica e simultaneamente da restauração em Coimbra da Faculdade de Teologia<sup>27</sup>. Em 1953 publicou um artigo de opinião defendendo a criação de uma Universidade Católica em Portugal<sup>28</sup>, paralela e em concorrência com as do Estado, o que pressupunha a reivindicação, que também fez, da liberdade de ensino. A restauração da Faculdade de Teologia,

<sup>25</sup> Representante na Comissão Executiva, como professor de Coimbra, foi o Prof. Guilherme Braga da Cruz.

<sup>26</sup> Vasco de Carvalho, “Comemorações do IV centenário da Universidade de Évora”, *Brotéria*, LXIX (1959), 584-590.

<sup>27</sup> Na comunicação que apresentou ao Congresso da Juventude Universitária Católica sobre “*Origem e evolução da Universidade*”, depois de explicar “o que deve a Universidade à Igreja e o que deve a Igreja à Universidade”, terminou fazendo um voto: “*Que a Universidade e a Igreja, olhando para o seu passado glorioso, e para a grande obra que mutuamente se ajudaram a realizar, voltem a dar-se as mãos, conscientes de que não têm caminhos diferentes a trilhar, mas um único e o mesmo caminho: o caminho da Verdade, ou seja o caminho de Cristo – daquele mesmo Senhor que veio ensinar-nos que só Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida.*”

<sup>28</sup> In *Beira Litoral*, n.º 36 (I), 26 de dezembro de 1953; também publicado no *Correio de Coimbra*, n.º 1612, XXXII (22 de janeiro de 1954).

que sustenta, está longe de satisfazer as aspirações dos católicos portugueses, que não ficariam satisfeitas também com a simples criação de um Instituto Católico, apenas devotado às ciências sagradas, e estranho ao ensino das ciências profanas, que deixaria o ensino universitário continuar a ser agnóstico. Apenas resolveria parcialmente o problema. Requeria-se uma Universidade Católica, na plena aceção do termo, com todas as faculdades em que o ensino seria orientado pelas diretrizes da Igreja, “num ambiente de cultura especificamente católico”.

E continua:

*“Aceitou-se entre nós o dogma, inteiramente falso, de que ao Estado incumbe organizar um ensino oficial agnóstico, deixando, porém, aos credos religiosos a liberdade de organizar um ensino particular a seu contento. Toda a gente sabe que isto equivaleu, praticamente, no domínio do ensino primário e secundário, a asfixiar o ensino religioso, tornando-o num ensino caro, só acessível aos ricos – e, por isso mesmo, odioso às classes desprotegidas –, em contraposição a um ensino oficial agnóstico gratuito, ou, pelo menos, incomparavelmente mais acessível às bolsas dos pais. O Estado liberal do século XIX, sob a égide da maçonaria internacional, levou a cabo dessa maneira, com uma habilidade incontestável, um plano de proporções insuspeitadas, na tarefa de descristianização das massas.” [...]*

*“Mas o que é preciso proclamar é a falsidade do princípio em que tudo isto assenta. O Estado não tem o direito de organizar o ensino da maneira que entenda. Tem que respeitar, primeiro que tudo, a iniciativa privada, dando subsídios pecuniários às escolas fundadas pela Igreja, designadamente através das suas Congregações religiosas, ou fundadas pelos particulares em obediência à orientação doutrinal preferida pelos pais dos educandos, desde que essa organização não brigue com a própria ordem social. Essas escolas têm que ser subsidiadas com a largueza suficiente para poderem oferecer um ensino tão barato como o ensino oficial, dando aos pais uma plena liberdade de opção, já que são eles, e não o Estado, quem tem a faculdade, perante o direito natural, de escolher a educação que mais convém aos filhos.*

*“Além disto, tem o Estado que organizar supletivamente, um ensino oficial, suprimindo as lacunas que a iniciativa privada deixou em aberto. Mas, ao organizar este ensino oficial o Estado tem que respeitar, mais uma vez, a orientação doutrinal preferida pelos pais dos educandos, ou preferida por eles próprios, quando já têm o discernimento e a idade bastantes para saberem optar pelo que mais lhes convém. [...]*

*“No dia em que a Igreja resolva fundar, entre nós, essa Universidade, é obrigação do Estado dotá-la e sustentá-la economicamente, nos mesmos termos em que sustenta as universidades oficiais actualmente existentes, devendo, ao mesmo tempo, dar plena validade aos títulos que essa Universidade conferir, para que haja completa liberdade*

*de escolha, entre ela e as universidades oficiais, por parte de todos quantos desejam seguir estudos superiores.”*

A reivindicação da criação da Universidade Católica é acompanhada com a da liberdade de ensino. Dois anos depois, nas comemorações dos 25 anos da Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, organizada pela Conferência Nacional dos Institutos Religiosos, na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a presença de vários membros do episcopado e do governo, o futuro Reitor de Coimbra, orador principal dessa sessão, reclamou a liberdade de ensino em Portugal, ao abrigo da qual deveria ser criada a Universidade Católica<sup>29</sup>.

As intervenções de Guilherme Braga da Cruz tiveram imenso impacto. O Cardeal Cerejeira, em carta a Salazar de 25 de março de 1954, invoca-o para justificar que a Universidade Católica daria “satisfação a uma exigência da consciência católica”. “Reclama-a cada vez mais insistentemente a opinião. Foi um dos votos, calorosamente apoiado, como nenhum outro, do congresso Universitário do ano passado. É ver a sensação que fez o artigo do Dr. Guilherme Braga da Cruz publicado já depois do voto da Universidade [para a restauração da Faculdade de Teologia] num jornal de Coimbra. E ainda há pouco se elevou na Assembleia Nacional no mesmo sentido uma voz de deputado.”

Quando, em 1953, se realizou em Lisboa, o primeiro Congresso da Juventude Universitária Católica, promovido conjuntamente pelas direções da JUC e da JUCF, de que eram presidentes, respetivamente, Adérito Sedas Nunes e Maria de Lourdes Pintasilgo, a ideia de uma Universidade nova, cuja inovação responda aos problemas e anseios identificados no Congresso, é associada a de uma Universidade Católica. Entre as conclusões, é votada uma que reclama a fundação de uma Universidade Católica<sup>30</sup>, “saudada de pé com as mais vibrantes

---

<sup>29</sup> Guilherme Braga da Cruz terminou a sua conferência confessando: “*É para esta Universidade Católica – em cujo seio provera a Deus eu pudesse acabar a minha vida de professor –, que eu tenho sonhado tantas vezes – ou eu não fosse um sonhador, como Vossas Excelências acabam de ver; mas aí do mundo se não houvesse sonhadores – que eu tenho sonhado, ia a dizer, a restaurada grandeza da Universidade de outros tempos, fiel à cultura ecuménica do cristianismo, subordinada aos ditames da Hierarquia, institucionalmente autónoma, verdadeira corporação de mestres e escolares, ao serviço de Deus, nosso supremo Bem e nossa salvação.*” In Guilherme Braga da Cruz, *Problemas da Educação: Direitos da Família, da Igreja e do Estado*, Lisboa, Conferência Nacional dos Institutos Religiosos, 1955 (também in Guilherme Braga da Cruz, *Obras Esparsas, vol. VII: Estudos Doutrinários e Sociais*, Coimbra, Universidade, 1985).

<sup>30</sup> *I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica. O Pensamento Católico e a Universidade*, Lisboa, 1953, pp. 405 e ss.

aclamações de toda a assistência”<sup>31</sup>, e uma outra que propõe a introdução de uma cadeira de Direito Canónico nos cursos professados nas Faculdades de Direito do País<sup>32</sup>. A ideia de Universidade Católica passa a associar-se à de reforma da Universidade, à de uma Universidade mais autónoma, mais próxima das necessidades do desenvolvimento da sociedade, mais inovadora científica e pedagogicamente.

A ideia de uma Universidade Católica, no âmbito de uma consagrada liberdade de ensino, ganhava adeptos entre a Juventude Universitária Católica. Miguel Galvão Teles, em artigo de opinião no jornal *Encontro*, em 1960, reivindicava “para a Igreja o direito a ter as suas universidades” bem como, para os estudantes, a “liberdade de escolha de universidades”<sup>33</sup>.

### **Universidade Católica ou Faculdade de Teologia**

O Cardeal Cerejeira apresentou a Roma, em 1952, o desejo de vir a criar em Lisboa, uma Universidade Católica. Recebeu do Cardeal Pizzardo, Prefeito da Congregação para os Seminários e Universidades, palavras de satisfação e encorajamento, bem como algumas indicações:

- todos os bispos deveriam estar de acordo;
- o Magno Chanceler deveria ser o Cardeal-Patriarca;
- devia escolher-se bem o Reitor;
- o corpo docente devia ser integrado pelos melhores professores do País e, se necessário, até alguma competência externa;
- assegurar o financiamento, fazendo apelo ao povo (com um “Dia da Universidade”), aos benfeitores (através de uma Associação de Amigos) e ao governo (salvaguardando a liberdade e a autonomia). Este último apoio teria a vantagem de inserir a Universidade Católica na vida nacional, não a afastando das outras universidades de Estado, das quais porém se devia distinguir pelo espírito eminentemente religioso;

<sup>31</sup> Gomes de Zurara, “O I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica. JUC e JUCF”, *Brotéria*, LVII (1953), 82-101.

<sup>32</sup> Proposta apresentada pelo então Pe. Eurico Dias Nogueira, assistente eclesástico do CADC, licenciado em direito civil (pela Universidade de Coimbra) e doutorado em direito canónico (pela Universidade Gregoriana), futuro Bispo e Arcebispo de Braga. Cf. também *Estudos* (CADC) (1953), pp. 266-270.

<sup>33</sup> *Encontro*, 5 (janeiro, 1960), p. 5.

- criar uma entidade fundadora da Universidade, representante legítima do Episcopado (como por exemplo na Universidade Católica de São Paulo);
- para as questões organizativas (estatutos, programas, sugestões, conselhos), olhar para os exemplos da Universidade do Sacro Cuore de Milão e para Lovaina<sup>34</sup>.

Mas a Universidade de Coimbra dava início, na década de 50, a uma sucessiva reivindicação da restauração da sua extinta Faculdade de Teologia.

A ideia fora apresentada pelo próprio episcopado ao Reitor Moraes Sarmiento a quando da sua posse em 1939. Dez anos depois, O Doutor Diogo Pacheco de Amorim, que fora o primeiro deputado católico no regime republicano, ao proferir a Oração de Sapiência na abertura solene das aulas em novembro de 1951, lamentou que a Universidade estivesse incompleta por ausência da Teologia, que lhe fora tirada. Os catedráticos da Faculdade de Letras votaram por unanimidade, em 21 de julho de 1953, uma moção, apresentada ao senado, e por ele aprovado a 22 de janeiro de 1954.

Na sessão de abertura das aulas em 1953, o Reitor Maximino Correia defendeu a necessidade de restauração da Faculdade de Teologia, na Universidade de Coimbra, o mesmo fazendo na Oração de Sapiência, de início do ano letivo, no Seminário de Coimbra, o Dr. Manuel de Almeida Trindade, professor da Faculdade de Letras, futuro Bispo de Aveiro e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

Na moção aprovada pelo Senado, a 22 de janeiro de 1954, considerava-se uma lacuna a carência de estudos teológicos superiores, e defendia-se a “instauração de estudos teológicos na Universidade, orientada segundo métodos rigorosamente científicos”, de que decorreria um “ambiente propício ao desenvolvimento de muitas disciplinas”, tais como línguas orientais, história das instituições eclesiásticas, estudos patrísticos, e sugeria a “restauração da Faculdade de Teologia”<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira de 29 de janeiro de 1953.

<sup>35</sup> Cf. “Proposta do Senado Universitário para a restauração da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra (Aprovada por unanimidade em sessão de 27 de outubro de 1960)”, in Guilherme Braga da Cruz, *Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1961-1962. Relatório lido pelo Reitor da Universidade na abertura solene das aulas, em 16 de Outubro de 1962*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963, pp. 55-57. A referida moção alegava que a Faculdade de Teologia não fora extinta, apenas encerradas as matrículas no 1.º ano, continuando a funcionar até 1912, ano em que obtiveram o bacharelato 11 estudantes, entre os quais Manuel Gonçalves Cerejeira. Não havia pois razão para falar de refundação mas apenas de “reabertura” e “restauração”.

Esta reivindicação, bem depressa se havia transformado, para alguns sectores católicos, mas também para algumas autoridades do regime vigente, em alternativa à criação de uma Universidade Católica em Portugal.

O próprio Salazar, que não votava particular simpatia à ideia de uma Universidade Católica, preferia a restauração de uma Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra. Preocupava-o, é certo, que a formação do clero superior se fizesse no estrangeiro e não em instituições portuguesas, reconhecendo por isso a vantagem de uma escola de Teologia em Portugal, embora não necessariamente numa Universidade de cuja viabilidade económica desconfiava<sup>36</sup>. Uma Universidade Católica, com faculdades para além das eclesiásticas, era, para ele, “um sonho sem consistência, aspiração sem possibilidades de realização”, como o transmitiu ao Ministro da Educação Pires de Lima. Compreendia a apreensão da Igreja relativamente a uma Faculdade de Teologia apenas dependente do Ministério da Educação e independente do Episcopado, a quem dava razão por isso. O que do seu ponto de vistaurgia, era infletir a tendência para formar o alto clero no estrangeiro, em universidades que, ou fomentavam o internacionalismo (Gregoriana de Roma), ou preparavam “os educandos às lutas políticas

---

<sup>36</sup> Em documento enviado ao Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, em 1965, Salazar explica a sua posição: “*Até há pouco creio que tudo se fez com grande liberalidade e de modo a facilitar ao Episcopado Português a realização da Universidade Católica, apesar de não concordar nem com a orientação, nem com a localização dos edifícios*” [...] “*Foi em tempos oferecida a restauração em Coimbra da Faculdade de Teologia (pedida pelo Senado Universitário). Mas a oferta não foi aceite pelo Episcopado, apesar de o custeio ser totalmente à conta do Estado. Hoje o problema, resolvidos os vários aspectos por quem de direito, só tem para o governo o seguinte interesse: o cardeal-patriarca pertence à última geração que pôde frequentar Teologia em Coimbra. Isto quer dizer que os próximos bispos ou o alto clero sairão todos, durante anos, dos indivíduos formados em universidades estrangeiras, designadamente a Lovaina de Bruxelas, Paris, Estrasburgo, ou a Pontifícia de Roma.*” [...] “*O que temos em frente de nós são sacerdotes desenraizados do torrão natal, com grande dose de internacionalismo nas veias e no pensamento. Roma aliás protege essa orientação. De modo que quanto mais demorar a construção da Universidade, mais se agravará o problema acima enunciado. E como os formados em Portugal têm mais de 75 anos, nem professores verdadeiramente teremos, nos primeiros anos, que sintam Portugal.*” [...] “*Este é por isso um problema muito grave, em que tenho perdido algum tempo. Mas como já não se pode remediar o passado nem servir convenientemente o presente, vamos acautelar, na medida do possível, o futuro.*” [...] “*A crise doutrinal por que passa a Igreja no atual momento, e ao mesmo tempo a política que a Santa Sé prossegue e que, apesar das suas boas palavras, contraria os nossos interesses, não nos permitem rasgos de otimismo e generosidade que aliás não podíamos ter; acho assim que as verbas indicadas (10 mil em quatro anos, ou mesmo 8 mil nos mesmos quatro anos) são suficientes para marcar uma posição, isto além daquelas ajudas indiretas que com técnicos e conselheiros o Ministério pode prestar. E veremos depois se, além da construção material, tiramos do auxílio grande benefício para a Nação, que é no que temos os olhos postos*” (in Franco Nogueira, *Salazar, vol. VI: O último combate (1964-1970)*, Porto, Civilização Editora, 1985, pp. 33-34).

partidárias, e em especial aos partidos católicos” (francesas, belgas, etc.). Para isso, urgia criar uma Faculdade de Teologia e Direito Canónico, subordinada ao episcopado, e que se poderia instalar em Coimbra, em Santa Clara. “Isto podemos fazê-lo, outra coisa não.” Se a Igreja insistir na ideia de uma Universidade, cujo nível se afigurava difícil, e cujo corpo docente teria que recorrer ao estrangeiro, o governo deixará fazer, mas não apoiará financeiramente<sup>37</sup>. Temia além disso uma Universidade Católica com autonomia do Ministério da Educação.

O Cardeal Cerejeira rebateria esta ideia em extensa carta a Salazar a 25 de março de 1954. Uma simples Faculdade de Teologia não resolveria o problema da necessidade de um “pensamento católico vivo e consciente”, necessário à sustentação de uma civilização cristã. E a criar uma Faculdade de Teologia, Lisboa tinha vantagens sobre Coimbra, e nesta cidade, em Santa Clara, o seu papel seria nulo. Insiste por isso na preferência por Lisboa, e como S. Vicente de Fora seria exíguo e distante do centro universitário da capital, aponta para uma troca de terrenos: “levar o ensino superior católico de S. Vicente para junto da área universitária de Lisboa”. Portugal seria o único País cristão da Europa sem uma Universidade Católica. Esse era o sonho, “aliás bem modesto”, do Cardeal Cerejeira: “criação futura de algumas Faculdades menores ou Escolas ou Cursos com relação mais directa com a doutrina católica, os quais completariam ou supririam o ensino universitário civil. Lembro-me de ter falado numa escola de Ciências Sociais e de pedagogia e creio que de Cursos Especiais segundo as circunstâncias aconselhassem. Não me iludo sobre as possibilidades e condicionalismo do nosso meio. Nunca pensei em Faculdades paralelas à da Universidade Civil e em concorrência com elas”. Com essa futura Universidade “dar-se-ia satisfação a uma exigência da consciência católica”<sup>38</sup>.

O Cardeal Cerejeira consulta porém os bispos em carta confidencial de 17 de abril de 1954, enviando-lhes a carta que enviara a Salazar, e pedindo parecer sobre o assunto: “A Universidade de Coimbra pediu ao Governo a restauração da antiga Faculdade de Teologia; o Governo estaria na disposição de conceder a restauração, suposto prévio acordo com a Santa Sé, e na base de inteira dependência doutrinal e disciplinar da Igreja; a instalação implicaria a renúncia da Igreja em fundar outra Faculdade de Teologia em qualquer lugar; o Governo destinaria o antigo Convento de Santa Clara a residência dos alunos

---

<sup>37</sup> AOS/CO/ED-10, 7: “Criação ou restauração de uma Faculdade de Teologia – Educação Nacional”. Citado in Franco Nogueira, *Salazar, vol. IV: O Ataque (1945-1958)*, Coimbra, Atlântida, 1980, pp. 337-340.

<sup>38</sup> Carta do Cardeal Cerejeira a Salazar de 25 de março de 1954 (Arquivo do Cardeal Cerejeira sobre UCP, Caixa 1).

clérigos, e porventura o local das aulas; a boa disposição do Governo é limitada exclusivamente a Coimbra.”

“Está posto com esta hipótese, todo o problema da Universidade Católica em Portugal.” Pergunta se as vantagens justificam a renúncia a criar a Faculdade de Teologia no Instituto Católico de Lisboa. Compara as vantagens (inserção do ensino católico na universidade do Estado, categoria universitária do ensino teológico, libertação de encargos materiais para a Igreja) com os inconvenientes (amputar do ensino teológico o futuro Instituto Católico e, sobretudo, “deixar em situação de inferioridade o ensino deste, pelo menos até que seja possível um dia reconhecê-lo oficialmente, pois não gozará das vantagens e do prestígio oficial da Faculdade de Teologia”, para além de instalar a Teologia fora do “perímetro universitário”, do “convívio do meio académico”, afetando o seu “prestígio e influência”). A Teologia em Coimbra, “mesmo que aumentada futuramente da Filosofia e Direito Canónico, sacrificaria o Instituto Católico”<sup>39</sup>.

O anúncio da sua restauração, feito na Assembleia Nacional pelo então deputado Prof. Lopes de Almeida, chegou a ser aguardado pela rádio, em Coimbra<sup>40</sup>. “Receou-se que aquela (a restauração) viesse esmorecer e dificultar a realização de um plano mais vasto e arrojado: ou seja, uma autêntica Universidade, em vez de uma simples Faculdade de Teologia.”<sup>41</sup>

O resultado da consulta aos bispos foi comunicado pelo Cardeal-Patriarca ao Bispo de Coimbra, a 6 de julho de 1953. “O Episcopado não desejaria que a restauração da Faculdade de Teologia prejudicasse a criação dum Instituto Católico, sob plena direcção da Igreja”; e depois “a Faculdade de Teologia teria de ficar sob plena direcção doutrinal e disciplinar da Igreja”<sup>42</sup>. Ora não parece haver alunos suficientes para duas Faculdades de Teologia (Coimbra e Lisboa), e não fará sentido separar a Teologia (em Coimbra) da Filosofia e do Direito Canónico (em Lisboa). E a Sagrada Congregação aprovara já a criação da Universidade Católica em Lisboa. Uma clara maioria dos bispos manifesta preferência pela Universidade em Lisboa como projeto a não abandonar<sup>43</sup>. E na

<sup>39</sup> Carta do Cardeal Cerejeira aos bispos portugueses de 17 de abril de 1954, acompanhada da carta que escreveu a Salazar a 25 de março de 1954 (Arquivo do Cardeal Cerejeira sobre UCP, Caixa 1).

<sup>40</sup> Testemunho oral de D. Eurico Dias Nogueira, na altura membro do clero de Coimbra.

<sup>41</sup> D. Eurico Dias Nogueira, *Para memória da Universidade Católica Portuguesa em Braga*, Braga, Faculdade de Teologia, 2007, pp. 71 e 88.

<sup>42</sup> A. Montes Moreira, “O Cardeal Cerejeira fundador da UCP”, *op. cit.*, p. 190.

<sup>43</sup> Numa nota manuscrita do Cardeal Cerejeira (Arquivo do Cardeal Cerejeira para a UCP-Pasta sobre a Comissão Instaladora) sobre uma “reunião de urgência”, realizada no Seminário dos Olivais, em 1 de abril de 1954, com os Arcebispos de Braga e Évora, e os Bispos de Porto,

reunião plenária do episcopado a 30 de junho de 1954, é rejeitada a proposta do governo de custear uma Faculdade de Teologia, apenas, na Universidade de Coimbra<sup>44</sup>.

Salazar recebeu o Cardeal Cerejeira no Forte do Estoril, a 5 de setembro de 1954, para tratar do assunto. Se o governo tivesse muito empenho em criar a Faculdade em Coimbra, os bispos não se oporiam, mas frisavam que “se ficar fora do perímetro universitário não poderá exercer aquela influência irradiante sobre o meio; – depois sendo só Teologia, – temos de ser leais – a frequência será diminuta, pois a frequência só interessará, em regra, aos alunos eclesiásticos e para funções eclesiásticas”, terá dito a Salazar o Cardeal Cerejeira, de acordo com os apontamentos manuscritos deste, explicitando que o número de alunos calculados por ano não excederia os 25, pois continuariam a ser enviados alunos para Roma, para se formarem “junto do Santo Padre e trazerem outros horizontes”. Além disso, “a Teologia hoje mal se conceberia sem a Faculdade de Filosofia”, pois “os alunos de Teologia teriam de frequentar pelo menos alguns cursos de Filosofia”. Como Salazar comentasse que os poderiam frequentar na Faculdade de Letras, o Cardeal Cerejeira lembrou que aí o ensino é diferente, com outra orientação, enquanto o ensino eclesiástico deverá ser obrigatoriamente escolástico e tomista. A preferência dos Bispos ia para Lisboa, com três Faculdades Eclesiásticas, e depois “cursos ou pequenas Faculdades complementares das universidades do Estado”, não as mesmas Faculdades do Estado. Como

---

Coimbra e Mitilene, da qual não se lavrou Ata, são apresentadas 4 hipóteses e opiniões dos presentes sobre elas:

- “1.ª hipótese: – Coimbra – 3 Fac. can.  
unânime
- 2.ª hipótese: – Coimbra – F. de Teol.  
Lx.ª com benevolência Filos. e Direito  
unânime
- 3.ª hipótese: – Coimbra – F. de Teol.  
Lx.ª sem auxílio do Est.  
Contra: Évora  
Mitilene
- 4.ª hipótese: – Coimbra – fora perímetro univ. – F. de T.  
Certa hesitação  
Coimbra – fav.  
Braga – fav. (sem calor)  
Évora – contra  
Porto – indeciso  
Mitilene – contra

<sup>44</sup> A. Montes Moreira, art.cit., p. 194.

Salazar tivesse perguntado: “e alunos para isso”, o Cardeal explicou que para as eclesiásticas seriam seminaristas e religiosos, o que impunha a existência de uma residência. Salazar perguntou se S. Vicente não servia. “Só para começar, provisoriamente, enquanto se construía novos edifícios”, esclareceu o Cardeal-Patriarca. De futuro, S. Vicente seria para instalar o Patriarcado. A Universidade Católica deveria ir para a Cidade Universitária, “por causa do ambiente, e para influência e irradiação no meio universitário”. Salazar soubera do Ministro das Obras Públicas do desejo de um terreno nessa zona, e respondera positivamente. Salazar precisou que “só queria ajudar a Igreja, com coisa modesta, se ela não pudesse resolver o problema”, conforme anotara o Cardeal. Prometeram voltar a falar<sup>45</sup>.

O Cardeal Cerejeira, por outro lado, explicou ao Cardeal Pizzardo que tudo se preparava para instalar a Universidade em S. Vicente de Fora, com o concurso do Estado, quando a Universidade de Coimbra surgiu a pedir a restauração da Faculdade de Teologia, o que levou à suspensão dos trabalhos e motivou reuniões do episcopado e entrevistas com o Chefe do Governo e com o Ministro da Educação. O episcopado fora quase unânime em considerar que a restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra tornaria impossível a criação da mesma Faculdade na Universidade Católica, pois não haveria alunos suficientes para as duas Faculdades e para o Colégio Português em Roma. Além disso, essa Faculdade a restaurar, apenas na condição de o ser com a Filosofia e o Direito Canónico, ficaria fora do perímetro universitário, danificando o seu prestígio e dificultando a sua frequência. Integrada na Universidade do Estado, se bem que na dependência doutrinal e disciplinar da Igreja, não teria porventura a mesma liberdade e iniciativa. Teria a vantagem real do apoio financeiro e político do Estado e do prestígio e autoridade da integração universitária. O episcopado, porém, não prescindia da Teologia num grande centro de cultura católica no País. “Começar-se-ia pouco a pouco pelas Faculdades canónicas, mas prevêm-se outras pequenas Faculdades para fazer irradiar o pensamento católico no domínio literário, científico e social. Não é de prever, de momento, Faculdades inteiramente paralelas às do Estado, por falta de reconhecimento pelo Estado e de um público desinteressado suficientemente numeroso para as manter; mas contamos com a benevolência prometida. Mas tudo coloca nas mãos de Roma para aprovação.”<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Apontamentos manuscritos dessa conversa, registados a 9.IX.1954, no Arquivo do Cardeal Cerejeira para a UCP-Pasta da Comissão Instaladora.

<sup>46</sup> Carta de Cerejeira a Pizzardo de 10 de janeiro de 1955.

O Cardeal Prefeito recomenda que a proposta de restauração deveria ser estudada de todos os aspetos “para assegurar a plena e exclusiva dependência, doutrinal e disciplinar, dos professores e alunos, da Autoridade Eclesiástica”<sup>47</sup>.

Por seu lado, o Núncio Apostólico Fernando Cento esclarece para Roma que “o problema mais urgente em Portugal é o de uma Universidade Católica com Faculdades de Filosofia, Letras, e Direito, para leigos, já que a Teologia e o Direito Canónico eram menos urgentes, pois podia o clero continuar a frequentá-los na Gregoriana ou outras Faculdades de renome. Por outro lado, o financiamento do Estado “implicaria uma perigosa dependência do Estado”, pois quando Salazar deixasse o poder poderia ocorrer uma mudança. Era por isso preferível obter do Estado um fundo, para o qual o povo também contribuiria. A começar, mesmo num plano reduzido, é necessário assegurar “um elevado prestígio” desde o começo.

Na sua reunião de dezembro de 1956, os bispos julgam ser preferível à instalação provisória em S. Vicente de Fora, num “bairro antigo e pouco indicado para o prestígio de uma nova fundação”, a opção pelos terrenos na cidade universitária. O governo autorizara a Câmara a proceder a expropriações nesse sentido, e o Cardeal Cerejeira indica a área de 60 000 m<sup>2</sup> como necessários. A Fundação Gulbenkian promete apoiar a nova construção<sup>48</sup>.

Como a anterior moção não tivesse obtido qualquer reação oficial, insistiu o Senado da Universidade de Coimbra em nova moção, aprovada por unanimidade, no dia 27 de outubro de 1960. Considerando a “reabertura” da Faculdade de Teologia, “indispensável ao progresso da Universidade e urgentíssima para o desenvolvimento cultural do País”, propunha a sua reinstalação em Coimbra, onde encontrará, “como em nenhuma outra parte, ambiente académico apropriado”, atendendo ao “instrumental bibliográfico acumulado durante muitos séculos”. E recordava não existirem dificuldades quanto a instalações quer da Faculdade quer de um Colégio universitário para estudantes (falava-se do edifício do então Hospital Militar, ao lado do Seminário), nem quanto “ao regime de funcionamento e necessária fiscalização do poder espiritual da Igreja”, nem quanto a um plano de estudos, corpo docente qualificado, garantia de frequência escolar e colocação de futuros diplomados. Acrescentava que tal reabertura não prejudicava a criação de outros institutos de ensino religioso noutras localidades, numa clara referência a uma eventual Universidade Católica, “antes cria o ambiente propício e o condicionalismo indispensável à realização de tais projectos”, e insistia que a restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra

---

<sup>47</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira de 18 de janeiro de 1955.

<sup>48</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Cardeal Pizzardo de 21 de setembro de 1957.

não devia “ser prejudicada por outros planos mais dificilmente realizáveis e menos ajustados às tradições portuguesas e às realidades sociais, económicas e culturais do País, numa alusão à fundação da mesma Universidade Católica”.

A Semana de Estudos Universitários, em Coimbra, promovida pelo CADC e pela JUCF, em fevereiro de 1960, votou, entre as suas conclusões, uma que visava “o preenchimento de uma lacuna aberta na Universidade de Coimbra e para facilitar uma cultura teológica superior, pede-se a restauração da sua velha e gloriosa Faculdade de Teologia”<sup>49</sup>.

O Reitor da Universidade de Coimbra, Guilherme Braga da Cruz, insistiria na abertura solene das aulas, em 16 de outubro de 1961, no pedido de restauração da Faculdade de Teologia, perante o Presidente da República e os novos Ministro e Secretário de Estado da Educação, invocando os mesmos argumentos da moção do Senado do ano anterior<sup>50</sup>. “*O interesse da Igreja e os interesses espirituais e culturais da Nação congregam-se, assim, para que em breve os capelos brancos possam voltar a figurar nos cadeirais desta sala. Esperamos que nem a Igreja nem o Estado descurem este momentoso problema.*”<sup>51</sup>

Essa mesma reivindicação será formulada pelo Reitor seguinte Andrade de Gouveia no seu discurso de posse: “*A restauração da Faculdade de Teologia, sem a qual a Universidade se sente amputada e que considero em Portugal uma pedra angular do desenvolvimento de uma grande era cristã, única esperança desta maravilhosa época que em si tem o dilema de infindas possibilidades construtivas ou destrutivas.*” E na abertura do ano letivo desse mesmo ano de 1963, voltava a lembrar que “*nos últimos dez anos, a Universidade tem instantemente pedido a restauração da Faculdade de Teologia e continuará a apresentar este importante problema, até que seja solucionado pela Igreja e pelo Estado*”<sup>52</sup>.

Tal reivindicação, se encontrava eco favorável no governo, que chegou a oferecer à Igreja essa possibilidade, não agradava contudo ao Cardeal Cerejeira que, temia, não sem fundamento, que uma vez restaurada a Faculdade de Teologia, o mesmo governo não viabilizasse a criação da Universidade Católica.

<sup>49</sup> *Encontro*, 5 (março de 1960), p. 4.

<sup>50</sup> Guilherme Braga da Cruz, *Relatório lido na abertura solene das aulas em 16 de outubro de 1961*, Coimbra, 1961 [Separata de *Estudos*, fasc. VIII, XXXIX (1961), pp. 26-27].

<sup>51</sup> O Núncio Fürstenberg, encarregou o jesuíta Pe. Roque Cabral de ir a Coimbra transmitir ao Reitor Braga da Cruz os passos que precisaria de dar para obter a anuência da Santa Sé à criação da mesma Faculdade de Teologia, segundo depoimento do próprio emissário.

<sup>52</sup> *Estudos* (CADC), XLI (1963), pp. 374 e 488.

## O desenvolvimento do ensino superior católico

Entretanto, o desenvolvimento do ensino superior católico em Portugal conhecia várias iniciativas, por parte de algumas ordens religiosas, que muito contribuiriam para reforçar a urgência da Universidade Católica em Portugal. Essas iniciativas não deixaram de suscitar receios ao Cardeal Cerejeira de que pudessem fazer perigar a unidade e a viabilidade do projeto. A UCP devia ser de toda a Igreja, dos bispos e das ordens religiosas, pois não havia espaço para duplicação de esforços.

Em 1934, os jesuítas, regressados a Portugal depois da expulsão republicana, criaram em Braga o Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho, inicialmente reservado à formação dos seus estudantes, que rapidamente se impôs no panorama académico nacional, sobretudo depois do lançamento, em 1945, da *Revista Portuguesa de Filosofia* e da elevação da escola a Pontifícia Faculdade de Filosofia de Braga em 1947. Acolhem conferências de vários universitários de outros centros do País. Guilherme Braga da Cruz, bracarense de nascimento, proferiu na Faculdade uma conferência sobre “A sociedade familiar segundo a doutrina da Igreja”, em 1952. Realiza a Faculdade os seus primeiros doutoramentos, em 1951 e em 1957<sup>53</sup>. Em 1954, promove a celebração local do IV Centenário da jesuítica Universidade Gregoriana, com a presença do seu Reitor Pedro Abellan em Braga, e perante importantes delegações das universidades portuguesas, chefiadas pelos Reitores. Pretendia-se credibilizar o ensino universitário pontifício, já que o reconhecimento dos seus títulos em Portugal fora recusado nas negociações da Concordata de 1940<sup>54</sup>. Em 1955, promoveu a

<sup>53</sup> Foram eles os de Lúcio Craveiro da Silva e de Vitorino de Sousa Alves. O primeiro teve lugar na Igreja do antigo colégio dos jesuítas de São Paulo.

<sup>54</sup> O IV Centenário da Universidade Gregoriana, herdeira e continuadora do Colégio Romano, fundado por S. Inácio de Loyola, decorreu em Roma em outubro de 1953, com a presença de vários Reitores de universidades civis italianas e de delegações de universidades europeias (Sorbonne, Salamanca, etc.). Com as comemorações portuguesas, pretendiam os jesuítas reforçar as relações entre os antigos alunos (entre os quais estavam vários bispos), e a solidariedade das universidades portuguesas com a universidade romana. O Reitor da Universidade Gregoriana, Pedro Abellan s.j., que já representara a Gregoriana nas comemorações do centenário de Suarez, veio a Portugal presidir às cerimónias e proferir uma conferência na Universidade de Coimbra.

As cerimónias tiveram lugar em Braga, a 24 e 25 de fevereiro de 1954. Na sessão solene de 24, no Salão Nobre da Biblioteca Pública, usaram da palavra o antigo aluno Doutor Almeida Trindade (Vice-Reitor do Seminário de Coimbra e futuro Bispo de Aveiro e Presidente da Conferência Episcopal) sobre “A Universidade Gregoriana e a Cultura Portuguesa”, o Prof. Providência e Costa, da Faculdade de Letras de Coimbra, e o Reitor Abellan, além do Arcebispo de Braga. Da Comissão Organizadora faziam parte o Pe. Bacelar e Oliveira s.j.,

organização do I Congresso Nacional de Filosofia<sup>55</sup>, e em 1959, o I Colóquio sobre História da Filosofia em Portugal. Nos anos 60, envolveu-se a Facul-

---

o Cónego Martins Gonçalves e Pe. Arieiro, do Seminário de Teologia, e o Cónego Luciano dos Santos, do Seminário de Filosofia.

As autoridades e jornais de Braga, que viram na iniciativa mais um passo no sentido da criação da Universidade Católica na cidade, empenharam-se na organização e sua divulgação.

O Pe. Bacelar e Oliveira, que foi o grande promotor dessas Comemorações, apresentava em carta a Guilherme Braga da Cruz de 17 de março de 1954 o balanço da iniciativa: “Estas festas da Universidade Gregoriana deixaram em todos, graças a Deus, uma impressão de harmonia e beleza que os que na cidade [de Braga] as viram não se cansam de agradecer. [...] Saíram muito mais fortes os vínculos que uniam Portugal à Gregoriana; estabeleceu-se um conhecimento e contacto entre esta e as universidades portuguesas; encontraram-se os antigos alunos, tão separados e tão alheios da nossa cultura secular; tomou o País e a Assembleia Nacional conhecimento da ação portuguesa da Universidade; chegaram a interessar-se nisso os meios oficiais; ganhou a cidade de Braga muito em prestígio e conseguiu impor Roma o seu nome e uma impressão de vitalidade e valor. E agora penso eu que a maior parte de toda a consideração pública e oficial que as coisas adquiriram se deve francamente à atitude da Universidade de Coimbra; e esta, antes de mais nada, a V. Exa, à sua dedicação, abnegação e compreensão do sentido católico das comemorações. Até a própria cidade [de Braga] se convenceu de que estava perante um acontecimento digno de nota, sobretudo a partir do momento em que se anunciou a lista dos Professores de Coimbra e o *Correio do Minho* apanhou de alguém e estampou indiscretamente a circular dirigida aos antigos, tendo a feliz ideia de publicar a grande o retrato de V. Exa. Enfim, Deus foi dispendo tudo, e até em Roma ficou tudo espantado com o que aqui se fez, e outros países, segundo soubemos, com inveja de não terem sido os primeiros a fazer o mesmo. Graças a Deus, a V. Exa e ao Sr. Prof. Providência e Costa, ao Sr. Reitor e a toda essa gloriosa e bem portuguesa Universidade. Queira o Senhor que tudo isto seja apenas o princípio de outras ações mais duradouras e profundas em efeitos.”

<sup>55</sup> Este Congresso começou a ser organizado pelo Pe. Severiano Tavares. A ideia inicial era a de um simples colóquio, em Braga, e uma exposição bibliográfica no Porto, para assinalar os 25 anos da presença jesuíta em S. Barnabé. Com a sua morte, assume a organização o Pe. Bacelar e Oliveira que transforma o Colóquio em Congresso, constituindo para o efeito uma Comissão de Honra, integrada pelos Reitores de Coimbra e de Lisboa.

Nele estiveram importantes delegações estrangeiras e nacionais.

Este congresso, organizado pela primeira e única Faculdade de Filosofia do País, contribuiu de maneira decisiva para a autonomização do ensino da filosofia do ensino da história, nas universidades do Estado, na opinião abalizada do Pe. Roque Cabral s.j.: “havia Filosofia nas Universidades [oficiais], mas não havia nenhuma Faculdade de Filosofia. [...] Durante anos, esta foi a única Faculdade de Filosofia a existir em Portugal. Promoveu ela, no mês de março de 1955, o Primeiro Congresso Nacional de Filosofia, que teve assinalável êxito, com 373 inscrições e mais de oitenta comunicações apresentadas. O alcance desta iniciativa da Faculdade de Filosofia deixou marca para além do Congresso: a participação no Congresso dos numerosos professores das faculdades de letras teve indiscutível efeito na vontade com que muitos regressaram às suas universidades de autonomizar os estudos filosóficos, dando origem a verdadeiras Faculdades de Filosofia, definitivamente desligadas da componente histórica.

dade, juntamente com os jesuítas da *Brotéria*, no lançamento e publicação da *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. A Faculdade tornou-se com os anos num foco agregador da Filosofia em Portugal, e num centro de expansão cultural de âmbito nacional<sup>56</sup>. Começa por isso a Companhia de Jesus a pensar em abrir a sua frequência a outros alunos que não os seus meros estudantes, com vista à formação de professores liceais.

Tal desiderato suscita junto do Cardeal Cerejeira apreensões que exprime, ao Cardeal Pizzardo em março de 1954. Ao anunciar o começo dos trabalhos preliminares para a fundação da Universidade Católica, manifesta a opinião que “*a hipótese de tornar pública a Faculdade de Filosofia dos Padres Jesuítas, situada em Braga, abrindo-a a outros estudantes*” poderá afetar o êxito da iniciativa<sup>57</sup>.

E explica mais detalhadamente as razões da sua apreensão: “*Temo que isso prejudique o projecto de criar Faculdades nacionais com o patrocínio de todo o Episcopado e em colaboração com os Institutos Religiosos, cujos representantes (e contamos em especial com os jesuítas) seriam chamados a aí ensinar.*”

*Eis as razões: – Portugal não reconhece actualmente os graus das Universidades Pontifícias, e é muito duvidoso que permita a constituição de Faculdades de todo paralelas às do Estado (a Concordata garantiu somente a livre constituição e vida das escolas eclesiásticas como seminários mesmo para os estudos superiores):*

*por outro lado, sem o apoio do Estado seria impossível ao Episcopado construir e manter essas Faculdades, que não teriam aliás alunos, visto que os seus graus*

---

O que, felizmente, veio a acontecer em breve tempo” (Roque Cabral s.j., “A primeira Faculdade de Filosofia em Portugal”, manuscrito inédito na posse do autor).

<sup>56</sup> Explicitou-o o Reitor Bacelar e Oliveira no seu discurso de despedida, em 1988:

“Já desde a década de trinta que no Norte, em Braga, um grupo de Jesuítas – persistente, coeso, algo duro e bravo – tentava formar uma escola de filosofia em que se retomasse o património filosófico-humanístico do Colégio das Artes e da Universidade de Évora. Sem serem da terra esses homens – encontrando um meio que os acolheu bem – tornaram-se afincadamente regionalistas e trabalhavam em verdadeiro espírito de corpo. Preparavam-se docentes, biblioteca, revista e publicações. Promovia-se a irradiação através de congressos em Braga, no Porto, em Évora. Assim, já em 1951 eu era mandado à Alemanha para participar em atividades da Sociedade Científica de Góerres. Correspondia-se ao apelo das Universidades. Investia-se em livros os próprios estímulos dos ministérios pastorais. Não havia remunerações. Com dificuldade se pagava aos fornecedores comunitários.

Os Jesuítas batiam-se por uma como que desforra histórica. Encontra-se ela bem expressa numa frase que podia ser inscrita na campa do Pe. Júlio Fragata: “fazer de Braga o que antigamente foi Évora. Fora, não se acreditava que era possível. As cidades universitárias eram três. Parece que tinham de ser só três” (in *Padre José Bacelar e Oliveira, s.j., A Força das Origens*, Lisboa, UC Editora, 2016, pp. 83-84).

<sup>57</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Cardeal Pizzardo de 29 de março de 1954.

*não seriam reconhecidos; por conseguinte, será preciso começar pelas Faculdades de Filosofia, Teologia e Direito Canónico, e algumas escolas ou cursos de interesse mais geral, esperando preparar o terreno para a conquista da igualdade com o estado;*

*mas será preciso nos primeiros tempos contar sobretudo com os alunos vindos dos Seminários diocesanos e mesmo religiosos, porque não preparando para as profissões civis, a Universidade Católica não terá senão poucos estudantes leigos:*

*ora dividindo entre a Universidade Católica e Braga os nossos alunos, que no começo serão pouco numerosos (é preciso ainda contar com o Colégio Português em Roma, porque é dever e do interesse dos bispos continuara enviar para ali alguns dos seus melhores seminaristas), será muito difícil manter a Universidade Católica;*

*a opinião está criada em Portugal em favor da sua criação; mas para aí chegar é precisa a união de esforços de todos os bispos e das famílias religiosas com vista a uma fundação verdadeiramente nacional. Eis porque julgo prejudicial esta hipótese de abrir ao público a Faculdade de Filosofia dos Jesuítas em Braga.”*

Pizzardo tranquiliza Cerejeira dizendo que “a notícia não tem fundamento”, e que, a “abrir-se ao clero diocesano e a religiosos, nada será decidido sem a subordinação às deliberações de V. Eminência”<sup>58</sup>. Não o surpreendem as dificuldades aludidas, e faz votos para que se consiga concretizar “um primeiro, embora modesto, centro de estudos aberto ao laicado católico”, mediante a “unidade absoluta de objectivos e esforços entre os Prelados e os Superiores das Ordens e Congregações Religiosas”.

Pouco mais tarde, o Cardeal Pizzardo informa o Núncio em Lisboa que a Sagrada Congregação nunca favoreceu a ereção de uma Faculdade de Teologia ao lado da Faculdade de Filosofia de Braga, nem nunca concedeu que fosse frequentada por alunos externos à Companhia de Jesus. Acrescenta porém, que não lhe resulta que os jesuítas o tenham em projeto<sup>59</sup>.

No entanto, Cerejeira solicita de Roma, em abril de 1956, a garantia de que “nenhuma Faculdade pública de qualquer Instituto será autorizada”. Informa que o episcopado, reunido em Fátima em 27-28 de junho de 1955, achara que a abertura ao público da Faculdade de Filosofia dos jesuítas em Braga “tornaria impossível a criação da mesma Faculdade na Universidade Católica, já que entre nós seria impossível manter as duas”. E comunica que os trabalhos preparatórios para a criação da Universidade não estão parados.

<sup>58</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira, de 7 de abril de 1954 (Arquivo Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

<sup>59</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Núncio Fernando Cento de 29 de abril de 1955 (Arquivo Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

De novo em carta de fevereiro de 1957, ao Núncio Mons. Fernando Cento, o Cardeal Cerejeira renova as suas apreensões: “Não compreendo nem a razão de ser nem o alcance da hipótese de abrir ao público a tal Escola Normal”, a fundar pela Companhia de Jesus, aberta a todos, a fim de habilitar para o magistério os professores dos colégios católicos<sup>60</sup>.

Na verdade, porém o processo da fundação da Universidade Católica não registava grandes progressos, impacientando os que viam as suas iniciativas de desenvolvimento do ensino superior católico bloqueadas.

Em novembro de 1962 é enviado para Roma um documento sobre o modo como deve ser encarada o futuro da UCP, aprovado pelo episcopado. Nele se referem os novos terrenos a adquirir e as construções em estudo, a estratégia de começar pela Faculdade de Teologia, atendendo à “tradição de estatismo na educação entre nós” que torna impossíveis de momento as faculdades civis: “O Estado, que nas negociações para a Concordata se recusou a reconhecer os graus das Universidades Católicas, não reconheceria tão pouco os nossos”, e a “opinião pública não concebe atualmente uma Universidade paralela à do Estado, de que não vê a possibilidade nem a necessidade de momento”<sup>61</sup>.

O Cardeal Cerejeira reconhece porém na sua carta para Roma, que “o mundo católico acusa o episcopado de nada fazer e de se opor à restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra”<sup>62</sup>, precisamente quando o Reitor de Coimbra insiste no pedido da restauração. “Como pode o episcopado continuar a não ser favorável, se não procura por seu lado criá-la?” Recorda que já vão 10 anos que o pedido foi apresentado em Roma. O momento é por isso decisivo. As condições aconselham que se comece pelas Faculdades eclesiásticas, para atingir a juventude leiga.

O Cardeal Pizzardo diz, em resposta, ao Cardeal Cerejeira que a Sagrada Congregação está disposta a conceder autorização para a abertura, mas para a ereção canónica precisa de conhecer estatutos, e professores a nomear. E sugere a criação, em torno da Faculdade de Teologia de um conjunto de institutos e Escolas Superiores com uma ampla rede de especializações científicas, completando o trabalho das faculdades estatais, suscitando a curiosidade e o interesse científico dos ambientes civis nos contributos originais dados à ciência pelos

---

<sup>60</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Núncio Apostólico Mons. Fernando Cento, de 11 de fevereiro de 1957 (Arquivo Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

<sup>61</sup> “*Comment la mise en branle de la future Université Caholique au Portugal semble devoir être envisagée*”, da autoria do Cardeal Cerejeira.

<sup>62</sup> Carta de 11 de novembro de 1962, que acompanha o documento anterior.

eclesiásticos e católicos. E assim se ia preparando o terreno para as faculdades civis da futura Universidade Católica<sup>63</sup>.

Entretanto, os jesuítas, agora liderados em Braga pelo Pe. Bacelar e Oliveira, lançam uma campanha de angariação de fundos para novas instalações da Faculdade de Filosofia em Braga. E fazem benzer a primeira pedra, na abertura do ano académico, pelo próprio Núncio<sup>64</sup>.

O Cardeal Cerejeira exprimirá as suas reservas ao Cardeal Prefeito da Congregação romana. A nova sede seria para “outros cursos universitários a criar, com vista a uma futura Universidade. A abertura da actual Faculdade de Filosofia seria apenas o começo”. Tal opinião do Cardeal Cerejeira baseava-se em declarações do próprio Arcebispo que, ao referir-se à ampliação das instalações da Faculdade, confirmara que “a Universidade será a digna coroa de tal progresso”, acrescentando que “Braga deve trabalhar pela sua Universidade”, palavras de que a imprensa fez eco<sup>65</sup>. Cerejeira chama a atenção para o facto de o episcopado, que renunciou à restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra, não ter sido consultado sobre tal projeto. A propaganda desenvolvida pela Faculdade de Filosofia, para as suas novas instalações, que coincide com a assinatura do contrato de aquisição dos terrenos em Lisboa, criara “algum mal-estar” junto dos bispos, que desejam e estão empenhados na criação da Universidade Católica, dando a “impressão de divisão e concorrência”. Seria, pois inoportuna e inconveniente a abertura da Faculdade de Filosofia ao exterior, “pelo menos antes da inauguração da Universidade Católica”. E a fazer-se, devia limitar-se aos leigos, e não aos eclesiásticos para não prejudicar a frequência da Universidade Católica<sup>66</sup>.

Ao mesmo tempo, Mons. Fürstenberg dá conta para Roma da insistência de Coimbra, que enviou um *dossier* à Nunciatura renovando o pedido da restauração da Faculdade de Teologia. Historia os contactos anteriores que o Reitor Braga da Cruz, “excelente católico”, tivera com ele, e relata o pedido por ele formulado de novo em Braga, nas cerimónias em que ambos estiveram.

---

<sup>63</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira de 27 de novembro de 1962.

<sup>64</sup> Ocorrida na abertura do ano letivo, com uma sessão académica presidida pelo Núncio Fürstenberg, com a presença de vários professores de outras universidades do País (Providência e Costa, que fez uma Conferência sobre o “Maravilhoso em Shakespeare”, Braga da Cruz e Miranda Barbosa, de Coimbra, Luís de Pina, do Porto).

<sup>65</sup> *Diário do Minho*, 4 de março de 1964. O mesmo jornal da arquidiocese referia, em 14 de dezembro desse ano, que a cidade desejava que a Faculdade ampliasse a domínio das Universidades Clássicas, nomeadamente às Ciências Sociais e Pedagógicas.

<sup>66</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Cardeal Prefeito de 31.XII.1964 (Arquivo Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

E, em anexo, envia para Roma, o pedido formal do Reitor Andrade Gouveia ao Cardeal Pizzardo da restauração pretendida.

Perante a ausência de resposta a tão insistente pedido, o Reitor sugere a criação de uma Comissão de Estudo para a Restauração da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra, presidida pelo Bispo, e integrada paritariamente por professores da Universidade e por teólogos.

Por outro lado, o Núncio tranquilizou o Cardeal Cerejeira, em carta de 29 de outubro de 1963, poucos dias depois: os jesuítas não pensam abrir uma Faculdade de Teologia, “nem aberta, nem reservada aos membros da Companhia. De facto, em não poucos países a Companhia tem Faculdades erigidas de maneira independente, ou como delegações da Universidade Gregoriana. Se realmente um tal projecto para os membros da Companhia existe, não vejo como possa fazer sombra a uma Faculdade aberta pela Hierarquia nem mesmo impedir a Companhia de prestar o seu concurso à faculdade projectada pelo Episcopado; a Companhia será suficientemente rica em sujeitos capazes para colaborar. Para a Faculdade de Filosofia da Companhia em Braga, parece-me que se atem às directivas da Sagrada Congregação. Que novas instalações sejam oportunas, basta ver a pobreza dos locais para se dar disso conta. De resto, Eminência, mesmo se o acesso dos cursos fosse permitido a jovens do norte, resultaria daí um inconveniente apreciável? Os jovens não são todos destinados à Universidade de Lisboa, e Braga está a 400 km de Lisboa. É pouco provável que os jovens que eventualmente a frequentariam fossem em número apreciável para Lisboa. Todos os países conhecem destas Faculdades. Mas essa é uma questão teórica sobre a qual é inútil estender-me. A questão essencial é a abertura sem mais atraso do Instituto Católico decidido pela Hierarquia e que poderá representar um valor sem equivalente para a geração que aí vem mais privilegiada do que a que a precedeu.”<sup>67</sup>

O Cardeal Pizzardo congratula-se, em carta a Mons. Fürstenberg, com as diligências de Braga da Cruz e Andrade de Gouveia, mas recorda que, mesmo com o apoio do governo à iniciativa, é preciso atender ao pedido, já aprovado, de fundação de uma Faculdade de Teologia na Universidade Católica em Lisboa. Se é já difícil garantir o funcionamento de uma faculdade, quanto mais duas. A iniciativa de Coimbra é porém útil, pois reforço a necessidade de promover colaborações com o laicado católico das universidades civis, e perspectiva positivamente a introdução da cultura religiosa na universidade de Coimbra e

---

<sup>67</sup> Carta de Mons. Maximiliano de Fürstenberg ao Cardeal Cerejeira de 29 de outubro de 1963 (Arquivo Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

a instituição de cátedras histórico-literárias religiosas nas Faculdades de Letras e Filosofia<sup>68</sup>.

Também o Núncio é de opinião que não se deve fechar a porta a Coimbra com uma “resposta negativa” definitiva, sendo de aproveitar a Comissão proposta<sup>69</sup>. Roma não se opõe, na condição de as negociações serem aprovadas pela Secretaria de Estado do Vaticano e terem a concordância do episcopado<sup>70</sup>.

Os jesuítas portugueses formulam entretanto em outubro de 1964 um pedido à Santa Sé, para abrir aos leigos a Faculdade de Filosofia. O Cardeal Pizzardo dá conta do pedido ao Cardeal Cerejeira, e opina que a haver uma abertura deveria começar pelos eclesiásticos, e exprime reservas sobre os leigos que a poderiam frequentar, provavelmente os que não teriam títulos suficientes para frequentar as universidades do Estado, o que “não seria o modo melhor para aumentar o influxo salutar dos intelectuais católicos na sociedade portuguesa mais qualificada”<sup>71</sup>.

O Cardeal Cerejeira faz chegar a Roma um documento sobre a situação em que se encontra o processo da criação da UCP: “*Où en est la fondation de l'Université Catholique à Lisbonne (L'historique des Préparatifs)*.” Insiste nos seus pontos de vista: a restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra prejudicaria a fundação da Universidade Católica; uma vez fundada a Universidade Católica, se a experiência o recomendasse, seria preferível Coimbra a Braga, onde as novas instalações promovidas pelos jesuítas visavam a ampliação a outros cursos, com vista a “uma futura Universidade”, de que a atual Faculdade de Filosofia seria o começo, projeto sobre o qual o episcopado não foi ouvido e com o qual não concorda. A propaganda que acompanha a angariação de fundos para as novas instalações “cria um certo mal-estar em quem deseja a Universidade Católica”, e dá uma “penosa impressão de divisão e de concorrência”; a abertura da Faculdade a leigos seria inoportuna, pois daria a impressão que a fundação da Universidade Católica não merecia a aprovação de Roma; a fazer-se, tal abertura só depois de fundada a Universidade Católica, e reservada aos leigos<sup>72</sup>.

No entanto, o *Diário Popular*, jornal de Lisboa, anunciava em começos de 1965 que as novas instalações da Faculdade em Braga visavam um alargamento às “ciências sociais e pedagógicas” e às “humanidades clássicas”, o que comportava

---

<sup>68</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Núncio Fürstenberg de 7 de dezembro de 1963.

<sup>69</sup> Carta do Núncio ao Cardeal Pizzardo de 12 de dezembro de 1963.

<sup>70</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Núncio de 20 de dezembro de 1963.

<sup>71</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira de 25 de novembro de 1964.

<sup>72</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Cardeal Pizzardo de 31 de dezembro de 1964.

a criação da Universidade em Braga, acrescentando que nela poderia vir a existir também uma Faculdade de Teologia, com estudos mariológicos.

O próprio Arcebispo fizera declarações nesse sentido, motivando uma reação do próprio Cardeal-Patriarca de Lisboa<sup>73</sup>.

A Faculdade era cada vez mais visitada por académicos de outras universidades (nacionais e estrangeiras) e até por autoridades governamentais. Na sessão solene da bênção da primeira pedra dos novos edifícios<sup>74</sup>, presidida pelo Núncio Fürstenberg, estiveram vários professores de Coimbra e do Porto, e na abertura do ano académico do ano seguinte, em 3 de outubro de 1964, o próprio Secretário de Estado da Educação, Prof. Alberto Carlos Brito, presidiu à cerimónia<sup>75</sup>. E no lançamento da primeira pedra, em 15 de agosto de 1965, que precedeu a adjudicação das obras<sup>76</sup>, em dezembro desse ano, foi o Secretário de Estado da Administração Ultramarina, Almeida Cotta, que esteve presente na cerimónia<sup>77</sup>. Nesse mesmo mês de dezembro de 1965, a Faculdade recebe o Prof. Silvino Lopes Neto, da Universidade de Rio Grande do Sul, para falar sobre “O Direito como Ciência”, a convite da Associação Jurídica de Braga. Os jesuítas conseguiriam a sua aprovação oficial pelo Ministério da Educação como Instituto Superior de Filosofia, em 1966. Nesse mesmo ano, em março e abril, iniciaram-se encontros entre estudantes de Filosofia de Braga e do Porto (Faculdade de Letras). No ano seguinte tinha lugar, em Braga, na Faculdade, a Semana do Ultramar, promovida pela Sociedade de Geografia, com a presença do seu presidente Adriano Moreira, e dos Ministro do Ultramar Silva

---

<sup>73</sup> Num cartão de 4 de março de 1965, ao Arcebispo de Braga, o Cardeal Cerejeira dizia que “não pode ocultar que achou inoportunas algumas afirmações, não por elas em si, mas pela ocasião, quase logo a seguir à Pastoral ou Comunicação do Episcopado sobre a Univ. Cat. E sem referência a esta; – tomou bem nota, gratam.e, da diligência p.<sup>a</sup> obter a suspensão da campanha em favor dos estudos de Braga; seria certam.e doloroso o espectáculo de divisão, depois do anúncio e do apelo colectivo; – compreende a situação difícil de V. Excia e espera conversar fraternalmente com V. Excia sobre este assunto”.

<sup>74</sup> Por ocasião dos 30 anos do Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho e dos 20 anos da *Revista Portuguesa de Filosofia*. Foi orador o Prof. Providência e Costa da Faculdade de Letras de Coimbra.

<sup>75</sup> Proferiu a conferência de abertura do ano académico o Prof. Guilherme Braga da Cruz, sobre “José Bonifácio de Andrade e Silva, patriarca da independência do Brasil”.

<sup>76</sup> Adjudicação que foi feita por 5470 contos.

<sup>77</sup> Proferiu a Conferência de abertura do ano académico o Prof. Arnaldo de Miranda Barbosa, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, sobre “Unidade e pluralidade nos processos metódicos da Filosofia”, sob a presidência do Presidente do Instituto de Alta Cultura, Prof. António Silveira.

Cunha e dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira<sup>78</sup>. Em 1967, a Faculdade promovia, na primavera, uma série de Colóquios sobre problemas Económico-Sociais, que levaria a Braga Eugénio Castro Caldas, José Duarte Amaral, Cortez Lobão, Vital Rodrigues, Rogério Martins, João Cravinho, Filipe Mário Lopes, Rodolfo Soeiro de Sousa, Francisco Pereira de Moura, Manuela Silva e Manuel Costa Garcia. As novas instalações seriam inauguradas no ato de fundação da Universidade Católica em 1967, mediante a integração nela da Faculdade de Filosofia, que finalmente conseguia autorização para se abrir ao exterior, quer a estudantes leigos quer a estudantes de outras congregações religiosas. Em 1968, davam cursos na Faculdade, Martin Brugarola e Eusebio Colomer. Na primavera desse ano de 1968, um grupo de estudantes do ISCEF visitava a Faculdade e nela assistia, com os alunos de Filosofia, a dois colóquios sobre “Universidade e Desenvolvimento” e “Planeamento e Desenvolvimento Regional”, orientados por Francisco Pereira de Moura<sup>79</sup>. E Daniel Barbosa falava sobre a “Desvalorização da libra e a importância da Balança de Pagamentos”, em maio. Na abertura do ano académico de 1968, era orador Leite Pinto, Presidente da Junta Coordenadora da Investigação Científica, sob a presidência do próprio Ministro da Educação Hermano Saraiva. A Faculdade de Filosofia extravasava de facto o seu âmbito, constituindo como um polo de irradiação cultural e científica de nível superior. Era a Universidade no horizonte, em construção.

Em 1964, os jesuítas, apostados na restauração da sua tradição universitária em Évora, depois das comemorações do IV Centenário da Universidade, criaram em Évora, com o apoio mecenático do Conde de Vilalva, Eugénio de Almeida, um Instituto de Estudos Superiores, de Economia e Sociologia, que não seria nem universidade do Estado nem universidade católica, segundo o escreveu em artigo local o próprio Arcebispo<sup>80</sup>. A imprensa de Évora chegara a noticiar a transferência da Faculdade de Filosofia de Braga como primeiro passo para a restauração da Universidade de Évora<sup>81</sup>, o que acabaria desmentido pelos jesuítas<sup>82</sup>, mas servira para acelerar a angariação de fundos para as novas insta-

<sup>78</sup> Proferiu nessa sessão uma conferência Luís Forjaz de Trigueiros sobre “As coordenadas do espaço cultural português”.

<sup>79</sup> A iniciativa foi da revista dos estudantes, ao tempo dirigida pelo autor destas linhas.

<sup>80</sup> *A Defesa* de 10 de agosto de 1964.

<sup>81</sup> *A Defesa*, 14 de julho de 1962.

<sup>82</sup> As disponibilidades da generosidade do Conde de Vilalva, que contrastava com a inexistência de idêntico empenho em Braga, haviam de levar efetivamente à ponderação da transferência da Faculdade de Filosofia para Évora. Reconhece-o em cartas o Pe. Bacelar e Oliveira a Guilherme Braga da Cruz, falando em 14.VII.1960 da “localização definitiva da Faculdade”, que constituía “um problema de facto para Braga”, e confessando, em 11.XI.60, que Braga

lações em Braga. O Cardeal Cerejeira exprimiu identicamente ao Provincial, a sua apreensão. Ouvira falar que o objeto da doação mecenática aos jesuítas em Évora seria para uma Faculdade de Filosofia, que “viria prejudicar” a fundação da Universidade Católica, cujo carácter nacional insiste em sublinhar: “como abrir uma Faculdade concorrente na cidade de Évora?”. E recorda a rejeição da restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra.

A verdade, porém, é que os jesuítas dinamizavam em Évora, com o Instituto de Estudos de Sociologia e Economia, outras atividades culturais, como a Semana do Ultramar, em maio de 1966, em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, e o Simpósio Internacional sobre a História da Reconquista Cristã da Península Ibérica, em começos de outubro de 1966. A demora da criação da Universidade Católica tornava-se difícil de explicar.

No documento enviado para Roma pelo Cardeal Cerejeira perspectiva-se a integração na Universidade Católica, quer do Instituto de Serviço Social quer do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

O Instituto de Serviço Social de Lisboa fora fundado em 1935, pela recém-criada Ação Católica Portuguesa, e dirigido pela Condessa de Rilvas, tinha a sua sede no Largo do Mitelo. Pertencia a uma Associação de Serviço Social, dirigida por Carlos Diniz da Fonseca. O título de Assistente Social, que conferia, fora reconhecido pelo Dec.-Lei n.º 40 678, de 10.VII.56, no final de um curso de 4 anos. Tornava-se necessária a sua integração na diocese, antes da integração na Universidade. A transmissão para a UCP poderia fazer-se de várias formas: ou tal como estava, sem alteração da organização, ficando como Instituto anexo, autónomo, o que não levantava problemas; ou como Instituto ou Escola integrada na Faculdade de Ciências Humanas, o que exigia remodelação do Instituto, acomodação à estrutura da FCH, a fazer de acordo com o Estado. Parecia convir uma integração “desde já”, nos moldes da primeira hipótese, urgindo nomear um Diretor e proceder à seleção de professores. Nesse sentido, uma Comissão apresentara um esboço de bases, que modificava o Regulamento interno. A dificultar a integração estava o facto de o Instituto de Serviço Social ter “tomado por mais de uma vez posição de oposição a medidas governamentais (caso Pe. Rekker, por ex.) o que lhe alienou a confiança de pessoas que lhe

---

estava “em risco de perder a sua única instituição de ensino superior que possui”. Estava convencido que “poderíamos realizar uma boa obra desde que se removam as “tentações” de mudança da Faculdade e se consolide um projeto” (1.VIII.1960). Mas em 1962, falava ainda da “celeuma tremenda levantada pelos de Évora e que não sei no que vai terminar, mas eu já tinha prevenido também há bastante tempo os de Braga do perigo que as coisas corriam e que não bastavam afectos” (25.VII.1962).

foram muito dedicadas (Dr. Marcelo Caetano, Dr. Rebelo da Silva, Dr. Gomes da Silva), e pôs em risco os subsídios do governo que tem recebido”<sup>83</sup>.

Um idêntico Instituto fora criado no Porto posteriormente, já em 1956.

O segundo, criado mais tarde, em novembro de 1962, em Lisboa, pela Federação dos Institutos Religiosos (CNIR e FNIRF), para formar os professores dos seus colégios, começou por chamar-se Instituto de Ciências Psicopedagógicas. Abriu-se aos leigos logo em 1963, vindo a adotar, em 1964, a designação de Instituto Superior de Psicologia Aplicada<sup>84</sup>.

Também esta iniciativa dos Institutos Religiosos suscitou perplexidade junto do Cardeal Cerejeira que mostrou estranheza por ter sabido da abertura de um curso de pastoral no ISPA para outubro de 1964, quando a Faculdade de Teologia em preparação previa um Instituto de Teologia Pastoral. Abri-lo seria uma precipitação, e abri-lo, só para religiosos, um passo atrás na união de esforços para a “nossa” Universidade. Seria preferível que nascesse para os dois cleros logo na Universidade Católica<sup>85</sup>. Dias depois recebia prospetos sobre a criação desse curso de pastoral no ISPA, em lugar e casa própria, que não os da Universidade Católica, sem ter sido ouvido. “Custa-me muito ver-me de novo posto diante de factos consumados, que exigem pelo Direito prévia aprovação” [...] “É algo equívoca a situação canónica do ISPA. Está assente que se integrará na nossa Universidade, mas não tem definidas as condições em que ela será feita. Prever de antemão uma autonomia de regime, fora da disciplina universitária dos Institutos integrados, exclusivamente de religiosos, e com independência de autoridade hierárquica que superiormente regerá a Universidade – não cabe certamente nem na vontade da Hierarquia, que deseja unir, sob a sua autoridade, os dois cleros, na obra comum.”<sup>86</sup>

Também no domínio do ensino da Teologia se verificou, a junção de esforços por parte de vários Institutos Religiosos que, em face da escassez de recursos para funcionarem autonomamente com qualidade, criaram em Lisboa, em 1967 o Instituto Superior de Estudos Teológicos, com sede no Largo da

---

<sup>83</sup> Nota manuscrita do Cardeal Cerejeira em que apontava a urgência da sua integração na Diocese e na UCP (Arquivo do Cardeal Cerejeira para a UCP-Pasta Comissão Instaladora), sem data, mas já do tempo em que o Pe. Bacelar, a consultar, estava em Lisboa.

<sup>84</sup> Dirigido pelo Provincial dos Salesianos, pelo Diretor do Colégio Pio XII, pela Diretora da Escola de Serviço Social e pela Provincial do Coração de Maria. Chegou a pensar lançar dois cursos de Teologia e Filosofia, em 1963.

<sup>85</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Presidente da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos, Pe. Armando da Costa Moreira de 25.V.1964.

<sup>86</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Pe. Joaquim António de Aguiar de 9 de agosto de 1964.

Luz, que passou a promover as Semanas de Estudos Teológicos, e publicava uma revista com o mesmo título ISET.

No Porto era identicamente criado o Centro de Cultura Católica, a funcionar na Torre da Marca, que ministrava um curso superior de Cultura Religiosa.

E em Lisboa, surgiu igualmente em janeiro de 1964, um Instituto de Cultura Superior Católica, com cursos de Teologia, Filosofia e Cultura Religiosa, inicialmente sugerido pela Federação dos Institutos Religiosos, e que o Cardeal Cerejeira transformou num embrião de um dos pilares da futura UCP, dirigido inicialmente por uma Comissão presidida por D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava, coadjuvado pelo Cónego Manuel Falcão e pelo Diretor do Colégio Pio XII, Pe. Joaquim António de Aguiar, e a partir do segundo ano pelo Dr. António Ribeiro, futuro Cardeal-Patriarca.

Proliferavam as iniciativas, resultantes de alguma impaciência com a lentidão do processo de criação da Universidade, tornando mais difícil a coordenação entre elas e o projeto de uma Universidade Católica Portuguesa.

Todas estas iniciativas tornam as condições mais propícias para o lançamento da Universidade Católica, cuja necessidade é sublinhada de vários lados. O próprio Núncio Maximiliano de Fürstenberg confidenciou a Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que a Universidade Católica, em preparação, poderia contribuir para suprir a falta de “uma elaboração conceptual portuguesa do pensamento católico moderno”, sugerindo para tanto que membros do clero se preparassem nas universidades do Estado para vir a ser o seu corpo docente<sup>87</sup>.

## Uma Comissão Instaladora em Lisboa

Ainda em plena década de 50, é elaborado em março de 1958 um *Projeto de Programa para as Instalações da Universidade Católica em Lisboa*, destinadas apenas às três faculdades eclesiásticas e aos Institutos de Ciências Pedagógicas, Sociais e outras, que apontam para a necessidade de uma área construída de 15 620 m<sup>2</sup>.

O Cardeal Cerejeira criara em 1956 um grupo de trabalho, ou Comissão Técnica com vista à resolução de problemas respeitantes à criação de uma Universidade Católica, e para tratar da construção dos edifícios, composta pelo Cónego Manuel Falcão, engenheiro de formação, pelo Eng. Guimarães Lobato, e pelo jesuíta Pe. António Leite, canonista<sup>88</sup>, a quem atribui o encargo de estudar

<sup>87</sup> Franco Nogueira, *Diálogos interditos*, II vol.: 1964-1969, Braga, Intervenção, p. 49.

<sup>88</sup> Carta do Pe. António Leite ao Cardeal Cerejeira de 3 de janeiro de 1963 (Arquivo do Cardeal Cerejeira sobre UCP, Caixa 2).

“duas questões essenciais: a criação orgânica e estrutural da Universidade e a sua implantação na estrutura urbana de Lisboa”. Como testemunhou o Eng. Guimarães Lobato, “o problema da implantação urbana afigurou-se desde logo muito complexo. Com efeito, o Patriarcado de Lisboa dispunha de largos créditos de terrenos mas todos envolvidos em processos administrativos de resolução complicada. Com base na cedência informal de terrenos da cerca de S. Vicente (destinados à construção do Liceu Gil Vicente) e em outros casos similares, era necessário encontrar a contrapartida urbana para localizar os edifícios do complexo universitário a criar”<sup>89</sup>. Essa contrapartida seria encontrada na Palma de Cima, ao lado da cidade universitária.

E em dezembro de 1961, sob a égide do episcopado, é elaborado, um *Estudo-Base de Programa de Instalações para a Universidade Católica*, na parte sul da zona de expansão da cidade universitária, que sugere a permuta de terrenos entre o Estado e o Patriarcado, apontando para uma necessidade de 46 920 m<sup>2</sup><sup>90</sup>. Esse Estudo-Base é enviado ao Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira pelo Cardeal Cerejeira em 5 de janeiro de 1962, a quem pede “apoio do Estado” que se pode tornar “indispensável e decisivo para o êxito das negociações” para a aquisição dos terrenos<sup>91</sup>.

Em setembro de 1962, os estudos preliminares do anteprojeto de arquitetura, elaborados pelos arquitetos António Pardal Monteiro, Jorge Sotto-Mayor e Pedro Falcão e Cunha, estavam prontos para serem submetidos ao Ministério das Obras Públicas e enviados à Câmara Municipal de Lisboa<sup>92</sup>, tendo merecido aprovação da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, em novembro de 1963<sup>93</sup>. Nesse mesmo mês, Guimarães Lobato avisava o Cardeal Cerejeira que o Ministério das Obras Públicas iria aprovar o Anteprojeto das

---

<sup>89</sup> Luís Guimarães Lobato, “Universidade Católica Portuguesa. Localização e Estatutos”, *Memórias Técnicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 61 e ss.

<sup>90</sup> Em 26.I.1960, o Ministro das Obras Públicas chamava a atenção do Cardeal Cerejeira para um terreno contíguo aos 4,5 ha, cujo proprietário oferecia condições favoráveis, que poderia elevar a área destinada à Universidade para 6 ha, não podendo porém o Estado adquiri-lo.

<sup>91</sup> Nessa carta, o Cardeal Cerejeira insiste na ideia de que a Universidade Católica não se opõe à Universidade do Estado, antes a completa. É complementar dela. Visa a formação do clero (diocesano e religioso) e dos leigos (de ambos os sexos). É uma escola superior de cultura cristã, (Pasta 1).

<sup>92</sup> Carta do Eng. Guimarães Lobato ao Cardeal Cerejeira de 16 de setembro de 1962.

<sup>93</sup> Carta do Eng. Guimarães Lobato ao Cardeal Cerejeira de 15 de novembro de 1963.

Instalações e conceder um subsídio<sup>94</sup>, que só será aprovado em abril de 1965<sup>95</sup>. Os projetos definitivos só serão elaborados a partir de janeiro de 1966<sup>96</sup>.

Era necessário angariar recursos para a construção das instalações. O Instituto Católico, criado em 1944, era detentor de um fundo de 33 426 contos<sup>97</sup>, verba que se estimava suficiente para as despesas com a Faculdade de Teologia e a Escola de Ciências Sociais. O Ministério das Obras Públicas concedeu em abril de 1965 uma verba de 8000 contos, em quatro prestações anuais de 2000 contos. A Fundação Gulbenkian fez uma doação de 5000 contos em 12 de agosto de 1968 e, em 17 de dezembro de 1971, prometeu mais duas tranches de 500 e 2000 contos. Acabaria por compartilhar com uma verba de 11 752 396\$00.

Na Nota Pastoral sobre a ocupação de Goa pela União Indiana, em finais de 1961, o Episcopado lamentou a “confusão ideológica dos nossos dias” e exprimiu o seu empenho “*em criar um Instituto Superior, onde a doutrina cristã possa ser professada em nível universitário*”<sup>98</sup>.

Nesse mesmo ano, o Cardeal Cerejeira deu uma primeira entrevista à revista da LUCF *Perspectivas*, confirmando a intenção de fundar a Universidade Católica, revelando que “*os estudos preliminares estão muito adiantados*”, e fundamentando a sua necessidade: “*Não basta uma Faculdade de Teologia às exigências hodiernas de formação superior das ‘elites’ católicas, eclesíástica e secular. Não pode prescindir-se de uma instituição Universitária, que esteja presente e ilumine todo o campo da cultura. Neste instituto, a Teologia é a Faculdade principal, a rainha indispensável das outras Faculdades.*” Aproveitou, no entanto, para explicar a sua natureza: “*A Universidade Católica não será rival das do Estado*”; “*não terá as mesmas Faculdades, nem preparará tecnicamente para as carreiras públicas. Será antes complementar em relação à universidade do Estado ou, melhor, as duas serão complementares uma da outra. A Universidade Católica fará o ensino universitário que falta àquela e aproveitará o que ela ensina. Uma Universidade Católica, paralela às do Estado, admitindo por hipótese que fosse possível,*

<sup>94</sup> Carta do Eng. Guimarães Lobato ao Cardeal Cerejeira de 24 de novembro de 1963.

<sup>95</sup> Carta do Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira ao Cardeal Cerejeira, comunicando a aprovação da concessão de um subsídio no valor de 8000 contos para a 1.ª fase da construção dos edifícios.

<sup>96</sup> Carta do Eng. Guimarães Lobato ao Cardeal Cerejeira de 17 de janeiro de 1966.

<sup>97</sup> Em meados da década de 60 foi oferecida ao Instituto Católico a Quinta de Buenos Aires em São Martinho da Árvore, nas proximidades de Coimbra, pela benemérita D. Maria da Conceição Cunha Castelo Branco, cujo valor da venda reverteu para as obras da UCP, num total de cerca de 650 contos. O aviso da venda foi publicado na imprensa a 19 de março de 1966.

<sup>98</sup> In Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras Pastorais, vol. VI (1960-1963)*, Lisboa, União Gráfica, 1963, p. 414.

*não se adequaria às urgentes necessidades actuais do País*”<sup>99</sup>. É o modelo de Instituto Católico, complementar e não concorrente das universidades do Estado que prevalece ainda.

Dois anos depois, numa extensa entrevista ao jornal *Encontro*<sup>100</sup>, o mesmo Cardeal-Patriarca expôs as ideias do episcopado sobre a futura Universidade. “*Não será uma instituição eclesiástica, mas aberta a todos os que desejam receber uma elevada cultura cristã.*” Será “*um centro universitário de estudos e extensão cultural, em confronto com a cultura contemporânea*”, “*junto dos centros universitários civis*”. Justifica a sua criação pela “*liberdade de ensino em todos os graus*”, e recorda que o art. 20.º da Concordata a “*previu e garantiu*”. Recusa uma Universidade “*paralela às do Estado, com faculdades que não têm relação tão directa com a revelação cristã*”. “*Não é esta a hipótese que está agora posta para Portugal.*” O que se anuncia “*prevê apenas aquelas Faculdades que formam o travejamento do alto ensino cristão*”. Não haverá pois “*duplicação das Universidades do Estado. Nem duplicação nem em rigor oposição*”. “*A Universidade da Igreja em Portugal, não ensinará, segundo se prevê, as mesmas matérias que se professam nas Universidades do Estado; e, se alguma vez suceder que coincidam parcialmente, ensinar-las-á sob outro aspecto. Não virá fazer concorrência a estas; virá antes suprir a sua deficiência. Numa palavra, a universidade da Igreja e a Universidade do Estado não poderão nunca ser consideradas como rivais; atrever-me-ei a chamar-lhe complementares, em relação à cultura.*”<sup>101</sup>

Permanecia pois incerto o perfil da Universidade Católica a criar. Por isso a LUC tomou a iniciativa de promover um Colóquio, em 30 e 31 de maio de 1964, para debater a ideia de Universidade Católica, cuja ausência e necessidade de criação começou por sublinhar no Documento de Trabalho distribuído para ele. Era preciso abandonar “40 anos de bons desejos” e operar “uma viragem histórica”, dando conselhos à hierarquia. Foi seu grande animador o Prof. Manuel Gomes da Silva, da Faculdade de Direito de Lisboa, que presidia à LUC.

Aí se apresentaram à discussão várias hipóteses a encarar: ou uma *universidade eclesiástica*, unicamente votada às ciências sagradas, que por não serem lecionadas nas universidades estatais, seria delas *supletiva*; ou um *Instituto Superior Católico*, de cultura religiosa superior, que a par das ciências sagradas versasse aspetos não cuidados das ciências profanas, sendo assim *complementar* das universidades estatais (jornalismo, sociologia, psicologia educativa, biologia médica, etc.); ou

<sup>99</sup> *Ibidem*, vol.VI, p. 305.

<sup>100</sup> D. Manuel Gonçalves Cerejeira, “História e problemática da ideia da Universidade da Igreja em Portugal”, *Encontro (Jornal da JUC)*, VIII (jan. 1963), in *Obras Pastorais, vol.VI: 1960-1963*, Lisboa, União Gráfica, 1964.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 321.

uma *Universidade Católica no sentido lato*, com ciências profanas a par das ciências sagradas, *concorrente* com as do Estado no “mercado profissional”, estando as ciências sagradas presentes nos curricula profanos; ou ainda, uma quarta hipótese de uma Universidade de alta especialização, apenas de doutoramentos e sem licenciaturas, menos custosa, de mais fácil prestígio e formadora de um escol.

A primeira ideia era a que Salazar perfilhava. A segunda era a preferida do Cardeal Cerejeira, tal como a expôs ao Ministro das Obras Públicas durante a guerra, e preconizava agora de novo nas suas entrevistas. A terceira era a que alguns universitários católicos<sup>102</sup> vinham abertamente defendendo, na linha do artigo de Guilherme Braga da Cruz.

Nas conclusões finais, optou-se abertamente pela recusa de uma Universidade apenas com ciências sagradas e apenas aberta a eclesiásticos, e pela preferência por uma “Universidade Católica autónoma, tendencialmente integral e paralela às do Estado”, podendo ensinar matérias já lecionadas nas do Estado.<sup>103</sup>

A troca de terrenos de S.Vicente de Fora pela área na Cidade Universitária para a construção da Universidade Católica é objeto do Decreto-Lei n.º 45 382, de 23 de novembro de 1963. Mas em 21 de agosto de 1964, ainda o Cardeal Cerejeira escrevia ao Presidente da Câmara de Lisboa aguardando a escritura da permuta<sup>104</sup>. Os terrenos a ceder pelo Estado pertenciam, uns à Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, que não levantava qualquer objeção, outros à Câmara Municipal de Lisboa, cujos engenheiros reivindicavam saber previamente quais os terrenos com que o Estado iria compensar a Câmara. No final desse ano, com o patrocínio de Salazar<sup>105</sup>, o Patriarcado de Lisboa e o Estado português procederam à troca de terrenos, mediante a assinatura de escritura de aquisição do terreno, a 18 de novembro de 1964: a cerca de S.Vicente de Fora é cedida pelo primeiro, para aí construir um Liceu, em troca de uma área na Palma de Cima, próxima da cidade universitária de Lisboa, para a instalação futura da Universidade Católica.

Era preciso proceder à demolição de barracas, entretanto edificadas nos terrenos cedidos, e ao realojamento das famílias que aí viviam. Em janeiro de

<sup>102</sup> De que Guilherme Braga da Cruz se fizera arauto por excelência.

<sup>103</sup> *Novidades*, 8 de junho de 1964.

<sup>104</sup> Pasta 1.

<sup>105</sup> Cerejeira agradece a Salazar, em carta de 23.I.1965, o seu “patrocínio para a obtenção dos terrenos para a Universidade Católica”, acrescentando: “é uma obra que virá pôr Portugal ao nível das outras nações e dará satisfação a uma necessidade urgente do País. E desde já to peço também para levar a cabo, com sobriedade e dignidade, a grande obra, que é sonho de uma vida e serviço da Igreja e da Pátria” (*in* Rita Almeida de Carvalho, *op. cit.*, p. 310).

1968, já haviam sido demolidas 46 barracas, faltando ainda fazê-lo a outras 254. O realojamento dessas famílias ficou a cargo da Fundação Cardeal Cerejeira.

A 16 de janeiro de 1965, uma Carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa anuncia a intenção de criar a Universidade Católica Portuguesa e institui o “Dia da Universidade Católica” no primeiro Domingo de fevereiro<sup>106</sup>. O que a Igreja se propõe levar a efeito “é realmente uma verdadeira Universidade”, que constitui “um imperativo para a consciência católica”, e um “imperativo urgente para a consciência nacional”. “Portugal – diziam os bispos – é o único País que ainda se vê na necessidade de enviar para universidades estrangeiras os seus estudantes mais bem dotados, ou mais ansiosos de aprofundar os problemas do homem à luz da revelação”. A Universidade Católica, a criar “ao lado das Universidades Civis”, será “mais complementar que rival; mais confiante que polémica; mais interessada que receosa; e, ao mesmo tempo, mais livre, mais dinâmica, mais flexível”. Não será “estritamente clerical”, mas “aberta fraternalmente a todos”. “A escolha do terreno, perto da Universidade clássica, fala por si: quer estar no centro maior da vida intelectual, onde sopram todos os ventos do espírito, e espera ver mestres e alunos de uma e de outra misturarem-se na mútua compreensão e comum conquista da verdade.”

A adesão ao Dia da Universidade variava de diocese para diocese. O Bispo de Coimbra lamentava ao Cardeal Cerejeira a exiguidade do resultado do pedido e explicava: “a diocese de Coimbra não tem grande entusiasmo por este pedido visto que, como Vossa Eminência sabe, o grande anseio de Coimbra seria a criação duma Faculdade de Teologia na sua Universidade”<sup>107</sup>.

É criada, nesse mesmo mês de janeiro de 1965, uma Comissão Instaladora da Universidade Católica, inicialmente presidida por D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava, auxiliar do Patriarcado.

A sugestão, apresentada ao Cardeal-Patriarca, ainda em 16 de fevereiro de 1964, partira do Cónego Manuel Falcão, que lhe atribuía, como competências, “fixar a data de entrada em funcionamento”, que se apontava para outubro de 1965; “determinar as Faculdades e Institutos que devem começar em primeiro lugar”, “assentar na estrutura destas Faculdades e Institutos, especialmente as Faculdades eclesiais”, precisando o número de anos e a qualidade dos alunos; “resolver os problemas das instalações para residência dos alunos”, bem como a “construção das instalações escolares”; preparar a Biblioteca, nomeando um

<sup>106</sup> António Montes Moreira, “A criação da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa”, *Didaskalia*, I (1971), Fasc. 1, 183-197.

<sup>107</sup> Carta do Bispo de Coimbra ao Cardeal Cerejeira de 24 de junho de 1967.

Bibliotecário, definindo verbas e critérios; diligenciar a aquisição final dos terrenos, executar as obras, administrar os fundos.

Além do Bispo de Tiava, como Presidente, a Comissão Instaladora integrava: o Cónego Manuel Falcão, como Secretário; o Eng. Guimarães Lobato (para os problemas de projetos e obras); o Pe. Lúcio Craveiro da Silva s.j., provincial dos jesuítas; o Pe. Diamantino Monteiro SDB, pelo ISPA; o Pe. João António de Sousa, do Curso de Teologia do Instituto de Cultura Superior Católica; o Pe. Manuel Antunes s.j., do Curso de Filosofia do mesmo ICSC; o Pe. José Honorato Rosa, do Instituto Superior de Serviço Social; o Eng. Rogério Martins, pela LUC; a Dr.<sup>a</sup> Mercês Marquês Figueiredo, pela LUCF; o Pe. António Leite s.j. (para os problemas jurídico-canónicos); o Sr. Medeiros e Almeida (para propaganda e angariação de fundos); o Prof. João Miller Guerra; o Prof. Manuel Duarte Gomes da Silva; o Prof. Xavier Pintado; o Prof. Francisco Pereira de Moura. Mais tarde, agregar-se-á também o Cónego António dos Reis Rodrigues, assistente da JUC.

A Comissão Instaladora, a funcionar em S. Vicente de Fora, começou a reunir no começo de cada mês, em 1965. Tinha funções consultivas. Deveria ocupar-se das instalações, da planificação institucional (Estatutos, Faculdades, Alunos, Relações com a Santa Sé e com o Estado, com vista à oficialização), da planificação dos estudos (programas, professores...) da Biblioteca, da planificação financeira. Não sendo a Universidade uma instituição meramente clerical, reservada a eclesiásticos, mas aberta a todos, deveria a sua concretização ter em conta a “política educacional” que dava ao Estado o exclusivo do ensino superior, e a sua localização atender à realização dos seus fins, ao lado das universidades do Estado. Impunha-se atender ao condicionalismo político, ao clima psicológico nos meios católicos e não católicos, às necessidades do País no plano da cultura católica e no plano da expansão escolar, sendo necessário preparar professores. Além disso, o reconhecimento oficial dos cursos e títulos afigurava-se essencial, para a atração de alunos.

Bem cedo a Comissão elaborou um documento de “Sugestões para a organização dos estudos no domínio ‘social’”, com a proposta de criação de uma Faculdade de Ciências Sociais, com cursos de Serviço Social, Ciências Sociais (Sociologia e Política Social), Administração de Empresas e Administração Pública, e ainda um “curso geral de formação humanística” (com Sociologia, Economia e Direito), e que se organizaria por *departamentos*, que agregariam os professores por núcleos de matérias, dedicados ao ensino, investigação e extensão cultural a desenvolver. O edifício deveria adaptar-se a esta estrutura departamental, com gabinetes e salas pequenas para sessões de ensino e discussão, sendo

as aulas de exposição a grupos numerosos dadas em anfiteatros não necessariamente integrados nos edifícios da Faculdade.

Na reunião de 4 de março de 1965, é apresentada por Miller Guerra uma sugestão de Instituto de Humanidades ou de Ciências Humanas, visando a elaboração de um novo humanismo, integrando a cultura clássica com aquisições científicas modernas, que seria uma base cultural a todos os cursos da UC, de 3 ou mais anos, capacitando para várias profissões (administradores públicos e privados, jornalistas), e podendo dar cursos a alunos de outras universidades. A maior dificuldade estaria na formação do corpo docente.

Em 3 de março de 1966, o Pe. Manuel Antunes apresenta ao Cardeal-Patriarca um “Esboço provisório do Estatuto Orgânico da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica”, com uma justificação: “só impondo-se pela solidez e abertura dos seus programas e dos seus métodos e pela competência dos seus professores, é que a Universidade Católica poderá vingar em Portugal”. E sugere que para dirigir os três departamentos se convide “algum grande mestre estrangeiro”

Encarregado dos serviços da biblioteca (então ainda em S. Vicente de Fora), no ano seguinte, ficara o Cónego Manuel Falcão.

Da reunião episcopal de 1965 resultou ainda a constituição de uma Comissão interna composta pelos Bispos de Portalegre e Castelo Branco (como relator), de Lamego e do Porto, para estudar a possibilidade de aumentar e valorizar os indultos pontifícios a favor da Universidade, aumentando as respetivas taxas. Também se falou em integrar numa mesma entidade e realizar diretamente os seguros dos bens das dioceses, eliminando os intermediários, fazendo reverter os bónus ou prémios para a universidade.

O anúncio da criação da Universidade Católica foi festejado pela imprensa, mas originou de imediato questões sobre a sua concretização. Francisco Pereira de Moura, em artigo de opinião, justificava o aparecimento de mais uma Universidade em Portugal, mas levantava problemas. Sendo a Universidade “católica”, e sendo poucos os recursos da Igreja em Portugal, vaticinava que a Universidade Católica seria “modesta”, e que essa modéstia se traduziria na “seleção dos cursos, atividades e Faculdades”. A Universidade Católica não poderia ter nem Medicina nem Engenharia. Iria cair num programa dominado pelas “ciências eclesiais”, “sem projeção”. Era preciso cultivar as disciplinas “profanas” a par das ciências sagradas, para dar resposta às “necessidades de avanço técnico e científico” e “arejar” a cultura humanística. Não bastava introduzir nos cursos cadeiras que dessem uma visão cristã das realidades temporais, para suprir a falta de cultura geral. Era toda a conceção do ensino superior que tinha que “ser repensada”, e também “os métodos pedagógicos”. A Universidade

Católica precisava de professores que o fossem permanentemente, dedicados à investigação. Não bastava ir buscar “meios tempos” de professores católicos às universidades existentes. Era preciso formar novos professores. Além disso, a Universidade não deveria confinar-se a Lisboa, mas dedicar-se à “investigação de problemas regionais” e à formação de técnicos para a administração regional e local. E quanto aos alunos, deveria receber jovens a quem as famílias pagam os estudos, mas também jovens e adultos que trabalham enquanto estudam – em cursos noturnos e atividades de atualização de conhecimentos, bem como através de programas de extensão universitária. Para tudo isso se pedia “não temer nem as inovações e ousadias, nem o contacto, auxílio e conselho dos não católicos quando sejam competentes”. Por fim, era preciso rever as relações da Igreja com a ciência positiva, cujo valor formativo estava “na objetividade e o não recuo diante das conclusões da análise, ainda quando nos doam diretamente”<sup>108</sup>.

Em finais de 1966 é apresentada ao Ministério das Obras Públicas, para aprovação, o projeto definitivo de execução da 1.ª fase da construção das instalações na Palma de Cima.

E em 16 de março de 1967, é criada uma Comissão restrita da Comissão Instaladora, integrada por Guimarães Lobato, Medeiros e Almeida, Xavier Pintado, Sousa Franco e José de Lucena, a quem o Cardeal Cerejeira incumbiu “de realizar os estudos preparatórios das bases estruturais e orgânicas da universidade”<sup>109</sup>.

Admite a possibilidade do início do curso de Teologia em outubro de 1967, na casa de retiros da Buraca, enquanto não começam as obras na Palma de Cima, onde persistem problemas com a aquisição de parcelas do terreno, e outros ligados ao financiamento do projeto. E insiste-se na oportunidade e necessidade da Faculdade de Ciências Sociais, cuja procura aumenta no País, com seis departamentos (Sociologia, Ciências Políticas, Administração de Empresas, Desenvolvimento Económico e Social, Demografia e Urbanismo e Educação) e três cursos (Ciências Sociais, Administração de Empresas e Serviço Social). Discute-se se o curso de Ciências Sociais deve ser uma licenciatura de 5 anos, ou um curso de 2.º ciclo, para alunos já com um primeiro ciclo superior, de 2 anos, em Economia, Direito, no Instituto de Estudos Sociais<sup>110</sup> ou no Instituto de Serviço Social. Aborda-se a estrutura do curso de Ciências sociais, com um

<sup>108</sup> Francisco Pereira de Moura, “Uma opinião sobre a Universidade Católica”, *Revista do Ocidente*, LXVIII (1965), 1-7.

<sup>109</sup> Luís Guimarães Lobato, *Memórias Técnicas*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 2004, p. 63.

<sup>110</sup> Instituto criado para a formação de quadros superiores do Ministério das Corporações, e que dará origem, com a Reforma Veiga Simão, ao ISCTE.

primeiro ano propedêutico. E admite-se a criação de um 3.º ciclo dedicado à investigação para doutoramento. Do ponto de vista organizativo, reflete-se sobre o funcionamento dos Departamentos, que se encarregariam da função de ensino. Para o departamento de Administração de Empresas, fala-se abertamente de recurso a uma Escola americana de grande renome neste campo. E quanto ao Instituto de Serviço Social, cuja integração na Universidade Católica se admite, estabelecem-se metas de qualificação das deficiências existentes.

Sousa Franco apresentará ao Cardeal Cerejeira, logo em 20 de maio de 1967 um texto com *Observações Jurídicas sobre a Instituição duma Fundação da Universidade Católica*, com um *Anteprojecto de Estatutos* da mesma Fundação, e já em janeiro de 1968, uma *Sugestão de diploma legal sobre a Universidade Católica*, em 10 artigos, acompanhada de uma *Justificação do articulado*, e um documento sobre os *Problemas jurídicos da sua instituição*, a saber a personalidade jurídica a atribuir à Universidade, a declaração de utilidade pública, e o regime de pessoa coletiva, em que perfilha as posições do Prof. Gomes da Silva que, em agosto de 1965, emitira um importante parecer jurídico sobre o “enquadramento da Universidade Católica no sistema concordatário”, e sobre a “ereção canónica da Universidade Católica”, acompanhado de uma proposta de *Bases Reguladoras do Instituto Católico Português*.

Roma chamava porém a atenção do Cardeal Cerejeira para o facto de os cursos do Instituto de Cultura Superior Católica serem vespertinos e sem nível universitário, e recomendava que a Universidade não poderia identificar-se com um centro estudos sacros, destinados a eclesiais e religiosos, e que, para competir com as universidades de Estado precisava de atrair os melhores candidatos. A Universidade Católica tem que ter as faculdades “impostos pelo progresso do mundo moderno”<sup>111</sup>.

E o Núncio Fürstenberg recordava igualmente ao Cardeal Cerejeira, em abril de 1966, que criar uma Faculdade de Filosofia na Universidade Católica era “ainda mais árduo e complexo do que abrir nela uma Faculdade de Teologia”. E propunha uma negociação: se os jesuítas de Braga assumissem a secção filosófica da Universidade Católica, em Lisboa, talvez se pudesse levantar a “reserva” à sua abertura ao exterior em Braga<sup>112</sup>.

O Cardeal Cerejeira, em resposta ao Núncio, insiste que a Universidade deve ser nacional, e que por conseguinte a cooperação dos professores de Braga não o devia prejudicar. Pergunta-se: levantar a reserva em Braga será compatível com a Faculdade em Lisboa? Os alunos, a enviar pelas dioceses, distribuir-se-iam

<sup>111</sup> Carta do Cardeal Pizzardo ao Cardeal Cerejeira de 31 de março de 1966.

<sup>112</sup> Carta do Núncio Fürstenberg ao Cardeal Cerejeira de 26 de abril de 1966.

entre Lisboa e Braga. Uma Faculdade de Filosofia com frequência de leigos é mais viável em Lisboa que em Braga. “Não tenho nenhuma animosidade contra a Faculdade de Braga; só me interrogo se as duas são possíveis.”<sup>113</sup>

Contudo, a 3 de junho, o Cardeal Cerejeira pedia ao Provincial dos Jesuítas a colaboração destes na docência das cadeiras de Filosofia, ficando estes de frequentar a Teologia desde que houvesse professores jesuítas<sup>114</sup>.

A restauração da Teologia em Coimbra continuava porém a preocupar a Nunciatura. Todos os anos o Reitor insistia no pedido no seu discurso de abertura do ano académico, e havia deputados a pedir a satisfação dele<sup>115</sup>. Mas Roma comunicava que não podia satisfazer tal aspiração, não só por contrariar o episcopado, mas porque abriria um precedente com reflexos noutros países<sup>116</sup>. E recomendava ao Cardeal Cerejeira colaboração com a Universidade de Coimbra<sup>117</sup>.

Os jesuítas insistem porém junto da Nunciatura e de Roma na abertura da Faculdade ao exterior. O Reitor da Faculdade, Pe. Bacelar e Oliveira, instalou-se em Roma durante dois meses movendo influências<sup>118</sup>. No entanto, o Cardeal Cerejeira continua “a não aceitar a proposta de a Faculdade de [Filosofia de] Braga ficar integrada na Universidade”<sup>119</sup>.

O próprio Pe. Bacelar e Oliveira o relatará, anos depois: “Os jesuítas batiam-se por uma como que desforra histórica.” Encontra-se ela bem expressa numa frase que podia ser inscrita na campa do Pe. Júlio Fragata: “fazer de Braga o que antigamente foi Évora”. Fora não se acreditava que fosse possível. As cidades universitárias eram três. Parece que tinham de ser só três. Em 1950, entrei para o grupo, e em 1962, seria nomeado Diretor da Faculdade Pontifícia, cargo inerente ao de Reitor do Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho. Movia-nos – não posso negá-lo, antes o repito com brio – um forte espírito de regionalização cultural: – construir um centro universitário novo

<sup>113</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Núncio de 3 de maio de 1966.

<sup>114</sup> Carta do Cardeal Cerejeira ao Núncio de 4 de junho de 1966.

<sup>115</sup> Carta do Núncio ao Cardeal Garrone de 17 de janeiro de 1967.

<sup>116</sup> Carta do Cardeal Garrone ao Núncio de 30 de janeiro de 1967.

<sup>117</sup> Carta do Cardeal Garrone ao Cardeal Cerejeira de 3.º de janeiro de 1967.

<sup>118</sup> Carta do Bispo do Funchal de Roma para o Cardeal Cerejeira.

<sup>119</sup> Carta do jesuíta Pe. António Leite ao Cardeal Cerejeira de 6 de abril de 1967: “Compreendo as razões que levaram V. Em.<sup>a</sup> a não aceitar a proposta de a Faculdade de Braga ficar integrada na Universidade. Já comuniquei ao Pe. Provincial a resolução de V. Em.<sup>a</sup> e também a de que a universidade só abriria em outubro de 1968. Como ele parte em breve para Braga, mais facilmente poderá ver lá com os professores qual pode ser a contribuição da Companhia para o corpo docente da Faculdade de Filosofia, quer em professores permanentes, quer nos que dessem aulas cá e lá, por exemplo em semestres ou anos alternados.”

ao norte do Porto para uma população de mais de um milhão de habitantes. Contávamos só com o apoio das autarquias, de certas instituições, da força das aspirações populares. E claro, com o patrocínio dos Arcebispos. Todavia as portas das autoridades competentes – no País – não se abririam sem que Roma as franqueasse. Até que certo dia, pela pascoela de 1967, um perspicaz benemérito<sup>120</sup> meteu-me na mão cinco contos, dizendo: “Vá a Roma ver o que se passa.” Fui. A Cúria Generalícia da Companhia de Jesus não quis envolver-se nas diligências. Declarou mesmo que, diplomaticamente as não poderia assumir. Credenciaram-me apenas o Arcebispo de Braga e o Núncio Apostólico. Com surpresa, logo à primeira reunião ouvi da Prefeitura da Congregação da Universidade: “Queremos que se abra ao público a Faculdade de Braga, desde que seja no quadro da Universidade Católica.” “Era mais do que prevíamos, mesmo do que deseávamos na altura.”<sup>121</sup>

Cerejeira “não contava com a abertura da Faculdade de Braga – confesou-o posteriormente ao Pe. Bacelar e Oliveira s.j. – mas quando o soube fui rezar um Te Deum”<sup>122</sup>.

O Cardeal-Patriarca de Lisboa procede, entretanto, à bênção e lançamento da primeira pedra das instalações da Universidade Católica, em Lisboa, a 30 de junho de 1967, pedra vinda do solo de Fátima. Dá disso prévio conhecimento a Salazar:

*“Será apenas a coroação do ensino religioso, graças a ti instituído na escola pública, no plano universitário. Só lhe falta a articulação à Universidade do Estado, que visiono possível um dia. Creio estar assegurada decorosamente a existência das Faculdades de Teologia e de Filosofia. E na desordem que vai em tantas por esse mundo, com o nome aliás de católicas, julgo-as cada dia mais urgentes. É certo que os mas ventos chegam cá, mas esforçar-me-ei, e espero alcança-lo, por vencê-los, com elementos cuidadosamente escolhidos. Não queria que esta notícia, que te será agradável e ao mesmo tempo causa de preocupação, te chegasse pelos jornais.”*<sup>123</sup>

Assistiram à cerimónia vários membros do governo e os dois reitores das Universidades de Lisboa.

O Cardeal Cerejeira, na intervenção que proferiu, justifica a Universidade Católica pela necessidade de combater o “relativismo e o subjectivismo de certa

<sup>120</sup> Trata-se de Fernando Guedes, Diretor da Verbo, cuja *Enciclopédia* os jesuítas dirigiam.

<sup>121</sup> Discurso de despedida de Reitor em 11 de novembro de 1988, depois de 20 anos de funções. In P. José Bacelar e Oliveira s.j. *A Força das Origens*, Lisboa, UC Editora, 2016, pp. 83-84.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>123</sup> In Rita Almeida de Carvalho, *op. cit.*, p. 316.

*mentalidade moderna*”, e refere-se à instituição de uma “*Escola Superior de Cultura Religiosa*”, para “*iluminar e animar com a luz da Revelação a alta cultura portuguesa*”. A Universidade Católica “*será assim, não inimiga da ciência e da cultura, mas seu complemento e coroa*”<sup>124</sup>.

A Santa Sé constata porém que, quanto à inauguração da Universidade, nada está preparado. Há dez anos que se constrói a sua sede central, mas o mais importante, a organização das faculdades, não está resolvido nem estudado. Toma por isso uma decisão, que comunica a 26 de setembro de 1967 ao Cardeal Cerejeira:

*“Considerando isto, por sugestão do Em. Cardeal Fürstenberg, Núncio Apostólico em Lisboa, e a pedido insistente dos Padres Jesuítas de Portugal, bem como do Arcebispo de Braga, esta Sagrada Congregação, de acordo com quanto de há um ano comunicara o Em. Cardeal-Patriarca (que há meses deu o seu explícito consentimento escrito) entende abrir a Faculdade de Filosofia (até agora ‘reservada’), que os Padres Jesuítas dirigem em Braga, como Faculdade inicial da sobredita Universidade Católica. Está fornecida de dignos docentes, alguns dos quais estimadíssimos em todo o Portugal, tem uma Revista filosófica muito séria (que se promete ampliar), para além de uma colecção de apreciadas publicações. Com a inclusão desta faculdade na Universidade Católica Portuguesa, dá-se o primeiro passo, realizando pontualmente no dia 13 de outubro de 1967, a solene promessa de todo o Episcopado Português.”*

*“Quando for inaugurada a sede central de Lisboa (dentro de um ano, prevê o Exmo Episcopado) a Faculdade de Filosofia, que agora começa a funcionar, em nome e por conta da Universidade Católica Portuguesa, estender-se-á a Lisboa, abrindo os seus cursos na Capital, sem por isso abandonar a sua originária sede de Braga. Desse modo se obtém a vantagem de interessar directamente na emergente Universidade Católica também o norte de Portugal, onde a actividade intelectual é particularmente intensa.”*

*“Prevê-se (por agora trata-se apenas de previsões) o sucessivo potenciamento desta incipiente Universidade Católica mediante uma colaboração directa com a velha Universidade de Coimbra (colaboração com a qual as Autoridades Académicas Conimbricenses ficariam contentíssimas, segundo parece) e com o centro católico de estudos superiores (administrativos, económicos e sociais) de Évora.”*

A Universidade nascia assim de um compromisso que lhe dava uma dimensão nacional e federativa.

<sup>124</sup> *Obras Pastorais, vol. VII: 1964-1970, pp. 232-235.*

## Capítulo 2

# Fundação e oficialização da Universidade Católica Portuguesa

Manuel Braga da Cruz

### Fundação em Braga

A Universidade Católica Portuguesa foi finalmente fundada em Braga a 13 de outubro de 1967, pelo Decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, pelo qual a Santa Sé instituiu a Pontifícia Faculdade de Filosofia, da Companhia de Jesus, continuadora e promotora das “gloriosas tradições da Universidade de Évora e Colégio das Artes de Coimbra”, como primeira Faculdade da Universidade, “antes ainda de se estender o mais depressa possível à sede central de Lisboa”. Tratava-se de uma “primeira efetuação da Universidade Católica Portuguesa”, de um início de atividades, já que a ereção canónica só chegaria quatro anos depois, em 1971, já com outras faculdades em funcionamento e em perspetiva.

A cerimónia de abertura do primeiro ano académico da Universidade ocorre a 1 de novembro de 1967, com a inauguração das novas instalações da Pontifícia Faculdade de Filosofia, na presença do Cardeal Garrone, Prefeito da Congregação para a Educação Católica, do Cardeal Cerejeira, Magno Chanceler da Universidade, do Arcebispo de Braga D. Francisco Maria da Silva (Patrono da Faculdade), do Ministro da Educação, Prof. Doutor Inocêncio Galvão Teles, do Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Silva Cunha, do Secretário de Estado das Obras Públicas, Eng. Rui Sanches, e de mais bispos<sup>1</sup>, membros do governo, autoridades locais e professores de outras universidades.

As cerimónias foram precedidas de uma missa celebrada na Igreja do antigo Colégio de S. Paulo, dos jesuítas. No cortejo litúrgico e académico que, a partir do Seminário de S. Tiago, se organizou para a referida Igreja, incorporaram-se vários professores universitários católicos, nacionais e estrangeiros, não apenas de Filosofia mas de outras áreas da Universidade<sup>2</sup>. Prevaleciam as insígnias doutorais

---

<sup>1</sup> Évora, Porto, Leiria, Lamego, Guarda, Viseu.

<sup>2</sup> Entre eles, o Reitor da Universidade do Porto, Correia de Barros, o Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Miranda Barbosa, e Ferrer Correia da Fundação Gulbenkian. E os

de Coimbra, entre as de outras universidades portuguesas e europeias: Lisboa, Porto, Roma, Paris, Bordéus, Madrid, Barcelona, Granada, Comillas. Presentes também vários deputados católicos, antigos e atuais<sup>3</sup>, e procuradores à Câmara Corporativa<sup>4</sup>, que se haviam batido pelo reconhecimento público da Igreja em Portugal e pela presença da Igreja na Universidade. Coexistiam as gerações: a par de velhos professores, que haviam defendido a ideia da Universidade Católica, surgiam alguns mais novos, anunciando colaborações futuras<sup>5</sup>. E ainda autoridades civis, militares e religiosas<sup>6</sup>.

Em janeiro de 1968, a Comissão Episcopal da Universidade Católica, presidida pelo Cardeal-Patriarca e integrada pelos Bispos das dioceses com cidades universitárias (Braga, Évora, Coimbra e Porto) enviou para Roma um projeto de estatutos provisório, dos quais constavam as linhas fundamentais de organização da UCP: a UCP ficaria na dependência da Sagrada Congregação; dependeria de todo o episcopado, que assumia responsabilidade pela orientação e funcionamento; seria dirigida pela Comissão Episcopal da UCP, com a qual colaborariam dois delegados da CNIR; previa-se a criação de um Conselho de Reitoria; a direção efetiva pertenceria a um Reitor, coadjuvado por um Vice-Reitor; haveria uma Assembleia Geral, um Senado, uma Comissão Administrativa; propunha-se que o Reitor fosse um bispo, assistido pelo Pe. Bacelar e Oliveira s.j., como Vice-Reitor, “dadas as provas de eficiência e realismo mostradas em Braga”; e para Diretor da Faculdade de Teologia, sugeria-se um teólogo estrangeiro; a Faculdade de Filosofia teria duas secções; e para Diretor da Faculdade

---

professores Elísio de Moura, Diogo Pacheco de Amorim, Guilherme Braga da Cruz, Sebastião Cruz, Herculano de Carvalho, Maria Helena da Rocha Pereira, Avelino de Jesus Costa, Gustavo de Fraga, Alexandre Morujão, Cruz Pontes, Vítor Matos, Ferreira Gomes, da Universidade de Coimbra; Gonçalves Rodrigues, da Universidade de Lisboa; Adriano Moreira e Francisco Caldeira Cabral, da Universidade Técnica de Lisboa; Luís Oliveira Ramos, Luís de Pina, Eduardo Abranches Soveral, António Cruz, Maria Cândida Monteiro Pacheco, António José de Brito, Maria Carmelita de Sousa Brito, Maria Laura de Araújo, José Vieira de Carvalho, da Universidade do Porto [cf. *Revista Portuguesa de Filosofia*, XXIV (1968), Fasc. I].

<sup>3</sup> António Santos da Cunha, Cerqueira Gomes, Luís Folhadela de Oliveira, Borges de Araújo, Nunes de Oliveira.

<sup>4</sup> Adolfo Santos da Cunha e Manuel Cardoso.

<sup>5</sup> Nos dias precedentes tivera lugar um Colóquio Internacional de Filosofia subordinado ao tema “O Homem como Pessoa – problemática da sua dimensão metafísica, religiosa, histórica e social”, de 29 a 31 de outubro, em que muitos dos professores estrangeiros haviam participado.

<sup>6</sup> Os Governadores Civis e Presidentes das Câmaras de Braga e do Porto, e vários Presidentes de Câmara de Municípios do Norte; Comandantes locais de Infantaria 8, da GNR e da PSP; o Provincial e um representante do Geral dos Jesuítas (Paulo Dezza), Madres provinciais das Doroteias e do Coração de Maria.

de Ciências Sociais propunha-se o nome do Prof. João Luís Costa André. Dos 40 000 000\$00 que se afiguram necessários, existe a doação de 12 000 000\$00 do Ministério das Obras Públicas para os edifícios escolares, e de 10 000 000\$00 da Fundação Gulbenkian, bem como um fundo de 30 000 000\$00.

O novo Núncio, Mons. Sensi, comunica ao Cardeal Cerejeira, a 3 de abril de 1968, a autorização romana para abrir a Faculdade de Teologia em Lisboa, fazendo contudo considerações, a que a Comissão Episcopal da UCP procura corresponder, na sua reunião de 19 de abril. Nessa reunião é designado para Diretor da Faculdade de Teologia Mons. Filipe Mendeiros, da Arquidiocese de Évora, antigo reitor do Seminário local e Procurador à Câmara Corporativa.

A 13 de junho, foi nomeado Vice-Reitor da Universidade, em exercício de funções de Reitor, o Prof. Doutor Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira<sup>7</sup>, jesuíta que desempenhara até então as funções de Reitor da Pontifícia Faculdade de Filosofia de Braga. Ao aceitar, Bacelar e Oliveira pede contudo uma clarificação das suas funções, dos “direitos, deveres e objectivos a atingir”, e explica como vê as fases da instalação próxima da Universidade<sup>8</sup>.

A recolha de fundos para as obras em Lisboa intensificaram-se, ao longo de 1968. A 10 de julho, o Cardeal Cerejeira convidou para uma reunião no Paço de Santana, mais de cem potenciais benfeitores, que, mediante entregas de 500 a 1000 contos, seriam considerados “fundadores insignes” da Universidade Católica, ficando os seus nomes gravados nas paredes dos edifícios. Além da Fundação Gulbenkian, que contribuiria com a mais elevada verba, e da Companhia dos Diamantes de Angola, destacaram-se nessa benemerência a família Mello, António Medeiros e Almeida, António Champalimaud, Manuel Vinhas e Nogueira da Silva.

Em agosto de 1968, a Sagrada Congregação enviou ao Cardeal Cerejeira um *Appunto*, com observações e recomendações. Alguns membros da Comissão Episcopal lamentavam-se ser pouco convocados e ficarem à margem, nada sabendo sobre a entidade fundadora e de manutenção. Recomenda a Congregação que se crie uma Comissão com eclesiásticos e leigos do mundo da cultura, pois a Universidade não deve ser uma Universidade eclesiástica, que deve considerar todos os recursos intelectuais do País, e olhar para a Universidade de Coimbra e para o Instituto de Évora. Em carta, a acompanhar o *Appunto*, o Cardeal Garrone recomenda ao cardeal Cerejeira a dissipação das dúvidas e incertezas.

---

<sup>7</sup> Professor de Filosofia, doutorado pela Universidade Gregoriana de Roma.

<sup>8</sup> Carta de Bacelar e Oliveira ao Cardeal Cerejeira de 15.VIII.1968.

A Comissão Episcopal respondeu ao *Appunto* romano, elencando as quatro reuniões que convocou em 1968; esclarecendo que a integração do ISPA se faria apenas depois do reconhecimento pelo Estado e reorganização; que a entidade fundadora e mantenedora seria o Instituto Católico Português, detentor de um fundo de 32 426 623\$00, suficientes para as novas Faculdades, pois se desistira da ideia de criar uma Fundação, depois de um parecer de Sousa Franco, membro da Comissão Executiva da Comissão Instaladora, a funcionar desde 3 de fevereiro de 1965, e que agregara recentemente os diretores da Faculdade de Filosofia de Braga e do Instituto de Évora, bem como o Presidente do CNIR. A abertura da Faculdade de Teologia estava prevista para os começos de novembro.

Um incidente surge, no entanto, que constitui uma séria advertência. O Senado da Universidade de Lisboa emite um comunicado recusando considerar como licenciatura válida uma formação pelo ISPA, não reconhecido pelo Estado, de cuja integração na Universidade católica se falava. Bacelar e Oliveira avisa o Cardeal Cerejeira que o ISPA “não pode como está, sem desautorizarmos a Universidade, com ou sem fundamento objectivo, e sobretudo depois do sucedido, ser admitido entre as instituições” da nova Universidade Católica. E acrescenta: é uma “advertência sobre o futuro e sobre o reconhecimento das instituições”<sup>9</sup>.

A Santa Sé autoriza, finalmente, a 19 de setembro de 1968, o curso de Teologia em Lisboa a título experimental. A Sagrada Congregação propõe contudo “modalidades de atuação” à Universidade e à Faculdade de Teologia em especial, a 1 de outubro de 1969: assegurar a dependência da Universidade do episcopado; atuar progressivamente; garantir as mesmas exigências universitárias do País em relação aos Institutos a integrar; colaboração, e não concorrência, com as universidades do Estado; que as Faculdades eclesiásticas não fossem inferiores às do Estado; obter aprovação governamental antes da pontifícia; intercâmbio com professores de Lisboa e Coimbra; o Vice-Reitor deveria governar como Reitor; aumentar a recolha de fundos; não diferenciar os vencimentos dos professores por estado eclesiástico ou civil, mas por meras categorias académicas.

### **Abertura da UCP em Lisboa**

A 7 de outubro de 1968, a Comissão Episcopal da Universidade Católica, em comunicado em nome da Conferência Episcopal, anunciou para breve a

---

<sup>9</sup> Carta de Bacelar e Oliveira ao Cardeal Cerejeira de 2.VIII.1968 e de 9.VIII.1968.

inauguração das novas instalações em Lisboa, tornando públicas as primeiras nomeações dos corpos diretivos da Universidade<sup>10</sup>.

O ano académico da Faculdade de Teologia foi aberto a 4 de novembro, numa simples cerimónia presidida pelo Cardeal Cerejeira. As aulas começaram efetivamente a 5 desse mês, com 65 alunos inscritos, distribuídos pelos três cursos (ciclo geral e os dois do ciclo preparatório).

E a 29 desse mesmo mês de novembro foram solenemente inauguradas as instalações da sede da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, na presença de quase todo o episcopado, dos Ministro da Educação e das Corporações, e dos Reitores das Universidades de Lisboa e de Coimbra<sup>11</sup>. Orador principal dessa sessão, a par do Vice-Reitor, recentemente nomeado, foi o Prof. Cavaleiro de Ferreira que se ocupou da importância e necessidade das universidades católicas: “A Universidade Católica abre, quando por toda a parte se proclama uma crise da Universidade. Mas esta é uma Universidade Católica, e também se adota, não poucas vezes, a expressão crise, para dar conta das dificuldades, na definição do sentido da actualização de *aggiornamento* da Igreja, face ao mundo moderno. [...] E por isso também a Universidade Católica inicia o seu labor em momento propício, porque é o momento em que é mais necessária.”<sup>12</sup>

Na sua alocução, o Cardeal Cerejeira explicou a metodologia a seguir: a Universidade Católica “dá primazia aos estudos teológicos, com base de um sólido pensamento cristão; mas abre-se igualmente às ciências chamadas humanas, nomeadamente às sociais e psicológicas, nas quais se projecta mais directamente a luz da Revelação”. Não se limita às ciências eclesásticas, nem será um mero estabelecimento clerical. A Faculdade de Teologia “é apenas começo de um vasto programa de novas faculdades ou escolas universitárias que se irá realizando progressivamente, segundo as circunstâncias e as possibilidades. Prevêem-se como as mais próximas as ciências em que o problema do homem, sua natureza e missão, está subjacente a toda a problemática”<sup>13</sup>.

A Universidade Católica nascia assim *portuguesa*, isto é, policêntrica e federativa, distribuída pelo País, resolvendo-se desse modo a disputa pela sua

<sup>10</sup> Além do Vice-Reitor, foram nomeados: o primeiro diretor da Faculdade de Teologia, Mons. José Filipe Mendeiros, Reitor do Seminário da Arquidiocese de Évora; o Secretário-Geral e Administrador da Universidade, Mons. Sezinando Rosa; e o Secretário da Faculdade de Teologia, Pe. António Montes Moreira, professor do ISET de Lisboa e do Seminário Maior dos Franciscanos. Novo Diretor da Faculdade de Filosofia era o Pe. Júlio Fragata.

<sup>11</sup> A. Montes Moreira, “O primeiro triénio da faculdade de Teologia”, *Didaskalia*, I (1971), 395-443.

<sup>12</sup> *Novidades* de 30 de novembro de 1968.

<sup>13</sup> A. Montes Moreira, *Ibidem*, p. 243.

localização. Assumia um teor “comunitário e federativo”, “no ano jubilar de Fátima e no Ano da Fé”, instituído por Paulo VI.

A criação da Faculdade de Teologia em Lisboa, embora à experiência, ainda sem oficialização canónica, para a qual transitaram os alunos do Seminário dos Olivais e do ISET, das Ordens Religiosas, provocaria uma crise nessas duas instituições.

O Seminário dos Olivais conheceu uma remodelação profunda com a entrada de uma nova direcção em 15 de novembro de 1966, chefiada pelo Pe. Abílio Tavares Cardoso, e composta sobretudo por jovens padres que, desde 1959, regressavam com formações no estrangeiro. Em finais de abril de 1968 foi apresentada ao Patriarca uma proposta de renovação orgânica e pedagógica do Seminário que suscitou apreensões, e previa, entre outras medidas controversas, a frequência dos seminaristas da futura Faculdade de Teologia da Universidade Católica. O Cardeal Cerejeira acolheu seletivamente esta ideia, e comunicou-a ao Reitor do Seminário com poucos dias de antecedência em relação ao começo das aulas, o que provocou a demissão dos professores do seminário e uma crise, que levou à saída de muitos seminaristas. Viria a ser constituída um “grupo de estudo” para estudar e propor uma nova solução para a direcção do seminário, integrada por D. Manuel Falcão, Con. João Alves e Pe. Sarrazina. Em 1970, o Cardeal Cerejeira nomeou Reitor do Seminário dos Olivais o Pe. José da Cruz Policarpo, professor da Faculdade de Teologia, que havia de ser, mais tarde, Reitor da Universidade e Cardeal-Patriarca<sup>14</sup>.

A Universidade Católica nasceu em Portugal numa conjuntura que, se por um lado beneficiava da expansão do ensino superior, por outro lado, enfrentava o clima pós-conciliar que era de crítica à confessionalidade das instituições. Desse clima nos deu conta António Luciano de Sousa Franco<sup>15</sup>:

*“Pode duvidar-se, efectivamente, da necessidade e conveniência para a Igreja de instituir uma Universidade Católica. Defender-se-á com vigor que não é hoje próprio da missão da Igreja fundar universidades: pretendendo libertar o Corpo Místico do peso da Igreja institucional, para que plenamente se manifeste uma Igreja carismática, entender-se-á que a criação de universidades é própria de entidades soberanas e alheia à missão salvífica que, no despojamento em que actua a Graça, a Igreja assume. O lugar dos católicos, como professores, investigadores e alunos, seria nas*

<sup>14</sup> Pe. Luís de Azevedo Mafra, *Lisboa no tempo do Cardeal Cerejeira. Um testemunho*, Lisboa, UCP, Centro de Estudos de História Religiosa, 1997; cf. também Irene Flunser Pimentel, *Cardeal Cerejeira. O Príncipe da Igreja*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 241-243.

<sup>15</sup> António L. de Sousa Franco, “O reconhecimento oficial da Universidade Católica”, *Brotéria*, 93 (1971), n.º 11, 435-478.

*universidades civis, penetrando-as, em vez de se acantonarem no ‘ghetto’ de uma universidade confessional. Duvidarão alguns, por seu turno, de que seja conciliável a objectividade científica, que tanto garante a neutralidade real das universidades civis, com o carácter confessional duma Universidade. Enfim, é lícito defender que, se a Igreja hoje renuncia a privilégios, conforme proclamou enfaticamente o Concílio Vaticano II, não teria sentido a existência dum regime especial – de origem legal ou outro – para os estudos na Universidade Católica, afinal privilegiada, isolada e acantonada perante o sistema universitário civil.*

*“Nos argumentos antes expostos contém-se algo de muito válido, que deve ser objecto de atenta meditação; cremos, porém, que a sua forma, ou é excessiva, ou carece mesmo de base, indo muito além da verdade de que partem.”*

Sousa Franco rebateria, nesse artigo, cada um destes argumentos: nem a “interiorização” da Igreja impediria que ela tivesse “instituições, normas e autoridade” e, por conseguinte, universidades; nem a neutralidade religiosa é exigida pelo espírito científico; nem a lei especial, que a Igreja pede, é apenas para si, mas expressão de uma doutrina geral sobre o ensino superior.

Também os alunos da Faculdade de Filosofia de Braga entenderam tomar posição sobre a criação da Universidade Católica numa *Declaração* publicada na respetiva revista, em que sublinhavam o sentido e significado do facto: “Para lá da denominação de que a Universidade Católica se reveste, julgamos no entanto que o sentido e significado da sua abertura se devem situar tanto no facto de ser premente a necessidade da presença da Igreja na Universidade, como na valorização que ela pode prestar à Cultura e à Universidade Portuguesa.”<sup>16</sup>

Não faltava também quem temesse que ela fosse “factor de divisão entre os portugueses”<sup>17</sup>.

O próprio Vice-Reitor Bacelar e Oliveira reconhecia, em 1968, que “o meio circunjacente, administrativo, universitário e católico-‘progressista’ enfrenta a Universidade Católica com muitas reservas”<sup>18</sup>.

## **Reconhecimento oficial da UCP**

A abertura da UCP em Lisboa, e o desejo de vir a criar uma terceira Faculdade de Ciências Humanas, veio colocar o problema da institucionalização da Universidade, ou seja da sua oficialização, ou reconhecimento pelo Estado da

<sup>16</sup> *Academia (Revista dos Alunos da Faculdade de Filosofia de Braga)*, V (out.-dez. 1967), 77-81.

<sup>17</sup> *Encontro (Jornal dos Universitários Católicos)*, n.º 58 (dez. 1965), p. 2.

<sup>18</sup> Carta de Bacelar e Oliveira ao Cardeal Cerejeira de 2.VIII.1968.

validade dos seus cursos e dos seus diplomas, por um lado, e da ereção canónica pela Santa Sé da Universidade e da sua Faculdade de Teologia.

Os primeiros passos com vista à elaboração de um texto jurídico que estatuisse a Universidade Católica foram dados nos anos 60. O Prof. Gomes da Silva, da Faculdade de Direito de Lisboa, elaborara, a pedido do Cardeal Cerejeira, um importante Parecer jurídico em agosto de 1965, em que abordava o “enquadramento da Universidade Católica no sistema concordatário” e a sua “ereção canónica”.

No tocante ao enquadramento concordatário, Gomes da Silva partia do dilema enunciado na parte final da consulta: “se a Universidade Católica, extensiva a leigos e a ciências profanas, cabe na primeira alínea do art. XX, pode ser subsidiada e oficializada, mas fica sujeita à fiscalização do Estado, fiscalização que, pelo Estatuto do Ensino Particular (Decreto n.º 37 545, de 8-IX-1949, arts. 7.º e segs., se exerce mesmo antes da própria fundação (que tem que ser autorizada pelo Ministro da Educação Nacional) e implica inclusivamente para o Governo a faculdade de encerrar estabelecimentos escolares; se a Universidade Católica cabe na segunda categoria prevista no art. XX da Concordata, não estará sujeita a essa fiscalização do Estado, mas, poderá pensar-se, não pode ser subsidiada nem oficializada”.

A Universidade Católica não seria uma “escola particular paralela às do Estado”, de criação *indireta*, como o seriam os colégios das congregações religiosas, a que se refere a primeira alínea do art. XX, de fundação livre, mas sujeita à fiscalização do Estado; mas seria antes uma escola criada *diretamente* pelas autoridades eclesíásticas, cabendo assim nas “associações e organizações” da Igreja a que se refere e a que se aplica o art. III da Concordata, “sendo a instituição livre e gozando a escola em questão de personalidade jurídica por simples comunicação à autoridade administrativa”. Fora assim que fora criado o Instituto Católico: ereto canonicamente e comunicada a sua fundação ao Governo Civil de Lisboa, nos termos do art. III da Concordata.

O regime das escolas particulares, sujeito à fiscalização do Estado, imposta pelo Estatuto do Ensino Particular (instalações, material didático, planos e programas, horários, etc.), era inadequado à Universidade Católica. A Universidade Católica faz parte das “organizações da Igreja que esta tem o direito de instituir livremente, em harmonia com o Direito Canónico, e que, perante o Estado, gozam de personalidade jurídica mediante a simples participação do ordinário à autoridade administrativa competente”, previstas no art. III da Concordata. As universidades católicas, de acordo com o Direito Canónico, “são direta e especificamente organizações estruturais da Igreja”.

Mas enquanto instituição de “formação do clero” são-lhe aplicáveis o art. VIII (aquisição de bens e isenções fiscais) e a terceira parte do art. XX da Concordata (liberdade de organização e isenção de fiscalização por parte do Estado).

Tendo outros fins profanos, para além dos religiosos, e não estando sujeita ao direito comum, aplica-se-lhe também o mencionado no art. IV da Concordata, podendo ser subsidiada pelo Estado. É uma instituição de regime especial.

Sendo um ente de Direito Público eclesiástico, e uma pessoa coletiva de Direito Público, ser-lhe-ia vantajosa uma declaração de utilidade pública, para usufruir de benefícios fiscais.

Concluía que era necessária a publicação de um diploma legal pelo Governo onde, a par do reconhecimento da utilidade pública, se consignasse o valor oficial dos graus académicos e dos diplomas concedidos, se previsse o auxílio financeiro e as suas condições.

No tocante à ereção canónica, a Universidade Católica precisava de ter personalidade jurídica para receber doações de particulares.

Dois anos volvidos, foi Sousa Franco quem, em maio de 1967, na qualidade de membro da Comissão Restrita da Comissão Instaladora, procedeu à elaboração de umas “Observações jurídicas sobre a instituição duma Fundação da Universidade Católica” e, em janeiro de 1968 apresenta uma “Sugestão de diploma legal sobre a Universidade Católica”, que abrangia questões que iam desde a declaração de utilidade pública com vista à obtenção de benefícios fiscais, e a dotação da personalidade pública, até à atribuição de graus.

Após sucessivas reformulações, é apresentado a 11 de janeiro de 1969 um Projeto de Decreto-Lei, para ser apresentado ao Ministro da Educação Prof. José Hermano Saraiva. O Gabinete do Ministro reelabora, com base no documento anterior, um Projeto de Decreto-Lei que apresenta para Parecer, à 1.ª Secção da Junta Nacional de Educação, parecer esse que é redigido a 24 de julho de 1969 pelo representante nela do Ensino Superior, Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz. É um parecer muito crítico da proposta de diploma, que se considera *“extremamente lacunoso e defeituoso, quer no ‘relatório’ que o precede, quer no ‘articulado’ proposto, sendo de parecer que deve ser todo ele revisto e refundido, depois de um estudo atento e cuidado, como de resto o exige a importância dos problemas que estão em causa”*.

Corrigem-se citações de artigos da constituição e invoca-se o art. XX da Concordata, considerada “a mais importante de todas as disposições”.

“Determina o n.º 1 desse artigo” – diz o Parecer de Braga da Cruz – na sequência do preceituado pelo artigo 44.º da constituição, que “as associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares

paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização deste e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas”. Mas logo acrescenta o respetivo n.º 3 que “é livre a fundação de seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica”, explicando, imediatamente a seguir, que “o seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado”. Ora, fazer referência ao artigo 44.º da Constituição – que submete expressamente o ensino não oficial à fiscalização do Estado – e não referir o artigo 20.º, n.º 3, da Concordata – que, expressamente também, subtrai a essa fiscalização os estabelecimentos de “formação ou alta cultura eclesiástica” – equivale a formular em termos equívocos o problema da situação jurídica da Universidade Católica Portuguesa perante as estruturas estatais.

“É certo que a Universidade Católica Portuguesa não é exclusivamente um estabelecimento de ‘alta cultura eclesiástica’, pois pretende abarcar o ensino de outras ciências, além da Teologia, da Filosofia e do Direito Canónico. Mas o que não pode contestar-se é que tem, pelo menos em parte, essa índole; e tanto basta para que deva considerar-se, também pelo menos em parte, subordinada ao regime especial no artigo 20.º, n.º 3.º, da Concordata.

“Tanto o ‘relatório’ como o ‘articulado’ do presente projeto de diploma legislativo enfermam liminarmente desta deficiência de terem considerado a Universidade Católica, no seu todo, como um estabelecimento particular de ensino superior idêntico a qualquer outro, pautando o seu regime jurídico interno, perante o Estado, como se ele nada tivera em si de especial. Ora, a solução que se afigura justa é a de atribuir à Universidade Católica Portuguesa, nas suas relações com o Estado, um regime jurídico misto, no qual se tenha devidamente em conta a completa autonomia institucional e pedagógica desse estabelecimento de ensino no campo da ‘alta cultura eclesiástica’, e subordinando-o, quanto ao mais, ao regime geral das ‘escolas particulares paralelas às do Estado’, de acordo com o artigo 44.º da Constituição e com o n.º 1.º do artigo 20.º da Concordata.”

Critica-se a falta de clareza da distinção entre Institutos e Escolas Superiores, que “se reduza a atividade dos seus centros de investigação ao estudo dos meros problemas sociológicos, ponto de parte toda a especulação científica e todo o trabalho de investigação no campo das ciências divinas”, e rejeita-se que “os planos de estudo, o regime de funcionamento, os sistemas de apreciação do mérito escolar e os critérios de atribuição de títulos ou diplomas serão fixados por acordo entre o Ministério da Educação Nacional e o Episcopado”, o que, relativamente ao ensino das ciências divinas e eclesiásticas, “é abusivo e eivado dum regalismo que está expressamente superado e ressalvado pelo artigo 20.º,

n.º 3, da Concordata – preceito de que se fez completa tábua rasa na elaboração do presente projecto de decreto-lei.”

“Segundo esse dispositivo da Concordata, há apenas duas limitações ao regime de completa autonomia institucional e pedagógica dos ‘estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica’: a) Estes estabelecimentos devem comunicar ao estado – mas simplesmente comunicar, sem terem de pedir-lhe qualquer autorização – ‘os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas’; e b) Devem cuidar de que “no ensino das disciplinas especiais, como a História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português.”

“Não pode aceitar-se, portanto, que a Universidade Católica tenha de submeter indiscriminadamente à aprovação estatal – como o exige este n.º 1 do artigo 5.º – os seus ‘planos de estudo’, o seu ‘regime de funcionamento’, etc., sem se ressaltar dessa experiência tudo o que toca ao ensino das ciências divinas e eclesiásticas.”

E no que diz respeito à admissão de alunos e recrutamento de professores, o Parecer é igualmente crítico:

“A redacção do n.º 1.º do artigo 6.º parece menos feliz, ao dizer que “no seu funcionamento, a Universidade Católica Portuguesa observará as normas jurídicas que regem as demais universidades portuguesas, designadamente quanto às condições de acesso ao ensino, etc., pois é evidente que a Universidade Católica não pode estar sujeita, imperativamente e em termos gerais, à observância das mesmas normas que regem, nas universidades estaduais, as condições jurídicas de acesso ao ensino, etc. Isso implicaria, desde logo, a impossibilidade de a Universidade Católica admitir alunos sem o 7.º ano dos Liceus; e é sabido que a generalidade dos alunos a admitir nesse estabelecimento de ensino procede dos Seminários, não tendo, portanto, aquela habilitação escolar.

Quer isto dizer que o que importa não é impor à Universidade Católica a observância obrigatória das ‘normas jurídicas que regem as demais universidades portuguesas’ – como se diz neste artigo –, mas tão-somente exigir que ela fixe, no recrutamento dos seus alunos e do seu pessoal docente, critérios que garantam ao seu ensino um nível idêntico ao das universidades oficiais.”

A primeira tentativa de fazer aprovar um diploma legal de reconhecimento oficial da Universidade Católica fracassara.

No verão desse ano, o Vice-Reitor Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira cai gravemente doente com uma pleurisia. O Cardeal Cerejeira “*aflito com a*

*doença do Pe. Bacelar*”, que pode comprometer o “decreto do reconhecimento do Estado”, e temendo que este se arraste, podendo até ser sacrificado com a hipótese da *“queda do Ministro”*, *“que pelo menos não é de arredar”*, escreve a Guilherme Braga da Cruz para que tome em suas mãos a elaboração do decreto que considera *“da mais alta importância na vida da Igreja em Portugal: iniciaria uma época nova”*. Propõe-se pedir ao Ministro que lhe peça a ele para dar *“a devida forma ao projeto”*, e para tal pede o seu consentimento, *“para ver se o Projeto de decreto pode ser apresentado na próxima reunião da Junta, em 2 de outubro, e aprovado por ela”*<sup>19</sup>.

Guilherme Braga da Cruz responde ao Cardeal Cerejeira explicando que o Projeto não *“tem que voltar à Junta Nacional de Educação”*. O parecer por si elaborado só pudera ser apreciado e aprovado na reunião de julho. O Ministro ao saber, antes ainda da reunião, das discordâncias de Guilherme Braga da Cruz com o diploma proposto, pediu-lhe para apresentar, em nome da Junta, um contraprojeto *“nos termos que melhor entendesse”*. Guilherme Braga da Cruz explicou ao Ministro tal não ser possível, por três razões: em primeiro lugar, *“a Junta não estar tecnicamente estruturada para trabalhos desse estilo”*; em segundo lugar, *“a Junta não é um conselho técnico da Gabinete ministerial para a preparação de diplomas legais; é um órgão puramente ‘consultivo’, havendo para esse efeito no Ministério um Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa, ‘cuja missão é, justamente, a de dar apoio técnico, na elaboração e na preparação de diplomas legais’”*; e por último, uma terceira razão pessoal: caíra em desgraça política, depois do pedido de demissão de Reitor, e o novo Presidente do Conselho cortara relações com ele, depois da polémica sobre a história da Universidade. Um projeto de diploma, elaborado por ele e sujeito à apreciação daquele, poderia prejudicar a própria Universidade Católica. O ministro aceitou as razões (exceto a última) e revelou-lhe que tencionava submeter o projeto de diploma à Câmara Corporativa, o que mais adensou as apreensões de Guilherme Braga da Cruz. Terminava pois pedindo ao Cardeal Cerejeira para não sugerir ao Ministro a sua designação nem *“a título oficial”* nem *“a título pessoal”*, por ser *“contraproducente para a própria Universidade Católica”*<sup>20</sup>.

Em meados de novembro, o Vice-Reitor Pe. Bacelar e Oliveira, já recuperado de saúde, dava conta a Guilherme Braga da Cruz que o Ministro, tendo na mão outro projeto de decreto, pretendia enviá-lo, a título particular, quer a ele quer a Braga da Cruz, pelo que lhe pedia ajuda neste momento. O referido

<sup>19</sup> Carta do Cardeal Cerejeira a Guilherme Braga da Cruz de 2 de setembro de 1969.

<sup>20</sup> Carta de Guilherme Braga da Cruz ao Cardeal Cerejeira (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/ /001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

novo projeto chegou de facto às mãos de Guilherme Braga da Cruz com um cartão do Ministro Hermano Saraiva, pedindo-lhe “*o favor pessoal de uma ‘passagem de olhos’*” por ele, alegando terem sido tomados em consideração as objeções anteriores.

Guilherme Braga da Cruz introduziu reparos no novo texto, que justificou em carta ao Ministro<sup>21</sup>:

- sugere a transcrição do art. 44.º da Constituição e o acréscimo do art. 20.º (n.º 3) da Concordata;
- discorda da distinção entre *escolas destinadas ao ensino religioso* das *escolas análogas às das outras universidades*, chamando “Escolas Superiores” às primeiras e “Faculdades ou Institutos Superiores” às segundas;
- propõe que o reconhecimento dos títulos e graus conferidos pela Universidade Católica seja extensivo à Teologia, Filosofia e Direito Canónico<sup>22</sup>.

O Pe. Bacelar mandou o texto corrigido ao Cardeal-Patriarca<sup>23</sup>, que se manifestou “muito alegre e ficou agradecidíssimo”.

O Ministro Hermano Saraiva mandara reelaborar novo projeto de acordo com as sugestões do anterior parecer da Junta. E comunicara até ao Cardeal Cerejeira, em começos do ano, que “o projecto de diploma atravessou várias fases, e encontra-se neste momento concluído e já fora deste Ministério”<sup>24</sup>.

Entretanto dá-se em janeiro de 1970 a remodelação ministerial, e Hermano Saraiva é substituído por Veiga Simão.

Em começos de março, realiza-se uma reunião para relançar o processo. Como reconhecia o Vice-Reitor em carta a Guilherme Braga da Cruz, “sem instituição jurídica tudo estará em suspenso, nem de Roma nos autorizariam a avançar. As instituições académicas desintegradas da sociedade em que funcionam, ou sem o necessário reconhecimento estatal, constituem frequentemente um compromisso. E como os graus têm uma função e habilitam, normalmente, para uma profissão os que aos mesmos se candidatam exigem os efeitos. Mas eu creio que teremos ainda um problema difícil que é o de lhes ser reconhecido o “mesmo valor”. E insiste na necessidade de a UCP aparecer como “verdadeira

<sup>21</sup> Carta de Guilherme Braga da Cruz para o Ministro, de 22 de novembro de 1969 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>22</sup> Carta de Guilherme Braga da Cruz ao Ministro Hermano Saraiva de 22 de Novembro de 1969 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>23</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de 12 de dezembro de 1969 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>24</sup> Carta do Ministro José Hermano Saraiva ao Cardeal Cerejeira de 10.I.1970.

Universidade”, e não como mero centro de estudos eclesiásticos. A Sagrada Congregação não a concebe como universidade eclesiástica, mas como “*Universidade a par das outras, embora com estrutura distinta (a tal de teor federativo e com instituições distribuídas pelo País quando conveniente)*”. E termina sugerindo a elaboração de um projeto novo, desprendido do esquema anterior: “*feito pelo Senhor Doutor Braga da Cruz, com base nesse, o Diretor-Geral e a J.N.E. aceitá-lo-ão*”.

A 19 de abril de 1970, em nova carta, Bacelar e Oliveira dá conta a Braga da Cruz “*que o Cardeal-Patriarca lhe pediu um novo esboço de projecto, em orgânica nova. Para ele solicita “um prólogo à altura do diploma”*”.

Um novo texto é presente à Junta Nacional de Educação na Sessão de 8 de junho de 1970, sobre ele emitindo novo Parecer Guilherme Braga da Cruz, que recebe alterações da própria Junta.

O Parecer critica a distinção entre “*as escolas destinadas ao ensino das ciências sagradas das escolas destinadas ao ensino das ciências profanas*, qualificando as primeiras meramente de ‘escolas superiores’ e reservando para as segundas a designação de ‘faculdades’ ou ‘institutos superiores’”. Isto obrigaria, desde logo, a alterar a designação das duas únicas faculdades já existentes no seio da Universidade Católica, que deixariam de poder ser designadas por “*Faculdade de Filosofia*” (de Braga) e “*Faculdade de Teologia*”, para passarem a ser chamadas, respetivamente, de “*Escola Superior de Filosofia*” e “*Escola Superior de Teologia*”.

Ora, não se vê com que vantagem seria de impor esta alteração de designações já consagradas, mormente no caso da “*Faculdade de Filosofia de Braga*”, que já há 2 anos foi elevada pela Santa Sé, de mero *Instituto de Filosofia* à categoria de *Faculdade*; nem se vê justificação plausível para o critério de distinção, em si, entre *faculdades* e *escolas superiores* com base no carácter *profano* ou *sagrado* das ciências nelas professadas.

Entende, por isso, esta JUNTA que tanto umas como outras poderão denominar-se indiferentemente “‘*faculdades*’ ou ‘*institutos superiores*’”. Ficarão, desde já, qualificadas como ‘*Faculdades*’ as de Filosofia e de Teologia, já existentes, competindo ao Ministro da Educação Nacional, para as escolas que vierem futuramente a fundar-se ou a integrar-se na Universidade Católica aprovar a designação que for proposta como mais adequada. O que está naturalmente indicado é que tomem o nome de *faculdades*, dentro da Universidade Católica, as *escolas de tipo clássico*, quer de ciências sagradas quer de ciências profanas (Teologia, Filosofia, Direito Canónico, Letras, Direito, Medicina, etc.) e que tomem o nome de *institutos superiores* as escolas para o cultivo de *ciências de mais recente formação* (Ciências Sociais, Pedagogia, etc.); mas ao Ministro competirá decidir, em cada caso.”

De seguida, o Parecer critica “a distinção entre *faculdades e institutos superiores*, por um lado, e *escolas superiores*, por outro – para efeitos de colação de grau de bacharel, licenciado e doutor.

Com efeito, esse artigo reserva às *faculdades e institutos superiores* o privilégio de poderem outorgar graus académicos; e como aquelas expressões, na nomenclatura do novo projeto, designam concretamente as *escolas destinadas ao ensino das ciências profanas* que vierem a formar-se no seio da Universidade Católica, à imagem e semelhança das escolas congêneres das universidades do Estado, seguir-se-ia que só essas poderiam dar graus e que tal privilégio seria vedado às *escolas superiores*, ou seja, na nomenclatura do projeto, às *escolas destinadas ao ensino das ciências sagradas*.

Ora esta discriminação é inadmissível, pois embora a Universidade Católica possa vir a ter – e seja desejável que venha a ter – várias faculdades similares às das universidades estaduais (Letras, Direito, Medicina, etc.), sempre o seu sector mais nobre há de ser o do *ensino das ciências sagradas*; e absurdo seria que pudesse dar graus de Medicina ou de Matemática e lhe fosse vedado fazer licenciados e doutores em Teologia ou em Direito Canónico”.

O Parecer termina a reformular todo o articulado, de acordo com as críticas e sugestões, deixando assim pronto para aprovação e publicação a reconhecimento da Universidade Católica Portuguesa.

O Cardeal-Patriarca devolve a 30 de junho de 1970 a Braga da Cruz “a parte retocada do Projecto de Decreto-Lei relativo ao reconhecimento da Universidade Católica Portuguesa, que o Pe. Bacelar fez o favor de me confiar. Não tenho palavras para agradecer a V.Exa. E alegra-me o pensar que o seu nome – que tanto estimo e admiro – ficará para sempre ligado à difícil fundação da Universidade Católica Portuguesa”.

E no dia seguinte, é o Pe. Bacelar e Oliveira que escreve a Guilherme Braga da Cruz agradecendo o novo Parecer, incluindo as emendas e o projeto de articulado: “Obrigado pelos sacrifícios feitos pelo texto. Bem sei que só os explica o amor pela causa da Igreja e a dedicação de V. Exa à sua Jerarquia. Pague o Senhor com as suas Graças o que na terra não tem retribuição condigna.”<sup>25</sup>

Mas um percalço inesperado surge, a dificultar o reconhecimento: a deterioração das relações do Estado português com a Santa Sé, por causa da recepção do Papa aos dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas no Vaticano, ocorrida precisamente no dia 1 julho de 1970.

O processo entra em letargia. Entretanto, a Universidade Católica procurava inserir-se no quadro do ensino superior em Portugal, participando no debate

<sup>25</sup> Carta de Bacelar e Oliveira a Guilherme Braga da Cruz de 1 de julho de 1970, (PT-UCP/ /CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

do projeto de Reforma lançada por Veiga Simão. Um primeiro documento foi elaborado por Jorge Miranda, com a colaboração de Oliveira Ascensão e Sousa Franco<sup>26</sup>.

Simultaneamente, a Universidade Católica Portuguesa vê reforçado o seu reconhecimento pelas demais universidades católicas mundiais. Já em 1969 fora consultada pela Congregação romana para responder ao inquérito feito às universidades católicas de todo o mundo, na sequência da reunião da Federação Internacional de Universidades Católicas de Kinshasa de setembro de 1968. Era agora convidada a participar na IX Assembleia Geral da FIUC, em Boston, de 25 a 29 de agosto de 1970, aí apresentou um pedido de filiação, que foi apadrinhado pelas Pontifícias Universidade de Salamanca e do Rio de Janeiro, e pela Universidade Católica de Lille. Por não ter ainda três faculdades, a UCP foi admitida apenas como membro “agregado”, e nessa qualidade participou na X Assembleia Geral da FIUC em Salamanca, de 26 de agosto a 3 de setembro de 1973, onde foi finalmente aceite como membro de pleno direito, tendo como tal tomado parte na XI Assembleia Geral em Nova Delhi, em 1975.

Com a demora do reconhecimento oficial, é constituída uma Comissão de Estudo e Apoio da Institucionalização da Universidade Católica Portuguesa, presidida pelo Prof. Afonso Rodrigues Queiró, Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra, e dirigente da Ação Nacional Popular (ex-União Nacional), e que integrava vários outros professores universitários católicos (Maria de Lurdes Belchior, Pinto Coelho, Francisco Carvalho Guerra, Guilherme Braga da Cruz, Ibérico Nogueira, Manuel Cavaleiro de Ferreira, Manuel Gomes da Silva, Oliveira Ascensão, António Sousa Franco, Jorge Miranda, Jorge Costa André), e ainda dois membros da UCIDT (Engs. Francisco da Conceição e Jorge Araújo), para além do Vice-Reitor Bacelar e Oliveira e do Prof. José Enes, pela Faculdade de Teologia.

Esta Comissão pediu audiência ao ministro Veiga Simão, e veio a ser recebida no dia 11 de maio de 1971, fazendo entrega de um Memorando, em que se pedia o reconhecimento da personalidade jurídica da Universidade Católica, memorando que é assinado por todos os membros presentes nessa audiência. Nele se pede, a par do reconhecimento oficial, a aprovação do plano da Faculdade de Ciências Empresariais.

---

<sup>26</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de 10.III.71. (PT-UCP/CEHR/ /AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

O reconhecimento pelo Estado da Universidade Católica Portuguesa só vem porém a ter lugar a 15 de julho de 1971, pelo Decreto-Lei n.º 307/71<sup>27</sup>, com Parecer favorável da Junta Nacional de Educação, redigido por Guilherme Braga da Cruz, e assinado pelo Ministro da Educação Veiga Simão. A notícia de que o decreto devia ser aprovado em Conselho de Ministros a 6 de julho, foi dada na véspera ao Prof. Bacelar pelo próprio Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, em cartão manuscrito em que lamentava não ter conseguido que o “diploma aparecesse antes da saída do Cardeal Cerejeira” que tanto se empenhara na obtenção desse reconhecimento mas tinha sido substituído, a 29 de junho desse ano, por D. António Ribeiro, novo Patriarca de Lisboa e Magno Chanceler da Universidade.

O decreto distingue “os estabelecimentos destinados ao ensino eclesiástico dos que têm por fim o ensino de nível superior paralelo ao do Estado”. Para estes últimos “atende-se ao previsto no n.º 1 do mesmo artigo XX da concordata”. A Universidade Católica Portuguesa é considerada “pessoa colectiva de utilidade pública”, paralela às demais universidades portuguesas. Tem carácter “federativo, com sede em Lisboa”. Estipula-se a “liberdade de organização e funcionamento das faculdades e Institutos”, devendo o Reitor comunicar ao ministro “o elenco das disciplinas aí professadas e os programas das cadeiras e cursos” não eclesiásticos. São reconhecidos os graus de bacharel, licenciado, e doutor, “gozando os correspondentes títulos e diplomas do mesmo valor que os das restantes universidades portuguesas”, desde que nos júris participem professores das universidades oficiais. É isenta de impostos. E o ministro poderá atribuir-lhe subsídios, especificando os fins. A UCP reger-se-á pelo artigo XX da Concordata de 1940.

O decreto de oficialização da UCP era, segundo Sousa Franco, um “diploma profundamente inovador e imbuído de doutrina feliz”, “expressão de uma filosofia acerca do ensino particular que, conforme aos princípios de uma sociedade pluralista e à Doutrina Social da Igreja Católica, estava omissa do projecto de Reforma do Ensino – mas por ele não era rejeitada, antes esperava novas oportunidades de se ver confirmar e efectivar. Por isso, o Decreto-Lei n.º 307/71 marca uma data na história do nosso ensino”. A criação da Universidade Católica constituía assim uma inovação na política educativa portuguesa, ao abrir o ensino superior à iniciativa não oficial do Estado.

---

<sup>27</sup> Redigido pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, membro da Junta Nacional de Educação, em representação das Faculdades de Direito. Professor de Direito de Coimbra, de cuja Faculdade fora Diretor, e de cuja Universidade fora Reitor.

Sousa Franco, no entanto, na esteira do parecer jurídico do Prof. Doutor Manuel Gomes da Silva, era de opinião que a fundação da Universidade Católica se devia não apenas ao art. 20 da Concordata mas também aos arts. 3.º e 4.º do mesmo acordo do Estado português com a Santa Sé. O que o decreto visa, não é apenas o reconhecimento da personalidade jurídica e, com ela, a declaração de utilidade pública, de que decorrem alguns benefícios, como isenções fiscais e subsídios de instalação e funcionamento, mas também, e sobretudo, a liberdade de organização. A Universidade Católica não seria uma mera “escola particular paralela às do Estado”, e como tal sujeita à fiscalização do Estado, mas também uma organização estrutural da Igreja, “uma das associações ou organizações em que a Igreja “pode organizar-se livremente”. A Universidade deveria assim poder criar livremente cursos e centros de investigação sem a autorização do Ministério. O Decreto-Lei estabeleceria assim o seguinte regime: “reconhecimento do ensino, sem fiscalização, tutela ou outra forma de interferência estadual, para as escolas cuja actividade é inerente à própria vida da igreja; reconhecimento mediante autorização, regulamentação do Estado e sujeição aos princípios fundamentais do sistema educativo português, para as demais”.

### **A ereção canónica da UCP**

Ao reconhecimento pelo Estado seguiu-se a *ereção canónica* da Universidade Católica Portuguesa pelo Decreto n.º 850/17/7, *Humanam Eruditionem*, da Sagrada Congregação para a Educação Católica de 1 de outubro de 1971, e das suas Faculdades de Teologia e de Ciências Humanas por decretos da mesma data. Essa ereção foi acompanhada pela publicação das *Linee direttive per un piano di sviluppo dell'Università Cattolica Portoghese* (as *Diretrizes para um plano de desenvolvimento da Universidade Católica Portuguesa*) da referida Congregação.

Entre as indicações da Santa Sé para a Universidade Católica Portuguesa estavam:

- a criação de uma Comissão Episcopal para a UCP, integrada pelos bispos das cidades com universidades ou instituições superiores (Lisboa, Braga, Évora, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques), e presidida pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, como Magno Chanceler;
- a entrega da administração da Universidade a um *Board of Trustees*, de que fariam parte representantes da referida Comissão Episcopal, da Reitoria, das Comissões da UCP, do Ministério da Educação e da Junta Nacional de Educação, bem como entidades e privados que contribuam para o

funcionamento da UCP, num total que não deveria ultrapassar os 20 a 25 membros;

- a satisfação das exigências básicas da legislação universitária portuguesa, e das características exigidas por uma Universidade Católica, devendo por isso a Universidade reger-se pelos mais rigorosos métodos de ensino e de investigação, adotar uma organização departamental, garantindo a cooperação e integração das escolas, a interdisciplinaridade, a representatividade dos vários sectores institucionais, e a participação de representantes de outras escolas, e de entidades sociais ou empresas, nos conselhos universitários.

Para além disso, pedia-se a elaboração de estatutos da UCP e da Faculdade de Teologia, a submeter à Congregação para a Educação Católica.

Com a ereção canónica, foi designado Magno Chanceler o Cardeal-Patriarca de Lisboa D. António Ribeiro. D. Manuel Gonçalves Cerejeira foi declarado Patrono da Universidade.

Os decretos de ereção canónica foram tornados públicos numa sessão solene de homenagem ao Cardeal Cerejeira, de 7 de março de 1972, que serviu também para comemorar a publicação do Decreto-Lei n.º 307/71, tornar conhecidas as orientações da Santa Sé e anunciar a criação, em breve, de uma Faculdade de Ciências Humanas, com um curso de ciências empresariais. Foi orador principal o Reitor da Universidade Gregoriana e presidente da FIUC Prof. Hervé Carrier s.j., que falou sobre “Novas orientações das Universidades Católicas”. As universidades católicas não o são por terem uma maioria de professores ou de estudantes católicos, nem por serem propriedade eclesiástica, nem por estarem eretas em países católicos. O que define a natureza e o papel das universidades católicas, frisou o Reitor da Gregoriana, é a “universalidade do saber numa perspectiva cristã, o respeito das pessoas e a sua liberdade, com o propósito de promover a unidade e o progresso de toda a humanidade. Assim a Universidade Católica deve ser um agente dinâmico de mudança social, deve procurar a síntese entre a ordem e a liberdade, entre a tradição e a renovação, e proteger a sua liberdade contra toda a identificação política ou ideológica. Desta forma, o que caracteriza essencialmente a Universidade Católica é uma inspiração cristã individual e comunitária, um esforço contínuo de reflexão à luz da fé católica sobre as aquisições do saber humano, a fidelidade à mensagem de Cristo, tal como é transmitida pela Igreja, e um compromisso institucional ao

serviço do povo de Deus em marcha para o fim transcendente que dá sentido à vida”<sup>28</sup>.

D. António Ribeiro reconheceu a dívida da Universidade Católica para com o Cardeal Cerejeira: “foi ele quem a sonhou, quem a planeou, quem a ergueu e quem, batendo à porta de almas generosas, lhe ofereceu a maior parte dos recursos económicos de que tem vivido”.

Usou da palavra, a encerrar, o Cardeal Cerejeira que explicou, não terem os bispos preferido a restauração da Faculdade de Teologia, por não resolver satisfatoriamente o problema da cultura católica. E concluiu: “Do Estado esperamos compreensão, interesse e ajuda; faz-nos esperá-lo a atenção que tem dispensado a este primacial problema. Temos consciência de que servimos não só a Igreja, mas também a Pátria. Queremos oferecer-lhe aquele ‘suplemento de alma’, de que falou um filósofo moderno (Bergson), sem o qual toda a civilização e cultura se dissolvem.”

Foi afixada uma lápide de dedicação da Aula Magna ao Papa Paulo VI, comemorativa da visita do papa a Fátima, pois a TAP oferecera à UCP a verba que o Vaticano insistira em pagar pela viagem papal<sup>29</sup>.

## **A criação da Faculdade de Ciências Humanas**

Enquanto decorriam os esforços para a obtenção do decreto de reconhecimento oficial, a Universidade ia dando passos no sentido de projetar uma terceira faculdade – base mínima necessária, do ponto de vista jurídico-canónico, para a criação de uma Universidade Católica. A Comissão Instaladora dedicara-se à elaboração de um projeto de Faculdade de Ciências Sociais e, na sua reunião de 2 maio de 1967, sugerira mesmo que se recrutasse um Diretor no estrangeiro, e se consultassem peritos da Unesco e da OCDE.

A Conferência Episcopal já antes aprovara, numa reunião em Fátima, em finais de 1967, um documento sobre “Princípios fundamentais para o estabelecimento de um plano de trabalhos, em matéria de Ciências Sociais”, elaborado a 7 de dezembro de 1967, e que contemplaria domínios como Serviço Social, Trabalho, Administração de Empresas, Formação de Professores e Comunicações de Massa. Falava-se, nesse documento, da necessidade de nomeação dos diretores de departamentos, antes do final de fevereiro de 1968, e da escolha dos professores antes de 31 de maio desse mesmo ano, pois admitia-se que essa

<sup>28</sup> *Diário de Notícias*, 8 de março de 1972.

<sup>29</sup> A. Montes Moreira, “A ereção canónica da UCP e da Faculdade de Teologia”, *Didaskalia*, II (1972), 201-218.

Escola de Ciências Sociais pudesse iniciar as suas atividades em outubro desse ano letivo de 1968-1969.

Um primeiro Esboço de Plano de Trabalho sobre a Escola de Ciências Sociais, de janeiro de 1968, fora elaborado pelo Prof. João Luís Costa André, e merecera até o apreço da Congregação romana<sup>30</sup>.

Em 1970, surge um Documento de trabalho para o Planeamento da Faculdade de Ciências Humanas (abril), e um projeto de curso de ciências sociopolíticas, a par de um curso de ciências socioempresariais (dezembro), inseridos em junho de 1971, num projeto de Faculdade de Ciências Sociais, com vários departamentos (Sociologia, Ciências Políticas, Administração de Empresas, Desenvolvimento Económico e Social, Demografia e Urbanismo, Educação), em que, aos cursos de ciências sociais e de administração de empresas, se acrescentava outro de serviço social. Em 16 de julho de 1971, era porém criado um grupo de trabalho para pensar o projeto de nova faculdade, a iniciar no ano seguinte, e distribuído internamente pela Reitoria um Dossier, com Memorando, sobre a nova Faculdade, chamada Escola de Ciências Sociopolíticas e Socioempresariais.

A 27 de abril de 1972 é apresentado ao Ministério da Educação, nos termos do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 307/71 – que fazia depender de autorização ministerial a instituição de escolas de ensino superior análogas às das restantes universidades portuguesas – o pedido de autorização para a Faculdade de Ciências Humanas, já canonicamente ereta, e para o funcionamento nela de um curso de Ciências Empresariais.

O projeto de FCH obtém a 19 de junho de 1972, parecer favorável da Junta Nacional de Educação, redigido pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, “desde que o *regime departamental* nele previsto seja completado pela adoção do ‘*numerus clausus*’ e do *sistema de tutorias*, como o determinam aliás as *Diretrizes para um plano de desenvolvimento da Universidade Católica Portuguesa* dimanadas da Santa Sé com data de 1 de Outubro de 1971”<sup>31</sup>. Para aprovação na especialidade deveriam ser introduzidas várias modificações, anotadas no Parecer.

<sup>30</sup> Cartão do Cardeal Cerejeira ao Prof. João Luís Costa André, sem data: “O Relatório do Senhor Prof. Costa André sobre o Instituto de Ciências Sociais foi muito apreciado. Não há qualquer dificuldade para a sua aprovação nem para o conferimento de graus académicos [...] Felicita-o e felicita-se.”

<sup>31</sup> In Guilherme Braga da Cruz, “Projeto de Parecer da Junta Nacional de Educação (1.ª Secção) sobre o projeto de diploma legal destinado a aprovar as Bases Gerais da Estrutura e Funcionamento da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa” de 19 de junho de 1972, in *A Reforma do Ensino Superior. Dois Anteprojetos de Parecer para a Junta Nacional de Educação*, Coimbra, Cidadaela, 1973, pp. 177-211.

Finalmente, o Ministro Veiga Simão autorizaria, em outubro de 1972, a Faculdade de Ciências Humanas, e que esta iniciasse de imediato, a título experimental, a lecionação de um curso de Ciências Empresariais.

O Cardeal Cerejeira, já resignatário, dirigiu em agosto de 1972 ao Ministro Veiga Simão uma carta, em que, a par de reconhecer que a Faculdade de Ciências Humanas nasceu por “um acto revolucionário na nossa tradição universitária, graças ao rasgo de decisão criadora e inovadora de V. Exa”, apresenta um pedido para inscrever no Orçamento de Estado do ano seguinte, uma “verba de subsídio” para a Universidade Católica, tal como previsto no decreto de reconhecimento, “que, além do auxílio material”, signifique o “reconhecimento público do interesse nacional da Universidade Católica”<sup>32</sup>.

A 17 de julho a Reitoria anunciava já em comunicado a criação da Faculdade de Ciências Humanas, e o início das suas atividades com o curso de Ciências Empresariais, o primeiro curso de licenciatura em gestão em Portugal. Dirigida por uma Comissão Executiva, nomeada pelo Reitor a 22 de novembro, era presidida pelo Prof. Oliveira Ascensão e integrada pelos Drs. Carlos Câmara Pestana (em breve substituído pelo Prof. Doutor Xavier Pintado), António Mar-del Correia e Pedro Roseta (Secretário-Geral e Administrador da UCP).

A Faculdade de Ciências Humanas e o curso de Ciências Empresariais foram assim inaugurados no outono de 1972. O curso funcionará em instalações da sede construídas com o apoio da Fundação Gulbenkian, a cuja Comissão de Obras presidiu o Eng. Guimarães Lobato. Foi fixado um *numerus clausus* de 120 alunos.

Entre os primeiros alunos desse curso de Ciências Empresariais contam-se hoje nada menos que catorze doutorados, que foram ocupar posições de relevo em muitas universidades. Os alunos formados pela Universidade rapidamente se afirmam profissionalmente, contribuindo para consolidar o prestígio académico da Universidade.

Ao Prof. Oliveira Ascensão sucedeu, como Diretor da Faculdade de Ciências Humanas, no ano letivo 1973-1974, o Prof. Paulo Sendim, que cedeu o lugar ao Prof. Mário Pinto em julho de 1974.

---

<sup>32</sup> Arquivo Cardeal Cerejeira sobre UCP. Pasta Comissão Instaladora.

Parte I

# **REITORADOS**



## Capítulo 3

### Os primeiros reitorados do Pe. Bacelar e Oliveira

Maria Eugénia Rato\*

#### 1.º mandato (1972-1976)

##### Constituição dos órgãos centrais da Universidade

Por decreto da SCEC de 29 de junho de 1972 é provido pela primeira vez o cargo de Reitor que será ocupado pelo Vice-Reitor em exercício de funções de Reitor desde 1968, Prof. Bacelar e Oliveira, o qual será reconduzido por mais quatro mandatos, até 1988. O Magno Chanceler nomeia na mesma ocasião Vice-Reitor o Prof. José Enes Pereira Cardoso, da Faculdade de Teologia.

Na ausência de Estatutos da Universidade, colocava-se a questão da forma de governo das faculdades. O Reitor pedira sugestões por escrito a Guilherme Braga da Cruz, a quem envia um projeto de Conselho de Direção, invocando a sua autoridade: “Ninguém conhece tão bem o decreto, os princípios, o que deve ser...”<sup>1</sup>

Em outubro de 1972, não estando ainda institucionalizado o Conselho de Administração ou *Board of Trustees* previsto nas *Linee Direttive*, a chancelaria da Universidade aprova uma “Norma de provisão do corpo de professores da UCP” para os departamentos de Teologia e Filosofia de Lisboa, tendo-se em consideração, como ponto de referência, o diploma regulamentar da carreira docente universitária em Portugal<sup>2</sup>. E a 16 de janeiro de 1973 é nomeada uma Comissão de Gestão Financeira, presidida pelo Eng. Guimarães Lobato e que integrava os Drs. Carlos da Câmara Pestana e Júlio Henriques Neves. A par disso, é nomeado administrador o Pe. Torres Lima, da Arquidiocese de Braga.

É contudo na criação da estrutura de Governo da UCP, mormente na institucionalização do *Board of Trustees* ou Conselho Superior como acabará por

---

\* Com a colaboração de Manuel Braga da Cruz, para os dois primeiros pontos deste capítulo.

<sup>1</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de 13.XII.1972.

<sup>2</sup> Nota informativa de 12 de março de 1974.

ser designado<sup>3</sup> “por se considerar este último mais adequado à compreensão do meio português”, que a Reitoria se vai empenhar seguidamente. Em maio de 1973, a Comissão Episcopal examinou o esquema que lhe foi apresentado pela Reitoria.

O Reitor Bacelar e Oliveira pede de novo o auxílio de Guilherme Braga da Cruz, com vista à elaboração de um parecer da JNE, “*acto heróico como os do ano passado*”<sup>4</sup>. Houvera aliás um equívoco: fora mandada para a Junta Nacional de Educação uma nova versão do projeto de Bases Gerais, “*apresentado pela Reitoria*”, que não era mais do que “*um conjunto de notas, ainda emendadas, saídas do trabalho da Comissão e meramente destinadas a servir-lhe de subsídio*”. A preocupação do Reitor é de que “*o Conselho Superior tivesse bastantes elementos não professores e alunos, porque, de outra forma, ao menos nos primeiros anos, ficaríamos muito à mercê de uma política limitada*”<sup>5</sup>. Explica a ideia da Santa Sé: “*Pensou Roma que a UCP nem podia ser só superiormente e eficazmente atendida e administrada pelos Prelados, nem ficar tão só nas mãos de Professores, Alunos e autoridades internas.*”<sup>6</sup>

Ao mesmo tempo pede a Braga da Cruz a “*definição das funções da Reitoria*”, recordando o que este em carta anterior lhe dissera: “*pode conferir-se muita autoridade “delegada” mas é preciso acautelar de futuro a autoridade do Reitor em tudo o que é essencial*”. A Reitoria é tão importante como o Conselho Superior, alegava Bacelar e Oliveira. O próprio Patriarca desejava um “*esquema das funções da Reitoria*”, para que “*se definisse quanto antes*”. Pede-lhe por isso um modelo: “*se ele fosse formulado ou reformulado pelo Sr. Doutor Braga da Cruz ganharia em autoridade e sentido de realismo*”<sup>7</sup>.

Uma semana depois insiste com o antigo Reitor de Coimbra para “*que venha ajudar não só o Reitor mas a própria Universidade em tantas coisas necessárias e urgentes. Creio que é o melhor subsídio que poderá prestar-lhe. Todos o respeitam e aceitam: Filosofia, Teologia, Ciências Humanas, Prelados.*” [...] “*Se a última demão, pelo menos essa, nesses papéis [sobre ‘estatutos básicos necessários’], for dada por V. Exa terão coerência e uniformidade, ou harmonia de estilo, e terão a amplitude e a flexibilidade requeridas. Por agora seria o Conselho Superior e a proposta de uma norma de funções para o cargo da Reitoria, a aprovar pelo menos ou pelo menos a submeter à sua apreciação. Por mim julgo que a Reitoria, sobretudo na fase em que nos encontramos, precisava*

<sup>3</sup> Comunicado da Reitoria enviando o projeto de norma institucional e regulamento do Conselho Superior de 29 de setembro de 1973.

<sup>4</sup> Carta de 8 de junho de 1973 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>5</sup> Carta de 8 de junho de 1973 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>6</sup> Carta de 2 de maio de 1973 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>7</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de 12 de julho de 1973 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

*de bastante autoridade e para isso da devida integração de órgãos. Formado o Conselho Superior, estes resultam quase ‘ipso facto’ no essencial.”*<sup>8</sup>

A Reitoria elaborara um primeiro documento sobre o Conselho Superior e sobre o Reitor. Em abril de 1973, está acabado um Anteprojecto de Norma do Conselho Superior, apreciado e aprovado pela Comissão Episcopal para a UCP em maio de 1973. É sobre este texto, apreciado e aprovado pela Comissão Episcopal para a UCP, em maio de 1973, que Guilherme Braga da Cruz é chamado a emitir um Parecer.

O Projeto de Regulamento do Conselho Superior de Braga da Cruz, com que termina o seu Parecer, é distribuído pelo Reitor a 29 de setembro<sup>9</sup>.

O Conselho Superior “superintende na vida institucional, governo e administração da Universidade”, agindo em conformidade com a Sagrada Congregação para a Educação Católica e com a Comissão Episcopal. São definidas as suas competências institucionais, de governo e de administração. É composto por 20 a 30 membros, natos e eleitos. Entre os primeiros: o Patriarca de Lisboa, Magno Chanceler; os Bispos das dioceses onde estejam radicadas faculdades ou escolas da universidade; o Reitor; o Vice-Reitor; os Diretores de Faculdades; o Presidente do Conselho de Gestão Financeira; o Secretário-Geral da Universidade. Entre os segundos, com mandatos de três anos, apenas renováveis uma vez: três professores de universidades portuguesas; três personalidades de prestígio na vida cultural, social e económica do País; três membros eleitos pelo Conselho que possam estabelecer uma adequada relação entre a universidade e a sociedade portuguesa; um representante de Escolas Superiores Católicas não integradas na UCP; um representante da FNIR ou da CNIR; um professor da UCP, Secretário Executivo do Conselho. Inspirado no *Board of Trustees* das universidades americanas, pretendeu-se, desde o início, que este órgão fosse aberto ao exterior com a inclusão de personalidades da vida cultural, social e económica e professores de outras universidades, o que constituía, à época, uma novidade em Portugal.

A 28 de dezembro de 1973 a Sagrada Congregação para a Educação Católica aprova, por um quinquénio experimental, o “Acto de Instituição e Norma

<sup>8</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de 18 de julho de 1973 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001-Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>9</sup> É acompanhado de uma explicação: “O Sr. Doutor Braga da Cruz realizou este trabalho numa semana intensiva das suas férias em Tadin em correspondência a pedido instantâneo da Chancelaria e da Reitoria da Universidade, após reunião efectuada no Patriarcado a 17 de Julho findo e na qual foram apreciadas tanto as observações da Comissão Episcopal – que, substancialmente, aprovara já o anteprojecto em sessão de Fátima, a 2 de Maio – como as das entidades que a mesma Comissão nominalmente designou para serem ouvidas e sobre o assunto até se haviam pronunciado.”

Regulamentar do Conselho Superior”, através do Decreto n.º 1169/73/10. Desse Conselho Superior fazem parte não apenas membros da Universidade, mas também representantes do episcopado e do laicado católico.

A perturbar o curso da institucionalização deste órgão máximo de governo da Universidade surgiu o 25 de abril de 1974. A Conferência Episcopal deveria aprovar a constituição do Conselho Superior na Assembleia Plenária de 26 de abril, mas surpreendida pelos acontecimentos político-militares, teve de adiar a decisão. A inexistência de um órgão central superior dificultava a aceitação das decisões.

O Reitor, num Memorando dirigido ao Magno Chanceler em 22 de junho de 1974, manifesta a sua preocupação pela falta de órgãos que assistam a Chancelaria e a Reitoria no governo e superintendência da Universidade e, entre outras propostas – incluindo a sua resignação –, sugere que se dê cumprimento ao previsto no art. 16.º (2) do Acto de Instituição e Norma Regulamentar do Conselho Superior, pondo em funcionamento desde logo o seu Secretariado Executivo. A Comissão Episcopal reunida em Fátima em sessão especial, em 25 de junho, aprova a proposta considerando que “a partir daí se poderia proceder, por via orgânica e já superiormente estatuída pela SCIC, à estruturação dos órgãos cuja necessidade se verifica”.

O Conselho Superior, apesar de não estar ainda integrado por todos os seus membros, será instituído pelo Magno Chanceler a 18 de setembro de 1974. O Ato de Instituição e a Norma Regulamentar foram assinados por ele, pelo Reitor, e demais membros presentes – D. Maurílio Gouveia, Guilherme Braga da Cruz, Luís Guimarães Lobato, Valentim Xavier Pintado, Lúcio Craveiro da Silva, José da Cruz Policarpo, António Montes Moreira e Mário Pinto – na primeira reunião, que tem lugar a 18 de setembro de 1974 no Patriarcado de Lisboa.

Na mesma reunião foi igualmente constituído o Secretariado Executivo permanente do Conselho Superior ao qual o citado n.º 2 do art. 16.º confere também funções de Conselho Permanente da Reitoria. Estabeleceu-se que o Prof. Braga da Cruz e o Doutor Valentim Xavier Pintado preencheriam os lugares reservados a personalidades que não façam parte do corpo docente ou administrativo interno à Universidade.

Dias depois, o Reitor agradece a Braga da Cruz “a cooperação mais uma vez prestada a esta instituição ao participar na sessão destinada à execução do Decreto n.º 1169/73/10 da Sagrada Congregação da Educação Católica, sobre a criação do Conselho Superior da mesma Universidade”. [...] “poucas são, infelizmente, as pessoas

*que tenham prestado à UCP, sob o ponto de vista de estruturação jurídica e regulamentar, contribuição análoga à dos magistrais projectos de vossa excelência*<sup>10</sup>.

## O 25 de abril e seu impacto na UCP

O 25 de abril, e a revolução que se lhe seguiu, não deixou de ter impacto sobre as instituições da Igreja e sobre a Universidade Católica. Embora nos começos não tivesse havido perturbação de vulto, em Lisboa, como dizia o Reitor, “Teologia está em Assembleias Gerais”. Mais grave a situação em Braga, onde “os estudantes pretendiam substituir a orientação católica por uma marxista e a dependência da Igreja pela do Estado”<sup>11</sup>, e também no Instituto dos Jesuítas em Évora que, não sendo da Universidade, mantinha uma perspectiva de integração futura.

O Patriarca viu-se forçado a suspender o diário católico *Novidades* e a Rádio Renascença oferecia dificuldades de controlo por parte da administração.

A Universidade Católica torna-se fácil alvo das forças revolucionárias que chegaram a pensar ocupar as instalações da Universidade.

A 2 de dezembro de 1974, o Reitor reconhecia que “as nossas instituições funcionam com relativa serenidade, não obstante sofrerem os embates tremendos da refrega do momento. Isto não significa que não possam entrar em perturbação de um momento para o outro”<sup>12</sup>.

Temia-se não só que o governo da Universidade, por institucionalizar, caísse nas mãos dos estudantes, à semelhança do que estava a acontecer nas universidades do Estado, como uma possível “nacionalização” das escolas não estatais, à semelhança do que sucedera noutros domínios da vida social portuguesa.

A primeira reunião do Conselho Superior, após a instituição, teve lugar a 11 de dezembro de 1974 na Casa de S. Mamede, em Lisboa, sendo seu Secretário Executivo Luís Brito Correia. Um dos temas abordados foi a constituição de um grupo de trabalho para divulgar documentação sobre a liberdade de ensino, o papel da Igreja no ensino, a justificação das universidades católicas e designadamente da Universidade Católica Portuguesa (Cavaleiro de Ferreira, Oswaldo de Aguiar, Lurdes Belchior).

Falou-se ainda em criar um grupo de trabalho para pensar os Estatutos da Universidade, de que faziam parte, além do Reitor e do Secretário Executivo,

<sup>10</sup> Carta de Bacelar e Oliveira para Guilherme Braga da Cruz de X.1974 (PT-UCP/CEHR/AGBC/G/H/001 – Cot 9: Cx. 84 e 85).

<sup>11</sup> Ata da reunião do Secretariado Executivo do Conselho Superior de 9 de maio de 1975.

<sup>12</sup> Carta do Reitor a Guilherme Braga da Cruz de 2 de Dezembro de 1974.

o Dr. Pereira da Silva e o aluno de Teologia João Seabra, outro para elaborar um documento programático a submeter ao Conselho Superior.

Um dos primeiros problemas que foi necessário enfrentar foi o do pedido de transferência de alunos das universidades de Estado, em profunda crise, ou o desejo de alguns de frequentarem a UCP ao mesmo tempo. Foi pedido parecer sobre o assunto à Junta Nacional de Educação.

Uma segunda reunião teve lugar logo a seguir, a 19 desse mesmo mês<sup>13</sup>, a qual se ocupou, entre outros assuntos, da questão premente das equiparações dos diplomados da UCP, isto é, dos efeitos dos graus e diplomas, em particular de Teologia e Filosofia, questão em que o diploma de reconhecimento da Universidade era ambíguo, uma vez que apenas se referia ao “mesmo valor”. Aliás, um ofício do Adjunto do Diretor-Geral do Ensino Superior de maio de 1973 sustentava que o curso de Teologia não estava “abrangido pelo disposto no Decreto-Lei n.º 307/71 de 15 de julho”, pelo que os seus alunos não podiam ingressar noutros cursos<sup>14</sup>.

Não faltava no Ministério quem recusasse à Faculdade de Teologia o estatuto de ensino superior, e defendesse que se tratava de mero ensino eclesiástico<sup>15</sup>. E quem sustentasse igualmente que a Faculdade de Filosofia era meramente eclesiástica, porque, embora com graus verdadeiros e com efeitos, fora criada ao abrigo da alínea a) – e não da alínea b) – do n.º 1 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, não tendo por isso apresentado planos de estudo. E não faltava ainda no Ministério quem defendesse que o que estava a funcionar em Braga e a conferir diplomas era o Instituto Superior de Filosofia, devidamente reconhecido, e não a Faculdade de Filosofia.

Esse problema adquiriu tal gravidade que o Conselho da Faculdade de Filosofia de Braga, em documento enviado ao Ministro, decidiu suspender as matrículas dos novos alunos, no verão de 1974, enquanto não fosse dada aos atuais licenciados a mesma habilitação própria para a docência oficial que era concedida aos licenciados em Filosofia pelas universidades de Estado. Foi este também o tema principal da audiência do Reitor, a primeira depois de abril de 1974, com o Ministro da Educação e Cultura, Vitorino Magalhães Godinho. Quando Lúcio Craveiro da Silva toma posse como Diretor da Faculdade de Filosofia, em 4 de abril de 1975, insistiu igualmente com o Ministério sobre a necessidade de regulamentação do Decreto-Lei n.º 307/71.

---

<sup>13</sup> In Guilherme Braga da Cruz, *Reforma do Ensino Superior*, Coimbra, Cidadela, 1973.

<sup>14</sup> Carta de Bacelar e Oliveira a Guilherme Braga da Cruz de 1 de maio de 1973.

<sup>15</sup> Caso do Dr. Almeida Santos (Carta do Reitor a Guilherme Braga da Cruz de 15 de fevereiro de 1976).

Contudo, só a partir de 1976 começam a ser publicados despachos do Ministério da Educação respondendo às pretensões da Universidade, o mais importante dos quais foi o Despacho n.º 189/76, de 8 de julho, esclarecendo que os graus académicos atribuídos pela UCP gozam não só “do mesmo valor”, como têm “os mesmos efeitos” dos conferidos pelas restantes universidades portuguesas. Para além disso, o despacho também dispensa a presença, nos júris de bacharelato e de licenciatura, de professores do ensino oficial prevista no art. 7.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 307/71, para as faculdades outras que Teologia e Filosofia, uma condição que nem tinha chegado a ser regulamentada. Apenas se mantém a exigência de um professor externo nos júris de doutoramento.

Outros problemas se perfilavam, à cabeça dos quais o estatuto dos professores e os contratos de docência. O estatuto da carreira docente das universidades do Estado não se aplicava, nem tão-pouco a legislação laboral geral. Havia a consciência de que a integração e progressão dos docentes na carreira se devia fazer progressivamente, à semelhança do que acontecia com as demais universidades nacionais e internacionais.

Como se viu, a chancelaria tinha aprovado em 1972 uma “Norma de provisão do corpo de professores da UCP” para os departamentos de Teologia e Filosofia de Lisboa. Na Faculdade de Filosofia, cujo corpo docente era em grande parte formado por jesuítas e já funcionava há largos anos, a questão não era tão premente como na Faculdade de Ciências Humanas com o seu corpo docente em formação.

Um problema conexo era o das classificações e remunerações dos professores, muitos dos quais acumulavam com outras funções noutras instituições, considerando-se em geral que não deveriam por isso descontar a dobrar para a previdência. Havia que estabelecer contratos temporários, a prazo, com funções específicas, e a progressão devia fazer-se mediante a prestação de provas e a respetiva aferição. Mas a legislação laboral portuguesa era omissa, colocando-se questões delicadas. E com a revolução tais problemas agravavam-se. Todo o ensino estava ameaçado por este aspeto, de inegáveis contornos económicos. A Comissão Episcopal da UCP fazia recomendações ao Secretariado Executivo do Conselho Superior sobre o recrutamento dos professores e seus encargos (8 de julho de 1975).

Por outro lado, porém, a crise vivida nas universidades estatais, profundamente perturbadas pela agitação estudantil, permite à Universidade afirmar-se mais rapidamente, beneficiando de um acréscimo de procura devido à regularidade do seu funcionamento e a um corpo docente, nomeadamente na Faculdade de Ciências Humanas, de grande qualidade, que escolhera deixar as universidades estatais ou fora dispensado nos primeiros tempos da revolução.

Não obstante as perturbações desses anos, 1974–1976, a Universidade prossegue o seu desenvolvimento e consolidação. No próprio ano de 1974, já depois da Revolução, foram aprovados pelo Ministério da Educação e Investigação Científica novos planos curriculares do curso de Ciências Empresariais que passaram a incluir a partir do 3.º ano uma opção em Economia. O Despacho n.º 222/77 virá a confirmar a cisão: a Universidade passa a atribuir um diploma de licenciatura em Administração e Gestão de Empresas e outro de licenciatura em Economia.

No ano de 1975, em plena revolução, é autorizado o curso de Ciências Religiosas na Faculdade de Teologia.

### **A questão económico-financeira**

A questão económico-financeira preocupava significativamente o Episcopado e o Magno Chanceler. Se a Faculdade de Teologia tinha um fundo constituído, proveniente do património do Instituto Católico Português, e a Faculdade de Filosofia se podia apoiar em recursos do Instituto Beato Miguel de Carvalho, a Faculdade de Ciências Humanas – que tinha contado para a sua instalação e para o primeiro ano de funcionamento do curso de Ciências Empresariais com um significativo contributo da Fundação Gulbenkian – sofrera agora um forte abalo nas suas expectativas de subsídios e doações devido às circunstâncias do 25 de abril.

A ideia de uma fundação para a UCP, presente desde antes da ereção da Universidade, é retomada, surgindo agora com o nome de *Obra dos Cooperadores e Amigos da UCP*; além disso, empreendem-se ações com vista a dinamizar o Dia da Universidade que se esperava pudesse trazer algumas contribuições dos fiéis.

Este Dia da Universidade instituído pela Conferência Episcopal, à semelhança de outros peditórios nacionais anuais, deveria dar a conhecer a recém-criada Universidade Católica Portuguesa aos fiéis de todo o País e mobilizá-los para apoiarem o projeto com as suas orações e donativos. Em 1977, a Assembleia Plenária do Episcopado fixou a sua data no primeiro domingo de fevereiro e assim se tem mantido ao longo dos anos.

Por parte do Estado, o Ministro Veiga Simão, poucos dias antes de sair, com a revolução, entregara à Universidade um subsídio<sup>16</sup> de 1000 contos. Porém, só em 1977, com o ministro Sottomayor Cardia, teve início a concessão à UCP de um subsídio anual do Ministério da Educação, prática que se manteria até ao ano 2000. Embora o Decreto-Lei n.º 307/71 previsse a possibilidade de

---

<sup>16</sup> Carta do Reitor para Guilherme Braga da Cruz de 2.XII.1974.

atribuição de subsídios pelo Ministério da Educação, a sua concessão e o respetivo montante nunca ficaram garantidos, dependendo cada ano de inúmeras diligências da Reitoria junto do Ministério (e da boa vontade dos ministros).

O recurso a entidades estrangeiras, fundações europeias, conferências episcopais, e a comunidades portuguesas no estrangeiro parecia ser uma via a tentar. O Reitor, cujos contactos no exterior podiam mais facilmente ser viabilizados através da Companhia de Jesus de que era membro, faz em 1975 uma primeira de muitas visitas aos Estados Unidos, à Alemanha e à Holanda destinadas a expor a situação e a sublinhar a importância de manter e desenvolver uma Universidade Católica em Portugal.

Nos Estados Unidos estuda o chamado “Plano América”, a implantação de uma Associação de Cooperação com as comunidades portuguesas que, entre outras finalidades, possa garantir um apoio regular à Universidade. Aproveita para visitar diversas universidades jesuítas (7 das 28) e informar-se sobre a sua organização, em particular, a carreira docente. Segue-se, logo no início de 1976, uma segunda visita àquele país e encontros com os Arcebispos de Boston (o açoriano Cardeal Humberto Medeiros) e de São Francisco (Cardeal McGucken) em que já são discutidas propostas concretas de constituição de uma associação e de possíveis iniciativas comuns. Desenvolvimentos posteriores levam à criação no mesmo ano, nos Estados Unidos, da *Association for the Development of the Catholic University of Portugal* (ADCUP) que terá sede em Boston e será presidida pelo Cardeal Medeiros.

Na Alemanha contacta a Arquidiocese de Colónia, a Arquidiocese de Munique e organizações católicas de ajuda ao estrangeiro, tais como a Missio, a Misereor e a Adveniat, procurando nomeadamente apoio para alunos do Terceiro Mundo, em especial das ex-colónias portuguesas, e também para patrocínio das publicações científicas da UCP. A Misereor garante um subsídio destinado a atividades de extensão universitária, entre elas um ciclo de conferências sobre “Doutrinas e Problemas Sociais Contemporâneos à luz do Pensamento Cristão”, em cujo âmbito foram convidados a proferir conferências na primavera e verão de 1976 o Pe. Madelin (da Action Populaire), o Pe. Huber, especialista em marxismo e comunismo (do Instituto Oriental), e René Remond, ex-reitor de Paris X – Nanterre, historiador e professor de Ciências Políticas.

A Fundação Adveniat concede um patrocínio a uma visita do Reitor ao Brasil para fins de intercâmbio cultural e estabelecimento de uma Associação Luso-Brasileira da UCP.

No seguimento da visita do Reitor, a Fundação Benevolentia da Holanda concedeu em 1975 uma verba que foi destinada a cobrir parte dos défices correntes no período 1975-1977.

A atividade internacional da UCP não estava porém limitada aos contactos em busca de fontes de financiamento. O Reitor procurou desde o início abrir a Universidade ao exterior e inseri-la no crescente movimento de cooperação universitária, científica e cultural internacional. Logo em 1970, a Universidade tinha sido acolhida no seio da *Fédération Internationale des Universités Catholiques* (FIUC) por ocasião da IX Assembleia Geral da Federação, em Boston, e, a partir de então, foi regular a participação da UCP nas Assembleias e outras atividades da FIUC e do seu grupo sectorial de universidades católicas europeias, mais tarde FUCE.

Em novembro de 1973, patrocinada pelas Universidades de Lisboa e Técnica de Lisboa, adere à CRE – *Conférence permanente des Recteurs, Présidents et Vice-Chanceliers des Universités européennes*. Segue-se a AIU – *Association Internationale des Universités* para a qual é convidada em abril de 1976.

## **2.º mandato (1976-1980)**

Por decreto de 13 de junho de 1976, e sob proposta do Magno Chanceler, a SCEC renova o mandato como Reitor do Prof. Bacelar e Oliveira.

### **O Ano Propedêutico**

Em julho de 1975 tinha sido publicado o Decreto-Lei n.º 363/75 aprovando as bases programáticas para a reforma do ensino superior e instituindo o ano vestibular que incluía o serviço cívico e cursos propedêuticos. O Doutor Guilherme Braga da Cruz excluía de imediato que a base II (Governo das Universidades e dos estabelecimentos de ensino superior) se pudesse aplicar à Universidade Católica. Contudo, o diploma dispunha na base III que o acesso ao ensino superior através do ano vestibular se aplicava ao “ensino superior particular”, o que, à época, compreendia também esta instituição. Assim, as Faculdades começam a preparar cursos propedêuticos que passarão a ser ministrados no ano letivo de 1976-1977, antecedendo o curso universitário propriamente dito. Tendo sido oficialmente criado em 1977 um ano propedêutico pré-universitário, levantaram-se dúvidas sobre a possibilidade da Universidade continuar a ministrá-lo mas um despacho de maio de 1978, do Secretário de Estado do Ensino Superior, esclarece a questão, autorizando a UCP a ministrar cursos propedêuticos para acesso aos cursos superiores nela professados. O ano propedêutico, muito procurado no início por ter permitido evitar uma interrupção

nos estudos no ano do serviço cívico, manteve-se, com adaptações, até que, em 1989, o entretanto criado 12.º ano passa a ser integrado no novo ensino secundário formando um conjunto com o 10.º e o 11.º anos. Tal facto obriga a UCP a cessar, a contragosto, a lecionação do propedêutico que representava um instrumento importante para a boa preparação dos candidatos aos cursos da Universidade.

## Direito em Lisboa

Em 1976 recebe autorização, e começa a ser lecionado na Faculdade de Ciências Humanas, em Lisboa o “curso superior de Direito”, cujo plano de estudos é aprovado por despacho do Ministério da Educação de 4 de outubro de 1977 (n.º 224/77).

A ideia do curso de Direito partiu de Mário Pinto que, para esse efeito, a apresentou ao recém-empossado Ministro da Educação Sottomayor Cardia, que a aceitou como relevante iniciativa, tendo concedido para esse efeito um apoio de 30 000 contos. Na ausência do Reitor, no estrangeiro, foi o Magno Chanceler quem autorizou o arranque da preparação, que o Reitor ratificaria no seu regresso.

O primeiro plano de estudos contemplava um “ano zero”, de carácter propedêutico, que compreendia, com disciplinas de cultura geral, algumas matérias de introdução ao direito: *Filosofia*, lecionada por Carlos Silva; *História*, dada por Vasco Pulido Valente, que regressara de Oxford; *Introdução à Economia*, lecionada por Hermes dos Santos; *Introdução às Ciências Sociais*, a cargo de Mário Pinto; *Análise Económica*, ensinada por António Pinto Barbosa; *Introdução ao Estudo do Direito*, atribuída a Castro Mendes; *Introdução à Ciência Política*, de que se encarregou Rui Machete.

Nos anos subsequentes, outros professores de renome se juntaram, de Coimbra e de Lisboa: Cavaleiro de Ferreira, Inocêncio Galvão Teles, Sousa Franco, Marques Guedes, Pessoa Jorge, Antunes Varela, Mota Pinto, Ferrer Correia, Sebastião Cruz, Paulo Sendim, Augusto Athaíde, Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa, Diogo Freitas do Amaral, José de Oliveira Ascensão, Nuno Espinosa Gomes da Silva, Paulo Pitta e Cunha, Pedro Soares Martinez, Mário Bigotte Chorão, António Castanheira Neves, Mário Júlio de Almeida Costa, Sebastião Cruz, Adérito Sedas Nunes, Borges de Macedo.

O número de candidatos excedia largamente o número de vagas, o que possibilitou uma seleção cuidada dos melhores alunos que, em breve, se iriam afirmar promissoramente no mercado de trabalho.

## Direito no Porto

Por outro lado, surgira igualmente a ideia de estender o curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas à cidade do Porto. A sugestão foi apresentada por Mário Pinto, Diretor da Faculdade, ao Bispo do Porto, de quem era amigo, fazendo-se acompanhar por Francisco Carvalho Guerra, professor catedrático de Bioquímica da Universidade do Porto, já ao tempo membro do Conselho Superior. D. António Ferreira Gomes achava prioritária, para a Igreja e para a cultura cristã, a expansão dos estudos humanísticos e não tanto um curso de Direito, de formação profissionalizante. Acabou por aceitar a argumentação de Mário Pinto, de que o curso de Direito era de Humanidades, e que a dimensão profissionalizante do curso, se fosse complementar da formação humanística, era benéfica para a sua sustentabilidade, podendo ainda constituir um primeiro passo para uma Universidade Aberta nas ciências humanas, apoiada pelos professores dos seminários diocesanos.

O projeto de uma licenciatura em Direito, que não existia no Porto, foi debatido no Conselho Superior de junho de 1978, e aprovado, “suposto o consentimento do Senhor Bispo do Porto e garantida a unidade da UCP”. A sua lecionação naquela cidade foi autorizada pelo Despacho n.º 303-A/77, de 20 de dezembro, do Ministro da Educação.

Assim, no ano letivo de 1978-1979, depois de nomeada uma comissão instaladora, abre o ano propedêutico do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, sob a direção académica de João Batista Machado e em instalações cedidas pela Diocese na Torre da Marca. A inauguração solene, presidida pelo Magno Chanceler, decorreu na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, tendo a Lição inaugural “A Sociedade e o trabalho: Democracia, Sindicalismo, Justiça e Paz” sido proferida pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Daqui partiu aquele que se tornará o maior Centro Regional da UCP, naquela época designado secção ou núcleo regional do Porto.

Contudo, o desenvolvimento daquele núcleo, ainda que muito dinâmico, confronta-se com dúvidas e dificuldades no relacionamento com a Diocese e com a sede. Esperava-se que a diocese cedesse a casa e terrenos da quinta do Paraíso para a instalação do Direito, e dos cursos que se seguissem, e tornava-se urgente começar obras na casa, mas a diocese queria ver claramente definidas as intenções da Universidade quanto àquele centro, encontrar uma solução relativamente à propriedade dos terrenos (foi então recordado que, numa situação semelhante, em Braga, os edifícios da Faculdade continuavam propriedade da Companhia de Jesus) e esclarecer o futuro relacionamento do Instituto de Ciências Humanas e Teológicas (ICHT), que lecionava um curso de Teologia

no Porto, com a Faculdade de Teologia da UCP<sup>17</sup>. Para responder ao Bispo do Porto o Conselho Superior realiza a sua reunião de agosto de 1979 no Colégio do Sardão naquela cidade. Um primeiro passo para uma maior formalização da gestão do núcleo do Porto, enquanto o Conselho Superior “não encontre e determine fórmula institucional adequada”, foi a delegação dos poderes de representação do Reitor junto das autoridades públicas no Prof. Carvalho Guerra e, por mútuo acordo, no seu assessor, Prof. Roque Cabral s.j., delegados do Conselho Superior naquele núcleo, datada de 2 de fevereiro de 1980.

### **Filosofia em Lisboa e Teologia em Braga**

No quadro da estrutura particular da Universidade, conjugando unidade e carácter federativo e descentralizado, abre em Lisboa em 1977 uma Secção de Filosofia vinculada à Faculdade de Filosofia de Braga mas administrada pela Direção da Faculdade de Teologia.

Igualmente nesse ano, a SCEC autoriza a filiação do Seminário Conciliar de Braga na Faculdade de Teologia com a designação de Instituto Superior de Teologia de Braga.

Nesse ano, o Prof. Júlio Fragata tinha substituído, como Diretor da Faculdade de Filosofia, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva que viria a ser o Primeiro Reitor eleito da nova Universidade do Minho (1982-1986) e regressaria à Faculdade de Filosofia, de novo como Diretor em 1986. Aquela Faculdade vê aprovado, em junho de 1978, um terceiro curso, o de Humanidades.

Entretanto, o Prof. Mário Pinto que exercia as funções de Diretor da Faculdade de Ciências Humanas desde 1974 tinha solicitado a sua exoneração, tendo sido nomeado membro do Conselho Superior em fevereiro de 1979 e ficando a Faculdade confiada a um Conselho de Direção. Em 15 de dezembro de 1980, o antigo Ministro da Justiça, Prof. João de Matos Antunes Varela, professor da Faculdade de Direito de Coimbra que havia estado alguns anos a ensinar no Brasil depois de abril de 1974, toma posse como Diretor da Faculdade.

Nos anos seguintes o Prof. Mário Pinto iria desempenhar um importante papel na defesa da liberdade de ensino e do papel da Universidade Católica no ensino superior enquanto representante da UCP no grupo de trabalho encarregado pelo Ministro da Educação e Investigação Científica de elaborar o Estatuto do Ensino Superior Particular (Despacho n.º 110/79, de 9 de maio), estatuto esse que acabaria por ser só aprovado e publicado dez anos mais tarde pelo Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de agosto, mas que já não se aplicou à UCP

---

<sup>17</sup> Pro-Memória do Bispo do Porto à UCP de 14 de julho de 1979.

por ter sido entretanto claramente reconhecido que “A Universidade Católica Portuguesa rege-se pelo artigo XX da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e por regulamentação específica daí decorrente, não se lhe aplicando o disposto no presente diploma” (art. 4.º, n.º 3, do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo).

## **Biblioteca e capelania**

Um elemento central na vida de uma universidade, a sua Biblioteca, vai-se consolidando com a nomeação, em 1975, de um Bibliotecário, o Prof. António Leite s.j., e a constituição de um conselho de Biblioteca. Se em Braga a Faculdade de Filosofia dispunha da valiosa Biblioteca especializada do Instituto Beato Miguel de Carvalho, o projecto para Lisboa era “de um edifício para biblioteca, gabinetes de estudo e centros de investigação”, como já constava (juntamente com a construção de uma residência para estudantes) da nota informativa sobre a Universidade, apresentada pelo Reitor em março de 1974 e destinada à Conferência Episcopal. O Reitor em março de 1974 e destinada à Conferência Episcopal. O Reitor aproveitava também as suas viagens aos EUA nos finais da década para visitar bibliotecas universitárias (cerca de duas dezenas ao todo). Ainda que bem informado sobre novas bibliotecas universitárias europeias, concluía, em abril de 1980, numa nota sobre “o desenvolvimento do programa básico para concepção da Biblioteca e Centro Documental a construir na sede central da UCP, em Lisboa” que as bibliotecas das universidades americanas lhe “parecem mais modernas, funcionais e adaptáveis ao caso da UCP”.

À revista *Didaskalia* publicada pela Faculdade de Teologia desde maio de 1971 e à *Revista Portuguesa de Filosofia*, fundada em 1945 e publicada pela Faculdade de Filosofia, veio juntar-se a revista *Economia*, da Faculdade de Ciências Humanas, que beneficiou de uma dotação da Fundação Ford, americana, para poder ser lançada em janeiro de 1977.

Em Lisboa, em 15 de novembro de 1977, para assinalar o 10.º aniversário da Universidade realiza-se na Igreja de S. Roque uma sessão solene de bênção e entrega de diplomas aos novos licenciados, entre os quais os do primeiro curso de Ciências Empresariais (entretanto dividido em Economia e em Administração e Gestão de Empresas). A Oração de Sapiência esteve a cargo do Prof. Edouard Massaux, Reitor da Universidade Católica de Lovaina. Inaugura-se assim uma tradição muito apreciada pelos diplomados e que acabará por ser seguida, posteriormente, por muitas das restantes universidades portuguesas. Na Universidade Católica, em Lisboa, essa entrega decorreu durante cerca de 10 anos, por altura do Dia Nacional da UCP, no quadro imponente do Mosteiro dos Jerónimos,

sendo presidida pelo Magno Chanceler e constituindo também a inauguração solene do ano académico.

A capelania de Lisboa tinha sido instituída em 1976 pelo Magno Chanceler, que designa provisoriamente um capelão. O primeiro capelão, no entanto, só é nomeado em 1978. A escolha recai sobre um dos primeiros licenciados da Faculdade de Teologia, o Pe. João Seabra, que exercerá essas funções por um período de 10 anos.

### **Doutoramentos *honoris causa***

Um acontecimento marcante na vida da nova Universidade foi o doutoramento *honoris causa*, o primeiro da UCP, através da Faculdade de Teologia, atribuído ao Cardeal Humberto de Sousa Medeiros, Arcebispo de Boston, e Presidente da *Association for the Development of the Catholic University of Portugal*, que teve lugar na sede em 16 de maio de 1977, sob a presidência do Magno Chanceler. Pronunciou a Oração Académica o Diretor da Faculdade de Teologia, Prof. Doutor José da Cruz Policarpo, tendo estado presentes, entre diversas autoridades, o Primeiro-Ministro Mário Soares e os Reitores das demais universidades portuguesas exceto Aveiro.

Um segundo doutoramento *honoris causa*, também revestido de grande solenidade, realizou-se a 1 de novembro de 1979, na Sé de Braga e no Salão Medieval do antigo Paço dos Arcebispos. Foi o do Prof. Hans Flasche, lusitanista e hispanista, coordenador dos mais de 20 volumes da coleção “Portugiesische Forschungen der Goerresgesellschaft”, versando sobre temas da cultura portuguesa, nomeadamente sobre o Pe. António Vieira, e diretor do Instituto Português da Sociedade Científica de Goerres. A importante biblioteca deste instituto, com cerca de 10 000 volumes, dos quais se destaca a obra de Vieira e autores portugueses e brasileiros, sobretudo dos séculos XVII e XVIII, foi aliás transferida para a Universidade Católica na base de um protocolo com aquela Sociedade Científica assinado em 1980.

### **Novo pavilhão escolar em Lisboa**

O crescimento da Universidade – em Lisboa, passa de 240 alunos em 1973 para cerca de 1760 em 1978, e sendo o seu número total no País de 2323 alunos – coloca novas exigências de espaço e de enquadramento normativo.

Quanto ao primeiro aspeto, opta-se pela construção de um pavilhão escolar, adjunto ao edifício sede, composto essencialmente de salas de aulas, cuja 1.ª pedra é benzida pelo Magno Chanceler na presença do Núncio e

de membros do Governo a 1 de junho de 1979, embora as obras já tivessem tido início anteriormente. A sua construção foi algo atribulada: por um lado a obra foi embargada devido aos planos de construção dos novos eixos viários em redor do *campus* – Av. Lusíada, eixo Norte-Sul, Av. dos Combatentes – que vieram a afetar a área original deste, acabaram por cortá-lo a meio e obrigaram a Universidade, durante anos, a difíceis negociações com a Câmara Municipal de Lisboa não obstante um primeiro acordo e escritura conseguidos em 1984 durante o mandato como Presidente do Eng. Nuno Abecasis; por outro lado, havia que encontrar as verbas necessárias para a obra, ainda que se tratasse de um projeto muito simples e relativamente económico, tendo o Reitor lançado, como em anteriores ocasiões (em Braga, por ex., para a construção da parte nova da Faculdade de Filosofia), uma campanha de recolha de fundos bem-sucedida, permitindo a conclusão do edifício e a sua inauguração em 7 de fevereiro de 1980.

### **Os primeiros Estatutos**

No que se refere aos aspetos normativos, e estando o Conselho Superior a funcionar regularmente, tornava-se imperioso proceder à elaboração dos Estatutos.

Já as “Linee direttive” de 1971, no título VII, Compromissos a pôr imediatamente em execução, solicita que sejam elaborados “com a participação de todas as componentes universitárias, os Estatutos Gerais da Universidade Católica Portuguesa, que deverão subseqüentemente ser submetidos à aprovação da Sagrada Congregação da Educação Católica”.

Tendo-se optado em primeiro lugar, como se viu atrás, por instituir e regulamentar o Conselho Superior da Universidade, cujo Secretariado Executivo entrou em funcionamento em finais de 1974, passou-se em seguida, em circunstâncias bastante diferentes – instabilidade no País e em todo o ensino superior, com as universidades do Estado a sofrerem profundas transformações – a pensar os futuros Estatutos.

Na primeira reunião do mencionado Secretariado Executivo é deliberado prosseguir o trabalho do grupo informal encarregado de refletir sobre essas normas, mas discute-se também a “oportunidade de elaboração de estatutos”, tendo sido realçada a conveniência de apenas estabelecer umas bases gerais de carácter programático e normativo suficientemente maleáveis para se adaptarem à rápida evolução social daqueles tempos.

Assim, só em 1977 o Reitor solicita ao Prof. Afonso Rodrigues Queiró, da Faculdade de Direito de Coimbra, que tinha sucedido no Conselho Superior

ao Prof. Guilherme Braga da Cruz, falecido esse mesmo ano, a elaboração de um anteprojecto de estatutos, o qual irá ser apresentado ao Conselho Superior em 24 de fevereiro de 1978 e debatido pelo mesmo em reuniões mensais, por vezes de mais de um dia, até julho desse ano. Em dezembro foi apresentado ao Conselho um texto revisto à luz da reflexão que tinha tido lugar no seu seio e o Magno Chanceler determinou que fossem consultados “professores e outros docentes e membros da Universidade, bem como algumas individualidades que, por sua qualificação e comprovada dedicação à UCP, sobre ele (o projecto) possam utilmente pronunciar-se”.

O projeto contendo as sugestões daí resultantes, que uma Comissão homologada pelo Patriarca considerou oportuno integrar no texto, foi submetida à Comissão Episcopal da UCP e demais membros da Conferência Episcopal e seguidamente um *dossier* completo sobre todo o processo foi apresentado à Sagrada Congregação para a Educação Católica que, por decreto de 19 de março de 1979, aprova os Estatutos, como da praxe, “ad experimentum” por um período de 3 anos. O decreto chegou acompanhado de uns “Rilievi” ou notas destinadas a ser introduzidas no texto final dos Estatutos. Tratava-se, entre outras, de precisões sobre a articulação unidades/sede, o seu modo de administração e a sua representação em órgãos como o Conselho Académico ou sobre as competências do Reitor de convocar todos o órgão colegiais.

O decreto foi comunicado ao Conselho Superior em sessão plenária realizada a 20 de abril e os Estatutos entraram imediatamente em aplicação. Neste contexto, a Sagrada Congregação para a Educação Católica relembra a necessidade de elaboração dos Estatutos das Faculdades, em particular de Teologia, que deveriam ter em conta a nova constituição apostólica “*Sapientia Christiana*” sobre as Universidades e Faculdades eclesíásticas publicada em abril de 1979.

Elaborados numa época, em que tanto a UCP, ao fim dos primeiros 10 anos de funcionamento, como o mundo universitário português, depois da agitação dos anos 70, começavam a encontrar estabilidade, os Estatutos refletiram essa situação. Exceto no tocante aos princípios básicos definidos pela Santa Sé e pelo Decreto-Lei n.º 307/71, mantiveram, nos seus 92 artigos, bastante abertura e adaptabilidade.

O texto incorporava as normas sobre a Comissão Episcopal, Conselho Superior e Reitor, já existentes, completando-as com a definição das competências da Comissão de Gestão Financeira e do Conselho Académico, bem como a forma de administração das Unidades Universitárias (Diretor, Conselho de Direção e Congregação. Este último órgão transformar-se-á posteriormente no Conselho Científico, a designação utilizada nas universidades do Estado).

Nas suas linhas gerais, o documento seguia as “linee direttive” que tinham acompanhado a ereção canónica. Deixava bem claro no seu artigo 1.º que a UCP é, por um lado, uma instituição da Igreja canonicamente ereta pela Santa Sé e, por outro, reconhecida pelo Estado português nos termos da Concordata. Sublinhava evidentemente a inspiração comunitária cristã da UCP (art. 4.º). Também afirmava uma condição sempre presente nas diretrizes da Santa Sé, que “as exigências científicas e pedagógicas do ensino no âmbito da UCP nunca poderão ser inferiores às das restantes universidades portuguesas, devendo nela procurar atingir-se o nível académico mais elevado”(art. 7.º). Tendo em conta a estrutura federativa e regionalizada da Universidade, previa formas de articulação entre unidades e secções e de representação e coordenação destas últimas. No que se refere à admissão aos cursos de graduação, devia ter-se em conta a adoção do princípio do *numerus clausus*. E quanto ao regime de ensino, os Estatutos confirmavam que este era presencial (ainda que admitindo a possibilidade de um regime tutorial, que era muito ambicionado pela Faculdade de Ciências Humanas). É de notar que, nestes Estatutos, se optou por manter a designação, também existente nas faculdades pontifícias, de “professores ordinários e professores extraordinários” para as categorias mais elevadas de docentes, enquanto o Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, as substituiu pelos termos “professor catedrático e professor associado”.

São estes Estatutos que consagram o emblema da Universidade. Idealizado pelo Reitor e da autoria de J. Martins Barata, é constituído por três círculos que envolvem a esfera celeste, sobre a qual uma figura humana de braços abertos aparece ladeada pela divisa latina “Veritati”, pelas letras gregas  $\alpha$  e  $\Omega$  e pela legenda “Universitas Catholica Lusitana”.

Estes Estatutos foram de novo aprovados pela SCEC, em 1982, “ad experimentum”, por um ulterior período de 4 anos, o que daria tempo à Universidade para os rever à luz da constituição apostólica “Sapientia Christiana”.

### **3.º mandato (1980-1984)**

Poucos meses depois da aprovação dos Estatutos, punha-se uma vez mais a questão da nomeação do Reitor pois o mandato do Prof. Bacelar terminaria em 1980. Era agora possível seguir o procedimento previsto naquele documento, de consulta do Conselho Académico (ainda que em constituição) e proposta pelo

Conselho Superior ao Magno Chanceler de uma lista de três nomes idóneos para o cargo. Por sua vez, o Magno Chanceler, ouvida a Comissão Episcopal para a UCP, proporia um nome à Sagrada Congregação. Decorrido o processo em finais de 1979, aquele dicastério nomeou novamente para o cargo, em 13 de junho de 1980, o Reitor cessante.

### **A nova década**

O ano de 1980 trouxe consigo muitas novas tarefas. Era necessário pôr em funcionamento os vários órgãos definidos pelos Estatutos: Conselho Académico, Congregação e Conselho de Direção das Faculdades; completar a constituição do Conselho Superior tendo também em conta a progressiva regionalização da Universidade; resolver as primeiras dificuldades resultantes da articulação entre secções e sedes das unidades, etc. Era também necessário elaborar os Estatutos das Faculdades de Teologia e de Filosofia e submetê-los à aprovação da SCEC. Foram encarregados de elaborar os anteprojetos os Drs. Rui Machete e Germano Marques da Silva, respetivamente. Havia que estudar as variadas solicitações para expansão da Universidade que iam chegando (Évora, Viseu, Madeira, Guimarães, novos cursos para o Porto, novos cursos para Lisboa).

Com o objetivo de refletir sobre a Universidade, a sua missão e como cumpri-la da melhor maneira realiza-se em Penafirme em junho de 1980, durante três dias, a primeira de muitas reuniões que se têm sucedido ao longo dos anos juntando o Conselho Superior plenário com a Comissão Episcopal da UCP.

A partir de 1981 as reuniões do Conselho Superior, que tinham tido lugar durante alguns anos nos Olivais, passam progressivamente a decorrer na sede da Universidade.

O Diretor da Faculdade de Teologia, Prof. José da Cruz Policarpo, que tinha sido ordenado Bispo de Caliábria em junho de 1978, e assumira a função de delegado da Conferência Episcopal no Conselho Superior, foi substituído, em finais de 1980, na direção daquela Escola e da Secção de Filosofia pelo Prof. José de Freitas Ferreira CMF que se manteria no cargo até 1985.

Em outubro de 1983 é nomeado Diretor da Faculdade de Ciências Humanas o Doutor Mário Júlio de Almeida Costa, professor catedrático de Direito da Universidade de Coimbra.

Seguindo o estabelecido nos Estatutos (apresentação pelo Conselho Superior de uma lista de nomes para o cargo e proposta do Reitor ao Magno Chanceler) são nomeados na mesma data, 13 de outubro, dois Vice-Reitores, os Profs. Eng. Jorge Costa André e Doutor Manuel Isidro Araújo Alves. Embora as funções devam ser exercidas solidariamente, o primeiro tem especialmente

delegação para assuntos dos sectores da Administração e dos Serviços Gerais, enquanto o segundo tem especialmente delegação para assuntos de ordem escolar e científica (Informação do Reitor de 8 de dezembro de 1983).

Em março de 1980 o Reitor tinha nomeado uma comissão (D. José Policarpo, Dr. Hermínio Ferreira, Pe. Torres Lima, Eng. Carlos Vidal) para se ocupar da reestruturação dos serviços administrativos da sede e da programação de novas obras, em que se entendia ser prioritária a construção de uma Biblioteca e de uma capela.

Nesse mesmo mês, o Capelão e o aluno Duarte Lima fundam o Coro da Universidade Católica, de que este último é o Maestro.

Em 1981, graças ao patrocínio da ADCUP, é criado um Gabinete para o Desenvolvimento da UCP e Relações confiado ao Dr. Duarte Ivo Cruz que passa igualmente a secretariar o Conselho Superior. E são também criadas a Direção dos Serviços Gerais e os Serviços de Cooperação (com os alunos).

No âmbito da redefinição dos graus concedidos pelas universidades, o Decreto-Lei n.º 263/80 cria o grau de mestre, começando as Faculdades de Ciências Humanas e de Filosofia, de seguida, a organizar cursos de mestrado em Direito e em Filosofia, respetivamente. As condições de aplicação daquele diploma à UCP são fixadas por despacho de 13 de março de 1982, do Secretário de Estado do Ensino Superior. A Portaria n.º 314/82, de 24 de março, cria na UCP o mestrado em Direito na área de ciências jurídico-civilísticas e, em 15 de setembro de 1983, o *Diário da República* (II Série) publica um aviso comunicando que a Universidade passa a conferir o grau de mestre em Filosofia. Mantém-se assim a distinção de tratamento entre faculdades consoante a sua criação se tenha feito ao abrigo da al. *a*) (Faculdade de Filosofia) ou da alínea *b*) (Faculdade de Ciências Humanas) do n.º 1 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 307/71.

Data do mesmo período a atribuição do primeiro grau de doutor pela Faculdade de Ciências Humanas. Em 10 de maio de 1982 realizaram-se na sede da UCP as provas públicas de doutoramento em Economia Internacional do Dr. Ernâni Rodrigues Lopes, um dos principais negociadores da adesão de Portugal à CEE e que viria a desempenhar o cargo de Ministro das Finanças e do Plano no IX Governo constitucional. Convém notar que esta unidade tinha optado por uma política de doutoramentos no estrangeiro dos seus assistentes de gestão e de economia: MIT, Columbia, Rochester, the Wharton School da Universidade da Pensilvânia, Université Catholique de Louvain, Glasgow, entre outras Escolas.

As primeiras provas de doutoramento em Teologia só se realizariam em 1985. Por seu lado, a Faculdade de Filosofia já atribuía o grau há muitos anos, desde a época em que era Faculdade Pontifícia de Filosofia.

Em fevereiro de 1983 é aprovado, para a Faculdade de Teologia, o regulamento de concursos para recrutamento e promoção de professores, realizando-se, no ano seguinte, os primeiros concursos para professores ordinários e extraordinários.

### **Criação da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa**

Por ocasião da abertura solene do ano académico 1980-1981 em Viseu é aí assinado o Auto de fundação da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP), um projeto acalentado há muito pelo Reitor que desejava criar em Portugal uma instituição tomando como modelo a “Goerres-Gesellschaft zur Pflege der Wissenschaft”, de que era membro desde os anos 50 e cuja conceção muito admirava. Aquela sociedade científica católica, constituída por investigadores e cientistas, desempenhava desde o século XIX um importante papel na vida cultural alemã através das suas publicações, patrocínio de investigação e trabalho científico interdisciplinar. O projeto da SCUCP era concebido como associando os membros “em torno de ideais comparticipados, que transcendam os indispensáveis condicionamentos inerentes à Universidade como tal. Nele, personalidades e grupos, investigadores, professores, estudiosos, publicistas e editores, poderão amplificar a capacidade de investigação universitária e reunir-se em associação regida por princípios e objectivos comuns” e, fiel ao espírito de abertura para o exterior da UCP, também ela deverá abrir-se “ao congregar em associação, regida por normas concedidas para garantir um amplo espaço de livre iniciativa, cooperação e intercomunicação, elementos procedentes dos vários campos de estudo e saber, enquanto dedicados aos mesmos valores”<sup>18</sup>. O projeto de Estatutos da SCUCP, da autoria do Prof. Afonso Queiró, tinha sido aprovado pelo Conselho Superior em 7 de agosto desse ano, sendo a escritura pública notarial da Sociedade lavrada em 4 de fevereiro de 1984<sup>19</sup>.

Sob a égide da SCUCP, foi publicada entre 1983 e 1987 a *POLIS-Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* e a *LOGOS-Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*.

<sup>18</sup> Proémio e Manifesto do Auto de Fundação da SCUCP, in Estatutos da Sociedade Científica da UCP, Lisboa 1985.

<sup>19</sup> Cf. também José Bacelar e Oliveira, “Memória sobre a origem e a ideia longínqua da Sociedade Científica da UCP”, in *Lumen Veritatis*, Ano I, n.º 1 (janeiro 1994), pp. 1-2.

## Continuação da expansão e regionalização

Quanto à regionalização da Universidade, rapidamente surgiram novas pretensões, uma delas, um curso de história em Guimarães, paralelamente com um projeto na mesma área para Lisboa, foram ampla e longamente debatidos no Conselho Superior (até 1985) dado o interesse de uma presença da Igreja no ensino da história, mas acabaram por não se concretizar.

### Viseu

Por seu lado o Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, solicitava que a Universidade Católica Portuguesa se instalasse naquela cidade. A proposta era de começar com o novo curso de Humanidades da Faculdade de Filosofia. Em outubro de 1979, o Conselho Superior encarregou o Diretor daquela unidade de ir a Viseu e verificar se ficariam asseguradas instalações, financiamento e gestão local (recrutamento de professores, serviços administrativos) para a abertura de um primeiro curso. Num relatório ao Conselho de 31 de dezembro, o Prof. Fragata dá conta dos seus encontros com o Bispo, os membros da Comissão designada para a questão da implantação da UCP e autoridades locais. As condições postas pelo Conselho pareciam estar preenchidas (instalações no Seminário Maior, garantia de número suficiente de alunos, subsídio das Câmaras de Viseu e arredores para arranque do curso); as maiores dificuldades residiam na contratação de professores, esperando-se nos primeiros anos poder ir buscá-los sobretudo a Coimbra e Aveiro. Assim sendo, na sua reunião de 7 de fevereiro de 1980, o Conselho autoriza a lecionação do curso de Humanidades em Viseu, iniciando o ano propedêutico no ano letivo de 1980-1981. Recomenda, no entanto, que seja garantido no futuro um corpo docente próprio.

Em 16 de novembro, com a presença do Ministro da Educação e Coordenação Científica, Prof. Vítor Crespo, o Magno Chanceler preside, em Viseu, à abertura solene do ano académico 1980-1981 e do “núcleo regional de Viseu” da Universidade. Pela primeira vez existe naquela cidade um centro universitário.

Prevendo-se a breve prazo a extensão do núcleo de Viseu, com a lecionação de novos cursos, procuram-se melhores instalações para a Universidade a funcionar provisoriamente no Seminário Maior. A Santa Casa da Misericórdia de Viseu dispõe de um edifício moderno na Estrada da Circunvalação que cede à Universidade e é inaugurado em 1983.

## Porto

No Porto, começaram as obras na Casa do Paraíso; o Conselho Superior foi informado sobre um projeto na área agroalimentar – a futura Escola Superior de Biotecnologia – bem como a intenção daquele núcleo de avançar igualmente na área da gestão. O Porto optou finalmente por apresentar um projeto de Centro de Estudos de Organização e Gestão (CEOG) que deveria lecionar cursos de gestão de 2 anos destinados a quadros de empresas. O projeto foi autorizado pelo Conselho Superior em reunião de 10 de dezembro de 1982, a mesma reunião em que se debateu mais uma vez o projeto agroalimentar e se criou uma comissão para estudar mais de perto o assunto, que merecia todo o interesse da Universidade mas exigiria grandes recursos financeiros de que esta não dispunha.

Em dezembro de 1983 o Conselho, informado sobre o desenrolar do projeto e “considerando que a Escola Superior de Biotecnologia corresponde aos fins superiores da Igreja e se enquadra no âmbito da UCP”, autoriza a Reitoria a aceitar a concessão do direito de superfície sobre um terreno da Câmara Municipal da Maia destinado à futura Escola. A criação da Escola, tendo em conta o volume de encargos previsto, fica condicionada à criação de uma “pessoa jurídica que assegure a sua viabilidade financeira e promova a sua criação”. Esta última, denominada Associação para a Escola Superior de Biotecnologia (AESBUCP), de que faziam parte as mais importantes empresas do sector do Norte, viu os seus primeiros Estatutos serem aprovados em 1984, assim como o Protocolo regulando o seu relacionamento com a Universidade. Também a Conferência Episcopal se pronuncia favoravelmente quanto à Biotecnologia com três condições: que não represente um encargo financeiro, que não prejudique a recolha de fundos para outros projetos da Universidade e que seja garantida a orientação católica do curso. E, na base de um acordo assinado no mesmo ano, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, comprometia-se a conceder um subsídio de 100 000 contos destinado a viabilizar a Escola. Está aberto o caminho para a criação de uma nova unidade no Porto, a Escola Superior de Biotecnologia que dará início à licenciatura em Engenharia Alimentar em outubro de 1984. Pela primeira vez a Universidade Católica inclui uma área de Ciências e Tecnologia e lança um curso num domínio novo, em Portugal, a engenharia alimentar.

O crescimento rápido do núcleo do Porto e os seus projetos de futuro tornavam cada vez mais urgente uma definição clara daquilo que ora era designado núcleo, ora centro, e que não encontrava correspondência na estrutura prevista nos Estatutos, bem como da sua articulação com a sede e com a diocese. Deste

modo, em janeiro de 1984, foi nomeada uma “Comissão de Estudo para o Centro Regional da UCP no Porto”, presidida pelo Senhor D. José Policarpo e composta por mais 8 membros (Vice-Reitor Isidro Alves, Diretores da Faculdades de Teologia e de Ciências Humanas, Prof. Carvalho Guerra, Prof. Roque Cabral, D. João Teixeira, Bispo auxiliar do Porto, Dr. José António Godinho de Lima, Diretor do ICHT, e Dr. António Maria Bessa Taipa, Reitor do Seminário Maior), os 5 últimos designados pelo Bispo do Porto, à época D. Júlio Rebimbas. A comissão tinha como encargo “estudar os problemas de planeamento, desenvolvimento e coordenação dos núcleos, cursos e projetos do Centro Regional do Porto da UCP” e apresentar um relatório ao Conselho Superior num prazo a definir brevemente.

### **Cursos de extensão no Funchal**

Finalmente, também o Funchal é candidato a cursos da Universidade, neste caso o curso de Filosofia que seria lecionado pela Faculdade de Filosofia em regime de extensão, uma edição de 5 anos, segundo um esquema novo, com aulas ao fim de semana e pesquisa individual orientada por dois monitores. O projeto é patrocinado pela Diocese e conta com o apoio do governo regional da Madeira. Em junho de 1982 é nomeada uma comissão, presidida pelo Prof. J. Freitas Ferreira que deverá proceder “à análise completa da viabilidade e conveniência da implantação” do curso de Filosofia tendo nomeadamente em atenção os “meios de garantir a independência e autonomia universitária e a cooperação com o Governo Regional, Diocese e outras entidades”. Em 31 de julho de 1982 é assinado um protocolo entre o Governo Regional e a Diocese para cedência de instalações no antigo Colégio dos Jesuítas, onde será ministrada aquele curso. E passado pouco mais de um ano, a Diocese e o Governo Regional contactam a Faculdade de Ciências Humanas propondo que seja lecionada no Funchal a licenciatura em Administração e Gestão de Empresas nos mesmos moldes do curso de Filosofia. Estando garantidas as condições de funcionamento e considerando o interesse da diocese e a aprovação da Conferência Episcopal, o curso é inaugurado em 29 de setembro de 1984.

### **Sede de Lisboa**

Sob proposta do Prof. Freitas Ferreira é autorizada (25 de fevereiro de 1983) a criação em Lisboa de um “Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa”, que terá gestão autónoma, e foi inaugurado com grande solenidade, em 19 de maio de 1983.

Em Lisboa surgem os primeiros cursos de pós-graduação, no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas. Já há algum tempo que aquela unidade pretendia expandir-se para a área da Comunicação Social. Tendo sido considerado prematuro avançar logo para um curso de licenciatura, entrou em funcionamento um curso de Ciências da Informação de 2 anos, aprovado em outubro de 1979, que teve o apoio da Fundação Konrad Adenauer e contou com a participação de alguns docentes estrangeiros.

Outra pós-graduação – que viria a preparar muitos dos futuros quadros portugueses na CEE e na administração portuguesa diretamente envolvida com as Comunidades – foi a pós-licenciatura em Economia Europeia. Iniciada no ano letivo de 1980-1981, com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias e sob a supervisão e orientação do Dr. Ernâni Lopes, chefe da Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, seria lecionada, com grande procura, durante muitos anos, tanto em Lisboa, como depois no Porto, e teria mais tarde uma vertente de Direito. Esteve na origem do Centro (depois Instituto) de Estudos Europeus, integrado em 2011 no Instituto de Estudos Políticos.

No quadro da mesma Faculdade funciona o Centro de Estudos Económicos e Empresariais Aplicados (CEEAA), um centro de consultoria em Economia e Gestão, criado em 1980.

Com o apoio da Fundação alemã Friedrich Naumann realizam-se, entre 1980 e 1984, dois projetos de recolha e organização de um arquivo documental do PREC. Baseados neste arquivo, viriam a ser publicados um *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, da autoria de José de Medeiros Ferreira, e uma série de volumes sobre a reforma agrária orientados por António Barreto.

A Faculdade lança em 1980 uma revista de estudos jurídicos, a *Direito e Justiça*.

### **Ereção jurídico-canónica dos estudos de Direito**

E são justamente os estudos jurídicos, nomeadamente a sua posição na estrutura da Universidade – um curso de direito na Faculdade de Ciências Humanas em Lisboa e outro curso de direito no Porto – que vão ser objeto de debate prolongado no seio do Conselho Superior e de consultas com a Santa Sé entre 1980 e 1983. A questão surgiu logo em 1980 ao verificar-se a conveniência de uma ereção canónica dos estudos jurídicos, que tinham sido autorizados pela Sagrada Congregação para a Educação Católica a título experimental. Parecia evidente que estes estudos tinham dignidade de Faculdade. Punham-se, contudo, várias hipóteses: 2 Faculdades, uma em Lisboa e outra no Porto; autonomia do Direito no Porto com criação da Faculdade e manutenção

da situação em Lisboa; autonomia do Direito em Lisboa mas no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas e com uma direção comum em Lisboa e no Porto; criação de uma Faculdade autónoma mas com duas secções; departamentalização. A autonomização do Direito em Faculdade ou Faculdades era a solução que reunia maior consenso. Consultada a Sagrada Congregação para a Educação Católica, esta confirmou a orientação de não erigir mais do que uma Escola na mesma área científica, pelo que a criação de uma Faculdade não resolveria o problema da articulação entre Lisboa e Porto e desmembraria prematuramente a Faculdade de Ciências Humanas na opinião desta última. Entretanto os primeiros licenciados em Direito de Lisboa recebiam os seus diplomas em 1983 e não convinha adiar por mais tempo a institucionalização do curso. Assim, em junho de 1983, o Conselho deliberou solicitar à Santa Sé a ereção canónica dos estudos de Direito na UCP sem mais especificações, deixando para mais tarde os aspetos estruturais. O decreto da Sagrada Congregação para a Educação Católica de ereção jurídico-canónica da Faculdade de Direito, com data de 1 de novembro de 1982, foi recebido pelo Magno Chanceler em 1984 (e corrigido em maio de 1987 devido a um erro nas datas), mas mantido sob reserva, enquanto era debatida a evolução futura da Faculdade de Ciências Humanas.

### **A visita do Papa João Paulo II e a construção da Biblioteca**

No começo de 1982 é anunciada a primeira visita do Papa a Portugal. João Paulo II tinha sido ferido a tiro na Praça de São Pedro em 13 de maio de 1981 e quis vir a Fátima um ano depois agradecer publicamente a intercessão de Nossa Senhora na sua recuperação. O Reitor usa todos os seus dotes diplomáticos para conseguir incluir no programa já fixado uma breve passagem do Santo Padre pela Universidade, fazendo valer o significado que essa visita teria para a comunidade universitária e como poderia contribuir para consolidar a posição da jovem instituição. E assim no dia 14 de maio, por volta das 12 horas João Paulo II é acolhido no átrio da sede por um pequeno grupo de autoridades universitárias, representantes dos Centros Regionais, dos docentes, alunos e funcionários, seguindo imediatamente para o exterior onde tinha sido colocada uma tribuna coberta. Aclamado com entusiasmo por uma multidão de cerca de 10 000 pessoas, em que sobressaíam os estudantes com o Capelão à sua frente, o Papa dirige-se à “jovem Universidade” recordando-lhe os objetivos de uma Universidade Católica como definidos na “*Sapientia Christiana*” e realçando o papel da Universidade nas duas vertentes em que se processa o seu trabalho: “o da investigação e da instrução científica. Ambas as actividades correspondem ao

desejo de conhecer, a uma aspiração profunda que está no coração do homem: de mais verdade, para a plenitude do amor”.

Na sua saudação o Reitor tinha manifestado o desejo da Universidade de assinalar a visita do Santo Padre com um monumento que seria “a Biblioteca Universitária João Paulo II, a construir nos dois próximos anos” e cuja primeira pedra, extraída propositadamente de um muro da Sé de Lisboa, ali aguardava que o Papa aceitasse abençoá-la.

A presença do Papa ia deixar marcas na vida da Universidade. Na sua primeira reunião a seguir à visita, o Conselho Superior deliberou a constituição de uma comissão (Profs. Costa André, Antunes Varela, Freitas Ferreira, Roque Cabral, Pe. João Seabra e Dr. Duarte Ivo Cruz) para dinamizar a divulgação do discurso de João Paulo II, que se tornou um ponto de partida e de inspiração para várias iniciativas na comunidade universitária tendentes a aprofundar o significado e missão de uma Universidade Católica e a pôr em prática a mensagem do Papa.

Por outro lado, o compromisso do Reitor de construir “nos dois próximos anos” a Biblioteca deu um enorme impulso e urgência a um projeto apenas iniciado.

Uma vez terminado e inaugurado o novo edifício escolar em fevereiro de 1980, o Reitor concentrara-se de imediato no projeto bastante mais ambicioso da Biblioteca e Centro Documental, delineado nos seus traços essenciais na já citada nota de 25 de abril de 1980. Em novembro de 1981 surge um Programa para a Nova Biblioteca da autoria do Arq. António Sousa Mendes que é distribuído para informação e comentários aos Diretores das Faculdades de Lisboa e aos responsáveis da Biblioteca. Assim, em maio de 1982 faltava não só o projeto de arquitetura, como não estavam resolvidas com a Câmara as questões de permuta de terrenos com o Patriarcado que permitiriam delimitar a área onde devia ser construído o edifício, e a Universidade não dispunha de orçamento para as obras. No entanto, em julho, já existe um estudo de conjunto sempre da autoria do Arq. A. Sousa Mendes e dos Arq. A. Carmona Seabra, A.V. Quintans e M. A. Mendes, a equipa de arquitetos incumbidos do projeto e com quem a Universidade vai assinar um contrato em fevereiro de 1983. E em abril o Conselho Superior aprova a 1.<sup>a</sup> fase da construção, começando de imediato as obras das estruturas.

O projeto é descrito como um complexo de função cultural polivalente, num edifício de 7 pisos com capacidade bibliográfica global de 520 000 volumes, gabinetes de trabalho, bibliotecas memoriais ou especiais, centros de estudos de pós-graduação e institutos especializados, auditórios e salas de conferência, dotados dos mais modernos meios audiovisuais. Uma das novidades do seu

funcionamento será o regime de acesso direto para livre consulta. Espera-se também uma abertura do espaço à prestação de serviços ao exterior.

Os custos previstos são de 400 000 contos para a construção e 95 000 contos para o equipamento.

Quanto à parte financeira, que o Reitor reconhece ser “mais uma aventura ousada no plano do desenvolvimento da UCP”, espera-se obter dotações de entidades nacionais e estrangeiras e subsídios particulares.

Para o lançamento da campanha em Portugal em 1983 é constituída uma Comissão promotora composta por vários membros da recém-criada *Associação dos Cooperadores e Amigos da Universidade Católica Portuguesa*: Dr. José Luís Nogueira de Brito, Eng. A. Pinheiro Torres, Dr. João Nuno Serras Pereira, Eng. Jorge Araújo, Dr. Pedro Dias Costa, Dr. Pedro Vasconcelos, Dr. Rui Almeida Mendes, sendo seu secretário o Dr. Duarte Ivo Cruz.

Em resultado de uma viagem do Reitor a Macau e Hong Kong (e à Coreia do Sul e Japão, integrado na comitiva do Primeiro-Ministro Mário Soares), e com o patrocínio do Bispo de Macau, do Governo daquele território, dos bancos aí instalados, das autoridades consulares portuguesas em Hong Kong, e da Companhia de Jesus decorre, entre 1984 e 1986, uma bem-sucedida campanha de recolha de fundos que encontra reconhecimento na presença da Galeria Macau na BUJPII e na atribuição de numerosas medalhas a beneméritos. Entre estes últimos conta-se a Senhora D. Maria Margarida Gomes, uma pianista que, com o seu irmão Luís Gonzaga Gomes (falecido em 1976, professor, historiador, tradutor, colecionador), era uma figura emblemática da comunidade macaense e da vida cultural daquele território. Não tendo família, e para cumprimento dos desejos do irmão, aquela senhora legou à UCP o valioso recheio da sua casa, que se encontra em grande parte na Galeria Macau, e destinou ainda uma verba avultada à criação de bolsas de estudo na UCP.

Aliás o desejo de ligação da BUJPII à histórica expansão e irradiação de Portugal insere-se numa preocupação sempre presente na atuação do Reitor Bacelar [veja-se, por ex., o fomento dos laços culturais com a diáspora portuguesa nos EUA e no Brasil (ADCUP e ALBUCP), os acordos assinados com as mais importantes universidades brasileiras, o acordo com a Universidade de Goa, a sua presença na Comissão de Planeamento da Universidade da Ásia Oriental, mais tarde Universidade de Macau, a criação do CEPCEP (Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa), o fomento da presença de estudantes dos países de expressão portuguesa através de quotas reservadas e da ajuda na obtenção de bolsas]. E é nesse contexto que alguns dos mais importantes espaços do edifício receberam os nomes de “Expansão Missionária”, “Descobrimientos Portugueses”, “Brasil”, “Vieira”, a já mencionada Galeria

Macau e o Auditório Cardeal Medeiros dedicado ao primeiro presidente da ADCUP. Tratava-se também “como que de monumentalizar... o patrocínio especial por parte de entidades tutelares”<sup>20</sup>.

No estrangeiro multiplicam-se os contactos com a Conferência Episcopal Alemã, outras entidades alemãs como o *Stifterverband fuer die Deutsche Wissenschaft*, as missões católicas portuguesas na República Federal da Alemanha e as comunidades portuguesas nos Estados Unidos da América e no Brasil, através da ADCUP e da ALBUCP.

Para ajudar os possíveis doadores, na Alemanha e nos EUA, a tomar decisões na base de elementos concretos e informações completas sobre a situação da UCP e os seus projetos, três professores da Faculdade de Ciências Humanas (cursos de Administração e Gestão de Empresas e de Economia): Alexandre Relvas, António de Sousa e Fernando Adão da Fonseca, elaboraram um estudo de viabilidade do projeto da Biblioteca, integrado no Plano de Desenvolvimento da UCP para o período 1983-1990, que acompanhou os pedidos de apoio apresentados pelo Reitor.

E o facto é que, graças a esta incessante campanha em Portugal e no estrangeiro, foi possível recolher fundos que permitiram cobrir os custos de construção e inaugurar o Edifício da Biblioteca em novembro de 1987.

### **Cooperação com o Brasil e os EUA (ALBUCP e ADCUP)**

Já por ocasião da Assembleia Geral da FIUC em Porto Alegre, em agosto de 1978, o Reitor tinha estabelecido contactos com vista à cooperação com instituições culturais e com as comunidades lusas no Brasil. Tendo-se levantado a hipótese de uma Associação Luso-Brasileira para a UCP, paralela à criada nos EUA em 1976, a Fundação alemã Adveniat patrocinou nova viagem do Reitor ao Brasil em 1981. Durante cerca de um mês manteve contacto com universidades, fundações universitárias, associações e centros comunitários lusos nos Estados com maior implantação de comunidades portuguesas e luso-descendentes (para além do Rio de Janeiro e de São Paulo, esteve em Santos, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Manaus, São Luís do Maranhão, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém). Em resultado da viagem foram aprovados os Estatutos de uma Associação Luso-Brasileira para a UCP-ALBUCP, que não chegou a concretizar-se, em parte devido à situação de crise no Brasil nos anos oitenta. Contudo mantiveram-se os contactos e algumas ações de intercâmbio, designadamente com vista à celebração do 3.º Centenário do Pe. António Vieira

---

<sup>20</sup> Nota de reflexão de 17 a 19 de fevereiro de 1985.

em 1997, projeto em que a Reitoria e a SCUCP muito se empenharam. Neste contexto, no fim do seu último mandato, em 1988, o Reitor deslocou-se de novo ao Brasil tendo aí concluído vários acordos de cooperação com universidades brasileiras.

No seguimento de viagens regulares realizadas em anos anteriores pelo Reitor e por responsáveis da ADCUP, o Magno Chanceler, o Reitor e o Presidente da Comissão de Gestão Financeira deslocaram-se aos EUA em 1984 onde prestaram homenagem ao falecido Cardeal Medeiros e cumpriram um programa de pastoral.

Por seu lado, Mons. Luís Gonzaga de Mendonça, da direção da ADCUP, visitou a UCP em julho do mesmo ano, sendo esta visita aproveitada para programar a realização de cursos de extensão universitária nos EUA, a cargo de professores da UCP, os quais tiveram lugar em novembro de 1984.

No quadro de um protocolo com a Secretaria de Estado da Emigração seguiram-se, nos anos de 1985, 1986 e 1987, em Portugal, cursos de verão para alunos lusodescendentes dos EUA sobre Arte, Ciência e Cultura: História e atualidade portuguesas.

#### **4.º e último mandato (1984-1988)**

Por decreto da SCEC, de 28 de agosto de 1984, o Prof. Bacelar e Oliveira foi reconduzido no cargo de Reitor tendo tomado posse em 23 de novembro do referido ano. Foram igualmente reconduzidos nas funções de Vice-Reitores os Prof. Eng. Jorge Costa André e Doutor Manuel Isidro Alves.

Na Introdução à Nota Informativa dirigida ao Magno Chanceler e à Conferência Episcopal Portuguesa, referente a 1985, o primeiro ano do novo mandato, afirma-se que “cabe reconhecer que, do ponto de vista das relações com o Governo, o ano de 1985 foi positivo para a UCP, na medida exata em que conseguiu avançar passos importantes no reconhecimento, através de instrumentos legais adequados, do inestimável serviço público prestado pela UCP, e da institucionalização de formas de cooperação com o Estado, que reforcem a autonomia da Universidade”. Alude esta consideração a dois importantes diplomas para a Universidade.

#### **Situação jurídica da Universidade**

O primeiro é o Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de abril, que regula – até à aprovação, aguardada há anos, mas não concretizada até aquela data, do Estatuto

do Ensino Superior Particular e Cooperativo – o exercício, por parte do Estado, da fiscalização do ensino superior particular e cooperativo. O diploma ressalva a “situação especial e o carácter específico da UCP” que “se rege pelo art. XX da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e por legislação específica daí decorrente, não se lhe aplicando o disposto no presente diploma”. A remissão para o art. XX da Concordata confirma a situação jurídica da Universidade reconhecida por força daquele instrumento de direito internacional. E vai permitir ultrapassar as dúvidas desde o início suscitadas pelos regimes muito distintos impostos pelo Decreto-Lei n.º 307/71 aos “estabelecimentos destinados ao ensino eclesiástico” e aos “estabelecimentos de ensino superior análogos aos das restantes universidades portuguesas”, que fazia depender a criação e desenvolvimento destes últimos de “autorização” do governo. Ora, embora o art. XX fizesse de facto uma distinção entre os dois tipos de estabelecimentos, esta apenas dizia respeito à plena liberdade de criação e manutenção no caso dos primeiros e à necessidade de fiscalização no dos segundos, pelo que “o regime de autorizações do Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de abril, não se aplica à Universidade Católica Portuguesa, cujo carácter específico expressamente regista e reitera” e “as normas do Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, que não se conformam com o aludido art. XX da Concordata não podem, no todo ou, em parte, ter aplicação”. Tal foi o parecer subscrito pelos Prof. Doutores Afonso Rodrigues Queiró, Mário Júlio de Almeida Costa, Jorge Miranda e António de Sousa Franco em junho de 1985 e entregue pelo Reitor ao Primeiro-Ministro Mário Soares e na Nunciatura. Os argumentos deste parecer, posterior ao Decreto-Lei n.º 100-B/85, tinham contudo sido já apresentados pelo Reitor ao Ministro da Educação João de Deus Pinheiro no momento em que estava a ser preparado esse diploma cuja publicação era urgente devido à proliferação de universidades, cursos superiores e particulares e cooperativos. A Universidade tinha sido alertada para o projeto e tinha imediatamente manifestado discordância relativamente à sua inclusão no âmbito da legislação prevista tendo desenvolvido diligências junto do Governo e apresentado ao Ministro uma proposta elaborada em conjunto com os Prof. Almeida Costa e Jorge Miranda, que acabaria por ser aceite e resultaria no texto inserido no Preâmbulo e no art. 36.º do diploma.

O parecer de 13 de junho foi objeto de uma informação concordante dos Serviços Jurídicos e de Tratados do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 28 de outubro de 1985 que afirmava que a legislação ordinária deveria ser considerada “inconstitucional ou apenas não aplicável, quando não se conformasse com o texto da Concordata”. Contudo, a Auditoria Jurídica do Ministério da Educação emitiu um parecer (n.º 65/85 de 13 de dezembro) divergente,

considerando que não haveria contradição entre o princípio da liberdade de criação de escolas, consagrado na Constituição e na Concordata, e a necessidade de autorização governamental “vinculada” para a fundação de escolas da Universidade Católica Portuguesa destinadas ao ensino de matérias análogas às das restantes universidades portuguesas. Em resposta, os autores do parecer reiteraram, em dezembro de 1985, o que aí tinham afirmado.

Continuando, no entanto, a prever-se a publicação do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, e consciente da necessidade de um diploma de esclarecimento definitivo sobre a situação jurídica da Universidade, esta fez nova consulta ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró sobre a aplicabilidade de tal regime à Universidade Católica Portuguesa. O parecer, assinado em dezembro de 1986 pelos anteriores professores e ainda pelos Doutores Diogo Freitas do Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa e Rui Moura Ramos, foi muito claro em concluir pela inaplicabilidade, sempre com o fundamento do carácter específico da Universidade criada ao abrigo de um instrumento de direito internacional, a Concordata. Seria aliás este entendimento que prevaleceria e acabaria por conduzir em 1990 à revogação do Decreto-Lei n.º 307/70, substituído pelo Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril.

Neste contexto, esclarecendo ainda a situação específica da UCP, o Ministro da Educação emite o Despacho n.º 28-I/ME/85, de 10 de outubro, de acordo com o qual “não carece de autorização ministerial a criação pela Universidade de escolas, cursos ou outras unidades”, bastando que seja comunicada ao Ministério e passando a ser publicado no *Diário da República*, sob a forma de simples “Avisos”, o elenco dos estabelecimentos, cursos e graus académicos em funcionamento, ministrados e conferidos pela UCP, bem como despachos do Reitor de nomeação de júris de doutoramento e equivalência.

### **Inscrição dos docentes na Caixa Geral de Aposentações e na ADSE**

Quanto ao segundo, trata-se do Decreto-Lei n.º 327/85, de 8 de agosto, fruto também ele de anos de diligências junto de sucessivos governos, que veio permitir aos docentes da UCP (e das instituições de Ensino Superior Particular e Cooperativo) em tempo integral inscrever-se na Caixa Geral de Aposentações e à Universidade assinar um protocolo com a ADSE para assistência na doença aos mencionados docentes. O diploma, nos considerandos iniciais, indica como finalidade, “para assegurar um elevado nível científico e pedagógico nas várias escolas”, “que seja possível uma efectiva mobilidade de docentes entre as instituições de ensino superior do Estado e as suas congéneres privadas e cooperativas, e vice-versa”, e sublinha “a importância dos sistemas de segurança social

como factor dessa mobilidade”. O tema da mobilidade dos docentes e da sua Previdência era um tema recorrente nas reuniões do Conselho Superior (como aliás, todo o estatuto e consolidação da carreira docente na UCP, aí frequentemente abordado, em particular pelo Prof. Aníbal Cavaco Silva). Um número importante de professores da Universidade vinha de universidades estatais e a sua desejável opção pela UCP dependia frequentemente da sua relação com os sistemas de segurança social, pelo que a publicação deste diploma veio permitir a clarificação de muitas situações e facilitar a futura contratação de docentes.

### **Alterações ao regime de dedicação exclusiva dos docentes nas universidades do Estado**

A colaboração dos docentes das universidades do Estado tinha sido decisiva para a constituição de um corpo docente de qualidade na UCP, em particular na Faculdade de Ciências Humanas e nos Centros Regionais do Porto e de Viseu. Por tal motivo, rumores de que estaria em preparação legislação restringindo ou proibindo tal colaboração foram recebidos com apreensão pela Reitoria que iniciou de imediato diligências para encontrar uma solução que permitisse à Universidade continuar a beneficiar do apoio desses docentes.

Assim, quando foi publicada a Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro, limitando o exercício de funções docentes noutros estabelecimentos, já a UCP tinha em preparação protocolos de colaboração com as universidades do Estado, ao abrigo dos quais, na sua interpretação e na dessas universidades, os docentes em dedicação exclusiva podiam continuar a lecionar até 4 horas semanais na UCP.

No decurso do ano de 1987 foram assinados protocolos com a Universidade do Minho; a Universidade de Coimbra; a Universidade Nova de Lisboa; a Universidade de Aveiro; o Instituto Politécnico de Viseu; a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa.

### **Consolidação dos núcleos regionais**

No último mandato do Reitor Bacelar, em que se celebraram os XX anos da Universidade, pode-se dizer que a Universidade tinha atingido uma certa estabilidade: os Estatutos tinham sido confirmados em 1982, embora ainda “ad experimentum” devido à necessidade de revisão à luz da nova legislação sobre universidades católicas (*Sapientia Christiana*); os órgãos de governo estavam em pleno funcionamento (tinha havido uma renovação do Conselho Superior, com a eleição e nomeação de novos membros em março de 1986); o corpo docente começava a consolidar-se: tinha sido aprovada regulamentação e realizavam-se

os primeiros concursos para progressão na carreira docente (Faculdade de Teologia-1984), estudava-se a harmonização das carreiras das várias faculdades; o número de alunos crescia equilibradamente (de 3450 no princípio da década de 80 a 6291 em 1987-1988); o apoio estatal, não obstante não estar nunca garantido, renovava-se anualmente e contribuía para que a UCP mantivesse a sua política de apoios sociais (isenções e reduções de propinas, algumas bolsas) que lhe permitia afirmar que ninguém era excluído de a frequentar por motivos puramente económicos; a Universidade estava bem inserida no meio universitário tanto nacional como internacional (a convite do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas-CRUP, o Reitor da UCP passou a participar em reuniões daquele Conselho a partir de 1986; e a Universidade foi admitida no CRUP, de início como observadora, em 1988; a UCP era membro ativo das grandes associações internacionais universitárias: AIU, Conselho de Reitores Europeus, Federação Internacional de Universidades Católicas).

Entretanto, a estrutura regional da Universidade (Lisboa, Braga, Porto e Viseu) e a orgânica dos centros vão-se definindo. É uma evolução difícil ainda que maioritariamente desejada, que implica muita diplomacia e negociações que tivessem em conta o estatuto e finalidades da Universidade, tais como definidos pela Santa Sé e reconhecidos pelo Estado, e as aspirações ou as particularidades locais.

A comissão de estudo e planeamento para o Núcleo Regional do Porto, nomeada no início de 1984, deu por concluído o seu trabalho e apresentou o seu relatório ao Conselho Superior em fevereiro de 1985. Este continha uma proposta de orgânica do Núcleo, com uma articulação vertical e coordenação global com o conjunto da Universidade, no quadro dos Estatutos da UCP. Tendo sido aprovado, foi deliberado nomear uma Comissão instaladora para propor as medidas concretas necessárias à instalação e funcionamento do Núcleo. A nomeação pelo Magno Chanceler da lista apresentada pelo Reitor sob proposta do Bispo do Porto data de 22 de abril de 1985. A Comissão é de novo presidida pelo Senhor D. José Policarpo, delegado da Conferência Episcopal no Conselho Superior, e dela fazem parte, para além do Bispo Auxiliar do Porto e do Vigário Episcopal para a Educação da Fé da diocese, os representantes do Conselho Superior no Centro, os responsáveis pelos vários cursos, o Vice-Reitor J. Costa André e o Prof. Aníbal Cavaco Silva. O despacho de nomeação, vindo no Núcleo uma instituição confiada ao cuidado de uma Diocese, nos termos do art. 20.º dos Estatutos, contém desde logo uma delegação de diversas competências do Magno Chanceler no Prelado Diocesano durante o período de instalação. Por fim, em julho de 1986, é aprovada pelo Conselho um documento, apresentado pelo Presidente, sobre a estrutura de um Núcleo

Regional da UCP, cujos princípios básicos são a unidade da UCP e a regionalização. A coordenação regional caberá a um Conselho ou Comissão Administrativa cujo Presidente será nomeado pelo Magno Chanceler, sob proposta do Reitor, ouvido o Prelado diocesano, e haverá igualmente comissões mistas.

Paralelamente, o Núcleo continua a sua consolidação e expansão. Em maio de 1985, na sequência da clarificação do estatuto específico da Universidade, o Reitor comunica ao Ministro da Educação a criação e funcionamento da Escola Superior de Biotecnologia. Em dezembro desse ano é nomeado Diretor desta Escola o Prof. Augusto Medina e, na mesma data, é nomeado Diretor do curso de Direito (interinamente) o Prof. Roque de Aguiar Cabral s.j.

Em julho de 1986 é autorizada a lecionação no Porto da Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas da Faculdade de Ciências Humanas, cujo propedêutico terá início em outubro.

Quanto à Teologia, foram necessárias demoradas conversações e diligências junto da Santa Sé para encontrar uma solução que permitisse a implantação dos cursos de Teologia em Braga e no Porto mas mantendo a unidade da Faculdade conforme exigência da Sagrada Congregação para a Educação Católica. Uma autorização temporária da Congregação em finais de 1986 abriu o caminho para a lecionação da licenciatura e para uma nova estrutura da Faculdade de Teologia, que passa a ter a sede em Lisboa e núcleos no Porto e em Braga. É nomeado, em 30 de julho de 1987, Diretor-Adjunto para o Porto o Rev. Dr. José António Godinho de Lima.

Testemunho da inserção do Centro na realidade académica da região e do intercâmbio com as universidades do Norte são os protocolos assinados pela Universidade Católica em 1986: o primeiro, de adesão à AURN-Associação das Universidades da Região Norte; o segundo, um protocolo de cooperação com a Universidade do Porto.

No que respeita às novas instalações da Quinta do Paraíso, estas foram inauguradas em 31 de outubro de 1986, estando então já em curso a campanha para uma Biblioteca, cujas obras foram aprovadas e tiveram início em 1987.

Com Braga são preparados, sob a supervisão do Prof. Queiró, os acordos previstos nos artigos 16.º e 20.º dos Estatutos para regulamentar a situação particular da Faculdade de Filosofia, confiada à Companhia de Jesus, no que toca ao seu património, recursos e administração autónomos, bem como ao modo de exercício das funções do Magno Chanceler naquela unidade. Os protocolos são aprovados pelo Conselho Superior e assinados em 1984. Para esta Faculdade é nomeado, em janeiro de 1986, em substituição do Prof. Júlio Fragata s.j., falecido no exercício do mandato de Diretor, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva s.j.

O Instituto Superior de Teologia de Braga (antigo Seminário Conciliar), filiado na Faculdade de Teologia desde 1977, passa no início de 1987 a constituir um núcleo desta Faculdade, à semelhança do Instituto do Porto e no quadro da nova estrutura da Faculdade. É Diretor-Adjunto para Braga o Rev. Dr. Jorge Peixoto Coutinho.

Em Braga, no entanto, não está ainda prevista a estrutura de um Núcleo Regional, semelhante à do Porto, embora já se fale por vezes do “núcleo de Braga”. Mas o que existe efetivamente é uma Faculdade, a mais antiga da UCP, confiada a uma ordem religiosa, com secções em Lisboa e Viseu e cursos em regime de extensão no Funchal (Filosofia desde 1982 e Humanidades a partir de 1986), assim como o núcleo de uma segunda Faculdade – a de Teologia –, que tem a sua sede em Lisboa.

Diferente era a situação de Viseu, que nasceu como secção da Faculdade de Filosofia mas tendo, desde a sua criação, em 1980, como objetivo constituir um núcleo regional diversificado que ministrasse formação de nível superior numa região do interior desfavorecido.

Tem, desde o início dos estudos para a implantação da UCP naquela cidade, uma comissão organizadora nomeada pelo Bispo diocesano, de que faz parte, entre outros, Mons. Celso Tavares da Silva, que assume também as funções de Secretário do Curso de Humanidades quando este curso e o Núcleo de Viseu são inaugurados em novembro de 1980. O Presidente da Comissão organizadora passa a ser o Diretor da Faculdade de Filosofia e do Curso de Humanidades de Viseu, Prof. Júlio Fragata.

Mas, para além das Humanidades, Viseu vai retomar um dos primeiros projetos incluídos na programação da UCP na década de 60, cursos na área das Ciências Sociais, designadamente de Serviço Social. Deste modo, em março de 1985 o Conselho Superior, considerando o grande interesse da Igreja na formação de quadros no domínio do desenvolvimento e serviço social e tendo em conta o apoio prometido pela Santa Casa da Misericórdia de Viseu e a Caritas Portuguesa, aprovou a instalação em Viseu de um Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social que ministrará, a partir de 1986, a licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social.

Este alargamento do Núcleo leva à necessidade de uma estrutura administrativa consolidada. Assim, em março de 1986, o Reitor estabelece para o Núcleo Regional de Viseu uma nova orgânica administrativa “que assegure a sua manutenção e gestão, exercendo ao mesmo tempo uma função coordenadora das diversas unidades escolares entre si e com os serviços e órgãos centrais da UCP”: uma Comissão administrativa, que será presidida pelo Prelado diocesano, e um secretariado executivo.

## Sede de Lisboa

Em Lisboa, na Faculdade de Teologia, o Prof. Freitas Ferreira pede a exoneração do cargo em março de 1985, sendo substituído pelo Prof. D. José da Cruz Policarpo.

No quadro da reestruturação da Faculdade de Teologia, a SCEC emite em 30 de março de 1986 o decreto de ereção canónica do Instituto Universitário de Ciências Religiosas que passará a ministrar a já existente licenciatura em Ciências Religiosas.

É aprovada, em 1987, a criação, naquela Faculdade, de um Gabinete de Estudos Sociopastorais, que acabará por abrir em 1988 com o nome de Centro de Estudos Sociopastorais.

Em 1986, na sequência de um parecer do Prof. Manuel Cavaleiro de Ferreira, o primeiro doutoramento *honoris causa* em Direito é atribuído ao Presidente da Goerres-Gesellschaft zur Pflege der Wissenschaft, Prof. Paul Mikat, eminente jurista alemão e grande benfeitor da Universidade. As insígnias foram-lhe conferidas numa cerimónia realizada no Palácio dos Olivais.

A Universidade é convidada pelo Governo de Macau para, em conjunto com as Universidades de Lisboa e de Coimbra, cooperar na organização e ensino do curso de Direito naquele Território. Foi designado para representar a UCP o Prof. Doutor M. J. de Almeida Costa.

## Obras

A organização da nova Biblioteca e das Bibliotecas especiais e a transferência dos fundos bibliográficos para o novo edifício da BUJPII passou a ser acompanhada, a partir de 1986, pelo Prof. J. Denis s.j., Diretor da Biblioteca Moretus Plantin das Faculdades Universitárias Notre-Dame de la Paix de Namur e Presidente da Conferência dos Diretores-Bibliotecários das universidades belgas, que esteve diversas vezes em Lisboa no período 1986-1987. Aliás também foi ao Porto, em 1987, aconselhar os responsáveis pela construção da Biblioteca do Paraíso.

A mudança dos fundos principais teve lugar em abril de 1987, tendo a Biblioteca reaberto nas novas instalações no mês seguinte, sob a direção do Dr. João Luís César das Neves, docente da Faculdade de Ciências Humanas.

Tendo a Câmara Municipal de Lisboa cedido à UCP um terreno na Rua Jorge Afonso para construção de uma residência para estudantes, procedeu-se à apresentação do anteprojecto de edifício à Câmara em 1985. Diligências junto da Conferência Episcopal de Angola para uma colaboração na construção da

residência que permitisse a estadia aí de estudantes dos PALOP não foram bem-sucedidas. Contudo, um protocolo com a Fundação Gulbenkian em 1986 acabou por garantir o financiamento do empreendimento orçado em 118 000 contos.

Em Braga, a Faculdade de Filosofia deu início em 1988 à 1.ª fase da construção de um novo Pavilhão Escolar.

## **XX Anos da UCP e Inauguração da Biblioteca e Centro Universitário João Paulo II**

O ano de 1987 foi assinalado pela comemoração dos XX anos da UCP para a qual foi programado um intenso ciclo de celebrações, a mais importante das quais foi, de 26 a 29 de novembro, a inauguração da Biblioteca e Centro Universitário João Paulo II, com as suas salas e bibliotecas memoriais. Precedido, nos dias 26 e 27, por um Colóquio Científico sobre a figura e obra do Padre António Vieira, organizado pela Sociedade Científica da UCP, o ato inaugural, em que estiveram presentes o Primeiro-Ministro e o Ministro da Educação, realizou-se no dia 28, tendo a oração de sapiência, que também versou sobre o Pe. António Vieira, sido pronunciada pelo Prof. Aníbal Pinto de Castro. Falou ainda o Diretor da Faculdade de Teologia, Prof. D. José Policarpo, sobre o “Sentido da UCP no mundo cultural português”. No decurso do ato e na presença de uma numerosa delegação da diocese de Colónia presidida por Mons. Herbert Michel, foi proclamado o doutoramento *honoris causa* do Cardeal Arcebispo de Colónia, Joseph Hoeffner, que tinha falecido no mês anterior. Outra representação de benfeitores estrangeiros foi a da ADCUP encabeçada pelos Bispos Levada e Daily e pelos membros da Direção, Mons. Luís Mendonça e Joseph Fernandes.

No discurso que também pronunciou nessa ocasião, o Reitor referiu-se à Biblioteca como “polo referencial no coração do *campus* universitário”, cujo significado para a UCP, para além do comemorativo era “o aspecto prospectivo que para anos futuros decorre da realização do projecto da Biblioteca e Centro Universitário João Paulo II”. E sublinhou que a obra tinha sido realizado sem subsídios específicos do Estado, nem aplicações de um património inexistente mas era uma obra de Deus através dos beneméritos em que “se impressionam algumas contribuições mais avultadas, nos três anos de campanhas, prevaleceram sobretudo as ofertas de menor vulto”.

Finalmente, no dia 29, o Magno Chanceler presidiu à Missa e Bênção do edifício, que concluiu com uma sessão de homenagem aos beneméritos e entrega de medalhas comemorativas.

Os XX anos da Universidade foram também comemorados nos outros núcleos. Em Braga, em outubro, com um colóquio sobre “Filosofia e Tradição Humanística” organizado pela secção de Filosofia da SCUCP e um ato académico com a presença do Ministro da Educação, Roberto Carneiro, evocativos igualmente dos XX anos da Faculdade de Filosofia.

Na sequência da reestruturação da Faculdade de Teologia, foram integradas nas comemorações as sessões solenes de instalação daquela Faculdade em Braga e no Porto, que se realizaram em 19 e 20 de novembro, respetivamente.

### **Ciências da Educação**

A publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986 e as alterações previstas no sistema de formação dos professores dos ensinos básico e secundário teve evidentemente reflexos na Universidade, nos cursos que conferiam habilitação para o ensino em Braga, Lisboa e Viseu. Começou a debater-se a criação de um Departamento de Ciências da Educação, tendo o Diretor da Faculdade de Teologia apresentado uma proposta nesse sentido em julho de 1988. O Conselho Superior aprovou a conveniência da criação de um Departamento ou Centro de Estudos de Educação e o imediato início de lecionação nesse domínio, devendo um grupo de trabalho aprofundar o projeto e apresentar novas propostas num curto espaço de tempo.

Nesse mesmo contexto tinha sido debatido pelo Conselho no mês de maio a possibilidade de a UCP celebrar protocolos com escolas de educadoras de infância de inspiração cristã para a formação de educadores e professores, conforme previsto na Lei de Bases. Havia o caso concreto de uma pretensão apresentada pela Escola Paula Frassinetti. Colocou-se a questão da necessária distinção a fazer entre ensino superior universitário e não universitário e, simultaneamente, o interesse da Igreja naquelas escolas. Foi deliberado, também aqui, confiar o estudo do assunto a um grupo de trabalho.

### **Novo Reitor**

Chegava-se ao termo do mandato do Reitor. Tendo o Prof. Bacelar e Oliveira manifestado em fevereiro de 1988, em carta dirigida ao Magno Chanceler, a sua indisponibilidade para, ao fim de 20 anos, “nova provisão ou prolongamento no cargo”, os membros do Conselho Superior foram chamados em maio a entregar a lista tríplice para indicação de nomes para o provimento do cargo de Reitor e a 22 de julho o Magno Chanceler informou o Conselho, numa reunião ordinária do mesmo, que os nomes mais votados e já enviados

para Roma tinham sido os dos Prof. D. José da Cruz Policarpo, Prof. Doutor Manuel Isidro Alves e, apesar de saberem da sua indisponibilidade, Prof. Doutor José Bacelar e Oliveira s.j.

Por Decreto de 13 de outubro de 1988, a Sagrada Congregação para a Educação Católica nomeava Reitor da UCP o Prof. Doutor D. José da Cruz Policarpo. E, na mesma data, “em reconhecimento pela sua particular dedicação e na sequência de uma proposta da Conferência Episcopal Portuguesa” conferia o título de Reitor honorário ao Prof. Bacelar e Oliveira.

## Capítulo 4

# Expansão e consolidação da Universidade em Centros Regionais<sup>1</sup>

Manuel Braga da Cruz

No outono de 1988, o Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira s.j., cessou as funções de Reitor, que desempenhou efetivamente ao longo de vinte anos (quatro anos como Vice-Reitor, dezasseis como Reitor), sendo substituído pelo então Diretor da Faculdade de Teologia D. José da Cruz Policarpo, ao tempo já então Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa. A posse ocorreu em Lisboa, numa cerimónia a 18 de novembro de 1988.

Na cerimónia de posse do novo Reitor, o Reitor cessante recordou e louvou os que com ele construíram a Universidade, que se tornara na “paixão da sua vida”: autoridades eclesíásticas e civis, colaboradores – nomeando expressamente Guilherme Braga da Cruz, já falecido, pela “formulação estatutária, condensação magistral, altamente apreciada em Roma, sob o aspeto técnico e institucional”. Sublinhou as inovações que a Universidade Católica introduziu no sistema universitário português: o modelo de governo, com o Conselho Superior, órgão do Magno Chanceler; as associações de apoio a várias escolas; a interinstitucionalidade, além da interdisciplinaridade, que fizeram da Universidade um *fórum cultural*, além de *fórum académico*; o ter sido a primeira, além das universidades tradicionais, a surgir, levando a Santa Sé, “à distância de séculos – após Coimbra em 1290 e Évora em 1559 – a intervir com diplomas jurídicos expressivos do seu direito histórico de fundadora de universidades”. E louvou o esforço de todos para, com parcimónia de meios, conseguir o equilíbrio funcional. Recordou particularmente D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que o nomeara seu Vice-Reitor, que o mandara a Roma conseguir autorização para abrir a Faculdade de Teologia, primeiro, e a Faculdade de Ciências Humanas, depois. E terminou, dizendo: “todos os que ao longe e ao perto, no centro ou

---

<sup>1</sup> Este capítulo, que cobre os dois mandatos do Reitorado do Prof. Doutor D. José da Cruz Policarpo, segue de perto o relatório por ele elaborado no termo das funções, relativo aos oito anos em que as desempenhou: *Relatório do Reitor (1988-1996)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1996, bem como resulta da consulta às Atas do Conselho Superior desses anos.

nas regiões, cooperastes na formação da UCP, podereis comigo proclamar solidariamente num eco paulino: combatemos por uma boa causa, não desistiremos até ao fim. Fomos e seremos fiéis”<sup>2</sup>.

Assumiram igualmente funções como Vice-Reitores, os Professores Isidro Alves, Mário Júlio de Almeida Costa<sup>3</sup> e José Manuel Amado da Silva. No segundo mandato, seriam Vice-Reitores os Profs. Valentim Xavier Pintado e Jorge Costa André, e ainda, mais tarde, Pio Alves de Sousa.

## **A expansão da Universidade pelo País**

Ao longo dos oito anos de mandato de D. José da Cruz Policarpo, a Universidade conheceu grande desenvolvimento, vindo a consolidar os seus Centros Regionais, com o lançamento de novos cursos e unidades, numa fase de franca expansão do ensino superior em Portugal.

Quando D. José Policarpo tomou posse, em 1988, a UCP resumia-se à Faculdade de Filosofia em Braga (com cursos de Filosofia e Humanidades, uma extensão do primeiro em Lisboa e no Funchal, e do segundo em Viseu); à Faculdade de Teologia (com cursos de Teologia e Ciências Religiosas, com uma extensão dos primeiros no Porto e em Braga, e uma Secção da Faculdade de Filosofia em Lisboa) e à Faculdade de Ciências Humanas (com cursos de Gestão e Economia, e de Direito, em Lisboa e no Porto, e uma extensão dos primeiros no Funchal); ao Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social, em Viseu (com um curso de Gestão e Desenvolvimento Social); e à Escola Superior de Biotecnologia no Porto (com um curso de Engenharia Alimentar).

Em Lisboa, em outubro de 1989, a Faculdade de Ciências Humanas, até aí dirigida pelos Profs. Oliveira Ascensão, Paulo Sendim, Mário Pinto, João de Matos Antunes Varela<sup>4</sup> e Mário Júlio de Almeida Costa, desdobra-se em mais duas novas faculdades: a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais<sup>5</sup>,

<sup>2</sup> “Rememorar louvando”, in *P. José Bacelar e Oliveira s.j. A Força das Origens*, Lisboa, UCE, 2016, p. 73.

<sup>3</sup> Professor de Direito em Coimbra, Ministro da Justiça, entre 1967 e 1973, Presidente da Câmara Corporativa, entre 1973 e 1974, e Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

<sup>4</sup> Professor de Direito da Universidade de Coimbra. Ministro da Justiça entre 1954 e 1967.

<sup>5</sup> A sua criação foi decidida pelo Conselho Superior a 7/7/89, e efetivada pelo Decreto da Congregação para a Educação Católica N1380/89/6, de 20/9/89.

dirigida pelo Prof. Doutor Valentim Xavier Pintado<sup>6</sup>, e a Faculdade de Direito<sup>7</sup>, dirigida pelo Prof. Doutor António Luciano de Sousa Franco<sup>8</sup>.

Na primeira, foi ainda criada nesse ano de 1989 a Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais, que lançou o MBA e outros cursos de Pós-Graduação e havia de colocar a Católica na vanguarda da Formação de Executivos do País.

Na segunda, surgiriam os primeiros cursos de Mestrado e os primeiros doutoramentos, que permitiriam a criação de um corpo docente próprio. E em finais de 1989 foi nela criado um Instituto de Direitos do Homem<sup>9</sup>.

E no ano seguinte, de 1990, era criada uma Comissão Instaladora para a Faculdade de Ciências Humanas<sup>10</sup>, na sua nova expressão, onde passou a integrar-se a secção da Faculdade de Filosofia de Braga em Lisboa<sup>11</sup>, e onde se pretendia inserir uma oferta no domínio da Enfermagem<sup>12</sup>, que mereceu aprovação de princípio a 30 de março de 1990. Passou a dirigi-la o Prof. Doutor José Toscano Rico, membro do Conselho Superior<sup>13</sup>. Uma primeira proposta de Estatutos foi apresentada ao Conselho Superior em maio de 1992, mas sem merecer aprovação. De igual modo, se apresentou uma proposta de pós-graduações em Ciências da Educação que foram aprovadas<sup>14</sup>, apesar de se achar serem em número demasiado elevado, haver falta de pessoal docente, e ser necessário garantir a sua qualidade. Nessa nova Faculdade de Ciências Humanas se passaram a oferecer também novos cursos de licenciatura em Comunicação Social e Cultural, em Português e Estudos Portugueses, e em Línguas Estrangeiras Aplicadas, e novos

<sup>6</sup> Professor de Economia no ISCEF, foi Secretário de Estado do Comércio, no Governo do Prof. Marcelo Caetano. Estivera em Genebra, nas Nações Unidas, tendo regressado a Portugal depois da revolução. Foi fundador do CDS.

<sup>7</sup> Criada pelo Decreto N239/84/7, de 1/11/82, da Congregação para a Educação Católica, e implementada de facto por deliberação do Conselho Superior a 7/7/89.

<sup>8</sup> Professor da Faculdade de Direito em Lisboa, foi Secretário-Geral da Junta Central da Ação Católica Portuguesa. Deputado e dirigente do PPD, viria a ser Ministro das Finanças nos anos 90, no Governo liderado pelo Eng. António Guterres, tendo conduzido a integração de Portugal na moeda única. Viria a falecer em plena campanha para o Parlamento Europeu, quando liderava a lista do Partido Socialista, em 2004.

<sup>9</sup> Ata do Conselho Superior de 10.11.89.

<sup>10</sup> Ata do Conselho Superior de 30.3.90.

<sup>11</sup> Esta integração mereceu reparos dos representantes da Faculdade de Filosofia de Braga, que tutelava a sua Secção de Lisboa, desde a fundação da Universidade. A integração na nova Faculdade significava a emancipação da Secção de Lisboa em relação a Braga.

<sup>12</sup> Ata do Conselho Superior de 11.5.90.

<sup>13</sup> Professor de Medicina em Lisboa, de cuja Universidade foi Reitor. Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>14</sup> Ata do CS de 22.5.92.

curso de Mestrado em Ciências da Educação e em Enfermagem, que entraram em funcionamento em 1991 e em 1992 e, mais tarde, uma licenciatura em Serviço Social<sup>15</sup>. Tratou-se de uma quase refundação da Faculdade de Ciências Humanas, organizada por vários departamentos (Filosofia, Línguas e Literaturas, Ciências da Comunicação, Ciências da Educação, Ciências da Saúde e Ciências Sociais)<sup>16</sup>, a que se juntaram outros mais tarde (História e Ciências da Saúde<sup>17</sup>). Em 12 de novembro de 1993, foi aprovado pelo Conselho Superior a criação de uma pós-graduação em Cooperação e Desenvolvimento. No entanto, em abril de 1994 era recusada uma proposta de iniciar um Mestrado em Análise e Política Social, coordenado pelo Prof. Alfredo Bruto da Costa, por não ter havido diálogo com a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, por ausência de uma componente indispensável de economia no projeto, por falta de docentes qualificados e escassa participação de docentes da Universidade neste projeto, por deficiente presença de Doutrina Social da Igreja, por desajustamento entre os objetivos do curso e o plano de estudos apresentado, e por ausência de ponderação dos respetivos custos inerentes à ocupação de espaços. O projeto voltaria a ser apreciado, depois de introduzidas correções, e aprovado em 29 de março de 1996<sup>18</sup>.

A Faculdade de Teologia, sediada em Lisboa, viu alargar as suas extensões e filiações. As extensões a Braga e Porto haviam sido aprovadas “ad experimentum” por dois anos, em 1988<sup>19</sup>. Os seus núcleos de Porto e Braga passaram a ter as licenciaturas de Teologia e de Ciências Religiosas<sup>20</sup>, lecionadas já em Lisboa, com corpo docente próprio, e a licenciatura de Ciências Religiosas passou a ser também oferecida, ocasionalmente, nas extensões do Funchal, de Vila Real, de Viana do Castelo e de Viseu, numa única edição.

Filiaram-se também na Faculdade de Teologia o Seminário Maior de Viseu e o Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra, com a possibilidade de conferirem o 1.º grau de Teologia.

Em Lisboa, foram criados os Mestrados em Teologia e em Teologia e Ética da Saúde (em parceria com a Faculdade de Ciências Humanas<sup>21</sup>) e uma

---

<sup>15</sup> Aprovada em Conselho Superior, no dia 2 de fevereiro de 1996.

<sup>16</sup> Reestruturação aprovada pelo Conselho Superior a 30.3.90.

<sup>17</sup> Aprovados pelo Conselho Superior em 15/3/91.

<sup>18</sup> Ata do Conselho Superior de 29 de março de 1996.

<sup>19</sup> Ata do Conselho Superior de 10.3.89.

<sup>20</sup> O Instituto Superior de Ciências Religiosas foi instalado no Centro Regional do Porto a 7.7.89 (cf. respetiva Ata do Conselho Superior).

<sup>21</sup> Ata do Conselho Superior de 29 de março de 1996.

Pós-Graduação Ano Pastoral passou a existir na sede e nos núcleos do Porto e de Braga.

Também em Lisboa seria criado um Centro de Sondagens e de Estudos de Opinião (CESOP), que rapidamente se prestigiaria e adquiriria grande credibilidade, tornando-se inclusivamente parceiro da RTP e da RDP, e do grupo Notícias, para as sondagens pré-eleitorais e à boca das urnas, a quando da realização de eleições nacionais e europeias. De igual modo, foi lançado um Mestrado em Teoria e Ciência Política, dirigido pelo Prof. João Carlos Espada, com a colaboração de professores americanos, apoiados pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, e foi aprovada a transformação do Centro de Estudos Europeus em Instituto de Estudos Europeus, e da sua Pós-Graduação em Mestrado de Estudos Europeus<sup>22</sup>, sob a direção do Prof. Ernâni Lopes<sup>23</sup>.

Foi ainda criado um Instituto de Ciência da Família, em julho de 1991, mas que só entraria a funcionar anos mais tarde.

No centro do País, em 1991, alarga-se a implantação da Universidade Católica Portuguesa com a instalação de polos na Figueira da Foz e em Leiria, e com as filiações na Faculdade de Teologia do Instituto Superior de Teologia de Coimbra e do Seminário Maior de Viseu.

Na Figueira da Foz é lecionada uma licenciatura em Engenharia Industrial, a que se juntará posteriormente uma outra de Gestão Industrial, e em Leiria inicia-se um curso de Gestão de Empresas a que se seguirão outros de Ciências Humanas.

Em Viseu, é criado uma nova Faculdade de Letras<sup>24</sup>, dirigida pelo Prof. Doutor Manuel Oliveira Pulquério<sup>25</sup>, onde se lecionam progressivamente cursos de Português-Francês (1989), de Francês-Inglês (1991), de Português-História (1992), de Inglês-Alemão (1993), de Estudos Portugueses e Ingleses (1995), de Estudos Portugueses e Alemães (1999), de Estudos Portugueses (2000) e de História (2000). O Instituto de Ciências Religiosas da Faculdade de Teologia (Lisboa) inicia em Viseu uma licenciatura em Ciências Religiosas, em outubro de 1992. E em 1993, cria-se o Centro Regional das Beiras, presidido pelo Prof. Doutor Sebastião Formosinho Sanches Simões<sup>26</sup>. Seguir-se-lhe-á a criação da

---

<sup>22</sup> Ata do Conselho Superior de 5 de julho de 1996.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> A aprovação do CS foi apresentada à Sagrada Congregação para aprovação definitiva em 26.3.93.

<sup>25</sup> Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

<sup>26</sup> Professor de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Escola Superior de Ciência e Tecnologia, em 1996<sup>27</sup>, que incluirá os cursos de licenciatura em Matemática, em Viseu<sup>28</sup>, e de Engenharia Industrial, a funcionar na Figueira da Foz desde 1991. Por seu lado, o Seminário Maior de Viseu será também filiado na Faculdade de Teologia em 1994<sup>29</sup>.

Contudo, perante críticas e dúvidas sobre o funcionamento do Instituto Universitário para o Desenvolvimento e Promoção Social (IUDPS), o Reitor nomeara, ainda em finais de 1993, uma Comissão encarregada de fazer uma avaliação aos cursos existentes, nomeadamente à licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social, sobre cujo plano de estudos pairavam apreensões sobre certa ambiguidade e insuficiência. A Comissão, presidida pelo Prof. Manuel Braga da Cruz, e integrada pelos Profs. Pedro Duarte Neves e Alberto de Castro, havia sugerido a reestruturação da licenciatura existente, que não era “nem um curso de Gestão, nem um curso de Ciências Sociais”, através do desmembramento em duas formações: uma licenciatura em Gestão e Administração de Empresas – uma vez consultada e garantida a colaboração da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais – e, ou uma pós-graduação ou uma licenciatura na área social, tornando a Matemática como obrigatória para o acesso à primeira, restringindo o *numerus clausus* para ambos os cursos, e garantindo docentes doutorados para a segunda<sup>30</sup>. O Conselho Superior, na sua reunião de 3 de junho de 1994, decidiu manter a licenciatura, com a mesma designação mas com plano de estudos reestruturado e com o apoio prometido da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais<sup>31</sup>.

Nas Caldas da Rainha, foi aberta uma extensão da Escola Superior de Biotecnologia do Porto, em 1996, com intuito de vir ali a ser criada uma Escola Superior de Agronomia e Recursos Naturais, ao serviço do desenvolvimento regional do Oeste, cujo projeto foi apresentado, em 3 de fevereiro de 1995, pelos responsáveis – Profs. Ilídio Moreira e Jorge Oliveira – ao Conselho Superior, que deu aval à continuação deste projeto<sup>32</sup>. Foi formada uma Associação

---

<sup>27</sup> Aprovada pelo Conselho Superior em 29/3/96 e ereta pelo Decreto do Magno Chanceler 2/96 de 22/5/96.

<sup>28</sup> Proposta apresentada ao Conselho Superior em 2 de fevereiro de 1996.

<sup>29</sup> Ata do Conselho Superior de 3.VI.1994.

<sup>30</sup> Manuel Braga da Cruz, Alberto de Castro, Pedro Duarte Neves, *Relatório da Comissão para o Estudo e Avaliação do Curso de Gestão e Desenvolvimento Social do IUDPS do Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da UCP*, Lisboa, 21 de abril de 1994.

<sup>31</sup> Ata do Conselho Superior de 3 de junho de 1994.

<sup>32</sup> Ata do Conselho Superior de 3 de fevereiro de 1995.

de Estudos do Oeste Ramalho Ortigão<sup>33</sup>, por três sócios – a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a Fábrica da Igreja Paroquial das Caldas da Rainha e a Universidade Católica – para restaurar e alargar o edifício do Colégio Ramalho Ortigão, do Patriarcado de Lisboa, com quem a Universidade celebrou um protocolo, mediante o recurso a fundos estruturais europeus. A Câmara Municipal comprometeu-se a apoiar financeiramente o projeto, quer na montagem dos laboratórios quer no funcionamento académico do projeto.

No Porto, transformado em Centro Regional em 1994, onde entretanto se haviam já criado cursos de Direito (o primeiro no Norte do País, e um deles noturno<sup>34</sup>) e de Gestão, também a Escola Superior de Biotecnologia do Porto abriu cursos de Engenharia do Ambiente e de Microbiologia em 1992. Com vista ao alargamento ao ensino das Artes, em 1996, foi elaborado um projeto pelo Cónego Ferreira dos Santos<sup>35</sup>, que o Conselho Superior apreciou em 15 de julho de 1994, tendo sido decidido favoravelmente o apoio à criação de uma Escola Superior de Música e Arte Sacra. Para esse efeito o Secretário de Estado da Cultura prometia ceder a Cadeia da Relação do Porto, a restaurar com apoios comunitários e com as receitas de um futuro Centro de Conservação e Restauo. O projeto académico, e o estudo de viabilidade económica, só seriam apresentados posteriormente, em 29 de março de 1996, tendo sido aprovada a sua continuidade<sup>36</sup>. A licenciatura em Economia, por seu lado, seria lançada no Porto em 1996.

A Universidade Católica estendeu-se também à Madeira, para cujo efeito o Governo Regional pôs à disposição da diocese o antigo edifício do Colégio dos Jesuítas. A Faculdade de Filosofia de Braga levou ao Funchal uma extensão do seu Mestrado em Humanidades, e foi também iniciada em 1988, e repetida em 1989, uma licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, apoiada

---

<sup>33</sup> A proposta foi apreciada em Conselho Superior de 15 de dezembro de 1995, que aprovou a participação da UCP nessa associação.

<sup>34</sup> Criado, apesar de reservas, em 1994. Ata do Conselho Superior de 3.VI.94.

<sup>35</sup> Compositor e especialista em música.

<sup>36</sup> Particularmente crítico deste processo foi o Prof. João César das Neves, que “referiu que as licenciaturas e mestrados duplicaram nos últimos dez anos; que das treze licenciaturas e sete mestrados criados neste período, doze e quatro respetivamente, foram-no nos últimos três anos; que ainda neste período foram apresentadas outras cinco licenciaturas e outros três mestrados que não foram aprovados, e que esta tendência ocorreu nas escolas que já têm mais cursos, as Faculdade de Letras e de Ciências Humanas, com a agravante desta última apresentar o maior défice de exploração escolar da Universidade e de este não ter tendência a ser desagradado com os novos cursos. Nestes termos, conclui que este movimento não pode ser bom para a Universidade e que, por isso, terá de continuar a abster-se ou a votar contra este movimento”. Ata do Conselho Superior de 29 de março de 1996.

por Lisboa<sup>37</sup>. Tal oferta seria retomada em 1994<sup>38</sup>, juntamente com a abertura ocasional de uma edição da licenciatura em Ciências Religiosas no Funchal, a pedido do Bispo local, que mereceu porém alguns reparos e reservas relativamente às garantias de qualidade do corpo docente

Em Braga a Faculdade de Filosofia, pretendia, em 1990, introduzir um novo Curso de Filosofia e Desenvolvimento da Empresa, para concorrer ao PRODEP com um projeto de novas instalações. O plano de estudos não mereceu a simpatia dos professores de Gestão da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, que exprimiram dúvidas sobre a existência de docentes adequados<sup>39</sup>. O projeto só viria a ser aprovado, em termos de princípio, em 12 de novembro de 1993, apesar do parecer negativo da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, por não satisfazer necessidades e enganar as expectativas do mercado, e definitivamente aprovado em 15 de julho de 1994. De igual modo, pretendeu a Faculdade de Filosofia alterar a sua designação para Faculdade de Letras, em junho de 1991. A Faculdade, tendo embora nascido do ensino da Filosofia, tinha alargado a sua atividade às Humanidades, e pretendia inclusivamente uma licenciatura em enfermagem. Além disso, eram levantados problemas aos diplomados em Humanidades, por o serem por uma Faculdade de Filosofia. Mas, perante a dificuldade posta pela Santa Sé, em admitir duplicação de faculdades com o mesmo âmbito e designação, foi o assunto reenviado para estudo de uma Comissão.

Foi igualmente lançado em Macau o “Instituto Interuniversitário de Macau”, a instâncias do Presidente Mário Soares que, nas vésperas da passagem da administração do território para as autoridades de Pequim, se convenceu que a presença portuguesa dependia da instalação de instituições portuguesas no território. Foi criada, para o efeito, em finais de 1995, uma Fundação Católica de Ensino Superior Universitário, em parceria entre a Diocese de Macau e a Universidade Católica Portuguesa, proprietária do Instituto, criada por diploma do Governador português de Macau, General Vasco Rocha Vieira<sup>40</sup>, com um orçamento de 100 000 contos<sup>41</sup> para 1996.

---

<sup>37</sup> Ata do Conselho Superior de 9.12.1988.

<sup>38</sup> Ata do Conselho Superior de 3.VI.94.

<sup>39</sup> Ata do Conselho Superior de 11.5.90.

<sup>40</sup> Pelo seu apoio ao Instituto local, mas também à UCP, através do apoio à criação do Instituto de Estudos Orientais e sua instalação no *campus* de Sintra, viria a receber o título de Benemérito da Universidade e a respetiva medalha de ouro nas cerimónias dos 40 anos da Universidade, em Braga.

<sup>41</sup> Atas do Conselho Superior de 15 de dezembro de 1995 e de 2 de fevereiro de 1996.

À solicitação do Presidente Mário Soares, juntava-se o sonho jesuítico do Reitor Bacelar e Oliveira s.j. de restaurar a tradição gloriosa do Colégio de São Paulo<sup>42</sup>, cujas ruínas constituem o ex-líbris da cidade do Santo Nome de Deus de Macau, bem como o desejo local de prosseguir o trabalho do histórico Seminário de S. José<sup>43</sup>.

A Universidade Católica Portuguesa participara aliás já nas negociações com a Universidade da Ásia Oriental – universidade privada que viria a dar lugar à Universidade de Macau – com vista à criação de um curso de Direito<sup>44</sup>.

A criação do IIUM e os seus Estatutos foram aprovados a 3 de julho de 1995, juntamente com a de um Instituto Luso-Chinês, em Portugal, para entre as duas instituições se estabelecer uma cooperação. A criação de uma instituição da Universidade Católica em território da China, sem ser ouvido o Grupo de Transição, composto por representantes dos governos português e chinês, causou alguma desconfiança relativamente ao projeto por parte das autoridades chinesas, sem embargo do apoio do Governo Local à criação e sustentação do Instituto, através da Fundação para o Desenvolvimento de Macau. O Instituto começou a funcionar em instalações cedidas pela diocese, na Igreja da Penha, para se transferir posteriormente para instalações cedidas pelas autoridades de Macau.

O Presidente da China, num breve encontro com o Reitor D. José Policarpo, a quando da inauguração do Aeroporto de Macau, terá respondido que a criação do Instituto não constituía para o seu país qualquer embaraço, por depender de Portugal e não de Roma. No entanto, foram colocados entraves ao recrutamento de estudantes no interior da China.

---

<sup>42</sup> D. José Policarpo conta que fizera já com o Reitor Bacelar e Oliveira s.j. uma longa viagem à Índia e Macau levados pela “ousadia de um projecto: fundar em Macau um Instituto Universitário que retomasse a tradição do Colégio de S. Paulo. Nesse projeto aliava-se a ousadia do universitário ao amor à tradição da Companhia de Jesus”. Viu nele “a determinação incansável de procurar, junto de todos e por todos os meios, viabilizar esse projecto” (citado por Roque Cabral, “Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira. Enquadramento Biográfico – Evocação da Pessoa”, in *Pe. José Bacelar e Oliveira s.j. A Força das Origens*, Sociedade Científica da UCP, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016, p. 114.

<sup>43</sup> Quando um dia o Reitor Manuel Braga da Cruz visitou o Presidente do Governo da Região de Macau, já depois da transição para a administração chinesa, acompanhado do Bispo cessante D. Domingos Tam e do novo Bispo D. José Lai, ouviu dele que recebera um pedido para ajudar a criar uma Universidade Católica em Timor. “Por que razão havia de o fazer?” – perguntou. E lançou o desafio: “Voltem a formar o clero de todo o Extremo Oriente, e nisso vos apoiarei.” Assim nasceu a decisão de criar o curso de Teologia em Macau.

<sup>44</sup> Ata do Conselho Superior de 24.8.89.

Virá a ser primeiro Reitor do Instituto Interuniversitário de Macau, nomeado em 1999, o Prof. Doutor Pe. João Lourenço, Diretor da Faculdade de Teologia.

Foram no entanto recusadas propostas de maior alargamento da Universidade Católica no País. Em 1988, o Conselho Superior recusava um convite da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães, para instalar, em sede cedida pela própria, cursos de História e Arqueologia, com apoio da Faculdade de Filosofia de Braga, pelo facto de essas instalações requererem obras incomportáveis do ponto de vista financeiro. E em 1989, foi igualmente recusada uma proposta de extensão da UCP a Coimbra (com cursos de Gestão e Administração, cujo projeto foi apresentado pelo Prof. Manuel Porto, e de Engenharia Alimentar) que integraria o Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra, e ainda uma licenciatura em Engenharia Industrial a sediar na Figueira da Foz (apresentada pelo Prof. Sebastião Formosinho Sanches)<sup>45</sup>.

De igual modo, não teve andamento a ideia expressa por médicos do Norte de abrir a Universidade à área da saúde, bem como as propostas de se abrirem, na sede, negociações com o Hospital da Barra e com o Instituto do Coração. Foi na altura recordado, que a Sociedade dos Irmãos de S. João de Deus dispunha outrora de um terreno para construção de instalações hospitalares, sendo conveniente averiguar se tal terreno ainda se encontrava disponível. Não teve tão-pouco concretização um projeto mais avançado de uma Faculdade de Ciências da Saúde, a cuja comissão preparatória pertenciam, além do Reitor, os Profs. Esperança Pina, Sales Luís e António de Sousa, e que deu a conhecer o andamento dos projetos ao Conselho Superior em abril de 1994<sup>46</sup>. Em 7 de julho de 1995, o Conselho Superior era informado sobre o andamento das negociações com o Ministério da Saúde e com a Câmara de Cascais, com vista à construção, em terrenos desse concelho, de um Centro Médico Universitário, de 480 camas, para utentes do Serviço Nacional de Saúde, com financiamento estatal, e a que seria atribuído uma “quota de cobertura sanitária e de internamento de uma população definida nos concelhos de Cascais e de Sintra, por ajuste direto daquela e após aprovação de uma alteração à lei do Serviço Nacional de Saúde”. O hospital seria “graduado em hospital geral central de nível 4”, e disporia de “valências básicas, intermédias, diferenciadas e altamente diferenciadas, estas últimas sujeitas a compatibilização com o plano de cuidados de saúde da área metropolitana de Lisboa”. Admitia-se que o processo pudesse

---

<sup>45</sup> Ata do Conselho Superior de 2.6.89.

<sup>46</sup> Ata do Conselho Superior de 22.4.1994.

estar concluído em finais de julho<sup>47</sup>. O projeto – “Estudo sobre a Faculdade de Ciências da Saúde e o seu Centro Médico Universitário” –, coordenado por Henrique Mota e Roque da Cunha Ferreira, seria apresentado ao Conselho Superior, e aprovada a sua continuidade, em reunião de 15 de dezembro de 1995<sup>48</sup>.

O projeto viria a evoluir no sentido de associar uma unidade académica ao Hospital Fernando da Fonseca, mais conhecido por Hospital Amadora-Sintra, quando a sua administração foi posta a concurso<sup>49</sup>. Essa ideia não teria, porém, concretização.

Sentia-se a necessidade de um crescimento planeado, que não se limitasse a respostas isoladas a solicitações pontuais. Por isso se criou uma Comissão de Planeamento para o Desenvolvimento da UCP, em finais de 1988<sup>50</sup>.

Eram levantadas objeções a esta expansão da Universidade não só pela preocupação de preservar a qualidade das ofertas da Universidade Católica como também pela dificuldade de gerir uma Universidade tão pluripolar. A instalação na Figueira da Foz suscitava particulares reservas, apesar da Câmara Municipal local oferecer terrenos e apoios às construções<sup>51</sup>, que não viriam a concretizar-se. No entanto, nos começos de 1991 era apresentado ao Conselho Superior uma proposta de abertura de cursos na Figueira da Foz (Gestão e Administração e Engenharia Industrial) pelo Prof. Formosinho Sanches, convidado para o efeito. Os cursos iniciaram efetivamente nesse ano letivo de 1991-1992, mas em novembro de 1991, era já reconhecido um défice elevado no novo polo da Figueira da Foz, pelo baixo número de alunos a frequentar os dois cursos, por causa das exigências das admissões, por um lado, e pela abertura de uma Universidade privada na cidade, não tão exigente<sup>52</sup>, bem como pelo número de professores por cadeira: um professor e um assistente por cada disciplina<sup>53</sup>. Em março de 1993, o Conselho Superior reavaliou os projetos da Universidade na Figueira da Foz, e chegou mesmo a deliberar o encerramento do polo, perante a “ausência inesperada de apoios locais prometidos ou supostos, nomeadamente

---

<sup>47</sup> Ata do Conselho Superior de 7 de julho de 1995.

<sup>48</sup> Ata do Conselho Superior de 15 de dezembro de 1995.

<sup>49</sup> Ata do Conselho Superior de 22 de abril de 1994.

<sup>50</sup> Ata do Conselho Superior de 9.12.88. A Comissão era presidida pelo Reitor D. José Policarpo, e integrava os Vice-Reitores, D. João Alves (Bispo de Coimbra), Eng. Guimarães Lobato, e os Prof. Almeida Costa, Nicolau Vasconcelos Raposo, Lúcio Craveiro da Silva s.j., Carvalho Guerra, Oliveira Ramos e José Marques, sendo relator o Prof. Costa André.

<sup>51</sup> Ata do Conselho Superior de 30.3.90.

<sup>52</sup> Ata do Conselho Superior de 15.11.91.

<sup>53</sup> Ata do Conselho Superior de 13.12.91.

por parte da Câmara Municipal e das indústrias locais”, por não se antever “a possibilidade de reequilibrar estas contas na Figueira da Foz”, e por “não serem relevantes os riscos de desprestígio da Universidade, em virtude do encerramento do polo resultar da exigência comum da Universidade relativamente aos critérios de recrutamento de alunos”. O Reitor advertira que “a indecisão teria custos muito graves”<sup>54</sup>. A decisão foi comunicada aos alunos e respetivos pais, que exprimiram a sua insatisfação e reivindicaram as expectativas criadas, bem como às autoridades locais que, perante a gravidade da decisão, prometeram apoiar com “novo empenho e estima pela Universidade”. Perante as dificuldades surgidas e as novas perspetivas de apoio, o mesmo Conselho Superior decidiu suspender a decisão anterior, dois meses depois, a 28 de maio de 1993, por haver “sinais manifestos de que estão em via de alteração significativa as condições de insuficiência de apoio local que lhe estiveram subjacentes”. E apesar do défice se manter em finais de 1994, o Conselho Superior autorizou a compra ao Ministério da Defesa de terrenos na Figueira da Foz, onde estivera instalado o Quartel do CICA, para aí instalar o polo, acrescido de novas licenciaturas de Engenharia (designadamente Organização e Gestão industrial), alienando-se parte dele para a edificação de habitações<sup>55</sup>. No entanto, em março de 1996, o Presidente do Centro Regional das Beiras admitia em Conselho Superior a

---

<sup>54</sup> Ata do Conselho Superior de 26.3.93.

<sup>55</sup> Ata do Conselho Superior de 3.II.1995. “Por negociação com o Director-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa abriu-se a possibilidade da UCP adquirir para a instalação do seu pólo da Figueira da Foz a Parcela ‘D’ de PM/9-Quartel do Pinhal, onde esteve instalado o CICA. Trata-se de um terreno plano com uma área total de 3000 m<sup>2</sup>, com infra-estruturas e posto de transformação. Neste terreno há uma área de 5500 m<sup>2</sup> que pode ser alienada para urbanização e construção de habitações. O custo de aquisição é de 450 000 contos pagável em 6 anos, o que equivale a preços correntes a 326 000 contos. A área urbanizável permitia a construção de 120 apartamentos pelo que o seu valor a preços correntes é de 240 000. O custo efetivo de aquisição fica-se, pois, em cerca de 90 000 contos. Este custo é equivalente ao que a UCP teria de suportar, de imediato, para a construção de um hangar industrial nos terrenos do Seminário da Imaculada Conceição, acrescido da compensação à Diocese de Coimbra.

A aquisição do quartel do CICA permite a instalação de todo o pólo da Figueira da Foz incluindo laboratórios e cantina, não só para os cursos existentes, mas para outros cursos de Engenharia que se justificam pedagogicamente para fomentar sinergias entre diferentes áreas tecnológicas, de organização e gestão industrial, e tornar a escola financeiramente viável por partilhar os custos entre docentes e disciplinas comuns. Já descontando a área a vender para habitação, a escola ficará a dispor de uma área de 12 700 m<sup>2</sup>, superior à que dispõe atualmente, que permite novas construções. A escola encontra-se situada numa das melhores zonas da Cidade (as Abadias) e dispõe de acessos de muito melhor qualidade e segurança que os atuais da quinta do seminário. Estas instalações constituem um bem patrimonial que poderá ser

possibilidade de se transferir o curso de Engenharia Industrial da Figueira da Foz, onde não abundavam alunos, para Viseu<sup>56</sup>. A Escola Superior de Ciência e Tecnologia seria criada no Centro Regional das Beiras nessa ocasião.

A apreensão estendia-se também a Leiria, onde o défice era também elevado. Foi por isso decidido pelo Conselho Superior criar nova licenciatura em Línguas e Literatura, em 1992, para densificar academicamente o polo de Leiria, onde apenas existia até então o curso de Gestão<sup>57</sup>. Mas em 1994 foi preciso transferir os alunos do 2.º ano do curso de Gestão de Leiria e da Figueira da Foz para Lisboa ou para o Porto, pela insustentabilidade dos cursos naqueles polos, concedendo a Universidade apoio na deslocação<sup>58</sup>.

### **A construção de novos edifícios**

Juntamente com o alargamento académico, verificou-se um aumento muito relevante das instalações, tirando partido dos fundos estruturais europeus que foram postos à disposição do País, após a adesão às Comunidades Europeias, em meados da década de 80

Em Lisboa foi construído o novo edifício da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, da autoria do Arq. Luís Cunha, cujo projeto fora apresentado ao Conselho Superior em finais de 1991<sup>59</sup>, com vista a albergar também a Formação de Executivos, que se começava a lançar no começo dos anos 90. O esforço de angariação de fundos foi coordenado pelo Prof. Valentim Xavier Pintado, que mobilizou o contributo de inúmeras empresas e instituições: Banco Espírito Santo, Banco Comercial Português, Banco Português de

---

vendido, caso o futuro se revele pouco promissor para a escola situada nesta cidade, o mesmo não acontecerá com o património da UCP na Quinta do Seminário.

A viabilidade financeira desta aquisição requer um empréstimo a longo prazo, ou condições equivalentes, que nos três primeiros anos importará um encargo anual médio de 20 000 contos a suportar pelo polo da Figueira da Foz e CRB através de projectos com diversas indústrias e empresas da região ou instituições de investigação nacionais ou estrangeiras. Os projetos já em curso, e que foram sumariamente apresentados ao Conselho, asseguram cerca de metade destes encargos, esperando-se que outros venham a ser estabelecidos durante os próximos 2 anos. Entre o 3.º e 4.º anos após a aquisição, a área para construção será vendida para amortização da dívida.

Na eventualidade de a escola ser contemplada com o PRODEP todo este enquadramento é potenciado pela possibilidade de novas construções e alívio de compromissos financeiros.”

<sup>56</sup> Ata do Conselho Superior de 29 de março de 1996.

<sup>57</sup> Ata do Conselho Superior de 19.06.92.

<sup>58</sup> Ata do Conselho Superior de 3.VI.1994.

<sup>59</sup> Ata do Conselho Superior de 15.11.1991.

Investimentos, Caixa Geral de Depósitos, Banco de Fomento Exterior, Banco Totta & Açores, Telecel, Mundial-Confiança, Alcatel, Fundação Gulbenkian, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Cimpor, Siemens, Montepio Geral, Apifarma, Barraqueiro, Vista Alegre, Soporcel, Nestlé, Unisys, Grão-Pará, Império, Instituto de Participações do Estado, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Também em Lisboa foi construída a Residência Feminina, projetada juntamente com a Igreja de Nossa Senhora das Dores, na Rua Diogo de Macedo, com alguns apoios da Fundação Gulbenkian e da Fundação Oriente. As negociações com a Câmara Municipal foram iniciadas ainda em 1988<sup>60</sup>. As obras foram acompanhadas pelo Eng. Guimarães Lobato. Seria inaugurada por ocasião da celebração dos 25 anos da Universidade, em 1992. A Igreja só seria construída mais tarde.

No Centro Regional do Porto, ampliaram-se as instalações do *campus* da Foz (com a construção, em 1992, da Biblioteca e o aumento dos edifícios escolares), e do *campus* da Asprela (com o avanço da segunda parte do projeto da Escola Superior de Biotecnologia, cujos terrenos seriam comprados em finais de 1993)<sup>61</sup>.

No final do Reitorado, iniciaram-se as obras para albergar a Escola das Artes.

No Centro Regional das Beiras, em Viseu, foi apresentada uma proposta de ampliação das instalações, mediante um acordo de cedência pela Misericórdia local, em 1990, tendo as obras sido adjudicadas<sup>62</sup>. Pouco depois, era tornado público o desejo de criação de uma Universidade do Estado em Viseu<sup>63</sup>. O Primeiro-Ministro Cavaco Silva, ao visitar o Centro Regional de Viseu, em 1993, haveria de garantir que não haveria Universidade estatal em Viseu<sup>64</sup>, o que fez com que fosse elaborado e aprovado em Conselho Superior um plano de desenvolvimento da UCP em Viseu, com vista a dar maior peso às áreas técnicas, as únicas que pareciam ser viáveis<sup>65</sup>. Procedeu-se à construção do novo edifício escolar, ao lado das primeiras instalações adquiridas à Santa Casa da Misericórdia, a cujo auditório se pôs o nome do grande benemérito local Eng. Engrácia Carrilho, que foi Governador Civil e Provedor da Misericórdia de Viseu, e ajudou a implantar a Universidade Católica em Viseu. E em julho de

---

<sup>60</sup> Ata do Conselho Superior de 9.12.1988.

<sup>61</sup> Ata do Conselho Superior de 12.11.93.

<sup>62</sup> Ata do Conselho Superior de 30.3.90.

<sup>63</sup> Ata do Conselho Superior de 11.5.90.

<sup>64</sup> Ata do CS de 26.3.93.

<sup>65</sup> Ata do CS de 26.3.93.

1994 era aprovada a compra à Misericórdia de Viseu dos terrenos contíguos ao *campus* universitário<sup>66</sup>.

Em 29 de março de 1996, o Conselho Superior autorizava a construção do novo edifício da biblioteca. Perante dúvidas expressas sobre a possibilidade de a Universidade cobrir os montantes dos encargos próprios, já que o PRODEP financiava apenas metade do seu custo (260 000 contos), foi dito que o restante seria pago por “apoios mecénáticos”, “para cobrir os montantes que devem ser suportados pela Universidade”<sup>67</sup>. Na realidade, nunca haveriam de existir tais apoios.

Em Braga, a Faculdade de Filosofia alargou as suas instalações com a construção do novo edifício, com apoio de fundos europeus, em que muito se empenhou o seu Diretor Prof. Lúcio Craveiro da Silva.

O maior investimento infraestrutural terá sido, porém, o lançamento do *campus* de Talaíde em Sintra. As negociações com as Câmaras de Oeiras e de Sintra iniciaram-se ainda em 1992, pois existiam hipóteses em ambos os concelhos. Depois de gorada uma tentativa de instalação de novo *campus* em Oeiras, na antiga Fábrica da Pólvora, em Barcarena, o Reitor D. José Policarpo assinou com a Câmara Municipal de Sintra, a 19 de agosto de 1993, um protocolo com vista à cedência à Universidade Católica de um terreno de cerca de 30 hectares, por parte dos seus proprietários, a quem a Câmara, por seu lado, concedia direitos de urbanização de vasta área limítrofe, para a instalação de um *campus* universitário em Talaíde, no topo do Tagus Parque, na confluência com os concelhos de Oeiras e Cascais.

O projeto de criação de uma Faculdade de Engenharia nesse *campus* seria apresentado ao Conselho Superior pelo Prof. Luís Valadares Tavares, em começos de 1994<sup>68</sup>, tendo em vista a candidatura a fundos comunitários, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio. Apesar das insuficiências apontadas ao projeto, seria aprovado pelo Conselho Superior a 7 de janeiro de 1994.

### **Aumento do número de alunos e professores**

A este alargamento académico, de unidades e cursos, bem como de instalações, correspondeu um crescimento do número de alunos, professores e funcionários da Universidade.

---

<sup>66</sup> Ata do Conselho Superior de 15 de julho de 1994.

<sup>67</sup> Ata do Conselho Superior de 29 de março de 1996.

<sup>68</sup> Ata do Conselho Superior de 7 de janeiro de 1994.

**Tabela I**  
 Número de alunos inscritos de 1974 a 1995  
 (Sede de Lisboa)

Anos letivos	Alunos inscritos	Anos letivos	Alunos inscritos
1974/75	186	1985/86	3062
1975/76	383	1986/87	3126
1976/77	735	1987/88	3069
1977/78	872	1988/89	3215
1978/79	1623	1989/90	3507
1979/80	1918	1990/91	3612
1980/81	2187	1991/92	3709
1981/82	2619	1992/93	3952
1982/83	2654	1993/94	4200
1983/84	2768	1994/95	4169
1984/85	2886	1995/96	4340

De 3062 alunos, que a Universidade atingira em Lisboa, em 1985, passou-se, ao fim de uma década, para 4340, ou seja um aumento de quase 42%.

Este aumento de alunos registou-se com a manutenção do Ano Propedêutico, considerado não uma obrigação imposta pelo Estado, mas como “inovação da Universidade Católica”<sup>69</sup>. Essa manutenção, que encontrou de início alguma resistência por parte do Ministério da Educação, acabou por ser aceite, já que se entendeu “não se aplicar à UCP a obrigatoriedade da prova geral de acesso” (PGA)<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> Ata do Conselho Superior de 10.3.89.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

**Tabela II**  
 Receitas das propinas dos alunos inscritos

Anos letivos	Propinas	Anos letivos	Propinas
1974/75	644	1985/86	251 648
1975/76	1499	1986/87	303 515
1976/77	5286	1987/88	337 797
1977/78	15 130	1988/89	399 325
1978/79	36 250	1989/90	506 290
1979/80	44 321	1990/91	667 500
1980/81	60 734	1991/92	784 350
1981/82	89 602	1992/93	1 016 140
1982/83	112 380	1993/94	1 179 210
1983/84	147 555	1994/95	1 294 215
1984/85	188 230	1995/96	1 444 120

O montante recebido das propinas aumentou ainda em maior proporção: dos 251 648 contos que se recolhiam em 1985, passou-se no final de uma década, para 1 444 120 contos, traduzindo um aumento de 473,86%.

De igual modo, o orçamento da Universidade conheceu um crescimento exponencial, passando dos 890 355 contos, em 1988, para os 6 148 945 contos em 1996. O Subsídio do Estado era, segundo proposta apresentada em 1989, de 30 contos por aluno. E era distribuído consoante o número de alunos das unidades, deduzida uma percentagem para os serviços centrais (que incluía uma bonificação para a Faculdade de Teologia)<sup>71</sup>. Em finais de 1990, 40% desse subsídio era atribuído à Reitoria, para a constituição de um Fundo de Reserva, por medida prudencial. Em 1992 o subsídio oficial do Estado atingia já os 317 000 contos, incluindo os apoios sociais. Esses apoios traduziam-se já, em finais de 1991, na recolha para um fundo de apoio aos estudantes carenciados de 5% do orçamento de todas as unidades<sup>72</sup>. Ao renovar o subsídio, em 1992, o Ministério solicitou à Universidade a elaboração de um plano de desenvolvimento estratégico, que seria apreciado pelo Conselho Superior em março de 1993.

O número de professores acompanhou também este crescimento de alunos e de propinas. Em 1996 era esta a distribuição dos professores da UCP pelas várias unidades:

<sup>71</sup> Ata do Conselho Superior de 2.2.90.

<sup>72</sup> Ata do Conselho Superior de 13.12.1991.

Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais	195	
Escola de Pós-Graduação – Lisboa	30	
Faculdade de Ciências Humanas	130	
Faculdade de Direito – Lisboa	73	
Faculdade de Teologia – Lisboa	46	474
Escola Superior de Biotecnologia	68	
Escola de Pós-Graduação – Porto	71	
Faculdade de Direito – Porto	62	
Faculdade de Teologia – Porto	33	234
Escola Superior de Ciência e Tecnologia	34	
Faculdade de Ciências Humanas – Leiria	33	
Faculdade de Letras – Viseu	60	
IUDPS – Viseu	57	184
Faculdade de Filosofia	65	
Faculdade de Teologia – Braga	28	93

Muitos destes professores eram professores de universidades do Estado. A Universidade Católica estabeleceu, com o tempo, protocolos com várias universidades do Estado, para regular essa colaboração, no âmbito do CRUP. Mas apostou desde cedo na formação de um corpo docente próprio, quer enviando assistentes para doutoramento nas melhores universidades estrangeiras, quer promovendo mestrados e doutoramentos nas próprias escolas, quer acolhendo doutorados noutras universidades. Em 1989 foi mesmo introduzido um regime de dedicação exclusiva, contraposto ao de dedicação integral, com vista a fixar professores exclusivamente na Universidade<sup>73</sup>, e foi elaborada uma proposta de “Bases para uma política de contratação de docentes na UCP”.

Por seu lado, este crescimento fazia aumentar o corpo docente próprio que a Universidade pretendia passasse a emparceirar com os professores das universidades oficiais que tinham aceitado dar o seu contributo ao seu lançamento. Por isso, a 24 de julho desse ano de 1990 era aprovado pelo Magno Chanceler o novo Estatuto da Carreira Docente da UCP. Os professores da UCP eram

<sup>73</sup> Ata do Conselho Superior de 2.6.1989.

equiparados aos das universidades do Estado, para efeitos de carreira, de aposentação e de assistência social.

Ao debater-se em Conselho Superior o projeto de Estatuto da Carreira Docente da UCP, mereceu particular atenção o problema do recrutamento, tendo-se salvaguardado o “recrutamento por convite” a par do “recrutamento por concurso”, bem como a homologação dos contratos pelo Magno Chanceler<sup>74</sup>.

No entanto, esse Estatuto da Carreira Docente da UCP teve dificuldade em ser reconhecido oficialmente, obrigando a Universidade a reger-se pela lei geral do trabalho, e dificultando assim a “constituição de um corpo docente a partir das diversas etapas de avaliação do mérito e não a partir de um vulgar contrato de trabalho que se torna definitivo pouco tempo depois”. A Universidade refugiou-se no subterfúgio de considerar os assistentes não como trabalhadores mas como “pessoas em período de formação, recebendo não um vencimento, mas bolsas de estudo”. O problema só viria a ser resolvido já nos primeiros anos do século XXI, com a publicação de acórdãos de Tribunais da Relação, que reconheceram o valor jurídico-laboral do Estatuto da Carreira Docente da UCP, à semelhança do que acontecia nas universidades de Estado.

Com o aumento do número de alunos e de professores, aumentou também o número de graus. Os doutoramentos, ao longo dos oito anos dos mandatos de D. José Policarpo, foi de 36, com realce para os de Filosofia (9), Economia (5), Direito (7) e Biotecnologia (12). E os graus de Mestre foram, nesse mesmo período, 231, ocupando a enfermagem o maior número (87), logo seguida do Direito (48) e das Ciências da Educação (31).

## **A reformulação do Estatuto oficial da Universidade**

Este desenvolvimento acompanhava o surto do ensino superior em Portugal. As universidades de Estado não eram capazes de absorver todo o crescimento da procura. Por isso, se fundaram novas universidades privadas (Livre, Lusíada, Autónoma, Lusófona, Moderna, Internacional, Independente, Europeia...), cujo aparecimento colocou à Universidade Católica necessidade de uma nova definição estatutária. Com efeito, o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não era aplicável à Universidade Católica, fundada por um sujeito de direito público internacional, e não por qualquer entidade privada.

Foi por isso que um novo Decreto-Lei n.º 128/90, assinado pelo Ministro da Educação Eng. Roberto Carneiro<sup>75</sup>, conferia à Universidade Católica

<sup>74</sup> Ata do Conselho Superior de 11.5.1990.

<sup>75</sup> Engenheiro químico, professor da Universidade Católica Portuguesa.

Portuguesa novo estatuto, com ampla autonomia (institucional, pedagógica, administrativa, disciplinar) e liberdade de criação de unidades e cursos. A redação do decreto pertenceu ao Prof. Doutor António Luciano de Sousa Franco, que introduziu no texto o que de há muito defendia acerca do enquadramento jurídico da Universidade Católica, nomeadamente a referência ao artigo 3.º da Concordata de 1940. A UCP, como organismo da Igreja Católica em Portugal, gozava da liberdade organizativa que aquela lhe conferia.

O anterior Estatuto, aprovado ainda em tempos do marcelismo, era devedor do “modelo de estrutura universitária então vigente nas universidades do Estado”, que moldava também o da “nova Universidade não estatal”. O estatismo repercutia-se na “necessária autorização pelo Estado dos cursos que viessem a ser criados”, exceto o das ciências eclesásticas, “e mesmo para esses afirma-se a obrigação de comunicar ao Ministério as disciplinas ensinadas em cada ano”<sup>76</sup>.

O alcance do novo Estatuto, sublinhando a *natureza pública* da UCP, deixou-o explicado D. José Policarpo, no seu relatório reitoral:

*“O desenvolvimento do ensino superior privado e cooperativo traz à UCP um problema novo. Pela sua natureza de Universidade da Igreja, instituição pública como o estado; pela base jurídica que a enquadra, um acordo internacional; pela sua vocação de serviço e de instituição não lucrativa, o estatuto de universidade privada não podia aplicar-se-lhe. Por outro lado, a tradicional identificação entre público e estatal na concepção jurídica portuguesa, dificulta a classificação da UCP como Universidade Pública. Era preciso encontrar e definir um ‘tertium genus’ jurídico.*

*“A primeira atitude a ser tomada, nesta linha, foi a recusa, manifestada junto do Ministro da Educação, de a incluir entre as universidades a quem se aplicava o primeiro diploma regulamentador do Ensino Superior Particular e Cooperativo, o Decreto-Lei n.º 100-B/85, de 8 de Abril. De facto este diploma, tanto no seu Preâmbulo, como no seu artigo 36.º, exclui a Universidade Católica Portuguesa do seu âmbito de aplicação.*

*“A partir daí enceta-se um processo de diversas intervenções, na linha de afirmar e definir, para a UCP, o tal ‘tertium genus’ jurídico.*

*“A primeira linha seguida foi a de definir a UCP como ‘Universidade Pública não estatal’. Esta linha foi sendo aceite, de modo particular no seio do CRUP, o que justificou a entrada da UCP como membro de pleno direito naquele Conselho. Quero ressaltar, com gratidão, a defesa que desta tese sempre fez o Prof. Doutor Rui Alarcão, jurista insigne e Reitor da Universidade de Coimbra.*

<sup>76</sup> D. José Policarpo, *Relatório do Reitor (1988-1996)*, UCP (ciclostilado), p. 6.

*“Mas outros juristas, igualmente insignes, devido à identificação entre público e estatal têm dificuldade em o afirmar claramente. Preferem definir a UCP como sendo de ‘natureza publicista’. Mas o tal ‘tertium genus’ está adquirido. A Universidade católica nunca mais foi identificada, pelos sucessivos governos e pela opinião pública, como uma universidade privada, sendo habitualmente tida em conta a sua natureza pública ou ‘publicista’. Nos documentos oficiais do Ministério da Educação têm surgido três categorias de universidades: Públicas, de Direito Concordatário e Privadas. Este é um aspecto que merece atenção continuada, no futuro, pois, por vezes, basta uma palavra ou uma entrelinha num qualquer diploma, para pôr em questão todo um caminho feito.”<sup>77</sup>*

Este estatuto de “Universidade Pública mas não estatal” fora defendido em vários pareceres jurídicos, solicitados pela Reitoria, subscritos por inúmeros e notáveis juristas, como foi o caso do Parecer do Prof. Afonso Rodrigues Queiró, emitido em junho de 1985<sup>78</sup>, e outro, assinado por vários professores em dezembro de 1986<sup>79</sup>.

### **Novos Estatutos internos da Universidade**

Na sequência desse novo Estatuto oficial, foram aprovados a 11 de outubro de 1993, os novos Estatutos da Universidade Católica Portuguesa<sup>80</sup>, redigidos pelo Vice-Reitor Prof. Mário Júlio de Almeida Costa, consagrando o modelo federativo de vários Centros Regionais. A sua urgência e a sua orientação deixou-as sublinhadas D. José Policarpo, no relatório final do seu Reitorado.

*“Os primeiros Estatutos da UCP foram elaborados num tempo em que a Universidade era pouco mais do que um projecto e um sonho. O seu desajuste em relação à realidade presente era notório em muitos dos seus capítulos e já sentida na reitoria*

<sup>77</sup> *Ibidem*, pp. 6-7.

<sup>78</sup> Também assinado pelos Profs. Mário Júlio de Almeida Costa, Jorge Miranda e António Sousa Franco, seria entregue ao Presidente Mário Soares e ao Ministro da Educação João de Deus Pinheiro, já depois de publicado o Dec.-Lei n.º 100 B/85 que regulava a fiscalização do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

<sup>79</sup> Além dos subscritores do Parecer anterior, assinaram também este novo Parecer os Profs. Diogo Freitas do Amaral, Marcelo Rebelo de Sousa e Rui de Moura Ramos, sustentando que não se aplicava à UCP a fiscalização do Ensino Superior Particular e Cooperativo, porque a UCP fora criada ao abrigo de um instrumento de Direito Internacional.

<sup>80</sup> Redigidos pelo Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida e Costa, professor de Direito em Coimbra, Ministro da Justiça, entre 1967 e 197, Presidente da Câmara Corporativa, entre 197 e 1974, e Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

*anterior. Muitas das dimensões da vida da universidade regiam-se por regulamentação avulsa, extra-estatutária e, por vezes até, anti-estatutária.*

*“Num primeiro momento aflorou no Conselho Superior uma estratégia que consistia em ir revendo, a pouco e pouco, os capítulos mais urgentes até se chegar a uma revisão global. Assim, e nessa óptica, chegaram a ser revistos isoladamente os artigos referentes à Comissão de Gestão Financeira. Mas a morosidade deste processo não era compatível com a urgência da Universidade de ter um Estatuto actualizado. A Reitoria elaborou, então, uma proposta de revisão global, que apresentou ao Conselho Superior. Os novos Estatutos revistos mereceram a aprovação da Congregação para a educação católica em 11 de Outubro de 1993, e foram promulgados por Decreto do Magno Chanceler de 1 de Novembro de 1993, no 26.º aniversário da fundação da UCP. As principais linhas de força destes novos Estatutos são as seguintes:*

*“1. Enquadramento no espírito da nova Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas ‘Ex Corde Ecclesiae’, publicada em 15 de agosto de 1990.*

*“A Universidade insere-se no horizonte mais global da missão da Igreja enquanto serviço específico à comunidade eclesial e humana (art. 3.º). A Universidade Católica corporiza, assim, as relações da Igreja com a comunidade humana, de modo particular nas dimensões cultural e científica, no espírito da Constituição Pastoral ‘Gaudium et Spes’ do Concílio Vaticano II. É, por vocação e natureza, uma instituição de fronteira, onde a comunidade eclesial e o mundo da ciência e da cultura se cruzam continuamente.*

*“Esta característica inspira os princípios enformadores da Universidade Católica (cap. II). Sem estar dispensada de cumprir as exigências científicas e pedagógicas de qualquer boa universidade, estes princípios enformadores constituem a sua diferença, a ser aceite e respeitada por quantos nela estudam ou trabalham ou com ela se cruzam nas variadas formas de colaboração.*

*“2. Estrutura Organizativa da UCP*

*“Para responder às exigências da dispersão geográfica, cria-se a figura de Centro Regional. Concebido com o dinamismo de uma pequena universidade, devendo ser constituído por um mínimo de três escolas ou cursos, abrigando, pelo menos, uma sede de unidade básica, é a estrutura que garantirá a expansão da Universidade de forma enquadrada com as diversas regiões, no exercício de uma justa autonomia, e ao mesmo tempo promoverá a unidade de toda a Universidade. Assim não haverá, na UCP, unidades isoladas; cada pólo deve estar inserido na estrutura de um Centro Regional.*

“Criaram-se a partir daí, três Centros Regionais: o de Lisboa, que abrigará sempre a Sede da UCP, onde estão sediados os órgãos centrais de toda a Universidade, e que integra a Faculdade de Teologia, a Faculdade de Ciências Humanas, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. Tem um único pólo, o da Palma de Cima, embora possa vir a enquadrar outros, como a seu tempo se verá; o Centro Regional do Porto, que integra a Escola Superior de Biotecnologia e as extensões dos Cursos de Teologia, de Direito, de Administração e Gestão de Empresas e de Economia. Tem dois pólos, o da Foz e o da Asprela; o Centro Regional das Beiras, com sede em Viseu, composto pelas seguintes escolas: Faculdade de Letras, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social, Escola Superior de Ciências e Tecnologia e as extensões dos Cursos de Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras Aplicadas, Estudos Portugueses e Comunicação Social e Cultural (variante de Comunicação Cultural). Este Centro Regional tem três pólos: Viseu, Figueira da Foz e Leiria.

“Resta-nos o caso, de certo modo anacrónico, de Braga, que, por ter apenas duas escolas, a Faculdade de Filosofia e o núcleo da Faculdade de Teologia, uma dependente da Companhia de Jesus, outra da Arquidiocese de Braga, nunca foi formalmente constituído em Centro Regional. Tendo a Faculdade de Filosofia vários cursos, penso que, uma vez equacionados os problemas decorrentes da especialidade da Faculdade de Filosofia e da sua regular inserção na vida da Universidade, é urgente caminhar para a formalização deste Centro Regional.

### “3. Estrutura de Governo da UCP

“Neste capítulo, a revisão estatutária tocou, sobretudo, nos órgãos nacionais de governo de toda a Universidade e criou os órgãos de governo dos Centros Regionais. No governo das unidades básicas, tocou-se apenas num órgão colegial: desapareceu a Congregação e autonomizou-se o Conselho Científico.

“3.1. Nos órgãos hierárquicos superiores desapareceu a Comissão Episcopal para a Universidade Católica, permanecendo, apenas, a Conferência Episcopal Portuguesa. Aliás, definiu-se a sua intervenção como sendo de natureza pastoral e não académica (cf. art. 26.º). A intervenção de cada Bispo das dioceses onde estejam implantadas escolas da UCP poderá revestir-se de qualidade académica, nos casos em que o Magno Chanceler haja por bem delegar nele parte dos seus poderes, nos termos do art. 23.º, n.ºs 4, 5 e 6.

“3.2. Os órgãos individuais de governo de toda a UCP continuaram a ser o Magno Chanceler e o reitor. As competências do Magno Chanceler foram definidas a partir do seu cargo académico e não enquanto representante da Congregação para

*a Educação Católica ou Presidente da Comissão Episcopal para a Universidade Católica, como acontecia nos anteriores Estatutos.*

*“3.3. Os órgãos colegiais de governo de toda a Universidade passaram a ser o Conselho Superior, o Conselho de Reitoria e o Conselho de Gestão Financeira.*

*“Mereceram atenção particular os dois órgãos colegiais que assessoram o Reitor no governo habitual da Universidade: o Conselho de Reitoria, órgão representativo de toda a Universidade, a quem compete garantir os critérios de unidade no meio da dispersão territorial; e o Conselho de Gestão Financeira, órgão crucial no garantir da unidade de gestão financeira, administrativa e contabilística de toda a Universidade, velar pelo seu património e garantir-lhe os meios de que necessita. São órgãos de assessoria ao Reitor que, aliás, os pode reunir num único órgão, nos termos do art. 29.º, n.º 2.*

*“3.4. O governo dos Centros Regionais*

*“Era matéria estatutária nova, a exigir imaginação e prudência, tendo em conta uma dupla dimensão: participar no governo central da Universidade e garantir, no espírito de unidade, a harmonia, especificidade e autonomia de cada núcleo da UCP.*

*“Consagrou-se como órgão individual de governo da UCP o Presidente, procurando pôr termo à ambiguidade de denominações e funções das pessoas que, até aí, tinham dinamizado os núcleos regionais. É um órgão de Governo Académico original da UCP, fruto da sua orgânica específica. A maior parte dos seus poderes são delegados pelo Reitor.*

*“Como órgão do Centro Regional, criaram-se a Comissão Administrativa e o Conselho Académico, este ainda não implementado, sendo urgente que o seja, pois nele encontram expressão sectores da comunidade académica que a não têm noutros órgãos.”<sup>81</sup>*

Este esforço regulamentador da vida da Universidade seria acompanhado pela aprovação e regulamentação de estatutos de Centros Regionais, das diferentes Faculdades, bem como de regulamentos de concursos de recrutamento de professores (assistentes, auxiliares, etc.) e ainda regulamentos de obtenção de graus (mestrados, doutoramentos e agregações) e de apoio social.

Foram também fixadas as “Directrizes para as admissões e carreiras do pessoal não docente”, com o aumento do número de funcionários não docentes da Universidade, tendo sido introduzido o concurso como método de seleção,

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, pp. 8-10.

definido as carreiras profissionais e níveis de vencimento, regras de promoção e de requalificação profissional, por mérito ou por períodos de tempo.

Os novos Estatutos continuaram a prever o lugar de Secretário-Geral, nunca provido, tendo sido nomeado o Dr. Henrique Mota, antigo aluno e assistente da Faculdade de Direito. Foram igualmente criadas várias Direções de Serviços: Serviços Administrativos e Financeiros; Serviços Gerais<sup>82</sup>; Serviços Escolares; Serviços de Informática; Serviço de Pessoal<sup>83</sup>; e o Centro de Publicações<sup>84</sup>, cuja reprografia se transformou em Tipografia, e que integrava a Secção de Folhas, a Livraria, e a Universidade Católica Editora, criada em 1995, que editava para além das revistas da Universidade, várias obras de professores seus<sup>85</sup>.

A Biblioteca, que começou antes mesmo da abertura da sede, orientada por D. Manuel Falcão, passou a ter um diretor executivo em 1974 – o Pe. Edgar Damásio. Em 1986, foi nomeado diretor o Prof. João Luís César das Neves. Em 1987, passou para o novo edifício, passando a chamar-se Biblioteca João Paulo II, passando as funções de direção para o Vice-Reitor Prof. Manuel Isidro Alves, a que sucedeu em 1995 o Vice-Reitor Prof. Pio Alves de Sousa. A sua informatização foi apoiada pela FLAD, na sua primeira fase<sup>86</sup>.

Entre os serviços de apoio aos estudantes, destacavam-se a capelania<sup>87</sup> (com serviço litúrgico, preparação para os sacramentos da iniciação cristã e dinamização de grupos apostólicos, entre os quais sobressaíram o GASUC (Grupo de Ação Social da Universidade Católica), com atividades em bairros degradados e prisões, e o GASAFRICA, com idênticas atividades em países africanos de expressão portuguesa.

---

<sup>82</sup> Os Serviços Centrais compreendem os serviços de segurança, de limpeza, de manutenção, de restauração, de pequenas obras, de gestão de espaços, de receção e expedição de correio, de eletricidade, de jardinagem.

<sup>83</sup> Ocupava-se do processamento dos vencimentos, dos descontos legais, da celebração de contratos, do recrutamento e seleção de pessoal não docente, da avaliação do seu desempenho, da Medicina do Trabalho e Curativa, das festas e férias do pessoal.

<sup>84</sup> Eram seus diretores: Serviços Administrativos e Financeiros, Pe. Torres Lima; Serviços Gerais, Coronel João Paiva Brandão; Serviços Escolares, Dr. José Allen Fontes; Serviços de Informática, Eng. Jorge Cerol; Serviço de Pessoal, Dr.<sup>a</sup> Margarida Manaia; Centro de Publicações, Dr. Duarte da Cunha.

<sup>85</sup> A tipografia seria vendida para o estrangeiro no reitorado subsequente do Prof. Isidro Alves, embora o seu pagamento se tenha dilatado até final da primeira década do século XXI.

<sup>86</sup> Ata do Conselho Superior de 9.12.1988.

<sup>87</sup> Foram capelães sucessivamente os Padres Robson, Luís Cruz, Frei José Nunes e Tolentino Mendonça.

Os Serviços de Apoio Social aos estudantes<sup>88</sup>, dotado de algumas assistentes sociais, prestava apoio financeiro, analisava pedidos de redução ou isenção de propinas, de bolsas de estudo (atribuídas por várias instituições), prestava ajuda pessoal, jurídica e psicológica. A partir de 1993 passou a existir a Residência Universitária Feminina (RUF). A percentagem de alunos apoiados chegou a atingir o valor de 9,6%.

Os estudantes lançaram as suas próprias Associações, que colaboravam com a própria Universidade na promoção de várias iniciativas, e criaram tunas, coros e grupos desportivos.

### **A UCP membro do CRUP**

A Universidade Católica passou a fazer parte do Conselho de Reitores das universidades portuguesas, em 1988, sendo seu presidente o Prof. Esperança Pina, Reitor da Universidade Nova. Primeiro com o estatuto de mero observador, mais tarde como membro de pleno direito.

A sua candidatura foi apresentada, juntamente com a da Universidade da Ásia Oriental, que, de natureza privada no início, se tornaria mais tarde na Universidade de Macau.

O Reitor Bacelar e Oliveira s.j. havia sido já membro da Junta Nacional de Educação, antes do 25 de abril, a convite do Ministro Veiga Simão. E começou a participar nas reuniões do CRUP (criado em 1979, pelo Dec.-Lei n.º 107/1979, de 2 de maio) logo em 1986, vindo a Universidade Católica a ser admitida, como observador, apenas em 1988.

A Universidade Católica haveria também de aderir à criação da Fundação das universidades portuguesas, constituída no âmbito do CRUP em 1993<sup>89</sup>, e sediada em Coimbra.

### **A investigação científica: os Centros de Estudo**

Os Centros de Estudo foram nascendo, naturalmente, no interior das Faculdades. Com o tempo, adquirindo natureza interdisciplinar, tornaram-se dependentes da Reitoria que, para os coordenar, criou no início da década de 90, o Instituto de Coordenação da Investigação Científica, para cuja direção foi chamado Manuel Braga da Cruz.

---

<sup>88</sup> Era sua Diretora a Dr.ª Margarida Abreu, mais tarde substituída pela Dr.ª Zulmira Miller Guerra Marinho Antunes.

<sup>89</sup> Ata do CS de 9.7.93.

Os primeiros Centros foram o Centro de Estudos Aplicados e o Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

O primeiro, dedicava-se à realização de estudos aplicados sobre projetos, para o Estado, para as Empresas e, até, para países estrangeiros, sobretudo nas áreas da Economia e do Direito. Foi dirigido pelos Profs. Fernando Adão da Fonseca e José Amado da Silva.

O segundo, vocacionada para as culturas lusófonas, e para o mundo de expressão portuguesa, promovia estudos interculturais, realizava colóquios, publicava as suas atas. Passou a publicar a revista *Povos e Culturas*. Foi-lhe reconhecida autonomia financeira. Seu diretor e grande impulsionador seria o Eng. Roberto Carneiro, depois de deixar o cargo de Ministro da Educação<sup>90</sup>.

Para além destes, surgiram, fortemente ligados à Faculdade de Teologia, o Centro de Estudos de História Religiosa e o Centro de Estudos Sociais e Pastorais (CESP), mais tarde transformado no Centro de Estudos de Religiões e Culturas.

O primeiro reunia investigadores de história da Igreja e de história religiosa, quer da Universidade Católica quer de outras instituições, e promovia iniciativas académicas nestas áreas. Tendo recebido a tradição da 1.ª Série da revista *Lusitania Sacra*, continuou a sua publicação numa 2.ª Série. Promoveu Congressos Internacionais, como o da História da Missiologia Portuguesa e Encontro de Culturas, por ocasião da comemoração dos 5 séculos de evangelização portuguesa pelo mundo, cujas Atas publicou em 4 volumes, colaborou em projetos de recuperação e organização de arquivos da diocese de Cochim; colaborou na edição do *Dicionário de História Religiosa* e do *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, coordenados pelo Prof. Carlos de Azevedo e promoveu cursos intensivos sobre História Religiosa destinados a professores de História do ensino secundário. Teve a dirigir-lo os Profs. Montes Moreira (futuro Bispo de Bragança-Miranda), Manuel Clemente (futuro Bispo do Porto e Cardeal-Patriarca de Lisboa) e Carlos de Azevedo (futuro Bispo Auxiliar de Lisboa), todos da Faculdade de Teologia.

A fundação do segundo, dirigido pelo sociólogo Manuel Luís Marinho Antunes, foi apoiada pela diocese de Colónia, e por isso tomou o nome do Cardeal Höffner. Fez importantes estudos para a Conferência Episcopal Portuguesa, sobre festas populares e sobre a prática dominical. Realizou um estudo sobre seitas religiosas no Patriarcado de Lisboa. Organizou cursos intensivos sobre a Doutrina Social da Igreja e colaborou com várias dioceses.

---

<sup>90</sup> Cf. José Miguel Sardica, *Redes de conhecimento. História do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, CEPCEP-UCP, 2017.

Particular relevo assumiu também o Centro de Estudos de Direito Canónico, que publicava a revista *Forum Canonicum*, e dava apoio à Associação dos Canonistas Portugueses, organizando com ela as Jornadas de Direito Canónico, cujas atas foi publicando regularmente numa coleção intitulada *Lusitania Canonica*. Organizou umas Jornadas sobre a Concordata entre Portugal e a Santa Sé, nos 50 anos da sua assinatura. Preparou o terreno para o lançamento, anos mais tarde, da licenciatura em Direito Canónico. Fundado pelo Prof. António Leite, seria dirigido nestes anos pelo Prof. Manuel Saturino Gomes.

O Centro de Estudos Europeus nasceu da criação, na Faculdade de Ciências Humanas, de um Centro de Documentação Europeia – o primeiro a ser criado em Portugal – sugerido ao Diretor pelo antigo Embaixador na Alemanha e junto das Comunidades Europeias, Prof. Ernâni Lopes, que foi convidado para o dirigir. O Centro de Estudos foi pioneiro em Portugal, e teve relevante atividade na preparação dos quadros portugueses para as instituições comunitárias de Bruxelas e de técnicos especializados em assuntos europeus para a administração pública portuguesa. Organizou cursos de Pós-Graduação em Estudos Europeus e, mais tarde, instituiu um Mestrado em Estudos Europeus, com uma variante económica e outra jurídica.

O Centro de Estudos de Problemas e Informação, dirigido pelo Prof. Valadares Tavares, dedicado à problemática da informação nas organizações, aliava o contributo das ciências humanas à investigação operacional, à engenharia de sistemas e às tecnologias da informação. Estudou particularmente problemas de formação profissional, geração de emprego e mobilidade ocupacional, estratégia de internacionalização das empresas portuguesas, sistema de informação e avaliação de impactes de grandes empreendimentos (Quadros Comunitários de Apoio e Expo 98), e questões relacionados com informação e desigualdades sociais e regionais.

Por último, o GEPOLIS, sob a direção do Prof. Mendo Castro Henriques, dedicava-se à Filosofia Social e Política.

Os centros reuniam não apenas professores da Universidade Católica, mas também colaboradores externos, de outras Universidade e instituições, constituindo plataformas de cooperação académica nacionais e internacionais.

A par dos Centros de Estudo devotados à investigação, outros existiam de prestação de serviços, entre os quais o CESOP – Centro de Estudos e Sondagens à Opinião Pública – que se começou a notabilizar e credenciar pelo rigor e isenção das sondagens pré-eleitorais, que lhe valeriam a parceria com a RTP1 e outros órgãos de comunicação radiofónica e impressa.

## Publicações

Com o desenvolvimento da investigação científica e estudos aplicados, cresceu também o número de publicações: revistas, boletins, livros e coleções, que originaram a criação da Universidade Católica Editora, e a aquisição, para esse efeito, de uma tipografia.

Entre as principais revistas da Universidade contavam-se, para além das já citadas (*Povos e Culturas* e *Lusitania Sacra*) a *Didaskalia* (da Faculdade de Teologia-Lisboa), *Direito e Justiça* (da Faculdade de Direito), *Economia* (da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais), *Gestão e Desenvolvimento* (do IUDPS de Viseu), *Humanística e Teologia* (da Faculdade de Teologia-Porto), *Máthesis* (da Faculdade de Letras de Viseu), *Theologica* (da Faculdade de Teologia-Braga), para além da tradicional e antiga *Revista Portuguesa de Filosofia* (da Faculdade de Filosofia de Braga).

Além das revistas, publicavam-se boletins de Centros (*Forum Canonicum*, *Gepolis* do Gabinete de Estudos em Filosofia Ética, Política e Religiosa, *Notícias da ESB*, Escola Superior de Biotecnologia).

A UC Editora deu também início à publicação de manuais de professores da Universidade, e de teses de doutoramento, para além das Atas de Conferências e Colóquios, e ainda de estudos e monografias nas várias áreas académicas da universidade.

## Novos projetos

A Universidade tinha consciência da necessidade de abertura a novas áreas, em especial as das Ciências da Vida e da Saúde e da Engenharia.

Entre os novos projetos, iniciados neste Reitorado, avulta o da Faculdade de Medicina, velho anseio da Universidade. Foi constituída uma Comissão para estudar a criação quer da Faculdade, quer do Hospital que lhe deveria estar associado, em que se obteve a colaboração dos Hospitais Universitários de S. Lucas da Universidade de Leuven, da Bélgica, através do seu Diretor Prof. Jan Peers.

Quando o Estado pôs a concurso a gestão privada do Hospital Fernando da Fonseca, da Amadora-Sintra, a Universidade preparou-se para concorrer, tendo porém desistido de o fazer, pela falta de clareza das regras do concurso. Foi no entanto constituído um Grupo de Trabalho, apoiado por um grupo mais alargado de peritos, que estudou a viabilidade económica e financeira do novo Hospital, a sua conceção e localização. A lentidão do Ministério em definir os termos de colaboração do referido hospital, com uma eventual Faculdade,

impediu o prosseguimento das negociações com vista ao financiamento do projeto.

Outro grande projeto lançado neste Reitorado terá sido o de uma Escola Superior de Agronomia e Recursos Naturais nas Caldas da Rainha, para a qual se criou uma Associação de Estudos do Oeste Ramalho Ortigão, de que eram sócios da Universidade a Câmara Municipal e a Paróquia das Caldas da Rainha, e que se candidatou a fundos comunitários para criar, a partir de uma intervenção da Escola Superior de Biotecnologia do Porto, uma investigação alargada às áreas da Agricultura. Após um contrato de comodato com o Patriarcado, para cedência das instalações do antigo Colégio diocesano Ramalho Ortigão, o Conselho Superior aprovou em 5 de julho de 1996 a criação da Escola Superior de Biotecnologia, como extensão do Porto, que entrou em funcionamento nesse ano, mas que não veio a ter desenvolvimentos.

No Centro Regional do Porto, começou a conceber-se a criação de uma Escola das Artes, a instalar na antiga Cadeia da Relação, que viria porém a estabelecer-se posteriormente no *campus* da Foz, com verbas do PRODEP.

## **Relações internacionais**

Para além da pertença à Federação Internacional das Universidades Católica (FIUC), a cuja direção o Reitor D. José Policarpo pertenceu como Vice-Presidente para a Europa, a Universidade Católica Portuguesa fez parte da Federação das Universidades Católica Europeias (FUCE), sendo o seu Reitor membro do Conselho de Administração; foi membro da Conferência de Reitores Europeus, que daria origem posteriormente à Associação das Universidades Europeias, e foi ainda membro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

O Reitor participou na Assembleia Geral Europeia da FIUC e no Congresso Mundial das Universidades Católica, em 1989, “onde se analisou e debateu o texto preparatório da Constituição Apostólica sobre as Universidades Católica, bem como o projeto Erasmus”, tendo o mesmo Reitor sido “eleito presidente de um dos grupos de trabalho destinados a apresentar à Sagrada Congregação sugestões de alteração do texto acima referido, tendo em vista, designadamente, os problemas de inserção das universidades católicas nos meios nacionais onde estão implantadas e as questões de ordem ética no quadro da investigação científica”<sup>91</sup>.

---

<sup>91</sup> Ata do Conselho Superior de 28.4.89.

Muitos protocolos se firmaram de cooperação internacional, com destaque para o Convénio de Cooperação Transregional das Universidades do Norte com as Universidades da Galiza, e para os acordos vários com universidades lusófonas. A Universidade participou particularmente nos processos de fundação das Universidades Católicas de Angola e Moçambique, ficando a cooperação com a primeira a cargo da sede em Lisboa, e com a segunda a cargo do Centro Regional do Porto.

Foi ainda nestes mandatos que se desenvolveu a participação da Universidade em vários programas comunitários europeus, entre os quais o Erasmus, que muito contribuiu para o intercâmbio internacional de estudantes.

### **Participação da Universidade no Projeto da Televisão Independente (TVI)**

Convidada a aderir, como outras instituições da Igreja, no projeto de lançamento de um quarto canal generalista de televisão – a TVI – com uma participação no capital social de 3% (70 mil contos), a Universidade aceitaria o desafio, ciente embora dos riscos que lhe estavam associados. Pairavam dúvidas sobre o êxito do projeto, mas não as havia quanto à necessidade de a Universidade se aliar ao projeto, inicialmente liderado pela Rádio Renascença. E não deixavam de se sublinhar as vantagens para a própria Universidade de poder dispor de tão poderoso meio de difusão.

O Conselho Superior analisou pela primeira vez o assunto na sua reunião de março de 1991, tendo decidido favoravelmente a participação da Universidade no próximo aumento de capital<sup>92</sup>.

Em meados do ano seguinte, perante a opção da TVI por uma rede própria de emissão do sinal, visando a criação de serviços para outras instituições, foi necessário proceder a um aumento de capital, tendo sido aprovada a participação da Universidade, com uma verba de 500 000 contos, num consórcio que assumiu o compromisso perante a CGD, que financiava a instalação da rede, de “recompra do material”<sup>93</sup>.

Em novembro de 1993, o Conselho Superior aprovava nova participação no próximo aumento de capital da TVI, mantendo os 3% do capital da empresa, mas autorizando “o Reitor a efectuar um parqueamento de acções, até ao limite

---

<sup>92</sup> Ata do Conselho Superior de 1990.

<sup>93</sup> Ata do Conselho Superior de 19.VI.1992.

de 200 000 contos, confiando-lhe a decisão sobre a oportunidade e o montante da mesma”<sup>94</sup>.

Quando foi criada a Federação dos Meios de Comunicação Social de Inspiração Cristã – NOVA –, a Universidade aceitará participar, através do seu Departamento de Comunicação, ao lado da TVI, da Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) e da Associação de Imprensa Católica (AIC)<sup>95</sup>.

### **Outras participações da UCP**

A Universidade Católica entrou também a fazer parte da Fundação do Infante, sediada no Porto<sup>96</sup>, da AMBELIS (Agência para a Modernização Económica de Lisboa), com uma participação de 1000 contos<sup>97</sup>, e da Fundação Portugal-África, com a contribuição de 1000 contos<sup>98</sup>.

---

<sup>94</sup> Ata do Conselho Superior de 12.XI.1993.

<sup>95</sup> Ata do Conselho Superior de 15.VII.1994.

<sup>96</sup> Ata do Conselho Superior de 15.VII.1994.

<sup>97</sup> *Idem*.

<sup>98</sup> Ata do Conselho Superior, de 3.II.1995.

## Capítulo 5

### **O Terceiro Reitorado: Pe. Manuel Isidro Araújo Alves, 1996-2000**

José Miguel Sardica

“Ser *universidade, católica, portuguesa*, obriga-nos, permanentemente, a um esforço de equilíbrio, de bom senso, de fidelidade. É uma tripolaridade difícil de gerir. Entendemos que a nossa riqueza não passa pela via de um *cinzen-tismo* ou de alguma polarização, mas pela equilibrada afirmação de todas as componentes da nossa identidade. Por isso, temos conseguido afirmar-nos no universo do ensino superior português; por isso, temos podido abrir-nos a toda a sociedade; por isso, somos reconhecidos como parceiros nas mais diversas instâncias universitárias internacionais. Falta dizer, de outro modo, que, como instituição da Igreja Católica, existimos para servir, sem dissimular a nossa identidade e com a humildade de quem sabe que precisa de todos e que o seu nome não é uma etapa ganha, mas uma meta a alcançar.”

Reitor Pe. Manuel Isidro Araújo Alves  
Mensagem para o Dia Nacional da UCP,  
7 de fevereiro de 1999 (itálicos no original)

A 14 de outubro de 1996, em cerimónia decorrida no Auditório Cardeal Medeiros, tomou posse do cargo de Reitor da Universidade Católica Portuguesa o Prof. Pe. Manuel Isidro Araújo Alves. Era o terceiro nome (e o terceiro eclesiástico) a ocupar o mais alto cargo da hierarquia académica da UCP, depois do longo reitorado do Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira (1968-1988), e dos dois mandatos de D. José da Cruz Policarpo (1988-1996). Manuel Isidro Araújo Alves cumpriu apenas um mandato na Reitoria, correspondendo ao quadriénio de 1996-2000. Numa conjuntura importante para a UCP, o seu reitorado constituiu, de certa forma, um tempo ocupado a gerir e a consolidar uma expansão institucional e académica que vinha de trás, mas revelando já algumas incógnitas e preocupações que iriam marcar a vida da instituição no início do século XXI.

Nos anos de 1970 e 1980, a Universidade Católica registara um crescimento exponencial, multiplicando-se nos seus quatro polos e cursos de extensão,

respondendo ao aumento da procura de ensino superior e estabelecendo uma reputação de qualidade que contrastava com alguma instabilidade política e dificuldades materiais das universidades estatais e do restante ensino superior privado. Na segunda metade da década de 1990, a UCP ultrapassou a barreira dos 10 000 alunos e dos 1000 docentes. Todavia, não se podia perder de vista que os cenários de médio e longo prazo eram de (alguma) contração, e não de expansão, por causa da acrescida concorrência estatal, das curvas demográficas descendentes, das flutuações nas taxas de empregabilidade dos diplomados e dos custos de operação da própria UCP. Seria exagerado falar de crise na Universidade Católica, mas o reitorado de Manuel Isidro Alves reuniu, no seu conjunto, sinais por vezes divergentes, de otimismo e de cautela, de investimento e de racionalização, testemunhando o pulsar complexo de uma UCP a atravessar “dores” de crescimento.

Nascido em Vilar de Murteda (uma pequena freguesia do concelho de Viana do Castelo), a 13 de janeiro de 1940, Isidro Alves fez os seus estudos de Humanidades, Filosofia e Teologia, entre 1951 e 1963, no Seminário Arquidiocesano de Braga<sup>1</sup>. Licenciou-se em Teologia, em 1965, na Universidade Gregoriana, e em Ciências Bíblicas, em 1968, pelo Pontifício Instituto Bíblico, ambos em Roma. Seria nesta última instituição que completaria o seu doutoramento, em janeiro de 1979, ano em que se tornou Professor Auxiliar da Faculdade de Teologia da UCP. Ascenderia depois a Professor Associado, em 1986 e, após provas de agregação, realizadas em junho de 1991, a Professor Catedrático. A sua carreira docente não se iniciou, no entanto, na UCP, mas no Seminário Conciliar de Braga, no ano letivo de 1970-1971, de onde transitaria para o Instituto Superior de Teologia de Braga em 1977-1978, tendo sido ainda, no semestre de verão de 1973-1974, professor convidado no Instituto Superior de Estudos Teológicos, em Lisboa. Já na Faculdade de Teologia da UCP, deu aulas durante 19 anos quase ininterruptos (gozou apenas de um ano sabático na Universidade de Harvard, em 1994-1995), inclusivamente já como Reitor, em 1996-1997 e 1997-1998, um biénio em que lecionou o seminário de “Escritos Paulinos”, sobre o apóstolo São Paulo, figura bíblica da sua especial predileção e que fora já tema central do seu doutoramento<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Os dados biográficos e curriculares de Manuel Isidro Araújo Alves a seguir referidos foram retirados de um *Curriculum Vitae* do próprio, disponibilizado ao autor pelos serviços da Reitoria da UCP.

<sup>2</sup> Também já como Reitor, e na área estritamente académica, Manuel Isidro Alves aceitou ser, entre 1996 e 1998, o Presidente da Comissão Científica do importante Colóquio internacional “Teologia e Fenomenologia das Aparições”, com que o Santuário de Fátima e a Faculdade

O currículo de Manuel Isidro Alves é tanto rico pela sua produção científica quanto – e sobretudo – pela diversidade de cargos académicos e responsabilidades institucionais que acumulou ao longo da carreira. Participou, desde 1971, em numerosos Colóquios, Congressos e Semanas de Estudo (em Braga, Fátima, Viana do Castelo, Espanha ou Itália), avultando, em anos consecutivos, as chamadas “Semanas de Teologia”. Publicou quatro livros, diversos artigos na *Enciclopédia Verbo* e vários estudos académicos e resenhas críticas nas revistas *Lumen*, *Communio*, *Humanística e Teologia*, *Didaskalia*, *Bracara Augusta*, *Máthesis* ou *Theologica*. O elevado mérito escolar revelado ainda enquanto aluno valeu-lhe uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, entre 1968 e 1970, que utilizou para prosseguir estudos de especialização na Escola Bíblica e Arqueológica de Jerusalém. Dali regressado, foi sucessivamente Prefeito de Estudos, Bibliotecário e Membro do Conselho Diretivo do Seminário Conciliar de Braga, na década de 1970, e depois Diretor do Instituto de Teologia de Braga, nos anos de 1980. Na UCP, foi sócio fundador e membro da direção da Sociedade Científica, além de diretor da respetiva secção de Teologia (de 1985 a 1996), funções acumuladas, em diferentes momentos, com as de sócio fundador e Presidente da Associação de Teologia e Cultura Cristã, Diretor da Revista *Communio* (entre 1984 e 1989), Diretor das Semanas de Formação Permanente do Clero de Braga, membro da Direção da Sociedade Científica Görres, e Presidente da Comissão Científica para a edição dos *Fátima Monumenta Historica* (entre 1988 e 1991).

Na hierarquia da UCP, a estreia fez-se, na realidade, “por cima”, em 1983, quando o Reitor de então, Pe. Bacelar e Oliveira, convidou Isidro Alves para seu Vice-Reitor. O cargo seria desempenhado durante onze anos, até 1994, cinco deles sob Bacelar e Oliveira (1983-1988) e seis (1988-1994) já na equipa de D. José Policarpo. Os afazeres de Vice-Reitor não impediram Isidro Alves de ser também membro da Direção da Faculdade de Teologia e Coordenador do seu Curso de Ciências Religiosas (1983-1984), Diretor da Faculdade de Teologia e da Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia (1988-1991), Presidente da Comissão Instaladora da (nova) Faculdade de Ciências Humanas (1990-1991), Professor Bibliotecário da Biblioteca Universitária João Paulo II (1988-1994) e Presidente do Centro de Estudos de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira (CELCPB) (1993-1994).

No verão de 1988, quando o Conselho Superior da UCP – em que Isidro Alves tinha assento desde 1981 – se pronunciou sobre o sucessor do Pe. Bacelar e Oliveira, o seu nome ficou em segundo lugar na lista de preferências, atrás

---

de Teologia da UCP solenizaram o 80.º aniversário das aparições marianas de 1917, realizado em Fátima, em outubro de 1997.

de D. José Policarpo, e à frente... do próprio Bacelar e Oliveira (que ainda recolheu votos, apesar de ter já publicamente anunciado a sua indisponibilidade para a recondução no cargo)<sup>3</sup>. Isidro Alves herdou então de D. José a Direção da Faculdade de Teologia, e herdaria depois, em 1996, o lugar de Reitor. Em 1994, ao cabo de onze anos no cargo de Vice-Reitor, partiu para uma sabática nos EUA, de onde voltou, em 1995, para assumir o lugar de Presidente da Comissão de Estudos para o Instituto Interuniversitário de Macau (IIUM)<sup>4</sup>. O cargo ocupou-o apenas um ano. A 17 de maio de 1996, o Magno Chanceler e Cardeal-Patriarca, D. António Ribeiro, informou o Conselho Superior do resultado da consulta efetuada para designação do novo Reitor, no termo do segundo mandato do titular cessante, D. José Policarpo. De entre 17 nomes possíveis, Manuel Isidro Alves recolheu larga preferência, com 19 indicações (11 em 1.º lugar, 7 em 2.º lugar e 1 em 3.º lugar); o segundo candidato mais votado teve apenas 8 preferências (4 em 2.º lugar e 4 em 3.º lugar)<sup>5</sup>. O decreto oficial que o nomeava Reitor da UCP veio da Santa Sé com data de 1 de julho de 1996. No Conselho Superior de dia 5 desse mesmo mês, D. António Ribeiro fez o agradecimento da praxe ao Reitor cessante, D. José Policarpo, e deu as boas-vindas ao novo titular do cargo, o Pe. Manuel Isidro Araújo Alves<sup>6</sup>. Tinha, então, 56 anos de idade e 17 anos (1979-1996) de histórico na Universidade Católica Portuguesa.

Se é lícito interpretar personalidades e estilos, Isidro Alves era formal e institucionalista, um académico teólogo, ou um teólogo académico, muito ciente da especial natureza católica da Universidade e da sua ligação à Igreja – o que não excluía nem excluiu um exercício de reitorado bem atento às necessidades “profanas” da UCP e ao seu lugar no sistema de ensino superior português e internacional. Uma análise do seu discurso de tomada de posse, na cerimónia de 14 de outubro de 1996, permite demonstrar isso mesmo.

O novo Reitor considerava receber o seu mandato “a partir da tradição histórica da Igreja”, remontada aos tempos medievais, e como “missão específica no plano da ação evangelizadora” dessa mesma Igreja<sup>7</sup>. A UCP era uma

<sup>3</sup> *Ata do Conselho Superior da UCP* (doravante ACS), 22.7.1988, p. 1.

<sup>4</sup> Nesse biénio de 1994-1996, Manuel Isidro Alves foi autor de dois importantes contributos escritos para a história da UCP: “A Universidade Católica ao serviço do desenvolvimento do País”, *Máthesis*, n.º 3, 1994, pp. 9-14, e “Notas pessoais para a história da UCP em Viseu”, in *Doze Anos de História*, Viseu, 1996, pp. 35-41.

<sup>5</sup> ACS, 17.5.1996, pp. 2-3.

<sup>6</sup> ACS, 5.7.1996, p. 2.

<sup>7</sup> *Discurso do Prof. Doutor Manuel Isidro Araújo Alves na Cerimónia de Investidura no Cargo de Reitor da Universidade Católica Portuguesa*, documento policopiado (8 pp.), 14 de outubro de 1996, p. 1.

instituição da Conferência Episcopal Portuguesa e o exercício das funções de Reitor derivava desta, a partir da mediação do Magno Chanceler. O sucessor de D. José Policarpo recordava o essencial dos Estatutos da Universidade, nomeadamente os princípios enformadores da sua ação, consignados no art. 3.º, bem como a Concordata e o importante Decreto-Lei de abril de 1990, para enfatizar o quanto a UCP era “uma pessoa moral de direito público”, gozando de um lugar “que a situa ao lado das universidades públicas estatais”, e que a fazia ser, desde 1993, membro de pleno direito do CRUP<sup>8</sup>. Numa “sociedade de pendor marcadamente estatizante”, como era (e é) a portuguesa, o novo Reitor queria, com tudo isto, sublinhar a especificidade do ideário e da missão da Universidade que lhe competia dirigir. O momento, considerava, era de charneira: a UCP era uma instituição ainda “jovem”; tivera uma “longa gestação”, um “nascimento humilde”, uma “infância feliz” e, nos tempos mais recentes, um “crescimento fulgurante”; em 1996, havia que “garantir a indispensável consolidação e a necessária melhoria de qualidade”, procedendo, para tal, “a uma criteriosa avaliação das diversas componentes que a constituem”<sup>9</sup>. A herança recebida por Isidro Alves era sólida e de responsabilidade. Ele mesmo lembrava estar a suceder a “reitores de vulto e prestígio”, com “obra meritória para a Igreja e para a Sociedade portuguesa contemporânea”. Sobre o Pe. Bacelar e Oliveira e sobre D. José Policarpo, dizia: “De ambos tive a dita de ser Vice-Reitor: cinco anos do primeiro, seis do segundo. Foram onze anos de estreita colaboração, de aprendizagem e de amizade.”<sup>10</sup>

A consolidação dessa herança era o ponto de partida para os cenários traçados para o futuro da instituição. Um duplo desafio contextual era identificado: por um lado, “a explosão do crescimento da oferta no ensino superior particular e cooperativo, a par do acentuado incremento na capacidade de resposta das universidades vinculadas ao Estado”, começavam a confrontar-se com “a diminuição demográfica da população escolar”; por outro lado, “a exigência de versatilidade de funções e serviços requerida pela sociedade moderna” chamava por instituições de ensino muito atentas “às novas questões científicas, técnicas e culturais que vão surgindo nos diversos domínios da vida humana”. Neste pano de fundo, a UCP teria de oferecer ensino e investigação científicos e tecnológicos de ponta – para o que dispunha de todos os meios (pessoal docente, instalações condignas, processos de avaliação internos e externos) – e

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp. 1-2.

<sup>9</sup> *Ibidem*, pp. 1 e 3-4.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 1.

uma identidade motivante, que era “reflexo visível daquela Verdade ao serviço da qual ela mesma foi concebida”<sup>11</sup>.

Isidro Alves partia daqui para o detalhe: era urgente selecionar áreas preferenciais a cultivar, eger bons projetos de investigação, bons planos curriculares e bons métodos de ensino, garantindo a colaboração empenhada e o “exemplo de vida” de todos os que constituíam a Universidade. A oferta da UCP tinha de ser diferente, para melhor, da já existente noutras instituições universitárias; e isso só se conseguiria se ela se caracterizasse “pelo rigor técnico e científico, pelo diálogo interinstitucional, pela procura de fidelidade à sua identidade católica, uma identidade em que a abertura a critérios evangélicos e o sentido profundo do Humano são determinantes”<sup>12</sup>. Era esta a mais-valia que precisava de ser potenciada e que, de resto, já era reconhecida por outras universidades, por diversas instâncias governamentais ou pela opinião pública em geral, tanto em Lisboa quanto através dos seus centros ou unidades localizadas em regiões carenciadas do País. Este capital tornava a UCP credora de algo que o Reitor não se esqueceu de invocar na sua cerimónia de investidura: “a comparticipação de custos, tanto pela Igreja como pelo Estado” – no último caso através da “concessão anual de um justo apoio regular inscrito no Orçamento Geral do Estado”, cujo montante, a bem da “liberdade de escolha” e de “oportunidades” dos jovens portugueses, se pedia que fosse aumentado<sup>13</sup>.

No modelo de governança a aplicar, Isidro Alves anunciava querer “dedicar especial atenção às questões que dizem respeito à unidade da UCP nos seus diversos centros e polos, procurando potenciar a riqueza resultante da dispersão geográfica e da estrutura regional”<sup>14</sup>. Externamente, seriam prioritárias as ligações da Reitoria ao CRUP, ao Conselho de Reitores Europeus (CRE) e à Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC). A qualidade não se sacrificaria à quantidade – porque “a dimensão não é um bem em si mesmo, mas antes um meio para que a Universidade possa atingir os seus fins” – e nunca se poderia perder de vista “o rigor da gestão e administração de recursos económicos e financeiros, de modo a solidificarmos a capacidade de satisfação dos compromissos assumidos pela instituição” para com os seus docentes, os seus alunos, os seus funcionários e a sociedade e a comunidade que a rodeavam<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, pp. 2-5.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp. 5-6.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>15</sup> *Ibidem*, pp. 4 e 7.

A terminar, Manuel Isidro Alves deixava uma palavra especial, de apelo à colaboração, dirigida à Congregação Romana da Educação Católica, à Conferência Episcopal Portuguesa, ao Magno Chanceler – o Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro – e ao Conselho Superior, além de um cumprimento agradecido, em forma de “corresponsabilização solidária”, aos três nomes que tomavam então posse como seus Vice-Reitores<sup>16</sup>: Valentim Xavier Pintado, um reputado economista, docente e antigo Diretor da FCEE, José Eduardo Borges de Pinho, docente da Faculdade de Teologia e Diretor da sua revista *Didaskalia*, e D. Pio Gonçalo Alves de Sousa, Diretor-Adjunto do Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia e (já) Vice-Reitor sob D. José Policarpo desde 1994. Na divisão de pelouros de atuação, o primeiro ficou com a área financeira, o segundo com a área académica e o terceiro com a área administrativa.

Os tempos iniciais do reitorado de Isidro Alves foram naturalmente marcados pela dinâmica transiente do anterior reitorado – de consolidação dos polos ou centros regionais da UCP, e de lançamento de novas unidades e cursos – e pela sua efetiva concretização. Ao longo do quadriénio de 1996–2000, Porto, Viseu e Sintra, além da gestão de Lisboa e das questões articuladas de governança e de gestão financeira, seriam as palavras e realidades mais dominantes no quotidiano reitoral.

Em 1994, D. José Policarpo elevava o polo da UCP Porto a “Centro Regional”, dotado, no ano seguinte, de um regulamento próprio. O primeiro grande ato do novo reitorado foi a criação, a 31 de janeiro de 1997, da Escola das Artes do CRP, uma nova unidade de ensino dotada de três licenciaturas (a estreiar em 1997–1998): Som e Imagem, Arte Sacra e Música. Não obstante isto, a relação reitoral com o Porto não foi pacífica durante o reitorado de Manuel Isidro Alves. Em 1998, no termo do mandato do Presidente do CRP, Francisco Carvalho Guerra, o reitor dirigiu a uma prestigiada personalidade académica exterior à UCP convite para assumir aquelas funções. O gesto suscitou ampla resistência provinda da diocese portuense e de muitos dos membros do próprio Centro Regional, despoletando-se assim – nas palavras do próprio Manuel Isidro Alves – “decisões e acontecimentos que ameaçaram pôr em causa a unidade da própria UCP”<sup>17</sup>. Em setembro de 1998, relativamente apaziguados os ânimos, Francisco Carvalho Guerra acabaria por ser reconduzido para novo mandato à frente do CRP.

Na UCP Viseu, por seu turno, abriu portas, justamente em outubro de 1996, a Escola Superior de Ciências e Tecnologia (com um curso em

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>17</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, documento policopiado (37 pp. + anexos), p. 17.

Matemática), enquanto na extensão da Figueira da Foz se preparou, para 1997-1998, o início da lecionação do curso de Engenharia Industrial. A UCP Viseu era a sede do chamado Centro Regional das Beiras, de que dependiam as extensões (criadas em 1991), da Figueira da Foz e de Leiria. O CRB vivia sempre uma situação delicada, em virtude dos custos de interioridade e da concorrência do Instituto Politécnico local. Em julho de 1997, Isidro Alves, secundado por D. José Policarpo, explicou ao Conselho Superior que “o desafio de a Universidade Católica se assumir como a Universidade de Viseu tinha a ver com um contexto de compromissos do governo de então [o executivo socialista de António Guterres], que não se tinham concretizado, e que, por conseguinte, a UCP, por si, não tinha meios, nem obrigação de satisfazer todos os anseios locais”<sup>18</sup>. A solução, que já vinha sendo pensada, passava por conseguir um contrato-programa com o governo – de facto assinado nos finais de 1999. Isso não impediu, todavia, que avançassem logo, em 1997, diligências para a consolidação académica da extensão da Figueira da Foz, na forma da compra de alguns terrenos para novas instalações locais. Quanto a Sintra, cujo protocolo inicial, firmado com a Câmara Municipal local, para ali se instalar um novo *campus* da UCP, remontava a 1993, deram-se passos em diante, aliás urgentes, por causa das pressões de tempo fixadas pelos calendários de financiamento do PRODEP, que conduziram à assinatura, em maio de 1997, dos protocolos com a Câmara e diversos outros proprietários para a cedência dos terrenos onde aquela infraestrutura viria a ser desenvolvida.

Na sede, em Lisboa, também se registaram novidades no primeiro ano letivo do mandato de Isidro Alves. A Faculdade de Ciências Humanas, onde os anteriores “Departamentos” foram reestruturados em “Áreas Científicas”, inaugurou a sua Licenciatura em Serviço Social e nasceram, em julho de 1997, dois novos institutos: o de Estudos Europeus, dirigido por Ernâni Lopes, e o de Estudos Políticos, criado a partir do primeiro Mestrado em Ciência Política, dirigido por João Carlos Espada. A estes se juntaria, no final desse ano, o Instituto de Educação, dirigido por Bártolo de Paiva Campos, que recolheu a área de Ciências da Educação, até ali existente na Faculdade de Ciências Humanas. Criou-se também, na FCEE, a UNICEE, uma unidade de estudos e de prestação de serviços, depois potenciada por uma outra iniciativa, que foi o GIP, Gabinete de Inserção Profissional, resultante da ampliação do programa de estágios para alunos nas áreas da Economia e da Gestão, com um observatório de empregabilidade dos mesmos.

---

<sup>18</sup> ACS, 4.7.1997, p. 3.

Também na sede, mas com repercussões diretas nos centros regionais, procedeu-se, em 1997, a uma reforma de serviços, que alterou, em alguns aspetos e cargos, a orgânica anteriormente definida no reitorado de D. José Policarpo: o lugar de Secretário-Geral da UCP foi extinto, transitando os seus poderes para um dos Vice-Reitores; o mesmo sucedeu ao de Diretor Escolar, após ampla reformulação e complexificação dos Serviços Escolares. Para além disso, melhoraram-se os serviços informáticos, reinstalou-se a Tesouraria em melhor espaço, alterou-se o funcionamento do Centro de Cópias, transformou-se a Universidade Católica Editora (fundada em 1995) numa sociedade por quotas (detida, em partes iguais, pela UCP e pela Editorial Verbo), e procedeu-se ao fecho do parque de estacionamento exterior, com cancelas que passaram a impedir a penetração de trânsito público alheio. Este último ponto implicou um diálogo com a Câmara Municipal de Lisboa, de resto motivado por dois outros temas: a questão da definição do perímetro do *campus* da Palma de Cima, com a cedência camarária de alguns terrenos, por compensação de outros, retirados à UCP para construção do eixo viário Norte-Sul, e a questão do licenciamento e execução das instalações da Residência Universitária Feminina (RUF), num prédio perto de Entrecampos. A RUF fora criada em 1993, mas só então foi possível finalizar as obras, com o arranjo dos acessos ao edifício e da zona envolvente. Também o diálogo com o Ministério da Educação prosseguiu constante, para assegurar a não exclusão da UCP do programa de concessão de bolsas estatais e para sensibilizar a tutela para a situação *jus* laboral dos docentes da UCP, regidos por uma Lei Geral do Trabalho que não levava em conta as especificidades contratuais da Universidade.

A articulação da Reitoria com os polos, ou centros regionais, era uma preocupação constante. Tanto por ocasião de cerimónias protocolares, quanto em visitas de estudo e trabalho, o Reitor ou os Vice-Reitores deslocaram-se amiúde ao Porto, a Braga, a Viseu e suas extensões, cimentando uma prática que se poderia designar de “reitorias abertas”. Aliás, durante todo o mandato de 1996-2000, muitas das reuniões do Conselho Superior foram descentralizadas, ocorrendo, rotativamente, fora de Lisboa<sup>19</sup>. A Reitoria prestou também muita atenção e acompanhamento aos trabalhos de instalação, consolidação e reconhecimento do Instituto Interuniversitário de Macau (o IIUM), criado, com a colaboração das autoridades portuguesas locais, já em 1995. Isidro Alves viajou ao Oriente mais do que uma vez, para avaliar *in loco* os progressos de uma obra

---

<sup>19</sup> No ano de 1997-1998, por exemplo, o Conselho Superior da Universidade reuniu-se em Viseu, em novembro de 1997, em Braga, em dezembro, no Porto, em fevereiro de 1998, e em Lisboa, em março e maio desse ano.

que, entendida como extensão da UCP no extremo do continente asiático, visava – nas suas palavras – “contribuir para a formação de quadros altamente qualificados ao serviço do desenvolvimento de Macau e da região onde se integra, e manter presente no território os traços da identidade portuguesa e os valores da cultura ocidental, especialmente de matriz cristã”<sup>20</sup>.

A internacionalização da UCP chegou também por três outras vias, ainda em 1997 e já em 1998. D. Carlos Filipe Ximenes Belo, Bispo de Díli e antigo aluno da Faculdade de Teologia, foi agraciado (em conjunto com José Ramos-Horta), com o Prémio Nobel da Paz em 1996. A 14 de maio do ano seguinte, o laureado foi recebido em cerimónia de homenagem na UCP Lisboa, um ato que conferiu importante visibilidade à instituição. O Reitor, sempre muito apostado na ligação da Universidade à FIUC, não descurou a mais regional, porque somente europeia, FUCE (*Fédération des Universités Catholiques Européennes*), tendo aliás desempenhado funções de membro da sua Direção durante o triénio de 1997-2000<sup>21</sup>. Finalmente, e no âmbito de um protocolo assinado com o Comissariado da Santa Sé para a Expo’98, a UCP cedeu alguns espaços, no edifício da BUJPII, onde se guardaram materiais expositivos enviados de Roma, e enquadrou a colaboração de alguns dos seus alunos no Pavilhão da Santa Sé patente na Exposição Universal de Lisboa.

Do ponto de vista financeiro, a situação da Universidade era marginalmente positiva no seu saldo geral (+ c. 95 000 contos no fecho de contas de 1996), mas deficitária após o lançamento de todos os investimentos, com resultado apurado de – c. 350 000 contos<sup>22</sup>. O Conselho de Gestão Financeira, liderado pelo Vice-Reitor Valentim Xavier Pintado, emitiu alertas sobre este cenário e preocupou-se também com as sucessivas dificuldades na construção do orçamento consolidado da UCP, por atrasos no envio dos orçamentos das unidades – ainda mais porque em algumas delas os valores orçamentados eram depois ultrapassados. Diversos conselheiros, neles avultando o Vice-Reitor D. Pio Alves de Sousa, João Borges Assunção, Francisco Carvalho Guerra ou Alexandre Soares dos Santos, viriam a opinar no sentido de uma “profissionalização e centralização das funções contabilísticas e financeiras”, no “respeito pela autonomia estatutária” das unidades, mas salvaguardando sempre as exigências

---

<sup>20</sup> *Relatório do Reitor 1996-1997*, documento policopiado (25 pp. + anexos), p. 19.

<sup>21</sup> O Reitor dedicou bastante atenção aos trabalhos da FUCE: a maioria das deslocações ao estrangeiro, durante o mandato, foi para participar nas suas reuniões de Direção, em Cracóvia (1997), e em Paris (1998 e 1999). Registe-se ainda que houve uma Assembleia Geral da FUCE realizada na UCP Lisboa, de que a Reitoria foi anfitriã, entre 14 e 17 de abril de 1999.

<sup>22</sup> *Relatório do Reitor, 1996-1997*, Anexo.

de sustentabilidade geral do “negócio do ensino”<sup>23</sup>. Na reunião de dezembro de 1997, mesmo depois de se ter apurado existir um diferencial positivo na margem bruta total da UCP de 1997 face a 1996 de c. 119 000 contos<sup>24</sup>, foi votada a constituição de um “Fundo de Coesão Autónomo”, a alimentar através da retenção de 30% do subsídio anual concedido pelo Ministério da Educação à Universidade, e destinado a acorrer a dificuldades financeiras de unidades ou cursos que não conseguissem a desejada autossustentação<sup>25</sup>.

Os finais de 1997 trouxeram à Universidade diversos e diferentes motivos de satisfação. A 28 de outubro, encerraram-se com pompa as celebrações do 30.º aniversário da UCP, com uma peregrinação alargada ao Santuário de Fátima, onde o Magno Chanceler presidiu a uma celebração litúrgica muito participada por docentes, alunos e funcionários, e onde Jorge Miranda, nome cimeiro da Faculdade de Direito, teve ocasião de apresentar, a pedido do Reitor, uma reflexão prospetiva sobre a Universidade. A 25 de novembro, procedeu-se à cerimónia de bênção da 1.ª pedra do primeiro edifício do *campus* de Sintra, que Isidro Alves achava ser a solução de futuro para o já estrangulado *campus* de Lisboa, com a presença do Reitor, do Magno Chanceler (D. José Policarpo<sup>26</sup>), do Presidente da Câmara Municipal de Sintra e do Presidente da Fundação Oriente<sup>27</sup>. Solicitada à JNICT em 1994, a avaliação dos Centros de Estudo da UCP chegou à Reitoria, já via FCT (a substituta da JNICT), no fim de 1997 – e era, no geral, bastante positiva e lisonjeira para as unidades de investigação. Também em novembro de 1997, Isidro Alves recebeu o relatório final da avaliação externa realizada pela Associação das Universidades Europeias

<sup>23</sup> ACS, 6.2.1998, p. 3.

<sup>24</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, Anexo orçamental.

<sup>25</sup> ACS, 12.12.1997, p. 6.

<sup>26</sup> O Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro, Magno Chanceler da Universidade Católica desde 1971 e ainda no início do mandato reitoral de Manuel Isidro Alves, morreu a 24 de março de 1998. D. José da Cruz Policarpo, antigo Reitor da UCP, sucedeu-lhe à frente do Patriarcado e, por inerência, na função de Magno Chanceler da Universidade Católica. A peregrinação a Fátima no 30.º aniversário da UCP, em outubro de 1997, foi assim o último ato universitário de D. António Ribeiro, que já não marcou presença na cerimónia do Dia Nacional da UCP, em fevereiro de 1998. Durante o mandato de Manuel Isidro Alves ocorreu também outro falecimento ilustre: o do Reitor Honorário da UCP, o Pe. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, a 30 de junho de 1999. Em Conselho Superior, tanto o Reitor como Mário Júlio Almeida Costa (antigo Vice-Reitor), traçaram o perfil e o elogio do Pe. Bacelar, tendo Isidro Alves declarado que a ele se devia “o êxito de uma das maiores criações da Igreja em Portugal na nossa época, a Universidade Católica Portuguesa” (ACS, 9.7.1999, pp. 1-2).

<sup>27</sup> V. ACS, 7.11.1997, p. 6, e 13.3.1998, p. 2.

(o CRE, acrónimo de Conselho de Reitores Europeu) – uma iniciativa e um documento que merecem um destaque especial<sup>28</sup>.

A Associação começara, em 1993, a oferecer às suas universidades membros a possibilidade de solicitarem e de disporem de avaliações institucionais para identificação de pontos fortes e fracos, e recolha de recomendações, numa lógica de incremento da qualidade e de desenvolvimento futuro. A UCP inscrevera-se para o efeito e fora uma das instituições selecionadas para avaliação pelo painel de peritos internacionais no ano de 1996-1997. Os avaliadores destacados para o efeito<sup>29</sup> fizeram uma visita preparatória à UCP Lisboa e Porto (Braga e Viseu não foram contemplados) a 16 e 17 de janeiro de 1997, e a visita final, de avaliação, entre 23 e 25 de maio. O foco da sua observação, e do relatório subsequentemente produzido, não era a qualidade do ensino ou da investigação, mas sim a qualidade da gestão e da capacidade para a mudança. Nos termos do redator do relatório final, Antoine Mioche, tratava-se de “olhar para a UCP em primeiro lugar como uma universidade e só depois como uma instituição da Igreja, no pressuposto de que uma universidade católica que não seja fundamentalmente uma universidade falhará tanto na sua missão académica, como nas outras”<sup>30</sup>. Não era a primeira vez que a UCP se sujeitava a uma importante auditoria externa (a Price Waterhouse já fizera um exercício similar, a pedido de D. José Policarpo, em 1993); em 1997, a radiografia do CRE constituía um retrato muito interessante e atualizado de uma instituição com três décadas de vida.

O documento do CRE dividia-se em três partes: uma inicial, mais longa, sobre os “Constrangimentos e normas institucionais”, uma outra sobre a “Capacidade de mudança”, finalizando com as “Conclusões/Recomendações”. Depois dos anos benéficos pós-1974, em que a UCP lucrara com a instabilidade do sector público de ensino<sup>31</sup>, o final da década de 1980 e os anos já transcorridos da década de 1990 mostravam uma UCP ameaçada pela “verdadeira concor-

<sup>28</sup> V. *Avaliação Institucional da Universidade Católica Portuguesa. Relatório do Grupo de Avaliadores da Associação das Universidades Europeias (CRE)*, documento policopiado (17 pp.), novembro de 1997.

<sup>29</sup> A comissão que avaliou a UCP era constituída pelos Professores Georges Verhaegen (da *Université Libre de Bruxelles*), Klaus-Dieter Wolff (da *Universität Erfurt*), e András Rona-Tas (do *Hungarian Accreditation Committee*), e secretariada por Antoine Mioche (da *Université de Versailles/Saint-Quentin en Yvelines*).

<sup>30</sup> *Avaliação Institucional da Universidade Católica Portuguesa...*, p. 4.

<sup>31</sup> O parágrafo sobre a história da UCP pós-1974 continha uma apreciação valorativa curiosa: “paradoxalmente, a reputação de que [a UCP] gozava de poder oferecer estabilidade e um ensino de qualidade num contexto atribulado pode tê-la desviado da sua inspiração original intelectualmente progressista (de vanguarda), levando-a inconscientemente para um campo

rência de um sector público reestruturado”<sup>32</sup>. O subsídio anual recebido pelo Estado constituía somente 10% da sua receita e a Igreja portuguesa contribuía apenas com uns simbólicos 0,25%. Por isso, as propinas pagas pelos estudantes eram a muito maioritária almofada financeira da UCP, situação que, consideravam os avaliadores, a fragilizava na sua capacidade de sustentação. Era por razões financeiras, e também por razões de cultura institucional de recrutamento endogâmico, que a UCP tinha um quadro docente ainda algo precário e pouco internacional: 49% dos professores da UCP estavam em regime de tempo parcial, e dos 45,5% que estavam em regime de tempo integral (5,5% encontravam-se em sabática), só cerca de um terço usufruía de dedicação plena<sup>33</sup>.

Colocada sob a alçada de Roma e da Conferência Episcopal Portuguesa – como um “*tertium genus*”, que não era “nem instituição estatal, nem universidade privada com fins lucrativos”<sup>34</sup> – a UCP revelava ter um padrão organizativo com “um forte sabor patriarcal” (*sic*)<sup>35</sup>. No entanto, e contrariamente ao expectável – olhando sobretudo a Reitoria e o seu raio de ação – o CRE não achava que a UCP tivesse uma “gestão forte e centralizada”. Era de elogiar a sua “espantosa diversificação geográfica”; mas essa diversificação produzia dois grandes problemas, que poderiam tornar-se ameaças sérias: por um lado, o desequilíbrio geográfico entre ensino e investigação, dado que, com a exceção da Escola Superior de Biotecnologia do Porto, esta estava fundamentalmente concentrada em Lisboa; por outro lado, os avaliadores detetavam “tensões desnecessárias” entre os polos da Universidade e a sua sede, lavrando por escrito o quanto, no Porto, se fizera “sentir a queixa de que a Reitoria gasta tempo demais a concentrar-se nos problemas do *campus* de Lisboa”, sendo assim o Reitor e a sua equipa vistos “mais como administradores do *campus* de Lisboa”<sup>36</sup>! O corolário disto é que, não obstante as visitas realizadas e as conversas tidas com docentes, funcionários e alunos terem revelado a existência de um “*esprit de famille*” – uma “família católica, dedicada à ciência e à Igreja” – faltava

---

socialmente mais conservador” (*sic*) (*Avaliação Institucional da Universidade Católica Portuguesa...*, p. 5).

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 5-7.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>36</sup> *Ibidem*, pp. 9-11. Partindo deste ponto específico, o relatório sugeria que se criasse a figura do Presidente do Centro de Lisboa, o que libertaria o Reitor para ser uma figura mais de administração geral e não tanto “do dia a dia”, e que o Conselho Superior se transformasse num órgão mais de decisão e não tanto de gestão (p. 11).

informação e comunicação interna, característica geral de que, por sua vez, se alimentava a já referida gestão um tanto “informal/patriarcal”<sup>37</sup>.

Neste cenário, que mudanças poderiam então ser pensadas e aconselhadas? Como poderia a UCP “abrir-se à sociedade em geral, sem perder a sua especificidade”? A estratégia futura, achava o CRE, deveria passar “mais por uma consolidação do que existe do que pela criação de novas Faculdades ou cursos”. As palavras-chave utilizadas pelos relatores eram “prudência” e “equilíbrio”, tanto no que dizia respeito aos grandes investimentos e infraestruturas, quanto em relação à oferta académica, que teria de ser de qualidade e não meramente guiada por critérios momentâneos de oportunidade/mercado<sup>38</sup>. A UCP estava a chegar, no termo do século, “ao ponto final de um período de crescimento e expansão regional”, devendo agora enveredar pela “consolidação” do adquirido; tinha, também e para tal, de “racionalizar a organização e a gestão”, elaborando planos que otimizassem os projetos já existentes e que incluíssem (ponto muito importante), “o planeamento financeiro a médio prazo”<sup>39</sup>.

As conclusões elaboravam um pouco mais sobre isto: era recomendável “redefinir tanto o governo central e local [da UCP], como a autonomia das faculdades, de modo a conseguir uma maior centralização de algumas competências e uma maior eficiência no uso da delegação de outras”. A não ser assim, não só as noções e práticas de “responsabilização” e de “transparência” se diluiriam, como a própria Reitoria viveria dificuldades acrescidas<sup>40</sup>. As linhas mais importantes do relatório do CRE apareciam no fim: “Não existe falta de liderança, mas as energias do Reitor e da sua equipa são demasiado sobrecarregadas pela necessidade de gerirem o *campus* de Lisboa, ao mesmo tempo que dirigem a Universidade. Este difícil equilíbrio tem perpetuado até aqui uma forte autonomia dos Centros Regionais e das Faculdades, quando, na realidade, é essa mesma autonomia mal-entendida que faz pesar um tal fardo sobre os órgãos superiores de gestão [...] As relações informais e muito pessoais (por oposição a processuais), que permitem à UCP funcionar com bastante harmonia, colocam um grande peso sobre o Reitor, que tem de ser o arquiconciliador e o intermediário nos conflitos de poder.”<sup>41</sup> Era este, em suma, o retrato que o painel de avaliadores internacional traçava, em 1997, da UCP, “uma instituição

---

<sup>37</sup> *Avaliação Institucional da Universidade Católica Portuguesa...*, p. 12.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 16.

que goza de grande apoio por parte dos seus estudantes e pessoal, mas que se encontra num momento crítico da sua ainda curta vida”<sup>42</sup>.

Ninguém mais do que o Reitor estaria ciente disso – sobretudo porque o relatório não individualizara os grandes desafios (que eram problemas), de Viseu e Sintra. No Conselho Superior de 7 de novembro de 1997, aquando da divulgação do documento do CRE, Isidro Alves regozijou-se com a importância e alcance do exercício, mas não deixou de reconhecer que “não obstante os seus 30 anos, o número de escolas, estudantes e professores, a UCP tem ainda uma estrutura muito frágil, baseada na boa vontade de um número reduzido de pessoas”<sup>43</sup>. Com data de 2 de fevereiro de 1998, no cumprimento da obrigação estabelecida ao Reitor pelos Estatutos da UCP<sup>44</sup>, Isidro Alves enviou à Congregação da Educação Católica, à Conferência Episcopal Portuguesa e ao Conselho Superior o primeiro dos três relatórios anuais que elaboraria durante o seu mandato<sup>45</sup>, onde dedicava especial atenção à recapitulação dos grandes objetivos da sua ação, afinados a partir do diagnóstico elaborado pelo CRE. Eram eles a consolidação institucional, académica e financeira da Universidade, a vigilância da qualidade dos cursos, o reforço da preparação de um corpo docente próprio, a adoção de critérios de autossustentabilidade financeira e o exercício de maior autonomia das direções das unidades nas suas áreas de competência específica, sem prejuízo da “intensificação da ação da reitoria à Universidade como um todo”<sup>46</sup>.

Menos de um ano volvido, em janeiro de 1999, o enunciado das grandes opções do plano não diferia do de 1998, embora recebesse amplificação: havia que incrementar a reflexão sobre o presente e o futuro da UCP, à luz das alterações verificadas no ensino superior em Portugal e (ainda) das recomendações do relatório do CRE, velando sobretudo pela unidade da instituição, no respeito pela sua “legítima pluralidade”. De forma mais concreta, urgia

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>43</sup> ACS, 7.11.1997, p. 5. V. também o *Relatório do Reitor 1997-1998*, p. 4.

<sup>44</sup> Entre as várias competências do Reitor da UCP, os Estatutos da Universidade fixam, no seu artigo 24.º, n.º 4, alínea j), a de “elaborar o relatório anual sobre a Universidade, para ser presente à Congregação da Educação Católica, à Conferência Episcopal Portuguesa e ao Conselho Superior”.

<sup>45</sup> O Reitor elaborou um relatório sobre o ano letivo de 1996-1997 (datado de fevereiro de 1998), um sobre o ano letivo de 1997-1998 (datado de janeiro de 1999), e um sobre o ano letivo de 1998-1999, datado de janeiro de 2000. Seria expectável que existisse ainda um quarto relatório, referente ao ano letivo de 1999-2000, o último do mandato reitoral de Isidro Alves, que terminou em outubro desse ano 2000. Mas ou o Reitor cessante não o chegou a elaborar ou, pelo menos, não há registo dele no Arquivo da Reitoria da UCP.

<sup>46</sup> *Relatório do Reitor, 1996-1997*, p. 1.

acompanhar estreitamente “diversos investimentos em que a UCP tem estado empenhada, em particular o *campus* de Sintra, a Escola das Artes, o edifício da Biblioteca de Viseu, a aquisição de um novo terreno no polo da Figueira da Foz, e a procura de cedência de outros terrenos e instalações em Braga”<sup>47</sup>. Eram as “dores” de crescimento encaradas de forma prudente: a expansão plurilocalizada dos anos anteriores precisava de consolidar-se fisicamente, para poder vir a dar frutos académicos (cursos, alunos... e receitas amortizadoras dos investimentos e compromissos assumidos).

1998 e 1999 foram, de facto, os anos-chave para o presente e o futuro do Centro Regional das Beiras, a partir de Viseu, e da novidade chamada *campus* de Sintra. Eram os tópicos centrais das reuniões do Conselho Superior, e mais do que uma vez, de forma direta, ou a propósito do planeamento da UCP Lisboa ou de estratégias de financiamento, sustentabilidade e *fundraising*, os conselheiros dividiram-se acerca da bondade ou dos riscos de tais cometimentos<sup>48</sup>. Progressivamente, a realidade da diminuição do número de alunos em algumas unidades e cursos começava a ser ineludível, sobre um macro cenário mais vasto de restrições várias no ensino superior português. Na preparação do ano de 1998–1999, a Reitoria recomendou especial cuidado quanto aos números mínimos de alunos para abertura ou manutenção de cursos<sup>49</sup> e quanto à necessidade de uma estratégia mais pró-ativa de divulgação da oferta académica da UCP. Das contas de 1997 para as de 1998, a margem bruta total da Universidade entrara no vermelho, passando do superavit de + 119 000 contos acima citado para um défice de – c. 11 000 contos<sup>50</sup>, muito por efeito do agravamento das contas do Centro Regional do Porto e, sobretudo, do Centro Regional das Beiras. Em março de 1999, o endividamento da UCP à banca ascendia a 1 400 000 contos<sup>51</sup>.

O Centro Regional das Beiras era a maior das preocupações – não apenas Viseu, mas também as suas extensões na Figueira da Foz e em Leiria. A diversificação da oferta poderia ser uma via de relançamento: à Licenciatura em Engenharia Industrial (1997–1998) juntaram-se, em 1998–1999, dois novos cursos em Viseu, de Informática de Gestão e de Informática, seguindo-se, no verão de 1999, a filiação do Instituto Superior de Teologia de Viseu na Faculdade de Teologia. Mas a mais longo prazo, e financeiramente, era vital conseguir acordar com o Estado a assinatura de um contrato-programa, por intermédio do qual

<sup>47</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, pp. 1-2.

<sup>48</sup> V., por exemplo, ACS, 13.3.1998, pp. 3-4, e ACS, 6.11.1998, pp. 2-3.

<sup>49</sup> No cumprimento desta medida, ficou desde logo decidido não se proceder à abertura da Licenciatura em Estudos Portugueses no polo de Leiria.

<sup>50</sup> *Relatório do Reitor, 1998-1999*, documento policopiado (50 pp. + anexos), Anexo orçamental.

<sup>51</sup> ACS, 26.3.1999, p. 2.

a frequência universitária do CRB fosse parcialmente custeada por dinheiros públicos, colocando em pé de igualdade (económica e, portanto, de escolha), os jovens que queriam ingressar no ensino superior em Viseu. Em dezembro de 1998, chegaram ao Conselho Superior rumores alarmantes de que o Ministério da Educação se preparava para dar luz verde à instalação, justamente em Viseu, de um polo da Universidade (pública) de Aveiro, que assim viria concorrer com o Politécnico já ali existente... e com o CRB/UCP. Esse passo não foi avante – mas também, e apesar de diligências várias, ao longo de anos, de diferentes reitores (e não apenas Isidro Alves), nunca a UCP conseguiu realizar o projeto de abrir uma Faculdade de Medicina no CRB, para servir uma larga faixa do interior norte-centro do País.

No início de fevereiro de 1999, o Reitor foi mandatado pelo Conselho Superior para negociar os termos do contrato-programa para Viseu<sup>52</sup>. No dia 19 desse mês, aproveitando a presença do Ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, no ato de inauguração do novo edifício da Biblioteca D. José Pedro da Silva, na UCP-Viseu, Isidro Alves conversou longamente com o responsável pela tutela. Alguns pormenores foram então desbloqueados, mas, como depois recordaria o Reitor, “o processo de negociação foi não só bastante moroso e complexo, como teve também significativas hesitações e tergiversações”<sup>53</sup>. O momento mais crítico deu-se no verão de 1999, quando o governo emitiu sinais de que o contrato não se estenderia aos polos da Figueira da Foz e de Leiria e que também deixaria de fora todos os cursos da Faculdade de Letras de Viseu, restringindo-se assim a áreas que, de forma unilateral, o Estado considerasse prioritárias. Pior ainda: o articulado não poderia deixar dúvidas de que o CRB era, para o governo, apenas “supletivo” e “complementar” em relação ao Instituto Politécnico local. Em reação, o Conselho Superior deliberou dirigir-se coletivamente, por carta, tanto ao Primeiro-Ministro, António Guterres, como ao Ministro da Educação para lhes exprobar as restrições e a discriminação da área de Letras. O ato produziu resultados: a Figueira da Foz ficaria, de facto, de fora, mas Leiria poderia vir a ser contemplada, a prazo, no contrato-programa, e os alunos da Faculdade de Letras de Viseu estavam nele incluídos<sup>54</sup>.

O contrato-programa para o CRB/Viseu foi finalmente assinado a 1 de outubro de 1999, entre Eduardo Marçal Grilo, Ministro da Educação do XIII Governo Constitucional, como 1.º outorgante, e Manuel Isidro Alves, Reitor

---

<sup>52</sup> ACS, 5.2.1999, p. 3.

<sup>53</sup> *Relatório do Reitor, 1998-1999*, p. 25.

<sup>54</sup> ACS, 9.7.1999, p. 4, e ACS, 5.11.1999, p. 2.

da UCP, como 2.º outorgante<sup>55</sup>. O preâmbulo reconhecia o valioso contributo dado pela UCP à região de Viseu desde que ali se instalara, em 1980, e que a cidade, em franco desenvolvimento e não possuindo ensino universitário público, tinha a ganhar em incrementar o ingresso dos seus jovens na UCP local. Seguiam-se as sete cláusulas pelas quais se estabelecia, por parte do ME à Universidade Católica, “um regime de disponibilização de financiamentos compensatórios”, que propiciaria aos alunos do CRB “condições de encargos financeiros similares às do ensino superior público, nomeadamente a nível de propina, por exata igualização à propina do ensino superior público”. Significava isto que o Estado cobriria, com valores a rever anualmente, o diferencial financeiro existente entre o preço de frequência escolar da Universidade Católica e o de uma universidade pública. Mais se estatuiu que o contrato assinado poderia vir a ser revisto “para inclusão de alunos de novos cursos do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica”, desde que o governo não os considerasse concorrenciais dos oferecidos por universidade estatal e os julgasse “relevantes para o desenvolvimento económico e social da região”<sup>56</sup>.

Ao contrário do reforço da presença da UCP em Viseu, que consolidava uma história de quase duas décadas de atividade da Católica na Beira interior, a instalação da UCP em Sintra era uma iniciativa nova – um passo de futuro, começado a desenhar-se no segundo mandato de D. José Policarpo e concretizado durante o reitorado de Manuel Isidro Alves. Em janeiro de 1999, no seu relatório referente ao ano letivo anterior, o Reitor explicava como via essa “opção estratégica de longo prazo”: “o projeto da UCP em Sintra visa o desenvolvimento do primeiro *campus* universitário integrado da região de Lisboa para atividades de formação inicial e de formação contínua, bem como de investigação e de desenvolvimento e serviços complementares (residências, restauração, desportivos e pequenos serviços), dentro do mesmo espaço físico de 32 hectares, especialmente urbanizado de forma a atingir esses objetivos. Os futuros utentes do *campus* beneficiarão, para já, particularmente de um Centro

---

<sup>55</sup> *Contrato-Programa entre a UCP e o Ministério da Educação*, documento policopiado (5 pp.), em anexo ao *Relatório do Reitor, 1998-1999*. Vale a pena sublinhar que, por intermédio deste acordo, a UCP foi a primeira instituição universitária não estatal a rubricar um contrato com o governo nos termos fixados pela Lei de Financiamento do Ensino Superior, aprovada em 1997.

<sup>56</sup> Foi com base neste pressuposto de abertura que o Conselho Superior aprovou, em novembro e dezembro de 1999, para início de lecionação em 2000-2001, as novas licenciaturas em Medicina Dentária e em Arquitetura do CRB/Viseu (ACS, 5.11.1999, p. 6, e 10.12.1999, p. 6).

de Serviços, uma Biblioteca, um Auditório e um núcleo de Residências de Estudantes”<sup>57</sup>.

Depois da bênção da 1.ª pedra do novo *campus*, acima referida, em novembro de 1998, deram-se passos rápidos para erguer o projeto académico que iria dar vida à Católica em Sintra, com a assinatura dos protocolos fundadores do Instituto Ásia-Portugal, destinado a apoiar as atividades do IIUM no Oriente, e do Instituto Luso-Chinês, financiado pela Fundação Oriente, a três anos, com a verba de 90 000 contos<sup>58</sup>. Em maio de 1999, o Conselho Superior aprovou a criação da Faculdade de Engenharia, com base no argumento central do dossiê preparatório elaborado para o efeito por Luís Valadares Tavares: era necessário e urgente formar quadros nas áreas da Engenharia, desenvolvendo especialidades a que as instituições de ensino estatais pareciam não poder dar resposta, havendo assim exigências do mercado não satisfeitas pela oferta vigente<sup>59</sup>. Manuel Barata Marques, que entretanto sucedera a Valadares Tavares à frente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, foi também empossado (em julho) como presidente da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra. Além dos desafios escolares, de preparar cursos e de os lançar, havia a questão financeira: o custo da edificação de Sintra ascendia a 1 600 000 contos, o dobro da verba conseguida para o efeito através do PRODEP<sup>60</sup>.

Além dos passos dados para Viseu e para Sintra, o reitorado de Isidro Alves ficou marcado por outras apostas regionais importantes, porventura não ditadas por uma simples estratégia de expansão da UCP, que o tempo já desaconselhava, mas realizadas na ótica da consolidação de obra feita ou do reforço de ligações entre os polos da UCP e entre estes e Lisboa. Em 1998, a Reitoria fechou, com o Ministério da Defesa, a compra de um imóvel, por 450 000 contos, para instalar em melhores condições a extensão da Figueira da Foz. Se aqui os sinais ainda eram positivos, a situação de Leiria, por contraste, era já descrita em termos de “obstáculos”, “dificuldades” e “situação estruturalmente frágil”<sup>61</sup>. Em

<sup>57</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, p. 15.

<sup>58</sup> Os dois Institutos seriam mais tarde fundidos num só – o Instituto de Estudos Orientais – criado em 2002, e depois transferido do *campus* de Sintra para o *campus* de Lisboa e para a tutela da Faculdade de Ciências Humanas.

<sup>59</sup> ACS, 14.5.1999, p. 2. O Decreto do Magno Chanceler de criação da Faculdade de Engenharia tem data de 9.6.1999.

<sup>60</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, p. 16. A atividade letiva da Faculdade de Engenharia iniciar-se-ia no ano de 2000-2001, com as Licenciaturas em Engenharia da Empresa, Engenharia da Informação, Engenharia da Saúde e Engenharia do Ambiente e Urbanismo, todas aprovadas ainda no mandato do Reitor Isidro Alves (ACS, 31.3.2000, p. 9), mas existentes de facto só no início do mandato do seu sucessor na Reitoria, Manuel Braga da Cruz.

<sup>61</sup> *Relatório do Reitor, 1998-1999*, pp. 27-28.

1999, a partir do Centro Regional do Porto, a sua Escola Superior de Biotecnologia abriu uma extensão nas Caldas da Rainha, ali lançando a Licenciatura em Engenharia de Produção Biológica (1999-2000), culminando nada menos do que oito anos de negociações com a Câmara Municipal local, e beneficiando do apoio de várias entidades locais reunidas na *Associação do Oeste Ramalho Ortigão*. A autarquia contribuiu com 62 500 contos e do PEDIP obtiveram-se 187 500 contos – o suficiente para equipar laboratórios e para cobrir os défices previsíveis dos primeiros anos<sup>62</sup>. Também em 1999, por decisão do Conselho Superior de julho e Decreto do Magno Chanceler datado de 25 de outubro, foi o polo de Braga elevado à categoria de Centro Regional, mediante a criação do chamado *campus* Camões, que incorporava os espaços dos antigos seminários de S. António e S. Luís Gonzaga (vulgarmente conhecidos como o “Hospital Militar”). Esta promoção (e alargamento físico) de Braga à categoria administrativa já usufruída pelo Porto e Viseu destinava-se – nas palavras reitorais – a “conferir um novo dinamismo à presença da UCP naquela cidade, onde todo o espaço universitário tem vindo a ser ocupado pela Universidade do Minho”<sup>63</sup>.

Macau foi igualmente um tema forte no quadriénio de 1996-2000. O Instituto Interuniversitário local estava a crescer e a afirmar-se e a intenção, tanto da Conferência Episcopal Portuguesa quanto da Reitoria, era tê-lo consolidado e resistente a quaisquer possíveis alterações políticas que viessem a acontecer no território depois da sua passagem para a China, aprazada para dezembro de 1999. Logo em fevereiro de 1997, Isidro Alves integrou a comitiva da visita presidencial de Jorge Sampaio a Macau e à China, durante a qual teve ocasião de dar a conhecer o IIUM ao Chefe de Estado e de se dar a conhecer a diversas autoridades e interlocutores da RAEM e da China. Havia alguma resistência local, soprada de Pequim, à instalação do IIUM, e por isso a Reitoria diligenciou e conseguiu que o tópico fosse incluído na agenda de conversas da visita do Primeiro-Ministro, António Guterres, à China em abril de 1998. A 25 de fevereiro de 1999, em cerimónia havida em Macau – com a presença do Magno Chanceler, do Reitor e do ex-Presidente da República, Mário Soares (que proferiu Oração de Sapiência) – tomou posse como Reitor do IIUM João Duarte Lourenço, docente da Faculdade de Teologia da UCP Lisboa e já presidente da Comissão Instaladora daquele Instituto desde outubro de 1996<sup>64</sup>. No final do ano, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama,

---

<sup>62</sup> *Ibidem*, pp. 21-22.

<sup>63</sup> ACS, 9.7.1999, pp. 3-4.

<sup>64</sup> *Relatório do Reitor, 1998-1999*, pp. 39-40. João Duarte Lourenço sucedera nessas funções ao próprio Manuel Isidro Araújo Alves.

o Reitor esteve presente na cerimónia de transição de poderes em Macau, da administração portuguesa para a China, tendo então tido ocasião de agradecer ao Governador cessante, General Vasco Rocha Vieira, toda a ajuda que este prestara à instalação do IIUM.

No último biénio do mandato, entre 1998 e 2000, a equipa liderada por Isidro Alves levou a cabo diversas outras iniciativas, que ajudam a compor a imagem de um reitorado dinâmico e obreiro. Desde logo, e num processo interno de reflexão sobre a natureza identitária da UCP, houve a ideia de criar, ao lado de algumas estruturas já existentes, como a Capelania e os Serviços Sociais (futuro GApA), um Centro de Ética, que pensasse “questões de fronteira colocadas à sociedade em geral”, e de promover “uma certa harmonização dos conteúdos essenciais das cadeiras de ética e mundividência cristãs presentes em vários cursos”. Do ponto de vista normativo, elaborou-se também um Regulamento Geral de Doutoramentos (em 1998), e um novo Livro de Estilo de Cerimonial Universitário para as celebrações anuais do dia nacional da UCP (em 2000). Em 1999, um decreto do Magno Chanceler procedeu à alteração das designações de categorias académicas de topo, passando o “Professor Ordinário” a “Catedrático” e o “Professor Extraordinário” a “Associado”.

O Reitor apadrinhou igualmente a criação da Federação das Associações de Estudantes da UCP, que realizou a sua primeira reunião formal ainda no final de 1997, nas instalações da Figueira da Foz, a inauguração (e 1.ª reunião) do Conselho Académico em Lisboa (uma prática que deveria ser replicada pelos diferentes Centros Regionais), em maio de 1998, e marcou presença no primeiro encontro de funcionários da UCP e seus familiares, realizado na sede, em Lisboa, em novembro de 1998. Nesse mesmo ano, juntamente com as Direções das Faculdades de Teologia e de Direito, ao tempo presididas, respetivamente, por Manuel Saturino da Costa Gomes e Germano Marques da Silva, a Reitoria solenizou o 30.º aniversário da fundação da FT (em 1968) e o 20.º aniversário da abertura do curso de Direito no Porto (em 1978). A 23 de junho de 1999, procedeu-se à constituição da Fundação D. António Ribeiro, entidade especialmente destinada a promover o desenvolvimento dos estudos teológicos e a preparação de eclesiásticos através da Faculdade de Teologia da UCP<sup>65</sup>. A 5 de setembro de 1999, o Cardeal-Patriarca e Magno Chanceler, D. José Policarpo,

<sup>65</sup> O projeto de criação da Fundação D. António Ribeiro remontava, pelo menos, a março de 1998. No Conselho Superior desse mês, D. José Policarpo interviu em defesa da Faculdade de Teologia, merecedora, sempre, de “um carinho particular da Universidade Católica”. O seu crónico défice tinha, por princípio, de ser coberto por outras unidades de ensino; mas o certo é que a situação geral da UCP “podia vir a pôr em causa tal princípio”. Daí a ideia da Fundação, especialmente vocacionada para o apoio à FT (ACS, 13.3.1998, p. 4).

secundado pela equipa reitoral, procedeu à bênção e inauguração da Igreja de Nossa Senhora das Dores, anexa à Residência Universitária Feminina, um projeto iniciado havia anos, e que só então chegou ao seu termo<sup>66</sup>.

O contrato-programa assinado para Viseu – “reconhecidamente um acontecimento com significado histórico”, como anotou o Reitor<sup>67</sup> – foi testemunho das boas relações tidas entre a UCP e o Estado. Outros factos o evidenciam. Para o ano letivo de 1999-2000, decidiu-se a supressão da tradicional Prova de Maturidade (específica para o ingresso nas Licenciaturas da UCP até aí), e a integração dos candidatos no regime geral de acesso ao ensino superior, definido e coordenado anualmente pela CNAES (Comissão Nacional de Acompanhamento do Acesso ao Ensino Superior). É certo que a Universidade perdia especificidade e abdicava até de alguma margem de controlo sobre a seleção dos seus alunos; mas, em contrapartida, conquistava a vantagem de os cursos da UCP passarem a estar integrados (e divulgados) nos Guias de Acesso ao Ensino Superior, preparados pelo Ministério da Educação.

Em janeiro de 2000, à entrada do seu último ano como Reitor da UCP, Isidro Alves realizou, no seu relatório anual, um pré-balanço do seu mandato, regozijando-se com os principais êxitos alcançados, mas não esquecendo, com realismo institucional, as dificuldades e preocupações que eram latentes. Entre estas, avultava uma meia dúzia de pontos, a saber: a “articulação e coordenação entre interesses locais, exigências académicas e científicas e necessidades de administração, tendo em conta a complexidade da estrutura administrativa da UCP”; a “manutenção da coerência interna da Universidade, procurando que algumas tensões surgidas no seu seio não impeçam um crescimento harmónico”; a necessidade de “melhoria de informação e de eficácia de ação dentro da atual estrutura académica e de gestão administrativa da UCP”; as “dificuldades crescentes que o ensino superior, especialmente o não estatal, enfrenta” (justificadas pela retração da procura de cursos, pela progressiva eliminação do *numerus clausus* no ensino público, pela perda de diferenciação entre ensino universitário e ensino politécnico ou pela quase gratuitidade das universidades estatais); a “insuficiente valorização do contributo” da UCP para a sociedade portuguesa, quer por parte do Estado quer até por parte da própria Igreja; e, por último, a urgência e dificuldade de iniciativas “tendentes a alargar as fontes de financiamento, tendo em conta as fragilidades do atual sistema e as perspetivas que se desenham para o futuro”<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> *Relatório do Reitor, 1998-1999*, p. 50.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>68</sup> *Ibidem*, pp. 2-3.

Este diagnóstico resumia, no fundo, o conteúdo de um outro importante documento reitoral, apresentado num encontro tido entre o Reitor e a Conferência Episcopal Portuguesa, em Fátima, em abril do ano anterior<sup>69</sup>. Ao plenário dos bispos, Isidro Alves traçara então um retrato completo da UCP, alertando-os “que nos aproximamos, talvez mesmo, que nos encontramos já numa fase de profundas mudanças”<sup>70</sup>. A fechar o século, e de acordo com a radiografia ali feita, a UCP estava plurilocalizada em 4 centros e 9 polos, contabilizando 10 unidades de ensino, 3 institutos, 32 licenciaturas, 8 mestrados, 17 centros de investigação, 12 revistas académicas e uma Sociedade Científica com 237 membros; tinha um total de c. 10 700 alunos (dos quais 9600 em licenciaturas, 700 em mestrados e 400 em doutoramentos ou pós-graduações) e 980 docentes<sup>71</sup>. Eram números de orgulho? Sem dúvida. Mas também de preocupação, por afinal revelarem uma Universidade que “[se] espartilhara por demasiados polos, assumindo compromissos de risco elevado”<sup>72</sup>. Muitos vinham de antes de 1996, e Isidro Alves teve de os herdar; outros foram produto de dinâmicas locais, que venciam posições no Conselho Superior e que a Reitoria ia apadrinhando, num misto de expectativa e de reserva, procurando conciliar ambições ou reparos nem sempre convergentes<sup>73</sup>.

O maior dos problemas da Universidade era o da sua estrutura financeira. Lisboa, Porto-Foz e Viseu somados tinham um património avaliado em c. 10 500 000 contos, a que se juntavam os c. 2 300 000 contos do Porto-Asprela; tratava-se, porém, de um património “onerado por dívidas”. E a gestão corrente mostrava as “fragilidades da estrutura de financiamento”: em 1999, 85% das receitas da UCP provinham das propinas, taxas e emolumentos pagos pelos discentes; o subsídio do Ministério da Educação (c. 665 000 contos – e que em

---

<sup>69</sup> *Universidade Católica Portuguesa. Estado Atual. Perspectivas Futuras. Informação do Reitor à CEP (Fátima, 13 de abril de 1999)*, documento policopiado (15 pp.). O texto foi apresentado à Assembleia Plenária da CEP, reunida no Santuário de Fátima.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>71</sup> *Ibidem*, pp. 3-4, 5 e 8. A distribuição geográfica dos alunos era a seguinte: Lisboa, 4606; Porto, 3158; Braga, 1383; Viseu, 1170; Leiria, 160; e Figueira da Foz, 138.

<sup>72</sup> *Universidade Católica Portuguesa. Estado Atual. Perspectivas Futuras...*, p. 2.

<sup>73</sup> A propósito da coesão e organização interna da UCP, veja-se a ampla discussão havida entre vários membros do Conselho Superior, já em março de 2000, a propósito da proposta de criação – que acabaria por vingar – da Faculdade de Economia e Gestão (FEG) do Centro Regional do Porto. Mediando entre quem achava que se estaria a evoluir para um caminho imparável e algo desagregador de federalização e regionalização da UCP, e entre quem queria fazer ouvir as sensibilidades de cada Centro Regional às agendas da sua região de implantação, Isidro Alves bateu-se sempre pela imprescindível “coerência” do todo, não obstante a plurilocalização dos polos da Universidade (ACS, 31.3.2000, pp. 3-7).

breve o Estado retiraria) representava apenas 8% da receita; as coletas da Igreja somavam mais uns simbólicos 0,5%<sup>74</sup>. A propósito da aprovação do orçamento para o ano 2000, Isidro Alves foi claro: a situação das Licenciaturas ia piorar e, com ela, a de toda a UCP, pelo queurgia diversificar fontes de financiamento e “profissionalizar desde já o sistema de *fundraising*”<sup>75</sup>. Infelizmente, a ADCUP, a *Association for the Development of the Catholic University of Portugal*, que durante anos canalizara apoios da comunidade lusa da costa leste dos EUA (Boston) para a UCP, extinguiu-se em 1998<sup>76</sup>. E em Portugal não era fácil encontrar *sponsors* do calibre e da valia norte-americana. Ainda assim, e apesar de ciente de tudo isto, a confiança do Reitor na “sua” Universidade era inabalável. O lugar e a importância – já históricos – da UCP provinham-lhe de ser uma grande escola, apostada “na formação de quadros qualificados, tecnicamente competentes e com profunda sensibilidade ética, que contribuem, muitas vezes em termos de decisão a alto nível, para a constituição de uma sociedade mais humana”<sup>77</sup>.

Na primavera do ano 2000, Manuel Isidro Alves informou o Conselho Superior que, estando a chegar ao termo do seu mandato – tanto na Reitoria da UCP como na Direção da FUCE – não pretenderia, nem estava no seu ânimo aceitar, recondução em nenhum deles<sup>78</sup>. Independentemente desta declaração, e por causa dos conflitos havidos, no passado, com o Centro Regional do Porto, a diocese local já manifestara sérias reservas à recondução de Isidro Alves, o que em muito inviabilizava a hipótese de um seu eventual segundo mandato. Em agosto desse ano, a Conferência Episcopal Portuguesa e o Magno Chanceler divulgaram o nome do novo Reitor, seu sucessor: seria Manuel Braga da Cruz, até aí Diretor-Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e membro eleito (em representação dos professores da UCP) do Conselho Superior. A nomeação do sucessor de Isidro Alves veio de Roma com data de 19 de setembro e a tomada de posse – que assinalava o termo de funções da equipa reitoral cessante – ocorreu a 12 de outubro de 2000. Na primeira reunião do Conselho Superior a que presidiu na qualidade de novo Reitor, em novembro de 2000, Manuel Braga da Cruz começou por saudar todos os anteriores reitores, nas suas pessoas, obras e legados, tendo D. Serafim Ferreira e Silva (ao tempo Bispo de Leiria-Fátima) proposto de seguida o competente, e merecido, voto de louvor e agradecimento à anterior Reitoria<sup>79</sup>.

---

<sup>74</sup> *Universidade Católica Portuguesa. Estado Atual. Perspetivas Futuras...*, pp. 10, 12 e 14.

<sup>75</sup> ACS, 10.12.1999, p. 3.

<sup>76</sup> *Relatório do Reitor, 1997-1998*, p. 36.

<sup>77</sup> *Universidade Católica Portuguesa. Estado Atual. Perspetivas Futuras...*, p. 3.

<sup>78</sup> ACS, 19.5.2000, p. 2.

<sup>79</sup> ACS, 17.11.2000, p. 2.

No ano letivo de 2000-2001, o Pe. Manuel Isidro Alves viajou novamente aos EUA, em missão de estudo, após o que regressou, em 2001-2002, aos quadros da sua Faculdade, onde era, recorde-se, Professor Catedrático de Teologia. Infelizmente, não viveria muito mais tempo, tendo falecido a 16 de março de 2002, quase um ano e meio depois de deixar a Reitoria. A missa de corpo presente foi celebrada na Igreja Paroquial da Cova da Piedade (Almada) – a que Isidro Alves estava ligado – pelo então Bispo de Setúbal, D. Gilberto Canavarro Reis, seguindo-se o funeral do antigo Reitor na sua terra natal, Vilar de Murteda. Na ata do Conselho Superior realizado no final desse mês pode ler-se: “Antes de entrar na ordem do dia, o Reitor propôs um voto de profundo pesar pela morte inesperada e prematura do Prof. Doutor Manuel Isidro Alves, antigo Reitor e membro do Conselho Superior, para quem a Universidade tem uma enorme dívida de gratidão. O voto foi aprovado e será transmitido à família do Prof. Isidro Alves. À diocese é expresso ao Senhor Arcebispo de Braga, presente no Conselho.”<sup>80</sup>

Menos de um ano volvido, a 14 de março de 2003, teve lugar a sessão de homenagem póstuma ao antigo Reitor, solenizada com dois atos<sup>81</sup>. O primeiro foi o lançamento de um número especial da revista *Didaskalia*, com quase 800 páginas, em memória do Pe. Isidro Alves<sup>82</sup>. Na nota de abertura, Manuel Braga da Cruz lembrava o quanto “a morte súbita e inesperada” do seu antecessor causara em todos, e sobretudo na Faculdade de Teologia, “uma profunda mágoa e um justificado sentimento de perda, pelo muito que dele haviam recebido e pelo muito que ainda esperavam dele receber”; e acrescentava ter Isidro Alves deixado “uma profunda marca em todos os lugares e funções que exerceu, sendo o contributo decisivo para o desenvolvimento da Universidade recordado com imensa saudade, e o testemunho de dedicação reconhecido como exemplar”. O antigo Reitor fora “amigo de tantos de nós” e, para além disso, um “sacerdote empenhado” e um “académico exigente e rigoroso”<sup>83</sup>. Na nota de apresentação da revista, por seu turno, o então Diretor da Faculdade de Teologia, Pe. Peter Stilwell, evocava o colega desaparecido como “um dos nossos mais insignes professores, cuja projeção científica e académica se estendeu muito

---

<sup>80</sup> ACS, 22.3.2002, p. 1.

<sup>81</sup> *Nota de Imprensa da Agência Ecclesia*, 18.3.2003, disponibilizada ao autor pelos serviços da Reitoria da UCP.

<sup>82</sup> *Didaskalia* (“*In Memoriam* Professor Doutor Manuel Isidro Alves”), Volume XXXIII (1-2), 2003.

<sup>83</sup> Manuel Braga da Cruz, *ibidem*, pp. 3-4.

além das fronteiras da Faculdade”<sup>84</sup>. Essa *Didaskalia* especial contava de seguida com uma Tabula Gratulatória *In Memoriam* assinada por nada menos do que 105 nomes e com 40 estudos académicos – o primeiro dos quais um *Curriculum Vitae* do Pe. Manuel Isidro Alves, elaborado em jeito de testemunho pessoal de longa amizade por José Eduardo Borges de Pinho, seu Vice-Reitor no quadriénio de 1996–2000<sup>85</sup>. O segundo ato da sessão de homenagem consistiu no descerramento do quadro a óleo, da autoria da pintora Emília Nadal, retratando o Reitor Manuel Isidro Alves, desde então exposto na galeria de retratos dos antigos reitores, na Sala de Receções da Reitoria da UCP.

Hoje, a memória do Prof. Pe. Manuel Isidro Araújo Alves, o terceiro reitor da história da Universidade Católica Portuguesa, está naturalmente inscrita na evolução da instituição, porque a serviu durante muitos anos e porque a liderou num quadriénio de grandes desafios, preenchido por indiscutíveis avanços, mas também por consolidações problemáticas e decisões difíceis. Para quem melhor o conheceu, era um académico de excelência, muito rigoroso como professor (os seus alunos temiam sobretudo as aulas de “Grego Bíblico”), e um homem de trato delicado, leal aos amigos e amante da vida. Especialista em Teologia Paulina, estava justamente a preparar um livro sobre a obra de São Paulo quando a morte o surpreendeu, aos 62 anos de idade, interrompendo esse trabalho. Tudo considerado, talvez o Pe. Manuel Isidro Alves pudesse ter dito de si mesmo o que o apóstolo São Paulo confidenciou, nos tempos bíblicos, ao seu discípulo Timóteo: “Combati o bom combate, terminei a minha carreira e guardei a fé.”<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Peter Stilwell, *ibidem*, p. 5. O Diretor da FT registava depois um apontamento pessoal sobre o homenageado: “Conhecemo-nos nos anos 70, nas estadas de meses que anualmente o traziam ao Colégio Português, em Roma, para investigar e redigir a tese de doutoramento. Num fim de tarde ameno, em conversa sobre o trabalho, formulámos juntos o título final da sua obra: ‘O cristão em Cristo’” (no original italiano completo, *Il Cristiano in Cristo. La presenza del cristiano davanti a Dio secondo S. Paolo*).

<sup>85</sup> José Eduardo Borges de Pinho, *Didaskalia*, Volume XXXIII, pp. 11-17. Eis como Borges de Pinho sintetizava a personalidade e o valor da obra reitoral do seu colega e amigo: “sabia ler a vida da Igreja com fé, mas também com realismo. Era possível falar com ele sobre tudo, porque havia nele uma grande sensibilidade à vida real das pessoas e ao concreto das situações. Nem sempre estávamos de acordo. Mas a exigência e o rigor com que abordava as questões e as tarefas que tinha entre mãos obrigavam a pensar. Conhecia muito bem a Universidade Católica Portuguesa, à qual dedicou o melhor da sua vida e pela qual também sofreu. Tinha objetivos definidos para a missão que lhe confiaram, mas nunca perdeu o sentido da realidade envolvente” (*ibidem*, p. 12).

<sup>86</sup> 2 Timóteo 4: 7.

## Capítulo 6

### **Primeiro Reitor Leigo**

Manuel Braga da Cruz

No verão de 2000 foi nomeado um novo Reitor: Manuel Braga da Cruz, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Humanas. Seria o primeiro leigo a desempenhar estas funções. Antes da sua designação, circularam na imprensa, como possíveis candidatos ao lugar, os nomes de António Luciano de Sousa Franco e de Aníbal Cavaco Silva<sup>1</sup>.

Os tempos que se avizinhavam eram sombrios. Para além do decréscimo demográfico de candidatos ao ensino superior, e da expansão da rede oficial do ensino superior (cuja cobertura passou, de 1995 a 2001, de 53% para cerca de 80% da oferta global)<sup>2</sup>, que punham em causa, pela concorrência desleal, a sobrevivência do ensino não estatal, fora publicada, pouco antes, em agosto, no segundo governo socialista de António Guterres, da iniciativa do Secretário de Estado do Ensino Superior José Reis, uma Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior (LOOES), que constituía para a Universidade Católica, bem como para o ensino particular e cooperativo, uma séria ameaça.

Em primeiro lugar, obrigava ao desmantelamento nacional as universidades privadas e à transformação dos seus polos regionais em universidades. A criação de polos e extensões “fora da sede” passava a ser considerada excepcional, e desde que ficasse salvaguardada a unidade e coesão institucional do estabelecimento. Era vedada a duplicação de cursos e atividades, obrigando à proximidade dos estabelecimentos e sua “inserção em eixos de desenvolvimento territorialmente integrados”. Os polos e extensões que não preenchessem estas condições deviam transformar-se em estabelecimentos autónomos, se para tal possuísem requisitos, ou integrar-se noutros estabelecimentos, ou extinguir-se.

Ao aplicar-se à Universidade Católica, o estatuto de universidade privada, os seus quatro centros regionais e polos, ou se transformavam em várias universidades, ou teriam de ser extintos. Estava posta em causa a unidade nacional da UCP.

---

<sup>1</sup> *Público*, 15 de julho de 2000.

<sup>2</sup> *Relatório Anual do Reitor sobre a UCP para a Conferência Episcopal Portuguesa (2000-2001)*.

Em segundo lugar, a nova Lei tornava o ensino particular e cooperativo claramente supletivo do ensino público, numa clara contradição da Constituição, que suprimira tal disposição na primeira revisão de 1982. Com efeito, estabelecia uma rede pública de ensino superior, e considerava que só enquanto subsistissem as carências do serviço público de educação superior poderia o Estado supri-las com contratos-programa, financiando o diferencial das propinas do público e do privado, ou com o apoio direto aos estudantes sem lugar na rede pública, contratos-programa que só poderiam ser celebrados mediante concursos públicos.

Tal bastou para que o Secretário de Estado do Ensino Superior acusasse a assinatura do contrato-programa com a UCP em Viseu, pelo anterior Ministro socialista da Educação Marçal Grilo, de pouco transparente, e avisasse que não se repetiria.

Em terceiro lugar, proibia a acumulação de funções de gestão e de direção em mais do que um estabelecimento, e das mesmas funções num estabelecimento para quem estava noutra apenas em tempo integral, e obrigava a acumulação de docentes das universidades públicas, criando desse modo problemas a alguns professores de universidades públicas (em tempo integral) que desempenhavam cargos diretivos na UCP, a começar por alguns presidentes de Centros Regionais, como era o caso do Prof. Carvalho Guerra no Porto e do Prof. Formosinho Sanches Simões na Beira.

Para além disso, proibia o financiamento das instituições não estatais. E embora reconhecesse a especificidade da Universidade Católica, pretendia retirar-lhe a sua autonomia organizativa e pedagógica, obrigando-a a deixar de poder criar faculdades e cursos livremente, equiparando-a ao ensino particular e cooperativo.

A publicação da Lei, fortemente centralizadora e estatizante, foi acompanhada de declarações explicativas do Secretário de Estado que denunciavam clara animosidade contra a Universidade Católica. Em setembro, o Secretário de Estado do Ensino Superior José Reis, falando do estatuto da Universidade Católica perante a Comissão de Educação no Parlamento, chegou a dizer que a UCP estava “fora do sistema de ensino superior”, já que “o decreto-lei que rege atualmente a instituição coloca-a fora do sistema, de acordo com a nova organização e ordenamento” do Ensino Superior<sup>3</sup>. E ameaçou que até fevereiro o estatuto legal da Católica iria ser alterado, obrigando a Universidade a pedir autorização para a criação de novos cursos, tal como as outras instituições privadas.

---

<sup>3</sup> *Expresso*, 14.X.2000.

O novo Reitor, logo que foi anunciado o seu nome, em entrevistas à comunicação social sublinhou o estatuto específico, que não era sinónimo de privilegiado, da Universidade Católica, “criada ao abrigo da Concordata”, não precisando por isso de ser sujeito a qualquer revisão, pois não dependia da legislação ordinária ou da atuação da administração pública. Aliás, a própria nova LOOES salvaguardava a especificidade institucional da Universidade Católica<sup>4</sup>. Denunciou o aumento de estatismo na educação, traduzido não apenas no aumento da oferta estatal, tanto universitária como politécnica, como na conceção supletiva do ensino particular em relação ao ensino estatal, traduzida na ideia de que o particular poderia suprir as carências do ensino estatal apenas enquanto estas subsistissem. E avisou que os próximos tempos não seriam de expansão mas de consolidação.

A nova equipa reitoral era de maioria leiga, integrava pela primeira vez uma mulher, mas continuava a fazer parte dela um professor de Teologia, oriundo do Centro Regional do Porto. Era assim dado um sinal de abertura e de unidade na composição nacional da Reitoria, de abertura aos leigos e, neles, às mulheres, e a outros centros regionais.

Não faltou quem visse nesta entrega da Reitoria a leigos um afastamento da Universidade em relação à Igreja, logo contrariado pelo Bispo de Coimbra, numa entrevista ao jornal *Correio de Coimbra*, que fez questão de sublinhar que a Igreja, “hoje como ontem, está com a Universidade Católica”. “A Igreja continua presente na direção da Universidade Católica, embora de forma diferente”, explicou D. João Alves. E D. José Policarpo, no discurso de posse da equipa reitoral, lamentaria que se estranhasse o apelo aos leigos numa Universidade da Igreja.

A posse da nova equipa reitoral ocorreu a 12 de outubro de 2000. No seu discurso, o Reitor referiu-se à difícil conjuntura que afetava a Universidade: a diminuição de candidatos e alunos no ensino superior em Portugal, apesar das baixas taxas de escolarização de nível superior; o aumento da oferta pública de ensino superior, em concorrência desleal com a não estatal, ameaçando relegá-la para um lugar residual no sistema de ensino; a orientação estatizante das políticas públicas de ensino superior, que “subalternizava o ensino particular em relação ao ensino estadual”. O carácter supletivo do ensino superior privado em relação ao público comprometia a liberdade de ensino, que estava bem longe de ser uma realidade em Portugal. Os tempos próximos não seriam de expansão mas de reorganização e de racionalização. Deixava entrever desse modo a necessidade de proceder ao encerramento de polos deficitários e sem condições de

<sup>4</sup> Entrevistas ao *Expresso* (22.VII.2000) e ao *Público* (12.X.2000).

excelência. Sublinhou a necessidade de reforçar o corpo docente próprio e, desse modo, a autonomia da Universidade. E frisou a natureza nacional da universidade, espalhada pelo País, e a necessidade de autonomia e responsabilização nacional dos Centros Regionais, anunciando a intenção de os convocar para o governo da universidade. E manifestou intenção de reforçar a unidade da Universidade. A terminar referiu-se ao estatuto com concordatário da Universidade, e à liberdade de organização e funcionamento dele decorrente. E numa clara resposta à acusação do Secretário de Estado frisou que a especificidade estatutária nunca pusera a Universidade fora do sistema de ensino.

O Ministro da Educação, presente na cerimónia, referiu-se à Universidade Católica, “parte integrante e singular do sistema de ensino português, que nos habituou à marca da excelência e da inovação em tantas áreas”.

O Cardeal-Patriarca D. José Policarpo, antigo reitor e então Magno Chanceler da Universidade, disse que a escolha de um leigo para Reitor correspondia apenas ao crescimento académico da Universidade. Sublinhou a natureza pública da Universidade Católica, pois sem fins lucrativos, esperando que esse estatuto não fosse posto em causa, a dimensão nacional da Universidade, a necessidade de um corpo docente próprio, e denunciou a discriminação de financiamento dos estudantes por parte do Estado que impede que muitos estudantes que desejam frequentar a Universidade Católica o não possam fazer. Sugeriu por isso, que se financiassem não as instituições, mas os alunos: “Subsidiem as famílias e os jovens e isso nos basta.”<sup>5</sup>

No jornal do PSD, *Povo Livre*, o líder do partido José Manuel Durão Barroso, numa declaração em destaque, referiu-se ao discurso de posse do Reitor, sobretudo às declarações sobre a estatização do ensino e sobre a pretensa supletividade do ensino particular em relação ao público, dizendo; “Seria bom que o governo compreendesse a importância destas palavras. [...] Não há nenhum país livre sem um ensino privado devidamente respeitado e valorizado pelo Estado.”<sup>6</sup>

O novo Reitor anunciou, noutras declarações públicas, a sua intenção de reforçar a coesão nacional e de trazer os Centros Regionais à responsabilidade do governo central, fazendo na prática dos Presidentes dos Centros Regionais vice-reitores, sem os nomear como tais, institucionalizando o que passaria a chamar-se “Reitoria alargada”, pondo a funcionar o Conselho de Reitoria. A unidade interna da Universidade fora afetada, nos últimos anos, por tensões no interior da Universidade, nomeadamente no seio de algumas Faculdades,

---

<sup>5</sup> *Cerimónia de investidura do Reitor. Discursos*, Lisboa, UCP, 2000.

<sup>6</sup> *Povo Livre*, 16.X.2000.

e entre Centros Regionais, designadamente entre Lisboa e Porto, e entre escolas de Braga.

O anterior Reitor pretendia substituir a figura carismática do Presidente do Centro Regional do Porto, Prof. Francisco Carvalho Guerra, pelo Prof. Manuel Fernandes Tomás, que desempenhara com brilho funções de Vice-Reitor na Universidade de Aveiro, tendo encontrado resistências, mesmo a nível episcopal. O problema não era o substituto, mas quem se substituiu e da forma como se fazia.

A criação de uma nova Faculdade em Braga, sem designação precisa, entregue à direção do clero diocesano, concorrente da Faculdade de Filosofia dos jesuítas, criara tensões internas na Comissão Instaladora do futuro Centro Regional de Braga, de que alguns elementos se achavam demissionários.

No interior da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, de âmbito nacional, confrontavam-se diferentes projetos académicos de desenvolvimento, traduzido não só em conflito interno de professores, como entre as escolas de Lisboa e Porto.

O novo Reitor sublinhou ainda, nas suas intervenções públicas, a necessidade de abrir a Universidade às ciências exatas e naturais, referindo concretamente as áreas da Saúde e do Ambiente, bem como as Artes. E referiu a formação contínua e pós-graduada, a incrementar.

## **A polémica pública sobre o Estatuto da UCP**

A Universidade Católica invocou, desde o início, o seu estatuto específico, que resultava de ter sido criada ao abrigo da Concordata, por um sujeito de direito internacional público, que fazia dela uma instituição não privada, mas sim pública, embora não estatal, não se aplicando por conseguinte as disposições da nova lei referentes ao ensino privado, que feriam a sua autonomia e liberdade organizativa.

A nova LOOES, embora reconhecesse a especificidade institucional da UCP, pretendia aplicar à Universidade Católica o estatuto do ensino particular e cooperativo, identificando o público com o estatal, e, desse modo, desmembrar a Universidade em várias universidades, e retirar-lhe não só autonomia organizativa e pedagógica mas também subsídios financeiros.

Para além disso, o Governo tornara público um anteprojeto de Decreto-Lei de alteração do Ensino Superior Particular e Cooperativo em que pretendia inserir a Universidade Católica. No parecer emitido em nome da Universidade, o Reitor rejeitou liminarmente essa integração, por não ser a UCP instituída por qualquer “pessoa coletiva privada” mas pela Santa Sé, “pessoa coletiva de

direito público internacional”. E contestou o entendimento de que a sua especificidade resultasse apenas do facto de ministrar ensino religioso e ciências teológicas, mas se prendia antes com a sua inspiração e orientação geral.

Não se tratava, portanto, de uma mera discussão teórica e jurídica, mas de uma controvérsia cheia de consequências práticas.

A questão não era nova, e pusera-se desde a origem, tendo sido renovada sempre que se legislou sobre a natureza da Universidade Católica. A Reitoria solicitou um parecer jurídico, de que seria redator o Prof. Rui Medeiros, e acabaria subscrito por uma plêiade de notáveis juristas como Sousa Franco, Jorge Miranda, Oliveira Ascensão, Marcelo Rebelo de Sousa, Freitas do Amaral, Rogério Ehrhardt Soares, Mário Júlio de Almeida Costa, José Carlos Vieira de Andrade, Rui de Moura Ramos, que concluía claramente pela natureza especial da UCP, não se lhe aplicando o estatuto do ensino particular e cooperativo, e que a Concordata dava à Igreja, além do direito de fundar instituições de ensino paralelas às do Estado, também o poder de disciplinar livremente a sua estrutura, organização e funcionamento; e que, por conseguinte, não se aplicavam à Universidade Católica as disposições respeitantes a polos e extensões, bem como à criação de estabelecimentos e cursos.

Incomodado com os efeitos da polémica, o Primeiro-Ministro recebeu em audiência o novo Reitor, em finais de outubro, a quem comunicou a posição que lhe fora transmitida pelo Ministro Oliveira Martins, de que a nova Lei de Organização e Ordenamento do Ensino Superior não se aplicava à Universidade Católica, atendendo à autonomia e liberdade de organização que o seu estatuto concordatário lhe conferia. À saída da audiência, perante os órgãos de comunicação social, o Reitor tornou público o entendimento do Primeiro-Ministro, que condicionou futuramente a atuação do Secretário de Estado José Reis. “O Primeiro-Ministro garantiu-nos que não há qualquer intuito de obrigar a Universidade Católica a perder a sua liberdade de organização e a sua unidade nacional.” A Universidade Católica poderia manter a sua organização federativa de vários Centros Regionais.

O Secretário de Estado, comentando as declarações do Reitor, disse que se tratava de uma questão de “dignidade do Estado que alguma instituição mantenha uma situação excepcional, que é a todos os títulos injustificada”, contrariando desse modo as garantias dadas pelo Primeiro-Ministro. O Reitor, em declarações ao mesmo jornal, insistiu que “dado o carácter concordatário da Universidade Católica não se podem aplicar normas ou disposições que interfiram na livre organização e funcionamento da Universidade”. José Reis, em declarações ao *Diário Económico*, continuava a pretender enquadrar a Universidade Católica no âmbito do ensino privado, devendo sujeitar-se às normas do

particular no tocante à criação de cursos e alterar o seu estatuto, conformando-o a essa pretensão. “Ninguém pode reclamar regimes de exceção. Há no entanto duas especificidades que o governo quer preservar em absoluto relativamente à Católica: a personalidade jurídica própria e o facto de os cursos de ensino teológico serem exceção à regra de criação de cursos.” De outra forma, “seria uma situação de intolerável o não acatamento de disposições normais e comuns. Não penso que o Reitor queira dizer que não aceita a lei da República”.

O que estava em causa era o entendimento da “especificidade” da Católica. Para o Secretário de Estado ela estaria apenas na existência da Teologia na Universidade. Para o Reitor ela derivava da mundividência típica da Universidade, que matizava todas as atividades da instituição.

Gerou-se depressa na imprensa uma controvérsia sobre o estatuto da Universidade Católica, objeto de um decreto-lei que fora redigido por Sousa Franco para o Ministro Roberto Carneiro em 1992, e sobre a aplicabilidade à Universidade Católica das novas disposições organizativas. A polémica generalizou-se, acompanhando a divisão no seio do governo e do partido socialista.

Vital Moreira, conselheiro jurídico da Secretaria de Estado, e defensor das suas posições, atacou duramente as pretensões da Universidade Católica, na linha de anteriores posições públicas<sup>7</sup>. Criticou o Primeiro-Ministro, por manter o regime da UCP, secundando o Secretário de Estado, dizendo que se tratava de “uma questão de autoridade e dignidade do Estado”, que a UCP vivia “à margem da Constituição, da Concordata e das leis gerais da República em matéria de ensino superior em geral e de ensino superior particular e cooperativo em particular. Numa inaudita operação de mistificação política e jurídica inventou-se um conceito de ‘ensino concordatário’ assim como uma espécie de terceira categoria (*tertium genus*) entre o ensino público e o ensino particular, quando a verdade é que nem a Constituição nem a Concordata deixam a mais leve margem para isso”. Segundo ele, a “única especificidade institucional da

---

<sup>7</sup> Já em artigo no *Público*, de 7 de setembro de 1999, atacara o contrato-programa que o Ministro Marçal Grilo firmara com a Católica, para Viseu, que apodara de “benesses”, de “privilégio” e de “tratamento de exceção”. Atacava o “estatuto jurídico singular” que a diferenciava das universidades particulares, a pertença da UC ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (e não públicas), a liberdade de criação de polos e cursos, o acesso aos programas de investimento público na educação do PRODEP (como se os fundos comunitários estivessem reservados apenas às dependências do Estado), a realização de encomendas públicas de estudos e projetos sem qualquer concurso público e, no caso, a outorga de serviço público de educação a uma Universidade confessional, por negociação direta.

Universidade Católica é o facto de ela ter sido instituída pela Igreja Católica e de ter sido dotada, ela própria, de personalidade jurídica”<sup>8</sup>.

O Presidente da República Jorge Sampaio, a quem o Reitor em audiência informara do Parecer Jurídico sobre o estatuto da UCP, pelo contrário, veio a público defender que a Universidade Católica deveria manter o estatuto que lhe foi concedido, corroborando a posição do Primeiro-Ministro, bem como o financiamento tradicional, não vendo “vantagens em modificar o estatuto concordatário da Universidade Católica tal como existe até ao momento e com o qual não nos temos dado mal”<sup>9</sup>.

A crítica do estatismo no ensino superior encontrava eco noutros sectores da sociedade. Belmiro de Azevedo, falando num colóquio promovido pelo CNAVES, criticou o Estado por “não garantir uma equidade de preço entre o ensino público e particular”: “tem existido Estado a mais – e em certos planos, mau Estado – no nosso Ensino Superior”<sup>10</sup>. Defendeu que o Estado devia financiar os alunos e não as universidades, e que as universidades deviam ser competitivas, procurando atrair bons alunos e bons professores. Os alunos deviam pagar o valor do que recebem<sup>11</sup>. E respondendo a uma crítica de “economicismo” que lhe fora dirigida, precisou: “Nem só o Estado, nem só o mercado, deve fornecer educação superior. O sistema deve ser partilhado. É saudável que o mercado prossiga, neste campo, fins sociais e colectivos. Como é imperativo que o Estado adopte do mercado os princípios que tornem ágil e moderno o sistema.”<sup>12</sup>

Rui Medeiros, em artigo de opinião denunciou os argumentos irracionais da cruzada contra os alegados privilégios da UCP. A especificidade da UCP não é uma invenção, mas assenta na Concordata. A UCP foi criada ao abrigo da Concordata, que “é um tratado internacional que prevalece sobre as leis”, e confere à Igreja o direito não só de fundar a Universidade mas de manter e disciplinar livremente a estrutura, organização e funcionamento dessa universidade. “O Estado não pode portanto, sob a capa de um poder de fiscalização, pôr em causa o direito substantivo de liberdade da Igreja à livre criação, manutenção e auto-organização das suas escolas.”<sup>13</sup>

António Barreto, nas suas crónicas semanais considerava um “mistério” de “difícil compreensão”, “o que fez o governo atacar a Igreja”. “A decisão cabe dentro da exótica política que o Ministério da Educação está a tentar pôr em

<sup>8</sup> Vital Moreira, “Uma missa vale bem a República?” *Público*, 5.XII.2000.

<sup>9</sup> *Diário Económico*, 7.XII.2000.

<sup>10</sup> *Diário de Notícias*, 23.XI.2000.

<sup>11</sup> *Correio da Manhã*, 5.XII.2000.

<sup>12</sup> *Público*, 7.XII.2000.

<sup>13</sup> Rui Medeiros, “Os alegados privilégios da Universidade Católica”, *Público*, 20.XII.2000.

prática”, para “controlar as universidades (públicas e privadas), uniformizar as instituições (públicas e privadas) e gerir o ensino superior de modo integrado”, o que acha “absolutamente extravagante”, pois o Ministério não tem competências científicas, académicas, pedagógicas e nem sequer administrativas para levar a cabo tal tarefa”. Prova disso, a incapacidade do ministério de pôr cobro à proliferação absurda de cursos. “O caso da Universidade Católica, a primeira entre as privadas e melhor, a muitos títulos, que várias públicas, é ainda mais gritante, dado que a sua iniciativa tem sido relativamente discreta e não se tem distinguido pela alucinante moda da multiplicação de cursos, de departamentos, diplomas, mestrados e especialidades que atacou algumas universidades públicas e privadas.”

E Mário Pinto, nos seus artigos de opinião semanais no *Público*<sup>14</sup>, perguntava pertinentemente: “se o Estado não paga o ensino particular, a que título controla a sua liberdade?”.

Ainda em dezembro, a Universidade Católica deixava de receber comunicações enviadas pela Direção-Geral às Universidades do CRUP, seguindo orientações superiores. Havia quem defendesse que, sendo a UCP privada, não devia ter assento no Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (e não públicas). Por várias vezes o Reitor comentou sobre o assunto: “não somos nós que estamos a mais, mas outros que estão a menos”.

O Reitor por ocasião do dia da UCP, em finais de janeiro, sublinhou que “nunca a Universidade Católica fez mau uso da sua autonomia e liberdade e entendemos que, à luz do parecer que solicitámos, não temos de alterar nada no que concerne à liberdade de autonomia e funcionamento da instituição”, tanto no que toca à criação de novos cursos, como à criação de “pólos ou extensões fora da sede”. Ao Estado compete fazer a fiscalização e promover a avaliação das instituições de ensino<sup>15</sup>. “Queremos ser inspeccionados, fiscalizados e avaliados. Mas não queremos que nos retirem a liberdade e a autonomia.”<sup>16</sup>

A Rádio Renascença, em “Notas de Abertura”, denunciaria a multiplicação de ataques do Governo à UCP<sup>17</sup>. E Cavaco Silva, em artigo no *Diário de Notícias*, anotava que os ataques do governo ao Ensino Superior Privado e à Universidade Católica tinham origem num “preconceito ideológico”, sendo “preciso reforçar e não reduzir as formas de concorrência no ensino”<sup>18</sup>.

<sup>14</sup> Mário Pinto, “Subsidiem as famílias e os jovens – e isso basta”, *Público*, 2001.

<sup>15</sup> *Jornal de Notícias*, 30.I.2001.

<sup>16</sup> *Diário do Minho*, 2.II.2001.

<sup>17</sup> *Correio da Manhã*, 3.II.2001.

<sup>18</sup> *Diário de Notícias*, 2.II.2001; e *Expresso*, 3.II.2001.

A celebração do dia da UCP, a 2 de fevereiro, com a presença do Ministro serviu, porém, para reforçar a defesa do estatuto da Universidade mas também o desejo de diálogo com o governo a propósito da regulamentação da LOOES.

### **O corte do subsídio tradicional**

No orçamento para 2001, levado pelo governo ao parlamento, era operado um corte no tradicional financiamento do Estado à Universidade Católica, introduzido pelo primeiro governo socialista de Mário Soares. Não sendo muito vasto – cobria menos de 10% do orçamento nacional da Universidade, no montante de cerca de 700 000 contos – era porém muito significativo, pois traduzia o reconhecimento por parte do Estado da alta função social e pública desempenhada pela Universidade Católica, e permitia à Universidade, a concessão de bolsas a estudantes carenciados, e à Reitoria, a possibilidade de acorrer, através de um Fundo de Coesão, às necessidades dos vários centros da Universidade.

A decisão da redução desse subsídio para apenas 300 000 contos foi comunicada ao reitor pelo ministro na primeira audiência que lhe concedeu a 24 de outubro. O que levou o Reitor a colocar o problema quer ao Primeiro-Ministro quer ao Ministro da Presidência, e a contactar alguns deputados socialistas, nomeadamente o Presidente da Comissão de Educação do Parlamento.

O Reitor tornou pública, em Viseu, por ocasião da abertura do ano académico a 7 de dezembro, essa redução no “subsídio que invariavelmente todos os governos constitucionais, ininterruptamente deram à Universidade ao longo destes 23 anos de democracia, por reconhecerem a inequívoca função pública que desempenha”, na proposta orçamental apresentada ao parlamento, “sem que nos tenham sido apresentadas razões convincentes para a decisão nem de natureza financeira nem académica”<sup>19</sup>.

No entanto, só quando o *Expresso*<sup>20</sup> o noticiou, a decisão do governo passou para a comunicação social, que não deixou de explorar a contradição de um governo, com um Primeiro-Ministro (António Guterres) e um Ministro da Educação (Oliveira Martins) católicos terem tomada uma decisão que causava sérios embaraços à Universidade Católica. A iniciativa fora porém do Secretário de Estado José Reis. Recebera uma delegação de competências do Ministro

---

<sup>19</sup> Manuel Braga da Cruz, *Os Dias da Universidade e outras intervenções*, Lisboa, UC Editora, 2012, p. 166.

<sup>20</sup> *Expresso*, 20.I.2001.

para o Ensino Superior, e procedera por isso à elaboração da lei, assessorado juridicamente por Vital Moreira.

O Secretário de Estado confessou desconhecer quando começara a ser atribuído o subsídio e durante quantos anos o fora, mas explicou ao *Expresso* que “o Ministério entendeu que não havia fundamento para atribuir aquele dinheiro”<sup>21</sup>, e disse ao *Público* que “este era um subsídio para o qual não havia base, nem fundamentos, nem regras”, lembrando que os “princípios de transparência obedecem a uma candidatura, avaliação do projeto por um júri e à concorrência com outros pedidos de subsídio”<sup>22</sup>, como se se tratasse do financiamento a um projeto e não, como era na realidade, a uma instituição.

O Ministro invocou para o corte do subsídio o facto de não se coadunarem com “as regras de financiamento do Ensino Superior Público e de apoio público ao Ensino Particular e Cooperativo”, admitindo outras formas que o Estado usa para apoiar o ensino superior estatal, mas que não especificou<sup>23</sup>.

O Reitor chamou a atenção para o facto de nenhum governo algum dia ter posto em causa o subsídio, ao longo dos 23 anos em que fora concedido, porque reconheciam a qualidade da Universidade. O presente governo mudara de ideias: reduzia o subsídio para 300 000 contos, destinados à Ação Social. A verba que se retirava rondava os 500 000 contos, e destinava-se quer à Ação Social, quer a um Fundo de Coesão da Universidade, que permitia, por exemplo, pagar as participações nacionais dos projetos do PRODEP<sup>24</sup>.

O próprio D. José Policarpo havia de estranhar a forma drástica e repentina da medida: “Não se corta um subsídio, assim, de repente.” E explicou a evolução que vinha até desde os tempos do Ministro Veiga Simão<sup>25</sup>.

Mário Pinto, num dos seus artigos no *Público*, contestou as afirmações do Secretário de Estado do Ensino Superior José Reis, de que o financiamento à Universidade Católica não tivesse nem “regras nem justificação”, defendendo, pelo contrário, que “o subsídio recebido pela Universidade Católica teve sempre fundamento legal”<sup>26</sup>, pois o governo sempre inscreveu o referido subsídio no Orçamento do Estado que era aprovado pela Assembleia da República<sup>27</sup>.

No dia da UCP, o Reitor, na sua mensagem tradicional, referiu-se às preocupações da Universidade com algumas interpretações da nova Lei e ao corte do

<sup>21</sup> *Expresso*, 20.I.2001.

<sup>22</sup> *Público*, 23.I.2001.

<sup>23</sup> *Diário de Notícias*, 24.I.2001.

<sup>24</sup> *Público*, 25.I.2001.

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, 27.I.2001.

<sup>26</sup> Mário Pinto, “Estado, cidadãos e equívocos”, *Público*, 26 de fevereiro de 2001.

<sup>27</sup> Mário Pinto, “Subsidiem as famílias e os jovens – e isso basta”, *Público*.

subsídio, pedindo aos católicos que “acompanhem com atenção e solidariedade os esforços da UCP na defesa da sua liberdade e autonomia” e que “contribuam, na medida das suas posses, para ajudar a Universidade”<sup>28</sup>, sobretudo os alunos mais carenciados, para que “ninguém que queira frequentar a UC deixe de o fazer por motivos económicos e, desse modo, para que a liberdade de escolher a UCP seja real para todos – favorecidos e desfavorecidos”.

O anúncio do corte do financiamento à Universidade Católica originou uma onda de solidariedade para com a Universidade Católica, que propiciaria o clima à criação de uma Fundação que garantisse à Universidade a sua estabilidade financeira, Fundação essa que viria a ser anunciada publicamente a 1 de fevereiro de 2002 no Porto, na cerimónia do Dia da UCP. Vastos sectores da sociedade portuguesa, inclusive do Partido Socialista, não compreendiam as razões desta hostilidade ao ensino privado e à Universidade Católica.

O Reitor, em entrevistas à comunicação social<sup>29</sup>, queixou-se do corte não explicado e inesperado do subsídio: “não sabemos as razões que levaram o governo a ter este tipo de atitude para com a Universidade Católica”. Denunciou a concorrência desleal a que está sujeito o ensino não oficial, e o estatismo em curso no ensino superior: o Estado não deve querer fazer tudo, “relegando o ensino privado para um papel meramente residual. A prosseguir esta orientação, qualquer dia não há ensino privado em Portugal”; era importante “que o Estado fizesse menos e fizesse mais seletivamente”. O Estado devia ter “um papel supletivo e seletivo”, não devendo “ir aos remos” mas sim “ao leme”. Criticou a disparidade de critérios dentro do governo para com a Universidade Católica, e estranhou que se pretenda que “depois de termos sido uma universidade nacional durante 30 anos, deixemos de o ser”. Enjeitou a acusação de exceção: a liberdade e autonomia, pedimo-la também para os demais.

O Primeiro-Ministro, incomodado com o impacto público da polémica, pretendeu aproveitar a inauguração do novo edifício da Escola das Artes da Católica no Porto, a 7 de março de 2001, para a qual o Reitor o convidara, para definir a posição do governo, e disse solenemente que a Universidade Católica, com a sua especificidade, não se confunde nem com o público nem com o privado. Mais: afirmou claramente que “a Universidade Católica é, aliás, a única universidade verdadeiramente nacional, isto é, a única cuja atividade se estende sem limitações a todas as áreas que compõem o território do nosso país. O Estado deve ter e quer ter com a Universidade Católica uma relação

---

<sup>28</sup> “Para abrir a Universidade aos que querem, apoie os que não podem”, Mensagem do Reitor para o Dia da UCP, *Diário do Minho*, 25.I.2001.

<sup>29</sup> *Expresso*, 3.II.2001; *Euronotícias*, 23.III.2001.

de apoio contratualizado no sentido de que as finalidades de interesse público indiscutível que desempenha possam prosseguir com clareza, com objetividade e com a transparência que penso em tudo contribuirão para o prestígio da Universidade e para a própria capacidade de afirmação dessa mesma Universidade na vida coletiva do nosso país.”<sup>30</sup> Apesar disso, o Secretário de Estado do Ensino Superior, não respeitando esta orientação, insistiu em projetos que arrumavam a Universidade Católica no ensino particular e cooperativo.

O Reitor reiterou as suas críticas, pouco depois, insistindo nos desentendimentos no seio do governo relativamente à Universidade Católica, precisando: “Há forças adversas à Universidade Católica que lhe querem reduzir o espaço de atuação; um sector profundamente laicista que tem expressão no PS e no governo.”<sup>31</sup> E perante a reincidência de posições do Secretário de Estado, de pretender integrar a UCP no ensino particular e cooperativo, o que contrariava não só a tradição mas as próprias afirmações do Primeiro-Ministro no Porto, bem como o que o próprio Ministro dissera ao Reitor em audiência, perante o próprio Secretário de Estado, o Reitor denunciou divergências no seio do governo e, mais precisamente, que “a Secretaria de Estado não está a seguir as diretrizes políticas do Primeiro-Ministro”, nem do Ministro<sup>32</sup>.

O próprio D. José Policarpo, presidente da Conferência Episcopal, e autor da sua Nota Pastoral, intitulada “Crise de Sociedade, Crise de Civilização”, se referiu a “forças de influência, ideológica ou política, normalmente importadas” que tentaram diminuir, ou mesmo anular, esta matriz cristã da nossa cultura”, responsáveis por “manifestações remanescentes desses desígnios ocultos de contraditar a influência da Igreja”<sup>33</sup>. Não fora apenas o debate sobre a nova Lei da Liberdade Religiosa que o evidenciara, mas também “opções fraturantes”, que configuraram o “curso legislativo inquietante” que o parlamento conhecia, na expressão do Reitor<sup>34</sup>.

O problema acabará com a substituição da equipa ministerial da Educação na remodelação governativa que ocorreu em junho de 2001. Augusto Santos Silva e José Reis, Ministro da Educação e Secretário de Estado do Ensino Superior, respetivamente, foram substituídos por Júlio Pedrosa e Pedro Lourtie. A ameaça de alterar o estatuto da Universidade Católica caía com essa

<sup>30</sup> *Inauguração dos novos edifícios do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Auditório Ilídio Pinho. 29 de março de 2001, UCP, CRP.*

<sup>31</sup> *Jornal de Letras/Educação*, 18.IV.2001, p. 8.

<sup>32</sup> *Diário de Notícias*, 12.V.2001.

<sup>33</sup> “Crise de sociedade, crise de civilização”, *Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa*, 26 de abril de 2001.

<sup>34</sup> *Visão*, 17 de maio de 2001.

remodelação. A autonomia e a liberdade mantinham-se. O subsídio perdia-se parcialmente.

O Ministro da Presidência Oliveira Martins admitiu ainda a possibilidade de compensar a perda do subsídio com apoio financeiro, através da apresentação de projetos respeitantes à nova economia e à sociedade da informação, no âmbito do PROINOV, o que não veio a acontecer, pois o referido programa não tinha verbas próprias consignadas.

O Presidente da República, cuja posição contrastava com a do Ministério da Educação, aceitou presidir à inauguração do novo edifício da Faculdade de Engenharia no *campus* de Sintra, a 6 de julho, já com a presença do novo Secretário de Estado do Ensino Superior. O Reitor aproveitou a circunstância para reafirmar a necessidade de se proceder a “necessárias retificações nas orientações seguidas nos últimos anos [na política da educação] e que o caminho volte a ser o do aprofundamento da autonomia e responsabilidade das universidades”, e insistiu que a Universidade Católica não quer “privilégios, mas tão-só que a liberdade de que temos usufruído e a responsabilidade de que temos dado provas, sejam dadas e pedidas a todos”. O novo Secretário de Estado Pedro Lourtie, por seu lado, sublinhou que o “estatuto concordatário existe e corresponde a uma situação específica da universidade católica que nós respeitaremos”. O Presidente Jorge Sampaio sublinharia igualmente o “espaço singular” ocupado pela Universidade Católica, pela sua história, pela “exigência que tem colocado na definição e gestão do seu projeto”.

A batalha pela especificidade da Universidade Católica estava ganha. O mesmo não acontecia com o subsídio. O Reitor ainda tentou junto da nova equipa do Ministério da Educação recuperar o subsídio, solicitando em carta ao Ministro a sua inclusão no orçamento para 2002<sup>35</sup>, e reiterando o pedido na audiência de 7 de agosto, concedida pelo Ministro ao Reitor, mas sem êxito. O ano orçamental que se avizinhava era de “crescimento zero” para as universidades.

Mas outras questões surgiam que denunciavam um clima de hostilidade para com a Universidade Católica, como foi exemplo a tentativa da Alta Autoridade para a Comunicação Social de impedir a UCP de realizar sondagens. O pretexto foi a necessidade de regular a realização de sondagens políticas, exigindo que fossem feitas apenas por empresas credenciadas, com certo capital social mínimo. Alertado o Secretário de Estado para o facto de essa limitação a empresas comerciais impedir as universidades de o fazer, limitando a sua atividade científica, rapidamente a corrigiu. O que não impediu porém que uma

---

<sup>35</sup> Carta do Reitor Manuel Braga da Cruz ao Ministro Júlio Pedrosa, de 25 de julho de 2001.

contraordenação da Alta Autoridade fosse movida à UCP por ter continuado a atuar, dando cumprimento a compromissos anteriormente assumidos.

### **A criação da Fundação da Universidade Católica**

A perda do subsídio gerara uma onda de simpatia para com a Universidade Católica. Muita gente não percebia as razões da animosidade contra a UCP, que reconhecia pelo relevante papel desempenhado na sociedade portuguesa. Os antigos alunos eram a demonstração mais acabada do que fazia a UCP por Portugal. Esse reconhecimento começava aliás a ser internacional. Alguns dos melhores alunos de universidades estrangeiras eram antigos alunos da Católica.

A Reitoria tentou aproveitar essa onda de simpatia e solidariedade para lançar um fundo que permitisse à UCP viver no futuro sem estes sobressaltos políticos. Fundo esse que deveria ser constituído através dos anos, e gerido por uma Fundação, de que os doadores fossem Curadores, e por conseguinte corresponsáveis. Seria uma forma de reforçar também a ligação entre a UCP e a sociedade portuguesa.

Foram convidados a participar na constituição desse fundo umas dezenas de empresas e grupos económicos portugueses, financeiros, industriais e de serviços. Durante 10 anos, seriam feitas entregas regulares. Aderiram mais de uma dezena das entidades convidadas: os maiores bancos, alguns dos maiores grupos económicos<sup>36</sup>.

Aprovados os Estatutos, e criados os órgãos de gestão, todos os anos eram convocados os curadores que cogeriam o fundo e a Fundação.

O primeiro donativo para o fundo da Fundação, partiu dos próprios alunos. Ao tomarem conhecimento da iniciativa, perante a ofensiva contra a Universidade, pediram uma audiência ao Reitor os cinco presidentes das Associações de Estudantes de Lisboa, para fazer entrega de um cheque de 50 contos. Esta atitude era bem demonstrativa da cultura universitária da UCP e do papel nela desempenhado pelas Associações de Estudantes.

Dez anos volvidos, sobre a data da Fundação, o fundo capitalizava uma verba próxima dos 5 milhões de euros.

---

<sup>36</sup> Banco Comercial Português, Banco Espírito Santo, Banco BPI, Banco Santander, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Mello, Grupo Somague, EDP, Vodafone, PT.

## A unidade interna

A adoção de um novo modelo de governo da universidade, com a integração nas reuniões da Reitoria dos Presidentes dos Centros Regionais, como se de Vice-Reitores se tratassem, contribuiu de forma significativa para o reforço da responsabilidade pelo todo nacional da universidade junto dos responsáveis regionais. As relações da Reitoria com os Centros Regionais passaram a decorrer de forma mais colegial.

O diferendo que grassava no interior da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais era entre dois modelos de escola: de um lado, um modelo que privilegiava a investigação científica, e existência de um corpo docente próprio exclusivamente dedicado à vida académica, preparando desse modo a afirmação internacional; do outro, um modelo que privilegiava a atividade docente, em detrimento da investigação, e a partilha da atividade docente com a atividade profissional e empresarial. A direção que fora empossada sustentava a primeira posição. A nova Reitoria confirmaria a orientação que vinha sendo adotada.

Tal divergência assumiu expressão pessoal de difícil conciliação, e também uma expressão regional entre Lisboa e Porto, acabando por ser resolvido com a criação de uma nova Faculdade de Economia e Gestão no Centro Regional do Porto, que o Reitor não foi capaz de impedir. Lisboa achava que, sem o Porto, poderia mais facilmente aceder aos *rankings* internacionais de qualidade. O Porto entendia que, liberto de Lisboa, poderia gerir mais adequadamente o seu próprio modelo.

Também em Braga estava demissionária a Comissão de Instalação do Centro Regional. Por isso, num dos primeiros atos públicos – dar posse, a 20 de outubro de 2000, ao novo Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, Prof. Nuno da Silva Gonçalves s.j. – o Reitor referiu a dívida da Universidade para com a diocese de Braga, para com a Companhia de Jesus e para com a Faculdade de Filosofia, que a Universidade devia saldar com a instalação do Centro Regional. Se diminuía os que procuravam a filosofia como formação graduada, sobretudo pelo desaparecimento do ensino obrigatório da Filosofia no secundário, no entanto crescia o reconhecimento da importância da filosofia em vários domínios científicos e profissionais. A atribuição do nome de Faculdade de Ciências Sociais à nova Faculdade entretanto criada, separando áreas de competência entre elas, entregando as humanidades à de Filosofia e a nomeação de um Vice-Reitor – o Prof. Carlos de Azevedo – para presidir à Comissão Científica da nova Faculdade, e permitir à Reitoria um mais próximo acompanhamento da instalação académica da nova unidade; ajudaram a resolver os problemas que tinham sido criados entre a antiga e a nova faculdades. O que

não impediu que, em torno das Ciências da Educação, tivesse ocorrido uma disputa indesejável.

E o Presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional passaria a integrar a Reitoria.

### **A construção da capela em Lisboa**

Se o clima de adversidade externa contribuir grandemente para reforçar a unidade interna, também a campanha para a construção de nova capela no *campus* da Palma de Cima, em Lisboa, foi fator de forte afirmação da identidade da Universidade Católica e de reforço da unidade.

Há muito que se reclamava uma nova capela. Existia mesmo um projeto de capela no campus, logo à entrada. Pensava-se que uma capela bem visível poderia constituir um fator de identificação externa da natureza da Universidade.

Por isso, a primeira ideia foi a de convidar os movimentos profissionais católicos (juristas, professores, empresários, etc.) a colocarem as suas sedes no mesmo edifício da capela da Universidade, ajudando a universidade a construir uma capela que seria usada pelos próprios movimentos católicos de profissionais, com quem a Universidade queria ter relações privilegiadas. Mas tal ideia não mereceu acolhimento favorável por parte de alguns desses movimentos.

Por outro lado, a Câmara Municipal negou autorização para a construção de um novo edifício na parte sul do *campus*, onde se pretendia localizar a Capela, alegando que o índice de edificabilidade já havia sido ultrapassado.

Não restava outra alternativa senão localizar a Capela dentro de um dos edifícios existentes, e proceder a uma angariação de fundos para o efeito recorrendo aos membros da Universidade e aos amigos e benfeitores.

Decidiu-se aproveitar o rés do chão do edifício da Biblioteca, numa zona onde funcionara anteriormente uma tipografia da Universidade, encerrada e vendida. A capela seria assim uma cripta da Biblioteca, para a qual se impunha abrir uma escada de acesso, descendo a partir da entrada no edifício.

Realizado e aprovado o projeto de arquitetura, procedeu-se a uma campanha de angariação de fundos, que mobilizou todo o corpo docente, todo o corpo de funcionários e os próprios alunos, numa grande operação que muito contribuiu para juntar a universidade em torno de uma causa identitária comum. Foi encarregada de toda esta campanha a Vice-Reitora Prof.<sup>a</sup> Maria da Glória Garcia, com quem colaborou o Vice-Reitor Prof. Carlos Azevedo.

Recolheram-se donativos de obras de arte com os quais se realizou um leilão, promoveram-se jantares de benfeitores e sessões de fado, para angariação de donativos.

A capela foi efetivamente construída, com essas ajudas especificamente recolhidas para esse fim, sem que os seus custos tivessem pesado no orçamento de exploração da Universidade. Seria benzida pelo Magno Chanceler, e passaria a funcionar no ano letivo de 2001–2002.

## O Centro Regional do Porto

Uma das maiores ameaças à unidade da Universidade estava na tensão criada com a tentativa de substituição do Presidente do Centro Regional do Porto, Prof. Francisco Carvalho Guerra, sem que o próprio fosse ouvido, e sem o consentimento do Bispo local. Era preciso restaurar a confiança e preparar o futuro.

O novo Reitor quis dar um sinal dessa vontade de aproximação ao escolher para a equipa reitoral um professor de Teologia do Centro Regional do Porto – o Doutor Carlos de Azevedo – e ao chamar às reuniões de Reitoria o Presidente do Centro Regional Prof. Francisco Carvalho Guerra. E quando se aproximou o final do seu mandato, não hesitou em reconduzi-lo, com o compromisso de que esse seria o último mandato, cabendo a quem o exercia preparar o nome do seu sucessor em diálogo com a Reitoria. O nome escolhido, de comum acordo, viria a ser o do Prof. Joaquim Azevedo, que tomaria posse em 2006.

Num gesto de aproximação e de expressão de vontade de colaboração, a Reitoria ajudou, logo de início, a diminuir o défice da Escola Superior de Biotecnologia, mediante uma entrega a fundo perdido de metade dessa dívida, e resolveu, através de árdua negociação com a Universidade do Porto, com a mediação da Direção-Geral do Património, o problema dos terrenos do polo da Asprela, que haviam sido entregues à UCP em compensação da expropriação dos terrenos que lhes haviam sido cedidos, atravessados pela autoestrada Porto–Braga, mediante uma cessão por 99 anos.

A nova Escola das Artes, com as suas novas instalações construídas ao abrigo de uma candidatura ao PRODEP, seria inaugurada com a presença do Primeiro-Ministro em março de 2001.

Em setembro de 2001 teve lugar um Congresso Internacional sobre os Pensadores Portuenses Contemporâneos (1850–1950)

O CR do Porto apresentara um Projeto ao PRODEP para construção de um edifício na Foz, destinado a cantina. Dada a dificuldade em ver todos os projetos apresentados ao PRODEP aprovados, por sugestão da própria gestora, a UCP optou pela candidatura ao de Viseu, por ser o de maior expressão, renunciando os demais polos aos que tinham apresentado.

Em finais de 2003, a AEP propôs à UCP um protocolo para montar uma Escola de formação de executivos juntamente com a Universidade de Aveiro, do Porto e do Minho. O Minho logo de início excluiu-se, dizendo que pretendia fazê-lo com a Universidade de Compostela, o que nunca veio a acontecer. O Porto rejeitou o convite, preferindo integrar na Universidade do Porto a Escola existente. Ficaram as Universidades Católica e a de Aveiro, que encetaram conversas juntamente com a AEP.

A UCP considerava oportuna uma articulação com a Associação Empresarial do Norte, pois tal lhe poderia garantir, por parte das empresas associadas, um público mais vasto de que precisava. A Universidade de Aveiro acabaria por se desligar, ficando apenas a parceria – que tomou o nome de EGE – a ser entre a Católica e a AEP.

A 19 de dezembro de 2003, o Eng. Ludgero Marques formulava as conclusões da reunião havida no Europarque, no dia 11 desse mês: aceitar-se-ia a entrada na EGE da ESADE de Barcelona, já parceira da Faculdade de Economia e Gestão do Centro Regional do Porto da UCP, e a direção seria entregue ao Eng. Luís Todo Bom a partir de 1 de janeiro de 2004.

A UCP, por seu turno, precisou em carta do Reitor ao Presidente da AEP, de 27 de janeiro de 2004, as suas condições: a adesão à EGE não poderia significar perda de resultados na formação de executivos para a FEG, que passava o seu MBA para a EGE; a formação de executivos não prejudicaria a formação pós-graduada universitária; a UCP, e a sua experiência no domínio da formação de executivos, deviam deter a liderança do projeto, e ver garantida a contratação dos seus docentes; o projeto deveria ter ambição internacional.

## **A instalação de um Centro Regional em Braga**

A criação de uma nova Faculdade, para a instauração de um Centro Regional em Braga (que requeria a existência de três faculdades), sem designação nem natureza específica, fazia adensar a suspeição que a iniciativa partira do clero diocesano para fazer concorrência à Faculdade de Filosofia dos jesuítas, que se dedicava ao ensino das Humanidades, desde a fundação da UCP. Na realidade, fora aproveitada uma ideia da Câmara Municipal de disponibilizar à UCP as instalações do antigo Hospital Militar e antiga Esquadra da Polícia que se encontrava entre a Faculdade de Teologia, na Rua de S. Margarida, e a Faculdade de Filosofia, no Largo das Teresinhas. Essa ideia encontrara apoio do Ministério das Finanças, ao tempo do Ministro Sousa Franco, que, para além da doação do terreno, pusera à disposição da Universidade uma verba de 100 000 contos para a recuperação dos edifícios.

Com o aparecimento de uma terceira faculdade, estava aberto o caminho para a instauração de um Centro Regional em Braga da UCP, para a direção de cuja Comissão Instaladora havia sido nomeado o Pe. José da Silva Lima, membro do clero diocesano e Professor de Teologia. A nova Faculdade era vista como um prolongamento da Faculdade de Teologia.

O mal-estar instalara-se com a definição das primeiras ofertas a fazer pela Nova Faculdade, que confirmavam a impressão de concorrência com a Faculdade de Filosofia, e que levaram à demissão do Diretor da Faculdade dos Jesuítas, Prof. Alfredo Dinis, da Comissão Instaladora do Centro Regional de Braga.

Ao dar posse ao novo Diretor da Faculdade de Filosofia, o Reitor fez questão de chamar a atenção para a importância da colaboração entre as várias unidades do Centro Regional de Braga em instalação: “O Centro Regional de Braga da UCP só tem a ganhar com o engrandecimento de cada uma das suas unidades, e tudo a perder com o seu enfraquecimento. Não deve pois crescer à custa de nenhuma das suas unidades, mas fomentando a consolidação e permitindo o crescimento de todas elas, e estreitando a colaboração entre elas.”

Impunha-se pois uma clarificação da situação, sem deixar de aproveitar o oferecimento à UCP de novas condições de desenvolvimento. Foi por isso atribuído, em março de 2001, o nome de Faculdade de Ciências Sociais à nova Faculdade, deixando as Ciências Humanas para a Faculdade de Filosofia que as cultivava de longa data. Tal correspondia aliás à natureza do primeiro curso de licenciatura lançado na nova faculdade: Serviço Social. Braga passava assim a constituir uma “trindade de saberes”, como comentou o *Diário do Minho*: “sobre Deus, com a escola de Teologia, sobre o Homem, com a de Filosofia, e sobre a sociedade, com a institucionalização da escola de Ciências Sociais”<sup>37</sup>. E para garantir o acompanhamento mais próximo pela Reitoria do projeto, e sua articulação com o existente, foi designado como Presidente do Conselho Científico da nova faculdade o Vice-Reitor Prof. Carlos Azevedo.

Havia sido dado início à recuperação dos edifícios antigos do novo *campus* da Rua Camões, mediante a abertura de concurso, sendo adjudicada a empreitada em maio de 2001. No ato de assinatura dos contratos, o Reitor falou de “dívida de gratidão da UCP para com Braga”<sup>38</sup>. E quando em novembro desse mesmo ano, se realizou em Braga a reunião anual dos funcionários da UCP, o Reitor falou de “regresso às origens”, e da dívida de gratidão para com os fundadores da Universidade<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> *Diário do Minho*, 23 de março de 2001, p. 4.

<sup>38</sup> *Diário do Minho*, 16 de maio de 2001.

<sup>39</sup> *Diário do Minho*, 11 de novembro de 2001.

Apesar de ter sido apresentado um Projeto ao PRODEP para financiamento das obras, a recuperação do *campus* Camões ficou a cargo integral da Universidade, que envolveu o Reitor e o Presidente do Centro Regional em operações de *fundraising* local.

O Centro Regional de Braga, em instalação, era porém particularmente afetado pelo decréscimo da procura universitária e pela concorrência desleal das universidades públicas. A Universidade do Minho estabelecera um acordo tácito com a Universidade Católica no sentido de não abrir ofertas concorrenciais. No entanto, achando que a Universidade Católica entrara com a nova faculdade em domínios que já cultivava, achava-se no direito de também entrar em domínios iniciados pela Universidade Católica, mormente a filosofia. O que fez o Reitor pronunciar-se sobre o problema do financiamento do Ensino Superior na abertura do ano académico em finais de outubro de 2001, que considerava não apenas um problema de justiça social distributiva, mas também um problema de estratégia de qualificação do ensino superior. “Ao ser praticamente gratuito o ensino público, e cerca de dez vezes mais cara a frequência do ensino privado”, existe um problema de justiça distributiva. “É que o dinheiro público, que é de todos, é apenas usufruído por uns, sendo os outros obrigados a pagar duplamente os seus estudos; o dos outros, com os seus impostos, e os próprios com as propinas que cobrem realmente os custos do ensino que recebem.” Para além disso, “a fórmula atual de financiamento, exclusivamente baseada no número de alunos, é favorecedora da expansão a todo o custo e, de qualquer modo, refreadora dos processos de qualificação”.

Foi por isso que o Reitor apresentou ao Governo uma proposta de alargar as bolsas de mérito ao ensino privado e concordatário. Todos os alunos entrados no ensino superior particular e concordatário com uma alta classificação, e os que a mantivessem, beneficiariam de uma bolsa de mérito que cobriria a quase totalidade das propinas. Dessa forma se equiparava a situação dos melhores alunos das universidades não estatais às dos alunos das universidades estatais e, ao mesmo tempo, se promovia a qualidade das universidades particulares, aumentando o número dos seus bons alunos.

O *campus* Camões seria inaugurado em janeiro de 2005.

*“O projecto deste campus – sublinhou o Reitor – nasceu para complementar e enriquecer os projectos universitários anteriormente existentes em Braga, e nunca para os substituir nem diminuir. Pretendeu acrescentar, ao tradicional cultivo da Teologia, da Filosofia, das Humanidades e das Ciências da Educação, a que já se votavam as faculdades aqui existentes da UCP, as ciências sociais, mormente em áreas educativas e de investigação não existentes.*

*“Esta ideia inicial de complementaridade estendia-se também às outras instituições universitárias da cidade e da região. Pretendíamos colmatar lacunas e deficiências mais do que duplicar ou dobrar o que já existia.*

*“Nem sempre esta proposta terá sido suficientemente compreendida, e daí a vantagem de reafirmar hoje a determinação de sermos diferentes, de darmos a Braga o que a cidade precisa, e não de reincidir em ofertas já existentes.”*

Uma vez inaugurado o *campus* Camões e nele instalada a nova Faculdade de Ciências Sociais, sob a direção do Prof. Luís Oliveira Ramos e, mais tarde, da Prof.<sup>a</sup> Engrácia Leandro, punha-se o problema da consolidação do Centro Regional de Braga e das suas unidades. As Humanidades estavam em manifesta retração de procura e de saídas profissionais, o mesmo acontecendo com as Ciências Sociais. E a Universidade tinha a uns escassos 50 quilómetros outro Centro Regional, no Porto. Parecia óbvio que uma articulação de esforços e um reforço da cooperação era o caminho a percorrer.

Desde logo existia o problema da Teologia, com dois cursos – um no Porto e outro em Braga – ambos em perda de alunos. E em Braga, ao lado da Faculdade de Filosofia, existia o núcleo de Filosofia da Faculdade de Teologia, tal como no Porto. Tudo parecia indicar a necessidade de uma racionalização. Consultados os Bispos das duas dioceses. Ambos concordavam com a vantagem de uma fusão de cursos, pertencentes aliás à mesma Faculdade nacional. Maior problema era a localização desse curso unificado. Parecia que Braga estaria melhor apetrechada para receber o ciclo filosófico, ficando o ciclo teológico para o Porto. Não foi possível encontrar consenso sobre tão delicado assunto.

O problema da complementaridade e do aproveitamento de sinergias colocava-se também para outras áreas. A Faculdade de Filosofia abria um curso de Filosofia e Desenvolvimento da Empresa, que a breve trecho se estava convertendo num curso de Gestão. Era preciso impedir que as Faculdades, em disputa entre si, se “generalizassem”, acabando por prejudicar a própria identidade. E a Faculdade de Ciências Sociais entrava nas Ciências da Educação, tradicionalmente pertencentes à Faculdade de Filosofia.

Em outubro de 2006, o Arcebispo de Braga propunha ao Reitor uma revisão dos Estatutos da Universidade, propondo uma “descentralização patrimonial e administrativa dos centros” e a “criação do Centro Regional de Braga”. O Reitor observou que os problemas financeiros que a Universidade estava enfrentando, sobretudo com o endividamento de Viseu, resultavam precisamente “de uma excessiva autonomia dos Centros Regionais”. E quanto ao CRB observou que ele já existia, embora em regime de instalação, que seria de

manter por estar “longe de estar consolidado, sobretudo em termos académicos, onde a instabilidade de algumas unidades e cursos é ainda grande, e a ausência de corpo docente próprio nalgumas faculdades preocupante”<sup>40</sup>.

O regime de instalação do Centro Regional terminaria em Braga em março de 2009.

Uma vez terminadas as obras do *campus* Camões, o Presidente da Comissão Instaladora, Prof. Silva Lima, solicitou uma merecida “licença sabática” para preparar a sua Agregação. Era preciso encontrar um substituto. A Reitoria lembrou-se de propor o nome do Presidente do Centro Regional do Porto, Prof. Joaquim Azevedo, recentemente empossado, para presidir à Comissão instaladora do Centro Regional de Braga. Concentradas as duas funções na mesma pessoa, talvez mais fácil fosse promover a colaboração entre os dois centros do Norte, e a promoção de sinergias. Mas a ideia não foi bem aceite. Acabaria por ser designado o Prof. Pio Alves de Sousa, da Faculdade de Teologia, já Vice-Reitor, em Lisboa, em dois reitorados, onde deixara marcas e recordação de boa gestão. Viria a ser substituído pelo Prof. João Duque, quando promovido a Bispo Auxiliar do Porto.

Apesar dos esforços, as duas Faculdades de Humanidades e Ciências Sociais iam perdendo alunos. Foi então que surgiu a ideia de criar em Braga, na Faculdade de Ciências Sociais, ofertas nas áreas do Turismo e do Urbanismo.

Uma formação superior em Turismo, a instalar em Braga, precisava de articular intensamente com a Faculdade de Economia e Gestão do Porto. A proximidade do Parque Natural da Peneda-Gerês, a disponibilidade dos Hotéis do Bom Jesus, parecia favorecer a ideia. Era no entanto preciso alargar o conceito à “*Hospitality*”, muito para além do sentido estrito do Turismo, abarcando hospitais, banca, “*real estate*” ou imobiliário, cruzeiros, aeroportos, telecomunicações, *call-centers*, supermercados, etc. Mais do que o simples mercado hoteleiro, o que crescia eram as necessidades de “*hospitality*”, a que importava saber dar resposta. Urgia não apenas formar para esse mercado de trabalho em crescimento, mas fomentar o empreendedorismo, suscitar iniciativa nessas áreas em expansão.

Da mesma forma, o País necessitava de urbanistas, e de uma formação específica nessa área. Os urbanistas existentes, em número insuficiente, ou eram engenheiros ou arquitetos. As duas profissões reivindicam o exclusivo dessa formação. Pensou-se obter a colaboração da Associação Nacional de Municípios e do Centro de Formação Autárquica, estabelecer um protocolo com a CCDD Norte, que abrange grande número de municípios carenciados neste domínio, e criar um colateralismo com a Associação Portuguesa de Urbanistas.

---

<sup>40</sup> Carta do Reitor ao Arcebispo de Braga de 5.1.2007.

Após várias consultas, chegou-se à conclusão que era preferível desenvolver em Braga apenas ofertas na área do Turismo, que vieram a ser lançadas sob a direção do Prof. Nuno Fazenda, e associar o Urbanismo a unidades de natureza tecnológica já existentes, optando-se pela Faculdade de Engenharia, que ofereceu em 2011 uma Pós-Graduação em Urbanismo sob a direção do Prof. Costa Lobo.

## **O problema do Centro Regional das Beiras**

O Centro Regional das Beiras encontrava-se disperso por três polos – Viseu, Figueira da Foz e Leiria –, havendo ainda uma extensão da Escola Superior de Biotecnologia nas Caldas da Rainha. Sobre esta dispersão pairavam ameaças internas e externas.

A sua viabilidade económica afigurava-se problemática. Os resultados de exploração de Leiria e da Figueira da Foz eram negativos. E a exígua dimensão de cada um dos polos não garantia a suficiente “massa crítica” indispensável a um ensino de qualidade.

### **1. Encerramento do polo de Leiria**

A Reitoria tomou assim a decisão de propor ao Conselho Superior de março de 2001 a suspensão das matrículas nos cursos de Leiria, com vista ao seu progressivo encerramento. Motivara a decisão quer a insuficiência das qualificações formais do corpo docente, quer o reduzido número de alunos, que provocava o desequilíbrio orçamental crónico, quer ainda a precariedade das instalações.

Tal decisão foi mal recebida não só pelos alunos e alguns professores, mas também pelas autoridades locais. Na própria tarde do dia da reunião do Conselho Superior, uma delegação de professores e de alunos veio a Lisboa entregar uma declaração conjunta de discordância da decisão, lamentando não terem sido consultados. Alguns jovens professores levaram em manifestação os alunos para a rua, dando aulas nas praças, em protesto, e acusando a reitoria de “economicismo”. Os jornais faziam-se eco desta movimentação. E dias depois, era o Conselho Consultivo do polo (Governador Civil, Vice-Presidente da Câmara, Presidente da Associação para o Desenvolvimento de Leiria, Presidente do Núcleo Empresarial, Presidente da Região de Turismo) que, em comunicado, lamentava a decisão, para a qual não fora ouvido, e se mostrava disponível para encontrara uma solução. A Assembleia Municipal de Ourém lamentou também a decisão, tal como a Junta de Freguesia da Nazaré, e deputados pelo círculo

moveram também as suas influências para fazer reverter a decisão. A própria Associação dos Antigos Alunos do Seminário de Leiria exprimiria a sua tristeza com a decisão e a sua solidariedade com a comunidade académica, pedindo a revisão da decisão. O Centro de Património da Estremadura exprimiu também a sua preocupação e desagrado. O Presidente da Câmara da Marinha Grande traduzia igualmente a sua preocupação e exprimia a sua solidariedade com os que contestavam a decisão. O próprio Bispo de Leiria fazia entrega de mais de 7000 assinaturas pedindo ao Conselho Superior uma reavaliação da decisão.

No entanto, o Relatório da Comissão de Avaliação Externa, entretanto realizada, era muito crítico, denunciando dificuldades, enormes carências e deficiências, apontando para a necessidade urgente de preparação de quadros docentes próprios, avisando que a Universidade não poderia deixar subsistir a situação.

Os alunos manifestaram entretanto o desejo de acabar os seus cursos em Leiria, em vez de serem transferidos para outros polos da Universidade.

O prejuízo económico acumulado ultrapassou os 3 milhões de euros.

## **2. A Clínica Dentária de Viseu**

Em Viseu, existia desde 1999, um contrato-programa que permitia aos alunos frequentar a UCP pagando apenas as propinas do ensino público. A par da Faculdade de Letras, fundada pela Faculdade de Filosofia de Braga, existiam um Instituto de Desenvolvimento Económico-Social, que conheceu uma recente remodelação.

Foi iniciada a construção de um novo edifício destinado a albergar uma Clínica Dentária, para apoio a uma licenciatura em Medicina Dentária, e para uma nova licenciatura em Arquitetura.

Viseu reivindicava uma Universidade Pública. A criação de uma nova Faculdade de Medicina na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, foi sentida como uma preterição.

O Ministério pensou criar em Viseu uma extensão da Universidade de Aveiro. A proposta foi feita pelo anterior Ministro Marçal Grilo à Universidade de Aveiro que, por sua vez, projetou instalar aí uma Clínica Dentária, em aberta concorrência com a que estava já em construção na Universidade Católica. O facto não era novo. Evidenciava a estratégia, partilhada por muitas instituições públicas, de inviabilizar o ensino não estatal: criar unidades congêneres ao lado das não oficiais, para as liquidar através da concorrência desleal.

O Ministro Santos Silva decidiu criar uma unidade autónoma da Universidade de Aveiro, em Viseu, através de um decreto-lei. A Reitoria teve oportunidade

de se pronunciar sobre tal projeto em sede do CRUP, manifestando a sua estranheza pelo facto de, em tempos de redução da procura de ensino universitário e de contenção orçamental, se avançar com um novo projeto orçado em cerca de 10 milhões de contos, quando em Viseu havia já serviço público de ensino universitário, ministrado pela UCP, e pelo facto de não se compreender como se compatibilizaria esse projeto de extensão da Universidade de Aveiro em Viseu com a proibição de criação de polos e extensões.

A crítica da UCP foi particularmente acolhida pelas universidades estatais mais “periféricas” que se sentiam mais ameaçadas pelo novo projeto.

O Reitor, em reunião com o responsável pelo Grupo de Missão para o Ensino Superior da Saúde, Alberto Amaral, e com o Reitor da Universidade de Aveiro, conseguiu demover esta Universidade de prosseguir com o projeto de uma Clínica Dentária.

O Presidente da República solicitou então ao governo que retirasse o projeto de extensão da Universidade de Aveiro a Viseu, para não ter de o vetar, e comunicou ao novo Ministro, antigo Reitor da Universidade de Aveiro, que não estava na disposição de viabilizar o projeto. E, num discurso em Coimbra, criticou a criação de estabelecimentos de ensino superior apenas por serem “instrumentos de desenvolvimento regional e de criação de emprego local”<sup>41</sup>.

Na celebração dos 20 anos da UCP em Viseu, a 30 de novembro de 2000, o Reitor pediu o alargamento do contrato-programa a outros cursos como o de Medicina Dentária, e a outros polos da universidade, em cidades sem ensino universitário, nomeadamente Leiria

A Clínica Dentária seria inaugurada a 27 de setembro de 2001, com a presença do Ministro Júlio Pedrosa. A sua construção viria contudo a constituir um dos maiores problemas financeiros da história da Universidade.

Quando a equipa reitoral tomou posse, em 2000, encomendou uma auditoria financeira a toda a Universidade, realizada pela Andersen Consulting, com vista a uma mais racional e funcional gestão e organização, que não revelou especial motivo de preocupação com Viseu, não confirmando desse modo receios que corriam de deficiente administração. A Clínica estava a ser construída por uma Empresa que se dizia ser da própria Universidade. Fora apresentado um projeto de financiamento ao PRODEP que se esperava cobrisse a maior parte das despesas da construção.

No entanto, dada a excessiva descentralização administrativa instalada na Universidade, a Reitoria não tinha meios de controlar a evolução da situação financeira que se deteriorou rapidamente, à medida que, sem conhecimento

---

<sup>41</sup> Vital Moreira, “O Presidente e as Universidades”, *Público*, 10.IV.2001.

nem autorização superior, os dirigentes do Centro Regional das Beiras começaram a endividar-se para pagar as obras e a exploração negativa dos polos.

Quando se aprovou o Orçamento da Universidade para 2001, no Conselho Superior de 12 de janeiro, foi considerado incompleto o Orçamento de Investimentos para Viseu, por falta de identificação das fontes de financiamento. Mas desde logo se estabeleceu que os investimentos planeados ficavam dependentes da aprovação do projeto apresentado ao PRODEP.

Um orçamento complementar seria apresentado ao Conselho Superior nesse sentido a 9 de março, tendo sido aprovado um investimento de apenas 328 631 contos. Qualquer endividamento deveria ser aprovado pelo Conselho Superior.

Ao fechar as contas de 2001 o Centro Regional das Beiras não entregou a tempo os elementos solicitados, alegando dificuldades locais. A preocupação central aumentou.

No final do ano, o Conselho Superior foi surpreendido com um endividamento em 2001 de 2 363 996 de contos. Na realidade, porém, como se veio a apurar mais tarde, esse endividamento era já de 3 030 000 contos. A própria administração da CGD resolveu pedir uma carta de conforto à Reitoria, que ficou a saber de uma dívida de vários milhões de contos, abusivamente e clandestinamente contraída pela Presidência do Centro Regional, sem aprovação do Conselho Superior nem da Reitoria.

O Reitor substituiu nos começos de 2002 o Secretário-Geral, responsável por esse descontrolo. Quando se apurou o endividamento real em julho de 2002, depois de uma advertência do Banco de Portugal, o Presidente do Centro Regional assegurou a entrada próxima de receitas provenientes da Clínica e de uma anunciada patente. Em finais de 2002, a dívida bancária de Viseu ascendia a 3 738 000, aumentando 738 000 contos, acima dos 256 000 contos autorizados pelo Conselho Superior, na sua reunião de 17 de janeiro de 2002.

Foi então enviado a Viseu, o Diretor Financeiro da Universidade para apuramento da situação: a dívida era de cerca de 4 000 000 contos. O Reitor nomeou então, a 28 de abril de 2003, como Adjunto do Presidente do Centro Regional o Prof. Luís Bernardes, com funções de gestão económico-financeira. Em meados de maio veio a descobrir-se mais uma dívida de quase 850 000 contos. O Reitor teve então de substituir o próprio Presidente do Centro Regional das Beiras, pelo Prof. Passos Morgado, que tomou posse em 29 de julho de 2003.

A agravar a situação, o PRODEP decidiu baixar a comparticipação do montante elegível do investimento para 50%, pelo facto de o Centro Regional das Beiras ter feito as obras sem concurso público, mas por concessão direta a

uma empresa que, afinal, se veio a descobrir não ser da Universidade, mas dos dirigentes do Centro Regional: do Presidente e do Secretário-Geral, e seus familiares – a Ergotecnon. Em futuro processo judicial vieram a comprovar-se inúmeras irregularidades de gestão em proveito próprio, tendo sido condenados a pagar à Universidade uma pesada indemnização.

Foi então gizado um plano de recuperação financeira, que passava pela venda do terreno comprado pela Universidade na Figueira da Foz, pela venda da apregoada patente (que nem sequer se pôde registar), e por uma reestruturação da exploração do Centro Regional, que veio a traduzir-se no encerramento de muitas das suas atividades deficitárias.

A agravar toda esta situação, surgiu de novo a ameaça de criação de uma Universidade de Estado em Viseu. O Primeiro-Ministro do novo Governo, Durão Barroso, prometera em plena campanha eleitoral a criação de uma Universidade do Estado para Viseu. O novo governo estava por isso empenhado em cumprir esta promessa.

O Reitor fez ver, primeiro ao Ministro Pedro Lynce<sup>42</sup>, e depois ao Primeiro-Ministro<sup>43</sup>, que a criação dessa Universidade inviabilizaria de todo a presença da UCP em Viseu. Propôs por isso que se alargasse o contrato-programa, e que o serviço público de ensino universitário fosse confiado à UCP, que alargaria as suas atividades para corresponder a esse desiderato. A UCP transferiria a sua Faculdade de Engenharia da Figueira da Foz para Viseu, passando Viseu a ter a prazo Faculdades de Ciências e Tecnologia, de Letras, de Ciências Económicas e Sociais e de Ciências da Saúde (juntando ao curso de Medicina Dentária, cursos de Pós-Graduação em Medicina). O Reitor deu publicamente conta deste projeto em abril de 2003, ao dar posse ao novo Adjunto do Presidente do Centro Regional das Beiras.

A Câmara Municipal de Viseu, informada desta intenção da Universidade, não concordou com ela preferindo a criação de uma Universidade do Estado. O Governo chegou a pensar em transferir para Viseu a Universidade Aberta, e ponderou a possibilidade de transformar o Instituto Politécnico em Universidade. Mais tarde, já em 2004, surgiria ainda a ideia de criar uma Universidade virada para as novas tecnologias, com o apoio da Siemens.

Em maio de 2004, ao presidir à cerimónia da entrega de diplomas em Viseu, o Reitor exprimiu publicamente a oposição da Universidade Católica à instalação de uma universidade estatal na cidade, por não haver nela espaço para duas universidades:

---

<sup>42</sup> Audiência a 31 de julho de 2002.

<sup>43</sup> Audiência a 9 de janeiro de 2003.

*“Quem reivindicava a instalação de uma Universidade pública, estava objetivamente a criar dificuldades à permanência da Universidade Católica em Viseu” [...] “O País não precisa de mais universidades mas de melhores universidades. O país precisa de racionalizar a oferta de ensino superior, de momento excedentária, tanto em número de cursos como em número de instituições. O País precisa, em matéria de ensino superior como noutros domínios, não de mais intervenção estatal mas de mais e melhor intervenção da sociedade civil. Mais do que favorecer a proximidade, o País precisa de promover no ensino universitário a mobilidade de estudantes e professores, factor, como todos sabemos, de competição e de qualificação. É um erro a proliferação de instituições, com a preocupação primeira de tudo pôr ao pé da porta, pois a perda de dimensão se repercute na qualidade de recursos, quer humanos quer materiais. Por todos estas razões exprimimos de novo a nossa oposição à ideia de criar mais uma universidade. E não se invoque que ela será complementar, pois a procura não tem neste momento, nem em Portugal nem em Viseu, maior elasticidade. Quem puxar a manta para um lado saiba que vai destapar outro lado.”*

Passados dias, o Ministro informava o Reitor da dificuldade política em proceder à renovação e alargamento do contrato-programa. A hipótese de o Estado vir a assumir a própria Universidade Católica para, a partir dela, erigir a Universidade de Estado foi igualmente afastada. O Reitor pediu então ao Ministro, em junho de 2003, que fosse reponderado o apoio do Estado aos investimentos feitos pela Universidade na Escola e Clínica Dentária, de molde a tornar viável o polo de Viseu, mantendo pelo menos o contrato-programa para as novas áreas de Arquitetura e Medicina Dentária<sup>44</sup>. O contrato-programa viria a ser alterada e reduzido, confinando-se apenas ao curso de Medicina Dentária.

Em 2004, as autoridades autárquicas de Viseu manifestam interesse na criação de uma Faculdade de Medicina naquela cidade, vendo com simpatia que a Universidade Católica assumisse esse projeto, mediante o alargamento do curso de Medicina Dentária. A Reitoria nomeou um grupo de estudo, presidido pelo Prof. Linhares Furtado, da Universidade de Coimbra, de que fazia parte também pelo anterior Ministro da Saúde Correia de Campos, natural de Viseu. O grupo de estudo estabeleceu condições académicas e financeiras, que foram apresentadas pelo Reitor à Ministra da Ciência e do Ensino Superior Graça Carvalho (contenção do alargamento de vagas nos outros cursos de Medicina nas universidades do Estado; Contrato de Desenvolvimento, por dez anos, para garantir pagamento de propinas aos estudantes idênticas às dos cursos das

---

<sup>44</sup> Carta do Reitor ao Ministro Pedro Lynce de 23.VI.2003.

universidades de Estado; construção pelo Estado de novas instalações junto ao Hospital de Viseu; e fundos de apoio à investigação).

Apesar disso, o Primeiro-Ministro anunciou a 17 de maio de 2014 a criação de uma Universidade Pública em Viseu, e a criação de um grupo de trabalho para estudar a reorganização do Ensino Superior e definir o modelo dessa Universidade. Tal anúncio mereceu a crítica do Reitor em exposição ao Presidente da República, de 4 de junho de 2004, chamando a atenção para o facto de não haver espaço para mais uma instituição, e que o seu aparecimento poria em causa as já existentes, cujas instalações também foram construídas com fundos públicos e europeus. Idêntica exposição foi enviada ao Primeiro-Ministro Santana Lopes em novembro de 2004<sup>45</sup>.

Nesse mesmo ano iniciava-se uma parceria com a Clínica Maló, para administração da Clínica da UCP.

A substituição do governo fará cair o projeto da Universidade de Estado em Viseu. Mas o contrato-programa ficava limitado ao curso de Medicina Dentária. O Reitor ainda tentou junto do novo Ministro Mariano Gago um alargamento do contrato-programa mas sem sucesso<sup>46</sup>.

Quando em junho de 2010, o Reitor voltou a propor ao Ministro Mariano Gago o alargamento do contrato-programa a outras ofertas, o Ministro justificou tal não ser possível, porque só justificável para a Medicina Dentária, por ela cobrir uma necessidade da rede, o que não aconteceria com outros cursos.

Os anteriores responsáveis pelo Centro Regional das Beiras, uma vez demitidos, processaram judicialmente a Universidade. Seriam condenados, em finais de 2008, por “litigância de má fé”, e a Universidade isenta de pagar as obras que a empresa Ergotecnon, apesar da proibição expressa da Reitoria, realizou na Universidade, considerando ainda ineficaz o contrato celebrado entre o Presidente do CRB e a sua empresa, sem aprovação do Conselho Superior. Contudo, mandava o Tribunal proceder a um acerto de contas entre o que a Universidade tinha a pagar e a receber da referida empresa.

Perante a gravidade da situação financeira, a Universidade encetou diligências com vista à procura de um comprador para as instalações, admitindo quer a continuidade das atividades académicas quer a sua suspensão, mas sem êxito. Entre as hipóteses de venda com continuidade académica esteve em consideração a possibilidade de compra pelo Instituto Politécnico, inviabilizada pelo Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior.

---

<sup>45</sup> Carta do Reitor ao Primeiro-Ministro Santana Lopes de 17.XI.2004.

<sup>46</sup> Carta do Reitor ao Ministro Mariano Gago de 10.V.2005.

Em 2006 teve de se proceder a uma profunda reestruturação do Centro Regional das Beiras, com a extinção das Faculdades e Institutos existentes e sua substituição por departamentos e criação de um Conselho Científico único.

A 28 de outubro de 2007 foi criada a Escola de Estudos Empresariais das Beiras, numa parceria com o Instituto Politécnico e a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV). A ideia era fomentar a formação de executivos, mas também, através desta parceria, ancorar a Universidade Católica em qualquer solução futura de ensino superior.

A Reitoria desdobrou-se em múltiplos contactos com vista à venda do *campus* de Viseu, quer a outras instituições de Ensino Superior (sendo a mais séria a que se acordou com o Instituto Politécnico de Viseu, que não encontrou apoio no Governo) quer a outras entidades imobiliárias. Acabaria por ser contratada a criação de um Fundo Imobiliário Fechado, participado por instituições financeiras e pela própria UCP, ao qual foram vendidas as instalações, pagando a UCP renda ao mesmo Fundo.

### 3. O encerramento da Figueira da Foz

Uma das consequências do endividamento não autorizado do CRB foi a decisão de proceder celeremente à venda do terreno, comprado em 1995, na Figueira da Foz, para o edifício da Escola Superior de Ciência e Tecnologia. Para isso, era preciso regularizar essa compra. Já depois de tomada essa decisão, o Presidente do Centro Regional assinou, embora sem delegação nem conhecimento da Reitoria, o respetivo Auto de Cessão, em que constava uma cláusula de impossibilidade de alienação a terceiros desse mesmo terreno. Foi necessário solicitar ao Ministério das Finanças o levantamento desse impedimento<sup>47</sup>, justificando que a Universidade precisava de o revender para pagar o empréstimo contraído para a sua compra. Tal veio a acontecer a 23 de setembro de 2003, tendo a Universidade vendido de seguida o terreno para a construção de um hotel.

Esta transação viria a ser objeto de especulação por parte de alguns políticos locais. Acusavam a universidade de ter feito “negócio” com compra e venda de terreno, e de “ganhar dinheiro à conta dos terrenos do Estado”, sem considerar as conjunturas em que uma e outra operação se processou, nem sem contar o tempo que mediou entre elas. Diziam que a Universidade teria mudado de opinião “de um mês para o outro”, em 2003<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> Carta do Reitor à Ministra das Finanças de 27 de maio de 2003.

<sup>48</sup> *Diário das Beiras*, 19, 20 e 21.IX.2005.

A Universidade, em comunicado, teve oportunidade de explicar que o terreno fora adquirido, anos antes, em tempos de expansão do ensino superior. Entretanto, começara a diminuir o número de alunos e a procura dos cursos tecnológicos, inviabilizando não só o projeto de construção de um novo edifício bem como o próprio equilíbrio da exploração. A Universidade não conseguia pagar os juros do empréstimo contraído para a sua compra, nem os prejuízos financeiros do polo, vendo-se assim na obrigação de proceder à sua alienação. O Auto de Cessão por parte do Ministério da Defesa e o respetivo registo, indispensáveis à venda, só puderam ocorrer em setembro de 2003.

A Universidade teve de proceder ao encerramento do polo, através da suspensão de novas matrículas, e da transferência de alunos e professores para a Faculdade de Engenharia de Sintra, em março de 2005, processo que terminou em 2007. Tal decisão suscitaria igualmente polémica em plena Assembleia Municipal da Figueira da Foz<sup>49</sup>. O Reitor teve oportunidade de enviar à Câmara Municipal uma explicação do sucedido revelando que o prejuízo da exploração rondava os 6 000 000 de euros<sup>50</sup>.

O encerramento da Figueira da Foz colocou a questão das relações da UCP com a diocese de Coimbra. Surgiu por isso a ideia de aproveitar as instalações do CADC para promover a colaboração com a Universidade de Coimbra. Pretendia-se contribuir para que a mundividência cristã pudesse ser oferecida aos universitários de Coimbra, contando para o efeito com a colaboração dos professores da Universidade de Coimbra que eram membros da Sociedade Científica, e também dos que eram membros do CADC. Visava-se a oferta conjunta de programas avançados de pensamento social e político a lecionar nas instalações do CADC. Com esta iniciativa dava-se início a um processo que poderia levar a UCP a estar presente noutros centros universitários sem ter de aí manter polos ou unidades. E dava-se à Sociedade Científica uma nova missão, a de contribuir para a prossecução dos fins de formação católica da Universidade.

Foi assinado um protocolo para esse efeito com a Universidade de Coimbra a 9 de dezembro de 2009. A iniciativa não chegou porém a ter concretização desejada.

De igual modo, foi também assinado um protocolo com a Câmara Municipal de Alcobaça, para a criação conjunta, com a Universidade de Coimbra, de uma Fundação do Colégio de N.ª S.ª da Conceição, que permitisse a utilização

---

<sup>49</sup> *Diário das Beiras*, 3 e 16.VII.2007.

<sup>50</sup> Carta do Reitor ao Presidente da Câmara da Figueira da Foz de 6.VIII.2007.

das instalações do Mosteiro de Alcobaça para atividades académicas de extensão universitária.

#### **4. Encerramento da extensão da Biotecnologia nas Caldas da Rainha**

A extensão da Escola Superior de Biotecnologia vinha apresentando problemas de sustentabilidade académica. O município havia-se empenhado fortemente na oferta de equipamentos e no apoio financeiro ao funcionamento. O pólo não era deficitário financeiramente, mas o número de alunos era escasso e não permitia as condições para uma vida académica de tipo universitário. Em 2008 a situação tornara-se insustentável. O número de alunos inscritos no 1.º ano fora inferior a 10, e, no geral, os alunos haviam baixado para menos de 100.

Após quase uma década de tentativas de melhoria impunha-se uma decisão. A UCP contactou a Câmara Municipal, no dia 1 de junho de 2009, a quem deu conta da intenção de não abrir candidaturas. A Câmara preferia aguardar e ver se surgiriam candidaturas em número suficiente. Caso não acontecesse, cancelar-se-iam as matrículas, e a Câmara ajudaria à recolocação desses alunos noutras unidades da UCP, com bolsas de deslocação. Foi o que se verificou.

A Câmara solicitou apenas que se tentasse minimizar o eventual encerramento com o anúncio de instalação de outra instituição de ensino da Igreja. Foram feitas sondagens nesse sentido, mas sem êxito. O Colégio encerrara com a abertura do Liceu local. Agora, a Escola de Biotecnologia fechava portas pela concorrência desleal do curso que o Politécnico abria em Peniche.

#### **5. Recusa da integração de Aveiro**

A diocese de Aveiro criara, por iniciativa própria, um Instituto Superior de Ciências Religiosas, de formação pastoral e teológica, com um curso filiado na Universidade de Comillas, em Madrid, mais precisamente no seu Instituto de S. Agustín de Teologia à Distância, de que o Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro era Centro Associado. Tratava-se de uma situação anómala e insólita, de que o próprio Reitor advertira o Reitor da Universidade de Comillas, em reunião europeia. Pretendia em 2005 a diocese de Aveiro ver essa licenciatura reconhecida pela UCP.

A Faculdade de Teologia, já a braços com uma excessiva dispersão – agravada com a criação de uma licenciatura em Ciências Religiosas em Viseu, a pedido dos bispos das dioceses de Guarda, Lamego e Viseu – não encarava favoravelmente esse reconhecimento.

A Diocese de Aveiro chegou a pensar criar uma universidade local, com cursos nas áreas de artes e património, e apresentou mesmo ao Ministério da Educação uma proposta nesse sentido. A dimensão nacional da Universidade Católica estava desse modo em causa.

O Reitor exprimiu as suas apreensões ao Bispo de Aveiro, D. António Marcelino, com a “indesejável proliferação de instituições à margem da UCP”. A UCP encontrava-se a encerrar polos por ausência de alunos e de “massa crítica” para um ensino de qualidade, e recusara vários pedidos de expansão da Universidade a outras dioceses, tendo inclusivamente encerrado as atividades que chegaram a existir na Madeira. Dispersar mais ainda no Centro do País, seria de todo inconveniente. As áreas de artes e património estavam em recessão na Católica de Viseu e na própria Escola das Artes do Porto. Além disso, a Lei do Ensino Superior em vigor proibia expressamente o “franchising”, pondo em causa o modelo em vigor no Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro. A UCP pretendia servir a Igreja e os bispos, mas “dentro dos padrões académicos universitários de qualidade”, no respeito pelo “legado que nos deixaram os fundadores da Universidade”<sup>51</sup>.

## **A defesa da liberdade de ensino**

A grande batalha, porém, era externa, e tinha a ver com a defesa da liberdade de ensino e com a sobrevivência da Universidade.

Logo na posse da nova equipa reitoral o assunto mereceu considerações do Reitor e do Magno Chanceler. Estávamos perante uma avalanche de ensino público, determinado a eliminar o ensino particular e cooperativo. A cobertura da oferta estatal de ensino superior passa, em cinco anos (de 1995 a 2000), de 53 para cerca de 80%, pondo em causa a sobrevivência do ensino não estatal, até porque por razões demográficas e sociais diminuía o número de candidatos ao ensino superior. Em breve, o número de vagas postas a concurso ultrapassava a procura delas. O desenvolvimento do ensino público fizera-se caoticamente, sem olhar às necessidades do País. Em muitas circunstâncias esse crescimento fizera-se por meras razões corporativas, por vezes apenas para garantir emprego público aos que saíam da Universidade. A justificar tudo isto, o facto de o financiamento se fazer com base no número de alunos: quanto maior o número de alunos, maior era a fatia do orçamento de Estado que as instituições recebiam. Daqui que a preocupação fosse o aumentar o número de alunos em detrimento da procura da qualidade de ensino, cuja deterioração era evidente.

---

<sup>51</sup> Mensagem de 20 de setembro de 2005.

A disparidade do valor das propinas no público e no privado – praticamente gratuitas no primeiro e a suportar o custo real do ensino no segundo – condenava, a prazo, este último. A menos que a qualidade se impusesse, e em seu nome as instituições atraíssem por si. Era o que acontecia com a maior parte das unidades da UCP. Muitas delas eram procuradas em primeira mão, pela qualidade do ensino que ofereciam e pelas saídas profissionais que possibilitavam. Mas quando as instituições de Estado tinham idêntica qualidade, o problema punha-se com acuidade. Nalguns cursos, entravam na UCP os alunos que faziam dela uma segunda escolha, por não poderem entrar nas do Estado, fazendo perigar a qualidade. A disparidade de propinas afastava também da UCP alguns que a pretendiam frequentar.

As autoridades da Universidade não se cansavam de reclamar a liberdade de ensino, entendida não apenas como liberdade de instituição mas também como liberdade de escolha. Era essa a Doutrina da Igreja sobre educação, era essa a formulação da carta dos Direitos do Homem, que atribuía às famílias o direito de escolher a educação para os filhos.

No seu discurso de posse, o Reitor chamou a atenção para o facto de que

*“a ausência de concorrência paritária [entre o público e o privado], pela enorme desproporção de preços de frequência dos diferentes subsistemas de ensino, cria dificuldades de afirmação e de qualificação ao ensino não estatal, ameaçando mesmo relega-lo para um lugar residual no sistema de ensino”.*

Denunciou a mentalidade estatizante que se mantinha na educação, segundo a qual devia competir ao Estado e não à sociedade civil a educação, recordou o dever prioritário à educação da sociedade e da família preconizado pela Doutrina Social da Igreja, e que os sistemas de ensino de maior vitalidade e de maior atratividade, a nível mundial, eram precisamente aqueles em que as melhores universidades eram privadas.

O Magno Chanceler denunciou igualmente que

*“a discriminação de financiamento por parte do Estado, dos estudantes que escolhem a nossa Universidade e os que frequentam as universidades do Estado, faz com que muitos dos que nos escolheriam o não possam fazer. No dia em que as famílias e os nossos jovens tenham iguais direitos aos apoios do Estado para a sua formação, independentemente da Universidade que escolhem, a Universidade Católica não precisará de outros subsídios, as Instituições afirmar-se-ão pela qualidade, a sociedade democrática terá dado um passo em frente. Pedimos isso ao Governo da Nação: subsidiem as famílias e os jovens e isso nos basta”.*

E logo no discurso no Dia da Universidade de 2001, o Reitor insistiu na reivindicação de

*“condições de efectiva e leal competição entre os subsistemas de ensino superior e de real liberdade de escolha por parte dos estudantes e das suas famílias. Os dinheiros públicos, que são de todos, não podem estar apenas ao serviço dos que frequentam as universidades estatais, e que são, de momento, os que provêm de meios mais favorecidos. Nem os que frequentam as escolas não públicas podem ser obrigados a pagar duplamente o seu ensino: através das propinas, que suportam o ensino que recebem, e através dos impostos que financiam sobretudo o ensino que os outros recebem nas escolas públicas”.*

*“Impõe-se que o Estado elimine o fosso que separa os custos de frequência do ensino público e particular, para tornar competitivo o sistema de ensino, e consagrar a efectiva liberdade de ensino, tanto em termos de liberdade de criação de escolas como em termos de liberdade de escolha de escolas. E se tal não for possível através da igualização de propinas, que o seja através do financiamento, que pode assumir múltiplas formas, desde o cheque-ensino aos contratos-programa previstos na lei, passando por outras alternativas.”*

*“Por outro lado, o financiamento estatal do ensino (quer público quer privado) não deve apoiar-se apenas em critérios quantitativos mas também, e sobretudo, em critérios estimuladores de qualidade e premiadores da excelência, da capacidade de relacionamento com a sociedade e da satisfação das suas reais necessidades.”*

Também Mário Pinto saiu em defesa da liberdade de educação, nas suas crónicas semanais no *Público*: “A nova lei do ensino superior é um instrumento de um movimento mais vasto para relançar a ideologia estatista do ensino em Portugal.” E invocou o Relatório do Grupo de Missão sobre as Universidades Privadas (publicado em 2000, à revelia do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, e no desrespeito pela Lei da Avaliação em vigor) e o fórum em defesa do ensino público e contra o apoio do Estado ao ensino privado, convocado em Coimbra, como inscritos nessa estratégia. Recordou que “ao Estado incumbe criar condições que possibilitem o acesso de todos à educação em liberdade de escolha de projeto educativo (público ou privado)”, invocando o art. 6.º da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, segundo o qual “são designadamente atribuições do Estado: [...] conceder subsídios e celebrar contratos para o funcionamento das escolas particulares e cooperativas, de forma a garantir progressivamente a igualdade de condições de frequência com o ensino público nos níveis gratuitos e atenuar as desigualdades existentes

nos níveis não gratuitos”<sup>52</sup>. Concluía mesmo que decorria da Constituição “o dever de o Estado financiar (em termos equitativos) o ensino particular”, e que o governo socialista apostava na expansão do ensino público “por razões ideológicas, em vez de consolidar parcerias com a sociedade civil para satisfazer interesses públicos com maior economia dos dinheiros dos contribuintes”<sup>53</sup>.

Mas as autoridades governamentais, socialistas e não só, permaneciam surdas a estes argumentos. Pelo que foi necessário insistir na defesa da liberdade de ensino recorrentemente.

No Dia da Universidade de 2002, cujo lema era precisamente “Pela igualdade de condições para a liberdade de opção”, o Reitor voltou a repisar argumentos: a liberdade de ensino, como liberdade de aprender e de ensinar, como direito de criação de escolas e como liberdade de opção de escola, está inscrita na Constituição (art. 43.º), mas está longe de estar conseguida em Portugal. Os estudantes e suas famílias não são livres de escolher a universidade que querem, mas são condicionados por uma desigualdade de custos que lesa a liberdade de escolha. Esta ausência de liberdade e de concorrência é um problema de justiça: os que não são apoiados pelo dinheiro público nos seus estudos veem-se obrigados a pagar duplamente os seus estudos, através das propinas e dos impostos. E poderá pôr em causa, a prazo, a sobrevivência da iniciativa privada e social no domínio da educação.

Esta mesma mensagem foi glosada inúmeras vezes em diferentes ocasiões e latitudes, mormente nos vários Centros Regionais, pelo Reitor, que no Dia da Universidade de 2006 denunciava a situação de exceção europeia em que a UCP se encontrava:

*“Portugal continua a ser o País da Europa onde a Universidade Católica é menos apoiada pelo Estado. Nos países mais ao norte da Europa, entre os quais a Holanda, a Bélgica, a Alemanha, a Polónia e a Hungria, as Universidades Católicas são integralmente financiadas pelos dinheiros públicos, que são dinheiros de todos os contribuintes, tal como as universidades estatais. Nos países mais ao sul da Europa, mormente nos países latinos, onde a paridade das Universidades Católicas com as universidades estatais não é respeitada, Portugal é contudo o único País que não recebe do Estado um financiamento significativo para seu funcionamento corrente. Até na França, a tradição jacobina não impede que as Universidades e Institutos Católicos sejam financiados pelo Estado em mais de um quarto do seu orçamento.”*

<sup>52</sup> Mário Pinot, “Estado, cidadãos e equívocos”, *Público*, 26 de fevereiro de 2001.

<sup>53</sup> Mário Pinto, “Subsidiem as famílias e os jovens – e isso basta”, *Público*.

A redução, por motivos demográficos e sociais, do número de candidatos aos cursos de licenciatura, obrigou a Universidade a voltar-se cada vez mais para a formação pós-graduada, ao longo da vida, e para a formação à distância que, a prazo, constituía uma das mais fortes fontes de rendimento da Universidade. Mais de 3000 estudantes, já formados e a trabalhar, frequentavam cursos de pós-graduação na Universidade, mais dos que os cerca de 2500 que, todos os anos, entravam para os cursos conferentes de grau (licenciatura, mestrado e doutoramento). Merece destaque a Formação de Executivos da FCEE que se tornou de longe líder desse mercado em Portugal, grande responsável pela ascensão da escola nos *rankings* internacionais do *Financial Time*.

Quando se começou a fazer notar o decréscimo da procura de ensino universitário, e o número de vagas disponibilizadas começou a não ser preenchido pelos candidatos em menor número, foram várias as tentações e as tentativas de colmatar essas vagas com estudantes brasileiros, que não conseguiam entrar nas universidades brasileiras. A situação no Brasil era a inversa da nossa: excesso de procura para a capacidade de oferta existente. Daí a ideia, apresentada na CRUP, de compensar a falta de alunos portugueses com a vinda de brasileiros pagos pelo erário público português, em vez de proceder a uma racionalização da oferta nacional pública.

A UCP teve ocasião de contestar semelhante ideia de internacionalização, à custa do orçamento do Estado português, quando estudantes portugueses, que frequentavam o ensino não estatal, se viam obrigados a pagar por si próprios a sua formação, sem comparticipação pública. Por isso a UCP rejeitou as propostas apresentadas de alteração do Dec.-Lei n.º 393-A/99.

Esta conjuntura começou a colocar graves problemas à Universidade Católica, sobretudo às escolas onde ainda permaneciam maioritariamente professores de outras universidades estatais, que acumulavam a docência na UCP. O ensino era o mesmo, os professores os mesmos e os custos muito mais elevados. A UCP, sujeita a apertada concorrência desleal, corria o risco de não ter a prazo alunos. Era preciso apostar na diferença, se possível na maior qualidade, para se ser atrativo, quer em termos curriculares quer no corpo docente. Foi o que aconteceu com a reforma da Faculdade de Direito, empreendida em 22 de junho de 2002.

Com uma nova direção, presidida pelo Prof. Rui Medeiros, já antigo aluno da Católica, iniciou-se uma reforma do plano de estudos, caracterizada pela inovação académica (científica e pedagógica), pela originalidade e atratividade, ao abrigo da Declaração de Bolonha, apostou-se no corpo docente próprio e na sua formação, com um ambicioso programa de bolsas de doutoramento, na pertença exclusiva à Universidade Católica, eliminando progressivamente

as acumulações, convidando os professores mais idosos a dar exclusivamente aulas nas formações mais avançadas, de modo a deixar lugar aos mais jovens no curso de licenciatura, na afirmação da autonomia da Faculdade em relação às demais, procurando captar os melhores alunos através de bolsas de mérito, na internacionalização. Foi uma aposta arriscada mas vencedora.

A breve prazo, a Faculdade de Direito dotava-se de um corpo docente jovem e dinâmico, exclusivamente da UCP, aberto à internacionalização, que levaria à fundação da Global School of Law, com a criação dos primeiros LLM no nosso país, onde lecionavam professores estrangeiros provenientes de muitas das melhores universidades mundiais, em especial dos EUA (graças ao apoio da Fundação Luso-Americana), procurados e frequentados maioritariamente por estudantes estrangeiros, que não de língua portuguesa. O primeiro LLM seria mesmo o primeiro curso em Portugal a ser frequentado por uma maioria de estudantes internacionais.

Em 2003, o Presidente da República desenvolveu uma série de visitas a instituições de Ensino Superior, com vista a avaliar a situação nacional. O Reitor entendeu apresentar ao Presidente um Memorando, onde chamava a atenção para a “ausência de liberdade de ensino” em Portugal, para a necessidade de “racionalização da oferta de ensino superior”, para a urgência de rever o “financiamento do ensino superior” e para os riscos da “tendência para as transformações dos Politécnicos em Universidades”. O Presidente da República recebeu em audiência o próprio Reitor, que ouviu sobre os problemas apresentados.

Como os governos socialistas nada fizessem para atenuar a diferença de custos de frequência entre o ensino estatal e não estatal, o Reitor apresentou ao governo social-democrata uma proposta de alargamento das Bolsas de Mérito a conceder pelo Estado aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e concordatário. A ideia era o Estado pagar as propinas aos alunos que entrassem na Universidade com uma classificação elevada e conseguissem mantê-las nos anos subsequentes. Dessa forma se equiparavam as situações dos alunos mais classificados, criando-se condições de concorrência leal, embora apenas para os melhores alunos, e se estimulavam as instituições a cativar os melhores alunos, contribuindo desse modo para a sua qualificação.

Como tal proposta não tivesse merecido resposta, a Universidade começou a praticar ela própria essa política de Bolsas de Mérito, com percentagens diferenciadas por classificações, nalgumas escolas de Lisboa. Desse modo a UCP começou a conseguir atrair os melhores alunos, oferecendo-lhes as mesmas condições de pagamento de propinas que as universidades de Estado.

No entanto, as universidades de Estado prosseguiram deliberadamente a sua estratégia de criarem as mesmas ofertas em que a Universidade Católica inovara

para as destruir pela concorrência desleal, o que levou o Reitor a protestar perante o Ministro da Ciência e do Ensino Superior em 28 de maio de 2003:

Tornou-se pública a intenção da Universidade do Minho de abrir uma licenciatura em Filosofia, já quando a procura desta área entrara em crise. *“A criação deste curso vem ameaçar, se não mesmo condenar, a existência de um dos mais antigos cursos de Filosofia do País, e de uma escola que publica a mais prestigiada revista de Filosofia, reconhecida tanto em termos nacionais como internacionais, e que possui uma das mais valiosas bibliotecas de filosofia do País, constituída com o esforço de gerações.”*

Também a Faculdade de Engenharia do Porto se preparava para abrir uma licenciatura de Engenharia do Ambiente concorrente da Escola Superior de Biotecnologia, a poucos metros das suas instalações. *“Desse modo se vai seguramente comprometer o futuro de uma das mais prestigiadas Escolas Universitárias do País, a que recebe mais citações anualmente nas suas áreas de especialidade.”*

De igual modo, a Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa, e a Faculdade de Ciências Sociais e Humana, da Universidade Nova de Lisboa, criaram e ampliaram o número de vagas da Licenciatura em Tradução, que fora introduzida anos antes na Universidade Católica em Lisboa. E a primeira imitava a UCP com uma nova licenciatura em Comunicação Social e Cultural.

Identicamente em Sintra, onde a Universidade Católica abrija, uma Faculdade de Engenharia, com verbas comunitárias, com projeto inovador na área da Engenharia da Saúde, era desenvolvida uma concorrência desleal pelo Instituto Superior Técnico, ao criar, no ano imediato, uma licenciatura em Engenharia Biomédica, o mesmo fazendo um ano depois a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Assim se aumentou desmedidamente o número de cursos e vagas em áreas concorrentes, sem que para isso houvesse necessidade social. O mesmo Instituto Superior Técnico aumentou, no Tagus Park, ao lado da Católica, o número de novas licenciaturas e de vagas nos domínios lecionados na Faculdade de Engenharia da Católica.

“Com este comportamento das universidades públicas, que visam a satisfação mais dos interesses corporativos dos seus professores do que das necessidades reais da sociedade, para não falar de clara intenção de destruir tudo o que não seja ensino estatal, com o abuso do orçamento de Estado, não é possível à Universidade Católica manter o seu esforço de décadas”, escreveu o Reitor ao Ministro.

Com nenhum governo desse provas de pretender resolver este problema, tais eram os interesses instalados, optou a Universidade por começar a reclamar

uma maior aproximação das propinas públicas às propinas do ensino não estatal, como forma de minimizar o diferencial entre ambas. Na Europa, alguns países, precisamente entre os mais atrativos na área do Ensino Superior – Inglaterra e Holanda – procederam a significativos aumentos das propinas nas suas universidades, não sem grandes protestos públicos. A Inglaterra elevou-as para cerca de 10 000 euros/ano, e a Holanda para cerca de 7000 euros/ano. Em Portugal o governo atualizara as propinas das licenciaturas e, com o Processo de Bolonha, autorizara as universidades de Estado a cobrar propinas de Mestrado e Doutoramento mais elevadas. A desejável atração de docentes estrangeiros obrigava a cobrar propinas ao custo real, apesar de várias instituições terem pretendido admitir estudantes estrangeiros ao preço das propinas para os nacionais. A UCP teve ocasião de protestar energicamente, por mais de uma vez, contra a ideia de pretender pôr os contribuintes portugueses a pagar a formação de estrangeiros, quando o mesmo Estado se recusava a apoiar a formação de estudantes portugueses que, ao abrigo de um direito constitucional, optavam por estudar em universidades não estatais.

Para além disso, o custo médio de uma formação no ensino superior em Portugal, atingia, segundo a OCDE, o valor de cerca de 7000, quando na Universidade Católica rondava um valor de cerca de metade dessa quantia. As propinas estabelecidas para os estudantes estrangeiros ficavam muito aquém do custo real.

Por todas essas razões, o Reitor, por mais de uma vez, pediu o aumento das propinas das universidades de Estado<sup>54</sup>, justificado por razões sociais. Os universitários eram privilegiados por origem e por destino: não só eram oriundos maioritariamente dos estratos mais favorecidos da população, mas a frequência do ensino superior abria as portas para estatutos sociais e remuneratórios mais elevados. “Os benefícios mais elevados dos estudantes e das suas famílias deveriam exigir delas uma maior contribuição para melhorar as condições das universidades”, para possibilitar um sistema de bolsas mais eficaz, de maneira a que ninguém deixasse de frequentar o ensino superior por razões económicas.

A par desse aumento de propinas, defendia também a UCP uma maior racionalização da oferta, porque as razões por que se pretendiam receber estudantes estrangeiros não eram as da atratividade pela qualidade, mas tão-só as mais banais de evitar o ajustamento da oferta à procura e da preservação do emprego público dos professores excedentários.

---

<sup>54</sup> *Diário de Notícias*, 30.IX.2008; *Jornal de Notícias*, 30.IX.2008.

## A UCP e as leis de Ensino Superior

A LOOES do segundo governo socialista de António Guterres, que constituiria uma grave ameaça para a Universidade Católica, veio a ser substituída, no governo presidido pelo social-democrata Durão Barroso, sendo Ministro Pedro Lynce, pelo novo Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior.

A Universidade emitiu um Parecer sobre a Proposta de Lei posta a circular na primavera de 2002. Congratulava-se com os grandes propósitos: responsabilizar a autonomia, privilegiar a concentração em detrimento da expansão, intensificar a qualidade, racionalizar o sistema, melhorar a avaliação, promover colaborações e fusões, atribuir maior importância às saídas profissionais, promover a igualdade de oportunidades no acesso e igualdade de tratamento de instituições iguais, independentemente das entidades instituidoras.

No entanto, chamava a atenção para a precedência constitucional do direito de liberdade de aprender e de ensinar (art. 43.º) sobre a garantia de acesso de todos os cidadãos ao ensino superior [art. 74.º, 2, d)] através de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino superior (art. 75.º, 1). Inverter esta ordem seria voltar ao entendimento do ensino particular e cooperativo como *supletivo* do ensino público, eliminado na revisão constitucional de 1982, e desprezar a evolução da leitura da Constituição consubstanciada na lei de bases do Ensino Particular e Cooperativo.

Notava a preocupação com a ausência expressa à “especificidade institucional” da UCP, apesar do reconhecimento do ensino superior concordatário, e com a proibição de extensões (art. 15.º), que poderia pôr em causa a dimensão nacional da UCP. Questionava se a obrigatoriedade do registo dos cursos, e a exigência da sua acreditação, limitava a liberdade de criação de cursos. E reivindicava a necessária liberdade de organização e a autonomia para a criação de unidades e cursos, não apenas para si mas também para as demais instituições. Considerava inconstitucional a proibição de acumulações com funções de direção unipessoal noutros estabelecimentos de ensino, a quem se encontrasse no ensino público apenas em tempo integral, e não em dedicação exclusiva. Pedia, a terminar, que se referissem os contratos-programa de concessão de serviço público de educação a estabelecimentos não públicos, e saudava a possibilidade de bolsas de mérito também aos estudantes do ensino não estatal.

O ministro acolheu boa parte destas observações e garantiu que o registo não pretendia diminuir a autonomia<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Audiência ao Reitor a 31 de julho de 2002.

Em 2007, o Ministro Mariano Gago apresentou propostas de novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e de novo Regime de Avaliação e de Acreditação. Enquanto o primeiro mereceria à Universidade o melhor acolhimento, pelas suas medidas inovadoras, já o modelo de Avaliação e Acreditação mereceria frontal discordância e crítica.

No Parecer emitido sobre a primeira dessas propostas de lei, a UCP congratulava-se com as linhas propostas para a reforma, designadamente do modelo de governo das universidades. A UCP via com satisfação a manutenção do sistema binário e a possibilidade de as universidades integrarem escolas politécnicas, a possibilidade de as instituições se converterem em fundações públicas de direito privado, a criação de consórcios entre instituições para racionalização da rede e dos recursos, as bolsas de mérito e o sistema de empréstimos, e sobretudo o novo modelo de governo proposto, com a criação de um Conselho Geral (que deveria ser presidido pelo Reitor), a alteração da forma de designação do Reitor, e a restauração de direções unipessoais das unidades. Congratulava-se com a nova composição dos Conselhos Científicos, que deixava de ser o plenário dos doutorados para integrar apenas os seus representantes eleitos.

### **O Processo de Bolonha (2004-2012)<sup>56</sup>**

A UCP aprovou no Conselho Superior um Parecer sobre a Declaração de Bolonha, logo no primeiro semestre de 2002. Entendia-se a Declaração como um “ponto de partida” e não como “ponto de chegada”, como um *processo* de reflexão, de debate e de adaptação das estruturas universitárias, para conseguir maior *mobilidade*, *empregabilidade* e *competitividade*, através de uma maior *harmonização* dos sistemas nacionais de ensino superior, que não deveria ser de *uniformização*. A reflexão sobre Bolonha devia incidir sobre os perfis profissionais e devia contemplar a diversidade de áreas disciplinares e profissionais. O debate sobre graus e sua duração devia evitar uma excessiva extensão das formações iniciais e não ceder a tentações facilitistas, depreciadoras da qualidade.

Relativamente a Portugal, o Parecer entendia que o grau a eliminar devia ser o de bacharelato. A formação inicial de licenciatura deveria cuidar também da formação cultural, e ter a duração mínima de quatro anos (8 semestres). Algumas formações não poderiam fazer-se com menos de 5 anos. Deveriam distinguir-se os Mestrados de índole mais científica dos de natureza mais

---

<sup>56</sup> Este ponto tem a colaboração da Prof.<sup>a</sup> Doutora Luísa Leal de Faria que, na qualidade de Vice-Reitora, promoveu e liderou todo o processo de adaptação da Universidade à Declaração e ao Processo de Bolonha.

profissional. O acesso ao doutoramento deveria pressupor a frequência da parte letiva de Mestrado, mas não necessariamente o grau.

Por último, a competitividade deveria ser não só externa (entre sistemas) como também interna (entre instituições), assentando por isso numa concorrência leal, com iguais condições de atuação. O que pressupunha sistemas de financiamento público de ensino superior que não viciassem a livre competição.

No entanto, a implementação do Processo de Bolonha só se iniciou em Portugal em 2006, com a aprovação da Lei que regulamentou o processo.

Em novembro de 2004, respondendo à solicitação da Reitoria, as unidades orgânicas da UCP começaram a prestar informações sobre o processo de reflexão que já tinham começado a desenvolver desde 2002, conducente a iniciativas a tomar no sentido de adequar as suas práticas às recomendações da Declaração de Bolonha. Em finais de 2004 foi nomeada, na UCP, uma comissão presidida pela Vice-Reitora, representando as diferentes áreas científicas cultivadas na UCP, para estudar as implicações, na estrutura dos cursos lecionados, dos princípios definidos na Declaração de Bolonha e resoluções subsequentes dos Conselhos de Ministros, bem como das deliberações do estado português nesta matéria.

As primeiras reflexões da comissão foram enquadradas por uma situação de instabilidade política em Portugal, que não obstou, porém, à publicação de legislação que, necessariamente, passou a enquadrar as suas atividades. Em 22 de fevereiro de 2005 era publicado o primeiro decreto-lei (n.º 42/2005) que regulamentava a aplicação do Processo de Bolonha em Portugal e em 11 de maio a Direção-Geral do Ensino Superior publicava, em *Diário da República*, o Despacho n.º 10 543/2005 que regulamentava “os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior”, acompanhados das “normas técnicas para a apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudo dos cursos superiores e a sua publicação”. Seguir-se-lhe-ia, em agosto, a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo que, entre outros aspetos, declarava que a organização da formação ministrada pelos estabelecimentos de ensino superior adotava o sistema europeu de créditos e definia os graus académicos de licenciado, mestre e doutor de acordo com o modelo de Bolonha. Em 24 de março de 2006 seria publicado o Decreto-Lei n.º 74/2006 que regulava todas as alterações introduzidas pela Lei de Bases de agosto de 2005 no que se referia ao ensino superior, reforçando e clarificando toda a nova regulamentação decorrente da adoção dos princípios da Declaração de Bolonha.

Na UCP, a comissão começou por se concentrar na definição dos ECTS (unidades de crédito transferíveis), nas escalas de classificação com vista à comparabilidade, e na duração dos ciclos de estudos. Procurando manter permanente atualização quanto às iniciativas de outras universidades, às diretivas da

Direção-Geral do Ensino Superior e à regulamentação proveniente do ministério da tutela, procedeu a um levantamento exaustivo das diferentes situações das unidades orgânicas da UCP, dispersas nos vários Centros Regionais, que trabalhavam a diferentes velocidades. A adaptação dos diferentes cursos não poderia fazer-se seguindo um modelo único, mas também seria impossível dar total autonomia a cada unidade orgânica para decidir sobre pontos que, afinal, tinham de ser comuns a toda a universidade.

Depois de definidos os parâmetros dentro dos quais se teriam de fazer as necessárias adaptações nas estruturas curriculares, as diferentes unidades orgânicas procederam a uma revisão exaustiva dos planos de estudo dos cursos que lecionavam, tendo ficado decidido que, numa primeira fase, se concentrariam nos cursos de licenciatura e de mestrado integrado e, só depois, nos de mestrado e de doutoramento. De um modo geral, as unidades orgânicas da UCP entenderam este processo como uma oportunidade para, não apenas reverem os cursos que já lecionavam, como para propor a abertura de inúmeros novos cursos. Entrava-se numa fase de feroz concorrência no acesso às universidades e os novos modelos de formação, mais curtos, pareciam poder vir ao encontro de mais amplos contingentes de candidatos. Em princípios de agosto de 2005 estavam concluídas, na UCP, as iniciativas que garantiam a estruturação dos novos planos de estudo, indispensáveis para satisfazer os requisitos da DGES e das respetivas “normas técnicas”.

Em março de 2006, quando a publicação da legislação que reorganizou o ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006) obrigou as universidades a, no espaço de uma semana, enviarem à Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) as novas estruturas curriculares, a UCP tinha concluído todo o processo relacionado com os cursos de licenciatura. Em novembro do mesmo ano tinha concluído o processo de remodelação de todos os cursos de mestrado, enviados igualmente, dentro do prazo oficial, à DGES. No total, foram adaptados ao modelo de Bolonha, ou criados de novo nesse modelo, 160 cursos, tanto de licenciatura como de mestrado.

Os cursos de licenciatura e de mestrado integrado no novo modelo arrancaram no ano letivo de 2006-2007, e os de mestrado no ano letivo de 2007-2008. Em alguns casos particulares, as características do processo de transição levaram a que alguns mestrados no novo modelo estivessem em curso logo em 2006-2007.

Todo o processo foi centralizado na Reitoria, que acompanhou uma a uma as muitas dezenas de propostas provenientes da Sede e dos três Centros Regionais da UCP. Reforçando a seriedade com que foi empreendida a transição para o “modelo de Bolonha”, a UCP decidiu também espelhar o novo conceito nas

regras de pagamento. Adotou, assim, um procedimento assente na determinação do valor de cada ECTS, passando os alunos a pagar as suas propinas de acordo com o número de ECTS das unidades curriculares que, efetivamente, frequentavam. O pagamento de um valor fixo por mês, independentemente do número de “cadeiras” frequentadas, deixou de existir.

No período de 2004 a meados de 2009, a Direção-Geral do Ensino Superior coordenava o processo de adaptação das estruturas curriculares ao “modelo de Bolonha”. Era preciso informá-la sobre todos os ajustamentos, sob pena de a DGES não “reconhecer”, na informação que disponibilizava ao público em geral, os cursos que não estivessem conformes e por isso não os “registar”. E um curso não reconhecido não era objeto de “registo” e era, fatalmente, um curso que não poderia aparecer nas listas de cursos abertos a candidaturas ao ensino superior. O Diretor-Geral e o Subdiretor-Geral eram os interlocutores frequentes da Reitoria da Universidade, e eram igualmente frequentes as interpelações que nos eram dirigidas, sobretudo devido ao facto de a UCP ser pública sem ser estatal, gozando por isso de uma autonomia de que não abdicava. Os órgãos de governação da UCP, designadamente o Conselho Superior, a responsabilidade unipessoal do Reitor, as atribuições do Conselho Académico, a nomeação dos Diretores das unidades orgânicas causavam perplexidades que conduziam a perguntas e respostas que, por vezes, entravavam o processo. Nesta fase, a DGES interpelava frequentemente a UCP não só quanto ao rigor do preenchimento das “normas técnicas”, como quanto aos procedimentos de consulta aos corpos docente e discente no âmbito das remodelações em curso. Até 15 de novembro de 2006 a DGES registara os cursos enviados pela UCP considerando que se tratava de adequações, mas a partir desse momento deixou de registar as propostas de novos cursos, alegando que a autonomia da UCP lhe permitia criar cursos sem autorização do ministério da tutela. Sendo, sem dúvida, este um facto várias vezes apontado pela UCP, importava distinguir o “registo”, como reconhecimento de que a organização curricular dos cursos propostos pela UCP estava de acordo com a legislação em vigor, de uma aprovação pela DGES que não era, na verdade, solicitada. Caso a DGES não registasse, até ao verão de 2007, o conjunto de cursos de mestrado e doutoramento que as unidades da UCP pretendiam oferecer em 2007-2008, seria impossível abrir as respetivas candidaturas, daí resultando incalculáveis prejuízos para a UCP. O problema acabaria por ser resolvido e os novos cursos registados.

Em informação transmitida ao Conselho Superior em reunião de 27 de outubro de 2006, dizia a Reitoria: “O processo de adequação de todos os cursos de licenciatura da UCP ao modelo de Bolonha, apresentado a 31 de março de

2006, ficou concluído em julho passado, com a publicação dos respetivos registos pela Direção-Geral do Ensino Superior. Todos os primeiros anos dos cursos de licenciatura arrancaram, em setembro, dentro do novo modelo, tendo sido adotados modelos de transição para os anos subsequentes. No final deste ano letivo, 2006–2007, deverá estar concluído o processo de transição dos primeiros ciclos. Está em curso um novo período para pedido de registo, que termina a 15 de novembro próximo. De acordo com a estratégia adotada na UCP, este período será dedicado à apresentação de cursos de 2.º e de 3.º ciclos, completando-se, assim, esta fase do processo de adequação, referente a cursos que apenas deverão começar em 2007–2008.” Tinham sido apresentadas à Reitoria, até ao dia 20 anterior, 17 novos cursos de mestrado e doutoramento, alguns com várias especializações. E tinham sido igualmente apresentados, na mesma data, mais de 60 processos de adequação de mestrados e doutoramentos já existentes, vários deles com múltiplas áreas de especialização, estando algumas faculdades e escolas ainda a estudar a adequação dos seus cursos de pós-graduação.

O ano de 2007 ficou marcado por duas iniciativas governamentais (além da publicação do RJIES, Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro) que visavam a consolidação e estabilização do Processo de Bolonha: a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprovava o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior, e o Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro, que criava a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que viria a ficar conhecida por A3ES. A coordenação do processo de registo de cursos continuou, no entanto, a ficar sob a alçada da DGES enquanto se construíam as estruturas da A3ES. A UCP continuou, pois, a enviar para aquela instância todos as propostas de alteração ou ajustamento de planos de estudos – o que acontecia com surpreendente frequência – bem como todas as propostas de novos cursos, para registo, dentro dos prazos fixados. Entretanto, quer na UCP quer nas universidades portuguesas em geral, o “Processo de Bolonha” deixara de ser uma novidade a requerer adaptação, e gradualmente as novas práticas académicas organizaram-se em procedimentos regulares, as práticas administrativas passavam a rotinas. A entrada em vigor das medidas de avaliação e acreditação do ensino superior marcariam uma nova etapa.

Em meados de 2009 a A3ES tinha montado o sistema que lhe permitiria começar a fazer o que designava por um ano de triagem, 2009–2010, para eliminar do sistema de ensino superior todos os cursos que demonstrassem “falta de qualidade”. Utilizando uma plataforma informática especialmente concebida para o efeito, onde seriam inseridos, para cada curso, complexos formulários eletrónicos, estabeleceu, em julho de 2009, como prazos para a apresentação de novos ciclos de estudo (acreditação prévia) o período entre 2 de novembro e

30 de dezembro de 2009, e o período entre 9 de novembro de 2009 e 31 de março de 2010 para ciclos de estudo em funcionamento (acreditação preliminar). A acreditação prévia implicava o pagamento de uma taxa de 2300 € por curso, a acreditação preliminar 600 €.

Dos cerca de 5000 cursos que a A3ES estimava serem apresentados, previa reprovar imediatamente cerca de 5% quando da análise do pedido de acreditação, e previa que outros 10 a 15% não sobrevivessem ao escrutínio das comissões de avaliação externa (CAE). Sendo, embora, possível recorrer das decisões, os recursos só poderiam ser apresentados quando houvesse matéria de facto, e trariam custos significativos para as instituições. Dos resultados deste primeiro ciclo de avaliação e acreditação ficava dependente a abertura dos cursos para o ano letivo de 2010–2011.

A receção dos formulários, o seu preenchimento, validação e envio requiriam procedimentos complexos e burocraticamente exigentes – designadamente a obrigação de, para todas as estruturas curriculares ser indicado todo o corpo docente até ao último ano, mesmo quando o curso era novo e, por isso, nunca tinha funcionado, nem havia garantias de que fosse autorizado, tendo todos os docentes indicados que assinar uma declaração de compromisso de que iriam lecionar as respetivas unidades curriculares um, dois ou três anos mais tarde. Além disso, a plataforma informática da A3ES nem sempre funcionava de acordo com as expectativas, e alguns formulários não “entravam”, sem que se percebesse porquê. No dia 30 de dezembro de 2009 a pequena equipa da Reitoria responsável pelo processo esteve, até ao último minuto, a fazer envios de estruturas curriculares para a acreditação prévia dos cursos da UCP.

Na reunião do Conselho Superior de janeiro de 2010 a Reitoria explicava: “a UCP e, no seu interior, cada unidade orgânica (Faculdade ou Instituto) de cada um dos Centros Regionais, submetem-se ao processo de pedido de acreditação dos seus ciclos de estudo, no cumprimento da lei e sobretudo na salvaguarda da imagem junto do público em geral”. E acrescentava que tinha, para o efeito, deliberado instituir um *Conselho de Avaliação e Controlo da Qualidade do Ensino da UCP*, com vogais representantes de cada unidade orgânica/centro da Universidade, apelando a um envolvimento muito ativo da cadeia hierárquica (Reitoria – Diretores das Unidades – Coordenações de Áreas e Cursos – Docentes) no preenchimento dos formulários dos pedidos de acreditação, e no subsequente diálogo a manter com as CAE. Indicava, igualmente, os 28 cursos para os quais tinha sido requerida acreditação prévia, e informava, ainda, que iria requerer a acreditação preliminar de 160 cursos até 30 de março de 2010. Ao mesmo tempo, tido sido empreendido todo um trabalho de caracterização

de cada uma das unidades orgânicas da UCP, que ficaria completo no final de janeiro de 2010.

Teve, assim, início uma nova fase na vida académica da UCP. Todos os cursos, de licenciatura, mestrado e doutoramento, na sede e nos Centros Regionais, tinham passado por profundas reestruturações que tinham obrigado a UCP a fazer exercícios de autoavaliação e a rever modelos e processos de funcionamento. Sem nunca abdicar da sua autonomia, teve de defender várias vezes a sua identidade ao longo do processo de avaliação da A3ES e da avaliação externa, que arrancou em 2010–2011.

Foram muitos os sobressaltos por que se passou, tanto no plano interno como no externo. No plano interno, algumas unidades orgânicas entenderam este momento, de novo, como uma oportunidade para diversificar a sua oferta formativa em modelos nem sempre adequados às exigências da Reitoria; o cumprimento dos prazos fixados pela Reitoria para apresentação de remodelações ou propostas de novos cursos não era, muitas vezes, cumprido, criando sérios entraves ao sistema interno de aprovação dos cursos. No plano das relações com a A3ES e, depois, com as CAE surgiram também dificuldades, frequentemente relacionadas com a resposta destas entidades em tempo útil para que a UCP anunciasse as suas ofertas formativas. A antecipação, relativamente ao anúncio público dos cursos oferecidos nas universidades estatais, tinha sempre sido um instrumento importante para gestão de candidaturas e inscrições, e os atrasos nas respostas da A3ES comprometiam este procedimento.

No período entre 2004 e 2012 todos os princípios reguladores da organização das formações académicas foram revistos e adaptados a novas realidades. Esta profunda remodelação teve amplas ramificações noutras patamares da vida académica: foi revisto o estatuto da carreira docente, foram criadas regras para admissão a, e funcionamento de, cursos de doutoramento, foram regulamentadas as provas de agregação, foram internacionalizados os júris de concurso na carreira académica, foi definido um regulamento para a avaliação dos docentes, foram fixadas regras para a contratação de docentes, entre muitas outras medidas que visaram consolidar, no plano académico, a Universidade Católica Portuguesa.

## **A crescente internacionalização**

A assinatura da Declaração de Bolonha pelos Ministros da Educação e Universidades da União Europeia, posteriormente subscrita por representantes de outros países, mormente candidatos à adesão, veio colocar enormes desafios às universidades e à UCP.

Apesar do seu carácter não compulsivo, já que a educação não constituía política comum, contudo, as recomendações da Declaração obrigaram os países e as universidades a profundas mudanças, sem as quais seriam inexoravelmente marginalizados.

A Declaração visava a criação de uma Área Europeia de Ensino Superior, que possibilitasse a mobilidade interinstitucional de professores e de alunos, e o mais fácil reconhecimento de habilitações para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, a Declaração recomendava a reformulação do ciclo de graus, reduzidos a três: um primeiro grau, com a duração mínima de 3 anos, e que abrisse ao ingresso no mercado de trabalho, que se identificou com a licenciatura (obrigando à diferenciação entre licenciaturas pré e pós-Bolonha), sacrificando-se desse modo o grau de bacharelato; um segundo grau de mestrado, com a duração mínima de 2 anos, que abrisse ao exercício de atividades científicas; e um terceiro grau de doutoramento, também com um mínimo de 2 anos, totalizando o processo de formação um mínimo de 8 anos. Eram contudo admitidas exceções, e graus mistos nalgumas formações como os chamados mestrados com licenciatura integrada, de 5 anos.

Para estimular a mobilidade e o reconhecimento de habilitações pelo mercado de trabalho, a Declaração preconizava a adoção de um sistema de créditos convertíveis, comuns a todas as instituições de Ensino Superior.

Por último, a Declaração visava tornar a Área Europeia do Ensino Superior mais competitiva em termos internacionais, no sentido de a tornar mais atrativa para os estudantes de outros continentes. Tal obrigava a uma crescente internacionalização dos sistemas e das instituições, com marcado sacrifício da sua dimensão nacional, o que passava pela crescente adoção de uma língua franca internacional: o inglês.

A UCP continuou a fazer parte da FIUC e da FUCE. Com o processo de Bolonha a FUCE adquiriu especial importância por poder representar as universidades católicas perante as instâncias europeias de Bruxelas. O protagonismo da UCP nas reuniões da FUCE justificou o convite insistente para que o Reitor assumisse a presidência substituindo nessas funções o Reitor da Universidade Raimond Lull de Barcelona, Prof. Miguel Gassiot, professor de Química do Instituto Sarriat. Analisadas as condições, chegou-se à conclusão da impossibilidade de a Reitoria da UCP poder vir a assumir tais funções com a exiguidade de recursos disponíveis e a vastidão da própria UCP. A UCP tomou contudo a iniciativa de propor à FUCE a elaboração e assinatura de uma Declaração das Universidades Católicas Europeias em defesa da liberdade de ensino no Espaço Europeu de Ensino Superior, que ficou conhecida por *Declaração de Eischtat*, por ter sido aprovada na reunião anual da FUCE naquela

Universidade da Baviera. Aí se defendia que “o Espaço Europeu de Ensino Superior e Investigação Científica devia fundar-se sobre a liberdade de ensinar e de aprender, reconhecido pela Resolução sobre liberdade de ensino adotada pelo Parlamento Europeu a 14 de março de 1984”, e que “a liberdade de ensino é uma condição indispensável para que as universidades católicas possam desempenhar o seu papel na competitividade nacional e internacional”. Tal liberdade “implica não só a liberdade de ensinar, quer dizer, de estabelecer livremente as instituições correspondentes, mas também os mesmos direitos de acesso de todos os estudantes às diferentes escolhas de educação e formação, o que implica condições semelhantes de financiamento por parte do Estado”. Ora as universidades católicas “colaboram com o serviço público de ensino superior”. Por isso, a terminar, as universidades católicas europeias pediam a cada Estado-membro da União Europeia e às instâncias europeias que “respeitassem a liberdade de escolha no ensino superior, assegurando igual tratamento a todos os estudantes no plano académico e financeiro”.

O Reitor da UCP, por ter sido a iniciativa da UCP, acompanhou o Presidente da FUCE Patrick Valdrini a Bruxelas para fazer entrega da Declaração ao Comissário Jan Figuel, que a acolheu muito favoravelmente, embora reconhecendo a sua improcedência, pois não sendo a educação uma política comum, mas um sector da governação entregue a cada Estado-membro, pouco poderia fazer o Comissário de Educação, que não deixou porém de visitar a Universidade Católica em Lisboa, em sinal de deferência.

Pouco depois, a Comissão haveria de elaborar uma recomendação aos Estados-membros no sentido de elevar o investimento no Ensino Superior para 2% do PIB, precisando contudo que esse investimento deveria ser privado e não público<sup>57</sup>.

O Reitor da UCP passou contudo a fazer parte do Conselho Consultivo da Congregação para a Educação Católica, onde teve oportunidade de propor a apresentação de um pedido da Congregação ao Santo Padre para um novo e mais incisivo documento sobre o pensamento da Igreja em matéria de educação e de liberdade de ensino, embora sem sucesso.

A UCP havia contudo de propor novamente a apresentação de uma queixa a Bruxelas ao Comissário da Concorrência Joaquín Almunia, em abril de 2011, contra o monopólio tendencial do Estado na educação superior, que não mereceu no entanto a adesão de outras universidades católicas, a quem foi apresentada na reunião de Roma de 2010. Um ano volvido, essa exposição mereceria o apoio de outras universidades, nomeadamente francesas, mas já sem

---

<sup>57</sup> *Le Monde*, 12 de maio de 2006.

o impacto que poderia ter tido se fosse no ato de apresentação. A queixa viria a ser arquivada pelo Comissário que fora Secretário-Geral do PSOE em Espanha.

Com o decorrer dos anos, a FUCE foi perdendo protagonismo e aderência, o que motivou a baixa participação de algumas das mais importantes universidades europeias. No final da década, foi proposta a adesão de 5 Universidades Católicas de Beirute, no Líbano, e no ano imediato, numa reunião ocorrida precisamente em Beirute, foi apresentada uma proposta de alteração do nome da Federação para FUC da Europa e do Líbano que mereceu a discordância frontal da UCP, que explicou que as Universidades de Beirute tinham sido admitidas por serem europeias. Mudar o nome pareceria dever-se à constatação de que afinal não o eram, obrigando a alterar a natureza da Federação que, de Federação de Universidades, passaria a Federação de países (ainda por cima não europeus), numa altura em que uma interlocução das universidades católicas com as instituições europeias se afigurava tão importante.

Entretanto, o número de estudantes estrangeiros não cessava de aumentar na Universidade Católica, não apenas por via do aumento dos intercâmbios no âmbito do Programa Erasmus, mas também com a abertura de alguns cursos a estudantes estrangeiros, que passaram a candidatar-se e a frequentar a Universidade Católica, número esse que em breve atingiu os cerca de 10% dos estudantes de cursos de grau.

## **O reconhecimento nacional e internacional da Universidade**

À medida que a UCP granjeava resultados internacionais, o seu nome e o seu prestígio expandiam-se. Não admira pois que a Universidade fosse visitada por Cardeais, Chefes de Estado e por relevantes personalidades internacionais.

Em 2000 foi o Cardeal Poupard, Presidente do Pontifício Conselho para a Cultura que veio à UCP lançar dois livros seus. No ano seguinte, proferia no Porto uma importante conferência o futuro Papa Bento XVI, Cardeal Ratzinger, sobre os “Fundamentos Espirituais da Europa”, e em Lisboa, a Universidade acolhia a visita do Cardeal Arcebispo de São Paulo, do Brasil, D. Aloísio Lorscheider, que proferiu uma palestra. Anos mais tarde será a vez do Cardeal Djiwic, Arcebispo de Cracóvia, antigo secretário do Papa João Paulo II, que proferiu uma conferência em Lisboa, e do Cardeal Gavazzi, do Pontifício Conselho para a Cultura.

Também Chefes de Estado honraram a UCP com a sua visita. A Rainha de Espanha presidiu à abertura de uma Conferência Internacional sobre “Televisão, Violência e Sociedade”, em finais de janeiro de 2003. O Presidente da Estónia, em visita oficial ao nosso país, preferiu a Católica para proferir uma conferência,

no âmbito do IEP. E o Secretário-Geral da NATO, em visita oficial, escolheu igualmente a Universidade Católica e o IEP para aqui proferir uma importante palestra. O Comissário Figuel, de passagem por Lisboa, retribuiu ao Reitor a visita que este lhe havia feito em Bruxelas.

Muitas outras personalidades visitaram a Universidade. O Arquiduque Otão de Habsburgo veio a Lisboa falar sobre a beatificação de seu Pai, o Imperador Carlos, em janeiro de 2004, e o Príncipe Aga Khan assinou com a Universidade Católica um protocolo, em julho de 2008, com vista à colaboração com a Fundação e a Universidade que têm o seu nome. O Cardeal Djiwik de Cracóvia, íntimo colaborador do Papa João Paulo II, proferiu uma conferência sobre ele e inaugurou uma exposição na UCP sobre o Pe. Carol Woytila nos seus tempos de capelão universitário naquela cidade.

Bill Gates, de passagem por Lisboa, visitou também a Universidade Católica, onde se encontrou com o Prof. Cavaco Silva, já então candidato à Presidência da República.

## **Qualificação e avaliação**

Perante o cenário de forte concorrência desleal movida pelas universidades de Estado, a única oportunidade de sobrevivência da UCP era a promoção da qualidade e a afirmação internacional das suas unidades. Mesmo em termos de avaliação, impunha-se uma avaliação internacional, que impedisse que avaliações nacionais, nem sempre imparciais, prejudicassem a imagem da Universidade.

De facto, o sistema de avaliação do Ensino Superior, promovido pelo CNA-VES, enfermava de parciais “nacionais”. Quem avaliava eram os diretos competidores, sem escrúpulo pelo manifesto conflito de interesses. E era manifesta a incompreensão, em muitas avaliações, pela especificidade da Universidade Católica. O modelo, pelo qual se pautavam as avaliações, era o das universidades de Estado.

A UCP começou por isso, desde muito cedo, a pretender obter creditações internacionais, imparciais, escapando desse modo a tentativas dos seus competidores diretos de a travarem, através de avaliações caseiras e tendenciosas.

Talvez o caso mais flagrante, com ressonâncias públicas, tenha sido a avaliação das Faculdades de Direito, precisamente quando a Faculdade de Direito da Católica se procurava diferenciar das do Estado, com uma ousada reforma que a distinguiria internacionalmente. A Comissão de Avaliação prejudicou a Faculdade da Católica, cujo diretor veio a público denunciar o facciosismo do processo.

O Reitor solicitaria, em carta ao presidente do CNAVES, a internacionalização das comissões de avaliação, para evitar que fossem os professores das outras Faculdades em competição aberta com as nossas a proceder à sua avaliação:

“A credibilidade e a isenção dos processos de avaliação, designadamente da avaliação externa, pedem que eles sejam realizados por avaliadores que, além de serem selecionados com base em critérios de competência, não deveriam ser parte interessada no próprio processo. Seria, pois, fundamental que as comissões fossem integradas maioritariamente por avaliadores estrangeiros, não inseridos no sistema de ensino português, e de inquestionável prestígio internacional, à semelhança aliás do que já se vem fazendo nas avaliações externas das Unidades de I & D promovidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.” [...] “Não deveria suceder que elas [as Comissões de Avaliação] fossem integradas por responsáveis pelos órgãos de direção (científica ou administrativa) de instituições cujos cursos se avaliam.”

A inovação de algumas ofertas da Católica era mal avaliada em termos nacionais, pelos pares em concorrência, mas merecedora de distinção internacional por avaliadores distantes. “A experiência revela-nos que sempre que somos avaliados por instâncias internacionais somos melhor julgados e classificados do que quando tal sucede com instâncias nacionais”, diria o Reitor no Dia da Universidade de 2009. E, em entrevista ao *Diário de Notícias*, reiterou a crítica que não era “desejável que os próprios avaliados fossem avaliadores”<sup>58</sup>.

A breve trecho, alguns dos cursos da UCP figuravam em prestigiados *rankings* internacionais. Começou com a “Business School” de Lisboa, e em breve entrava também para os rankings do *Financial Times*, a “Global School of Law” de Lisboa.

A Escola de Negócios da Católica de Lisboa entrou a fazer parte dos prestigiados *rankings* do *Financial Times* em 2007, colocando-se entre as 50 melhores. A UCP conseguia, sem qualquer apoio do Estado, satisfazer um dos objetivos que o governo socialista do Primeiro-Ministro José Sócrates se atribuíra em 2005: colocar uma Escola de Negócios portuguesa nos *rankings* internacionais, alocando para esse efeito avultada verba.

No ano seguinte já subia para o grupo das 40 melhores, e em 2013 já estava entre as 25 melhores. A ambição passou a ser estar entre o *top 20*. Outras instituições portuguesas entraram também, mas a Católica manteve a liderança nacional nos *rankings* internacionais.

---

<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 10.III.2004.

Também a Global School of Law, com os seus inovadores LLM entrou a fazer parte da lista do *Financial Times* em 2010, não deixando mais de constar desse elenco de Faculdades mais inovadoras de Direito do mundo.

E o Instituto de Estudos Políticos era a única instituição portuguesa a fazer parte do *Índice Think Tank* da *Foreign Policy* em 2009.

Apesar disto, continuavam a existir surpreendentes manifestações de animosidade contra a Universidade.

A primeira ocorreu com a suspensão do apoio à publicação da revista *Forum Canonicum*, por existirem normas editoriais que “limitam o legítimo pluralismo e ideias e opiniões”<sup>59</sup>. Em causa estava a exigência editorial de “conformidade doutrinária” com a Igreja Católica. A Universidade protestou junto do Ministro<sup>60</sup>, chamando a atenção para o facto de a revista *Forum Canonicum* ser a única revista de Direito Canónico em Portugal, com um Conselho Científico integrado por canonistas de reputadas universidades europeias, por isso apoiada havia anos pela FCT, cumprimento das regras de arbitragem científica independente, como se podia deduzir do estatuto editorial. As razões invocadas feriam a liberdade religiosa, o pluralismo e a disposição constitucional que proíbe que alguém seja discriminado por motivos religiosos (art. 13.º, 2)<sup>61</sup>. A FCT haveria de reconsiderar, acabando por conceder o subsídio tradicional.

A segunda ocorreu com o reconhecimento dos graus académicos estrangeiros, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/07, de 12 de outubro. O Diretor-Geral Mourão Dias oficiou a Universidade comunicando-lhe que não tinha competência para efetuar registo de diplomas estrangeiros, o que fazia há muitos anos, com conhecimento de sucessivos governos e da própria Direção-Geral, a quem eram posteriormente comunicados, nos termos da lei. Razão invocada era que faltava à UCP “o requisito de natureza pública para ter competência para efetuar registos”, devendo por isso ser anulados os registos já efetuados, com efeito retroativo, e devendo os requerentes dirigir-se a uma das entidades competentes, ou seja, a uma Universidade pública.

Tratava-se do reconhecimento e registo de doutoramentos realizados nas melhores universidades do mundo, tais como Oxford, Cambridge, Londres, York, Southampton, Reading, Lancaster, Manchester, City University (de Londres), Warwick, Cranfield, Lincoln, Aston, Dublin, Wales, Berlim, Regensburg, Ohio

---

<sup>59</sup> Carta de Lígia Amâncio, Vogal do Conselho Diretivo da FCT, ao diretor da revista Prof. Saturino Gomes, de 25.X.2010.

<sup>60</sup> Carta do Reitor ao Ministro Mariano Gago de 16.XII.2010.

<sup>61</sup> Carta do Reitor a Lígia Amâncio de 9.XI.2010.

State, Yale, Pensilvânia, Navarra, Salamanca, Granada, Barcelona, Catalunha, Complutense de Madrid, Paris, Nancy, entre outras.

A Universidade recorreu para o Ministro, a quem lembrou que a UCP não se identifica com as universidades privadas, e que, de acordo com o seu estatuto (Dec.-Lei n.º 128/90, de 17 de abril, art. 3.º, 2), tem competência para livremente atribuir graus, tendo os seus diplomas e títulos o mesmo valor e efeitos conferidos pelas outras universidades públicas. Desde 1998 vinha a Universidade procedendo ao registo de diplomas, posteriormente publicado com regularidade, pela própria Direção-Geral do Ensino Superior no *Diário da República*.

O Ministro reconheceu a razão da Universidade, dizendo que “não se afigura compreensível a mudança de prática operada”<sup>62</sup>.

O modelo de avaliação e acreditação nacional veio a ser alterado pelo Ministro Mariano Gago em 2010, com a criação de uma Agência de Avaliação e Acreditação, a que foi atribuído o estatuto de Fundação.

A Universidade Católica teve oportunidade de se pronunciar contra o tal modelo, pelo desvirtuamento do conceito de acreditação e pelos equívocos que envolveu a avaliação. Desde logo, e em primeiro lugar, o regime em vigor confundia “acreditação com reconhecimento administrativo e com autorização de funcionamento de ciclos de estudo. A acreditação que se afirmou internacionalmente consiste na conferição de um selo de qualidade atribuído apenas a instituições que demonstrem ter atingido um patamar de excelência. Citem-se a título de exemplo, a AACBS, a EQUIS, a ANBA, na área das Escolas de negócios. A Universidade Católica Portuguesa tem recebido várias destas acreditações internacionais, conferidas após rigoroso e exigente processo de avaliação.

*“O reconhecimento e autorização de funcionamento é outra coisa. É uma tarefa da administração que deve incidir sobre a totalidade das ofertas de ensino superior, examinando o cumprimento dos requisitos legais para poder funcionar. Não precisa, para ser desempenhada, da criação de uma estrutura paralela, que acaba por desautorizar as estruturas existentes do Estado que a deviam assumir. Nem precisa de se autoproclamar independente, apesar de nomeação governamental, quando essa autoridade deve ser exercida por quem tem responsabilidade política e administrativa. Nem se justifica que, para essa tarefa, sejam cobradas às instituições despesas adicionais, quando se trata de uma normal atividade da administração.*

*“Atribuir essa tarefa de ‘acreditação’ a concorrentes dos proponentes aumenta o risco de vir a ser praticada uma orientação malthusiana de, em defesa do que existe e está*

---

<sup>62</sup> Carta do Ministro ao Presidente do CRUP de 20 de junho de 2011.

*instalado, se bloquearem novas propostas emergentes, prejudicando a indispensável inovação de que o ensino superior tanto precisa.” [...] “Portugal precisa de internacionalizar os processos de acreditação e de avaliação do Ensino Superior. Mas para reconhecimento e registo de cursos não há que duplicar as estruturas da administração central, impondo custos burocráticos e financeiros acrescidos às instituições.”<sup>63</sup>*

Além disso, o conceito contraditório de “acreditação prévia” – só se pode acreditar o que já existe – levou a UCP a querer saber se estaria obrigada a submeter à acreditação prévia os cursos que tem liberdade de criar. Foram pedidos, nesse sentido, pareceres jurídicos a dois reputados administrativistas.

O Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, a 30 de agosto de 2010, foi de opinião que a liberdade de criação de cursos, de que a UCP goza estatutariamente, “não é incompatível com os regimes gerais de avaliação, acreditação e registo, desde que estes a não inviabilizem ou esvaziem, o que pode implicar – em caso de discrepâncias avaliativas – ajustamentos ou reformulações mas nunca deliberações desfavoráveis”.

O Prof. José Carlos Vieira de Andrade, em setembro de 2010, foi de opinião que, “se a UCP se encontra submetida à avaliação dos seus ciclos de estudo, já não está sujeita à acreditação prévia dos cursos existentes ou de novos cursos, sem prejuízo do dever de comunicar ao MCTES os cursos que ministra para efeitos de avaliação e registo dos ciclos de estudo em funcionamento nas instituições de ensino superior”. A A3ES apenas poderá “verificar a existência dos requisitos legais mínimos para o reconhecimento”.

Contudo, a Universidade decidiu submeter à acreditação os seus cursos, pelo impacto que poderia ter na empregabilidade dos alunos a ausência dessa creditação. O Reitor comunicou ao Ministro as razões pelas quais o fazia: porque a própria lei esclarece o que se deve entender por acreditação: a “garantia do cumprimento dos requisitos mínimos que conduzem ao reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino superior e dos seus ciclos de estudo”. A Universidade “não quer eximir-se ao controlo e inspeção do cumprimento da lei, e por isso aceitou o procedimento do registo dos seus cursos, tal como agora o processo de acreditação”, mas não aceita “que seja desvirtuado o conceito de acreditação de modo a que fica posta em causa a sua liberdade de criação de faculdades e cursos”<sup>64</sup>.

No entanto, o desencontro com a A3ES era frequente. O Reitor apresentou as razões de queixa ao ministro em audiência a 28 de junho de 2010: lamentou

<sup>63</sup> Carta do Reitor ao Ministro Nuno Crato de 2.VIII.2011.

<sup>64</sup> Carta do Reitor ao Ministro Mariano Gago de 4.VI.2010.

a composição das Comissões, com membros sem autoridade, denunciou argumentos invocados que ultrapassavam a mera averiguação de conformidade com os requisitos mínimos legais, lamentou casos em que o conflito de interesses de alguns membros era manifesto, por serem de cursos concorrentes, e denunciou casos em que era lícito suspeitar que prevalecia a intenção de não permitir que a UCP fizesse concorrência a cursos onde membros das Comissões eram professores. Deu exemplos: consideração de planos de estudos de cursos da UCP eram “moralistas”; casos em que se punha em causa a experiência de professores já doutorados há mais de 5 anos; acusação de não existência de corpo docente próprio em cursos ainda não iniciados, nem investigação de professores ainda por contratar.

Para além disso, incidentes graves fizeram a Universidade perder a confiança no presidente da A3ES: denunciara ao *Expresso* a redução de cursos na Universidade Católica em número que excedia a própria soma dos cursos existentes, num erro que, apesar de desmentido pela própria Agência, criou danos de imagem à UCP e fazia perder a confiança no rigor com que trabalhava. Pior: tempos depois, como se avisasse a Universidade de não ter apresentado os compromissos dos professores de virem a aceitar lecionar se um curso se iniciasse, verificou-se que tal não era verdade, e que o comprovativo apresentado para o efeito fora rasurado.

A A3ES formulava exigências descabidas e desproporcionadas, como a apresentação de documentos comprovativos do parecer do Conselho Pedagógico no processo de aprovação de novos ciclos de estudo, ou solicitação de reuniões com estudantes em funções de gestão, no âmbito dos processos de avaliação. Ora a UCP não tinha Conselhos Pedagógicos, como os das universidades de Estado, nem estudantes em funções de gestão, mas tão-só em órgãos consultivos, como o Conselho Académico e as Comissões Pedagógicas, sem competência para aprovação de cursos, da exclusiva responsabilidade do Conselho Superior.

Em carta ao Secretário de Estado do Ensino Superior<sup>65</sup>, o Reitor expôs o problema e a posição da UCP: “A A3ES não possui competência para exigir da UCP alterações aos seus Estatutos, antes lhe compete, nos termos legais, reconhecer a especificidade organizativa da UCP.”

Entretanto, com a diminuição da procura de ensino superior, a tendência das instituições para facilitar o acesso aumentava. Algumas delas abriram à frequência de alunos que não tinham ainda completado o ensino secundário,

---

<sup>65</sup> Carta de 6.XII.2011.

permitindo a frequência de algumas unidades letivas. Outras facilitaram na atribuição de equivalências a habilitações profissionais. A UCP recusou semelhantes práticas.

### **Novas Faculdades e Institutos**

A decisão de instalar em Sintra uma Faculdade de Engenharia havia sido tomada já em 1999, sendo criada uma comissão instaladora, presidida pelo Prof. Barata Marques, que apresentou um projeto ao PRODEP e angariou fundos para a construção do edifício, da autoria do Arq. Bartolomeu Costa Cabral, que ficou pronto no verão de 2000. À nova Reitoria coube apenas a decisão de fazer avançar o projeto, e de abrir os cursos da nova Faculdade no outono de 2000. A Faculdade seria oficialmente inaugurada pelo Presidente da República em 2001.

Havia que ocupar o *campus* de Sintra. A par da construção de residências, que se impunham, dada a distância do *campus* dos centros urbanos mais próximos, a Reitoria pensou na instalação de uma Faculdade de Ciências da Saúde, a par de um Hospital Universitário, cujos esforços se começaram a desenvolver logo em 2000. As vicissitudes por que o processo passou, obrigaram a sucessivas reformulações do projeto.

Em 2009, depois de assinado um protocolo com a Novopca, para a construção de novas unidades, foi benzida a primeira pedra da 2.<sup>a</sup> fase de construções do *campus*, em julho. A par de um edifício tecnológico, para instalação de empresas, e de um centro de serviços, pretendia-se instalar no *campus* uma Unidade de Cuidados Continuados, que chegou a ser contratualizada com o Ministério da Saúde, e uma Unidade de Saúde Familiar, para Cuidados Primários. A crise sobreveniente impossibilitou a concretização do projeto, por dificuldades de financiamento.

A par das Faculdades, foram-se desenvolvendo na Universidade, ao longo dos anos, iniciativas académicas de investigação e de ensino, por vezes de natureza interdisciplinar, originalmente sob a forma de Centros de Estudo, mas que foram adquirindo expressão que ultrapassava largamente essa configuração.

A Reitoria resolveu por isso passar a chamar Institutos, a essas unidades mais pequenas, algumas delas integradas em Faculdades, outras convocando colaborações de várias Faculdades, vocacionadas para o ensino sobretudo de Pós-Graduações e Mestrados.

Foram assim criados o Instituto da Família (dirigido pelo responsável pela pastoral da família Prof. Duarte da Cunha), o Instituto de Estudos Europeus (que recebeu a tradição do Centro do mesmo nome, fundado e dirigido pelo

Prof. Ernâni Lopes), o Instituto de Estudos Políticos (fundado e dirigido pelo criador do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Prof. João Carlos Espada), o Instituto de Estudos Orientais (resultante da fusão dos dois Institutos Luso-Chinês e Instituto Portugal-Ásia, fundado e dirigido pelo Prof. Luís Filipe dos Reis Tomás), o Instituto de Direito Canónico (herdeiro do Centro do mesmo nome, dirigido pelo Prof. Saturino da Costa Gomes, e que iniciou em 2008 a primeira licenciatura em Direito Canónico, restaurando uma tradição canonista secular), o Instituto de Educação (criado a partir do Departamento de Ciências Psicopedagógicas da FCH, depois da morte do Prof. Pedro da Cunha, e que teve como primeiro Diretor o Prof. Bártoolo Paiva Campos, atuando a nível nacional em Lisboa e Porto), o Instituto de Bioética (sediado no Porto, e herdeiro da história do Centro do mesmo nome, fundado e dirigido pelo Prof. Walter Osswald) e ainda o Instituto de Formação à Distância (dirigido pelo Eng. Roberto Carneiro, para projetos de *e-learning* em colaboração com as Faculdades, aproveitando a experiência do Dislogo, dirigido pelo Prof. Valadares Tavares).

No Porto, foi criada em 2005 a nova Faculdade de Educação e Psicologia, dirigida pelo Prof. Joaquim Azevedo.

## **O novo projeto de Faculdade de Ciências da Saúde**

O desejo da UCP estar presente na área da Saúde, particularmente da Medicina e da Enfermagem, era antigo. Existira um projeto de candidatura da Universidade à administração do Hospital Amadora Sintra, posto a concurso mediante a celebração de uma PPR nos últimos anos do século xx.

Em 2000, o Grupo Mello, o mais antigo grupo particular na Saúde em Portugal, dirigiu-se à Universidade, para saber do interesse de uma eventual parceria com vista à articulação de uma Escola de Saúde da Católica, a criar, com o Hospital Amadora Sintra.

Foi constituído um Grupo de Trabalho, liderado pelo Prof. Daniel Serrão, integrado pelos Profs. Alexandre Castro Caldas, Fernando Maymone e António Rendas para a elaboração de um Projeto académico de Faculdade, que deveria integrar o ensino e investigação da Medicina e da Enfermagem, fortemente baseado na aprendizagem centrada na resolução de problemas, praticada em particular pela Universidade de Maastricht, onde uma colaboradora da Universidade seguiu um curso intensivo de uma semana.

A 18 de dezembro de 2001, o Reitor apresentou ao Ministro da Saúde Correia de Campos a ideia do Projeto. O Ministro concordou com a ideia e com a parceria, dizendo mesmo pensar ser esta a melhor parceria que a

Universidade poderia ter para o efeito. Mas revelou que não seria renovada a concessão da gestão do Amadora-Sintra ao Grupo Mello, alvo de críticas que considerava “ideológicas”. Ao contrário do Grupo de Missão para a Saúde do Ministério da Educação, presidido por Alberto Amaral, que não queria a abertura de mais Faculdades de Medicina, o Ministro Correia de Campos era de opinião que havia espaço para mais duas Faculdades de Medicina. E referiu o Hospital de Cascais, em perspectiva, com as suas 400 camas, como o que melhor poderia servir os desígnios do projeto académico da Católica.

A Universidade Católica pensou então em aproveitar o seu *campus* de Sintra, melhor dito em Talaíde, na junção dos 4 concelhos da parte ocidental da área metropolitana de Lisboa (Cascais, Sintra, Amadora e Oeiras), para aí instalar um polo tecnológico que articulasse a Engenharia, já instalada, com a Saúde. E desafiou o Grupo Mello para a instalação no *campus* da Católica de Sintra de um Hospital Universitário, por si gerido, que articularia com uma nova Faculdade da Universidade para as Ciências da Saúde, depois de sabida a não renovação.

O Conselho Superior de 19 de julho de 2002 apreciou o Anteprojeto de Faculdade de Ciências da Saúde.

O projeto foi entregue ao Governo, na pessoa do Ministro da Ciência, em fevereiro de 2003.

A 21 de maio de 2003, o Ministro da Ciência recebeu o Reitor da UCP acompanhado por uma delegação da José de Mello Saúde, composta pelos seus administradores Salvador de Mello e Morais Cabral.

A 31 de julho, o Reitor perguntou ao Ministro se poderia a Universidade tornar pública a sua intenção, ao abrigo da sua liberdade de criação de cursos e instituições, ou se desejava o Ministério ser ele a anunciar a sua concordância com o projeto da Católica. O Ministro Lynce reiterou o interesse do Governo neste projeto e confiança na sua qualidade. Entendia o governo haver lugar para mais um curso de Medicina em Lisboa e outro no Norte-Centro. Sugeriu que a Universidade o anunciasse no próximo Dia da Universidade, em cerimónia com a presença do Magno Chanceler e do Primeiro-Ministro. Sugeriu contudo que a Universidade apresentasse o projeto ao Grupo de Missão, ideia pela qual a Universidade não nutria simpatia, pois não tinha ainda recebido resposta ao pedido de reconhecimento de relevância pública do curso de Medicina Dentária de Viseu, apresentado havia já um ano e meio, temendo por isso que a mesma ausência de resposta viesse a bloquear o novo projeto. E falou em começar o curso em 2004, mesma ainda sem a construção do Hospital Universitário.

A imprensa fez-se eco, a 20 de setembro<sup>66</sup>, da disposição do governo em autorizar dois cursos de Medicina privados: um no Norte e outro no Sul, e da intenção da Católica de abrir um curso de Medicina em Sintra em parceria com um grupo hospitalar com experiência. Era dada igualmente a informação pública do interesse das autoridades de Viseu (Câmara e Hospital) em ver a Católica alargar a sua atividade à Medicina naquela cidade. Outras universidades manifestavam também intenção de avançar nessa área, designadamente a Universidade Fernando Pessoa, do Porto, e o Instituto Piaget, de Viseu. O governo iria lançar um concurso público para selecionar as melhores candidaturas.

A 3 de novembro, era o *Diário Económico* que dava a conhecer a parceria da UCP com a José de Mello Saúde para a construção de um Hospital Universitário no Tagus Park, no *campus* de Sintra da Universidade Católica, ao lado de uma Faculdade de Medicina, no âmbito das Parcerias Público-Privadas. Para a Católica só fazia sentido criar um curso de Medicina se houvesse simultaneamente um Hospital<sup>67</sup>.

Em abril de 2004, o Reitor, recebido em audiência pelo Ministro da Saúde Luís Filipe Pereira, apresentou sugestões sobre a abertura de concurso público para um hospital universitário público, acoplado a uma nova Faculdade de Ciências da Saúde não estatal. Esse Hospital Universitário, integrado na rede pública de hospitais, em regime de Parceria Público-Privada, seria um dos novos hospitais anunciados, quer para a zona ocidental da área metropolitana de Lisboa, com um mínimo de 400 camas, quer para a zona norte-centro. Os concorrentes deviam ser consórcios de uma universidade não estatal com um grupo económico de saúde. Seriam selecionados os três melhores projetos, considerando a capacidade académica da Universidade e a capacidade financeira do grupo económico.

Em 18 de novembro de 2003, o Reitor voltou a apresentar o Projeto à nova Ministra da Ciência, que confirmou interesse do Governo em abrir concurso para um hospital universitário na zona da Grande Lisboa.

Mas em 19 de dezembro de 2003 realiza-se no gabinete do Ministro da Saúde uma reunião entre representantes da UCP (Reitor e Prof. Castro Caldas) e os Presidentes das Câmaras de Sintra e Cascais, para analisar problemas decorrentes do projeto para os planeados Hospitais de Cascais e Sintra. Os estudos realizados apontavam para a conveniência de um hospital com dimensão, para se conseguirem atingir níveis de excelência pretendidos. Tal aconselhava a que se sacrificassem os hospitais de pequena dimensão em Cascais e Sintra, e se

---

<sup>66</sup> *Expresso*, 20 de setembro de 2003.

<sup>67</sup> *Diário Económico*, 3 de novembro de 2003.

concentrassem num grande Hospital de fim de linha em Talaíde, instalando apenas ambulatórios nos centros urbanos de Cascais e Sintra.

Cascais tinha porém compromissos já assumidos de instalar o novo Hospital em Alcabideche, e oferecia inclusivamente terreno anexo ao Hospital em Alcabideche para aí instalar o Hospital Universitário. Sintra também não abdicava de ter novo hospital no concelho e oferecia novos terrenos: no Estabelecimento Prisional do Linhó, e terrenos anexos ao nó do IC 19 com o IC 16. A UCP, por seu turno, tinha compromissos com o *campus* de Sintra incompatíveis com novo *campus* na zona. A única solução seria reduzir a dimensão do Hospital de Cascais para viabilizar o novo hospital Universitário em Talaíde.

O Ministro da Saúde recordou porém que o concurso público, inevitável para o Hospital Universitário, não poderia contudo sê-lo para o terreno da UCP em Sintra. Poderia quando muito constar no concurso para o Projeto, como parâmetro de avaliação, a oferta ou existência de terreno disponível e sua aptidão para o Hospital.

O Presidente da Câmara de Cascais recusou contudo reduzir a dimensão do Hospital. O Ministro concluiu então pela impossibilidade de um só hospital, embora admitindo que a referenciação e delimitação das áreas de influência pudesse viabilizar o Hospital Universitário. Decide por isso avançar com o Hospital de Cascais. Falará com o Primeiro-Ministro sobre o concurso para o Hospital Universitário.

Em finais de 2003, o Conselho Superior aceitou criar um Instituto de Ciências da Saúde em Lisboa, onde virá a ser integrada a Escola Superior de Enfermagem de S. Vicente de Paula, e se abriram novas formações pós-gradua-das, dirigido pelo Prof. Castro Caldas. A Escola de Enfermagem de S. Francisco das Misericórdias sediar-se-á em 2005 no *campus* de Sintra, sendo convidada a integrar-se na UCP dois anos depois<sup>68</sup>. Recusado o convite, abandonou as instalações no *campus* de Sintra.

No Porto, a Escola de Enfermagem integrou-se na Escola Superior de Biotecnologia.

A Mckenzie realizou a pedido do Grupo Mello e da UCP um estudo sobre a viabilidade do Hospital Universitário, centrado em três principais valên-cias: cancro, doenças cardiovasculares e neurociências, apresentado ao Conselho Superior de 16 de janeiro de 2004.

À medida que a ideia de um novo curso de Medicina pudesse surgir na Universidade Católica se tornava pública, através da imprensa, que o ia noti-ciando, desenvolviam-se oposições por parte das universidades estatais. O CRUP

---

<sup>68</sup> Carta do Reitor ao Presidente da União das Misericórdias de 23.VII.2007.

ocupou-se do assunto na sua reunião de janeiro de 2004, em Faro. O Reitor da Universidade Nova defendeu não serem precisos mais cursos, e propôs que essa posição fosse adotada pelo CRUP, o que não foi aprovado. Apesar disso, no final, o presidente do CRUP e Reitor do Algarve, em declarações à imprensa, disse ser posição do CRUP que “enquanto não esgotar a capacidade das universidades públicas, custeada pelos contribuintes, o Governo não deve entregar cursos de Medicina a privados”, o que não correspondendo à verdade foi objeto de contestação. Era o reatar da conceção supletiva do ensino particular, cooperativo e concordatário em relação ao ensino estatal, eliminada da Constituição na revisão de 1982.

Foi então que surgiu a pretensão das autoridades de Viseu de ser criada uma licenciatura em Medicina ao lado da licenciatura de Medicina Dentária na Católica. A Reitoria, depois de ter criado um grupo de trabalho para analisar a ideia, apresentou condições à Ministra da Ciência e do Ensino Superior em fevereiro desse mesmo ano de 2004.

A 5 de março de 2004, o Projeto de Faculdade de Ciências da Saúde da UCP foi apresentado à Ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite, numa audiência concedida ao Reitor, acompanhado do Diretor do ICS (Castro Caldas), da administração da José de Mello Saúde (Salvador de Mello e Pedro Dias Alves) e do administrador da Mckenzie Pedro Rodeia. A Ministra admitiu três cenários possíveis:

- Esvaziar de importância o Hospital de Cascais, quer em termos de valências quer em termos de área de influência, e valorizar o Hospital Universitário, com financiamento *per capita* para uma vasta área de referência a definir;
- Avançar com um Hospital privado, no *campus* de Sintra da UCP, e fazer contrato para a sua inserção no SNS;
- Colocar o Hospital Universitário em Sintra, e pôr no *campus* de Sintra da UCP alguns departamentos de saúde mais ligados à Engenharia.

A 18 de março desse mesmo ano, o Reitor voltou a abordar o assunto em audiência com a Ministra da Ciência e Ensino Superior, que informou que o governo, dentro de cerca de mês e meio, iria publicar um edital de concurso público para um Hospital Universitário na Grande Lisboa (distinto de Hospital com Ensino Universitário), a que poderiam concorrer grupos hospitalares e universidades com cursos aprovados e registados. A UCP precisaria de ter os seus cursos aprovados e registados.

E quanto ao alargamento da Medicina Dentária a Medicina Geral em Viseu, a Ministra considerou que o projeto era do maior interesse para o governo, e que as condições postas pelo grupo de trabalho nomeado pela Reitoria perfeitamente exequíveis. O governo aceitava a ideia de um Contrato de Desenvolvimento que permitisse aos alunos de Viseu frequentar Medicina com as mesmas propinas das universidades públicas. Achava-o até mais importante que os contratos-programa existentes. E não iria aumentar o número de vagas nos cursos já existentes nas universidades públicas. O novo edifício para o Ciclo Clínico, admitia que a UCP pudesse candidatar-se ao PRODEP para o fazer até 2006. E via com muito interesse que a UCP começasse já com o Ciclo Clínico, nas instalações já existentes, embora em menor número, já no ano letivo de 2005-2006.

O Reitor frisou que tal só poderia ser possível se fosse criada a Faculdade a nível nacional em Sintra.

Mas dias depois alguns órgãos de comunicação social davam conta de uma alteração na posição do governo. O que levou o Reitor a exprimir a sua apreensão ao Primeiro-Ministro:

“Em reuniões havidas com o Senhor Ministro da Saúde concordaram as partes envolvidas na manutenção de uma limitada dimensão do Hospital de Cascais para viabilizar uma maior dimensão do Hospital Universitário em Sintra, bem como uma delimitação das áreas de influência dos dois hospitais que viabilizasse económico-financeiramente o segundo. A Senhora Ministra da Ciência teve oportunidade de me informar recentemente que é intenção do Governo proceder à publicação de um edital de abertura de concurso público de um Hospital Universitário em Sintra dentro de um mês, concurso ao qual se poderão candidatar operadores de saúde associados a universidades que tenham cursos de medicina e outras ciências de saúde aprovados, pelo que convidou a Universidade a fazer aprovar os seus brevemente.”<sup>69</sup>

Perante a anunciada alteração de posição do Governo, por certos órgãos de comunicação social, o Reitor pede uma reunião ao Primeiro-Ministro para evitar especulações e “possibilitar a devida preparação da Universidade para o concurso anunciado”<sup>70</sup>.

A 20 de maio, o Ministro da Saúde recebia o Reitor a quem comunicava a abertura de concursos para a construção em breve de novos hospitais, no âmbito

<sup>69</sup> Carta do Reitor ao Primeiro-Ministro de 5 de abril de 2004.

<sup>70</sup> Carta do Reitor ao Primeiro-Ministro Durão Barroso de 5 de abril de 2004.

de PPP: Loures, Cascais, Braga, Vila Franca de Xira e Sintra (com apenas 150 camas) e, mais tarde, Évora e Faro, admitindo a possibilidade de um concurso para uma Faculdade de Medicina a sul. Tal equivalia a afastar a UCP desse concurso. Restava a hipótese de um hospital privado em Sintra, com acordo com o Estado para prestar cuidados aos utentes do SNS por um prazo longo, ideia que precisava, segundo o Ministro, de ser analisada politicamente. A hipótese de o Hospital Universitário ser financiado por capitação ficou igualmente de ser estudada.

A 1 de junho, o Reitor em carta pessoal ao Primeiro-Ministro<sup>71</sup> exprimia a sua desolação pela decisão do Governo de abandonar a ideia de construir um Hospital Universitário em Sintra e de a substituir pela da construção de um Hospital de apenas 150 camas. Tal viragem resultaria por certo de pressões das universidades públicas, que haviam conseguido o aumento do número de vagas nos cursos existentes, e a criação de Preparatórios nas Universidades dos Açores e Madeira, que mereceu a crítica da Ordem dos Médicos e de muitos professores de Medicina. Mas também de pressões de outros grupos económicos de saúde e de autarquias. Ficava a hipótese de um hospital privado em Sintra, com contrato com o Estado para servir os utentes do SNS, que o Ministro da Saúde remetia para a chefia do governo. A agravar tudo isto, o anúncio de criação de uma universidade pública em Viseu, que iria matar a Católica naquela cidade.

Com a saída de Durão Barroso para Bruxelas e a formação de novo governo, o Reitor enviou carta ao novo Primeiro-Ministro, Santana Lopes<sup>72</sup>, solicitando audiência para apresentação do projeto de Faculdade de Ciências da Saúde em Sintra.

Ao tomar posse, no início do segundo mandato, em outubro de 2004, o Reitor reiterou a intenção da UCP se abrir à área da saúde, pois era no domínio das ciências da vida que se iriam travar grandes batalhas em defesa da dignidade humana. E referiu, “o projeto apresentado ao governo de criar em Sintra uma Faculdade de Ciências da Saúde, associada a um hospital universitário, e aberta ao ensino da Medicina, em parceria com o grupo José de Mello Saúde e que conta com o apoio do município local”. O projeto visava “a criação de um centro de tratamento de cancro, e procurará a excelência nas áreas privilegiadas das neurociências e da cardiologia”. A iniciativa visava “inovar na prestação dos cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde de toda a vasta área ocidental metropolitana de Lisboa, contribuindo para que não tenham que continuar a procurar na capital os cuidados mais exigentes”.

---

<sup>71</sup> Carta do Reitor ao Primeiro-Ministro de 1 de junho de 2004.

<sup>72</sup> Carta do Reitor ao novo Primeiro-Ministro de 9 de agosto de 2004.

Após a posse, o Reitor envia ao Ministro da Saúde um pedido expresso de esclarecimento: se o Hospital Universitário, de natureza privada, que a Universidade se propunha construir em Sintra, em parceria com a José de Mello Saúde, poderia “contratualizar com o Estado a concessão de cuidados de saúde aos utentes do SNS, por um período longo – por exemplo, trinta anos –, o que implicaria o adiamento, por igual período do concurso para a Parceria Público-Privado de Sintra”<sup>73</sup>.

Ao mesmo tempo, exprime à Ministra da Ciência e do Ensino Superior a sua apreensão perante a indefinição para a abertura do sector da educação da saúde ao sector não estatal e perante o reforço do número de cursos de Medicina no sector estatal:

“Enquanto não se tomam decisões relativas aos projectos apresentados por universidades não estatais – entre as quais a UCP, que apresentou um projecto de Faculdade de Ciências da Saúde para Sintra, e fez outra proposta para alargamento do curso de Medicina Dentária à Medicina em geral, até hoje sem resposta – assiste-se à abertura dos anos preparatórios do curso de Medicina nas Universidades dos Açores e da Madeira, em condições que nada abonam em favor da qualidade e da excelência, e ao anúncio de candidaturas a novas Faculdades de Medicina por parte de universidades estatais, tais como Algarve, Aveiro e Évora. Essas universidades públicas argumentam, numa lógica estadualista, que a falta de profissionais no sector deve ser suprida pelo Estado. Não gostaríamos de ver o Governo fazer sua tal argumentação.”<sup>74</sup>

Foi preciso esperar pelo governo socialista de José Sócrates para que o Ministro Correia de Campos, instado pelo Reitor, comunicasse a ausência de condições para concretizar o projeto do Hospital. Em audiência concedida ao Reitor, confessou que muito apreciara o projeto, “o melhor que até agora já conhecera”, mas que o que matara o projeto fora a decisão de avançar com o Hospital de Cascais.

Era preciso repensar toda a estratégia seguida até então. Optou-se por um crescimento gradual de estruturas de cuidados de saúde em Sintra, começando com um Centro de Saúde, com Unidades de Saúde Familiares e com um Centro de Referência Médico-Cirúrgico, para uma população inscrita de 30 000 pessoas. Esse Centro seria a base de um futuro hospital universitário. Ao apresentar este novo caminho ao Ministro Correia de Campos, a 1 de agosto

<sup>73</sup> Carta do Reitor ao Ministro da Saúde de 8.XI.2004.

<sup>74</sup> Carta do Reitor à Ministra da Ciência e Ensino Superior de 17.XI.2004.

de 2006, o próprio Ministro sugeriu um Contrato de Convenção com o Estado para essa população, com remuneração por capitação, que abrangesse consultas, meios de diagnóstico e medicamentos, podendo no futuro avançar também para hospitalização. Admitiu que poderiam existir ganhos de eficiência e também ao evitar desperdícios nos meios de diagnóstico.

A 21 de novembro de 2006, a Universidade apresentava este novo projeto de Centro de Saúde ao Ministro, solicitando um Contrato de Convenção com o Estado para utentes do SNS, e propondo um financiamento por capitação<sup>75</sup>. A legislação para as USF públicas só em maio de 2007 seria aprovada em Conselho de Ministros. Por isso, o Reitor pressionou o Ministro, em audiência a 25 de maio, para acelerar a legislação das privadas. Mas esta legislação nunca viria a surgir.

A Universidade, sempre baseada na convicção de que sem uma unidade hospitalar não teria condições para iniciar um curso de Medicina, abandona então a ideia de uma unidade de saúde integrada no SNS, e volta-se para a criação de uma outra de iniciativa privada.

Em 2009, surgiu a proposta de instalar em Sintra, no *campus* de Talaíde, uma Unidade de Cuidados Continuados (ao abrigo do concurso público aberto pelo Governo) e uma Unidade de Cuidados Primários de referência, mediante protocolo a assinar com a ARS e com a Câmara Municipal de Sintra.

Para a Unidade de Cuidados Continuados foi apresentada uma candidatura ao concurso aberto pelo Governo, tendo o Reitor assinado em Braga um contrato para a sua instalação, autorizando o Conselho Superior à contratação de um empréstimo até 7 milhões de euros.

Para secundar esse projeto, fora assinado um protocolo com a Novopca, a par de outro já anteriormente assinado com a mesma empresa para o *campus* da Palma de Cima, mediante o qual, a Novopca construiria e exploraria por 50 anos duas residências universitárias no *campus*, um edifício para instalação de empresas de ciência e tecnologia, que pagariam rendas à Novopca, por igual período, e ainda um edifício central para comércio e serviços. A Universidade daria à Novopca o direito de superfície dos respetivos terrenos, que passariam para a sua posse, no final de 50 anos, e receberia em troca, a custo zero, um edifício para ensino e investigação, de cerca de 5000 m<sup>2</sup>. Receberia ainda, pago faseadamente, um milhão de euros.

No entanto, um ano depois, a deterioração da situação económico-financeira do País inviabilizaria o negócio. A Novopca não encontrava facilidades de financiamento do projeto. Os protocolos seriam revogados amigavelmente

---

<sup>75</sup> Carta do Reitor ao Ministro da Saúde Correia de Campos de 21 de novembro de 2006.

A Universidade viria também a abandonar o projeto de Unidade de Cuidados Continuados, em junho de 2011, por dificuldades de obtenção de crédito, pelo aumento dos *spreads* dos empréstimos e consequente aumento dos juros, e ainda pelo aumento dos custos de construção.

O Conselho Superior autorizaria inclusivamente a entregar os terrenos de Sintra a outra instituição de ensino superior, que nos comprasse o Edifício da Faculdade de Engenharia, e a transferir para o *campus* de Lisboa as ofertas existentes em Sintra, em 2011. Mas nesse verão, as matrículas na faculdade de Engenharia em Sintra eram encerradas.

Não faltaram alternativas a ser ponderadas, como por exemplo uma parceria com a Medis (em março de 2010) para exploração de uma unidade hospitalar a instalar no *campus* de Sintra, bem como um contacto com a CM de Cascais (em maio de 2012), com vista à instalação de uma unidade de ensino e de investigação da UCP nas antigas instalações do Hospital Castro Guimarães, a par de uma Unidade de Cuidados Continuados e outra de Cuidados Primários. Esta última viria a conhecer desenvolvimentos posteriores.

### **A criação da Universidade de S. José em Macau**

A instalação em Macau do Instituto Interuniversitário, uma instituição da Igreja Católica romana, em plena fase de transição, por decisão unilateral das autoridades portuguesas, sem ser ouvido o grupo de transição, criara algum clima de suspeição.

Apesar do Presidente da China ter dito a D. José Policarpo, ao tempo Reitor, aquando da inauguração do Aeroporto de Macau, que a instalação da UCP em Macau não oferecia problemas por depender de Lisboa, e não de Roma, na realidade, os problemas existiam, não com as autoridades locais, mas com as autoridades de Pequim, que embargavam o acesso de estudantes da “*mainland*”.

O Instituto era apenas de pós-graduações e funcionava com o apoio do Governo local, através sobretudo da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, não sendo autossustentável. Limitava-se a programas de Mestrado em Gestão, Educação e Informática, iniciados em 1997, cujos primeiros diplomas foram entregues com a presença do Reitor da UCP a 23 de outubro de 2001.

A sua fundação em Macau fora acompanhada pela criação em Lisboa de um Instituto Portugal-Ásia, e de um outro Instituto Luso-Chinês, que a Reitoria decidira fundir num só Instituto de Estudos Orientais, sob a direção do Prof. Luís Filipe Tomás, destinada a desenvolver a cooperação com o primeiro e estudos e atividades letivas sobre a presença passada e futura de

Portugal no Oriente, sediado em Sintra, no edifício da Faculdade de Engenharia, para cuja construção o Governo de Macau, a Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau e a Fundação Oriente haviam dado importantes contribuições.

Após a transferência de soberania de Macau para a China, o Governo da Região Especial continuou a disponibilizar ao Instituto as instalações onde estava sediado, mas a nova Fundação Macau, deixou de disponibilizar os fundos indispensáveis ao seu funcionamento. Impunha-se alargar o número de estudantes, para fazer face à falta de apoio financeiro.

O Reitor solicitou em maio de 2003 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz os seus bons ofícios para junto do Embaixador da China em Lisboa sensibilizar o governo a estabelecer condições para a receção de estudantes da China em Macau. Abordadas pelo Embaixador de Portugal em Pequim, as autoridades chinesas manifestaram receptividade a parcerias da UCP com universidades locais, nomeadamente a Universidade de Zhongchan, mas sem incluir nessa parceria o IIUM.

Seu fundador e diretor era, desde o começo em 1995, o Prof. João Lourenço, da Faculdade de Teologia de Lisboa, que desejava regressar depois de intensa e positiva atuação. Era preciso encontrar novo Diretor. Foi escolhido o Prof. Ruben Cabral que, nas Ciências da Educação, se ocupava sobretudo da Gestão e Administração Escolar. Ao tomar posse, em 10 de outubro de 2003, recebeu do Reitor o mandato de tornar autossustentável o projeto, o que só podia acontecer com um aumento significativo do número de alunos. Era preciso abrir a “outros níveis e graus de ensino e a outras áreas. Pede-o a consolidação do que fizemos até hoje, em termos académicos e em termos económicos”, isto é, era preciso abrir às licenciaturas, e a outras áreas científicas, transformando o Instituto numa Universidade. A assinatura, na altura, de um protocolo com a Universidade Sun-Yat-Sen de Cantão, visava não só enraizar localmente o projeto mas também conseguir uma integração na rede universitária chinesa que abrisse as portas aos alunos da China continental.

Nessa mesma ocasião, foi convocada uma reunião do Conselho Geral da Fundação Católica para o Ensino Superior em Macau, com a presença do Bispo cessante e do novo Bispo. E o Reitor teve oportunidade de ser recebido pelo Chefe do Executivo, Edmund Ho, na companhia dos bispos e dos antigo e novo Reitores. Inquirido sobre a mudança de nome para reforçar a identidade católica da instituição, o Chefe do Executivo, apesar de não ver problemas nem políticos nem religiosos, recomendou prudência e se tentasse analisar impacto na opinião pública. E convidou-nos a formar de novo o clero para todo o Extremo Oriente, como acontecia com o Seminário de S. José.

Mais tarde, convidado pelo Presidente da República Jorge Sampaio a integrar a comitiva da visita presidencial à China, o Reitor teve de novo oportunidade de solicitar em Pequim, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a abertura do Instituto a estudantes da China.

Em 2007 o número de alunos era já de cerca de 700. Novas instalações começaram a ser projetadas na Ilha Verde. É então que se começa a pensar passar o Instituto a Universidade.

Macau vira abrir, a par da Universidade pública de Macau, uma outra Universidade privada chinesa: a Universidade Internacional. E tinha, para além do Politécnico, uma Universidade Aberta. A nova Universidade, que seria batizada de Universidade de S. José (padroeiro da China), depois de afastada a hipótese, muito desejada, de se chamar de S. Paulo, para recuperar a antiga tradição do colégio jesuítico, aparecia assim num espaço já bastante ocupado, sendo obrigada a afirmar-se pela qualidade. Seria fundada, apenas em 2009, depois da introdução de uma licenciatura de Teologia, chamada de “Estudos de Cristianismo”, que se pretenderam instalar, embora sem sucesso, no antigo Seminário de S. José. Nesse ano, assume a direção do curso de Teologia, em substituição do Prof. Pe. Dennis, o Prof. Pe. João Eleutério.

Quando o Reitor, em outubro de 2011, renovou o mandato do Reitor, o número de alunos da Universidade era já de cerca de 2000 o que obrigava a uma ampliação das instalações provisórias e colocava novos problemas de qualificação e de institucionalização. Existiam com efeito alguns reparos sobre a pouca participação nas decisões e sobre o grau de exigência. Era preciso pôr os órgãos de governo colegiais a funcionar, designadamente um Conselho Superior (com representantes da Diocese e da UCP), e cuidar da homologação dos cursos pela UCP, dado que os títulos eram reconhecidos por Lisboa.

Em março de 2012, o Bispo de Macau solicitava a substituição do Reitor da Universidade de S. José, que passaria a ser o Prof. Peter Stilwell.

## **A profissionalização da gestão da Universidade**

O agravamento da situação económico-financeira da Universidade, fortemente influenciado pelo problema de Viseu, obrigou a uma clara opção pela profissionalização da gestão, ou seja, à contratação de um gestor profissional, em detrimento de um Vice-Reitor académico com funções de administração.

A opção recaiu sobre um gestor simultaneamente professor da Universidade: a Dr.<sup>a</sup> Helena Brissos de Almeida, que passou a integrar a Reitoria com o cargo de Administradora da Universidade, tendo sido nomeada em julho de 2006.

## Regularização das situações patrimoniais

Os terrenos em que se encontravam sediados edifícios da UCP nem sempre estavam regularizados.

Na Palma de Cima, em Lisboa, um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, que expropriara a Universidade de várias parcelas para a construção das vias rodoviárias adjacente, previa a indemnização da Universidade, e a compensação com terrenos, ainda não registados em nome da Universidade. Após um processo difícil e moroso, em que se envolveram a Vice-Reitora Maria da Glória Garcia e o antigo Vice-Reitor Prof. Costa André, a situação foi regularizada, mediante deliberação da Assembleia Municipal, e posterior escritura de permuta em 2004.

Logo que isso aconteceu, iniciou a Universidade o projeto de construções objeto do protocolo com a Novopca, que viria a ser aprovado em Conselho Superior, e sobre o qual apresentou à Câmara em 14 de setembro de 2005 um Pedido de Informação Prévia (PIP). Ao mesmo tempo, iniciou a Universidade diligências para a efetivação da transferência dos terrenos: primeiro, a escritura de transmissão do lote de Campolide, que ocorreu em 2005; depois, a morosa identificação matricial e registal dos vários prédios da Palma de Cima, conduzida pela Câmara. Só em 14 de março de 2006 a Câmara Municipal de Lisboa emitiu a certidão do teor que permitiu regularizar o registo predial, em 2007.

Em Sintra, o acordo tripartido entre a Câmara Municipal, a UCP e os proprietários dos terrenos, mediante o qual os proprietários doavam à Câmara os terrenos para a implantação do *campus* universitário, mediante o licenciamento urbanístico dos lotes adjacentes, não fora objeto de celebração das correspondentes escrituras e registos. O edifício fora construído, com apoios oficiais e comunitários e privados, em terreno ainda não passado para a posse da Universidade. Foi igualmente necessário regularizar a situação. A escritura de doação ocorreu apenas em finais de 2007, depois de um “ultimato” dado à Câmara Municipal de Sintra em março desse ano.

Em Braga, a cedência dos terrenos do *campus* Camões obrigou igualmente a demoradas conversações com a Direção-Geral do Património, em 2001.

O mesmo acontecendo para a passagem para o nome da UCP dos terrenos da Asprela, no Porto, em 2004, cedidos à Universidade em compensação pela expropriação dos terrenos inicialmente destinados à instalação da ES de Biotecnologia para a construção da Autoestrada Porto-Braga, que encontrou especial resistência por parte da Universidade do Porto.

Em Viseu, os terrenos comprados à Misericórdia local, sem escritura, tiveram também um moroso processo de regularização, que implicou licenças camarárias.

Na Figueira da Foz, a alienação do terreno, comprado em 1995, para a instalação da Escola de Ciência e Tecnologia, obrigou à assinatura atrasada do Auto de Cessão, apenas em 2003, e sua revenda à Visabeira, em 2004, para instalação de um hotel.

## **A proposta de fusão com a Universidade Nova**

O reconhecimento da importância de “massa crítica” nas instituições levou a que se começasse a falar de fusão de universidades e faculdades. As duas Universidades mais antigas de Lisboa – a Clássica e a Técnica – haviam iniciado conversações com vista à fusão numa única Universidade de Lisboa. Não faltou quem propusesse também à Universidade Católica propostas de colaboração e parceria, e até de fusão de instituições.

A própria UCP havia aceitado projetos conjuntos como, no Norte, a criação de uma Escola de Negócios, que acabaria por ser apenas de parceria com a AEP e, na Beira, a criação de uma Escola de Estudos Avançados (EAB), com o Politécnico de Viseu e o Núcleo Empresarial local.

Com a Universidade Nova de Lisboa, tradicional rival sobretudo na área de Economia e Gestão, a UCP aceitara a montagem de um MBA conjunto: o *Lisbon MBA*, com uma parceria com o MIT, no âmbito das parcerias criadas pelo governo com universidades americanas suportada por uma Fundação Ulisses.

Em abril de 2012, um grupo de professores das duas Faculdades de Economia, da Universidade Nova e da Católica de Lisboa<sup>76</sup>, resolveram apresentar às respetivas reitorias, uma proposta de fusão das duas Faculdades num única escola, suportada por um estudo da Mckenzie.

A nova escola pertenceria às duas Universidades, e instalar-se-ia em futuras instalações da Universidade Nova na Parede, no concelho de Cascais, em terrenos a ceder pelo município.

A ideia era a de potenciar a capacidade das duas escolas se afirmarem internacionalmente, aumentando a escala, a atratividade e o volume de negócios, com a ambição de chegar ao topo das 10 melhores dos *rankings* internacionais.

---

<sup>76</sup> António Borges, Fátima Barros, Fernando Branco, Francisco Veloso, Isabel Horta Correia, da Universidade Católica; Diogo Lucena, José Ferreira Machado, Pedro Santa Clara Gomes, Daniel Traça, da Universidade Nova; e ainda Belén de Vicente do Lisbon MBA.

Existiam problemas à partida: a Universidade Nova era uma Universidade do Estado, a Universidade Católica uma Universidade da Igreja, com identidade e missão própria, dificilmente compatível com a neutralidade a que está obrigado o ensino oficial. A Universidade Católica poderia encarar a possibilidade de abdicar da designação confessional, mas não podia prescindir de uma orientação de inspiração cristã, com implicações na nomeação de dirigentes e contratação de professores (no mínimo, direito de reserva), e na existência de uma capelania, o que não era aceite pelos proponentes do projeto.

Para além disso existiam dúvidas sobre a eficácia de uma fusão para os propósitos enunciados. A competitividade entre as duas instituições, responsável pela afirmação internacional de ambas, desapareceria. Era duvidoso que juntas conseguissem melhor do que separadas. Percebia-se que a UCP tinha o que faltava à Nova, e ela não estava a conseguir: afirmar-se na formação de executivos, sem a qual nunca poderia subir nos *rankings* globais de forma significativa. As *royalties* que se prometiam à UCP, por perder a sua formação de executivos (em que era líder de mercado, muito destacada) e os resultados financeiros daí decorrentes, eram manifestamente insatisfatórias, porque muito inferiores ao que no presente se recebia. Afigurava-se como um mau negócio, em suma.

A ideia estava longe de ser consensual, e dividia o corpo de professores da Católica. Alguns deles ameaçaram criar uma nova Faculdade na Católica, se a atual Faculdade desaparecesse nessa fusão.

O assunto foi objeto de reflexão não apenas pela Reitoria, mas também por parte dos Diretores das Faculdades de Lisboa.

A Universidade Católica aceitou contudo ponderar ao mais alto nível, levando o assunto a um Conselho Superior extraordinário, realizado a 29 de junho de 2012, que votou uma deliberação favorável ao desenvolvimento da cooperação, mas que recusou “qualquer forma de fusão, total ou parcial, que envolva perda para a UCP de qualquer uma das suas unidades ou actividades, e da sua autonomia e identidade”. Recusava-se assim a proposta de nova Escola, e de novo *campus*, com corpo docente próprio; aceitava-se, pelo contrário, a continuação e desenvolvimento de programas conjuntos de ensino e de investigação.

Desse modo, traçavam-se balizas à cooperação com outras escolas e universidades.

## **Racionalização interna e projeção externa**

Os primeiros anos do século XXI foram para a Universidade Católica Portuguesa anos de inserção no Espaço Europeu de Ensino Superior. A Universidade deixou de atuar num espaço meramente nacional, para passar a competir numa

mais vasta área internacional. A internacionalização da Universidade Católica Portuguesa era pois uma exigência inevitável. Nas reuniões de reflexão estratégica, com os dirigentes da Universidade, que foram realizadas em Coimbra, na Quinta das Lágrimas, em 2001, em Braga, no Bom Jesus, em 2005, e em Fátima, em 2012, a internacionalização surgiu sempre como preocupação dominante.

Para fomentar essa atratividade internacional era preciso preparar a Universidade para um maior reconhecimento internacional. O que obrigava, desde logo, a sacrificar a excessiva extensão nacional, que colocava problemas de manutenção de níveis de qualidade e de exigência, incompatíveis com a competição internacional. A Universidade Católica estava demasiado espalhada pelo País. A “proximidade”, que levava a essa expansão, colocando as instituições próximas das que as procuravam, fora substituída pela exigência internacional crescente de “mobilidade”. O Espaço Europeu de Ensino Superior abria a uma concorrência já não meramente nacional, mas mais vasta, exigindo por isso “massa crítica” para uma afirmação além-fronteiras. Urgia, por isso, conseguir também coordenação entre polos demasiado próximos, como era o caso dos Centros Regionais do Porto e de Braga, que encontrou particulares dificuldades.

A primeira condição para a afirmação internacional foi pois a racionalização interna, e a redução da dimensão nacional e da implantação regional. Encerram-se polos na Madeira, em Leiria, na Figueira da Foz, nas Caldas da Rainha, e várias unidades em Viseu, para uma maior concentração de esforços e recursos, de modo a permitir uma maior afirmação internacional, patenteada sobretudo pelo reconhecimento obtido por acreditações internacionais e pelo aparecimento, em prestigiados *rankings* internacionais, de algumas das suas unidades.

Apesar dessa contração regional, o número de alunos não diminuiu. Pelo contrário aumentou, quer nos cursos conferente de grau (licenciaturas, mestrados e doutoramentos), que atingiu os 12 000, quer sobretudo nos cursos de diplomas, de formação ao longo da vida, que passaram a ser, por ano, em maior número que os ingressados para cursos de grau. Se para os cursos de grau entravam por ano cerca de 2500 alunos, para os cursos conferentes de diploma esse número ultrapassava os 3000. A Universidade assumia a “educação ao longo da vida”, de que tanto se falava, como orientação sua.

A Universidade Católica Portuguesa tornou-se a “primeira opção” para muitos que a procuravam, conseguindo competir, apesar da desigualdade de condições, com as demais universidades de Estado. Obrigada a cobrar propinas ao nível do custo real, muito superiores às propinas do ensino oficial, sobretudo depois de lhe ter sido retirado o apoio que recebia do Estado; excluída dos Contratos de Confiança que o mesmo Estado estabeleceu com as suas universidades,

umentando as dotações orçamentais, para o incremento do número de diplomados; excluída dos financiamentos estruturais que avantajavam sobremaneira as universidades estatais em edifícios, equipamentos e investimentos; vítima de iniciativas que visavam a sua destruição, pela abertura contígua de idênticas ofertas, pelas universidades estatais, a preços muito inferiores; apesar de tudo, a Universidade Católica Portuguesa conseguiu continuar a competir com as demais universidades de Estado, inovando e liderando, obrigando as outras universidades a seguir as suas práticas.

Nestes doze anos, a Universidade Católica Portuguesa reforçou a sua autonomia, dotando-se de corpo docente próprio, dependendo por isso menos de professores de outras universidades, e reforçando igualmente a sua independência do poder político, que lhe retirou a quase totalidade dos apoios financeiros que recebia desde os primeiros anos, e que não evidenciou para com ela particular deferência nem simpatia.

Em contrapartida, viu reforçada a confiança nela depositada pela sociedade portuguesa, traduzida no prestígio mantido, nos apoios recebidos, na procura acrescida das suas formações por famílias e empresas. Os amigos e benfeitores redobram as suas atenções para com a Universidade. Os antigos alunos, orgulhosos da sua Universidade e do seu reconhecimento nacional e internacional, marcaram presença frequente e traduziram o seu apoio em numerosos gestos.

A perda do apoio financeiro do Estado levou à criação da Fundação da Universidade Católica e à criação de um Fundo de Subsistência, que cresceu ao longo dos anos.

Como indicador do prestígio internacional, Chefes de Estado e Embaixadores, dirigentes e personalidades políticas internacionais, empresários de renome internacional (Bill Gates), quiseram visitar a Universidade, escolheram-na para proferir conferências em Portugal, distinguiram-na com gestos de distinção. O número de estudantes estrangeiros, que procuravam a Universidade – não apenas no Programa Erasmus, mas como candidaturas independentes – aumentou, atingindo cerca de 10% do total, e sendo inclusivamente maioritários nalguns cursos (o primeiro em que tal aconteceu foi o LLM da Global School of Law), o que nunca acontecera em Portugal.

A própria Federação Internacional de Universidades Católicas quis honrar a Universidade Católica Portuguesa com a realização em Lisboa de um Congresso, por ocasião dos seus 40 anos.

O recurso às certificações internacionais, de muito exigente avaliação, ajudou também a ultrapassar os condicionamentos das avaliações nacionais, feita por concorrentes, sem a distância, a isenção e o rigor indispensáveis.

Não faltaram tentativas políticas para retirar à Universidade, não apenas o apoio financeiro mas sobretudo a sua autonomia e liberdade, pondo mesmo em causa a “especificidade” que a Concordata de 2004 veio consagrar. E, no entanto, a Universidade Católica Portuguesa continuou a ser uma referência no panorama nacional e internacional, forte da cultura institucional que lhe foi legada pelos seus fundadores, e confiante no apoio que a Igreja e a sociedade portuguesa lhe continuaram a dar.

Do ponto de vista da reestruturação interna, uma meta formulada no Plano Estratégico de 2008–2013 ficou por atingir: conseguir maior equilíbrio entre humanidades e tecnologias. Se era natural que a Universidade Católica tivesse começado por Humanidades, a afirmação internacional da Universidade pedia maior crescimento das tecnologias, desde a Engenharia às Ciências da Saúde.

Por último, a identidade da Universidade foi desafiada pela crescente secularização e dessacralização da sociedade portuguesa. Muitos dos alunos que chegam à Universidade Católica não possuem qualquer formação católica básica. Outrora as universidades católicas confirmavam e aprofundavam formações religiosas e morais anteriores, iniciadas em família e continuadas, frequentemente, em escolas católicas. Hoje, o universo dos alunos que demandam a Universidade Católica é diverso. O desafio que tal constitui obriga a um renovado esforço não apenas académico (mediante a inclusão de cadeiras de formação religiosa e moral nos planos curriculares) mas também pastoral, onde a capelania da Universidade, e por conseguinte a Capela, ocupa um lugar de destaque. As missões universitárias, entre semestres, que levam centenas de universitários a zonas mais deprimidas do País em missão de evangelização, constituem um poderoso instrumento de mobilização e de formação cristã. Da mesma forma, atividades de cariz assistencial contribuem, de forma relevante, para a formação da consciência social.



## Capítulo 7

### **Primeira Mulher Reitora**

Maria da Glória Garcia

Após três mandatos consecutivos como Reitor, ao Prof. Manuel Braga da Cruz seguiu-se a então Diretora da Faculdade de Direito (FD), Prof.<sup>a</sup> Maria da Glória Garcia, que havia exercido o cargo de Vice-Reitora no primeiro mandato do Reitor Manuel Braga da Cruz. Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, a nova Reitora fez a carreira académica na UCP, prestando provas de mestrado, de doutoramento e de agregação, na área das Ciências Jurídico-Políticas.

Foi a primeira vez que a Congregação para a Educação Católica, em Roma, sob proposta do então Magno Chanceler, Senhor D. José da Cruz Policarpo, depois de ouvidos os órgãos estatutários, entregou a Reitoria da UCP a uma mulher que, à época, seria também a única Reitora a integrar o CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. A decisão de atribuir o mandato a uma mulher continha uma rutura inovadora e responsabilizante, pertencendo ao leque das decisões que fazem a diferença, nos planos nacional e internacional.

Constituíram a equipa reitoral os Vice-Reitores, Prof.<sup>s</sup> José Tolentino Mendonça, da Faculdade de Teologia (FT), que, além do mais, ficou responsável pela consolidação e difusão da cultura católica, e Isabel Gil, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), a quem, *inter alia*, foi atribuída a responsabilidade pela área da promoção e desenvolvimento da investigação e da internacionalização, e o Pró-Reitor, Prof. Mário Aroso de Almeida (FD), responsável pela qualidade da prestação do ensino e interlocutor único da UCP com a A3ES, posteriormente nomeado Vice-Reitor (março de 2013). A Prof.<sup>a</sup> convidada da FCEE-Católica *Lisbon School of Business and Economics*, Helena Brissos de Almeida, foi nomeada Administradora, cargo que já exercia.

Iniciado a 18 de outubro de 2012 e integralmente cumprido, o mandato vivenciou acontecimentos marcantes no plano institucional: de um lado, a declaração de renúncia do Papa Bento XVI, em 10 de fevereiro de 2013, e a eleição papal, em 13 de março de 2013, do jesuíta argentino Jorge Mario

Bergoglio – Papa Francisco; de outro, a investidura no cargo de Patriarca de Lisboa e Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa de D. Manuel Clemente, nomeado pelo Papa Francisco em 18 de maio de 2013, sucedendo a D. José da Cruz Policarpo, que viria a falecer subitamente em 12 de março de 2014; e o acidente de que foi vítima a Reitora, a 6 de março de 2013, de que resultou uma lesão medular grave que, entre outras consequências fisicamente limitadoras, a manteve, em internamento hospitalar, mais de três meses.

Ao longo do mandato, a UCP interagiu com dois Presidentes da República (Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa) e três Governos (dois liderados por Passos Coelho e um chefiado por António Costa), para além de ter interagido com 2 Presidentes de Câmara em cada um dos municípios em que se localiza (Braga, Lisboa, Sintra, Porto e Viseu, em razão das eleições autárquicas de 2013). Por sua vez, interagiu, em razão da Universidade de S. José, com dois Bispos da Diocese de Macau: D. José Lai Hung Seng, até final de 2015, e, a partir de janeiro de 2016, com D. Stephen Lee Bun-sang. Finalmente, no plano europeu, assistiu à sucessão do Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso por Jean-Claude Juncker, em julho de 2014.

O mandato coincidiu, em grande parte, com um ambiente internacional sombrio, no plano financeiro, e, em Portugal, com o período das políticas de austeridade definidas para pôr termo ao endividamento público, à crise orçamental, ao défice excessivo, na sequência dos compromissos assumidos com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (*troika*), o que tudo conduziu ao desencadear de processos de falência, à diminuição drástica do investimento, a restrições à concessão de crédito, ao aumento da carga fiscal, à diminuição do rendimento das famílias, ao agravamento da crise bancária, ao significativo acréscimo do desemprego.

### **Estreitamento de laços universitários e criação de uma aliança estratégica com universidades católicas**

Num tempo em que se procurava, a nível mundial, cautelosamente gerir o choque de culturas, que, além do mais, a globalização, as descobertas tecnológicas, o terrorismo e a emigração evidenciaram, o mandato reitoral traçou o propósito de estreitar relações, pessoais e institucionais, nos planos interno e externo, nacional e internacional. O objetivo era claro: solidificar uma base de confiança alargada para bem cumprir a missão de uma instituição que, sendo um espaço de ensino superior e de investigação, tem uma particular identidade (católica) e uma específica nacionalidade (portuguesa).

Neste sentido, e no plano interno, estreitaram-se os laços entre docentes e colaboradores de Faculdades, Institutos, Centros de Investigação, plurilocalizados, na sede e Centros Regionais. Externamente, estreitaram-se as relações da UCP com as universidades portuguesas representadas no CRUP e, mais amplamente, apertaram-se as redes com prestigiadas universidades internacionais, dando particular relevo a uma aliança estratégica com universidades católicas reputadas.

No que ao relacionamento interno respeita, após a tomada de posse, a equipa reitoral e a administradora apresentaram cumprimentos aos Bispos das dioceses onde a UCP tem campos universitários, começando pelo também Magno Chanceler D. José da Cruz Policarpo, a que se seguiu D. Manuel Clemente (Porto), D. Jorge Ortiga (Braga) e D. Ilídio Leandro (Viseu). Por outro lado, foram ouvir os Presidentes dos Centros Regionais e os Diretores de Unidades (Faculdades e Institutos), criando o hábito de, para além de reunir na sede, em Lisboa, regularmente trabalhar também em Braga, Porto e Viseu. Em concreto, a Reitoria Alargada passou a reunir mensalmente e, em Lisboa, os diretores de unidades passaram a reunir quinzenalmente com a Reitoria.

O conhecimento pessoal dos órgãos dirigentes e, bem assim, de muitos docentes e, mesmo, colaboradores da sede e dos Centros Regionais, facilitou o delinear do *Plano de Desenvolvimento Estratégico da UCP para os anos 2015-2020*, “*Abrindo Fronteiras de Futuro*”, aprovado pelo Conselho Superior em 20 de março de 2015, que se tornou uma bússola da ação da UCP, ao mesmo tempo que permitiu um melhor conhecimento da realidade, criando o suporte de confiança indispensável à compreensão de algumas duras decisões que tiveram de ser tomadas, nomeadamente a de congelar os vencimentos de docentes e funcionários, a de descontinuar os cursos de engenharia, no *campus* de Sintra, e de arquitetura, no Centro Regional das Beiras, ou, ainda, a de fundir as duas faculdades a funcionar no Centro Regional de Braga. Simultaneamente, com fundamento em estudo sobre identidade corporativa, solicitado a uma empresa especializada, o conhecimento pessoal e a interação dos dirigentes facilitou o processo de uniformização e modernização da imagem visual com que a UCP e as suas unidades – de ensino, de investigação e de gestão – se identificam, interna e externamente, tornando a instituição mais coesa e mais forte e a sua captação unitária pelo público em geral mais perceptível, o que otimizou e potenciou a ação de cada unidade, ao mesmo tempo que a responsabilizou. Além disso, a interação das unidades, facilitada pelo conhecimento pessoal de quem nelas trabalha, permitiu que fossem lançadas as bases do “*cultivo da ecologia dos saberes*”, indispensável à sustentabilidade e futuro da investigação, pura e aplicada, destacando-se, neste quadro, a realização dos *I e II Simpósios das Ciências e Tecnologias da Vida e da Saúde*, no *campus* da Palma de Cima, em Lisboa (2015) e

no *campus* da Foz, no Porto (2016), que reuniram docentes e investigadores das áreas da biotecnologia, medicina dentária, ciências biomédicas, bioética, filosofia, psicologia, direito, economia, etc. e que investigam e lecionam em Braga, Lisboa, Porto e Viseu.

Quanto às relações da UCP com as universidades do CRUP, a designação da Reitora da UCP como membro do seu Conselho Permanente, durante o mandato de Presidente do Prof. António Cunha, Reitor da Universidade do Minho, aproximou a UCP do centro nevrálgico do sistema universitário português, o que, na linha do que antes acontecera sob a Presidência do Prof. António Rendas, Reitor da Universidade Nova, permitiu que a UCP intervisse ativamente em momentos cruciais da vida universitária portuguesa. Neste contexto, a UCP contou também com a solidariedade das universidades do CRUP quando dela necessitou, nomeadamente para acolherem, nas melhores condições, os estudantes de engenharia, quando tomou a decisão de descontinuar os respetivos cursos, lecionados no *campus* de Sintra.

Num outro quadrante, a intensificação das relações da UCP com prestigiadas universidades estrangeiras, nas áreas da investigação, da mobilidade de estudantes e docentes, e da lecionação conjunta ou em parceria de cursos de mestrado e de doutoramento, teve, desde logo, como consequência a assinatura pela UCP, entre 2012 e 2016, e sem contar com as parcerias Erasmus, de cerca de 100 protocolos com instituições universitárias dos vários continentes. Destes protocolos resultaram, além de inúmeros projetos de investigação que o futuro avaliará, e de um sem-número de intercâmbios de alunos, docentes, investigadores e colaboradores, suscetíveis de abrir oportunidades a quem deles usufrui, vários diplomas conjuntos (*double degree*) de mestrado e de doutoramento. A UCP ampliou a sua projeção no espaço global, ao mesmo tempo que, internamente, se consolidou no plano institucional.

Finalmente, no *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, “*Abrindo Fronteiras de Futuro*”, a UCP definiu a sua visão: “*ser uma das melhores universidades católicas do mundo*”. Para a realizar, a UCP entrou em contacto com quatro prestigiadas universidades católicas – *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-Rio), *Università Cattolica del Sacro Cuore* (Milão), *Universidad de Ramon Lu’ll* (Barcelona) e *Notre-Dame University* (Indiana), a fim de com elas estabelecer uma *aliança estratégica*. A convite da UCP, reitores, vice-reitores ou pró-reitores, em representação das supramencionadas universidades, reuniram no *campus* da Palma de Cima, tendo lançado as bases de uma aliança estratégica, à qual, posteriormente, a *Pontifícia Universidade Católica do Chile*, por solicitação do respetivo Reitor, de passagem por Lisboa, mostrou vontade de aderir.

## Aprofundamento da identidade católica

A acentuação da identidade católica da UCP, patente na visão que para si definiu no *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, determinou várias iniciativas.

Assim, a solicitação da Reitora, todas as reuniões do Conselho Superior passaram a iniciar-se com uma reflexão sobre a especificidade da UCP ou de uma das suas unidades. O objetivo consistia em cruzar ideias, consciencializar comportamentos, pensar medidas capazes de potenciar e enriquecer a diferença que identifica a UCP no sistema universitário português. Ao longo do mandato intervieram, a título principal: Eng. Ângelo Paupério (*A presença da UCP na sociedade*), D. Manuel Clemente (*A UCP como projeto da Igreja*), Prof. Peter Stilwell (*A visão da Universidade Católica a partir de Macau. A Universidade de S. José*), Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite (*A crise económico-financeira: oportunidades e ameaças para a UCP*), Dr. Guilherme de Oliveira Martins (*A identidade da UCP na atual conjuntura*), Dr. Pedro Álvares Ribeiro (*Uma primeira visão global da UCP*), Prof. Francisco Veloso (*A contribuição da FCEE para a marca Católica – uma visão de dentro*), Prof. João Lourenço (*A Faculdade de Teologia da UCP – uma visão de dentro*), Prof.<sup>a</sup> Sofia Salgado (*A mais-valia da FEG para a UCP*), D. Jorge Ortiga (*O Centro Regional de Braga da UCP: o futuro no presente*), Prof. José Tolentino Mendonça (*A identidade católica da Universidade: perspetivas e desafios*), Prof. Aires do Couto (*A UCP em Viseu: o presente do futuro*), Dr. António Lobo Xavier (*Um outro olhar sobre a Universidade Católica Portuguesa*).

Centrando a atenção no público alargado dos docentes e investigadores, ciente do papel que estes ocupam na criação, promoção e difusão do conhecimento, a UCP convidou individualidades marcantes para palestras sobre temas da atualidade. Entre elas, Pedro Rubens, Presidente da FIUC, António Spadaro, da Universidade Gregoriana (Roma), Cardeal Gianfranco Ravasi, Presidente do Conselho Pontifício da Cultura (a quem a UCP atribuiu o título de *doutor honoris causa*, em 30/1/15), Monsenhor Vincenzo Zani, Secretário da Congregação para a Educação Católica, Andrea Riccardi, fundador da Comunidade de Santo Egídio, Josafá Carlos de Siqueira, Reitor da PUC-Rio, Cardeal Sean Patrick O’Mailley, Arcebispo de Boston (agraciado na UCP pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique), e Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado do Vaticano (condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, no Palácio de Belém), foram palestrantes especiais, que desinquietaram, anteciparam desafios, trouxeram palavras de esperança que ficaram como inspiração.

Num outro quadrante, de relacionamento com organizações universitárias católicas, concretamente a FIUC e a FUCE, a UCP fez-se presença atuante nas reuniões plenárias e sectoriais, tendo dirigido o convite à FUCE, de imediato aceite, de que a reunião plenária de 2017, ano das comemorações dos 50 anos da UCP, se fizesse em Lisboa, no *campus* da Palma de Cima, sob o lema “*A interculturalidade e a inter-religiosidade na missão das universidades católicas*”. Por outro lado, no Congresso Mundial “*Educar hoje e amanhã. Uma paixão que se renova*”, realizado no Centro Mariapoli, em Castel Gandolfo, em 19 e 20 de novembro de 2015, por ocasião dos 50 anos da *Declaração Conciliar Gravissimum Educationis* (28/10/1965) e dos 25 anos da *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae* (15/8/1990), a UCP participou, através da Reitora, que proferiu uma conferência intitulada “*Never let a second go to waste*”, publicada pela *Congregatio de Institutione Catholica, na educatio catholica*, ano 1 – ¾, 2015.

Acresce que a UCP reuniu com o Arcebispo do Huambo, D. José de Queirós Alves, mostrando-se disponível para apoiar a criação de uma Universidade Católica no Huambo, e com o Reitor da Universidade Católica da Guiné-Bissau, Prof. Eugénio Moreira, e, mais tarde, com outros docentes desta universidade, com quem se empenhou no desenvolvimento dos cursos de Educação e Serviço Social.

Registe-se, ainda, ter a Faculdade de Teologia, a quem compete a preparação de agentes para a ação pastoral da Igreja e a promoção do diálogo entre a Fé e a Cultura, sido avaliada, pela primeira vez, pela Agência da Congregação da Santa Sé para a Educação Católica (AVEPRO), a que se seguirá a avaliação pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior portuguesa (A3ES), em razão da dupla dependência, religiosa e civil. Ao longo do processo de avaliação, no qual todos os docentes, colaboradores e alunos – da sede e dos Centros Regionais do Porto e de Braga – se envolveram, foi feita uma profunda e alargada reflexão sobre a investigação e o ensino da teologia na UCP, gizando-se propostas de organização da investigação e ensino capazes de melhor corresponder aos desafios atuais e do futuro, tendo desde logo sido criado, em maio de 2015, o Instituto de Estudos de Religião, fruto de uma parceria entre a Faculdade de Teologia, a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (Braga), a Faculdade de Ciências Humanas (Lisboa) e a Escola das Artes (Porto).

Acrescenta-se o facto de, neste mandato reitoral, se ter cumprido um desígnio que vinha do anterior: dotar todos os *campi* da UCP de um espaço de oração. O *campus* de Viseu viu nascer uma capela numa antiga sala de aula, por iniciativa de um grupo de alunos do curso de arquitetura, liderado pelo Prof. António Carvalho, que elaborou o projeto arquitetónico e lhe deu corpo.

Também o *campus* da Asprela, (Porto) foi dotado de uma capela, benzida por D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto, entretanto falecido, a quem, pela intensidade da presença, tanto a Universidade ficou a dever.

Na mesma linha, a UCP apresentou, em Fátima, à Conferência Episcopal (26 de fevereiro de 2015), as diretrizes da proposta de *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020 “Abrindo Fronteiras de Futuro”*, aí recebendo respaldo para o debate e aprovação no Conselho Superior (20 de março de 2015). Presentes na Conferência Episcopal estiveram, para além da Reitora e Vice-Reitores, a Administradora e os Presidentes dos três Centros Regionais, Profs. João Duque (Braga), Manuel Afonso Vaz (Porto) e Aires do Couto (Viseu).

Procurando responder ao repto do Papa Francisco, de questionamento do sentido da família na sociedade, no primeiro quartel do século XXI, a UCP, para além de organizar debates temáticos, definiu dois planos de ação. Um, centrado no Natal, festa por excelência da família, através de iniciativas de intensificação do espírito de família na comunidade. O segundo focou-se na elaboração de um livro agregando reflexão sobre a família, escrito por docentes dos diferentes saberes lecionados na UCP, e acompanhado de estudo empírico de estudantes da UCP, sob orientação da Diretora do Instituto de Ciências da Família, Prof.<sup>a</sup> Helena Rebelo Pinto – *Família: Essência e Multidisciplinaridade*. O livro foi lançado em 14 de outubro de 2016, na UCP, pelo Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que aproveitou a ocasião para agraciar a Reitora, Prof.<sup>a</sup> Maria da Glória Garcia, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública. O livro foi oferecido ao Papa Francisco, que o agradeceu, concedendo a *Benção Apostólica* a todos quantos nele colaboraram.

Ciente de que a Universidade é fonte de conhecimento e inspiração, e de que, movida pelo espírito de descoberta, sente o apelo das fronteiras, a UCP assumiu ainda como objetivo fundamental, no Plano de Desenvolvimento Estratégico, “*promover o bem comum e o progresso da comunidade*” e nele integrou a resposta ao desafio da “*ecologia integral*” contido na *Carta Encíclica Laudato Si’*. Nesse sentido, deu a conhecer, em livro, a Carta Encíclica, distribuída gratuitamente por docentes e alunos, na sequência de uma conferência proferida pelo Reitor da *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, Pe. Josafá de Siqueira s.j., reputado docente das Ciências Ambientais. E intensificou a sensibilização da comunidade académica para os problemas ambientais, com a luta contra o desperdício, através de um programa liderado pela FCEE (Lisboa) e pela Escola de Biotecnologia (Porto), e da inauguração da obra de arte urbana *Pomba da Paz*, de Bordalo II, feita com materiais retirados do lixo.

Ainda no âmbito da acentuação católica e da centralidade da pessoa humana, e em consequência do Plano de Desenvolvimento Estratégico, foi aprovado o

*Código de Ética e de Conduta da UCP* (30/10/2015) e nomeados os que passaram a exercer o cargo de Provedores de Ética, um em cada cidade em que se localiza a universidade – Prof. Germano Marques da Silva (Lisboa), Prof. Walter Osswald (Porto), Prof. Francisco Restivo (Braga) e o Capelão Jorge Almeida (Viseu). O *Código de Ética e de Conduta*, em que muito se empenhou o Vice-Reitor, Prof. José Tolentino Mendonça, definiu, além do mais, os princípios que devem refletir a identidade católica e a cultura personalista da UCP, sustentados na responsabilidade e no respeito pelo desenvolvimento humano integral. O Código pretendeu também elevar a confiança, interna e externa, e consolidar a reputação da UCP, dando expressão aos lemas “*formar para a confiança*” (2013), “*inspirar o futuro*” (2014), “*alargar horizontes*” (2015).

A identidade católica e a cultura personalista, pelas quais o Prof. Pe. José Bacelar e Oliveira s.j., primeiro Reitor da UCP, tanto se bateu, foram também realçadas em 18 de outubro de 2016, data em que aquele perfaria 100 anos, num sentido momento de memória que a UCP quis perpetuar, atribuindo o nome do Prof. José Bacelar e Oliveira ao primeiro Auditório desta universidade, e nele inaugurando uma obra de arte da autoria de Manuel Rosa.

E, levando longe o desejo de que a comemoração dos 50 anos da UCP, coincidente com a dos 100 anos das Aparições de Nossa Senhora em Fátima, fosse um momento especialmente inspirador para toda a comunidade académica, a Reitora solicitou ao Papa Francisco, por escrito e depois pessoalmente, em Roma, a sua presença, na UCP, durante a programada vinda de Sua Santidade, como peregrino, a Fátima.

## **Reformulação da identidade visual e modelação do sistema de qualidade**

A verificação de que o logótipo, símbolo da universidade, se desatualizara, e, “*apropriado*” de forma não coerente pelas unidades, se empobrecera, dificultando a concretização do *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, a UCP entendeu necessário intervir: simplificou o símbolo, tornando-o mais versátil na aplicação às plataformas, e procurou garantir que a personalidade da UCP, expressa em valores – verdade, respeito pela pessoa humana, qualidade, tradição, inovação, integridade, universalidade, solidariedade –, fosse comunicada de forma unitária e atraente, nomeadamente para o espaço internacional.

A reformulação da identidade visual da UCP e a elaboração de normas gráficas que assegurassem a manutenção da coerência ficaram a dever-se, em muito, à dedicação da Administradora, Prof.<sup>a</sup> Helena Brissos de Almeida. O resultado final, pensado também para conteúdos em inglês, passou a visualizar-se em

digital, papel, têxtil e outros materiais, cuja portabilidade de imediato identifica a UCP como uma universidade de prestígio, moderna, católica. A reformulação do Portal da UCP e dos *sites* das unidades, fundamental para reforço externo da imagem da universidade, e em curso em muitas unidades, bem como a criação da *intranet* para o interior da Universidade, reganharam fôlego e uma nova dinâmica.

Num outro plano, a concretização da política institucional para a qualidade, constante do referido *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, determinou a criação de um grupo de trabalho, liderado competentemente pelo Vice-Reitor Prof. Mário Aroso de Almeida, que, em outubro de 2015, apresentou propostas para o estabelecimento do sistema de qualidade. Na sequência disso, procedeu-se à constituição de equipas de trabalho, transversais a toda a universidade, a fim de assegurar a adequação do sistema às realidades diferenciadas nos centros regionais, áreas científicas e unidades. O objetivo residia em pôr a funcionar o sistema, a título experimental, e, quando esta estivesse em condições de obter a certificação externa, solicitá-la, então, à entidade competente.

Na modelação do sistema de qualidade, tornou-se evidente, além do mais, que a existência de plataformas eletrónicas de gestão diferentes em Braga, Lisboa, Porto e Viseu, dificultava a padronização dos dados administrativos, financeiros e académicos, bem como a sua interpretação unitária. A UCP deu, por isso, início à gestão integrada dos sistemas de informação, reforçando o sistema de gestão e de controlo orçamental e financeiro, e prevendo a promoção de uma auditoria e certificação de contas de gestão. Além disso, desenvolveu o processo de criação de centrais de compras, a nível nacional e local, com vista à introdução de economias de escala, à otimização de recursos e a uma melhor resposta aos constrangimentos financeiros.

### **Empenhamento na investigação e na internacionalização: os desafios de futuro**

A UCP definiu, entre os quatro objetivos principais do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020, “*afirmar-se como uma universidade que assume a investigação como desafio de futuro*” e “*reforçar o modelo de ensino sustentado na investigação*”, tendo como pano de fundo a internacionalização.

Iniciada em 2013, a estratégia de investigação para a UCP foi superiormente liderada pela Vice-Reitora, Professora Isabel Gil. O processo coincidiu, em parte, com a avaliação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujos resultados foram contestados pelas universidades e pelo CRUP. A UCP foi a única universidade do CRUP que avançou com a autoavaliação e reestruturação

das unidades de investigação, fundada no princípio da responsabilização. Em consequência da referida reestruturação, o Centro de Estudos do Pensamento Português (CEPP) e o Gabinete de Bioética (GIB) foram extintos e iniciada a reflexão alargada sobre a melhor inserção institucional da investigação em filosofia e em bioética, áreas decisivas numa universidade católica. Por sua vez, a teologia foi autonomizada pela FCT como área científica, pelo que a forma de agregação institucional de áreas científicas, para reforço da teologia, foi trabalhada. Além disso, os centros de investigação em direito, do Porto e de Lisboa, juntaram-se no Centro de Estudos e Investigação em Direito – *Católica Research Centre for the future of the Law* (novembro de 2013), robustecendo a investigação nesta área do saber. E a sede do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS) passou de Lisboa para Viseu, onde funcionam os laboratórios de apoio à licenciatura em Ciências Biomédicas. Com a requalificação da investigação na UCP pretendeu-se também, em cumprimento do Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020, abrir portas à criação de uma Escola Doutoral.

Neste sentido, foram traçadas quatro linhas de ação estratégica da investigação para toda a UCP, capazes de sustentar o ensino e, ainda, de promover o bem comum e o progresso da comunidade – *economia e cultura digitais; ambiente, saúde e sustentabilidade; cidadania, ética e responsabilidade social; memória, mudança, empreendedorismo e inovação* –, propondo-se a UCP avaliar criteriosamente os resultados segundo o *princípio da especialização inteligente*. Foi incentivada a integração em equipas de investigação internacionais, a publicação em revistas internacionais indexadas e, bem assim, iniciou-se a aplicação de métricas e indicadores normalizados de produção científica, tudo de modo a dar mais visibilidade ao trabalho da UCP e a possibilitar maior captação de fundos, tendo presente o êxito do *Lisbon Consortium*, no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) e, ainda, do CUBE, a unidade de investigação da FCEE. A consciencialização destas realidades conduziu, além do mais, a um aumento de 300% nas candidaturas a projetos submetidos à FCT.

Em suma, a UCP empenhou-se fortemente na designada *comprehensive internationalisation*, um compromisso institucional que introduz uma perspetiva comparativa e de enfoque global na investigação, no ensino e no serviço à comunidade, e se concretiza na mobilidade de estudantes e docentes, na criação de graus conjuntos com instituições de prestígio, na contratação de investigadores e docentes de elevada qualidade, na criação, em cada um dos seus *campus*, de um ambiente universitário internacional. No sentido de contribuir para esse objetivo, sem perder identidade, a UCP definiu que, em todas as licenciaturas e mestrados integrados, seriam obrigatoriamente lecionadas uma disciplina sobre Humanismo e Cultura Cristã (ou Mundividência Cristã...) e, pelo menos, uma

disciplina em inglês, com exame em inglês, além de que seria dada aos alunos a possibilidade de optar por disciplinas sobre temas em princípio alheios à licenciatura ou mestrado integrado em que estão inscritos. Além disso, a UCP criou, em Lisboa, um *Liberal Arts Curriculum*, extensível ao Porto, Braga e Viseu, e lançou modelos acolhedores de recebimento e integração de alunos e docentes estrangeiros. Por outro lado, acreditou na A3ES dois cursos de licenciatura em inglês (Licenciatura em Gestão e Licenciatura em Economia), e vários cursos de mestrado e de doutoramento. Finalmente, assinou, em janeiro de 2014, juntamente com as demais universidades do CRUP, um protocolo com a AICEP, a fim de obter ganhos de escala na internalização; promoveu o *Portal Study at Católica*; assinou, em outubro de 2014, na Fundação Luso-Americana, um protocolo criando o consórcio constituído pelas Universidade de Lisboa, Universidade Nova, UCP e ISCTE, designado “*Study in Portugal Network*”, que pretende fomentar a mobilidade de estudantes norte-americanos; assinou, em janeiro de 2015, com a CMLisboa e outras universidades, o *Study in Lisbon network protocol*; assinou também inúmeras parcerias com reputadas universidades estrangeiras, facilitando a mobilidade de alunos e docentes; intensificou a sua presença em feiras internacionais da especialidade, selecionadas de acordo com uma específica visão estratégica, nelas divulgando brochuras da UCP em inglês e, a partir de maio de 2015, também em mandarim. No final do mandato, a UCP tinha 10% de estudantes internacionais de 89 países.

### **Racionalização e otimização das unidades de ensino e reestruturação de infraestruturas**

Tendo presente, de um lado, o ambiente de austeridade definido pelo XIX Governo Constitucional, a anunciada quebra demográfica e o clima internacional economicamente sombrio, e, de outro lado, os crescentes desafios que a inovação coloca às universidades, as exigências éticas da criatividade e as oportunidades do mundo global, a UCP identificou situações de preocupação logo na elaboração do orçamento para 2013, e procurou definir caminhos com vista a ganhar novas confianças. Na sequência dessa identificação e dessa procura, foi clara a necessidade de uma estratégia de médio e longo prazos, envolvendo toda a UCP, gerada a partir de dois movimentos – *bottom-up* e *top-down* –, com um mapeamento de intervenções faseadas, que culminou na já aludida aprovação do *Plano de Desenvolvimento Estratégico “Abrindo Fronteiras de Futuro”*. Tudo com vista a garantir a sustentabilidade financeira da UCP, fundada nos princípios da equidade e da solidariedade das suas unidades; assegurar o prestígio da UCP,

sem perda de alunos nem da influência social católica e tornar-se uma das melhores universidades católicas do mundo.

Em razão destas ideias-força, descontinuaram-se os cursos de engenharia (janeiro de 2013), lecionados no *campus* de Sintra (5 licenciaturas, 3 mestrados, 2 doutoramentos e 1 pós-graduação), concentrando no *campus* da Palma de Cima toda a investigação e ensino da região de Lisboa.

Por outro lado, procedeu-se à alienação de edifícios ao Instituto Politécnico do Porto (outorga das escrituras em 11/6/2014 e 27/7/2015) e consequente adaptação do edifício remanescente no *campus* da Asprela, para adequado funcionamento da Escola Superior de Biotecnologia (ESB) e do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), a pensar numa futura concentração das unidades de ensino e de investigação do Centro Regional do Porto no *campus* da Foz. O encaixe financeiro da referida alienação permitiu a regularização das dívidas das Associações ligadas à ESB – *AESBUC*, *Intervir Mais*, *Inovar&Crescer*, *CIDEB* –, levando à sua extinção, bem como o aligeirar da dívida do Centro Regional do Porto. Ao mesmo tempo, com a ajuda de financiamento europeu, foi construído o edifício da cantina e restaurado o edifício Paraíso, no *campus* da Foz, segundo projeto do arquiteto Siza Vieira, que, em 2017, viria a ser premiado. E procedeu-se a uma reestruturação, com alguma dimensão, dos *currícula* dos cursos da Escola das Artes e do respetivo corpo docente, requalificando-a e tornando-a tendencialmente autossustentável.

No Centro Regional de Viseu (e não Centro Regional das Beiras, por alteração deliberada em outubro de 2015) descontinuou-se a licenciatura de arquitetura e concentrou-se a leção num único edifício, o edifício da Clínica Dentária, libertando os restantes, e permitindo o arrendamento do Edifício Engrácia Carrilho ao município de Viseu para instalação de um *call center* (julho de 2016) – apesar de findos, a favor da UCP, os processos em tribunal que opunham a UCP à *Ergotecnon*, a certeza, em 2016, da não renovação, por parte do Estado, do contrato-programa para o mestrado integrado em medicina dentária, e a incógnita sobre a concretização de um “*prometido*” apoio do Estado à investigação em Ciências Biomédicas, foram motivos de preocupação para a UCP e de renovada vontade de encontrar soluções.

Por sua vez, no Centro Regional de Braga, a Faculdade de Filosofia fundiu-se com a Faculdade de Ciências Sociais, dando origem à Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (16/01/2015), dotada de estatutos próprios, e investiu-se em novas pós-graduações, em parceria com a Faculdade de Economia e Gestão (UCP-Porto), a fim de captar novos públicos. E, perante a urgência de obras no Seminário Conciliar, local de leção dos cursos de Teologia, equacionou-se um espaço alternativo.

Quanto à Universidade de S. José (Macau), viu construir-se o seu *campus* universitário, possibilitando novos caminhos de investigação e ensino identitários, ficando o momento inaugural para breve.

Autonomizando a perspetiva académica, a criação de cursos na UCP exigiu atenção redobrada e um crivo estreito de qualidade, necessidade, consistência e inovação. Além disso, abriu-se espaço a cursos em parceria com universidades reputadas, nacionais e internacionais, salvaguardando sempre a identidade da UCP. Por sua vez, os processos de autoavaliação e de avaliação externa, nacional e internacional, dos cursos, foram cuidadosamente acompanhados, a fim de enraizar internamente uma cultura da qualidade e preparar a fase seguinte, de avaliação institucional.

Do que se descreveu resultou uma imagem renovada, mais forte e coesa, da UCP e a otimização dos recursos, humanos e materiais. Resultou, ainda, robustecimento financeiro e uma melhor rentabilização dos espaços. Finalmente, resultou a facilitação de sinergias de qualidade, decisivas na visão holística e integrada do conhecimento, marca de uma academia de futuro.

Não admira que, apesar do período económico e financeiro difícil então vivido em Portugal e na Europa, a UCP tivesse merecido a preferência de estudantes e suas famílias.

Com efeito, em janeiro de 2013, foi apresentado, em reunião do Conselho Superior, um documento evidenciando uma quebra generalizada de alunos em Braga, Lisboa, Porto e Viseu, num total de 670, correspondendo a uma tendência iniciada em 2010. Quatro anos mais tarde, depois de terem sido descontinuados vários cursos, como se referiu, a tendência inverteu-se: o número global de alunos situou-se bem acima dos 10 000, um número considerado garantia de uma universidade prestigiada e plurilocalizada (no âmbito das 15 universidades que integram o CRUP, a UCP ocupa, em número de alunos, um confortável 7.º lugar – ULisboa tem 50 000 alunos, UPorto 30 000, UCoimbra 25 000, UMinho e UNova 20 000, UAveiro 15 000. A UTAD, a UBI, a UAberta, o ISCTE, a UÉvora, a UAlgarve, a UMadeira e a UAçores têm um número inferior de alunos). Para a inversão da referida tendência contribuiu também uma coerente política de internacionalização, o pioneirismo académico, revelado, *inter alia*, na criação das licenciaturas de Gestão e de Economia em língua inglesa (Lisboa), e da dupla licenciatura em Direito e Gestão (Porto), e, bem assim, a reestruturação de unidades de ensino, nomeadamente da Escola das Artes (Porto) e do ICS (Lisboa, Porto e Viseu). Neste último caso, a assinatura do protocolo com os SAMS (novembro de 2014), permitindo o ensino em contexto hospitalar, a criação do *Gabinete Creating Health – Research and Innovation Funding*, de apoio à investigação em saúde (fevereiro de 2015), a constituição de um *cluster* interno

na área das Ciências e Tecnologias da Vida e da Saúde, a alteração da designação da Escola Superior Politécnica de Saúde para *Escola de Enfermagem* (outubro de 2015), a reestruturação do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS) atribuíram maior dinamismo ao ICS.

Por outro lado, ciente de que a visão de longo prazo e a preocupação com os impactos das respetivas atividades são razão de sucesso duradouro das organizações, a UCP, perante a atratividade crescente dos cursos da Escola de Executivos, o progressivo aumento de candidatos às licenciaturas, mestrados e MBA da FCEE, a boa avaliação de agências, nacionais e internacionais, da especialidade, e a confiança de uma alargada e motivada rede de *alumni* desta Escola, liderada pelo Prof. Francisco Veloso, sentiu a necessidade *versus* oportunidade para crescer. Encetou, então, na Câmara Municipal de Lisboa (CMLisboa), o processo de licenciamento de um novo edifício no *campus* da Palma de Cima, a sul da Av. Lusíada, projetado pelo Arq. João Paciência e pela GRID, após consulta a vários gabinetes de projetistas e análise das propostas apresentadas. A construção de novos edifícios no *campus*, vedada, durante anos, pelo Plano Diretor Municipal de Lisboa, tornou-se possível na sequência da alteração deste e do subsequente pedido de informação prévia relativo à construção de quatro edifícios (três a norte da Av. Lusíada e um a sul desta avenida), apresentado durante o anterior mandato reitoral e deferido em 2013, posteriormente prorrogado por mais um ano. A UCP aproveitou a oportunidade para também solicitar à CMLisboa a regularização do licenciamento dos edifícios construídos nos anos sessenta e oitenta no *campus* da Palma de Cima, à época desnecessário, desde logo para que posteriores intervenções nos edifícios cumprissem globalmente os parâmetros legais.

O licenciamento do novo edifício foi condicionado, além do mais, à requalificação de todo o *campus*. Por essa altura, a imprensa escrita divulgou o projeto camarário de reestruturação da 2.<sup>a</sup> Circular de Lisboa, prevendo uma saída do Eixo Norte-Sul para a Avenida Lusíada através do *campus* da Palma de Cima que, a prazo, o aniquilaria. A UCP insurgiu-se, invocando os seus direitos, por escrito e em reunião com o Vereador, Arq. Manuel Salgado, tendo-lhe sido dada razão. A CMLisboa ficou de estudar alternativas e a UCP submeteu à CMLisboa um projeto de requalificação do *campus*, elaborado pelo Arq. Paisagista Francisco Caldeira Cabral, escolhido após consulta a vários gabinetes.

Quanto ao *campus* de Sintra, após a decisão de descontinuar os cursos de Engenharia (janeiro de 2013) e enquanto acompanhava a transferência dos alunos e procedia à negociação dos postos de trabalho de docentes e colaboradores, bem como ao estudo de projetos alternativos, a UCP e o município de Sintra foram citados para contestar uma ação cível proposta pelos proprietários privados

(maio de 2014), solicitando a devolução dos lotes do *campus* por incumprimento do acordado, ação no valor de 43 milhões de euros. As diligências processuais desenvolvidas levaram os proprietários privados a desistir da ação (janeiro de 2016). Mas, para que todos os projetos para o *campus* de Sintra pudessem ser equacionados, nomeadamente o da alienação do edifício da UCP, era preciso obter a respetiva licença de utilização, o que a UCP conseguiu (julho de 2016). Um difícil e longo processo negocial, com vista a libertar a garantia bancária relativa às obras de infraestruturas, devolver os lotes e alienar o edifício, pondo termo à presença da UCP em Sintra, viria, no último momento, a gorar-se, por razões a que a UCP foi totalmente estranha (setembro de 2016).

Mantendo elevada a ambição de realizar a visão que para si traçou, a UCP, no final do mandato reitoral, viu globalmente reduzido o endividamento bancário, encarando o futuro com tranquilidade e esperança.

### **Presença influente na sociedade, nacional e internacional**

Sem compensações salariais e com fortes restrições à admissão de colaboradores e docentes, a resposta dada pela UCP aos desafios crescentes e à maior intensidade de trabalho surpreendeu positivamente, e com reconhecimento, nacional e internacional, expresso em prémios e distinções.

Com efeito, e em cada um dos anos do mandato, a UCP foi distinguida, na categoria de universidades e outras instituições de ensino superior, como “*Marca que marca*”, no âmbito do estudo nacional de notoriedade espontânea, da QSP – Consultoria de Marketing, para o guia “*Marcas que marcam*”, publicado no *Jornal Económico* de novembro. Do mesmo modo, também em cada ano do mandato a *Global School of Law* foi considerada, pelo *Financial Times*, uma das mais pioneiras Escolas de Direito da Europa Continental, tendo a Fundação Calouste Gulbenkian considerado o *LLM Business Law*, um dos projetos que mais contribuíram para a modernização do funcionamento das instituições de ensino superior em Portugal.

Acentue-se o facto de, em março de 2013, através da FCEE e após avaliação da agência americana AACSB e da agência europeia EQUIS, ter a UCP visto renovada a *tripla acreditação internacional* que obtivera, pela 1.<sup>a</sup> vez, em Portugal, em 2007, e, em junho de 2016, através da FEG, ter obtido a *dupla acreditação internacional*, havendo sido a 1.<sup>a</sup> unidade de ensino e investigação a conseguir tal feito no Porto.

Por sua vez, em novembro de 2013, numa parceria com a *Universia* (Banco Santander Totta), a UCP foi a 1.<sup>a</sup> universidade portuguesa a disponibilizar aos alunos, docentes e colaboradores (*campus* da Palma de Cima), uma aplicação

móvel – *APP My Católica* – que permite à comunidade académica conectar-se com todos os serviços da universidade, podendo estes consultar, por telemóvel, inscrições, horários, classificações, lotação de parques de estacionamento, ementas da cantina... Além disso, em julho de 2014, a UCP integra a *Plataforma de Cooperação Noroeste Global*, iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian que junta os municípios e as universidades do Norte de Portugal e a COTEC, com a finalidade de tornar a macrorregião do Noroeste uma marca internacional.

Em janeiro de 2014, a FCEE foi considerada escola líder em Portugal e uma das melhores *Business Schools* europeias, integrando o *top 25* e, em 2015, o Mestrado em Estudos de Cultura da FCH, no âmbito da rede *The Lisbon Consortium*, entrou diretamente para o 3.º lugar do grupo dos melhores mestrados a nível mundial (depois das Universidades Bocconi e de Roterdão), repetindo a proeza em 2016. Foi, em Portugal, o único curso a figurar no *top 25* mundial. A Escola das Artes foi considerada, no Festival Internacional de Cinema do Porto (2013), a “*Melhor Escola de Cinema*”, para além de a UCP ter recebido o *Prémio de Museologia*, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia. Além disso, a *Católica Global School of Law* tornou-se, em 2016, membro fundador do *Supervisory Board* do *European Banking Institute* (Frankfurt) e o projeto de inovação da FCEE “*Patient Innovation*” foi selecionado, a nível mundial, para estar presente no *World Government Summit 2016*.

A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa celebrou um protocolo que integra a UCP, dando corpo ao programa “*Mare Start-up*”, que apoia o empreendedorismo na área da economia do mar e congrega mais de 600 investigadores. No Porto, teve lugar, em 2015, uma *Conferência Tedex*, subordinada ao tema da cooperação e competição. O Centro de Estudos e Investigação em Direito (Lisboa e Porto) iniciou, em 2014, uma pioneira e bem-sucedida *Conferência Anual Temática de Doutorandos em Direito*, congregando investigadores de todo o mundo para confronto de ideias e problemas. Em maio de 2015, o CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa – lançou o *Portal “Sete Mares e Pangea”* com o objetivo de, através do digital e da língua portuguesa, pôr em contacto os investigadores portugueses espalhados pelo mundo. O Projeto “*Sem Fronteiras*”, integrado pelo ICS, levou a aprendizagem da língua gestual a São Tomé e Príncipe e recebeu o *Prémio Cidadão Europeu 2015*. Em Viseu, foi criado o *Salivatec*, laboratório nacional de investigação multidisciplinar em saúde, procurando, através da saliva, novos diagnósticos e o desenvolvimento de terapêuticas menos invasivas.

A UCP recebeu 4 estudantes sírios, um no IEP (Lisboa) e três na FEG (Porto), no âmbito do *Plataforma Global de Assistência de Emergência a Estudantes Sírios*, liderada por Jorge Sampaio, e o Instituto de Estudos Orientais

prontificou-se a elaborar um dicionário breve para imigrantes sírios, tendo recebido ajuda financeira da *Fundação Millenium BCP*, no âmbito da *Plataforma de Apoio aos Refugiados*.

No âmbito do empreendedorismo social, o Programa “*Forever Special*” foi distinguido em Braga, e, no Porto, o Programa “*Católica Move*” apoiou ações em Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além disso, na área do voluntariado, a UCP multiplicou atividades, tendo em Viseu desenvolvido rastreios dentários em lares e em creches e dado corpo ao Programa “*Terra Amada*”, de reabilitação de aldeias da região. Além disso, o *Prémio Jovens Inspiradores 2014* (categoria 18-23 anos) foi atribuído a uma antiga aluna de Direito, Margarida Ferraz de Oliveira, por ter fundado a *Pro Bono*, um projeto de voluntariado jurídico de apoio a populações desfavorecidas.

Das muitas conferências internacionais promovidas pela UCP, evidenciaram-se os *Encontros Anuais Estoril Political Forum* (IEP), os *Lisbon Summer School for the Study of Culture* (FCH), sempre muito concorridos, e com importantes temas em debate, o “*O julgamento de Cristo*”, pelo Prof. Joseph Weiler, na Fundação Calouste Gulbenkian, em que participaram mais de 1000 pessoas (março de 2016), que foi seguido do colóquio internacional “*Judaísmo e Cristianismo*”, em que participaram, entre outros, o Magno Chanceler, Senhor D. Manuel Clemente, o Bispo de Setúbal, Senhor D. José Ornelas, e o Prof. Kleinberg, da Universidade de Telavive.

Quanto à empregabilidade, e apesar do ambiente económico pouco favorável, a reconhecida qualidade do ensino da UCP, aliada ao esforço em apoiar alunos e graduados, desde logo em *Jobshops*, programas, de *mentoring* redes de contactos, eventos como o *MyCareer* (FCH), deram frutos, e a UCP apresentou um nível crescente de empregabilidade praticamente em todos os cursos (a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito, com 5% dos licenciados a nível nacional, teve, em 2016, a satisfação de ver que 25% do recrutamento de jovens advogados dos grandes escritórios eram seus licenciados).

Além disso, inúmeros alunos, docentes, *alumni*, foram distinguidos, nacional e internacionalmente, com prémios e distinções de vária índole, muitos docentes e licenciados pela UCP foram escolhidos para o exercício de cargos de elevada responsabilidade, em Portugal e no estrangeiro, com o que, enobrecendo-se, enobreceram também a instituição onde cresceram intelectualmente, se formaram e trabalharam. Durante o mandato reitoral, tornou-se hábito divulgar, *inter alia*, no Discurso Anual do Dia da Universidade, uma sua resenha.

A UCP colocou-se num marcante patamar de influência, difundindo elevados padrões universitários, preservando os valores católicos na sociedade, agindo com autonomia face ao Estado, embora participante ativa no CRUP.

## Renovada aspiração à universalidade do saber

Registe-se, finalmente, que, no início de 2016, a UCP se envolveu, empenhadamente, e a Vice-Reitora, Professora Isabel Gil, em especial, num *road show* aos Estados Unidos, para reatar contactos com a comunidade lusodescendente que, entre 1974 e 2000, dera um importantíssimo apoio financeiro à UCP, através da *Association for the Development of the Catholic University of Portugal* (ADCUP), para a construção do Edifício da Biblioteca João Paulo II, em Lisboa. Após um agradecimento formal às mais de 600 pessoas e 300 empresas que então contribuíram, apostou-se num novo começo, dando a conhecer a forte visão de futuro da UCP e os projetos de intervenção integrada em curso, lançando um programa anual de 5 bolsas de estudo para a comunidade portuguesa, o *Católica Fellowship Program for Portuguese American Students*. Visitaram-se comunidades portuguesas, bem como universidades, em Boston, New Bedford, Fall River, Nova Iorque, Washington D.C., São Francisco e São José, num consistente processo de *fundraising*, que a Embaixada portuguesa, em Washington, apoiou.

Os primeiros frutos chegaram ainda no decurso da viagem: foi constituída a associação *Católica Alumni USA* e foram dados passos para criar uma *public charity*, que permitirá à UCP receber donativos de pessoas e empresas dos Estados Unidos; por outro lado, o Cardeal de Boston, Sean O'Malley, aceitou visitar a UCP e aí proferir uma conferência, e um empresário luso-americano (empresa *Amyris*) mostrou-se disponível para apoiar um grande projeto na área da Biotecnologia, tendo vindo a Portugal para o enraizar na UCP e aí o concretizar. O projeto permitirá reforçar pontes sobre o Atlântico, robustecer laços entre a universidade e a sociedade, e liderar a investigação e o ensino num sector do conhecimento do qual muito se espera, inserindo-se totalmente nas linhas de força do *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, “*Abrindo Fronteiras de Futuro*”.

Num outro quadrante, foi aprovado, em reunião extraordinária do Conselho Superior (julho de 2016), a criação de um mestrado integrado em medicina, um projeto que a UCP há muito aspirava concretizar, e lhe permitirá entrar numa mais elevada escala universitária. Foi apresentado pelo ICS, através do Diretor, Prof. Alexandre Castro Caldas, na sequência da metodologia de trabalho delineada pelo Conselho Superior (novembro de 2012), para o desenvolvimento de contactos com o município de Cascais com vista a estabelecer uma parceria na área da formação de profissionais de saúde. A UCP teve consciência de que se tratava de um projeto arrojado, inovador, pensado no quadro da internacionalização (desde logo, lecionado em inglês), que procurava também

responder às difíceis questões de fronteira, então patentes na sociedade, nacional e internacional, e claramente integrado no espírito do seu *Plano de Desenvolvimento Estratégico 2015-2020*, “*Abrindo Fronteiras de Futuro*”.

A blindagem do projeto com vista à minimização dos riscos, em todos os quadrantes em que estes se colocam, foi, por isso, a primeira tarefa da UCP, para a qual muito contribuiu a Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, membro do Conselho Superior. Em causa estava um projeto cuja consistência, na realidade dos factos, partia de 4 complexos pilares relacionais: relação da UCP com uma autarquia, o município de Cascais, que disponibilizaria o espaço físico de lecionação; relação da UCP com um grupo privado da saúde, o Grupo Luz, que disponibilizaria a estrutura hospitalar facilitadora do ensino e investigação; relação da UCP com uma universidade estrangeira, a Universidade de Maastricht, que disponibilizaria o modelo de aprendizagem; relação da UCP com o Estado português, concretamente com a A3ES, entidade competente para a acreditação do curso.

No conselho e na decisão, ao longo do mandato reitoral (2012-2016), a UCP contou sempre com os Magnos Chanceleres, D. José da Cruz Policarpo e D. Manuel Clemente. E teve sempre presente, de um lado, a mensagem de João Paulo II “*não consultes os teus medos, mas as tuas esperanças e os teus sonhos*”, de outro lado, a confiança de Bento XVI no “*porto seguro para quem tem fé*”, e, de outro, ainda, o constante apelo de Francisco a “*estar lá, onde estão os desafios*”.



Parte II

**CENTROS REGIONAIS**



## Capítulo 8

### **Centro Regional de Braga<sup>1</sup>**

João Manuel Duque

A Universidade Católica Portuguesa (UCP) possui, em Braga, uma história muito anterior ao respetivo Centro Regional. Foi aí que nasceu a Faculdade de Filosofia, por iniciativa da Companhia de Jesus, cerca de 20 anos antes de vir a originar a UCP. Após a criação desta última, que coincidiu com o início da sua atividade em Lisboa, a Faculdade de Filosofia passou a integrar a Universidade, mantendo contudo autonomia e continuando a ser completamente gerida pela Companhia de Jesus. Em 1987 foi criado o Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia da UCP, a partir do Instituto Superior de Teologia de Braga, que por seu turno provinha do Seminário Conciliar de Braga, tendo sido seu primeiro diretor o Prof. Jorge Coutinho. Durante mais de uma década, a presença da UCP em Braga articulou-se, portanto, através da presença autónoma da Faculdade de Filosofia e do Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia. A relação de colaboração entre estas duas unidades sempre existiu, mas não havia qualquer relação administrativa, tendo em conta o estatuto específico de cada uma.

Em finais da década de 90, colocou-se a questão da vantagem de dar mais visibilidade à presença da UCP em Braga, nomeadamente através da criação de um Centro Regional, semelhante aos criados entretanto no Porto e nas Beiras. Isso permitiria melhor articulação entre as unidades já existentes e expansão para outras áreas científicas. Com base nesse propósito futuro e apoiando-se na significativa história do contributo de Braga e da região para o passado da UCP, assim como na notável atividade académica e científica aí desenvolvida – que na ocasião se pautava, no essencial, pela lecionação de seis cursos de licenciatura e vários cursos de mestrado, frequentados por 1.400 alunos, assim como pela publicação de algumas importantes revistas e coleções – o Magno Chanceler, sob proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Superior da UCP, instituiu o Centro Regional de Braga, pelo Decreto MC – 7/99 de 25 de outubro de

---

<sup>1</sup> Este texto é dedicado à memória de D. Eurico Dias Nogueira, Prof. José Bacelar e Oliveira, Prof. Manuel Isidro Alves, Prof. Alfredo Dinis SJ, Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Alves, Prof. Jorge Peixoto Coutinho, P. António Cachadinha Alves.

1999. Era Reitor da UCP o Prof. Manuel Isidro Alves, e um dos Vice-Reitores o Prof. Pio Alves de Sousa, ambos oriundos da Arquidiocese de Braga e principais impulsionadores da criação do novo centro. A pastorear a Arquidiocese de Braga encontrava-se D. Jorge Ortiga, que deu continuidade ao trabalho entusiasta de apoio ao desenvolvimento da UCP na região iniciado pelo seu antecessor e na ocasião Arcebispo emérito, D. Eurico Dias Nogueira. Do ponto de vista organizacional, mantinha-se a autonomia das unidades existentes, continuando a Faculdade de Filosofia sob total responsabilidade da Companhia de Jesus, nomeadamente com base em acordos celebrados a 14 de novembro de 1997<sup>2</sup>, e a Faculdade de Teologia, em mais estreita relação com a arquidiocese de Braga, tendo em conta servir sobretudo à formação dos seus seminaristas, assim como dos seminaristas da diocese de Viana do Castelo.

Como o decreto claramente explicita, uma das razões da criação do novo Centro Regional prendeu-se com circunstâncias que permitiriam alargar os espaços físicos para além dos já existentes nas unidades respetivas: por um lado, a cessão, por parte do Estado, dos terrenos e edifícios do antigo Seminário de Santo António e S. Luís Gonzaga e depois Hospital Militar de Braga, sítios na Rua de Camões, nas proximidades do edifício da Faculdade de Filosofia, propriedade da Companhia de Jesus; por outro, a cedência formal para usufruto, por parte da Arquidiocese de Braga, do edifício do antigo Seminário Maior, sítio na Rua de Santa Margarida, onde já funcionava o Instituto e passou a funcionar a Faculdade de Teologia. Haveria assim condições materiais para maior visibilidade e expansão da UCP em Braga.

Por ocasião da criação do Centro, foi nomeada uma Comissão Instaladora, constituída pelo presidente, Prof. José da Silva Lima, e pelos diretores das unidades existentes, o Prof. Alfredo Dinis SJ, diretor Faculdade de Filosofia, e Prof. António de Oliveira Fernandes, diretor para o Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia. Pelo decreto de nomeação dessa comissão, podem aferir-se como objetivos mais imediatos do novo Centro Regional dar seguimento aos processos relacionados com os edifícios, seja no sentido de terminar a respetiva formalização jurídica, seja no sentido da recuperação dos edifícios da Rua Camões, que se encontravam em ruínas. Ao mesmo tempo, a Comissão deveria propor novas formações em Braga, para expansão da presença local da UCP. Pelo discurso de tomada de posse do seu presidente, pode ainda constatar-se uma terceira tarefa, de teor “relacional”: “Trata-se de criar a consciência comum de sermos um só

---

<sup>2</sup> A Faculdade de Filosofia, constituindo um dos três pilares do Centro Regional de Braga da UCP, não será aqui objeto de tratamento detalhado, uma vez que o será em capítulo autónomo nesta publicação.

Universidade Católica aqui em Braga, unida, coesa e preparada para dar respostas adequadas aos desafios que a cultura do nosso meio nos colocará sempre”<sup>3</sup>. Já a 8 de outubro do mesmo ano, o então Reitor da UCP, Prof. Manuel Braga da Cruz, referia a própria localização dos novos edifícios, que iriam dar especial visibilidade à criação do Centro, como simbólica: “Localizado a meio caminho entre a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Teologia, deverá ser o elo de ligação natural entre estes dois polos da Universidade”<sup>4</sup>.

Para levar a efeito estes propósitos, a Comissão Instaladora do Centro Regional de Braga trabalhou sob coordenação do Prof. José da Silva Lima, tendo mais tarde o Prof. Alfredo Dinis SJ sido substituído pelo Prof. Nuno Gonçalves SJ, e o Prof. António de Oliveira Fernandes pelo Prof. Pio Alves de Sousa, assim como acrescentado o Prof. Luís António de Oliveira Ramos, na qualidade de diretor da recém-criada Faculdade de Ciências Sociais. Por solicitação do próprio (em ordem ao gozo de um ano sabático), o Prof. José Lima foi substituído pelo Prof. Pio Sousa na presidência, em 2007, tendo o Prof. João Manuel Duque passado a integrar a Comissão, na qualidade de diretor adjunto do Núcleo da Faculdade de Teologia, assim como a Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Alves, na qualidade de diretora da Faculdade de Ciências Sociais, e o Prof. Alfredo Dinis SJ, de novo diretor da Faculdade de Filosofia. Por Despacho de 29 de abril de 2009, o Magno Chanceler deu por terminada com êxito a fase de instalação e constituiu oficialmente o Centro Regional de Braga, nomeando o Prof. Pio Alves de Sousa como seu presidente. O Secretariado Executivo da Comissão Administrativa passou a ser constituído pelo presidente e pelos diretores das Unidades Orgânicas e secretariado pela Dr.<sup>a</sup> Celina Alves.

Em 2011, tendo sido o Prof. Pio Alves de Sousa nomeado bispo auxiliar do Porto, assumiu o cargo de presidente o Prof. João Duque. Por final de mandato do Prof. Alfredo Dinis SJ (entretanto precocemente falecido), o Prof. Miguel Gonçalves assumiu a direção da Faculdade de Filosofia. Por falecimento precoce da Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Alves, a Prof.<sup>a</sup> Engrácia Leandro assumiu a direção da Faculdade de Ciências Sociais. O Prof. João Manuel Duque acumulou o cargo de presidente com o de diretor adjunto do Núcleo da Faculdade de Teologia. Estava assim constituído o Secretariado Executivo da Comissão Administrativa do Centro. A partir de 2015, com a fusão das Faculdades, a administração do Centro é levada a cabo pelo seu presidente, Prof. João Manuel Duque (e diretor

---

<sup>3</sup> José da Silva Lima, Discurso de tomada de posse como presidente da Comissão Instaladora do Centro Regional de Braga, a 16.11.1999.

<sup>4</sup> Diário do Minho, 8 de outubro de 1999, p. 3.

do Núcleo da Faculdade de Teologia), e pelo diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Prof. Miguel Gonçalves.

## 1. Edifícios

Por especial empenho do então Ministro das Finanças, Prof. António de Sousa Franco, a propriedade dos edifícios e terrenos denominados “Antigo Hospital Militar de Braga”, que tinha sido cedida aos Serviços Sociais da PSP, foi revertida a favor do Estado, pela Portaria n.º 589/99, de 25 de maio e publicada no DR de 8 de junho. Na mesma Portaria, autoriza-se a cessão, a título definitivo, do mesmo prédio, à Universidade Católica Portuguesa, reconhecendo-se também o interesse público dessa cessão “porquanto o imóvel se destina à instalação do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, projeto que se reveste de grande importância e impacte para a região”<sup>5</sup>.

Na sequência dessa autorização, foi lavrado um auto provisório de cessão definitiva, devido a dificuldades de obtenção do registo na Conservatória do Registo Predial, no qual se determina que a Universidade Católica Portuguesa deveria pagar ao Estado cento e vinte milhões de escudos. O auto foi assinado no paço arquiépiscopal de Braga, a 8 de outubro de 1999.

Após resolvidas as questões formais que impediam o auto definitivo, este foi assinado, na sede da Direção-Geral do Património, no ano de 2001, já pelo Prof. Manuel Braga da Cruz, como Reitor da UCP. Nele se afirma explicitamente que “a presente cessão fica sujeita ao ónus de reversão para o Estado... no caso de o imóvel não ser afeto ao fim que fundamenta esta cessão no prazo máximo de dois anos”. Estava assim cumprida a parte formal relativa aos novos edifícios, do que viria a constituir o novo Campus Camões, símbolo mais visível da criação do Centro Regional de Braga.

Mais simples foi a formalização da cedência, por parte da Arquidiocese, do edifício utilizado pela Faculdade de Teologia, antigo Seminário Conciliar de Braga, situado na Rua de Santa Margarida. Em realidade, a utilização por parte da Faculdade de Teologia estava definida pela prática habitual, já quando era Instituto filiado e mesmo como Seminário. Acrescentou-se a utilização, por parte de cursos que depois viriam a constituir a Faculdade de Ciências Sociais. Estes, com a inauguração do Campus Camões, deixaram de ser, em grande parte, lecionados no edifício de Santa Margarida, embora se mantivesse uma parte reservada, para eventual expansão da Faculdade. Assim sendo, logo a 28 de setembro de 2000, o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, e o Reitor da

---

<sup>5</sup> Diário da República, 8 de junho de 1999, p. 8275.

UCP, Prof. Manuel Isidro Alves, assinaram um protocolo que cede à UCP o usufruto do edifício e jardins face à rua, assim como o recheio bibliográfico e documental da biblioteca, adquirido até 30 de setembro de 1987, tudo propriedade do Seminário Conciliar de Braga. Os dois andares superiores ficaram destinados ao arquivo diocesano. A ala da cozinha e sala de jantar da residência sacerdotal manteve-se usufruto direto da Arquidiocese. Os restantes três pisos ficavam entregues à universidade. A UCP comprometia-se a pagar mensalmente a quantia de um milhão de escudos, que a diocese ofereceria mensalmente ao Centro Regional de Braga, como subsídio. Entretanto, a residência sacerdotal anexa ao edifício, após a construção da nova casa sacerdotal, foi cedida ao Centro Regional, para residência universitária, com capacidade para cerca de 60 estudantes. Por esse edifício, a UCP paga uma renda anual de dezoito mil euros, que a Arquidiocese oferece como subsídio. Ao mesmo tempo, uma oficina de restauro da Arquidiocese ocupou um setor. Em 2012, uma ala do edifício foi adaptada para albergar o Seminário Interdiocesano de S. José, que reúne seminaristas das dioceses de Bragança, Lamego, Viseu e Guarda, passando para a responsabilidade da Arquidiocese. Em 2017, por clara necessidade de obras e reutilização do edifício de Santa Margarida, e também por disponibilidade de espaço, devido à fusão das Faculdades de Filosofia e de Ciências Sociais, a Faculdade de Teologia transferiu-se para o Campus Camões, permanecendo a biblioteca no edifício anterior.

Mas o maior desafio do novo Centro esteve, sem dúvida, no restauro dos edifícios em ruínas, situados na Rua de Camões. O primeiro passo foi dado com a realização do projeto de arquitetura, da responsabilidade do Arq. Humberto Vieira e, depois do seu falecimento, do Arq. Rui Correia. Depois, era necessário financiamento para a execução do projeto. Por ocasião da tomada de posse, o presidente do Centro manifestou esperança na obtenção de fundos comunitários para apoiar parte do projeto. No entanto, tal esperança não veio a concretizar-se, devido a vicissitudes várias, vindo a pautar-se apenas por um subsídio de cerca de cinquenta mil euros, por parte da CCDRN, para restauro do miradouro do Coração de Jesus, com a condição de permanecer aberto a visitas turísticas.

Deve-se ao empenho incansável e eficaz do Prof. José da Silva Lima o ter conseguido, por ocasião da inauguração do novo espaço<sup>6</sup>, que já estivessem pagos quatro milhões e trezentos mil euros dos cinco milhões de custo total. Nesse processo, foram envolvidos inúmeros beneméritos, privados e institucionais,

---

<sup>6</sup> Realizada a 16 de dezembro de 2005, sob presidência do Magno Chanceler, D. José Policarpo, e do Reitor, Prof. Manuel Braga da Cruz.

nomeadamente no contexto das dioceses de Braga e de Viana do Castelo e nas comunidades portuguesas nos EUA e em França. Destacou-se o papel mediador do Cônego Eduardo de Melo, assim como a colaboração das empresas envolvidas nas obras de restauro, Casais, Sá Machado e Amândio Carvalho.

Os projetos iniciais incluíam três fases: duas de restauro e uma de edifícios novos. Só foram realizadas as primeiras duas, sendo os edifícios ocupados pelos serviços centrais do Centro Regional e pela recém criada Faculdade de Ciências Sociais. Deste modo, a UCP em Braga passou a contar com três complexos de edifícios, com capacidade total para cerca de dois mil alunos: os edifícios da Faculdade de Filosofia, propriedade da Companhia de Jesus, que tinham sido acrescentados com uma nova construção; os edifícios da Rua de Santa Margarida, onde funciona a Faculdade de Teologia; os edifícios do Campus Camões, situados precisamente entre os dois anteriores. As condições materiais estavam criadas. Entretanto, tinham sido implantadas novas formações, que tinham permitido atingir o número de mil e trezentos alunos, no conjunto das Faculdades e apesar da forte quebra de alunos em algumas formações tradicionais, nomeadamente em Filosofia e em Humanidades.

## **2. Nova oferta formativa**

De facto, o principal objetivo da criação de um Centro Regional da UCP em Braga situava-se, precisamente, na âmbito da expansão da oferta académica. Segundo o então Reitor, essa expansão deveria corresponder às necessidades da região, não se prevendo que o Centro de Braga viesse a ter mais do que dois mil alunos (na ocasião eram mil e trezentos). Nas suas palavras, “queríamos que fosse um Centro Regional com agilidade, mas também que correspondesse às necessidades locais, que neste momento não são para grande crescimento”<sup>7</sup>.

Foram dois os caminhos seguidos neste processo de expansão: o alargamento das áreas de formação no interior da Faculdade de Filosofia e a criação de áreas independentes dessa Faculdade, que viriam a originar uma nova unidade orgânica no interior do Centro. No sentido de definir a áreas a escolher, procedeu-se a um estudo de mercado, orientado para alunos do ensino secundário da região do Minho. Da sondagem levada a cabo no ano 2000, concluiu-se que esse alunos escolheriam essencialmente três cursos: Psicologia (mais de 600 candidatos), Serviço Social e Sociologia (cerca de 100 candidatos cada). Com base nesses elementos, criou-se o curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia e o curso de Serviço Social, fora do âmbito das faculdades existentes. O curso

---

<sup>7</sup> Diário do Minho, 8 de outubro de 1999, p. 3.

de Sociologia ficou a aguardar oportunidade, tendo em conta que já existia consolidado na Universidade do Minho.

Após a criação de uma nova Faculdade, as novas áreas formativas foram sendo repartidas entre esta e a Faculdade de Filosofia. Nesta última foram criadas as licenciaturas em Ciências da Informação e da Documentação, em Ciências da Comunicação, em Estudos Artísticos e Culturais e em Estudos Portugueses e Lusófonos. Na nova Faculdade foi criada uma área de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), vocacionada para a educação. Ao mesmo tempo, foram organizadas formações em Ciências da Educação, seja ao nível do complemento de formação para bacharéis, seja ao nível do mestrado. Aquando da aplicação do processo de Bolonha, em 2006, estavam em funcionamento 10 licenciaturas: Teologia, Filosofia, Estudos Portugueses e Espanhóis (em substituição da licenciatura em Humanidades), Estudos Artísticos e Culturais, Psicologia, Serviço Social, Ciências da Comunicação, Ciências Religiosas, Ciências da Informação e da Documentação e TIC. Estavam em processo de encerramento as licenciaturas em Filosofia e Humanidades e em Filosofia e Desenvolvimento da Empresa. Mais tarde viriam a encerrar as licenciaturas em Ciências da Informação e da Documentação e em Estudos Artísticos e Culturais. Ao mesmo tempo, durante alguns anos, realizou-se um curso em Orientação Educativa, como complemento de formação, em ordem à obtenção do grau de licenciatura por parte de docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico; algo semelhante se veio a aplicar aos detentores do curso de Enfermagem sem licenciatura. Foram formações a prazo, que terminaram com o desaparecimento do respetivo público alvo.

A formação em Enfermagem chegou a estar inserida num projeto mais vasto, que previa a criação de uma secção do Instituto de Ciências da Saúde em Braga. Esse projeto não chegou a ser concretizado, mas continua como possibilidade aberta, sobretudo no âmbito do ensino pós-graduado, em estreita articulação com o Porto e com Lisboa.

Entretanto, o projeto inicial contemplava também a criação de uma área de Turismo, que foi sendo adiada, tendo havido apenas algumas experiências ao nível de pós-graduações e mestrados. Em 2012, reunidas todas as condições para o efeito, foi criada a nova licenciatura em Turismo, que veio a juntar-se às já existentes, completando assim o leque das formações de 1.º Ciclo que atualmente são oferecidas no Centro Regional de Braga.

No âmbito das formações pós-graduadas, incluindo os mestrados, a oferta tem sido muito variada, ao longo destes anos, tendo em conta a variedade e volatilidade da procura, de acordo com circunstâncias diversas. Uma das condições mais favoráveis foi o aumento da procura da frequência do grau de

mestrado, por parte de docentes do ensino básico e secundário, seja devido à progressão na carreira seja devido às alterações introduzidas pelo processo de Bolonha. Assim, aquando da criação da A3Es (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) existiam vários mestrados em Ciências da Educação, na Faculdade de Ciências Sociais, nas especialidades de Administração e Organização Escolar, Educação Especial, Formação Multimédia e Orientação Educativa-Educação Sexual. Na Faculdade de Filosofia, havia sobretudo mestrados em ensino (do Português e do Espanhol, das Artes Visuais). Para além da área da Educação, a Faculdade de Ciências Sociais desenvolveu mestrados em Serviço Social, em Gerontologia, em Ensino da Informática e, embora de modo passageiro, em História Contemporânea e em Desenvolvimento Local e Regional. Por seu turno, a Faculdade de Filosofia, mantendo os mestrados tradicionais em Filosofia, Literatura e Linguística (áreas em que também manteve o grau de doutoramento), desenvolveu mestrados sobretudo na área da Psicologia, com especialidades em Psicologia Clínica e da Saúde, Psicologia da Educação, Psicologia do Trabalho e das Organizações e Psicologia da Família. A introdução da área de Turismo, na Faculdade de Ciências Sociais, trouxe consigo a criação de dois mestrados: TIC em Turismo e Turismo (com as áreas de Administração e Gestão do Turismo e Turismo Cultural e Religioso). Ao mesmo tempo, iniciou-se o desenvolvimento da área do Património, concentrada sobretudo no nível de mestrado. Mais recentemente ainda, a área de Ciências da Comunicação iniciou a experiência de um Mestrado em Comunicação Digital, em colaboração com a Faculdade de Ciências Humanas da UCP.

### **3. Nova Faculdade**

Desde o início que era clara a intenção de enquadrar algumas das novas áreas de formação e investigação numa nova unidade orgânica, que viesse acrescentar-se às faculdades existentes e desse assim ainda maior visibilidade, também simbólica, à realidade do Centro Regional da UCP – tendo em conta que o impacto simbólico das duas unidades existentes, na população da região, era autónomo e nem sempre claramente ligado à Universidade Católica, com grande peso simbólico para a Faculdade de Filosofia, muito mais antiga que a própria universidade, e com uma identificação tendencialmente eclesial em relação à Faculdade de Teologia. Tendo-se iniciado, com notável êxito, formações em Serviço Social e em Ciências da Educação, e também devido a competências pessoais do presidente (com doutoramento em Teologia e em Antropologia), o qual deveria liderar o início da nova unidade, foi proposta a criação de uma Faculdade de Ciências Sociais.

Essa proposta foi aprovada no Conselho Superior do dia 9 de março de 2001. Pelo Decreto MC-3/2001, de 19 de março do mesmo ano, foi criada a Faculdade de Ciências Sociais (no mesmo dia em que foi criada a Faculdade de Economia e Gestão do Centro Regional do Porto). No próprio decreto se refere que essa nova faculdade em Braga deveria dar um enquadramento adequado aos cursos já existentes “e a futuros desenvolvimentos nas áreas designadamente da Sociologia, da Psicologia e das Ciências da Educação”.

Inicialmente, o presidente da Comissão Instaladora, Prof. José Lima, assumiu a direção da nova Faculdade, tendo delegado o trabalho executivo na Prof. Isabel Varanda, da Faculdade de Teologia. Mais tarde, em setembro de 2003, foi nomeado seu primeiro diretor o Prof. Luís António de Oliveira Ramos, antigo Reitor da Universidade do Porto, com o intuito de consolidar o projeto da Faculdade, nomeadamente na área da História Contemporânea e da Sociologia. Em 2007 foi nomeada diretora a Prof.<sup>a</sup> Maria da Graça Alves, que viria a falecer precocemente de doença cardíaca em 2011, já no decorrer do segundo mandato da direção. Desempenhou importante papel na organização interna da Faculdade, assim como na preparação de projetos para a sua consolidação futura. Sucedeu-lhe a Prof.<sup>a</sup> Engrácia Leandro, catedrática aposentada da Universidade do Minho.

Em 2013, o Prof. José Carlos de Miranda assumiu o cargo de diretor interino da Faculdade de Ciências Sociais, assessorado pelos Professores Sérgio Tenreiro e Alexandra Esteves. Esse grupo desempenhou um importante papel no lançamento da área de Turismo, na proposta de novas formações e no redimensionamento da faculdade, para a tornar viável financeiramente e para corresponder às exigências da A3ES, tendo em conta a forte diminuição de alunos na licenciatura de Serviço Social e nos mestrados. Com um saldo negativo significativo em 2012 e 2013 – à semelhança do conjunto do Centro – a Faculdade conseguiu equilibrar-se já em 2014.

#### **4. Reestruturação**

Foi logo após a criação da Faculdade de Ciências Sociais que se constataram algumas dificuldades internas na definição das áreas científicas a atribuir a cada Faculdade, devido, sobretudo, à proximidade das áreas nelas praticadas. A Reitoria da UCP considerava, por exemplo, que a área das Ciências da Educação devia inserir-se na Faculdade de Filosofia, em proximidade com a Psicologia; a presidência do Centro e a Arquidiocese consideravam, pelo contrário, que devia ser enquadrada na Faculdade de Ciências Sociais, para evitar que esta fosse apenas uma escola de Serviço Social.

A área de TIC (Faculdade de Ciências Sociais) estava, por seu turno, significativamente próxima da área de Ciências da Comunicação (Faculdade de Filosofia), o que deixava indefinida a localização de novos cursos a propor nessas áreas. O mesmo acontecia entre as áreas de Serviço Social e de Psicologia. É certo que a circulação do corpo docente pelas diversas faculdades sempre foi uma realidade inquestionada. Isso não evitava, contudo, uma ou outra duplicação desnecessária.

A esta proximidade das áreas científicas, que em si mesma não constituía obstáculo à existência de duas faculdades diferentes, veio a juntar-se uma acentuada quebra de alunos, sobretudo a partir de 2011, seja devido ao desaparecimento de procura por alguns cursos que já se previa teriam vida breve, seja devido à diminuição da empregabilidade noutros, como foi o caso sobretudo do Serviço Social, seja ainda devido à quebra de candidatos ao ensino superior em Portugal. O mesmo aconteceu ao nível dos mestrados, devido sobretudo a uma drástica diminuição da procura, por parte de docentes do ensino básico e secundário.

Tudo isto exigia repensar a oferta formativa do Centro Regional de Braga, em ordem a preparar um futuro consistente e sustentável, com maior projeção académica. Do ponto de vista estratégico, seria importante um trabalho de internacionalização, sobretudo quanto ao corpo discente, acompanhado de um trabalho de melhoria da qualidade académica, impulsionada, entre outros fatores, pela própria A3ES. Assim, parecia ser aconselhável maior concentração de esforços, com os recursos existentes, evitando dispersões desnecessárias.

Em finais de maio de 2014 considerou-se, em reunião das direções das três faculdades, que o caminho estratégico para esse reforço da qualidade e da internacionalização poderia passar pela fusão das Faculdades de Filosofia e de Ciências Sociais. Após aprofundado debate da questão, com participação da Companhia de Jesus e da Arquidiocese de Braga, decidiu-se fazer a proposta à reitoria da UCP. Essa proposta foi estudada pela Comissão de reflexão estratégica sobre o Centro Regional de Braga, nomeada pelo Conselho Superior de maio de 2014 e constituída pelos Professores Carvalho Guerra, Maria Luísa Faria e João Manuel Duque e pela Administradora da UCP, Helena Brissos de Almeida. Após vários esclarecimentos, a Comissão considerou a proposta como estrategicamente positiva, aconselhando a sua aplicação.

A nova Faculdade (que inicialmente se propôs chamar-se Faculdade de Filosofia e Ciências) manteria, no essencial e com as alterações necessárias, os estatutos da Faculdade de Filosofia, por ser a mais antiga, mantendo também o envolvimento institucional da Companhia de Jesus. Esta, por seu turno,

comprometia-se a uma presença mais forte na nova faculdade, nomeadamente no impulso a dar à internacionalização.

Após aprovação da proposta, em Conselho Superior do dia 16 de janeiro de 2015, foi criada pelo Decreto MC – 07/2015 do Magno Chanceler Braga, a partir do dia 1 de junho de 2015, a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FFCS), que recolhia em si todas as formações das duas anteriores faculdades. O Centro Regional de Braga passou assim a ser constituído por duas faculdades, com um total de 9 licenciaturas, 15 mestrados e 6 doutoramentos.

Nesta formação está incluída a formação em Teologia e Ciências Religiosas, ministrada pelo Núcleo de Braga da Faculdade de Teologia, única a nível nacional, com centros em Lisboa, Braga e Porto. Esta Faculdade também passou por um processo de reflexão estratégica, que envolveu a UCP, a Conferência Episcopal Portuguesa e a Congregação para a Educação Católica. No cerne dessa reflexão esteve a própria estrutura da Faculdade, com sede em Lisboa e dois núcleos nos Centros Regionais. A Congregação Romana exigia clarificação dessa estrutura, por não ser não ser facilmente enquadrável nos modelos existentes. Uma possibilidade seria a constituição de três faculdades autónomas; outra seria a criação de duas faculdades, em Lisboa e a norte, articulando Porto e Braga; e havia mesmo a possibilidade de eliminar um dos núcleos a norte, ficando só o do Porto ou o de Braga. Após um processo longo e complexo, concluiu-se e ficou claro para Congregação que o melhor modelo seria o existente, porque permite maior proximidade à vida eclesial, por um lado, e permite um trabalho conjunto a nível nacional, por outro, evitando quer a fragmentação quer a centralização, consoante o modelo alternativo que se escolhesse. Com o desafio de, nos próximos anos, reforçar o corpo docente, para atingir os níveis exigidos pela *Sapientia Christiana*, esta estrutura foi confirmada por Roma e assumida pela UCP e pela Conferência Episcopal Portuguesa. A mesma ideia veio a ser reforçada pela AVEPRO, agência de avaliação das instituições eclesiais de ensino superior, aquando da avaliação da Faculdade de Teologia, já em 2016. Nesse sentido, o Centro Regional de Braga poderá contar estavelmente com um Núcleo da Faculdade de Teologia, para formação e investigação teológica na região, dando o seu contributo próprio para a implantação cada vez mais consistente da Faculdade de Teologia da UCP, no contexto nacional e internacional. No caso concreto de Braga, essa situação beneficia, por um lado, da colaboração das Ciências Sociais e Humanas praticadas no seu interior (nomeadamente a Filosofia, as Humanidades, a História, a Psicologia e a Sociologia) e, por outro lado, contribui para o debate interdisciplinar com essas áreas científicas. É o que se torna visível no caso específico do Doutoramento em Estudos da Religião que, tendo sido formalmente um doutoramento da Faculdade de Filosofia (e

hoje da FFCS), pretende ser um trabalho interdisciplinar sobre o fenómeno religioso, com contributo de todas as áreas científicas e com colaboração de docentes de todas as faculdades.

## 5. Perspetivas

Mantendo-se a capacidade estrutural do Centro Regional de Braga para acolher entre 1500 e 2000 alunos e sendo frequentado atualmente por cerca de 1000 alunos, possui clara capacidade de expansão. Essa expansão estava, aliás, prevista no processo de reestruturação. A concentração da formação existente em duas faculdades previa o alargamento a outras áreas de formação, enquadradas noutras unidades orgânicas.

Ao mesmo tempo, o tecido da população minhota, tendo em conta o seu dinamismo e a sua juventude, permite o alargamento de ofertas educativas nalgumas áreas. A história da UCP ensina, por outro lado, que é necessário escolher criteriosamente e com visão estratégica as áreas a desenvolver. Pela manifestação da procura e pela história do desenvolvimento da própria universidade, parece ser claro que a Gestão e o Direito são duas das áreas com possibilidade de expansão na região (o que, aliás, é confirmado pelo número de candidatos a essas áreas, nomeadamente na Universidade do Minho). Por outras razões, existe também a possibilidade de alguma expansão da área da Saúde, cuja oferta pós-graduada ainda é deficitária, na região. Para além disso e tendo em conta os desenvolvimentos recentes da empregabilidade, a área de TIC, localizada originalmente na Faculdade de Ciências Sociais, poderá originar um núcleo de desenvolvimento da área de informática, no interior da Universidade, dedicando a aplicações específicas, como a cibersegurança e a data science.

Tendo em conta esses pressupostos, o Centro Regional de Braga iniciou um processo de negociação com o Centro Regional do Porto, através da Faculdade de Economia e Gestão (FEG) e da Católica Porto Business School, para implantar em Braga a formação em gestão, como extensão da oferta existente no Porto. O primeiro passo foi dado com a extensão de alguma oferta de formação executiva, a partir da escola de formação de executivos do Porto, durante o ano letivo de 2014-2015. Essa formação – que pretende implantar-se de forma estável, para ir ao encontro das necessidades das empresas da região e incentivá-las a alterar o paradigma de gestão, muito mais orientado para a formação de qualidade dos seus quadros – visa também ir preparando o terreno para a eventual lecionação, em Braga, de uma ou duas turmas da licenciatura em Gestão, ministrada pela FEG, em estreita articulação entre os dois Centros Regionais. O processo já se encontra adiantado, faltando só a formalização

junto da A3ES. Esse será um passo decisivo para que o Centro Regional de Braga atinja a necessária estabilidade, também financeira, que lhe permitirá investir ainda mais na melhoria progressiva da sua oferta. Quanto à área da Saúde, aguarda-se o desenvolvimento da mesma no interior da UCP, para avaliar a modalidade da sua implantação em Braga. Todo este processo estratégico, que permitirá maior consolidação futura da UCP em Braga, tem sido apoiado e impulsionado pela Reitoria, entusiasticamente liderada, primeiro pela Prof.<sup>a</sup> Maria da Glória Garcia e recentemente pela Prof.<sup>a</sup> Isabel Capelo Gil.

O alargamento da formação, destinada sobretudo à população do Minho e parte de Trás-os-Montes, será complementado com um investimento na internacionalização do corpo docente. Desde cedo que o Centro Regional de Braga mantém uma relação privilegiada com os PALOP. Iniciou-se através de protocolos com quase todos os municípios de Cabo Verde, de onde provém um número considerável de alunos, tendo-se alargado, mais recentemente, à Guiné Bissau, a Angola e a S. Tomé. O lançamento e consolidação deste projeto estiveram desde o início a cargo do Prof. Salvador Mota, bom conhecedor da realidade africana. Entretanto, tem-se intensificado a relação com o Brasil e com Macau, tendo aumentado consideravelmente o número de alunos provenientes desses países. Devido a este percurso, a internacionalização do Centro Regional de Braga assenta mais no desenvolvimento das possibilidades da língua portuguesa – indo de encontro a uma das suas mais fortes tradições formativas – do que na implementação do inglês como língua internacional. No entanto, essa outra vertente não é colocada de parte, nomeadamente através de um plano de formação dos colaboradores não docentes na prática da língua inglesa e da progressiva implementação da lecionação em inglês em algumas unidades curriculares. Não se pretende, contudo, abandonar a matriz fundamental da língua portuguesa como oportunidade.

Nos momentos conturbados que o ensino superior recentemente tem vivido em Portugal, o Centro Regional de Braga tem manifestado capacidade de adaptação e de consolidação progressiva do seu projeto, afirmando-se como uma presença estável e de qualidade da Universidade Católica Portuguesa no topo norte do País, servindo aí a sua missão, que é a missão da Igreja.



## Capítulo 9

### Centro Regional do Porto

Henrique Manuel Pereira  
Manuel Braga da Cruz

#### Primeiro período: da fundação a 2013

A presença da Universidade Católica no Porto remonta à criação do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas nesta cidade, em 1978. D. António Ribeiro, então Patriarca de Lisboa, inquirira o Prof. Francisco Carvalho Guerra se o Porto não queria a UCP na cidade, tendo sido a ideia apresentada ao Bispo do Porto pelo Diretor da Faculdade, Prof. Mário Pinto, que se fez acompanhar nessa audiência pelo Prof. Francisco Carvalho Guerra.

D. António Ferreira Gomes achava prioritária para a Igreja e para a cultura católica a extensão das humanidades, mais do que um curso profissionalizante como o de Direito. No entanto, acabou por aceitar a argumentação do Prof. Mário Pinto de que um curso de Direito era também de humanidades, e que a sua dimensão profissionalizante poderia contribuir para a sua sustentabilidade.

O curso de Direito começaria a funcionar na Torre da Marca, tendo sido relevante o papel do Doutor Godinho de Lima na tarefa de persuadir o Cabido da Sé relativamente à importância da iniciativa e da cedência de instalações.

Não era fácil a aceitação da Universidade Católica na diocese e cidade do Porto. Já com o curso de Direito em funcionamento, um grupo de padres da diocese fez publicar no *Comércio do Porto*, edição de 4 de abril de 1979, um texto crítico, opondo-se à criação da Universidade Católica no Porto. Pouco depois, no mesmo jornal, responderam os próprios alunos de Direito da Católica.

Com a devida concordância de D. António Ferreira Gomes, e salvaguardada a unidade da Universidade – o curso era da Faculdade de Ciências Humanas –, foi ele aprovado pelo Conselho Superior em junho de 1978 e viabilizada a sua lecionação pelo Despacho do Ministro da Educação de 1977.

1. O *curso de Direito* começou a funcionar com o ano vestibular em 1978-1979, sob a direção do Prof. João Batista Machado. Na sessão solene de

inauguração, na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, o próprio D. António Ferreira Gomes proferiu uma lição sobre “A sociedade e o trabalho: democracia, sindicalismo, justiça e paz”.

A licenciatura em Direito seria o embrião de lançamento da Universidade Católica no Porto. A 2 de fevereiro de 1980, o Reitor Bacelar e Oliveira delegou poderes de representação perante as autoridades locais no Professor Carvalho Guerra, e no seu assessor Prof. P. Roque Cabral SJ, delegados do Conselho Superior naquele Núcleo Regional. O Prof. Carvalho Guerra passaria a desempenhar, a partir daí, um papel de grande relevo na dinamização da Universidade Católica no Porto<sup>1</sup>.

Foi então criada pelo Conselho Superior uma *Comissão Instaladora*, de que faziam parte, além do Prof. Carvalho Guerra, os Profs. Godinho de Lima, em representação do Bispo, Batista Machado, diretor do curso de Direito, o Coronel Engrácia Antunes, o P. Roque Cabral SJ, delegado do Conselho Superior, e o Dr. Simões Neves. Secretariava a Comissão Instaladora D. Rosário Campos Costa, em cuja casa se haviam realizado muitas reuniões que haviam de levar ao lançamento da Universidade Católica na cidade.

A diocese acabou por aderir ao lançamento da UCP e cedeu instalações na *Quinta do Paraíso*, na Foz, doada à diocese pela família Álvares Ribeiro. Propriedade do Seminário Maior, este cedê-la-ia futuramente, em 10 de maio de 1993, à própria Universidade<sup>2</sup>.

A instalação do curso de Direito, de seis anos de duração – incluído o ano vestibular –, na Quinta do Paraíso, exigia obras avultadas, cujo orçamento inicial ultrapassava os 15 000 contos. O *ano vestibular*, criado pela UCP, foi nessa época uma inovação no panorama universitário português de grande relevância, infelizmente não continuado no ensino pré-universitário.

Vários foram os *apoios mecenáticos*, entre os quais 3000 contos doados por João Macedo e Silva, presidente da RAR, que possibilitou a aquisição da importante biblioteca de família do Prof. Guilherme Braga da Cruz, falecido em 1977, e as doações, por mais de 10 anos, do Sr. António Miranda, totalizando dezenas de milhares de contos.

<sup>1</sup> Particularmente ligado aos jesuítas de Braga, onde frequentara a Congregação Mariana enquanto aluno do liceu, Francisco Carvalho Guerra, professor de Bioquímica na Universidade do Porto, e com vasta experiência universitária internacional, seria um dos *professores* universitários católicos que integraram a Comissão de Estudo e Apoio da Institucionalização da UCP, presidida pelo Prof. Afonso Queiró, que solicitara ao Ministro Veiga Simão o reconhecimento da Universidade Católica, no dia 11 de maio de 1971 (cf. Cap. II desta obra: “Fundação e Oficialização da UCP”).

<sup>2</sup> Ata do CS de 28.5.1993.

Graças à excelente e proveitosa colaboração da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi possível colmatar a difícil tarefa da escolha de Professores para a Licenciatura. Nomes como Profs. Rogério Soares, Figueiredo Dias, Vasco Xavier, Vieira de Andrade e os Drs. Cardoso da Costa, Barbosa de Melo, Pinto Monteiro, Anabela Rodrigues Moura Ramos, Ângela de Sousa e Francisca Portocarrero entre outros, muito ajudaram com a excelência de suas leccionações.

Também, da Universidade do Porto colaboraram com a Escola os Profs. Oliveira Ramos (Faculdade de Letras), Ribeiro de Faria e Afonso Vaz (Faculdade de Economia), entre outros, bem como profissionais de relevo, como o Dr. Artur Santos Silva.

Em 1994 seria admitido o funcionamento de uma *turma noturna no Curso de Direito*, não só para melhorar receitas deste curso, e com elas equilibrar os custos dos outros cursos, mas também para estrategicamente reforçar a posição da UCP no Porto, ao possibilitar a fixação de professores em regime de dedicação plena<sup>3</sup>.

No ano de 1987, na sequência da saída do Prof. Batista Machado, passou a dirigir o curso de Direito o Prof. *P. Roque Cabral SJ*.

2. Com o crescimento do Núcleo do Porto da UCP, é criada em janeiro de 1984 uma *Comissão de Estudo para o Centro Regional da UCP no Porto*, presidida pelo Prof. D. José Policarpo e integrada pelo Vice-Reitor Manuel Isidro Alves, pelos Diretores das Faculdades de Teologia e de Ciências Humanas, e por mais cinco membros nomeados pelo Bispo do Porto, D. Júlio Tavares Rebimba: Prof. Carvalho Guerra, Prof. Roque Cabral SJ, Prof. Godinho de Lima, D. João Teixeira (Bispo Auxiliar do Porto) e Dr. António Taipa (Diretor do Seminário Maior).

A Comissão deveria “estudar os problemas de planeamento, desenvolvimento e coordenação dos núcleos, cursos e projetos do Centro Regional do Porto da UCP” e apresentar um Relatório ao Conselho Superior (CS), o que aconteceu em fevereiro de 1985. Aí se propunha uma orgânica para o Núcleo, com uma articulação vertical e coordenação global com o conjunto da Universidade, no quadro dos estatutos vigentes.

Na sequência da aprovação desse relatório, é nomeada uma *Comissão Instaladora do Centro Regional*, de novo presidida por D. José Policarpo, e integrada pelo Bispo Auxiliar do Porto, pelo Vigário episcopal da diocese para a Educação da Fé, pelos responsáveis do Conselho Superior no Centro (Carvalho Guerra

---

<sup>3</sup> Ata do CS de 3.6.1994.

e Roque Cabral), pelos responsáveis dos cursos, e ainda pelo Vice-Reitor Jorge Costa André e pelo Prof. Aníbal Cavaco Silva.

Em junho de 1986 é aprovada pelo Conselho Superior uma *proposta de estrutura do Núcleo Regional da UCP no Porto* que prescreve uma Comissão Administrativa, cujo Presidente será nomeado pelo Magno Chanceler, sob proposta do Reitor, ouvido o Bispo da diocese. Seu Presidente passou a ser o Prof. Carvalho Guerra.

Com a revisão dos Estatutos da Universidade a 11 de outubro de 1993, que consagrou o modelo federativo da universidade, o *Porto passou a ser Centro Regional*, para o que se exigia um mínimo de três Escolas ou cursos, com um Presidente, uma Comissão Administrativa e um Conselho Académico.

O Prof. *Francisco Carvalho Guerra* foi nomeado *Presidente do Centro Regional* do Porto da Universidade Católica Portuguesa, funções que haveria de desempenhar por cinco mandatos consecutivos, durante 20 anos, até 2006.

3. Rapidamente, a Universidade Católica no Porto passaria do Direito a outras formações. Em dezembro de 1982 foi apresentado ao Conselho Superior um projeto académico na área agroalimentar e um outro de criação de um Centro de Estudos de Organização e Gestão (CEOG), com vista a lecionar cursos de gestão de 2 anos aos quadros das empresas.

Para o primeiro foi criada uma Comissão para estudar mais aprofundadamente o projeto, merecedor do maior interesse mas a exigir recursos financeiros de que a Universidade não dispunha. Dessa *Comissão de Estudo*, liderada pelo Prof. Carvalho Guerra, faziam parte Godinho de Lima, Baptista Machado, Engrácia Antunes, Roque Cabral, Simões Neto, e ainda o Prof. Joaquim Reis, o Eng. Couto Soares e o Eng. Pinto dos Santos e, mais tarde, Eurico de Melo e Miguel Cadilhe.

Um ano depois, em dezembro de 1983, o Conselho Superior autorizava o Reitor a aceitar a concessão de superfície de um terreno pela Câmara Municipal da Maia, por 99 anos, para aí ser instalada a futura Escola Superior de Biotecnologia (ESB). Para a sua criação foi fundada uma *Associação para o Desenvolvimento da Escola Superior de Biotecnologia* (AESBUC), de que faziam parte representantes das mais importantes empresas do Norte nesse sector agroalimentar.

Porém, o terreno cuja superfície se cedia foi expropriado pela Junta Autónoma das Estradas para aí instalar o nó da autoestrada Porto-Braga (A3). Por intervenção do Primeiro-Ministro Mário Soares, a pedido do Prof. Carvalho Guerra, foi esse terreno objeto de uma troca por outro na Asprela, propriedade do Ministério da Educação.

A própria Conferência Episcopal deu a sua anuência ao projeto, na condição de os seus encargos financeiros não prejudicarem os fundos para outros projetos da Universidade e de se garantir a orientação católica do curso.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional adiantou um subsídio de 150 000 contos para possibilitar o arranque do curso de Engenharia Alimentar em outubro de 1984, o primeiro da Escola. A Escola Superior de Biotecnologia, pioneira em Portugal, foi criada em maio de 1985, dirigida na primeira década pelo Prof. Augusto Medina, até 1995.

Dado que a Escola Superior de Biotecnologia era uma das primeiras da Europa, foi preciso convidar vários professores estrangeiros, para a lecionação dos primeiros 5 anos. Não havendo em Portugal, nem mesmo a nível europeu, professores disponíveis e experientes no ensino da biotecnologia, foram na quase generalidade procurados nos Estados Unidos da América os contactos necessários à resolução deste problema. Foram assim *professores da ESB* António Moreira (de Maryland), Paul Singh (da Califórnia), Arthur Teixeira (da Florida), Edmund Zotolla (do Minnesota), Geoffrey Campbell Platt (do Reino Unido). Para as ciências básicas foram convidados professores portugueses: Ferreira Gomes, Bessa Menéres Sousa, Carvalho Guerra, etc.

Logo de seguida foram recrutados 14 recém-licenciados de várias escolas portuguesas, com a mais alta classificação, a quem foram concedidas bolsas da Universidade Católica para fazerem os seus doutoramentos em universidades estrangeiras, a maior parte nos EUA. Estes seriam e são os atuais professores da ESB.

O *primeiro ano da Escola* foi realizado no Centro de Citologia Experimental da Universidade do Porto, de que era secretário-geral o Prof. Carvalho Guerra, enquanto as obras na Asprela iam construindo a bom ritmo o futuro edifício da Escola.

Para a instalação da Escola foram recebidos *subsídios muito especiais*, como o do Presidente de França, François Mitterrand e o do Primeiro-Ministro da Holanda (que concedeu um empréstimo a Portugal sem juros), com os quais se conseguiram 350 000 contos para a Escola a fundo perdido. Além destes contributos, muitas outras entidades ajudaram, como a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Europeia e o próprio Governo português.

Em 1991, seriam criados os  *cursos de Microbiologia e de Engenharia do Ambiente* na ESB, para o qual foi convidado o Prof. Hans Grande, que o apresentou

ao Conselho Superior, aprovando-os este liminarmente na condição de serem inseridas no plano de estudos cadeiras de formação ética e humanística<sup>4</sup>.

Em 1996 a ESB propunha dois doutoramentos *honoris causa* ao famoso enólogo Fernando Nicolau de Almeida e ao Prof. Jack Masquelier, da Universidade de Bordéus.

4. As pós-graduações em *Administração e Gestão de Empresas* iniciar-se-iam com sucesso, vindo a possibilitar o lançamento de uma licenciatura em 1986, no âmbito da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (FCEE).

Anos volvidos, a esta licenciatura juntar-se-ia uma outra em *Economia*, aprovada em Conselho Superior a 5 julho de 1996, e que entraria em funcionamento no ano de 1997/1998.

O desenvolvimento de uma dinâmica própria, associada a uma divergência de projetos académicos, levou à separação da Escola de Economia e Gestão do Porto da de Lisboa, que o então Reitor não conseguiu evitar.

Nos finais de 1999 estalou um diferendo no interior da FCEE, entre projetos académicos. Seria criado no Conselho Superior um grupo de trabalho para estudar o problema das relações entre o Porto e Lisboa no seio da FCEE, de que faziam parte os Profs. Daniel Bessa, Mário Pinto e Aníbal Cavaco Silva. Na realidade, o entendimento tornou-se impossível, o que levou à separação da escola do Porto da de Lisboa, tendo sido criada a *Faculdade de Economia e Gestão* em março de 2001.

Em 2003 assinou-se o protocolo da UCP com a AEP com vista a formar a **EGE** com outras universidades. Perante a desistência das Universidades do Minho e do Porto, o acordo acabou por ser apenas com Aveiro que, em breve, deixaria a Universidade Católica sozinha nessa parceria. Anos depois, seria construído um novo edifício para as formações de executivos da Escola, com o apoio do benemérito Américo Amorim que, por esse facto, recebeu a medalha de ouro de benemerência da Universidade.

5. No ano de 1986 foi também instalado o *núcleo da Faculdade de Teologia no Porto*. Foram autorizados os cursos de Teologia da Faculdade de Teologia, em Porto e Braga, passando a ser Diretor-Adjunto da Faculdade nacional o Doutor Godinho de Lima.

Particularmente ativo no núcleo de Teologia do Porto foi o Centro de Estudos do Pensamento Português, que promoveu a organização, em setembro

---

<sup>4</sup> Atas do CS de 17.5.1991 e de 19.7.1991.

de 2001, do *Congresso Internacional sobre os Pensadores Portuenses Contemporâneos (1850-1950)*.

As *Semanas de Teologia* constituíram igualmente momentos de grande projeção da Faculdade na cidade e na região, trazendo ao Porto, para as conferências inaugurais, grandes figuras da teologia e da filosofia europeias. Entre os conferencistas de maior renome encontravam-se o Cardeal Ratzinger – futuro Papa Bento XVI –, o Cardeal Kaspers e o filósofo espanhol Savater.

O curso de Pós-Graduação em Estudos Europeus, iniciado em Lisboa em 1980, passa também a ser lecionado no Porto.

As *instalações do Paraíso* foram inauguradas em 31 de outubro de 1986, e as obras da Biblioteca iniciadas em 1987.

6. Criadas as Licenciaturas de Direito, Gestão e Economia, bem como a Escola Superior de Biotecnologia com as primeiras licenciaturas em Engenharia Alimentar e depois Engenharia do Ambiente e ainda mais tarde Microbiologia, além de outras, começou a pensar-se na necessidade de criar uma *Escola de Arte* com licenciaturas em Património, Música e Comunicação Social Artística, sob a forma de Som e Imagem, dado o enorme incremento científico e tecnológico deste sector. Sendo uma Escola diferente da habitual Escola de Artes em Portugal, criou-se uma comissão, a convite e sob a presidência do Prof. Carvalho Guerra, com vários especialistas estrangeiros, para durante cerca de três anos discutir a validade e conteúdos da proposta. Assim, foram convidados o Reitor da Loyola Marymount de Los Angeles, o Diretor do Art Museum de Londres, o Diretor da Escola de Música de Regensburg e o Diretor do Departamento de Conservação e Restauro da Universidade de Lovaina, para além do Cónego Dr. Ferreira dos Santos Reitor, da Igreja da Lapa do Porto, que viria a ser o seu primeiro diretor.

O projeto da Escola das Artes foi pela primeira vez apresentado em Conselho Superior, no dia 29 de março de 1996, tendo exposto cada um dos seus aspetos o Cónego António Ferreira dos Santos, o P. Luís Proença SJ. E o Eng. Eduardo Beira. O primeiro desenvolveu o projeto académico e pedagógico, com particular incidência sobre o curso de Música, enquanto o segundo se ocupou do curso de Som e Imagem, e o terceiro dos aspetos económicos e financeiros, defendendo a viabilidade do curso. Apesar do défice expectável do curso de Música, seria compensado pelos saldos positivos previstos de um Centro de Restauro a criar e de um Instituto de Som e Imagem. O Prof. Carvalho Guerra, defensor do projeto, esclareceu que o curso de Música estava programado para funcionar até 2001, podendo ser feita uma avaliação nessa altura, admitindo-se a possibilidade de vir a ser encerrado no caso de se verificar não ser sustentável.

Apesar das dúvidas expressas e das críticas por indevida ponderação financeira, o Reitor, D. José Policarpo, pediu ao Conselho que aceitasse a continuação do projeto e autorizasse o Centro Regional a avançar com preparativos inadiáveis, comprometendo-se este último a apresentar de novo ao Conselho Superior o assunto, contemplando a resolução das questões suscitadas.

Em 27 de julho de 1995, foi assinado pelo então Secretário de Estado da Cultura, Dr. Pedro Santana Lopes, na presença do Prof. Cavaco Silva, na qualidade de Primeiro-Ministro do Estado português, bem como de inúmeras personalidades, um protocolo que cedia à UCP a Cadeia da Relação para aí instalar uma Escola Superior de Música e Arte Sacra, parte da denominada Escola das Artes. A ideia foi apresentada ao Conselho Superior a 15 de julho de 1994. Embora se reconhecessem os elevados custos da recuperação de tão antigo edifício, pensava-se que poderiam ser cobertos com fundos comunitários e com as receitas de um Centro de Conservação e Restauro a criar. O Conselho Superior consentiu no anúncio público dessa concessão, mas adiou para futura oportunidade a apreciação do projeto académico e das condições de viabilização de tal projeto.

Mas, em maio de 1996, o Conselho Superior tomava conhecimento das contrariedades ocorridas com a cedência do edifício da Cadeia da Relação. O Ministro da Cultura do novo governo, Dr. Manuel Maria Carrilho, tinha outros projetos para o edifício, pelo que o Centro Regional do Porto solicitou a aprovação dos cursos por um ano, para os preparar.

A *Escola das Artes seria criada a 31 de janeiro de 1997*, com três licenciaturas, iniciadas em 1997-1998: Som e Imagem, Arte sacra e Música. Seria seu primeiro diretor o Cónego Ferreira dos Santos.

7. Em 1998 terminava o seu terceiro mandato o Prof. Francisco Carvalho Guerra. O Reitor, Padre Isidro Alves, convidou o ex-Secretário de Estado Prof. *Manuel Fernandes Tomás*, então já Vice-reitor da Universidade de Aveiro, para o substituir. Encontrou resistências internas e a nível episcopal, pelo que acabaria o Prof. Guerra por ser reconduzido.

As contas do CR agravaram-se nesse ano, por via do funcionamento da Escola das Artes, tendo levado, juntamente com os maus resultados de Viseu, a Universidade a um resultado deficitário.

8. Em 2000, com a posse de novo Reitor, a Reitoria passou a integrar um *Vice-reitor do Porto* – no caso, o Prof. Carlos A. Moreira de Azevedo, da Faculdade de Teologia –, e o *presidente do Centro Regional* passou a participar *nas reuniões da Reitoria*.

A escritura de passagem para a posse da UCP dos *terrenos da Asprela* foi objeto de árdua negociação com a Universidade do Porto, com a mediação da Direção-Geral do Património.

Em março de 2001, o Primeiro-Ministro António Guterres aceitava um convite para *inaugurar as novas instalações da Escola das Artes*, tendo proferido um importante discurso acerca do estatuto da UCP, ao tempo sob ataque. As novas instalações foram construídas com apoios do PRODEP e de alguns benfeitores, entre os quais se releva o Eng. Ilídio Pinho, com a oferta de 90 000 contos. Foi dado o seu nome ao Grande Auditório, inscrevendo-se, em cada uma das principais entradas, esta sua frase: “A vida tem limites, a memória transcende, permanece a vontade.” Ilídio Pinho viria a receber a medalha de benemerência da universidade em 2001.

O Centro Regional do Porto apresentou ao PRODEP um projeto de construção de uma cantina na Foz, que viria a sacrificar em benefício do projeto apresentado pelo Centro Regional das Beiras, em Viseu, para a Clínica Dentária.

9. Novo projeto do Centro Regional do Porto foi a criação da *Faculdade de Psicologia e Educação* (FEP), ocorrida em 11 de abril de 2007, com sede no Porto e um núcleo em Lisboa.

O Prof. Joaquim Moreira Azevedo dirigia, desde setembro de 2002, o Instituto de Educação, sediado em Lisboa. Em 2004 fora criada a Licenciatura em Psicologia no CRP e em 2007 um Mestrado.

Com a criação da FEP, é nomeada uma Comissão Instaladora, presidida pelo Prof. Joaquim Azevedo, e que tinha como vogal o Prof. António Fonseca, substituído a partir de 2009 pela Prof.<sup>a</sup> Raquel Matos. Em 2011 passa a ser novo Diretor o Prof. António Fonseca, tendo como vogais na Direção os Profs. Raquel Matos e José Matias Alves. Em 2013 é criado o *Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano* e em 2014 o Human Neurobehavioral Laboratory. Em 2014 o Prof. Pedro Dias será o novo diretor.

10. Em 2006 cessa funções o Prof. Carvalho Guerra, que é substituído pelo Prof. Joaquim Azevedo, por si proposto ao Reitor e ao Magno Chanceler.

O Prof. Carvalho Guerra fora objeto de uma grande manifestação de reconhecimento em dezembro de 2002, pelo seu 70.º aniversário, onde lhe foi expressa toda a admiração e gratidão da Universidade, pelo muito que lhe ficou a dever pela sua dedicação e capacidade empreendedora e de liderança.

## Segundo Período (2007-2013)

Joaquim Azevedo

### Introdução

Com este texto, tal como me foi solicitado, pretendo descrever as linhas de força e as principais realizações que ocorreram nos seis anos do meu mandato como Presidente do Centro Regional do Porto da UCP, entre 11 de outubro de 2007 e 31 de julho de 2013. Faço-o na primeira pessoa e colocando no espaço público peças documentais que, de outro modo, se perderiam. Não se trata, pois, de um texto com dados quantitativos ou de pendor crítico, mas sobretudo documental, organizado em duas partes, uma em que descrevo essas principais linhas orientadoras dos mandatos exercidos e outra em que alinho um conjunto de iniciativas que marcaram estes seis anos de serviço à comunidade e à Igreja.

### 1. O arranque e o agradecimento ao Professor Francisco Carvalho Guerra

Tomei posse como Presidente do Centro Regional do Porto (CRP) no dia da padroeira do Porto, a Nossa Senhora de Vandoma, a 11 de outubro de 2007. Nesse dia, quis dirigir as minhas primeiras palavras ao Professor Carvalho Guerra, o primeiro e único Presidente do CRP, desde a sua criação, em 1978. Esta sucessão não se adivinhava fácil e existia uma enorme expectativa em torno deste passo. Procurei, desde a primeira hora, louvar e agradecer tanto e tão bom trabalho desenvolvido, bem como assegurar que o Professor Carvalho Guerra continuaria no CRP e na UCP, devidamente acarinhado, além de continuar a poder representar o CRP e a UCP em várias ocasiões solenes, mantendo-se também como membro do Conselho Superior da Universidade. O essencial do que sentia disse-o na tomada de posse:

*“Ao Senhor Professor Francisco Carvalho Guerra, que a Deus se associou para me querer para seu sucessor, deixo uma palavra de uma enorme gratidão. É a si, Senhor Professor, que quero dirigir a primeira parte do meu discurso de tomada de posse. O Senhor Professor criou este Centro Regional do Porto da Universidade Católica, em 1978, e a ele sempre presidiu, ao longo de quase trinta anos. A obra é imensa,*

*bela, forte, sólida, capaz de muito futuro. A cidade do Porto está-lhe muito grata e já o evidenciou ao atribuir-lhe a medalha de ouro da cidade. Mas, não é só o Porto, é Portugal que lhe está muito grato. Já o demonstrou em vários momentos e de diversos modos, conferindo-lhes as mais altas distinções que o País pode atribuir aos melhores dos seus filhos.*

*Este Centro Regional do Porto vê no seu Fundador um esteio forte, um católico firme, um símbolo de entrega incansável, de abnegação persistente, de luta constante, de lucidez visionária. Só essas suas qualidades poderiam ter forjado esta obra que hoje abarca já oito Faculdades/Institutos, dois polos universitários e cerca de quatro mil e quinhentos alunos de graduação e pós-graduação. Hoje, num contexto de grandes desafios para qualquer Universidade e particularmente adverso para qualquer Universidade não estatal, o CRP da UCP tem identidade própria, elevado prestígio na Região onde se insere, saúde financeira e goza ainda de uma ampla autonomia dentro da Universidade, que lhe é reconhecida pela Reitoria.*

*Senhor Professor Francisco Carvalho Guerra, com humildade lhe agradeço a sua confiança, o apoio inexcedível que me deu ao longo destes meses de transição e ainda a sua disponibilidade para continuar aqui connosco, agora mais disponível para superiores missões e também para reordenar o passado e escrever a nossa história. Aos nossos queridos alunos quero dizer que o nosso ‘Pai Guerra’ não se vai embora, vai estar por cá e podereis continuar a usufruir, vós que estais repletos de informação, da sua enorme sabedoria.*

*O CRP decidiu, em sincera e justa homenagem ao Professor Francisco Carvalho Guerra, promover umas Jornadas Universitárias, em maio de 2007, iniciativa que estamos certos vai recolher um amplo apoio e uma ativa participação dos mais altos responsáveis na nossa sociedade. Com base nestas Jornadas será elaborado um livro em sua homenagem. Todos são chamados a colaborar para transformar quer o livro quer as Jornadas um momento alto de gratidão ao Professor Francisco Carvalho Guerra e de reflexão sobre a Universidade Católica que somos e queremos ser.”*

E, tal como foi prometido, o livro de homenagem foi realizado. A esta distância, é possível verificar que a transição se processou sem qualquer sobressalto, tanto na continuidade como na renovação.

## **2. Um contexto de crise cultural e o papel das Universidades Católicas**

Logo na tomada de posse enfatizei a dimensão cultural da nossa missão. As Universidades Católicas, presentes em todo o mundo, representam um dos principais instrumentos de diálogo e ação da Igreja no mundo contemporâneo.

A equação permanente entre fé e razão foi muito bem explicitada pelos Papas S. João Paulo II e Bento XVI, como sublinhei no meu discurso de posse.

*As Universidades, instituições seculares e prestigiadas, estão hoje, como sabemos, confrontadas com imensos desafios sociais, neste tempo em que a história acelerou e os humanos vivem como nunca na busca de sentido, tão aterrorizados com os novos perigos como esperançados num futuro melhor.*

*Crescem as oportunidades que nos advêm sobretudo da investigação científica e da inovação tecnológica, ao mesmo tempo que aumenta a “dessocialização” (Touraine) e a dualização social entre os que aproveitam todas as oportunidades e quem fica sempre e apenas “disponível” para as aproveitar, reforçam-se as “comunidades de mesmidade” (Bauman), pois crescem guetos à volta de outros guetos, estamos muito claramente a perder o sentido de comunidade, endeusando nada que parecem tudo, como a técnica, o espetáculo informativo, a hiperespecialização, o indivíduo isolado e perdido.*

*A trivialidade tende a substituir, ou melhor, a esconder o mistério humano que irrompe em todas as criaturas. A fragmentação é permanente e abarca toda a sociedade e os indivíduos. Crescem a incerteza sobre o futuro e a insegurança sobre o presente e sobre os passos que podemos dar. Sobreinformados, parece que nunca soubemos tão-pouco sobre o que realmente se passa à nossa volta. O ser humano parece ser tomado apenas como parte e produto dos sistemas sociais, o objeto das políticas sociais.*

*A política tece um combate muito difícil com os poderes económicos locais e globais e com os poderes mediáticos, também locais e globais, deixando-se arrastar tantas vezes por eles e perdendo a sua independência e lucidez, ao serviço da cidade, do interesse geral, de melhor vida para todos na cidade.*

*Este é também o tempo em que mais se fala sobre a Aprendizagem ao Longo de toda a Vida, um sinal de muita esperança para o mundo de hoje. Nestes tempos de transição cultural, belos e dramáticos tempos que temos a oportunidade de viver, convulsos, incertos, abertos, arriscados, onde o medo e a livre iniciativa se combinam, onde o novo e o velho se sobrepõem e nos desarmam, a humanidade de cada ser humano continua a ser a frágil flor de que temos de cuidar, em permanência, num esforço civilizacional contínuo, diligente, paciente. É também nestes tempos que cada ser humano mais manifesta a sua necessidade vital de aprender, de “recuperar o controlo da sua existência, refletir sobre a experiência passada e preparar as opções futuras”. E todos os cidadãos podem aprender, ao longo de toda a vida, desde logo na e com a vida, desde que sejam criadas as condições elementares para tal. Pela educação podemos realizar privilegiadamente “o direito universal ao rosto” (Isabel Baptista) e promover a abertura de cada pessoa humana à transcendência, porque*

*o ser humano é um ser aberto ao infinito e a todos os seres criados (Conselho Pontifício Justiça e Paz)*

Neste contexto, o principal desafio que o CRP da Universidade Católica Portuguesa tem por diante é cultural. O Santo Padre João Paulo II disse que “mediante o encontro que estabelece entre a riqueza insondável da mensagem salvífica do Evangelho e a pluralidade e imensidade dos campos do saber em que aquela encarna, (cada Universidade Católica) permite à Igreja instituir um diálogo de fecundidade incomparável com todos os homens de qualquer cultura” (CAUC, 1990). Ainda segundo o mesmo saudoso Papa João Paulo II, a Universidade Católica “é sem dúvida alguma um dos melhores instrumentos que a Igreja oferece à nossa época, que procura certeza e sabedoria” (CAUC, ponto 10). E aconselha especial atenção à integração de saberes na investigação, ao diálogo entre a fé e a razão, às implicações éticas e morais ínsitas nos métodos e nas teorias da educação e do ensino e à perspectiva teológica.

Sobre o diálogo entre a fé e a razão, questão tão atual, diz-nos na sua Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas (CAUC, 1990), retomando a Encíclica *Gaudium et Spes*, que “conservando embora cada disciplina a sua integridade e os seus próprios métodos, este diálogo põe em evidência que a investigação em todo o campo do saber, se conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as leis morais, nunca pode encontrar-se em contraste objetivo com a fé. [...] A interação vital dos dois níveis distintos de conhecimento da única verdade conduz a um amor maior pela mesma verdade e contribui para uma compreensão mais ampla do significado da vida humana e do fim da criação” (n.º 17).

Bento XVI veio agora reafirmar, em 12 de setembro passado, na Alemanha e numa reflexão sobre a Universidade, a necessidade de nós alargarmos o nosso conceito de razão e o uso que dela fazemos, para reagirmos eficazmente às ameaças que pesam hoje sobre o horizonte humano e social. Só lá chegaremos, afirma o Santo Padre, “se a razão e a fé se reencontrarem unidas de uma maneira nova; se ultrapassarmos o limite autodecretado pela razão ao que é verificável pela experiência e se abrirmos de novo a todas as suas perspectivas”. E este diálogo é tão urgente quanto sabemos que “uma razão que permaneça surda face ao divino e que relegue a religião para o domínio das subculturas é incapaz de se inserir no diálogo das culturas”.

Não podia ser mais oportuno este desafio a ampliar o campo da razão no seio da Universidade, pois “a aversão que persiste no ocidente e que teima em não acolher ‘as interrogações fundamentais da sua razão’ não pode traduzir-se senão numa grande ameaça para o seu futuro. Na nossa Universidade este diálogo tem de continuar a ser uma trave mestra, assegurando o primado de cada pessoa e a dignidade de todos os homens”.

Ao longo dos anos em que dirigi o CRP houve muitos momentos e modos de regressar a esta questão essencial: a nossa missão como Universidade Católica. De facto, nós não somos apenas mais uma universidade. Somos uma universidade única, porque na sua matriz está Cristo e a sua Boa-Nova. Bati-me pelo aprofundamento e renovação desta missão específica, certo de que as universidades católicas têm um contributo muito importante a dar, com autonomia e em liberdade, ao ensino, à investigação e à cultura das sociedades de hoje.

Um das primeiras atividades que pus em marcha foi exatamente dar a conhecer e provocar a reflexão interna sobre esta orientação da Igreja para as Universidades Católicas. Elaborei um documento intitulado “Nascida do coração da Igreja”, em que resumi estas orientações, a partir dos mais relevantes documentos do magistério da Igreja. Este documento foi analisado e debatido em vários momentos, no início do mandato.

Quando a FIUC (Federação Internacional das Universidades Católicas) me convidou para intervir numa sessão plenária no seu Congresso Mundial de São Paulo, em 2012, tive oportunidade de refletir mais aprofundadamente sobre este tema, como assinalo de seguida.

### **3. Comprometidos e solidários com o destino do ser humano, da Região do Norte, do País e do mundo**

Na comunicação que tive a oportunidade de apresentar em São Paulo, propus uma reflexão sobre o papel da universidade enquanto instituição educativa, que se ordena também para estudar, compreender e atuar, em cooperação com outras instituições, para a promoção do bem comum, da justiça e da paz.

*“Face à incerteza e à imprevisibilidade das sociedades e dos mercados de trabalho, em que valores e atitudes educa a universidade? Prepara urgentemente jovens profissionais para a competição e para o mercado, consumindo tudo o que há para consumir e enquanto há o que consumir, ou para algo mais? Prepara os jovens para serem bons profissionais? Ou para serem boas pessoas, sendo bons profissionais? E boas pessoas e bons profissionais para um mundo mais cooperante, interdependente, sustentável e solidário? Qual será o quadro educativo mais adequado para que se preparam bons profissionais e boas pessoas na universidade? Em que é que de concreto se traduz essa máxima da ‘formação integral da pessoa’? Entrando na vertigem ou travando e fazendo silêncio? Como é que se pode hoje saborear uma cultura científica? Como é que ela comporta as dimensões humanista, técnico-profissional, de compromisso social com quem mais precisa e a dimensão ética e religiosa? A investigação que se elege segue que prioridades institucionais, serve a formação de que estudantes, é valorizada*

*de que modo na progressão profissional dos docentes? E a cooperação da universidade com a comunidade tem que valor? Sendo a universidade uma instituição cultural por excelência, como é que ela hoje cria valor entre os jovens [...] ajuda a criar referências, identidades e cruzamentos de fronteiras entre universos culturais fechados? A universidade é essa ampla praça cultural da proximidade humana, cheia de trânsito e inquietude, povoada mais do que por lugares de saída e entrada, por ocasiões de encontro; de um encontro humano que marca, seja pelo ensino e aprendizagem, seja pela investigação, seja ainda pelo testemunho pessoal e pelo compromisso da universidade com a comunidade envolvente. Na universidade contemporânea, a afirmação desta sua vocação relacional e de encontro pode constituir, a par de outras já mais vincadas ao longo do tempo, um dos seus traços culturais mais profundos, de um humanismo que convoca à autoria (eu sou) e à participação (eis-me aqui) os jovens dispersos e perdidos na vertigem das fusões e dos impasses. Eles precisam de ser institucionalmente desafiados à reinvenção de si mesmos ou então podemos estar a condenar as universidades a serem as futuras catedrais de consumo high tech, na sua versão fast food. Em cada um deles é devida a emergência de dinâmicas singulares de personalização e de cidadania.” (Da comunicação apresentada em São Paulo.)*

Em novembro de 2012, numa comunicação interna ao CRP propunha uma reflexão em torno da marca solidária da Universidade. Este atributo da UCP, não tão desenvolvido como outros, deve fazer-nos seguir por um caminho próprio no mundo das universidades, mormente em Portugal. Para tal, temos de ser cada vez mais uma universidade independente, livre na sua ação, pois só assim seremos verdadeira *universitas*, atenta ao próprio significado do ser humano e livremente implicada no seu desenvolvimento integral, integrados em comunidades justas.

*“Precisamos de ser mais solidários e agir, nesta hora, com verdadeira caridade. Se há dilemas que estão sobre a mesa, e há vários, este é o que mais destaco: não podemos agir como se os outros fossem o meu problema, como se as outras escolas/faculdades fossem o problema da minha escola/faculdade; temos de ser todos parte do problema, se queremos encontrar uma solução consonante com o nosso perfil institucional. Somos uma instituição da Igreja Católica, essa que assenta no Amor, que está fundada sobre Aquele que deu a sua vida por Amor, essa mesma que prega o Amor aos quatro ventos.*

*É fácil fazermos como certas empresas e organizações que tudo resolvem (ou pensam resolver), incluindo as mais duras crises, prescindindo de boa parte dos seus colaboradores. Nós já perdemos bastantes colaboradores, nos últimos quatro anos, mas como*

*resultado de uma ação de focagem da nossa ação: somos uma universidade, não um colégio nem um centro de formação profissional, nem podemos estar a lecionar turmas nossas em pequeninas extensões, a mais de 200 km de distância. Não é certo que não tenhamos de continuar a fazer esta focagem, mas o que hoje está sobre a mesa é bem diferente e requer de nós um esforço de discernimento bem diferente e bem mais exigente.*

*Qualquer decisão deve ser ponderada pelo critério da solidariedade: que consequências tem esta decisão para os outros, além de mim? E a decisão não poderia ser outra, beneficiando mais os outros e não apenas eu? O meu bem vai ser construído sobre a desgraça de alguém?*

*Dentro de critérios de racionalidade, impõe-se-nos a solidariedade!”*

*“O CRP da UC quer continuar a ser uma instituição implicada no estudo dos graves problemas contemporâneos, em particular os que afetam as populações e a sociedade do Norte do País. E esta atenção, como descreve João Paulo II, percorre a dignidade da vida humana, a promoção da justiça, a qualidade da vida, a proteção da natureza, a procura da paz, a repartição das riquezas, focando de modo particular as dimensões éticas e religiosas dos ‘graves problemas do nosso tempo’ (n.º 32). Somos chamados a uma constante renovação da nossa Universidade porque o que aqui está em causa é ‘o próprio significado do homem’ (n.º 7). O carácter católico da Universidade exige que esta renovação se faça de modo que a investigação e o ensino, o coração da nossa atividade, não estejam subordinados nem condicionados por interesses de qualquer género” (n.º 7).*

*Ora, esta deve continuar a ser uma das marcas do Centro Regional e da Universidade Católica, a sua independência. Queremos preservar, aprofundar e desenvolver esta fundamental linha identitária das Universidades Católicas; a sua independência e a sua liberdade. Fazem-nos imensa falta, nos dias de hoje, instituições sociais que se dediquem desinteresseiramente e o mais interessadamente possível ao homem, ao serviço do ser humano e das comunidades humanas, independentes e livres, de tal modo está a nossa vida social emaranhada em interesses e lutas corporativas, que tanto consomem as nossas inesgotáveis energias. Numa sociedade tão marcada pelos modelos clientelares e por inúmeros instrumentos de dependência institucional e individual, temos mesmo de cuidar muito da nossa liberdade e da nossa independência.”*

#### **4. Financiamento e liberdade de ensino nas universidades**

Para que esta independência seja objetiva e quotidiana, existem regras do funcionamento das sociedades democráticas e abertas que devem ser respeitadas. No discurso de tomada de posse deixei também claro que o CRP deveria lutar,

com toda a UCP, pela alteração do modelo de financiamento do ensino superior: se a Constituição proclama que “o ensino superior é tendencialmente gratuito”, então este critério político tem de se aplicar a todos os jovens e não apenas aos que estudam nas universidades do Estado. A desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, em Portugal, constitui uma das suas maiores chagas, uma análise que a Reitoria da UCP, pela mão do Professor Manuel Braga da Cruz, sempre colocou na agenda, com propriedade e acutilância.

*“Temos de continuar a lutar pelos melhores alunos e, ao mesmo tempo abrir a porta a todos os que, por mérito, queiram vir para aqui estudar, temos de desenvolver a investigação científica, temos de nos abrir mais à sociedade, ao norte e a Portugal, em particular, e acolher novos grupos populacionais que procuram aprender ao longo de toda a sua vida.*

*Embora muitos pedagogos não gostem das palavras, a oferta educativa da UCP está inscrita num mercado educacional, que é hoje um mercado altamente concorrencial, cujas regras são conhecidas e são pouco favoráveis aos alunos que escolham a UC. De facto, os seus pais são obrigados a pagar duas vezes a educação de nível superior, ou seja, as despesas de todos os cidadãos que estudam nas universidades do Estado, através dos seus impostos, e as propinas na UC, apenas porque esta não é uma U do Estado.*

*Um clima de concorrência aberta no ‘mercado educacional’ deveria ter o Estado de permeio, a garantir que os cidadãos possam escolher, livremente e sem penalizações, as instituições de ensino superior onde querem colocar os seus filhos a estudar, com o maior proveito possível para todos. Ora, como sabemos, o Estado português não quer exercer este papel e prefere demitir-se e proteger o ensino estatal da sã concorrência, quando não confunde mesmo questões essenciais como liberdade e confessionalidade ou até liberdade e desigualdade. [...]*

*Se é verdade que não vamos deixar de competir pelos melhores, e para que tal desiderato seja possível, também vamos ter de nos apetrechar ainda melhor para que qualquer jovem, de qualquer família, possa estudar na UCP, mesmo que disponha de poucos recursos económicos. Mesmo que esta seja uma função supletiva da ação do Estado, o CRP vai alargar mais os seus sistemas de apoio aos alunos mais carenciados e vai desafiar muitas empresas e instituições da sociedade civil, que acreditam na importância do projeto cultural que é a Católica, a apoiarem este objetivo central: não pode ser por razões de etnia, de rendimento e de falta de apoio familiar, que a qualquer jovem com mérito veja vedado o acesso a este Centro da Universidade Católica. Diz a Constituição Apostólica sobre as Universidades Católicas que cada uma destas deve procurar, como contributo para o progresso da sociedade onde trabalha, ‘a maneira de tornar a educação universitária acessível a*

*todos aqueles que dela possam tirar proveito, especialmente os pobres e os membros dos grupos minoritários [...]” (n.º 34).*

Este é um grande desafio que temos de saber renovar em cada geração. Todos os anos, a UCP investe somas muito avultadas na concessão de bolsas de estudo aos seus alunos, já que apenas uma pequena parcela acede ao apoio estatal.

Portugal mantém um modelo de financiamento do ensino superior que é profundamente injusto, mormente para as famílias com menos rendimentos, contrariando a sua própria Constituição. E este é um combate cultural que se terá de manter, alargando-o ao conjunto da sociedade portuguesa, pois a desigualdade de oportunidades é flagrante e atinge muitos milhares de famílias portuguesas, que vão suportando em silêncio os custos desta injustiça.

## **5. Investigação científica e desafios específicos à UCP**

O desenvolvimento da investigação científica foi outra prioridade destes anos, após tanto caminho já percorrido antes, pois, sem a investigação, a Universidade bloqueia e morre. Sabemos que a investigação científica de qualidade é cara, mas isso não nos deteve. Quer da parte dos incentivos públicos nacionais e comunitários quer da parte das empresas e demais instituições privadas, nacionais e internacionais, fomos obtendo fundos imprescindíveis, mediante o desenho de projetos com qualidade científica, relevância social, arquitetura ética e apresentação cuidada. A qualidade e perenidade das universidades tem aqui, na investigação científica, o seu esteio principal.

Reconheço que um dos principais dilemas que a UCP vive como instituição universitária está aqui centrado: como competir com instituições de ensino superior que contam com Centros de Investigação quase totalmente ou mesmo totalmente financiados pelo Estado, quando a UCP, ao fazer refletir apenas os custos do ensino sobre as propinas? Como competir, se ao fazer isto a UCP se vê obrigada a colocar estas propinas cinco vezes acima das propinas que os estudantes do ensino estatal pagam?

Sem financiamentos adequados não há investigação independente e de qualidade. Claro que a UCP tem de lutar por eles de modo muito aguerrido, mas esta desvantagem paga-se muito caro.

Temos excelentes Centros de Investigação no CRP, mormente em áreas científicas ligadas às “ciências duras”, como é o caso do CBQF, na Escola Superior de Biotecnologia (ESB). E tal classificação resultou de muito e duro

trabalho, nacional e internacional, dos docentes e alunos de doutoramento da ESB, ao longo de mais de 25 anos. O mesmo poderíamos alcançar em todos os domínios das ciências sociais e humanas, mas para tal era (e continua a ser) preciso mudar o paradigma de reflexão e ação.

Procurei integrar alguns Centros de Investigação do CRP, que eram e são de muito pequena dimensão, como se tem feito em várias universidades europeias de prestígio, mas sempre encontrei dificuldades. Como afirmei várias vezes, esta articulação entre áreas científicas, no quadro das ciências sociais e humanas, tornaria a UCP mais forte que ninguém, em Portugal, nestes mesmos domínios, e permitiria enfrentar o futuro com outra responsabilidade, independência e liberdade, além de favorecer a inovação que resultaria de uma lenta e gradual aproximação e integração de áreas disciplinares, pela via de projetos interdisciplinares especialmente acarinhados e financiados. Seria assim, com rasgo e inovação, que a UCP poderia ultrapassar as debilidades que apresenta, diante da sua concorrência direta, em cada área científica, debilidades que resultam sobretudo de opções políticas do Estado português e dos sucessivos governos, tanto de direita como de esquerda.

Como referi inúmeras vezes, o mundo atual tem muita sede de sentido e as instituições de educação tendem a asfixiar a sua capacidade de serem “luz em cima do alqueire”. O que assistimos, em todo o mundo, é a um reducionismo galopante da matriz antropológica e axiológica da educação escolar e universitária e a um definhamento das artes, da filosofia, das humanidades. As Universidades Católicas têm aqui um papel crucial a desenvolver no mundo contemporâneo, com particular destaque para as ciências sociais e humanas e para os seus cruzamentos com as ciências “duras”.

E a UCP está a trilhar este caminho, com um grande esforço e determinação, consciente de que as políticas públicas de financiamento do ensino superior – e da investigação, indiretamente – têm seguido um caminho estatista que não tem qualquer paralelo nos países vizinhos como a Espanha, a França ou a Itália, já para não referir a Alemanha.

## **6. Compromisso com a comunidade: outro modo de ser universidade**

Desde o início que procurei esclarecer e valorizei este sentido de compromisso com a comunidade, que é também razão de ser da Universidade Católica. Um compromisso que não se pode resumir à criação de serviços da universidade à comunidade (que também temos e de boa qualidade), mas que começa no estudo dos problemas e das potencialidades da “cidade” e da região envolventes, com outras instituições. Foi assim que nasceu, há mais de vinte

e cinco anos, a Escola Superior de Biotecnologia ou o Centro de Conservação e Restauro (junto da Escola das Artes), foi assim que se criou o Projeto TCA – Trofa Comunidade de Aprendentes, o estudo do “Porto Solidário” e o SAME – Serviço de Apoio à Melhoria das Escolas (nestes casos com o envolvimento da Faculdade de Educação e Psicologia), foi desse modo que se criou, em 1991, o CEGEA – Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada ou, mais recentemente, Centro de Enfermagem da Católica, em ligação com comunidades desprotegidas, foi também assim que se desenvolveram parcerias e participações em projetos regionais comuns, como são os casos da parceria com a APPICAPS, associação das empresas do calçado, que muito impulsionou a estratégia de profunda modernização deste sector económico, e da participação na ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Culturais, entre muitas outras.

*“Esta ligação à sociedade é outro veio central da orientação que queremos prosseguir. Uma ligação à Região do Norte e, em particular, à sua Grande Área Metropolitana do Porto, aos seus problemas, aos seus atores institucionais, aos seus grandes e pequenos projetos. Esta articulação reticular, que tem como princípio orientador ‘cooperar para competir’, no plano nacional e sobretudo mundial, envolve a Universidade do Porto e demais instituições do ensino superior e de investigação científica da Região, a Câmara do Porto e as demais autarquias da Região, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento e as agências de desenvolvimento, a AEP, as Associações Empresariais e as empresas da Região, as instituições de solidariedade e assistencial social que tão relevantes serviços prestam à comunidade, as ... Nós estaremos mais próximos da sociedade que nos envolve, que, estamos certos, precisa muito de nós, e ela, desse modo, aproximar-se-á mais e mais da Universidade Católica. Temos de dar muitos primeiros passos, sem medo, com a ‘alegria da verdade’ que está inscrita no nosso símbolo e que brota do coração de quem tem como principal missão a procura da Verdade e quer ser, como disse João Paulo II, ‘instrumento cada vez mais eficaz do progresso social’” (CAUC, 1990, ponto 32).*

Privilegiámos um historial de cooperação existente no CRP, pois só ela nos pode trazer massa crítica suficiente, e o acesso às redes internacionais, pois só nelas é possível hoje ser colaborativo e competitivo no plano global, que é aquele em que aprendemos a viver.

Em janeiro de 2013, numa comunicação ao CRP, referia que a Universidade se pode pensar também como uma UniverCidade.

*“A Universidade é particularmente responsável pela evolução da sociedade, seja pelo valor crescente que é dado ao conhecimento, seja porque a cultura dominante é*

*fortemente dominada pelo pensamento que ela produz. Talvez seja uma das poucas instituições em quem as sociedades ainda confiam. [...] Impõe-se, nestes momentos de crise e de crescimento da complexidade, uma renovação da Universidade. A minha proposta chama-se UniverCidade e para ela deveria ser possível caminhar, dando passos seguros e por antecipação, antes de outros os darem e de ficarmos atrasados.*

*Em que consiste? Na capacidade de colocar o conhecimento que produzimos orientado (não para se autorreproduzir) para pensar a Cidade, ou seja, as pessoas e os seus contextos de vida em comum. A economia como a biologia, a psicologia como o urbanismo, o direito como a engenharia, a educação como a saúde, a arquitetura como as artes, a teologia como a filosofia, a comunicação como a literatura e as políticas públicas, todas as vertentes da produção do conhecimento científico são apenas contributos ao serviço do superior interesse do bem do ser humano, da sua liberdade e dignidade, da solidariedade e da melhor realização pessoal de cada um e de todos. O que está em causa é a possibilidade e a capacidade de cada ser humano, vivendo em comum, na Cidade, descobrir-se como pessoa, respondendo aos apelos dos outros, e aí construir a sua identidade e unidade, na diversidade. Como Universidade Católica sabemos que tal desiderato só se alcança na medida em que nos damos aos outros e ao mundo, na ‘verdade da caridade’. [...]*

*Hoje, precisamos de insistir tanto na profundidade disciplinar como na ‘deslocação’ (I. Calvino), ou seja, a observação das pessoas e do mundo de diferentes lugares, com diferentes métodos e através do olhar cruzado oriundo de diferentes disciplinas. Há conhecimento novo e complexo a realizar e urgentemente, como se pressente todos os dias, cada vez mais complexos. [...] Como diz E. Morin, ‘a hiperespecialização substitui a antiga ignorância por uma nova cegueira’.*

*Desenvolver as competências transversais dos alunos, oferecer seminários de pensamento crítico para todos, colocar os alunos em diálogo com o mundo de hoje, particularmente com os doentes, os idosos, os pobres, os deficientes, são primeiros e importantes passos que já estamos a dar. Mas precisamos de dar outros e igualmente consistentes, no ensino, na investigação e nos serviços à comunidade. T. Adorno diz uma verdade que nos ajuda a pensar: ‘mais generalizado que o afastamento entre as pessoas é o desejo de romper esse afastamento’.*

*Temos um importante desafio pela frente, um desafio de médio prazo, com fortes implicações nas opções que hoje temos de realizar: porque não rasgamos o horizonte fechado do mundo de hoje e nos pensamos como uma Universidade-UniverCidade, para a qual cada unidade académica é um sólido contributo, como se, um dia, convergíssemos para um só conselho científico e um só conselho pedagógico, bem como para um único centro de investigação e um só centro de prestação de serviços à comunidade? A cidade está a ficar às escuras e precisa como nunca da luz da*

*ciência da sua Universidade-UniverCidade! A Universidade Católica, à luz do seu Inspirador, deveria ir à frente neste caminho. [...] Isto é tão simples de enunciar quanto difícil de aplicar! Mas descoberto o essencial, esse seria o caminho a fazer, passo a passo, mas com determinação. Temos de ser diferentes e essa diferença radica, antes de mais, na nossa identidade e missão. Este é um outro desafio, como Presidente, que a todos aqui deixo.”*

## **7. Reflexão e planeamento estratégicos**

Elaborámos, em 2009, uma primeira reflexão sobre o presente e sobre os próximos passos a dar no CRP. Diante de um contexto tão incerto e imprevisível, além de politicamente adverso, como aqui já explicitarei, é fundamental sabermos onde estamos e para onde queremos ir, sob pena de sermos “atropelados” por um futuro (rapidamente presente) que não desejamos. Toda a instituição deveria estar profundamente envolvida neste esforço comum, pois só assim se cimenta uma pertença, uma cultura comum e se aprende como organização, recolhendo os contributos e potenciando as competências de cada uma e de cada um. E o CRP está cheio delas! Esse futuro desejado ou é uma obra que resulta de um processo reflexivo que aponte às finalidades essenciais da nossa Universidade, de uma autoavaliação rigorosa e de uma ampla participação interna e da comunidade que nos envolve ou não será (esse futuro desejado).

Iniciámos o processo de reflexão interna com um rigoroso programa de autoavaliação das unidades e com dinâmicas de incentivo à participação de todos: professores, alunos, funcionários e instituições e pessoas do exterior. Fizemos encontros muito participados, realizámos questionários e sondagens.

Foi um tempo de muito entusiasmo e de recolha de contributos muito valiosos. Avançamos gradualmente, com tempo. Depois, abrimos essa participação à comunidade externa ao CRP. Reunimos, assim, mais propostas e partimos para a definição de um Plano Estratégico 2009–2013, que nos foi servindo de guia no caminho.

Em 2012, diante de um contexto de bastantes dificuldades internas e externas (estávamos a ultrapassar uma crise financeira e organizacional interna – desde 2009 – e o País vivia uma crise socioeconómica sem precedentes, já com reflexos na diminuição do número de alunos do CRP), iniciámos um novo processo de planeamento estratégico, revendo o caminho percorrido e concebendo os próximos passos.

Estruturámos grupos de trabalho, dinamizados por “consultores” internos, em torno das áreas nucleares da nossa atividade, sejam os Eixos Estratégicos sejam as problemáticas transversais: (i) Universidade de Ensino e Aprendizagem

de qualidade reconhecida; (ii) Centro de Conhecimento de Referência; (iii) Agente promotor de Inovação Social e Cultural (transferência de conhecimento e desenvolvimento socioeconómico e cultural); (iv) Ser uma Comunidade Aberta, Coesa e Sustentável; (v) Modelo de Governação; (vi) Reforço da relação entre ensino, investigação e projetos com a comunidade; (vii) Financiamento e sustentabilidade nos próximos 5 anos; (viii) Internacionalização (dimensões e desenvolvimento).

Havia uma forte preocupação em assegurar a sustentabilidade futura do CRP, neste contexto de crise. A redução de custos, mormente de estrutura do CRP, o aumento de receitas em áreas-chave e a alienação do Campus da Asprela estavam na agenda e consumiram muitas energias nos anos de 2010 a 2012.

Os dois exercícios de reflexão e planeamento estratégicos, berço de onde nasceu o SIGIQ, a dinâmica interna de garantia da qualidade, que se viria a instalar, permitiram, num contexto crítico, manter um rumo organizacional consonante com a Missão da UCP, inovar em áreas e em ações que se revelavam com maiores potencialidades, diferenciar o nosso projeto de Universidade dos demais e criar uma dinâmica interna de contínua valorização dos nossos colaboradores.

Nem tudo foi fácil, é evidente. Houve resistências, tensões e momentos críticos. Mas tudo isso fez parte de um tempo cheio de contrariedades internas e externas, que procurámos viver sempre como serviço ao bem comum e como um tempo favorável, de discernimento e de reorientação.

## 8. O “Processo de Bolonha”

Quando, em setembro do ano de 1988, reitores de Universidades Europeias, reunidos para celebrar os 900 anos da mais antiga universidade, a de Bolonha, subscreveram a “Magna Carta das Universidades”, estava dado o importante impulso inicial que desencadearia uma reforma sem precedentes no ensino superior. Esta Carta Magna enuncia como princípios fundamentais que devem sustentar a vocação da Universidade: (i) a independência ética e científica face ao poder político e económico, no seu esforço de investigação e ensino; (ii) a indissociabilidade entre o ensino e a investigação, de tal modo que o ensino possa acompanhar em permanência a evolução das necessidades e exigências da sociedade e do conhecimento científico; (iii) o respeito pela exigência fundamental da liberdade na investigação e formação, como princípio nuclear que preside à vida universitária; (iv) a universalidade do seu âmbito de atuação, enquanto depositária da tradição do humanismo europeu, universalidade expressa quer na preocupação constante em alcançar o saber

universal, ignorando fronteiras geográficas ou políticas, quer na afirmação da necessidade vital do conhecimento mútuo e da interação entre as diferentes culturas presentes sobre a Terra.

O passo seguinte seria dado em Paris<sup>3</sup>, onde foi assinada, a 25 de março de 1998, dez anos depois, a “Declaração da Sorbonne”, por quatro países, Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Por isso mesmo, estes países são apelidados de responsáveis pela nova perspectiva política das “cooperações reforçadas” e pelo lançamento da “marca” “Europa do Conhecimento”. No ano seguinte, em Bolonha, a 19 de junho de 1999, os Ministros da Educação de 29 Estados europeus subscreveram a “Declaração de Bolonha”, documento que proclama como objetivo central *“o estabelecimento, até 2010, do Espaço Europeu de Ensino Superior, coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros, espaço que promova a coesão europeia através do conhecimento, da mobilidade e da empregabilidade dos diplomados, forma de assegurar um melhor desempenho afirmativo da Europa no Mundo”*. Assim se consagrou irreversivelmente o designado “Processo de Bolonha”.

Em Portugal, o CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas tomaria uma primeira posição a 17 de abril de 2001. Infelizmente, o debate foi rapidamente comandado pela problemática da duração dos dois primeiros ciclos de estudo: ou seja, os cursos passariam a ter uma sequência de 3+2 anos ou de 4+1 ano? Como se titulariam estes cursos? Bacharelato e Mestrado? Licenciatura e Mestrado? E porquê? O que deve desaparecer, o antigo bacharelato ou a tradicional licenciatura? Correu muita tinta e fez-se muita discussão pouco útil, que provocaria um enorme efeito perverso: o debate sobre o Processo de Bolonha quase que se confinou à questão da duração e do nome dos ciclos, deixando de lado todo o vasto conjunto de problemas que estavam e continuam a estar sobre a mesa, tais como a reconstrução curricular baseada em novas Unidades Curriculares, o novo sistema de ECTS, a mobilidade e a comparabilidade dos diplomas, as novas metodologias de ensino e de aprendizagem, a conquista de uma progressiva equidade no acesso e nos resultados, a articulação com as necessidades das sociedades e da economia, a procura incessante da qualidade, a avaliação e a acreditação dos cursos e das instituições, etc.

No plano nacional, o ano de 2007 constitui a grande referência temporal e política das mudanças que iriam ser empreendidas. Instituiu-se um novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior e foi criada, em 2007, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Prevaleceu, como sabemos, em Portugal, o modelo 3+2, que segue uma orientação educacional e curricular que bebe da tradição anglo-saxónica. Ficou, então, claro, que a importação desta estrutura implicaria, para Portugal e para

outros países do Sul da Europa, um esforço gigantesco de evolução do seu modelo de ensino superior, um verdadeiro corte “epistemológico” com perto de 800 anos de história da educação. Infelizmente, não foi isso que ocorreu.

A UCP aderiu, logo de início, ao “Processo de Bolonha”. No CRP, havia um investimento no sentido de adequar o modelo de ensino e aprendizagem a este novo contexto. Sublinho projetos como a Revisão Curricular dos cursos de Direito, realizada ainda antes do novo ordenamento jurídico, o PIC – Portefólio Individual de Competências (da Faculdade de Economia e Gestão), a dinâmica de desenvolvimento de competências transversais (na Escola das Artes), a introdução do voluntariado social como parte da formação na licenciatura em Psicologia, as práticas de enfermagem na comunidade, pela via do Centro de Enfermagem da Católica, ou ainda o Gabinete de Apoio ao Aluno. Por outro lado, destaco ainda os processos de capacitação docente que foram realizados com o apoio da nossa área de Educação (embora com reduzido impacto em algumas faculdades). Fez-se um grande esforço de renovação e animou-se um processo de melhoria da qualidade do ensino.

Reconheço que não se fez tanto quanto teria sido necessário para acompanhar com qualidade esta transformação profunda que era suposto ter ocorrido com a mudança do “modelo de ensino e aprendizagem”. Não creio que outras universidades portuguesas tenham feito muito melhor, o que constitui uma constatação pouco reconfortante e animadora.

## **9. Algumas iniciativas em destaque nestes seis anos**

Seguindo uma sequência cronológica, alinho algumas das iniciativas levadas a cabo durante estes anos e que entendo destacar.

### **9.1. Criação de uma unidade para o desenvolvimento integral da pessoa (2008)**

Qualquer universidade católica diz promover o “desenvolvimento integral da pessoa”, pois é isso mesmo que diz o magistério da Igreja e é o que faz mais sentido realizar como instituição de educação. No entanto, como é que o faz? Qual é o lugar que este objetivo central tem no quotidiano das universidades católicas, que as distingue das demais? Como é que isso mesmo atravessa cada docente e investigador e se concretiza no modo como ensina, age, propõe, investiga e publica? Pela UCP passam cidadãos ativos e futuros líderes do País e o que é que levam com eles, realmente diferente e como marca profunda e para vida, em seus corações?

No âmbito da nossa reflexão estratégica inicial, decidimos criar, em 2008, uma pequena unidade específica, responsável pela promoção quotidiana desta finalidade educativa. Tratava-se de estruturar e ligar as “oportunidades de Ser +” que se ofereciam no CRP, através de um conjunto de iniciativas dirigidas aos estudantes e aos docentes e funcionários, dando rosto à missão evangelizadora da Universidade, desenvolvendo as dimensões solidária, espiritual, cultural, social e desportiva de cada Pessoa.

Esta Unidade, UDIP-Unidade para o Desenvolvimento Integral da Pessoa, trabalha em íntima articulação com a Capelania e com o trabalho da Pastoral Universitária, na cidade.

Na dimensão solidária podemos destacar algumas dinâmicas bastante significativas. A UDIP coordena a CASO-Católica Solidária, a área que promove e apoio todo o voluntariado que se desenvolve no CRP, sobretudo com alunos, e o GAS'África.

A Católica Solidária – CASO é o núcleo de voluntariado do CRP, fundado em 2002. Os voluntários são maioritariamente estudantes, mas também docentes, funcionários e antigos alunos da Universidade.

Através de uma equipa de estudantes selecionados para apoiar o seu respetivo grupo de voluntários, a CASO promove “um voluntariado com qualidade que pode assumir uma periodicidade regular ou pontual, em cinco áreas SER+: Vida, Abrigo, Especial, Exemplo, Sabedoria.”

Os voluntários partilham experiências e participam em formações gerais e específicas para potenciar a qualidade do seu “trabalho” e articulam-se com dinâmicas idênticas da comunidade envolvente. A CASO entende o voluntariado como “marca educativa que transforma para a vida”.

Também aqui se integrou o GAS'África – Grupo de Ação Social em África e Portugal, que nasceu em 1989. É uma organização de voluntariado formada por estudantes universitários e jovens recém-licenciados, de base cristã. Este grupo rege-se por quatro pilares fundamentais: Oração, Serviço, Simplicidade, Comunidade (partida e chegada), sendo estes transmitidos aos formandos ao longo de 6 meses de formação. Forma voluntários para promover e divulgar o voluntariado missionário e a cooperação para o desenvolvimento. Todos os anos, um grupo de jovens parte, após a celebração da “missa de envio”, em missão para Angola, Cabo Verde, Moçambique. Esta Unidade integra também a “Missão País”, uma dinâmica de ação solidária e missionária de grupos de jovens que, durante uma semana, apoiam comunidades e instituições carenciadas, no nosso país. Estas “missões”, criadas em 2003, com vinte jovens, têm vindo a crescer exponencialmente e, em 2017, abrangem já cerca de 2500, distribuídos por 45 missões.

Na dimensão espiritual, podemos elencar iniciativas como: realização dos Caminhos de Santiago, Jesus na Universidade Católica, Grupo de Estudo da Bíblia, Universitários com Maria, Aulas abertas na Faculdade de Teologia. Na dimensão cultural existem debates abertos, como as 7 Quintas, Ciclos de cinema, animação do Coro, iniciativas de Teatro, apoio às Tunas. No âmbito desportivo, a UDIP anima o Católica Porto Team.

Este não tem sido um trabalho fácil, nunca o será no contexto da erosão axiológica e cultural que varre a educação, mas a determinação e a persistência, com avaliação regular das atividades, têm dado bons frutos na formação dos jovens.

## 9.2. Garantia interna de qualidade e criação do SIGIQ (2009)

A questão da qualidade de uma instituição de ensino superior é uma questão central, mas só é mesmo importante se existem mecanismos efetivos que a garantam, a começar por dinâmicas contínuas e consequentes de autoavaliação. Por isso, uma das linhas de força destes anos passou pela reflexão e pela ação no âmbito da garantia interna de qualidade.

Criámos em 2009, após longa atuação e maturação, o SIGIQ, o Sistema de Garantia Interna de Qualidade, que tem vindo a desenvolver uma importante atividade de apoio às Unidades Académicas, tanto para efeitos de avaliação interna, das Faculdades, dos Centros de Investigação e dos Serviços, como para apoio à relação com a A3ES e para todo o processo de acreditação e avaliação de cursos.

No ano 2008, construímos as bases seguras de uma dinâmica permanente de autoavaliação, as bases para a criação de um Sistema de Garantia Interna da Qualidade, que nasceu vinculado ao Plano Estratégico do CRP, constituindo um dos objetivos do seu modelo de governação. Nasceu também vinculado aos planos diretores das Unidades Académicas e aos objetivos do Centro de Serviços Partilhados (CSP).

Foi pensado e desenhado para ser não só um instrumento de gestão do CRP, mas também como uma ferramenta prática, que promova a melhoria contínua no quotidiano das atividades das unidades académicas e do CSP.

O SIGIQ assumiu como Missão e Visão: “Dotar o CRP de um Sistema de Garantia Interna de Qualidade que, através da autoavaliação das Unidades e dos Serviços, promova a melhoria efetiva e contínua da qualidade dos serviços prestados.” Esta formulação parte da consideração de que a UCP se guia por uma visão humanista da universidade e dos que a integram.

São os seguintes os seus princípios de organização e modo de atuação:

(i) integração com serviços e com Unidades Académicas, pois procura integrar procedimentos de recolha de informação dos serviços e integrar os procedimentos da qualidade nos ciclos de ensino, na investigação e nas atividades de relacionamento com a comunidade; (ii) eficiência, pois é seu pressuposto manter no nível mínimo a carga e a interferência provocada nas atividades das unidades académicas e dos serviços partilhados; (iii) eficácia, uma vez que se foca na promoção real da melhoria da qualidade do CRP; (iv) inovação, pois procura inovar continuamente os seus processos, com um sentido de melhoria contínua.

A comunidade académica participa no SIGIQ e está representada na sua governação pelos interlocutores das Unidades Académicas e do Centro de Serviços Partilhados. Os estudantes são auscultados sobre as dinâmicas suscetíveis de promover a melhoria e a garantia da qualidade.

Cada Unidade Académica tem um Interlocutor SIGIQ que se responsabiliza pela adaptação e implementação do sistema na sua unidade. Os alunos participam nas respostas aos questionários pedagógicos, nos Conselhos Pedagógicos e em sessões de avaliação partilhada. Os diplomados respondem anualmente ao Inquérito ao Emprego e, pontualmente, são chamados a sessões de avaliação partilhada de cursos (*focus groups*).

Os parceiros externos (acolhimento de estágios, empregadores, parceiros de investigação, parceiros na prestação de serviços à comunidade) são auscultados no âmbito do planeamento estratégico, em reuniões por unidade, com guião comum, de 6 em 6 anos, para avaliação do contributo oferecido aos parceiros e para recolha de expectativas e recomendações de funcionamento. Também participam na avaliação de alguns cursos.

Entretanto, passados dez anos, passou a ser comumente aceite o papel dos sistemas internos de garantia de qualidade nas instituições de ensino superior. Desde 2009 que existe pequena uma equipa autónoma que, dentro do CRP, leva por diante este objetivo estratégico, com seriedade, sentido de missão e competência.

### **9.3. Criação do Centro de Serviços Partilhados (2009)**

Numa carta que escrevi a todos os colaboradores, em 12 de janeiro de 2010, dizia que “o ano de 2009 foi um ano difícil para o CRP e, ao mesmo tempo, um ano em que superamos alguns importantes desafios. Difícil sobretudo porque fomos surpreendidos, como se sabe, com uma situação de descontrolo organizacional e orçamental no Campus da Asprela. Tivemos de superar esta situação, recorrendo a:

- *uma profunda reestruturação das Associações entretanto criadas na Asprela;*
- *à decisão de descontinuar várias áreas de atividade que dissipam energia à Universidade e não trazem resultados nem académicos nem financeiros: um Externato, que leciona Ensino Secundário, e uma Escola Tecnológica, que ministra cursos pós-secundários, não conferentes de grau superior (ambos serão progressivamente desativados até 2012) e uma área de formação profissional de ativos e jovens, no quadro do POPH (a desativar em 2010);*
- *à descontinuidade de muitos contratos de trabalho a termo, num processo penoso, que foi feito criando um sistema de contrapartidas de formação oferecidas pelo CRP aos que iam saindo (e que alguns felizmente estão a aproveitar);*
- *à negociação com várias entidades da Região sobre a melhor utilização a dar aos três novos edifícios que foram construídos e ultimados este ano (sem fugir ao fim para que foram financiados);*
- *um trabalho lento de reorientação das atividades e de conquista da confiança de todos para um trabalho futuro muito exigente, agora sob a coordenação de uma nova Direção, nomeada em dezembro de 2009 e presidida pela Professora Isabel Vasconcelos.”*

Ainda nos anos de 2008 e 2009 procedeu-se a uma reflexão profunda e a uma posterior junção dos dois *campus* do CRP numa só “entidade”; de facto, o que se verificava é que havia uma duplicação de recursos e esta duplicação de “CRP” contribuía para dissipar energias que se poderiam estar a investir muito melhor, com mais proveito para toda a Universidade. Criámos, então, um Centro de Serviços Partilhados (CSP), que unificou os *campus* Foz-Asprela e que passou a servir toda a comunidade do CRP, englobando 154 pessoas (fomos de encontro a um estudo que se tinha encomendado à Deloitte, que previa 164, para esta fase).

Este foi de facto, um processo bastante difícil, que consumiu muitas energias, mas que permitiu reconstruir o CRP, preparando-o para uma nova fase de equilíbrio institucional, imprescindível para se assegurar a sua sustentabilidade.

O CSP definiu como sua missão “prestar serviços profissionais com valor reconhecido pelas Unidades Académicas e pelos estudantes, proporcionando-lhes simplicidade de processos e informação atempada e de qualidade, numa ótica de melhoria contínua”.

Estudamos os processos inscritos em todas as funções e pessoas dos Serviços existentes e reunimos em novas equipas os processos que deveriam ser mantidos e agrupados, por razões de eficácia, eficiência, otimização e valor acrescentado. Foram criadas quatro direções: académica, finanças e pessoas, operações e

infraestruturas, parcerias e comunicação. Para a coordenação das direções e de cada uma das doze áreas de atividade específica aí integradas foram mobilizadas competências existentes no CRP, o que permitiu subir na cadeia de valor do serviço prestado. Em termos de governação, criámos um Conselho do CSP, que reunia todas estas lideranças intermédias com o Presidente, promovendo a partilha de informação, a articulação entre os diferentes serviços e estabelecendo políticas de desenvolvimento e qualidade comuns. Os diretores dos serviços do CSP, por sua vez, eram também membros do Conselho de Diretores, participando na sua reunião mensal, facilitando um cruzamento permanente de reflexão e ação entre as Unidades Académicas e os Serviços.

Na sequência desta dinâmica e sob a mesma orientação estratégica, foi dado início ao processo, também ele complexo, de alienação progressiva do *campus* da Asprela.

Esta alienação implicou a execução de quatro dinâmicas simultâneas: (i) negociar compradores, de preferência instituições do ensino superior públicas, pois as instalações do CRP estão situadas num “*campus* universitário”, o que se situou no plano da ação e negociação políticas; (ii) estabelecer um programa de reordenamento e reinstalação das faculdades do CRP lá instaladas, Saúde e Biotecnologia; (iii) garantir um clima com a serenidade necessária para que as atividades de ensino e de investigação não fossem interrompidas ou prejudicadas; (iv) inscrever este processo como o primeiro passo para a instalação definitiva destas faculdades que estão na Asprela no polo da Foz e conseqüente alienação das instalações restantes na Asprela. Num encontro de toda a comunidade do CRP, a 15 de novembro de 2011, apresentei o plano e o modo como seria desenvolvido.

A criação do CSP constituiu um importante passo para a qualidade do serviço prestado pelo CRP e também representou um marco fundamental para a sustentabilidade da Universidade. Atrás dele veio a criação de um só *campus*, processo que lentamente tem vindo a ser concretizado.

#### **9.4. Promover a qualidade do ensino, com apoio da OCDE (2010)**

Apostamos muito, ao longo destes anos, em algo que para nós é essencial: a qualidade do ensino. Este foi o fator que a sondagem de opinião por nós realizada, em 2009, na Região do Norte, revelou distinguir-nos no reconhecimento público da marca Católica-Porto. A qualidade constrói-se com o profissionalismo de cada docente e com alguns investimentos por parte da Universidade.

Investimos bastante na capacitação pedagógica dos docentes para a melhoria do trabalho com os alunos: mais empatia, mais exigência mútua, melhores

resultados académicos. Algumas faculdades participaram muito ativamente neste processo, outras nem tanto. A Faculdade de Educação e Psicologia prestou aqui um importante papel colaborativo-formativo interno ao desenvolver este projeto de “*capacity building*”.

A adesão ao Programa Supporting Quality Teaching in Higher Education do IMHE (Institute for Management of Higher Education da OCDE) surgiu como uma oportunidade de dar continuidade e reconhecimento ao esforço feito na qualidade do ensino da Universidade. O Projeto da OCDE solicitava que fossem apresentadas para avaliação internacional iniciativas pedagógicas de carácter inovador e já com resultados consolidados. Foram selecionadas três iniciativas do CRP com estas características: (i) o Programa PIC–Portfolio Individual de Competências das licenciaturas de Economia e Gestão, (ii) o Serviço Comunitário integrado na formação da licenciatura em Psicologia e o projeto “Um Enfermeiro na Escola”, projeto da disciplina de Enfermagem Comunitária no 1.º ciclo do Curso de Licenciatura em Enfermagem.

Estas três iniciativas nas licenciaturas da Católica Porto são inovadoras tanto ao nível curricular como pedagógico, integrando no modelo de ensino parceiros externos relevantes no contexto profissional.

Os avaliadores da OCDE, Fabrice Hénard e Gabor Halasz, procuraram os padrões relevantes e (i) encontraram um conceito de ensino alargado, muito focado na empregabilidade, no desenvolvimento pessoal e na cidadania; (ii) contactaram com um trabalho intenso que tece uma rede de muitos sentidos na transferência de conhecimento – da Universidade para o mercado e do mercado para a Universidade, com os alunos como principais mediadores; (iii) encontraram ainda estudantes envolvidos em sequências de estudo-trabalho–reflexão que potenciam a integração pessoal das aprendizagens nos contextos académico e profissional.

As novas formas de organização do ensino colocam desafios à gestão da Universidade que tem de estimular e acompanhar uma diversidade crescente na sua estrutura interna.

Hénard e Halasz deixaram ainda uma forte recomendação no sentido de a Universidade disseminar de forma intensa estas e outras iniciativas assim como os modos peculiares de ser uma universidade de valores que surgem da sua matriz cristã e humanista e se observam nas práticas quotidianas.”

Dizia, em 2010, numa comunicação interna aos docentes: “Tenho uma enorme esperança neste programa e nos seus resultados, que vão depender sobretudo de si, do seu envolvimento, da sua dedicação, da qualidade crescente do seu desempenho. Tenho também a maior esperança no acompanhamento que o SIGIQ – Sistema de Garantia Interna de Qualidade está a fazer dos

inquéritos pedagógicos, esforço este integrado num vasto conjunto de dispositivos de avaliação interna da qualidade da nossa organização.”

A qualidade de ensino é uma área de ação cujos objetivos de melhoria nunca estão alcançados. Mas a persistência e o foco nestes objetivos é essencial para garantir, a prazo e de modo sustentado, a procura social da UCP.

### **9.5. Criação da área da Administração Pública, Governação e Políticas Públicas: uma aposta estratégica (2010)**

A ideia de criação de um Instituto de Governação e Políticas Públicas (IGPP) no Porto foi debatida com a Reitoria desde 2009.

O lançamento do IGPP partia de um convicção, que partilhei longamente com o CRP e com a Reitoria, de que o Norte precisava (e precisa) de uma escola de lideranças políticas, autárquicas e regionais e que a CRP seria capaz e estaria idealmente posicionada para assumir esse desafio. Mais ainda quando se constatava ser uma área em grande carência, dado que a própria Universidade do Porto nunca investiu neste campo.

Aproveitar este espaço em aberto representava uma clara oportunidade para avançar nessa frente de batalha por um mundo melhor, dando-lhe bases filosóficas, culturais e espirituais e não apenas económicas, políticas e sociais. Se há área em degradação é a da política e esta iniciativa da UCP, a norte e em cooperação com Lisboa, poderia constituir uma intervenção social e cultural da maior relevância, como se veio a provar com as primeiras iniciativas.

Diziam os nossos documentos: “Acreditamos em novos paradigmas de prestação de serviços públicos, envolvendo o Estado, o terceiro sector e os privados. Nesta ótica, queremos desenvolver uma formação exigente e inovadora, dirigida a agentes autárquicos e dirigentes e funcionários da administração pública, que participam na formulação das políticas públicas e na gestão dos serviços públicos.”

Foi apresentada uma proposta de Estatutos e de modelo de sustentabilidade à Reitoria, em 2010. Esta proposta refletia a preocupação com a necessidade de repensar a relação entre poderes – governamental, económico e civil – e de fundamentar as políticas públicas. Desta ideia foi dado conhecimento desde o início ao Diretor do IEP, Professor João Carlos Espada, de quem recebi sempre acolhimento e concordância com uma iniciativa que visava fortalecer a UCP.

Ficou acordado com a Reitoria, em 2010, que se avançaria apenas com o MPA-Master in Public Administration e que o projeto de criação do IGPP viria depois. Foi o que fizemos. Estabelecemos, para o efeito, uma parceria com a Universidade de Aveiro. Até 2013, fizemos três edições do MPA, espelhadas na brochura do Curso e, em especial, no quadro dirigente da Associação de

Antigos Alunos, que cobre participantes desde Coimbra a todo o Norte de Portugal. A parceria com a Universidade de Aveiro justificou-se também por dois dos docentes nucleares do Curso serem oriundos da UA: André Azevedo Alves (um dos jovens académicos mais qualificados e promissores da sua geração) e José Manuel Moreira (professor catedrático, que foi responsável em Aveiro pela unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, com cerca de 70 investigadores e avaliada pela FCT com Muito Bom). Estes docentes, pela sua formação em economia, filosofia e ciência política, garantiam o cerne de uma abordagem interdisciplinar. Eles passaram entretanto para a Católica, para sustentarem uma estratégia de médio e de longo prazo: o investimento na criação de uma área de formação e investigação no domínio da ciência política e das políticas públicas no Porto, articulada com Lisboa (IEP), seria um projeto para 20 anos de trabalho duro e contínuo, sem hesitações da nossa parte. Tínhamos de semear bem, neste momento, para podermos, como sociedade, colher amanhã.

Do diálogo com o IEP e da experiência que se foi acumulando, surgiu a ideia de se preparar uma nova proposta à Reitoria, que passaria por abrir, no Porto, a Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais do IEP e um Mestrado em Administração e Políticas Públicas, ambos – particularmente a licenciatura – em articulação com o corpo docente do IEP e, naturalmente, com os docentes de outras áreas científicas da Católica Porto. A licenciatura seguiria o modelo existente no IEP, em Lisboa, e o Mestrado, concebido mais como um segundo ano do MPA, com um reformulação que visava permitir também uma aproximação às formações de segundo ciclo do IEP, ainda que mantendo o enfoque primordial em políticas públicas.

Esta diversificação da oferta no CRP permitia também aproveitar docentes de Direito e de outras unidades do CRP, que estavam, naquele momento, a perder alunos. Simultaneamente, os docentes do IEP Porto poderiam contribuir para enriquecer o portefólio formativo e a investigação em colaboração com outras unidades do CRP e também com Braga e Lisboa. O dossiê ficou, assim, concluído e foi entregue à Reitoria em 2013.

Entretanto, toda esta dinâmica foi descontinuada logo no ano de 2014, deitando por terra um projeto, na minha ótica, tão necessário e promissor.

## **9.6. Abertura da Universidade a novos públicos (2010)**

Uma das linhas de ação destes anos consistiu na reflexão e na ação acerca da abertura da Universidade ao que se convencionou chamar os “novos públicos”. Esta abertura não é um processo automático de alargamento a outros “públicos”

dos modos de proceder típicos da Universidade; é muito mais, pois implica que esta alargue estes modos de proceder habituais.

*“Vamos abrir mais a Universidade aos novos públicos, como se diz habitualmente, ou como diz a nossa Constituição Apostólica ‘fazer com que o conjunto crescente do conhecimento humano e uma cada vez melhor compreensão da fé sejam colocados à disposição de um público mais vasto’ (n.º 36). Nós preferimos dizer que o CRP aderiu e tomará como orientação estratégica o paradigma da Aprendizagem ao Longo da Vida. É um passo imprescindível, que requer muita reflexão interna e uma disponibilidade para acolher muitas pessoas que querem aprender, nos formatos tradicionais e em novos formatos, e querem aprender porque assim sabem que pode ser mais. Sem beliscarmos sequer o nosso perfil de Universidade, estaremos abertos a apoiar e a desafiar pessoas e instituições. Começaremos por oferecer novas oportunidades aos nossos diplomados, mas queremos sensibilizar os diplomados por outras universidades e teremos novas ofertas para a cidade e para a Região, sozinhos e em parcerias institucionais sustentadas em compromissos concretos.*

*O Plano Estratégico define o ano de 2010 como o do arranque de uma oferta estruturada do CRP, nesta área, como resultado de uma forte cooperação entre todas as Unidades de Ensino. Ficou claro, após muita reflexão, que se avança com a marca ‘Católica 4.º ciclo’ (por nós inventada) e que ofereceremos sobretudo dois produtos: um programa universitário para seniores (após os 55 anos) e um vasta oferta de cursos de curta e média duração, à semelhança dos Cursos de verão, iniciativa que manteremos de pé, mas agora também alargada aos todos períodos do ano. Em breve haverá uma apresentação e um plano, que divulgarei por todos. Para ampliarmos a oferta destes cursos curtos conto com a colaboração de todos os docentes.*

*Ousadia a mais? Não me parece. Arrojo e inconformismo, sim. Temos possibilidade de, nos próximos quatro anos, trazer ao CRP, por ano, tantos alunos seniores como alunos jovens, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos (cerca de 5000). É um desafio que está ao nosso alcance vencer.”*

Assim se fez e durante vários anos realizaram-se estes Cursos de verão, que trouxeram muitas centenas de pessoas à UCP, enriquecendo assim os laços sociais e culturais da cidade e da comunidade. Os cursos para pessoas seniores, chamados “Programa Universitário 50+, Mais saber”, estiveram e estão ainda ativos e têm constituído uma excelente oportunidade, seja de qualificação da vida de muitos cidadãos idosos, que são verdadeiros renascimentos vitais, seja de realização de novas aprendizagens para muitos professores da Universidade. O que me parece claro, hoje, é que o paradigma da UniverCidade faz renascer a Universidade.

### 9.7. A diferenciação institucional e os Seminários de Pensamento Crítico (2011)

Existe uma convicção de que o exercício da presidência do CRP foi cimentando em mim: ou as escolas católicas são realmente diferentes e mais inovadoras do que as que não o são (mormente da oferta pública estatal) ou morrem. A lógica estatista e monopolista que preside à educação como política pública acabará sempre por colocar a ordem do Estado à frente da ordem da liberdade e da autonomia da sociedade civil portuguesa. Isso tem sido claro ao longo da nossa história e, apesar de um tempo relativamente equilibrado que se viveu após os anos oitenta do século XX, essa ideologia regressou em força em 2016.

Nunca será possível pensar, neste quadro político, em sã concorrência entre projetos de educação e de investigação, pois o Estado vai procurar sempre garantir a sobrevivência dos “projetos” de iniciativa estatal, independentemente da qualidade do serviço público que prestam. Esta orientação política e este preconceito ideológico só se irão agravar com o muito grave “inverno demográfico” a que se assiste e em que Portugal é um dos campeões do mundo.

Em março de 2011, elaborei uma proposta de comunicação aos jovens e às famílias em que procurava transmitir a ideia de que a livre escolha pela UCP constitui uma opção por uma educação realmente diferente. Sempre lutei por esta ideia: ou somos diferentes ou definhamos. Como alguns pensam, não será por transportarmos o nome “católica” que sobreviveremos como instituição de ensino superior de qualidade. Dizia então:

*“Porque é que a Católica Porto deve ser a sua opção?”*

*Vivemos tempos de grande desorientação acerca do evoluir da sociedade, de grande incerteza sobre o futuro e particularmente acerca do trabalho e do emprego, de profunda crise cultural em torno dos valores que importam para uma vida pessoal e social digna para cada um e para todos.*

*A Católica constitui uma aposta segura para as famílias e para os jovens [...] e oferece uma educação sustentada numa base cultural sólida.*

*Mas o que é isso de uma base cultural sólida? Em que é que se traduz?*

1. *Uma sólida formação científica, em cada área do saber.*
2. *Um clima de proximidade: cada aluno conta, não é mais um número perdido num anfiteatro. As tutorias funcionam e os alunos são apoiados no seu esforço e no seu trabalho.*
3. *Uma Unidade Curricular sobre ‘Humanismo e Cristianismo’, que consiste, não em fazer prosélitos, mas em ajudar cada estudante a perceber-se como pessoa*

*(o que sou, o que faço aqui, que vida quero levar, que sentido tem a existência, qual o lugar do outro na minha vida, como gerar confiança na vida?), tendo como pano de fundo a proposta cristã, que nos é própria.*

4. *Seminários de Pensamento Crítico: face a este contexto social de tanta incerteza e desorientação, a Universidade Católica investe na capacidade de os seus alunos aprenderem a refletir, a optar e a agir com qualidade.*
5. *Seminários de Escrita Criativa que procuram desenvolver em cada um competências de expressão escrita e comunicação (recuperando eventuais lacunas de base e desenvolvendo capacidades de expressão escrita mais rigorosa e criativa).*

*Como vê estamos profundamente comprometidos com a formação dos nossos estudantes, com uma educação de qualidade, que forme para a vida e para uma vida com dignidade.”*

Entre as várias medidas que tomámos para vincar bem esta diferenciação institucional, que queria registar neste artigo, encontra-se a criação dos Seminários de Pensamento Crítico, lançados experimentalmente em 2011/2012 e abertos a todos os alunos do 1.º ano, sendo posteriormente alargados aos três anos das licenciaturas.

Em 2012/2013, estavam a ser progressivamente integrados nos planos de estudo das faculdades. Para o ano letivo de 2013/2014, ficou preparada a oferta dos Seminários a todos os alunos do 1.º e 2.º anos. Esta inovação, que obteve amplo reconhecimento externo e muito boa adesão interna, integrou docentes de todas as faculdades.

Uma das queixas mais comuns entre os docentes e as instituições do ensino superior traduz-se na pouca capacidade, por parte dos jovens que iniciam os seus estudos, para pensar e para pensar criticamente.

Dizíamos, então, que: *“A UCP disponibiliza aos seus estudantes não apenas informação de qualidade mas também os instrumentos que lhe permitem desenvolver a capacidade de refletir, optar e agir também com qualidade. [...]*

*Existe uma relação direta entre o estudante que pensa desta forma e a aprendizagem de novos conhecimentos a níveis mais profundos. Quem pensa de forma crítica apodera-se de novas ideias e conceitos e compreende os seus objetivos últimos; prevê as questões que esse conhecimento coloca; colige informação de maneira a obter resultados fidedignos; reflete sobre as consequências dessa informação e compreende os conceitos que ela cria, nega ou confirma; está consciente das assunções, implicações e pontos de vista inerentes à sua reflexão. O pensamento crítico permite ainda ponderar se a informação que se recebe, ou gera, é clara, precisa, relevante; profunda, abrangente, lógica; e até, em certas situações, justa. O pensamento crítico é um sistema aberto, transversal a todos os campos do saber*

*e formador de cidadãos que pensam de forma profunda e consciente nos planos científico, intelectual e cívico.”*

Este traço de diferenciação, muito bem recebido pelas famílias e pelos jovens e que implicou um trabalho muito profundo e demorado de capacitação dos docentes do CRP, foi posteriormente descontinuado.

### **9.8. Spinlogic, a inovação e a incubação de novas ideias e projetos (2011)**

Em 2011, criámos o Spinlogic, uma área de incubação de novos projetos e empresas que o CRP oferece aos seus alunos. Compreende uma área de Biotecnologia, o Biospin, de Arte, o Artspin, e de Empreendedorismo Social, o Socialspin.

O programa Spinlogic oferece um conjunto articulado de atividades direcionadas à comunidade interna e envolvente, com propostas que incluem a dinamização de atividades curriculares e extracurriculares e a motivação e sensibilização para o empreendedorismo, mas também atividades de pré-incubação e incubação de projetos e negócios e o apoio a diferentes processos de transferência de tecnologia. O Spinlogic tem uma orientação para o desenvolvimento de pessoas e das equipas de projeto, dando toda a iniciativa aos empreendedores, de modo a que sejam eles a perceber qual a viabilidade dos seus projetos. Desenvolver uma atividade empresarial é algo que implica desenvolver a capacidade de trabalhar em equipa, competências de liderança e uma enorme resiliência.

A incubação é caracterizada ainda pelos seguintes critérios: (i) as sinergias com as atividades da Universidade são determinantes; (ii) é uma enorme mais-valia a articulação muito próxima com as empresas do ecossistema empreendedor da Católica Porto que reúne as empresas nas diferentes fases de incubação, as empresas que já saíram e empresas de Alumni que mantêm relações próximas com a atividade empreendedora da Universidade. O fomento destas relações gera valor para todos; (iii) há um Professor a tutelar cada *spin* temático e mentores que acompanham os projetos conforme necessário; (iv) as preocupações éticas valorizadas por toda a comunidade da UCP estão plasmadas na cultura de autoexigência e responsabilidade de todas as empresas incubadas; (v) a componente tecnológica e inovadora está presente de forma clara em todas as áreas da Spinlogic, estejam ligadas às Artes, à Economia Social ou à Biotecnologia.

Ligar os estudantes e os professores da universidade ao empreendimento e à autonomia criadora continua a ser um dos seus motores de desenvolvimento educativo e de inovação. Há como que um “alfobre” que fervilha e pode alimentar, se bem acarinhado e estruturado organicamente, toda a vida da universidade com mais alegria, esperança e sentido de cooperação.

## 9.9. Criação da UCEditora no Porto

Em 2011, foi criada a *UCE Porto*, com a mesma marca da Universidade Católica Editora. No entanto, apesar de ser um projeto editorial académico, em ligação e cooperação com o modelo editorial desenvolvido em Lisboa, a Editora do Centro Regional do Porto da UCP passou a ser um projeto autónomo, com um plano editorial próprio. Integrando no seu catálogo a produção de pensamento original e rigoroso do quadro de docentes, investigadores e colaboradores da Universidade, a UCE procura atuar como meio privilegiado de comunicação entre a comunidade académica e a sociedade.

## 10. 2013, o ano da partida

No dia anual da UCP, que se celebrou em 1 de fevereiro de 2013, tivemos a oportunidade de receber no Porto toda a comunidade UCP. De modo breve, disse estas palavras de acolhimento:

*“Uma menção muito especial de acolhimento formal da Senhora Reitora, no Porto, no primeiro Dia da Universidade do seu mandato. Uma primeira palavra de alegria pela sua designação e pela sua presença à frente dos destinos quotidianos da Universidade; uma presença que sabemos entusiasmada, empenhada e lúcida. Uma segunda palavra é para lhe confiarmos todo o apoio e esperança, nós que a reconhecemos pela sua alegria e pelo seu sentido de construção corajosa de um futuro melhor.*

*Sabemos bem as dificuldades que a UCP enfrenta, entrincheirada que está entre políticas desajustadas e injustas de financiamento do ensino superior e as crescentes dificuldades das famílias em pagar os custos reais do ensino universitário. Mas neste momento de celebração do dia da UCP, precisamos de dizer, sem medo, que Portugal precisa de nós, como voz de uma cultura sedimentada, coerente e independente, uma voz que garante a transmissão dos valores maiores da nossa matriz cultural e uma voz que inspira confiança; este é o dia em que também devemos dizer que a Igreja Católica presente em Portugal precisa muito da sua Universidade, tecendo uma reciprocidade que nos interessa aprofundar.*

*Tudo continuaremos a fazer para prestar este serviço à sociedade e à Igreja, com humildade e com coragem, com inteligência e persistência.*

*Este é também o dia em que temos de dizer uns aos outros que continuamos disponíveis para acolher este apelo imenso e urgente que o momento presente nos lança, um apelo a um incessante recomeço: não estamos bloqueados, o rumo que o nosso país tomou não constitui qualquer fatalidade, há uma imensidão de sementes que estão a morrer e a renascer feitas novas plantas, árvores e frutos; os jovens*

*que acolhemos e educamos dizem-nos que a história está aberta, que há muitas alternativas em jogo; a UCP tem dado e continuará a dar importantes contributos para o renascimento da esperança, uma esperança alicerçada num novo compromisso social e solidário.*

*Daqui do Porto, olhando o mar, prezando a liberdade, revalorizando a cultura, abertos ao mundo, deste cais granítico, estamos certos, partiremos mais solidários para novas descobertas.”*

Passado pouco tempo, proferi uma outra intervenção no dia da entrega dos diplomas de 2013, em que fiz uma reflexão particularmente dirigida aos jovens, que creio resumir, em boa parte, aquilo que penso sobre o seu presente e futuro. Eles estão no centro das universidades e é neste presente e futuro tão incerto e instável que eles terão de encontrar o seu “tempo favorável”.

*“A minha primeira palavra é de felicitação a todos os estudantes que hoje recebem os seus diplomas: o vosso trabalho, perseverança e dedicação conduziram-vos até hoje e até aqui. E é isso que temos de celebrar, bem como o apoio e a participação das vossas famílias.*

*Sei que esta celebração está hoje algo ensombrada pela incerteza quanto ao vosso futuro profissional, num contexto em que o desemprego jovem atinge já os 40%. Esperam-vos, de modos diversos, dias difíceis, todos o sabemos, de nada vale ignorá-lo. Mas, como ontem se repetia no Santuário de Fátima, ‘não tenhais medo’.*

*O medo alimenta o medo e atrai o que há de pior na nossa vida pessoal e em comum: a desconfiança nas pessoas e nas instituições, a segregação e o fechamento de cada um e de cada família e grupo sobre si mesmo, a intolerância, a agressividade e o conflito.*

*Entre nós há muita gente a falar, de um lado e do outro das ideologias, há muita conversa gongórica e inútil e há muito pouca gente a avançar novos caminhos, projetos e iniciativas. Não vos junteis ao nacional falatório e lutai; lutai por construir iniciativas e projetos novos, à vossa medida, lutai e ajudai quem não consegue acompanhar o passo mais veloz,*

*porque tem de haver lugar para todos,*

*porque é possível uma vida em comum com mais dignidade,*

*porque o trabalho tem de chegar ao maior número e não se podem deixar 40% dos jovens fora da expressão das suas enormes potencialidades humanas e sociais e da sua autonomia e sustento,*

*porque há que vos colocar na mão novos instrumentos de participação social e novos incentivos ao empreendimento e à iniciativa,*

*porque vai valer a pena reconstruir o nosso país, com coragem, com ética e um forte sentido de justiça social.*

*A vossa geração tem nas mãos um desafio imenso, extraordinário e entusiasmante, não menor do que o da minha, que trouxe ao país a liberdade e a democracia: fazer com que a sociedade portuguesa siga por um rumo novo, sem cedências quer à fantasia política e social de um país que tem poucos recursos económicos quer à gritante desigualdade social, ao compadrio e à corrupção.*

*Pode parecer-vos escandaloso, mas o principal ativo simbólico que podeis levar para a vossa vida profissional não é o valor económico do diploma, nem será o valor patrimonial e financeiro da família ou porventura um mais fácil acesso ao crédito, o principal valor económico, social e cultural que levais é o valor relacional: sem relação o mundo fecha-se, os grupos provocam clivagens e conflitos, as pessoas perdem os laços. Ora, nesse fechamento vocês perdem a corrente, ficam sem ligações, isolam-se, perdem-se na voragem e na torrente de informação caótica que nos envolve, esgrimem as maquinações típicas do ‘salve-se quem puder’; são exatamente os laços que nos mantêm vivos e com esperança, primeiro os que promovem os nossos pais, depois os de toda a família, mais adiante os dos amigos e do conjunto da sociedade.*

*As sociedades ocidentais de hoje perdem-se num gigantesco e frenético amontoado de relações comerciais e de informações desconexas, onde cada pessoa tem cada vez mais um valor marginal ou comercial. [...]*

*Só um gigantesco investimento no valor relacional nas nossas sociedades nos pode salvar, pois sabemos bem, nesta Universidade Católica, que só o amor tudo reordena, compensa, redime e resolve.*

*Estamos aqui para vos apoiar, contai sempre connosco e faremos tudo o que estiver nas nossas mãos, ligadas às vossas, para que os dias que se avizinham sejam de efetiva construção comum e de um país melhor, com um lugar digno para cada um e para todos.”*

Voltando ao princípio e encerrando este texto. Em 2007, terminei deste modo o meu discurso de tomada de posse:

*“Não tememos o futuro, temos esperança numa UCP cada vez mais forte e a cumprir cada vez mais fielmente a missão que lhe foi confiada pela Igreja Católica. Vivemos tempos que para muitos são sempre e apenas de crise. Ora, estes tempos que temos a graça de viver são de uma enorme esperança, pois estão prenhes de novas graças e de novos desenhos sobre a humanidade dos seres humanos, de todos e de cada um dos seres humanos. E, se mais não fosse, uma instituição católica de educação só pode ser uma casa profundamente impregnada pela esperança e pela*

*alegria, porque cada dia os seres humanos que a constituem crescem, desenvolvem mais a sua identidade única, aprendem mais a viver uns com os outros em justiça e em paz, são mais. E este milagre que aqui diariamente fazemos renascer, sob a inspiração do Espírito Santo, e com muito esforço e dedicação de professores e alunos, só nos pode inundar a alma de esperança em dias melhores. Muito obrigado a todos.”*

Em julho de 2013, um conflito inesperado e insanável com a Reitoria, sobre a autonomia do CRP, levou-me a partir antes do fim do segundo mandato.

O desafio aqui fica: uma instituição de educação com cinquenta anos de história e com a inércia que lhe advém desse facto ou evolui e muda, acolhendo os “sinais dos tempos” e revisitando a sua identidade, ou vai morrendo.



## Capítulo 10

### Centro Regional de Viseu<sup>1</sup>

Aires do Couto

#### Os primórdios

A presença da Universidade Católica em Viseu remonta a 1980, ano em que funcionou pela primeira vez nesta cidade, sob tutela da Faculdade de Filosofia de Braga, o ano propedêutico do Curso de Humanidades.

Foi em 23 de novembro de 1979 que, por proposta do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa, a Faculdade de Filosofia de Braga foi incumbida de iniciar as diligências necessárias à abertura em Viseu de uma Secção, delegando no Diretor da Faculdade, Professor Júlio Fragata, a coordenação dos estudos a efetuar.

Em 4 de dezembro de 1979, o Senhor Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, constituiu uma comissão composta pelas seguintes personalidades: Cónego Celso Tavares da Silva, Padre Dr. Custódio Lopes dos Santos, Cónego Luís Gonzaga Leite Barreiros, Padre José Fernandes Vieira<sup>2</sup>, Padre Dr. Ricardo Cardoso e Padre Dr. Virgílio Lopes, para que, com o Professor Júlio Fragata, procedessem aos estudos preliminares com vista à instalação em Viseu de uma Secção da Faculdade de Filosofia de Braga. Algum tempo depois foi constituída uma comissão organizadora, presidida pelo Professor Júlio Fragata, que tinha como vogais o Cónego Celso Tavares da Silva, Reitor do Seminário Maior de Viseu, o Dr. Virgílio Lopes, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, o Dr. António Maria Alves Henriques, advogado, e o Engenheiro Fausto Gonçalves, gestor de empresas. Para trabalhar em cooperação com este grupo no plano económico,

---

<sup>1</sup> Este texto é dedicado à memória de D. José Pedro da Silva, D. António Monteiro, Professor Júlio Fragata, Monsenhor Celso Tavares da Silva, Professor Manuel de Oliveira Pulquério, Professor António Ribeiro Gomes

<sup>2</sup> O Padre José Vieira, um dos protagonistas do processo de instalação em Viseu da Universidade Católica, publicou em 1 de outubro de 1998, no n.º 4041 do *Jornal da Beira*, p. 5, um artigo intitulado “A Universidade Católica em Viseu – Evocações e breves notas históricas”, no qual recorda os principais acontecimentos que marcaram os primeiros anos da Universidade Católica em Viseu.

foi também constituída uma comissão de gestão, composta pelo Padre José Fernandes Vieira, Francisco de Almeida Inácio e Augusto Passos. A primeira reunião formal aconteceu em 29 de dezembro, com a presença do Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, que presidiu, do Diretor da Faculdade de Filosofia de Braga, Professor Júlio Fragata, do Cônego Celso Tavares da Silva, e do Padre José Fernandes Vieira.

Foi escolhido, como primeiro curso para essa Secção, o Curso de Humanidades, que acabara de ser instituído em Braga, e que viria a ser reconhecido oficialmente pelo Decreto-Lei n.º 44/80, de 9 de julho de 1980, que determinou que o curso poderia também ser ministrado na cidade de Viseu. A licenciatura em Humanidades seria regulada pela Portaria n.º 437/80, de 25 de julho.

Assim, no ano letivo de 1980-1981, funcionou pela primeira vez em Viseu, em salas do Seminário Maior da Diocese de Viseu, sob a tutela da Faculdade de Filosofia de Braga, o ano propedêutico do Curso de Humanidades, com 56 alunos, que teve o seu primeiro dia de aulas em 29 de outubro de 1980 e a sua abertura solene em 16 de novembro. Esta cerimónia, composta por cortejo académico, celebração eucarística e sessão académica, foi presidida pelo Cardeal D. António Ribeiro, Magno Chanceler da UCP, e contou não só com a presença do Reitor da UCP, Professor José Bacelar e Oliveira, de membros do Conselho Superior da Universidade, dos Diretores das suas várias Faculdades, e de um número significativo dos seus Professores, mas também com uma representação muito significativa das outras universidades portuguesas. Também o governo esteve representado, através do Ministro da Educação e Ciência, Doutor Vítor Crespo, do Secretário de Estado do Ensino Superior, Doutor Formosinho Sanches, e do Diretor-Geral do Ensino Superior. Para além do Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, e de uma numerosa representação do clero da Diocese de Viseu e de várias individualidades distritais e regionais, também estiveram presentes algumas autoridades eclesiásticas, nomeadamente o senhor Núncio Apostólico, o Arcebispo de Braga, o Bispo de Lamego, o Bispo da Guarda, e um representante do Bispo de Coimbra. A cerimónia decorreu no edifício do Seminário Maior da Diocese de Viseu, e a oração de sapiência, intitulada *Autobiografia e Petrarquismo na Lírica de Camões*, foi proferida pelo Prof. Victor Manuel de Aguiar e Silva<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A Revista *Beira Alta* dedicou o fascículo 3 do vol. XL (1981) à implantação da Universidade Católica em Viseu e às cerimónias da abertura solene, publicando os vários discursos então proferidos. Estes textos serviram-nos de base para a maior parte das referências aos primórdios da Universidade Católica em Viseu.

O curso de Humanidades funcionou em salas do Seminário Maior da Diocese de Viseu até 1983. Durante este período toda a administração do curso era feita em torno do Senhor Cónego Celso Tavares da Silva e “só em 1983, em reunião havida a 27 de setembro, se deliberou constituir um Conselho de Direção para fins académicos, composto pelo Presidente da Comissão Organizadora, pelo Secretário do Curso e Diretor em exercício (Cón. Celso) e pelos Professores em serviço de lecionação (Manuel de Oliveira Pulquério, Albino Almeida Matos e Sebastião Tavares de Pinho)”<sup>4</sup>.

### **Novas Instalações e criação do IUDPS e de novos cursos de Letras**

Decorrido pouco mais de um ano, os responsáveis pela instalação em Viseu da Universidade Católica, com destaque para o Senhor Cónego Celso Tavares da Silva, sentiram a necessidade de ver crescer a Universidade Católica de Viseu. Para tal era necessário criar novos cursos, mas isso só poderia acontecer com instalações mais amplas e definitivas. Essas instalações encontrou-as a Universidade num Lar para idosos que a Santa Casa da Misericórdia mandara construir e que ainda não estava a funcionar. Feitas as necessárias adaptações, a Universidade Católica mudou, no início do ano letivo de 1983-1984, as suas instalações para o edifício cedido pela Santa Casa da Misericórdia, o edifício central do atual *campus* sul. A transferência para as novas instalações teve lugar no dia 2 de novembro de 1983, e a inauguração solene do edifício aconteceu em 19 de novembro de 1983<sup>5</sup>.

A existência de novas instalações permitiu a concretização do tão desejado crescimento da Universidade com a criação, em 1985, do Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social (IUDPS) para ministrar o curso de Licenciatura em Gestão e Desenvolvimento Social. Dirigido pelo Prof. Nicolau Raposo, o curso começou com o ano propedêutico, no ano letivo 1985-1986, com 60 alunos, selecionados de entre cerca de 230 candidatos<sup>6</sup>. O Prof. Nicolau Raposo dirigiu o IUDPS até junho de 1993, data a partir da qual o Instituto passou a ter como diretor o Prof. Ribeiro Gomes, que se manteve nessas funções até setembro de 2005.

---

<sup>4</sup> Manuel Isidro Alves, “Vinte anos de presença da Universidade Católica em Viseu”, *Máthesis* 9 (2000), p. 11. Este Conselho de Direção foi homologado por Despacho Reitoral de 24 de outubro de 1983. (Cf. *ibidem* p. 11, n. 7.)

<sup>5</sup> Cf. Pe. José Vieira, *Jornal da Beira*, n.º 4041 (1/10/98), p. 5.

<sup>6</sup> Cf. *ibidem*.

Entretanto, em 13 de novembro de 1985, o Professor Júlio Fragata foi, por motivos de saúde, substituído na direção da Secção de Viseu da Faculdade de Filosofia de Braga pelo Prof. Albino de Matos, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Em 1989-1990, foi criado, na então Secção de Viseu da Faculdade de Filosofia de Braga, o curso de Português-Francês, e, em 1991-1992, o curso de Francês-Inglês, com licenciatura científica, pedagógica, e ramo de Tradutores-Intérpretes.

Perante o aumento na oferta de cursos e o conseqüente crescimento da Universidade Católica em Viseu houve necessidade de ampliar as instalações, tendo sido construído, com o apoio dos Programas PRODEP e PEDIP, um novo edifício (Edifício Engrácia Carrilho), inaugurado em 22 de novembro de 1992, com a presença do então Primeiro-Ministro, Prof. Aníbal Cavaco Silva.

Em 1992 a Secção de Viseu da Faculdade de Filosofia de Braga deu início à publicação da revista *Máthesis* com vista a, de acordo com as palavras de apresentação escritas pelo seu primeiro diretor, Prof. Manuel de Oliveira Pulquério, “incentivar as atividades dos nossos investigadores no domínio das línguas, literaturas e culturas clássicas e modernas, projetando no exterior a imagem do trabalho que nesta Escola de Viseu se realiza”<sup>7</sup>. Nesse mesmo ano, o IUDPS iniciou também a publicação da revista *Gestão e Desenvolvimento*, com o objetivo de, segundo o seu primeiro diretor, Prof. Nicolau Raposo, “constituir um espaço de reflexão e de aprofundamento de áreas científicas que constituem objeto de ensino no IUDPS”<sup>8</sup>.

No ano letivo 1992-1993, viria a ser criado o curso de Português-História, com licenciatura científica, pedagógica, e ramo de Defesa do Património e Dinamização Cultural, e, em 1993-1994, funcionou pela primeira vez o curso de Inglês-Alemão, com licenciatura científica, pedagógica, e também com ramo de Tradutores-Intérpretes.

## **A criação de novas Unidades Académicas e de um Centro Regional**

O funcionamento de todas estas licenciaturas na Secção de Viseu da Faculdade de Filosofia de Braga levou o Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa a criar, em 4 de dezembro de 1993<sup>9</sup>, a Faculdade de Letras da Universidade Católica, com sede em Viseu, e dirigida pelo Professor Manuel de

---

<sup>7</sup> *Máthesis* 1 (1992), p. 7.

<sup>8</sup> *Gestão e Desenvolvimento* 1 (1992), p. V.

<sup>9</sup> Manuel Isidro Alves, *op. cit.* (2000), p. 19.

Oliveira Pulquério, e, na sequência de um processo de reestruturação administrativa da UCP, o Centro Regional das Beiras, composto por três polos: Viseu, Leiria e Figueira da Foz, e presidido pelo Professor Sebastião Formosinho Sanches.

A criação da Faculdade de Letras permitiu que surgissem novos cursos de formação de professores. Assim, no ano letivo de 1995-1996, foi criado o curso de Estudos Portugueses e Ingleses e, no ano letivo de 1998-1999, foi oferecido em Viseu o primeiro mestrado da área das Letras: o mestrado em História da Época dos Descobrimentos Portugueses, a que se seguiram vários outros. No ano letivo seguinte foi criada a licenciatura de Estudos Portugueses e Alemães, e, em 2000-2001, começaram a funcionar os cursos de Estudos Portugueses e de História em resultado da cisão do curso de Português-História.

Em 22 de maio de 1996, foi criada uma nova unidade académica: a Escola Superior de Ciências e Tecnologia, dirigida pelo Professor Formosinho Sanches, na qualidade de presidente da Comissão Instaladora<sup>10</sup>. Esta nova unidade incluía os cursos de Matemática, em Viseu, e de Engenharia Industrial, na Figueira da Foz, passando a oferecer em Viseu, no ano letivo de 1999-2000, também uma licenciatura em Informática.

Em 1998-1999, também o IUDPS passou a integrar uma licenciatura em Informática de Gestão.

## O Contrato-Programa com o Estado

O surgimento de novos cursos e o conseqüente aumento do número de alunos<sup>11</sup> levou à necessidade de o Centro Regional de Viseu ter uma Biblioteca que pudesse satisfazer as necessidades de todos os seus alunos, pelo que, no final dos anos 90, começou a ser construído, com apoios do PRODEP, num terreno (o atual *campus* norte) cujo direito de superfície fora cedido à Universidade Católica pelo Seminário Maior de Viseu em 22 de novembro de 1992, um edifício de quatro andares para o funcionamento exclusivo da Biblioteca e composto por espaços para arquivo, gabinetes administrativos, vários gabinetes e duas salas de leitura, bem como alguns gabinetes para docentes. Este Edifício, a que foi dado o nome de Biblioteca D. José Pedro da Silva, foi inaugurado em 19 de fevereiro de 1999, com a presença do então Ministro da Educação, Professor Marçal Grilo.

<sup>10</sup> Cf. *ibidem*, pp. 19-20.

<sup>11</sup> No final dos anos 90, o Centro Regional das Beiras chegou a ter perto de 1500 alunos (mais de 1200 em Viseu e cerca de 250 em Leiria e na Figueira da Foz).

Foi precisamente na sessão solene da inauguração deste edifício que o processo relativo à assinatura de um contrato-programa entre o Estado e a Universidade Católica Portuguesa, que se vinha arrastando há anos, teve desenvolvimentos decisivos<sup>12</sup>, de tal forma que, em 1 de outubro de 1999, a Universidade Católica Portuguesa e o Estado assinaram, pela primeira vez, um contrato de desenvolvimento, que permitia a todos os alunos do Polo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa (CRB/UCP) frequentarem cursos de ensino universitário de formação inicial em condições similares às dos alunos do ensino superior público, isto é, permitia que os alunos do CRB/UCP – Polo de Viseu apenas pagassem uma propina de valor igual à propina máxima fixada para o ensino superior público. A diferença entre o valor da propina praticada pelo CRB/UCP – Polo de Viseu e o valor da do ensino superior público constituía o financiamento compensatório que o Estado disponibilizava ao CRB/UCP – Polo de Viseu, ao longo de cada ano vigente do referido contrato. Este contrato foi denominado Contrato-Programa e vigorou no Polo de Viseu do CRB/UCP entre 1999 e 2015, tendo, no entanto, sofrido alterações várias ao longo dos anos:

- O 1.º Contrato-Programa foi, como referimos, assinado em 1 de outubro de 1999 pelo Reitor da UCP, Professor Manuel Isidro Alves, e pelo Ministro da Educação, Professor Eduardo Marçal Grilo, pelo período de 4 anos, até 30 de setembro de 2003, e englobava os alunos de todos os cursos em funcionamento no Polo de Viseu em 1999: Humanidades, Português-Francês, Francês-Inglês, Inglês-Alemão, Português-História, Estudos Portugueses e Ingleses, Estudos Portugueses e Alemães, Estudos Portugueses e História, todos da Faculdade de Letras; Gestão e Desenvolvimento Social e Informática de Gestão, do IUDPS; e Matemática e Informática, da Escola Superior de Ciências e Tecnologia.
- O 2.º Contrato-Programa, também celebrado pelo mesmo período de 4 anos, teve início em 1 de outubro de 2003 e terminou em 30 de setembro de 2007, englobando os cursos contemplados no 1.º contrato, embora num processo de *phasing out*<sup>13</sup>, e foi alargado ao curso de Medicina Dentária, que, entretanto, se iniciara no ano letivo 2000-2001, mas financiando somente os alunos que ingressassem no 1.º ano do curso a partir do ano letivo 2003-2004.

---

<sup>12</sup> Cf. Manuel Isidro Alves, *op. cit.* (2000), p. 20.

<sup>13</sup> Na sequência do processo de *phasing out*, o 1.º ano desses mesmos cursos deixou de ser financiado, mantendo-se apenas, durante os anos em falta para a conclusão do curso, o financiamento aos alunos que já tinham beneficiado do contrato-programa nos anos anteriores.

- O 3.º Contrato-Programa, pelo mesmo período de 4 anos, teve início em 1 de outubro de 2007 e terminou em 30 de setembro de 2011, mas passou a contemplar apenas os alunos do Mestrado Integrado em Medicina Dentária.
- A partir do ano letivo de 2011-2012 foram somente celebrados contratos anuais, resultantes de prorrogações do último Contrato-Programa plurianual assinado (2007-2011), com sucessivas reduções nos financiamentos, o que levou a que as propinas pagas pelos alunos não bolseiros abrangidos pelo Contrato-Programa se tivessem tornado bastante mais elevadas do que as pagas pelos alunos das universidades públicas.

Em 2015, o Estado, por decisão do atual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professor Manuel Heitor, acabou em definitivo com o Contrato-Programa que financiava, ainda que apenas parcialmente, os alunos do Mestrado Integrado em Medicina Dentária.

### **A Medicina Dentária e outros cursos**

Como já foi referido a propósito do Contrato-Programa, no ano letivo 2000-2001 teve início a docência da licenciatura em Medicina Dentária, num novo edifício do *campus* norte, construído com apoios do PRODEP especificamente para o funcionamento do curso de Licenciatura em Medicina Dentária, curso que, no ano letivo de 2006-2007, e no âmbito do Processo de Bolonha, passou a Mestrado Integrado.

Em 2001 foi inaugurada a Clínica Dentária Universitária e teve início a licenciatura em Arquitetura, curso que, com o processo de Bolonha, também passou a Mestrado Integrado no ano letivo de 2006-2007.

Saliente-se que desde o ano 2000, o curso de Medicina Dentária e a sua Clínica Dentária Universitária, enquanto principal estrutura de apoio ao ensino clínico, têm-se assumido não apenas como uma estrutura de referência no ensino da medicina dentária, mas, acima de tudo, como um centro de referência, funcionando como um elemento aglutinador das atividades de promoção da saúde oral e prestação de cuidados diferenciados, efetuando em média mais de seis mil consultas por ano. Neste âmbito, a Clínica Universitária assinou, até hoje, mais de três dezenas de protocolos com várias empresas e instituições da região, a maior parte das quais IPSS, com vista a proporcionar condições especiais nas consultas da clínica e a contextualizar o estabelecimento de sinergias no plano educacional e na promoção da saúde pública. A título exemplificativo,

refira-se que só em 2014 e 2015 foram realizadas várias centenas de consultas a cidadãos portadores de deficiência de instituições da Região de Viseu, muitas delas *pro bono*.

Em 2014, o curso de Medicina Dentária do Centro Regional de Viseu da UCP foi integrado, como membro de pleno direito, na *Association for Dental Education in Europe* (ADEE), facto que, além de traduzir um sinal de reconhecimento internacional, permite que a Escola esteja a par e a participar ativamente na definição das políticas de ensino superior nesta área específica do ensino médico.

Ainda no ano letivo de 2000–2001, funcionou a primeira edição de um mestrado na área das Ciências da Educação, a que se seguiram, até hoje, inúmeras edições em especializações variadas.

No ano letivo 2002–2003 funcionou pela primeira vez o mestrado em Gestão, que tem, desde então, tido inúmeras edições em várias especializações. E no ano letivo seguinte a licenciatura de Gestão e Desenvolvimento Social foi transformada em licenciatura em Gestão.

Em 18 de julho de 2003, na sequência de uma grave crise financeira que perturbou fortemente o normal funcionamento do centro regional, foi nomeado como presidente do Centro Regional das Beiras o Professor Cândido Manuel Passos Morgado, antigo Reitor da Universidade da Beira Interior, que se manteve no cargo até 12 de março de 2006.

Em 12 de fevereiro de 2004, o Professor Manuel de Oliveira Pulquério deixou, por ter atingido o limite de idade, a direção da Faculdade de Letras, tendo então sido nomeado para o lugar de Diretor da Faculdade de Letras o Professor Aires do Couto.

No ano letivo de 2004–2005 foi criada, no IUDPS, a licenciatura em Serviço Social e, na Faculdade de Letras, a licenciatura em Turismo e Património.

## **Reestruturação e encerramento dos polos de Leiria e da Figueira da Foz**

Em 2005, a crise académica e financeira que afetou o Centro Regional das Beiras levou a que fossem tomadas medidas de reestruturação drásticas, nomeadamente o encerramento do Polo de Leiria<sup>14</sup> e a reformulação orgânica do

---

<sup>14</sup> O número dos alunos do Polo de Leiria foi reduzindo ao longo dos anos, acumulando prejuízos sucessivos, ano após ano, tornando inviável a sua manutenção em funcionamento.

Centro Regional, extinguindo-se a Faculdade de Letras<sup>15</sup>, o Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social, e a Escola Superior de Ciências e Tecnologia, que deram lugar a uma estrutura departamental, constituída por quatro departamentos:

- Letras;
- Economia, Gestão e Ciências Sociais;
- Ciências da Saúde;
- Arquitetura, Ciências e Tecnologia.

Em 23 de março de 2006, foram nomeados os diretores destes departamentos: respetivamente, Prof. Aires do Couto; Prof. António Rafael Amaro; Prof. António Silvério Cabrita; e Prof. Jorge Julião.

Em 13 de março de 2006, após um período profundamente marcado por vários processos judiciais que surgiram na sequência da profunda reestruturação levada a cabo durante o mandato do Professor Passos Morgado e que levou ao despedimento coletivo dos docentes do Polo de Leiria e de vários docentes do Polo de Viseu, assumiu o cargo de Presidente do Centro Regional das Beiras o então diretor da Faculdade de Letras, Professor Aires do Couto.

Em 2007, o reduzido número de alunos que frequentavam o Polo da Figueira da Foz levou ao seu encerramento e à transferência dos seus alunos e de alguns dos seus professores para a Faculdade de Engenharia que funcionava em Sintra.

No ano letivo de 2007–2008 tiveram início os mestrados em Serviço Social e em Enfermagem Médico-Cirúrgica, este último oferecido em Viseu através do Instituto de Ciências da Saúde da UCP. Foi neste mesmo ano que funcionou pela primeira vez um curso de doutoramento em Viseu: o doutoramento em Linguística e Ensino de Línguas, ao qual se seguiu, em 2008–2009, o doutoramento em Ciências da Educação, numa parceria com a Faculdade de Educação e Psicologia do Centro Regional do Porto.

Em 2009 foi criado o curso de licenciatura em Ciências Biomédicas, que teve o seu início ainda no ano letivo 2009–2010.

Paralelamente à oferta de cursos conferentes de grau, o Centro Regional de Viseu da UCP tem oferecido, ao longo dos anos, variada formação não

---

<sup>15</sup> A Faculdade de Letras foi a maior unidade académica do Centro Regional de Viseu. Chegou a ter cerca de 800 alunos em 2000/2001 e diplomou, desde 1985, ano em que saíram para o mercado de trabalho os primeiros 31 licenciados em Humanidades, perto de 2000 estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento. Sobre a história da Faculdade de Letras em Viseu, veja-se Aires Pereira do Couto, “25 anos de Letras em Viseu”, *Máthesis* 15 (2006), pp. 9–15.

conferente de grau, nomeadamente pós-graduações, formações avançadas e formação contínua, que tem contribuído para a cada vez mais indispensável formação ao longo da vida de vários milhares de formandos. No ano letivo 2013-2014 foram também criados, no âmbito dos mestrados em Ciências da Educação do Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais, os Centros de Dislexia e de Hiperatividade, que têm vindo a desenvolver quatro linhas centrais de atuação: investigação, formação, avaliação e intervenção.

Terminados os mandatos dos diretores de departamento nomeados em 2006, tomaram posse, em 28 de setembro de 2009, os novos diretores do Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais e do Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologia, respetivamente, Professor Paulo Pereira e Professor Fernando Gonçalves. Nesta mesma data foi reconduzido o diretor do Departamento de Letras, Professor Aires do Couto, e assumiu a direção do Departamento de Ciências da Saúde o diretor do Instituto de Ciências da Saúde da UCP, Prof. Alexandre Castro Caldas.

### **Encerramento de cursos**

A redução do número de candidatos ao ensino superior que, por razões demográficas e económicas, se fez sentir nos últimos anos, levou a que alguns cursos do Centro Regional das Beiras tivessem de ser encerrados por falta de alunos. Foi o que aconteceu, em 2004, com as licenciaturas em Matemática e em Informática de Gestão, em 2006, com a licenciatura em informática, em 2015, com a Licenciatura e o Mestrado em Serviço Social e, em 2016, com o Mestrado Integrado em Arquitetura. Entretanto, também os diferentes cursos de letras foram, desde o ano 2000, gradualmente encerrando por falta de alunos, de tal forma que o Departamento de Letras, por ter deixado de ter qualquer atividade de natureza académica desde 2014, foi mesmo extinto em 3 de fevereiro de 2016<sup>16</sup>.

### **Projetos Internacionais e Investigação**

Desde 2003, ano do início do primeiro projeto europeu de investigação financiado pela União Europeia, o Centro Regional de Viseu da Universidade Católica coordenou vários projetos europeus sobre a temática da intercompreensão e participou noutros como parceiro, todos eles financiados por fundos europeus:

---

<sup>16</sup> Despacho ADM/0128/2016.

EU&I – Intercompreensão em onze línguas europeias, projeto coordenado pelo CRViseu e desenvolvido entre 2003 e 2006 por um conjunto de 13 parceiros de 11 países.

REDINTER – Rede Europeia de Intercompreensão, projeto coordenado pelo CRViseu e desenvolvido entre 2008 e 2011 por um conjunto de 28 instituições parceiras, oriundas de 11 países.

INTERMAR, desenvolvido entre 2011 e 2013 por um conjunto de 18 instituições parceiras, oriundas de 11 países, e coordenado pelo CRViseu.

CINCO – Leonardo Transferência de Inovação, projeto coordenado pelo CRViseu que decorreu entre 2011 e 2013, com a participação de 17 instituições parceiras, provenientes de 5 países.

INTERMOVE – projeto que decorreu entre 2015 e 2017, e que visou desenvolver competências linguísticas básicas e transversais necessárias à participação de cidadãos europeus em atividades de mobilidade profissional ou de formação, através da utilização de uma abordagem de intercompreensão. Foram 5 os parceiros de instituições universitárias europeias que nele participaram.

INCHIPE – Este projeto, a decorrer entre 2015 e 2018, com a participação de 8 parceiros de universidades de Portugal, Espanha, Áustria, Peru e Chile, visa o desenvolvimento da internacionalização de universidades de países não europeus em cooperação internacional e contribuir para a criação de redes internacionais.

EVAL-IC (Évaluation des compétences en intercompréhension: réception et interactions plurilingues) – projeto coordenado pelo CRViseu e pela Universidade de La Réunion, composto por 14 universidades de 9 países, e que decorre entre 2016 e 2019.

Nos últimos anos, e paralelamente ao desenrolar dos projetos europeus de investigação em intercompreensão referidos, está a ganhar força no Centro Regional de Viseu uma nova linha de investigação centrada essencialmente na área da saúde e que tem sido desenvolvida no âmbito do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS), centro de I&D pertencente ao Instituto de Ciências da Saúde da UCP que, em 2015, foi sediado no Centro Regional de Viseu, e que tem como diretora uma docente do ICS-Viseu, a Professora Marlene Barros. No seu âmbito, tem-se desenvolvido investigação em medicina dentária com vista à promoção, prevenção e aplicações em saúde oral, bem como investigação em biomedicina, feita essencialmente no laboratório

*SalivaTec*, laboratório financiado em 2014 pelo programa Mais Centro, no âmbito do projeto OVISLAB, desenvolvido em parceria com o Instituto Politécnico de Viseu.

No âmbito da investigação em Medicina Dentária, e em ligação ao meio empresarial e académico, merecem destaque vários protocolos de colaboração com empresas e universidades nacionais e internacionais, em vista da promoção, prevenção e aplicação em saúde oral. Já no que respeita à investigação em biomedicina desenvolvida no Laboratório *SalivaTec*, esta visa essencialmente dois tipos de estudos: a produção de ferramentas bioinformáticas para o estudo das moléculas e a sua identificação em amostras clínicas para encontrar mecanismos de doença e para validar biomarcadores. A investigação em biomedicina é desenvolvida com vários parceiros nacionais e internacionais através de vários projetos, tal com acontece, por exemplo, com o recente projeto “Molecular insight into Autism Spectrum Disorder (ASD)” que procura pistas moleculares na saliva de crianças com diagnóstico de Doença do espectro do Autismo, para permitir a estratificação destes indivíduos no sentido de direcionar e antecipar as intervenções terapêuticas. Este projeto, coordenado pelo CIIS e tendo como parceiros o Biobanking and BioMolecular Resources Research Infrastructure – European Research Infrastructure Consortium (BBMRI-ERIC) através dos seus membros da Biomedical Research Foundation Academy of Athens e o Infrastructure for Systems Biology Europe através de dois dos seus membros, o Molecular Cell Physiology, mais precisamente o grupo de Systems Bioinformatics da Vrije University of Amsterdam, e o Max Delbrueck Center for Molecular Medicine, foi aprovado pelo Consórcio Coordinated Research Infrastructures Building Enduring Life (Corbel).

A investigação feita no *SalivaTec* tem-se alargado também ao estudo do cardo, como coagulante do queijo, tendo sido aprovado um projeto liderado pela UCP (I cheese – Cynara Innovation for best cheese) a desenvolver entre 2017 e 2020 por um conjunto de nove instituições universitárias e empresariais. Este projeto de investigação tem como objetivo a valorização do sector dos queijos que usam flor de cardo como coagulante, garantindo um fornecimento seguro e sustentável e contribuindo para a promoção da competitividade das PME do sector dos laticínios.

Estes são apenas alguns dos projetos de investigação que decorreram ou decorrem no CRViseu e através dos quais se procura que a investigação e a transferência de conhecimento aconteçam numa relação privilegiada com a sociedade.

## No caminho do futuro

Depois desta breve viagem pelos 37 anos de Universidade Católica em Viseu, que, em 30 de outubro de 2015, viu o Conselho Superior da UCP aprovar, por unanimidade, a alteração da designação “Centro Regional das Beiras” para “Centro Regional de Viseu”<sup>17</sup>, pensamos que, apesar das dificuldades que têm assolado este Centro Regional e dos momentos altos e baixos que têm marcado a sua existência, ele sempre se soube reestruturar e adaptar às diferentes realidades que, ao longo dos tempos e conjunturalmente, foram marcando a realidade do ensino superior em Portugal. Não restam dúvidas sobre os relevantes serviços prestados pela Universidade Católica em Viseu ao longo de quase quatro décadas, particularmente em prol da cultura, da formação e do desenvolvimento de toda a região das Beiras. Foram, desde 1985, ano em que se diplomaram os primeiros 31 licenciados em Humanidades, cerca de 4000 os diplomados pela Universidade Católica de Viseu: mais de 3000 Licenciados, várias centenas de Mestres e algumas dezenas de Doutores, diplomados que, indubitavelmente, muito contribuíram para o desenvolvimento da Região. Recorde-se uma vez mais – nunca é demais fazê-lo – que foi esta instituição da Igreja a primeira a procurar dar resposta aos anseios das gentes de Viseu no âmbito do ensino superior, e que continua a ser a única instituição de ensino universitário em Viseu.

Estamos, pois, convictos de que o CRViseu da Universidade Católica, pela importância que tem para a cidade de Viseu e para a Região, vai, com o apoio de todos, continuar, na senda do futuro, a desenvolver o seu projeto e a sua missão, reforçando o modelo de ensino sustentado na investigação e na internacionalização, e procurando aumentar, até porque possui capacidade de crescimento, o número de alunos nacionais e internacionais nas duas grandes áreas que compõem a sua atual oferta formativa: a saúde e a gestão.

---

<sup>17</sup> Despacho NR/1290/2015. A alteração de designação deveu-se ao facto de, desde 2008, com o encerramento dos polos de Leiria (em 2005) e da Figueira da Foz (2007), o Centro Regional das Beiras desenvolver a sua atividade exclusivamente no *campus* de Viseu, pelo que a designação “Beiras” já não fazia sentido.



Parte III

**FACULDADES E INSTITUTOS**



## Capítulo 11

### Faculdade de Filosofia de Braga

José Rui da Costa Pinto SJ

Expulsos de Portugal pela revolução republicana de outubro de 1910, só em 1920, os jesuítas portugueses recomeçaram os estudos filosóficos, primeiramente no *Colegio del Pasage*, em La Guardia, e, no ano seguinte, no Mosteiro Santa Maria, em Oya, povoação da Província de Pontevedra (Espanha). Por Decreto de 23 de janeiro de 1932, o governo de Madrid dissolveu a Companhia de Jesus e apoderou-se dos seus bens, ao mesmo tempo que proibiu as demais ordens religiosas de dedicar-se ao ensino. A ordem de dissolução e despejo em La Guardia e em Oya foi intimada pelo governador civil na tarde de 3 de fevereiro, tendo-se iniciado, no dia seguinte, a dispersão das comunidades. Entretanto, os 28 estudantes de filosofia de Oya já se tinham transferido, nas férias de Natal de 1931, para o antigo convento dos Jerónimos de Santa Marinha da Costa (Guimarães), onde permaneceram até 1934. No dia 3 de outubro deste ano, ao cair da tarde, vieram instalar-se em Braga, num edifício que pertencera aos jesuítas, antes de 1910 e que fora Residência e Casa de Exercícios, e que tinha sido comprado pela Diocese ao Governo, em 1914, e onde funcionava o Seminário Diocesano. De acordo com relato da época, “os primeiros dias passaram-se em acomodações, de modo que a *lectio brevis* apenas pôde ser no dia 9”<sup>1</sup>. Era, assim, instituída a nova comunidade dos estudantes de filosofia sob a designação de “*Bracarense Collegium Maximum B. Michaëlis Carvalho*”, conforme se lê no “*Catalogus Provinciae Lusitanae Societatis Iesu*” de 1935. A designação de “*Instituto Filosófico B. Miguel de Carvalho*” só aparecerá no *Catálogo* de 1938. Nesta data e conforme é referido no mesmo *Catálogo*, era Reitor o P. Rodolfo Sarreira e integravam o corpo docente os PP. Cassiano Abranches (ontologia e textos de S. Tomás), Adrião de Azevedo (introdução à filosofia e história da filosofia antiga), António Carvalho (história da filosofia moderna), António da Cruz (teodiceia), António Durão (ética e direito natural), José de Oliveira (dialética e crítica) e o escolástico Alfredo Queirós (antropologia).

---

<sup>1</sup> *Ecos da Província de Portugal S.I.*, II Série, Ano IX, n.º 10 (1934), p. 74.

É curioso referir que o Instituto Filosófico Beato Miguel de Carvalho, sediado na Rua de S. Barnabé, n.º 42 (Braga), é constituído como “associação” de “natureza canónica” em 20 de novembro de 1940, junto do Governo Civil do Distrito de Braga (código de referência: PT/SGMAI/GCBBR-G/H-A/002/00121). E em 1942, os estudos de Filosofia nele ministrados são declarados, pelo Ministério da Educação Nacional, “curso superior de ciências filosóficas”, sendo concedido, “aos indivíduos nele habilitados”, “o diploma de ensino particular liceal para as disciplinas de português, latim e filosofia”<sup>2</sup>.

Em 1945, fundou-se a *Revista Portuguesa de Filosofia* apresentada como “Secção trimestral de ciências filosóficas da *Brotéria*, sob o patrocínio do Instituto de Filosofia do B. Miguel de Carvalho, de Braga” e cuja Direção foi constituída pelos PP. Domingos Maurício, Cassiano Abranches, Severiano Tavares e Diamantino Martins. Nas palavras dos seus fundadores, “a *Revista Portuguesa de Filosofia* sai a campo como modesta contribuição de luta contra” “um fatalismo histórico inibitório das ciências puramente especulativas, e particularmente da criação de uma tradição metafísica” (p. 7). Dois anos mais tarde, a Revista autonomiza-se e, embora mantendo a mesma Direção, apresenta-se agora como “publicada pelos Professores do Instituto de Filosofia B. Miguel de Carvalho, de Braga”.

O grande momento que rasga novos horizontes ao Instituto e lhe possibilita maior visibilidade e afirmação aconteceu em 22 de abril de 1947, data em que é reconhecido, pela Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades (Prot. Num. 463/47), como Faculdade Pontifícia, com o direito de conceder graus académicos em Filosofia aos estudantes jesuítas que frequentem os seus cursos. Para se cumprir o estipulado nos *Estatutos das Faculdades da Companhia de Jesus* (n.º 21), são propostos para Professores Ordinários (Catedráticos) os PP. Cassiano Abranches, António Durão, Diamantino Martins e Severiano Tavares e para Professores Extraordinários (Associados), os PP. Joaquim Almeida, António Leite e António Soares Pinheiro. O decreto da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades é lido solenemente, no Instituto de Filosofia B. Miguel de Carvalho, no dia 1 de junho e, neste mesmo dia, é nomeado primeiro Reitor da nova Faculdade o P. Paulo Durão, SJ. Comunicada ao Ministério da Educação Nacional, pelo P. Provincial, a ereção da nova Faculdade Pontifícia de Filosofia, o Ministro F. A. Pires de Lima exarou o seguinte despacho: “Agradeça-se a comunicação e manifeste-se o regozijo deste Ministério pela criação de mais um instituto de altos estudos” (20-6-1947). No dia 31 de outubro, sob a presidência do Arcebispo de Braga e com a presença das autoridades civis, militares e académicas, teve lugar a inauguração solene dos Estudos que “se

<sup>2</sup> *Diário do Governo*, 31 de julho de 1942, II série, n.º 177, p. 4048.

revestiu de desusada solenidade”. A “oração de sapiência” esteve a cargo do P. Paulo Durão, SJ que dissertou sobre *A Missão duma Faculdade de Filosofia*.

A par da docência, a dedicação à investigação marcou, desde o início, a atividade do corpo docente da nova Faculdade de que são testemunho indismutável, os textos publicados na *Revista Portuguesa de Filosofia*, a participação em diversos Congressos Internacionais e “a publicação duma coletânea de estudos subordinada ao título geral *Filosofia*”, iniciada em 1949, com dois volumes: *A Filosofia Política de Suárez*, da autoria de Paulo Durão e *Inéditos de Filosofia em Portugal*, de Manuel G. da Costa e que seria enriquecida, um ano mais tarde, com um terceiro volume intitulado *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga, dos séculos IV a VII*, da autoria do P. Mário Martins.

Um momento particularmente significativo na história desta incipiente Faculdade foi a realização, juntamente com a Câmara Municipal de Braga, dum Congresso sobre Francisco Sanches integrado nas solenes comemorações do IV centenário do nascimento do filósofo renascentista e que teve lugar em Braga, nos dias 9 e 10 de novembro de 1951. Nele participaram eminentes especialistas da obra do *Philosophus et Medicus Doctor*, oriundos das universidades portuguesas de Coimbra (Prof. Doutor Joaquim de Carvalho), Lisboa (Prof. Doutor Artur Moreira de Sá) e Porto (Prof. Doutor Luís de Pina), da Faculdade Pontifícia de Filosofia (Prof. P. Severiano Tavares) e das universidades francesas de Bordeaux (Prof. Joseph Moreau), Toulouse (Prof. Doutor Sendrail) e Montpellier (Profs. Rocha Brito e João Batista Aquarone). E durante este mesmo Congresso, na noite de 9 de novembro, a cidade de Braga pôde rejubilar ao assistir ao primeiro doutoramento em Filosofia outorgado pela Faculdade Pontifícia de Filosofia ao P. Lúcio Craveiro da Silva, SJ, insigne académico que deixaria marcas indeléveis na Faculdade de Filosofia – de que foi professor e Diretor – e na Universidade de Minho – de que foi o 1.º Reitor eleito e Presidente do Conselho Cultural. De acordo com relatos da época, “O doutoramento soleníssimo realizou-se não no edifício da Faculdade, mas na Igreja do antigo Colégio de S. Paulo, evocando a memória de Francisco Sanches que, muito provavelmente, nele foi aluno [...]. Sob a presidência de Sua Ex.cia Rev.ma o Snr. Arcebispo Primaz, com a assistência das autoridades civis e militares e com uma luzida representação das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, tomou lugar na Igreja o doutorando e os arguentes da tese. Depois de algumas palavras de apresentação do Reitor da Faculdade e da apresentação da tese feita pelo doutorando, procedeu-se à defesa da mesma, intitulada *A Idade do Social*, tendo arguido os Revs. Professores Paulo Durão Alves e Severiano Tavares”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia* VIII (1952), p. 79.

O primeiro grande acontecimento *ad extra* que granjeou enorme notoriedade e prestígio à Faculdade foi a realização do I Congresso Nacional de Filosofia que teve lugar em Braga, de 9 a 13 de março de 1955. Durante cerca de dois anos, docentes e alunos trabalharam afincadamente na sua organização, sob a coordenação do P. Severiano Tavares, Secretário-Geral do mesmo, que viria a falecer repentinamente, vítima de doença cardíaca, dois meses antes do seu início, a 10 de janeiro, com apenas quarenta e sete anos de idade. Sucedeu-lhe, nesta tarefa, o P. Bacelar e Oliveira.

O Congresso visava três objetivos fundamentais: estabelecer um primeiro contacto franco e amplo entre a generalidade dos nossos Filósofos e Pensadores; realizar uma atividade científica tendente a explorar os rumos atuais preferidos pelos cultores da Filosofia em Portugal, no campo doutrinário e histórico; abrir caminho a uma cooperação mais intensa dos sectores docentes entre si e destes com os grupos culturais autónomos<sup>4</sup>. Foi tema geral do Congresso “*A Ciência Filosófica, seu conceito, determinações e problemas*” e tema especial “*História da Filosofia em Portugal*”. A Comissão Executiva foi presidida pelo Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva e foi Secretário o Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira. O número de congressistas inscritos foi de 373, dos quais apresentaram comunicações oitenta e um prestigiados académicos e pensadores, nacionais e estrangeiros, nomeadamente, Delfim Santos, Arnaldo de Miranda e Barbosa, Adolfo Muñoz-Alonso, Artur Moreira de Sá, Eduardo Abranches de Soveral, Alexandre Fradique Morujão, Manuel Antunes, José Maria da Cruz Pontes, Luís de Pina, Eleutério Elorduy, Francisco Elías de Tejada, Francisco José Gama Caeiro, José Enes, Joseph Moreau, Michele Federico Sciacca, Alois Dempf e todos os docentes da Faculdade. E estiveram presentes, com representação oficial, as Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto (Portugal), Rio de Janeiro, Baía e Belo Horizonte (Brasil), Madrid, Sevilha, Compostela, Oviedo, Salamanca, Burgos e Valladolid (Espanha), Bordéus (França), Munique (Alemanha), Génova (Itália) e Buenos Aires (Argentina) e muitas instituições portuguesas e estrangeiras. O impacto do Congresso ficou bem patente nas crónicas publicadas em diversas revistas, aquém e além-fronteiras, tais como, *Brotéria*, *Lumen*, *Filosofia*, *Pensamiento*, *Revista de Filosofia* e *Revue Philosophique de Louvain*.

Nos finais de 1953, alguns docentes da Faculdade começaram a lecionar um Curso de Filosofia no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto, a convite do seu Diretor, Prof. Doutor Luís de Pina. Nele se matricularam 90 alunos, o que diz bem do interesse que o curso despertou. Ao mesmo tempo, reforçaram a sua participação em inúmeros congressos nacionais

<sup>4</sup> Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia* XI – II / 3-4 (1955), p.VIII.

e internacionais expandindo, assim, a presença da Faculdade. Entre 1948 e 1958, os professores da Faculdade participaram em mais de vinte congressos e eventos científicos!<sup>5</sup>.

De 7 a 9 de junho de 1957, promovido pela Faculdade de Filosofia e pela Câmara Municipal de Braga, realizou-se o I Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos. Presidiu à sessão inaugural o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, em representação do Senhor Ministro. O Colóquio contou com o contributo de ilustres académicos, tais como, Francisco José Veloso, Mário Martins, Lúcio Craveiro da Silva, George Gaillard e Arnaldo de Miranda e Barbosa e, aproveitando a ocorrência deste Colóquio, realizou-se, na noite do dia 8, na Biblioteca da Faculdade, o doutoramento do P. Vitorino de Sousa Alves. Presidiu o Senhor Arcebispo Primaz e assistiram ao ato o Senhor Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes e Professores das Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Madrid, Santiago de Compostela, Lille e Londres. A arguição da tese, intitulada “*Dialéctica do Espaço e Tempo*”, esteve a cargo dos Profs. Cassiano Abranches e Júlio Fragata. Foi o segundo doutoramento acontecido na Faculdade e o brilho das provas mereceu honras televisivas e foi elogiosamente referido na imprensa escrita.

Na sequência do I Congresso Nacional de Filosofia e dando corpo a um dos votos expressos na segunda parte da Ata de encerramento do mesmo – “realização de Colóquios, em sectores especializados e mais restritos que o dos Congressos” – a Faculdade de Filosofia e o Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto realizaram conjuntamente o I Colóquio de Estudos Filosóficos – *História da Filosofia em Portugal* (Braga e Porto, 7 a 9 de março de 1959). O Colóquio girou à volta de dois grandes polos: o primeiro referente ao período clássico e concretizado no tema “*Pedro da Fonseca e a sua obra metafísica*”; o segundo relativo ao período recente e centrado no tema “*Leonardo Coimbra e o sentido da sua contribuição filosófica*”. O debate do primeiro tema teve lugar, no dia 7, na Faculdade de Filosofia. Foi relator o Prof. Cassiano Abranches e nele intervieram, entre outros, os Profs. Lúcio Craveiro, Júlio Fragata e Vitorino de Sousa Alves, todos da Faculdade de Filosofia. Neste mesmo dia, à noite, realizou-se uma sessão comemorativa do 25.º aniversário da fundação do Instituto de Filosofia B. Miguel de Carvalho, tendo sido conferencistas os Profs. Luís de Pina, Bacelar e Oliveira e Paulo Durão. No dia 8, para além duma exposição das antigas Bibliografias Filosóficas Portuguesas, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, teve lugar, na Faculdade de Ciências, um Colóquio entre

<sup>5</sup> Cf. Paulo Durão – “Rememorando 25 anos de atividades”. In: *Revista Portuguesa de Filosofia* XV / 3 (1959), pp. 230-231.

professores subordinado ao tema “*Problemas concernentes à relação entre Conhecimento Metafísico, Filosofia da Cultura e Filosofia das Ciências*”, tendo sido relator o Prof. A. de Miranda e Barbosa, da Universidade de Coimbra. No dia 9, na mesma Faculdade, realizou-se o debate sobre o segundo tema do Colóquio. Foi relator o Prof. Delfim Santos, da Universidade de Lisboa e nele intervieram, entre outros, os Profs. Sant’Ana Dionísio, António Magalhães e João Ferreira. A sessão solene de encerramento ocorreu no Salão Nobre da Universidade do Porto, sob a presidência do seu Reitor, Prof. Fernando Magano, tendo o Prof. Adolfo Muñoz Alonso, da Universidade de Valência, proferido uma brilhante conferência sob o título “*Metafísica Clássica e Filosofia Atual*”.

A Faculdade de Filosofia participou ativamente na organização e realização do Congresso Histórico de Portugal Medieval, promovido pela Câmara Municipal de Braga e que aconteceu de 6 a 10 de novembro de 1959. O Prof. Paulo Durão integrou, como vice-presidente, quer a Comissão Executiva quer a Comissão Científica do Congresso e nele apresentaram comunicações os Profs. Bacelar e Oliveira (*Fundamentação do Conceito da História*), Vitorino de Sousa Alves (*A História e a Função do Espaço e Tempo Humanos*), Diamantino Martins (*Sistema do Universo na “Virtuosa Benfeitoria do Infante D. Pedro”*), Lúcio Craveiro da Silva (*O “Augustinismo político” de Álvaro Pais no “Speculum Regum”*) e Paulo Durão (*Tensão Dialética da História e Pensamento Cristão*).

Do prestígio granjeado pelos docentes da Faculdade é sinal inequívoco o convite que começaram a receber para lecionarem noutras Universidades. Assim, o Prof. Celestino Pires ministrou, de julho a dezembro de 1964, o Curso de *Metafísica Geral e Ontologia*, na Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo (Brasil) e o Curso de *Problemas de Filosofia Contemporânea* na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; em fevereiro do ano seguinte, o Prof. Júlio Fragata foi incumbido da regência da cadeira de História da Filosofia Moderna e Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; em julho do mesmo ano, os Profs. Celestino Pires e Júlio Fragata lecionaram, durante três meses, na Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo.

O ano de 1967 constitui um marco determinante na história da Faculdade de Filosofia que vai impulsionar e inspirar toda a sua ação futura. Nesta data, a Faculdade celebrava o seu 20.º aniversário que quis assinalar com a construção dum novo edifício destinado sobretudo à instalação da valiosa biblioteca de que merecidamente se orgulhava. A concretização deste projeto teve a marca apaixonada e persistente do Prof. Bacelar e Oliveira que, desde o início do seu mandato como Diretor da Faculdade (1962), a ele se devotou com inexcusável dedicação. Para tal, mobilizou os jovens estudantes jesuítas que constituíram “o

Secretariado das obras”. Diariamente eram expedidas centenas de cartas para os cinco continentes, dando conta desta iniciativa e solicitando ofertas. Também a sociedade civil bracarense foi envolvida neste projeto e desafiada na sua generosidade. O Prof. Bacelar e Oliveira desdobrava-se em contactos, sobretudo no estrangeiro, para angariação de fundos. Foram anos inesquecíveis de generosa entrega que culminaram com a inauguração solene do edifício, no dia 1 de novembro de 1967. Esta inauguração coincidiu com outra “inauguração” muito mais relevante: a ereção da Universidade Católica Portuguesa, sonho acalentado, durante décadas, pelo Episcopado e por muitos católicos portugueses e que se tornava realidade. Foi lido solenemente o Decreto da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades *Lusitanorum nobilissima gens*, “dado em Roma” a 13 de outubro de 1967 e, com ele, a Faculdade de Filosofia “era instituída perpetuamente, para glória de Deus Todo-Poderoso e para honra e incremento da Santa Igreja Católica, como primeira efetuação da Universidade Católica Portuguesa”, “ficando seu munífico patrono o Arcebispo Bracarense e seus diligentes moderadores os membros da Companhia de Jesus, de tal modo que inicie desde já a atuação da Universidade Católica Portuguesa, ainda antes de se estender o mais depressa possível à sede central de Lisboa”. A Faculdade de Filosofia tornava-se, assim, a “*Faculdade-Mater*” da Universidade Católica Portuguesa e abria, também, as suas portas a alunos não jesuítas, sendo concedida, pelo Ministério da Educação Nacional, “autorização para matrícula e frequência de 380 alunos”. Nesta data, já a Faculdade de Filosofia possuía um corpo docente consistente e com inegáveis méritos científicos, integrado por dezassete docentes jesuítas dos quais dez doutorados.

Estes atos solenes tiveram a participação de inúmeras autoridades religiosas, civis e académicas, entre as quais D. Manuel Gonçalves Cerejeira, que presidiu, o Pró-Prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, Cardeal D. Gabriel Maria Garrone, representante do Prepósito-Geral da Companhia de Jesus, P. Paolo Dezza, SJ, Ministros da Educação Nacional e do Ultramar, respetivamente, Profs. Doutores Galvão Teles e Silva Cunha, e muitos reconhecidos académicos das diversas universidades portuguesas e ainda das universidades de Paris, Bordéus, Granada, Barcelona, Comillas e Madrid<sup>6</sup>.

Os atos inaugurais foram precedidos pela Assembleia Internacional de Estudos Filosóficos (29 a 31 de outubro), subordinada ao tema *O Homem como Pessoa. Problemática da sua dimensão metafísica, religiosa, histórica e social* que congregou distintos académicos nacionais e estrangeiros e considerável número de

---

<sup>6</sup> O relato pormenorizado destes atos inaugurais encontra-se em *Revista Portuguesa de Filosofia* XXIV (1968), pp. 9-15.

participantes. Presidiu à Sessão Solene de Abertura o Senhor Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva e foram conferencistas os Profs. Bacelar e Oliveira e António Freire (Faculdade de Filosofia), Vítor Matos (Coimbra) e Eleutério Elorduy (Deusto, Bilbao). Apresentaram comunicações, entre outros, os Profs. José Gómez Caffarena, J. Álvarez Bolado, Alexandre Morujão, Maria Cândida Monteiro Pacheco, Luís de Pina, Júlio Fragata, Gustavo de Fraga, Eusébio Colomer, Vitorino de Sousa Alves, António José de Brito, Paulo Durão e Roque Cabral. A Sessão Solene de Clausura foi presidida pelo Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira e foram conferencistas os Profs. Celestino Pires, Eduardo Soveral e Joseph Moreau<sup>7</sup>.

Em março de 1968, realizou-se o doutoramento – o terceiro conferido pela Faculdade – do P. António Freire. A lição doutoral sobre “*A polis ideal de Platão*” aconteceu no dia 4 e, no dia 6, sob a presidência do Senhor Arcebispo Primaz e com a presença de numerosas autoridades civis e académicas, teve lugar a defesa da tese subordinada ao tema “*O conceito de moira na tragédia grega*”, tendo sido arguentes os Profs. Paulo Durão e Júlio Fragata. A imprensa diária da época traçou largados elogios ao brilhantismo com que decorreram as provas.

No dia 15 de agosto, desse mesmo ano, assumiu as funções de Diretor da Faculdade de Filosofia o Prof. Júlio Fragata, sucedendo no cargo ao Prof. Bacelar e Oliveira que, entretanto, tinha sido escolhido pelo Episcopado Português para Vice-Reitor, em exercício de Reitor, da Universidade Católica Portuguesa.

No ano letivo de 1969/1970, fez-se um reajustamento do plano de estudos de tal forma que, para além da Licenciatura em Filosofia e Humanidades (Filosófico-Humanístico) – que foi o curso-matriz da Faculdade –, são dados os primeiros passos para a Licenciatura em Filosofia.

Em 1971, mediante o Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, o governo português reconhece oficialmente a Faculdade de Filosofia de Braga como “elemento integrante” da Universidade Católica Portuguesa, podendo atribuir os graus de bacharel, licenciado e doutor, “gozando os correspondentes títulos e diplomas do mesmo valor que os das restantes Universidades portuguesas” (artigo 7.º). É curioso referir que, no ano letivo de 1970/1971, estavam inscritos na Faculdade 330 alunos!

Por ocasião do 25.º aniversário da Faculdade de Filosofia de Braga, teve lugar, no dia 8 de novembro de 1972, uma sessão solene comemorativa, presidida pelo Senhor Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva, e que foi precedida duma Exposição Bibliográfica. Os 27 volumes da coleção “*Filosofia*” e os

---

<sup>7</sup> As Atas desta Assembleia Internacional estão publicadas em *Revista Portuguesa de Filosofia* XXV / 3-4 (1969).

28 tomos da *Revista Portuguesa de Filosofia* a par de dezenas de textos publicados noutras revistas nacionais e internacionais testemunhavam o excelente trabalho de investigação desenvolvido pelos docentes da Faculdade. Momento alto desta sessão, foi a entrega da “Medalha de Ouro, com palmas” concedida pela Câmara Municipal de Braga à Faculdade de Filosofia, “orgulho desta terra”, conforme proposta levada à reunião da mesma Câmara, de 25 de outubro de 1972, pelo seu Presidente, Eng.º Alberto José Vale Rego Amorim e que merecera a aprovação unânime.

A revolução de abril de 1974 não deixou incólume a vida escolar da Faculdade de Filosofia. A partir de 5 de maio, “multiplicaram-se as Reuniões Magnas dos alunos, já não sendo possível prosseguirem as aulas. Reclamavam, sobretudo, que não houvesse exame, mas antes passagens administrativas. Felizmente, devido também à coesão e acerto de vistas do Corpo Docente, pôde-se chegar a acordo não sem algumas ocorrências desagradáveis, como a ameaça da ocupação das instalações da Faculdade e a publicação de Comunicados violentos. Depois de 5 de junho, praticamente, acabaram as Reuniões e os Comunicados, e prosseguiram os exames finais nos moldes estabelecidos de comum acordo entre professores e alunos. Tomando experiência destes acontecimentos, em que os alunos se adiantaram nas iniciativas, resolveu o Corpo Docente encarar a situação de frente de modo a alcançar-se uma normalidade, ao menos relativa, no prosseguimento dos estudos e da instituição. Assim, a 27 de julho, sabendo-se que uma das reclamações mais justas dos alunos perante o Ministério da Educação e Cultura era a da equiparação, para efeitos legais, dos graus académicos concedidos pela Faculdade de Filosofia, publicou-se um Comunicado que teve certa ressonância na imprensa diária em que os professores se declaravam dispostos a suspender as admissões para o 1.º ano ‘enquanto não fossem asseguradas aos estudantes que a frequentam, para efeitos de docência nos Liceus, Escolas Técnicas e outros estabelecimentos de ensino oficiais, habilitações iguais às reconhecidas aos alunos que frequentam a secção de Filosofia das Faculdades de Letras do Estado’. Como, porém, fruto destas e doutras reclamações, o MEC publicou o Despacho de 2 de outubro de 1974 [...] no qual define como habilitações próprias [...] o Curso de Filosofia pela Universidade Católica para o ensino oficial [...], entenderam os professores que, embora este Decreto não seja plenamente satisfatório, deveriam, por agora, aceitá-lo, decidindo-se, assim, que houvesse matrículas no 1.º ano, que atingiram o número de 104”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> L. C. – Crónica. Faculdade de Filosofia de Braga. In: *Revista Portuguesa de Filosofia* XXXI/2 (1975), pp. 191-192.

Iniciado o novo ano letivo, realizaram-se, quase diariamente, de 5 a 25 de novembro de 1974, Assembleias da Escola, com a participação de professores, alunos e funcionários. Impunha-se elaborar um regulamento provisório que orientasse a Faculdade de Filosofia no próximo ano letivo. Foram constituídos o Conselho da Faculdade, com número paritário de professores e alunos e um Conselho Científico e Pedagógico, igualmente paritário. Estavam, assim, criadas as condições para o início da atividade escolar normal, o que aconteceu em finais de novembro e continuou, sem graves perturbações, até 19 de abril de 1975. A partir desta data, muitos alunos declararam-se em aberta contestação à “ideologia”, à orientação dos cursos e, sobretudo, à instituição como Faculdade duma Universidade Católica. A 6 de maio, os professores da Faculdade emitem um comunicado que tem o acordo de 20 dos 22 docentes e em que, começando por reconhecer que há razões justas para algumas das insatisfações dos alunos (pontos 1 e 2), lamentam que um número considerável de alunos tenha boicotado a *reestruturação* do curso de Filosofia (3) e tenha preferido agir hostilmente, à margem dos órgãos de gestão, eleitos com toda a liberdade e nos quais também estavam representados, pretendendo uma “*nacionalização*” ou mesmo uma “*oficialização*” em contraste com os princípios orientadores das Universidades Católicas (4). No mesmo comunicado, os professores salientam a complexidade do processo reivindicativo dos alunos porque se situa a *três níveis* diferentes: o da plena *equiparação*, de facto, dos diplomas; o da discussão *ideológica* que aponta a exigência dum estudo filosófica mais encarnado nas realidades concretas portuguesas e, por fim, o nível *político* da questão: alguns alunos, claramente empenhados em opções partidárias, tentam resolver a presente situação segundo a ótica dos respetivos partidos, em geral adversos ao ensino particular, sobretudo da Igreja (5)<sup>9</sup>.

A conflitualidade existente culminou com a ocupação das instalações da Faculdade (com exceção da biblioteca e da secretaria, pois não lhes foram

<sup>9</sup> Cf. L.C. – Crónica. Faculdade de Filosofia de Braga. In: *Revista Portuguesa de Filosofia* XXXII / 2 (1976), pp. 207-212. Existia, à época, no seio da Faculdade, alguns alunos muito ativistas e com grande capacidade de iniciativa, ligados a forças partidárias de esquerda e de extrema-esquerda e com facilidade de contacto com líderes partidários e chefias militares que se propunham trazer a revolução para dentro de portas. Esta revolução passava, concretamente, pelo saneamento dos professores – com a única exceção do Prof. Vitorino de Sousa Alves – e por um novo currículo do Curso de Filosofia. Estes propósitos e outros dados muito curiosos constam de documentos ainda inéditos que me vieram parar às mãos, em 1978, de modo fortuito, e que constituíam uma espécie de “ordem de trabalhos” das múltiplas e frequentes reuniões que mantinham no edifício da Inatel. Nelas, era feita a análise da situação, tomava-se conhecimento das tarefas realizadas pelos diversos “grupos de trabalho” que tinham missões específicas e desenhas-se o plano de ação para os dias seguintes.

cedidas as chaves, como exigiam), ocorrida dia 17 de maio, das 18 às 24 horas e que terminaria depois da intervenção das autoridades. Os alunos continuaram, por sua iniciativa, a buscar possíveis soluções: primeiro, a nacionalização, em seguida a criação dum Instituto autónomo e, por fim, a criação dum novo Departamento ligado à Universidade de Minho. E como não foi possível, por diversa ordem de razões, efetivar qualquer dos seus intentos, a maior parte dos alunos acabou por pedir transferência para outras Universidades. Os que, não sem dificuldades e ameaças, continuaram na Faculdade, puderam terminar o ano escolar apresentando-se às provas finais. E no novo ano letivo de 1975/1976, matricularam-se 120 alunos, o que representou uma considerável diminuição em relação ao ano anterior.

Os ventos da revolução que assolaram a Faculdade no ano de 1975 não estagnaram os seus trabalhos académicos e científicos. Assim, a *Revista Portuguesa de Filosofia* continuou, com normalidade, a sua publicação e realizaram-se três novos doutoramentos: o do Cón. Manuel Franklin da Costa – que meses depois seria nomeado Bispo de Saurimo e, sucessivamente, Arcebispo de Huambo (1977) e Arcebispo de Lubango (1986), em Angola – que defendeu brilhantemente a tese *A Existência Humana na Filosofia de Jean-Paul Sartre* (3 de julho), tendo sido arguentes os Profs. Júlio Fragata e Francisco Soares Gomes e o do Dr. Mário Garcia que apresentou a tese *Teixeira de Pascoas – Contribuição para o estudo da sua personalidade e para a leitura crítica da sua obra* (1 de outubro), tendo sido arguentes os Profs. Lúcio Craveiro da Silva e Mário Martins. E a 28 de janeiro de 1976, prestou provas de doutoramento o Dr. Filipe Rocha, Assistente da Faculdade de Filosofia desde 1971/72, defendendo a tese *Cibernética e Liberdade: maneira nova de pensar o homem?*, tendo sido arguentes os Profs. João Evangelista Loureiro, da Universidade do Minho e Diamantino Martins.

Neste mesmo ano, o Ministério da Educação e Investigação Científica publicou três Despachos que finalmente regularizavam e reconheciam a plena equiparação dos graus de bacharel, licenciado e doutor conferidos pela Faculdade de Filosofia (Despacho n.º 12/76, de 20 de janeiro; Despacho n.º 189/76, de 8 de julho; Despacho n.º 277/76, de 2 de setembro). Chegava a bom termo um longo percurso reivindicativo e abria-se um horizonte de confiança aos alunos da Faculdade. Não admira, pois, que no ano letivo de 1977/1978 se tivessem matriculado 380 alunos e que, no ano seguinte, o número se elevasse para 511. Este facto tornava cada vez mais urgente a construção dum novo edifício destinado, sobretudo, a salas de aula.

Em 1977, começou a funcionar a Secção de Lisboa do Curso de Filosofia, com cerca de 60 alunos que subiram para 125 no ano seguinte. Para melhor coordenação, efetuaram-se duas reuniões entre professores de Braga e de Lisboa,

estabelecendo-se um plano curricular muito semelhante de modo a facilitar transferências e equivalências.

De 11 a 21 de dezembro de 1977, organizou a Faculdade, sob o patrocínio da Fundação Konrad Adenauer e com a colaboração do Departamento de Comunicação Social da UCP, um Seminário para o Jornalismo Regionalista subordinado ao tema *A Informação ao Serviço do Homem*. Sob a coordenação dos Drs. José Rui da Costa Pinto, José Gama e José Fernando Pereira Borges, o Seminário despertou muito interesse e nele participaram algumas dezenas de jornalistas. A sessão de encerramento foi presidida pelo Senhor Arcebispo Primaz de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, tendo sido entregue, aos participantes, um Certificado.

No ano letivo de 1980/1981, de acordo com o Decreto-lei n.º 44/80, de 9 de julho, começou a funcionar o Curso de Licenciatura em Humanidades, aumentando deste modo para três o número de licenciaturas ministradas na Faculdade. Ao mesmo tempo, foi aberta, em Viseu, uma extensão do mesmo Curso. A inauguração realizou-se em Viseu, no dia 16 de outubro. Presidiu à sessão solene o Magno Chanceler da UCP, D. António Ribeiro, e nela intervieram o Reitor da Universidade Católica, o Diretor da Faculdade de Filosofia, Prof. Doutor Júlio Fragata, o Prof. Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva que fez a oração de sapiência sobre “*Autobiografia e Petrarquismo na lírica de Camões*”, o Senhor Bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva e o Ministro da Educação e Ciência, Prof. Doutor Vítor Pereira Crespo. Nesta mesma sessão foi lido o Auto de Fundação da “Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa”. Entre os presentes contavam-se o Secretário de Estado do Ensino Superior, o Diretor-Geral do Ensino Superior, o Senhor Núncio Apostólico, o Senhor Arcebispo de Braga e outros Prelados, Reitores e representantes de Universidades e Institutos Superiores de Portugal, o Governador Civil e o Presidente da Câmara Municipal de Viseu e ainda numerosa representação da UCP, tanto de Alunos como de Professores.

No mesmo ano letivo, começou a funcionar o 1.º Mestrado em Filosofia (Filosofia Moderna e Contemporânea), tendo-se matriculado 12 alunos.

Espelho das boas relações entre a Universidade do Minho e a Faculdade de Filosofia, foi assinado, com data de 21 de novembro de 1981, um Acordo que previa o acesso às respetivas Bibliotecas dos Docentes e Discentes das duas Instituições, o intercâmbio de docentes, a frequência de disciplinas numa ou noutra Instituição, já para disciplinas de opção, já para aperfeiçoamento em algum ramo especial, o intercâmbio das publicações através dos respetivos Serviços de Documentação e a utilização das cantinas da Universidade do Minho pelos docentes, alunos e funcionários da Faculdade.

Sob o patrocínio da Embaixada da Áustria e organizado pela Secção da Faculdade de Filosofia, realizou-se em Lisboa, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1980, o *Colóquio Luso-Austríaco sobre a Filosofia de L. Wittgenstein*. Foram conferencistas alguns dos maiores especialistas sobre o genial filósofo de Viena, tais como, os Profs. Brian McGuinness, da Universidade de Oxford, Rudolf Haller, da Universidade de Graz, e Werner Leinfellner, da Universidade de Lincoln, EUA. E nele participaram muitos docentes das Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Minho e Católica<sup>10</sup>.

Para comemorar o 25.º aniversário do I Congresso Nacional de Filosofia (Braga, 1955), a Faculdade de Filosofia organizou o I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia o qual decorreu em Braga, de 18 a 22 de fevereiro de 1981. Nele participaram cerca de 230 congressistas do Brasil, Espanha e Portugal e estiveram representadas 28 instituições universitárias. Foram conferencistas, entre outros, os Profs. Doutores Alexandre Morujão, Tarcísio Padilha, Francisco da Gama Caeiro, António Paim e António Brás Teixeira – que intervieram nas sessões plenárias –, José Barata-Moura, Michel Renaud, Amândio A. Coxito, Maria Cândida Monteiro Pacheco, Gustavo de Fraga, Joaquim Cerqueira Gonçalves e Maria José Cantista. Todos os congressistas partilharam o sentimento de que o trabalho realizado tinha sido altamente positivo e fizeram sua a afirmação do Prof. Doutor Bacelar e Oliveira na sessão de abertura: este encontro ficará como marco de uma nova fase histórica de cooperação no domínio da Filosofia e do Pensamento Luso-Brasileiro. Na sessão de encerramento, realizada no Salão Medieval da Universidade do Minho sob a presidência do Reitor em exercício, Prof. Doutor Barbosa Romero, em representação do Ministro da Educação e Ciência, o Secretário-Geral do Congresso, Prof. Doutor Manuel Morais, leu o texto das resoluções e propostas, entre as quais se destacou a que considerava que “seria de todo desejável a criação, num futuro próximo, de uma Sociedade Filosófica de Língua Portuguesa”. Na mesma ocasião, foi proclamada a Instituição da Secção de Filosofia da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa<sup>11</sup>.

Tendo alargado a sua presença a Lisboa (Curso de Filosofia, 1977) e a Viseu (Curso de Humanidades, 1980), a Faculdade de Filosofia torna-se também presente no Funchal onde, no ano letivo de 1982/1983, começou a lecionar o Curso de Filosofia. Tal foi possível mediante um protocolo entre a Diocese e o Governo Regional da Madeira, assinado em 31 de julho de 1982 e que estabelecia sobretudo os moldes do funcionamento do Curso e a criação duma

<sup>10</sup> As Atas deste Colóquio estão publicadas em *Revista Portuguesa de Filosofia* XXXVIII / 1 (1982).

<sup>11</sup> As Atas do Congresso estão publicadas em *Revista Portuguesa de Filosofia* XXXVIII / II, 1982.

biblioteca especializada em Filosofia. O ato solene de inauguração teve lugar a 30 de setembro, na Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, sob a presidência do Diretor da Faculdade de Teologia, em representação do Reitor da UCP, tendo proferido a oração de sapiência o Diretor da Faculdade de Filosofia, Prof. Júlio Fragata, sobre “*Direitos fundamentais da educação à luz da Declaração do Concílio Vaticano II*”. Logo no dia seguinte, iniciaram-se as aulas, tendo-se matriculado 45 alunos que foram acompanhados até à conclusão do curso, sem ulteriores admissões. O Curso foi estruturado para cinco anos e funcionava todos os fins de semana com aulas intensivas havendo, durante o ano, três períodos de duas semanas integralmente preenchidos com aulas diárias. Ao mesmo tempo, os alunos eram acompanhados, *in loco*, por Monitores escolhidos pelos Professores de cada disciplina.

Nesta mesma extensão do Funchal, começaria a funcionar, em 1986/1987, o Curso de Humanidades

Em outubro de 1984, a Faculdade de Filosofia viveu a alegria de participar nas provas de doutoramento de mais um seu docente, o Dr. Manuel Sumares. No dia 18, teve lugar a arguição do trabalho complementar, “*O ‘trabalho’ filosófico e a sua interpretação*”, a cargo do Prof. Doutor Júlio Fragata e, no dia seguinte, realizou-se a prova de defesa da tese “*Para além da necessidade. O sujeito e a cultura na Filosofia de Paul Ricoeur*”, tendo sido arguentes os Profs. Doutores Roque Cabral e Michel Renaud. O candidato obteve a classificação máxima “aprovado com distinção e louvor”, por unanimidade.

No dia 6 de fevereiro de 1985, no auditório de S. Frutuoso, sob a presidência de D. Joaquim Gonçalves, Bispo Auxiliar de Braga, em representação do Senhor Arcebispo Primaz, e com a presença do Reitor da UCP, Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, e do Diretor da Faculdade de Filosofia, Prof. Doutor Júlio Fragata, realizou-se uma Sessão Solene comemorativa do Cinquentenário do Instituto Filosófico Beato Miguel de Carvalho. Foram proferidas duas conferências que mereceram vivo aplauso: “*Meio Século de Irradiação Apostólica*”, pelo Dr. Manuel Simões, SJ e “*Cinquenta anos de atividade da Faculdade de Filosofia*”, pelo Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva. Em seguida, fez-se a distribuição de Diplomas aos Licenciados de 1983/1984 e encerrou a Sessão o Senhor D. Joaquim Gonçalves que sublinhou o valioso contributo prestado à Cultura pela Faculdade de Filosofia e a atividade multifacetada desenvolvida pela Companhia de Jesus na Arquidiocese de Braga. É impressionante constatar que, neste ano cinquentenário, estavam matriculados na Faculdade de Filosofia 1153 alunos, assim distribuídos: em Braga – 664; na Secção de Lisboa – 213; na Secção de Viseu – 247; no Curso de Extensão do Funchal – 29.

Organizado pela Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia, realizou-se, de 28 a 30 de março de 1985, na sede da UCP, um colóquio sobre *O ensino da filosofia em Portugal* e que contou com a presença de cerca de 300 participantes. O Colóquio girou à volta de três grandes temas: *Filosofia e Saberes*, *Filosofia e Sociedade*, *Filosofia e Escola* que foram tratados por destacados académicos portugueses, entre os quais me apraz destacar os Profs. Doutores Júlio Fragata, Gustavo de Fraga, João Resina Rodrigues, Jorge Borges de Macedo, José Enes, Michel Renaud, Eduardo Lourenço, Joaquim Cerqueira Gonçalves e Manuel José do Carmo Ferreira. Na opinião de um dos participantes, houve dois aspetos menos conseguidos: “impressão genérica de dispersão e desarticulação interna no tratamento dos temas”, sobretudo nos painéis, “algum dos quais resultou mais numa colagem de breves conferências do que numa abordagem austera e dialogal de problemas verdadeiramente constatados”. Além disso, “houve demasiada ‘passividade’ por parte da assistência o que se ficou sobretudo a dever à absoluta ausência de grupos de trabalho e de discussão”<sup>12</sup>.

Nos finais de 1985, a Faculdade de Filosofia foi profundamente abalada com a notícia da morte (anunciada) do seu Diretor, Prof. Doutor Júlio Fragata, ocorrida a 27 de dezembro. Juntamente com alguns companheiros jesuítas, tive oportunidade de presenciar este momento inesquecivelmente marcante, pois me uniam a ele laços de forte amizade e relações de profunda cooperação institucional. Morreu com a serenidade, a singeleza e a naturalidade que caracterizaram a sua vida, balbuciando, repetidamente, “*In manus tuas, Domine, comendo spiritum meum*” (Nas tuas mãos, Senhor, entrego a minha vida). Professor insigne, académico prestigiado, homem de admirável finura e delicadeza de trato, em todos deixou marcas indeléveis de amizade, de admiração e de saudade. A Faculdade de Filosofia quis homenageá-lo dedicando-lhe um número duplo da *Revista Portuguesa de Filosofia* onde ficaram gravados impressionantes depoimentos de Prelados, Professores Universitários, Companheiros Jesuítas e seus antigos alunos<sup>13</sup>.

Integrado nas comemorações do 20.º aniversário da Universidade Católica Portuguesa, realizou-se, na Faculdade de Filosofia, nos dias 30 e 31 de outubro de 1987, um Colóquio consagrado ao tema *Filosofia e tradição humanística*, promovido pela Secção de Filosofia da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Seguidas com muito interesse e suscitando, por vezes, vivos debates, apresentaram comunicações, entre outros, os Profs. Doutores Lúcio Craveiro da

<sup>12</sup> Vila-Chã, João – Crónica – O Ensino da Filosofia em Portugal. In: *Revista Portuguesa de Filosofia* XLI / 2-3 (1985), p. 324.

<sup>13</sup> Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia* XLII ¾ (1986), pp. 451-493.

Silva, Alexandre Morujão, José Enes, Maria Cândida Monteiro Pacheco, Joaquim Cerqueira Gonçalves, Amândio Coxito, Gustavo de Fraga, João Resina Rodrigues, Michel Renaud, Eduardo Soveral e João Vila-Chã. Os trabalhos tiveram o seu termo com uma Sessão Solene de Clausura, presidida pelo Ministro da Educação, Eng.º Roberto Carneiro, e em que foram proferidas duas conferências: “*Obra e Significado da Revista Portuguesa de Filosofia*”, pelo Prof. Francisco da Gama Caeiro e “*A Primeira Faculdade da UCP na linha de tradição pedagógica filosófico-humanística*”, pelo Reitor da UCP, Prof. Bacelar e Oliveira.

De 18 a 20 de dezembro de 1988, fez a sua primeira visita à Faculdade de Filosofia o novo Reitor da UCP, Prof. Doutor D. José da Cruz Policarpo cuja tomada de posse tinha acontecido a 18 de novembro na Sede da Universidade Católica em Lisboa. No dia 19, presidiu às provas de Agregação em Humanidades do Doutor Amadeu Torres, Professor da Faculdade de Filosofia. Eram as primeiras provas de Agregação realizadas na Faculdade. A lição-síntese sobre “*Contexto Cultural e Gramatologia. Fernão de Oliveira e Melo Bacelar*” teve como arguente o Prof. Doutor Mário Vilela e o Relatório da disciplina “*Em prol da História da Língua Portuguesa: programa, conteúdos, reflexões*” teve como arguente o Prof. Doutor Jorge Manuel de Moraes Barbosa. A defesa brilhante, tanto da Lição como do Relatório, mereceu-lhe a aprovação por unanimidade.

Foi em ambiente verdadeiramente festivo que, no dia 12 de janeiro de 1989, decorreu a entrega de diplomas aos primeiros licenciados em Filosofia que tinham frequentado a Extensão do Funchal da Faculdade de Filosofia. A sessão solene que teve lugar na Igreja do Colégio foi presidida pelo Magno Chanceler da UCP, D. António Ribeiro, e contou com a presença do Reitor da UCP, Prof. Doutor D. José da Cruz Policarpo, do Diretor da Faculdade de Filosofia, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Sila, do Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, do Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim, e dos Secretários Regionais dos Assuntos Sociais e da Educação, Juventude e Emprego, respetivamente, Drs. Rui Adriano e Brazão de Castro. A oração de sapiência “*A caminho do 3.º centenário do P. António Vieira. Evocação*” foi proferida pelo Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, Reitor Honorário da UCP. A assistência constituída por professores, familiares e amigos dos finalistas encheu completamente a Igreja. No final, o Diretor da Faculdade de Filosofia deu os parabéns aos novos licenciados e sublinhou a aliança que, ao longo dos séculos, tem havido entre a cultura em Portugal e a ação da Igreja.

No dia 10 de maio de 1989 decorreu, na Faculdade de Filosofia, um Colóquio sobre “*A Filosofia no Ensino – A disciplina de Filosofia e as outras disciplinas*” em que intervieram os Profs. Doutores Roque Cabral (*Situação Atual do Ensino da Filosofia*), Amadeu Torres (*Filosofia e Saberes Humanísticos*), Alexandre Morujão

(*Filosofia e Conhecimento Científico*), Acílio Estanqueiro Rocha (*Filosofia e Saberes Sociais e Políticos*) e Joaquim Cerqueira Gonçalves (*A Reestruturação dos Saberes e a Nova Escola*). O Colóquio foi muito participado e despertou grande interesse entre a assistência.

Concretizando um desejo desde há muito acalentado pelo Claustro de Professores da Faculdade de Filosofia, teve lugar, no dia 18 de maio de 1989, uma homenagem ao Prof. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira pela incansável dedicação que devotara à Faculdade de Filosofia, quer como professor e investigador quer como Diretor, contribuindo qualitativamente para o prestígio alcançado por esta Escola. Perante numeroso público e com a presença do Arcebispo Primaz, do Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Doutor Alberto Ralha, Governador Civil, Presidente da Câmara, Reitor e Vice-Reitores da Universidade do Minho e outras autoridades, foi descerrado um quadro do Prof. Bacelar e Oliveira na Sala de Leitura da Biblioteca, precisamente no local onde, a 1 de novembro de 1967, fora inaugurada solenemente a Universidade Católica. O homenageado agradeceu, comovido, a todas as entidades presentes e proferiu uma breve conferência sobre “*A Faculdade de Filosofia e o Ensino Universitário: mensagem aos seus diplomados*”<sup>14</sup> que foi calorosamente aplaudida por todos. De seguida, procedeu-se a entrega de Diplomas aos alunos finalistas de 1987/1988. Por sua vez, a *Revista Portuguesa de Filosofia* homenageou-o, anos mais tarde, dedicando-lhe um fascículo triplo<sup>15</sup>.

A década de noventa foi caracterizada por um significativo alargamento da oferta formativa, por parte da Faculdade. Assim no ano letivo de 1990/1991 teve início uma Pós-Graduação em Desenvolvimento Económico e Social (Curso de Desenvolvimento da Empresa), com a duração de quatro semestres e que viria a ser o embrião da Licenciatura em Filosofia e Desenvolvimento da Empresa, iniciado em 1994/1995. Este Curso, inspirado em modelos de formação empresarial inglesa e americana, concebido com notável originalidade e ímpar no panorama universitário português, suscitou vivo interesse, de tal modo que, logo no 1.º ano, apresentaram-se às provas de admissão mais de cem candidatos. O Curso foi frequentado por largas centenas de alunos e formou 410 licenciados. Infelizmente, viu-se obrigado a terminar a sua lecionação, por razões estranhas à Faculdade, no ano letivo de 2009/2010. Outro Curso que constituiu surpresa e admiração foi a Licenciatura em Enfermagem Médico-Cirúrgica, iniciada em 1991/92 e à qual se seguiria, em 1995/1996, a Licenciatura em Enfermagem na Comunidade. Estas Licenciaturas, pela reconhecida

<sup>14</sup> Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia* XLV / 2 (1989), pp. 289-290.

<sup>15</sup> Cf. *Revista Portuguesa de Filosofia* L 1/3 (1994).

competência do corpo docente e pela qualidade e exigência do ensino, atraíram numerosos enfermeiros de diversas regiões do País, tendo formado um total de 284 licenciados. Ambas viriam a terminar no ano letivo de 1999/2000.

No ano letivo de 1993/1994, na Extensão do Funchal, começou a funcionar o Mestrado em Filosofia (Metafísica e Antropologia) e, em 1995/1996, o Mestrado em Humanidades.

Como quem esquece o passado compromete o futuro, a Faculdade de Filosofia, “casa-mãe” da Universidade Católica Portuguesa, foi o lugar escolhido para a conclusão dos festejos nacionais das bodas de prata da UCP. Tal aconteceu a 25 de maio de 1993. Após a celebração da Eucaristia presidida pelo Arcebispo Primaz, D. Eurico Dias Nogueira, teve lugar a Sessão Solene que integrou a inauguração do novo edifício destinado sobretudo a salas de aula, Serviços Escolares e Direção. Presidiu à Sessão Solene o Magno Chanceler, Cardeal D. António Ribeiro, e estiveram presentes o Arcebispo Primaz, Patrono da Faculdade, o Reitor da UCP, D. José da Cruz Policarpo, o Ministro da Educação, Eng.º António Couto dos Santos, Reitor e Vice-Reitores da Universidade do Minho e várias autoridades civis, académicas, judiciais e militares. O Diretor da Faculdade, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, proferiu uma notável conferência subordinada ao tema *Uma Faculdade de Filosofia, hoje* que foi vivamente aplaudida. Em seguida, falou o Reitor da UCP que sublinhou a necessidade de se caminhar para a criação do Centro Regional de Braga. Este, de facto, viria a ser criado em 1999. Encerrou a Sessão o Magno Chanceler que destacou a figura do jesuíta da Faculdade, Prof. Bacelar e Oliveira, que durante duas décadas foi Reitor da UCP.

Importa referir, pela beleza humana que reflete, que a Faculdade de Filosofia, um mês antes destes Atos Solenes, a 27 de abril, quis inaugurar a *Aula Magna* do novo edifício com uma sessão familiar, reservada aos Professores, Docentes e Alunos, evocativa dos seus antigos professores falecidos. Foram recordados os Profs. Cassiano Abranches, *verdadeiro iniciador*, pelo Doutor Manuel Alte da Veiga, Júlio Fragata, *Professor e Filósofo*, pelo Prof. Alexandre Morujão, Diamantino Martins, pelo Prof. Lúcio Craveiro da Silva, António Durão, pelo Prof. Roque Cabral, João Mendes, pelo Dr. Alexandre Silva Pereira, Mário Martins, pelo Prof. Francisco Gama Caeiro, e António Dias de Magalhães, pelo Dr. António Braz Teixeira. Também na evocação dos mortos se constrói uma Escola Viva!

Na mesma década de noventa, prestaram Provas de Doutoramento, na Faculdade de Filosofia, quatro dos seus Docentes: José Gama, com a tese *D. Duarte e a Filosofia da Cultura Portuguesa. Mensagem de Portugalidade no Leal Conselheiro* (17 de julho de 1991); José Henrique Silveira de Brito, com a tese *A subjectividade passiva em Levinas. De Atenas a Jerusalém* (12 de dezembro de 1992); Manuel de

Jesus Losa, com a tese *Messianismo na Écloga IV de Virgílio* (14 de maio de 1993); Augusto Soares da Silva, com a tese *A semântica de DEIXAR. Uma contribuição para a abordagem cognitiva em Semântica Lexical* (30 de junho de 1997).

Sendo a gratidão um dos mais belos sinais da nobreza de coração, quis o Conselho de Direção da Faculdade de Filosofia homenagear o Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, um dos nomes maiores da história da Faculdade de Filosofia – de que foi Diretor por três vezes: 1952-1958; 1971-1976; 1986-1994 – e da Universidade do Minho – de que foi Vice-Reitor, Reitor em exercício e Reitor, o primeiro Reitor eleito das Universidades Portuguesas (1982-1984). E porque “*scripta manent*”, entendeu dedicar-lhe o Tomo LII (1996) da *Revista Portuguesa de Filosofia*. A *Tábula Gratulatória* com 134 nomes de Professores e Docentes de quase todas as Universidades Portuguesas e os 56 artigos que preenchem as cerca de mil páginas do tomo evidenciam a admiração e estima que granjeou entre os seus pares e entre os seus antigos alunos, bem como a amizade e o carinho que todos lhe dedicavam. A sua morte repentina, ocorrida a 13 de agosto de 2007, constituiu também um momento inesquecível de manifestação de profunda e comovida gratidão.

Ainda nesta década, é fundada a *Revista Portuguesa de Humanidades* (1997) contemplando fundamentalmente duas áreas de investigação – Literatura e Linguística – que mais tarde (2007) se viriam a autonomizar em dois volumes separados.

Nos dias 23 e 24 de abril de 1998, decorreu, na Faculdade, o I Congresso Internacional “*Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro*” dedicado à memória de outra figura maior da Faculdade de Filosofia: o Prof. Doutor António Freire (1919-1997). A conferência inaugural – *O humanista António Freire* – foi proferida pelo Doutor Manuel Losa. As restantes conferências centraram-se, na sua maioria, no estudo dos humanistas da Companhia de Jesus e estiveram a cargo dos Profs. Doutores Américo da Costa Ramalho (Univ. de Coimbra), Manuel Mañas Núñez (Univ. Extremadura), José Sánchez Marín (Univ. de Granada), María Nieves Muñoz Martín (Univ. de Granada) e dos Drs. António Melo (UCP, Braga), Manuel J. de Sousa Barbosa (Univ. de Lisboa) e José Sílvio Moreira Fernandes (Univ. da Madeira). Nos dois dias do Congresso esteve patente ao público uma exposição bibliográfica evocativa do homenageado e foi cunhada uma medalha, em forma de livro, apresentando, no interior, o busto, na frente, os dizeres “António Freire – Mestre em Humanidades” e, no verso, o símbolo da Faculdade.

A entrada no novo milénio significou, para a Faculdade de Filosofia, um vigoroso estímulo na prossecução da sua missão como obra apostólica da Companhia de Jesus no interior da Universidade Católica. Esta missão implicava,

antes de mais, um olhar atento e sintónico aos sinais configuradores da cultura emergente, seguido duma aprofundada reflexão interdisciplinar que abrisse horizontes a uma adequada abordagem das novas problemáticas e desembocasse na realização efetiva do autenticamente humano. Neste contexto, a Faculdade investiu na criação de novos Cursos em áreas estratégicas, na organização de eventos científicos nacionais e internacionais, na produção científica dos seus Professores e Docentes e na internacionalização.

Assim, em 2000/2001, abriu-se o 1.º Mestrado em Bioética e, na Extensão do Funchal, iniciou-se o 2.º Mestrado em Humanidades (Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea). Também teve início a Pós-Graduação em Ciências Documentais que viria a dar origem ao Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação (2004/2005). Em 2001/2002, começaram a funcionar o Mestrado em Ciências Cognitivas e o Mestrado em Linguística Portuguesa. No ano letivo seguinte, foi criada a Licenciatura em Animação Sociocultural (complemento de formação para professores bacharéis, de acordo com o Decreto-Lei n.º 255/98, de 11 de agosto) que viria a terminar em 2005/2006. Em 2003/2004, têm início a Licenciatura em Estudos Artísticos e Culturais e o 1.º Mestrado em Ciências da Educação. Por sua vez, na Extensão do Funchal, abre-se a 1.ª Pós-Graduação em Bioética. No ano letivo seguinte, começaram a funcionar o 1.º Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Clássicas e o curso de Licenciatura em Psicologia. A lecionação deste Curso na Faculdade de Filosofia deve-se, em grande parte, ao entusiasmo persistente do Prof. Doutor Alfredo Dinis que soube vencer múltiplas dificuldades e resistências. E valeu a pena, pois a área de Psicologia tem vindo a desenvolver-se com consistência e a ganhar merecido prestígio pela competência multifacetada do seu Corpo Docente. O mesmo se pode afirmar do curso de Licenciatura em Ciências da Comunicação que fez a sua estreia em 2005/2006. Neste mesmo ano, deu-se início aos cursos integrados de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento em Filosofia da Religião, Língua, Cultura e Literatura Clássicas, Literatura Portuguesa e Linguística Portuguesa. No ano seguinte, foram criados mais dois Cursos: Licenciatura em Estudos Portugueses e Lusófonos e Licenciatura em Ciências da Informação e da Documentação. Ao mesmo tempo, fez-se a reestruturação dos Cursos de Licenciatura de acordo com a Declaração de Bolonha a que se seguiu a reestruturação dos Mestrados e Doutoramentos de acordo com a mesma Declaração (2007/2008). Neste ano, tiveram início os 2.ºs ciclos em: Filosofia, Psicologia (com duas especializações: Psicologia Clínica e da Saúde e Psicologia do Trabalho e das Organizações), Ciências da Educação e Ciências da Informação e da Documentação a que se seguiram, em 2008/2009, os 2.ºs ciclos em: Comunicação Social (especialização em Media e

Jornalismo), Ensino da Filosofia no Secundário, Ensino de Português e de Línguas Clássicas no 3.º Ciclo do Básico e no Secundário e Psicologia (com duas especializações: Psicologia da Educação e Psicologia da Família). No ano letivo de 2009/2010, teve início a Licenciatura em Estudos Portugueses e Espanhóis e, em 2010/2011, começou a funcionar o 2.º Ciclo em Ensino de Artes Visuais.

Não podemos deixar de referir que, na primeira década de dois mil, prestaram Provas de Doutoramento, na Faculdade de Filosofia, onze dos seus Docentes: Miguel da Costa Gonçalves, com a tese *A Interjeição em Português: Contributo para uma Abordagem em Semântica Discursiva* (13 de dezembro de 2000); António Maria Martins Melo, com a tese *O P. Luís da Cruz, S.J. E a tragicomédia Iosephus* (10 de dezembro de 2001); Luís Alexandre da Silva Pereira, com a tese *Imagens da Lírica Camonianiana. Reportório e interpretação* (11 de janeiro de 2002); José Miguel Dias Costa, com a tese *O desejo como história. O sentido da cultura humana em René Girard* (19 de maio de 2002); José Rui da Costa Pinto, com a tese *A Emergência da Subjectividade em Roger Garaudy* (15 de outubro de 2002); João Amadeu Carvalho da Silva, com a tese *A poesia de Herberto Helder – do contexto ao texto: uma palavra sagrada na noite do mundo* (16 de dezembro de 2002); José Cândido de Oliveira Martins, com a tese *Fidelino de Figueiredo e a Crítica da Razão Positivista* (8 de abril de 2003); Ana Paula Figueiredo Pinto, com a tese *Os Epítetos Homéricos dos deuses maiores. Contributo para o estudo da técnica de composição épica e da conceção homérica da divindade* (29 de janeiro de 2007); Maria José Ferreira Lopes, com a tese “Estudo histórico, literário e linguístico da obra *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno 1538* de Damião de Góis” (30 de maio de 2007); Álvaro Manuel Rodrigues Balsas, com a tese *Realismo e Localidade em Mecânica Quântica* (23 de julho de 2010); Carlos António Bizarro Morais, com a tese *O impulso metafísico na experiência estética. Itinerário da fenomenologia “afetiva” de Mikel Dufrenne* (7 de junho de 2011).

Neste mesmo período, o Prof. Doutor Augusto Soares da Silva prestou Provas de Agregação em Linguística Portuguesa (17 e 18 de junho de 2008). A lição intitulou-se *Sociolinguística Cognitiva, Lexicologia Quantitativa e Variação do Português* e o relatório *Semântica do Português*. Igualmente realizou Provas de Agregação em Filosofia – Ética o Prof. Doutor José Henrique Silveira de Brito (30 de julho de 2008). A lição versou sobre “*Será possível uma ética global?*” e o relatório sobre “*Axiologia e Ética*”. Por fim, também prestou Provas de Agregação em Filosofia, o Prof. Doutor José Gonçalves Gama (1 e 2 de outubro de 2012). A lição intitulou-se *Atualidade da problematização filosófica da Cultura* e o relatório *Pensamento Filosófico Português*.

Outro aspeto revelador da vitalidade da Faculdade de Filosofia, neste período, foi a realização de inúmeros congressos, colóquios e outros eventos

científicos organizados pelos seus Docentes. De entre os Eventos Internacionais relevo os seguintes:

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2002, realizou-se o *I Colóquio Internacional de Filosofia e Ciências Cognitivas* com o objetivo de, nas palavras do seu Coordenador, Prof. Doutor Alfredo Dinis, “promover um debate interdisciplinar sobre as profundas e rápidas mudanças que [...] se têm verificado na compreensão do ser humano e das relações interpessoais, sob a influência de desenvolvimentos nas diversas ciências cognitivas”. Participaram mais de 100 pessoas e apresentaram comunicações vários investigadores nacionais e estrangeiros, entre os quais me aprez destacar os Profs. Doutores Augusto Soares da Silva e Etelvina Lopes Nunes (UCP, Braga), Lori Marino (Emory University, EUA), José Manuel Curado (Univ. do Minho), Owen Flanagan (Duke University, EUA), Alexandre Castro-Caldas (Faculdade de Medicina de Lisboa) e Antonio Benítez López (Univ. Complutense de Madrid).

De 29 a 31 de janeiro de 2003, na Faculdade de Filosofia, decorreu o Congresso Internacional *Damião de Góis na Europa do Renascimento*. Segundo o Secretário do Congresso, Prof. Doutor António Melo, pretendeu-se estudar e divulgar a “vida e obra de Damião de Góis, na multiplicidade das suas facetas: o agente comercial régio; o humanista epistológrafo, tradutor; musicógrafo e colecionador de arte; os opúsculos latinos e a divulgação dos Descobrimentos na Europa; o cronista e guarda-mor na Torre do Tombo; a Inquisição; o entendimento entre as igrejas”. Presidiu à sessão de abertura o Ministro da Cultura, Dr. Pedro Roseta e nele participaram 170 congressistas de 18 universidades portuguesas e estrangeiras. Foram apresentadas 24 conferências e 23 comunicações livres, com especial relevo para o número de intervenções protagonizadas por investigadores da Universidade Católica. Entre os participantes, gostaria de destacar os Profs. Doutores Américo da Costa Ramalho, Nair de Nazaré Soares, Sebastião de Pinho e José Maria da Cruz Pontes (Univ. de Coimbra), Carlos da Costa Assunção (Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro), Lúcio Craveiro da Silva, José Cândido Martins, Maria José Ferreira Lopes, António Melo e José Manuel Lopes (Universidade Católica, Braga), Raul Miguel Rosado Fernandes (Univ. de Lisboa), Santiago López Moreda (Univ. Extremadura), Thomas Earle (Univ. de Oxford), Gilbert Tournoy (Univ. de Lovaina), Jean-Claude Margolin (Univ. de Tours), Antonio Sánchez Marín (Univ. de Granada), Silvio Castro (Univ. de Pádua), Aires Nascimento e Paulo Drumont Braga (Univ. Nova de Lisboa). Este Congresso assumiu posição de relevo entre as manifestações que assinalaram o 5.º centenário do nascimento do “homem que muito sofreu por ter ousado pensar por si próprio” e, por isso, mereceu eco laudatório na imprensa local e nacional.

De 16 a 18 de julho de 2003, na Faculdade de Filosofia, decorreu o Congresso Internacional de Linguística Cognitiva subordinado ao tema *Linguagem, Cultura e Cognição*. Participaram mais de 250 congressistas e foram apresentados 82 trabalhos por investigadores de 20 países. Constituíram momentos altos do Congresso as conferências plenárias que estiveram a cargo de conceituados especialistas mundiais: George Lakoff (Univ. da Califórnia, Berkeley), Ronald Langacker (Univ. da Califórnia, San Diego), Leonard Talmy (Univ. de Nova Iorque, Buffalo), Dirk Geeraerts (Univ. de Lovaina), Arie Verhagen (Univ. de Leide, Holanda) e Enrique Bernárdez (Univ. Complutense de Madrid).

Especial menção merece o Congresso Internacional de Filosofia subordinado ao tema *Pessoa e Sociedade: Perspetivas para o século XXI* que decorreu, na Faculdade de Filosofia, de 17 a 19 de novembro de 2005, sob a coordenação do Prof. Doutor João Vila-Chã. Quiseram os organizadores celebrar os 60 anos da *Revista Portuguesa de Filosofia* juntamente com o centenário do nascimento de Emmanuel Mounier, Jean-Paul Sartre e Emmanuel Levinas, bem como evocar os 50 anos da morte de Pierre Teilhard de Chardin e Albert Einstein. Participaram 520 congressistas e foram apresentadas cerca de 370 conferências selecionadas, pela Comissão Científica do Congresso, de entre as mais de 500 que foram submetidas. Os congressistas que apresentaram comunicação provieram de 37 países dos cinco continentes, da Alemanha à China, de Marrocos à Argentina e ao México, da Turquia ao Irão e ao Vietname. Dos participantes com comunicação, 264 possuíam o doutoramento, dos quais 231 eram professores universitários. Destaco os conferencistas das Sessões Plenárias: Adela Cortina (Univ. de Valencia, Espanha), Paul Gilbert (Univ. Gregoriana de Roma), Carlos Díaz (Instituto Mounier de Madrid), Roger Burggraave (Univ. Católica de Lovaina), Raúl Fornet-Bettancourt (Univ. de Aachen), Virgilio Melchiorre (Univ. Católica de Milão), Thomas Sheehan (Univ. de Stanford), Frederick Lawrence (Boston College), Jean-Pierre Dupuy (Univ. Stanford), Manfredo de Oliveira (Univ. Federal do Ceará), Lodovico Galleni (Univ. de Pisa), John Stachel (Univ. de Boston) e Marcelo Rebelo de Sousa (Univ. de Lisboa). Este Congresso constituiu um verdadeiro sucesso, havendo muitos congressistas que afirmaram ter sido este um dos melhores, se não o melhor Congresso em que alguma vez participaram.

De 19 a 21 de outubro de 2006 realizou-se, na Faculdade de Filosofia, o I Congresso Internacional de Pedagogia – *Repensar a Escola Hoje: o Contributo dos Jesuítas*. Os eixos temáticos do Congresso convergiram em duas linhas de força: Fontes da Companhia de Jesus e Atualizações da Pedagogia da Companhia de Jesus. Nele participaram consagrados estudiosos, entre os quais destaco: Cármen Labrador Herraiz (Univ. Complutense, Madrid), Pedro Miguel Lamet

(Madrid), Fernando Lasala e Rogelio García Mateo (Univ. Gregoriana, Roma), António Gomes Ferreira (Univ. de Coimbra), Peter Musso (Washington, EUA) e Luiz Fernando Klein (Univ. de São Paulo, Brasil).

Por ocasião do 200.º aniversário da morte de Charles Darwin, realizou-se, na Faculdade de Filosofia, de 10 a 12 de setembro de 2009, o *International Congress on Darwin's Impact on Science, Society and Culture*. Nela participaram reconhecidos especialistas, tais como: Fiorenzo Facchini (Univ. de Bolonha), Michael Ruse (Univ. de Flórida), John F. Haught (Univ. de Georgetown), George Coyne e Paul Gabor (Observatório do Vaticano), Francisco Ayala (Univ. da Califórnia) e os Docentes da Faculdade de Filosofia Manuel Sumares, Miguel Dias Costa e Artur Galvão. A participação de distintos estudiosos de Darwin deu ao Congresso um elevado nível científico.

De 23 a 25 do setembro do mesmo ano, decorreu, na Faculdade de Filosofia, o Congresso Internacional de Ciências da Comunicação – *Comunicação, Cognição e Media*. Participaram mais de 250 congressistas e foram apresentadas 220 comunicações por académicos de 27 países, de Portugal a Taiwan, da Polónia às Filipinas, da Sérvia ao Irão e ao Kuwait. As conferências plenárias estiveram a cargo de especialistas de reconhecimento internacional nas ciências da comunicação: Charles Forceville (Univ. de Amsterdão), Peter Golding (Univ. de Loughborough), Moisés de Lemos Martins (Univ. do Minho), Floyd Merrell (Purdue Univ., EUA), Jean-Pierre Meunier (Univ. Católica de Lovaina), Brigitte Nerlich (Univ. Nottingham), Angél Vázquez Medel (Univ. de Sevilha), José Manuel Paquete de Oliveira (ISCTE, Lisboa) e Alexandre Castro Caldas (UCP). A qualidade e variedade das comunicações apresentadas que criaram um rico espaço interdisciplinar fizeram com que o Congresso alcançasse plenamente os seus objetivos.

Ainda neste mesmo ano, realizou-se na Faculdade de Filosofia, nos dias 6 e 7 novembro, o II Congresso Internacional de Pedagogia, subordinado ao tema *Sexualidade e Educação para a Felicidade*. Entre os conferencistas, aprez-me mencionar José Tolentino de Mendonça (UCP), Enrique Rojas (Univ. Complutense de Madrid), Eduardo Sá (Univ. de Coimbra), Judite Zamith Cruz e Zélia Caçador Anastácio (Univ. do Minho) e os Docentes da Faculdade de Filosofia Ângela Azevedo, Fabrizia Raguso, José Henrique Silveira de Brito, José Manuel Lopes e José Rui da Costa Pinto. Este Congresso foi vivamente participado por várias dezenas de congressistas.

De 15 a 17 de setembro de 2010, decorreu, na Faculdade de Filosofia, o Congresso Internacional *Línguas pluricêntricas: variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Participaram cerca de 150 congressistas e foram apresentadas mais de cem comunicações por académicos de 17 países. Foram analisadas oito línguas

pluricêntricas: quatro românicas (português, espanhol, catalão e francês) e quatro germânicas (inglês, alemão, neerlandês e afrikaans). Proferiram as conferências plenárias especialistas de renome internacional: Peter Auer (Univ. de Freiburg), Enrique Bernárdez e Gitte Khristiansen (Univ. Complutense de Madrid), Ataliba Castilho (Univ. de São Paulo), Dirk Geeraerts (Univ. de Lovaina), Georges Lüdi (Univ. de Basel) e Edgar Schneider (Univ. Regensburg). Uma menção especial à participação do Prof. Michael Clyne (Univ. de Monash, Austrália), principal promotor da investigação sobre pluricentrismo linguístico e eminente especialista.

Nos dias 12 e 13 de julho de 2012, realizou-se, na Faculdade de Filosofia, o I Congresso Internacional de Psicologia do Trabalho e das Organizações – *Trabalho, riscos psicossociais e saúde: conceptualização, diagnóstico e intervenção*, em parceria com a Universidade de Brasília e da UDIMA (Espanha) e sob a coordenação da Prof. Doutora Maria de Fátima Lobo, Docente da Faculdade. Foram apresentadas mais de 120 comunicações e participaram mais de 200 congressistas, entre os quais destaco os seguintes: José Maria Peiró (Univ. de Valência), Jorge Correia Jesuíno (ISCTE, Lisboa), Ana Magnólia Mendes e Ângela da Silva Ferreira (Univ. de Brasília), Maria de Fátima Lobo (UCP, Braga), Ângelo Vicente (ISPA), Valquíria Padilha (Univ. de São Paulo, Brasil), Laura Martins Nogueira (Univ. Federal do Pará – Brasil), Ana Teresa Verdasca (Univ. Técnica de Lisboa), Luís Sá (UCP, Porto), Mary Sandra Carlotto (UNISINOS, Brasil), Débora Cristina Fonseca (Univ. Estadual Paulista, Brasil), Jesus Alexandre (Univ. Federal de Minas Gerais – Brasil), Inmaculada Cerejido Santos (UDIMA, Espanha), Danielle Monteiro (PUC Minas, Brasil), Isabel Silva e José Keating (Univ. do Minho), Isabel Gomes, Teresa Simões e Sónia Borgas (Instituto Piaget). Este Congresso teve grande sucesso, de tal modo que “abriu apetite” à realização do II Congresso Internacional de Psicologia do Trabalho e das Organizações – *A Pessoa e o Trabalho* que decorreu nos dias 10 e 11 de julho de 2014. Associaram-se à sua organização a Universidade Católica de Moçambique, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo – Brasil) e a PUC do Rio Grande do Sul, tendo sido coordenadora a Prof. Doutora Maria de Fátima Lobo. Estiveram presentes cerca de 40 universidades nacionais e estrangeiras, tendo sido apresentadas cerca de 100 comunicações. As conferências plenárias estiveram a cargo de Pedro Gil-Monte (Univ. de Valência), Jorge Correia Jesuíno (ISCTE – Lisboa) e Owen Hargie (Univ. de Ulster). Na tarde do 1.º dia decorreram três Simpósios inseridos nas áreas temáticas *Prazer e Sofrimento no Trabalho* e *Intervenção Psicossocial nas Organizações* coordenados por Cristina Queirós (Univ. do Porto), Filomena Ponte (UCP, Braga) e José Gonçalves das Neves (ISCTE – Lisboa) e na tarde do 2.º dia houve lugar a dois Simpósios nas mesmas áreas temáticas

coordenados por Rui Devesa Ramos e Joan Boada-Grau (Univ. Rovira i Virgili, Tarragona).

Nos dias 26 e 27 de abril de 2012, na Faculdade de Filosofia, realizou-se o Colóquio Internacional *Narrativas do Poder Feminino*. Apresentaram comunicação mais de sete dezenas de participantes, entre os quais Anália Torres (Univ. Técnica de Lisboa), Helena de Carlos Villamarín (Univ. de Santiago de Compostela), Maria Graciete Besse (Univ. de Paris IV – Sorbonne), Maria de Fátima Silva (Univ. de Coimbra) e Virgínia Soares Pereira (Univ. do Minho), para além de sete Docentes da Faculdade de Filosofia.

Poucos meses depois, de 19 a 21 de setembro, teve lugar o II Congresso Internacional *Comunicação, Cognição e Media – Discurso Político e Económico*. Participaram cerca de 200 congressistas e foram apresentadas 150 comunicações por académicos e investigadores de 22 países. Entre eles, sobressaem alguns dos mais conceituados especialistas internacionais de análise crítica do discurso político e económico: Mats Alvesson (Univ. de Lund, Suécia), Patrick Charaudeau (Univ. de Paris 13), Jonathan Charteris-Black (Univ. de West of England), João César das Neves (UCP), Veronika Koller e Ruth Wodak (Univ. de Lancaster).

Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2012, na Faculdade de Filosofia, decorreu o Congresso Internacional *Do reino das sombras: figuras da morte* que congregou cerca de uma centena de especialistas de várias academias nacionais e estrangeiras. Foram conferencistas convidados os Professores Antoni Blanch e Miguel García-Baró (Univ. de Comillas, Madrid), Daniel Serrão (Univ. do Porto), José Tolentino de Mendonça (UCP), Maria Clara Meneres (Univ. de Évora), Ládía Parreira Duarte (Univ. Federal de Minas Gerais) e Santiago López-Moreda (Univ. de Extremadura, Cáceres).

De 13 a 15 de novembro de 2014, realizou-se, na Faculdade de Filosofia, o Congresso Internacional *Verba Volant*. O Congresso contou com seis conferências plenárias e cerca de uma centena de comunicações paralelas de investigadores e professores de diferentes áreas das ciências humanas oriundos de treze Universidades nacionais e estrangeiras. As conferências plenárias estiveram a cargo dos Professores Kurt Appel (Univ. de Viena), Miguel García-Baró (Univ. de Comillas, Madrid), João Ângelo Oliva Neto (Univ. de São Paulo), Maria Cristina Sousa Pimentel (Univ. de Lisboa), Santiago López-Moreda (Univ. de Extremadura, Cáceres) e Rita Marquilhas (Univ. de Lisboa).

Merecem também uma referência especial os seguintes eventos:

Nos dias 22 e 23 de maio de 2000, na Faculdade de Filosofia, teve lugar o Encontro promovido e organizado pela Associação Portuguesa de Linguística, subordinado ao tema *Linguagem e Cognição: A Perspetiva da Linguística Cognitiva*. Foram apresentados 27 trabalhos por especialistas de 9 países. As conferências

plenárias estiveram a cargo de quatro figuras cimeiras da Linguística Cognitiva: Ronald Langacker (Univ. da Califórnia, San Diego), Dirk Geeraerts (Univ. Católica de Lovaina), Per Aage Brandt (Univ. de Aarhus, Dinamarca) e William Croft (Univ. de Manchester).

De 20 a 22 de abril de 2005, na Faculdade de Filosofia, decorreu o Colóquio de Homenagem ao Prof. Doutor Amadeu Torres subordinado ao tema *Gramática e Humanismo*. Foram apresentadas cerca de 90 comunicações de eminentes especialistas provenientes de quase todas as universidades portuguesas e ainda da Alemanha, Áustria, Brasil, Espanha, EUA, França e Inglaterra. Momento de particular emoção foi a “última lição” do homenageado: *Universais da gramática, da natureza e da cultura*.

Constituiu motivo de grande alegria e merecido orgulho a celebração do 40.º aniversário da Universidade Católica Portuguesa que teve lugar na Aula Magna da sua Faculdade-*mater*, em 2 de fevereiro de 2007. Presidiu à Sessão Solene o Magno Chanceler, D. José da Cruz Policarpo e estiveram presentes o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, o Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, o Arcebispo Emérito de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, Reitores e Vice-Reitores das Universidades Portuguesas, muitos Professores e Alunos da UCP e diversas autoridades académicas, civis e militares. Nesta Sessão, receberam o doutoramento *Honoris causa* três distintos Académicos que a Universidade Católica Portuguesa quis homenagear pelo seu prestígio científico e pelos serviços prestados: Prof. Aníbal Pinto de Castro, distinto professor da Universidade de Coimbra, que foi apresentado pelo Prof. Doutor Mário Garcia, Prof. Associado da UCP; Prof. Luís Archer, introdutor da genética molecular em Portugal, cuja apresentação coube ao Prof. Doutor Walter Osswald, Prof. Catedrático Jubilado da Universidade Porto, e o Dr. Rui Machete, fundador da Faculdade de Direito da UCP, que foi apresentado pelo Prof. Doutor Jorge Miranda, Professor Catedrático da Universidade de Lisboa.

Integrado nas celebrações do IV centenário do seu nascimento, realizou-se, na Faculdade de Filosofia, no dia 7 de junho de 2008, o *Colóquio Padre António Vieira* que congregou cerca de duas dezenas de estudiosos da obra vieirina oriundos de várias universidades portuguesas, bem como de Espanha e do Brasil. Permito-me nomear os seguintes: Aníbal Pinto de Castro (Univ. de Coimbra), Arnaldo Espírito Santo (Univ. de Lisboa), João Francisco Marques (Univ. do Porto), Mário Garcia (UCP, Braga), Maria Isabel Morán Cabanas (Univ. de Santiago de Compostela), Vera Pancotte Amatti (Univ. de São Paulo e ainda os docentes da Faculdade de Filosofia José Gama, João Amadeu Siva, Cândido Martins e Luís da Silva Pereira. No final, foi dito o “Sermão da Sexagésima”, pelo ator António Fonseca.

Nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2010, na Faculdade de Filosofia, decorreu o Colóquio *Pensar a Literatura no Século XXI* que teve como conferencistas convidados Vítor Aguiar e Silva (Univ. do Minho), José A. Cardoso Bernardes (Univ. de Coimbra), Jean Bessière (Univ. de Sorbonne), Noemi Sengal (Univ. de London) e Dario Villanueva (Univ. Santiago de Compostela). Para além das cerca de sessenta comunicações, teve lugar uma mesa-redonda com a participação dos escritores Lídia Jorge e Vasco Graça Moura.

A Faculdade de Filosofia, a Universidade dos Açores e o Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, da Universidade de Coimbra, organizaram conjuntamente o Colóquio Internacional *Camões e os Contemporâneos* que decorreu, em Braga, nos dias 13 e 14 de abril de 2012 e em Ponta Delgada (Açores), nos dias 18, 19 e 20 do mesmo mês. O Colóquio contou com cerca de 60 comunicações. Foram conferencistas convidados os Professores Vítor Aguiar e Silva (Univ. do Minho), José Augusto C. Bernardes, Ofélia Paiva Monteiro e José Carlos Seabra Pereira (Univ. de Coimbra), Thomas Earle (St Peter's College, Oxford), Maria Vitalina Leal de Matos (Univ. de Lisboa), Vasco Graça Moura (CCB), Arnaldo Espírito Santo (Univ. de Lisboa) e Barbara Spaggiari (Univ. de Genebra).

A par da investigação, a internacionalização tem sido, nos últimos anos, uma aposta inquestionável. Os docentes da Faculdade têm participado em Congressos Internacionais, seja apresentando conferências e comunicações seja integrando comissões científicas. Têm, ainda, colaborado com outras universidades, quer sob a forma do intercâmbio de Docentes Erasmus quer sob outras formas de parcerias como, por exemplo, o Doutoramento conjunto em Linguística, com a Universidade de Lovaina. Além disso, alguns Docentes da Faculdade têm coordenado ou integrado projetos internacionais, como são os casos do SCENE, do Genius ou do European Network Exchange Early Detection Drug-Consumption que agrega investigadores de Espanha, Roménia, Itália, Turquia e Portugal. Por sua vez, dezenas de alunos da Faculdade têm beneficiado do Programa Erasmus e os Cursos da Faculdade têm sido frequentados por muitas dezenas de alunos estrangeiros provenientes, sobretudo, da CPLP.

O binómio investigação/internacionalização está solidamente ancorado no Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH), constituído em 2007, fruto da fusão do Centro de Estudos Filosóficos e do Centro de Estudos Humanísticos. Integram-no quatro grupos de investigação que desenvolvem diversos projetos específicos: *Fundamento(s)*, *Racionalidade(s)* e *Sociedade na Contemporaneidade*; *Linguagem, Cognição e Sociedade*; *Memória e Diálogos Literários*; *Percursos Desenvolvidos e Contextos de Vida*.

A partir do ano de 2013, começou a perspetivar-se uma nova configuração para a Faculdade de Filosofia. De facto, em 18 de janeiro desse mesmo ano, o Conselho Superior da UCP determinou a formação de um *Grupo de Reflexão Estratégica* para a reestruturação do Centro Regional de Braga (CRBr) da UCP. A partir de maio de 2014, com a nomeação duma “*Comissão de Acompanhamento do CRBr*” e a constituição dum grupo de trabalho local, a “*Comissão de Reestruturação do CRBr*”, começou a ganhar contornos mais definidos o modelo a implementar. E assim, em reunião de 16 de janeiro de 2015, após acolhimento favorável por parte da Comissão de Acompanhamento do CRBr, da Reitoria e da Companhia de Jesus, o Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a fusão da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Ciências Sociais que tinha sido criada em 2001, tendo em conta a proximidade científica das áreas das duas faculdades e “a vantagem da unificação de esforços e recursos, perante os fortes desafios da internacionalização e da prestação de serviços à região”. Por despacho reitoral de 18 de fevereiro de 2015 foi nomeada uma Direção de transição composta pelos Profs. Doutores Miguel da Costa Gonçalves (Presidente), João Amadeu Carvalho da Silva, José Manuel Martins Lopes, José Carlos Miranda, José Rui da Costa Pinto e Paulo Sérgio Tenreiro Magalhães. A esta Direção de transição são confiadas, entre outras, as tarefas de “dirigir e acompanhar o processo de gestão diária das duas faculdades com vista à criação da nova Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais” e “propor um modelo de governação que integre equilibradamente as duas faculdades a fundir, tendo bem presente o respetivo património cultural, nomeadamente a especificidade de obra apostólica da Companhia de Jesus”. Por Decreto MC-07/2015, do Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, é instituída, em Braga, a partir de 1 de junho de 2015, a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FFSC). O seu Diretor – Prof. Doutor Miguel Gonçalves – e o Conselho de Direção – constituído pelos membros que integravam o Conselho de transição – tomaram posse no dia 5 de mesmo mês.

A fusão das duas Faculdades implicou um aumento significativo de docentes e discentes e a oferta formativa foi enriquecida com os Cursos que eram ministrados na Faculdade de Ciências Sociais: Serviço Social, Tecnologias de Informação e Comunicação, Turismo (1.º ciclo) e Gerontologia Social Aplicada, Património Cultural e Religioso, Administração e Organização Escolar, Educação Especial e Turismo (2.º ciclo). Além disso, no ano letivo de 2015/2016, começou a funcionar o Mestrado em Comunicação Digital e, posteriormente, foi aprovado um terceiro Mestrado em Filosofia, na especialização de Estética e Teoria das Artes. Assim, no corrente ano letivo de 2017/2018, frequentam a

Faculdade 838 alunos dos quais 755 em cursos conferentes de grau e o Corpo Docente é constituído por 50 Docentes de carreira.

Nas proximidades das comemorações do 50.º aniversário da Universidade Católica Portuguesa, realizou-se, no dia 19 de outubro de 2016, na Aula Magna da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, uma Sessão Solene de Abertura do Ano Académico de 2016/2017. Presidiu o Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga e estiveram presentes a Reitora da UCP, Prof. Doutora Maria da Glória Garcia e numerosas autoridades académicas, civis, religiosas e militares. Esta Sessão Solene constituiu uma merecida homenagem ao Prof. Doutor Bacelar e Oliveira, primeiro Reitor da UCP, por ocasião do centenário do seu nascimento. Com este propósito, o Prof. Doutor José Rui da Costa Pinto proferiu uma grata e comovida “*Evocação do Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, S.J. no centenário do seu nascimento*” que foi vivamente aplaudida por todos os presentes, entre os quais se encontravam muitos familiares e amigos do homenageado. E como a Direção da Faculdade tinha decidido atribuir o nome do Prof. Bacelar e Oliveira ao edifício de 1967 e o nome do Prof. Lúcio Craveiro da Silva, ao edifício mais recente, no final da sessão foram descerradas, com caloroso aplauso, as respetivas lápides.

O mais recente evento científico foi o Congresso Internacional *A Lição dos Clássicos em Camilo Castelo Branco*, realizado na FFCS, de 12 a 14 de abril de 2018. Foram apresentadas vinte conferências de conhecidos especialistas camilianos, tais como Elias Torres Feijó (Univ. de Santiago de Compostela), J. Filipe Ressurreição, Ricardo Nobre e José Pedro Serra (Univ. de Lisboa), Maria Cristina Pais Simon (Univ. Sorbonne Nouvelle – Paris 3), Mário Mesquita (Univ. do Porto), Paulo Motta Oliveira (Univ. de São Paulo, Brasil) e ainda Ana Paula Pinto, Maria José F. Lopes, Mário Garcia e J. Cândido de Oliveira Martins, da UCP, Braga. O último dia do Congresso teve lugar no Centro de Estudos Camilianos, em São Miguel de Seide (Vila Nova de Famalicão), tendo encerrado com uma visita à Casa-Museu de Camilo.

A Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, enquanto obra apostólica da Companhia de Jesus, prossegue, com alegre firmeza, a missão de formar homens e mulheres apaixonados pela verdade, comprometidos vivencialmente com a justiça e solidários afetiva e efetivamente com aqueles que vivem nas periferias de todos os tipos.

## Capítulo 12

### **Faculdade de Teologia**

A celebração dos 50 anos da Universidade Católica Portuguesa constitui um momento privilegiado para fazer também uma reflexão sobre os 50 anos da Faculdade de Teologia, a 1.<sup>a</sup> unidade académica e científica que foi criada após a fundação da Universidade. De facto, a Faculdade de Filosofia já existia antes e foi apenas incorporada na nova Universidade, o que confere à Teologia esta primazia que está não apenas na origem, mas também na identidade da Universidade, na sua catolicidade e serviço eclesial determinante em ordem ao serviço das necessidades pastorais, culturais e científicas da Igreja.

Este trabalho assume duas partes, procurando aliás expressar aquilo que foi a vida da Faculdade, tendo sido organizado pelos seus autores no seguinte quadro temporal:

I – Fundação e organização estrutural (1968-1981)

II – Os anos da consolidação da Faculdade (1981-2017)

#### **I – Fundação e Organização Estrutural (1968-1981)**

D. António Montes Moreira

##### **1. Preparação e abertura**

A iniciativa da fundação da Universidade Católica remonta ao Concílio Plenário Português de 1926. O n.º 138 das suas disposições “decreta que se funde, quanto antes, uma escola superior católica ou Instituto católico”.

Entre 1953 e 1963 a Universidade de Coimbra apresentou várias propostas de restauração da sua antiga Faculdade de Teologia, que fora encerrada em 1910. O Episcopado preferiu abrir a Faculdade de Teologia só na futura Universidade Católica para salvaguardar melhor a autoridade da Igreja sobre ela, por haver mais possibilidades de diálogo da Teologia com outros ramos do

saber numa escola universitária católica e ainda pela eventual falta de alunos para duas Faculdades<sup>1</sup>.

Na assembleia plenária do Episcopado de 12-15 de janeiro de 1960 formou-se uma Comissão Episcopal para a Universidade Católica, presidida por D. Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal-patriarca de Lisboa, a fim de agilizar os trabalhos preparatórios para a criação da mesma. Pouco depois efetuou-se um levantamento dos sacerdotes diocesanos e religiosos com habilitações académicas em teologia, filosofia, direito canónico e ciências humanas. Data igualmente dessa época o anteprojecto dos edifícios da nova instituição, então concebida na perspectiva de instalação na capital e por isso designada Universidade Católica de Lisboa<sup>2</sup>. A Pastoral Coletiva de 16 de janeiro de 1965 comunicou oficialmente a decisão final de fundação da Universidade Católica, tomada na assembleia do Episcopado que então decorria no seminário dos Olivais em Lisboa.

Entretanto, o critério de implantação geográfica da futura universidade foi alterado. Em vez do estabelecimento exclusivo na capital, preferiu-se a distribuição por diversas regiões do país ficando em Lisboa a sede e outros órgãos centrais, acompanhados de unidades de investigação e ensino. Em conformidade com a nova orientação, a projetada instituição passou a chamar-se Universidade Católica Portuguesa (UCP).

A 29 de junho de 1967, festa de S. Pedro e S. Paulo e primeiro dia do Ano da Fé proclamado pelo Papa Paulo VI e decorrendo ainda a comemoração do cinquentenário das Aparições de Nossa Senhora em Fátima, o cardeal Cerejeira benzeu e colocou a primeira pedra da sede da UCP, na zona de Palma de

---

<sup>1</sup> MOREIRA, António Montes, “O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa”, em *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 2 (1990), pp. 187-200.

<sup>2</sup> O Estudo-Base do programa das instalações da futura universidade, elaborado por um Comissão criada em 1960 e presidida pelo Eng. Luís Maria Guimarães Lobato, estava concluído em setembro de 1961 e foi transmitido pelo cardeal Cerejeira ao Ministro das Obras Públicas a 5 de janeiro de 1962. Esse documento previa um dilatado conjunto de construções desde Palma de Cima até à 2.<sup>a</sup> circular: edifícios escolares, dois seminários (um para alunos de filosofia e outro para teólogos), igreja e residências universitárias. O Patriarca esclarecia na carta ao Ministro que o Estudo-Base era um ponto de partida: “representa uma visão global, que poderá parecer, à primeira vista, excessiva. Julgou-se mais criterioso prever desde já o conjunto ideal, capaz de comportar o desenvolvimento futuro. Mas não é intenção realizar tudo imediatamente; e prevê-se revisão cuidadosa de cada elemento do conjunto. A realização progressiva será condicionada pela necessidade e pela experiência” (*art. cit.*, p. 204). Este documento foi também submetido ao parecer doutras entidades; entre elas, o Seminário Franciscano da Luz em Lisboa. O professorado de teologia desta casa, do qual o signatário já fazia parte, analisou-o nas férias de Natal de 1962-1963.

Cima, na presença de membros do Governo, outras autoridades civis, reitores das Universidades de Lisboa, benfeitores e numeroso público.

O decreto *Lusitanorum nobilissima gens* da Congregação Romana dos Seminários e Universidades, de 13 de outubro de 1967, constitui a data fundacional da UCP ao abrir ao público a Faculdade de Filosofia de Braga, até então reservada a alunos internos jesuítas, e erigindo-a “como primeira efetivação da Universidade Católica Portuguesa”<sup>3</sup>. O decreto foi promulgado solenemente na Faculdade de Braga a 1 de novembro seguinte perante os cardeais Cerejeira e Gabriel Marie Garrone, Pró-Prefeito da referida Congregação, e do Ministro da Educação Nacional, Prof. Inocêncio Galvão Teles.

A obra realizada pelo P. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, SJ, na direção da Faculdade de Filosofia de Braga desde 1962 levou a Conferência Episcopal Portuguesa a indigitá-lo para Vice-Reitor da UCP na assembleia plenária de 12-15 de dezembro de 1967, logo que terminasse o seu mandato sexenal. Nessa altura o Episcopado entendia que o Reitor devia ser um Bispo, assistido por um Vice-Reitor que assumisse as obrigações ordinárias da reitoria. A Comissão Episcopal para a UCP, na reunião de 13 de junho, abandonou esse modelo de gestão e designou-o Vice-Reitor em exercício de funções de Reitor.

Entretanto, em Lisboa a construção da sede central da UCP prosseguia em bom ritmo. A 3 de abril de 1968 o Núncio Apostólico, Mons. Giuseppe Sensi, transmitiu ao Patriarca um memorando da Congregação dos Seminários e Universidades consentindo na abertura do 1.º ano da Faculdade de Teologia em outubro mediante aprovação prévia pela mesma do plano global da sua orgânica académica e administrativa. Em abril e julho o cardeal Cerejeira orientou pessoalmente no Patriarcado várias reuniões com professores escolhidos para lecionar na Faculdade de Teologia<sup>4</sup>.

O sobredito dicastério, agora denominado Congregação da Educação Católica (CEC), formulou ainda observações num “Appunto” de 20 de agosto e em carta explicativa do dia 25 anotava que “antes, portanto, de pensar na inauguração da Universidade Católica em Lisboa será necessário dissipar todas as dúvidas e incertezas contempladas no Appunto”. As hesitações da Congregação não se referiam apenas à Faculdade de Teologia, mas ainda a vários pontos da orgânica prevista para a Universidade em geral.

<sup>3</sup> Original latino em *Revista Portuguesa de Filosofia*, 24 (1968), pp. 5-6, e *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 193-194, e versão portuguesa em RPF, 24 (1968), pp. 7-8.

<sup>4</sup> Na reunião de 8 de julho o signatário foi escolhido para Secretário da Faculdade de Teologia.

Perante a urgência da situação, em meados de setembro o cardeal Cerejeira enviou o Vice-Reitor a Roma para aclarar todas as dúvidas. A missão foi coroada de êxito. A 19 de setembro o Doutor Bacelar comunicou por via telegráfica a Sua Eminência que, após duas reuniões acolhedoras e exigentes, a Congregação permitia a abertura da Faculdade de Teologia sob a responsabilidade direta do Vice-Reitor e em regime de experiência e autorização, mas contando já para graus académicos, e aprovava as nomeações para os cargos diretivos previstos<sup>5</sup>. Em Nota de 1 de outubro seguinte a CEC referiu expressamente a necessidade de a UCP dispor de biblioteca condigna e determinou que, durante o período experimental da Faculdade de Teologia, os docentes desempenhassem funções como “incaricati” e editassem uma revista científica<sup>6</sup>.

Finalmente, em Comunicado de 7 de outubro, a Comissão Episcopal da UCP tornou públicas estas decisões: nomeação do Doutor José Bacelar e Oliveira para Vice-Reitor da UCP, em exercício de funções de Reitor, por um triénio; inauguração da sede central da UCP em novembro; nomeação pelo mesmo período do Diretor e do Secretário da Faculdade de Teologia, respetivamente, Mons. José Filipe Mendeiros, reitor do Seminário Maior de Évora, e o signatário, professor de história eclesialística do Seminário Maior Franciscano da Luz e do Instituto Superior de Estudos Eclesialísticos em Lisboa; e abertura do primeiro ano dos ciclos propedêutico e geral da licenciatura canónica em Teologia com a duração de sete anos no conjunto dos seus três ciclos<sup>7</sup>.

A inauguração do Curso de Teologia efetuou-se a 4 de novembro de 1968, decorreu em ambiente de extrema simplicidade, sem caráter público, e constou de celebração eucarística e breve sessão académica, ambas presididas pelo cardeal Cerejeira.

As aulas começaram no dia seguinte, 5 de novembro, terça-feira, com a frequência de 65 alunos, distribuídos por três anos do curso: o primeiro do ciclo geral e os dois do ciclo propedêutico (e não só o primeiro, como previa o Comunicado de 7 de outubro).

A inauguração oficial da sede da UCP realizou-se a 29 de novembro, dia do 80.º aniversário natalício de Sua Eminência. O acontecimento revestiu-se de marcada solenidade, a contrastar expressivamente com o aspeto familiar que

---

<sup>5</sup> MOREIRA, António Montes, *art. cit.*, p. 212 e “O ‘Construtor’ da Universidade Católica Portuguesa”, em *Padre José Bacelar e Oliveira, SJ – A Força das Origens*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016, p. 135.

<sup>6</sup> MOREIRA, António Montes, “O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971)”, em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 398, 419 e 426.

<sup>7</sup> Texto do Comunicado em MOREIRA, António Montes, “A criação da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa”, em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 194-196.

adrede se imprimira à abertura do Curso de Teologia. Assistiu quase todo o Episcopado, bem como o Ministro da Educação Nacional, então o Dr. José Hermano Saraiva, os reitores das Universidades de Coimbra e Lisboa (Clássica e Técnica) e numeroso público<sup>8</sup>.

## 2. Reconhecimento civil e canónico

Sob o impulso do cardeal Cerejeira e do Vice-Reitor, iniciaram-se então diligências com vista ao reconhecimento estatal da UCP e das suas Faculdades de Teologia e Filosofia. A tarefa envolvia notória dificuldade por se tratar do primeiro caso de oficialização duma universidade não estatal num país de arraigada tradição estatista em matéria de ensino. A proposta da UCP beneficiou de maneira indireta do ambiente algo propício criado pelo debate público sobre os Projetos de Reforma do Ensino, apresentados em janeiro de 1971 pelo novo Ministro da Educação Nacional, Prof. José Veiga Simão. Mas o sentimento de esperança coexistia com manifesto desalento pela demora na conclusão favorável do processo.

Ao fim da tarde de 28 de junho, véspera da sua despedida do Patriarcado de Lisboa, o cardeal Cerejeira veio participar durante algum tempo numa reunião do Pró Conselho da Faculdade de Teologia, presidida pelo Vice-Reitor, para se despedir também da Universidade Católica. Foi um gesto paternal de cortesia que calou fundo no espírito de quantos estivemos presentes. A solenidade e emoção do momento não escondiam, porém, uma incómoda sensação de desconforto por a UCP não estar ainda reconhecida.

Soube-se mais tarde que, ao chegar ao Patriarcado, o cardeal Cerejeira foi informado da intenção do Governo de a reconhecer em breve. No dia seguinte os jornais publicaram idêntica notícia. A 5 de julho o Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Marcello Caetano, foi mais explícito num cartão manuscrito dirigido ao Vice-Reitor: “Meu Rev.mo Amigo. / Recebi a carta de V. Rev.<sup>a</sup> e o primeiro número da *Didaskalia* que me apressei a ler e me pareceu de muito bom nível. É caso para felicitar a sua Universidade. Espero que amanhã seja aprovado o decreto lei que a oficializa. [...] / Bem quis que o diploma aparecesse antes da saída do Cardeal Cerejeira; mas a máquina do Estado é pesada...”<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> MOREIRA, António Montes, “O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971)”, em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 395-397 e 431-438.

<sup>9</sup> Transcrição do original feita nessa altura pelo signatário por deferência do Vice-Reitor.

O decreto-lei foi com efeito aprovado pelo Conselho de Ministros a 6 de julho e publicado no dia 15 sob o n.º 307/71<sup>10</sup>. O diploma reconhece a UCP, as Faculdades de Teologia e Filosofia e outras que venham a ser criadas e estabelece, no artigo 7.º, n.º 1, que as suas Escolas “poderão atribuir [...] os graus de bacharel, licenciado e doutor, gozando os correspondentes títulos e diplomas do mesmo valor que os das restantes Universidades portuguesas”. O Governo reafirmava assim a “dignidade universitária da Teologia”<sup>11</sup> e preenchia a lacuna aberta em 1910 com o encerramento da Faculdade de Teologia de Coimbra.

O reconhecimento civil da UCP ocorreu antes da sua ereção canónica. Tal facto não deve surpreender. A Santa Sé só costuma erigir as instituições universitárias católicas que ofereçam garantias de nível científico nunca inferior aos padrões académicos do respetivo país.

O processo de ereção canónica da UCP e da Faculdade de Teologia atingiu um patamar significativo em fevereiro de 1971 numa viagem do Vice-Reitor a Roma para consultas na CEC. O reconhecimento estatal obtido em julho veio apressar a conclusão favorável do processo.

Os decretos de ereção canónica da UCP e da Faculdade de Teologia – intitulados *Humanam eruditionem* e *Ampla cum sedes*, respetivamente – foram emitidos pela CEC com data de 1 de outubro de 1971 e comunicados ao novo Patriarca de Lisboa e Magno Chanceler da UCP, D. António Ribeiro, em fins de novembro. Para a sua apresentação pública, a 7 de março do ano seguinte o Vice-Reitor organizou na sede da UCP um solene ato académico sob a presidência do cardeal Cerejeira<sup>12</sup>. Sete meses depois, a elevação do Prof. Bacelar a Reitor, por nomeação da CEC, assinalou mais uma etapa na consolidação institucional da UCP.

Um sobressalto posterior foi superado com uma clarificação legislativa introduzida em 1976. No Ministério da Educação tinha surgido uma corrente de cunho estatista que, aceitando o valor e o nível universitário dos graus da UCP, não lhes reconhecia efeitos idênticos aos dos conferidos pelas universidades do

<sup>10</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º 165, 15 de julho de 1971, pp. 1019-1020, transcrito em MOREIRA, António Montes, *art. cit.*, pp. 439-442.

<sup>11</sup> Qualificativo do Prof. António de Sousa Franco, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no substancial comentário ao Decreto-Lei n.º 307/71 “O reconhecimento oficial da Universidade Católica”, publicado na *Brotéria*, 93 (1971), pp. 435-478, e *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 367-393 (esse qualificativo figura a pp. 467 e 392, respetivamente).

<sup>12</sup> MOREIRA, António Montes, “A ereção canónica da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa”, em *Didaskalia*, 2 (1972), pp. 201-218: pp. 205-208 (crónica do ato académico), pp. 209-211 (original latino e versão portuguesa do decreto *Humanam eruditionem*) e pp. 212-214 (original latino e tradução portuguesa do decreto *Ampla cum sedes*).

Estado. Esta singular dicotomia foi rejeitada pelo Despacho n.º 189/76, de 8 de julho, do Ministro da Educação e Investigação Científica do VI Governo Provisório, Major Vítor Alves, o qual determina que “os graus académicos conferidos pela Universidade Católica nos termos do citado decreto [n.º 307/71] gozem não só do mesmo valor, como expresso no texto, como dos mesmos efeitos que os conferidos pelas restantes Universidades portuguesas”<sup>13</sup>. Este despacho tinha sido redigido pelo Prof. Armando Rocha Trindade, Diretor-Geral do Ensino Superior, durante uma reunião efetuada no seu gabinete no anterior dia 1 de julho e na qual o signatário também participou acompanhando o Reitor e o Secretário Geral da UCP, Dr. Luís Brito Correia, e ainda o Prof. Lloyd Braga, da Universidade do Minho<sup>14</sup>.

Conforme tive oportunidade de informar em circunstanciada crónica de fins de 1971<sup>15</sup>, a Faculdade de Teologia alcançara nessa data bom nível académico com os seguintes indicadores: estruturação em quatro Departamentos de Teologia (áreas bíblica, histórica, sistemática e prática) e um de Filosofia; organização semestral da lecionação e dos exames; conclusão da lecionação do plano quinquenal de estudos dos ciclos propedêutico e geral do Curso de Teologia, o primeiro constituído por matérias filosóficas e humanísticas de formação básica para o estudo da teologia e o segundo oferecendo uma visão global e sistemática das disciplinas teológicas; estabelecimento de quatro categorias de docentes (incumbido de regência da Faculdade, encarregado de curso, docente convidado ou eventual e assistente); lançamento da revista *Didaskalia* em fins de maio de

---

<sup>13</sup> Texto integral do Despacho n.º 189/76 em *Diário da República*, II série, n.º 166, 17 de julho de 1976, p. 4693.

<sup>14</sup> MOREIRA, António Montes, “O ‘Construtor’ da Universidade Católica Portuguesa”, em *Padre José Bacelar e Oliveira, SJ – A Força das Origens*, p. 143. Referi neste artigo que o Prof. Lúcio Craveiro da Silva, SJ, também participou nessa reunião. Foi um lapsus. Pesquisando mais tarde nos meus papéis, descobri um apontamento escrito numa visita que fiz ao Padre Bacelar a 17 de janeiro de 1996 na comunidade da Companhia de Jesus em Braga, onde se recolhera depois de jubilado como Reitor da UCP em 1988. Nesse momento consultámos os cadernos de formato A4 onde ele registava cuidadosamente os nomes dos participantes e os assuntos tratados nos múltiplos encontros que mantivera e por isso lhes chamava a sua “caixa negra”. Verificou-se então que o Prof. Craveiro da Silva não estivera presente pessoalmente. Mas marcou presença na agenda, pois, como anotei, esta “reunião destinava-se também a agilizar o processo de reconhecimento estatal do doutoramento obtido em 1951 pelo Padre Lúcio Craveiro na Faculdade de Filosofia de Braga a fim de poder assumir a reitoria da Universidade do Minho, como veio a acontecer” (p. 143).

<sup>15</sup> MOREIRA, António Montes, “O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971)”, em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 395-442.

1971<sup>16</sup>; concessão dos primeiros bacharelatos em Teologia a 9 alunos do 5.º ano em fins de julho de 1971; e obtenção do reconhecimento civil e canónico no segundo semestre de 1971.

Os dez anos seguintes (1971-1981) foram tempo de consolidação e desenvolvimento em vários domínios. Passo a apresentá-los valendo-me de escritos e recordações pessoais, bem como da consulta de documentos e livros internos da Faculdade<sup>17</sup>.

### 3. Ciclo complementar do Curso de Teologia

Em outubro de 1971 a Faculdade de Teologia avançou para uma etapa marcante na sua configuração universitária ao lançar o *ciclo complementar do Curso de Teologia* para obtenção do grau de licenciatura. Estruturado em *quatro semestres*, este ciclo privilegia o aprofundamento e a orientação especializada mediante cursos monográficos e seminários ministrados sobretudo pelos Departamentos de Teologia Bíblica e Sistemática e finaliza com uma dissertação que manifeste a capacidade do aluno para o trabalho científico.

Paralelamente, organizou-se um *ano ou ciclo pastoral*, em *dois semestres*, para os alunos seminaristas não candidatos à licenciatura, os quais, segundo as normas canónicas, devem frequentar um 6.º Ano de Teologia para a ordenação sacerdotal<sup>18</sup>. A maioria das matérias deste ciclo ficou entregue ao Departamento de Teologia Prática (áreas jurídico-canónica, litúrgica e pastoral); outras, como Sociologia Religiosa, apresentavam o contributo das ciências humanas para a formação dos futuros padres. Por sua vez, os estudantes de licenciatura podiam tomar algumas dessas disciplinas como opcionais para o seu currículo.

No Anuário da Faculdade para 1975-1976 o *ciclo complementar* aparece com a duração de *seis semestres*, sendo os dois últimos “para elaboração da dissertação

<sup>16</sup> MOREIRA, António Montes, *art. cit.*, pp. 426-427.

<sup>17</sup> Livros consultados: Diário da Faculdade (1968-1969 e 1969-1981), Atas das reuniões da Direção (1968-1970 e 1970-1981), Atas das reuniões do Conselho de Professores (1968-1970 e 1970-1984), Atas das reuniões do Conselho da Faculdade (1971-1985), Atas das reuniões do Ciclo Propedêutico/Departamento de Filosofia (1970-1972 e 1972-1986), Diário da Secção de Filosofia de Lisboa (1977-1981), Atas da Direção da Secção de Filosofia de Lisboa (1979-1985) e Anuários da Faculdade de Teologia (desde 1973-1974) e da Secção de Filosofia de Lisboa (1980-1981 e 1981-1982).

<sup>18</sup> Congregação da Educação Católica, *Normae quaedam ad Constitutionem Apostolicam “Deus scientiarum Dominus” de studiis ecclesiasticis recognoscendam*, 20 de maio de 1968, n.º 44a e, posteriormente, Constituições Apostólicas *Sapientia christiana*, 25 de abril de 1979, art. 74 § 2, e *Veritatis gaudium*, 27 de dezembro de 2017, art. 76 § 2.

de licenciatura em regime de tutoria acadêmica”<sup>19</sup>. Conforme exporei na primeira parte do apartado n.º 4, esta modificação curricular foi revogada no ano seguinte.

Em outubro de 1981, sob o impulso do Prof. José de Freitas Ferreira, o ciclo complementar foi desdobrado em duas variantes: *Licenciatura Geral em Teologia* e *Licenciatura em Teologia Pastoral*. A primeira de programa semelhante ao iniciado em 1971 e a segunda com um tronco comum de disciplinas fundamentais, dois seminários e estágio e disciplinas caraterizantes por áreas (pastoral catequética, pastoral das comunidades, pastoral sectorial, etc.).

As aulas do ciclo complementar principiaram a 19 de outubro de 1971 com 6 alunos. O número foi aumentando e ultrapassou quase sempre os 15 a partir de 1975. O quantitativo mais elevado ocorreu em 1981 com 27 alunos no conjunto das três ofertas do ciclo: as duas variantes de licenciatura e o Ano de Pastoral.

As primeiras licenciaturas foram atribuídas em 1975.

#### 4. Alterações na organização do Curso de Teologia

A estrutura do Curso de Teologia sofreu três alterações neste período em consequência das inovações da legislação estatal sobre o acesso ao ensino superior.

O Decreto-Lei n.º 363/75, de 11 de julho, do Conselho da Revolução criou um ano vestibular, extensivo aos estabelecimentos de ensino superior particular, o qual seria constituído por atividades de serviço cívico e por cursos propedêuticos de iniciação na metodologia geral do trabalho intelectual avançado e nas disciplinas fundamentais do respetivo curso superior. Até esta data, recorde-se, a entrada no ensino superior requeria onze anos de escolaridade: as quatro classes da escola primária e o sétimo ano do ensino liceal.

Para cumprimento deste decreto-lei, o Curso de Teologia passou a ter a seguinte distribuição no Anuário da Faculdade para 1975-1976: *ano propedêutico* (ministrando as principais disciplinas filosóficas, como formação básica para estudos superiores de teologia, e ainda seminários de iniciação ao trabalho científico), ciclo geral (com os três anos de matérias teológicas do programa anterior e algumas cadeiras de filosofia e ciências sociais) e *ciclo complementar* (alargado para *três anos*, sendo o último dedicado à elaboração da dissertação de licenciatura em regime de tutoria acadêmica). Com esta fórmula pretendia-se atender à norma do Conselho da Revolução sobre o ano vestibular e ao disposto pela

<sup>19</sup> *Faculdade de Teologia de Lisboa – Anuário, 1975-1976*, Lisboa, 1975, p. 23; cf. também p. 33.

Santa Sé quanto à duração septennial da licenciatura em Teologia. Em nota final do Anuário, datada de 31 de julho, o Diretor da Faculdade, Prof. José da Cruz Policarpo, esclarecia que a execução deste ano propedêutico teria em conta o que viesse a ser determinado sobre as atividades de serviço cívico<sup>20</sup>.

Afinal, os cursos propedêuticos quase não funcionaram, enquanto o Serviço Cívico, quando existiu, decorreu com muita irregularidade. Por outro lado, o 7.º ano para elaboração da dissertação de licenciatura em regime de tutoria não chegou a ser implementado em moldes curriculares. O acompanhamento continuou a fazer-se a nível pessoal entre o candidato e o professor e às vezes prolongou-se bastante para além do biénio de escolaridade. As primeiras licenciaturas ocorreram em 1975<sup>21</sup>, ano e meio após a conclusão da escolaridade dos alunos pioneiros do ciclo complementar em outubro de 1971.

Assim sendo, em 1976-1977 suprimiu-se o ano propedêutico, voltou-se ao modelo anterior de ciclo propedêutico em quatro semestres e os alunos habilitados com o ano propedêutico de 1975-1976 passaram para o segundo ano do mesmo ciclo<sup>22</sup>. Entendeu-se que o biénio propedêutico do Curso de Teologia satisfazia os propósitos do ano vestibular.

Pelo Despacho n.º 48/78, de 5 de maio, o Secretário de Estado do Ensino Superior, Prof. Joaquim da Cruz e Silva, enquanto não fosse “reformulado o ‘Ano Propedêutico’ visando a sua transformação no 12.º ano de escolaridade”, autorizou a UCP a “organizar e ministrar Cursos Propedêuticos [...] válidos apenas para efeito de acesso aos Cursos Superiores nela professados”<sup>23</sup>. Nesta conformidade, em 1978-1979, mantendo-se inalterados os conteúdos de cada ciclo, modificaram-se o nome do primeiro e a numeração dos anos dos três. O ciclo propedêutico mudou para *ciclo filosófico*, compreendendo o ano propedêutico e o 1.º ano, e os blocos do 2.º, 3.º e 4.º e do 5.º e 6.º anos passaram a formar os ciclos geral e complementar, respetivamente<sup>24</sup>. Foi outra forma de harmonizar a legislação canónica e a civil.

A terceira alteração resultou da criação do 12.º ano de escolaridade do ensino secundário, em substituição do ano propedêutico, pelo Decreto-Lei n.º 240/80, de 19 de julho. No ano académico de 1980-1981 ainda se ministrou

<sup>20</sup> *Op. cit.*, pp. 22, 23, 25, 27-35 e 155.

<sup>21</sup> O primeiro licenciado foi João Abreu de Faria Bilhim, ex-seminarista da diocese do Funchal, que apresentou a sua dissertação a 24 de janeiro de 1975.

<sup>22</sup> *Anuário, 1976-1977*, Lisboa, 1976, pp. 21, 27-29, 64-67 e 76-77.

<sup>23</sup> Texto integral do despacho nos Anuários da Faculdade de Teologia de 1978-1979 e 1979-1980, pp. 108-109.

<sup>24</sup> *Anuário, 1978-1979*, Lisboa, 1978, pp. 23, 29-38, 64-66 e 76.

o ano propedêutico incorporado no ciclo filosófico<sup>25</sup> com base no Despacho n.º 198/80, de 26 de junho, do Ministro da Educação e Ciência, Prof. Vítor Crespo, que autorizou a UCP e outras universidades a manterem os seus próprios cursos de natureza propedêutica<sup>26</sup>.

Mas em 1981–1982, continuando a UCP a poder ministrar cursos propedêuticos nos termos do citado despacho ministerial, introduziu-se um *ano propedêutico autónomo*, com disciplinas de iniciação filosófica e teológica, antes dos três ciclos (filosófico, geral e complementar) do septénio requerido para obtenção da licenciatura em Teologia<sup>27</sup>.

Em consequência, o *exame de aptidão* ao Curso de Teologia<sup>28</sup> assumiu duas variantes: para o ano propedêutico, os candidatos habilitados com o 7.º ano dos seminários ou com o 11.º ano de escolaridade em qualquer das suas cinco áreas e, para o 1.º ano, os habilitados com qualquer dos cinco cursos da via de ensino do 12.º ano de escolaridade<sup>29</sup>.

## 5. Curso de Ciências Religiosas

Em outubro de 1975 a Faculdade de Teologia abriu a segunda unidade curricular, denominada Curso de Ciências Religiosas (CCR), com lecionação em *horário pós-laboral*, das 18 às 22 horas, para facilitar a frequência por parte de alunos retidos durante o dia noutras ocupações profissionais. Com esta iniciativa pretendia-se contribuir para a valorização de professores de Religião e Moral no ensino preparatório e secundário, aprofundamento da cultura teológica de religiosos e religiosas e enriquecimento da formação doutrinal de leigos.

<sup>25</sup> *Anuário, 1980-1981*, Lisboa, 1980, p. 18.

<sup>26</sup> Extratos deste despacho vêm publicados no *Anuário, 1980-1981*, pp. 52-53, e no de *1981-1982*, pp. 130-132.

<sup>27</sup> *Anuário, 1981-1982*, Lisboa, 1981, pp. 24-25 e 31-45.

<sup>28</sup> Em 1968, ano de abertura da Faculdade, os candidatos seminaristas foram dispensados de exame de aptidão, devendo fazê-lo os leigos que tivessem concluído o 7.º ano dos liceus com classificação inferior a 14 valores. No ano seguinte decretou-se a obrigatoriedade da prova para todos os candidatos que tivessem terminado os estudos secundários com classificação inferior a 14 valores (de 1969 a 1973) ou a 12 valores (de 1974 a 1976). A partir de 1977 o exame de aptidão tornou-se obrigatório para todos os candidatos. Dados recolhidos nas atas da Direção (reunião de 3 de outubro de 1968; I, fol. 3) e no Diário (Comunicados escolares de 8 de setembro de 1969 e FT/74/31, de 3 de julho; I, pp. 41-42 e II, fol. 46, respetivamente) e nos Anuários da Faculdade.

<sup>29</sup> *Anuário, 1981-1982*, pp. 21-22.

Como referi em notícia publicada em 1976<sup>30</sup>, o CCR começou a ser pensado em princípios de 1973 pelos Prof. Venício Marcolino e José Policarpo que ao tempo asseguravam interinamente a direção da Faculdade juntamente com o signatário. Os trabalhos prosseguiram, de vários modos, no semestre de verão de 1973 e ao longo do ano académico seguinte com relevo para a apreciação do primeiro plano de estudos do CCR em reuniões da Direção e do Conselho de Professores, realizadas a 10 de maio de 1974. Entretanto, surgiram questões prioritárias a nível interno: a reforma do plano de estudos do Curso de Teologia e a implementação da nova estrutura, paritária, dos órgãos de governo da Faculdade. Por outro lado, as incertezas sobre a evolução do panorama universitário nacional, depois da revolução de 25 de abril de 1974, recomendavam um compasso de espera antes da abertura de novo curso. Os trabalhos recommençaram em janeiro de 1975 sob o impulso do Prof. José Policarpo, novo Diretor da Faculdade desde novembro do ano anterior. Uma nova comissão, formada por professores e alunos, reelaborou o plano de estudos examinado a 10 de maio de 1974. O novo documento foi debatido nos cinco Departamentos da Faculdade e finalmente aprovado pelo Conselho da Faculdade em reunião de 18 de abril de 1975.

O plano de estudos do CCR consistia num *ciclo geral* que compendia em *seis semestres* as disciplinas filosóficas e teológicas dos cinco anos dos ciclos propedêutico e geral do Curso de Teologia. No fim do ciclo geral conferia-se o grau de *bacharelato em Ciências Religiosas*. Previa-se para mais tarde a organização dum ciclo complementar de licenciatura em quatro semestres.

Estabeleceram-se como *requisitos de admissão* o curso complementar dos liceus ou o 7.º ano dos seminários diocesanos e religiosos portugueses, ambos correspondentes ao 11.º ano de escolaridade. Os candidatos que tivessem terminado os estudos secundários com classificação inferior a 12 valores seriam submetidos a *exame de aptidão*<sup>31</sup>.

O CCR foi ereto canonicamente pela Congregação da Educação Católica, sob a designação de “Curso Superior de Ciências Religiosas” e com direito a conferir o bacharelato, pelo decreto *Sacra Congregatio*, de 11 de agosto de 1975<sup>32</sup>, ainda antes do início do seu primeiro ano letivo. Tal procedimento não era habitualmente seguido pela autoridade académica da Santa Sé. A própria UCP e a Faculdade de Teologia só foram canonicamente eretas em 1971 após três

<sup>30</sup> MOREIRA, António Montes, “Curso de Ciências Religiosas”, em *Didaskalia*, 6 (1076), pp. 211-219.

<sup>31</sup> *Faculdade de Teologia de Lisboa – Anuário, 1975-1976*, Lisboa, 1975, pp. 127-128.

<sup>32</sup> Original latino e tradução portuguesa em MOREIRA, António Montes, *art. cit.*, pp. 218-219.

anos de funcionamento em regime de autorização e depois de obtido nesse ano o reconhecimento civil. O condicionalismo peculiar da conjuntura universitária portuguesa da época aconselhava o lançamento do novo curso nas melhores condições de garantia e estabilidade jurídica.

As aulas do CCR principiaram a 14 de outubro de 1975. Nesse primeiro semestre matricularam-se 36 alunos: 21 leigos, 12 religiosas e 3 religiosos.

Pouco depois, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 307/71, que aprovara o estatuto legal da UCP, o Reitor desta comunicou ao Ministério da Educação e Investigação Científica a existência e estrutura do CCR em ofício de 28 de outubro de 1975.

Mais tarde o currículo do CCR beneficiou de quatro inovações significativas: em 1978-1979, introdução do *ano propedêutico*, nos termos do Despacho n.º 48/78 do Secretário de Estado do Ensino Superior, com *exame de aptidão obrigatório para todos os candidatos*<sup>33</sup> e publicação do *regulamento do exame de bacharelato*<sup>34</sup> e em 1981-1982, sob o impulso do Prof. José de Freitas Ferreira, lançamento em regime experimental do novo plano de estudos para atribuição da *licenciatura em Ciências Religiosas em quatro anos*<sup>35</sup>. A decisão de converter o triénio de bacharelato em quadriénio de licenciatura foi tomada na sequência do Decreto-Lei n.º 53/78, de 31 de maio, pelo qual o Ministério da Educação e Investigação Científica eliminou o grau de bacharelato nas Faculdades de Letras e reduziu a duração do curso de licenciatura de cinco para quatro anos.

## 6. Secção de Filosofia de Lisboa

A Faculdade de Filosofia de Braga foi canonicamente ereta como primeira Faculdade da UCP pelo decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, de 13 de outubro de 1967, da Congregação da Educação Católica, então denominada ainda Congregação dos Seminários e Universidades. Nesse decreto previa-se já a extensão

<sup>33</sup> *Anuário, 1978-1979*, Lisboa, 1978, pp. 85-88. Nos três primeiros anos do CCR não houve ano propedêutico.

<sup>34</sup> *Op. cit.*, pp. 93-95. Para os três primeiros finalistas do CCR (Maria Susete, Raúl Nunes e Rosária Martins), que tinham inaugurado o Curso em outubro de 1975 e concluíam a escolaridade no semestre de verão de 1977-1978, a Direção da Faculdade de Teologia deliberou que, “por esta vez, excepcionalmente”, o trabalho escrito de seminário servisse de prova escrita de bacharelato (*Faculdade de Teologia – Direção – Actas*, 251.ª reunião, 19 de maio de 1978, fol. 96v).

<sup>35</sup> *Anuário, 1981-1982*, Lisboa, 1980, pp. 104-105 e 108-109.

dessa Faculdade a Lisboa logo que possível<sup>36</sup>. O projeto de abertura de “uma extensão ou novo núcleo da Faculdade de Filosofia” em Lisboa apareceu em seguida no Comunicado da Comissão Episcopal da UCP de 7 de outubro de 1968<sup>37</sup>. Este documento anunciava a inauguração da sede central da UCP na capital e o início dos estudos da Faculdade de Teologia, o que veio a acontecer no mês seguinte.

A 28 de julho de 1969 as Direções das Faculdades de Teologia e Filosofia reuniram-se em Braga, sob a presidência do Vice-Reitor da UCP, para estudo de assuntos de interesse comum nomeadamente a correspondência dos dois primeiros anos do programa de ambos os Cursos. A Faculdade de Filosofia decidiu organizar um esquema específico de biénio em ordem à transição direta para o ciclo geral de Teologia<sup>38</sup> e reconheceu a equivalência das disciplinas filosóficas do ciclo propedêutico de Teologia para entrada no Curso de Filosofia em Braga. Por sua vez, a Direção da Faculdade de Teologia, em reunião de 7-8 de novembro do mesmo ano, sublinhou a necessidade de estruturação mais perfeita do ciclo propedêutico de Teologia para “ser um curso bienal válido para a Faculdade de Filosofia em Braga e posteriormente em Lisboa”<sup>39</sup>.

No ano letivo de 1971-1972 o Departamento de Filosofia da Faculdade de Teologia debateu amplamente o assunto sob o impulso do seu Diretor, Prof. José Enes. Na reunião de 5 de novembro os docentes do mesmo propuseram o seu reconhecimento “como extensão da Faculdade de Filosofia, mas independente desta”<sup>40</sup>. Em reunião de responsáveis da UCP em Lisboa com a respetiva Comissão Episcopal, a 16 de dezembro, o Prof. José Enes leu uma exposição sobre o Departamento de Filosofia na qual informava que este se

<sup>36</sup> “E assim esta Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades [...] institui perpetuamente [...] como primeira efetivação (*tamquam primum effectum*) da Universidade Católica Portuguesa a Faculdade de Filosofia que presentemente funciona em Braga [...], de tal modo que inicie desde já a atuação da Universidade Católica Portuguesa, ainda antes de se estender o mais depressa possível à sede central de Lisboa (*antequam ad centralem sedem Ulyssiponensem quam primum se extendat*)” [Decreto *Lusitanorum nobilissima gens*: original latino em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 193-194, e versão portuguesa em *Revista Portuguesa de Filosofia*, 24 (1967-1968), pp. 5-6].

<sup>37</sup> Passagem do texto entre aspas transcrita do n.º 2 do Comunicado que saiu em *Didaskalia*, 1 (1971), pp. 194-196.

<sup>38</sup> Este esquema vigorou durante dois anos (*Faculdade de Filosofia de Braga – Calendário escolar, 1969-1970*, pp. 46-48, e *FFB – Calendário escolar, 1970-1971*, pp. 38-41).

<sup>39</sup> *Faculdade de Teologia – Direção – Actas (1968-1969)*, fol. 40. Esta reunião efetuou-se no sanatório D. Manuel II, em Vila Nova de Gaia, onde o Vice-Reitor da UCP esteve internado de setembro a dezembro de 1969.

<sup>40</sup> *Livro de Actas das reuniões do Ciclo (1970-1972)*, fol. 34v.

propunha “vir a ministrar um curso filosófico para o bacharelato, licenciatura e doutoramento, numa fase mais adiantada, como extensão da Faculdade de Filosofia de Braga”<sup>41</sup>. O bacharelato era mais fácil de implementar. O facto de a grande maioria das disciplinas dos dois primeiros anos do Curso de Teologia ser de natureza filosófica fez nascer o projeto de lhes acrescentar um ano de estudos para se obter um currículo trienal de bacharelato em Filosofia<sup>42</sup>. Esta aspiração voltou a marcar presença nas reuniões de 23 e 30 de maio. Um inquérito efetuado então entre os alunos revelou que havia 16 interessados no bacharelato, dos quais só um não era seminarista. Mas também se ponderaram os obstáculos: alguma dificuldade em harmonizar o programa do 3.º ano de Filosofia com o ciclo geral de Teologia, previsíveis objeções dos superiores dos seminaristas quanto à frequência de dois Cursos e sobretudo falta de garantias de pleno reconhecimento oficial do novo grau académico<sup>43</sup>. Assim, na reunião de 6 de junho “o Doutor Enes, embora com mágoa, disse não ser possível para já o Bacharelato”<sup>44</sup>.

O adiamento do projeto de bacharelato prolongou-se por cinco anos devido sobretudo a novos condicionalismos que, entretanto, ocorreram.

O primeiro foi a saída do Prof. José Enes da UCP em meados de janeiro de 1973 quando desempenhava também os cargos de Vice-Reitor da UCP e Diretor da Faculdade de Teologia. A nova Direção da Faculdade, presidida pelo Prof. Venício Marcolino, sem renunciar à ideia do bacharelato em Filosofia, concedeu primazia, desde abril de 1973, à planificação do Curso de Ciências Religiosas

---

<sup>41</sup> Apontamento pessoal do signatário que também participou na reunião.

<sup>42</sup> A ideia do lançamento imediato deste bacharelato surgiu entre os alunos conforme o Prof. José Enes testemunha no *Relatório do Departamento de Filosofia no ano Propedêutico lectivo de 1971-1972*, p. 6.

<sup>43</sup> Ainda três anos depois, um despacho governamental de 25 de março de 1975 obrigava os bacharéis e licenciados em Filosofia pela UCP à frequência de algumas cadeiras *ad hoc* nas Faculdades de Letras para lecionarem com habilitação própria nos ensinos preparatório e secundário (*Diário do Governo*, II série, n.º 86, 12 de abril de 1975, pp. 2246-2247). A demora do Ministério da Educação em reconhecer na prática a plena equiparação dos diplomas de Filosofia da UCP também contribuiu para a agitação estudantil verificada na Faculdade de Filosofia de Braga em maio de 1974 e em abril e maio do ano seguinte. Cf. L[ÚCIO] C[RAVEIRO], “Faculdade de Filosofia de Braga”, em *Revista Portuguesa de Filosofia*, 31 (1975), pp. 191-194, e 32 (1976), pp. 207-212. O caso só ficou definitivamente esclarecido com o Despacho Ministerial n.º 189/76, de 8 de julho (cf. texto correspondente às notas 13-14).

<sup>44</sup> *Livro de Actas do Departamento de Filosofia (1972-1986)*, fol. 7. Decisão exarada também no documento *Propostas do Departamento de Filosofia em ordem a uma nova reestruturação do plano de estudos e do método pedagógico do Ciclo Propedêutico*, de 28 de junho de 1972, n.º 3.12 (*Bacharelato em Filosofia*), p. 21.

que veio a ser inaugurado em outubro de 1975. Além disso, apareceram outras questões prioritárias como as sucessivas reformas do plano de estudos de Teologia, desde 1973 a 1976, e a laboriosa discussão da nova estrutura dos órgãos de governo da Faculdade em junho e julho de 1974. Enfim, as incertezas sobre o rumo do mundo universitário depois da revolução de 25 de abril de 1974 aconselhavam prudência antes do lançamento do bacharelato em Filosofia.

Em 1976, sendo o Prof. José Policarpo Diretor da Faculdade, pareceu chegado o momento de retomar o projeto. O assunto começou por ser discutido no âmbito da reforma do plano de estudos do Curso de Teologia em reuniões da Direção, dos Professores e do Conselho da Faculdade realizadas a 10, 14 e 21 de maio, respetivamente. Entre várias hipóteses debatidas, optou-se por um bacharelato constituído pelo biénio propedêutico de Teologia e um 3.º ano autónomo, conforme vinha sendo habitualmente proposto desde maio de 1972.

No ano letivo seguinte o Prof. José Policarpo submeteu esta fórmula ao Conselho Superior da UCP, nas reuniões de 21 de dezembro e de 7 de março, e à Conferência Episcopal em relatório datado de 10 de março.

Em maio e junho tomaram-se já decisões na perspetiva do próximo lançamento do bacharelato. A 24 de maio a Direção da Faculdade de Teologia estabeleceu como '*numerus clausus*' para entrada em Filosofia o limite de 80 alunos. Esta fasquia não chegou a ser tornada pública e nunca foi atingida. Por sua vez e atendendo a que o Ministro da Educação e Investigação Científica, Dr. Mário Sottomayor Cardia, autorizara o funcionamento do ano propedêutico do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas da UCP pelo Despacho n.º 329/76, de 10 de novembro, na sua reunião de 30 de maio o Conselho Superior da UCP decidiu organizar também um *ano propedêutico* para Filosofia, em Braga e Lisboa, precedido de *exame de aptidão* para todos os candidatos e cuja homologação seria oportunamente solicitada ao Ministério. Em fins de junho efetuaram-se mais duas reuniões com vista ao lançamento do bacharelato: em Braga, no dia 26, entre delegações das Faculdades de Filosofia e de Teologia, e, em Lisboa, no dia 28, da Direção de Teologia. Nesta abordaram-se já questões administrativas como organização dos exames de aptidão e publicação de material informativo sobre o novo Curso.

A 15 de julho, em audiência concedida ao Reitor da UCP e ao Diretor da Faculdade de Teologia o Ministro da Educação e Investigação Científica, Dr. Mário Sottomayor Cardia, deu parecer favorável à abertura do bacharelato em Filosofia em Lisboa e considerou não ser necessário publicar diploma para o efeito por se tratar de extensão duma Faculdade reconhecida no Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, que aprovara o estatuto legal da UCP.

Escorado no beneplácito governamental, o Conselho Superior da UCP na reunião de 18 de julho instituiu a *Secção de Filosofia de Lisboa* (SFL) ou Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia da UCP da qual Braga passou a constituir a Sede. Concretizando, estabeleceu na SFL apenas o *currículo trienal de bacharelato*, precedido de ano propedêutico, determinou que em 1977-1978 só funcionasse este ano introdutório, aprovou o regime de *numerus clausus* sem precisar o quantitativo e fixou a estrutura das provas de aptidão.

Uma informação ao público, datada do mesmo dia 18 e distribuída pouco depois, comunicava mais duas decisões do Conselho Superior: “A lecionação do Curso de Filosofia, em Lisboa, é garantida pelo *Departamento de Filosofia de Lisboa* da UCP, em colaboração com o corpo docente da Faculdade de Filosofia de Braga” e “A autoridade académica e a estrutura administrativa para o Curso de Filosofia em Lisboa são asseguradas pela *Direção da Faculdade de Teologia*, por delegação da Direção da Faculdade de Filosofia de Braga”.

Os exames de aptidão decorreram de 15 de setembro a meados de outubro e as aulas principiaram a 17 de outubro com 51 alunos.

A programação do Curso de Filosofia da SFL sofreu uma alteração significativa no final do ano letivo de 1977-1978. Pelo Decreto-Lei n.º 53/78, de 31 de maio, o Ministério da Educação e Investigação Científica eliminou o grau de bacharelato nas Faculdades de Letras e reduziu a duração dos cursos de licenciatura de cinco para quatro anos. No seguimento desse diploma e por deliberação do Conselho Superior da UCP, de 23 de junho de 1978, a SFL, em vez do currículo trienal de bacharelato, passou a ministrar o *currículo de licenciatura em quatro anos*, precedido de ano propedêutico.

Ao contrário do inicialmente previsto e anunciado, o corpo docente de Braga não chegou a participar na lecionação em Lisboa. Mas houve sempre contactos oficiais regulares entre a Sede e a Secção. Para esse efeito realizaram-se todos os anos dois encontros entre delegações de ambas as entidades para debate, parecer ou decisão, conforme os casos, sobre matérias institucionais, pedagógicas e administrativas. A delegação de Lisboa, além da Direção, integrou sempre docentes do Departamento de Filosofia nomeadamente o seu Diretor, Prof. Manuel da Costa Freitas. Na primeira reunião, efetuada em Braga a 11-12 de fevereiro de 1978, o Prof. Roque Cabral foi apresentado como Delegado do Diretor da Faculdade de Filosofia para a Secção de Filosofia de Lisboa.

## **7. Anuários: Faculdade de Teologia (1973) e Secção de Filosofia (1980)**

Nos cinco primeiros anos da Faculdade de Teologia a documentação emanada da Secretaria (planos de estudo, regulamentos, programas, boletins de

matrícula e inscrição, horários, pautas de exame e de classificações, etc.) era datilografada em *stencil* e policopiada segundo o número de exemplares pretendido. Os comunicados escolares eram simplesmente datilografados e afixados para conhecimento público. Esta forma de apresentação, simultaneamente provisória e aberta a novas experiências, pareceu mais adequada nesse período inicial de instalação e rodagem em que ainda não havia computadores

Em 1973, quando pela primeira vez se tinha concluído a lecionação do septénio da licenciatura em Teologia, foi possível dar um significativo passo em frente.

Presidindo à Faculdade o Prof. Venício Marcolino e sob a direção do signatário, publicou-se o texto impresso do *Anuário da Faculdade de Teologia* para o ano académico de 1973-1974 com o seguinte conteúdo: dados históricos, titulares dos órgãos diretivos da UCP e da Faculdade de Teologia, departamentos da Faculdade, membros do corpo docente, informação sobre a revista '*Didaskalia*', normas de admissão, regime escolar e estrutura do *Curso de Teologia* nos seus três ciclos (propedêutico, geral e complementar), calendário e quadro escolar com indicação das disciplinas e respetivos docentes nos semestres de inverno e de verão, Normas regulamentares do ciclo complementar e programa das 49 disciplinas ministradas pelos cinco departamentos nos ciclos propedêutico e geral: 21 de Filosofia, 9 de Teologia Bíblica, 2 de Teologia Histórica, 13 de Teologia Sistemática e 4 de Teologia Prática.

Totalizando 132 páginas, o Anuário apresentava agradável aspeto gráfico e contribuiu para valorizar a imagem da Faculdade dentro e fora da UCP. Posteriormente, organizei mais sete edições até 1981-1982<sup>45</sup>.

Passo a indicar as *inovações introduzidas* ao longo dos anos: taxas e emolumentos, Princípios pedagógicos e normas de avaliação do trabalho escolar dos alunos e apresentação da estrutura, plano de estudos, quadro escolar e programas do *Curso de Ciências Religiosas* (Anuário de 1975-1976), Regulamento do exame de bacharelato em Teologia (Anuário de 1976-1977), Comissões pedagógicas de Teologia (Anuário de 1977-1978), Regulamento do exame de bacharelato em Ciências Religiosas e Despacho n.º 48/78, de 5 de maio, do Secretário de Estado do Ensino Superior autorizando a UCP a ministrar cursos propedêuticos próprios (Anuário de 1978-1979) e Despacho ministerial n.º 198/80, de 26 de junho, autorizando algumas universidades, incluindo a UCP, a ministrar cursos

---

<sup>45</sup> Para o ano académico de 1974-1975 não se publicou Anuário. Em vez dele editou-se um texto policopiado de 8 páginas, datado de 28 de setembro de 1974 e contendo apenas o elenco das disciplinas de cada ciclo.

propedêuticos próprios em substituição do 12.º ano de escolaridade (Anuário de 1980-1981).

Durante o período abrangido por esta notícia, preparei duas edições do *Anuário da Secção de Filosofia de Lisboa*.

A primeira tem 56 páginas e compreende os seguintes elementos: breve nota histórica, elenco das autoridades académicas da UCP e dos órgãos diretivos e do corpo docente da SFL, normas de admissão, regime escolar, plano de estudos do Curso de Filosofia, Princípios pedagógicos e normas de avaliação do trabalho escolar dos alunos, habilitações para docência conferidas ao Curso de Filosofia, regime de emolumentos, taxas, propinas e benefícios sociais<sup>46</sup>, quadro escolar indicando as disciplinas e respetivos docentes nos semestres de inverno e de verão e Despachos n.º 48/78, de 5 de maio, e n.º 198/80, de 26 de junho, sobre o ano propedêutico na UCP.

O Anuário para 1981-1982, ano em que os alunos pioneiros de 1977 concluíam o Curso, segue o esquema da edição precedente.

## 8. Órgãos diretivos e pedagógicos

Os órgãos de governo, acompanhamento pedagógico e promoção da qualidade científica da *Faculdade de Teologia* conheceram fases diferenciadas ao longo do período abrangido por esta resenha histórica. Refiro-as de seguida anotando as particularidades de cada uma.

Nos dois primeiros anos (1968-1970) a *Direção* integrou quatro elementos: o Vice-Reitor e o Administrador e Secretário Geral da UCP (Prof. José Bacelar e Oliveira, SJ, e Mons. Sezinando Rosa, respetivamente) e o *Diretor* e o Secretário da Faculdade (Mons. José Filipe Mendeiros e o signatário, nomeados pela Comissão Episcopal da UCP em Comunicado de 7 de outubro de 1968). O Vice-Reitor assumia a presidência pois a Congregação da Educação Católica (CEC) tinha colocado a Faculdade sob a sua responsabilidade imediata. Mons. Sezinando Rosa participava dado que, sendo então a Teologia a única unidade a funcionar em Lisboa, a Direção despachava também assuntos gerais da UCP.

No verão de 1970, Mons. José Filipe Mendeiros deixou a UCP para retomar o cargo de Vigário Geral da arquidiocese de Évora. Nessa conjuntura o Vice-Reitor, com o beneplácito da CEC, alterou a composição da Direção no início do ano letivo de 1970-1971. O Diretor foi substituído pelos Diretores

---

<sup>46</sup> Quanto a benefícios sociais, transcrevo o n.º 12 deste regulamento: “Por decisão do Conselho Superior da UCP, 20% da receita íliquida prevista no orçamento da SFL serão aplicados em benefícios sociais dos alunos” (p. 33).

de Ciclo. Os outros postos e respetivos titulares mantiveram-se e a presidência continuou a ser exercida pelo Vice-Reitor. Com esta mudança de paradigma, a Direção transformou-se em *Conselho de Direção*, de perfil mais colegial. Assim, em outubro de 1970 passaram a fazer parte deste Conselho dois novos membros: os Prof. José Enes, que em novembro de 1969 fora escolhido pela Direção para Diretor do ciclo propedêutico, e João António de Sousa, nomeado para idênticas funções no ciclo geral em outubro de 1970. Em outubro do ano seguinte foi a vez de o Prof. Venício Marcolino ser agregado ao Conselho como Diretor do ciclo complementar que entrava em funcionamento nessa data. Esta equipa dirigiu a Faculdade até outubro de 1972<sup>47</sup>.

Em meados de outubro de 1972 verificaram-se alterações nos cargos diretivos da UCP e da Faculdade numa linha de consolidação institucional de ambas. O Vice-Reitor da UCP passou a Reitor e o Prof. José Enes a Vice-Reitor e Presidente do Conselho de Direção da Faculdade, acumulando com a direção do Departamento de Filosofia e do ciclo propedêutico. Dos outros membros do Conselho, mantiveram-se o Prof. Venício Marcolino e o signatário, enquanto para Diretor do ciclo geral foi designado o Prof. José Policarpo, Reitor do Seminário dos Olivais em Lisboa. A partir de então as reuniões do Conselho efetuaram-se geralmente sem a presença regulamentar do Reitor da UCP.

Tendo o Prof. José Enes saído da UCP em meados de janeiro do ano seguinte, os três elementos restantes do Conselho asseguraram a gestão da Faculdade durante quatro meses. A 19 de maio o Magno Chanceler da UCP, D. António Ribeiro, sob proposta do Reitor da UCP<sup>48</sup> empossou no Patriarcado de Lisboa o novo Conselho de Direção, presidido pelo Prof. Venício Marcolino que continuava Diretor do ciclo complementar. O Prof. José Policarpo e o signatário foram reconduzidos e entrou para o Conselho o Prof. Mário Lages como Diretor do ciclo propedêutico<sup>49</sup>. O documento de nomeação do novo Conselho fixava a duração do seu mandato até final do ano letivo de 1973-1974.

Antes dessa data aconteceu a revolução de 25 de abril de 1974 com profundas repercussões no mundo universitário nacional, que também se refletiram na Faculdade de Teologia. Na sequência dum manifesto lançado por um grupo significativo de alunos em fins de maio, a 3 de junho e 16 de julho, antes e

---

<sup>47</sup> Excetuando Mons. Sezinando Rosa cuja última presença nas reuniões do Conselho ocorreu a 21 de janeiro de 1972.

<sup>48</sup> Proposta feita após sondagem a um grupo restrito de professores com mais permanência na Faculdade e de delegados dos alunos.

<sup>49</sup> Cf. *Anuário, 1973-1974*, Lisboa, 1973, p. 10. Para complemento de informação, anoto que o cargo de Diretor do Departamento de Filosofia passou a ser desempenhado pelo Prof. Manuel da Costa Freitas (*op. cit.*, p. 11).

depois dos exames, realizaram-se assembleias gerais da Faculdade com a participação de professores, estudantes, funcionários e ainda responsáveis de seminários e outras residências de alunos.

Esta assembleia produziu um documento propondo a representação paritária de professores e alunos nos Conselhos de Direção e da Faculdade e a nomeação do Diretor da Faculdade pela autoridade superior após consulta à assembleia geral e ao Conselho da Faculdade. Concretizando, este, além do Diretor da Faculdade, teria dez professores e igual número de alunos e a Direção ou Conselho de Direção, além do Presidente ou Diretor, seria formada por dois professores e dois alunos, eleitos pelo Conselho da Faculdade. As eleições para ambos os órgãos decorreriam no início do ano letivo. Este novo paradigma foi aprovado em regime experimental pela Reitoria da UCP a 18 de setembro com o assentimento do Magno Chanceler<sup>50</sup>.

A 11 de outubro a Reitoria emitiu um comunicado nomeando o Secretário da Faculdade *Diretor interino* da mesma com o encargo da “gerência e do despacho dos assuntos correntes da Faculdade de Teologia até à entrada em exercício do novo Conselho de Direção”, bem como de “orientar a execução do projeto previsto para instalação da orgânica da Faculdade de Teologia no ano académico de 1974-1975”. Dando cumprimento a esta incumbência, convoquei a assembleia geral da Faculdade e presidi a reuniões de professores, de alunos e do Conselho da Faculdade para a consulta e as eleições estabelecidas na assembleia de julho.

Finalmente, em documento de 15 de novembro, o Reitor da UCP, por mandato do Magno Chanceler e subscrevendo a proposta do Conselho da Faculdade, nomeou o Prof. José Policarpo Diretor da Faculdade para o triénio de 1974-1977 e confirmou as eleições feitas em outubro para os Conselhos de Direção e da Faculdade, bem como, por indicação do novo Diretor, a minha continuação como Secretário. Pelo corpo docente integraram a Direção os Prof. António Augusto Tavares e Mário Lages e, em representação dos alunos, João Batista Souto Coelho<sup>51</sup> e José Manuel dos Santos Ferreira.

No segundo mandato do Prof. José Policarpo como Diretor da Faculdade, no triénio de 1977-1980, ocorreram algumas alterações e particularidades na composição e funcionamento do Conselho de Direção. Dado que em 1977 o Conselho assumia a gestão da Secção de Filosofia, julgou-se conveniente eleger

---

<sup>50</sup> O novo paradigma só apareceu no *Anuário, 1975-1976*, Lisboa, 1975, p. 10, pois em 1974 não se publicou o Anuário.

<sup>51</sup> Tendo este aluno abandonado a Faculdade no fim do semestre de inverno, foi substituído por João Duarte Lourenço.

para este órgão um professor de Filosofia. Nesse ano e em 1978 a votação recaiu no Diretor do Departamento, Prof. Manuel da Costa Freitas. Tendo o Prof. José Policarpo sido eleito Bispo Auxiliar de Lisboa a 26 de maio de 1978, o signatário foi por ele nomeado *Diretor Delegado* nas suas ausências e impedimentos por decreto seu de 1 de outubro, publicado com o beneplácito do Reitor e do Magno Chanceler da UCP. A delegação manteve-se até ao fim do mandato. A alteração mais relevante veio das Normas Estatutárias sobre os órgãos de governo da Faculdade aprovadas pelo Conselho Superior da UCP, a 12 de julho de 1979, na sequência da entrada em vigor dos Estatutos da UCP a 20 de abril desse ano. Em conformidade com a nova legislação, passaram a fazer parte da Direção três professores do quadro, eleitos pelo Conselho da Faculdade de entre os seus membros; quanto a delegados de alunos, o mesmo Conselho designaria dois que poderiam ser convocados para as reuniões da Direção com voto consultivo<sup>52</sup>.

A 6 de outubro de 1980 o Magno Chanceler, D. António Ribeiro, assinou o despacho de nomeação do Prof. José de Freitas Ferreira como Diretor da Faculdade para o triénio de 1980-1983, com efeitos a partir de 13 de outubro. Nos termos do artigo 32.º, n.º 2, dos Estatutos da UCP, a nomeação foi precedida de consultas aos corpos docente e discente, efetuadas a 12 de junho. Os alunos da Secção de Filosofia participaram também no escrutínio em virtude de o Diretor da Faculdade ser, por inerência, Diretor da referida Secção. Em ambas as consultas obteve maioria o professor que veio a ser nomeado.

Na primeira reunião da Direção de 1981-1982, realizada a 7 de outubro, o Diretor da Faculdade anunciou a minha substituição pelo Dr. Artur Roque de Almeida no cargo de Secretário da Faculdade.

O *Conselho da Faculdade* foi instituído pelo Vice-Reitor da UCP por Decreto de 25 de janeiro de 1971, no terceiro ano de existência da Faculdade, sob o nome de *Pró Conselho*. Tal designação enquadrava-se no regime ainda experimental de funcionamento da Faculdade. A composição do novo órgão assentava nos dois planos de organização da mesma, em departamentos e ciclos. Cada um dos cinco departamentos estava representado por três delegados: dois professores e um aluno. As autoridades académicas, pelos três Diretores de ciclo, pelo Secretário da Faculdade (nesse momento, como referi acima, não havia diretor), pelo Secretário Geral e pelo Vice-Reitor da UCP. Nesse ano letivo de 1970-1971 o Pró Conselho reuniu cinco vezes para estudo de assuntos escolares nomeadamente a prova de bacharelato em Teologia e o currículo dos ciclos complementar e pastoral. Também elaborou e enviou ao Secretariado

---

<sup>52</sup> Cf. *Anuário, 1979-1980*, Lisboa, 1979, p. 10.

da Reforma Educativa um parecer sobre os Projetos de Reforma do Ensino apresentados em janeiro de 1971 pelo Ministro da Educação Nacional, Prof. José Veiga Simão. A última reunião ocorreu a 28 de junho e foi especialmente convocada para homenagear o fundador da UCP, o cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, na véspera da sua despedida do Patriarcado de Lisboa.

A segunda fase do Conselho decorreu de 1974 a 1979 e caracterizou-se pelo regime de paridade na representação de professores e alunos: dez de cada grupo<sup>53</sup>. Além das suas incumbências específicas de planificação académica, como elaboração e revisões do plano de estudos de Teologia e Ciências Religiosas, o Conselho foi chamado neste período a ocupar-se duma tarefa de âmbito docente. Segundo a primeira versão das Normas Regulamentares do ciclo complementar de Teologia, a classificação final da dissertação de licenciatura era fixada em reunião do Conselho<sup>54</sup>. A experiência de alguns casos, em 1975 e 1976, mostrou que o Conselho da Faculdade não era a instância adequada para deliberações dessa natureza. Por isso, a versão revista das Normas determinou que “a dissertação seria defendida perante um júri de três docentes escolhidos pela Direção do ciclo complementar”<sup>55</sup>.

Na sua última fase o Conselho alterou o nome e a composição em conformidade com os Estatutos da UCP de 1979 e as Normas Estatutárias sobre os órgãos internos da Faculdade aprovadas pelo Conselho Superior da UCP a 12 de julho do mesmo ano. Passou a chamar-se *Congregação*, recuperando um termo da velha escola coimbrã, e adotou a seguinte constituição: Diretor da Faculdade, professores extraordinários e auxiliares, dois representantes de cada uma das outras categorias de docentes e representantes dos alunos na proporção dum terço dos restantes membros da Congregação<sup>56</sup>.

A regulamentação sobre as *Comissões Pedagógicas* só apareceu em 1977<sup>57</sup>, mas o acompanhamento pedagógico foi cultivado na Faculdade desde o início de modos diversificados.

As Comissões Pedagógicas têm como objetivo promover a qualidade científica e pedagógica do ensino e colaborar na organização dos programas a lecionar. Estruturadas à base dos ciclos e com a duração do ano escolar, são constituídas pelo Diretor do ciclo, que preside, por outro docente do ciclo e por um aluno de cada ano do ciclo. Gozam de competência consultiva e

<sup>53</sup> *Anuário, 1975-1976 e Anuário, 1978-1979*, p. 10 (nos dois casos).

<sup>54</sup> *Anuário, 1973-1974*, p. 67 (n.º 20 das Normas) e *Anuário, 1976-1977*, p. 55 (n.º 21 das Normas).

<sup>55</sup> *Anuário, 1977-1978*, p. 58 (n.º 29 das Normas).

<sup>56</sup> *Anuário, 1979-1980*, p. 10.

<sup>57</sup> *Anuário, 1977-1978*, p. 37.

relacionam-se com os órgãos de governo da Faculdade normalmente através do Diretor de ciclo.

O *Conselho Científico*, órgão formado exclusivamente por docentes doutorados, foi instituído nas universidades portuguesas pelo Ministro da Educação e Investigação Científica, Dr. Mário Sottomayor Cardia, pelo Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de outubro.

Em novembro e dezembro de 1977 o então Diretor, Prof. José Policarpo, advertiu para a conveniência da instituição deste órgão na Faculdade, o que veio a acontecer meio ano mais tarde. A sua primeira reunião efetuou-se a 12 de maio de 1978 com a presença de nove professores doutores. Nesses tempos iniciais uma das tarefas do Conselho Científico, a pedido do Ministério da Educação, consistiu em deliberar sobre as equivalências a atribuir a graus académicos obtidos no estrangeiro na área da Teologia. Distinguiu-se nesse trabalho o conceituado canonista Prof. António Leite.

Na *Secção de Filosofia de Lisboa* (SFL), aberta em outubro de 1977, a gestão académica e administrativa do Curso de Filosofia foi entregue ao *Conselho de Direção da Faculdade de Teologia*, o qual ao tempo incluía dois alunos com voto deliberativo. Nos dois primeiros anos houve o cuidado de eleger para este Conselho um professor do departamento de Filosofia, no caso o seu Diretor, Prof. Manuel da Costa Freitas, para assegurar um acompanhamento mais próximo dos assuntos da Secção. Sentia-se, porém, a conveniência em diversificar a composição deste Conselho de Direção.

A primeira oportunidade surgiu com as Normas Estatutárias sobre os órgãos administrativos internos da SFL, aprovadas, ‘*ad experimentum*’, pelo Conselho Superior da UCP nas reuniões de 12 de julho e 27 de agosto de 1979. Este documento estabeleceu um *Conselho de Direção mais autonomizado*, formado pelo Diretor (por inerência, o Diretor da Faculdade de Teologia), por um docente do quadro, eleito pela Congregação da SFL de entre os seus membros, e pelo professor-secretário (por acumulação, o Secretário da Faculdade de Teologia); a Congregação designaria também um aluno que poderia ser convocado para as reuniões do Conselho de Direção com voto consultivo<sup>58</sup>.

Na reunião de 7 de outubro de 1981 o Diretor da SFL, Prof. José de Freitas Ferreira, anunciou a minha substituição no cargo de Secretário pelo Prof. Mário Lages. Foi um passo mais na linha da autonomização.

---

<sup>58</sup> *Secção de Filosofia de Lisboa – Anuário, 1980-1981*, Lisboa, 1980, p. 7. Na primeira votação para delegado dos alunos ao Conselho de Direção, efetuada a 15 de outubro de 1979, foi eleita Luísa Cândida Barahona Fernandes Possollo de Carvalho.

As supramencionadas Normas Estatutárias de 1979 instituíram a *Congregação* da SFL com a seguinte composição: o Diretor, professores extraordinários e auxiliares, dois representantes de cada uma das outras categorias de docentes e representantes de alunos na proporção de um terço dos restantes membros da Congregação.

Finalmente, por Decreto de 10 de dezembro de 1979, o Diretor da SFL, Prof. D. José Policarpo, instituiu a *Comissão Pedagógica*, formada por dois docentes e um aluno de cada um dos três anos então ministrados, incluindo o propedêutico.

## 9. Estruturação da carreira docente

No período abrangido por esta resenha histórica a Reitoria da UCP empreendeu dois passos significativos na linha da consolidação da carreira docente dos professores da Faculdade de Teologia: a provisão dos primeiros professores auxiliares no semestre de verão de 1972-1973 e o concurso documental para professores extraordinários no semestre de inverno de 1977-1978. Formaram júri neste concurso professores de teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e da Pontifícia Universidade de Salamanca, bem como das Faculdades de Direito e de Letras da Universidade de Coimbra.

Em outubro de 1981 era este o quadro de docentes da Faculdade de Teologia: 7 professores extraordinários, 7 professores auxiliares, 1 professor convidado, 1 encarregado de curso, 10 assistentes e 32 docentes eventuais, a maioria destes lecionando disciplinas auxiliares<sup>59</sup>.

O acesso à categoria de professor ordinário só viria a acontecer no semestre de verão de 1983-1984.

## 10. Movimento de alunos

### *Alunos dos três Cursos da Faculdade*

<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Curso de Teologia</i>	<i>C. Ciências Religiosas</i> <sup>60</sup>	<i>Curso de Filosofia</i>
1971-1972	Inverno	100	–	–
	Verão	83	–	–
1972-1973	Inverno	108	–	–
	Verão	100	–	–

<sup>59</sup> *Anuário, 1981-1982*, pp. 13-16.

<sup>60</sup> Entre parênteses, *alunos leigos* na primeira coluna e *alunos extraordinários* na segunda.

<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Curso de Teologia</i>	<i>C. Ciências Religiosas</i> <sup>60</sup>	<i>Curso de Filosofia</i>
1973-1974	Inverno	100	–	–
	Verão	88	–	–
1974-1975	Inverno	81	–	–
	Verão	75	–	–
1975-1976	Inverno	137	36 (21.21)	–
	Verão	130	26 (13.17)	–
1976-1977	Inverno	167	35 (24.24)	–
	Verão	160	24 (17.16)	–
1977-1978	Inverno	142	48 (33.30)	51
	Verão	137	43 (26.26)	44
1978-1979	Inverno	150	45 (31.28)	85
	Verão	147	41 (27.26)	78
1979-1980	Inverno	157	34 (17.14)	91
	Verão	154	29 (15.12)	86
1980-1981	Inverno	174	38 (22.17)	95
	Verão	165	29 (13. 8)	93
1981-1982	Inverno	198	44 (23.14)	135
	Verão	196	40 (22. 5)	128
1982-1983	Inverno	205	50 (28.13)	160
	Verão	197	44 (23.13)	144

O considerável aumento de alunos do *Curso de Teologia* em 1975 deve-se principalmente ao facto de a Faculdade ter recebido então os estudantes do Instituto Superior de Estudos Teológicos (ISET) de Lisboa, pertencente à Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos Masculinos (CNIR) e que tinha sido extinto nesse ano.

No *Curso de Ciências Religiosas* o número de alunos leigos superou quase sempre o dos religiosos, grupo que, por sua vez, integrava quase exclusivamente membros de congregações femininas; ao longo dos oito anos da estatística só quatro religiosos frequentaram o curso. Por outro lado, o número de alunos extraordinários (a saber: frequentando menos de 15 tempos letivos semanais) era um pouco mais elevado entre os leigos.

O número de alunos do *Curso de Filosofia* alcançou três dígitos em 1981-1982, ano em que pela primeira vez se ministraram as cinco unidades do curso: o ano propedêutico e o quadriénio de licenciatura.

**Distribuição dos alunos do Curso de Teologia<sup>61</sup>**

<i>Ano</i>	<i>Semestre</i>	<i>Seminaristas diocesanos</i>	<i>Seminaristas religiosos</i>	<i>Religiosas</i>	<i>Leigos<sup>61</sup></i>
1971-1972	Inverno	36	43	1	20 (10)
	Verão	35	35	1	12 (5)
1972-1973	Inverno	38	54	–	16 (5)
	Verão	37	53	–	10 (4)
1973-1974	Inverno	34	46	–	20 (3)
	Verão	32	43	–	13 (1)
1974-1975	Inverno	28	34	2	17 (3)
	Verão	25	33	2	15 (2)
1975-1976	Inverno	28	76	4	29 (4)
	Verão	27	69	4	30 (4)
1976-1977	Inverno	28	75	8	56 (15)
	Verão	28	71	7	54 (16)
1977-1978	Inverno	29	65	11	37 (4)
	Verão	28	66	11	32 (4)
1978-1979	Inverno	36	66	12	36 (6)
	Verão	38	64	11	34 (4)
1979-1980	Inverno	37	78	11	31 (6)
	Verão	36	76	11	31 (5)
1980-1981	Inverno	52	82	12	28 (4)
	Verão	51	80	10	24 (2)
1981-1982	Inverno	56	109	7	26 (2)
	Verão	55	104	8	29 (6)
1982-1983	Inverno	68	89	8	40 (13)
	Verão	67	88	9	33 (8)

Em 1975-1976 e 1976-1977 verificou-se um aumento considerável de alunos leigos devido à irregularidade e muitas vezes à falta de funcionamento do ano vestibular de acesso ao ensino superior, criado pelo Decreto-Lei n.º 363/75, de 11 de julho, do Conselho da Revolução<sup>62</sup>. Obrigados a permanecer inativos durante um ano antes de poderem concorrer às áreas da sua preferência nas universidades do Estado, nestes dois anos cerca de 30 estudantes aproveitaram esse

<sup>61</sup> Entre parênteses, *alunos extraordinários*.

<sup>62</sup> Cf. texto correspondente à nota 20.

compasso de espera para se matricularem em Teologia frequentando sobretudo disciplinas auxiliares do ciclo propedêutico. Uma dezena deles acabaria por se transferir para a Secção de Filosofia, inaugurada em 1977.

## II – Os anos da consolidação da Faculdade (1981–2017)

João Lourenço

### Introdução: um tempo de mudança

Como já foi referido na 1.<sup>a</sup> parte deste estudo, a Faculdade de Teologia foi uma das primeiras instituições científicas a ser consolidada em todo o espaço (Centros) da Universidade Católica, fazendo um longo percurso ao longo destes 50 anos da Universidade, um percurso que quase se confunde e se faz coincidente entre as duas Instituições. Efetivamente, a Faculdade acompanhou, muito de perto, a própria caminhada que a Universidade foi fazendo, já que celebra em 2018 também o seu Cinquentenário de vida académica e científica<sup>63</sup>. Dado este passo, o país viu assim preenchida uma lacuna que perdurava na sociedade portuguesa desde 1910, altura em que a Faculdade de Teologia existente na Universidade de Coimbra deixou de funcionar, uma vez que a não existência de alunos acabou por encerrar a sua atividade, tendo passado as suas instalações para a tutela da Faculdade de Letras que então fora criada.

Na sequência do reconhecimento da Universidade Católica por parte do governo da República Portuguesa (Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho) e a subsequente equiparação dos graus concedidos pelas suas faculdades aos graus atribuídos pelas Universidades públicas e seu respetivo valor jurídico, a Faculdade de Teologia depressa se afirmou no quadro da Universidade. A 1.<sup>a</sup> etapa, de 1968 a 1981, foi de facto um período de fundação e de organização estrutural. Salientamos já alguns dos traços que presidiram e orientaram a dinâmica da Faculdade, designadamente a formação de um quadro de professores próprio e a implementação da respetiva carreira docente, assim como o reforço do seu corpo discente e administrativo. Desde cedo, 1971, a Faculdade viu os seus graus

---

<sup>63</sup> Recordo aqui a data do início da sua atividade (4 de novembro de 1968) e da sua aprovação canónica pela Congregação para a Educação Católica pelo Decreto *Ampla cum Sedes*, n.º 1262/71, de 1 de outubro.

reconhecidos no ordenamento jurídico português, os seus graduados equiparados aos de qualquer outra área do sistema de ensino superior português, podendo assim exercer as funções que as respetivas habilitações lhe conferiam.

Por isso, e em grande parte devido à qualidade do ensino ministrado a Faculdade tornou-se um centro agregador da Universidade Católica Portuguesa, determinante para a definição da sua identidade como Universidade Católica, e também para a preparação dos candidatos às Ordens Sacras, a ministérios e funções na área da ação pastoral da Igreja, assim como no ensino público e, conseqüentemente, no ensino da Educação Moral e Religiosa que então integra estruturalmente o sistema nacional de ensino básico e secundário.

Foi este cenário que impulsionou a Faculdade de Teologia como unidade de ensino superior no contexto do sistema tutelado pela Congregação para a Educação Católica, fazendo dela um polo agregador de outras unidades de ensino superior não universitário da Igreja em Portugal, designadamente dos Seminários Maiores e Institutos de Cultura Superior Católica.

É neste quadro que a década de 1980-1990, especialmente a partir de 1986, a Faculdade conheceu um período de grandes mudanças e de profundas alterações no que diz respeito ao ensino da teologia e a novas confirmações dos seus planos de estudos e respetivos currículos académicos.

## **1. A importância do reconhecimento dos graus académicos**

Um dos fatores que mais contribuiu para a consolidação da Faculdade e o aprofundamento da sua qualidade científica deve-se, em boa parte, à existência em Portugal de um grande número de Docentes em teologia, tanto clérigos como leigos, formados nas mais prestigiadas universidades da Europa e não só, designadamente em Roma (Universidade Gregoriana e no Pontifício Instituto Bíblico), em Paris (Instituto Católico de Paris e Centre Sèvres da Companhia de Jesus), na Universidades de Lovaina (Bélgica), Universidade de Salamanca (Espanha), École Biblique e *Studium Biblicum Franciscanum* (Jerusalém) e em outras instituições que, paulatinamente, entraram no Quadro Docente da Faculdade. Para além deste fator que congregou na mesma Escola toda uma plêiade de insignes Mestres, devemos também destacar aqui facto de em Portugal se terem dado passos significativos na receção da doutrina e das orientações do Concílio Vaticano II, suscitando assim um grande interesse pelo saber teológico e pelo aprofundamento da mensagem cristã. Podemos acrescentar a esses fatores internos e eclesiais, igualmente as mudanças sociais, políticas e religiosas que se desenhavam na Igreja e na sociedade portuguesa com a revolução democrática do 25 de abril de 1974.

Depois de um pequeno período com alguma instabilidade, decorrente da situação social e política que então se vivia no país, a Faculdade entrou rapidamente numa linha de grande estabilidade e de desenvolvimento das suas atividades, designadamente a docência e também a investigação, graças à consolidação da revista *Didaskalia*, fundada em 1971 e que agora alcança a sua maturidade e expansão como verdadeira expressão da investigação teológica em Portugal.

## 2. A grande mudança – 1985-1988

Para além da sua consolidação como instituição de ensino superior de qualidade, a Universidade Católica conheceu na 2.<sup>a</sup> metade da década de oitenta uma grande expansão com uma presença que se foi alargando a outras cidades, para além de Lisboa: à cidade e região do Porto, a Braga e, logo em seguida, ao interior, na cidade de Viseu.

O resultado da afirmação deste projeto teve também repercussões no que diz respeito às instituições de ensino da Teologia em Portugal, os Seminários Maiores que, por força das circunstâncias de então<sup>64</sup> tiveram de se *adaptar* em ordem à sua integração na Faculdade. Assim, após uma 1.<sup>a</sup> etapa de adaptação através do processo de ‘*Afiliação*’ à Faculdade, processo este que é tutelado pela Congregação para a Educação Católica, de acordo com o disposto na Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*, do Papa João Paulo II, publicada em 1979, os Seminários mais representativos elaboraram o respetivo processo de afiliação (Braga em 1977, Coimbra em 1991 e Viseu em 1995)<sup>65</sup>, iniciando a sua vinculação à Faculdade de Teologia da Universidade Católica como Institutos Superiores de Teologia, por um período, em geral, de 4 anos, antes de se integrarem plenamente na própria Faculdade, o que viria a suceder (nos casos de Braga e Porto) durante o ano académico de 1987-1988.

---

<sup>64</sup> Destacaria aqui três problemas fundamentais: a necessidade de conferir aos seus alunos uma habilitação académica que dignificasse e habilitasse os detentores dos seus cursos para o exercício de atividades de caráter civil; a redução do corpo discente destas instituições, o que forçava a unir esforços, a agregar em locais determinados os alunos inscritos nos seminários; a necessidade de melhorar o corpo docente destas instituições para assim satisfazerem os requisitos que o novo ordenamento jurídico do ensino superior em Portugal pressupunha. Ora, face a esta nova situação, a única solução viável era integrar estas instituições no espaço da Universidade Católica, o que foi feito depois de um longo processo de análise de cada uma dessas instituições e da seleção de um corpo docente, devidamente habilitado para o exercício da docência.

<sup>65</sup> No caso do Porto, não chegou a existir qualquer processo de afiliação, uma vez que o Instituto Superior de Teologia do Porto negociou diretamente a integração na Faculdade, tendo em conta a existência de um polo da Universidade na cidade.

Embora apresentado como uma extensão da Faculdade aos outros Centros Regionais da Universidade, sem quebra da sua unidade<sup>66</sup>, este procedimento conferiu à Faculdade de Teologia uma abrangência nacional, dotando-a de Órgãos próprios e de instrumentos académicos que vieram permitir dar uma outra dimensão científica ao ensino e à investigação em Teologia, no espaço português. Para tanto, foram então extintos os currículos existentes em cada um dos Centros teológicos acima referidos e foi elaborado um único currículo nacional para a Licenciatura em Teologia, nos termos da Constituição *Sapientia Christiana*, o que veio a permitir não só uma melhoria na docência, mas também uma permuta de docentes e de alunos entre os três Centros da Faculdade (Lisboa, Braga e Porto).

Para além das questões de natureza científica, esta nova estrutura da Faculdade implicou a criação de órgãos académicos e científicos únicos, de âmbito nacional, o que importa destacar: uma Direção nacional, tendo à cabeça um Diretor Nacional (Lisboa) e dois Diretores-Adjuntos (Braga e Porto), um único Conselho Científico, incorporando todos os Professores de Carreira na Faculdade, um único Corpo Docente, além de outros órgãos intermédios e de acompanhamento da atividade docente.

Após a aprovação de toda esta nova estrutura da Faculdade pelos Órgãos competentes da Universidade, procedeu-se então à reformulação dos seus Estatutos, adequando-os à nova realidade, tendo sido aprovados pela Santa Sé, o que viria a suceder a 14 de novembro de 1991 (Prot. 766/79/21).

Neste contexto, e como resultado de um processo já antes iniciado, o ano académico de 1987-1988 assumiu uma importância determinante para a vida da Faculdade e para a renovação dos estudos da Teologia em Portugal. Para além da mudança de paradigma estrutural da Faculdade, criando uma unidade nacional que alarga a sua presença às principais cidades do país, neste mesmo ano foram ainda criados o Instituto Superior de Ciências Religiosas, no âmbito do qual passa a ser lecionada a Licenciatura em Ciências Religiosas, com três áreas de especialização:

- *Educação Moral e Religião Católica* que habilita os docentes de Educação Moral para as escolas;
- *Pastoral Catequética*, em ordem à preparação de agentes pastorais para a Catequese e a educação da fé;
- *Teologia Pastoral*, para a formação de agentes da ação pastoral da igreja, designadamente da pastoral sacramental e sociocaritativa.

<sup>66</sup> Cf. “Nota Introdutória”, *Anuário 1987-1988*, Faculdade de Teologia, Lisboa, 1987, p. 3.

Para completar este quadro de transformações, é igualmente criado um Curso Médio de Catequese que visa a preparação de catequistas que ajudem a melhorar o nível da ação catequética da Igreja nas diversas comunidades.

Se a aposta no ensino da Teologia era determinante para o futuro da Igreja, a investigação nesta área era também fundamental para a afirmação da Teologia como saber científico e para poder corresponder àquilo que são as exigências de um ensino de qualidade. Neste contexto, é integrado na Faculdade o primeiro Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) que privilegia a investigação na área da História Religiosa, um património notável da Igreja e da sociedade em Portugal, investigação esta que é publicada na revista *Lusitanea Sacra*, e que passará a ser uma publicação de referência na área da História no nosso país.

### 3. Abrangência nacional do estudo da Teologia

Com a incorporação dos Institutos Superiores de Teologia de Braga e Porto na Faculdade de Teologia, de acordo com o processo narrado no número anterior, o estudo da Teologia em Portugal assumiu, pela primeira vez, um âmbito nacional, permitindo agora a todos os graduados usufruir do respetivo grau académico que, para além da valência canónica que é garantida pelo sistema de ensino da Santa Sé, é também reconhecido como grau civil à luz da legislação do estado português. Esta dupla valência dos graus conferidos pela Faculdade de Teologia, canónica e civil, valorizou de sobremaneira o respetivo estudo e, conseqüentemente, a procura e a inscrição de candidatos na Faculdade, ultrapassando assim aquela aparente sensação de que a Teologia seria apenas e só para candidatos às Ordens sacras ou para pessoas que pretendam exercer qualquer ministério ou serviço pastoral no âmbito da missão da Igreja.

Desta forma, e depois de um largo período de dezenas de anos, que remonta aos inícios do nosso sistema republicano, altura que a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra se extinguiu por falta de candidatos e de interesse do novo sistema político (1911), a Teologia volta a usufruir de um estatuto académico que lhe permite ombrear com outras áreas do saber, podendo assim dialogar com as demais ciências e aprofundar a investigação neste domínio. Esta é a realidade a que vamos assistir nas décadas seguintes, em que a Faculdade acompanha de forma muito intensa a evolução do ensino universitário em Portugal, implementando a investigação teológica e em áreas afins, o que vai permitir à Faculdade sustentar 3 revistas de carácter científico, cada uma delas ligada a um dos Núcleos da própria Faculdade: *Didaskalia* (em Lisboa, conforme já amplamente referido na 1.<sup>a</sup> parte); *Theologica* (em Braga); *Teologia e Humanística* (no Porto).

Por outro lado, sucede igualmente que esta mais-valia que resulta da validade civil e canónica dos Graus da Faculdade desencadeou um movimento de valorização de outras Instituições de ensino da Teologia em Portugal. Isso ficou-se muito a dever também às motivações de carácter científico e pastoral do então Diretor da Faculdade, D. José da Cruz Policarpo, um homem e um pastor atento às necessidades da Igreja no que à formação do clero dizia respeito. É assim que entram neste processo de afiliação algumas das Instituições de ensino da Teologia que então perfaziam os requisitos necessário para isso, a teor da Constituição Apostólica, *Sapientia Christiana*. É o caso do Seminário Maior de Coimbra (em 1991) e do Seminário Maior de Viseu (em 1995) que vão solicitar a sua afiliação à Faculdade, de modo que os seus alunos também possam ser inseridos e beneficiar destas prerrogativas. Neste contexto, e perante esta figura da ‘afiliação’ consagrada no sistema de ensino superior da Santa Sé e regulamentada pela *Sapientia Christiana*, estas Instituições mantêm a sua autonomia administrativa, mas são academicamente tuteladas pela Faculdade e os seus alunos, após o currículo académico de 6 anos, podem então inscrever-se na Faculdade no último ano do curso, elaborar as suas dissertações finais e apresentar-se a exame final, obtendo a graduação que o Curso de Teologia confere.

Na sequência de toda esta transformação operada no interior da Faculdade e também com a adesão de outras instituições superiores de ensino da Teologia à Faculdade, através dos processos que acabamos de referir, podemos dizer que a 2.ª metade dos anos oitenta, designadamente ente 1985 e 1989/90, culminando com a legislação que reconhece e regulamenta a Universidade Católica no quadro do Ensino Superior Universitário em Portugal (Decreto-Lei n.º 128/90), foi de facto um período de grande importância que conferiu à Faculdade de Teologia o estatuto que ela hoje ostenta, quer como instituição de ensino com todas as implicações que isso acarreta quer como espaço de investigação através dos seus Centros de Estudo que têm vindo a consolidar-se, das publicações dos seus docentes e das revistas científicas que cobrem as várias áreas do estudo da teologia em Portugal.

#### 4. O governo da Faculdade

A Universidade Católica teve o seu início em Lisboa, em 1968<sup>67</sup>, tendo a Faculdade de Teologia sido a 1.ª unidade académica a ser criada na sua sede. Na

---

<sup>67</sup> Cf. a primeira parte deste trabalho, onde se refere a criação da Universidade e da Faculdade, sendo também apresentados os primeiros anos da vida da Faculdade de Teologia, a sua estrutura e a relação entre a Faculdade e a Universidade. Sobre a questão das origens da Faculdade,

primeira fase da sua existência, a Universidade e a Faculdade têm uma grande proximidade, quase se confundindo uma com a outra. No entanto, a criação de outras unidades orgânicas em outros domínios científicos, a Faculdade autonomizou-se e foi consolidando a sua estrutura e os seus órgãos de governo. O primeiro responsável da Faculdade, tanto académica como administrativa-mente é o seu Diretor<sup>68</sup>.

Importa deixar aqui uma referência, mesmo que breve, à pessoa dos seus sucessivos diretores que serviram a Instituição com grande espírito de serviço, tendo em conta que estamos no início de um projeto à procura de consolidação. Nestas situações, como aliás a história da Faculdade o demonstra, a pessoa do seu Diretor foi sempre uma pedra basilar, já que era necessário lançar uma estrutura que contemplasse, em simultâneo, aquilo que é a tradição das Instituições de ensino da Teologia e, ao mesmo tempo, tivesse presente a dinâmica do ensino universitário em Portugal que, durante as primeiras décadas de vida da Faculdade conheceu profundas alterações e constantes adaptações através de uma legislação que foi resultando das próprias transformações sociais e políticas que a sociedade portuguesa conheceu a partir de 1974.

Fazendo menção dos Diretores da Faculdade, há uma personalidade que viria a destacar-se e que acompanhará a grande transformação da Faculdade na década de oitenta, tal como depois, nos anos seguintes de 1988 a 1996, presidirá aos destinos da Universidade Católica como seu Reitor Magnífico: D. José da Cruz Policarpo.

Já, anteriormente, foram referidos os titulares dos Órgãos de Direção da Faculdade nos seus primeiros anos. O primeiro Diretor da Faculdade (Presidente do Conselho de Direção), o Prof. Doutor José Enes, embora tenha exercido a esta função por um curto espaço de tempo (outubro de 1972 a janeiro de 1973) e apesar da sua formação se situar na área de filosofia, deixou uma marca muito significativa na instituição. A ele se deve o grande esforço de conferir à Faculdade a sua estrutura departamental, organizando toda a atividade académica de acordo com esse paradigma que era, aliás, a sua grande visão acerca da Universidade do futuro. Foi este modelo por ele idealizado que viria depois a ser consolidado nos mandados subsequentes. Logo em seguida (abril de 1973), foi nomeado como Diretor o Prof. Doutor Venício Marcolino que, por razões pessoais, apenas pode presidir aos destinos da Faculdade durante um

---

pode consultar também A. M. MOREIRA, “O construtor da Universidade Católica Portuguesa”, in *Padre José Bacelar e Oliveira – A Força das Origens*, UCE, Lisboa, 2016, pp. 128-153.

<sup>68</sup> Na nomenclatura habitual das Instituições de Teologia é o ‘Decano’ ou *Dean*, na designação em língua inglesa.

ano, após o que foi nomeado o Prof. Doutor José da Cruz Policarpo que viria a exercer o seu mandato até 1980. Pelo facto de ter sido, entretanto, eleito Bispo Auxiliar do Patriarcado em 1978, foi o então Prof. Doutor António Montes Moreira que exerceu a função de Diretor Delegado entre 1978 e 1980.

Nesta altura foi então nomeado Diretor o Prof. José de Freitas Ferreira que orientará a Faculdade até 1985. Docente da área de teologia sistemática, recentemente chegado da Alemanha, onde fizera os seus estudos, empenhou-se em dotar a Faculdade de uma estrutura sólida que pudesse contribuir para a sua consolidação, designadamente pelo reforço dos cursos de 2.º grau, com mestrados em Teologia Pastoral e Teologia Sistemática. Graças ao trabalho do Prof. Freitas Ferreira, a Faculdade reforçou a sua componente de investigação, especialmente através de novas publicações que traduziam o empenho do seu corpo Docente. Procurou igualmente dar atenção aos leigos que, não possuindo habilitações escolares para aceder a graus académicos, desejavam, contudo, aceder ao saber teológico e reforçar as suas habilitações para o desempenho de atividades de natureza pastoral na Igreja, tendo fundado para esse efeito o *Curso Básico de Teologia* (1984).

Em 1985, num momento em que se imponham opções determinantes para a vida da Faculdade, foi de novo designado como seu Diretor D. José da Cruz Policarpo que viria a desempenhar esta função até 1988. Como teólogo e pastor, D. José Policarpo manifestou desde logo uma grande vontade de alargar o âmbito da Faculdade, dando-lhe, de acordo com a legislação civil vigente e as orientações canónicas que pautam as atividades das Instituições de Ensino Superior da Santa Sé, uma abrangência nacional. Para além do reforço da componente do ensino e da investigação, D. José Policarpo procurou, igualmente, alargar o seu Corpo Docente, convidando novos docentes, especialmente formados nas áreas das ciências sociais e também em Ciências Religiosas, de forma a perfazer os requisitos da Licenciatura em Ciências Religiosas, nas suas três especializações, e assim poder satisfazer uma das mais ingentes *necessidades* da Igreja em Portugal: reforçar a preparação dos Docentes de Educação Moral e Religiosa nas Escolas públicas (e também não estatais) e de agentes para a ação pastoral da Igreja.

É neste contexto que, em 1986<sup>69</sup>, é criado o *Instituto Superior de Ciências Religiosas*<sup>70</sup>, dando início (em 1987) à lecionação dos respetivos cursos nas suas

<sup>69</sup> O *Instituto Superior de Ciências Religiosas* foi aprovado canonicamente pelo Decreto *Sacra Congregatio* da Congregação para a Educação Católica a 30 de março de 1986.

<sup>70</sup> Para evitar confusão com as Instituições Diocesanas que tinham sido criadas em ordem ao cumprimento do Despacho Normativo 6-A/90 de 31 de janeiro, o *ISCR*, *passará a ser designado de IU CR* (Instituto Universitário de Ciências Religiosas).

diversas especializações, como já antes referimos. Com o mesmo objetivo é também criado o *Curso Médio de Catequética* e vão ser implementados alguns Cursos de Extensão Universitária na área das Ciências Religiosas, designadamente em Viseu (1992/93), em Vila Real (1993/94), no Funchal (1994/95), em Viana do Castelo (1995/96), etc.

Estamos assim perante uma expansão da Faculdade que acaba por se fazer presente nos grandes centros urbanos do país e, com a sua dinâmica académica e científica, permitir que as demais instituições de ensino da Teologia possam também contribuir para que a preparação dos candidatos às Ordens Sacras e os agentes da ação pastoral da Igreja possam ver reconhecidas as suas habilitações e reforçadas as suas competências para o desempenho da missão e das tarefas que a Igreja lhes confia.

Após esta fase de grande evolução, podemos dizer que a Faculdade entrou numa fase de consolidação das suas estruturas, o que será consagrado nos seus novos Estatutos (em 1991), tendo sido depois adequados aos novos Estatutos da Universidade Católica Portuguesa que foram aprovados em 1993, após o Decreto-Lei n.º 128/90<sup>71</sup> que lhe confere, para além do reconhecimento já expresso em 1971, o estatuto de utilidade pública e total autonomia.

É assim neste período de consolidação que vai ser criado o *Centro de Estudos Sócio-Pastorais*, Cardeal Höffner (CESP, em 1988). Neste mesmo período, alarga-se também ao Centro Regional de Braga e Centro Regional do Porto (1989) a lecionação dos Cursos de Licenciatura em Ciências Religiosas.

Com a designação de D. José Policarpo para Reitor Magnífico da Universidade Católica, foi nomeado Diretor da Faculdade o Prof. Doutor Manuel Isidro Alves que viria a exercer o cargo entre 1988 e 1991, ocupando em simultâneo as funções de Vice-Reitor da Universidade. Dedicou-se, de forma muito empenhada, à consolidação interna da Faculdade, designadamente na reformulação dos seus Regulamentos internos, procurando adequá-los ao ordenamento jurídico do ensino superior em Portugal<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Conforme o art. 1.º que diz: ‘A Universidade Católica Portuguesa é uma instituição da Igreja Católica, canonicamente ereta ao abrigo do artigo XX da Concordata entre Portugal e a Santa Sé, de 7 de maio de 1940, e é reconhecida pelo Estado como instituição universitária livre, autónoma e de utilidade pública’.

<sup>72</sup> Por razões que me parecem óbvias e justificadas, não acrescentarei nada mais a este tema do governo da Faculdade, uma vez que os Professores que ocuparam o cargo ainda estão entre nós, e de boa saúde, deixando aqui apenas as referências aos respetivos tempos do exercício do cargo: João Lourenço (1991-1996 e 2011-2018); Manuel Saturino Gomes (1996-2002); Peter Stilwell (2002-2011).

## 5. A Faculdade e o Processo de Bolonha

Uma das etapas mais marcantes da vida da Faculdade é aquela que diz respeito à adequação dos Cursos e planos de estudo – *Curricula* (chamado Processo de Bolonha<sup>73</sup> a que aderiu o Governo Português, em 2003) e a Santa Sé. Reconhecida e integrada nos sistemas de ensino de Portugal e da Santa Sé, a Faculdade de Teologia, para continuar a usufruir do seu estatuto civil, tinha forçosamente de aderir a Bolonha, o que foi feito com as alterações dos seus planos de estudo, conforme o modelo proposto, passando o Curso de Licenciatura em Teologia a ser agora acreditado como um Mestrado Integrado em Teologia (MIT), com um currículo de 5 anos de estudos e a apresentação final de uma Dissertação (escrita) perante um júri.

Com a implementação deste processo, a Faculdade de Teologia, assumindo também os compromissos que decorrem da sua vinculação canónica ao sistema de ensino da Santa Sé, integrou-se totalmente no sistema de ensino superior vigente em Portugal, no seu enquadramento legislativo e de acordo com os parâmetros definidos no *Decreto-Lei n.º 74/2006*, de 24 de março, que regulamenta e aprova os graus e diplomas do ensino superior em Portugal. Neste contexto, os cursos da Faculdade são propostos para a Acreditação e Avaliados pela A3ES (Agência para Acreditação e Avaliação) que regulamenta todo o sistema de ensino universitário em Portugal. Para dar cumprimento ao disposto no *Decreto-Lei n.º 74/2006*, procedeu-se ao registo, junto da DGES<sup>74</sup>, de todos os ciclos de estudos, marcando assim a adesão plena da Faculdade ao Processo de Bolonha.

Tendo em conta a singularidade do saber teológico e também o facto de ser a única instituição universitária de Teologia reconhecida em Portugal, a

---

<sup>73</sup> O chamado Processo de Bolonha tem a sua origem na Declaração de Bolonha, que foi assinada a 19 de Junho de 1999, na cidade de Bolonha (Itália), pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, entre os quais, Portugal. Trata-se de um processo de reforma intergovernamental a nível europeu que se inscreve nos objetivos da Estratégia de Lisboa e que visa concretizar o *Espaço Europeu de Ensino Superior*. Este Espaço Europeu de Ensino Superior visa proporcionar aos estudantes, aos graduados e ao pessoal especializado que trabalha na área do ensino superior beneficiar de *uma mobilidade* e de um *acesso equitativo*, sem obstáculos, a um ensino superior de alta qualidade. As bases essenciais em que este espaço assenta são o reconhecimento mútuo de graus e outras qualificações do ensino superior, a transparência (graus legíveis e comparáveis organizados numa estrutura de três ciclos) e a cooperação europeia na garantia da qualidade.

<sup>74</sup> DGES – Direção Geral do Ensino Superior cujas atribuições sobre o sistema de ensino universitário em Portugal viriam a ser, em grande parte, confiadas posteriormente à A3ES – Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior.

A3ES, para efeitos de avaliação da Faculdade, regulamentou com a AVEPRO (*Agenzia della Santa Sede per la Valutazione e la Promozione della Qualità delle Università e Facoltà Ecclesiastiche*) o processo de avaliação, sendo o mesmo acordado entre as duas Agências, mas mantendo-se todas as exigências e pressupostos que conferem credibilidade ao sistema e garantem a sua qualidade.

Na sequência de toda a reformulação dos ciclos de estudo, o Curso de Teologia e todos os demais que são lecionados na Faculdade, passam assim a ser previamente creditados junto da A3ES que, em geral, após a análise da documentação proposta na apresentação dos projetos, concede uma creditação provisória (ou prévia) para 5 anos, após o que a renovação da creditação deve assentar na avaliação do respetivo plano de estudos e nos resultados da investigação realizada pelo corpo docente adscrito a cada plano de estudos.

## 6. Uma Faculdade ao serviço da Igreja e da sociedade

Após o caminho realizado ao longo destes 50 anos, quase a completar-se, juntando a efeméride da Universidade Católica (1967–2017) ao jubileu da Faculdade de Teologia (1968–2018), esta depara-se hoje com novos desafios que se impõem em ordem ao pleno cumprimento dos objetivos da Instituição: uma lecionação de qualidade e o aprofundamento da investigação. Assim, estão hoje traçadas linhas de orientação que se enquadram no âmbito do plano estratégico da Universidade e nos critérios definidos pela A3ES, assim como linhas orientadoras para a investigação, nos termos das exigências da FCT<sup>75</sup>. Neste contexto, a Faculdade tem vindo a implementar, nos últimos anos, um conjunto de reformas e alterações que visam reforçar o quadro docente, mediante a progressão na Carreira dos seus membros, concentrar e intensificar a investigação nos seus Centros de Estudos através de projetos transversais com outras unidades académicas, repensar a estrutura das suas atuais revistas (*Didaskalia* – Lisboa; *Theologica* – Braga; *Teologia e Humanística* – Porto), unificando-as numa só que incorpore todos os docentes e investigadores, de modo a que se possam alcançar índices que sejam compatíveis com o estatuto da Faculdade e da Universidade e assim seja viável proceder à sua indexação em *rankings* internacionais.

No que concerne à melhoria da docência, está já a ser implementado o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes cujos coeficientes

---

<sup>75</sup> Fundação para a Ciência e Tecnologia que tutela o sistema de investigação em Portugal, no qual estão igualmente integrados os Centros de Investigação da FT: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (CITER).

incorporam, de modo especial, a investigação e o serviço docente, e serão determinantes para todos os processos de progressão na carreira.

Também está definida como prioridade a internacionalização da Faculdade, contemplando o serviço de apoio a novas Instituições de Ensino da Teologia no espaço dos países de língua oficial portuguesa (PALOP) e o intercâmbio com outras Faculdades, designadamente do Brasil e do espaço europeu. Assim, têm vindo a ser estabelecidos protocolos com outras Universidade e Escolas de Teologia em ordem à permuta de Docentes e à participação em projetos conjuntos de investigação.

Algumas destas prioridades estão consagradas no *Plano Estratégico da Faculdade de Teologia para 2015-2020* que, integrado no Plano Estratégico e de Desenvolvimento para Universidade, reforça um conjunto de prioridades, dedicando particular atenção ao apoio às Igrejas dos países de língua oficial portuguesa. Neste contexto, a Faculdade é já hoje uma unidade de ensino fortemente internacionalizada, uma vez que uma parte significativa dos seus alunos proveem de outros países, mormente de África, Ásia e América do Sul, para além do continente europeu.

Por tudo isto que acabamos de referir, e ao perfazer-se esta primeira metade de século, a Faculdade está hoje fortemente consolidada no âmbito de Universidade, onde têm um lugar especial, que reforça a sua matriz católica, nos termos da *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae*<sup>76</sup> e permite também reforçar a dimensão humanista e abrangente que a investigação que se realiza no seu âmbito deve assumir<sup>77</sup>. Neste sentido, podemos dizer que a Faculdade de Teologia presta hoje à Igreja portuguesa um notável serviço em ordem à realização da sua missão, tanto doutrinal como pastoral, preparando os candidatos à Ordens Sacras, oferecendo reflexões sobre a realidade eclesial e pastoral das nossas Comunidades, habilitando docentes de Educação Moral e Religiosa Católica para as escolas públicas e privadas, reforçando igualmente os leigos para o exercício dos diversos serviços pastorais que complementam a ação dos

<sup>76</sup> “A *teologia* desempenha um papel particularmente importante na investigação duma síntese do saber, bem como no diálogo entre fé e razão. Além disso, ela dá um contributo a todas as outras disciplinas na sua investigação de significado, ajudando-as não só a examinar o modo como as suas descobertas influirão sobre as pessoas e sobre a sociedade, mas também fornecendo uma perspetiva e uma orientação que não estão contidas nas suas metodologias... Dada a importância específica da teologia entre as disciplinas académicas, cada Universidade deverá ter uma Faculdade ou, ao menos, uma cátedra de teologia” (n.º 19).

<sup>77</sup> A este respeito, a mesma Constituição diz ainda: “Numa Universidade Católica, a investigação compreende necessariamente: a) perseguir uma *integração do conhecimento*; b) o *diálogo entre a fé e a razão*; c) uma *preocupação ética*; e d) uma *perspetiva teológica*” (n.º 15).

Pastores. Neste sentido, a própria sociedade civil e académica, em geral, beneficia também grandemente da reflexão e da investigação que é feita no quadro da Faculdade, uma vez que o fenómeno religioso, na sua abrangência e pluralidade, pressupõe hoje uma atenção especial que só, no diálogo com a Teologia, pode ser bem integrado. A compreensão da pluralidade de identidades religiosas que hoje ‘habitam’ a nossa sociedade pressupõe um aprofundamento da doutrina cristã, tanto nas suas fontes bíblicas, patrísticas e do Magistério como também nas dinâmicas sociais e culturais em ordem ao diálogo interreligioso e à construção da paz. Este é certamente um dos grandes méritos de que a Faculdade de Teologia se pode orgulhar, tendo em conta o contributo que vem oferecendo à Universidade Católica nestes 50 anos de existência.

## Capítulo 13

### Faculdade de Ciências Humanas

Rogério Santos

Em 1 de outubro de 1971, por diploma canónico, as Faculdades de Ciências Humanas (FCH) e de Teologia eram instituídas<sup>1</sup>. No ano seguinte (1972), nasciam os primeiros cursos da FCH, no local agora conhecido como *campus* de Palma de Cima, em Lisboa, sede da Universidade. Aí, também funcionaria a reitoria desde a nomeação em 1972 do reitor José Bacelar e Oliveira, filósofo e jesuíta que fora nomeado vice-reitor logo em 1968. O padre Bacelar seria uma figura ímpar na construção da universidade<sup>2</sup>.

A designação Ciências Humanas<sup>3</sup>, ainda não consagrada na terminologia da universidade portuguesa, era distinta da atual. Respeitava a tradição humanística mas abrangia outras ciências. Por isso, a primeira licenciatura da FCH foi Ciências Empresariais, renomeada Administração e Gestão de Empresas, o primeiro curso de gestão no País. Na época, havia já quem achasse relevante a formação de gestores, pela sua importância económica, cultural, técnica, de doutrina social e de relações humanas e a FCH cobriu essa função<sup>4</sup>. O reitor Bacelar e Oliveira nomeou, a 22 de novembro de 1972, a sua primeira direção, presidida pelo professor José Oliveira Ascensão, tendo as aulas começado seguidamente. A ele sucedeu, no ano letivo seguinte, o professor Paulo Sendim. Foi implantado um regulamento e fixado o *numerus clausus* de alunos, com seleção de entrada através de entrevistas conduzidas por Pedro Roseta (secretário-geral e administrador da

---

<sup>1</sup> A Faculdade de Teologia fora reconhecida como primeira escola da Universidade Católica Portuguesa no ato da fundação desta, em outubro de 1967, começando atividades a 4 de novembro de 1968.

<sup>2</sup> Ver, neste livro, o capítulo escrito por Maria Eugénia Rato.

<sup>3</sup> O pedido de autorização oficial da FCH foi apresentado ao Ministério da Educação a 27 de abril de 1972, juntamente com o pedido de funcionamento de um curso de Ciências Empresariais. O projeto de Faculdade mereceu a aprovação da Junta Nacional de Educação a 19 de junho de 1972 e em outubro foi autorizada a título experimental pelo Ministro Veiga Simão.

<sup>4</sup> Pinto, 2017: 25.

UCP) e Mário Lages<sup>5</sup>. O núcleo forte das disciplinas do curso combinava uma componente teórica com conhecimentos técnicos da gestão.

No ano em que se verificou a mudança de regime político, e num momento em que se questionou a existência da própria universidade, Mário Pinto, que entrara como docente do curso de Direito em 1973, foi convidado pelo cardeal-patriarca D. António Ribeiro a assumir a condução da FCH, onde se manteria até 1979. Apostou-se então no lançamento de novos cursos, nomeadamente Economia (1974) e Direito (1976). A politização estudantil seria menor do que nas universidades do Estado, o que atraiu alunos e docentes<sup>6</sup>. Jurista de formação, Mário Pinto contou com a colaboração de Alfredo de Sousa, Hermínio Ferreira e Sá Ribeiro no planeamento e na gestão dos novos cursos. Os coordenadores iniciais de Gestão e Economia seriam Alfredo de Sousa e Aníbal Cavaco Silva, enquanto Direito contou com a participação direta de Germano Marques da Silva e o contributo de João Castro Mendes. No ano seguinte, criou-se a extensão de Direito no Porto. A diocese do Porto seria generosa ao doar o seminário da Foz para as instalações do curso, cuja oração de sapiência, sob o tema dos direitos humanos, foi proferida por D. António Ferreira Gomes<sup>7</sup>. De referir ainda os primeiros projetos de investigação sobre a reforma agrária, coordenado por António Barreto, com a colaboração de Maria José Nogueira Pinto, Pacheco Pereira e Manuel de Lucena, e sobre a transição tutelada pelos militares, coordenado por José Medeiros Ferreira.

No ano de 1979, a FCH viu nascer o Centro de Documentação e Estudos Europeus, sob a direção de Ernâni Lopes. De entre os projetos apresentados no período, a FCH apostou na criação do ano propedêutico e no Centro de Estudos Aplicados (1977), que visava responder a pedidos de serviços de estudos e pareceres na área de economia, e nas ideias de Instituto Superior de Educação, a desenvolver depois na universidade, e da Universidade Aberta, de ensino superior à distância, depois concretizada pelo Estado.

Em finais de 1980, a Mário Campos Pinto à frente dos destinos da FCH, sucedeu João de Matos Antunes Varela, antigo ministro da Justiça e professor da Faculdade de Direito de Coimbra. Depois, entre 1983 e 1989, seguiu-se como diretor o professor Mário Júlio de Almeida Costa, também antigo ministro da Justiça, além de presidente da Câmara Corporativa, membro do Conselho de Estado e vice-governador do Banco de Portugal. De notar a formação jurídica dos vários diretores da Faculdade no seu período inicial, o que se justificava pela

---

<sup>5</sup> Mário Campos Pinto, entrevista pessoal.

<sup>6</sup> Sardica, 2017a: 24.

<sup>7</sup> Mário Campos Pinto, entrevista pessoal.

centralidade que o ensino do Direito havia adquirido na FCH. No período, destaco dois eventos marcantes da vida da Faculdade.

O primeiro foi a conferência internacional *Economic and Social Partnership and Incomes Policy* (15 e 16 de março de 1983), a abranger os tópicos de pacto social, política de rendimentos, doutrina social da Igreja, experiência austríaca de pacto social e perspectivas futuras de pacto social e políticas de rendimento em Portugal. Como principais oradores, contou com Enzo Tarantelli, Anton Pelinka, António Barbosa de Melo, Wolfgang Schmitz, Mário Pinto e José Rocha Pimentel. Aníbal Cavaco Silva, depois primeiro-ministro e presidente da República, seria um dos grandes organizadores da conferência e o seu nome aparece ligado à edição do livro de atas<sup>8</sup>. Num momento de inflação alta e desvalorização monetária no País, enquanto decorria a adesão ao mercado comum europeu, a atenção da conferência centrou-se na análise da inflação, do emprego e da relação salários-preços<sup>9</sup>. Em vez de *pacto social*, o conferencista Mário Pinto, anterior diretor da FCH e então seu professor de Direito do Trabalho, preferiu utilizar a designação *concertação social*, hoje ainda em uso no País. O diretor da FCH, João Antunes Varela, destacaria, por seu turno, a importância da matéria, a deslocar-se da política social para a das ciências políticas e sociais e a associar estas à definição de política global de rendimentos<sup>10</sup>.

Logo depois, e já durante a direção de Mário Almeida Costa, foi organizado o curso de Ciências da Informação (1983-1984) pelo departamento de Comunicação Social, com duração de quatro semestres e que contemplava a elaboração de um estudo monográfico final<sup>11</sup>. Com direção de Artur Anselmo, o curso foi o embrião da licenciatura de comunicação social anunciada em 1991<sup>12</sup>. Para apoio dos alunos do curso, Artur Anselmo publicara *Técnicas de Pesquisa* (1988, com anterior edição mimeografada de 1981), dedicado à investigação científica, investigação bibliográfica e acesso às fontes documentais (bibliotecas, arquivos, centros de documentação e coleções particulares). Entre os seus professores estavam Borges de Macedo, Andres Romero (Universidade de Madrid) e Jorge Tavares Rodrigues<sup>13</sup>. Para a abertura do curso, Peter Galliner, diretor do Instituto Internacional de Imprensa, foi convidado, momento que aproveitou para destacar a formação adequada dos profissionais dos media como elemento

---

<sup>8</sup> Silva, 1984.

<sup>9</sup> Silva, 1984: 71.

<sup>10</sup> Silva, 1984: 9.

<sup>11</sup> Universidade Católica Portuguesa, 1984: 505.

<sup>12</sup> Anselmo, 1988a.

<sup>13</sup> Universidade Católica Portuguesa, 1984: 135.

valioso no progresso e desenvolvimento da democracia, temas que ele próprio prosseguiu na sua vida de jornalista.

No final do curso, decorreu um seminário de extensão universitário (7 a 12 de maio de 1984)<sup>14</sup>, onde falariam políticos, responsáveis de empresas de media, investigadores e jornalistas sobre a abertura do curso às novas tendências sociais, culturais, económicas e tecnológicas, e de que destaco Raul Junqueiro, Daniel Proença de Carvalho, Francisco Lucas Pires, Fernando Cascais, Joaquim Letria, Adriano Duarte Rodrigues, António Colaço, Luís Filipe de Oliveira e Castro, Manuel Figueira e Manuel Teixeira. De vinte candidatos entrados no curso, catorze chegaram ao termo do curso e muitos apresentaram a dissertação final. Pelo menos dois desses trabalhos seriam publicados, os de Graça Franco (*A Censura à Imprensa, 1820-1974*) e Áurea Miguel [*Rádio Renascença: os Trabalhos e os Dias (1933-1948)*], depois jornalistas conceituadas na Rádio Renascença.

## Refundação

Em 1989-1990, com a criação das Faculdades de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais, a FCH – incubadora de faculdades, cursos e instituições<sup>15</sup> – perdia o objeto inicial, o que levou a reitoria a preparar-lhe novos caminhos numa espécie de renascimento<sup>16</sup>, refundação ou reativação.

Para o arranque da nova FCH, foi nomeada uma Comissão Instaladora. Do trabalho desse grupo de académicos brilhantes lembram-se aqui alguns desafios, objetivos e metas científicas e pedagógicas (1990-1992). A primeira reunião da comissão, a 12 de julho de 1990, contou com a presença do reitor D. José Policarpo. Integravam este órgão Isidro Alves, Jorge Arroiteia, José Toscano Rico, Mário Lages, Joaquim Cerqueira Gonçalves e Cassiano Reimão. À comissão instaladora, juntaram-se depois Adão da Fonseca, Manuela Athayde Marques, Fernando Cristóvão, Vitalina Leal de Matos e Idalina Rodrigues. Dos princípios orientadores da FCH estabelecidos incluíam-se: exigência científica, coordenação e cruzamento de saberes, imagem cristã do Homem e especificidade e pragmatismo dos cursos. A comissão instaladora propôs a abertura de cursos nos departamentos de Filosofia (licenciatura e mestrado), Línguas e Literatura (licenciatura), Ciências da Comunicação (licenciatura), Ciências Sociais (licenciatura, pós-graduação e mestrado), Ciências da Vida e da Saúde (licenciatura e mestrado) e Ciências Psicopedagógicas (licenciatura e pós-graduação). No

---

<sup>14</sup> Universidade Católica Portuguesa, 1984.

<sup>15</sup> Pinto, 2017: 26.

<sup>16</sup> Sardica, 2016: 10.

final das atividades da comissão instaladora, o professor José Toscano Rico foi nomeado diretor da FCH, cargo que desempenhou até 1999, então com 64 anos de idade. Figura muito conceituada no meio académico, antigo reitor da Universidade de Lisboa (1983-1986), Toscano Rico tornar-se-ia presidente da Academia de Ciências de Lisboa (1999-2005).

Neste período, foram tomadas decisões importantes sobre a imagem da Faculdade, que adotou o azul-escuro como cor oficial. Muito depois, seria escolhido o lema “Para Toda a Vida”, mudado em 2005 para o atual “Valor para Sempre”, mote proposto pelo docente José Manuel Seruya<sup>17</sup>.

As licenciaturas de Jornalismo e Comunicação Social e Cultural e de Línguas Estrangeiras Aplicadas vinham à frente na lista dos novos cursos a lançar na fase da refundação da FCH, que se juntariam ao curso de Filosofia já lecionado na Faculdade e inicialmente dependente do polo de Braga. Também integrado nesta Faculdade o curso de mestrado em Enfermagem. A licenciatura de Serviço Social nasceu em 1992 e a de Psicologia em 2012. A licenciatura de Serviço Social destacou-se por manter, desde o seu início, uma relação de grande proximidade com as instituições de solidariedade social. Uma das primeiras iniciativas foi a apresentação de proposta de licenciatura em Psicologia, que vinha do começo de 1994, por Pedro d’Orey da Cunha, que liderava o departamento, e contava com a colaboração de Helena d’Orey, Helena Rebelo Pinto e Domingos Fernandes como docentes convidados. A nova oferta de Psicologia conteria uma ligação às neurociências, elemento notável por ser pouco usual. No período de 2002 a 2008, a Faculdade alojou ainda as licenciaturas em Ciência Política e em Relações Institucionais até à sua transição para o Instituto de Estudos Políticos, escola que seria um projeto seminal no País. A licenciatura de Sociologia seria descontinuada na FCH ao fim de cinco anos, passando para o Instituto de Estudos Políticos.

O primeiro destes cursos, de cinco anos de duração e três variantes, aprovada pelo Conselho Superior da Universidade a 15 de março de 1991, tinha como objetivo formar profissionais qualificados para as áreas de jornalismo, comunicação cultural e turismo, com “sentido humanístico e integrados na perspetiva cristã comum”<sup>18</sup>. A par disso, foi decidida a criação de ano propedêutico para preparação universitária, com a inclusão de língua portuguesa, inglês, outra língua (francês ou alemão), história moderna e contemporânea, matemática e metodologia do trabalho científico, marcas estruturantes da licenciatura e ainda hoje mantidas. O ano propedêutico funcionou até 1996.

<sup>17</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista pessoal.

<sup>18</sup> Universidade Católica Portuguesa, 1992.

O arranque da FCH foi ainda assinalado pela existência de mestrado de Enfermagem dentro do departamento de Ciências da Vida e Saúde. Médico de origem, José Toscano Rico tinha sensibilidade especial para essa área. A criação do mestrado em Ciências da Enfermagem possibilitaria às escolas de enfermagem ligadas à Igreja Católica e às ordens religiosas continuarem a funcionar dentro do ensino politécnico universitário<sup>19</sup>. Como o professor Alexandre Castro Caldas refere em capítulo deste livro, o mestrado em Enfermagem produziu cerca de centena e meia de dissertações ao longo de vários anos, a atestar o impacto dessa formação. O curso de mestrado desapareceria em 1997. Outro momento marcante do início da FCH foi uma reunião com o secretário de Estado Pedro d'Orey Cunha, o qual destacou a importância da formação de professores de ensino secundário (8 de julho de 1991). Isto levou à implementação de uma aposta séria da FCH em pós-graduações e mestrados ligados às ciências psicopedagógicas, orientação mantida nas décadas seguintes.

Como elemento de sedimentação da FCH, o seu conselho científico reuniu pela primeira vez em 21 de março de 1993, presidido por José Toscano Rico. Da leitura atenta das suas atas, para além de atos administrativos como a constituição de júris de mestrado e a admissão de docentes, extrai-se uma grande riqueza de elementos que propiciam uma melhor compreensão da dinâmica da FCH. Por vezes, as decisões surpreendem pela modernidade, antecipando estratégias tomadas anos depois no conjunto da universidade portuguesa. Durante o ano de 1993, houve discussão ampla sobre os mestrados, a indicar que as licenciaturas já estavam consolidadas e se apostava no segundo ciclo. Nas licenciaturas, aprovava-se ainda a elaboração de um trabalho final de curso, a consistir em dissertação ou estágio, com relatório apreciado por um professor e por quem acompanhava o estágio na empresa. Esta ideia inovadora para a época veio a ter implantação com o processo de Bolonha, mas apenas para o mestrado (a que se acrescentou o projeto). Em 1993, também se discutiu o regulamento a aplicar ao doutoramento, defendido este como ato individual e ainda não escolarizado. A classificação no final do doutoramento teria não uma base numérica mas denominações em latim: *cum laude*, *magna cum laude*, *summa cum laude*. A Faculdade aprovaria ainda um regulamento escrito de funcionamento<sup>20</sup>, organização interna que conduziu à substituição do modelo de departamentos por áreas científicas (novembro de 1997). Também a designação de diretor de curso passou a coordenador de curso (junho de 1994).

---

<sup>19</sup> Rico, 2017: 20.

<sup>20</sup> Rico, 2017: 22.

Entre 1993 e 1994, a FCH estruturou-se em termos de docentes, então mais ligados às licenciaturas de Comunicação Social e Cultural e Línguas Estrangeiras Aplicadas. Embora correndo o risco de esquecer alguém do grupo construtor da estrutura mestra das licenciaturas na FCH, indico a contratação dos professores Carlos Morujão, Richard Trewinnard, Vítor Oliveira, Jorge Fazenda Lourenço, Pedro Magalhães, Teresa Líbano Monteiro e Alfredo Bruto da Costa (nomeado coordenador da licenciatura de Serviço Social). Para a docência seriam ainda contratadas Maria Laura Monteiro Pereira e Isabel Capeloa Gil no departamento de Línguas e Literaturas e Maria José Craveiro e Horácio Araújo no departamento de Ciências da Comunicação. Laura Pereira, Isabel Gil, Horácio Araújo, Maria José Craveiro, Manuel Cândido Pimentel e Carlos Morujão apresentariam propostas de tese de doutoramento entre 1994 e 1995. Isabel Gil estreou-se em reunião do Conselho Científico a 10 de julho de 1995. Relevo ainda Américo Pereira, secretário da FCH e do conselho científico durante a gestão do diretor Toscano Rico. Cerca de quatro anos depois da refundação, a Faculdade estimulava o aparecimento da primeira geração de corpo docente próprio, a distinguir-se nos anos seguintes na investigação e no exercício de funções do mais alto nível dentro da Faculdade e da Universidade. Este corpo docente, com experiências profissionais distintas anteriores, estaria preparado para a investigação consubstanciada na produção de colóquios, conferências e artigos.

Desde o renascimento da FCH, o responsável da licenciatura de Jornalismo e Comunicação Cultural foi Fernando Cristóvão, coadjuvado por Maria José Craveiro e Horácio Araújo. Maria Idalina Resina Rodrigues seria a responsável pelo curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas, apoiada por Laura Pereira. O padre Cristóvão fez-se rodear de uma equipa jovem e dinâmica, nomeadamente Horácio Peixoto Araújo, depois coordenador pedagógico do curso de Comunicação Social e Cultural e autor da obra literária *Ásia Extrema*<sup>21</sup>. Fernando Cristóvão sairia em janeiro de 1994 para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde chegou a professor catedrático de Filologia Românica. Seria substituído por Manuel Braga da Cruz, que deu um forte impulso ao departamento de Ciências da Comunicação (1994-1997).

O novo diretor, que lecionara, no ano de 1981, História das Doutrinas Económicas e voltara, em 1992, a lecionar as cadeiras de sociologia<sup>22</sup>, modificou a designação da licenciatura, substituindo “Jornalismo” por “Comunicação Social”, e acabou com a variante do curso de “Comunicação e Turismo”, que

---

<sup>21</sup> Cristóvão, 2010: 498.

<sup>22</sup> Cruz, 1997.

funcionava em parceria com a Escola Superior de Turismo do Estoril. Apresentou igualmente alterações curriculares aos três primeiros anos da licenciatura de Comunicação Social e Cultural (maio de 1994) e ampliou o êxito da área, então crucial para a expansão da FCH, com a entrada de docentes para disciplinas como Gestão Cultural, Comunicação na Empresa, Deontologia da Comunicação e Relações Públicas. Manuel Braga da Cruz foi ainda responsável pela instalação dos estúdios de rádio e de televisão, pelo que contou com a colaboração da Rádio Renascença e da RTP. O departamento passaria a fazer parte da Federação dos Meios de Comunicação Social de Inspiração Cristã (NOVA), juntamente com a ARIC (Associação de Rádios de Inspiração Cristã) e AIIC (Associação de Imprensa de Inspiração Cristã)<sup>23</sup>. Em novembro de 1995, foram organizadas as I Jornadas de Ciências da Comunicação, subordinadas ao título *Comunicação, Ética e Mercado*, com a participação de Roberto Carneiro, Daniel Proença de Carvalho, Mário Mesquita, José Manuel Paquete de Oliveira, Francisco Sarsfield Cabral, Isabel Férin Cunha e Adriano Duarte Rodrigues<sup>24</sup>, encontro que teve, na altura, grande impacto. O volume que resultou destas jornadas incluiu ainda duas comunicações apresentadas em encontro da FIUC-Com, realizado em Roma, pertencentes a Rüdiger Funiok e Michel Walrave.

A frequência de alunos em semestres letivos em universidades internacionais, através do programa Erasmus, iniciava os primeiros passos em 1993. O curso de Comunicação Social e Cultural enfrentava desafios cruciais, como escreveu Isabel Férin: inserção no mundo do trabalho, ética e formação da consciência pública<sup>25</sup>. Os estágios foram decisivos para o ingresso no mercado de trabalho. No final do curso, os alunos podiam escolher entre estágio, com orientador interno e na empresa, e produzir um relatório final objeto de classificação pelos orientadores. A maioria preferiu-os, mas também houve que escrevesse uma dissertação com trabalho de investigação. Os alunos criaram um “jornal” próprio, de grande aceitação, *O Doutor*, dirigido por Gonçalo Bordalo Pinheiro. Posteriormente, o Núcleo Associativo de Comunicação Social e Cultural lançou a revista *NÃO*, em 1996.

Entretanto, a FCH propunha a licenciatura em Enfermagem (departamento de Ciências da Vida e da Saúde) (dezembro de 1994) e novos cursos de mestrado em enfermagem (julho de 1993), mas sem irem para a frente, e em Ciências da Educação (departamento de Ciências Psicopedagógicas) (fevereiro de 1994), além de aprovar o novo currículo de Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras

---

<sup>23</sup> Cruz, 1997.

<sup>24</sup> Universidade Católica Portuguesa, 1999.

<sup>25</sup> Férin, 2010: 227-229.

Aplicadas com três especializações (março de 1995) e o plano de desenvolvimento do departamento de Ciências Sociais, de que faziam parte a licenciatura em Serviço Social e o mestrado em Análise e Política Social (junho de 1995). A Faculdade esteve também articulada com a extensão da Universidade Católica em Leiria, com objetivos de harmonizar o curso de Línguas em Lisboa e em Leiria (dezembro de 1994) e de contratação e reajustamentos curriculares em licenciaturas na segunda das cidades (julho de 1996). Um pouco depois, reconhecia-se a dificuldade de recrutamento local de docentes (julho de 1997). Mais tarde, o polo de Leiria foi encerrado.

Diretor da FCH entre 1974 e 1979 e depois com uma vida política intensa ao longo da sua vida (deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, presidente do Conselho Nacional de Educação, ministro da República na Região Autónoma dos Açores), Mário Pinto regressaria à direção da Faculdade entre 1999 e 2005. O corpo docente mereceu crescente atenção, através do lançamento dos primeiros concursos para fixar professores. Deste período, destacar-se-iam ainda a primeira edição do Prémio Traduzir (1999) e o lançamento dos mestrados em Ciências da Comunicação e em Tradução e Culturas Comparadas (2000) e da vertente de especialização *Teaching English as a Foreign Language* no mestrado em Línguas Estrangeiras Aplicadas (2003). O primeiro curso de mestrado de comunicação, estruturado por Manuel Braga da Cruz, com coordenação científica de Robert White (Universidade Gregoriana) e pedagógica de Isabel Férin da Cunha, orientava-se para as indústrias de conteúdo ou indústrias culturais, onde se concentrava a maioria dos profissionais da comunicação, associando a componente teórica com a formação técnica e tecnológica, aspetos económico-empresariais, políticos, históricos e éticos (Quadro 1).

**Quadro 1.** Docentes e seminários do primeiro mestrado de Comunicação

Docentes	Seminários
Robert White (Universidade Gregoriana, Roma)	Teorias e Políticas de Comunicação e Cultura
Robert Picard (Turku School of Economics & Business Administration, Finlândia)	Economia das Indústrias da Cultura
Nuno Brás da Silva Martins (UCP)	Cultura e Valores Humanos: Fundamentos Morais e Teológicos
Brian Winston (Westminster University, Londres)	Tecnologias da Comunicação e Indústrias da Cultura
Michael Palmer (Sorbonne Nouvelle, Paris III)	Teorias e Políticas da Globalização Cultural

Docentes	Seminários
Denis McQuail (Universidade de Amsterdão)	Desempenho e Fiabilidade dos Meios de Comunicação: Teorias Normativas e Fundamentos Éticos
Adriano Duarte Rodrigues (Universidade Nova de Lisboa)	Técnicas de Comunicação e Informação
Farrel Corcoran (Dublin City University)	Políticas Comparadas de Comunicação e Cultura
Isabel Férin da Cunha	Indústrias Culturais em Portugal

Fonte: Serviços da FCH

Cada seminário funcionava mensalmente. Os docentes estrangeiros lecionavam duas semanas de aulas e examinavam os alunos no final da outra quinzena. O horário era pós-laboral (18:00-21:00). O prestígio do conjunto destes docentes representaria uma marca de qualidade imprimida ao curso. Publicitar-se-iam ainda o lançamento do mestrado e doutoramento em Serviço Social (2003) e do mestrado em Estudos de Cultura (2005). Uma parceria no doutoramento em Serviço Social com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra seria estabelecida em 2015.

## Novos desafios

Preparava-se a terceira fase da vida da FCH (depois do nascimento e da refundação), a atender aos desafios do futuro como a reforma de Bolonha (a partir de 2005), a internacionalização, o estabelecimento de corpo docente próprio e com doutoramento, a criação de centros de estudos com investigação e edição de publicações (coleção de livros), já dentro da direção de Isabel Capelo Gil (2005-2012). A colaborar com a Faculdade desde o início da refundação (1991) e a preparar o doutoramento em Estudos Alemães, com articulação entre a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade de Munique, Isabel Gil era já professora-secretária da FCH quando acabou o grau académico de doutoramento em 2002<sup>26</sup>, e nomeada diretora três anos depois. A FCH traçou um perfil de investigação diferenciador da oferta de outras escolas, mais interpretativo, casos dos estudos de fenomenologia, análise da ficção televisiva e cultura digital<sup>27</sup>.

Ao mesmo tempo que decorria a adaptação pedagógica ao encurtamento do primeiro ciclo de estudos (de cinco para três anos), sentido pela universidade

<sup>26</sup> Gil, 2017: 30.

<sup>27</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista pessoal.

portuguesa em geral, a grande aposta da FCH foi a de fazer dela uma grande escola na área das humanidades e das ciências sociais, caso do mestrado em comunicação, então com um número de alunos ainda pequeno. Associado aos mestrados, a Universidade Católica Portuguesa participaria no consórcio AETC, formado ainda por duas outras instituições: Universidade do Algarve e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. O objetivo principal era oferecer a estudantes e recém-licenciados estágios com experiência de trabalho em contexto profissional multicultural e plurilingue na União Europeia e noutros países<sup>28</sup>. Na FCH, a responsável pela implementação do consórcio foi Adriana Martins, docente da área de Estudos de Cultura.

O nascimento do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) correspondeu ao desígnio de reforço da aposta na investigação, para o que contribuiu igualmente a internacionalização dos docentes e a vinda, para lecionação em seminários de mestrado e doutoramento, de docentes de escolas prestigiadas como a Annenberg School for Communication. Na área de Estudos de Cultura, a instituição do Lisbon Consortium (2010), uma emulação do London Consortium, permitiu juntar em comum empresas, agentes culturais, fundações e investigadores e académicos<sup>29</sup> (Câmara de Lisboa, Gulbenkian, Culturgest, Museu do Teatro, Cinemateca, Centro Nacional de Cultura, Fundação Oriente, Oceanário, Fundação EDP e Fundação Millennium). As classificações nos *rankings* internacionais da Eduniversal – mestrado de Estudos da Cultura (área da Gestão das Artes) em terceiro melhor do mundo (2014) e mestrado de Ciências da Comunicação em 30.º lugar (2015) – significaram prestígio e reconhecimento. Hoje, o mestrado de Estudos de Cultura tem mais de 60% de alunos internacionais oriundos de 20 nacionalidades. O mestrado de Ciências da Comunicação seria considerado o melhor mestrado na área em Portugal.

O lançamento dos doutoramentos em Ciências da Comunicação e em Estudos de Cultura (2007), a criação da Escola de Pós-Graduação e Formação Avançada (2007) e o lançamento do mestrado em Ciências da Família (2007) fizeram parte das novas apostas de crescimento e diversificação da oferta universitária. O primeiro projeto de tese de doutoramento de Ciências da Comunicação (outono de 2009) pertenceria a Carla Ganito (*Women and Technology: Gendering the Mobile Phone – Portugal as a Case Study*). A oferta de licenciaturas (e coordenações) em 2007 era a que se ilustra no Quadro 2:

<sup>28</sup> <http://www.erasmus-aetc.com/>, acedido em 11 de janeiro de 2018.

<sup>29</sup> Gil, 2017: 32.

**Quadro 2.** Oferta de licenciaturas (2007)

Área	Coordenação da área	Coordenação de curso
Ciência Política	João Carlos Espada	Miguel Morgado
Comunicação Social e Cultural	Rogério Santos	Carlos Capucho
Filosofia	Manuel Cândido Pimentel	Carlos Morujão
Línguas Estrangeiras Aplicadas	Jorge Fazenda Lourenço	Alexandra Lopes
Relações Internacionais	João Carlos Espada	Lívia Franco
Serviço Social	Isabel Guerra	Henrique Joaquim
Sociologia	Isabel Guerra	Mário Lages
Tradução	Jorge Fazenda Lourenço	Alexandra Lopes

Fonte: Faculdade de Ciências Humanas, 2007

Ainda em 2007, no âmbito das comemorações do 40.º aniversário da Universidade, realizou-se o colóquio da FIUCCom *Que Valores? A Comunicação na Sociedade Global*, organizado por Horácio Peixoto Araújo (15 e 16 de janeiro de 2007). A participação da FCH em reuniões da FIUCCom começou com Manuel Braga da Cruz, em Praga e em Roma, aqui acompanhado por Horácio Araújo. A FIUCCom reunia representantes dos departamentos de Comunicação Social de universidades pertencentes à Federação Internacional de Universidades Católicas, fundada em 1924 por iniciativa da Università Cattolica Del Sacro Cuore (Milan, Itália) e da Katholieke Universiteit Nijmegen (Nijmegen, Holanda). Quase em simultâneo com a participação nas atividades da FIUCCom, a UCP, a acompanhar o movimento das universidades católicas no sentido de maior internacionalização e competitividade, fez uma reflexão sobre como manter sólida a identidade católica. Anualmente, e a partir de mensagem específica do Papa, a FCH tem organizado o Dia Mundial das Comunicações Sociais em formato de colóquio.

A essa data, a estrutura organizacional da FCH era constituída por Direção, Conselho Científico, Gabinete de Marketing e Comunicação e Gabinete de Avaliação. A divulgação de cursos e a comunicação com o exterior foram relevados a partir de 2008, primeiro com recurso a agência de assessoria de comunicação e, depois, com estrutura própria da Faculdade, a atuar no País e em feiras e outros eventos em países de potencial recrutamento de alunos. Então, o intercâmbio universitário fazia-se com Alemanha, Áustria, Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Irlanda, Itália, Polónia e Suíça<sup>30</sup>.

<sup>30</sup> Faculdade de Ciências Humanas, 2007.

A FCH criou ainda um Conselho Consultivo, reunido a primeira vez em janeiro de 2010. Integrando membros da sociedade civil (Guilherme de Oliveira Martins, Idalina Resina Rodrigues, Maria José Nogueira Pinto, Martim Avilez, Miguel Lobo Antunes, Pedro Norton, Teresa Pignatelli e Vítor Bento), no encontro resultou a convicção da importância das Ciências Humanas na formação intelectual. Os membros do Conselho sublinhariam a necessidade de investir na formação em ética e em empreendedorismo.

Explorando as possibilidades das redes eletrónicas, foi lançada a primeira licenciatura em Filosofia em Portugal no regime de *blended learning* (2009). Pela modernidade da oferta, houve um apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Mas, em simultâneo, nasceu uma espécie de nostalgia: desde a sua origem, a filosofia fora desenvolvida com a palavra dita; agora, ao alargar-se aos contactos por meios digitais, perdia a natureza da conversa oral. Em termos de divulgação e conhecimento da realidade empresarial aos alunos das licenciaturas, a FCH lançou a iniciativa ExpoCarreiras em 2008, renomeada *My Career* em 2016, feira de um dia com empresas a expor produtos e profissões. E, com o objetivo de anunciar as valências da FCH a alunos do ensino secundário, nasceu a Academia Júnior (2009).

Em termos internos, reforçou-se a liderança das Ciências da Comunicação e de Estudos de Cultura, solidificou-se o Instituto de Ciências da Família, permitindo a acreditação de um mestrado na A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), tendo-se também reestruturado a licenciatura e iniciado o doutoramento em Serviço Social. Outros projetos foram o relançamento do Instituto de Estudos Orientais (2011), as ofertas na Escola de Pós-Graduação e Formação Avançada e a abertura do doutoramento interuniversitário em História (2008)<sup>31</sup>. O Instituto de Estudos Orientais existira autonomamente, por uma década, sob a direção do Prof. Luís Filipe Thomaz. O curso de doutoramento interinstitucional em História foi uma parceria a reunir contributos e valências da UCP (através do CEHR e da área de História da FCH), do ICS-UL, do Departamento de História do ISCTE e do Departamento de História e CIDEHUS da Universidade de Évora. A licenciatura de Psicologia arrancou em 2012 com um número mínimo de alunos, com os primeiros diplomados em 2015, mas tornar-se-ia, depois, a segunda licenciatura mais procurada na FCH<sup>32</sup>.

No período em que José Miguel Sardica foi diretor da FCH (2012-2016), a Faculdade estabeleceu parceria com a Kent State University no segundo ciclo

<sup>31</sup> Sardica, 2017: 35.

<sup>32</sup> José Miguel Sardica, entrevista pessoal.

de Ciências da Comunicação (2014), instituiu a *Summer Schools in Language and Portuguese Culture*, domiciliou o programa *Study in Portuguese Network* (SiPN) (2014) e manteve o acolhimento de alunos de Macau, a ingressar nos cursos de Direito e Línguas Estrangeiras Aplicadas, cujo sucesso do programa se está a estender à procura por estudantes de origem chinesa. Também seria atribuído o título Programa FCT ao doutoramento em Estudos de Cultura/*The Lisbon Consortium* (2015), coordenado por Isabel Gil. Ainda em 2015, inaugurava-se o estúdio de televisão da FCH (2015) e criava-se a Católica Languages & Translation (2015), esta última apta a prestar serviços de consultoria linguística, tradução e ensino de línguas (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, árabe, japonês e mandarim).

À primeira geração de docentes formada no ensino superior durante a década de 1980 e já treinada na investigação, juntou-se uma geração mais nova, rapidamente habituada à internacionalização e à produção científica presente em *rankings* internacionais e em revistas indexadas.

Uma nova direção da Faculdade, dirigida por Nelson Ribeiro, era nomeada em janeiro de 2016. Então, o número de alunos estrangeiros atingia 25% do total dos alunos da FCH, levando a uma oferta de disciplinas e cursos em inglês, e o número de alunos em mestrado e doutoramento aproxima-se do existente em licenciatura<sup>33</sup>, o que simboliza uma mudança de modelo face ao período da refundação em 1991. Em setembro de 2016 eram lançados os mestrados em “Psicologia do Bem-Estar e Promoção da Saúde” e “Psychology in Business and Economics”. Atualmente, a FCH tem cinco áreas científicas: Ciências da Comunicação, Estudos de Cultura, Ciências Sociais, Filosofia e Psicologia.

A Faculdade tem cerca de 1250 alunos e uma centena de professores. Entre 1991 e 2017, a FCH diplomou 5207 alunos nos três ciclos de estudos, distribuídos segundo o Quadro 3. No conjunto, a FCH é uma instituição complexa, de grande diversidade, um encontro de saberes e quadros conceptuais a cobrir literatura, cultura, media, comunicação estratégica, filosofia, psicologia, educação e serviço social. Desde o seu início, a Faculdade tem seguido uma política de atribuição de bolsas de mérito aos seus melhores alunos, contando ainda com prémios de entidades como Grupo Renascença Multimédia, GfK, Observatório de Comunicação Interna, Porter Novelli, Fundação Millenium, Fundação Amélia de Melo e BPI.

---

<sup>33</sup> Ribeiro, 2017: 38.

**Quadro 3.** Número de diplomados pela FCH (1991-2017)

Ciclo	Cursos	Números
Licenciados	Comunicação Social e Cultura, Filosofia, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Psicologia, Serviço Social, Sociologia e Tradução	4218
Mestres	Arte Contemporânea, Ciências da Comunicação, Ciências da Educação, Ciências da Família, Educação de Infância, Enfermagem, Estudos Asiáticos, Estudos de Cultura, Estudos Orientais, Filosofia, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Serviço Social e Tradução	921
Doutores	Ciências da Comunicação, Ciências da Educação, Estudos de Cultura, Filosofia, História, Serviço Social e Tradução	68

Fonte: Serviços da FCH.

### Centros de Estudos e Institutos

No presente, a FCH tem quatro centros de estudos. Aqui, confluem dois conceitos, *teaching university* e *researching university*, cujo equilíbrio torna a universidade num espaço de permanente produção e disseminação de conhecimento. Os centros começaram a ser acreditados pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) em 2007. A então unidade coordenadora dos centros de estudos da FCH, *Humanitas*, realçava pontos comuns dos centros: maior dinâmica de internacionalização, mudança de modelo de financiamento e valorização da apresentação de candidaturas a financiamento, independentemente da aprovação (2013).

O Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), criado em 2007, com mais de 100 investigadores, dos quais 59 doutores integrados, engloba a comunicação social e cultural, os estudos de cultura, os estudos literários e a tradução, e renomeou em 2018 os grupos de investigação em cinco (Cognition and Translatability; Culture, Art & Conflict; Media Narratives and Cultural Memory; Literature and the Global Contemporary; Digital Literacy & Cultural Change). O seu primeiro diretor foi Jorge Fazenda Lourenço (2007-2012), a que se seguiu o atual diretor Peter Hanenberg. A primeira avaliação do CECC pela FCT, com visita de painel de especialistas internacionais, decorreu no primeiro trimestre de 2008, com o resultado de Excelente conhecido quase no final desse ano.

O CECC está ligado a redes internacionais que incluem Phdnet, EENCS/ESSCS – European Excellence Network for Cultural Studies, e vários projetos das chamadas ações COST (Cooperação em Ciência e Tecnologia). Os seus investigadores têm apresentado comunicações em conferências internacionais

das mais prestigiadas associações como ICA (International Communication Association), IAMCR (International Association for Media and Communication Research), ECREA (European Communication Research and Education Association), Ibercom (Associação Ibero-Americana de Investigação em Comunicação) e ICLA (International Comparative Literature Association). Um dos membros do CECC, Nelson Ribeiro, diretor da FCH, foi eleito presidente da secção de História da Comunicação da IAMCR, sendo também presidente da secção de História da Comunicação da ECREA.

Nos últimos anos, o CECC liderou dois projetos financiados por fundos comunitários: “Culture@work” (desenvolvimento de plataforma internacional para circulação do trabalho artístico e formação profissional no sector da cultura), com orçamento total estimado em 380 mil euros, cofinanciado pelo Programa Cultura da União Europeia, e “4Cs: From Conflict to Conviviality through Creativity and Culture” (2017–2021, a envolver sete parceiros de vários países, e que promove a educação pela arte e pela cultura como forma de compreender o tema do conflito, promovendo os encontros de diversidade cultural), com um orçamento total de 3,7 milhões de euros. Além disso, o CECC é parceiro, dentro do programa Horizonte 2020, no projeto “Social Media and Convergence COMPACT” (2017–2020), onde se evidencia o impacto das descobertas tecnológicas no conhecimento cultural, legal, económico, entre outros), com um orçamento global de 1 milhão de euros.

Associado à investigação nestas áreas, surgiu a revista *Comunicação & Cultura*, inicialmente pensada em setembro de 1994, para publicar trabalhos de teses, mas apenas concretizada em 2006. No editorial do número inicial, a diretora Isabel Gil escreveu sobre este projeto interdisciplinar e autorreflexivo: “Partindo da conceção de que todo o conhecimento é mediado e enformado por um sistema de valores simbólico, este projeto escreve-se na linha de sutura entre áreas disciplinares diversas, mas complementares, a das ciências da comunicação e dos estudos de cultura, e assenta na consciência de que, apesar de nenhum mapa conceptual poder abranger a totalidade do território fluido em que nos movemos, a iluminação recíproca dos campos de saber trará um contributo renovado para a comunidade em que nos situamos.”<sup>34</sup> Até ao presente, saíram 18 números e em preparação encontram-se mais dois. Entre 2013 e 2017, os investigadores do CECC publicaram cerca de 800 artigos, livros e capítulos de livros sobre comunicação e estudos de cultura. Muita da produção científica do CECC encontra-se em acesso livre através do repositório institucional Veritati (com maior ênfase a partir de 2013).

---

<sup>34</sup> Gil, 2016: 8.

Já no começo do primeiro mandato de Isabel Gil como diretora da FCH, tinham-se realizado os encontros “Conhecer a FCH. Conferências Multidisciplinares”, criados para preparar sinergias entre áreas científicas no período de reformulação e implantação dos centros de investigação, com apresentação de trabalhos por pesquisadores seniores e juniores<sup>35</sup>. Dos encontros (2005–2008), seriam publicados quatro volumes, com os títulos “Modernidade e Cruzamento de Saberes. Figuras da Modernidade”, “Tecnologia e Sociedade. Tecnologia, Humano e Pós-Humano”, “Culturas da Cidadania. Conflitos Epistemológicos” e “Representações da Guerra. Representações da Família e do Espaço Público”.

O Centro de Estudos de Filosofia (CEFi), fundado em 2005, herdeiro do património de investigação de duas unidades prévias (CLCPB – Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira e o GEPOLIS), parte da ideia da filosofia como prática viva e inserida nas discussões sobre ciência, religião, política e arte<sup>36</sup>. O CEFi tem duas linhas temáticas e coordena a coleção Estudos de Filosofia. Os investigadores incluídos no centro, como Mendo de Castro Henriques, Manuel Cândido Pimentel, Carlos Morujão, Luís Loia e Samuel Dimas, publicariam o *Dicionário Crítico de Filosofia Portuguesa* (2016), projeto iniciado em 2005, coordenado por Maria de Lourdes Sirgado Ganho. O CEFi é também responsável pela edição crítica dos *Sermões* do Padre António Vieira. Além da sede, o CEFi tem um núcleo no Centro Regional do Porto.

O Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEP-CEP), criado em 1983 e integrado na FCH em 2002, está vocacionado para o estudo da interação cultural que a presença portuguesa gerou em povos de vários continentes<sup>37</sup>. À luz de hoje, pode considerar-se um centro de estudos pós-coloniais e com escopo teórico de grande abrangência multidisciplinar<sup>38</sup>, com ideia original de Carlos Laranjo Medeiros, que, apesar de nunca pertencer aos quadros da UCP, trouxe a reflexão feita na Inglaterra por estudantes africanos e asiáticos de países pertencentes à Commonwealth e a passou ao professor Mário Lages<sup>39</sup>. Entusiasmados os dois, conseguiram a adesão do reitor e de outros investigadores, como Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos.

Mário Lages, entrado na Universidade Católica em 1970, ensinou ainda no Instituto Superior de Serviço Social e na Universidade Técnica de Lisboa (ISCSP) e foi professor visitante da universidade sueca de Linköping. Integrou

<sup>35</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista pessoal.

<sup>36</sup> Faculdade de Ciências Humanas, 2017: 11.

<sup>37</sup> Faculdade de Ciências Humanas, 2017: 12.

<sup>38</sup> Sardica, 2017a: 195. O texto sobre o CEPCEP é muito devedor da obra escrita por José Miguel Sardica.

<sup>39</sup> Sardica, 2017a: 33–34.

ainda o conselho de direção da Faculdade de Teologia e fundou o Núcleo de Estatística do Centro de Informática, depois CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião), de que foi diretor. Roberto Carneiro, antigo secretário de Estado da Educação (1980–1981) e ministro da Educação (1987–1991), vice-presidente do Instituto Nacional de Administração (INA), perito e consultor de entidades como a UNESCO, OCDE, Banco Mundial e Conselho da Europa em domínios como educação e política educativa, cooperação para o desenvolvimento e administração pública, foi presidente do CEPCEP entre 1985 e 2017, a seguir à liderança de José de Freitas Ferreira<sup>40</sup>. Artur Teodoro de Matos, historiador dos descobrimentos e vice-reitor da Universidade dos Açores, criou e coordenou o mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa<sup>41</sup>, integrou a direção do CEPCEP e presidiu à Humanitas, durante anos a unidade de coordenação da investigação científica da FCH. A estes responsáveis, juntaram-se jovens investigadoras como Ana Costa Lopes e Verónica Policarpo, com trabalho exigente nas suas áreas de intervenção.

Ao longo da sua existência, produziu investigação visível em seminários de história indo-portuguesa, história de São Tomé e Príncipe, cultura e contemporaneidade, diálogo inter-religioso, 67 livros, 94 estudos ou atividades de consultoria e gestão de projetos, 29 conferências e cursos e 187 parcerias, em que 88 foram com instituições ou redes e projetos internacionais<sup>42</sup>. Algumas das suas áreas de atividade são cidadania, bem-estar, cooperação para o desenvolvimento, aprendizagem e liderança, inovação e mudança em sistemas sociais complexos. A revista *Povos e Culturas*, a imagem do centro, teve 20 números entre 1986 e 2015, com cerca de oito mil páginas. Dos trabalhos de maior fôlego, destaque, embora sem os hierarquizar: *Memória de Portugal. O Milénio Português* (2000), *Imigrantes em Portugal. Problemas, Valores, Atitudes e Comportamentos Relacionados com a Imigração Recente* (2002), *Enciclopédia Açoriana* (2008) e a coleção *Biografias dos Reis de Portugal*. Em 2008, o CEPCEP seria designado, a nível ministerial, a unidade de liderança (em parceria com outros centros ou Faculdades) do programa quadrienal de monitorização e avaliação dos resultados do programa Novas Oportunidades, iniciativa que visou aumentar a escolaridade a muitos indivíduos com menor nível de ensino.

O CEPCEP abriu a universidade a personalidades nacionais e internacionais e foi sempre muito persistente e convincente na captação de financiamentos

---

<sup>40</sup> Sardica, 2017a: 88.

<sup>41</sup> Sardica, 2017a: 66.

<sup>42</sup> Sardica, 2017a: 179–290.

de origem pública e privada para a investigação. Na mudança de gerações, Fernando Ilharco, docente da FCH, foi nomeado em 2017 para o cargo de presidente do CEPCEP. Este professor fora já coordenador do mestrado e do doutoramento de Ciências da Comunicação e tinha acompanhado a evolução do CEPCEP.

Criado em 2017, o CRC-W (Catolica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing) é um centro de investigação interdisciplinar que domicilia docentes e investigadores das áreas de Psicologia, Serviço Social e Ciências da Educação. Tem por missão promover e desenvolver, numa perspetiva multidisciplinar, investigação sobre o bem-estar, nos contextos individual, familiar e social, apoiar a publicação dos resultados da investigação realizada pelos membros do CRC-W e fomentar o intercâmbio com instituições congêneres portuguesas e com outras instituições científicas e culturais estrangeiras<sup>43</sup>.

A FCH possui ainda dois institutos: Ciências da Família e Estudos Orientais. O Instituto de Ciências da Família vem do período da refundação da FCH e está orientado para a abordagem científica e pedagógica de natureza relativa à família. Coordenado por Helena Rebelo Pinto, da formação académica do instituto destacam-se o mestrado em Ciências da Família e a pós-graduação em Mediação Familiar como habilitação para o exercício de mediador familiar em serviços públicos e privados. Quanto ao Instituto de Estudos Orientais, dirigido inicialmente por Luís Filipe Thomaz, como escrito atrás, a que sucedeu Eva Maria von Kemnitz e, atualmente, Jorge Santos Alves, é uma unidade de investigação e ensino na área de Estudos Asiáticos vocacionada para o conhecimento das línguas, sociedades e culturas asiáticas<sup>44</sup>. Criado em 2001, foi integrado na FCH em 2011. Uma das atividades principais do instituto é o mestrado em Estudos Asiáticos (consórcio de Estudos Asiáticos que junta a FCH e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), lançado em 2012.

A aposta na transferência do conhecimento levou a FCH a criar, em 2007, o Núcleo de Estudos e Projetos de Serviço Social (NEPPSS) como unidade de estudos e consultoria em política social e serviço social, sucedendo, na componente de prestação de serviços, ao Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS). Dos estudos realizados, destacam-se: *Imigrantes Sem Abrigo* (2012), *Perfil Social dos Utentes do Acolhimento Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* (2012), *Significados, Impactes e Construções Simbólicas da Experiência de Missão: Estudo sobre os Voluntários dos Leigos para o Desenvolvimento* (2012), *Os*

<sup>43</sup> <https://crc-w-ucp.wixsite.com/crc-w/missao-e-objetivos>, acedido em 10 de janeiro de 2018.

<sup>44</sup> Faculdade de Ciências Humanas, 2017: 13.

*Serviços Sociais das Unidades do Serviço Nacional de Saúde* (2008) e *Inserção Socio-profissional de Antigos Gaiatos* (2008).

A Escola de Pós-Graduação e Formação Avançada (EPG-FA), criada em 2007, reúne a formação avançada para executivos, pós-graduações, formação à medida e serviços de consultoria a empresas e outras organizações, atuando em áreas como educação, economia social, edição e tradução<sup>45</sup>. A ideia da escola como entidade formadora para públicos distintos dos cursos conferentes de grau académico nasceu do mandato de Mário Pinto e respondeu a pedidos de empresas para a formação profissionalizante, na universidade e dentro das próprias empresas<sup>46</sup>. Dois cursos de pós-graduação então com êxito foram Televisão e Cinema (2007) e Media & Entretenimento (2008). Na atualidade, oferece cursos como as pós-graduações de Livro Infantil – B-learning, Comunicação e Marketing de Conteúdos: Estratégias de *Content Marketing* para o Contexto Digital, Pós-Graduação em Comunicação e Media Sociais, e Governação Integrada: Perspetivas e Estratégias para Intervenção em Problemas Sociais Complexos. O seu primeiro coordenador foi José Manuel Seruya, com importante carreira empresarial e docente da FCH, substituído por Carla Ganito em 2012, igualmente professora na Faculdade.

Os alunos são parte fundamental da Universidade. Assim, a FCH, hoje a segunda maior Faculdade do *campus* de Lisboa, tem um interesse especial pelos discentes, fomentando a rede de Alumni e apoiando a Associação de Estudantes, entidades que defendem a linha da marca de identidade católica da Faculdade. Com uma página na internet, a rede Alumni serve para encontrar antigos alunos, saber onde andam e o que fazem, combinar encontros, trocar ideias e divulgar as iniciativas da FCH e as ações ou eventos dos *alumni*. Já a associação de estudantes tem como objetivos principais estimular a interatividade dos alunos em eventos relacionados com a cultura do conhecimento e do entretenimento, divulgar oportunidades disponíveis dentro da FCH para promover uma maior ligação com os Gabinetes de Apoio ao Aluno e de Avaliação e Desenvolvimento Profissional e estimular a integração dos alunos Erasmus. Nos anos mais recentes, os presidentes da associação seriam José Diogo Vinagre (2012–2013), João Marinheiro (2013–2014), Sara Plácido (2014–2015), Joana Ferrogolo (2015–2016), Diana Monteiro (2016–2017) e Tiago Sardo (2017–2018). A direção de 2017–2018 incluiria uma aluna macaense, em demonstração do crescimento de estudantes internacionais na FCH.

---

<sup>45</sup> Faculdade de Ciências Humanas, 2017: 13.

<sup>46</sup> Isabel Capelo Gil, entrevista pessoal.

## Bibliografia

- Anselmo, Artur (1988a). *Linguagem e Comunicação*. Textos de aulas lecionadas no I Curso de Ciências da Informação do Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica Portuguesa
- Anselmo, Artur (1988). *Técnicas de Pesquisa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa
- Atas da Comissão Instaladora da Faculdade de Ciências Humanas (1991-1993)
- Atas do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Humanas (1993-2014)
- Cristóvão, Fernando (2010). “Um pouco de História sobre uma ‘Missão’ e uma Amizade”. In Inês Vieira, José Alfaro e Maria dos Anjos Guincho (coord.), *Partíamos como se não Fôssemos. Homenagem a Horácio Peixoto de Araújo*. Lisboa: Bond
- Cruz, Manuel Braga (2017). “O Meu Contacto com a Faculdade de Ciências Humanas”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Faculdade de Ciências Humanas (2017). *Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Faculdade de Ciências Humanas (2007). *Brochura*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa
- Férin, Isabel (2010). “Em Memória de um Projeto e de um Coordenador Pedagógico. A Oração de Sapiência de 2001”. In Inês Vieira, José Alfaro e Maria dos Anjos Guincho (coord.), *Partíamos como se não Fôssemos. Homenagem a Horácio Peixoto de Araújo*. Lisboa: Bond
- Gil, Isabel Capelo (2017). “Entrevista”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Gil, Isabel Capelo (2006). “Editorial. Quem Somos e o que Queremos”. *Comunicação & Cultura*, 1: 9
- Pinto, Mário (2017). “Entrevista”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Ribeiro, Nelson (2017). “Entrevista”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Rico, José Toscano (2017). “Entrevista”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Sardica, José Miguel (2017a). *Redes de Conhecimento. História do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Universidade Católica Portuguesa
- Sardica, José Miguel (2017). “Entrevista”. *FCH 25/44. Faculdade de Ciências Humanas. 25 Anos de Refundação*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas / Universidade Católica Portuguesa
- Sardica, José Miguel (2016). “Introdução”. José Miguel Sardica (org.), *Orações de Sapiência. Faculdade de Ciências Humanas, 2001-2016*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa
- Silva, Aníbal Cavaco (ed.) (1984). *Economic and Social Partnership and Incomes Policy*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa
- Universidade Católica Portuguesa (1999). *Comunicação, Ética e Mercado*. Lisboa: Universidade Católica Editora
- Universidade Católica Portuguesa (1992). *Admissão ao Ano Propedêutico e ao 1.º Ano, Caderno do Candidato Ano Letivo de 1992-1993*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa

Universidade Católica Portuguesa (1984). *Reflexos do Desenvolvimento Tecnológico na Comunicação Social*. Maia: Castoliva

### **Entrevistas pessoais**

Isabel Capeloa Gil (15 de fevereiro de 2018)

José Miguel Sardica (9 de janeiro de 2018)

Mário Campos Pinto (27 de dezembro de 2017)

Agradecimento aos professores Manuel Braga da Cruz, Nelson Ribeiro e Peter Hanenberg, às colaboradoras Berta Monteiro, Cristina Morgado e Elisabete Carvalho Gomes e ao estudante Tiago Sardo pelo fornecimento de informações essenciais para a melhor construção do texto. E a anteriores diretores da FCH pelas entrevistas dadas: Mário Campos Pinto, Isabel Capeloa Gil e José Miguel Sardica. Dedico o capítulo a Horácio Peixoto Araújo (1945-2008), colega que deixou tantas memórias afetivas na Faculdade de Ciências Humanas.

## Capítulo 14

# A Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais

João César das Neves

A Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais nasceu em 1989, quando ainda havia um muro em Berlim e não existiam telemóveis. Para muitos, porém, a história começa ainda mais cedo, nos inícios da década de 1970, com o surgimento das duas licenciaturas emblemáticas de Economia e Gestão, numa época em que se vivia sem fotocópias e a televisão era a preto e branco. A história desse primeiro período compete a outro capítulo deste livro, mas ela vai estar também presente nestas páginas, como não podia deixar de ser<sup>1</sup>.

### I. Evolução Geral da faculdade

A FCEE nasceu em setembro de 1989<sup>2</sup>, por divisão da anterior Faculdade de Ciências Humanas em duas novas escolas, de Direito e de Ciências

---

<sup>1</sup> Na elaboração desta breve nota histórica recebi a ajuda de muita gente que merece ficar aqui referida. Os dados para os quadros foram fornecidos por Luísa Pitta da Reitoria, Fátima Silva, Sara Dias da Silva e Elisa Lopes da Direção da Faculdade, Laura Pedro dos Serviços Escolares, Ana Ferrão do mestrado em Direito e Gestão, Catarina Simão do Gabinete de Marketing, Custódia Rebelo do MBA, Sónia Gonçalves do MIF, Sofia Pereira e Alexandra Correia do CEA, Débora Porém do CUBE, Anabela Carvalho da Formação de Executivos, Camila Botelho (150113176) presidente da Associação de Estudantes, Rosário Lucas (152/73G) e Leonor Festas (750/77G) do Gabinete do Antigo Aluno. Além disso beneficiei muito de conversas e contributos de muitos como Francisco Veloso, Ana Canhoto (121/73E), Guilherme Almeida Brito (85/78G), Fernando Machado (41/78E e 218/78G), José Corrêa Guedes (496/76E), Leonor Modesto (331/75E), Miguel Athayde Marques (108/72G), Helie de Chantérac, Sofia Pereira (97/85G) e também Alberto Lago da Silva, Ana Duarte Ribeiro, Joana Santos Silva, Sónia Gonçalves, Filipa Cristóvão, Catarina Paiva e Laura Pedro. Agradeço ainda a leitura e comentários a versões prévias de vários dos nomes já referidos e ainda de Fátima Barros (171/80E), Luís Cardoso (514/76G), Pedro Oliveira, Manuel Leite Monteiro (192/80E) e João Borges de Assunção (32/79G), José Filipe Rafael (73/79E) e o padre João Seabra.

<sup>2</sup> A sua criação foi estabelecida pelo *Decretum n. 1380/89/6 da Congregatio de Institutione Catholica (De Seminariis atque Studiorum Institutis)* de 20 de setembro de 1989, e aprovada pelo Estado

Económicas e Empresariais. Estruturalmente, a FCEE surgia com a mesma natureza que o ensino destas ciências tinham tido na Universidade desde o início. Permaneciam apenas duas licenciaturas, em Economia e Administração e Gestão de Empresas, que funcionavam desde o ano letivo de 1972/1973, tendo então já produzido mais de 1500 licenciados. Assim, todas as novidades letivas neste campo, como mestrados ou cursos para executivos, haveriam de surgir apenas na nova faculdade.

Apesar da manutenção da presença académica, muito mudara nesses primeiros 17 anos. Quando a Universidade Católica começara o ensino destas ciências trouxera elementos muito inovadores. A licenciatura em Administração e Gestão de Empresas não só era a primeira no País, mas utilizava métodos originais de lecionação, como casos de estudo e outras técnicas inspiradas em escolas norte-americanas. No curso de Economia, mais tradicional em Portugal, a novidade era tão ou mais revolucionária. Nos inícios da década de 1970 o ensino superior de Economia, que antes seguira uma orientação corporativista, própria do regime, estava crescentemente dominado pela ideologia marxista, que foi quase exclusiva após 1974. Lançar em 1972 um curso baseado em teoria económica dava à Católica um virtual monopólio. Essas orientações foram mantidas e aprofundadas desde então mas, felizmente, as outras universidades nacionais adotaram linhas semelhantes, de modo que em 1989, mantendo ainda uma posição de liderança, ela já não sofria do isolamento original, num mercado cada vez mais competitivo.

Quase coincidente com o nascimento da nova escola vinha um projeto que absorveria grande parte das energias do seu primeiro diretor, o professor Valentim Xavier Pintado: a implantação de um novo edifício. Pensado originalmente como uma pequena unidade, destinada exclusivamente à nascente pós-graduação, acabou totalmente reformulada, albergando a Faculdade inteira, onde ainda hoje se localiza. Esta grande obra teve a autoria do arquiteto Luís Cunha, sob a direção técnica do Engenheiro Luís Guimarães Lobato. Para ela a Faculdade beneficiou muito do apoio de fundos europeus, em particular do PRODEP/PEDIP, e também da contribuição de várias empresas, cujos nomes ficaram inscritos no grande átrio de entrada.

Quando em 1994 se realizou a mudança de instalações, já se tinham verificado duas outras transformações importantes, que aumentaram pela primeira vez o catálogo de programas. Em 1991 abrira o *Master in Business Administration* (MBA), que se tornaria num dos cursos emblemáticos da nova Faculdade. Para

---

português pelo Despacho n.º 145/ME/89, de 24 de agosto de 1989, assinado pelo Ministro da Educação Roberto Carneiro.

esse efeito foi criada a Escola de Pós-Graduação, que acomodava as novas exigências deste ensino avançado. Logo no ano seguinte, a FCEE lançou-se no mercado de cursos de pós-graduação para executivos, ministrando formações para profissionais de curta duração, sem grau. Embora tivessem existido experiências pontuais anteriores, foi a contratação de Luís Cardoso (antigo aluno n.º 514/76G) para organizar esse ensino pós-graduado que se revelou decisiva. O projeto começado em 1992 tornar-se-ia uma das áreas com mais relevância, influência e dimensão dentro da Faculdade.

No mercado cada vez mais exigente e competitivo, a escola sabia que não podia descansar sobre os louros. Logo em 1994 realizava o primeiro relatório de autoavaliação, marco importante na condução estratégica, que seria sucessivamente repetido. Esse exame confirmou uma opção antiga que, pelas suas profundas consequências, merece aqui ser referida: a omissão de programas próprios de doutoramento. Em alternativa, a FCEE enviava os seus graduados para as grandes escolas internacionais, obtendo aí uma formação ao melhor nível mundial. Se esta escolha afetou o desenvolvimento de estudos avançados dentro da Faculdade, pela quase ausência de doutorandos, permitiu receber no País, desde o início da década de 1980, um fluxo crescente de antigos licenciados já doutorados em universidades de topo. Muitos deles seriam futuros professores, mas todos deixaram marca indelével no desenvolvimento, não só da Faculdade, mas do País.

Importante salto qualitativo deu-se em 1996, quando o Mag. Reitor Manuel Isidro Alves arriscou o convite de um desses antigos alunos para diretor da Faculdade. O professor João Borges de Assunção (32/79G), doutorado na UCLA, junto com o seu diretor-adjunto Miguel Gouveia (123/79E), doutorado na *University of Rochester*, imprimiram uma dinâmica nova à Faculdade. Reforçando o uso interno de métodos e critérios de topo, em particular americanos, a nova Direção apostou abertamente numa universidade centrada na investigação científica e na concorrência internacional. Peça central dessa estratégia foram as “Regras para os Concursos a Professores Extraordinários e Ordinários”, homologadas pela Reitoria a 20 de junho de 1997, que completava o “Regulamento dos Concursos de Recrutamento de Professores Ordinários e Extraordinários”, aprovado pelo Despacho reitoral NR 80/96, de 6 de junho de 1996. Graças a estes diplomas começaram os processos normais de promoção na carreira académica da Faculdade. Foi criado um júri internacional de professores para decidir o primeiro concurso de promoção a professor extraordinário (associado), realizado em março de 1998 e, cumpridos os prazos pelos candidatos, o primeiro concurso para professor ordinário (catedrático) em outubro de 2004.

Este novo rumo pôs em destaque os contrastes entre os dois polos da Faculdade. Ela estava formalmente dividida desde 1978 nas unidades de Lisboa e Porto, mas pode dizer-se que elas sempre funcionaram como entidades distintas e separadas, sem significativas colaborações e sinergias. Foi com alguma naturalidade que em março de 2001 se deu a separação do Porto, com a criação da Faculdade de Economia e Gestão.

Em agosto de 2004 verificou-se a contratação do primeiro professor de carreira não português: Kyril Lakishyk, de nacionalidade ucraniana, especialista em Marketing e graduado na Washington University. Este era o resultado da opção da Faculdade de começar a contratar professores em início de carreira no mercado global. A partir de então a internacionalização do corpo docente realizou-se aceleradamente.

Na mesma altura foi apresentado o relatório de uma primeira comissão internacional de avaliação. Apostada numa presença global, a FCEE pediu a três reputados professores estrangeiros<sup>3</sup> que realizassem uma análise *ad hoc* e informal, mas séria e exigente, dos seus procedimentos. O “*Report of the International Peer-review Committee to the Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa*”, apresentado em agosto de 2004, tinha um objetivo muito concreto: a preparação do processo de acreditação internacional da escola. Afirmar-se, de forma sólida, fora das fronteiras implicava a aceitação da FCEE pelas grandes agências de avaliação universitária. De forma algo arrojada, a Faculdade decidiu apostar numa candidatura simultânea às três grandes: a americana AACSB, a europeia EQUIS e a AMBA, específica para MBA. A equipa que preparou as candidaturas, chefiada pelo professor José Corrêa Guedes (496/76E), teve um grande êxito, conseguindo a aceitação pelas três agências em junho de 2006 (AMBA) e em junho (EQUIS) e dezembro de 2007 (AACSB). Desta forma a FCEE obteve a *Tripple Crown Accreditation*, galardão que poucas escolas mundiais detêm, e de que foi pioneira em Portugal.

Entretanto, em 2005 fora criado o Conselho Estratégico, formado por mais de 20 gestores de topo das maiores empresas portuguesas, e que se tornou um decisivo órgão de reflexão e consulta para a Direção da Faculdade. Nesse ano a mesma experiência foi alargada aos cursos de executivos, com a criação do Conselho Estratégico para essa formação e, no ano seguinte, também no *Master in Finance*.

---

<sup>3</sup> Barbara Kahn da Wharton School da University of Pennsylvania, David Backus da Stern School da New York University, e Andreu Mas-Colell da Universitat Pompeu Fabra em Barcelona.

A adoção das linhas de orientação da Declaração de Bolonha aconteceu apenas a partir do ano letivo 2007–2008. Esse documento, que fora assinado pelos ministros da educação europeus em 19 de junho de 1999, implicava alterações profundas no funcionamento das escolas, abrindo a educação superior ao mercado único europeu. A prudência recomendava à universidade portuguesa um adequado período de maturação para permitir uma transição serena e eficaz. Os cursos de licenciatura passaram a ter de apenas 3 anos, começando então os graus de segundo ciclo, os *Masters of Science*.

Estes novos cursos estão na origem de algumas das evoluções mais significativas da escola. Os novos mestrados, com *curricula* inovadores, lecionados exclusivamente em inglês, orientados para o mercado internacional, incluindo obrigatoriamente estágios e permitindo a realização de graduação dupla (*double degrees*) com reputadas escolas estrangeiras, trouxeram grande dinamismo à Faculdade. Graças à elevada retenção de alunos do primeiro ciclo e à entrada de muitos candidatos para realizar o segundo ciclo vindos de outras escolas, algumas até alheias às ciências empresariais e muitas estrangeiras, o resultado da reforma foi um aumento muito significativo do número e variedade dos estudantes.

Nesse mesmo ano o MBA passou a ser Católica/Nova, combinando os programas da FCEE com o da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. O grande atrativo era a possibilidade de ligação com uma das mais reputadas escolas mundiais. Esta aposta de colaboração com a maior concorrente no mercado português e um parceiro externo foi audaciosa, mas marcou uma orientação claramente dirigida à cena mundial. A partir de 2009, o plano concretizou-se e, contando também com a participação do americano *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o curso passaria a chamar-se *The Lisbon MBA*. É importante referir que este programa contou desde a primeira hora com o apoio de vários mecenas, em que se contam algumas das maiores empresas portuguesas. Tendo acreditado na qualidade e interesse do mestrado, deram uma ajuda financeira que se revelou decisiva para o seu sucesso.

Entretanto, para conseguir lidar com a crescente complexidade e internacionalização da escola, a Faculdade foi conseguindo uma relativa autonomia financeira e académica face à Universidade. São aqui de referir os sucessivos acordos de *governance* entre as direções da Faculdade e a Reitoria, tal como seja a criação de um fundo autónomo no seio da Fundação da Universidade para apoiar a investigação na FCEE.

Outro sinal da mesma linha viu-se ainda nesse ano de 2007, com a entrada da escola nos *rankings* do *Financial Times*, a primeira escola portuguesa a consegui-lo. A posição inicial de 42.<sup>a</sup> para a formação de executivos no mundo,

19.<sup>a</sup> na Europa, haveria de ser significativamente melhorada nos anos seguintes, como se pode ver no quadro 1 do anexo IV. Entretanto, continuava a inovação académica. A criação do primeiro programa de doutoramento na Faculdade, o *double-degree PhD Program in Technological Change and Entrepreneurship*, conjunto com a Carnegie-Mellon University e o Instituto Superior Técnico, constitui uma proposta original neste campo. Em 2008 o *Chartered Financial Analyst Institute* (CFA) elegeu a Faculdade como o seu primeiro “*university program partner*” em Portugal. Este facto formalizou uma colaboração que já se vinha desenvolvendo desde 2006, com a criação do *Master in Finance* (MIF), um mestrado especializado em finanças para alunos em *part-time*.

Entretanto, a Faculdade dava outros passos importantes. A 4 de fevereiro de 2010 foi aprovado no Conselho Científico o *Code of Academic Integrity*, que passou a definir as regras de conduta de alunos e professores, com procedimentos para lidar com violações éticas. O mesmo Conselho adotaria, na sua reunião de 21 de outubro, a mudança de nome da FCEE para *Católica Lisbon School of Business and Economics* (CLSBE), para se adequar à sua posição global. A festa de apresentação pública da nova identidade foi a 14 de fevereiro de 2011.

O facto de o mercado relevante ser cada vez mais o mundial, exigia alterações cada vez mais importantes. Assim, no final de abril de 2012 foi circulado pelos docentes da Faculdade um documento, assinado por um pequeno grupo de professores, com uma proposta revolucionária: a fusão da FCEE com a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. A inspiração vinha da constatação da existência na cidade de duas escolas com aspirações de topo, e da vantagem da cooperação para ganhar escala e criar uma escola líder em Lisboa. Numa análise originalmente feita pelos professores Fernando Branco (39/80E) e Diogo Lucena da UNL mais tarde acompanhados por António Borges, tinha já motivado reuniões com os dois reitores no verão de 2011. Este tema gerou naturalmente grande polémica, sobretudo pelo confronto das vantagens de eficácia com os problemas de identidade. A situação ganhava mais relevância por quase coincidir com o fim dos mandatos da diretora da Faculdade, do Reitor e do Magno Chanceler da Universidade. O debate acabou por ser curto, visto a Reitoria se ter oposto à proposta, mas o novo diretor, professor Francisco Veloso, lançou um grande processo interno de reflexão sobre o futuro da Faculdade, concebendo assim o novo Plano Estratégico da FCEE, apresentado em outubro de 2012, e ainda em vigor. Documentos deste tipo existiam desde meados da década anterior, como se disse, mas sempre elaborados apenas ao nível da Direção. A larga participação nesta nova reflexão, debate e definição das linhas, marcou uma fase diferente na vida da escola.

Este breve esboço da evolução geral da Faculdade termina com a primeira alteração no produto original. No ano letivo de 2014–2015 a FCEE alargou o seu espectro de licenciaturas, iniciando os *International Undergraduate programs, in Management and Economics*, duas licenciaturas exclusivamente em inglês.

## II. Gestão da faculdade

Segundo os estatutos da Universidade, a governação da Faculdade é conduzida pelo Diretor, apoiado no Conselho de Direção. O cargo de Diretor foi já ocupado por seis professores, mas a coerência e continuidade entre eles é o traço mais marcante, permitindo uma harmonia na linha estratégica, um dos grandes trunfos da evolução.

### Direção

A FCH, onde os cursos de Economia e Gestão viveram até 1989, sempre tivera diretores da área do Direito. Por isso, foi já na FCEE que um economista ocupou o lugar. O professor Valentim Xavier Pintado, reputada figura da economia nacional, era licenciado no ISCEF em 1949, doutorado na *University of Edinburgh* em 1961, e manteve-se no cargo até 1996. Coube-lhe, não apenas a espinhosa tarefa de definir a nova escola, mas também a construção das novas instalações, como se disse. Após a sua saída, o professor Xavier Pintado seria vice-reitor da Universidade.

A direção seguinte foi chefiada pelo professor José Manuel Amado da Silva, que era professor da casa desde março de 1978 e, entre outros cargos, fora diretor dos serviços escolares na FCH, diretor do Centro de Estudos Aplicados (CEA) e vice-reitor da Universidade entre 1989 e 1992. Licenciado em Engenharia Químico-Industrial no IST em 1967 e doutorado na FCH da Católica em 1989, não completou o mandato.

Como se disse, a nomeação do professor João Borges de Assunção (32/79G) em 1996 significou um salto qualitativo na gestão da escola, embora seguindo a linha anterior. O primeiro antigo aluno a ocupar o cargo, doutorado em Management, adotou métodos internacionais de gestão académica, sobretudo nos critérios de promoção, que apenas começaram neste mandato. A ambição começava a ser declaradamente internacional.

A linha foi prosseguida também pelo seu sucessor, o professor Fernando Branco (39/80E), doutorado no MIT, em 2001. O segundo mandato do professor Branco foi o mais curto de todos os diretores, devido ao facto de, também ele, ser escolhido para vice-reitor da Universidade em 2004. Foi então

substituído pela professora Maria de Fátima Barros (171/80E), doutorada em Economia na *Université Catholique de Louvain*, que seria reconduzida em 6 de dezembro de 2007 e a 27 de janeiro de 2011 e que continuou e aprofundou as orientações dos antecessores.

Após três diretores antigos alunos, em 10 de maio de 2012 foi nomeado o segundo engenheiro, professor Francisco Pinheiro Veloso, licenciado no IST em Engenharia Física e doutorado em Gestão de Tecnologia no MIT. Seria reconduzido no cargo em setembro de 2015.

Colaboradores próximos destes cinco diretores, os membros da Direção tiveram também um papel decisivo na escola. É bom começar por referir os professores Fernando Adão da Fonseca, Amado da Silva e Aníbal Durães dos Santos, principais orientadores da parte económica da FCH no período antes da separação. Depois, nas sucessivas direções apresentadas nos quadros I.1. do anexo, muitos nomes marcaram indelevelmente a evolução da Faculdade. Uma enumeração arrisca sempre a injustiça da omissão, mas talvez sejam indiscutíveis os nomes de António de Sousa (15/72G), Manuela Athayde Marques (93/72G), Fernando Pacheco (293/75E), Fernando Nascimento (294/75E), Ana Rijo da Silva (220/78G), Luís Cardoso (514/76G), Fernando Alcides Machado (41/78E e 218/78G), José Filipe Corrêa Guedes (496/76E), Guilherme Almeida Brito (85/78G), Ana Canhoto (121/73E), Leonor Modesto (331/75E) e Manuel Leite Monteiro (192/80E), que ocuparam vários cargos nos sucessivos Conselhos. Desde janeiro de 2009 Luís Janeiro (142/73G) tem tido a seu cargo o orçamento e controlo financeiro da Faculdade.

Para lá dos diretores, muitas outras figuras marcaram a orientação de topo da Faculdade. Merece destaque a Dr.<sup>a</sup> Helena Garcia, que ocupou o cargo de secretária da Direção desde a fundação até outubro de 2012, continuando depois como consultora da Faculdade. Foi substituída pela Dr.<sup>a</sup> Fátima Silva, que entrara na escola em janeiro de 2003 e colaborava no secretariado da Direção desde janeiro de 2005. Nesse secretariado destacam-se também Ana Ferrão, Elsa Sousa, Elisa Lopes e Sara Silva. Elsa Sousa foi a pessoa que, inicialmente sozinha, lançou departamentos como o de marketing e internacionalização, serviços que mais tarde haveriam de ser operados por grandes equipas.

O Conselho Científico é outro órgão central de orientação académica. Ele funcionou com todos os doutorados da Faculdade até 2000, quando o professor Fernando Branco o reestruturou. A partir de então participam apenas os professores catedráticos e associados e três representantes dos auxiliares. Nessa altura o lugar de Presidente, que pelos estatutos da Universidade cabe ao Diretor da Faculdade, foi delegado em João César das Neves (467/76E), que

ocupou o cargo até outubro de 2015, então substituído por Leonor Modesto (331/75E).

### **Corpo docente**

A primeira geração de docentes da Faculdade, ainda na FCH, era composta por professores de outras universidades e profissionais. Havia então uma opção explícita de não constituir um corpo próprio, não só para dar mais flexibilidade à escola, mas também para evitar atitudes que, em épocas de tumulto, poderiam comprometer a Católica. Nascida em tempos revolucionários, a própria sobrevivência recomendava uma estrutura leve e informal. Isso explica que só em finais da década de 1990, já celebradas as bodas de prata das licenciaturas originais, se darem as primeiras promoções internas, formando então o embrião de carreira e quadro académicos.

Esta informalidade não prejudicou, antes pelo contrário, a dedicação dos docentes à escola. Desde o primeiro momento que se sentiu o que ficaria conhecido como “espírito da Católica”, uma devoção de professores, alunos, funcionários e licenciados à sua casa. Precisamente por ser pequena, simples e descomprometida, sempre em confronto com as majestáticas universidades públicas, ela suscita um carinho especial em todos os que a compõem e rodeiam. Foi essa afeição que determinou um grupo de licenciados da casa a optar ficar como assistentes, avançando para o doutoramento, sobretudo em universidades internacionais. Esses doutorados regressando formaram a segunda geração de docentes, que lentamente foi substituindo os professores originais que tinham fundado a escola.

Após longa preparação, em 1997 a Direção da FCEE lançou o já referido processo de estruturação da carreira académica segundo critérios internacionais. As contratações de professores passaram a adotar formas e mecanismos das grandes escolas estrangeiras. Ao longo da primeira década do novo século, tornou-se habitual a presença de professores da casa nas grandes conferências científicas mundiais, com o objetivo de participar no chamado “*job market*”, recrutando recém-doutorados. Estes contratados, de múltiplas nacionalidades, constituem a terceira geração de professores, que lançará o futuro. O quadro II.1 resume essa evolução, manifestando não apenas o crescimento, mas também a internacionalização do corpo docente.

Além desta marcante evolução numérica, é importante referir outro ajustamento indispensável. O referido grupo original de assistentes que formaria a segunda geração de professores era desmesuradamente constituído por economistas. Muitos destes foram-se convertendo para áreas e temas empresariais,

mas a escola tinha, ainda na viragem do milénio, um desequilíbrio patente a favor da Economia. Este foi corrigido na seleção da terceira geração. Deste modo, algumas áreas temáticas foram constituídas graças a novos professores. Em particular deve-se referir o núcleo de Gestão de Operações, concebido pelo professor Francisco Veloso a partir de 2001, que a partir de 2004 se haveria de orientar para a análise do empreendedorismo, sobretudo com a criação do curso para executivos PAEGI, e a investigação em Psicologia e Comportamento Organizacional pela mão do professor David Patient em 2006.

Estes elementos institucionais não esgotam a descrição do corpo docente. Alguns professores marcaram gerações e gerações de estudantes, representando um dos mais importantes efeitos da Católica sobre as suas vidas. Quais os professores mais salientes? Responder à pergunta é tarefa ingrata pela inevitável omissão. Mas alguns nomes são incontestáveis, com pedidos de desculpa aos demais. Entre os mais duradouros estão Orlando Cabrinha, que salvou inúmeros alunos de naufragar nas matemáticas, e Luís Caeiro que, após ensinar Psicologia durante anos na licenciatura, se tornou um dos mais requisitados professores de executivos. Além disso, surgem Jorge Borges de Macedo na História, Adérito Sedas Nunes nas Ciências Sociais e os padres João Seabra e Hugo Santos em Cristianismo e Cultura. Na Economia, Alfredo de Sousa, Aníbal Cavaco Silva, António e Manuel Pinto Barbosa e António Borges. Nos métodos quantitativos, Luís Valadares Tavares, António Cabral e José Manuel Barrocas. Na Gestão, Rogério Fernandes Ferreira, Fernando Alçada, António de Sousa (15/72G) e Ilídio Barreto (49/79E). Muitos outros nomes poderiam e deveriam figurar nesta breve lista, até porque as gerações se sucederam. Mas estes são indiscutíveis.

### *Agregações*

Analisando agora o progresso na carreira, é necessário considerar brevemente os respetivos processos.

Avaliação académica por excelência, as provas públicas de agregação consideram todas as facetas de um professor universitário e constituem um passo legal indispensável para o acesso ao lugar de catedrático. O quadro II.2 resume as provas realizadas na Faculdade. É curioso notar que já se realizavam provas destas, mesmo em período muito anterior à abertura formal da carreira. Por outro lado, o domínio esmagador dos licenciados de Economia nesta lista manifesta o já referido enviesamento.

### *Concursos*

A aprovação da regulamentação dos concursos de recrutamento de professores ordinários e extraordinários e a criação de quadros de pessoal docente de

carreira na FCEE em 1996, permitiu a constituição de júris para a realização dos indispensáveis concursos.

Neste complexo processo, a Faculdade insistiu sempre em ter júris abertos, internacionais e compostos por professores das melhores escolas mundiais. O quadro II.5 apresenta a lista de todos os professores exteriores à Faculdade que, sob a presidência do reitor do momento, deliberaram acerca da admissão dos candidatos. Além destes nomes, os júris tinham, em geral, mais dois professores da casa.

Devido à referida demora no lançamento do processo, existia em meados da década de 1990 um conjunto apreciável de professores que cumpriam as exigentes conduções para promoção. Por isso no primeiro concurso, em junho de 1997, foram abertas seis vagas de professor associado, para tentar colmatar o atraso. Os seguintes, realizados a intervalos irregulares, nunca ultrapassaram as duas vagas. A lista completa encontra-se no quadro II.3.

Cumpridos os prazos exigidos no regulamento, em outubro de 2003 foi aberto o primeiro concurso para professor catedrático, a que já se seguiram mais quatro, e que se encontram descritos no quadro II.4.

### **Serviços não docentes**

A universidade não é apenas docentes e estudantes. O vasto e diversificado corpo de pessoal administrativo e auxiliar é, muitas vezes, tão ou mais determinante para o sucesso escolar que a atividade diretamente letiva. Aliás, juntamente com a internacionalização, um dos dois grandes vetores de evolução da Faculdade nas últimas décadas é a crescente profissionalização dos seus serviços, que foram tomando uma forma e operação muito mais estruturada. O número de colaboradores aumentou de forma correspondente, como mostra o quadro I.3, que revela uma duplicação nos sete anos posteriores a 2007. As páginas seguintes resumem a intensa e preciosa contribuição realizada por muitos colaboradores nessa dimensão.

### **Sistemas de informação**

Desde o início dos cursos a informática ocupou naturalmente um lugar muito relevante. Nos primeiros tempos, sob a responsabilidade do professor Fernandes Costa, funcionava-se com dois terminais *time-sharing*, ligados a um *mainframe* exterior. Foi nos primeiros anos da década de 1980 que o professor Valadares Tavares, então na Direção, inspirou uma decisão corajosa: adotar o microcomputador como base do trabalho informático escolar. Assim apareceram os Apple II, mais tarde substituídos por Macintosh. Nessa altura criou-se

o LACA – Laboratório de Cálculo sob a direção de Luís Dores de Almeida (99/78E) e, após 1992, do engenheiro Jorge Cerol.

A criação da Escola de Pós-Graduação em 1991 motivou a contratação do professor Helie de Chantérac para lidar com as exigências computacionais do MBA. Em, 1994, aquando da passagem para as novas instalações, foi criado o SIGMA – Núcleo de informática da FCEE, chefiado pelo professor de Chantérac, que se passou a ocupar com toda a Faculdade. No final da década de 1990 a linha Apple, que se mantivera quase 20 anos, foi substituída pela IBM, e em 2005 o professor de Chantérac subiu para o nível da Reitoria, na nova DSI – Direção dos Serviços de Informação, encarregada do apoio a toda a Universidade, integrando assim a FCEE no todo. Esta solução ainda persiste, mesmo quando, em outubro de 2010, a Faculdade sentiu a necessidade de recuperar alguma autonomia. Foi criada então a figura de *Executive Diretor for Information Systems*, interlocutor com a DSI, lugar ocupado pelo engenheiro Alberto Lago da Silva. Meses antes tinha sido lançado o novo site da Faculdade, revisto e relançado a 15 de março de 2015.

### **Serviços escolares**

Os serviços escolares da Faculdade são elemento decisivo para o bom funcionamento das aulas e exames, e uma orientação preciosa para os alunos no seu percurso académico. Originalmente, na FCH estes serviços estavam sob a orientação da Secretária-geral da Universidade, Dr.<sup>a</sup> Margarida de Abreu. Do expediente dos alunos tratava Leonor Correia de Sampaio, enquanto o arquivo estava a cargo de Manuela Sobreiro. Quando a FCEE se independentizou, a tarefa crescente de lidar com os estudantes ficou dividida até 2002 entre Filomena Santos em Economia e Laura Pedro para Gestão. Nesse ano Laura Pedro, que trabalhava neste campo desde abril de 1983, passou a dirigir sozinha os complexos serviços. Foi no ano letivo de 1994/1995 que entrou em funcionamento o programa informático Sophia, criado pela equipa do engenheiro Jorge Cerol, que ainda se mantém como plataforma de gestão dos alunos. As aulas e serviço letivo usam, desde 2013/2014, a plataforma internacional Moodle.

Os cursos de executivos têm também os seus serviços administrativos próprios. Sempre sob a direção do professor Luís Cardoso (514/76G), foi apoiado por Filipa Paiva e Pona nos primeiros anos. Este departamento, após dezembro de 2003, teve José Filipe Rafael (73/79E) como diretor-adjunto, antes diretor do programa DISLOGO de ensino à distância, entretanto integrado.

A meio da década, a complexidade crescente recomendou a separação administrativa entre os cursos customizados para empresas e os cursos de inscrição aberta, levando em 2006 à nomeação de *managers* para cada sector.

Os cursos customizados ficaram a cargo de Filipa Cristóvão, antiga aluna do MBA (152503013), que entrara na casa em setembro de 1999, estando os abertos sob Catarina Paiva, licenciada em Comunicação Social na FCH (109602002), que entrara em 2002, após uma colaboração desde 1998 como aluna tarefaira. No ano de 2006/2007 foi criada a figura da Provedora do Cliente, lugar ocupado desde então por Ana Duarte Ribeiro.

Os *Executive Masters*, cujo projeto começou em 2012, têm estado desde o lançamento sob a responsabilidade administrativa de Sónia Gonçalves, antiga aluna da FCH (130306503), que entrara na escola em 2001. Em 2015 os programas de África autonomizam-se, sob a direção de José Filipe Rafael (73/79E). Desde 2003 os serviços escolares dos executivos são dirigidos por Marisa Rodrigues e os serviços financeiros por Anabela Carvalho.

### ***Career Development Office***

A Faculdade cedo compreendeu que a entrada dos seus graduados no mercado de trabalho exigia mais do que ensino de qualidade. Em 1998, por iniciativa do professor José Corrêa Guedes (496/76E) da Direção, foi criado o GIP – Gabinete de Inserção Profissional na FCEE, serviço de apoio na busca de emprego. Trata-se de um dos primeiros, senão mesmo o primeiro gabinete de carreiras a funcionar numa universidade em Portugal, utilizando especialistas em recursos humanos ao serviço dos graduados da própria escola. Concebido originalmente pela professora Cristina Neto de Carvalho (541/76E), foi em outubro de 2003 transformado no Gabinete de Desenvolvimento de Carreiras (DEC), aberto também aos mestrados, sob a direção de uma docente dessa área, Ana Duarte Ribeiro. Este departamento haveria de evoluir para o Career Development Center (CDC) e, após a reestruturação de 2014, inclui também o Career Development Office, aberto a *alumni* e à comunidade, e um observatório de colocações. Entretanto, em 1998 nascera o Job Shop, uma iniciativa da Associação de Estudantes, atualmente Forum Carreiras (*Career Forum*), que traz à universidade num dia de exposições, várias empresas para contactos com os estudantes. Esta ideia, junto com variados colóquios e entrevistas realizados ao longo do ano, tornou-se uma das iniciativas mais marcantes deste sector.

### ***Direção executiva***

Em agosto de 2008 deu-se uma grande reestruturação dos serviços. Ana Duarte Ribeiro assumiu as funções de diretora executiva dos programas pré-experiência, coordenando vários departamentos. Assim passaram a ter orientação coordenada o DEC, que passou a ser dirigido por Madalena Paiva até agosto de 2012, e até fevereiro de 2014 por Margarida Castro Henriques, os

serviços escolares e o novo departamento de Marketing coordenado por Elsa Sousa e Leandro Torres. Esta equipa, que incluía a Susana Prudêncio no contacto direto com os potenciais candidatos, atraiu para a escola o primeiro grupo de alunos internacionais, que em 2009 chegou à Católica Lisbon para fazer aqui o seu programa de Mestrado completo. Seria o início de uma florescente relação internacional.

Em fevereiro de 2007 tinha sido criado o *International Office*, lidando com intercâmbio de estudantes, sucessivamente coordenado por Lúcia Lima, Margarida Castro Henriques e Maria João Santos.

Em junho de 2014, Ana Duarte Ribeiro abandonou o posto de diretora executiva para lançar o Career Development Center e alargar os programas de educação de carreiras dentro da escola e, no início de 2016, foi contratado Xavier Rajot como novo *Executive Director for Pre-Experience Programs*.

Entretanto, a complexidade do processo de admissões de estudantes, em particular devido aos alunos internacionais, conduziu em abril de 2010 à autonomização do departamento de Marketing e Admissões. Este serviço, coordenado a partir de então por Joana Santos Silva, antiga aluna do MBA do curso de 2006 (152506033), tem a tarefa de lidar com a imagem da universidade, conduzir o *funding*, mas sobretudo instruir o complexo processo de seleção e admissão dos candidatos aos vários cursos.

## Serviços de apoio

O bom funcionamento da escola depende de muitas pessoas que, por vezes quase invisíveis, concorrem para que tudo esteja adequado. De entre elas destaca-se Hermínia Araújo que, entrada na universidade em novembro de 1973, em 1992 foi destacada para a EPG, que acompanhou desde a fundação, mantendo-se ainda hoje na FCEE.

O primeiro rosto da Faculdade para todos os visitantes foi, durante muito anos, Maria Luísa Maurício que, entrando ao serviço em outubro de 1981, ocupa desde então o lugar de telefonista e rececionista do edifício central, onde a Faculdade residiu até 1994. No novo edifício os seguranças da S.O.V. Segurança têm essa tarefa, mas pessoas como Paulina Almendra, que ocupa a receção desde a sua entrada em 1998, realiza a saudação inicial da Faculdade a todos.

A limpeza do edifício está a cargo da empresa *sgl Corporate Facility Services*. O serviço de bar e cantina tem sido assegurado, desde a inauguração do novo edifício, pela empresa Eurest. Nas novas instalações, a Faculdade passou também a dispor de um restaurante, o Espaço Fernando, cuja exploração foi entregue a Fernando Lopes, na altura proprietário do famoso Tavares Rico, no Chiado.

Este serviço, intensamente utilizado pelos participantes dos cursos de executivos e alguns professores, teve a sua exploração passada para a Eurest em meados de 2015, altura em que mudou de nome para restaurante Vila Plana.

### **III. Ensino**

O primeiro pilar da atividade de uma Faculdade é, sem dúvida, o ensino. Aí se encontra a operação mais vasta e intensa, mesmo quando a escola sublinha fortemente o papel da investigação. Esse trabalho escolar divide-se hoje em vários cursos de níveis muito diferentes, brevemente descritos adiante.

#### **Licenciaturas**

As duas licenciaturas constituíram, como se disse, durante quase vinte anos os únicos programas que a Universidade Católica apresentava nas áreas de Economia e Gestão. A continuidade há quase 45 anos representa o impacto mais permanente da Faculdade. O quadro III.1. apresenta o número desses graduados cursos desde o início.

A evolução dos totais segue um padrão bem marcado. Depois de uma subida muito pronunciada nas duas primeiras décadas, após 1997 começou uma descida nos últimos anos do século, que levou o nível em 2003 a ser cerca de metade no pico. Essa redução resulta claramente do efeito combinado do impacto demográfico no número de candidatos ao ensino superior nacional com o aumento da concorrência no mercado universitário português. Depois de uma estagnação, foi a partir de 2006 que surgiu uma nova tendência de subida que, apesar da manutenção dos efeitos adversos, mostra como a Faculdade conseguiu marcar uma posição de destaque<sup>4</sup>.

É curioso notar como nas primeiras doze edições não existiu diferença marcada entre os números de licenciados em Gestão e Economia, com valores da mesma ordem de grandeza. Só a partir de 1989, saindo então o curso de 1983/1984, se abriu um fosso, com clara vantagem para a Gestão, que se iria alargar.

---

<sup>4</sup> Deve-se referir que os picos pontuais de licenciados registados em 2007, 2011 e 2012 são o resultado de reduções da duração dos cursos, permitindo que turmas de anos consecutivos saiam ao mesmo tempo. Os dois últimos desses anos são o resultado da adoção da estrutura de Bolonha.

Centrando agora apenas no período da FCEE, o quadro seguinte III.2 indica o número de estudantes admitidos em cada um das duas licenciaturas<sup>5</sup>. É bem visível a queda dos totais até ao ano 2000, sobretudo a partir de 1996. Neste século, porém, a tendência é claramente de subida. Mais uma vez as alterações na estrutura do curso geraram alguns picos.

Durante este longo período de vigência, os cursos registaram importantes mudanças. A existência de um ano propedêutico para entrada no ensino superior, que existiu de 1977 a 1980, e que a Católica ministrava aos seus futuros alunos, foi uma diferença característica desta universidade face às demais. A perda dessa vantagem esteve na base de muitas das iniciativas e ideias novas que são descritas adiante, porque a Faculdade teve de ser inovadora para vencer a enorme desvantagem de preço face às escolas públicas.

Outro elemento relevante é a forte componente de métodos quantitativos nos *currícula* que, mesmo se reduzida ultimamente, constitui uma marca característica e ainda bem visível. Opção também distinta foi o encurtamento das licenciaturas: inicialmente de cinco anos, já estavam em quase quatro quando Bolonha as fixou em três. A última novidade a referir é a criação das licenciaturas internacionais, inteiramente lecionadas em inglês. O quadro III.3 mostra a breve mas já robusta evolução destes novos cursos.

Para além da evolução numérica e das alterações curriculares, atrás mencionadas, existiram evoluções importantes no funcionamento escolar<sup>6</sup>. No ano letivo de 1995/1996 deu-se a criação da Comissão Pedagógica na FCEE, composta por estudantes e professores, onde são discutidos vários problemas escolares e académicos. Avanço importante, no ano 2000 foi criado o programa TOP+, mecanismo de bolsas de mérito, apoiado por várias empresas, que permite isenção total ou parcial de propinas a todos os estudantes, dependendo das notas de entrada ou de cada ano da licenciatura. Este sistema, que automatizou a atribuição de bolsas, acrescentou-se aos programas que a Universidade sempre

---

<sup>5</sup> Deve-se dizer que esta classificação em dois grupos não é rígida. De facto, desde o princípio sempre se verificou mobilidade de estudantes entre as licenciaturas durante o percurso universitário. Ela foi facilitada pela opção de manter o primeiro ano igual em ambos os cursos. Deste modo a inscrição inicial numa licenciatura particular não deve ser considerada taxativa.

<sup>6</sup> No ano letivo de 1994/1995 foi adotado em toda a universidade uma nova numeração dos alunos. Até então cada estudante tinha um número de ordem, seguido de uma barra e dos últimos dígitos do ano de entrada e a letra do curso (G ou E). A partir desse ano o número começava com um código da faculdade e do curso (1501 para a licenciatura de Gestão e 1502 para a licenciatura de Economia), seguida dos dois últimos dígitos do ano civil de entrada e de um número de ordem. Neste texto cada antigo aluno é identificado pelo número grafado na forma do respetivo ano de entrada.

tivera para apoio a alunos necessitados, e constitui um dos incentivos mais interessantes para atrair bons alunos à Faculdade. Merece ainda referência o prémio anual concedido ao melhor graduado das duas licenciaturas, criado pelo antigo professor da casa Aníbal Cavaco Silva em 1995, com os fundos do *Prémio Carl Bertelsmann* (hoje *Reinhard Mohn Prize*) atribuído ao primeiro-ministro português pelo sucesso das políticas nacionais contra o desemprego.

Elemento relevante é também o programa de *Mentoring*, lançado em 2009 e mais tarde estendido também aos programas de mestrado. Trata-se de um aproveitamento da rede única de antigos alunos da Faculdade em posições de grande destaque na sociedade. Através dela garante-se a cada aluno atual de Economia e Gestão um mentor, antigo aluno, com quem terão a oportunidade de discutir o progresso académico, perspectivas de carreira e outros assuntos relevantes. A disponibilidade desses *alumni* para, em regime de voluntariado, dar apoio e orientação a estudantes atuais, permitiu esta iniciativa que, no seu lançamento, era pioneira em Portugal.

## **Mestrados**

Foi já na sua terceira década que a Faculdade se lançou no ensino graduado pós-licenciatura, como se viu. Mesmo então a entrada foi lenta, pois o MBA, criado em 1991 manteve-se o único diploma de mestrado da escola até 2005. Esta é mais uma prova da prudência com que o desenvolvimento se realizou, preferindo sempre importar as especializações das grandes escolas internacionais, em vez de as produzir internamente.

## **MBA**

No seu lançamento, nos primeiros anos da década de 1990, o *Master of Business Administration* (MBA) era inovador por incluir várias especializações, nas áreas de Gestão Internacional, Finanças, Marketing e Gestão da Informação. Além disso, sendo um programa em *part-time*, novidade em Portugal, trazia uma adequação especial às necessidades dos estudantes. Esta linha foi reforçada em 1995, com a criação das especializações em Comportamento Organizacional e Gestão Geral. No mesmo ano o programa foi lançado também no Porto. A estrutura do curso manteve-se em ajustamento permanente: em 1998 deixou de ser oferecida a especialização em Gestão Internacional, e em 1999 foi a vez do Comportamento Organizacional ser descontinuado. Nesse mesmo ano a Gestão da Informação foi reestruturada passando a chamar-se Sistemas de Informação/E-Business.

Salto muito importante deu-se em 2003–2004, com a criação do MBA *full time* (FT), que permitia a conclusão do programa num único ano, em vez dos dois habituais, para estudantes que suspendessem os seus empregos para ficarem em total dedicação à formação. Nesse ano letivo realizou-se também a primeira participação da escola no *World MBA Tour*, entrando decididamente no mercado internacional. Essa linha foi reforçada em 2005 com a passagem do ensino integralmente para a língua inglesa no programa de *full time* e em uma das duas versões de *part-time* (PT).

Foi em 2007 que se realizou a primeira edição do programa de MBA conjunto Católica-Nova, combinando os recursos das duas escolas num mesmo curso. Essa transição impôs uma reestruturação, que voltaria a ser ajustada em 2009, com o lançamento do novo programa *full-time*, em parceria com o MIT Sloan, sob o nome *The Lisbon MBA*. O anterior programa adotou a designação paralela de *The Lisbon MBA Part-time*.

O quadro III.4, que resume toda esta evolução, mostra uma tendência claramente negativa no número de candidatos, explicada, não apenas pela crescente concorrência do mercado destes cursos, mas também pela sua perda de importância em termos globais. O MBA, que foi um produto único e indispensável no último quartel do século XX, é cada vez mais desafiado por alternativas mais leves e flexíveis. Por isso mesmo, para a classe 2016/2018, foi lançado *The Lisbon MBA Executive*, um novo curso para um novo mercado. Deve notar-se ainda que esta evolução resulta também da opção de nunca reduzir, e até aumentar, o grau de exigência da admissão dos candidatos, mantendo e reforçando a qualidade do curso.

### ***Masters of Science***

O primeiro mestrado a ser criado depois do MBA foi o Mestrado em Economia, originalmente concebido pela professora Leonor Modesto (331/75E). Pensado para pequena dimensão e orientado para investigação e preparação do doutoramento internacional, teve apenas duas edições, ilustradas nas duas primeiras colunas do quadro III.5, até ser integrado nos *Masters of Science*. A generalidade dos alunos admitidos concluiu a parte escolar, mas apenas nove apresentaram e discutiram a tese, obtendo assim o grau de mestre.

A adoção das regras da Declaração de Bolonha, em 2007/2008 fez explodir a oferta de mestrados dentro da Faculdade como se disse. Depois de uma licenciatura reduzida a três anos, o segundo ciclo apostou desde o início na internacionalização, com programas integralmente em inglês. Inicialmente, foram criados apenas dois cursos, em Gestão e Economia. Ambos com desenhos curriculares e escolares inovadores e arrojados, o mestrado em Gestão incluía

também uma variante internacional, que implicava um semestre no estrangeiro. Em 2011 nasceu o ramo de Finanças e, mais tarde, a variante internacional haveria de se independentizar no *International Master of Science in Management*, criando-se também, no mestrado em Gestão, as especializações em *Strategic Marketing* e *Strategy & Entrepreneurship*.

O quadro III.5, que traça esta dinâmica, mostra um crescimento bem marcado nos mestrados em Gestão e Finanças e uma manutenção na dimensão de Economia. É importante referir que, exigindo estes cursos a elaboração de uma tese, o processo transformou-se num dos aspetos mais fecundos do trabalho científico da Faculdade, com a apresentação anual de dezenas de monografias nos temas mais variados.

### ***Mestrado em Direito e Gestão***

Experiência inovadora aconteceu quase simultaneamente com a criação dos *Masters of Science*: o primeiro grau conjunto da FCEE com a Faculdade de Direito da UCP. O mestrado em Direito e Gestão está concebido sobretudo para juristas que pretendam adquirir uma formação complementar na área de Gestão. Constituindo um desafio para ambas as orientações, o curso tem tido um importante sucesso, com uma turma crescente, ao longo das suas já nove edições, como se vê no quadro III.6. Lançado na FCEE sob a coordenação da professora Cristina Neto de Carvalho (541/76E), é atualmente dirigido, no lado da FCEE, pelo professor João Confraria e Silva (710/77E).

### ***Executive Masters***

Entretanto, em 2005 e 2006 tinham nascido novas experiências de mestrados dirigidas, não a recém-licenciados como os *Masters of Science*, mas a profissionais que pretendessem uma formação graduada. Logo em 2005 surgiu o Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde, coordenado pelo professor Miguel Gouveia (123/79E) e Dr. João Westwood. Este foi o mais ambicioso dos projetos da FCEE com o sector da Saúde que, como veremos, tinha e continua a ter uma forte colaboração com os nossos cursos de executivos. Com apenas uma edição, teve 21 participantes, três dos quais apresentaram a tese final.

No ano seguinte foi criado o MIF, *Masters in Finance*, dirigido aos profissionais com experiência no sector financeiro. Esse grau, cuja conceção se deve ao professor Nuno Fernandes (81/91E), foi um programa pioneiro em Portugal, desenhado com um formato muito inovador. Beneficiou muito das contribuições do Conselho Estratégico do MIF que reunia os presidentes dos principais bancos de investimento e presidido pelo presidente da EURONEXT, professor Miguel Athayde Marques (108/72G). O programa foi muito favorecido quando,

em outubro de 2008, o instituto internacional de certificação na área, o CFA, aderiu ao projeto, adotando a FCEE como seu *partner* na formação dos prestigiados Chartered Financial Analyst®.

Como o quadro III.7 mostra, o curso tem mantido um interesse muito significativo ao longo das suas já dez edições, com uma turma de excelentes profissionais, muitos dos quais, além da graduação, fazem também o seu exame para obterem o diploma de CFA.

Outra experiência académica interessante deu-se quando grandes empresas criaram parcerias com a Faculdade para conceber a formação dos seus funcionários licenciados, através de cursos do segundo ciclo especialmente concebidos. A Deloitte Portugal integrou a sua edição nos Masters of Science, mas o Banco Espírito Santo criou o *Executive Master in Management and Banking*, que teve quatro edições entre 2008 e 2014. Um outro banco que seguiu a mesma opção foi o BAI, Banco Angolano de Investimentos, que teve a sua edição em Luanda em 2012/2013.

Finalmente em 2013, a FCEE decidiu criar dois cursos abertos de *Executive Masters*, com especialização em *Leadership Development* e *Strategic Marketing*. Concebida por uma equipa inicial constituída pelos professores Ilídio Barreto (49/79E), David Patient e Pedro Celeste, esta linha tinha o propósito bem marcado de atender à necessidade dos licenciados pré-Bolonha de complementar a sua formação para atingir o grau de mestre. Para isso foi criado o diploma de Mestrado em Gestão Aplicada, englobando estes casos. No entanto, muitas outras pessoas têm escolhido estes cursos para adquirirem uma formação pensada para profissionais, mas mais avançada que a dos cursos de executivos. A evolução, descrita no quadro III.8 é bastante sólida, e estão já em preparação final para o ano de 2016/2017 os novos Executive Masters, em *Digital Innovation* e *Finance and Control*.

## Doutoramentos

Já foi afirmado que a FCEE considerou desde o início o doutoramento como um recurso de alta qualidade, que devia ser importado das melhores escolas, em vez de produzido internamente. Apesar disso, foram realizados alguns doutoramentos na casa, descritos no quadro III.9, muitos deles com orientação de especialistas internacionais de topo.

Só em 2007 nasceria o primeiro programa de doutoramento na Faculdade, através de uma parceria, com a *Carnegie Mellon University* e o Instituto Superior Técnico, para a criação de um programa de doutoramento, o *Doctoral Program on Technological Change & Entrepreneurship* coordenado na FCEE pelo professor

Pedro Oliveira. Pensado como um programa internacional com especializações em empreendedorismo e mudança tecnológica, em que os alunos dividem os 4 anos do seu percurso doutoral entre Lisboa e Pittsburgh. Trata-se de um programa bastante seletivo que nunca pretendeu ter um grande número de participantes. Apesar disso, o interesse tem sido muito significativo e o curso está a funcionar com uma dimensão superior à inicialmente prevista. Como se pode ver no quadro III.10, não só o número dos candidatos é relevante, mas regista-se uma participação importante de alunos estrangeiros a frequentar o curso.

### **Formação de executivos**

Como já se disse, a FCEE cedo decidiu entrar na formação pós-graduada dos quadros das empresas. Logo na segunda metade da década de 1980 o Centro de Estudos Aplicados (CEA) organizou dois “Cursos de Reciclagem para Economistas” que tiveram sucesso significativo. Mas isso não passava de uma pequena sombra do que viria mais tarde.

#### **CAGB**

O mais antigo programa de formação da FCEE ainda em operação foi iniciado a 2 de novembro de 1987. Era então lançada a primeira edição do Curso Superior de Direção Bancária, uma colaboração entre o CEA da FCEE e o Instituto de Formação Bancária da Associação Portuguesa de Bancos. Trata-se de um curso de formação pós-graduada de alguns meses, pensado para funcionários da banca e lançado sob a direção do professor Fernando Adão da Fonseca, então diretor do CEA. Este programa, que no ano letivo de 1992/1993 mudaria de nome para Curso Avançado de Gestão Bancária, tem funcionado anualmente desde então, constituindo uma das mais longas colaborações da universidade portuguesa.

#### **Cursos de executivos na EPG**

Como se viu, em 1991 foi criada a Escola de Pós-Graduação (EPG), então com o lançamento de um programa de MBA inovador, em regime *part-time* e com possibilidade de especialização. No ano seguinte, também no âmbito da EPG, desenvolveram-se três Programas de Formação para Executivos, em áreas fundamentais da Gestão: o Programa Avançado de Gestão (PAGE), o Programa Avançado de Marketing (PAME) e o Programa Avançado de Finanças (PAFE). Foi ainda em 1992 que nasceram os primeiros cursos intraempresa, estruturados à medida das necessidades de cada cliente. Hoje, a FCEE – Católica

colabora com mais de 60 instituições e empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais.

O quadro III.11, que apresenta os números destes programas e participantes, mostra uma evolução claramente positiva, situando-se nos últimos anos acima dos 100 cursos anuais. Curiosamente, até 2005 pode dizer-se que o número dos cursos abertos ao público era da mesma ordem de grandeza dos concebidos para empresas específicas. Apesar disso, já desde 1999 que havia muito mais participantes nestes últimos que nos primeiros. A segunda metade da primeira década do século fez disparar os cursos intraempresa, enquanto os primeiros mantinham a dimensão. A crise em 2010 e 2011 gerou uma queda visível nos cursos para empresas, rapidamente recuperada no ano seguinte.

Em 1994 foi introduzido um novo modelo de formação, os Seminários para Executivos, assegurados sobretudo por docentes estrangeiros do programa de MBA, abertos à comunidade empresarial e especialmente orientados para dirigentes de topo e antigos participantes dos programas da FCEE. Foi também nesse ano que nasceu o programa DISLOGO de ensino à distância, vocacionado para a formação de largo espectro. Concebido pelo professor Luís Valadares Tavares e José Filipe Rafael (73/79E), foi financiado pelo programa europeu EUROFORM. Funcionando até 2003 ligado ao Centro de Estudos de Problemas de Informação, CEPI, foi então incluído dentro na EPG, passando a chamar-se PGG – Programa Geral de Gestão.

Em 1997, e ainda no âmbito da Formação de Executivos, surgiram os Programas sectoriais, adaptados às especificidades de certas atividades com dimensão estratégica e potencial de desenvolvimento. Atualmente, existem Programas sectoriais nas áreas da Saúde, Instituições Bancárias e Seguradoras, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Turismo, Distribuição e Indústria Automóvel e Construção. Como se disse, a colaboração com o sector da Saúde merece destaque, não apenas pela duração mas também pela profundidade dessa colaboração. O já referido Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde foi um desenvolvimento dessa linha em 2005 mas, logo em 2001, na sequência de um concurso lançado pela Ordem dos Médicos, a FCEE passou a ser a única escola do País credenciada pela Ordem para oferecer uma Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Saúde (PGOM).

A primeira internacionalização da formação de executivos aconteceu em 1997, dado alguns cursos anteriores em Macau se terem realizado quando o território ainda era português. Nesse ano começaram os cursos em Angola, uma presença que se mantém desde então. Em 2005 essa abertura foi alargada para São Paulo, no Brasil, e em 2009 para a Polónia.

Finalmente, em 2005 foi extinta a EPG, criando em substituição dois departamentos: MBA e Formação de executivos. No mesmo ano nasceu o já citado Conselho Estratégico para a Formação de Executivos, onde empresários de referência ajudam a Faculdade a conceber o seu futuro, e três anos depois, em 2008, a FCEE recebeu a Conferência Mundial da Formação de Executivos.

Um último desenvolvimento que, na linha da crescente internacionalização, está a marcar os anos mais recentes desta área é o *Advanced Management Program*, formação de topo em conjugação com *Kellogg School of Management* da *Northern University* nos EUA, sob a coordenação dos professores António Borges e Sérgio Rebelo (598/76E). Foi em 2010 que se realizou o primeiro desses cursos, que tem tido várias edições, onde gestores de topo de grandes empresas portuguesas passam duas semanas, uma em Lisboa e outra em Chicago, adquirindo experiência e conhecimentos. Este programa tem vindo a expandir-se, surgindo já versões exclusivamente para angolanos e outras atualmente customizado para grandes empresas, como Jerónimo Martins, REN, Mota-Engil, Logoplaste, entre outras.

### **Internacionalização**

As relações com faculdades estrangeiras constituem, desde o início da sua existência na Católica, uma das marcas mais patentes do ensino da Economia e Gestão. Mas essa linha tem sido decididamente reforçada ao longo dos anos. Alguns dos professores mais marcantes dos primeiros tempos tinham-se doutorado no estrangeiro, e muitos dos primeiros licenciados da escola seguiram o mesmo caminho, como se disse. Pode afirmar-se que os licenciados da Faculdade se foram tornando clientes habituais de bolsas como as da Fundação Gulbenkian e do Fulbright Program, na época os principais meios de acesso de portugueses ao estudo internacional.

O programa Erasmus, criado pela União Europeia em 1987, constitui indiscutivelmente uma das mais influentes e bem-sucedidas iniciativas de internacionalização universitária. Promovendo o intercâmbio de docentes e sobretudo estudantes, foi depois coadjuvado por outros mecanismos de *exchange students*, a partir de outras zonas do mundo, gerando uma nova atitude e dinamismo na forma de conceber os cursos superiores. A Católica aderiu a esse movimento cedo e em força, quer enviando quer recebendo alunos. Desde então passou a ser normal ouvir falar estrangeiro nos corredores da escola. O quadro III.13 resume a trajetória de movimento internacional de alunos nas licenciaturas nos anos mais recentes, incluindo *exchange* e *free-mover students*, manifestando bem o forte crescimento.

Pelo seu lado, o programa de MBA revelara-se desde o início um forte fator de internacionalização, sobretudo através da qualidade e quantidade de professores estrangeiros que se habituaram a passar algumas semanas em Lisboa. Isso abriu outras áreas de colaboração, nomeadamente na investigação, que se mostraram muito proveitosas. Sem menosprezar os esquecidos, alguns nomes merecem destaque pela longevidade e profundidade dessa colaboração: Rajiv Sinha, professor de Marketing na *WP Carey School of Business* da *Arizona State University*, Tawfik Jelassi, professor de Sistemas de Informação, e Charles Waldman, professor de Marketing, ambos no INSEAD, Sérgio Rebelo (598/76E), professor de Finanças na *Nordwestern University*, Gary Emery, professor de Finanças no *Michael Price College of Business* da *University of Oklahoma*, entre muitos outros.

Apesar de todos estes efeitos, a que se deve juntar a já referida internacionalização dos cursos de executivos, foi a criação dos *Masters of Science* que transformou o *campus* da FCEE num edifício poliglota. Concebidos logo em inglês e formatados para o mercado internacional, desde cedo que esses programas começaram a ter procura global. Como se disse, foi em 2009 que chegou o primeiro grupo de estudantes estrangeiros que se inscreveu no mestrado completo, facto que se tornaria comum nos anos seguintes. O quadro III.12 revela uma subida muito forte, não só do número mas também da percentagem dos alunos estrangeiros. Logo nas candidaturas se nota como a identidade desses mestrados é universal.

Em consequência, a quantidade e variedade de nacionalidades nas salas de aula da FCEE, rapidamente se tornou impressionante. Uma fatia significativa dos alunos que frequentam esses mestrados não falam português e a tendência, como se vê, é crescente. Em contrapartida, também é verdade que cada vez mais licenciados da Faculdade procuram fora do País o seu mestrado.

### **Rankings**

Exigência fundamental para uma presença prestigiada na cena universitária internacional é, além da já referida certificação internacional, a presença nas listas ordenadas (*rankings*) do prestigiado jornal britânico *Financial Times*, consultadas por todos os interessados neste tema.

O quadro IV.1 apresenta a posição da FCEE no mundo, seja nos cursos de executivos como no *Masters of Science*. Começando em valores próximos da posição 50.<sup>a</sup>, a escola tem-se encontrado ultimamente abaixo do lugar 40.<sup>o</sup> As duas últimas linhas descrevem a posição apenas na Europa, seja relativamente ao MBA seja como escola de negócios, a qual constitui a ordenação combinada de todas as anteriores. Aí a evolução é ainda mais marcada. Uma das maiores

festas da faculdade deu-se no dia 2 de dezembro de 2013, data do anúncio público da sua entrada no top-25 europeu.

### ***Joint degree e acordos***

Outra dimensão favorecendo a cooperação internacional da FCEE é a assinatura de acordos de intercâmbio com outras escolas, que muitas vezes conduzem à concessão de graus duplos ou outras formas de diplomas-conjuntos. O mais antigo protocolo deste tipo foi assinado logo em 1996 com a *Faculté Libre des Sciences Économique et de Gestion* da *Université Catholique de Lille*. Em 2016 o número desses acordos envolve já 126 escolas diferentes, em 41 países dos cinco continentes. As zonas mais representadas são França (17), Espanha (9), Alemanha (8), Reino Unido (7) e Brasil (6). Mas devem referir-se ainda os quatro acordos com a Índia, quatro na China e três na Coreia do Sul, entre muitos outros.

O dinamismo é revelado pelo facto de no início do ano de 2016 estarem em negociação mais dez acordos com universidades da Austrália, Brasil, Canadá, Marrocos, Nova Zelândia, Singapura, Taiwan e Tailândia.

## **IV. Estudantes**

Um dos maiores ativos da FCEE sempre foi a qualidade dos seus alunos. Nos primeiros tempos a entrada na licenciatura exigia um exame de admissão, que assegurava um nível elevado. Essa prova, de matemática, inglês e cultura geral, manteve-se enquanto foi permitida pelo Ministério. Mais tarde a exigência na admissão permaneceu, marcada agora pela média de entrada nos exames nacionais de acesso. Mas a ação dos alunos vai muito para lá da simples participação em atividades letivas.

### **Associação de estudantes**

Característica da Faculdade nos primeiros anos foi a ausência de uma associação de estudantes. Num meio e época onde as organizações académicas tinham tido um papel dramático nas lutas estudantis, e apesar da Faculdade de Teologia da Católica sempre a ter tido, nos cursos de Economia e Gestão ela primava pela ausência. Este era um aspeto muitas vezes deplorado, mas sempre omissivo. Os alunos da Católica dos primeiros anos andavam demasiado ocupados a estudar para se meterem noutras atividades. Sinal desse desinteresse é o facto de as primeiras direções da Associação de Estudantes, quando finalmente surgiu,

não terem deixado sinal de si. Apenas sobrevivem registos dos últimos 17 anos, que são apresentados no quadro III.14.

Felizmente, à medida que o tempo ia passando, o associativismo estudantil ganhava um maior papel. A sua atividade dividia-se em várias vertentes, como sejam as lúdicas (festas, viagens, etc.), formativas e académicas (conferências, debates), desportivas (várias equipas femininas e masculinas representando a escola nos campeonatos universitários) e ainda de intervenção social e serviço à comunidade. Entre estas inúmeras ações algumas devem ser referidas.

Antes, porém, deve registar-se a criação em 2002 do “fim de semana do Caloiro”. Sendo uma iniciativa da Direção da Faculdade, teve a colaboração decisiva da Associação desde o início, ao abdicar da tradicional “praxe” ou a favor desse encontro. De facto, ele pretende ser uma alternativa positiva, inteligente e divertida à tradicional acolhida académica de novos alunos, inculcando o espírito da Católica desde o primeiro momento. Os recém-inscritos são recebidos por colegas e docentes em dois dias de atividades na serra da Estrela, com alegria, desporto e convívio. Mais tarde foi lançada também a “praxe solidária”, envolvendo uma iniciativa de ajuda a necessitados como instrumento para a integração dos novos estudantes. Desde pintar instalações de instituições de solidariedade a apanhar batatas, muitas tarefas úteis e divertidas têm sido incorporadas para criar dinâmica de corpo nas turmas iniciais.

### **Iniciativas dos estudantes**

O lugar crescente da Associação e das suas iniciativas não esgota a atividade dos estudantes. No meio da grande variedade, algumas merecem destaque.

Os alunos da FCEE sempre tiveram uma grande ligação à Capelania, evidenciando-se na participação em encontros, peregrinações, “Missões País” e outras iniciativas apostólicas. Nessa linha é conveniente recordar que os crucifixos das salas de aula do novo edifício foram comprados por um grupo de estudantes, que pretendiam colmatar a falha que se registara nos primeiros anos.

Desde cedo os alunos da Católica envolveram-se na ação caritativa. No ano letivo de 1985/1986 nasceu o GASUC, Grupo de Ação Social da Universidade Católica, fundado por um grupo chefiado por Filipa Silva Pinto (516/83E) e Maria Quintela de Direito, que realizou inúmeros projetos de apoio e solidariedade, começando pelo bairro de lata da Quinta da Calçada. Em 1989 nasceria, no seio desse movimento, o GAS’Africa. Este último, fundado por Jorge Líbano Monteiro (46/86G), tornar-se-ia no precursor de muitos outros movimentos universitários que partiram para longes terras ao serviço do desenvolvimento

e da evangelização, como a ASUL da Lusíada, o GASIST do Técnico, o GASNOVA, etc.

Nessa tradição, o Católica-MOVE é uma ONGD sem fins lucrativos criada pelos estudantes da FCEE em 2009. O projeto pretende ajudar, através do microcrédito, o desenvolvimento empresarial em países pobres, como Moçambique, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe.. Graças ao apoio de parceiros empresariais, nomeadamente bancos, os voluntários, que hoje já incluem participantes de outras universidades e até de outros países, apoiam projetos produtivos das populações locais, que os próprios estudantes selecionam, financiam e acompanham. Concebidas em visitas de cerca de seis meses de duração, as missões do MOVE facultam um acompanhamento técnico, formativo e até pessoal dos empresários locais, para além da concessão de crédito.

Uma das mais antigas e influentes iniciativas dos alunos é a AIESEC. Trata-se do ramo local da *Association internationale des étudiants en sciences économiques et commerciales*, fundada em 1948 e presente em Portugal desde 1959, e que há anos é a maior organização mundial gerida exclusivamente por estudantes. Ela está presente na Católica de Lisboa desde 8 de junho de 1984 e tem tido múltiplas iniciativas, no intercâmbio internacional, na organização de eventos, estágios e várias outras atividades.

### **Jornais e publicações**

A relação entre a imprensa e a academia é antiga e sólida. Também os estudantes de Economia e Gestão tiveram várias iniciativas editoriais que, nem sempre com grande continuidade, compensavam em profusão a sua brevidade. Infelizmente, não é possível ser exaustivo nesta descrição, mas alguns marcos destacam-se.

A mais duradoura das publicações foi, certamente, a revista *Gestão & Risco*. Publicou os seus números 0 e 1 em março e junho de 1985, ainda com o título *Risco*, apresentando-se então como “Revista dos Estudantes do Curso de Gestão/81 da Universidade Católica Portuguesa”. Tinha como editores Maria Helena Almeida (64/81G, futura administradora da Universidade), Isabel Mafra Salgado (25/81G), António Horta Osório (8/81G, futuro prémio carreira), Fernando Nobre Carvalho (21/81G), João Câncio Martins (31/81G), João Paulo Vaz (35/81G) e Rui Gonçalves Soares (89/81G). Este grupo, que mudou o nome da revista para *Gestão & Risco* logo no n.º 2, apresentou quatro edições até à sua graduação em 1987, altura em que passou a iniciativa para o Curso de Gestão de 83. Assim o título continuou, passando de curso em curso, até ao n.º 21, de dezembro de 1995, na altura da responsabilidade do curso de 1990/1996.

Os alunos de economia lançaram, em março/maio de 1987 a *Decisão – Revista dos Estudantes de Economia da Universidade Católica*, sob a direção de Orlando Rui Viegas (91/81E), que não teve continuidade. Entretanto nascera o *Reflexo, jornal de estudantes da Faculdade de Ciências Humanas da U.C.P.* em novembro de 1984, que teve três números até maio de 1985. *A Palmada*, que apresentava como redação “Os Intocáveis”, nasceu em janeiro de 1988 e teve pelo menos 10 números, até março de 1990. Entretanto, vários alunos da Faculdade participavam no *Recado*, o jornal da Capelania que, já no século XXI seria sucedido pelas *Notícias da Capelania*.

Vários outros títulos merecem referência como o *In Loco* em 1997, a Revista A<sup>R</sup>Risco em maio de 2004, a *Veritatis –FCEE-UCP* em junho de 2005 e o *Católica-Tribune* de 2009 a 2011. Entretanto, a AIESEC Lisboa Católica também teve algumas iniciativas como a *Confrontos. Debater, Confrontar, Pensar* em 1996, a *Líderes do Futuro* em 1997 e 1998 e a *Lead Magazine* em 2011. Por sua vez a Associação de Estudantes de Economia e Gestão da Universidade Católica editou a *Reviews* em 1999. Mais recentemente, já na época dos blogues, os jornais em papel permanecem, mas agora dominados pelos *professionals clubs*, adiante descritos. O *Católica Economics Club* tem editado, desde dezembro de 2012, *The Lagrangian*, enquanto o *Católica Finance Club* lançou em abril de 2014 o *Ceteris Paribus*, depois transformado em *Newsletter*.

### **Professional Clubs**

Uma iniciativa mais recente da Faculdade, com um interesse crescente são os *professional clubs*, onde os estudantes começam já a praticar na sua área de especialização. Neste momento existem seis desses clubes em atividade: o *BET* que promove o empreendedorismo, inclusivamente através da criação de *start-ups*; o *Consulting Club* que se dedica à atividade na área da consultadoria e o *Creative Club* que relaciona a gestão com as artes visuais e performativas. Pelo seu lado o *Finance Club*, o *Marketing Club* e o *Economics Club* desenvolvem atividades variadas nestas três áreas do saber.

### **Alumni**

Se os alunos sempre foram um dos melhores ativos da Faculdade, é normal que isso se transmita ao seu corpo de graduados. Este, entre licenciaturas e mestrados, inclui já mais de oito mil nomes, muitos deles em posições de destaque no País e no estrangeiro. A sua ligação à *alma mater* é mutuamente decisiva.

### ***Associação de antigos alunos***

Se a Associação de Estudantes demorou muitos anos a surgir, a de Antigos Alunos data logo dos primeiros tempos. A sua criação deve-se a sobretudo a João Gilberto Varela Vala (40/72G), aluno do ano de lançamento da escola, seu primeiro presidente e alma durante anos. A lista dos presidentes encontra-se no quadro III.15.

Deve dizer-se que, ao longo dos seus quase quarenta anos, a Associação teve vários períodos mortos, seguidos de ressurgimentos que relançavam a atividade. A *Alumni* dirige-se ao universo dos licenciados, mestres e doutores, sem abranger os alunos Erasmus, executivos e Lisbon MBA. Este último tem a sua própria associação de antigos alunos, pois em dezembro de 2009 foi criado o *The Lisbon MBA Alumni Club*. Com um grande dinamismo nos últimos anos, a Associação tem realizado inúmeras iniciativas nos campos desportivo, lúdico, cultural, profissional e da responsabilidade social, além de ir envolvendo os seus associados na vida da Faculdade.

### ***Gabinete do antigo aluno***

Consciente da importância desta ligação aos graduados da casa, em dezembro de 2005 a própria Faculdade criou o Gabinete do Antigo Aluno (GAA), para fomentar esses contactos. Chefiado desde a fundação por Maria do Rosário Lucas (152/73G) e com a colaboração voluntária de vários antigos alunos, tem tido inúmeras iniciativas e grande colaboração com a *Alumni*. Destaca-se, sem dúvida, a realização dos jantares comemorativos dos aniversários dos vários cursos, que se verificam de cinco em cinco anos, o que sempre gera momentos de forte emoção pelo regresso à escola. Além destas celebrações, o GAA começou a criar vários encontros de antigos alunos em cidades estrangeiras. Em 2009 fez-se uma primeira iniciativa no “FCEE-ALUMNI de Londres”, seguida em 2010 em Madrid e Nova Iorque. Já houve também reuniões em Paris, Brasil e Angola.

### ***Prémio carreira***

Particular destaque merece outra iniciativa do GAA que, desde 2006, tem galardoados os antigos alunos que mais se destacam no seu percurso profissional. O prémio é atribuído no então criado “Dia da FCEE”, e a decisão é tomada por um júri, que durante os primeiros anos foi presidido pela Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite, e composto pelos Drs. Artur Santos Silva, Francisco Pinto Balsemão, Isabel Mota e o Eng.<sup>o</sup> Manuel Ferreira de Oliveira. Em 2015, devido à necessidade de reestruturar o júri, o prémio não foi atribuído. O novo júri,

agora presidido pela Dr.<sup>a</sup> Leonor Beleza, continuou o projeto em 2016. A lista completa dos galardoados pode ver-se no quadro III.16.

## V. Investigação

A investigação científica constitui uma das atividades nucleares de qualquer universidade. Por isso ela teve lugar central na Faculdade desde o seu início. A já referida opção estratégica de não investir num programa de doutoramento, enviando os candidatos para escolas de topo mundial, teve aqui, como se disse, um efeito negativo, dado a elaboração de teses de doutoramento ser uma importante fonte de trabalho científico em qualquer universidade. Esse efeito foi compensado pelos contactos internacionais que essa opção permitiu e, depois, pela citada aposta numa carreira e promoção de professores baseada sobretudo na sua capacidade de publicação em revistas científicas internacionais.

### Revista ECONOMIA

Durante quase vinte anos a Faculdade editou ela própria uma revista científica, publicando inúmeros trabalhos nacionais e internacionais. Fundada pelos professores M. Jacinto Nunes, Alfredo de Sousa, José A. Girão e A. Cavaco Silva, e tendo como primeiro secretário executivo J. Braga de Macedo, a revista *Economia* publicou o seu primeiro número em janeiro de 1977. Manteve três números por ano (janeiro, maio e outubro) até ao volume XVIII de janeiro de 1994. Desde o número 3 do primeiro volume, em outubro de 1977, até ao fim, o secretário executivo foi engenheiro José Manuel Barrocas que, apoiado por Maria da Conceição Barros, foi o verdadeiro motor da publicação.

### UNICEE/CUBE

O desenvolvimento do trabalho científico conduziu à formalização dessa atividade, com a criação em 1997 da UNICEE – *Unidade de Investigação da FCEE*. Agregando o produto de investigação desenvolvido na Faculdade, é importante referir que a unidade nunca tentou planear ou orientar o trabalho dos seus membros, deixando a cada um a liberdade de criar e desenvolver as iniciativas e projetos científicos que considerasse convenientes. Isto explica porque, apesar da pequena dimensão relativa, pelos cânones internacionais, a unidade tenha mantido uma grande diversidade de temas e áreas de investigação, sem entrar em especializações. Nas avaliações periódicas realizadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia desde 1998, este núcleo tem sempre mantido a

classificação de Excelente. Na última dessas avaliações das unidades de investigação em Portugal, realizada pela *European Science Foundation* a pedido da FCT em dezembro de 2014, o CUBE destacou-se no panorama nacional ao classificar-se como a melhor unidade de investigação não apenas na economia e gestão, mas em todas as ciências sociais.

O quadro IV.2, resumindo os resultados quantitativos da Unidade, mostra bem a tendência crescente do número de publicações. É notável como, desde 2010 e em praticamente todos os anos, a Faculdade conseguiu divulgar mais de 20 novos artigos anuais em revistas internacionais. Muito importante para esse sucesso foi o apoio administrativo do Centro, a cargo de Leonor Machado, Débora Porém e Alexandra Correia.

Feito o registo da UNICEE na FCT, em dezembro de 2013 foi adotada a nova designação de *CUBE – Católica Lisbon Research Unit in Business and Economics*. Foi também por essa altura que, assumindo um planeamento estratégico da investigação mais impositivo, se tentou pela primeira vez uma organização formal das áreas. O CUBE foi estruturado em nove grupos de investigação<sup>7</sup>, incluindo ainda três grandes áreas temáticas: *Health; Business Ethics* e *Behavioral Research*. Cada investigador participa em vários desses grupos, tendo cada grupo de investigação e área temática um professor responsável.

Relacionados com o CUBE existem algumas unidades particulares de investigação, centros ou laboratórios, que formam relações entre investigadores dentro e fora da universidade.

### **CEBE**

O CATÓLICA-LISBON *Center for Ethics, Business and Economics (CEBE)* foi fundado em 2007, com a missão de realizar investigação, bem como iniciativas formativas e editoriais relacionadas com os vários ramos da ética empresarial, responsabilidade social das empresas e doutrina social da Igreja. O primeiro diretor foi o professor padre João Seabra, antigo capelão da universidade, tendo como diretor de investigação João César das Neves (467/76E) e diretor executivo Antonino Vaccaro, substituído em 2013 por Tommaso Ramus. A atividade do Centro tem-se dividido pela organização de conferências internacionais e realização de vários projetos de investigação. Temas particulares de estudo têm

---

<sup>7</sup> 1. Macroeconomics and Economic Policy; 2. Microeconomic Theory and Applications; 3. Organizational Behavior and Human Resources Management; 4. Finance; 5. Marketing and Consumer Behavior; 6. Strategy; 7. Operations and Information Management; 8. Entrepreneurship, Technology & Innovation Management; 9 Ethics.

sido a informação e transparência empresarial, o empreendedorismo social e a doutrina económica da Igreja.

### ***Health Innovation Research***

O *Health Innovation Research (HiResearch)* é um grupo pluridisciplinar que junta investigadores da gestão, economia e das ciências da saúde, interessados em inovações no campo médico, que junta também investigadores das duas Faculdades de Medicina de Lisboa, para além do Instituto de Ciências da Saúde da UCP. Os coordenadores são os professores Pedro Oliveira, da Católica Lisboa, e Helena Canhão, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, englobando várias iniciativas, de que vale a pena destacar a plataforma *Patient Innovation*, que será descrita adiante, e o *Health Innovation Lab – HiLab*. Este último junta líderes, empresários e outros agentes da indústria da saúde, para promover troca de experiências e inovações.

### ***Católica Lisbon Innovation Lab (i-Lab)***

O *Católica Lisbon Innovation Lab*, lançado em 2012, é um fórum onde empresas líderes de vários sectores partilham, experimentam e apreendem ideias e conceitos inovadores com o apoio académico de investigadores especializados na área da inovação. O i-Lab possibilita o acesso à mais recente investigação nesta área através de *newsletters* e *workshops*, bem como da partilha de experiências.

### ***Laboratory of Experimental Research iN Economics and Management (LERNE)***

O LERNE, criado em 2013 e coordenado pela professora Rita Coelho do Vale, é um laboratório de experimentação para estudos de comportamento dos consumidores e dos seus processos de decisão. Podendo realizar projetos de investigação mas também estudos de mercado para clientes, permite uma observação única sobre as escolhas dos agentes económicos.

### **Conferências na Faculdade**

Ainda no campo da investigação, é de referir que a Faculdade foi palco de algumas importantes conferências internacionais. Além das iniciativas diretas dos seus professores, múltiplas associações científicas escolheram a Faculdade para realizar os seus encontros e colóquios. Entre outras, merecem destaque as que estão listadas no quadro IV.3.

## VI. Serviço à Comunidade

Para lá da sua atividade nos campos do ensino e da investigação, faz parte da missão da Faculdade a intervenção direta na vida socioeconómica, inserindo-se no meio que a rodeia.

Claro que, como economistas e gestores, os docentes e alunos da Católica têm participado na vida cívica de múltiplas formas, particularmente participando como peritos nos meios de comunicação social. Neste último campo deve referir-se a publicação do volume *Visto da Católica – A Economia Portuguesa em Exame (1998-2001)*, da editora Princípiã, 2002, reunindo os artigos de uma das várias colunas de opinião que os docentes da escola têm mantido na comunicação social. As próximas páginas resumem algumas outras atividades que merecem particular destaque.

### CEA

Uma das presenças mais influentes da FCEE é, sem dúvida, o Centro de Estudos Aplicados (CEA). Trata-se de uma unidade de consultoria, prestando serviços a diversas instituições dos domínios privado, público e social, fazendo a interligação entre os problemas reais e a investigação científica realizada na Faculdade. Inicialmente concebido como centro autónomo da Faculdade, a sua ligação era estreita, como se pode ver pela lista de diretores apresentada no quadro I.2.

Após os anos de lançamento, sobretudo dirigida aos trabalhos em Economia e Gestão, de 1984 a 1997 o Centro optou por uma atividade mais abrangente, incluindo também o Direito. Assim o seu novo diretor, Mário Pinto, tinha como vogais Fernando Adão da Fonseca, António de Sousa e Germano Marques da Silva, respetivamente um para cada área. A 20 de abril de 1988, Mário Pinto foi reconduzido no cargo, passando a ter como vogais Fernando Adão da Fonseca, Jorge Vasconcellos e Sá (45/72G) e Maria Leonor Modesto (331/75E), Germano Marques da Silva e Manuela Athayde Marques (93/72G). No ano 2000 deu-se a integração formal do Centro na FCEE, e desde novembro de 2008 foi criado o novo lugar de diretor executivo, ocupado desde então por Sofia Pereira (97/85G).

O CEA realiza anualmente dezenas de estudos em campos muito variados, desde análises de mercado à consultadoria para privatizações e operações financeiras, passando por inúmeras questões de empresas e sectores, parcerias público-privadas, economia financeira, economia da regulação, da saúde, estudos sectoriais, finanças empresariais, marketing e comportamento organizacional.

Entre os seus clientes encontram-se grandes empresas e instituições como a ANA Aeroportos de Portugal, EDP, Associação Nacional de Farmácias, Associação Portuguesa de Bancos, BPI, CGD, Banco Santander Totta, Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Boston Consulting Group, Brisa – Autoestradas de Portugal, CTT, Jerónimo Martins, Euronext, Somague, Fundação Champalimaud, Gabinete do Secretário de Estado da Energia, Galp Energia, GlaxoSmithKline, L’Oréal Portugal, Merck, Sharp & Dohme, Microsoft Portugal, Ministério da Administração Interna, Novartis Farma, OGMA, Pfizer, REFER Património – Administração e Gestão Imobiliária, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Dep. Jogos, Secil, Uber BV, Vista Alegre e Vodafone Portugal, entre muitas outras.

### **Outras Iniciativas**

O CEA não é o único centro de estudos da faculdade. Deve também ser referida a criação em 1989 do CEPI – Centro de Estudos dos Problemas da Informação, realizando estudos nessa área tão relevante. Criado e dirigido pelo professor Luís Valadares Tavares, atuou sobretudo na aplicação dos novos sistemas de informação ao ensino, ganhando vários programas da União Europeia. A experiência acabaria por se cristalizar no já citado programa DISLOGO de ensino à distância.

Por outro lado, no âmbito do CEA, surgiram algumas iniciativas semi-independentes que merecem destaque.

#### ***Católica Lisbon Forecasting Lab | NECEP***

A análise de conjuntura macroeconómica fora um dos temas mais emblemáticos dos primeiros anos do CEA, pela mão do seu primeiro diretor, o professor Alfredo de Sousa. Em 2005 nasceu o NECEP (Núcleo de Estudos de Conjuntura da Economia Portuguesa), que em 2015 passou a chamar-se Católica Lisbon Forecasting Lab | NECEP. Iniciativa do professor, antigo aluno e antigo diretor João Borges de Assunção (32/79G), inicialmente coadjuvado por Luís Bernardes (32/83E) e Carlos Rondão na informática, tem desde 2013 Pedro Afonso Fernandes como economista chefe. Esta unidade apresenta como principal produto a edição da Folha Trimestral de Conjuntura, publicando também outras Notas e Relatórios Temáticos, de que se destaca uma análise anual sobre o Orçamento do Estado. Os textos completos são disponibilizados aos assinantes, um pequeno grupo de grandes empresas nacionais, mas têm grande impacto ao serem publicados sumários na imprensa nacional. As previsões do

NECEP há anos que fazem parte do painel de estimativas mais reputadas sobre a evolução da economia portuguesa.

### ***Observatório das Parcerias Público-Privadas (OPPP)***

A grande aposta que, sobretudo no início do século XXI, Portugal fizera na estrutura contratual de ligação entre os sectores público e privado, trouxe o fenómeno para o centro das atenções. Em 2009 nasceu uma das iniciativas mais ambiciosas do CEA, o OPPP, com a finalidade de desenvolver um trabalho sistematizado e fundamentado sobre a temática das Parcerias Público-Privadas em Portugal. Este núcleo, dirigido pela professora Leonor Modesto (331/75E), coadjuvada pelo professor Ricardo Reis, trabalha desde o início com forte colaboração das entidades a operar no sector, permitindo a todos os *stakeholders* envolvidos fornecerem e acederem a informação rigorosamente tratada, e a desenvolvimentos de Economia Aplicada neste campo.

### ***Indicador de Poupança APFIPP/Universidade Católica***

O acompanhamento da poupança privada tem uma importância muito relevante para Portugal, sobretudo desde a crise financeira. Por isso o CEA, em conjunção com a APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, lançou o Indicador de Poupança, que antecipa a evolução do aforro dos portugueses. Lançado em 2010, com uma série a partir de 2000, é divulgado mensalmente e publicado na 2.<sup>a</sup> semana de cada mês, normalmente com significativo impacto na imprensa.

### ***Patient Innovation***

Ligada ao já referido projeto *Health Innovation Research*, a plataforma digital *Patient Innovation*, lançada em Lisboa a 7 de fevereiro de 2014, constitui uma das mais promissoras iniciativas no campo do uso das redes sociais para a promoção da saúde. O professor Pedro Oliveira, criador e líder do projeto, concebeu uma plataforma digital internacional, multilíngue e sem fins lucrativos, onde se realiza a partilha de soluções inovadoras desenvolvidas por doentes ou cuidadores para os ajudar a lidar com as suas enfermidades. Ligando todos os interessados, permite a troca de informações sobre terapias, estratégias, mecanismos e conhecimentos para aumentar o bem-estar dos que sofrem. Disponível no site <<https://patient-innovation.com/?language=pt-pt>> tem despertado enorme interesse nacional e internacional, ganhando vários prémios mundiais e contando com um Advisory Board que inclui alguns Prémios Nobel entre outros destacados académicos. No 2.º aniversário da plataforma (fevereiro de 2016), esta contava já com mais de 37 000 utilizadores dos cinco continentes

e com um *portfolio* de mais 600 inovações desenvolvidas por doentes ou cuidadores de mais de 30 países. Em 2016 o *Patient Innovation* foi convidado pelo Museu de Ciência de Londres a integrar uma exposição intitulada “Beyond the Lab: The DIY Science Revolution” que para além de Londres, visitará outros 28 países europeus, estimando-se que seja visitada mais de um milhão de pessoas.

### ***Observatório da Sociedade Portuguesa (OSP)***

A mais recente iniciativa do CEA é o lançamento, em 2016, do Observatório da Sociedade Portuguesa (OSP). Esta unidade, liderada pela professora Rita Coelho do Vale, dedica-se ao estudo de dados recolhidos através do Painel de Estudos Online da CATÓLICA-LISBON, e/ou métodos de recolha de dados indiretos (por exemplo, estatísticas socioeconómicas, demográficas e de saúde disponibilizadas por entidades nacionais e internacionais). Os fenómenos abordados são muito variados, desde aspetos sociais tais como bem-estar e avaliação da qualidade de vida, nível de felicidade, segurança ou confiança, até características económicas, realizando a sua contextualização a nível internacional.

## **VII. Conclusões**

Nos 27 anos de existência como Faculdade, que se seguiram a outros 17 anos de integração na FCH, a presença das Ciências Económicas e Empresarias na Universidade Católica teve uma evolução impressionante, que estas páginas procuraram esboçar. Aquilo que aqui não pode ficar registado é a importância que essa presença teve na vida concreta dos milhares de pessoas, estudantes, docentes e funcionários, que aqui passaram e passam tanto tempo da sua existência.

Para lá da ciência, técnica e sabedoria que a Faculdade foi veiculando, há também a atitude de fundo, a caridade na verdade, que sempre permaneceu. O padre João Seabra, antigo capelão da universidade e atual diretor do Instituto de Direito Canónico, resumiu esse elemento de uma forma lapidar: “Nas outras escolas é rua até à porta da sala; na Católica é casa desde a porta da rua”, junho de 2016.

## ANEXOS

### Anexo I – Gestão da Faculdade

**Quadros I.1.** Conselhos de Direção da Faculdade

	15 de setembro de 1989	4 de dezembro de 1992	16 de janeiro de 1995
Diretor	Valentim Xavier Pintado		José Amado da Silva
Diretor interino	António Fernandes de Sousa	–	–
Coord. Economia	Aníbal Durães dos Santos	João César das Neves*	Fernando Machado
Coord. Gestão	Miguel Athayde Marques	Ana Rijo da Silva	José Corrêa Guedes
Coord. Porto	Manuel de Oliveira Marques*	Alberto de Castro	Alberto de Castro
Coord. EPG	–	–	Fernando Nascimento
*substituído por	Alberto de Castro (29/1/1991)	Fernando Pacheco (2/6/1993)	

	5 de dezembro de 1996	14 de março de 2001	18 de março de 2004
Diretor	João Borges de Assunção	Fernando Branco	
Diretor Adjunto	Miguel Gouveia	–	–
Dir. licenciaturas	–	–	Fernando Machado
Coord. Economia	Fernando Machado*	Fátima Barros	–
Coord. Gestão	José Corrêa Guedes	Ilídio Barreto	–
C.adj Gestão (9.04.97)	Cristina Neto de Carvalho	–	–
Diretor do MBA	–	–	Guilherme Almeida Brito
Coord. UNICEE	–	–	Isabel Horta Correia
Dir. Form. Executivos	–	–	Luís Cardoso
Dir. -Adjunto (Porto)	Alberto de Castro	–	
Acred. internacional	–	–	José Corrêa Guedes
* substituído por	Leonor Modesto (13/5/1998)	–	–

	<b>23 de setembro de 2004</b>	<b>6 de dezembro de 2007</b>	<b>27 de janeiro de 2011</b>
Diretor	Fátima Barros		
Diretor-adjunto	Fernando Machado (8/5/2005)		–
Progr. pré-experience	–	Manuel Monteiro	–
Licenciaturas	Fernando Machado*	Ana Canhoto	Ana Canhoto
Progr. post-experience	–	Guilherme Almeida e Brito+	José Corrêa Guedes+
MBA	Guilherme Almeida e Brito	–	–
Mest. Economia	Leonor Modesto	Catarina Reis	Teresa Lloyd Braga
Mestrado de Gestão	–	Fernando Machado+	Guilherme Almeida e Brito+
Executivos	Luís Cardoso	Luís Cardoso	Luís Cardoso
Dean for Faculty	–	José Corrêa Guedes+	Francisco Veloso
Investigação	–	Leonor Modesto	Leonor Modesto
Acreditação	Jose Corrêa Guedes	José Corrêa Guedes*	Manuel Leite Monteiro
Rel. Internacionais	–	Manuel Monteiro	Manuel Leite Monteiro
Orçamento	–	Manuel Monteiro	Luís Janeiro
Representação exter.	–	Guilherme Almeida e Brito	Guilherme Almeida e Brito
*substituído por	Ana Canhoto (8/5/2005)	Manuel Monteiro (22/9/2009)	
+ Diretor-adjunto			

	<b>10 de maio de 2012</b>	<b>31 de março de 2014</b>	<b>16 de julho de 2015</b>
Diretor	Francisco Veloso		
Diretor-adjunto	–	Guilherme Almeida e Brito	Guilherme Almeida e Brito
Prog.com grau	–	–	Fernando Machado
Progr. pré-experience	Guilherme Almeida e Brito	Fernando Machado	–
Licenciaturas	Ana Canhoto	Ana Canhoto	Ana Canhoto
Progr. post-experience	José Corrêa Guedes	Guilherme Almeida e Brito	
Mestrado Economia	Teresa Lloyd Braga	Teresa Lloyd Braga	Teresa Lloyd Braga
Mestrado Gestão	–	–	David Patient
Executivos	Luís Cardoso	Luís Cardoso	Luís Cardoso
Dean for Faculty	Fernando Branco	Fernando Branco	Pedro Oliveira
Investigação	Maria Leonor Modesto	Pedro Oliveira	Pedro Oliveira
Acreditação	Manuel Monteiro	Miguel Gouveia	–
Rel. internacionais	Ricardo Reis	Ricardo Reis	Ricardo Reis

Novas iniciativas	Fernando Machado	–	–
Projetos especiais	Manuel Monteiro	–	–
CEA	Leonor Modesto	Leonor Modesto	Leonor Modesto

### Quadro I.2. Direção do Centro de Estudos Aplicados

	Diretor	Diretor-adjunto
1977	Alfredo de Sousa	–
3-Nov81	António de Sousa (15/72G).	–
23-Jun83	Fernando Adão da Fonseca	António de Sousa (15/72G).
11-Jun84	Mário Pinto	–
Nov-92	José Manuel Amado da Silva	–
Set-1997	João Borges de Assunção (32/79G)	Fernando Branco (39/80E).
24-Jun02	Fernando Machado (41/78E e 218/78G)	–
29-Mar05	João Confraria e Silva (710/77E)	–
8-Abr08	Leonor Modesto (331/75E)	–

### Quadro I.3. Número de colaboradores não docentes

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
29	33	40	48	48	46	54	59	62

## Anexo II – Corpo docente

### Quadro II.1. Número de professores da escola (*core faculty*) por categoria e nacionalidade<sup>8</sup>

	1993	1998	2004	2009	2013	2016
Professores catedráticos	1	1	3	4	8	9
Professores associados	1	7	7	10	8	8
Professores auxiliares	17	16	16	26	30	26
<i>Professores estrangeiros</i>	0	0	1	10	10	14
<i>Nacionalidades</i>	0	0	1	9	9	10
Encarregados de curso	3	3	8	8	6	10
Assistentes	12	9	0	1	2	3
Total	34	36	34	49	54	56

<sup>8</sup> O número de nacionalidades não inclui a portuguesa e os professores estrangeiros referidos da quarta linha estão incluídos nas três primeiras.

### Quadro II.2. Agregações realizadas na Faculdade

---

António de Sousa (15/72G), 28 e 29 de novembro de 1991
João Luís César das Neves (467/76E), 2 e 4 de fevereiro de 1994
Fernando Martins Vicente Nascimento (294/75E), 21 e 22 de abril de 1997
José Filipe Garcia Corrêa Guedes (496/76E), 26 e 27 de setembro de 2000
Maria Isabel S. Horta Correia Rio de Carvalho (258/75E), 28 e 29 de maio de 2001
Maria Leonor Martins Ribeiro Modesto (331/75E), 12 e 13 de julho de 2004
Fernando Manuel Ribeiro Branco (39/80E), 17 e 18 de fevereiro de 2005
Francisco Miguel Rogado Salvador Pinheiro Veloso, 25 e 26 de maio de 2010
Pedro Miguel Pinho Teles (131/80E), 7 e 8 de junho de 2010
Rui André Pinto de Albuquerque (68/86E), 7 e 8 de julho de 2011
Teresa Teixeira Vasconcelos Lloyd Braga (600/76E), 14 e 15 de julho de 2011
Fernando Alcides Sobral Machado (41/78E e 218/78G), 21 e 22 de maio de 2012
Ilídio Teotónio Barreto (49/79E), 17 e 18 de dezembro de 2015

---

### Quadro II.3. Concursos para Professores Associados

---

A1: Edital 30/6/1997; Reunião do júri 23 /3/1998; João Borges de Assunção (32/79G), Fernando Ribeiro Branco (39/80E), José Filipe Corrêa Guedes (496/76E), Maria Leonor Ribeiro Modesto (331/75E), João César das Neves (467/76E) e Maria Isabel Horta Correia (258/75E), providos a 17/4/1998
A2: Edital 3/6/1998; Reunião do júri 26/4/1999; Maria de Fátima Barros (171/80E) e Miguel Gouveia (123/79E), providos a 11 de maio de 1999
A3: Edital 15/6/2000; Reunião do júri 21/1/2002; Fernando Machado (41/78E e 218/78G), provido a 29/1/2002
A4: Edital 8/8/2002; Reunião do júri 26/10/2004; Teresa Lloyd Braga (600/76E) e Pedro Teles (131/80E) providos a 26/11/2004
A5: Edital 7/11/2007; Reunião do júri 16/5/2008; Nuno Fernandes (81/91E) provido a 10/6/2008
A6: Edital 28/6/2011; Reunião do júri 6/7/2012; Ilídio Barreto (49/79E) e Pedro Oliveira providos a 25 de julho de 2012
A7: Edital 21/6/2013; Reunião do júri 11/9/2013; Céline Abecassis-Moedas provida a 11/10/2013
A8: Edital 5/2/2014; Reunião do júri 25/3/2014; David Patient provido a 27/5/2014

---

**Quadro II.4.** Concursos para professores catedráticos

C1: Edital 29/10/2003; Reunião do júri 26/10/2004, João Cesar das Neves (467/76E) e Isabel Horta Correia(258/75E), providos a 9/12/2004

C2: Edital 7/2/2007; Reunião do júri 16/5/2008; Leonor Modesto (331/75E) e Fernando Branco (39/80E) providos a 4/6/2008

C3: Edital 26/5/2009; Reunião do júri 9/4/2010; José Corrêa Guedes (496/76E) provido a 20/4/2010

C4: Edital 17/6/2011; Reunião do júri 6/7/2012; Francisco Veloso e Pedro Teles (131/80E) providos a 22/8/2012

C5: Edital 21/1/2014; Reunião do júri 25/3/2014; Teresa Lloyd Braga (600/76E) provida a 25/9/2014

**Quadro II.5.** Membros externos dos júris dos concursos de associados (A) e catedráticos (C)

	A1	A2	A3	A4	C1	A5	C2	C3	A6	C4	A7	A8	C5
Dipak C. Jain (Northwestern University)	x	x	x	x	x								
Ramon Marimon (Europ. University Institute)	x	x										x	x
Jean-Pierre Danthine (Université de Lausanne)	x	x	x	x	x	x	x						
Raguran Rajan (University of Chicago)	x	x	x										
Salvador Barbera (Universitat Autònoma de Barcelona)			x										
Rafael Repullo (Centro Estudios Monetarios y Financieros)				x	x			x					
Sérgio Tavares Rebelo (598/76E, Northwestern University)				x	x								
Andreu Mas-Colell (Universitat Pompeu Fabra)						x	x						
Luís Martins Barata Cabral (200/79E, New York University)								x	x				
Luigi Guiso (European University Institute)								x					
Rodolphe dos Santos Ferreira (Université Louis Pasteur)									x	x			
Alfonso Gambardella (Università Bocconi)									x	x	x	x	x
Naufel J. Vilcassim (London Business School)									x	x	x		
Diogo Homem de Lucena (UNL)	x	x	x	x	x								
Avelino Miguel da Mota Pina e Cunha (UNL)											x	x	x

## Anexo III – Corpo discente

**Quadro III.1.** Alunos licenciados em Economia e Gestão na FCH e FCEE

	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86
Economia	21	9	5	38	41	60	98	94	66	46
Gestão	32	20	26	35	77	81	80	69	65	67
	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
Economia	89	86	78	80	82	69	71	105	99	99
Gestão	94	95	112	126	110	120	135	148	165	195
	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Economia	124	86	75	92	87	72	51	37	35	44
Gestão	182	200	181	153	121	99	94	112	109	102
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Economia	51	25	31	25	40	48	26	41	49	
Gestão	151	116	120	139	185	164	142	132	175	

**Quadro III.2.** Alunos inscritos no 1.º ano das licenciaturas da FCEE

	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99
Economia	220	175	143	121	112	107	145	159	127	132
Gestão	289	241	226	227	214	218	195	215	228	200
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Economia	95	70	64	71	60	45	55	63	62	52
Gestão	199	162	172	152	149	161	152	166	231	167
	2009/10	2010	2011	2012	2013	2014	2015			
Economia	58	54	78	92	80	76	60			
Gestão	167	173	198	267	252	199	180			

**Quadro III.3.** Alunos inscritos no 1.º ano das licenciaturas internacionais

	2014/2015	2015/16
International Undergraduate Program in Management	26	45
International Undergraduate Program in Economics	8	16
dos quais alunos estrangeiros	1	7

**Quadro III.4.** Número de candidatos e admitidos no MBA

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Candidatos	245	142	140	138	162	173	180	125	131
Admitidos	139	110	111	98	79	92	91	78	77
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Candidatos	128	179	180	155	108	123	105	93	91
Admitidos	87	100	101	96	74	66	71	74	60
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Candi. PT	63	102	74	83	53	65	52	-	
Admit PT	43	57	50	58	38	45	34	-	
Candid FT	57	67	66	102	82	67	73	90	
Admit FT	32	32	32	34	40	34	34	45	

**Quadro III.5.** Alunos (A) e graduados (G) nos Masters of Science de Management (M), Economics (E) e Finance (F)

		2004/05	2005/06	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
M	A	-	-	126	159	147	185	171	182	204	298	249
	G	-	-	6	56	135	150	162	149	142	197	-
E	A	9	9	19	10	18	17	15	16	16	16	24
	G	6	3	-	8	13	13	18	14	8	9	
F	A	-	-	-	-	-	-	22	32	40	67	55
	G	-	-	-	-	-	-	1	13	21	31	

**Quadro III.6.** Alunos inscritos no 1.º ano do Mestrado em Direito e Gestão

2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
26	27	26	26	31	26	27	34	38

**Quadro III.7.** Candidatos, admitidos e finalistas das edições do MIF

	MIF 1	MIF 2	MIF 3	MIF 4	MIF 5	MIF 6	MIF 7	MIF 8	MIF 9	MIF 10
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Candidatos	30	24	41	43	62	54	37	31	25	36
Admitidos	19	22	25	26	35	37	27	22	23	30
Finalistas	16	22	24	21	27	34	24	11	12	-

**Quadro III.8.** Participantes nos mestrados executivos

N.º parti- cipantes	Executive Master in Management and Banking	BAI Executive Master in Management and Leadership	Leadership Development	Strategic Marketing	Mestrado em Gestão Aplicada	Total
2008	29	-	-	-	-	82
2009	-	-	-	-	-	83
2010	67	-	-	-	-	134
2011	-	-	-	-	-	108
2012	77	27	-	-	-	181
2013	-	27	24	18	-	152
2014	79	-	70	47	15	248

**Quadro III.9.** Doutoramentos realizados na Faculdade

---

8 e 10 de maio de 1982, Ernâni Rodrigues Lopes, com a tese “Estruturas bancárias e desenvolvimento económico. Fatores de enquadramento internacional”

---

16 e 17 de julho de 1987, Aníbal Durães dos Santos, com a tese “Modelos de Comportamento de Empresas Públicas em estruturas de monopólio e oligopólio”

---

17 de fevereiro 1989, João César das Neves (467/76E), com a tese “Da Validade científica do conceito de equilíbrio de pobreza”

---

17 e 18 de julho de 1989, José Manuel Amado da Silva, com a tese “Excesso de capacidade: doença, normalidade ou ameaça?”

---

4 de fevereiro 1991, João Confraria e Silva (710/77E), com a tese “Contribuições para o estudo da estrutura dos mercados industriais em Portugal. Uma análise do condicionamento das indústrias”

---

13 de janeiro 1993, Maria Isabel Horta Correia (258/75E), com a tese “Crescimento económico em economias abertas”

---

3 de janeiro 1996, Teresa Lloyd Braga (600/76E), com a tese “Endogenous fluctuations and the cyclical behaviour of real wagers under Cournot competition”

---

8 de novembro 1999, Ana Canhoto Ribeiro da Costa (121/73E), com a tese “Efficiency and Competition in Portuguese banking: an empirical investigation”

---

6 de dezembro 2004, Maria Cristina Neto de Carvalho (541/76E), com a tese “Credit Risk and Loan-loss provisioning: na empirical study”

---

**Quadro III.10.** Candidatos, admitidos e finalistas no Doctoral Program

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Candidatos	18	20	24	18	19	15	0	17	15	16
Admitidos	7	6	9	3	3	1	0	1	0	1
Inscritos	6	5	4	3	2	1	0	1	0	1
Estrangeiros	1	2	3	3	1	2	2	3	2	3
Graduados	0	0	0	0	1	2	1	2	2	1

**Quadro III.11.** Programas e participantes em programas de executivos

		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Inscrição Aberta	Programas	1	2	4	6	11	13	19	20
	Participantes	25	50	80	150	280	320	348	352
Intraempresa e internacionais	Programas	1	2	2	5	6	7	18	24
	Participantes	25	50	50	130	140	180	332	505
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Inscrição Aberta	Programas	19	28	31	27	33	39	34	30
	Participantes	408	558	696	704	790	907	683	750
Intraempresa e internacionais	Programas	41	47	38	37	28	38	51	52
	Participantes	661	785	727	914	761	933	1175	1322
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Inscrição Aberta	Programas	38	35	35	33	30	29	29	
	Participantes	949	790	821	796	722	720	696	
Intraempresa e internacionais	Programas	68	70	71	73	84	97	87	
	Participantes	1555	3077	2112	2126	3301	2953	2478	

**Quadro III.12.** Número de candidatos e estudantes nos Masters of Science

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total de candidatos	163	273	261	394	415	554	709	909	946
Candidatos internacionais	9	21	37	49	118	136	208	363	408
Estudantes internacionais	5	13	26	25	47	53	69	106	119
Número de nacionalidades	4	7	12	16	22	21	-	-	-
% de estudantes internacionais	3	8	16	12	23	23	24	33	37

**Quadro III.13.** Movimento internacional de estudantes nas licenciaturas

	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10
Número de Alunos saídos	66	77	62	109	130	181
Número de Alunos entrados	22	31	63	99	121	179
	2010-11	2011-12	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16
Número de Alunos saídos	197	206	176	223	226	293
Número de Alunos entrados	208	228	225	281	336	346

**Quadro III.14.** Presidentes da Associação de Estudantes

<b>2000/01</b>	Frederico Teles Gomes	<b>2009/10</b>	Tomás Fidélis Nogueira (150208014)
<b>2001/02</b>	Nuno Sousa Pinto	<b>2010/11</b>	Inês Rocheta Cassiano (150108045)
<b>2002/03</b>	Paulo Aleluia (150198502)	<b>2011/12</b>	Válter Nóbrega Nunes (150109072)
<b>2003/04</b>	Rui Bico de Matos (150200026)	<b>2012/13</b>	Isabel Mesquita (150111231)
<b>2004/05</b>	Jorge Rabaça (150200039)	<b>2013/14</b>	Manuel Ken Gamito (150110056)
<b>2005/06</b>	Pedro Moreira (150100041)	<b>2014/15</b>	Luís Gomes Ferreira (150113023)
<b>2006/07</b>	Ana Rita Santos (150103049)	<b>2015/16</b>	Camila Botelho (150113176)
<b>2007/08</b>	Aurélio Martins (150103039)	<b>2016/17</b>	Vasco Madeira Sousa (150114158)
<b>2008/09</b>	Jorge Sucena (150106155)		

**Quadro III.15.** Presidentes da Associação de Antigos Alunos

<b>1978</b>	João Vala (40/72G)
<b>1991</b>	Alexandre Relvas (371/76G)
<b>1992</b>	Luís Palha (528/76G)
<b>1993</b>	Filipe de Botton (429/76G)
<b>2001</b>	Ana Beirão (8/78G)
<b>2004</b>	Francisco Calheiros (439/76G)
<b>2013</b>	Miguel Athayde Marques (108/72G)

### Quadro III.16. Galardoados pelo prémio carreira

---

2006: **Isabel Jonet** (804/77E) “pelo seu trabalho à frente do Banco Alimentar Contra a Fome”;

2007: **Sérgio Rebelo** (598/76E), professor de Finanças na Kellogg School of Management nos EUA, “pela sua brilhante carreira académica”;

2008: **António Horta Osório** (8/81G), CEO do Lloyds Bank, “pela sua extraordinária carreira internacional no setor financeiro”;

2009: **Carlos Melo Ribeiro** (24/72G) “pelo seu trabalho como Administrador-Delegado da Siemens Portugal”;

2010: **António Viana Batista** (286/75E) “pela sua distinta carreira internacional na área de Telecomunicações”;

2011: **Alexandre Relvas** (371/76G) e **Filipe de Botton** (429/76G) “pelo seu percurso como gestores e empreendedores na coliderança da Logoplaste”;

2012: **Miguel Villas-Boas** (68/79E) “reconhecido internacionalmente como líder nas áreas de Economia e Marketing”;

2013: **Luís Palha** (528/76G) “pela brilhante e diversificada carreira profissional”;

2014: **Joaquim Goes** (32/83G) “pela sua excecional carreira profissional na área de Gestão”;

2016: **Luis Amaral** (64/79G) “pelo seu percurso como empreendedor internacional”.

---

## Anexo IV – Investigação na Faculdade

### Quadro IV.1. Posição da FCEE nos rankings do *Financial Times*

Executive education world rankings	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Programas Intra Empresa	52	47	38	43	45	48	54	61	51
Programas de Incrição Aberta	46	44	50	52	54	51	42	40	38
Rank Combinado	42	39	37	43	46	46	43	45	38
MSc Business Administration rank.	-	-	-	-	65	64	52	49	59
Executive MBA European rankings	-	-	-	-	39	47	44	50	48
European Business School ranking	-	47	58	62	33	32	25	25	26

### Quadro IV.2. Artigos publicados em revistas internacionais com *referee*

1988	1989	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1	1	3	2	2	11	12	7	4	5	6	2	8
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
12	7	5	9	6	19	14	23	20	26	21	18	26

### Quadro IV.3. Conferências científicas realizadas na Faculdade

- 
- 1983 – *Economic and social partnership and incomes policy. Pacto social e política de rendimentos*, 15 e 16 de março.
- 1986 – *Real Business Cycles* (coorganizada com a Graduate School of Management da Universidade de Rochester), 16 a 18 de junho.
- 1990 – *17<sup>th</sup> Conference of the European Association for Research in Industrial Economics (EARIE)*, setembro.
- 1990 – *1<sup>st</sup> Summer School of the European Economic Association* com o tema “Unemployment in Open Economies”, setembro.
- 2002 – *XIII<sup>th</sup> Summer School of the European Economic Association* com o tema “Endogenous Fluctuations”, setembro.
- 2005 – *Intertemporal Equilibria, Aggregation and Sunspots: in honour of Jean-Michel Grandmont*, 30-31 de outubro.
- 2005 – *1st Bridging Operations and Marketing Conference: New Product Development*, 18-19 de dezembro.
- 2006 – *Annual Meeting da ASSET-Southern European Association for Economic Theory*, 2-4 de novembro.
- 2007 – *ICT, Transparency and Social Responsibility Conference* (coorganizada com a Carnegie Mellon University), 7 a 9 de novembro.
- 2009 – *Workshop: Frontiers in Entrepreneurship research: The interplay of the entrepreneur and the firm over their life cycles* (coorganizado com a Carnegie Mellon University). 9-10 de janeiro.
- 2009 – *Network Ethics: the new challenge in business, ICT and education* (coorganizada com a Carnegie Mellon University e a University of Northern Iowa), 23 a 25 de junho.
- 2010 – *17<sup>th</sup> International Annual EurOMA Conference Managing Operations in Service Economies* (realizada na Católica Porto Business School e coorganizada com a FCEE), 6-9 de junho.
- 2010 – *Workshop: Frontiers in Entrepreneurship research: Entrepreneurship, Innovation and Human Capital* (coorganizado com a Carnegie Mellon University), 17-18 de dezembro.
- 2012 – *1st Accounting Conference at CATÓLICA-LISBON*, abril.
- 2013 – *PET – Public Economic Theory Conference da Association for Public Economic Theory*, 5-7 julho.
- 2014 – *7th FACE Conference*, 15-16 dezembro.
- 2015 – Conferência internacional “Futuro de Portugal” em memória do Professor António Borges (coorganizada com a Alumni Association), 5 de março.
- 2015 – *2015 Accounting Conference – CATÓLICA|NOVA*, 22 de maio
- 2015 – *2015 SEI Faculty Workshop*, 15 maio.
- 2015** – *International Conference on Macrodynamics – Financial and real interdependencies: volatility, inequalities and economic policies*, 28-30 de maio.
- 2015 – *Annual Open and User Innovation Conference*, 13-15 julho.
-

## Capítulo 15

### Faculdade de Direito

Germano Marques da Silva

#### **1. O Curso de Direito. Da Faculdade de Ciências Humanas à Faculdade de Direito – 1976/1989**

**1.1.** Instituída canonicamente pelo Decreto N239/84/7, de 1.11.82, da Congregação para a Educação Católica, a Faculdade de Direito só em 1989 foi implementada de facto por deliberação do Conselho Superior da Universidade Católica, sendo reconhecida civilmente pelo despacho do Ministro da Educação N145/ME/89, de 24 de agosto. Foi seu primeiro Diretor o Prof. Doutor António Luciano de Sousa Franco.

A criação da Faculdade de Direito foi o resultado natural do desenvolvimento do Curso de Direito que desde 1976, em Lisboa, e 1977, no Porto, era lecionado na Faculdade de Ciências Humanas e resultou da reestruturação desta Faculdade, donde simultaneamente foi também destacada a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais.

O período conturbado que se viveu nas Universidades portuguesas, que se seguiu à Revolução de abril, particularmente nas duas Faculdades de Direito então existentes, provocou em vários sectores da sociedade mais de perto ligados ao Direito o temor pelo futuro da justiça em Portugal, dado que muitos dos professores das Faculdades de Coimbra e de Lisboa tinham sido saneados e substituídos, na grande maioria dos casos, por docentes sem suficiente preparação científica e carreira docente, sendo generalizadas as passagens meramente administrativas. Esta preocupação foi interpretada e assumida pelo então diretor da Faculdade de Ciências Humanas, Prof. Mário Fernando de Campos Pinto, de pronto acolhida pelo Magno Chanceler da Universidade, D. António Ribeiro, pelo Reitor Bacelar e Oliveira, e apoiada pelo Ministro da Educação Mário Sottomayor Cardia.

Em 1976, saídos do PREC, Mário Pinto pressentiu o interesse para o País da criação de um Curso de Direito, com Escolas em Lisboa e Porto, que, socorrendo-se de Professores prestigiados das Faculdades de Coimbra e Lisboa,

oferecesse um ensino de qualidade e desse modo pudesse constituir um incentivo para a normalização dos estudos nas Faculdades públicas, então em crise. Mário Pinto apresentou a sua ideia ao Ministro da Educação do 1.º Governo Constitucional, Sottomayor Cardia, que a acolheu como muito relevante e estimulou a criação do curso, concedendo para tanto um subsídio de 30 000 contos e apoio na implementação das questões jurídicas e administrativas que o novo curso implicava. Na ausência do Reitor, em viagem no estrangeiro, foi o Magno Chanceler quem autorizou o arranque do Curso, depois ratificado e estimulado pelo Reitor. O plano de estudos foi aprovado pelo despacho do Ministro da Educação N 224/77, de 4 de outubro, e a lecionação no Porto pelo despacho N303-A/77, de 20 de dezembro.

O então denominado Curso Superior de Direito iniciou-se em Lisboa, em outubro de 1976, com 120 alunos, e no Porto, em 1978, também com o *numerus clausus* de 120 alunos. Os candidatos, em Lisboa e Porto, excediam em muito as vagas fixadas, o que obrigou a uma cuidada e rigorosa seleção constituídas por provas de Filosofia, História e Aptidão Cultural, que vigoraram até que a admissão às Universidades passou a ser feita na base das classificações obtidas no ensino secundário.

Os cursos em Lisboa e Porto foram dirigidos até à criação da Faculdade pelos Diretores da Faculdade de Ciências Humanas: Professores Mário Pinto, Antunes Varela e Mário Júlio de Almeida Costa, coadjuvados em Lisboa até 1983 pelo Prof. João de Castro Mendes e no Porto até 1987 pelo Prof. João Batista Machado e depois, até à criação da Faculdade, pelo Prof. Roque Cabral.

**1.2.** O primeiro plano de estudos do Curso Superior de Direito iniciava-se com um ano propedêutico, o “ano Zero”, visando o aprofundamento de disciplinas então consideradas nucleares para os estudos de direito e a introdução dos estudantes nas áreas das ciências sociais e do direito<sup>1</sup>: Filosofia, História, Economia, Introdução às Ciências Sociais, Análise Económica, Introdução ao Estudo do Direito e Introdução à Ciência Política, cuja regência foi atribuída inicialmente a Carlos Silva, Vasco Pulido Valente, Hermes dos Santos, Mário Pinto, António Pinto Barbosa, João de Castro Mendes, Rui Machete Jorge Miranda e Germano Marques da Silva. À medida que o Curso ia avançando em Lisboa e no Porto, prestaram a sua colaboração docente muitos outros professores de

---

<sup>1</sup> Era o seguinte o plano dos estudos do “Ano Zero”: 1.º semestre: Filosofia I, História Contemporânea Portuguesa, Introdução às Ciências Sociais, Ciência Política e Introdução ao Estudo do Direito; 2.º semestre: Filosofia II, História das Instituições Jurídicas, Introdução à Economia, Introdução ao Direito Público e Introdução ao Direito Privado.

Coimbra e de Lisboa, e a própria direção da Faculdade de Ciências Humanas e o seu Curso Superior de Direito foi assumida nesse período pelos professores de Coimbra Doutores Antunes Varela (1980/1983) e Mário Júlio de Almeida Costa (1983/1989), contribuindo todos pelo seu elevado mérito acadêmico e dedicação para a afirmação, consolidação e prestígio do Curso.

A ideia motora de Mário Pinto para a criação do Curso de Direito na Universidade Católica tinha sido alcançada porque entretanto as Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa tinham restabelecido a normalidade do seu funcionamento e também porque o Curso de Direito na Católica contribuiu para a aproximação dos docentes dos três cursos de Direito então existentes, criando uma verdadeira comunidade de Mestres de Direito, pela colaboração e apadrinhamento que os professores de Coimbra e de Lisboa deram ao novel curso de Direito da Católica. Não será exagerado dizer que a Faculdade de Direito da Católica é filha adotiva ou pelo menos afilhada das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa.

**1.3.** Neste período de treze anos que antecedeu a criação da Faculdade de Direito, cujos principais eventos são registados no capítulo relativo à Faculdade de Ciências Humanas, importa aqui anotar breves apontamentos que merecem relevo especial: a abertura solene do Curso Superior de Direito no Porto, a publicação da revista *Direito e Justiça*, a conferência internacional *Economic and Social Partnership and Incomes Policy*, os Cursos de Mestrado em Direito e o primeiro doutoramento *honoris causa*.

Não foi sem dificuldades a abertura do Curso de Direito no Porto. D. António Ferreira Gomes entendia não ser prioritária para a Diocese e para a Universidade Católica a abertura do Curso de Direito, advogando que antes deveria ser resolvida a integração do Instituto de Ciências Teológicas na Faculdade de Teologia e que o Direito não deveria erigir-se numa Escola isolada doutros saberes, além de dificuldades para a instalação do curso. Breve se rendeu, porém, aos argumentos de Mário Pinto e de Carvalho Guerra, caloroso defensor da lecionação do Curso no Porto, constituindo a primeira extensão da Universidade Católica ao Porto que entusiasticamente defendia no Conselho Superior a que pertencia. Ultrapassada a resistência inicial, o Senhor Bispo do Porto foi um grande apoiante do Curso, disponibilizando o edifício da Torre da Marca para o início das aulas e mais tarde a Quinta do Paraíso, na Foz, onde atualmente tem a sua sede o Centro Regional do Porto, e acompanhando sempre com muito empenho as suas atividades. Sinal do bom acolhimento foi a lição inaugural do Curso proferida pelo Senhor D. António, na Biblioteca do Seminário Maior do Porto, que tem por título “A Sociedade o Trabalho: Democracia,

Sindicalismo, Justiça e Paz”, publicada no primeiro número da revista *Direito e Justiça*<sup>2</sup>. A lecionação de um curso de direito no Porto foi calorosamente acolhida não só pela comunidade jurídica mas também pelas forças vivas da cidade. Era o primeiro Curso de Direito lecionado em Portugal a norte do Mondego, aspiração de muitos e de há muito reivindicada.

Quase desde o início de funções como Diretor Académico, em Lisboa, o Professor João de Castro Mendes vinha a propor ao Diretor da Faculdade a publicação de uma revista jurídica que servisse de estímulo à divulgação da produção científica dos docentes do Curso. A lição inaugural do Curso no Porto foi o pretexto decisivo para a criação da revista porque se entendeu que o notável texto do Senhor Bispo do Porto deveria ser recolhido para a posteridade numa publicação intimamente ligada ao Curso de Direito da Católica. Assim nasceu, em 1980, a revista *Direito e Justiça*, sendo João de Castro Mendes o seu primeiro Diretor e Germano Marques da Silva o Secretário Executivo.

O n.º 1 da *Direito e Justiça* contém o texto da lição proferida pelo Senhor D. António Ferreira Gomes na abertura solene do 1.º Curso de Direito da Universidade Católica, no Porto, e artigos de Mário Pinto, Mário Júlio de Almeida e Costa, João de Castro Mendes, José de Oliveira Ascensão, Jorge Miranda, Clovis V. do Couto e Silva, Paulo M. Sendim, Germano Marques da Silva e Luís Brito Correia.

O Estatuto Editorial da revista, que se mantém o mesmo desde o 1.º número, reza assim: “A Revista *Direito e Justiça* pretende dar a contribuição que esteja ao seu alcance para a renovação do pensamento jurídico português, a partir de sólidas bases de rigor científico e de uma segura fundamentação axiológica, de expressão personalista e cristã”. Na nota de abertura da revista, a sua Direção escreveu então, a modos de complemento do Estatuto Editorial: “A revista que ora se lança integra-se no trabalho comum dos juristas por orientar a sociedade para a Justiça. Pretendemos que a revista busque o reino de Deus e a sua Justiça. Deus decidirá o que lhe será acrescentado. E note-se que, se a queremos de um modo geral conforme ao Magistério da Igreja, como compete a um órgão da Universidade Católica, não enjeitamos artigos e escritos contrários, se provierem de espírito científico e de boa-fé.” O Estatuto Editorial da Revista revelava o espírito que informava o Curso de Direito.

**1.4.** Em 1980 foi criado na Universidade, em estreita ligação com o Curso de Direito, mas com grande autonomia, o Centro de Direito Comercial e de Direito da Economia, dirigido pelo Prof. Doutor Paulo Melero Sendim. Dos

---

<sup>2</sup> Volume I, número 1, 1980.

trabalhos do Centro resultou a publicação de Códigos Comerciais anotados, com um estilo de anotações original à semelhança do praticado na Alemanha. Estes Códigos foram ao tempo da sua publicação sucessos editoriais.

**1.5.** Em 15 e 16 de março de 1983, realizou-se na Faculdade de Ciências Humanas a conferência internacional *Economic and Social Partnership and Incomes Policy*, em cujo programa, constituído por matérias transversais aos Cursos de Economia, Administração e Direito lecionados na Faculdade, se discutia o *pacto social, política de rendimentos, doutrina social da Igreja, experiência austríaca de pacto social e perspectivas futuras de pacto social e políticas de rendimento em Portugal*. A atenção da conferência, que teve como principais coordenadores Aníbal Cavaco Silva e Mário Pinto, professores de economia e de direito, respetivamente, centrou-se na análise da inflação, então muito alta em Portugal, do emprego, da relação salários-preços e da concertação social<sup>3</sup>, tendo o então Diretor da Faculdade, Doutor Antunes Varela, posto em relevo na sua intervenção a deslocação que estava a ocorrer para o âmbito das ciências políticas e sociais das matérias que antes eram do domínio da política social e a associar as ciências políticas e sociais à definição da política global de rendimentos. Foi um evento marcante na vida da Faculdade para os cursos de administração de empresas, economia e direito, que nela eram então ministrados.

**1.6.** Os primeiros licenciados em Direito na Católica (Lisboa) concluíram o Curso no ano letivo de 1981/1982, e receberam os seus diplomas em cerimónia solene realizada em 1983, presidida pelo Magno Chanceler. Importava assegurar aos que desejassem seguir a carreira académica a obtenção dos graus seguintes e para tanto, logo no ano letivo de 1982/1983, foi criado o mestrado em Direito, aprovado pela Portaria N314/82, de 24 de março, na sequência da redefinição pelo Decreto-Lei n.º 263/80 dos graus académicos concedidos pelas universidades portuguesas.

Em 1986, sob parecer do Prof. Manuel Cavaleiro de Ferreira, já então professor de Direito Penal e de Processo Penal no Curso de Direito, foi atribuído o primeiro doutoramento *honoris causa* em Direito ao Prof. Paul Mikat, eminente jurista alemão, Presidente da Goerres-Gesellschaft zur Pflege der Wissenschaft e grande benfeitor da Universidade Católica.

---

<sup>3</sup> Na sua intervenção na conferência, Mário Pinto preferiu a expressão “concertação social” à então mais corrente “pacto social”, expressão que fez carreira neste âmbito e ainda hoje é dominante em Portugal.

Acontecimento de relevo neste período foi a inauguração, em 31 de outubro de 1986, das novas instalações do Centro Regional do Porto, na Quinta do Paraíso, na Foz, onde desde o ano letivo de 1979/1980 funcionava em condições precárias o curso de Direito.

De registar também que ainda neste período, alguns dos licenciados na Católica, por falta de vagas no seu corpo docente em razão da sua pequena dimensão, concorreram e foram admitidos à docência noutras Escolas, nomeadamente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde foram sempre bem acolhidos e integram o seu corpo docente. A cooperação entre as Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa e o Curso de Direito da Católica foi desde o início muito estreita, como já referido, e ainda hoje se mantém, alargado agora a outras Escolas de Direito que entretanto foram criadas.

## **2. A criação da Faculdade de Direito (1989) e os mandatos do seu primeiro diretor (1989/1995)**

**2.1.** A criação da Faculdade de Direito foi o resultado natural do desenvolvimento do Curso de Direito que desde 1976, em Lisboa, e 1977, no Porto, era lecionado na Faculdade de Ciências Humanas e resultou da reestruturação desta Faculdade em 1989. Instituída canonicamente pelo Decreto N239/84/7, de 1.11.82, da Congregação para a Educação Católica, a Faculdade de Direito só em 1989 foi implementada de facto por deliberação do Conselho Superior da Universidade Católica, sendo reconhecida civilmente pelo despacho do Ministro da Educação N145/ME/89, de 24 de agosto. Foi seu primeiro Diretor o Prof. Doutor António Luciano de Sousa Franco.

**2.2.** Em setembro de 1989 o Magno Chanceler nomeou Diretor da Faculdade de Direito o Prof. António de Sousa Franco que constituiu um Conselho de Direção de que faziam parte o Professor Roque de Aguiar Cabral, SJ, como seu delegado no Porto, e os assistentes Germano Marques da Silva e Paulo Manuel Olavo de Pitta e Cunha. Em dezembro de 1992, o Prof. Sousa Franco foi reconduzido no cargo de Diretor e o Conselho de Direção passou a ser constituído também pelo Prof. Doutor Roque Cabral, responsável pelo Curso de Direito do Porto, com poderes delegados do Diretor para a gestão corrente e coordenação dos órgãos próprios do Curso do Porto, pelo Prof. Doutor Germano Marques da Silva, com as funções de Secretário do Conselho, e pelo vogal Mestre Paulo Olavo de Pitta e Cunha. Em março de 1993 passou também a integrar o Conselho de Direção o Lic. António Pinho de Telles. O Prof. Sousa Franco cessou as suas funções de Diretor da Faculdade em outubro de

1995 por ter assumido o cargo de Ministro das Finanças do XIII Governo Constitucional.

Os mandatos do Prof. Sousa Franco (1989-1995) caracterizaram-se pela criação das estruturas da novel Faculdade – Conselho de Direção, Conselho Científico e Conselho Pedagógico. Neste período são aprofundadas as relações com as estruturas do Centro Regional do Porto, nomeadamente através do delegado do Diretor, Prof. Roque Cabral, e reuniões periódicas frequentes com os docentes. Era então preocupação do Diretor a unidade da Faculdade, sem prejuízo da autonomia adequada à inserção geográfica dos Cursos em Lisboa e no Porto e à circunstância de o Curso de Direito no Porto estar inserido num Centro Regional com grande autonomia administrativa e financeira relativamente à Faculdade e grande dinamismo regional impulsionado pelo Prof. Carvalho Guerra, Presidente do Centro Regional do Porto.

Neste período foi muito apoiada pelo Diretor a Associação de Estudantes da Faculdade Direito (Lisboa), considerada um fator de dinamização da Faculdade pelos alertas e reivindicações que veiculava, pelo estreitamento de relações com estudantes de outras Faculdades da Universidade Católica e de outras Universidades e sobretudo por poder constituir uma escola de futuros dirigentes. Destacaram-se como Presidentes da Associação os estudantes Francisco Cortês, Tiago Pitta e Cunha, Henrique Salinas, António Jorge Duarte, Paulo Figueiredo Carvalho e Rui Pedro Luís. Também a adesão dos estudantes ao programa Erasmus mereceu especial apoio. Neste âmbito, de organizações de estudantes e suas atividades, o Porto tomou sempre a dianteira.

**2.3.** Importa ainda assinalar no mandato do Prof. Sousa Franco a preocupação com a criação de um corpo docente próprio e autónomo para o que os assistentes foram incentivados a prepararem o mestrado e doutoramento, sendo-lhes concedidas para o efeito licenças de serviço sem perda de retribuição.

É ainda neste mandato que se realizaram na Faculdade os primeiros doutoramentos em Direito: Germano Marques da Silva (1991), Luís Carvalho Fernandes (1993), Manuel Afonso Vaz (1993), Maria da Glória Garcia (1994), Pedro Romano Martinez (1994) e Américo Taipa de Carvalho (1995). Também José Manuel Engrácia Antunes, assistente da Faculdade, no Curso lecionado no Porto, obteve em 1992 o grau de Doutor pelo European University Institute. Estavam dados os primeiros passos para a constituição de um corpo docente próprio e autónomo do Curso de Direito nas escolas de Lisboa e do Porto.

**2.4.** Em reunião do Conselho Superior foi aprovada em 10.11.89 a criação do Instituto dos Direitos do Homem, autónomo administrativamente, mas

intimamente ligado à Faculdade e que foi sempre dirigido pelo Prof. Doutor Jorge Miranda.

### **3. Mandatos do segundo diretor da Faculdade (1995/2002)**

**3.1.** Com a saída do Prof. António de Sousa Franco para assumir o cargo de Ministro das Finanças do XIII Governo Constitucional, foi nomeado Diretor da Faculdade, em 27 de outubro de 1995, o Doutor Germano Marques da Silva. O Conselho de Direção passou então a integrar o Doutor Roque de Aguiar Cabral, responsável pelo Curso de Direito do Porto, o Doutor Luís Alberto de Carvalho Fernandes e os Mestres Vasco Manuel Pascoal Dias Pereira da Silva, Paulo Miguel Olavo de Pitta e Cunha e Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão, e em 1997 passou a integrar também o Mestre Pedro Sá Carneiro Furtado Martins.

O Doutor Germano Marques da Silva foi reconduzido como Diretor da Faculdade em dezembro de 1998 e o Conselho de Direção passou a ser constituído pelo Doutor Luís Carvalho Fernandes, na qualidade de Diretor-Adjunto e Professor Secretário, Doutor Manuel Afonso da Silva Pereira Vaz, na qualidade de Diretor-Adjunto e responsável pelo Curso do Porto, e como vogais os Doutores Vasco Manuel Pereira da Silva e Júlio Manuel Vieira Gomes. A partir de março de 1999 passaram a integrar o Conselho de Direção os Mestres Rui Pedro Costa Melo Medeiros, Pedro de Sá Carneiro Furtado Martins, Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão, Maria Rita Aranha da Gama Lobo Xavier, Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria e Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão, os três primeiros com responsabilidade especial no Curso de Lisboa e os demais no Curso do Porto.

**3.2.** Nos dois mandatos do Diretor Germano Marques da Silva foram prosseguidas e aprofundadas as linhas orientadoras que vinham da direção anterior com especial empenho na formação do corpo docente.

A Faculdade tinha um corpo docente muito qualificado, constituído em grande parte por prestigiados professores de Coimbra e de Lisboa, que com ela colaboravam desde o início do Curso, lecionando em Lisboa e no Porto, mas impunha-se a constituição de um corpo docente próprio, não só para poder afirmar a sua autonomia no contexto universitário do Direito, mas também para poder alargar a oferta de cursos de atualização permanente e de pós-graduação e assegurar a leção das disciplinas jurídicas dos cursos das outras Faculdades da Universidade Católica, o que exigia mais disponibilidade dos docentes. Acrescia que vários dos docentes oriundos de Coimbra e de Lisboa

eram já professores jubilados ou, por pertencerem aos quadros das Faculdades de Coimbra e de Lisboa, tinham disponibilidade limitada para colaborar na realização dos projetos que a Direção da Faculdade pretendia concretizar.

Em vista à realização do objetivo da criação de um corpo docente próprio, mas necessariamente também qualificado, foram tomadas medidas para o cumprimento das exigências próprias da carreira académica com a aprovação pelo Reitor Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz de um “Regime excepcional de aplicação de normas estatutárias relativas à carreira docente” em que foram estabelecidos prazos máximos para a conclusão dos mestrados e doutoramentos dos assistentes. Findos que fossem os prazos transitórios estabelecidos no regime excepcional, os assistentes que não tivessem obtido os graus exigíveis para a carreira só poderiam continuar a lecionar provisoriamente na qualidade de docentes visitantes e em regime de tempo parcial. Para facilitar a dedicação dos mais jovens à carreira docente em exclusividade foi instituído o regime de dedicação exclusiva reforçado, que consistia numa remuneração acrescida aos assistentes que optassem pela exclusividade da carreira docente e se comprometessem a empenhar-se na obtenção dos graus académicos em conformidade com as normas estatutárias. Para tanto foram significativamente facilitadas e incentivadas as dispensas de serviço docente dos assistentes para se habilitarem com os graus académicos exigíveis para a progressão na carreira académica. Foi então também estabelecido um prazo transitório de 5 anos findo o qual o limite de idade para a lecionação na licenciatura seria de 70 anos e nos mestrados e doutoramentos de 75 anos.

Algumas das medidas referidas anteriormente, cuja necessidade era reconhecida pelos órgãos superiores da Universidade e pela Direção da Faculdade, foram difíceis de assumir, provocando o descontentamento de alguns dos docentes por elas atingidos, porventura pela injustiça relativamente a alguns dos colaboradores muito dedicados e que tinham sido dos primeiros docentes do Curso, mas constituíram um estímulo muito importante para a formação, findo o tempo de transição, de um corpo docente próprio e com os graus académicos exigidos pelos Estatutos da Universidade e Estatuto da carreira docente do ensino superior universitário.

**3.3.** Realizaram-se durante este mandato os doutoramentos de Vasco Pereira da Silva (1996), Maria João Estorninho (1996)<sup>4</sup>, José Carlos Brandão Proença

---

<sup>4</sup> A Doutora Maria João Estorninho, assistente no Curso de Direito em Lisboa, realizou o seu doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É licenciada pela Universidade Católica e Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(1997), Júlio Gomes (1998), Rui Medeiros (1999), Rita Lobo Xavier (1999)<sup>5</sup>, Mário Aroso de Almeida (2001), Diaulas Costa Ribeiro (2002), José Azeredo Lopes (2002) e José Manuel Damião da Cunha (2002). Também Bernardo da Gama Lobo Xavier, docente da Faculdade, obteve o doutoramento em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2000).

O corpo docente próprio e com os graus académicos exigíveis pelo Estatuto da Carreira Docente começa a ganhar corpo na Faculdade.

**3.4.** Neste período, sob a direta responsabilidade do vogal da direção Vasco Pereira da Silva, aprofundou-se o relacionamento institucional da Faculdade com várias Universidades estrangeiras nos domínios dos programas Erasmus, mas não só. Foram encetadas também relações com Universidades brasileiras e com a Universidade Católica de Angola e realizados dois colóquios luso-brasileiros sobre direitos humanos nas instalações da Faculdade, em Lisboa e no Porto, e nas instalações do Supremo Tribunal de Justiça brasileiro, em Brasília.

Em 2000 foram conferidos a professores de universidades brasileiras três doutoramentos *honoris causa*: Francisco dos Santos Amaral Neto, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paulo José da Costa Jr, professor da Universidade Federal de São Paulo, e Luiz Vicente Cernichiaro, professor da Universidade de Brasília. A *laudatio* dos dois primeiros foi proferida pelo Prof. Mário Júlio de Almeida Costa e do último pelo Prof. Germano Marques da Silva. Foi também concedido o grau de Doutor *honoris causa* a Hilmar Fenge, professor da Universität Hannover, mas por dificuldade de deslocação do homenageado a imposição das insígnias doutorais só se realizou em 31 de janeiro de 2003, sendo a *laudatio* proferida pelo Doutor Vasco Pereira da Silva.

**3.5.** Entre 1995 e 2002 não foram feitas alterações significativas nos planos de estudo dos Cursos, mas tão-só ajustamentos ditados pela disponibilidade de docentes. Organizaram-se, porém, em horário pós-laboral, vários cursos de atualização e de pós-graduação (*v.g.*, direito penal, processo penal, ambiente, insolvências, responsabilidade dos gestores, responsabilidade civil, direito rodoviário, contraordenações, contabilidade para juristas) em que se empenharam a generalidade dos docentes mais novos; foi também um modo de obter um acréscimo da remuneração para os docentes que se dedicavam exclusivamente à Faculdade e participavam nestes cursos.

---

<sup>5</sup> A Doutora Maria Rita Aranha da Gama Lobo Xavier, assistente no Curso de Direito no Porto, realizou o seu doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Faculdade onde também se licenciou e obteve o grau de mestre.

Merece registo o início, em 1997, da lecionação no Porto do Mestrado em Direito

Também neste mandato foi instituído o regime de tutoria dos estudantes do 1.º ano do Curso, coordenado pela Prof. Maria João Estorninho, que contava com a colaboração de docentes da Faculdade e Advogados licenciados na Católica. Foi também criada a Associação dos Antigos Estudantes de Direito da Universidade Católica, sendo seu 1.º presidente o antigo aluno João Perry da Câmara.

**3.6.** No fim deste período a Faculdade contava já no seu corpo docente com 14 professores próprios com o grau de Doutor em Direito, continuando a contar com a colaboração de outros professores oriundos de outras Universidades.

É de registar que em 1998 a Faculdade foi classificada entre as dez melhores Faculdades de Direito europeias, com base num estudo realizado por 15 institutos de sondagem e publicado no jornal suíço *Le Matin* e na revista alemã *Der Spiegel*<sup>6</sup>, o que constituiu também um valioso estímulo para as reformas que foram realizadas no mandato da Direção seguinte.

#### **4. Mandato do terceiro diretor da Faculdade (2002/2005)**

**4.1.** Pelo Decreto MC-2/2002 do Magno Chanceler, de 16 de maio de 2002, foi nomeado Diretor da Faculdade o Doutor Rui Pedro Costa Melo Medeiros e sob sua proposta, pelo Despacho do Reitor NR-74/2002, de 20 de maio, foi nomeado o Conselho de Direção constituído pelo Doutor José Augusto Quelhas Lima Engrácia Antunes, na qualidade de Diretor-Adjunto, Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, como Secretário da Faculdade, e pelos Doutores Júlio Manuel Vieira Gomes e Mário António Sousa Aroso de Almeida e pelos Mestres José Alberto Azeredo Ferreira Lopes e José Augusto Preto Xavier Lobo Moutinho, como vogais. Foram então também constituídos, pelo Despacho do Reitor NR-95/2002, Conselhos de Direção para os Cursos de Lisboa e do Porto, sendo o Conselho de Lisboa integrado pelos Mestres António José Bastos Nunes de Carvalho, Luís Paulo Barreto Xavier, Henrique João Martins Gomes Salinas Monteiro, Henrique Mário Nunes Sousa Antunes e pela Licenciada Maria Rita Camarate de Campos Lynce de Faria, e o Conselho do Porto pelo Mestre Manuel Carneiro da Frada Marques de Sousa e pela Licenciada Maria Daniela Farto Baptista. Em julho de 2003 passou a integrar

---

<sup>6</sup> Publicado também no *Diário Económico* de 5 de maio de 1998.

o Conselho de Direção do Curso de Lisboa a Mestre Rita Howorth Barbosa Cruz Froes.

Em novembro de 2003 foram exonerados a seu pedido dos cargos que exerciam no Conselho de Direção da Faculdade os Doutores José Augusto Engrácia Antunes, Júlio Vieira Gomes e José Alberto Azeredo Lopes e nomeados o Doutor Mário Aroso de Almeida, como Diretor-Adjunto, o Doutor José Manuel Damião da Cunha e a Mestre Maria Filipa Pires Urbano Costa Calvão como vogais. Ainda neste mandato foi nomeado, em julho de 2004, para o Conselho de Direção do Curso de Direito em Lisboa o licenciado Pedro Maia Garcia Marques.

**4.2.** Este mandato caracteriza-se essencialmente pelas profundas reformas realizadas na estrutura da Faculdade e reformulação dos planos dos cursos das Escolas de Lisboa e Porto, antecipando o regime que veio a ser consagrado pela Declaração de Bolonha. A Direção prosseguiu a aposta que vinha da direção anterior, da qual o Doutor Rui Medeiros tinha sido membro, na formação de um corpo docente próprio e autónomo em Lisboa e no Porto, e procedeu à preparação da reforma da Faculdade, adaptando a sua estrutura à realidade que se vinha a consolidar progressivamente desde a criação da Faculdade.

A reforma curricular do Curso e das estruturas e órgãos nacionais e regionais da Faculdade foram muito importantes em ordem à preparação para os desafios que se avizinhavam com as reformas impostas pela Declaração de Bolonha.

**4.3.** Em 14 de outubro de 2004 a Faculdade aprovou uma proposta de novo Regulamento da Faculdade, que foi aprovada pelo Reitor pelo Despacho NR-R050/2005, de 14 de março, em que se adotou uma estrutura federal com duas Escolas a funcionarem de forma descentralizada; a Escola de Lisboa no *campus* da Palma de Cima e a Escola do Porto no *campus* da Foz. Na nova estrutura passaram a ser órgãos nacionais da Faculdade o Diretor da Faculdade, o Conselho de Direção Nacional e o Conselho Científico Plenário.

Passaram a constituir assuntos de âmbito nacional, da competência dos órgãos nacionais: *a)* princípios estruturantes do pano curricular, do regime de avaliação de conhecimentos e do sistema classificatório; *b)* princípios estruturantes do programa de mestrado e de doutoramento e constituição dos respetivos júris; *c)* recrutamento de professores; *d)* unidades de investigação e desenvolvimento; *e)* Revista *Direito e Justiça* e outras publicações científicas periódicas; *f)* mobilidade de docentes e estudantes entre Lisboa e Porto; *g)* parcerias ou colaborações não ocasionais com outras faculdades de direito

nacionais; *h*) linhas estratégicas da política das relações internacionais; *i*) símbolos de representação institucional; *j*) outros assuntos considerados de interesse nacional pelo Conselho de Direção Nacional.

O Conselho de Direção Nacional passou a ser constituído pelo Diretor da Faculdade e pelos diretores das duas Escolas, bem como por igual número de vogais de cada uma das Escolas.

A competência do Diretor da Faculdade foi limitada, competindo-lhe: *a*) pronunciar-se sobre a escolha dos diretores das duas unidades básicas (Escolas de Lisboa e Porto); *b*) propor ao Reitor, sob proposta dos diretores das duas Escolas, os membros dos conselhos de direção regional que integram o Conselho de Direção Nacional; *c*) convocar, fixar a ordem do dia e presidir ao Conselho Científico Plenário e ao Conselho de Direção Nacional; *d*) Fomentar o bom relacionamento e espírito comunitário entre todos os membros da Faculdade e, em especial, entre as suas unidades básicas.

O Conselho Científico Plenário integra agora todos os professores catedráticos, associados e auxiliares que integram o quadro da Faculdade e exercem as suas funções em regime de tempo integral ou de dedicação plena e reúne alternadamente em Lisboa e no Porto. A sua competência é delimitada pelos assuntos classificados como de âmbito nacional.

Cada unidade básica da Faculdade (Escolas) passou a ter órgãos regionais próprios: Diretor da Escola, conselhos de direção regionais e conselhos científicos regionais.

**4.4.** Doutoraram-se durante este mandato os assistentes: José Lobo Moutinho (2004), Luís Fábrika (2004), Rui Duarte Morais (2004) e António Agostinho Guedes (2005). Também se doutorou Paulo Pinto de Albuquerque (2003), à data juiz de Direito e que após o doutoramento passou a integrar o corpo docente da Faculdade.

**4.5.** Em 2002 foi criado na Escola de Lisboa o Gabinete de Estudos do Trabalho, agrupando todos os docentes que na Escola se dedicavam ao Direito do Trabalho e que foi dirigido pelo Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier até à sua jubilação.

## 5. Mandatos de 2005/2008 e 2008/2011. Direção da Faculdade e das Escolas de Lisboa e do Porto

5.1. O mandato dos titulares dos órgãos para o período de 2005/2008 obedeceu já à nova estrutura da Faculdade, aprovada no fim do mandato da Direção presidida pelo Prof. Rui Medeiros.

Pelo Decreto MC-6/2005, de 25 de maio, o Magno Chanceler nomeou Diretor da Faculdade o Doutor Germano Marques da Silva, e pelo Despacho NR-N153/2005, da mesma data, o Reitor nomeou Diretor da Escola de Lisboa o Doutor Luís Manuel da Costa Sousa da Fábrica e Diretor da Escola do Porto o Doutor José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes. Em julho pelo Despacho NR-N204/2005, o Reitor nomeou os vogais do Conselho de Direção da Escola de Lisboa – os Mestres Luís Paulo Barreto Xavier e Maria João Esteves de Matias Fernandes e o Licenciado Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias – e do Conselho de Direção da Escola do Porto – Mestres António Agostinho Cardoso Conceição Guedes, Sofia Oliveira Pais Cunha, Marta Vaz Canavarro Portocarrero de Carvalho, Mário Luís de Melo Rocha e Maria Daniela Farto Baptista e os Licenciados José Paulo Magalhães Correia de Matos e Nuno Maria Herculano Pinheiro Torres. O Conselho de Direção da Escola de Lisboa foi ainda integrado em outubro de 2005 pelo Mestre Jorge Manuel Pereira da Silva. E em dezembro como Adjunta do Diretor pela Mestre Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão que viria a ser substituída a seu pedido em outubro de 2006 pela Mestre Tatiana Filipa de José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes Batalha e Guerra Almeida.

Tendo ficado vago o cargo de Diretor da Escola do Porto em virtude de o Doutor José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes ter assumido funções públicas fora da Faculdade, por Despacho de 8 de março o Reitor atribuiu ao Diretor da Faculdade, Doutor Germano Marques da Silva, o encargo de desempenhar transitoriamente e em acumulação as funções de Diretor da Escola do Porto, mas logo em junho foi nomeado Diretor da Escola do Porto o Doutor António Agostinho Cardoso Guedes.

Em maio de 2008 foram reconduzidos para mais um mandato o Diretor da Faculdade, Doutor Germano Marques da Silva e os Diretores das Escolas de Lisboa e do Porto, Doutores Luís Manuel Sousa da Fábrica e António Agostinho Guedes, respetivamente, e todos os demais membros dos Conselhos de Direção das Escolas de Lisboa e do Porto. Em outubro de 2010 passou a integrar o Conselho, como Adjunta do Diretor da Escola de Lisboa e membro do Conselho de Direção da Escola a Mestre Joana Helena Cepeda Liberal da Mota Arnault em substituição da Mestre Tatiana Filipa Almeida.

Em março de 2009, pelo Despacho NR/N/0196/2009, o Reitor nomeou para o cargo de Diretor da “Católica Global School of Law” o Mestre Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier.

**5.2.** Os dois mandatos que decorreram de 2005 a 2011 caracterizaram-se pela acomodação da nova estrutura da Faculdade decorrente da reforma que tinha sido aprovada no mandato anterior. A par da autonomia das Escolas de Lisboa e do Porto era essencial manter e aprofundar a unidade fundamental da Faculdade, o que se veio a revelar mais fácil do que inicialmente se previa e cujo sucesso resultou do bom relacionamento entre os três diretores, da Faculdade e de ambas as Escolas, da realização das reuniões do Conselho Científico Plenário alternadamente em Lisboa e no Porto, da intensificação da participação dos docentes de uma Escola nas atividades docentes da outra e da maior disponibilidade do Diretor da Faculdade para se dedicar aos assuntos de âmbito nacional que, dispensado que estava agora das tarefas de gestão académica e administrativa de cada Escola, especialmente da Escola de Lisboa que antes da reforma acumulava, passou a deslocar-se quinzenalmente ao Porto, onde passou, aliás, a lecionar uma disciplina de mestrado.

Prosseguiu-se e intensificou-se o propósito de criar na Faculdade um corpo docente autónomo, sem prejuízo da abertura à colaboração para iniciativas pontuais de professores de outras Universidades, o que efetivamente se verificou findos os mandatos ora em referência. Concluíram o seu doutoramento 17 assistentes da Faculdade, comprovando a eficácia do “Regime excecional de aplicação de normas estatutárias relativas à carreira docente”, decretado pelo Reitor Manuel Braga da Cruz em 2001.

**5.3.** Neste período, obtiveram o grau de Doutor, 17 assistentes nas Escolas de Lisboa e do Porto: Cláudia Dias Soares (2006), Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão (2007), Pedro Manuel Pena Chancerelle de Machete (2007), António Ulisses Cortês (2009), Maria da Conceição Fonseca Ferreira da Cunha (2009), Paulo Miguel Olavo de Pitta e Cunha (2009), Raquel Duarte Carvalho (2009), Maria de Fátima da Silva Ribeiro (2009), Maria Clara Pereira de Sousa Santiago Sottomayor (2009), Sofia Oliveira Pais Cunha (2009), Henrique Mário Nunes de Sousa Antunes (2010), Raul Guichard Alves (2010), Maria de Fátima Morais Gomes (2010), Sandra Catarina Nunes de Oliveira Carvalho (2010), Carlos Manuel de Morais Pires Sardinha (2010), Amparo Sereno Rosado (2010) e Joana Maria de Vallera de Macedo Pinto e Vasconcelos (2011). Além destes, que exerciam funções docentes nas Escolas de Lisboa e do Porto, concluíram também o doutoramento neste período, os magistrados Álvaro da Cunha

Gomes Rodrigues (2009), Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita (2010), Maria de Fátima Mata-Mouros de Aragão Soares Homem (2011) e André Luiz Nicolitt (2011), magistrado brasileiro.

Em 2 de fevereiro de 2007 foi atribuído o doutoramento *honoris causa* a Rui Manuel Chancerelle de Machete, à data Ministro dos Negócios Estrangeiros, que foi um dos primeiros docentes do Curso de Direito da Católica, logo no ano “Zero”. A *laudatio* foi feita pelo Doutor Jorge Miranda e em razão do seu impedimento por doença foi lida pelo Doutor Germano Marques da Silva.

Também neste período realizaram as primeiras provas de agregação os Professores da Faculdade Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier (2008), Doutora Maria da Glória Dias Garcia, Doutor Germano Marques da Silva (2009) e o Doutor Paulo Pinto de Albuquerque (2011).

**5.4.** Durante estes mandatos procedeu-se à adaptação a Bolonha dos Mestrados em Direito que já eram lecionados em Lisboa e Porto e passou a lecionar-se o Mestrado em Direito e Gestão, mestrado pioneiro nas Universidades portuguesas. Também foi reformulado o programa de doutoramento em Direito, passando a ter uma parte letiva com a duração de um ano e projeto de doutoramento submetido a aprovação de um júri constituído por professores de Lisboa e Porto.

**5.5.** Em 2006 a Escola de Lisboa começou a lecionar um LL.M em International Business Law, o primeiro programa de LL.M em Portugal, integralmente lecionado em inglês, e em 2009 foi criada a Católica Global School of Law que se tem posicionado como a escola internacional de referência no ensino de Direito transnacional em Portugal.

A Católica Global School of Law leciona dois programas de formação avançada: “LL.M. Law in a European and Global Context” e “Advanced LL.M in International Business Law”. Ambos os programas são integralmente lecionados em inglês e maioritariamente frequentados por alunos estrangeiros, contando com reconhecidos professores americanos e europeus, uma rede alargada de parcerias internacionais que promovem a mobilidade internacional e a obtenção de um Double Degree como King’s College London, Cornell University Law School, Michigan Law School, entre outras escolas de direito estrangeiras.

Logo em 2010 os programas de LL.M da Católica foram reconhecidos pelo *Financial Times* como os mais inovadores, reconhecimento que se tem repetido nos anos seguintes (Financial Times Innovative Law Schools Report).

A criação da Católica Global School of Law significou a concretização do projeto de abertura ao mundo em que viria a desempenhar papel decisivo

na consolidação dos cursos e nas relações com universidades estrangeiras o seu primeiro Diretor, o Mestre Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier.

## **6. Mandato de 2011 a 2014 – Diretora Doutora Maria da Glória Dias Garcia e Diretor Doutor Mário António Sousa Aroso de Almeida**

**6.1.** Pelo Decreto MC-10/2011, de 26 de julho de 2011, o Magno Chanceler nomeou Diretora da Faculdade de Direito a Doutora Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia e por Despacho do Reitor NR/N/0809/2011, de 27 de julho, foram nomeados os diretores das Escolas de Lisboa e Porto, Doutor Henrique Mário Nunes Sousa Antunes e António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes, respetivamente.

O Conselho de Direção da Escola de Lisboa foi então integrado pelo Doutor Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo, Mestre Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias, e pelos licenciados Maria Gabriela Páris Fernandes e Armando Luís Silva Rocha. O Conselho de Direção da Escola do Porto era então composto pelo Diretor e pelas Doutoradas Maria Paula Bonifácio Leite Ribeiro de Faria, Sandra Catarina Nunes de Oliveira Carvalho e Sofia Oliveira Paz Cunha.

Em outubro de 2012, a Diretora da Faculdade, Doutora Maria da Glória Ferreira Pinto Dias Garcia assumiu o cargo de Reitora da Universidade Católica Portuguesa, mas manteve a acumulação dos dois cargos até setembro de 2013. Na sequência do pedido de demissão apresentado em 6 de setembro pelo Diretor da Escola de Lisboa, Doutor Henrique Sousa Antunes, foram reconstituídos os cargos de direção da Faculdade e das duas Escolas, sendo nomeados Diretor da Faculdade o Doutor Mário António Sousa Aroso de Almeida (Despacho MC-7/2013, de 23 de setembro), em acumulação com o cargo de Vice-Reitor, Diretor da Escola de Lisboa o Doutor Fernando Augusto de Sousa Ferreira Pinto e Diretor da Escola do Porto o Doutor Manuel António Fontaine Campos. O Conselho de Direção da Escola de Lisboa passou a integrar as Doutoradas Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão e Maria de Fátima Morais Gomes. Os Mestres Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias e Maria Gabriela Páris Fernandes e o Licenciado Armando Luís Silva Rocha (Despacho NR/N/1122/2013) nomeados pelo Despacho; o Conselho de Direção da Escola do Porto passou a ser composto, além do Diretor, pelos Doutores José Manuel Damião da Cunha, Sofia Oliveira Pais Cunha, Sandra Catarina Nunes de Oliveira Carvalho e Marta Vaz Canavarro Portocarrero de Carvalho (Despacho NR/N/1120/2013).

**6.2.** Neste mandato foi criada em 2012 a Unidade de Investigação da Escola de Direito de Lisboa – “Unidade de Investigação & Desenvolvimento de Direito” (Católica Legal Research Center – Looking to the Future) e no Porto o Centro de Estudos e Investigação em Direito. A missão destas unidades de investigação foi a de promover a alteração do modelo tradicional da investigação jurídica em Portugal, apostando numa investigação em equipa, interdisciplinar e com dimensão internacional. A Unidade de Investigação da Escola de Lisboa e o Centro de Investigação do Porto fundiram-se em 2013, dando lugar ao Centro de Investigação da Faculdade, de âmbito nacional.

No ano letivo de 2013/2014 iniciaram-se no âmbito do Centro de Investigação as “Católica Talks”, série de conferências mensais realizadas à hora do almoço com a participação de docentes da Faculdade e de outras Universidades nacionais e estrangeiras, tendo como especiais destinatários os docentes e os alunos do 3.º ciclo de estudos. As “Católica Talks” tornaram-se um dos símbolos dos Cursos de Doutoramento em Direito da Católica.

No mandato dinamizadas as Associações ALUMNI das Escolas de Lisboa e Porto.

**6.3.** Neste período obtiveram o grau de Doutor em Direito: Manuel Monteiro Guedes Valente (2012), Fernando Augusto de Sousa Ferreira Pinto (2012), Manel Fontaine Campos (2012), Henrique Salinas Monteiro (2012), Patrícia Helena Nunes Frago Martins Reis de Carvalho (2013), Ana Isabel da Costa Afonso (2013), António Manuel Carneiro da Frada Marques de Sousa (2013), Maria Isabel Cantista de Castro Tavares (2013) e Marta Vaz Canavarrero Portocarrero de Carvalho (2013).

Realizaram provas de agregação o Doutor Manuel Afonso da Silva Pereira Vaz (2013) e o Doutor Rui Manuel Corucho Duarte Morais (2013).

## **7. Mandato 2014 a 2017**

**7.1.** Em setembro de 2014 foi reconduzido no cargo de Diretor da Faculdade de Direito o Doutor Mário António Sousa Aroso de Almeida (Decreto MC – 4/2014). Foi também reconduzido como Diretor da Escola do Porto o Doutor Manuel António Fontaine Campos e todos os demais membros do anterior Conselho de Direção (Despacho NR/N/1190/2014). Para a Escola de Lisboa foi nomeado Diretor o Doutor Jorge Manuel Pereira da Silva (Despacho NR/N/1187/2014) e para integrarem o Conselho de Direção o Doutor Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias, na qualidade de Diretor-Adjunto, as Doutoradas Maria de Fátima Morais Gomes e Ana Maria Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca,

Mestres Maria Rita Camarate de Campos Lynce de Faria e Maria Gabriela Páris Fernandes, na qualidade de vogais. Pelo Despacho NR/N/1259/2014, de 13 de outubro, o Mestre Luís Paulo Barreto Xavier foi reconduzido no cargo de Diretor da “Católica Global School of Law” e o Doutor Gonçalo Saraiva Matias para o cargo de Diretor-Adjunto da mesma escola.

Também em maio de 2016 foi nomeada para o Conselho de Direção da Escola do Porto a Doutora Raquel Maria Resende Duarte de Carvalho, em substituição da Doutora Sandra Catarina Nunes de Oliveira Carvalho. Em outubro de 2015 passou a integrar o Conselho de Direção da Escola de Lisboa a Mestre Maria Manuela Goulão de Oliveira Martins de Sousa d’Alte. Em novembro de 2016 foi nomeada para o Conselho de Direção da Escola de Lisboa a Mestre Maria Inês Quesada Pastor de Quadros Alexandre da Fonseca, em substituição da Doutora Maria Rita Camarate Campos Lynce de Faria que tinha pedido a sua substituição.

**7.2.** Em 2014 foi nomeado o Prof. Doutor Júlio Gomes para Diretor do Centro de Investigação (2014) e realizou-se a 1.ª edição da Católica Graduate Legal Conference, que se realiza anualmente.

Em 2015 assumiu o cargo de Diretor do Centro de Investigação o Prof. Doutor Rui Medeiros. No seu mandato foi aprovado o novo Regulamento do Centro de Estudos e Investigação em Direito (2015), passando a denominar-se “Católica Research Centre for de Future of the Law”, que foi avaliada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a classificação de Muito Bom. No mandato do Diretor Rui Medeiros foi lançado o livro *Direito do Mar – Novas Perspetivas* (2016), o 1.º número da *Católica Law Review* (2017), a Edição Comemorativa do Cinquentenário do Código Civil e o livro *Justiça entre Gerações* (2017). Foi também criado no âmbito do Centro de Estudos e investigação o Centro de Pareceres.

Foi também lançada em 2017 a revista *Market and Competition Law Review* pela Escola do Porto.

**7.3.** Neste período obtiveram o grau de Doutor em Direito: Armando Manuel Andrade de Lemos Triunfante (2014), Maria João Simões Escudeiro (2014), Elsa Rodrigues de Oliveira Vaz Sequeira Pereira da Silva (2014), Gonçalo Nuno da Cruz Saraiva Matias (2014), Ana Maria Pinheiro Cruz Taveira da Fonseca (2014), Jorge Manuel Pereira da Silva (2014), Bruno Reynaud de Sousa (2015), Maria Daniela Farto Batista Passos (2015), Maria de Fátima Batalha de Castro Moreira (2015), Catarina Isabel Tomaz Santos Botelho (2015), Pedro Vaz Mendes (2015), Maria de Fátima Castro Tavares Monteiro Pacheco (2015),

Maria Manuela Goulão de Oliveira Martins de Sousa d'Alte (2016), Maria Rita Camarate de Campos Lynce de Faria (2016), Ana Filipa dos Santos Morais Antunes (2016), Maria Inês Quesada Pastor de Quadros Alexandre da Fonseca (2017), Pedro Maia Garcia Marques (2017).

**7.4.** Foi também no ano letivo de 2015/2016 que a Escola do Porto iniciou a lecionação da “Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão”, em parceria com a Católica Porto Business School. O programa da Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão permite obter em 5 anos dois graus de licenciatura em áreas diferentes mas complementares: uma Licenciatura em Direito e uma Licenciatura em Gestão. A Universidade Católica foi mais uma vez pioneira através da Escola do Porto da sua Faculdade de Direito.

Também na Escola de Lisboa é lecionado um mestrado em Direito e Gestão em cooperação com a Católica Lisbon School of Business.

**7.5.** Em 2016, começou a lecionar-se na Católica Global School of Law o Master in Global Legal Studies, primeiro mestrado orientado para os estudantes internacionais.

Também em 2016 realizaram as suas provas de agregação o Doutor Rui Medeiros e a Doutora Maria Rita Aranha da Gama Lobo Xavier.

## **8. Fecho. A história continua**

Decorridos 40 anos sobre o início do Curso de Direito na Universidade Católica, 36 sobre a criação da sua Faculdade de Direito e 12 sobre a autonomização institucional das Escolas de Lisboa e do Porto, parece razoável reconhecer que a ideia que em 1976 inspirou a criação do Curso de Direito na Faculdade de Ciências Humanas, com lecionação em Lisboa e no Porto, se realizou plenamente. O Curso consolidou-se nas Escolas de Lisboa e do Porto da Faculdade de Direito e a qualidade do seu ensino e investigação é geralmente reconhecida não só pela comunidade jurídica nacional, mas também em muitos países estrangeiros, especialmente através da “Católica Global School of Law”, como ficou atrás sumariamente registado e o atestam a frequência crescente de estudantes estrangeiros e as distinções internacionais que tem recebido.

Apadrinhada nos seus começos pelas Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa e por muitos dos seus professores que nos primeiros anos do Curso a ajudaram a afirmar-se pela qualidade do ensino, a Faculdade é hoje parceira de todas as instituições universitárias portuguesas onde se ensina Direito, colaborando com todas e de todas recebendo colaboração, nomeadamente no que

respeita ao recrutamento de docentes para os respectivos quadros, para colaborações pontuais na lecionação em Cursos de Pós-Graduação e para a formação de júris de provas de doutoramento, de agregação e concursos de habilitação na carreira acadêmica.

É também merecedor de registo o acesso de vários docentes da Faculdade, das suas Escolas de Lisboa e do Porto, aos Tribunais Superiores portugueses (Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal Administrativo e Tribunal de Contas) e até ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, recrutados pelos seus méritos, o que, a par dos muitos antigos alunos que enveredaram pelas carreiras da magistratura, da advocacia e outras profissões jurídicas e aí se têm distinguido, comprova o acerto da ideia que fez nascer o Curso e é a razão da sua existência e busca da sua projeção no mundo.

É muito relevante o sucesso académico do Curso de Direito da Católica, nas suas Escolas de Lisboa e do Porto. Desde o início da lecionação obtiveram a licenciatura cerca de 8625 estudantes (sendo 4736 no Porto), 1900 o mestrado (1019 no Porto) e 67 o doutoramento.

Neste momento de comemoração dos 50 anos da Universidade Católica Portuguesa é devido um profundo agradecimento a todos os professores que ao longo destes 40 anos colaboraram e colaboram com os Cursos de Direito da Universidade Católica, sendo de destacar os professores de Coimbra e de Lisboa que foram seus padrinhos fundadores.

É devida também um registo em homenagem ao Ministro da Educação do 1.º Governo Constitucional, Mário Sottomayor Cardia, que estimulou a ideia da criação do curso e concedeu à Universidade apoios decisivos para a sua implementação, aos primeiros diretores científicos – o Doutor João de Castro Mendes, em Lisboa, e o Doutor João Batista Machado, no Porto –, e necessariamente às autoridades académicas superiores da Universidade, o Magno Chanceler D. António Ribeiro e o Reitor José Bacelar e Oliveira, sem os quais o sucesso não teria sido possível nem sequer teria sido experimentado.

A necessidade de limitação do texto e a insuficiência do relator não permitiram referenciar todos quantos externa e internamente contribuíram para afirmar e prestigiar o Curso e a Faculdade de Direito da Universidade Católica, mas a todos por igual é devida homenagem pelos seus alunos e também aos antigos e atuais alunos, homenagem que se materializa no propósito constante de todos que são a Faculdade de Direito da Universidade Católica de “buscarem o reino de Deus e a sua Justiça”<sup>7</sup>, servindo os estudantes, servindo a Igreja e servindo Portugal através da investigação e do ensino do Direito.

<sup>7</sup> Cf. “Nota da Direção”, *Direito e Justiça*, Vol. I, n.º 1.

A razão da criação do Curso de Direito na Universidade Católica, há 41 anos, mantém-se válida no essencial, a justificar a sua continuidade, aprofundamento e expansão. Cabe agora aos atuais diretores da Faculdade – Professores Doutor Mário Aroso de Almeida, Diretor da Faculdade; Doutor Jorge Pereira da Silva, Diretor da Escola de Lisboa, e Doutor Manuel António Fontaine Campos, Diretor da Escola do Porto – a especial responsabilidade de traçar-lhe os rumos do futuro.

# Capítulo 16

## Faculdade de Engenharia<sup>1</sup>

Jorge Julião

### 1. Introdução

Uma das principais missões da Universidade Católica Portuguesa (UCP) é a de gerar conhecimento inovador, mediante a investigação científica em múltiplas áreas do saber. Apesar de a matriz mais visível da UCP se posicionar no âmbito das Ciências Sociais e Humanidades, têm sido realizados esforços assinaláveis no sentido da integração das Ciências e Tecnologias. De facto, a Universidade, ciente da importância da tecnologia no desenvolvimento económico e das sociedades, tem procurado dar o seu contributo a este nível, desenvolvendo projetos inovadores, que visam uma verdadeira integração dos saberes e que consubstanciam uma orientação do desenvolvimento tecnológico em sentido humanista<sup>2</sup>.

No ano de 1984, é constituída, no Centro Regional do Porto, a Escola Superior de Biotecnologia, a qual deu início ao primeiro curso de engenharia da Universidade: a Engenharia Alimentar. Desde então, esta Escola tem desenvolvido um projeto académico direcionado, sobretudo, para as áreas científicas da Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente e Engenharia Biomédica, que tem sido acompanhado por uma produção científica digna de registo. Hoje, é a única Unidade da Universidade a oferecer cursos de engenharia e a que preconizou o maior projeto de investigação.

Em 1991, é criado, no Centro Regional da Beiras (CRB), o Polo da Figueira da Foz, onde começa a ser lecionado o curso de licenciatura em Engenharia Industrial, ao qual se junta, posteriormente, o de Gestão Industrial. Esta Escola, pioneira no movimento da oferta de licenciaturas em Engenharia Industrial,

---

<sup>1</sup> Um agradecimento particular ao Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, pela partilha de documentos do seu acervo particular, ao Prof. Doutor Manuel Barata Marques, pela documentação disponibilizada, pela ajuda na elaboração do documento e, sobretudo, pelo ensinamento, e à Prof.<sup>a</sup> Doutora Cecília Calado, pelo seu contributo na parte da investigação da Faculdade. A todos, o meu obrigado.

<sup>2</sup> “No diálogo entre a fé e a ciência”, Manuel Braga da Cruz, 05.02.2010.

desenvolveu a sua atividade até 2007, altura em que é deslocalizada para a Faculdade de Engenharia em Sintra. No ano de 2000, a Universidade, no seu novo *campus* universitário em Sintra, abre a Faculdade de Engenharia, oferecendo um projeto inovador e, ao mesmo tempo, ambicioso, consubstanciado na integração da Engenharia com a Saúde.

Este capítulo, além de sintetizar os acontecimentos considerados mais relevantes da história da Faculdade de Engenharia faz, também, uma breve introdução ao Polo da Figueira da Foz e ao desenvolvimento do *campus* de Sintra, com referência ao projeto da Saúde neste *campus*.

## 2. Polo da Figueira da Foz

### Origem e Evolução

O Polo da Figueira da Foz da UCP abre, em 1991, na sequência da política de expansão vivida na altura. A proposta para a sua constituição foi apresentada, ao Conselho Superior, no início desse ano, pelo Prof. Formosinho Sanches<sup>3</sup>, com o objetivo de oferecer, nessa nova Escola, os cursos de Gestão e Administração, e Engenharia Industrial. As sinergias entre estes dois cursos, o conhecimento e a experiência na área das ciências empresariais e a própria emancipação da engenharia industrial, que começava a dar os primeiros passos em Portugal, eram bons indicadores de potencial desenvolvimento. Por outro lado, havia a promessa de terrenos e apoios à construção por parte da Câmara Municipal local<sup>4</sup>, que agilizariam a instalação da Escola nesta cidade.

No ano letivo de 1991/1992, iniciam-se os dois cursos. No entanto, a abertura na mesma cidade de uma universidade privada, com menor exigência nas admissões, onde a procura já era limitada, veio condicionar o funcionamento do curso de Gestão e Administração. A falta de alunos, motivada pela manutenção da exigência nos critérios de admissão, os elevados custos de exploração e a não concretização dos apoios locais prometidos, conduziu à reduzida sustentabilidade do Polo, e a um acumular de défice. Assim, em março de 1993, o Conselho Superior determina o encerramento do polo<sup>5</sup>. No entanto, perante novas promessas de apoio por parte das autoridades locais, o Conselho Superior, em maio de 1993, decide suspender a decisão de encerramento. Contudo,

---

<sup>3</sup> ACS, 02.06.1989.

<sup>4</sup> ACS, 30.03.1990.

<sup>5</sup> ACS, 26.03.1991.

o reduzido número de alunos no curso de Gestão e Administração, acabou por determinar, em 1994, a transferência deste curso e alunos para Lisboa e Porto<sup>6</sup>.

Em 1995, o Conselho Superior, perante novas perspetivas de apoio local, delibera a aquisição de um terreno para construir novas instalações<sup>7</sup> e a oferta de novas licenciaturas em engenharia. O objetivo era melhorar a oferta e as condições, para potenciar a angariação de mais alunos e densificar academicamente o Polo, assim como beneficiar das resultantes economias de escala. Para a construção das novas instalações, contava-se com apoios do PRODEP.

O terreno adquirido, situado numa zona privilegiada da cidade e com uma área aproximada de 20 000 m<sup>2</sup>, destinava-se à construção de um edifício com capacidade para 500 alunos, no qual se previa lecionar cinco cursos. Salienta-se que esta unidade de ensino tinha, até à data, a sua sede em instalações provisórias pertencentes ao Seminário local, onde tinham sido realizadas obras de adaptação e remodelação. A utilização destas instalações tornou-se necessária, devido à não concretização da prometida oferta de terrenos e de apoios à construção por parte da Câmara Municipal local, aquando da decisão da abertura da Universidade na Figueira da Foz.

Em 1998, o Polo da Figueira da Foz criou, em complemento ao curso de Engenharia Industrial, a licenciatura em Gestão Industrial. Este curso, inovador na altura, distinguiu-se por ser um curso de gestão com uma componente de engenharia, que conferia um perfil ímpar ao gestor, por o capacitar, particularmente, de maior raciocínio analítico e poder de análise de sistemas complexos. Nos tempos de hoje, são muitas as Escolas, nacionais e estrangeiras, que oferecem cursos com este perfil e designação.

O decréscimo de alunos no ensino superior, a menor procura de cursos de natureza tecnológica e o efeito regional, por um lado, e a falta dos prometidos apoios locais, por outro, condicionaram a construção das novas instalações e a criação de novos cursos, comprometendo, assim, a continuidade do projeto da engenharia na Figueira da Foz. Procurando inverter esta tendência, foram encetadas várias iniciativas, desde a contenção de custos e a oferta de cursos de pós-graduação, em colaboração com outras unidades de ensino, à realização de projetos de consultadoria e formação em empresas, mas que se revelaram insuficientes para garantir a sustentabilidade do Polo. Era, assim, evidente que a permanência da UCP na Figueira da Foz dependeria de apoios governamentais através, nomeadamente, de um Contrato-Programa, à semelhança do que tinha ocorrido em outras regiões (como, por exemplo, em Viseu). Vários esforços foram

---

<sup>6</sup> ACS, 03.06.1994.

<sup>7</sup> ACS, 03.02.1995.

realizados nesse sentido, desde o pedido de extensão do Contrato-Programa em vigor em Viseu, ao pedido de apoio ao Governador Civil de Coimbra, mas não tiveram o resultado desejado. Esgotadas as possibilidades que pudessem fazer face à falta de sustentabilidade financeira e perante o excessivo défice acumulado, a Universidade acaba por ser obrigada, em 2004, a determinar a suspensão de novas matrículas no Polo e a decidir alienar o terreno adquirido. Em 2007, decide-se o encerramento do Polo e os seus alunos são transferidos para outras unidades de ensino da Universidade, para a conclusão dos seus cursos.

Ao longo dos 16 anos de atividade do Polo, foram muitas as pessoas e organizações que contribuíram, direta e indiretamente, para o seu desenvolvimento, funcionamento e, em última instância, para a formação dos alunos. Os órgãos de direção superior, Reitoria e Presidência do CRB, foram os mais importantes responsáveis pelo projeto da Escola, sobretudo pela iniciativa do mesmo, orientação estratégica e suporte financeiro. Os seus Diretores, Prof. Doutor Morão Dias, Prof. Doutor Passos Morgado e Prof. Doutor Jorge Julião, implementaram as orientações da Universidade, dinamizaram o projeto académico, procuraram garantir o cumprimento dos objetivos da Escola, ao nível do ensino, investigação e ligação à sociedade, assim como asseguraram o funcionamento da unidade. Os seus Professores foram o garante dos principais objetivos da Escola, em particular aqueles que, em dedicação exclusiva, optaram por aí iniciarem as suas carreiras e que, inclusive, estenderam as suas funções para além do exigido em favor do desenvolvimento da Escola. Muitos foram, também, os Professores convidados, de outras instituições de ensino superior, e especialistas que contribuíram, com o seu saber e experiências, para a formação dos alunos.

### **Licenciatura em Engenharia Industrial**

No ano de 1990 é deliberada, pelo Conselho Superior, a abertura da licenciatura em Engenharia Industrial<sup>8</sup>. Este curso foi um dos pioneiros de um movimento de criação, na década de 90, de licenciaturas em Engenharia e Gestão Industrial em instituições de ensino superior público e privado, que procurou suprir uma lacuna há muito existente no País. No conjunto dessas instituições, incluíam-se a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro, a Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Superior Técnico (IST) e o ISCTE-IUL. Em 1991, com a abertura do Polo da Figueira da Foz, extensão do CRB, tem, assim, início o primeiro ano do curso de Engenharia Industrial. Em março de 1996, é criada,

---

<sup>8</sup> ACS, 13.07.1990.

no CRB, a Escola Superior de Ciências e Tecnologia (ESCT) da UCP<sup>9</sup>, na qual este curso é integrado. Esta unidade foi dirigida por uma Comissão Instaladora, constituída por um presidente, Prof. Doutor Sebastião José Formosinho Sanches Simões, e por um vogal, Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias, sendo este último, simultaneamente, o Coordenador do Polo da Figueira da Foz e o Diretor do curso de Engenharia Industrial. Com a criação desta Escola, chega a ser ponderada a transferência do curso de Engenharia Industrial para Viseu, a qual, todavia, não se concretizou.

Em 2006, por deliberação do Conselho Superior, a ESCT é extinta, e é criada uma estrutura departamental. Nesta nova estrutura, o curso de Engenharia Industrial passa a estar integrado no Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologia. Em 2007, com o encerramento do Polo da Figueira da Foz<sup>10</sup>, o curso é transferido para a Faculdade de Engenharia no *campus* de Sintra.

### **Ensino, Investigação e Ligação à sociedade**

O Diretor do Polo, Prof. Doutor António Ângelo Morão Dias, mentor do projeto académico e dinamizador da Escola, procurou, juntamente com o corpo docente, desenvolver um projeto que correspondesse aos elevados padrões de qualidade da UCP, nos seus três eixos principais: ensino, investigação e ligação à sociedade.

Na componente de ensino, a Escola promoveu uma pedagogia de qualidade e de rigor, correspondente às expectativas dos discentes, às exigências do mercado de trabalho e aos padrões da Universidade. Apesar dos limitados recursos, a Escola consegue cumprir plenamente estes objetivos, como demonstra o relatório do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), no qual se relevam, precisamente, como dois dos seus pontos fortes, o “Processo de ensino e acompanhamento dos alunos” e a “Inserção no mercado de trabalho dos alunos da Escola”. Os resultados dos inquéritos anuais realizados junto das entidades empregadoras confirmam este parecer, enquanto a auscultação da opinião dos alunos revela o seu elevado grau de satisfação com as licenciaturas. A acreditação do curso de Engenharia Industrial pela Ordem dos Engenheiros e pela Agência de Acreditação é, também, um indicador claro da qualidade do projeto académico.

A qualidade e a vitalidade da investigação de uma instituição de ensino superior assentam numa estratégia de formação de um corpo docente próprio

<sup>9</sup> ACS, 29/3/96, e ereta pelo Decreto do Magno Chanceler 2/96, de 22/5/96.

<sup>10</sup> ACS, 18.05.2007.

e com qualificação científica adequada. Desde a sua abertura, a Escola defendeu uma política de criação sustentada de um quadro próprio de professores, através do incentivo à sua formação. Em consequência desta política, em 2003, dos 23 docentes da Escola, 15 encontravam-se em dedicação exclusiva à UCP, sendo a maioria doutorada e os demais em fase de conclusão de doutoramento. Este corpo docente era, ainda, caracterizado por uma elevada diversidade de especializações, adquiridas na sua maioria em instituições internacionais de renome. Os resultados dessa política estão documentados, também, no relatório da FUP, que destaca a “Política de formação dos docentes” como mais um dos seus pontos fortes. O jovem e dinâmico corpo docente do Polo foi responsável por uma significativa atividade científica, reconhecida pelos avaliadores externos. Neste âmbito, são de destacar o número e a qualidade das publicações internacionais, as participações em encontros científicos, a orientação e participação em júris de pós-graduação, o registo de uma patente, e os projetos de investigação (onde se incluem importantes instituições e empresas como por exemplo: Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire (CERN), Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Iberomoldes.

Por último, no que se refere à ligação da Escola à sociedade, destaca-se o desenvolvimento de sinergias com o tecido industrial, com particular incidência na zona geográfica onde se insere (de que são exemplos os projetos com Soporcel, ERSUC SA e Microplásticos) e com a sociedade em geral (como, por exemplo, os projetos realizados com a Câmara Municipal da Figueira da Foz e com a AIFF – Associação Industrial da Figueira da Foz).

### **Plano de Estudos**

A Engenharia Industrial pode ser entendida como uma simbiose entre a Tecnologia e a Gestão, sendo os licenciados neste domínio o elo de ligação, na estrutura industrial, entre as áreas administrativa e técnica. Assim, a atividade profissional do Engenheiro Industrial não se exerce, exclusivamente, na área da conceção e da tecnologia de fabricação dos produtos, mas também em áreas de projeto, planeamento, controlo e melhoria de sistemas produtivos, na indústria e nos serviços.

Para dar resposta a este perfil e às novas exigências de mercado, que se começavam a perspetivar, a Escola desenhou um plano de estudos abrangente, que tinha em consideração os aspetos económicos, humanos e sociais, em complemento aos aspetos científico e técnico. O plano de estudos, além de integrar trabalhos laboratoriais de apoio às aulas teóricas, contemplava um inovador

Projeto Final, com desenvolvimento em contexto empresarial, que permitia avaliar a capacidade de integração dos alunos na vida ativa.

Considerando a natureza da Universidade, o plano de estudos tinha, também, como um dos seus objetivos, a sensibilização dos alunos para os aspetos humanos, sociais e da Ética Profissional. Para o efeito, o plano de estudos contemplava uma disciplina curricular que procurava integrar, na abordagem tecnológica, algumas dimensões das humanidades, com particular ênfase na responsabilidade social e cooperativa das organizações. O plano de estudos proporcionava, ainda, uma formação nas áreas das relações laborais e técnicas de expressão pessoal, para facilitar a integração dos alunos no mercado de trabalho. Complementarmente, eram efetuadas conferências, palestras, aulas em contexto empresarial e visitas de estudo, tendo em vista um contacto dos alunos com o mundo empresarial, industrial e de investigação e, assim, contribuir para a sua orientação profissional. Estas práticas e metodologias, que atualmente são amplamente aplicadas pelas Escolas de engenharia e de gestão, são referidas por refletirem, nessa altura, o carácter inovador da Escola, consequência, em parte, da experiência internacional do seu Diretor e dos seus docentes.

### **Deslocalização para Sintra**

Não obstante a inovação do projeto académico e a qualidade de ensino e investigação, reconhecidas por entidades externas, como o Conselho de Avaliação da FUP, a Ordem dos Engenheiros e entidades empregadoras, a componente financeira foi comprometida pela escassez de alunos e pela falta de apoios locais e governamentais. A falta de sustentabilidade financeira obrigou ao encerramento do Polo e à deslocalização dos cursos e alunos.

Reconhecendo a qualidade e o prestígio da Universidade, a quase totalidade dos alunos do Polo manifestou o seu desejo de terminar os seus cursos nesta instituição. Nesse sentido, o Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, reuniu com os alunos e garantiu-lhes que a Universidade definiria um plano para assegurar a transferência dos respetivos alunos para as unidades de ensino de Lisboa e Sintra. Os alunos de gestão são, assim, transferidos para a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais (FCEE) e os de engenharia para a Faculdade de Engenharia. De modo a minimizar o impacto da deslocalização, a estes alunos foi cobrada apenas uma propina de valor igual à das universidades estatais. Foram, também, definidas condições especiais para alunos mais carenciados e trabalhadores-estudantes.

Apesar da intranquilidade gerada pelo impacto inicial da decisão de encerramento, tomada em abril de 2007, o processo de transição decorre de uma forma

tranquila e célere, como testemunha a entrevista ao presidente da Associação de Estudantes, dada, na altura, ao jornal *As Beiras*. Logo no mês de setembro, os alunos estavam a dar continuidade aos seus estudos nas respetivas unidades. Alguns destes alunos, após terminarem a licenciatura, optaram por prosseguir os seus estudos na UCP e outros, que iniciaram a sua vida profissional, voltaram à UCP para concluírem cursos de pós-graduação. Ao longo dos anos, foram vários os testemunhos de ex-alunos e entidades empregadoras, manifestando satisfação e reconhecimento pela formação ministrada.

### 3. O *campus* de Sintra

#### Nascimento do *campus* de Sintra

No início dos anos noventa, o Ministério da Educação propunha-se direccionar os centros universitários para a periferia, o que impedia a construção no *campus* de Palma de Cima e limitava o crescimento da Universidade. Neste contexto, a Reitoria, com o acordo do Conselho Superior, começou a procurar outros locais, tais como Loures, Vialonga, Margem Sul e Quinta de Barcarena. Salienta-se que esta orientação estratégica acabou por ser seguida, apenas, pela UCP e pelo IST, que também se instalou em Oeiras, no Tagus Park.

Em 1992, no segundo mandato do Reitor D. José da Cruz Policarpo, a Universidade enceta negociações com a Câmara de Oeiras e a Câmara de Sintra para a instalação de um novo *campus*. Em Oeiras, antevia-se utilizar as instalações da antiga Fábrica da Pólvora, localizada em Barcarena, e, em Sintra, usar terrenos situados em Talaíde, junto ao topo norte do Tagus Park. A hipótese de Oeiras não se concretiza, mas já as negociações com a Câmara Municipal de Sintra (CMS) resultam na celebração de um acordo, em agosto de 1993<sup>11</sup>, entre a Universidade e o Município de Sintra. Nesse acordo, a CMS compromete-se a diligenciar com vista à cedência à Universidade, gratuita e em regime de propriedade plena, de um terreno com a área de 32 hectares, no qual a Universidade se obriga a implantar um *campus* universitário. Neste acordo, é estabelecido, nomeadamente, que a Universidade se compromete, nos cinco anos subsequentes à cedência dos terrenos, a instalar uma Faculdade de Ciências Humanas e, nos dez anos posteriores, consolidar o projeto, oferecendo cursos da área tecnológica (2 a 3 licenciaturas em engenharia).

---

<sup>11</sup> Protocolo de Acordo entre o Município de Sintra e a Universidade Católica Portuguesa: 19.08.1993.

Em outubro de 1993, a Comissão incumbida de estudar as oportunidades e rumos para uma Faculdade de Engenharia elaborou um relatório, no qual se defende o reforço da oferta de formação no domínio da Engenharia<sup>12</sup>. O Conselho Superior, com base nesta proposta, e perspetivando a obtenção de fundos comunitários do PRODEP II para o financiamento das infraestruturas e construção do primeiro edifício do *campus* de Sintra, aprova, em janeiro de 1994<sup>13</sup>, o projeto de criação de uma Faculdade de Engenharia. Aprovada a candidatura do PRODEP em maio de 1995, inicia-se, então, o projeto da Faculdade.

Em maio de 1997<sup>14</sup>, é celebrado um acordo tripartido entre a CMS, a Universidade e os proprietários dos terrenos de Talaíde, nos termos do qual os proprietários doavam à Câmara terrenos com uma área aproximada de 24,6 hectares para a implantação do *campus* universitário, mediante a contrapartida do licenciamento urbanístico dos lotes adjacentes. Tendo em vista a operacionalização do processo de urbanização e a construção dos referidos terrenos, a Universidade e os proprietários dos terrenos estabelecem, mediante um acordo assinado em 1997<sup>15</sup>, as condições de adjudicação relativas ao loteamento da urbanização e ao estudo prévio das infraestruturas. Ficou estabelecido que a participação financeira de cada outorgante seria proporcional às áreas brutas de construção e que os estudos conducentes ao Plano de Urbanização a apresentar à CMS seriam da responsabilidade da Universidade.

Em novembro de 1997, no mandato do Reitor P.<sup>c</sup> Manuel Isidro Alves, procede-se à cerimónia da bênção da 1.<sup>a</sup> pedra do primeiro edifício do *campus* de Sintra, com a presença do Reitor, do Magno Chanceler, do Presidente da CMS e do Presidente da Fundação Oriente<sup>16</sup>. Segundo o Reitor, este novo *campus* era a solução para o estrangulamento do *campus* de Lisboa e constituía uma opção estratégica a longo prazo.

A construção deste edifício no *campus* evolui de forma célere, concluindo-se em janeiro de 1999. A concretização deste projeto foi resultante do contributo de múltiplas pessoas e instituições, destacando-se a CMS, pela cedência dos terrenos, o PRODEP, pelo financiamento concedido, a Fundação para a

---

<sup>12</sup> Proposta de Criação da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, 30.10.1993.

<sup>13</sup> ACS, 07.01.1994.

<sup>14</sup> Protocolo entre a Universidade Católica Portuguesa, o Município de Sintra e os Proprietários dos Terrenos de Talaíde: 08.05.1997.

<sup>15</sup> Acordo entre a Universidade Católica Portuguesa e os Proprietários dos Terrenos de Talaíde: julho de 1997.

<sup>16</sup> ACS, 07.11.1997, p. 6, e 13.03.1998, p. 2.

Cooperação e Desenvolvimento de Macau, a Fundação Oriente e o Governo de Macau, pelas participações, e as entidades Bancárias (BCP e BPI) e empresas (Jerónimo Martins, Petrogal, EDP, Vista Alegre, IPE, Schreder, Atral Cipan), pelos apoios concedidos. O financiamento da Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, da Fundação Oriente e do Governo de Macau destinava-se, concretamente, à construção do Instituto Luso-Chinês no *campus* de Sintra<sup>17</sup>.

Com o objetivo de desenvolver o restante projeto do *campus*, assim como o de gerir a complexa estrutura, é constituída, em abril de 1999, a Comissão Instaladora do *campus* de Sintra, presidida pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques<sup>18</sup>. Em maio de 1999, o Conselho Superior aprova a criação da Faculdade de Engenharia, a instalar no novo edifício do *campus* de Sintra. Em julho desse mesmo ano, é constituída a Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, presidida, também, pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques.

A inauguração do edifício da Faculdade de Engenharia, o primeiro do *campus* de Sintra, ocorre a 6 de junho de 2001. A ocasião é honrada com a presença do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, do Cardeal-Patriarca, Magno Chanceler da UCP, D. José Policarpo, do Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuela Braga da Cruz, do Presidente da Comissão Instaladora, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, do Secretário de Estado do Ensino Superior, Dr. Pedro Lourtie, e da Presidente da CMS, Dr.<sup>a</sup> Edite Estrela.

O edifício da Faculdade de Engenharia e as infraestruturas financiadas pelo PRODEP concluíram-se em 2000. No entanto, as escrituras e os registos dos terrenos cedidos à Universidade efetuaram-se bem mais tarde, em finais de 2007, após um ultimato feito à CMS em março desse ano, na sequência de uma moção aprovada pelo Conselho Superior em março de 2007<sup>19</sup>. De facto, este processo era imperativo, tanto mais que o edifício da Faculdade de Engenharia estava construído com apoios oficiais comunitários e a Universidade precisava de honrar os compromissos assumidos, como o pagamento das obras da urbanização. De igual modo, a demora na assinatura do Protocolo com os proprietários da fase 2 do projeto do *campus* colocava em causa a concretização do Protocolo com o Colégio de Santa Maria, assinado em 15 de junho de 2005, com os Padres de Schoenstatt, com a anuência da CMS.

---

<sup>17</sup> ACS, 05.11.1999, p. 2

<sup>18</sup> Despacho Reitoral NR – 55/99, homologado pelo Magno Chanceler em 29.04.1999.

<sup>19</sup> ACS, 09.03.2007.

### **Missão do *campus* de Sintra**

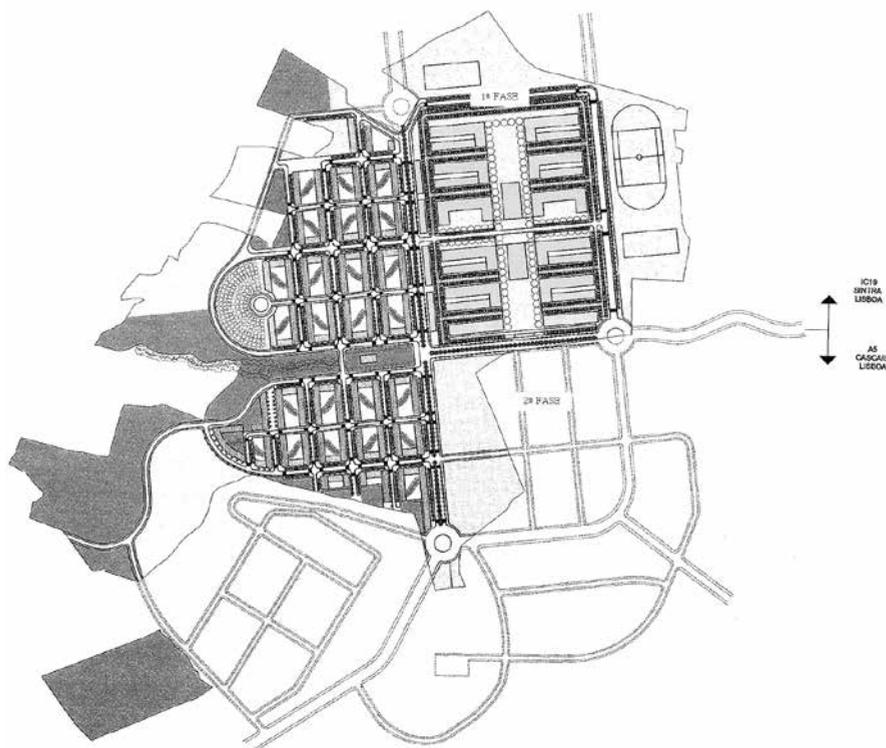
Nos finais dos anos 90, Sintra era um dos concelhos com maior densidade populacional do País (3.º maior). Nele, cerca de  $\frac{1}{4}$  da população tinha idade inferior a 15 anos e a oferta, ao nível do ensino superior, não tinha expressão. O projeto do *campus* de Sintra era, assim, perspetivado pelo município como “o telhado do complexo edifício educacional” do concelho, representando um forte polo de desenvolvimento integrado e um motor de futuras estratégias de desenvolvimento, que ajudaria a viabilizar e potenciar a atividade municipal. A Educação era, precisamente, uma das prioridades da CMS, pelo que a sua Presidente, Dr.<sup>a</sup> Edite Estrela, se comprometeu a disponibilizar apoios humanos e materiais para concretizar o projeto.

Este projeto do novo *campus* de Sintra propunha-se, inclusive, a desenvolver um *campus* universitário interdisciplinar, em local estratégico da área metropolitana de Lisboa. Nesse mesmo espaço físico, oferecer-se-iam múltiplas áreas do saber, nas quais a Universidade intervém, como sejam as Ciências Humanas, Tecnologias e Saúde e, paralelamente, proporcionar-se-iam serviços sociais, residências e espaços de lazer e desporto. Este projeto, que tinha como objetivo último fomentar a formação académica, pode ser perspetivado sob a forma de um prisma, cujas componentes social e residencial constituíam a base do modelo e cuja componente académica correspondia ao respetivo vértice. Prevvia-se, assim, concretizar um projeto sem paralelo no quadro do ensino superior português, quer pela sua proximidade ao Parque de Ciências e Tecnologia da Região de Lisboa (Tagus Park) e à de uma futura área habitacional que se previa de grande qualidade, quer pela possibilidade de reunir o ensino, a investigação e a prestação de serviços das várias áreas do saber da Universidade e pela própria autonomia de funcionamento a alcançar.

### **Planeamento Urbanístico**

O planeamento urbanístico do *campus* universitário foi definido de uma forma integrada com o território envolvente, de acordo com o estabelecido no Projeto de Regulamento do Plano Diretor Municipal de Sintra e em estreita sintonia com os serviços técnicos da autarquia. Neste contexto, a Universidade promoveu a elaboração dos seguintes estudos: *i*) Plano de urbanização do espaço envolvente ao Parque de Ciência e Tecnologia da Região de Lisboa, *ii*) Operação de loteamento de infraestruturas do *campus* universitário e *iii*) Projeto do primeiro edifício escolar, a Faculdade de Engenharia. Estes projetos constituíam a base de suporte para a concretização imediata do *campus*.

A instalação do *campus* concretizar-se-ia em solo cedido por privados à CMS, no quadro das compensações, pelo que seria erguido no Espaço de Desenvolvimento Estratégico e Específico (EDEE), em terreno desafetado, para o efeito, do uso agrícola. Assim, a decisão prioritária era definir a área de 32 hectares para o *campus*, na plataforma que melhor acolhesse este tipo de ocupação.



Do plano de loteamento, resultou um espaço urbano formal e tecnicamente considerado como uno. Os lotes destinaram-se aos proprietários, os equipamentos públicos e os espaços verdes de cedência, previstos na lei, à Autarquia e o *campus* universitário à Universidade.

### **Primeira Fase do Projeto *campus* de Sintra**

O desenvolvimento e a utilização do *campus*, com as características e a ambição descritas, teriam necessariamente de ser graduais. No entanto, considerava-se crucial que, desde o início, obedecesse à sua vocação de *campus* integrado com espaços escolares e de investigação e desenvolvimento, residenciais e espaços de comércio e de desporto. Assim, para a 1.ª fase do projeto do *campus*

de Sintra, definiu-se que fossem construídos os seguintes edifícios: Edifício Escolar, Centro de Serviços, Piscina Coberta e Residências Universitárias. Para o Edifício Académico e Infraestruturas, a Universidade recebeu a comparticipação comunitária em sede do programa PRODEP, nos montantes de 610 962 e 227 580 contos, respetivamente. Quanto à construção do Centro de Serviços e Residências, previa-se cofinanciamento privado, atendendo a que a exploração dos mesmos cobriria os custos e remuneraria, adequadamente, o investimento. Para a construção da Piscina Coberta planeava-se, atendendo ao interesse do Município de Sintra, uma candidatura conjunta a fundos comunitários ou concurso para a concessão a terceiros.

### **Edifício da Faculdade de Engenharia**

A Faculdade de Engenharia constituiu o primeiro edifício a ser erguido no *campus*. A gestão da sua construção foi confiada, inicialmente, a uma equipa coordenada pelo Prof. Luís Valadares Tavares, que contou com a colaboração da Arq.<sup>a</sup> Helena Barros-Gomes e, posteriormente, foi delegada ao Arq. Rui Florentino, os quais tiveram a responsabilidade de desenvolver e controlar as diversas fases do projeto, desde a conceção à entrega final.

Na fase de conceção, foi aberto um concurso para a seleção da equipa projetista do edifício e formado o respetivo júri. Este integrou o Prof. Manuel Costa Lobo, o Prof. José Teixeira Trigo, o Eng. Carlos Fernandes, a Arq.<sup>a</sup> Helena Barros-Gomes, a Arq.<sup>a</sup> Luísa Trigo e o Eng. Pedro Trigo e foi presidido pelo Prof. Luís Valadares Tavares. Foram apresentadas oito propostas e o júri deliberou, por unanimidade, atribuir o 1.º lugar à equipa coordenada pelo Arq. Bartolomeu Costa Cabral.

Os condicionalismos urbanísticos estabelecidos no Plano limitavam o número máximo de pisos acima do solo (três pisos), com ocupação parcial para a localização de equipamento técnico num 4.º piso, além de um piso em cave para estacionamento, espaços técnicos, espaços de arrumo e arquivo. O edifício, com aproximadamente 10 000 m<sup>2</sup>, incluía espaços destinados a 20 salas de aula (com capacidade de 60 alunos, por sala), 10 laboratórios, um centro de documentação e dois anfiteatros. Em conformidade com o estipulado nas condições do regulamento do Plano, o edifício é projetado com duas entradas, do lado nascente e poente, respetivamente. Previa-se, também, a construção de uma ala lateral ao edifício principal, para instalar o Instituto Luso-Chinês (integrado, posteriormente, no Instituto de Estudos Orientais), que incluía um grande auditório, com capacidade para 350 pessoas, salas de seminários e serviços de apoio e de investigação. Para o financiamento deste investimento, antevia-se

utilizar verbas provenientes do Governo de Macau, da Diocese de Macau e da Fundação Oriente.

Concluído o projeto, é lançado, em agosto de 1997, o Concurso Público Internacional para a construção do edifício. As propostas, cerca de 12, provenientes de empresas de construção, foram seriadas pelo júri do concurso e a respetiva ordenação submetida a homologação da Reitoria da Universidade. A proposta vencedora foi a apresentada pela Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, pelo que a empreitada, correspondente à 1.ª fase da obra, a concluir no prazo de 12 meses, foi-lhe adjudicada, em novembro de 1997, pelo valor de 1 033 901 contos. A fiscalização técnica foi entregue à empresa Teixeira Trigo, L.<sup>da</sup>, também responsável pelo acompanhamento da 1.ª fase de projeto. A empreitada foi concluída em tempo útil. Em 31 de janeiro de 1999, o custo final ascendia a 1 043 814 contos, incluindo o custo com os trabalhos das fundações da 2.ª fase da obra, cerca de 8199 contos.

### **Desenvolvimento do *campus* de Sintra**

Na 1.ª fase do projeto do *campus* de Sintra foi construído, apenas, o edifício escolar da Faculdade de Engenharia e realizadas obras respeitantes às infraestruturas exteriores. Apesar dos esforços desenvolvidos para construir o Centro de Serviços, a Piscina Coberta e as Residências, não se conseguiram reunir condições para o efeito. A exequibilidade do funcionamento do *campus* ficou, assim, comprometida pois este incluía, apenas, o edifício escolar construído. Numa tentativa de viabilizar o *campus*, a Universidade procurou atrair atividades de outros institutos e escolas, para além das da Faculdade de Engenharia. Neste *campus* foram, assim, instalados, também, o Instituto de Estudos Orientais, a Escola de Tecnologia e Gestão Industrial da Associação para a Escola Superior de Biotecnologia (que ministrava cursos de especialização tecnológica) e a Escola de Enfermagem. No entanto, estas iniciativas revelam-se, ainda, insuficientes para viabilizar e desenvolver o *campus*.

Apenas em 2009, surge a oportunidade de desenvolver o projeto do *campus* de Sintra, em colaboração com uma empresa de construção civil, Novopca Construtores Associados, SA. Esta empresa, que detinha uma licença para explorar residências universitárias (SPRU), foi a única a tomar a iniciativa de se dirigir à Universidade com a intenção de estabelecer um Protocolo de cooperação. A Universidade, através do Presidente da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, desenvolve negociações com esta empresa, que culminam num protocolo, proposto e aprovado pelo Conselho

Superior, em maio de 2009<sup>20</sup>, que acaba por se celebrar no mês imediatamente seguinte.

O protocolo estabelecia que, por contrapartida do direito de superfície e exploração de 4 edifícios e parques de estacionamento cobertos, por um período de 50 anos, a UCP receberia: *i*) um milhão de euros e um edifício académico com cerca de 5000 m<sup>2</sup> e *ii*) a propriedade, no fim dos 50 anos, desses edifícios, objeto do direito de superfície. Os edifícios com concessão do direito de superfície incluíam duas residências universitárias, um edifício central para serviços e atividades comerciais e um edifício para Tecnologia e Inovação. Este último destinava-se à instalação de empresas de base tecnológica que pretendessem desenvolver, em parceria com a Faculdade de Engenharia, atividades de investigação. O protocolo determinava, também, que a construção de todos os edifícios seria da responsabilidade da Novopca, bem como os gastos com a manutenção dos edifícios que exploraria.

A concretização deste protocolo era muito importante para a Universidade e para o desenvolvimento do *campus* de Sintra, uma vez que dinamizaria as atividades académica e de investigação científica, tanto nas áreas de Engenharia como nas da Saúde. A construção das duas residências, feminina e masculina, permitiria atrair alunos de zonas do País geograficamente mais afastadas, assim como alunos estrangeiros, em particular os que se deslocam no âmbito do Programa *Erasmus*. Estava previsto que as residências seriam abertas a estudantes de outras escolas, em particular do IST.

O edifício académico, destinado ao Instituto de Ciências da Saúde, permitiria desenvolver o Projeto da Saúde no *campus* e proporcionaria melhores condições para as suas atividades pedagógicas e de investigação. O edifício de inovação e tecnologia tinha como propósito a instalação de empresas, no *campus*, que pretendessem desenvolver atividades de investigação, em áreas de competência coincidentes com as da Faculdade de Engenharia, numa fase inicial, e futuramente também nas áreas da Saúde. Esta cooperação entre a Universidade e as empresas permitiria desenvolver sinergias que beneficiariam os alunos, docentes, empresas e a sociedade. Quando as empresas foram tomando conhecimento da iniciativa, muitas manifestaram o seu interesse e efetuaram pedidos de pré-reserva de espaço. Assim, antes da construção do edifício, mais de metade da sua área útil já estava reservada para essas empresas.

Em 15 de julho de 2009, tem lugar a cerimónia de bênção e lançamento da Primeira Pedra da fase 2 do *campus* de Sintra da Universidade. Esta cerimónia

---

<sup>20</sup> ACS, 22.05.2009.

foi presidida pelo Senhor D. Carlos Azevedo, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa, e contou com a presença do Presidente da CMS.

Em maio de 2010, a Novopca informa a Universidade da dificuldade em financiar as operações protocoladas com a Universidade e sugere eliminar a verba a pagar à Universidade pelo direito de superfície de Sintra. O Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, recusa alterações ao Protocolo e dispõe-se a ajudar a NOVOPCA a encontrar financiamento para os dois projetos protocolados, Sintra e Lisboa. O Reitor, na sequência das diligências efetuadas junto de várias instituições financeiras, nacionais e internacionais, concluiu que a dificuldade na obtenção do financiamento resultava do facto de o valor do empréstimo não atingir o *plafond* mínimo exigido pelos bancos. Assim, para aproximar a proposta do suposto valor mínimo de financiamento, é apresentado novo pedido de financiamento que incluía, inclusive, o valor do empréstimo a contrair pela Universidade para construir um edifício de Cuidados Continuados. No entanto, a NOVOPCA não consegue obter o financiamento desejado e, em abril de 2011, apresenta, no Tribunal, um pedido de insolvência na sequência da crise financeira que atravessava. Consequentemente, não reunindo a NOVOPCA condições para cumprir o acordado com a Universidade, o Protocolo e o Contrato-Promessa estabelecidos para Palma de Cima e *campus* de Sintra são denunciados. A revogação foi amigável. Perante esta situação, não tendo sido possível encontrar alternativa, nem parceiro, para a construção dos edifícios planeados, é suspensa a fase 2 do desenvolvimento do projeto do *campus* de Sintra.

### **Projeto da Saúde no *campus* de Sintra**

A Universidade há muito que desejava estar presente na área da Saúde, em particular na Medicina e Enfermagem. Em 2000, o Grupo Mello faz uma consulta à Universidade para avaliar o seu interesse em estabelecer uma parceria, que tinha como objetivo a articulação de uma Escola de Saúde da Católica, a construir, com o Hospital Amadora-Sintra. No decorrer desta consulta, a Universidade constitui um Grupo de trabalho, liderado pelo Prof. Daniel Serrão, que se destinava a desenvolver um Projeto Académico de uma Faculdade que incluísse o ensino e a investigação da Medicina e da Enfermagem. Em 2001, o Projeto é apresentado ao Ministro da Saúde, Correia de Campos, que concordou com a ideia e com a parceria.

Entretanto, a concessão da gestão do Hospital Amadora-Sintra ao Grupo Mello não é renovada. A Universidade desafia, então, este grupo, a instalar no *campus* de Sintra um Hospital Universitário, por si gerido, que articularia com a nova Faculdade da Universidade para as Ciências da Saúde. O objetivo estratégico

da Universidade era, assim, criar neste *campus*, um Polo Tecnológico que articulasse a Engenharia, já instalada, com a Saúde. Era esperado que este projeto inovador conferisse à Universidade uma vantagem competitiva face às ofertas existentes.

O Anteprojeto da Faculdade de Ciências da Saúde foi apresentado, em julho de 2002, ao Conselho Superior, mas apenas em fevereiro de 2003 a versão final é enviada ao Ministro da Ciência. O Ministro reiterou o interesse do Governo no Projeto e a confiança na sua qualidade e manifestou a intenção de autorizar dois cursos de Medicina privados (um no Norte e outro no Sul) e o lançamento dos inerentes concursos públicos.

O Reitor, ciente de ainda não estarem reunidas condições para a construção de um hospital privado no *campus* de Sintra, sugeriu ao Ministro da Saúde a abertura de um concurso público para um hospital universitário público, acoplado a uma nova Faculdade de Ciências da Saúde, incluído na rede pública e em regime de Parceria Público-Privada. O Governo evidenciou interesse na proposta, mas algumas questões colocadas pelos municípios de Cascais e de Sintra e outra de natureza operacional acabaram por impedir a concretização do projeto.

Apesar das contrariedades, o Reitor, Manuel Braga da Cruz, na tomada de posse do seu segundo mandato, em outubro de 2004, reitera a intenção de a Universidade se abrir à área da saúde, “pois era no domínio das ciências da vida que se iriam travar grandes batalhas em defesa da dignidade humana”, e de retomar o projeto da saúde no *campus* de Sintra. O projeto da saúde visava agora a criação, também, de um centro inovador na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, nas áreas do tratamento de cancro, neurociência e cardiologia. Pretendia-se que o Hospital Universitário, que a Universidade se propunha construir em Sintra, em parceria com a José Mello Saúde, pudesse contratualizar com o Estado a concessão da prestação destes cuidados de saúde.

A construção do hospital é inviabilizada por falta de massa crítica de doentes. No entanto, o projeto foi muito louvado pelo Ministro da Saúde, que, mais tarde, veio a propor um contrato com um Centro da Universidade e a revelar disponibilidade para um financiamento por capitação. No seguimento desta manifestação de interesse, a Reitoria propôs ao Conselho Superior, em outubro de 2006, a criação de duas unidades de saúde familiar, no *campus* de Sintra, e é nomeada uma comissão, constituída pelo Reitor, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, Prof. Doutor Castro Caldas, Prof. Doutor Miguel Gouveia e Administradora da Universidade, para seguir o processo<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> ACS, 27.10.2006.

Em 2009, surgiu a proposta de instalar no *campus* de Sintra, um Centro de Cuidados Continuados (ao abrigo do concurso público aberto pelo Governo) e uma Unidade de Cuidados Primários de referência, mediante protocolo a assinar com a Administração Regional de Saúde e com a CMS. Este projeto era fundamental para disponibilizar um campo de experimentação aos alunos de enfermagem e de serviço social, assim como aos futuros alunos de medicina. Era, também, de grande importância para o projeto das Ciências da Saúde e para o futuro da Faculdade de Engenharia. Por outro lado, havia indicadores que revelavam grande procura por cuidados continuados, perspectivas de boa articulação com o Hospital Amadora-Sintra, e um estudo de viabilidade, realizado pela empresa Intersalus, que indicava que o projeto era viável sob o ponto de vista económico-financeiro. Em consequência, o Conselho Superior aprova, em 28 de maio de 2010, a proposta de assinatura de um contrato com o Ministério da Saúde, para a construção do Centro de Cuidados Continuados de Sintra<sup>22</sup>. O projeto desta unidade é realizado e a contratação do empréstimo para a construção autorizada pelo Conselho Superior. No entanto, em 2011, a Universidade acaba por abandonar o projeto por dificuldades de obtenção de crédito, pelo aumento dos *spreads* dos empréstimos e pelo aumento dos custos de construção<sup>23</sup>.

Além da medicina, havia o projeto da enfermagem. Com a necessidade de integração de Escolas Politécnicas nas Universidades, a UCP decide procurar e negociar a integração de Escolas de Enfermagem sob a responsabilidade de entidades relacionadas com a Igreja Católica. Em consequência, identificam-se, em Lisboa, duas instituições: a Escola de S. Francisco das Misericórdias e a Escola de S. Vicente de Paulo. A primeira protela a integração, mas instala-se no *campus* de Sintra em 2006, onde permanece até agosto de 2008, altura em que resolve sair<sup>24</sup>. Já a Escola de S. Vicente de Paulo é integrada, totalmente em 2006, na recém-constituída Escola Superior Politécnica da UCP, com a ideia de se transferir e instalar no *campus* de Sintra, onde a Universidade pretendia reunir todas as unidades de ensino e prestação de cuidados de saúde da área de Lisboa. Em setembro de 2008, a Escola de S. Vicente de Paulo transfere-se do Campo Grande para o *campus* de Sintra, instalando-se no edifício académico da Faculdade de Engenharia, até à sua deslocalização para o *campus* de Lisboa em 2012.

---

<sup>22</sup> ACS, 28.05.2010.

<sup>23</sup> ACS, 27.05.2011.

<sup>24</sup> Comunicado da Reitoria, Transferência da Escola de S. Vicente de Paulo para o *campus* de Sintra, 22.07.2008.

## Resolução do *campus* de Sintra

Como referido, a fase 2 do desenvolvimento do projeto do *campus* de Sintra não avança pelo facto de o parceiro, Novopca, não estar em condições de realizar o projeto, nem ter sido encontrada outra empresa para dar continuidade ao protocolo estabelecido. Por outro lado, a Unidade de Cuidados Continuados também não é construída, pois previa-se que as dificuldades de acesso ao crédito agravassem os custos financeiros em cerca de 1 milhão de euros. Além disso, o *campus* vai ficando mais isolado e abandonado, pois não só os particulares não avançaram com o projeto da envolvente urbanização como, também, não se antevia que concretizassem esse projeto a curto-médio prazo. Acresce o facto de as infraestruturas do *campus* se encontrarem degradadas devido à vandalização, inerente à não receção da urbanização por parte da Câmara Municipal, o que acentuava o abandono e o isolamento do *campus*. Neste contexto, a Universidade vê-se obrigada a repensar o projeto do *campus* de Sintra.

Na reunião do Conselho Superior, de 27 de maio de 2011, é discutido o futuro do *campus* de Sintra e da Faculdade de Engenharia. Pelo já exposto, e pela dificuldade das negociações com a CMS e os proprietários, a dolorosa decisão de propor abandonar o *campus* de Sintra teria de ser colocada, pese embora esta representar o fim de vários sonhos e projetos da Universidade. Abandonar o *campus* de Sintra implicava, também, procurar vender o edifício e transferir as unidades de ensino para Lisboa. Nesse sentido, o Reitor é mandatado pelo Conselho Superior, com o acordo dos proprietários e da Câmara de Sintra, para fazer com que se identifiquem compradores para o edifício. O objetivo era a entrega dos terrenos a outra instituição de Ensino Superior, que compraria o edifício da Faculdade de Engenharia. Desse modo, desenvolvem-se contactos com o grupo internacional Laureate, com o Ministro da Defesa, para avaliar a viabilidade da instalação de uma escola de informação no âmbito dos compromissos com a NATO, e com a Mercedes-Benz, para a criação de um centro de competências. Também, em 2012, na reunião com os proprietários privados de Sintra, que desejavam definir em protocolo as relações com a Universidade, para salvaguardar a posição das partes, aqueles deixavam em aberto a possibilidade de virem a adquirir o *campus* de Sintra, embora não o pudessem fazer no imediato, por falta de liquidez<sup>25</sup>. Em 2015, após um período de maior intransigência negocial, há um retomar de negociações entre a Universidade, a CMS e os

---

<sup>25</sup> ACS, 23-11-2012.

proprietários privados, num espírito de colaboração, que se repercute na elaboração de novos protocolos destinados à resolução do *campus* de Sintra<sup>26</sup>.

#### 4. Instalação da Faculdade de Engenharia

##### Estudos Preparatórios

Entre maio e outubro de 1993, a Universidade, no reitorado do P.<sup>e</sup> Manuel Isidro Araújo Alves, dando seguimento aos seus princípios enformadores vigentes, promoveu encontros e debates sobre a oportunidade e possíveis rumos para uma Faculdade de Engenharia, a erigir no novo *campus* de Sintra. Para o efeito, foi constituído um grupo de trabalho, coordenado pelo Prof. Luís Valadares Tavares, que contou com as colaborações e os pareceres de um conjunto numeroso de professores e especialistas de Lisboa, Porto e Coimbra (Jorge Costa André, Luís Aires de Barros, José Nogueira Rodrigues Branco, António Morão Dias, José Abecassis Empis, Ricardo Bayão Horta, Luís Guimarães Lobato, Manuel Barata Marques, Augusto Medina, Jorge Coelho de Oliveira, Manuel de Oliveira Pulquério, Sebastião Formosinho Sanches e José Teixeira Trigo). Deste exercício resulta, em 30 de outubro de 1993, um relatório com uma proposta para a criação de uma Faculdade de Engenharia da UCP, no qual se defende o reforço da oferta de formação no domínio da Engenharia. Na base da sua argumentação, é salientado o aumento das necessidades de formação em Engenharia num horizonte temporal de 30 anos, em termos quantitativos e em termos de valências profissionais, cuja oferta, nessa altura, não seria capaz de satisfazer. Por sua vez, também a previsão da existência de fundos comunitários para o financiamento do desenvolvimento do ensino superior, nomeadamente verbas destinadas à realização de infraestrutura, contribuiu para a formulação da proposta.

Segundo este relatório, a oferta no domínio da Engenharia devia obedecer aos seguintes princípios fundamentais:

- contribuir para a formação de quadros muito qualificados e inspirados pelos valores cristãos e pela doutrina da Igreja;
- oferecer perfis de formação adaptados às novas exigências profissionais;
- regionalizar a oferta da formação, sempre que possível, e contribuir para a sua viabilidade através de uma estratégia de coordenação centralizada que permita reduzir a duplicação de custos e de esforços;

---

<sup>26</sup> ACS, 30.10.2015.

- apresentar propostas de formação inovadoras, ultrapassando limitações de outros projetos existentes;
- facilitar a cooperação com instituições de prestígio existentes, quer no País quer no estrangeiro.

O relatório sustenta, ainda, que a oferta deveria iniciar-se pelas licenciaturas em Engenharia Industrial, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil.

Em janeiro 1994<sup>27</sup>, tendo em vista a candidatura a fundos comunitários, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (PRODEP II), o projeto de criação de uma Faculdade de Engenharia no *campus* de Sintra é apresentado ao Conselho Superior pelo Prof. Luís Valadares Tavares. Este Conselho, apesar de expressar algumas insuficiências, aprova o desenvolvimento do projeto. Aprovada a candidatura apresentada ao PRODEP, em maio de 1995, inicia-se o projeto da Faculdade. Logo após a conclusão do projeto, em novembro de 1997, inicia-se a construção do edifício, que é ultimada em janeiro de 1999.

Em maio de 1999, o Conselho Superior aprovou a criação da Faculdade de Engenharia<sup>28</sup>, com base em dois argumentos principais. O primeiro, o estudo preparatório, que já havia sido apresentado a este Conselho, e que defendia que “era necessário e urgente formar quadros nas áreas da Engenharia, desenvolvendo especialidades a que as instituições de ensino estatais pareciam não poder dar resposta, havendo assim exigências do mercado não satisfeitas pela oferta vigente”. O segundo, a aprovação pelo Conselho Superior, há alguns anos, do alargamento da ação da Universidade à área da Engenharia, aliado ao facto de agora se dispor do espaço necessário para iniciar novas atividades. Importa referir que esta orientação estratégica já havia dado lugar à criação da Escola Superior de Biotecnologia no Centro Regional do Porto, ao Polo da Figueira da Foz (onde era oferecido o curso de Engenharia Industrial) e à Escola Superior de Ciências e Tecnologia no CRB. Outro efeito, positivo, foi a aprovação da candidatura ao PRODEP<sup>29</sup>, que cobria cerca de metade dos custos de edificação e da infraestrutura necessárias à instalação da Faculdade<sup>30</sup>. Assim, “tendo em conta os modernos desafios da nossa sociedade e com base na sua experiência de ensino, designadamente na área das tecnologias, a Universidade

---

<sup>27</sup> ACS, 07.01.1994

<sup>28</sup> ACS, 14.05.1999, p. 2. O decreto do Magno Chanceler de criação da Faculdade de Engenharia tem data de 09.06.1999.

<sup>29</sup> PRODEP – Medida 4 – Projeto 4.1/L/216.03/94 – Criação de Infraestruturas para o Polo de Sintra.

<sup>30</sup> Relatório do Reitor, 1997-1998, p. 16.

entendeu que deveria reforçar a sua oferta de formação no domínio da Engenharia”<sup>31</sup> e dar início à criação da Faculdade de Engenharia.

Para conduzir o projeto da Engenharia da Universidade, que havia sido iniciado pelo Prof. Luís Valadares Tavares, é convidado o Prof. Doutor Manuel Barata Marques, Professor Catedrático do IST, que estava a terminar a comissão de serviço como Presidente do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI), vindo a ser empossado como presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia e como presidente da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra.

À data de posse da Comissão Instaladora estava apenas construído o corpo principal do edifício da Faculdade de Engenharia, parcialmente equipado, e eram inexistentes as infraestruturas do *campus* necessárias ao seu funcionamento. As tarefas prioritárias cometidas à Comissão Instaladora do *campus* de Sintra consistiram, pois, na conclusão da construção do edifício, na instalação de equipamento e na realização das obras de infraestruturas, de modo a serem criadas as condições mínimas de funcionamento da Faculdade de Engenharia, para receber os primeiros alunos em outubro de 2000. Por outro lado, havia necessidade de gerir o processo complexo de desenvolvimento do novo *campus* que envolvia novas construções.

## **Projeto Académico**

### **1. Princípios Orientadores**

A Universidade, apesar de mais direcionada para o ensino das ciências da cultura e do espírito, não descurou as áreas tecnológicas. Uma das missões do *campus* de Sintra era a procura de um maior equilíbrio entre as humanidades e as tecnologias e um aproximar entre a fé, a cultura e a ciência. Além disso, desde os seus primórdios, a Universidade tem procurado ser inovadora e empreendedora, quer na criação de cursos quer incutindo novas perspetivas à oferta existente. Esta característica esteve presente, também, na definição do *campus* de Sintra, procurando-se, então, criar um espaço universitário que reunisse, no mesmo local, múltiplas áreas do saber, desde a Engenharia às Humanidades e à Saúde. A Faculdade de Engenharia, primeira deste *campus*, refletia a vontade de articular o necessário ensino das Tecnologias com o tradicional ensino das Humanidades<sup>32</sup>. Deste modo, a Faculdade de Engenharia tinha como missão

---

<sup>31</sup> Manuel Isidro Araújo Alves, 1999, Projeto da Faculdade de Engenharia.

<sup>32</sup> Discurso do Reitor na inauguração da Faculdade de Engenharia, 06.06.2001.

definir um projeto acadêmico alinhado com os princípios orientadores da Universidade e com as diretrizes para o *campus*, que considerasse a sua capacidade científica e pedagógica e que atendesse às conclusões do estudo preparatório. A sua incumbência era desenvolver um projeto inovador do ensino e da investigação da Engenharia, que promovesse inovação no conhecimento.

As primeiras reflexões formais sobre o Projeto Acadêmico da Faculdade de Engenharia ocorreram na reunião do Conselho Superior de 10 de dezembro de 1999. Nesta reunião, discutiram-se as propostas apresentadas pelo Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, que visavam fundamentalmente definir uma oferta inovadora e alinhada com a estratégia da Universidade e com o mercado. Em consequência destas reflexões e discussões, é apresentada, pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques, ao Conselho Superior, na sua reunião de 4 de março de 2000, a proposta do Projeto Acadêmico que viria a ser aprovada.

O Projeto Acadêmico teve como base os princípios orientadores da Universidade, os princípios fundamentais de ensino da Engenharia, sugeridos no relatório dos estudos preparatórios, assim como as orientações fundamentais para o desenvolvimento de um projeto inovador do ensino da Engenharia, também recomendadas nesse relatório. Da reflexão sobre estas diretrizes, são estabelecidas as linhas orientadoras que se deveriam pautar os cursos de Engenharia. Assim, é definido que o ensino a ministrar deveria fornecer<sup>33</sup>.

- a necessária formação científica de base;
- a informação social e económica apropriada;
- os conhecimentos tecnológicos avançados essenciais;
- a cultura de empresa e das relações laborais importantes para as atividades profissionais que se desenvolvem no espaço das organizações;
- a prática tecnológica necessária (designadamente, na fábrica ou no estaleiro).

Na proposta do projeto acadêmico é, igualmente, reconhecida a importância da interdisciplinaridade e de um estágio profissional, recomendando-se a sua inclusão no plano de estudos dos cursos de Engenharia. No que concerne à interação ensino, investigação e prestação de serviços, esta proposta estabelece, ainda, que as atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico da Faculdade de Engenharia devem contribuir para:

- obter resultados inovadores nos domínios científicos e tecnológicos;

---

<sup>33</sup> Projeto Acadêmico da Faculdade de Engenharia, 10.03.2000.

- valorizar a atividade dos docentes e melhorar a qualidade do seu ensino;
- aproximar a Universidade do meio exterior, colhendo ensinamentos, experiências e potenciando as bases de conhecimento disponíveis;
- contribuir para a viabilidade financeira do projeto.

## **2. Atividades de Ensino e Investigação**

Uma vez estabelecidas, e aceites, as linhas orientadoras do projeto académico, definiram-se as principais atividades de ensino e investigação. Ao nível do ensino, o projeto académico da Faculdade fundamentou-se na necessidade de “formar engenheiros com uma preparação que lhes permita uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade, em áreas tecnológicas em que a oferta de formação superior ou não é suficiente, ou não produz o perfil de engenheiro que, de futuro, venha a ser requerido”<sup>34</sup>. Para o efeito, foi estabelecido que a Faculdade deveria ministrar um ensino nos seguintes níveis: licenciatura, mestrado, pós-graduação e formação contínua. Ao nível da investigação, o projeto académico definia que as atividades de investigação deveriam ser promovidas de forma a contribuírem, simultaneamente, para o conhecimento científico e para a condução de um ensino atualizado e inovador. Nesse sentido, o projeto académico defendia criar primeiro os cursos a lecionar e as áreas científicas que lhes dão suporte, que alicerçavam as atividades a desenvolver na Faculdade. Por outro lado, os respetivos planos de estudos deveriam ser concebidos de modo a acompanhar, e antecipar, os requisitos resultantes da rápida evolução tecnológica e das profundas alterações sociais e económicas. O racional assenta no facto de se entender que a Universidade tem de desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das capacidades de aprendizagem e de adaptação às novas realidades e às transformações dos diversos sectores de atividade.

## **3. Planos de Estudo**

Os planos de estudo das licenciaturas foram, assim, estabelecidos de modo a privilegiarem uma sólida preparação científica, complementada por disciplinas tecnológicas que caracterizam o perfil dos cursos, e das áreas das Ciências Sociais e Jurídicas, da Economia e da Gestão. Na conceção dos planos de estudo dos cursos de licenciatura, foi considerado que “as funções a desempenhar pelo engenheiro exigem-lhe, para além dos conhecimentos inerentes à sua profissão, autonomia e capacidade de participar em equipas multidisciplinares, criatividade, capacidade de aprender e atualizar continuamente os seus conhecimentos, compreensão dos impactos das soluções de engenharia, de que se destaca a

<sup>34</sup> Prof. Manuel Barata Marques, Anuário 2000–2001 da Faculdade de Engenharia.

sensibilidade às questões ambientais e, simultaneamente, capacidade de relacionamento com a sociedade”. Em síntese, o perfil de engenheiro que se pretende formar na Faculdade de Engenharia da UCP, devia satisfazer, essencialmente, os seguintes requisitos<sup>35</sup>:

- um conhecimento profundo das técnicas de Engenharia no seu domínio específico;
- uma formação sólida e vasta nas ciências de base;
- conhecimentos suficientes em Gestão;
- capacidade de comunicação e uma boa cultura inspirada nos valores e ideais cristãos.

Para responder a este perfil de engenheiro, o projeto académico previa incluir nos planos de estudos de todos os cursos de licenciatura, para além das disciplinas das ciências básicas, as relativas ao Ambiente, aos Materiais, às Tecnologias de Informação e às Comunicações, à Engenharia de Sistemas, às Ciências Humanas e Jurídicas, à Economia e à Gestão.

#### **4. Sistema de Ensino**

Para implementar o plano de estudos, o projeto académico propunha um sistema de ensino inovador, baseado nas seguintes características:

- existência de um corpo docente dedicado ao ensino e à investigação científica e tecnológica, a tempo inteiro;
- modelo de ensino presencial, com aulas teóricas, teórico-práticas e laboratoriais, sessões tutoriais e acompanhamento dos alunos pelos docentes fora do horário reservado às aulas;
- posto de trabalho individual, permitindo aos alunos o estudo para além do horário das aulas;
- regime de aulas trimestral, correspondendo cada período letivo a 10 semanas efetivas de aulas, com uma carga letiva semanal de cerca de 20 horas, a que acrescem 3 semanas para avaliação;
- utilização de tecnologias de informação como veículo privilegiado de ensino e aprendizagem;
- laboratórios apetrechados e adequados aos planos curriculares;
- cooperação com universidades estrangeiras prestigiadas, visando o intercâmbio de docentes e discentes e a atribuição conjunta de diplomas;

---

<sup>35</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, 10.03.2000.

- estágio profissional incluído nos planos de estudo;
- indicação, no início de cada trimestre, das publicações e elementos de estudo, referentes às disciplinas desse período;
- apoio à aprendizagem da língua inglesa, como atividade extracurricular.

A inclusão do estágio no plano curricular dos cursos era reveladora da importância atribuída à aplicação prática dos conhecimentos e à vivência do ambiente em que o futuro engenheiro exerceria as suas funções. Os estágios, que eram resultado de acordos entre a Faculdade e empresas, dos sectores secundário e terciário, visavam facilitar, também, a inserção dos jovens engenheiros na atividade profissional.

### **5. Regime Trimestral**

É de destacar, também, o regime trimestral proposto no projeto académico, inovador no panorama do ensino superior nacional. Era defendido pela sua maior eficiência das atividades escolares, pois permitiria uma continuidade do percurso de aprendizagem das matérias durante o período escolar e possibilitaria a avaliação contínua por trabalhos, ao longo das aulas, e a avaliação, por exame, no final do trimestre. No entanto, na apresentação da proposta de “Projeto Académico da Faculdade de Engenharia” ao Conselho Superior, em 4 de fevereiro de 1999, são colocadas algumas questões e proferidos alguns comentários relativamente a este modelo de ensino. O principal argumento avançado foi o de que o tempo de maturação, necessário à aprendizagem das matérias e à consolidação dos conhecimentos, era curto, o que constituía uma desvantagem significativa em relação ao regime semestral. Esta opinião foi rebatida, alegando-se que o tempo de maturação do regime trimestral é mais longo por não haver a interrupção para avaliações bimestrais (típicas do regime semestral) nem descontinuidade no processo de aprendizagem. Este tipo de regime é, assim, aprovado pelo Conselho Superior e implementado no ano letivo de 2000/2001, ano em que a Faculdade inicia a sua atividade letiva. O teste-piloto deste regime trimestral durou até 2005, altura em que o Conselho Científico da Faculdade decide reformular os seus cursos, na sequência do Processo de Bolonha, que se aproximava<sup>36</sup>. O Conselho Científico entendeu que o regime trimestral era demasiado intenso e exigente para o nível dos alunos, que chegavam ao ensino superior com uma fraca preparação, particularmente nas disciplinas de Matemática e Física, e ausência de métodos de trabalho, o que justificaria as elevadas taxas de abandono registadas. Por essa razão, e aproveitando a reformulação

<sup>36</sup> ACC-FE, 21.01.2005.

exigida pelo Processo de Bolonha, o regime trimestral é abandonado e substituído pelo semestral.

## **6. Processo de Bolonha**

No conjunto das unidades da UCP, a Faculdade de Engenharia foi a primeira a propor à Reitoria, e a ver aprovada, a adequação dos seus cursos ao Processo de Bolonha. Apesar de o debate público indicar uma tendência para as Escolas de Engenharia optarem por mestrados integrados, a UCP decidiu pôr em prática o modelo designado de 3+2, que era, também, o modelo que vigorava em várias Escolas de Engenharia de referência a nível internacional. Importa destacar que algumas das Escolas que optaram inicialmente por mestrados integrados vieram posteriormente a mudar para o modelo 3+2. Neste modelo, são definidos dois ciclos autónomos, uma licenciatura de três anos e um mestrado de dois anos. A adequação dos cursos da Faculdade constituiu um desafio considerável, não apenas pelas limitações de tempo, mas também por ter sido entendido como um projeto a desenvolver de “raiz”. Em maio de 2006, o Conselho Científico da Faculdade aprova os novos planos de estudos dos cursos, que são oferecidos pela primeira vez no ano letivo de 2006/2007<sup>37</sup>.

### **7. 3.º Ciclo**

O projeto académico da Faculdade contemplava, também, a oferta de cursos de 3.º ciclo, ou de doutoramento. Assim, passados 6 anos do início da atividade académica da Faculdade, são apresentadas, ao Conselho Científico, as primeiras propostas para programas de doutoramento, com parte curricular. As três propostas apresentadas, em Engenharia Biomédica, Engenharia Clínica e Engenharia Informática, são aprovadas por unanimidade pelo Conselho Científico em outubro de 2006<sup>38</sup>.

## **Cursos de Engenharia**

### **1. Orientação Académica**

Como referido, o projeto académico da nova Faculdade foi fundamentado na necessidade de formar engenheiros com uma preparação potenciadora de uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade, em áreas tecnológicas cuja oferta de formação superior não era suficiente ou não produzia o perfil de engenheiro que, de futuro, viria a ser requerido. Entendeu-se,

<sup>37</sup> ACC-FE, 15.05.2006.

<sup>38</sup> ACC-FE, 17.10.2006.

então, que as primeiras licenciaturas a serem oferecidas não deveriam ser as designadas tradicionais. De facto, estas últimas já eram oferecidas por atuais instituições universitárias, designadamente do sector estatal, que dispunham de excelente capacidade científica, de importantes meios laboratoriais e desfrutavam, inclusive, de uma forte implantação na sociedade portuguesa<sup>39</sup>. As áreas de Engenharia, que a Faculdade selecionou para desenvolver na sua fase inicial, tiveram como base opiniões de entidades muito qualificadas do meio académico e do sector empresarial, bem como um estudo da procura por cursos do ensino superior referente aos anos letivos de 1998/1999 e 1999/2000.

Tendo em consideração o enquadramento supra delineado, a evolução das candidaturas dos cursos de Engenharia e as opiniões expressas pelo conjunto de personalidades consultadas, entendeu-se que a Faculdade de Engenharia deveria concentrar a sua atividade inicial nas seguintes áreas de intervenção<sup>40</sup>: Engenharia da Empresa, Engenharia da Informação, Engenharia do Ambiente e Urbanismo e Engenharia da Saúde. Importa, ainda, sublinhar que estas áreas do conhecimento estavam contempladas nas prioridades do V Programa-Quadro da União Europeia. A estas áreas corresponderam, também, cursos de licenciatura que tiveram as mesmas designações. Estes quatro cursos de licenciatura foram aprovados na reunião de Conselho Superior de 31 de março de 2000, apesar da apreensão manifestada por alguns membros e, em particular, pelo Conselho da Gestão Financeira, que salientou o risco financeiro.

Na área de Engenharia da Saúde, está incluído o Mestrado de Engenharia da Saúde. Este mestrado foi a primeira atividade académica da Faculdade de Engenharia, pela necessidade de marcar uma posição na área. Nesta fase de arranque iniciou-se, também, a preparação de cursos de pós-graduação nos domínios da Engenharia Municipal, Desenvolvimento Integrado de Projetos Industriais, Engenharia da Informação e Gestão de Energia em Unidades Hoteleiras. Este último decorreria em Macau e desenvolver-se-ia no âmbito do Instituto Luso-Chinês.

A estrutura dos cursos de licenciatura foi concebida de modo a incluir um número significativo de disciplinas comuns, sobretudo nos dois primeiros anos. O início, em simultâneo, das quatro licenciaturas proporcionaria importantes economias de escala em recursos humanos, materiais e financeiros. Nestas condições, um maior número de alunos a frequentar o 1.º ano justificaria um corpo docente mais alargado, possibilitando que a massa crítica de professores fosse atingida mais rapidamente, contribuindo para o desenvolvimento de atividades

---

<sup>39</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, Manuel Barata Marques, 10.03.2000.

<sup>40</sup> ACS, 31.03.2000.

de investigação científica e tecnológica próprias da Faculdade e permitindo a prestação de serviços à comunidade<sup>41</sup>.

## **2. Licenciatura em Engenharia da Empresa**

A nova dinâmica empresarial gerada pela aproximação dos mercados, impunha às empresas um acompanhamento contínuo das novas tecnologias, modelos de negócio inovadores e uma gestão eficiente de recursos. Assim, considerando a empresa como a unidade central do desenvolvimento económico e social, o curso de Engenharia da Empresa foi delineado para formar licenciados capazes de desempenhar um papel integrador de um conjunto muito variado de funções essenciais à dinâmica das organizações. Esta formação exige uma preparação muito diversificada em áreas científicas, tecnológicas e de gestão, necessárias às atividades de conceção, projeto, planeamento, organização, manutenção, produção e qualidade em empresas industriais e de serviços. Assim, o plano de estudos do curso, além de seguir as orientações globais, atrás descritas, sobre a estrutura dos planos de estudo das licenciaturas, inclui um conjunto de disciplinas específicas, como as Tecnologias de Informação, os Sistemas de Comunicação, as Redes de Computadores, os Materiais e as Tecnologias, a Gestão da Produção, a Manutenção, a Qualidade, a Engenharia de Sistemas e as disciplinas relativas à Gestão de Empresas<sup>42</sup>.

## **3. Licenciatura em Engenharia da Informação**

A licenciatura em Engenharia da Informação ambicionava ser mais do que um curso de informática. Este curso integrava um conjunto alargado de áreas disciplinares, as quais incluíam, como comumente designadas, a Engenharia Informática, as Tecnologias da Comunicação e de Computadores, tendo por base a tecnologia eletrónica, a que se juntava a componente de base proposta pela Faculdade. O seu plano de estudos era distinto por privilegiar a aposta no desenvolvimento humano como complemento indispensável da evolução técnica, que promovia o espírito empreendedor, a inquietude para fazer mais e melhor, a autonomia, a capacidade de inovar, a adaptação ao trabalho de equipa e o desenvolvimento de valores e cultura empresarial<sup>43</sup>. Os licenciados nesta Engenharia ficavam, assim, habilitados para conceber, projetar e gerir sistemas de informação, redes de computadores, sistemas de comunicação e sistemas eletrónicos.

---

<sup>41</sup> Projeto Académico da Faculdade de Engenharia, Manuel Barata Marques, 10.03.2000.

<sup>42</sup> Anuário das Licenciaturas da Faculdade de Engenharia, 2000/2001.

<sup>43</sup> Prof. José Epifânio da Franca, Presidente do Conselho de Administração da CHIPIDEA.

#### ***4. Licenciatura em Engenharia da Saúde***

O sector da Saúde é um dos que mais beneficia da investigação científica e dos avanços tecnológicos, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida das populações. No entanto, o conhecimento da inovação e da rápida evolução tecnológica nem sempre era aplicado nos domínios do sector da saúde ao mesmo ritmo. Faltava, portanto, um elemento facilitador entre a Engenharia e a Saúde que agilizasse a aplicação de conhecimento. Por outro lado, as organizações do sector da saúde precisavam ser mais eficientes, necessitando, por isso, de aumentar a produtividade, racionalizar os recursos e modernizar as tecnologias. Também a própria sofisticação dos meios de diagnóstico e de terapêutica exigiam engenheiros com conhecimentos tanto de eletromedicina como de biotecnologia<sup>44</sup>. O objetivo do curso de Engenharia da Saúde era, assim, o de formar licenciados que compreendessem a problemática da saúde e detivessem preparação científica e técnica para intervir, de forma eficiente, no sector da saúde. A formação adquirida, neste curso, permitiria aos licenciados exercerem funções muito diversificadas, como sejam as de conceber, projetar e gerir equipamentos hospitalares, de diagnóstico e terapêutica, as de conceber e implementar sistemas de informação e decisão e as de gerir projetos tecnológicos.

#### ***5. Licenciatura em Ambiente e Urbanismo***

O curso de licenciatura em Engenharia do Ambiente e Urbanismo tinha, pela variedade dos temas que tratava, uma característica multidisciplinar e, simultaneamente, integradora de matérias de várias áreas do saber. O ensino conjunto destas duas áreas visava o desenvolvimento económico das populações, baseado no respeito pelo ambiente<sup>45</sup>. A multidisciplinaridade do curso permitia, assim, que os licenciados dispusessem de um leque muito variado de funções, que poderiam vir a desempenhar. Destacam-se, entre outras, as atividades de conceção, projeto e execução de obras de intervenção, infraestruturas e saneamento básico, avaliações de impacto ambientais, controlo de poluição, planeamento e gestão de recursos hídricos, tratamento de águas residuais, planeamento regional e urbano, gestão urbanística, gestão municipal e gestão ambiental.

#### ***6. Mestrado em Engenharia da Saúde***

A criação do mestrado em Engenharia da Saúde foi aprovada pelo Conselho Superior em 14 de maio de 1999, sob proposta do Prof. Doutor Manuel Barata

---

<sup>44</sup> Eng. Carlos Tomás, Presidente da Associação Portuguesa de Engenharia da Saúde.

<sup>45</sup> Prof. Doutor João Quinhones Levy, Presidente do Grupo Ecoserviços.

Marques e foi o primeiro curso a ser oferecido pela Faculdade de Engenharia. Perante uma quase inexistente oferta de formação pós-graduada na área das tecnologias da saúde, no sistema de ensino universitário português, a UCP teve a iniciativa de lançar um curso de mestrado inovador em Engenharia da Saúde. Em Portugal, a formação médica privilegiava, tipicamente, os aspetos biológicos e humanos da Medicina, aprofundando pouco a envolvente socioeconómica e técnica inerente à profissão médica<sup>46</sup>. Por um lado, constatava-se que a saúde era um dos sectores que mais estava a beneficiar da rápida evolução tecnológica e que se exigia um novo espectro de qualificações, especificações e serviços complementares. Por outro lado, a UCP dispunha de unidades orgânicas com competência nas áreas científicas exigidas, designadamente nas áreas da Gestão, Bioquímica e Biotecnologia. Beneficiava, ainda, de apoio do Hospital de São Francisco Xavier e de outras instituições, umas ligadas à Saúde e outras à indústria de dispositivos médicos, que permitiam assegurar um ensino objetivamente vocacionado para a formação de Mestres capazes de contribuir significativamente para um funcionamento eficiente das unidades de saúde. Esta componente mais aplicada proporcionaria aos alunos uma multiplicidade de experiências e contactos potenciadores do ingresso no mercado de trabalho. O curso oferecia, assim, uma especialização em tecnologias médicas e hospitalares, diferenciadora pela sua qualidade e competitividades, que respondia às necessidades e desafios no sector da saúde, cuja oferta existente não satisfazia<sup>47</sup>.

## 5. A Faculdade de Engenharia

### 1. Estrutura Académica e Serviços

Nos termos dos Estatutos da Faculdade de Engenharia, os seus órgãos de governo incluem o Diretor, o Conselho de Direção e o Conselho Científico. O Conselho Consultivo e as Comissões Pedagógicas desempenham funções consultivas. A operação e o funcionamento da Faculdade de Engenharia são garantidos pelo corpo docente e por um conjunto de serviços, que incluem: Serviços Escolares, Biblioteca, Gabinete de Apoio ao Aluno, Sistemas de Informação, Capelania, *Marketing*, Livraria, Papelaria e Reprografia, Serviços Gerais e Gabinete de Apoio a Projetos.

---

<sup>46</sup> Dr. João Vasques Silva Pires, Chefe do Serviço de Endocrinologia do Hospital da Maninha.

<sup>47</sup> Projeto da Faculdade de Engenharia, Prof. Doutor Barata Marques, 2000.

### ***Diretor e Conselho de Direção***

Ao longo dos 13 anos de funcionamento da Faculdade, o cargo de Diretor foi ocupado pelo Prof. Doutor Manuel Barata Marques, professor Catedrático do IST, doutorado pelo *Imperial Colleague* em engenharia mecânica e que, entre outros cargos, fora Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Engenharia, Presidente Adjunto do IST para os Assuntos Administrativos e Presidente do INETI. Coube-lhe, não apenas a desafiante tarefa de criar uma nova Escola, desenvolver um projeto académico de raiz, e construir novas instalações, como, também, o desenvolvimento do novo *campus* de Sintra, já que acumulava o cargo que exercia na Faculdade com a presidência da Comissão Instaladora do *campus* de Sintra. Teve a espinhosa missão de criar e desenvolver o primeiro projeto académico num *campus* que se encontrava isolado e privado dos normais apoios estruturais. Recebeu os maiores elogios dos seus pares, internos e externos, pelo seu projeto académico, e um voto de louvor, por unanimidade, do Conselho Superior, pelo trabalho prestado à Universidade<sup>48</sup>.

A Faculdade foi gerida por dois Conselhos de Direção. No primeiro, entre 2002 e 2008, o Diretor foi assessorado pelos professores Pedro Encarnação (Gestão Financeira) e Rui Pires (Serviços Académicos). O segundo Conselho de Direção, entre 2009 e 2013, teve como diretores adjuntos os professores Cecília Calado (Investigação, Marketing e Biblioteca), Jorge Julião (Finanças, Sistemas de Informação, Serviços Gerais e Laboratórios) e Pedro Matias (Serviços Académicos e Segurança). A assessoria de ambos os Conselhos de Direção foi assegurada pela Dr.<sup>a</sup> Maria João Pinto Ribeiro, que desempenhou, neste período, a função de secretária da Direção.

### ***Conselho Científico e Consultivo***

O Conselho Científico, outro órgão de governo, teve a responsabilidade na orientação académica e científica. Este Conselho, presidido pelo professor Manuel Barata Marques, era constituído não só por professores Catedráticos e Associados, mas também por professores auxiliares que foram convidados a exercerem a direção de cursos ou a coordenação de áreas científicas. Fizeram parte deste Conselho os professores: Alexandre Castro Caldas, Ana Pascoal, Artur Bezelga, Carlos Salema, Cecília Calado, Heitor Pina, Helena Vieira, Jorge Julião, José Carlos Outeiro, Maria José Lucena e Vale, Mário Nina, Pedro Encarnação, Pedro Matias, Rui Alves Pires, Rui Assis e Tito Santos Silva.

O Conselho Consultivo teve como missão assegurar a articulação, constante e permanente, entre o projeto académico da Faculdade e a sociedade, em

---

<sup>48</sup> ACS, 25.11.2016.

particular com o meio económico e empresarial, através de uma estreita ligação a especialistas na área da Engenharia. O seu principal objetivo era o aconselhamento na definição estratégica das ofertas curriculares, formativa e executiva, e respetivos conteúdos programáticos para que a formação e a investigação se adequassem às necessidades do mercado. Para o efeito, este Conselho reunia uma vez por ano, a pedido da Direção da Faculdade. O Conselho Consultivo era presidido pelo Diretor da Faculdade e incluía personalidades, regionais e nacionais, de reconhecido mérito, que representavam várias áreas de Engenharia. Deste Conselho fizeram parte: António Sousa Gomes, António Vidigal, Carlos Borrego, Eduardo Lopes Rodrigues, Joaquim Carlos Fortunato, José Epifânio da Franca, José Luís Almeida Fernandes, José Oliveira Guia, Luís Alves Monteiro, Luís Braga da Cruz, Luís Mira Amaral e Pedro Ferraz da Costa.

### ***Comissões Pedagógicas***

As Comissões Pedagógicas tiveram como missão promover a qualidade do ensino, recolhendo e apreciando sugestões respeitantes a formas de lecionação e aprendizagem, à prática da interdisciplinaridade e à aquisição de material didático, bibliográfico e audiovisual. Para o efeito, pronunciavam-se, regularmente, não só sobre os planos de estudos para melhor coordenação de unidades curriculares afins, como também sobre as atividades pedagógicas e regimes de avaliação de conhecimentos. As duas Comissões Pedagógicas, representantes dos 1.º e 2.º ciclos, eram constituídas pelos professores e alunos representantes de cada ano curricular e presididas pelo Diretor-Adjunto com o pelouro académico.

### ***Corpo Docente***

A qualidade do ensino ministrado na Universidade é conhecida por primar pela excelente qualificação científica e pedagógica dos seus professores, que constituiu o principal princípio orientador na escolha do corpo docente da Faculdade. Além da excelência, a Faculdade, desde o seu início, considerou fundamental, para o desenvolvimento do projeto académico, a composição de um corpo docente próprio para assegurar as áreas fundamentais e científicas da Faculdade. As áreas transversais à Engenharia foram garantidas por outras unidades académicas da Universidade e as demais com recurso a docentes e especialistas externos. O recurso a docentes externos era considerado como complemento da capacidade existente na Faculdade e não como uma forma alternativa de contratação. No entanto, nos primeiros anos de atividade da Faculdade, houve necessidade de contratar um maior número de docentes externos, não apenas pela falta de capacidade, mas também para garantir flexibilidade até à consolidação do projeto académico e, ainda, pela própria especificidade

de alguns cursos de pós-graduação. Tratando-se de um projeto criado de raiz, a definição do corpo docente foi realizada em função das áreas científicas e tecnológicas identificadas no projeto académico. Para além deste requisito, o perfil curricular dos docentes teria de permitir a lecionação transversal nos vários níveis de ensino ministrados pela Faculdade.

A evolução do corpo docente foi gradual, à medida que os cursos avançavam nos anos curriculares e a oferta de cursos se diversificava. Em consequência, a primeira geração de docentes da Faculdade atuava, sobretudo, nas áreas das ciências de base, nomeadamente, na matemática e na física. Este corpo docente era composto, fundamentalmente, por um conjunto de docentes jovens, muito qualificados e contratados para integrar a Faculdade, e alguns professores convidados, mais seniores e com *curriculum* e experiência comprovados, contratados para coordenar as áreas científicas e “conduzirem” os professores mais jovens. Não obstante as alterações nos anos letivos, o corpo docente era, no essencial, constituído por cerca de 23 professores residentes, dos quais apenas 3 não eram doutorados, e por cerca de 30 docentes convidados, na sua maioria doutorados, em regime de tempo parcial. Os professores residentes incluíam um professor catedrático, um associado, 18 auxiliares e 3 assistentes.

### ***Serviços e Infraestruturas***

A Faculdade não funcionaria se não fossem as pessoas dedicadas, que garantiram um conjunto de serviços de suporte às atividades académicas e letivas. Nos Serviços Escolares, entidade certificadora da atividade escolar, a equipa, liderada por Elsa Braz e constituída por Ana Rute e Carla Branco, teve a responsabilidade de executar os processos administrativos relativos ao percurso académico dos alunos, bem como a de planear e acompanhar o funcionamento das aulas e das avaliações e a de elaborar e providenciar dados estatísticos da atividade escolar. Nas suas atividades de contacto com o público, foram, também, o rosto da Faculdade e o suporte operacional dos alunos.

Nos Serviços de Informação, João Dinis e a restante equipa dos serviços centrais, sob a orientação do professor Helie de Chantérac, criaram e mantiveram a infraestrutura tecnológica e os sistemas de informação fundamentais ao suporte das atividades académicas e de investigação. Sendo uma Faculdade voltada para as tecnologias, procurou instalar, desde o início, os meios informáticos de última geração para proporcionar aos docentes e alunos condições para o desenvolvimento eficiente da investigação e estudos, o que implicou uma exigente e qualificada assistência.

A Capelania, como espaço de encontro e partilha, através do P.<sup>o</sup> Hugo dos Santos e da Irmã Fátima Ferreira, garantiu a assistência e o aconselhamento

religioso e espiritual à comunidade acadêmica. A sua presença permitiu celebrar condignamente os principais acontecimentos e datas significativas para a comunidade acadêmica e seus membros. Teve, também, um papel agregador nas ações e solidariedade social, e entre as comunidades acadêmicas.

O Gabinete de Apoio ao Projeto, coordenado pela Catarina Castanhas, dinamizou os projetos de investigação da Faculdade, através da prospeção de oportunidades de candidaturas a projetos de investigação e programas de financiamento e do apoio técnico e administrativo na elaboração de propostas.

A Biblioteca, espaço privilegiado da Faculdade, era mais do que um local onde se armazenavam livros, pois era um ponto acolhedor onde os docentes e alunos se reuniam para estudar, interagir e aprender. Os utilizadores tinham acesso direto a uma biblioteca especializada em Engenharia e indireto ao acervo da Biblioteca João Paulo II, na sede da Universidade. As atividades da Biblioteca foram coordenadas por Ricardo Cunha, que teve um papel significativo na condução da investigação e estudos de docentes e alunos.

O Marketing da Faculdade esteve ao cuidado da Ana Sofia Sá Cardoso, responsável pela elaboração dos planos de marketing, comunicação da imagem da Faculdade e promoção de eventos de divulgação, internos e externos, da oferta letiva. Com responsabilidades também ao nível da comunicação, esteve a rececionista, Ana Paula Martins, que foi muitas vezes a voz e o rosto da Faculdade.

A comunidade académica dispunha de uma infraestrutura de excelente qualidade, especialmente concebida para o ensino da Engenharia, mas que detinha, igualmente, espaços de estudo, lazer e convívio. Os alunos tinham à disposição espaços de estudo próprios e equipados com meios informáticos que permitiam um estudo contínuo. Este espaço era também frequentado por alunos do IST, que escolhiam este local para estudar, juntamente com os alunos residentes. A Faculdade detinha, ainda, um bar e uma cantina, onde a comunidade académica podia tomar as suas refeições e que era utilizado pelos estudantes como espaço de estudo. Os alunos dispunham, igualmente, de um espaço para seu uso exclusivo, onde estava localizada a Associação de Estudantes e instalados dispositivos para atividade lúdicas e sociais.

## **2. Atividade Letiva**

A atividade letiva, ou ensino, constituiu um dos três pilares da Faculdade, entre a investigação e a prestação de serviços, e foi, porventura, o mais importante e, por certo, o que exigiu mais recursos. A Faculdade de Engenharia ministrou ciclos de estudos conducentes a graus académicos, nos três níveis de

ensino, e à obtenção de diplomas em áreas de engenharia afins, nomeadamente, pós-graduações e cursos de especialização. Neste âmbito desenvolveu, também, atividades relacionadas com a definição e implementação de laboratórios e com o processo de acreditação dos cursos.

### ***Cursos de Licenciatura***

Como referido, a atividade letiva da Faculdade de Engenharia iniciou-se no ano letivo de 2000/2001, com a oferta das licenciaturas em Engenharia da Empresa, Engenharia da Informação, Engenharia da Saúde e Engenharia do Ambiente e Urbanismo. A Faculdade, dando seguimento à orientação do projeto académico, inicia, assim, a sua atividade apostando em cursos inovadores ou de abordagem diferenciadora que se distinguiam, em relação à oferta no ensino superior português, pela sintonia com o mercado de trabalho. Uma característica singular nos quatro cursos era o facto de incluírem um número muito significativo de disciplinas comuns, das diversas áreas científicas, o que possibilitava consideráveis economias de escala. Em particular, o primeiro ano curricular era comum a todos os cursos, o que permitia aos alunos mudarem de curso ao fim do primeiro ano, sem perda de número de créditos e disciplinas. Esta característica veio a manter-se, também, nos novos cursos. Um outro elemento relevante, nos *currícula* dos cursos, era a forte componente das ciências básicas, importante para o desenvolvimento do perfil de profissional que a Faculdade desejava formar, o de um engenheiro de conceção.

No ano letivo de 2001/2002, a Faculdade resolve diversificar a sua oferta e aposta num curso clássico e de banda larga, pois era necessário densificar a população de alunos na Faculdade. A sua opção recai sobre a Engenharia Civil, atendendo a que, nessa altura, se registava uma elevada procura nesta área. Este curso, embora clássico, mantinha-se perfeitamente atual face às necessidades do sector da construção e obras públicas<sup>49</sup> e tinha, simultaneamente, uma forte componente em Reabilitação de Estruturas e de Edificações, seguindo a recomendação do Conselho Consultivo. Era previsível que, dentro de alguns anos, uma parte significativa das obras de construção civil fosse a de Reabilitação, como se veio a verificar. Apesar de nos últimos anos em que o curso funcionou se ter registado uma diminuição significativa de alunos devido à crise do imobiliário que se abateu sobre o País a partir de 2008, foi o curso da Faculdade que diplomou mais alunos.

No ano letivo de 2005/2006, regista-se uma mudança significativa na atividade letiva da Faculdade. A licenciatura da Engenharia da Saúde é substituída

---

<sup>49</sup> Eng. José Teixeira Trigo, Sócio-Gerente da Teixeira Trigo, Lda.

por duas novas licenciaturas, uma em Biomédica e outra em Clínica e são lançadas, pela primeira vez, a licenciatura em Engenharia Industrial e a Engenharia Informática. A Engenharia Biomédica, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Cecília Calado, visava uma preparação tecnologicamente diversificada nos domínios das ciências biomédicas, em áreas como a Engenharia Genética, Engenharia dos Tecidos, Biomateriais, Biomedicina, Órgãos Artificiais, Engenharia de Proteínas e Farmacologia. Já a Engenharia Clínica, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Pascoal, era mais dirigida para o domínio das tecnologias e sistemas de Saúde, bem como da sua gestão, abrangendo as fases do projeto e da manutenção. A Engenharia Industrial, coordenada pelo Prof. Doutor Jorge Julião, em cuja área a Universidade já tinha experiência, através da sua Escola Superior de Ciências e Tecnologia, veio ocupar o lugar da Engenharia da Empresa. Este curso procurava articular duas das grandes áreas científicas, a Engenharia e a Gestão, com o objetivo de formar alunos com capacidade para planear e gerir sistemas complexos, com fortes interações entre variáveis humanas, financeiras, organizacionais e tecnológicas. A Engenharia Informática, coordenada pelo Prof. Doutor Tito Silva, manteve as linhas de orientação da Engenharia da Informação.

O ano letivo de 2006/2007 é marcado pela adequação dos cursos ao designado Processo de Bolonha. Como anteriormente referido, a Universidade optou pelo sistema 3+2, cujo primeiro ciclo, conducente ao grau de Licenciatura, tem a duração de 3 anos. Com esta mudança, na área da Biomédica, a Faculdade optou por ter apenas uma licenciatura em Biomédica, que dava seguimento para dois cursos de mestrado, um com a mesma designação e outro em Engenharia Clínica. De forma análoga, a Faculdade optou por abandonar a licenciatura em Engenharia do Ambiente e Urbanismo e criar um mestrado com a mesma designação ficando, assim, a licenciatura em Engenharia Civil, coordenada, inicialmente, pelo Prof. Eng. João Appleton, e, posteriormente, pelo Prof. Doutor Ionut Moldovan, com duas opções de mestrado.

No ano letivo de 2009/2010, a Faculdade lança dois cursos novos, a licenciatura em Engenharia Mecânica e o mestrado integrado em Arquitetura. A Engenharia Mecânica, coordenado pelo Prof. Doutor José Carlos Outeiro, era um curso totalmente novo na Universidade, mas com muitas disciplinas em comum com o existente em Engenharia Industrial, pelo que beneficiava de fortes economias de escala e tinha uma procura significativa. Já na área da Arquitetura, havia a experiência do curso que decorria no Centro Regional de Viseu, desde 2001, e o desejo de desenvolver esta área em Lisboa. O projeto da Arquitetura na Faculdade, coordenado pelo Prof. Doutor José Baganha, pelo facto de nascer no seio de uma Faculdade de Engenharia, acaba por ter uma

forte influência da Engenharia Civil, e um pendor mais tecnológico, quando comparado com os demais cursos de Arquitetura existentes no País, o que lhe atribuiu características ímpares.

A Universidade acaba por ser impelida, no início do ano letivo de 2010/2011, a cancelar as matrículas no 1.º ano do novo Mestrado Integrado em Arquitetura, por escassez de candidatos<sup>50</sup>, e a encerrar o curso, que tinha apenas 8 alunos no 2.º ano. A colaboração do IST, que tinha em elevada consideração o nível pedagógico e científico dos cursos da Faculdade de Engenharia, permitiu que estes alunos fossem transferidos para esta instituição. O encerramento do curso de Arquitetura tem um efeito muito negativo, pelo sentimento de incerteza gerada na continuidade dos cursos, não só entre os alunos que frequentavam a Faculdade, mas também na procura das formações em Engenharia, o que se refletiu no reduzido número de candidatos no ano letivo seguinte, 2011/2012. Por esse motivo, bem como pelo facto de ter sido definido, pelo Conselho Superior<sup>51</sup>, que a abertura de cursos ficaria condicionada a um número mínimo que viabilizasse a exploração, a Reitoria decide suspender, nesse período, as matrículas nas licenciaturas da Faculdade, com a intenção de reabri-las no ano seguinte, já em Palma de Cima, para onde se pretendia transferir a Faculdade. Estas decisões, associadas a outros fatores que condicionavam a atividade letiva, contribuíram para que, em 2012/2013, apenas o curso de Engenharia Biomédica iniciasse o seu 1.º ano em Lisboa. A decisão de descontinuar os cursos da Faculdade é tomada pelo Conselho Superior, em 18 de janeiro de 2013<sup>52</sup>, e leva à transferência dos alunos para outras instituições de ensino superior.

### ***Cursos de Mestrado***

Como descrito no projeto académico, a Faculdade iniciou a sua atividade letiva nos anos de 2000/2001, com o mestrado em Engenharia da Saúde, com o objetivo de se posicionar na área. O curso, que foi coordenado inicialmente pelos professores Armando Sales Luís e Luís Valadares Tavares, a que se juntou, posteriormente, o professor Manuel Barata Marques, propunha-se formar os alunos nas principais noções de Engenharia e de Gestão na sua aplicação ao sector da Saúde, pelo que integrava várias áreas científicas, como a Saúde, Gestão, Sistemas, Eletrónica e Instrumentação e Bioquímica e Ambiente.

A abertura da licenciatura em Engenharia Civil, em 2001/2002, impulsiona o desenvolvimento desta área, o que leva a Faculdade a lançar, pouco

---

<sup>50</sup> ACS, 22.10.2018.

<sup>51</sup> ACS, 27.05.2018.

<sup>52</sup> ACS, 18.01.2018.

depois, o curso de mestrado em Qualificação da Cidade, coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Costa Lobo. Este curso visava fornecer uma formação complementar e especializada nos domínios interdisciplinares relativos à composição e qualificação da cidade. Ao nível dos mestrados, a grande mudança ocorre, em 2006/2007, devido à necessidade de adequação ao Processo de Bolonha, pois a opção pelo modelo 3+2 impunha a criação dos mestrados correspondentes às licenciaturas existentes. Assim, nesse ano, são criados os mestrados em Civil, Ambiente e Urbanismo, Informática, Industrial, Biomédica e Clínica.

Um dos grandes objetivos da Faculdade foi, sempre, o de ligar a Engenharia com a Saúde e era, sobretudo, ao nível do 2.º ciclo que esta interface era mais fácil de estabelecer, por este ciclo se destinar, essencialmente, a proporcionar uma formação científica mais especializada e aplicada. Nessa linha, a área da Biomédica já contava com três mestrados em Engenharia Biomédica, Clínica e da Saúde e projetaram-se, ainda, os cursos de Proteção e Segurança em Ambiente Hospitalar, Tecnologias de Apoio à Reabilitação, Gestão da Qualidade em Saúde e Processos de Acreditação, Garantia de Qualidade em Laboratórios de Análises, Bioinformática e Biotecnologia Médica. O lançamento do curso de licenciatura em Engenharia Mecânica, em 2009/2010, deu, por sua vez, origem à criação de um mestrado com a mesma designação e com especialização em energia.

### **Doutoramentos**

O Conselho Científico da Faculdade aprovou, no âmbito do Processo de Bolonha, os cursos de doutoramento nas suas áreas de atuação, nomeadamente Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia Informática e Engenharia Industrial. Houve vários alunos inscritos em doutoramentos tutoriais, tendo sido atribuído o primeiro doutoramento da Faculdade à Mestre em Engenharia da Saúde Ana Filipa Ferreira do Vale, que apresentou e defendeu a sua tese intitulada *Distribuição Geográfica e Patologias Associadas à Metilação do DNA Genómico em Helicobacter Pylori* perante um júri internacional em 2008. Além deste doutoramento, em Engenharia Biomédica, foram atribuídos outros doutoramentos em Engenharia Biomédica, Engenharia Clínica, Engenharia Civil e Engenharia Informática.

### **Cursos de Pós-Graduação**

O primeiro curso de pós-graduação a ser oferecido pela Faculdade de Engenharia foi em Engenharia Municipal, no ano letivo de 2000/2001. Este curso, coordenado pelo Prof. Doutor João de Quinhones Levy, propunha-se dotar os licenciados em Engenharia da formação necessária para o exercício da sua atividade no campo municipal, cujo âmbito se tornara muito abrangente

e exigia conhecimentos específicos de áreas como o saneamento básico, urbanismo, transportes e vias de comunicação. O curso era considerado como uma ferramenta decisiva para apoiar as atividades dos 308 municípios portugueses<sup>53</sup>, pois integrava áreas científicas essenciais à gestão dos municípios, como sejam as áreas do Ambiente, Construção, Gestão de Sistemas, Transportes e Urbanismo. No ano letivo de 2002/2003, o curso é atualizado e passa a designar-se de Engenharia Municipal e Sanitária.

No ano letivo de 2001/2002, no seguimento da aposta da Faculdade nas áreas da Engenharia Civil, são lançados dois novos cursos de pós-graduação, um em Engenharia e Planeamento de Recursos Naturais e outro em Qualificação da Cidade. O primeiro, coordenado pelos professores Manuel Barata Marques e Maria João Pereira, visava a formação de técnicos com elevada competência nas novas tecnologias de tratamento de informação na área do planeamento e gestão de recursos naturais, tendo em vista a sua apropriação, recuperação e preservação. O segundo, coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Costa Lobo, era dirigido sobretudo aos urbanistas, projetistas e geógrafos e destinava-se a proporcionar uma visão integrada da cidade desde o projeto à conservação e promoção, ou seja, integrava o domínio dos temas que o urbanismo exige.

A oferta ao nível de pós-graduação é alargada a mais dois cursos, no ano letivo de 2003/2004, sendo um em Engenharia Ferroviária, coordenado pelo Prof. Doutor Fernando Abecassis e vocacionado para a conceção, projeto, execução e operação de caminhos de ferro e, o outro, em Sistemas de Informação e *Data Mining*, coordenado pelo Prof. Doutor Tito Santos Silva e destinado ao planeamento e à integração dos sistemas de informação nas empresas para a otimização dos processos de negócio.

Em resposta às necessidades de mercado nas áreas da Engenharia Civil, a Faculdade lança, em 2004/2005, os cursos de Avaliações de Engenharia: Propriedades, Património e Empreendedorismo Imobiliários, coordenado pelo Prof. Doutos Artur Bezelga, e de Planeamento e Projeto da Construção Sustentável, que estavam alinhados com as áreas de urbanismo e ambiente que a Faculdade desejava desenvolver.

Aproveitando o *know-how* existente na Faculdade nas áreas da Informática e Saúde, em 2005/2006 é lançado o curso de pós-graduação em Sistemas de Informação para a Saúde, que tinha como objetivos capacitar os alunos para o planeamento, implementação e gestão de tecnologias e sistemas de informação em unidades de saúde, e potenciar a inovação e melhoria dos sistemas de saúde português através de formação avançada e continuada dos seus profissionais.

---

<sup>53</sup> Eng. Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

A Faculdade tinha uma aposta clara nos cursos de pós-graduação e, em 2007/2008, lança novos cursos, nomeadamente em Engenharia dos Transportes, coordenado pela Doutora Maria da Conceição Azedo e pelo Eng. Nuno Ribeiro, em Habitação Coletiva, coordenado pelos arquitetos Rui Florentino e Pedro Costa, em Acústica das Edificações, coordenado pelo Prof. Doutor Jorge Patrício, e em Química Médica. Mais tarde são, ainda, lançados os cursos em Gestão e Avaliação no Imobiliário, sob a direção do Prof. Doutor Artur Bezelga, do Dr. Seabra Figueiredo e do Eng. João Pessoa Jorge, em Lasers Médicos, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Pascoal e pelo Dr. José Alves Henriques, e em Auditoria de Sistemas de Informação, coordenado pelo Prof. Doutor Tito Silva. Em 2011, é lançado, com grande sucesso, o Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, coordenado pelo professor Manuel da Costa Lobo. Tratou-se de um curso aplicado e avançado para atualização e aperfeiçoamento de quadros dirigentes e técnicos superiores no domínio do estudo e gestão de urbanismo, ao nível das autarquias locais, dos serviços regionais e da administração central. Foi, igualmente, o último curso que o Prof. Manuel da Costa Lobo, professor de grande prestígio internacional, concebeu, coordenou e lecionou, a par de um corpo docente altamente qualificado, e ao qual devotou todo o saber de muitos anos de trabalho, investigação e ensino na área do Urbanismo.

### **Laboratórios**

Considerando a natureza da Faculdade, os laboratórios constituem uma necessidade para as atividades pedagógicas, de investigação e de prestação de serviços, pelo que são críticos para a acreditação dos cursos e para a obtenção do selo de qualidade da Ordem dos Engenheiros.

A Faculdade dispunha de um conjunto de 10 laboratórios, distribuídos por uma área aproximada de 1250 m<sup>2</sup>, destinados a apoiar as principais áreas científicas: Automação e Controlo, Eletrotecnia, Máquinas Elétricas e Eletrónica, Física, Química, Informática, Mecânica dos Fluidos, Termodinâmica e Hidráulica, Civil, Geotecnia e Estruturas, Materiais e Processos Tecnológicos, Biomédica, Microbiologia e Clínica.

Muito embora a Faculdade tenha iniciado a atividade sem laboratórios, recorrendo aos laboratórios do ITQB nos termos de um protocolo estabelecido entre as duas instituições, a evolução dos cursos tornou-os necessários, exigindo investimentos significativos. Nesse sentido, foram encetadas várias diligências, internas e externas, na procura de apoios. No que respeita ao *Fundraising*, a Faculdade de Engenharia viu limitada a sua ação às empresas do concelho de Sintra, uma vez que decorria em simultâneo uma campanha de angariação de fundos para a Fundação da Universidade Católica dirigida pelo Reitor da UCP.

O processo de obtenção de apoios financeiros para a Faculdade de Engenharia, no qual se empenhou, para além da Direção da Faculdade, a Vice-Reitora Professora Maria da Glória Garcia não teve qualquer sucesso. Em 2006, a Fundação Calouste Gulbenkian mostrou disponibilidade para cofinanciar a aquisição do equipamento do laboratório de Engenharia Civil<sup>54</sup>, até um máximo de 1/3, o que implicava encontrar financiamento por parte de outras entidades, ou internamente. Apesar das diversas diligências, não se conseguiram apoios suficientes para completar a proposta da Gulbenkian. Em 2007, a Faculdade vê aprovado o seu principal projeto de investigação, designado de Projeto Claro, no valor total de 1 200 000€<sup>55</sup>, o que permitiu desenvolver o laboratório de Biomédica. Também, nesse ano, é estabelecido um Protocolo com o Banco Santander-Totta, relativo a um apoio financeiro destinado ao laboratório de Engenharia Civil<sup>56</sup>, e, ainda nesse ano, são transferidos os laboratórios do Polo da Figueira da Foz, na sequência da deslocalização do curso de Engenharia Industrial para Sintra. Em 2010, por iniciativa do Prof. Doutor Alexandre Castro Caldas, surge a oportunidade de instalar, na Faculdade, um laboratório de Imagiologia, que ficaria ligado aos Centros de Imagiologia das Universidades de Coimbra e de Aveiro<sup>57</sup>, mas acabou por não ser desenvolvido. Com o início do processo de acreditação dos cursos, pela designada A3ES, ainda se começou a reforçar o laboratório de Engenharia Civil, que tinha algumas carências ao nível da Geotecnia e Estruturas, mas acabou por ser interrompido com a suspensão das admissões ao curso.

### 3. Investigação Científica

O ensino universitário da Faculdade esteve sempre estreitamente ligado a uma investigação de ponta e de elevada aplicabilidade, pois defendia-se que apenas através do desenvolvimento de atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&Di) seria possível um ensino dinâmico, atual e inovador e, conseqüentemente, formar profissionais de excelência que se adaptassem a uma sociedade caracterizada por uma evolução tecnológica constante. A forte promoção de I&Di pela Faculdade esteve, assim, de acordo com o seu principal objetivo de formação de Engenheiros com uma preparação que lhes permitisse uma intervenção adequada à evolução da economia e da sociedade. Os alunos

---

<sup>54</sup> ACC, 07.09.2006.

<sup>55</sup> ACC, 14.02.2007.

<sup>56</sup> ACC, 10.04.2007.

<sup>57</sup> ACC, 15.06.2010.

da Faculdade beneficiavam deste ambiente inovador e empreendedor diretamente na sala de aula e no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento.

As atividades de I&Di da Faculdade contaram com o financiamento de reconhecidas entidades nacionais, como a Fundação da Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Agência de Inovação, e internacionais, através da União Europeia (7.º Programa-Quadro). Tendo em conta a orientação estratégica da Faculdade de desenvolvimento da área de I&Di, foi criado o Gabinete de Apoio a Projetos (GAP). O GAP teve como missão a dinamização da realização de Projetos ligados a atividades da Faculdade, através do apoio administrativo de Projetos em curso e do apoio à elaboração de candidaturas de Projetos de I&Di, de Prestação de Serviços e de Mobilidade de Investigadores.

Em outubro de 2009, o Conselho Científico aprovou a criação do primeiro Centro de Investigação da Faculdade, designado de BioMedEng<sup>58</sup>. Este Centro era constituído por 17 investigadores da Faculdade, que dispunham de uma considerável produtividade científica, alguns dos quais detinham, em curso, projetos de investigação. A missão era desenvolver um Centro suficientemente abrangente para agregar as várias linhas de investigação da Faculdade, mas com o objetivo de criar um vetor que aliasse a Engenharia e a Saúde. Ambicionava-se, por sua vez, deter massa crítica suficiente para, no prazo de quatro anos, submeter o Centro à FCT para certificação e financiamento.

A Faculdade, ao longo dos seus cerca de 12 anos de existência, desenvolveu um considerável número de projetos, alguns inclusive com dimensão internacional. Na listagem infra, referenciam-se os principais projetos de investigação da Faculdade.

Projetos da área científica em Engenharia Civil:

- Extração de Inertes em Domínio Público Hídrico;
- *Protection du Territoire par le Biens du Génie Ecologique à l'Échelle du Bassin Versant;*
- *Development and Integration of New Technology and Methodologies into SHM Systems in Civil Engineering Infrastructure;*
- *SHMTools – Matlab Toolbox;*
- *Transmutation of nuclear waste in an accelerator driven system;*
- *Structural conditions Assessment of Bridges: Past, Present and Future.*

---

<sup>58</sup> ACC, 21.10.2009.

Projetos da área científica em Engenharia Mecânica:

- *Enhanced surface integrity of magnesium alloys by cryogenic SPD processes towards improved functional performance of medical implants (MagBIO);*
- *Development of Metrics, Metrology and a Framework for Product-Process Ontology for Interoperability in Model-Based Sustainable Manufacturing;*
- *Optimization of the Metal Cutting Parameters for Improved Residual Stress State in Machined Components;*
- *Improved Machining of Metal-on-Metal Hip Implants;*
- *A Study of Cyclic Chip Formation in Machining Using Topological Properties.*

Projetos da área científica em Engenharia Biomédica

- *Cancer Light-Assisted Receeding Onchological Therapies;*
- *Optimization of Image Quality and Dose for Digital Mammography;*
- *Assistive technology as a factor of autonomy, development and learning of children;*
- *DNA Chip for detection of pathogens in water samples;*
- *Monitoring and control of biopharmaceuticals production;*
- *New therapies against Helicobacter pylori;*
- *Development of a vaccine against gastric cancer.*

No seu período de atividade, a Faculdade procurou divulgar os resultados da sua produção científica, através da organização de conferências, nacionais e internacionais, entre as quais se destacam as promovidas através do *Engineering in Medicine & Biology Society* do *IEEE* e do *College International pour la Recherche en Productique (CIRP)*. A Faculdade promovia ainda, nas suas instalações, a realização de colóquios quinzenais, abertos ao público, para os quais a sociedade era convidada, que consubstanciavam debates e discussões sobre temas relacionados com a atividade científica da Faculdade e com a sociedade. A Faculdade desenvolveu, também, múltiplas atividades que visavam levar o conhecimento universitário junto dos alunos do ensino secundário. Exemplo disso, foi o lançamento do *Prémio Engenharia, Inovação e Sustentabilidade*, destinado a alunos do Ensino Secundário, que premiava trabalhos inovadores na área de engenharia. Esta iniciativa pretendia sensibilizar a comunidade académica para a importância da inovação tecnológica e da sustentabilidade na qualidade de vida, de cada cidadão, num contexto mundial. Neste âmbito, a Faculdade acolheu, durante vários anos, o torneio nacional da *First Lego League*, um programa mundial

que impulsiona jovens dos 9 aos 16 anos a desenvolverem soluções robóticas inovadoras para a melhoria da qualidade de vida da população.

#### 4. Prestação de Serviços

Enquadrado na sua missão, a Faculdade tinha como objetivo gerar, difundir e aplicar conhecimento que promovesse uma educação superior nas áreas de Engenharia e contribuísse para a construção de uma sociedade baseada em princípios humanistas, que tivesse o saber, a criatividade e a inovação como fatores de crescimento social e económico, num quadro de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a Faculdade procurou reforçar a sua capacidade de intervenção na comunidade, através de uma maior ligação ao tecido empresarial e articulação com os organismos públicos. Esta ação foi materializada através da oferta de programas de formação ao nível dos cursos de pós-graduação, como descrito, e através da realização de vários trabalhos de consultoria realizados para empresas e instituições públicas e privadas. Neste âmbito destacam-se os seguintes projetos:

- Projeto Atlas da Habitação: estudo sobre os custos de urbanização, solicitado pelo Instituto Nacional de Habitação (INH);
- Protocolo com Câmara Municipal de Cascais: prestar apoio técnico e científico nas áreas do Ambiente, Construção, Urbanismo, Transportes e Tecnologias de Informação;
- Projeto AMES (Agência Municipal de Energia de Sintra): inventariar consumos de energia e propor soluções técnicas mais eficientes;
- Projeto para a Elaboração do Plano Diretor Regional para o Alentejo;
- Prestação de serviços de consultoria ao Instituto de Medicina Molecular: análise de desempenho e segurança, planeamento estratégico, aconselhamento ao nível dos sistemas de informação;
- Protocolo com a Academia da Força Aérea (AFA): assegurar a lecionação de múltiplas disciplinas nas áreas da Física e da Matemática, nos cursos de licenciatura da AFA;
- Projeto de Diagnóstico aos Sistemas de Informação das Unidades de Saúde Familiar: estudar a capacidade de resposta dos sistemas de informação implementados nas Unidades de Saúde Familiar, Associação Portuguesa de Engenharia da Saúde;
- Projeto para o Desenvolvimento de um Algoritmo de Escalas para a Siemens;

- Desenvolvimento de conteúdos sobre Álgebra para o portal e-Escola;
- Projeto com o Infarmed, Diagnóstico de Satisfação de Clientes;
- Projeto Edifício Académico, ICS;
- Projeto da Unidade de Cuidados Continuados, *campus* de Sintra;
- Projeto Inovação Tecnológica em Saúde, APS.

## 6. Descontinuidade das atividades da Faculdade de Engenharia

### 1. Enquadramento

Como referido, no início dos anos 90, a Universidade decide, perante a necessidade de crescimento e as limitações no *campus* de Lisboa, desenvolver um novo *campus* em Sintra. Neste *campus* perspetivava-se criar um espaço interdisciplinar, no qual seriam oferecidas diversas áreas do saber e que integraria não só espaços escolares e de investigação, mas também residências e espaços de comércio e desporto. O primeiro protocolo celebrado entre a UCP e a Câmara de Sintra previa a instalação de uma Faculdade de Ciências Humanas. Posteriormente, surgiu a possibilidade de o Programa PRODEP cofinanciar a construção de um edifício para a instalação de uma Faculdade de Engenharia e de algumas infraestruturas, o que veio a concretizar-se em 2000. No seu primeiro mandato como Reitor, o Professor Manuel Braga da Cruz relança a ideia de a UCP dispor de um curso de Medicina integrado numa Faculdade de Ciências da Saúde e em articulação com um hospital universitário. Um dos principais objetivos para este *campus* era, pois, o de desenvolver conjuntamente as áreas da Engenharia e da Saúde, numa interligação que era inovadora e, conseqüentemente, diferenciadora no panorama do ensino superior português.

O início da atividade da Faculdade de Engenharia decorre numa envolvente particularmente difícil. Por um lado, a Faculdade localizava-se num *campus* isolado, com infraestruturas insuficientes e difíceis acessos, sem envolvente urbana e com uma rede de transportes muito deficiente, o que tornava difícil atrair e manter a comunidade estudantil. Por outro lado, defrontava-se com a proximidade do IST com cursos em áreas similares e em condições de concorrência manifestamente favoráveis. A Universidade abriu uma Faculdade de Engenharia, com verbas comunitárias, e desenvolveu um projeto inovador na área da Engenharia, pelo que era incompreensível a concorrência desleal que o IST representava. Como exemplos, refere-se o lançamento, no ano imediato, de uma licenciatura em Engenharia Biomédica, o qual foi seguido, um ano depois, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Nos anos subsequentes à abertura, a Faculdade procurou consolidar o projeto académico e diversificar a oferta formativa, com o objetivo de adensar a comunidade académica. Também a Comissão Instaladora do *campus* encetou várias diligências e iniciativas, que visavam desenvolver o *campus*, quer na sua envolvente externa quer na criação de infraestruturas de apoio à comunidade académica, conforme definido no projeto inicial do *campus*.

## 2. Desenvolvimento

Decorridos nove anos desde a abertura da Faculdade, o desenvolvimento do *campus* não se concretiza devido, essencialmente, a fatores externos à Universidade, o que acentuou o isolamento da Faculdade. No conjunto desses fatores inclui-se o aumento da concorrência do ensino público, na sequência da redução de alunos no ensino superior. Nesse período, a angariação de alunos torna-se quase uma missão hercúlea, pelo que a Faculdade, para melhorar a sua sustentabilidade, desenvolver o projeto académico e equipar os seus laboratórios, aposta na prestação de serviços, desenvolvendo diversos projetos para os sectores público e privado, alargando a oferta de cursos de pós-graduação, e aposta em cursos dos 2.º e 3.º ciclos, onde a concorrência do IST era menor. No entanto, a sustentabilidade da Faculdade pouco dependia destas medidas, pois estava condicionada ao desenvolvimento do *campus*. Assim, em junho de 2009, o lançamento da Primeira Pedra da fase 2 do *campus*, resultado do Protocolo com a Novopca, gera um grande entusiasmo na Universidade, pois permitiria desenvolver conjuntamente os projetos da Engenharia e da Saúde, como a Universidade ambicionava. No entanto, era um projeto que iria, pela sua natureza, demorar algum tempo a ser concluído, pelo que, o seu efeito na procura dos cursos não foi imediato. Por outro lado, em 2009, inicia-se uma das piores crises económicas e sociais vividas no País. Em consequência, o processo de candidaturas e matrículas da Faculdade, no ano letivo de 2010/2011, tem um desempenho muito baixo, o qual, associado à fraca execução orçamental de 2009, leva a Direção e a Reitoria a reanalisar a situação da Faculdade.

## 3. Deslocalização para o *campus* de Lisboa

No início do ano letivo de 2010/2011, a fragilidade da situação financeira da Faculdade obrigava a medidas de contenção e a uma análise profunda da situação do *campus* de Sintra e da Faculdade. A primeira medida tomada pela Reitoria foi a de suspender o curso do Mestrado Integrado em Arquitetura, dado o número reduzido de candidatos, e transferir, conseqüentemente, os

alunos do curso para o IST, mediante um Protocolo estabelecido com a Universidade. Perante este cenário, o seu Diretor, Prof. Doutor Manuel Barata Marques, refletindo sobre as principais causas que contribuiriam para os resultados das candidaturas e matrículas nos diversos cursos da Faculdade, identifica quatro razões: concorrência desleal do sector universitário estatal, crise económica e social, insuficiência do marketing dos ciclos de estudos e a localização da Faculdade de Engenharia. Nesta sua análise, considerava, também, que o desenvolvimento urbanístico do *campus* de Sintra estava bloqueado (na prática) pela CMS, pelo que propôs ao Reitor, em outubro de 2010, que fosse estudada a transferência da Faculdade para o *campus* de Lisboa, bem como a hipótese de os edifícios a construir na área norte desse *campus* poderem acolher a Faculdade de Engenharia<sup>59</sup>, uma vez que a localização era o fator que mais influência tinha sobre o processo de candidaturas e matrículas da Faculdade.

Nesse âmbito, coube à Direção da Faculdade analisar a viabilidade da transferência da Faculdade para Lisboa, cujo estudo envolveu a determinação do número mínimo de alunos de Engenharia que viabilizaria a transferência para o *campus* de Lisboa. Era defendido que a transferência deveria ser efetuada, gradualmente, ao longo de três anos para permitir a construção de instalações próprias destinadas a acomodar todos os ciclos de estudos de Engenharia. O estudo propunha, também, que no ano letivo seguinte, de 2011/2012, o 1.º ano das licenciaturas em Engenharia Biomédica, Engenharia Civil e Engenharia Mecânica funcionasse em Lisboa. A oferta na capital de cursos de 2.º ciclo e de pós-graduações estaria condicionada pela disponibilidade de instalações. O estudo concluiu que o número mínimo necessário de novos alunos para garantir a sustentabilidade mínima, nesses três anos e para o total dos três cursos, seria de 46 alunos em 2012, 58 em 2013 e 75 em 2014. Seria desejável que os números efetivos fossem mais elevados para que o projeto de Engenharia se tornasse sólido. No entanto, a situação económica e social do País aconselhava alguma prudência nas previsões de novos alunos.

No início de 2011, foi constituída uma Comissão destinada a analisar a situação da Faculdade, que foi presidida pelo Reitor e composta, para além do Diretor da Faculdade e da Administradora, pelos Prof. Doutores Manuel Fernandes Thomaz, Carlos Salema, Heitor Pina e Roberto Carneiro. O estudo resultante, elaborado pela Administradora, é apresentado ao Conselho Superior em março de 2011<sup>60</sup>. Esse estudo apresentava três cenários: a continuação em Sintra, com medidas de otimização, a transferência para o *campus* de Lisboa e o

---

<sup>59</sup> Carta do Diretor da Faculdade de Engenharia ao Reitor, de 18.10.2010.

<sup>60</sup> ACS, 25.03.2011.

encerramento da Faculdade. A continuação em Sintra implicaria, entre outras medidas, encerrar alguns cursos e fixar um número mínimo de candidatos. A transferência para Lisboa previa a ocupação de um dos edifícios, a construir na parte norte do *campus*. Tendo em consideração o investimento e os custos associados à deslocalização, o estudo previa atingir o *break-even point* entre 2016 e 2017. Este ponto podia, neste cenário, vir a ser significativamente reduzido, caso se vendesse o edifício da Faculdade em Sintra. O último cenário era o encerramento, mas teria de se ponderar os aspetos não financeiros e os custos não tangíveis.

A Direção da Faculdade decide, em março de 2011, implementar, também, um conjunto de medidas para melhorar a situação financeira da Faculdade, que visava, sobretudo, reduzir os custos de exploração e o abandono escolar, bem como tornar a oferta formativa mais competitiva. O Conselho Científico aprovou, assim, o aumento da carga letiva dos professores com contrato a tempo inteiro ou em dedicação exclusiva e a redução do envolvimento de professores convidados a tempo parcial. Foi aprovada, também, a implementação de medidas que permitiram flexibilizar a progressão académica dos alunos e aproximar as condições de funcionamento dos ciclos de estudos da Faculdade de Engenharia das praticadas pelas Universidades estatais.

Em maio de 2011, o Conselho Superior decide revogar os acordos com a Novopca, por falência desta, e desistir da construção da Unidade de Cuidados Continuados, por dificuldades de financiamento, pelo que se pondera a hipótese de abandonar o *campus* de Sintra e vender o edifício da Faculdade<sup>61</sup>. São, assim, colocados dois novos cenários em relação à Faculdade, transferência para Lisboa, subscrita pelo Reitor, e o encerramento, caso não se conseguisse vender o edifício. É decidido, também, transferir alguns cursos de Mestrado e Pós-Graduação para o *campus* de Lisboa em regime pós-laboral, com o objetivo de melhorar a situação financeira da Faculdade.

Em junho de 2011, a Direção da Faculdade apresentou ao Reitor uma proposta do seu Conselho Científico, que defendia a transferência de todos os cursos para Lisboa a partir do ano letivo seguinte, 2011/2012, e admitia a hipótese de os cursos passarem a funcionar em instalações da Igreja Católica ou em pavilhões pré-fabricados, a construir, até se dispor de instalações definitivas<sup>62</sup>. A proposta não pôde ser desenvolvida, por dificuldade em encontrar e preparar instalações condignas até ao início do ano letivo e, inclusive, pelo

---

<sup>61</sup> ACS, 27.05.2018.

<sup>62</sup> Carta do Diretor da Faculdade ao Reitor, de 30.06.2011.

próprio esforço financeiro exigido, que poderia comprometer a liquidez indispensável à futura transferência da Faculdade para o *campus* de Lisboa<sup>63</sup>.

No ano letivo de 2011/2012, a Reitoria decide, com base na otimização que se impunha fazer, abrir as candidaturas para as licenciaturas em Engenharia Biomédica e Engenharia Civil, condicionando, no entanto, a abertura dos cursos a um número mínimo de candidatos, que viabilizasse a exploração.

O clima de incerteza quanto ao futuro do *campus* de Sintra e da própria Faculdade, a recente suspensão do Mestrado Integrado em Arquitetura e os vários pedidos de transferência de alunos para outras instituições acabam por se refletir num reduzido número de candidaturas. Consequentemente, a Reitoria vê-se obrigada a comunicar a não abertura de novas matrículas nesses cursos. No mesmo comunicado, é garantida a continuidade dos cursos em funcionamento, e informa-se da expectativa da Universidade em oferecer as referidas licenciaturas, no ano letivo seguinte, mas no *campus* de Lisboa<sup>64</sup>. Perante este cenário, é decidido, também, fazer um estudo de mercado, junto de alunos do ensino secundário, para identificar as áreas científicas com melhor acolhimento. Nesse ano letivo, apenas a Pós-Graduação em Urbanismo, coordenada pelo Prof. Doutor Costa Lobo, abre no *campus* de Lisboa.

Em resultado do estudo de mercado produzido é decidido oferecer, no *campus* de Lisboa, em 2012/2013, os cursos de licenciatura em Engenharia Biomédica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil. Em Lisboa lecionar-se-iam, apenas, o primeiro ano desses cursos, pois impunha-se que o processo de transferência fosse gradual, devido aos condicionalismos ao nível das instalações. A decisão de abertura destas três licenciaturas em Lisboa é tornada pública apenas em abril, o que exigiu redobrado esforço de divulgação, tendo a Reitoria contratado uma reconhecida empresa de marketing para uma maior e mais eficiente divulgação dos cursos atendendo à proximidade das candidaturas. No entanto, a campanha de marketing, um dos aspetos que tinha sido considerado pelo Diretor da Faculdade, em outubro de 2010, como um dos fatores mais influenciadores das candidaturas, acaba por ser implementada demasiado tarde, face ao período de candidaturas, o que não permitiu à empresa contratada terminar o trabalho solicitado.

Nesse ano letivo, registou-se um total de 53 candidatos, assim distribuídos: 30 para Engenharia Biomédica, 19 para Engenharia Mecânica e 4 para Engenharia Civil. Em consequência, o único curso que admitiu alunos foi o de Engenharia Biomédica, que teve 26 alunos matriculados. A Engenharia

---

<sup>63</sup> Carta do Reitor, R/1138/2011.

<sup>64</sup> Comunicado da Reitoria de 22.09.2011.

Mecânica e a Engenharia Civil não abriram, pois não atingiram os 25 candidatos, número mínimo exigido para a sua abertura.

#### 4. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade

Nos finais de 2012, a situação financeira da Faculdade era problemática, em consequência do decrescente número de alunos. Admitia-se, inclusive, que a situação se agravasse no ano seguinte devido à transferência da Escola Superior de Enfermagem para o *campus* de Lisboa, o que obrigaria a Faculdade a suportar todos os custos de funcionamento do edifício do *campus* de Sintra. Um dos princípios orientadores da Universidade é a autossuficiência de cada uma das suas Unidades, pelo que era imperativo encontrar uma solução. Era claro que a estratégia de continuidade da Faculdade passaria pela sua deslocação para Lisboa, no mais breve espaço de tempo, mas eram conhecidas as dificuldades em termos de disponibilidade de instalações no *campus* de Lisboa.

Em resposta ao pedido do Conselho Superior e da solicitação da Reitora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria da Glória Garcia, a Direção da Faculdade elaborou um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade<sup>65</sup>, que se propunha contribuir com uma solução para viabilizar o projeto da Engenharia na Universidade. Este Plano tinha como princípios orientadores a diminuição da capacidade, com efeito na redução de cursos, e a identificação de uma solução propícia a uma transição global, no ano letivo seguinte, de toda a estrutura da Faculdade para Lisboa.

Relativamente à oferta de cursos, mantiveram-se os cursos de Engenharia Biomédica e Engenharia Mecânica e foi proposto o enceramento dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Informática, garantindo-se o encaminhamento dos alunos desses cursos para outras instituições de Ensino Superior. Em relação ao curso de Engenharia Industrial, foi admitida a hipótese de continuidade com o apoio da FCEE (Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais), considerando as sinergias entre as duas áreas, ou o progressivo encaminhamento destes alunos para a Engenharia Mecânica. Esta decisão teve em consideração o projeto académico e dados da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) relativos à evolução das candidaturas entre os anos 2009 e 2012.

Em relação à localização da Faculdade, foram analisadas duas alternativas: a instalação de prefabricados no *campus* de Lisboa, destinados a salas de aula, laboratórios e serviços, e a identificação de um espaço em Lisboa, fora do

---

<sup>65</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade, 20.12.2012.

*campus*. A primeira hipótese resultou de uma proposta do Conselho Científico da Faculdade, tendo a Direção apresentado a respetiva proposta à Reitoria. No entanto, admitia-se que, no curto prazo, o *campus* de Lisboa não reunisse condições para acomodar integralmente a Faculdade, pelo que importava encontrar uma solução que permitisse o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, investigação e prestação de serviços próprias de uma unidade universitária.

Nesse sentido, a Direção contactou o IAPMEI, entidade gestora do antigo *campus* do INETI, no qual funcionavam os Laboratórios da Faculdade de Ciências e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, bem como de empresas de base tecnológica, como sejam a Hovione e a Bial, e de Instituições, como a ASAE e o Infarmed, que para ali foram transferindo os seus laboratórios, para além do LNEG (sucessor do INETI, com laboratórios em várias áreas científicas das quais se destaca a da Energia). Este espaço correspondia à descrição de um Parque de Ciência e Tecnologia, no qual facilmente se inseriria a Faculdade.

A Direção visitou o *campus* do INETI e pôde verificar que dispunha de instalações com condições para receber a Faculdade. Por outro lado, o responsável do IAPMEI, que recebera a Direção, demonstrou o interesse da instituição em acolher a Faculdade e de encontrar as melhores soluções para a sua instalação. Referiu, inclusive, que o protocolo celebrado entre o INETI e a UCP poderia ser tomado em consideração na fixação dos preços de aluguer ou de condições particulares, como o desconto na renda das despesas com a adaptação do edifício ou a definição de um período de carência.

## **5. Conclusões do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade fora realizado numa perspetiva de encontrar uma solução que permitisse dar continuidade ao projeto da Engenharia na Universidade. Este plano concluía que a localização da Faculdade, nos anos seguintes, no antigo *campus* do INETI, permitiria alcançar uma situação financeira favorável no curto prazo e reuniria um potencial de colaborações empresariais e com instituições de investigação assinalável a todos os títulos. Na base da defesa de continuidade da Faculdade, estiveram as seguintes considerações:

- o Plano Estratégico da UCP para o quinquénio de 2010–2015, aprovado pelo Conselho Superior, dava prioridade ao desenvolvimento das áreas tecnológicas, reconhecendo a importância crescente destas áreas na

- economia e na sociedade e o papel na preparação de quadros que, no âmbito da sua missão, compete à Universidade Católica;
- a Faculdade de Engenharia dispunha de um projeto académico sólido, coerente e atual, que contemplava as principais áreas para as quais se esperavam desenvolvimentos científicos e tecnológicos, com impacto nos diversos sectores de atividade económica;
  - o corpo docente, embora reduzido nos últimos dois anos, mantinha uma intensa atividade de investigação e de colaboração com instituições de investigação nacionais e internacionais;
  - o ensino praticado na Faculdade era de grande qualidade, como se verificara pelas elogiosas referências das instituições universitárias europeias, que acolhem os seus alunos, seja na preparação das dissertações de mestrado, seja na elaboração das teses de doutoramento, e das empresas que empregam os seus diplomados;
  - a Faculdade de Engenharia sofreu as consequências de se localizar num espaço isolado, de difícil acesso e do facto de o projeto do *campus* de Sintra não ter tido concretização. Aliás, todas as Unidades, que se situaram no *campus* de Sintra, acabaram por se transferir para o *campus* de Lisboa, para desenvolverem as suas atividades;
  - a seleção das três áreas de ensino justifica-se pelo crescente interesse do mercado em quadros qualificados nestes ramos de Engenharia;
  - a possibilidade de uma Escola de Gestão da UCP se associar à Faculdade de Engenharia na oferta dos cursos de Engenharia e, muito particularmente, na Engenharia Industrial, viria a beneficiar significativamente este projeto.

## 6. Desativação da Faculdade de Engenharia

O Conselho Superior, na sua reunião de 18 de janeiro de 2013<sup>66</sup>, decidiu, por maioria, descontinuar os cursos da Faculdade de Engenharia e mandou a Reitoria para a elaboração de um estudo destinado a identificar soluções para manter a investigação na Universidade. A qualidade científica e pedagógica do projeto académico foi realçada, mas os problemas da Faculdade foram considerados estruturais e não conjunturais, pelo que a proposta apresentada pela Direção, no sentido da transferência da Faculdade para o *campus* do INETI em Lisboa, não teve seguimento. Pesava, também, a decisão do Conselho Superior,

<sup>66</sup> ACS, 18.01.2013.

que aprovara, na sua reunião de maio de 2011, o encerramento da Faculdade, caso não se concretizasse a venda do edifício do *campus* de Sintra. A situação financeira da Faculdade era crítica e, de acordo com a Reitoria, estava, inclusive, a colocar em causa a sustentabilidade da própria Universidade. Por outro lado, atendendo à conjuntura económica que se vivia no País, não havia perspetivas de melhoria e dever-se-ia, ainda, ter em conta a concorrência desleal do IST. No entanto, a Reitoria em reconhecimento da relevância da investigação da Faculdade, do grupo de investigadores de grande nível e dos diversos projetos apoiados pela FCT, recomendou, na medida do possível, a sua manutenção na Universidade.

A notícia de que os cursos da Faculdade iriam ser descontinuados foi recebida pela comunidade académica com alguma surpresa e, sobretudo, com sentimento de tristeza, em particular pelos estudantes, que evidenciavam também uma certa indignação. Apesar da preocupação gerada, o processo acaba por ser célere e tranquilo. Destaca-se o comportamento exemplar da generalidade dos estudantes e suas famílias, que compreenderam a situação da Faculdade e acreditaram que a Universidade encontraria soluções para que todos os alunos pudessem prosseguir os seus percursos académicos. E, de facto, assim sucedeu. Em consequência das diligências da Direção da Faculdade e da solidariedade das universidades do CRUP, foram encontradas soluções que permitiram transferir os alunos para instituições, de reconhecido valor, que lhes proporcionaram condições para terminarem os seus cursos.

De um modo geral, os alunos ficaram satisfeitos com as soluções encontradas e com as instituições de acolhimento. Os alunos que escolheram o IST foram inscritos como alunos externos e, na abertura do ano letivo seguinte, puderam entrar mediante concurso. Na Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, na qual entrou o maior número de alunos, a abertura foi total, salientando-se a grande compreensão e colaboração do seu Diretor, Prof. Doutor Fernando Santana. Importa destacar que, durante o período de conclusão dos seus estudos nestas Escolas, e mesmo após a sua conclusão, foram múltiplos os testemunhos recebidos, de alunos que recordavam de forma saudosa o período das suas vidas passado na Faculdade de Engenharia. A mensagem era sobretudo de apreço e de reconhecimento por um projeto académico exigente e uma envolvente de ensino, favoráveis ao seu desenvolvimento académico e pessoal.

Em relação aos docentes e funcionários, a Universidade procurou a sua integração em outras unidades da Universidade. Em consequência da disponibilidade e das negociações estalecidas, a maioria acabou por seguir as suas

carreiras fora da Universidade e apenas se encontrou solução interna para um pequeno grupo.

## 7. Conclusão

A Universidade prestou ao País, ao longo dos seus 50 anos, relevantes serviços ao nível do ensino superior e da investigação científica. A sua notoriedade, reconhecida nacional e internacionalmente, começou nas áreas das Humanidades e Ciências Sociais e foi evoluindo para as Ciências da Saúde e Tecnologias. A sociedade contemporânea é fortemente marcada pelo desenvolvimento tecnológico com significativo impacto não só económico, mas também social, a que a Universidade não é alheia. Por isso, ao longo de 28 anos, a Universidade procurou incorporar as Ciências e as Tecnologias, com o objetivo de tornar o seu desenvolvimento mais humanizado. Esta integração é marcada pela sua cultura de excelência e exigência, pela oferta de cursos e abordagens inovadoras e, também, pela formação e vida universitária inspiradas nos valores cristãos.

O seu percurso pelas tecnologias é marcado, sobretudo, pela inovação no desenvolvimento e na qualificação do ensino universitário, como tem sido seu apanágio. Foi pioneira em Portugal no ensino da Biotecnologia e da Engenharia Industrial, bem como no desenvolvimento de cursos como a Engenharia da Saúde, Engenharia Clínica, Ambiente e Urbanismo, Engenharia da Empresa, entre outros. No entanto, ao longo deste período, viu-se obrigada a suspender alguns destes seus projetos.

Os cursos tecnológicos são muito exigentes em termos de recursos e apresentam, tipicamente, exploração deficitária. A Universidade depende de receitas próprias e está sujeita à concorrência desleal da oferta pública, o que torna difícil a sustentabilidade destes projetos, particularmente, em período de recessão económica. Os projetos implementados têm sido muito apreciados, quer por instituições universitárias, agências de avaliação, empresas, quer pela opinião pública. Este reconhecimento e, também, o facto de a Universidade incluir na sua missão o objetivo de prestar um serviço público, justificariam um apoio que lhe permitisse dar continuidade e desenvolver estes projetos inovadores de ensino e de investigação.

Apesar da estratégia inovadora, de várias iniciativas pioneiras e das condições adversas em que a Universidade se foi desenvolvendo, os programas lançados tiveram sempre um cunho de qualidade e exigência, refletido nas elevadas taxas de empregabilidade e no reconhecimento da qualidade dos alunos por parte das empresas e instituições de ensino, nacionais e internacionais.

Para concluir, gostaria de deixar um agradecimento a todos os que de uma forma direta, ou indireta, contribuíram para estes projetos da Universidade e, em particular, aos seus dirigentes, que lançaram e orientaram os projetos, às organizações, empresas e mecenas, cujos contributos foram essenciais à concretização dos muitos dos projetos, aos professores e funcionários, que garantiram a pedagogia e a investigação e, sobretudo, aos alunos e suas famílias, que confiaram a formação à Universidade.

## Capítulo 17

# Escola Superior de Biotecnologia

António Rangel

### 1. Criação e desenvolvimento da ESB

A Escola Superior de Biotecnologia (ESB), integrada na estrutura da Universidade Católica Portuguesa (UCP), iniciou a sua atividade em 1984, no Porto, procurando ir ao encontro dos desafios que então se colocavam no sector alimentar, e para os quais não havia resposta adequada na comunidade universitária portuguesa. A Biotecnologia surgia como uma área emergente a nível internacional, envolvendo as ciências biológicas e químicas, e de engenharia, destacando-se ainda a genética e a biologia molecular, com implicações na própria filosofia e teologia. Este aspeto foi diversas vezes abordado por um dos fundadores da ESB, o Prof. Francisco Carvalho Guerra, grande entusiasta e impulsionador decisivo do projeto da escola. As implicações da Biotecnologia no mundo foram compreendidas pela Igreja, permitindo acolher este projeto no seio da Universidade Católica Portuguesa.

Para além da temática emergente, a ESB também tinha como objetivo marcar uma posição inovadora na universidade portuguesa através de três aspetos essenciais: um ensino com uma forte componente laboratorial, atividades com extensa ligação à realidade das empresas, e aposta na formação dos seus professores e alunos em centros de excelência internacional.

Para consubstanciar estes objetivos, iniciaram-se as suas atividades em 1984, sob a Direção do Prof. Augusto Medina, com a licenciatura em Engenharia Alimentar (cerca de 50 alunos), então única no País. As aulas iniciaram-se em instalações cedidas pela Universidade do Porto, no Centro de Citologia Experimental (ao Campo Alegre), contando, entre outros, com professores/ /investigadores convidados, líderes nas suas áreas de atuação, de universidades nacionais e estrangeiras (fundamentalmente dos Estados Unidos da América), como os Professores Carvalho Guerra, Augusto Medina, Joaquim Reis, Alberto Sereno, José Ferreira Gomes, Roberto Salema, José Costa Lima, Anake Kijoa, José Pinto dos Santos, Cláudio Sunkel, João Mendonça, Sebastião Feyo de Azevedo, António Moreira, Paul Singh, Arthur Teixeira, Edmund Zottola, Campbell

Platt, Govind Rao e Constantine Sandou, entre outros. Envidaram-se esforços para a construção de instalações próprias, que viriam a concretizar-se na zona da Asprela, no Porto, e que conheceram 3 fases; a primeira fase foi concluída em 1986, para onde foi deslocada toda a atividade da ESB. Seguiram-se no imediato mais duas fases, sendo a última inaugurada em 1994, cerimónia que contou com a presença de D. José Policarpo (então Reitor da UCP), e pelo então primeiro-ministro, Prof. Cavaco Silva. As novas instalações já incluíam o Centro de Biotecnologia e Química Fina (CBQF), entretanto criado em 1990, centro esse que ainda hoje enquadra as atividades de investigação da ESB e que dispõe do estatuto de Laboratório Associado, desde 2004.

Em 1984 começaram a ser contratados os membros do futuro corpo docente da ESB: licenciados de diferentes áreas, que, na sua maioria, iriam efetuar o seu doutoramento no estrangeiro, em instituições de referência da Europa e Estados Unidos da América.

Com o objetivo já mencionado de manter uma estreita ligação ao mundo empresarial, foi criada em outubro de 1984 a AESBUC – Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica. Esta associação foi fundada, sob a égide da Universidade Católica, por três dezenas de instituições e um conjunto de individualidades, com o objetivo de contribuir para o “progresso da Biotecnologia através do ensino superior e pós-graduado”. A associação veio a ter um papel fundamental enquanto auscultação das necessidades das empresas, permitindo ainda, sob a sua égide, desenvolver atividades focadas na formação profissional.

No início da década de noventa, os professores da ESB acabaram os seus doutoramentos no estrangeiro (Professores Fernanda Oliveira, Jorge Oliveira, Isabel Vasconcelos, Alcina Bernardo, Conceição Hogg, Tim Hogg, Roy Kirby, Xavier Malcata, Rui Morais, João Paulo Ferreira, Cláudia Drumond, Margarida Silva) e em Portugal (Prof. António Rangel, primeiro doutorado na ESB) e voltaram à ESB, substituindo progressivamente os professores convidados que, até então, asseguravam a regência das disciplinas. Na altura, outros colaboradores, como os Doutores Eduardo Luís Cardoso, Maria João Monteiro, Fátima Poças e Gonçalo Almeida, tiveram também atividades complementares de relevo.

As atividades de investigação da ESB entraram num crescimento acentuado e formou-se o CBQF, centro de investigação financiado pela então Junta Nacional de Investigação Científica – JNICT, precursora da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Em 1991, e para além dos trabalhos de investigação que se formalizaram na Divisão de I&D, formalizou-se a Divisão de Ensino Formal (licenciatura, mestrados e pós-graduações), e a Divisão de Extensão, enquadrando diversos centros de prestação de serviços: Centro de Cálculo e

Tecnologias de Informação, Embalagem e Produtos Alimentares, Instrumentação e Eletrônica Industrial, Economia e Gestão das Indústrias Agroalimentares e Qualidade Ambiental. Estas três Divisões, agora num outro enquadramento, ainda traduzem as três grandes áreas de intervenção da ESB.

A inserção das atividades de ensino superior numa lógica nacional e internacional recebeu um contributo importante através da constituição, em 1991, do então denominado Conselho Científico da ESB. Este era constituído pelos seguintes membros: Prof. Carvalho Guerra (Presidente do CRP), Prof. Augusto Medina (Diretor da ESB), Prof. António Moreira (Univ. Maryland, Estados Unidos), Prof. Arthur Teixeira (Univ. Florida, Estados Unidos), Prof. Hans Grande (diretor de investigação da ESB), Bernard Withold (Univ. Groningen, Holanda), Prof. Geoffrey Campbell Platt (Univ. Reading, Reino Unido), Prof. Joaquim Sampaio Cabral (IST, Lisboa), Prof. José Ferreira Gomes (Univ. Porto), Prof. R. Paul Singh (Univ. California-Davis, Estados Unidos) e Prof. Edmund Zottola (Univ. Minnesota, Estados Unidos). Este grupo de personalidades teve um papel importante no planeamento estratégico da ESB e na avaliação do corpo docente efetivo. Com efeito, os docentes da ESB passaram a ser auxiliados, avaliados e auscultados regularmente, através da preparação de relatórios e de entrevistas, sendo a sua progressão na carreira efetivada com base no parecer do CC e da Direção da ESB. Já nesse tempo se efetuavam questionários aos alunos sobre a sua opinião sobre as diversas disciplinas e os seus professores, questionários esses que também eram considerados na avaliação dos professores. Este processo de avaliação de docentes teve diferentes cambiantes e avaliadores, e foi inovador em Portugal. Ainda na década de 1990, o Prof. Hans Grande, enquanto investigador experiente de elevado prestígio, foi nomeado diretor de investigação, e teria o papel de organizar, apoiar e catalisar as atividades de investigação da ESB.

Entretanto, em 1989, licenciaram-se os primeiros engenheiros alimentares. O sector industrial na área alimentar constituiu o principal empregador dos licenciados, na área de produção, no controlo de qualidade, na investigação e inovação. Outros decidiram prosseguir estudos avançados, na sua maioria no estrangeiro. A ESB também teve um papel pioneiro no panorama universitário português no que respeita à mobilidade internacional dos alunos. Com efeito, foi fortemente incentivado que os alunos finalistas da ESB fizessem um semestre no estrangeiro, tipicamente no 5.º ano de curso. À época, estes estágios no estrangeiro, então algo extremamente raro em Portugal, foram decisivos para a formação dos alunos, e constituíram mais um fator diferenciador na sua formação universitária. Na sequência das suas estadias no estrangeiro, em universidades e empresas, alguns dos alunos prosseguiram a sua carreira no estrangeiro.

Nos anos 90, a consolidação da estrutura da ESB e do seu pessoal docente, com competências reconhecidas nas áreas das Ciências Biológicas, Ciências Químicas e Ciências da Engenharia, entretanto reforçado com a Prof. Cristina Silva (doutorada na ESB), uma ex-aluna de Engenharia Alimentar da ESB doutorada no Reino Unido (Prof. Paula Castro), a Prof.<sup>a</sup> Célia Manaia, doutorada em Coimbra, Prof.<sup>a</sup> Paula Teixeira, Prof.<sup>a</sup> Manuela Pintado, Prof.<sup>a</sup> Ana Gomes e Prof. José António Couto (doutorados pela ESB), permitiu perspetivar a expansão da sua oferta formativa a nível da licenciatura, em áreas então emergentes. Uma dessas licenciaturas foi a Engenharia do Ambiente, com ênfase em Biotecnologia Ambiental, contrariamente ao que acontecia nos restantes cursos de Engenharia do Ambiente oferecidos em Portugal, e a outra em Microbiologia (de 4 anos), esta última pioneira em Portugal (e que se mantém enquanto tal). Estas licenciaturas foram iniciadas em 1992. Este facto alavancou o desenvolvimento de atividades de investigação na área do ambiente e permitiu ainda a consolidação das atividades já em curso na área da Microbiologia. Isto porque, também sendo uma imagem de marca da ESB, sempre se procurou manter uma atividade de investigação relevante em áreas afins às licenciaturas. Na sequência deste processo, em 1996, concluíram a licenciatura os primeiros licenciados em Microbiologia e, em 1997, os primeiros licenciados em Engenharia do Ambiente.

Entretanto, em 1991, é defendida a primeira tese de doutoramento em Biotecnologia na ESB, em diferentes especialidades (Ciência e Engenharia Alimentar, Ciência e Engenharia do Ambiente, Microbiologia e Química); seguiram-se muitas outras, num total de 140.

Ainda no mesmo ano, foram criados três consórcios universidade/empresa, nos sectores dos vinhos, laticínios e pescado, assim como a Escola de Tecnologia e Gestão Industrial (ETGI). A ETGI promoveu, durante cerca de 20 anos, um conjunto alargado de cursos técnico-profissionais (nas áreas de Análises Químicas, Análises Microbiológicas, Qualidade Alimentar, Qualidade Ambiental e Processos Alimentares), pós-12.º ano, que permitiu formar técnicos altamente apreciados pelas empresas. Aliás, a forte ligação das atividades da ESB com as empresas, especialmente do ramo industrial, e que sempre foi uma das fortes imagens de marca da ESB, foi reconhecida internacionalmente em 1993 através da atribuição do Praemium Europa Universitas/Indústria, pela European University/Company Foundation. Adicionalmente, o então Instituto Português de Qualidade acreditou em 1996 os denominados Centro de Qualidade Alimentar e Centro de Embalagem Alimentar. De referir que, posteriormente, em 2004, este último centro foi reconhecido como “Laboratório Nacional de Referência em Materiais e Embalagens Alimentares”.

De 1999 a 2011, e numa colaboração com o município local, a ESB criou uma extensão nas Caldas da Rainha, que iniciou a sua atividade com a licenciatura em Engenharia de Produção Biológica, alargando a oferta de ensino com as licenciaturas em Microbiologia e em Biociências, respetivamente em 2002 e 2006; os cursos da ETGI também tiveram lugar nesta extensão.

Também em 1999, realizou-se a segunda avaliação do centro de investigação, tendo mais uma vez sido atribuída a classificação de “Muito Bom”, tal como na primeira avaliação, efetuada em 1996.

Em 2003/2004, a ESB passou a oferecer a licenciatura em Bioinformática e, em 2004/2005, a licenciatura em Enfermagem. Para consecução desta última, foi estabelecida uma parceria com a Escola Superior de Enfermagem da Imaculada Conceição. No seguimento desta iniciativa, docentes desta instituição foram integrados na Universidade Católica Portuguesa. Com a criação do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) na UCP, a licenciatura passou a ser oferecida pelo ICS – Porto, deixando de integrar as atividades da ESB em 2007/2008.

Entretanto, o centro de investigação CBQF foi consolidando as suas atividades de investigação, com particular relevo nos sectores alimentar e do ambiente, tendo a sua atividade sido reconhecida pela FCT como Laboratório Associado (o único integrado numa universidade não estatal), tornando-se uma instituição incontornável no panorama da ciência em Portugal. Na sua atual configuração, o CBQF conta com cerca de 130 investigadores, 66 dos quais doutorados, organizados em 3 grandes grupos (Environment and Resources; Food and Nutrition; Biobased and Biomedical Products). A relevância das suas atividades para o sector industrial originou ainda a criação de uma incubadora, designada por CiDEB – Centro de Incubação e Desenvolvimento de Empresas em Biotecnologia, que teve uma atividade importante, durante 12 anos, desenvolvendo mais de 35 projetos na área da biotecnologia. A relevância das atividades de investigação do CBQF para as empresas originou ainda a formalização de Serviços Científicos para as empresas, que vem prestando um conjunto de serviços integrados e diferenciadores, nas áreas de intervenção do CBQF.

Na sequência do Processo de Bolonha, a oferta formativa da ESB foi reestruturada em 3 ciclos, passando a ESB a oferecer, desde 2006/2007, as licenciaturas (1.º ciclo) em Bioengenharia (com especialidades em Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente, Engenharia Biomédica) e Biociências (especialidades de Microbiologia, Bioquímica, Nutrição, Bioinformática); estas licenciaturas eram de 3 anos, seguidas de 2 anos de mestrado de continuidade, cujo nome coincidia com as especialidades. Mais tarde foram reestruturadas, funcionando atualmente, 2017/2018, as seguintes licenciaturas: Bioengenharia (com especialidades em Engenharia Alimentar, Engenharia do Ambiente, Engenharia

Biomédica); Microbiologia; Ciências da Nutrição. A oferta formativa conferente de grau é complementada com os mestrados (2.º ciclo) em Engenharia Alimentar, Engenharia Biomédica, Microbiologia Aplicada, Biotecnologia e Inovação. As áreas de Biomédica e Nutrição traduziram uma extensão natural resultante das competências da ESB e do CBQF nas áreas da Bioengenharia, e também da Engenharia Alimentar. Deve ser referido que a organização curricular de cada Licenciatura e Mestrado reflete o facto de este estar inserida numa Escola que enquadra uma forte ligação à Biotecnologia, o que lhe confere um carácter distintivo relativamente a outras formações similares. Adicionalmente, e resultando da participação ativa da ESB em diversas redes internacionais de ensino e investigação, são ainda oferecidos dois mestrados internacionais em parceria: BIFTEC – Food Science and Technology and Business; e EDAMUS – Sustainable Management of Food Quality. A oferta formativa conducente a grau é completada com os programas doutorais (3.º ciclo) em Biotecnologia (especialidades de Ciência e Engenharia Alimentar, Ciência e Engenharia do Ambiente, Microbiologia, Química), Ciência e Tecnologia Alimentar e Nutrição (em conjunto com a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro), e Enologia (em conjunto com a UTAD). Todas as formações conferentes de grau foram acreditados pela Agência A3ES. A oferta formativa apresenta também cursos de pós-graduação em segurança alimentar, inovação alimentar, enologia, nutrição pediátrica e nutrição e envelhecimento.

Todas as ofertas formativas da ESB têm sido caracterizadas por uma aprendizagem personalizada, com professores com elevada experiência de ensino e de investigação nas suas áreas de intervenção, elevada prática laboratorial, aprendizagem em ambiente de investigação (nos laboratórios do CBQF), promovendo-se ainda a autoaprendizagem, o desenvolvimento de competências transversais e o contacto com a realidade empresarial, não esquecendo os aspetos de natureza humanística e ética, transversais a toda a UCP.

Relativamente ao corpo docente da ESB, este goza de elevado reconhecimento externo, nacional e internacional, com presença continuada em plataformas temáticas internacionais, participação e direção de sociedades científicas, em painéis de avaliação de projetos e bolsas, corpo editorial de revistas científicas internacionais de topo, convites continuados para proferir conferências em Portugal e no estrangeiro, assim como para integrar júris de doutoramento, entre muitos outros sinais de reconhecimento externo.

Para além das atividades de ensino, investigação e serviços, essencialmente ligados a universidades, centros de investigação e empresas, a ESB tem mantido uma relação estreita com a comunidade local e regional, trabalhando com um elevado número de câmaras municipais, escolas do ensino secundário, outras

organizações governamentais e não governamentais, em ações de divulgação de ciência, em ações de formação de higiene e segurança alimentar, nutrição e sustentabilidade ambiental.

Tendo a UCP dois polos no Porto (Foz e Asprela), foi equacionada a centralização das suas atividades no *campus* da Foz. Neste cenário, em julho de 2014, fizeram-se obras de adaptação no *campus* da Asprela, tendo-se concentrando as atividades na fase III e no edifício CiDEB. Por decisão estratégica da UCP, foi decidido mudar todas as atividades para o *campus* da Foz, pelo que se planeou a construção de um edifício para a ESB, encontrando-se neste momento em construção. Espera-se que, em 2019, as atividades da ESB sejam transferidas na sua totalidade para este novo edifício. Esta opção coincidiu com o estabelecimento de uma parceria estratégica, de potencial elevado impacto nas atividades de I&D, com a empresa norte-americana Amyris, sediada na Califórnia. Neste cenário, conjugaram-se estas duas situações, permitindo desde logo planear um edifício que pudesse integrar infraestruturas visando acomodar as atividades conjuntas. Pretende-se materializar este projeto num Centro de Excelência Europeu em Biotecnologia, sediado no *campus* da Foz, onde mais de 100 investigadores, 60 dos quais serão novos membros, poderão contribuir significativamente para o reforço das atividades de investigação, e para o aumento da área da transferência de tecnologia e inovação.

## 2. Cronologia

- 1984 Criação da ESB: primeira instituição em Portugal na área da Biotecnologia  
Criação da associação empresarial de apoio à Escola Superior de Biotecnologia (AESBUC)  
Arranque da Licenciatura em Engenharia Alimentar  
Posse do Prof. Augusto Medina como Diretor
- 1986 Construção de instalações próprias no *campus* da Asprela, Porto – Fase I
- 1988 Criação dos Centros de Serviços ao exterior (CEntro de Qualidade Alimentar – CEQA, CEntro de Embalagem Alimentar – CEPA, CEntro de Tecnologia Alimentar – CETA, CEntro de Formação e Informação – CEFI e Centro de Informática e Eletrónica Industrial – CIEI)
- 1989 Início dos programas de formação pós-graduada ESB
- 1990 Criação do Centro de I&D (Centro de Biotecnologia e Química Fina – CBQF)
- 1991 Criação da Escola de Tecnologia e Gestão Industrial – ETGI  
Estabelecimento de consórcios universidade/empresa (Vinhos, Laticínios e Pescado)
- 1992 Arranque da Licenciatura em Engenharia do Ambiente  
Arranque da Licenciatura em Microbiologia

- 1993 Concessão do Praemium Europa Universitas/Indústria pela Fundação Europeia Universidade/Empresa
- 1994 Expansão de instalações próprias no *campus* da Asprela – Fase III
- 1996 Posse do Prof. Joaquim Reis como Diretor
- 1996 Avaliação externa (painel internacional) do CBQF: atribuição de “Muito Bom” Acreditação, pelo Instituto Português de Qualidade, do Centro de Qualidade Alimentar e Centro de Embalagem Alimentar
- 1998 Posse do Prof. F. Xavier Malcata como Diretor
- 1999 Segunda avaliação externa do CBQF pelo Ministério da Ciência e a Tecnologia, atribuição de classificação de “Muito Bom”  
Atribuição do estatuto de Centro de Recursos em Conhecimento para o sector Agroalimentar  
Arranque da Licenciatura em Engenharia de Produção Biológica em Caldas da Rainha
- 2000 Reformatação dos Centros de Serviços ao exterior (Centro de INovação e Apoio Tecnológico e Empresarial – CINATE, e Centro de Formação e Extensão – CEFE)
- 2004 Reconhecimento do CBQF como Laboratório Associado  
Criação do CiDEB – Centro de Incubação e Desenvolvimento de Empresas em Biotecnologia  
Centro de Embalagem Alimentar reconhecido como Laboratório Nacional de Referência em Materiais e Embalagens Alimentares
- 2006 Implementação do Processo de Bolonha e dos 1.º e 2.º ciclos de ensino
- 2008 Posse do Prof. Joaquim Azevedo como Diretor
- 2009 Posse da Prof.ª Isabel Vasconcelos como Diretora
- 2010 Acreditação de todos os graus pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES)
- 2011 O estatuto de Laboratório Associado de Estado do CBQF é renovado por 10 anos, e obtém a classificação de “Muito Bom”, pela FCT  
Posse do Prof. Emídio Gomes como Diretor.
- 2012 Investimento de capital de risco de 1,4 ME numa *spin-off* criada no CiDEB por estudantes de doutoramento
- 2013 Posse da Prof.ª Isabel Vasconcelos como Diretora
- 2015 Mudança das atividades da ESB para a Fase III e edifício CiDEB  
Decisão de construção de novo edifício da ESB no *campus* da Foz, com vista à deslocação das atividades da ESB/CBQF para este *campus* (na sequência do Plano Estratégico, 2015-2020, da UCP)
- 2016 Assinatura, em Lisboa, do protocolo de cooperação entre a UCP e a empresa Amyris (Califórnia, Estados Unidos), na presença do embaixador dos EUA
- 2017 Início da construção do novo edifício da ESB
- 2018 Em Silicon Valley, nos Estados Unidos, e na presença do Primeiro-Ministro António Costa, assinatura do contrato que viabiliza o projeto de investigação

Alchemy; parceria da UCP-ESB e a empresa Amyris Bio Products Portugal, subsidiária da Amyris Inc., e o Governo de Portugal, através da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

### **3. A ESB em números**

2250 Licenciados

320 Mestres

140 Doutores

700 Com pós-graduação

Atualmente, o CBQF dispõe de cerca de 130 investigadores integrados, 63 dos quais doutorados

Nos últimos 5 anos, mais de 550 artigos publicados em revistas internacionais indexadas (80% dos quais nos quartis Q1/Q2, 30% dos quais com colaboração internacional)

30 Patentes nacionais ou internacionais

Mais de 11 milhões de euros de financiamento externo competitivo nos últimos 5 anos

Nos últimos 5 anos, envolvimento em mais de 130 projetos financiados externamente

Cooperação com mais de 150 parceiros industriais, dos quais 27 estrangeiros, de 16 países, nos últimos 5 anos

Participação em cerca de 21 redes internacionais de investigação, nos últimos 5 anos

Cerca de 40 parcerias em redes nacionais e internacionais ativas

Cerca de 50 Projetos em copromoção com a indústria nos últimos 5 anos

Parcerias com 130 entidades internacionais de cerca de 50 países nos últimos 5 anos

Divulgação de ciência junto de mais de 60 escolas secundárias por ano, abrangendo cerca de 5000 alunos



## Capítulo 18

### **Faculdade de Economia e Gestão**

Alberto de Castro

No princípio era o verbo. O verbo sonhador, emotivo, mobilizador. O verbo que sabia como se transformar em verba. O verbo capaz de desinquietar, gerar paixão, entusiasmo, vontade e sentido de pertença. O verbo que tem um sujeito: Francisco Carvalho Guerra. Um sujeito feito de predicados e, sobretudo, de obras.

Estamos em meados da década de 1980, a presença da Católica no Porto vai-se fazendo com uma preocupação: criar oferta de ensino superior que não esteja assegurada pelo Estado. Começou com o curso de Direito em 1983. Foi assim com a criação da Escola Superior de Biotecnologia, em 1985.

Nas suas relações com o meio empresarial foi compreendendo que havia uma ânsia de que fosse criado um curso mais focado na gestão. Era o período em que aceleravam as privatizações e se anunciava a adesão à CEE, em que se percebia que os novos desafios colocados às empresas exigiam quadros mais especializados, profissionais capazes de estruturar práticas que fossem para além da intuição. A Universidade Católica tinha sido pioneira no ensino da gestão com a criação, em Lisboa, da primeira licenciatura nessa área. A sua extensão ao Porto parecia lógica. Discutiu-o com empresários e gestores. Testou o interesse com a criação de um Centro de Estudos de Organização e Gestão que, na verdade, ministrava cursos de formação complementar especializada. Ouviu os amigos de sempre que tinham estado na origem da Universidade Católica no Porto e que, com uma composição de geometria variável, como agora se diria, o ajudaram a estruturar a oferta em Direito e em Biotecnologia. Convencido de que haveria procura suficiente para viabilizar a oferta, decidiu-se e avançou para Lisboa. Como tantas vezes haveria de acontecer, não encontrou o entusiasmo que esperava. Se não foram obstáculos foram reticências quanto à capacidade de pôr de pé uma oferta de qualidade. Havia poucas formas de o magoar mais. Senhor de um currículo académico e profissional impressionante, o que tinha ajudado a construir, no âmbito da Universidade do Porto e da ciência e investigação, em geral, falavam por si. Nada, contudo, que impressionasse os jovens

doutorados que campeavam em Lisboa. Quem o conhece sabe que, sempre que se convence que tem razão, não é homem de desistir. No Porto encontrou em Manuel de Oliveira Marques o parceiro certo para a empreitada a que se tinha proposto. Oliveira Marques tinha acabado de se doutorar em gestão na Escócia, na Universidade de Strathclyde, tornando-se no primeiro doutorado em Gestão da Faculdade de Economia do Porto (FEP). O convite honrou-o e empolgou-o: vinha ao encontro do que ele próprio pensava fazer. Para além do mais tinha uma afinidade grande, por via da sua fé, com a Universidade Católica e uma outra enorme vantagem: tinha sido colega de doutoramento de alguns docentes da Católica de Lisboa. Como se costuma dizer, com uma só cajadada Carvalho Guerra matava dois coelhos: calava a oposição de Lisboa e arranjava uma figura reputada para dirigir a licenciatura em Gestão. Havia apenas um obstáculo! Docente na FEP, Oliveira Marques não se sentia confortável em avançar com a criação de um curso fora daquela instituição sem antes propor iniciativa semelhante no seu âmbito. Os meandros mais burocráticos das decisões em organizações estatais atrasariam o processo mas Carvalho Guerra, ele próprio ligado à Universidade do Porto, compreendeu a decisão e apoiou-o. Manuel Marques levou a sua avante e, deste modo, em 1987 acontece a criação, no Porto, de duas licenciaturas em Gestão (a da Católica designada Curso de Administração e Gestão de Empresas – CAGE) e facto inédito e, hoje em dia, inconcebível de ambas terem o mesmo diretor: Manuel de Oliveira Marques.

Na verdade, o CAGE era um pouco como a pescada que antes de o ser já o era. Explique-se! Na altura, o 12.º ano tinha, ainda, uma estrutura curricular muito ligeira. A Reitoria da Universidade Católica tinha percebido, por experiência, que tal estava longe de assegurar a preparação adequada para um ensino superior exigente e, aproveitando a liberdade que a Concordata de então lhe concedia, resolveu criar um curso preparatório (vulgarmente conhecido como “Ano Zero”) que se constituía numa via alternativa de acesso às licenciaturas ministradas na Católica. Em 1986 foi criado o “Ano Zero” para gestão que, deste modo, se traduzia na garantia de que, acontecesse o que acontecesse na universidade estatal, em 1987 haveria uma licenciatura naquela área na Universidade Católica no Porto. Ao mesmo tempo, a oferta do “ano zero” era, ela própria, um exemplo de boa gestão: fazia-se um teste ao mercado que permitia antecipar a receptividade ao novo produto. Perante os potenciais “concorrentes” dava-se um sinal forte ao assumir o compromisso irreversível de avançar com o curso o que, aliás, viria a facilitar a aprovação da licenciatura de Gestão na FEP.

Não obstante o bom acolhimento, Carvalho Guerra e Oliveira Marques decidiram ser cuidadosos e abrir apenas um número muito limitado de vagas (cerca de 30), aproximadamente metade reservada para acesso por via do 12.º ano,

o que requeria a realização de um exame específico. A mesma prudência prevaleceria na oferta estatal. As dúvidas tinham razão de ser. Por um lado, o curso de Economia da FEP era muito distinto dos seus homónimos oferecidos em Lisboa: enquanto estes eram muito especializados, o da FEP tinha uma estrutura híbrida com múltiplas disciplinas de contabilidade, direito e gestão. Com uma boa reputação, estava no mercado há mais de 30 anos, período durante o qual se tinham licenciado alguns milhares de alunos, muitos dos quais viam com suspeição o novo “intruso”. Como se não bastasse, a FEP havia decidido manter o número de vagas em economia pelo que os novos cursos teriam de criar a sua própria procura. Embora otimista, Oliveira Marques viveria os últimos meses, antes do “teste de mercado”, angustiado: não apenas pelo que aconteceria com o curso da FEP face à licenciatura em economia, como também pelo receio de que a oferta da Católica, beneficiando do prestígio criado em Lisboa, pudesse monopolizar a procura colocando em causa a sua acumulação de funções nas duas instituições.

As preocupações vieram a revelar-se exageradas. Após a adesão à CEE, em 1986, o clima era de grande otimismo e as políticas públicas estimulavam o acesso ao ensino superior. As duas licenciaturas preencheram os seus *numerus clausus* com facilidade, perante uma procura que excedeu largamente a oferta o que permitiu uma seleção de alunos com boas médias de acesso.

Como qualquer curso criado de raiz, sem grande tempo de maturação, também o CAGE do Porto teve, nos primeiros anos, de recorrer a docentes de outras instituições, nomeadamente da Universidade do Porto. O protocolo entretanto celebrado entre o emergente Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa e a Universidade do Porto, sob os auspícios, respetivamente, de Carvalho Guerra e Alberto Amaral, simplificaram e deram transparência ao processo, facilitando a vida a Oliveira Marques que, assim, pôde conseguir a colaboração de vários professores doutorados da FEP, nomeadamente da área de economia. Paralelamente, nas disciplinas mais ligadas à gestão, para além das da área de finanças que ficaram sob a sua regência, a política foi a de envolver no ensino, nessa primeira fase, aquilo que em algumas escolas internacionais se designam por “*professor of practice*”, isto é, gente com experiência profissional mas, igualmente, com um trajeto prévio como docentes convidados. Enquanto isso, desde o arranque a Universidade Católica começou a recrutar, sobretudo entre os melhores alunos da FEP, jovens assistentes que, após dois ou três anos de teste na docência, eram estimulados a candidatarem-se a mestrados e doutoramentos em Escolas prestigiadas, de preferência no estrangeiro.

Perante a pressão da procura, no ano seguinte (1988) o número de vagas oferecidas duplicou. O sucesso mede-se não apenas pelo facto de terem voltado

a ser totalmente preenchidas, mas também por essa ter vindo a ser uma das melhores turmas de sempre, prova da reputação que, em apenas um ano, o curso havia conseguido. No ano seguinte o crescimento continuou tendo, após esse ano, o *numerus clausus*, estabilizado à volta dos 100 alunos.

Institucionalmente, o curso no Porto era uma mera extensão da oferta da faculdade, cuja sede estava em Lisboa: num primeiro momento, ainda no âmbito da Faculdade de Ciências Humanas e, após a criação das Faculdades de Direito e de Ciências Económicas e Empresariais, em 1988, integrado nesta última. Entretanto, quase coincidindo com o arranque do ano zero de gestão, o núcleo do Porto da Universidade Católica tinha ganho o estatuto de Centro Regional, consagrando a expansão havida, traduzida na diversidade de cursos oferecidos, desde o direito à gestão, passando pela biotecnologia, a engenharia alimentar e a teologia. Com os Centros Regionais a Universidade almejava conjugar a unidade com a capacidade de resposta às especificidades regionais, fossem de índole sociológica ou económica. Se havia (há) área em que tais idiosincrasias são mais patentes, a economia empresarial é certamente uma delas. A estrutura empresarial é muito distinta de região para região, a especialização sectorial também, assim como os mercados servidos (nacional ou internacionais). Com o avanço do primeiro curso, ultrapassados os dois primeiros anos essencialmente de formação de base, começou-se a sentir que a vontade de assegurar o alinhamento da oferta em Lisboa e no Porto podia correr o risco de se tornar um espartilho demasiado apertado, impedindo a especialização que respondesse às necessidades da estrutura empresarial regional. A economia europeia, a economia internacional, a gestão de PME eram assuntos que justificavam consideração e peso diferenciado, o que nem sempre foi pacificamente entendido pelos Conselhos Científicos instalados em Lisboa. A existência de disciplinas optativas, a partir do 4.º ano do curso, constituía uma oportunidade para dar resposta a algumas dessas prioridades, sem criar demasiadas tensões – Lisboa tinha, a certa altura, ameaçado não reconhecer equivalência, para efeito de mobilidade, aos alunos provenientes do Centro Regional do Porto.

Em dezembro de 1990, com o 4.º ano a meio, razões profissionais levam Manuel de Oliveira Marques a fixar-se em Lisboa o que o impossibilitava de continuar a assegurar a coordenação da licenciatura em Administração e Gestão de Empresas. Para o substituir sugeriu ao presidente do CRP, professor Carvalho Guerra, o nome de Alberto de Castro, também ele docente na Faculdade de Economia do Porto mas que colaborava com a Universidade Católica, com base no protocolo celebrado entre as duas universidades, desde o 1.º ano letivo. Após uma conversa ao almoço, no Centro Universitário do Porto, Carvalho Guerra propôs a sua nomeação ao então Reitor, D. José Policarpo, obtida a anuência de

Xavier Pintado, diretor da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. Aproveitando a deslocação de D. José ao Porto, por ocasião da festa de Natal, aquele endereçou o convite ao Prof. Alberto de Castro que o aceitou, tendo de imediato começado a preparar o 2.º semestre letivo. Se nos primeiros 3 anos tudo era relativamente simples, dado tratar-se, no essencial, da repetição do serviço docente do ano anterior, o segundo semestre do 4.º ano, a ser oferecido pela primeira vez, revelar-se-ia mais complicado do que o esperado por haver várias disciplinas ainda sem docente escolhido, incluindo para as optativas. Tal viria a dar origem a um dos episódios mais caricatos da história do curso<sup>1</sup>.

Em paralelo com a coordenação do curso, uma das primeiras propostas que Alberto de Castro apresentou ao Presidente do CRP foi a da criação de um centro de estudos aplicados, através do qual se pudesse dar consistência à aproximação da Escola (ou do seu embrião...) ao meio empresarial e económico envolvente. A ideia foi acolhida com entusiasmo pelo Prof. Carvalho Guerra tendo, a meio do ano de 1991, sido criado o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA). Para seu diretor executivo foi nomeado o Dr. Guilherme Costa, docente convidado do CAGE, pós-graduado em economia internacional e com larga experiência em gestão de empresas. Um dos primeiros trabalhos realizados teve como cliente a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Peles e Similares (APIC-CAPS), colaboração que se manteve, ininterruptamente, desde então e que honra a Universidade Católica por se poder associar ao sucesso que aquelas indústrias têm experimentado, desde então. A reputação granjeada com esses e outros trabalhos, a proximidade aos desafios sectoriais e empresariais da Região,

---

<sup>1</sup> A disciplina de Auditoria estava prevista para funcionar no 2.º semestre do 4.º ano. Como responsável surgia José Rodrigues de Jesus, figura conhecida e muito reputada (hoje, Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) que já havia colaborado com a Universidade nos cursos do CEOG. Em reunião com os alunos para lhe dar conta do que estava planeado, Alberto Castro informou-os disso mesmo. Entretanto, contactou o Prof. Jesus que não sabia de nada! Fiel ao seu estilo, tranquilizou o então Diretor e disse-lhe que asseguraria a lecionação. Veio a primeira semana de aulas e... nada! Tinha-se esquecido de uma incompatibilidade de agenda mas, garantidamente, na semana seguinte lá estaria. Qual quê? Por essa altura já os alunos comentavam que só por milagre é que Jesus vinha dar Auditoria. Mas, como era na Católica, talvez... Em conversa com o Prof. Jesus, concluiu-se que seria difícil garantir a continuidade necessária às aulas naquele semestre. Como alternativa, sugeriu o nome de Joaquim Barreiros, técnico reputado e docente na FEP. Quando, em reunião com os alunos, foi anunciada a substituição, a algazarra foi total: até ali esperava-se o milagre de Jesus e, afinal, vinha o Quim Barreiros! Uma “tanga”. Sem milagre, veio e ficou, para agrado de todos, naquele e nos anos seguintes.

fizeram do CEGEA um elemento central na construção de uma identidade própria, nas áreas da economia e gestão, no CRP da Católica.

Os desafios não ficaram por aí! Artur Santos Silva que, no início da sua carreira havia sido docente no curso de Direito no Porto, numa conversa informal lançou a ideia de se pensar numa pós-graduação em gestão destinada a licenciados em direito. Manuel Alves Monteiro, na altura na Bolsa de Valores, também ele licenciado em direito, apoiou a proposta. Tal como Ângelo César Machado. Os três mais Emílio Rui Vilar, João Vieira de Castro e Carlos Câmara Pestana, todos licenciados em direito, constituídos em Conselho de Orientação Estratégica, conceberam e desenharam uma pós-graduação que foi um enorme sucesso (com um Conselho daqueles, não é de admirar...). Entre os alunos dessa primeira edição (1993) lembre-se, com saudade, Diogo Vasconcelos a quem, mesmo a morte precoce, não impediu de deixar uma pegada que perdura no fomento do empreendedorismo e inovação em Portugal.

À medida que o curso de gestão se ia estabelecendo, com o recrutamento de alguns doutorados e doutorandos, começaram a criar-se as condições que permitiam pensar numa oferta mais ambiciosa. Uma das primeiras ideias, algo paradoxalmente muito defendida por vários docentes de gestão, liderados pelo Prof. Pinto dos Santos, apontava para a criação de uma licenciatura em economia: havia várias disciplinas de economia no tronco comum da licenciatura em gestão, mais algumas entre as optativas, a economia de empresa constituía pré-requisito teórico para a estratégia empresarial e, quer nas finanças quer mesmo no marketing, sucedia algo semelhante. Contactado o Doutor Américo Mendes este revelou disponibilidade para ingressar no corpo docente da Universidade Católica e encarregar-se de preparar o dossiê para a oferta de uma licenciatura em economia que, replicando no essencial a estrutura do curso de Lisboa, salvaguardasse os graus de liberdade suficientes para atender às idiossincrasias norte-nhas. Após duas ou três interações entre o Porto e Lisboa, o Conselho Superior autorizou o início da licenciatura em economia no ano letivo de 1996. Tal como sucedeu com o curso de administração e gestão de empresas, optou-se por um *numerus clausus* prudente que foi largamente excedido. A “colheita” revelou-se *vintage*, tendo dela emanado alguns dos atuais docentes da Católica Porto Business School.

Como, ao contrário da gestão, começava já a haver uma oferta excedentária de doutorados em economia, foi relativamente fácil recrutar, no mercado, alguns doutorados, provenientes de boas escolas internacionais que contribuiriam para uma crescente autonomia do que “ameaçava” ser o embrião de uma Escola. Tanto mais quanto começavam a regressar os primeiros doutorados em gestão em quem a universidade havia investido ou que tinha estimulado a prosseguir

estudos pós-graduados. Atenta a necessidade de criar um enquadramento que facilitasse e fomentasse a continuação da investigação científica desses jovens doutorados, foi decidido, em 1997, dar ao CEGEA um irmão que se focasse mais na dimensão académica/científica e menos na investigação aplicada. Surge, desse modo, o Centro de Estudos de Gestão e Economia.

Quis o destino que, entre docentes convidados e doutorados próprios, se verificasse uma certa concentração nos domínios do Marketing e da Gestão de Operações. Seguindo, uma vez mais, os passos da casa mãe ou, talvez melhor, irmã mais velha, começou-se a discutir a hipótese de vir a ser oferecido um MBA na “Católica do Porto” (uma expressão proscrita mas que, por comodidade, e também por ser assim que, na altura, o Centro Regional do Porto se sentia, se usa em vez de “no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa”). É verdade que era um MBA algo especial, focado nas Operações e na área Comercial. Haveríamos de lhe chamar MBA em Gestão de Operações Comerciais. Mais uma vez, a “irmã mais velha” não apreciou, especialmente, a ideia, não obstante o apoio que uma parte do Conselho Científico, nomeadamente os Professores Amado da Silva, Aníbal Santos e Fernando Nascimento, deram ao projeto. No Porto, a determinação era grande, o apoio do tecido empresarial a este tipo de especialização estimulante, tal como o era a disponibilidade para colaborar no programa de alguns dos orientadores dos doutorados recém-chegados. Como bem se sabe, água mole... E assim, em janeiro de 1997, começou a ser oferecido o MBA suprarreferido, com um núcleo de docentes de excelência e um grupo de alunos que, vinte anos passados, lideram a CPBS e têm posição de destaque em várias empresas nacionais.

No ano a seguir, em resultado de uma parceria com o Instituto de Mercado de Capitais, foi lançada a Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Derivados, coordenada pelo Professor T. S. Ho da Universidade de Lancaster, envolvendo vários docentes de prestigiadas universidades europeias e americanas. A experiência adquirida, as sugestões recebidas, a disponibilidade crescente de docentes vinculados à Universidade (incluindo alguns docentes da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais de Lisboa) e a recetividade dos professores visitantes para manter uma colaboração regular com a extensão no Porto da FCEE, incitaram a que se começasse a ponderar a evolução da pós-graduação para um mestrado em finanças, todo ele lecionado em inglês. Estruturada a proposta, surgiram as habituais reticências da casa-mãe que não impediram, contudo, que o projeto fosse submetido ao Conselho Superior que, face ao empenhamento do CR Porto e aos apoios empresariais e institucionais conseguidos, aprovou a criação do Mestrado em Finanças. Um projeto pioneiro que funcionaria num modelo muito semelhante aos mestrados ingleses. Estávamos em 2000, ano em

que, seguindo o modelo vigente na época, se anuncia, também, o mestrado em Marketing que dava condições, a quem tivesse realizado o MBA em Gestão de Operações Comerciais, de fazer uma formação complementar que poderia desaguar no grau de mestre.

Licenciatura em Gestão, licenciatura em Economia, Pós-Graduação em Gestão para Licenciados em Direito, MBA em Gestão de Operações Comerciais, um Mestrado em Finanças e outro em Marketing, um Centro de Estudos Aplicados com visibilidade crescente e um corpo docente próprio em desenvolvimento acelerado cuja investigação se plasmava num centro de investigação autónomo. Esta era a situação, de facto. Somem-se-lhe as tensões institucionais entre uma extensão com esta dinâmica, e com ideias próprias, e uma “irmã mais velha” com tiques paternalistas. Misture-se tudo num contexto em que o sentimento de pertença se construía ancorado no orgulho de uma identidade regional própria, sob a égide da figura tutelar do Professor Carvalho Guerra, presidente do Centro Regional do Porto, e temos os ingredientes todos para que se pudesse pôr a hipótese de criar uma unidade académica autónoma no Porto. Não era empreitada fácil. Não havia na história da UCP precedente (o que mais se aproximava – a criação da Faculdade de Teologia, em Lisboa, evitando a tutela da Faculdade de Filosofia de Braga – era uma história algo polémica). No caso em apreço não só não havia precedente como contrariava a ordem natural das coisas: havendo uma única Universidade Católica em Portugal, parecia não fazer sentido haver várias escolas autónomas no mesmo domínio científico, mais a mais se a “mãe” estava em Lisboa. Ou talvez fizesse. Talvez a construção da unidade nacional da Universidade Católica se fizesse por caminhos aparentemente menos óbvios, de diálogo entre iguais e não apenas de obediência hierárquica, numa lógica mimética da relação episcopal dentro do território português.

Os ingleses dizem *“where there is a will, there is a way”*. Querer é poder! Contudo, tão ou mais importante que haver uma vontade é haver uma razão. Ciente disso, sem ter nada a temer, a Católica do Porto propôs ao Conselho Superior a constituição de um “comité de sábios” que avaliasse a razoabilidade da proposta, pronunciando-se sobre se se justificava a criação de uma Escola autónoma no Porto e, no caso afirmativo, se estavam reunidas as condições, nomeadamente em termos de qualidade do corpo docente, que dessem consistência ao projeto. Aprovada a metodologia, foram convidados os professores Aníbal Cavaco Silva, Daniel Bessa, João Carlos Espada, Mário Pinto e T. S. Ho para integrar a referida comissão. Estávamos em 2000. Como seria de esperar, o escrutínio foi minucioso e rigoroso. Foram dados múltiplos testemunhos, pedida informação adicional circunstanciada, discutidos os vários cenários e, por

fim, consensualizada uma proposta favorável à criação de uma unidade autónoma para o ensino e a investigação da economia e gestão no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, que viria a ser crismada de Faculdade de Economia e Gestão. Para além de um corpo docente próprio qualificado, e com perspectivas fundadas de ser reforçado num curto horizonte de tempo, pesou na decisão a perceção de que a oferta desenvolvida tinha mantido elevados padrões de qualidade, bem como a forma como o mesmo era visto pela comunidade envolvente, empresarial mas não só. Não obstante se poder conceber um modelo de autonomia alargada dentro do âmbito da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, a Comissão entendeu que a emancipação conferia uma maior capacidade estratégica, quer para fazer face à concorrência quer, em especial, para responder, em tempo e qualidade, às necessidades da sociedade nortenha.

Em maio de 2001, pelo Decreto MC 5/2001, o Magno Chanceler, D. José Policarpo, nomeava o Professor Alberto Castro Diretor da Faculdade de Economia e Gestão. Pelo Despacho NR 61/2001, o Reitor, Professor Manuel António Braga da Cruz, nomeava como Vogais dessa primeira Direção os Professores Américo Mendes e Mário João Coutinho dos Santos e o Dr. Nuno Côrte-Real e, como Secretário da Direção, o Mestre Luís Krug Pacheco.

Os anos subsequentes assistiram à criação de outros programas avançados, desde o mestrado em economia ao programa de MBA Internacional. Anunciado o Processo de Bolonha, a FEG colocou-se na vanguarda do mesmo, passando as suas licenciaturas a seguir esse modelo logo em 2006. Segue-se a criação de vários programas de mestrado. Em 2010, com o alto patrocínio dos Presidentes da República de Portugal e Brasil, lança-se o projeto pioneiro de um MBA Atlântico.

Entretanto, no início de 2008, Álvaro Nascimento havia sucedido a Alberto Castro e, em julho de 2013, Sofia Salgado tornava-se não apenas a primeira mulher, como sobretudo a primeira antiga aluna, a assumir da Direção da FEG.

O resto é história! Em anexo listam-se alguns dos momentos mais marcantes da história dessa novel Escola, entretanto rebatizada Católica Porto Business School (CPBS). Por ser demasiado longa, não se lista o nome de todos aqueles que, na Direção, na Coordenação dos Programas, na lecionação, na investigação, nos estudos aplicados, nos secretariados e apoios administrativos, contribuíram para que a CPBS seja o que hoje é. É injusto, e até contraditório, num projeto que só se conseguiu afirmar por ser uma bandeira que muitos reconheceram, e reconhecem, como sua.

## **Anexo**

### **Datas assinaláveis da História da FEG**

- 2001 Criação da Faculdade de Economia e Gestão
- 2006 Criação das cadeiras de projeto nas licenciaturas
- 2009 Inauguração do Edifício Américo Amorim dedicado à Formação de Executivos
- 2010 1.ª Edição do MBA Atlântico
- 2010 Avaliação em Centro de competências para todos os alunos de Mestrado
- 2011 Criação do Strategic Leadership Hub – SLH
- 2012 Assinatura da Católica Business School Alliance com a Universidade Católica de Angola
- 2012 1.ª Edição da Teen Academy – young enterprise
- 2012 Atividades de Team Building com barcos à vela na Formação Executiva
- 2012 Programa de Mentores para alunos de Mestrado
- 2013 Acreditação Internacional pela AMBA
- 2014 Criação de dois centros de investigação aplicada: BeoLab e Slab
- 2015 Utilização de teatro na formação executiva
- 2015 1.ª Edição da Dupla Licenciatura em Direito e Gestão
- 2015 Católica Porto Business School passa a ser a marca comercial para todos os níveis de ensino
- 2015 Reconstrução do Edifício do Paraíso para alargamento das salas da Formação Executiva
- 2016 Inclusão da semana na China no MBA Executivo
- 2016 Acreditação EQUIS e Reacreditação AMBA
- 2017 Definição de 3 áreas de investigação principais
- 2018 Reformulação do MBA Executivo e Criação de um clube de Empresas

## Capítulo 19

### **Escola das Artes**

Henrique Manuel Pereira,  
Laura Castro, Luís Teixeira

1. A ideia do que é hoje a Escola das Artes remonta porventura a setembro de 1990. Considerando-se necessário e urgente planejar e desenvolver num contexto de médio e longo prazo as atividades do Centro Regional do Porto (CRP), a Comissão Consultiva de Planeamento e Desenvolvimento sumariou, em documento conciso, datado de 30 de setembro de 1990, um conjunto de linhas de orientação para o CRP. No quadro dessa reflexão, produzida num horizonte temporal de 20 anos, pequeno lapso na vida de uma universidade, privilegiando a qualidade, o CRP deveria alargar a sua zona de influência, sendo capaz de atrair – e de enviar – alunos, docentes e investigadores de – e para – outros países e sempre sem acrescentar ao que já existia mas oferecendo alternativas de formação universitária; deveria promover a prestação de serviços ao meio envolvente e o ensino a elementos já ativos na sociedade. Sentia-se a urgência de projetos concretos passíveis de serem apresentados às instâncias próprias para solicitar a obtenção dos fundos necessários.

É neste quadro que se perspetiva uma Escola Superior de Comunicação, porventura “o grande projeto CRP nos próximos anos”. Entendia-se a comunicação como área do conhecimento cuja importância era muitas vezes minimizada pelo facto de ser tão nova – como conhecimento organizado, como área de investigação, como ensino universitário – quanto comum na vida atual. Por outro lado, muitos apontavam-na como a ciência do futuro, sustentando que o século XXI seria a era da informação. Para a referida Comissão Consultiva de Planeamento e Desenvolvimento era claro que a comunicação não se confundia com jornalismo nem se restringia ao processamento de informação usando computadores. Propunha-se uma escola em que se estudassem também campos como as relações entre indivíduos, as relações internacionais, a publicidade, a rádio, a televisão, os espetáculos, o lazer e em que se desenvolvessem métodos eficientes de ensino à distância aplicáveis aos vários ramos do saber humano. A escola a criar seria talvez a primeira a dedicar-se à comunicação científica e técnica em português. Devendo procurar-se o seu modelo nos EUA, adicionar-se-lhe-ia

a cultura europeia, à luz dos princípios que regem a UCP. Necessitando de conhecimentos das outras unidades do CRP – Teologia, Direito, Gestão, Engenharia – a nova escola participaria com enorme valor na formação de todos os licenciados do CRP, designadamente na arte de bem comunicar. Configurando uma resposta a uma das maiores “necessidades escondidas” da sociedade de hoje, a nova escola contaria com duas áreas: Música e Arte Sacra, Centro de Estudos de Conservação e Restauro e Som e Imagem. Não restavam dúvidas que, concebido segundo características específicas, o projeto era ambicioso, caro e de edificação difícil.

A 11 de março de 1992, a convite do Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, Presidente do Centro Regional do Porto, reuniu-se, pela 1.<sup>a</sup> vez, nas instalações do CRP o que ficou designado por Comissão Promotora do Instituto de Música e Arte Sacra, constituída pelos seguintes elementos: Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho, Cónego Dr. Ferreira dos Santos, Prof.<sup>a</sup> Doutora Natália Marinho Ferreira Alves, Arquitecto Luís Cunha, Prof.<sup>a</sup> Maria Teresa F. de Macedo, Dr. António Simões Neto, D. Helena Hernández Nova Miranda de Sousa e Dr. João Paulo Miranda.

Naquela reunião, o Presidente do CRP formulou questões como: que objetivos deveriam nortear o Instituto de Música e Arte Sacra?; que tipo de atividades deveriam desenvolver-se no seu seio?; qual o âmbito dos possíveis destinatários das atividades formativas?; que infraestruturas materiais e humanas deveriam ser afetadas ao Instituto?; qual a viabilidade financeira do Instituto e quais as possíveis fontes de financiamento das suas possíveis atividades? Por fim, que programa de atuação deveria a Comissão Promotora adotar e quais as tarefas específicas dos seus respetivos membros?

Até 23 de julho de 1992 a comissão teve quatro reuniões de trabalho, findas as quais foram identificados problemas de natureza diversa. Desde logo, a dificuldade em identificar a escola; problemas relativos ao financiamento; questões relacionadas com o tronco comum das diferentes áreas de formação e orientações práticas dos alunos (formação de historiadores de arte, de restauradores, de músicos para a Igreja...).

Considerando estas dificuldades, o Prof. Doutor Carvalho Guerra, o Dr. Ferreira dos Santos e o Prof. Doutor Arnaldo de Pinho realizaram de 20 a 27 de setembro de 1992, uma viagem a três Centros de Formação: Escola Superior de Música Sacra de RegensBurg, o Instituto Real do Património Artístico (Bruxelas) e a “National Gallery” em Londres.

Na última reunião da Comissão Promotora do Instituto de Música e Arte Sacra, a quinta, ocorrida a 30 de novembro de 1992, foram propostos os seguintes pontos à discussão: o nome da Escola – Escola Superior de Música Sacra e Arte;

a necessidade de definir aptidões e graus para a admissão; a duração do Curso e Programas; planificar (fasear o começo da escola, a preparação dos professores, o concurso de possíveis centros de restauro já existentes e, finalmente, os centros internacionais com os quais se deveria colaborar). O carácter inovador da escola e o seu peso no meio, derivariam dos conteúdos programáticos e dos métodos de ensino a utilizar. Estava em causa, enfatizava-se, uma escola de nível europeu. A definição do exposto era condição para se avançar quanto a programas e professores, tendo ficado decidido que esta seria a tarefa da Comissão Instaladora.

A referida Comissão Promotora contou com a colaboração do Reitor da Loyola Marymount de Los Angeles, o Diretor do Art Museum de Londres, o Diretor da Escola de Música de Regensburg e o Diretor do Departamento de Conservação e Restauro da Universidade de Lovaina.

Paralelamente, trabalhava-se na criação de uma área vocacionada para a formação de profissionais dos “media”, designadamente de rádio e televisão. Inicialmente, este projeto pretendia ser uma iniciativa da UCP, em cooperação com a TVI (Televisão Independente), para preencher uma lacuna na oferta de formação avançada e progressivamente criar no Norte um polo forte de *know-how* nestes domínios.

Em documento datado de 10 de fevereiro de 1993, recomenda-se que “a Escola a criar será, por razões institucionais de vária ordem, integrada numa unidade pedagógica mais vasta, que incluirá ofertas de formação superior em música sacra e ainda nas artes e tecnologias do restauro e conservação do património artístico”. Reconhecia-se ainda que, estando embora o mercado carenciado de técnicos com formação superior nos domínios do jornalismo, da comunicação, da rádio e da televisão, a capacidade do mercado absorver profissionais deste tipo era limitada, sendo facilmente vulnerável à saturação. Por outro lado, era convicção que a produção independente precisaria de profissionais com uma formação avançada e multidisciplinar, espírito liderante e empresarial. A escola teria como objetivo não só formar profissionais para as empresas do sector, como também incentivar o crescimento das atividades de produção independente. Sentia-se ainda a necessidade de aperfeiçoamento e reconversão de profissionais do sector, numa altura em que a pressão da mudança será crescente e em que a repartição tradicional do trabalho pelos vários ofícios e profissões conhecia profundas transformações.

Por conseguinte, entendia-se que a nova Escola devia: ter um nível superior, oferecendo um grau universitário de licenciatura ou pós-graduação; incluir uma forte componente cultural e artística, para além da profundidade técnica necessária; ter um carácter internacional, recorrendo a especialistas estrangeiros como docentes e promovendo a progressiva transferência e criação de *know-how*

local; ser de reduzida dimensão; usar uma metodologia de ensino da profissão e do ofício, com uma forte componente prática; ter equipamento de nível semiprofissional adequado às exigências anteriores; ter um carácter fortemente interdisciplinar e multimédia. A Escola rege-se pelos princípios objetivos que configuram a UCP, numa perspetiva de magistério da influência da Igreja na sociedade.

Neste mesmo documento, refere-se que “hoje em dia a indústria procura acima de tudo profissionais com uma formação generalista e multimédia. Esta tendência deve refletir-se nas opções da Escola a criar. Razões pragmáticas, económicas e logísticas sugerem que a Escola não adote o figurino tradicional de ensino universitário, com entrada pelo primeiro ano de formação sucessiva até ao grau final. Propõe-se antes que a Escola adote um figurino de especialização ou pós-graduação, que selecione candidatos já habilitados com uma licenciatura e aos quais dá uma formação muito intensiva e modular durante 2 ou 3 semestres. Deverá ser incentivada a admissão de gente com uma grande variedade de *backgrounds* [...]. Isso permitirá promover a desejada interdisciplinaridade. A maturidade e a bagagem cultural, técnica e humana proporcionada por uma primeira licenciatura criará condições para um ensino intensivo e eficiente.” [...] “É óbvio que a adoção deste figurino inicial, que se julga vantajoso, não impede a posterior adoção de outros figurinos.”

Nesta fase, propunham-se dois cursos para a oferta inicial da Escola – jornalismo (multimédia) e engenharia do som e da imagem. A Escola, como estrutura académica, seria apoiada em duas estruturas complementares: 1. Uma estrutura de apoio institucional e financeiro, de tipo “Associação de empresas”, que desse ao projeto uma sólida base de apoio, incluindo um contributo para a respetiva administração em moldes empresariais, considerando-se que o apoio do tecido empresarial do Norte seria vital para o sucesso do projeto; 2. Uma estrutura produtora de audiovisuais multimédia, que partilhando a infraestrutura tecnológica da Escola produzisse produtos para o mercado (programas de TV, rádio, ensino à distância, artes gráficas), ajudando inclusive a lançar profissionalmente os seus alunos. A prazo, constituiria uma fonte de receitas da Escola e testar a sua capacidade de intervenção no mercado.

Complementarmente, a Escola seria promotor ativo (inclusive como produtor) de eventuais projetos de ensino superior à distância com recurso à televisão.

Ao tempo, o domínio das artes e do *design* gráfico, assim como do *publishing*, configuravam um potencial interesse futuro para a Escola. Entendia-se que as artes gráficas partilhavam e de certo modo faziam a ponte entre a escrita/jornalismo e o tratamento/manipulação da imagem.

Datado de 14 de fevereiro de 1993, o Eng.º Eduardo José Castanheira Beira dirige ao Prof. Doutor Carvalho Guerra um texto onde expõe as suas reflexões sobre a implementação, no Porto, dos cursos que ele designa por Arte Sacra, Música e Media e ainda sobre a constituição da Comissão Instaladora destas Escolas.

Sobre o projeto Escola das Artes propõe “que se funda uma entidade única com objetivos tão abrangentes quanto possível. Um nome como Escola das Artes ou Colégio das Artes é simples, digno e genérico. ‘A Escola das Artes organizar-se-ia internamente em Faculdades, Escolas Superiores, Departamentos, Institutos, Núcleos ou Unidades distintas e com a habitual autonomia.’ Encontrando-se o nome em aberto, tendia a defender uma organização em Institutos: Instituto das Artes Musicais, Instituto das Artes Sacras, Instituto da Arte da Difusão. Segundo a reflexão de Eduardo Beira, a Escola das Artes deveria ter por vocação a conciliação e a ‘ponte’ entre as Artes, em especial das Artes Sacras, e as novas tecnologias avançadas de tratamento e manipulação do som e da imagem, e respetiva difusão”. Relativamente à orgânica, sugere duas subcomissões instaladoras (uma para os Institutos de Música e Instituto das Artes Sacras e outra para o Instituto das Artes de Difusão), agrupadas, porém, numa única comissão instaladora da Escola das Artes.

Paralelamente, para garantir a qualidade da formação a ministrar e atenta às deficiências da base de recrutamento interno de docentes nas áreas a que se propôs abrir a nova oferta formativa, o CRP desenvolveu, desde 1993, em cooperação com a União Europeia – Programa TEMPUS (Task-Force de Recursos Humanos, Educação, Formação e Juventude), uma rede de ligação a outros projetos europeus.

Para a Universidade Católica Portuguesa – Escola das Artes esta rede sustenta um processo de acesso permanente a instituições de ensino superior de prestígio mundial e a professores de renome internacional.

Em 1993/1994 a iniciativa comunitária “Arts Education and Training Initiative” selecionou os dois projetos dos dois Institutos da Escola das Artes, Música e Arte Sacra e Som e Imagem, entre dezenas de outros apresentados por vários países europeus.

Em dois ofícios datados de 15 de julho de 1994 endereçados ao Professor Carvalho Guerra pela Task-Force de Recursos Humanos, Educação, Formação e Juventude, informa que aos dois projetos da Escola das Artes “ISI PROJECT – A MODEL FOR MULTIMEDIA BROADCASTING COURSES” e “INSTITUTO DE MÚSICA E ARTE SACRA E CENTRO DE ESTUDOS E CONSERVAÇÃO E RESTAURO a Comissão decidiu conceder uma subvenção”, para o 1.º projeto, “no valor máximo de ECU 9000 à realização do

projeto” e para o 2.º projeto “a Comissão decidiu conceder uma subvenção no valor máximo de ECU 8500 à realização do projeto”. Este subsídio permitiu, na 1.ª fase do projeto a preparação dos respetivos dossiês.

Entretanto, por Despacho NR – 80/94, datado de 28 de outubro de 1994, o Reitor da Universidade Católica Portuguesa, D. José da Cruz Policarpo, dera conta da necessidade de proceder ao estudo da viabilidade científica e financeira da Escola de Música, Arte, Conservação e Restauro, Som e Imagem, bem como à elaboração de uma proposta de estrutura académica. Assim, para dar execução a este mandato e sob proposta do Presidente do Centro Regional do Porto, que acompanhará superiormente os seus trabalhos, é constituída uma *Comissão Promotora* com a seguinte composição: Cónego Dr. António Ferreira dos Santos (Presidente); Padre António Pereira Rego; Prof.ª Doutora Natália Marinho Ferreira Alves; Prof.ª Doutora Maria Teresa Ferreira de Macedo; Prof. Doutor José Alberto Baere de Faria Campos Neves; Eng.º Eduardo José Castanheira Beira; Arqt.º Humberto Fernando Monteiro Vieira.

O lançamento da EA abria a oportunidade de a UCP ampliar as suas instalações. O carácter da Escola adequava-se, pelo menos em parte, a uma instalação no centro histórico da cidade. Os edifícios da (ex-)Cadeia da Relação (Cordoaria) e da (ex-)Alfandega (junto ao rio) poderiam, pois, ser alvos de interesse e ao alcance da UCP.

A escolha para a instalação da Escola Superior de Música e Arte Sacra recaiu sob o magnífico edifício barroco granítico da Cadeia da Relação, imóvel de grande interesse arquitetónico e cultural afeto ao Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.

A opção foi apresentada ao Conselho Superior a 15 de julho de 1994. Ponderados os elevados custos da recuperação do edifício, o Conselho Superior consentiu no anúncio público dessa concessão, adiando, porém, para futura oportunidade a apreciação de uma proposta de projeto académico e das condições de viabilização de tal projeto.

A 19 de julho de 1994, é celebrado o Protocolo entre o Secretário de Estado da Cultura, em representação do Estado, Dr. Pedro Santana Lopes, a Misericórdia do Porto, representada na pessoa do seu Vice-Provedor, Dr. Manuel de Lemos, e o Centro Regional do Porto da UCP, representada pelo seu Presidente, Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra. Em quatro pontos, estipulava-se que 1. “O Estado iniciará os contactos necessários, a partir desta data, com vista à celebração de protocolos com a Misericórdia e com a UCP para cedência de espaços do Edifício da antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto àquelas entidades”; 2. “Os espaços a ceder pelo Estado à Misericórdia destinam-se à instalação de um museu ou à realização de exposições temporárias”; por outro

lado, “os espaços a ceder pelo Estado à UCP destinam-se à instalação da Escola Superior de Música e Arte Sacra criada naquela Universidade”; 3. “A utilização dos espaços a ceder a cada uma das duas entidades deverá ter, na sua máxima extensão, características de complementaridade, integração e interdisciplinaridade, a definir no prazo máximo de 90 dias”; 4. “A cedência dos espaços para os fins previstos em Dois far-se-á sem prejuízo do acesso do público ao Edifício, nas condições a fixar em cada um dos protocolos.”

O Protocolo de colaboração entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a Universidade Católica Portuguesa, a propósito da utilização do edifício da Cadeia da Relação, é celebrado, entre as duas entidades, a 24 de julho de 1995, tendo sido assinado pelo Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto Dr. Manuel de Lemos e o Reitor da Universidade Católica Portuguesa D. José Policarpo.

A 27 de julho de 1995, na presença do Prof. Aníbal Cavaco Silva, na qualidade de Primeiro-Ministro do Estado Português, e de outras personalidades, é celebrado o Protocolo entre o Estado Português e a UCP tendo sido assinado pelo Subsecretário de Estado da Cultura, Dr. Manuel Frexes, e o Reitor da Universidade Católica Portuguesa, D. José Policarpo. Na Cláusula Primeira lê-se: “O Estado cede à UCP a utilização dos espaços do Edifício da antiga Cadeia e Tribunal da Relação do Porto” e, na Cláusula Segunda, “os espaços referidos na Cláusula Primeira destinam-se à instalação e funcionamento da Escola de Música e Arte Sacra da UCP, não podendo ser-lhes dado uso diverso”.

O projeto de recuperação da velha “Cadeia da Relação”, foi então encomendado, tendo por base duas ideias fortes: 1.<sup>a</sup> A da máxima flexibilidade para os espaços e para a circulação de pessoas; 2.<sup>a</sup> A de que a introdução da modernidade não destruísse as memórias e ajudasse a descobrir a história.

Enquanto se trabalhava no edifício da Cadeia da Relação para implementar a Escola de Música e Arte Sacra da UCP perspetivava-se, igualmente, a construção de raiz de um outro edifício no *campus* da Foz para o que se designava como Instituto de Som e Imagem e o Centro de Conservação e Restauro.

Estava assim perspetivado o faseamento da Criação da Escola das Artes, no que se refere aos então designados Instituto de Música e Arte Sacra e Instituto do Som e da Imagem:

<b>Obra</b>	Conclusão dos estudos do Projeto	Março 1996
	Adjudicação da obra	Julho 1996
	Conclusão da obra de adaptação da Cadeia da Relação	Setembro 1996
	Conclusão da obra da construção do edifício novo da Foz	Setembro 1997

<b>Cursos</b>	Início da preparação dos programas dos cursos	Fevereiro 1995
	Arranque da Licenciatura em Música e Arte Sacra: – Ano 0 / 1.º Ano	Outubro 1996
	Arranque das Pós-Graduações em Som e Imagem:	
	– Artes Digitais	Outubro 1996
	– Som	Outubro 1997
	– Imagem	Outubro 1997
– Argumento	Outubro 1996	
– Cinema	Outubro 2001	
– Representação	Outubro 2001	
<b>Escola</b>	Início da Instalação	Fevereiro 1995
	Início das aulas nos novos edifícios	
	– Instituto de Música e Arte Sacra	Outubro 1996
	– Instituto do Som e Imagem	Outubro 1997
	“Velocidade de cruzeiro” da escola	Ano letivo de 2000/2001

Sucederiam, porém, contrariedades relativas à cedência do edifício da Cadeia da Relação, de alguma forma sumariadas em carta datada de 12 de fevereiro de 1997, assinada pelo Presidente do Centro Regional do Porto, Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, e pelo Presidente da Comissão Instaladora da EA, Cônego Dr. António Ferreira dos Santos, e dirigida ao então Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres. Ali se dá conta do seguinte: “Em audiência da semana passada, o Senhor Presidente da Câmara do Porto solicitou-nos a assinatura de um protocolo pelo qual a Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, renunciasse à utilização da Cadeia da Relação a fim de o Estado Português aí vir a instalar o Museu Nacional de Fotografia. [...] Ao mesmo tempo, aceitou-se que a utilização da Cadeia de Relação do Porto pelo Estado Português implicaria a necessária compensação à Universidade Católica, de modo a assegurar as condições que tornassem viável a instalação da Escola das Artes no Polo da Foz do Centro Regional do Porto.” Em anexo à carta, historia-se o processo, bem como as decorrentes implicações financeiras.

Em abril de 1996, “o Senhor Presidente da Câmara do Porto deu-nos conhecimento do interesse do Governo, nomeadamente do Senhor Ministro da Cultura e da Própria Câmara Municipal do Porto em instalar na Cadeia da Relação o Museu Nacional de Fotografia [...] solicitando a que o Centro Regional abdicasse da sua utilização, uma vez que o atual Governo não queria denunciar o protocolo assinado pelo anterior Governo”.

Em audiência com o Ministro da Cultura “foi decidido estudar com o Senhor Presidente da Câmara do Porto a possibilidade de encontrar outro

edifício com a mesma dignidade da Cadeia, pagando o Governo as obras necessárias à instalação da Licenciatura de Música e de Arte”. Após várias semanas de visitas a edifícios e depois de estudados os custos das respetivas adaptações, o CRP da UCP, com a anuência dos Ministros da Cultura e da Educação, e em sintonia com o Presidente da Câmara do Porto, tomou duas decisões de pesadas responsabilidades: 1. adaptar o projeto do edifício a construir na Foz (projeto entretanto finalizado e que ia ser posto a concurso no passado mês de junho), destinado aos Departamentos de Som e Imagem e de Conservação e Restauro, de modo a nele integrar também o Departamento de Música e de Arte, mantendo o Departamento de Som e Imagem. Esta adaptação impôs a construção de um novo andar no subsolo para os estudos individuais de música, além de outras alterações relativas à insonorização de salas; 2. Construir de raiz um edifício mais pequeno no atual parque de estacionamento dos alunos nos terrenos da Foz, destinado ao Departamento de Conservação e Restauro com os respetivos laboratórios e ainda algumas salas de aulas para o Departamento de Arte, obrigando à construção no subsolo de novo espaço de estacionamento automóvel. Contas feitas, apurou-se um aumento de custos para o Centro Regional de 502 020 contos relativos ao facto de se ter alterado o projeto inicial da EA. Implicou isso que o CRP do Porto não pode adquirir o equipamento de base e o equipamento específico para o primeiro edifício. Assim, para de alguma forma compensar este facto, o CRP submeteu ao PRODEP uma candidatura no valor de 399 438 contos.

Para ajudar a suportar tão grande investimento, para além dos terrenos de sua propriedade e de algum capital próprio, o CRP contou com a ajuda de uma Associação de Amigos da EA composta por entidades particulares e empresariais. Teve resposta positiva e um subsídio de 20 000 contos, quer da Fundação Calouste Gulbenkian, quer da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), quer do Banco Totta & Açores, Banco Comercial Português (BCP), Caixa Geral de Depósitos, Caixa Galicia, Fundação Ilídio Pinho, bem como de algumas outras instituições e empresas nortenhas, nomeadamente Refinarias de Açúcar Reunidas (RAR), Corporação Industrial do Norte, S.A. (CIN), etc.

Em 7 de março de 2001, com a presença do Primeiro-Ministro António Guterres e do Ministro da Educação, António Santos Silva, coincidente com a circunstância do Porto ser a “capital europeia da cultura”, tem lugar a inauguração oficial da Escola das Artes. Destacando os contributos de F. Carvalho Guerra, Ferreira dos Santos e Ilídio Pinho, este último ao nível dos contributos materiais, Manuel Braga da Cruz, então reitor da UCP, apontou a EA como “mais um projeto pioneiro no domínio universitário, dando deste modo um importante

contributo para o desenvolvimento do País”. (Cf. *Os Dias da Universidade e outras intervenções*, pp. 155-157.)

2. Antes, e num outro plano, trabalhava-se na formação do corpo docente. Em 1996, o CRP apresentou um grupo de candidatos a docentes que cobria a generalidade das áreas principais da formação dos alunos da EA, nos departamentos da Música e Arte Sacra, da Conservação e Restauro e do Som e Imagem. *Área das Ciências Teológicas*: Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho e Doutor Paulo Antunes; *Área das Ciências Musicais e Estéticas*: Prof. Doutor Rui Nery; Doutor Aires Pereira e Doutor Manuel Pereira Ramalho; *Música Sacra*: Dr. Ferreira dos Santos, Dr. Eugénio Amorim; *Órgão*: Dr.<sup>a</sup> Rosa Amorim; Prof. Fran Lehrndorfer (Munique); *Composição e Formação Musical*: Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa de Macedo; *Canto*: Professor Hubert Velten (Diretor da Escola de Música de Regensburg); *Piano*: Mestre Rui Pintão e Mestre Vitali Dtsenko; *Arte Sacra*: Prof.<sup>a</sup> Doutora Natália Ferreira Alves; Mestre Gonçalo Mesquita Vasconcelos; *Conservação e Restauro*: Mestre Graça Magalhães e Mário Rui Zagalo; *Som e Imagem*: Prof. Doutor Luís Filipe Gonçalves de Carvalho Proença, SJ, e Prof. Thomas Kely, Dean do Colégio de Fine Arts de Loyola Marymount em Los Angeles; Prof.<sup>a</sup> Marilynd Beker, Prof.<sup>a</sup> Associada de Argumento no Departamento de Comunicação em Loyola Marymount, Prof. Christopher Wilson, Eng.º João Miguel Lobo Guerra, Prof. Michael Brodsky, Professor Associado de Loyola Marymount; Eng.º João Penha Lopes, Diretor Técnico da Televisão Independente – TVI; Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel da Câmara Chaves, Produtora da Televisão Independente – TVI.

Tendo em vista estabelecer redes de cooperação a nível europeu o CRP desenvolveu uma alargada rede de cooperação e parcerias. No que respeita à Arte Sacra, a rede a privilegiar integrava as seguintes instituições: Instituto Albertino, Florença; Department of Art History, Rijkuniversitet, Leiden; National Galery, Londres; Institut Royal du Patrimoine Artistique (IRPA), Bruxelles; Instituto per l’Arte e il Restauro, Palazzo Spinelli, Florença; Laboratoire d’Etude des Oeuvres d’Art, Universidade de Louvain.

No que se refere à Música, a rede escolhida compreendia: School of Sacred Music, Regensburg; Departamento de Música, Universidade de Santiago de Compostela; Instituto Superior Pontifício da Música Sacra, Roma; Instituto Superior de Liturgia, Barcelona; European Conference for Defense of Sacred Music, Colónia e Estrasburgo; Hogeschool Voor de Kunsten – Utrecht; Staatliche Hochschule Fur Musik – Munique.

No que se relaciona com o Som e Imagem, a rede é a seguinte: Institut des Arts de Difusion, Louvain; Facultad de Ciencias de la Información, Salamanca;

The Liverpool Institute for Performing Arts, Liverpool; Loyola Marymount University, Los Angeles.

Em 1997, na sua reunião de 31 de janeiro, o Conselho Superior da UCP deliberou criar uma nova unidade básica, a Escola das Artes, autorizando o lançamento de três cursos de licenciatura – Arte, Som e Imagem e Música – com início no ano letivo de 1997-1998.

Foi, portanto, necessário dotar a escola de um órgão diretivo que garantisse a sua instalação. Em maio de 1997, sob proposta do Presidente do CRP e ouvido o Prelado Diocesano, nomeou-se a *Comissão Instaladora* da EA, constituída pelos seguintes elementos: Presidente: Cónego Dr. António Ferreira dos Santos; Vogais: Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho, Prof.<sup>a</sup> Doutora Natália Marinho Ferreira Alves, Prof. Doutor José Paulo da Costa Antunes, Mestre Eng.º José Fernando Pinto dos Santos, Luís F. G. de Carvalho Proença, SJ, Master of Fine Arts, Loyola Marymount University, Arqt.º Dr. José António da Costa Falcão, Maria Fernanda Viana, Maria Teresa Ferreira de Macedo, Maestro Eugénio Amorim, Eng.º João Miguel Lobo Guerra (Cf. Despacho NR – 78/97).

Em seminário organizado no CRP, a 18 de junho de 1997, debateram-se a “interdisciplinaridade das Artes na formação do artista” e “o sentido do sagrado na criação artística contemporânea”. Moderado por Maria Elisa Domingues, participaram nele Agustina Bessa Luís, António Pinho Vargas, Emília Nadal, Ivete Centeno, João Pais, José Rodrigues, Manuel Braga da Cruz, Rui Vieira Nery, Siza Vieira.

Dias depois, a 25 de junho, no mesmo CRP, tem lugar um duplo debate – “TV *versus* publicidade” e “O fim da televisão? A TV perante os Novos Media”. No quadro do evento faz-se a sessão de apresentação da Licenciatura e Pós-Graduações em Som e Imagem.

Nos dois primeiros anos de funcionamento da Licenciatura em Música, durante a fase de conclusão do edifício da EA, as aulas específicas tiveram lugar no n.º 14 da Rua D. Manuel II, numa casa pertencente à Diocese do Porto. A casa, um verdadeiro palacete, tinha uma capela, onde estava instalado um órgão de estudo, e um salão nobre, onde estava outro. Para além destes instrumentos, existiam alguns pianos e dois cravos. As aulas comuns a toda a EA tinham lugar às quartas-feiras, no *campus* da Foz.

Na sua primeira versão, a licenciatura em Música restringia-se à Música Sacra, funcionando como uma “verdadeira” dupla licenciatura em Direção e Órgão. Ao todo, nos seus cinco anos (pré-Bolonha), eram ministradas 111 unidades curriculares. Em 2000, com a conclusão do edifício da EA, todas as aulas passaram para o *campus* da Foz. Além disso, foram abertas novas áreas de estudo, Instrumentos e Canto, e adquiridos mais dois órgãos e outros instrumentos.

O curso passou então a estar dividido em duas partes principais: três anos de curso geral (à exceção de Música Sacra) e dois anos de especialização (em Performance ou Pedagogia).

No decorrer dos anos alunos e professores apresentaram-se publicamente, tanto na EA, com os instrumentos e a Orquestra, como por todo o País. A dinâmica de concertos e atuações era bastante evidente, chegando mesmo à apresentação semanal, por interposição direta da coordenadora do Curso.

Os exames finais das principais áreas (Direção, Órgão, Canto, Coro, Instrumento) eram públicos e, por norma, individuais. Existem alguns exemplares de gravações obtidas informalmente dessas récitas.

No corpo docente contavam-se professores de renome mundial, como F. Lehrndorfer, M. Straube, M. Gherchen, M. Bernreuther, G. di Rosa, L. Antoniotti ou S. Covalenco. No plano nacional, encontramos docentes e artistas reconhecidos como Cesário Costa, Jorge Matta, António Saiote, Carlos Alves, A. Gaio Lima, F. Pinto-Ribeiro, R. Pintão, Eugénio Amorim, António Salgado e posteriormente Sofia Serra. Nas áreas complementares, destaque-se a presença dos Professores Arnaldo Saraiva, João Duque, Yolanda Espiña ou Manuel Sumares.

Como se disse, a Licenciatura em Som e Imagem apresentava-se vocacionada para a promoção do talento criativo nas áreas do audiovisual e do multimédia. O curso procurava dar resposta à profunda reconfiguração da prática artística, da comunicação e do entretenimento que se verificou nas duas últimas décadas do século XX.

No ano letivo de 1996-1997, sob a orientação de Luís Proença e tendo em vista a formação de futuros professores para a licenciatura em Som e Imagem, tiveram início duas Pós-Graduações, Artes Digitais e Argumento, as quais dariam origem a dois mestrados (1998-1999).

O Mestrado em Som e Imagem, com quatro especializações que ainda mantém, começou a funcionar em 2007, oferecendo os ramos de Animação por Computador, Cinema e Audiovisual (em substituição de Televisão e Argumento, em 2009), Arte Multimédia (em substituição de Artes Digitais, no ano de 2011-2012) e Design de Som.

O Doutoramento em Ciência e Tecnologia das Artes teve início em 2008, primeiro com a especialização em Informática Musical e, em 2010, com uma nova especialização em Arte Interativa. Este programa constituiu uma proposta de grande inovação na medida em que procurou promover a investigação experimental sustentada num ambiente inteiramente multidisciplinar, de convergência entre várias áreas de investigação, como a arte, a engenharia, a biologia, as ciências da vida ou a filosofia, entre outras.

A Licenciatura em Arte, lançada em 1997 e descontinuada em 2003, daria origem, no ano letivo de 2002, aos estudos em Conservação com uma nova licenciatura. Esta formação teve um alcance estratégico no panorama cultural da Região Norte, pois veio preencher a lacuna que existia na formação de conservadores-restauradores nesta região do País. A EA assumiu como princípio fundamental dotar a comunidade de técnicos altamente qualificados para a preservação da enorme riqueza e diversidade patrimonial existente. Como polo dinamizador de uma região sem tradição universitária neste âmbito, a área da Conservação e Restauro da EA promoveu, desde os seus primórdios, o encontro entre os vários intervenientes no património: historiadores de arte, arquitetos, engenheiros, curadores, museólogos, conservadores de museus, responsáveis pela tutela do património, conservadores-restauradores e outros.

O Mestrado em Conservação e Restauro de Bens Culturais foi criado em 2004, com especializações em Pintura e em Escultura, designadas, em 2006, Técnicas e Conservação de Pintura, Técnicas e Conservação das Artes da Madeira. A estas se juntou, em 2007, a especialização em Conservação Preventiva. A configuração atual permite opções entre bens culturais em materiais orgânicos e inorgânicos.

No campo dos estudos doutorais, o pioneirismo da EA verificado, por exemplo, no domínio do Som e Imagem, regista-se igualmente na criação de ofertas de grande atualidade e pertinência cultural, patrimonial e artística. Assim, o primeiro curso de Doutoramento em Conservação de Pintura foi criado nesta Escola, no ano de 2006; seria convertido em 2010 em Doutoramento em Conservação de Bens Culturais e, mais tarde, em Conservação e Restauro de Bens Culturais. O programa foi inovador na promoção da investigação teórica e laboratorial sustentada numa abordagem interdisciplinar que cruzava ciências exatas auxiliares (química, física, biologia, engenharia dos materiais, geologia), ciências humanas/sociais (história, história da arte) e diversas disciplinas (estética, arquitetura, filosofia), com vista a proporcionar a consolidação dos estudos de conservação do património cultural e a formação avançada da comunidade profissional dos conservadores-restauradores.

A primeira década do século XXI até 2013 registou uma forte atividade de ensino que, nos domínios artísticos contemplados pela Escola, conduziu à abertura de diversos cursos conferentes de grau e não conferentes de grau. A testemunhar este dinamismo, está a criação das seguintes ofertas formativas: nos anos letivos de 2004-2005 a 2008-2009 – Mestrado em Gestão do Património Cultural; nos anos letivos de 2004-2006 – Mestrado em Artes Decorativas (que sucedeu a duas edições de pós-graduação na área); nos anos letivos de 2007-2008 e 2008-2009 – Mestrado em Arte Contemporânea (após dois anos de funcionamento

do curso de pós-graduação (2005-2006 e 2006-2007); e Mestrado em Design de Ourivesaria; no ano letivo 2008-2009 – Doutoramento em Arte Sacra; no ano letivo de 2009 – pós-graduação em Gestão das Artes; no ano letivo de 2009-2010 – Mestrado em Ensino de Música, ainda em funcionamento; no ano letivo de 2010-2011, e também em funcionamento – Mestrado em Gestão de Indústrias Criativas; no ano letivo de 2012-2013 – pós-graduação em Design Digital, tendo funcionado quatro edições deste curso; no ano letivo de 2013-2014, após o funcionamento de um curso pós-graduação nos dois anos anteriores – Mestrado em Fotografia. Foi igualmente criada uma nova oferta de estudos doutorais, o Doutoramento em Estudos de Património (no ano letivo de 2013-2014, e ainda em funcionamento).

A Escola das Artes teve em funcionamento uma extensão em Lisboa, onde se desenvolveram o Mestrado em Artes Decorativas (2006-2008), o Mestrado em Arte Contemporânea (2008-2009) e um curso de Pós-Graduação em Peritagem de Arte (2008-2009).

Fruto da adesão ao Processo de Bolonha, a partir de 2006 todas as licenciaturas, mestrados e doutoramentos da EA foram, de forma pioneira, reorganizados. Durante este período, conviveram alunos da antiga licenciatura de cinco anos, alunos em processo de transição e novos alunos, inscritos da nova licenciatura de três anos. A breve prazo seria necessário proceder à incorporação dos estudantes de doutoramento em regime tutorial, em programas com componente curricular. Deste modo, cessariam, entre 2012 e 2013, os doutoramentos tutoriais que, desde 2005, funcionavam nas áreas de Arte – Artes Decorativas, da Música, da Teoria das Artes e da Ciência e Tecnologia das Artes.

A década de 2010 registou as primeiras alterações profundas nas áreas estruturantes da Escola. Neste período entraram em funcionamento novos cursos de mestrado – Ensino de Música (com início no ano letivo de 2009-2010) e Gestão de Indústrias Criativas (2010), Mestrado em Fotografia (início no ano letivo de 2013-2014, após o funcionamento de uma pós-graduação na área) – e foi criada uma nova oferta de estudos doutorais – Doutoramento em Estudos de Património (ano letivo de 2013-2014). No período anterior à reforma de Bolonha, tinham estado em funcionamento doutoramentos em regime tutorial nos domínios da Arte – Artes Decorativas, da Música, da Teoria das Artes e da Ciência e Tecnologia das Artes.

Em consequência direta de um reajustamento interno e indireta da crise que levou ao recurso a ajuda externa por parte do Estado Português, a licenciatura em Música acabou por ser descontinuada no ano de 2011, sobrevivendo-lhe o Mestrado em Ensino de Música.

O difícil processo de encerramento deixou as suas marcas, e a antiga unidade tríptica (Música-Arte-Som e Imagem) acabou por condensar-se num eixo formado pelas duas últimas. Não obstante, graças à ação conjunta das novas direções do CRP, da EA e da própria Reitoria (sem esquecer a interferência direta da Igreja Católica, da qual se destaca o importante papel do falecido Bispo do Porto, D. António Francisco dos Santos), a Música Sacra regressou à EA, desta vez com o apoio da Faculdade de Teologia. É assim criada, em 2015, a pós-graduação em Música Sacra, que obtém um acolhimento bastante encorajador. Esta formação, com aspirações a tornar-se um mestrado, tem ajudado a preparar, no terreno, várias gerações de músicos para a liturgia.

O mestrado em Ensino de Música, atualmente com oito edições, é ministrado em colaboração com a Faculdade de Educação e Psicologia. O curso materializa os requisitos legais exigidos para a profissionalização de professores, oferece um acompanhamento e uma intervenção atentos às necessidades dos alunos e das escolas e promove o desenvolvimento da investigação e disseminação à comunidade: são desta última dimensão exemplos as múltiplas publicações (incluindo um livro a partir de dissertação), pedidos de patente e as Jornadas do Ensino Artístico Especializado da Música.

Em 2015, a área de Som e Imagem foi objeto de uma revisão curricular profunda submetida à avaliação da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) e, em 2016, a área de Conservação e Restauro fez igual processo de revisão curricular e avaliação. Ainda em 2015, os Mestrados em Gestão de Indústrias Criativas e em Ensino de Música sofreram uma revisão curricular, igualmente apresentada à A3ES.

A interdisciplinaridade, como fonte da inovação académica e científica que compete às universidades, tem vindo a ser fomentada na EA: o Mestrado em Ensino de Música, desenvolvido em colaboração com a Faculdade de Educação e Psicologia, e o Mestrado em Gestão de Indústrias Criativas, em parceria com a Católica Porto Business School, constituem ofertas interdisciplinares da EA. Este último funciona em articulação com uma entidade externa, relevante na área: a ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas.

A interdisciplinaridade tem sido também fomentada através da colaboração com outras Unidades Académicas da Universidade: a formação em Conservação e Restauro, ao nível dos 2.º e 3.º ciclos, tem colaboração regular da Escola Superior de Biotecnologia, e, ao nível do 1.º ciclo, do Instituto de Ciências da Saúde; a formação em Som e Imagem tem colaboração regular da Faculdade de Direito, ao nível do 1.º ciclo.

Considerando como ponto de partida o ano letivo de 1998 a 2017, apura-se que a EA, no seu conjunto, formou 1659 diplomados, dos quais 941 Licenciados,

118 em Pós-Graduações, 537 Mestres e 63 Doutores. Por áreas, em Som e Imagem, 709 licenciados, 76 em Pós-Graduações, 334 Mestres (inclui Som e Imagem, Fotografia e Indústrias Criativas), e 37 Doutores; em Música, 46 licenciados, 6 em Pós-Graduações, 108 Mestres (principalmente em Ensino da Música) e 3 Doutores; em Arte, 186 licenciados (32 em Arte e Património e 154 em Conservação e Restauro), 39 em Pós-Graduações (arte e património), 95 Mestres (9 em Arte e Património e 86 em C&R), 23 Doutores (9 em Arte e Património e 14 em Conservação e Restauro).

O *modelo de governação* da EA viveu um momento decisivo em setembro de 2008 em que termina o longo período de regime de instalação e em que uma Direção sucede à Comissão Instaladora.

O primeiro diretor da Escola, Joaquim Azevedo, manteve-se no cargo até setembro de 2013 e foi coadjuvado, na área Arte e Restauro, por Gonçalo Vasconcelos e Sousa, de dezembro de 2008 a março de 2015 e, na área de Som e Imagem, por Álvaro Barbosa, de novembro de 2008 até setembro de 2012, professores que assumem a coordenação das áreas. Paulo Antunes, que pertencera à Comissão Promotora da EA, entre outubro de 1995 e agosto de 1997 e à Comissão Instaladora da Escola, entre setembro de 1997 e setembro de 2008, assumiu idêntico papel para a área de Música, de dezembro de 2008 a julho de 2010, tendo-lhe sucedido Paulo Ferreira Lopes.

O cargo de diretor foi depois em novembro de 2013 ocupado por Laura Castro contando com Luís Gustavo Martins (novembro de 2013 a setembro de 2014) e Gonçalo Vasconcelos e Sousa (novembro de 2013 a novembro de 2014) como vogais de direção.

Pela mesma altura, no final do ano de 2008, a Comissão Científica – sucessivamente presidida por A. Ferreira dos Santos, F. Carvalho Guerra e Joaquim Azevedo – dá lugar ao Conselho Científico que entra em funcionamento em 27 de janeiro 2009. Foram seus presidentes: Joaquim Azevedo (de janeiro de 2009 a maio de 2011); Gonçalo Vasconcelos e Sousa (junho de 2011 a novembro de 2013); Laura Castro (dezembro de 2013).

O *Conselho Pedagógico* da EA constitui-se no ano letivo de 2011-2012, sendo seus presidentes: Laura Castro (2011-2012); Carlos Sena Caires (2012-2013 e 2013-2014); Henrique Manuel Pereira (2014-2015, 2015-2016).

Enquanto estrutura representativa dos estudantes, na sua comunidade como nas suas relações interuniversitárias, a *Associação de Estudantes* da EA constitui-se em finais do decénio de 1990, sendo, desde então, presidida por: Mário Cunha (1999-2000); Rodrigo Areias (2000-2001); Nuno Nobre (2001-2002); Rute Vareta (2002-2003); (Vacante) (2003-2004); Mafalda Rebelo (2004-2005); Frederico Beja (2005-2006 e 2006-2007); Nuno Filipe Silva e Hugo Isaac Nogueira

(2007–2008); Flávio Pires (2008–2009); Ana Seca Ricardo (2009–2010 e 2010–2011); Hugo Leal (2011–2012); Yoan Pimentel (2012–2013); Maria João Ferreira (2013–2014); Natacha Oliveira (2014–2015 e 2015–2016).

**3.** No que concerne à investigação, merece destaque o *Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR)*. Criado em 2004, dotou a EA de uma unidade de Investigação e Desenvolvimento que incorporou gabinetes de estudo. Pensada, na sua primeira fase, para dar resposta à investigação em Artes Digitais, evoluiu para uma representação alargada das áreas científicas dominantes na Escola. Esta mudança, ocorrida no ano de 2007, constituiu uma refundação do Centro no sentido em que procurou implementar a articulação entre investigação científica e ensino, proporcionando as condições adequadas ao desenvolvimento de programas de doutoramento e de pós-doutoramento. Foram então criadas três linhas de ação: “Digital Arts and Musical Creation”, “Music Studies” e “Theory of arts, conservation and restoration, decorative arts”. O alargamento do âmbito de atividade do CITAR resultou da integração até inícios de 2007 da atividade que estava em curso e em preparação no Gabinete de Artes Decorativas, no Gabinete de Estudos de Teoria das Artes e Ciências Humanas e no Gabinete de Estudos de Música. Em dezembro de 2007, a terceira linha de ação dividiu-se em duas linhas de ação: Teoria das Artes e Estudos, Gestão e Conservação do Património Cultural. Em 2009, a linha de ação de Criação Musical e Artes Digitais alterou o seu nome para Artes Digitais, tendo criado duas subáreas: Arte Interativa e Cinema e Audiovisual. A área de Criação Musical alterou o seu nome para Informática Musical.

Desta forma, o CITAR estruturou-se, do ponto de vista funcional, desde dezembro de 2007, em quatro linhas de ação, sendo que cada uma das áreas composta por uma ou mais áreas científicas: Estudo e Conservação do Património Cultural [constituído por 4 áreas: Artes Decorativas, Conservação de Bens Culturais, História da Arte do Século XX em Portugal e Património]; Artes Digitais [três grupos: Informática Musical, Arte Interativa, e Cinema e Audiovisual]; Estudos Musicais [constituído por 3 áreas: Estudos de Performance, Música Sacra e Património Musical Português]; e Teoria das Artes.

Reconhecida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a sua atividade alicerçou-se num campo conceptual marcado pelo entendimento expandido do conceito de cultura artística, visual e sonora, associada ao universo digital e à importância da tecnologia aplicada à arte e ao património. Através das atividades de investigação, organização de eventos e publicação, o CITAR tem cumprido os seus objetivos junto da comunidade científica e da sociedade civil.

As suas sucessivas direções integraram os seguintes elementos: de junho de 2004 a dezembro de 2005, foi Diretor Francisco Carvalho Guerra, Subdiretor Luís Teixeira e Subdiretor com funções executivas Paulo Ferreira-Lopes; de janeiro de 2006 a novembro de 2006, foi Diretor Paulo Ferreira-Lopes e Subdiretor Luís Teixeira; de dezembro de 2006 a setembro de 2011, foi Diretor Joaquim Azevedo e Subdiretor Luís Teixeira; de outubro de 2011 a dezembro de 2013, foi Diretor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa e Vice-Diretores Laura Castro e Luís Gustavo Martins; de janeiro 2014 a janeiro 2016, manteve-se o Diretor e os Vice-Diretores foram José Carlos Frade e Sahra Kunz; a partir de fevereiro de 2016 é Diretor Pedro Duarte Pestana e Vice-Diretora Cristina Sá.

Desde 2004 que o CITAR desenvolve projetos de investigação e desenvolvimento, parte dos quais ancorada em teses de doutoramento e trabalhos de pós-doutoramento. Para isso, conta com financiamento proveniente da FCT, de fundos estruturais da União Europeia em resultado de candidaturas aprovadas, de fundos associados a encomendas específicas (nomeadamente de entidades privadas e de autarquias). Em seguida indicam-se alguns projetos significativos que representam exemplarmente o carácter interdisciplinar do Centro, bem como a diversidade de parcerias estabelecidas. Não se distingue, todavia, uma tipologia quanto ao financiamento externo ou não nem uma hierarquia relativa ao volume de financiamento envolvido ou ao impacto dos seus resultados.

Em 2004, o projeto *Sound Data Mining* permitiu pela primeira vez a utilização simultânea de bases de dados heterogêneas disponíveis através da Web para efeitos de *spatial data mining*. Teve como objetivo desenvolver uma plataforma modular com ferramentas de *Data Mining* que permitissem a análise da informação existente em bases de dados dinâmicas de natureza geográfica e desenvolver um caso de estudo na área da qualidade do ar que representasse uma prova de conceito. A utilização conjunta de ferramentas de visualização e sonificação constituiu uma das inovações do sistema. O projeto teve como parceiros a Ydreams – Ideias Interativas, S.A. (promotor) e o Instituto Geográfico Português (IGP).

Em 2004, o projeto “Ambientes Estéticos Ressonantes para Pessoas com Deficiência”, financiado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, visava, como a sua designação, colocar ambientes estéticos ao serviço de crianças com paralisia cerebral.

O projeto *Building Bridges to the Community* propôs-se criar e oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional nas áreas dos média, do multimédia e do desenho gráfico, com uma dimensão europeia. Este programa formativo envolveu a interação com a indústria e os empregadores, desenvolvendo forças culturais e educacionais no interior das instituições participantes. O público-alvo

foi constituído por jovens adolescentes que nos seus contextos de vida não tivessem acesso facilitado às novas tecnologias, à realização de projetos criativos ambiciosos e onde o ensino superior estivesse ausente dos seus projetos de vida. Teve como parceiros o Cumbria Institute of the Arts, RU (promotor), Idévärliden, da Suécia, e IMMA, DK.

Em 2005, o projeto *Porto Digital*, candidatura da Cidade do Porto ao programa “Portugal Digital”, teve como princípio orientador base contribuir para a evolução de uma sociedade da Informação e do Conhecimento, procurando democratizar o seu acesso.

Em 2005, o projeto *Porto Virtual no Séc. XVI*, financiado pelo Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), teve como objetivo modelizar a Sé do Porto e zona envolvente.

Em 2005, o projeto *Gesture Controlled Audio Systems*, concebido como a ação COST 287 ConGAS, contribuiu para o desenvolvimento da análise de dados provenientes do gesto musical e de aspetos relacionados com o controlo digital e o processamento de som.

Em 2006, o projeto *PRICES* – Projeto de Investigação em Interfaces e Instrumentos de Expressão/Criação Musical, apoiado pela FCT e focado na Conceção de Interfaces, Instrumento de Música Digital e Sistemas Musicais Interativos.

Em 2007, o projeto *artenetEurope*, no âmbito das ERASMUS Thematic Network for Higher Arts Education, teve como objetivo ser uma referência a nível europeu para a aplicação da Estrutura Educacional Tuning (Tuning Educational Structures). A rede promoveu projetos em parceria entre empresas criativas e as comunidades locais, e contribuiu para 2009 – O Ano Europeu da Criatividade, Cultura e Educação. Este projeto foi desenvolvido no contexto da ELIA (The European League of Institutes of the Arts), da qual a EA se tornara, entretanto, membro.

Em 2007, o projeto *Casa dos Afectos*, financiada no âmbito do Programa de Apoio a Projetos Pontuais para 2007 do Ministério da Cultura – Instituto das Artes, foi um projeto de pesquisa artística e tecnológica com o objetivo de implementar um ambiente espacial, audiovisual e interativo. O projeto foi desenvolvido em parceria com Cambridge University Digital Studios and Goldsmiths College London.

Em 2007, o projeto *Sonic Interaction Design*, que também configurou uma ação COST, contribuiu para a criação e a consolidação de novas teorias de *design*, ferramentas e práticas no domínio interdisciplinar da interação sónica, reunindo cientistas, artistas e *designers* da comunidade europeia de investigadores.

Em 2009, foi desenvolvida a rede *DESIRE: Creative Design for Innovation in Science and Technology*, no âmbito do Programa Marie Curie. Procurou promover

contributos teóricos no campo do *design*, articulando especialidades como a interação homem-máquina, a psicologia, arte e *design*, com vista à resolução de problemas.

No mesmo ano, o projeto *Materiais e Técnicas de Pintores do Norte de Portugal (MTPNP)*, financiado por fundos do *Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)* e do *Programa ON.2*, visou o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património artístico, na sua vertente de pintura de artistas e obras do Norte de Portugal, tendo gerado diversas teses de doutoramento, artigos científicos, a publicação de um livro e a realização de múltiplas exposições.

Inventariação e Catalogação do *Espólio Musical do Maestro Manuel Ivo Cruz* (2009-). Contendo inúmeros itens (partituras de orquestra, óperas, música de câmara portuguesa, muitas delas dirigidas em primeira audição pelo próprio maestro), o acervo é ainda enriquecido por vários libretos dos séculos XVIII e XIX, gravuras, discos, coleções de postais e selos, programas de concerto, bem como inúmeros livros de referência. A linha de ação de Estudos Musicais, do CITAR, e a Biblioteca da UCP procederam à acomodação, tratamento e divulgação do espólio.

*Estudos Olivier Messiaen* (2009) projeto de divulgação do compositor no âmbito dos cem anos do nascimento, visou a divulgação do seu trabalho para órgão, incluindo uma apresentação pública em concerto da versão integral para órgão, uma brochura contendo um estudo e contextualização, e um seminário na UCP. Os concertos foram gravados pela RDP2. Uma nova abordagem pedagógica foi seguida, como forma de melhorar o acesso do público a um trabalho complexo e exigente: comentários às peças, feitas pelo organista, ou por um especialista; a transmissão de imagem do organista em tempo real, apresentação e discussão de textos inspiradores de alguns de seus ciclos. Foi publicado um livro resultante de um seminário promovido sobre o tema.

Em 2010, o projeto *Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal (CIONP)*, igualmente financiado por fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional – Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), visou o estudo e a salvaguarda da Ourivesaria, uma das artes e, simultaneamente, um dos sectores económicos mais expressivos do Norte de Portugal. Possuidora de uma tradição milenar, esta arte legou um conjunto de peças, de técnicas, de tradições, de usos e de costumes, inclusivamente de natureza imaterial, que importava conhecer e salvaguardar. O projeto resultou na publicação de numerosos livros e na organização de diversos encontros científicos.

Outro projeto do mesmo ano, *Tecnologia de Apoio em Tempo Real ao Canto*, orientou-se para aspetos pedagógicos do canto e para o uso preventivo da voz

assistida por computador. Juntou competências e saberes dos domínios da pedagogia do canto, da engenharia de som e processamento de sinal e da medicina.

Em 2010, o projeto *Creative Energy Educational Exchange Project (CEEEP)*, foi apoiado com financiamento no âmbito do programa LIFELONG LEARNING PROGRAMME Leonardo da Vinci. Foi um projeto de intercâmbio com um conjunto de 7 organizações inglesas, visando a regeneração socioeconómica das comunidades locais através da utilização de cultura e da criatividade.

Em 2011, o projeto *Arte Pública – Paredes* foi implementado pelo CITAR para a Câmara Municipal de Paredes, através de dois instrumentos fundamentais: um Conselho Curadorial e um Laboratório de Arte Pública. A participação do CITAR conferiu à implementação do Circuito o enquadramento científico e o suporte técnico adequados ao domínio da arte pública. Procurou-se promover a discussão de conceitos e teorias, testar propostas inovadoras, contribuir para práticas de referência e gerar conhecimento sobre a atuação das autarquias no domínio da encomenda de arte pública e da sua implementação. Resultaram deste projeto catorze obras de arte, de artistas portugueses e estrangeiros, instaladas no espaço público; três publicações; um relatório técnico; dois eventos científicos organizados e oito eventos de divulgação.

No mesmo ano teve lugar o projeto *Restoration of the Works of Jean-Claude Risset*, que visou a recuperação e reconstrução do código inicial de uma das peças eletroacústicas da obra de Jean-Claude Risset para um piano *Disklavier* e um sistema musical interativo.

Ainda neste ano de 2011, o projeto *Computational Auditory Scene Analysis Framework for Sound Segregation in Music Signals (CASA-FCT)* explorou o modo como os ouvintes percebem o som, seja em notas musicais, texturas harmónicas, melodias, instrumentos ou outro género de eventos, com vista à definição de modelos de perceção na escuta musical. Teve como parceiros o INESC Porto (Portugal), a University of Victoria (BC, Canadá), o IRCAM (França), a McGill University/CIRMMT (QB, Canadá) e a FEUP (Portugal).

Em 2012, o projeto *VisualyzART* foi promovido pela YDreams Vision, empresa tecnológica especializada em realidade aumentada e interfaces naturais para o utilizador, e compreendeu atividades de investigação industrial nos domínios científico e tecnológico das Ciências da Computação, Computação Visual, Computação Ubíqua, Design, Educação e Multimédia. Foram parceiros a Universidade Católica Portuguesa/CITAR (para a exploração da tecnologia no domínio das Artes Digitais), o Instituto Politécnico de Santarém, a Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico de Leiria.

No mesmo ano teve início o *Sistema de Gestão Centralizado em Ambientes Avançados de Produção Multimédia (MOG Tidt-II)*, projeto que contribuiu para

o desenvolvimento de um sistema centralizado de controlo e monitorização simultânea de estações de entrada e estações de saída, através de estudos sobre as formas e metodologias mais adequadas para o interface gráfico com o utilizador.

Ainda no ano de 2012, inicia-se o projeto *Artes Decorativas nos Açores*, que tem dado origem à coleção “Fontes Artes Decorativas nos Açores”, que constitui um repertório de documentação fundamental para a promoção do estudo desta área da história da arte.

Em 2013, o projeto *MAT – Media Arts and Technology* procurou o desenvolvimento de novos produtos e serviços no quadro das *media arts* e da tecnologia. Dele resultaram artigos em publicações científicas, bem como protótipos inovadores e tecnologias modulares destinadas à indústria e a consumidores finais. Foram parceiros o INESC, a FEUP e o ISEP, no Porto.

No mesmo ano, desenvolveu-se o projeto *Inharmonique (1977) de Jean-Claude Risset: Transferência Tecnológica (recasting) e Proposta de uma Versão em Tempo Real*, que fez a re-síntese daquela obra do compositor francês, obra eletroacústica mista, que subsiste como meio fixo (fita original e versões digitais desta). Tendo como objetivo estabelecer uma proposta de versão para a performance em tempo real desta composição, foi igualmente revista toda a documentação existente sobre ela.

Tem também início em 2013 o projeto *Artes Decorativas em Portugal e no Brasil (sécs. XVII-XX): sociabilidades, formas e ornamentações*.

Em 2014, o projeto de *Desenvolvimento do Programa Museológico do Museu da Misericórdia do Porto* definiu os conteúdos, o guião expositivo e os núcleos temáticos da exposição permanente e acompanhou o projeto museográfico e a instalação do Museu, tendo igualmente produzido publicações de divulgação.

Em 2014, iniciou-se a participação na ação *COST Action IS1004 – WEB-DATANET: Web-based data-collection, methodological challenges solutions and implementation*, tendo por objetivo a partilha de experiências e conhecimento de metodologias de gestão e análise de grandes coleção de dados *online*.

Em 2015, o projeto *Interactive Sound Design in Social-Aware Contexts – ISD-SAC* foi apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian com duas *Gulbenkian Professorships* para o desenvolvimento do *design* de som interativo aplicado a diferentes contextos sociais, a partir da exploração das propriedades do som enquanto meio artístico e utilitário.

Em 2015, o projeto *Monitorização da Intervenção Psicoterapêutica com adolescentes com recurso a Aplicações Móveis (MIPA-MOBILE)*, apoiada pela FCT, teve como principal objetivo desenvolver e testar um modelo de monitorização do processo de intervenção psicológica clínica com adolescentes, recorrendo a uma aplicação informática *online*.

O CITAR publica regularmente: o *CITAR Journal*, publicação iniciada em 2009, em suporte exclusivamente digital desde o n.º 6, e indexada na SCOPUS; a revista *ECR Estudos de Conservação e Restauro (Conservation and Restoration Studies)*, que começou a ser editada em 2009, também em suporte digital, e disponível no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal; e a revista *Revista de Artes Decorativas*, publicada desde 2007 e em versão digital desde o n.º 6.

Foram ainda editados os seguintes títulos: *Matrizes de Investigação em Artes Decorativas* (publicação do Doutoramento em Estudos de Património), *Matrizes de Investigação em Conservação e Restauro* (publicação do Doutoramento em Conservação de Bens Culturais) e *Cadernos de Teoria das Artes*.

Dos eventos científicos que o CITAR tem organizado, podem destacar-se: *Jornadas de Arte e Ciência*, iniciadas em 2003 e enquadradas pelo CITAR a partir do ano seguinte até 2011; *Colóquio Português de Ourivesaria* (em 2008 e 2011); *1st International Symposium of Performance Science (ISPS)* (2007); a *ARTECH 2008 | Nas Fronteiras do Imaginário – 4th International Conference on Digital Arts* (2008); *6th Sound and Music Computing Conference* (2009); *Jornadas de Teoria das Artes* (com três edições, entre 2009 e 2013); Congressos *O Porto Romântico* (2011 e 2014); *Encontros Luso-Brasileiros de Conservação e Restauro* (2012, 2013 e 2014); *14th Meeting of the Audio Engineering Society (Portuguese Section)* (2012); *Half-Day ISMIR 2012 Satellite Workshop – CASA for MIR: Approaching Computational Auditory Scene Analysis from a Music Information Retrieval standpoint* (2012); *Conferência Blender PT 2013 – Promoting, Bridging and Sharing Digital 3D* (2013); *Colóquio Arte Pública e Envolvimento Comunitário* (2013); *II Congresso Internacional sobre Património Industrial* (2014); *VI Encontro Anual da AIM – Associação de Investigadores da Imagem em Movimento* (2016); *Porto International Conference on Musical Gesture as Creative Interface* (2016).

Criado em 2002, o *Centro de Conservação e Restauro (CCR)* surgiu como unidade vocacionada para a preservação e a recuperação do património cultural e artístico, promovendo o seu estudo, salvaguarda e valorização, enquanto base de memória coletiva e individual e fonte de investigação científica e de leitura estética e simbólica.

É uma unidade de intervenção no âmbito da conservação e restauro do património, bem como de desenvolvimento de serviços científicos, apoiados em exames e análises laboratoriais e em investigação. As suas instalações, situadas no chamado Edifício do Restauro, foram expressamente concebidas para o desenvolvimento dos serviços e projetos mencionados, dispondo de condições ideais, no que respeita aos equipamentos e aos aspetos de segurança, acessibilidade e circulação.

A sua equipa técnica beneficia da articulação privilegiada com os docentes de Arte e Restauro e com os investigadores do CITAR, o que lhe confere um posicionamento singular que põe em prática metodologias interdisciplinares. Por outro lado, os estudantes da EA beneficiam da proximidade de uma unidade que realiza projetos de conservação e restauro de referência, assim como do acesso a toda a informação divulgada a seu propósito.

A sua atuação tem-se dirigido principalmente ao património móvel – talha dourada, escultura policromada, pintura de cavalete, mobiliário e materiais cerâmicos, têxteis, pintura mural e documentos gráficos –, mas regista participações relevantes na reabilitação de património integrado na arquitetura.

Como projetos relevantes, podem citar-se os que abordaram o património das seguintes instituições: Santa Casa da Misericórdia do Porto, Santa Casa da Misericórdia do Sardoal, Diocese de Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Valença, Paróquia de Nossa Senhora da Hora (Matosinhos), Futebol Clube do Porto – Espólio para a abertura do Museu do FCP, Câmara Municipal do Porto, Ordem Terceira de São Francisco do Porto. Alguns dos projetos em que participou foram objeto de prémios de reabilitação.

O *Centro de Criatividade Digital (CCD)* foi um dos projetos-âncora do *cluster* das Indústrias Criativas, no Norte de Portugal, no ano de 2010. Definido como Centro de Competência e Excelência Criativa, assumiu-se como infraestrutura de produção com recurso a tecnologias avançadas e de última geração nos domínios da arte multimédia e interativa, informática musical, *design* de som, audiovisual e artes cinematográficas, e animação por computador. A sua criação procurou responder à exigência crescente de conteúdos audiovisuais e resultou da necessidade de sustentar os motores de difusão e distribuição de informação. A sua matriz infraestrutural daria suporte aos projetos de investigação em curso no CITAR, nomeadamente aos programas de mestrado e de doutoramento com particulares necessidades tecnológicas.

Em 2013, a FCT lançou um concurso para a criação do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico (RNIE), a que o CCD se candidatou, tendo visto reconhecido o seu papel nesse roteiro. Em 2016, apresentou uma candidatura, aprovada no ano seguinte, para o desenvolvimento e reforço das suas atividades nas áreas da Criatividade Digital, Artes Digitais e Interativas, Artes Audiovisuais e do Cinema, e Design de Som. O CCD tem sido também um parceiro ativo da Plataforma *New European Media (NEM)*.

Em 2008 é criada a Incubadora de Negócios Criativos “*Aquário de Som e Imagem*”, no Departamento de Som e Imagem da EA, iniciativa pioneira a nível nacional, no âmbito das políticas de empreendedorismo universitárias. A incubadora é integrada no projeto Empreendedorismo na Católica Porto – Spinlogic,

passando a designar-se como *ArtSpin*. Esta incubadora acolheu dezenas de pequenas empresas e negócios dos ramos do audiovisual, comunicação, arte e *design* e tecnologias criativas, e a sua atividade tem-se focado no apoio logístico, técnico e de aconselhamento estratégico.

4. Merecem destaque outras iniciativas e eventos organizados pela Escola das Artes, como sejam:

*Grande Jubileu do ano 2000* – A EA colaborou ativamente na organização da exposição *Cristo, Fonte de Esperança* do Grande Jubileu do ano 2000, que teve lugar no Edifício da Alfândega, no Porto, entre 17 de junho e 17 de setembro de 2000, numa iniciativa da Conferência Episcopal Portuguesa organizada pela Diocese do Porto. O contributo da EA foi particularmente importante para a componente multimédia da exposição, tendo sido realizadas instalações artísticas e produzida documentação audiovisual.

*Olhares de outono – Festival Internacional de Artes Digitais* – Desenvolvido ao longo de dez anos, com onze edições entre 2000 e 2010, o Festival Internacional de Artes Digitais constituiu uma iniciativa pioneira no País e funcionou como elemento de consolidação de uma importante área artística na EA. Apresentou intervenções e *performances* artísticas, concertos, conferências, *workshops* e cursos que fizeram deste Festival Internacional um acontecimento de partilha de experiências em domínios emergentes da arte contemporânea, tendo a tecnologia digital como um elemento-chave. O Festival trouxe à EA dezenas de nomes de referência internacional dos âmbitos académico e artístico.

*Andar com as próprias pernas* – Minissérie televisiva aprovada nos inícios de 2004, foi realizada por Marco Aurélio Fernández e coproduzida pela EA e pela Universidade Internacional de Andaluzia. Integrou também na sua produção professores, técnicos e alunos da Fundação Álvares Penteados (Brasil), da Universidade Privada do Norte (Peru) e da Universidade Abdelmalek Esaâdi (Marrocos). Tomando a juventude das sociedades modernas e os seus pontos de vista sobre as suas vidas privadas, visa uma intemporalidade antropológica: cada episódio apresentava um protagonista num momento de crise, isto é, num momento dramaticamente forte, abrindo-nos o seu mundo e mostrando respostas aos seus obstáculos diários. Com assumidas influências dos realizadores Eduardo Coutinho e Nicolas Philibert, o projeto tinha em vista a criação de treze documentários, com vinte e cinco minutos cada, a serem exibidos na televisão pública. Realizaram-se oito documentários que foram exibidos na RTP2, após um breve circuito por festivais internacionais no fim de 2009 e inícios de 2010.

*Black & White – Festival Internacional Audiovisual* – Criado em 2004, pela mão e com coordenação de Jaime Neves, o B&W ocupou desde logo, e até 2016,

um espaço ainda não explorado no panorama dos festivais de cinema, contemplando de forma rigorosa e exclusiva abordagens monocromáticas tanto nas áreas do cinema e fotografia, como na área do áudio, onde anualmente se procuram soluções auditivas que remetam o ouvinte para universos a preto e branco. Além de estimular o espírito competitivo, o B&W promoveu a partilha de opiniões e conhecimentos entre todos aqueles que, ao longo de quatro dias, aceitaram o desafio de pensar e criar sem recurso à cor. Nascido em contexto académico, com o objetivo de promover e desmistificar a estética do preto e branco, diferente pela sua especificidade e abrangência e envolvendo professores e alunos, este festival projetou-se muito para além da EA. Para o efeito, celebrou parcerias com festivais como: One Take Film Festival (Zagreb, Croácia), Play-Doc – Festival Internacional de Documentais (Tui, Espanha), 15 Second Film Festival (Belfast, Irlanda do Norte), Tricky Women – Animation Festival (Viena, Áustria), Festival de Cans (Cans, Espanha), Up & Coming Film Festival (Hanôver, Alemanha), Era New Horizons (Varsóvia, Polónia) e Cinerail – International Festival Train & Metro on Film (Paris, França). Apostando na celebração de parcerias com cineclubes e instituições com interesses culturais para a realização de extensões do festival, o B&W fez com que a estética do preto e branco chegasse a diversos públicos geograficamente distribuídos, não só por Portugal, mas também pela Europa, América do Norte e África. Para além de diversas mostras, *artist talks* e retrospectivas, mais de seiscentas obras, representando um total de cerca de cinquenta países, foram apresentadas em competição. Nos habituais moldes de competição, a última edição do B&W aconteceu em 2015, tendo-se ainda organizado no ano seguinte, no cinema Passos Manuel (Porto), um *best of* das suas edições.

*Interfaces – Interactive Art Competition* – Inserido na programação do *Black & White*, nos anos de 2013 e 2014, este concurso pretendeu trazer uma nova dimensão artística ao evento, assumindo a interatividade como elemento incontornável da contemporaneidade e procurando o questionamento das expressões artísticas já consagradas, como a fotografia e o cinema.

*EASI (Revista Anual de Som e Imagem)* – Dirigida por Alexandra Serapicos, com *design* gráfico de Carla Almeida e corpo editorial constituído por alunos e professores da EA, teve apenas um número, onde debateu conceitos ou referências como “memória”, “repetição”, “mestres”, “apropriação”. Configurando também uma homenagem ao realizador Manoel de Oliveira, contou, por exemplo, com José Tolentino Mendonça entre os seus colaboradores. O número, como data de dezembro de 2008, apresenta 120 páginas e teve uma tiragem de 1350 exemplares.

*Não Linear* – Título de um programa de televisão concebido com o objetivo de dar a conhecer os projetos artísticos mais inovadores e interessantes criados na

EA. Com 30 minutos de duração, foi transmitido pela RTP2, entre 2008 e 2013, e teve seis temporadas, num total de 68 episódios.

*Revisitar/Descobrir Guerra Junqueiro* – Projeto de Som e Imagem da EA concebido e dirigido por Henrique Manuel Pereira, configurou, pelo som, imagem, palavra, artes performativas e 3D, uma singular e inovadora aproximação hermenêutica do poeta. Desenvolvido entre os finais de 2008 e 2011, deu origem a uma longa-metragem de documentário, sete livros (designadamente *Nome de Guerra, a Viagem de Junqueiro: O Documentário. Olhares e Argumento* (2011); *Fiel/Na Feira da Ladra (História de um Piano)* (2011); *Uma História Cómico-Marítima* (2011); *Guerra Junqueiro: De Freixo para o Mundo* (2010); *A Lágrima: La Lágrima, La Lagrima, La Larme, The Tear* (2010); *À Volta de Junqueiro: Vida, Obra e Pensamento* (2010); *A Música de Junqueiro* (2009), três CD áudio, dois DVD, três exposições (duas itinerantes pelo País e Espanha), conferências, dinamizações escolares, entrevistas, bem como a edição de cerca de 50 pequenos vídeos e *videoclips*, um blogue e um *site*. Financeiramente apoiado pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, e com outros apoios, como sejam os da RTP2 e Antena 1, câmaras municipais (como a de Freixo de Espada à Cinta), universidades (como a de Salamanca) e instituições (como a Fundação ALord), mobilizou estudantes e professores e convocou personalidades como Mário Soares, Eduardo Lourenço, D. Manuel Clemente, Maria Helena da Rocha Pereira, Eunice Muñoz, Ruy de Carvalho, Manoel de Oliveira, Nuno Júdice, J. C. Seabra Pereira, etc. O projeto mereceu destaque e escrutínio nacional e teve assinaláveis ressonâncias além-fronteiras (televisão, rádio, imprensa e revistas científicas).

*Greatest Hits* – Criado em 2010, o evento assinalava o culminar do ano letivo, funcionando como momento agregador da comunidade e como mostra e partilha dos melhores trabalhos realizados pelos estudantes no âmbito das várias unidades curriculares da EA. Em 2018, adaptou-se à vontade da EA trabalhar um tema por ano, começando pela temática das “Anomalias Urbanas”, seguindo-se-lhe “Arte e Biodiversidade”.

*Projeto Ciência e Sociedade-promover a cidadania através da reflexão sobre aspetos éticos das Ciências da Vida*. Criado em 2011, resultou da parceria entre o Instituto de Bioética e o CITAR, visando a divulgação de Ciência através das questões éticas que interpelam as diferentes áreas do conhecimento científico. A construção dos guiões destes documentários elegeu a narrativa como meio para a deliberação ética. Assim, as vozes que se ouvem no documentário são pontos de vista de personagens que fazem parte do meio científico, bioético e da sociedade civil, constituindo as suas histórias perspetivas sobre os factos que requerem deliberação. Foram desenvolvidos três documentários.

*Interfluxus e Influxus* – Com início em 2012, o Interfluxus centrou-se num intercâmbio de estudantes universitários europeus e chineses, realizado por iniciativa do Serviço Educativo da Fundação de Serralves, em parceria com a EA e a Associação Babel (Macau), e financiado pela Fundação Macau. Teve como objetivos principais o desenvolvimento de competências interculturais e a exploração das relações entre o museu, a arte contemporânea, o vídeo e o cinema. Os alunos que participaram nesta iniciativa eram estudantes da Universidade de São José em Macau, da EA no Porto e da *Beijing Film Academy* de Pequim.

Na continuidade do Interfluxus, o “InFLUXUS” teve lugar em Portugal (Lisboa e Porto) entre os dias 11 e 24 de setembro de 2013, e 20 de agosto e 24 de novembro de 2014, na China (Pequim), Macau e Porto. Com a participação de artistas, curadores, escritores e realizadores, os alunos de Portugal, Macau e China desenvolveram durante os dias do intercâmbio uma série de trabalhos relacionados com a temática da videoarte e o seu contexto expositivo na Galeria e no Museu. Dirigido por Margarida Saraiva (Babel), Tiago Quadros (Babel) e Carlos Sena Caires (EA-UCP), o InFLUXUS teve por objetivos: explorar as relações entre arte contemporânea, o vídeo e o cinema; debater temas importantes da arte contemporânea; desenvolver competências interculturais e o pensamento criativo; criar novos trabalhos artísticos diretamente relacionados com a linguagem audiovisual.

A EA tem procurado manter uma voz ativa e uma presença regular em iniciativas organizadas por instituições de natureza cultural e social, civil e religiosa, com as quais desenvolve projetos, em acontecimentos pontuais ou regulares, promovidos por museus, galerias, fundações, companhias de teatro e dança, e em festivais artísticos a que anualmente concorre, tendo obtido inúmeros prémios e menções honrosas. Merecem referência as seguintes entidades e instituições: Bienal Internacional de Arte de Cerveira, Caminhos do Cinema Português, Casa da Música, Centro Português de Fotografia, Cinanima – Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho, Cineuphoria, Companhia Instável, *Creative Camp* – Canal 180, Curtas Vila do Conde – International Film Festival, Diocese do Porto, Direção-Geral do Património Cultural, Direção Regional da Cultura do Norte, Doçlisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto, FEST – Festival de cinema e vídeo jovem de Espinho, Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, Festival Semibreve, Fundação António Manuel da Mota, Galeria dos Leões – Reitoria da Universidade do Porto, Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012, Lisbon & Estoril Film Festival, Lugar do Desenho-Fundação Júlio Resende, MONSTRA Festival de Animação de Lisboa, Museu D. Diogo de Sousa, Museu da Misericórdia do Porto, Museu de Arte Contemporânea de

Serralves, MAAT Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, Museu Nacional de Soares dos Reis, Museu Nacional do Azulejo, NPISA do Porto (Núcleo de Planeamento, Intervenção junto das pessoas sem abrigo), NY Portuguese Short Film Festival, Porto Capital Europeia da Cultura 2001, Oliva Creative Factory, Porto Post Doc, Prémio Nacional de Indústrias Criativas, Prémio Nacional Multimédia, Prémios Sophia Estudante, Rivoli – Teatro Municipal, Santa Ana International Film Festival – Los Angeles, EUA, Serralves em Festa, ShortCutz, Teatro Experimental do Porto e WelcomeHOME.

No que se relaciona com a intervenção dos alunos dos cursos de Conservação e Restauro, a sua intervenção no exterior é maioritariamente enquadrada pelas chamadas Campanhas de Verão, que consistem em intervenções de conservação e restauro desenvolvidas por alunos em regime de voluntariado, em contexto real de trabalho, supervisionadas por docentes. Realizadas anualmente, com duração média de duas a três semanas, constituem um veículo de divulgação da EA e uma exposição dos estudantes ao envolvimento social e profissional. Entre as entidades que foram objeto destas campanhas contam-se: Estação dos Caminhos de Ferro e edifícios de fachadas azulejadas, em Ovar; Capela da Casa do Cruzeiro, em Ponte de Lima; Igreja de Ramalde e S. Pedro de Miragaia, no Porto; Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”, em Macedo de Cavaleiros; Atelier Diocesano de Santo Domingo de La Calzada, em La Rioja, Espanha; e Mosteiro de Ancede, em Baião.

No que se relaciona com a produção audiovisual dos alunos dos cursos de Som e Imagem, a sua participação em festivais e concursos nacionais e internacionais é coordenada e apoiada pelo Gabinete de Apoio aos Projetos de Som e Imagem (GAPSI).

Ao longo dos 20 anos de atividade da EA, as produções realizadas pelos seus alunos no âmbito da licenciatura e mestrado em Som e Imagem têm sido selecionadas para a participação em centenas de festivais nacionais e internacionais, sendo reconhecidas com inúmeros *prémios*, dos quais destacamos: reconhecimento da Academia Portuguesa de Cinema, através da seleção de produções da EA para todas as competições anuais do Prémio Sophia Estudante e da atribuição de vários prémios. Em 2015, a EA foi honrada com o 1.º Lugar na categoria de Animação para a animação *Ghiocel*, de Mara Ungureanu; o 3.º lugar na mesma categoria para *Night Fright*, de João Moura; e os 2.º e 3.º lugares na categoria de Ficção para *Marasmo*, de Gonçalo Loureiro, e *Pena Fria*, de Luís Costa, respetivamente.

Em 2014, o Festival Internacional de Cinema do Porto (Fantasporto) premiou a EA com o Prémio de Melhor Escola de Cinema, assim como uma das suas produções – *José Combustão dos Porcos*, de José Magro – com o Prémio de Melhor Filme Português.

Também em 2014, o Festival de Curtas de Vila do Conde elegeu o *Manifesto dos Danados*, de José Niza Ribeiro, como Melhor Filme na competição de Curtas.

Em 2016, *Vigília, videoart* realizado por Duarte Silva, recebeu o Prémio de Melhor Realizador Português no Festival Inshadow – Lisbon Screendance Festival, e o documentário *Vandoma*, dos alunos Bernardo Bordalo, Bruno Lança e Rui Nó, o Prémio School Trip atribuído pelo Festival Porto Post-Doc.

## Capítulo 20

### Faculdade de Educação e Psicologia

Joaquim Azevedo<sup>1</sup>

#### Os primeiros passos e as lideranças

Desde 1992, por iniciativa do Doutor Pedro da Cunha, após a sua passagem pelo Ministério da Educação, como Secretário de Estado da equipa liderada pelo Ministro Roberto Carneiro, a Universidade Católica Portuguesa, através da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), passou a oferecer um Mestrado em Ciências da Educação. Com base nesta experiência, liderada pelo Doutor Pedro da Cunha, e após o seu falecimento, em 1995, pelo Doutor Cassiano Reimão, surgiu a proposta de criação de um Instituto de Educação (que seria designado IEDU). Esta proposta viria a ser apresentada ao Conselho Superior da UCP, em 12 de dezembro de 1997.

Da análise que foi feita a esta proposta, elaborada pelo Doutor Bártolo Paiva Campos e apresentada ao Conselho Superior pelo Doutor Borges de Pinho, pode-se concluir que se considerava que a UCP deveria entrar mais consistentemente neste “terreno” sociocultural, pois as Universidades deviam acompanhar a crescente relevância atribuída à educação e à formação no desenvolvimento social dos povos. Às universidades competiria: produzir conhecimento que permitisse “analisar as situações, configurar e implementar as alternativas e avaliar os processos e resultados”; capacitar profissionais da educação e da formação, “sobretudo os que ocupam posições de coordenação e liderança”; estimular a “análise crítica, a avaliação rigorosa e o debate fundamentado relativamente às políticas educativas e de formação”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. O autor destas páginas foi diretor desta Faculdade durante quase dez anos e é seu docente na área da educação. Importa referi-lo, à partida, pois é deste lugar que se faz esta breve resenha histórica. Agradeço todo o apoio que os técnicos e os docentes da Universidade me deram para conseguir reunir dados que estão muito dispersos, pois, como se verá, esta Faculdade teve um percurso que englobou várias instituições e vários locais.

<sup>2</sup> Excertos do documento intitulado “Proposta de criação do Instituto de Educação apresentada ao Conselho Superior pela Reitoria”, de 1997. Os excertos seguintes fazem parte da mesma proposta.

Em termos de atividades, a proposta de criação do IEDU previa, em termos de ensino: a integração do Mestrado que existia na FCH, a partir do ano letivo 1998/1999, e a criação de especializações, com destaque para as áreas de qualificação “para as funções de coordenação e liderança no processo de educação escolar”; a criação de “cursos de especialização” destinados a “técnicos de educação das autarquias e da administração regional e central, a gestores de formação das empresas e a formadores”; estudar a possibilidade de assegurar uma licenciatura a professores ainda bacharéis; a realização de “cursos curtos” para educadores e formadores. Em termos de investigação, a proposta focava a prioridade à realização de dissertações de mestrado e teses de doutoramento (enquanto não houvesse doutores próprios, previa-se que as teses de doutoramento fossem acompanhadas por “uma comissão na qual [participaria] um doutorado, pelo menos, de outra universidade”; refere-se também que “a investigação a realizar nos mestrados e doutoramentos deve ser relevante para a transformação enriquecedora das situações e processos educativos”.

O Conselho Superior aprovaria a criação do Instituto de Educação, em 12 de dezembro de 1997 (com 16 votos a favor e 2 abstenções) e o reitor, Professor Isidro Alves, procedeu à sua criação, ainda em 19 de dezembro do mesmo ano (Despacho MC-7/97). A este Instituto, dedicado ao desenvolvimento de “atividades de ensino e aprendizagem, de investigação, de extensão universitária e de prestação de serviços à comunidade na área da educação e da formação”, é atribuída a missão de “centrar a sua atividade nas pós-graduações: cursos de especialização, mestrados e doutoramentos”.

A 29 de dezembro foi nomeado seu diretor o Doutor Bártoleu de Paiva Campos, Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, para um mandato de três anos (que não viria a cumprir, pois foi entretanto nomeado pelo Ministério da Educação para Presidente do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores).

Em 26 de outubro de 1998, seria nomeada uma nova Diretora, igualmente para um mandato de três anos, a Doutora Maria Inês Bamond Sim-Sim, Professora-Coordenadora da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Um relatório elaborado sobre as atividades desenvolvidas, entre janeiro e setembro de 1998, dava conta de uma série de esforços desenvolvidos para se criar uma base na qual se viesse a sustentar a área da educação na UCP. Entre elas destacam-se: a transição do mestrado da FCH para o IEDU; a criação do novo regulamento do Mestrado em Ciências da Educação, a creditação como formação especializada de professores, bem como a seleção de alunos e as matrículas; definiu-se o regulamento geral dos cursos de pós-graduação e criou-se um especialmente destinado à “Educação para a cidadania”; foi criada a *Revista*

*Portuguesa de Investigação Educativa* “em colaboração com antigos alunos, que integram a Comissão de Redação, constitui-se o Conselho Editorial”; organizou-se um primeiro ciclo de conferências, a decorrer em novembro e dezembro desse ano.

Os anos de 1998-2002 foram de consolidação do projeto inicial, com um crescimento lento e sustentado. Saiu o n.º 1 da *Revista Portuguesa de Investigação Educativa* (RPIE), no ano de 2002, sob direção da Professora Inês Sim-Sim.

A 17 de setembro de 2002 é nomeado pelo Magno Chanceler D. José Policarpo um novo Diretor do Instituto de Educação, o Doutor Joaquim Azevedo, para um mandato de três anos. Este mandato seria prolongado até ao ano de 2007, altura em que o projeto institucional evoluiu do estatuto de Instituto para o de Faculdade.

De facto, em 9 de março de 2007, tendo em conta “a crescente atividade de ensino, a nível de pós-graduação, investigação e prestação de serviços na área das Ciências da Educação, tanto nos seus dois polos, o de Lisboa e, mais tarde, o do Porto, como, através de colaboração, nos outros Centros da Universidade” e tendo em conta que “em 2004, estendeu a sua atividade à área da Psicologia, iniciando, no Porto, o curso de licenciatura”, o Conselho Superior entendeu aprovar a criação da Faculdade de Educação e Psicologia (FEP). Esta foi instituída pelo Magno Chanceler D. José Policarpo, em 11 de abril de 2007. Esta Faculdade foi criada “com sede no Centro Regional do Porto e um núcleo em Lisboa, a qual integra todos os cursos até aqui ministrados pelo agora extinto Instituto de Educação, assim como as outras atividades de ensino, investigação e prestação de serviços realizadas pelo mesmo” (Decreto MC-04/2007).

Em 15 de maio de 2007 foi nomeada uma Comissão Instaladora da nova Faculdade, presidida pelo Doutor Joaquim Azevedo e tendo como vogal, no Porto, o Doutor António Fonseca (Despacho NR/N/0171/2007). Esta equipa manteve-se até à substituição do vogal pela Doutora Raquel Matos, a 1 de julho de 2009.

A 6 de maio de 2011, foi nomeado Diretor da FEP o Doutor António Fonseca (Decreto MC-5/2011) e, seguidamente, foram nomeados como vogais da direção os Doutores Raquel Matos e José Matias Alves (Despacho NR/N/0369/2011).

A 6 de junho de 2014, foi nomeado Diretor da FEP o Doutor Pedro Dias (Decreto MC/2/2014) e, seguidamente, como vogais da direção foram nomeados os Doutores Luísa Campos e José Matias Alves (Despacho NR/N/0724/2014).

Fica assim descrito, de uma forma breve, um arco institucional de vinte anos que se completa neste ano de 2017 (embora se deva ainda considerar um período de incubação do projeto, entre 1992 e 1997).

## Alguns marcos de um percurso de 20 anos

A área da educação, como acabamos de descrever, está na origem da Faculdade. Ao fim de vinte anos importa fazer uma breve retrospectiva do caminho feito.

*Mestrado em Ciências da Educação*: este mestrado está na origem da Faculdade, tendo transitado inicialmente da Faculdade de Ciências Humanas (Lisboa) para o IEDU. É o seu mais antigo curso e o que mais diplomados qualificou até ao presente ano. Em 2016/2017 tem em funcionamento as seguintes especializações: Administração e Organização Escolar, Avaliação Educacional, Pedagogia Social, Aprendizagem e Desenvolvimento Psicológico, Supervisão Pedagógica e Avaliação de Docentes. O número global de alunos inscritos no curso de mestrado tem vindo a diminuir nas diferentes áreas de especialização. No entanto, as áreas de Administração e Organização Escolar e de Supervisão Pedagógica, áreas fundacionais das Ciências da Educação, continuam a ter procura, o que tem aconselhado a manutenção da oferta nestas áreas em particular. Em termos de diplomados, este curso de mestrado já diplomou 274 estudantes, só entre 2006/2007 e 2015/2016. Não havendo os mesmos dados recolhidos para os anos entre 1992/1993 e 2005/2006, podemos assinalar que os alunos matriculados neste mestrado, neste mesmo período, foi de 919.

*Doutoramento em Ciências da Educação*: o curso de doutoramento constituiu uma importante aposta e um grande desafio para a FEP. Criado em 2007, este curso tem permitido desenvolver importantes projetos de investigação, com predominância para as áreas da administração e organização escolar, do currículo, do sucesso educativo, das lideranças educacionais, da territorialização das políticas educativas e da pedagogia social. Foram já realizadas e aprovadas 42 teses de doutoramento, tantos de estudantes portugueses como moçambicanos. Diferentemente do que sucede com o curso de mestrado, o curso de doutoramento em Ciências da Educação não tem apresentado desvios significativos no número total de alunos inscritos, registando-se, inclusivamente, um ligeiro aumento em 2015/2016, face ao ano letivo transato.

O número de alunos matriculados por cada um dos três anos do curso revela uma tendência equilibrada, sinalizando-se um aumento no 3.º ano devido a pedidos de prorrogação de entrega de teses (em regra mais um semestre, explicável pelo estatuto de trabalhador-estudante da totalidade destes estudantes).

O doutoramento de estudantes moçambicanos merece um sublinhado especial. Este projeto surge na sequência de uma decisão que a UCP/FEP e a Universidade Católica de Moçambique (UCM) tomaram: a FEP iria qualificar os docentes da UCM, pois nenhum possuía o grau de doutor, através da criação

de turmas específicas de alunos moçambicanos. Durante seis anos este projeto esteve de pé e com dedicação, competência e profissionalismo foi possível dotar a Faculdade de Educação e Comunicação da UCM com um corpo docente dos mais qualificados de África (além da qualificação de outros docentes e quadros desta região). Primeiro sonhou-se conjuntamente, depois concretizou-se o sonho, docentes e alunos trabalharam arduamente sem interrupções e, hoje, os bons resultados estão à vista de todos. Este modelo de ação poderia ser replicado em outros contextos africanos de língua oficial portuguesa (e não só).

*Licenciaturas:* a FEP viu aprovada e aberta uma licenciatura em Pedagogia Social, área para a qual se encontra especialmente vocacionada. Esta licenciatura nunca chegou a funcionar, pois não existiu procura suficiente.

Em 2016 foi proposta e aprovada uma nova licenciatura em Educação, que será oferecida pela primeira vez no ano letivo de 2017/2018.

*Pós-graduações em Ciências da Educação:* a área da Educação tem vindo a apostar na oferta de formação avançada de duração mais curta (Pós-Graduações de 150 horas e outros cursos de formação de duração variável), quer como forma de criar respostas mais ágeis às necessidades dos profissionais de ensino e formação quer como forma de compensar a tendência de diminuição de alunos inscritos no curso de mestrado. O número de pós-graduações em funcionamento tem-se mantido relativamente constante nos últimos anos (à exceção do ano de 2014/2015), sendo este número bastante expressivo e havendo um funcionamento médio de 4 pós-graduações por ano, considerando os últimos quatro anos letivos. Em 2015/2016, para recuperar a quebra de alunos inscritos em pós-graduações no ano letivo anterior, foi desenvolvida uma estratégia de divulgação que incidiu essencialmente na mobilização das redes de escolas e instituições com as quais a área da Educação coopera, o que permitiu ultrapassar, inclusivamente, o número de alunos inscritos em 2013/2014.

*Formação Avançada:* a FEP tem vindo a oferecer um programa de formação avançada, que tem tido procura constante por parte das escolas públicas estatais e particulares, com e sem contrato de associação. Esta formação tem tido especial procura, a que corresponde uma organização de ofertas específicas, por parte das escolas profissionais, das escolas católicas e de outras instituições, no quadro da pedagogia social.

A avaliação pedagógica feita pelos alunos dos vários cursos da área da educação revela uma avaliação globalmente bastante positiva, evidência clara da qualidade e da enorme adesão que existe nas formações que são oferecidas.

*Prestação de serviços em educação (SAME):* uma das marcas distintivas da UCP, entre as universidades portuguesas, no campo da educação, tem sido a capacidade de a FEP afirmar as Ciências da Educação como um conhecimento

teórico-prático que carece de um campo experimental para se poder consolidar epistemologicamente. A FEP tem conseguido manter um dinamismo na ligação teoria-prática, observação-reflexão, intervenção-investigação, que a distingue no panorama nacional, sendo-lhe reconhecido esse importante e pioneiro papel. De facto, tem sido possível aliar a construção de conhecimento à efetiva construção de melhorias significativas nas aprendizagens dos alunos e na atividade educativa das escolas.

O Serviço de Apoio à Melhoria da Educação (SAME) é uma inovadora dinâmica de apoio ao desenvolvimento organizacional e profissional das escolas, recentemente alargado aos municípios portugueses, que presta consultoria científica e pedagógica às escolas e agrupamentos, nos campos organizacional, pedagógico, avaliativo e formativo, visando criar condições de melhoria dos processos e resultados educativos. Este serviço realiza também estudos de diagnóstico e avaliação que tenham como referência a educação e a formação. A missão do SAME visa capacitar escolas, agrupamentos de escolas e autarquias para a realização de práticas educativas mais coerentes e sustentadas e para a conceção, realização e avaliação de práticas de inovação e melhoria na esfera organizacional e pedagógica. Ao mesmo tempo, visa produzir conhecimento resultante da articulação teoria/prática/realidade. Entre os seus principais objetivos contam-se: (i) assegurar a consultoria externa na planificação, realização e avaliação de projetos educativos; (ii) assumir o papel de “amigo crítico” nos processos de autoavaliação ou de meta-avaliação; (iii) fomentar a formação contínua dos docentes através da organização de seminários, cursos e oficinas de formação inseridos nos diferentes eixos da ação do SAME; (iv) produzir conhecimento no campo da educação e formação, mormente pela ligação da intervenção no terreno à investigação realizada nos Mestrados e Doutoramentos; (v) desenvolver dinâmicas de reconhecimento de escolas de referência em diferentes dimensões da ação educativa; (vi) promover redes e práticas de cooperação entre escolas que possuam identidades e/ou projetos afins; (vii) capacitar os profissionais, as equipas e as lideranças para a mobilização dos atores educativos.

O número de protocolos tem-se mantido tendencialmente constante, na casa das sete dezenas. Merece ainda referência o facto dos protocolos celebrados com câmaras municipais, que têm crescido, alavancarem de forma expressiva a interação com as escolas (em média, os protocolos com câmaras geram interações com seis escolas) o que permite elevar os contactos com vários milhares de professores e ativar dessa forma a procura da formação avançada e graduada.

Em síntese: a FEP é hoje reconhecida no País por desempenhar um trabalho eminentemente comprometido com a realidade da educação em Portugal, no que ela tem de mais positivo, promovendo-o, e no que ela tem de mais

negativo, combatendo-o. A sua rede de “escolas associadas” é de longe a mais expressiva de todas as que existem nas instituições de ensino superior, a sua investigação está profundamente ligada à procura incessante e competente de melhores caminhos para a educação escolar e social em Portugal e a sua prestação de serviços é a mais impactante na transformação do modelo escolar no que ele tem de infrutífero, injusto e ineficaz. Muitos milhares de professores passaram pela UCP em iniciativas do campo da educação e mais de duzentas escolas, de todo o País, foram visitadas e apoiadas pela FEP.

### **Área da Psicologia**

A área da Psicologia foi criada mais tarde, em 2004, com a abertura da licenciatura em Psicologia, tendo-se desenvolvido com a posterior abertura do Mestrado em Psicologia, em 2007.

*Licenciatura em Psicologia:* em 2004/2005 teve início o curso de licenciatura em Psicologia que havia sido proposto ao Conselho Superior e previamente acreditado. A criação deste curso constituiu um dos mais importantes marcos destes 20 anos de história da FEP.

*Mestrado em Psicologia:* o mestrado em Psicologia foi criado em 2007/2008 e contempla as seguintes áreas: Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante, Psicologia Clínica e da Saúde. Até ao ano letivo de 2012/2013 incluía, ainda, a área de especialização em Psicologia do Trabalho e das Organizações (PTO), entretanto descontinuada, em virtude da abertura do Mestrado em Psicologia e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH). Organizado em 4 semestres (120 ECTS), o curso complementa a formação de futuros psicólogos iniciada na Licenciatura em Psicologia. A procura do Mestrado em Psicologia sofreu uma evolução negativa entre 2012/2013 e 2013/2014, sendo registada uma recuperação na procura a partir de 2014/2015. A diminuição na procura nos dois primeiros anos do intervalo em análise reflete a diminuição no número de licenciados em Psicologia na FEP nos anos letivos referidos, bem como a entrada em funcionamento do Mestrado em PDRH.

O Mestrado em Psicologia e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) da FEP foi aprovado por Despacho da Reitoria NR/C/1066/2012, de 27 de setembro de 2012, tendo iniciado o seu primeiro ano de funcionamento no ano letivo de 2013/2014. Este curso, organizado em 4 semestres (120 ECTS) resulta de uma parceria entre a Faculdade de Educação e Psicologia (FEP) e a Católica Porto Business School (CPBS) da Universidade Católica Portuguesa, que oferece um mestrado em Gestão de Recursos Humanos, partilhando um

número significativo de UC no 1.º ano curricular. A procura do Mestrado em PDRH apresenta uma evolução positiva entre 2013/2014 (início do seu funcionamento) e 2015/2016.

A licenciatura e os mestrados em Psicologia permitiram a constituição de um corpo docente jovem e dinâmico, dedicado ao ensino e à investigação em Psicologia, que se tem vindo a consolidar ao longo destes doze anos.

*Doutoramento em Psicologia:* em 2016 foi proposto e aprovado pela Reitoria, estando, em dezembro de 2016, em tramitação na A3ES o processo de acreditação um curso de doutoramento intitulado “International Ph.D. programme in ‘Applied Psychology: Adaptation and change in contemporary societies’”. Esta proposta contém quatro ramos: (i) Human relationships across the lifespan: couple, family, and group; (ii) Mental health and psychopathology; (iii) Exclusion; (iv) Adaptive and maladaptive behaviours related to digital technologies. Este curso, que representa a concretização de uma aspiração longamente sonhada, é uma iniciativa conjunta da FEP, da Division of Psychology/Nottingham Trent University e da Facultat de Psicologia, Ciències de l’Educació I de l’Esport-Blanquerna / Universitat Ramon Llull (que coordena).

*Serviço Comunitário:* uma das apostas da formação em Psicologia na FEP, desde a criação do curso em 2004, foi a integração de um programa de voluntariado, intitulado “Serviço Comunitário”, disponível a todos os alunos da Licenciatura. Trata-se de uma oferta extracurricular, não obrigatória, que compreende períodos de voluntariado em instituições parceiras da FEP (atualmente, 124), sessões de formação aos voluntários, dinamizadas por docentes da FEP, que acompanham e monitorizam os estudantes inscritos no programa. O serviço comunitário foi positivamente avaliado em 2010 pela OCDE – Supporting Quality Teaching – no âmbito de modelos de ensino inovadores. O número de alunos inscritos no serviço comunitário tem-se mantido estável ao longo dos últimos quatro anos.

*Clínica Universitária de Psicologia:* Em 2007, abriu a Clínica Universitária de Psicologia (CUP), que possui como principais objetivos a aproximação dos estudantes de Psicologia à prática profissional, a prestação de serviços (consulta psicológica, supervisão e consultoria a entidades parceiras da FEP) e o desenvolvimento de projetos de investigação.

A evolução das atividades da CUP, desde 2012, é crescente, sendo de realçar o progressivo aumento do peso da atividade de supervisão a equipas técnicas e educativas de Casas de Acolhimento (anteriormente denominadas Lares de Infância e Juventude), embora se mantenha o crescimento da atividade de consulta psicológica, verificado tanto no número de casos novos atendidos e de consultas efetuadas (683 em 2015 *vs.* 573 em 2012).

## Investigação e revistas científicas

*Centro de investigação-CEDH*: após várias tentativas infrutíferas e vários anos de realização de projetos de investigação, foi criado, em 2013, o Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH). O CEDH foi formalmente constituído em outubro de 2013. No ano de 2015, integra 119 investigadores das áreas científicas das Ciências da Educação, Serviço Social e Psicologia, que desenvolvem projetos de investigação em 7 linhas transversais: 1. Exclusion, social inclusion and citizenship; 2. Professions and human development; 3. Territory, community and knowledge; 4. School organizations: leadership, grammar of schooling, success and dropout, professional development, evaluation practice and school improvement; 5. Teaching and learning, classroom climate; 6. Mental health: Challenges in a changing society; 7. Family processes in a changing society. Enquanto Unidade de Investigação da FEP, o CEDH associa-se ao ensino pós-graduado da Faculdade (Mestrados em Psicologia, Mestrado e Doutoramento em Ciências da Educação) e ao Doutoramento em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas, acolhendo ainda projetos de pós-doutoramento.

Dos seus investigadores, 27 são membros integrados (14 da Educação, 11 da Psicologia e 2 do Serviço Social), 17 são membros colaboradores, 74 são alunos do doutoramento (59 da Educação e 15 do Serviço Social) e 1 é bolseiro. Observa-se uma evolução positiva em termos de produção científica, entre 2012 e 2015. As espécies científicas nacionais (34 livros e 96 capítulos de livro) encontram-se em maior número quando comparadas com as internacionais. Analisando por grupos, verifica-se que o grupo da Educação assume especial destaque na produção de capítulos de livro, textos em atas de encontros científicos e artigos em revistas científicas nacionais/internacionais. No entanto, o grupo da Psicologia é responsável pela quase totalidade da produção de artigos em revistas científicas indexadas nas bases de dados Web of Science e Scopus (27 publicações).

O Human Neurobehavioral Laboratory (HNL) foi fundado em 2014, na Faculdade de Educação e Psicologia (FEP), da Universidade Católica Portuguesa (UCP) – Porto. O Professor Fernando Ferreira-Santos foi o seu primeiro coordenador, tendo sido substituído na sua saída pela Professora Patrícia Oliveira-Silva. Integra uma infraestrutura de investigação desenvolvida em parceria com a Católica Porto Business School. Atualmente, o HNL partilha a infraestrutura principal com o “*Behaviour, Economics, and Organizations Laboratory* – BEO-LAB”. O HNL representa um contexto estimulante de ensino e investigação inteiramente dedicado à exploração das áreas das neurociências cognitivas e afetivas. O projeto do HNL foi desenvolvido para oferecer: (i) um

ambiente atrativo para treinar estudantes de Psicologia na área das neurociências; (ii) uma formação científica generalizada de qualidade; e (iii) um fórum no qual os estudantes e investigadores se possam desenvolver e progredir enquanto profissionais qualificados. Este Centro constitui uma importante base de apoio ao curso de doutoramento em psicologia.

*Revista Portuguesa de Investigação Educacional (RPIE)*: publicada desde 2002, esta revista foi dirigida, no seu primeiro número, pela Professora Inês Sim-Sim e, desde o segundo número, pelo Professor Joaquim Azevedo. A sua publicação foi sempre regular, com a edição de um número por ano, estando neste momento publicado o número 16, relativo ao ano de 2016. Aqui se publicaram muitas dezenas de importantes trabalhos de pesquisa sobre a realidade portuguesa e que resultaram da investigação produzida pela FEP e por outros investigadores nacionais. Há vários anos que se tem conseguido abrir a revista à colaboração de outros investigadores e tem sido realizado um grande esforço para colocar a revista nas redes mundiais de indexação dos seus artigos. O último número integra já mais colaborações internacionais.

*Cadernos de Pedagogia Social*: foram também publicados quatro números da Revista *Pedagogia Social*, dirigida pela Professora Isabel Baptista, revista esta que foi incluída na RPIE, no ano de 2016. Esta revista constituiu uma expressão externamente visível de uma dinâmica atual, inovadora e consistente que a FEP soube imprimir em Portugal à Pedagogia Social, conferindo um novo “estatuto” científico a um campo que estava pouco sistematizado e muito centrado ou na animação sociocultural ou na educação social. O ensino e a investigação desenvolvidos nesta área, na FEP, constituem uma referência para os docentes e investigadores do País e no estrangeiro.

*Cadernos Desafios*: a divulgação do conhecimento, para além das revistas referidas, tem ainda sido realizada através dos Cadernos Digitais DESAFIOS. Estes cadernos cobrem múltiplas e importantes temáticas que interessam ao quotidiano das escolas, relatam dinâmicas inovadoras e com sucesso, ajudam a perceber o que melhor funciona em certos contextos e servem de apoio a muitos diretores e professores por todo o País. Vão no seu 18.º número, editado em dezembro de 2016. Além destas publicações a FEP tem ainda editado uma média anual de dois *e-books* pela Universidade Católica Editora – Porto.

## **Internacionalização**

A FEP tem vindo a fortalecer a sua internacionalização como fonte de enriquecimento da sua atividade de ensino e de investigação. Assim pertence às redes internacionais:

ACISE: Associação Internacional de Instituições de Ciências da Educação das Universidades Católicas (esta instituição é presidida, desde 2015, por um docente da FEP, Joaquim Azevedo)

Grupo sectorial de Psicologia da FIUC (Federação Internacional das Universidades Católicas)

European Association of Training Centres for Socioeducational Care Work

O Doutoramento em Educação tem vindo a conseguir internacionalizar a sua ação, com destaque para alunos de Moçambique e de Angola.

A proposta do novo Doutoramento Internacional em Psicologia (2016) constitui mais uma iniciativa na consecução desta estratégia de internacionalização da FEP.

A FEP fomenta também o intercâmbio dos seus estudantes e docentes em contexto internacional, dirigido ao seu desenvolvimento pessoal, social e científico.

No que concerne à mobilidade de estudantes no decurso da licenciatura, a FEP mantém protocolos de colaboração no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida – Subprograma sectorial Erasmus, com universidades europeias em Espanha, Itália, Eslováquia, Turquia e França e ainda com países como a Suíça, Islândia, Noruega e Liechtenstein. Acordos de colaboração existem também com países da América do Sul, como o Brasil e Argentina.

Não apenas ao nível dos estudos, mas também da prática profissional, os alunos da FEP são encorajados e apoiados na realização de estágios internacionais em instituições parceiras como hospitais, universidades, clínicas ou empresas. O estágio internacional, de cariz aplicado ou de investigação, decorre em instituições cujo campo de atuação contempla as áreas de especialização de cada um dos Mestrados da FEP | Católica Porto.

A crescente adesão dos alunos da FEP a programas de mobilidade e o crescente número de alunos estrangeiros que querem realizar um período de estudos na nossa faculdade evidencia o compromisso da FEP em proporcionar um percurso capaz de dotar os seus alunos de competências que extravasam as que se circunscrevem meramente aos âmbitos académicos.

## **Evolução dos cursos e dos alunos**

A principal atividade do IEDU/FEP, que passaremos a designar apenas por FEP, deve ser compreendida descrevendo a evolução dos cursos e dos alunos. É o que apresentamos nos quadros seguintes, começando por esse período de incubação, em torno do Departamento de Ciências Psicopedagógicas da Faculdade de Ciências Humanas.

### Departamento de Ciências Psicopedagógicas

Ano	Curso	Candidatos	Matriculados	Total/Ano
1992	<b>Mestrado em Ciências da Educação</b>	341		<b>156</b>
	Formação Pessoal e Social		51	
	Formação de Recursos Humanos e Desenvolvimento		35	
	Avaliação Educativa		34	
	Administração e Gestão Escolar		36	
1994	<b>Mestrado em Ciências da Educação</b>			<b>65</b>
	Administração e Gestão Escolar		22	
	Formação Pessoal e Social		22	
	Avaliação Educativa		21	
1995	<b>Pós-Graduações</b>			79
	PG Teologia e Ética da Saúde		13	
	PG em Educação Intercultural		19	
	PG em Formação Cívica		14	
	PG em Avaliação em Educação		19	
	PG em Relação Família/Escola		14	
1996	PG em Educação Ambiental	23	<b>23</b>	23
1996	Mestrado em Ciências da Educação			122
	Gestão Educacional		27	
	Educação Intercultural		38	
	Formação Pessoal e Social		32	
	Avaliação Educativa		25	
<b>Total de alunos</b>				<b>445</b>

Entre 1992 e 2009, a parte curricular dos cursos de mestrado era de 4 semestres de duração. Após esta data, passou a ser de apenas dois semestres.

Após a criação do IEDU e da transição dos cursos da área da educação para este Instituto, a evolução entre 1998 e 2006, foi a seguinte:

#### Cursos IEDU – 1998 > 2007 (Instituto de Educação – Lisboa)

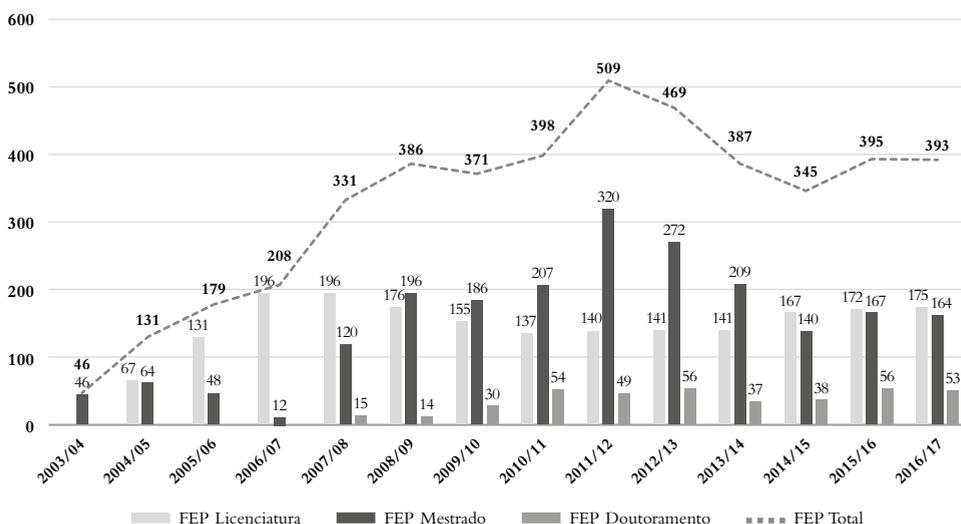
Ano letivo	Curso	COD sophia	alunos
1998	Mestrado em Gestão de Escolas	1701	26
1998	Mestrado em Orientação da Aprendizagem	1702	26
1998	PG Educação Cidadania	1703	22
1999	Licenciatura Orientação Educativa (comp. Formação)	1704	40
2000	Mestrado em Orientação da Aprendizagem	1702	22

2000	Mestrado em Educação Especial	1707	18
2000	PG em Inspeção da Educação	1708 e 1709	38
2001	Mestrado em Gestão de Escolas	1701	19
2002	Mestrado em Orientação da Aprendizagem	1702	18
2003	Mestrado em Administração e Organização Escolar	1711	31
2003	Mestrado em Informática Educativa ( <i>blended learning</i> )	1713	144
2003	Mestrado em Pedagogia Social	1712	24
2004	Mestrado em Administração e Organização Escolar	1711	22
2004	Mestrado em Pedagogia Social	1712	28
2005	PG Inspeção da Educação – Funchal		25
2005	Mestrado em Informática Educativa ( <i>blended learning</i> )	1713	101
2005	Mestrado em Aprendizagem e Desenvolvimento Psicológico	1714	27
2006	Mestrado em Aprendizagem e Desenvolvimento Psicológico	1714	11
2006	Mestrado em Administração e Organização Escolar	1711	19
<b>Total de alunos IEDU Lisboa de 1998 a 2006</b>			<b>661</b>

Entretanto, começou a funcionar no Porto a licenciatura em Psicologia, em 2004/2005. Este curso viria constituir a base para o lançamento da área da Psicologia do IEDU, uma aposta que se viria a revelar muito acertada, quer no quadro do Instituto quer no quadro mais geral da UCP.

Criada a FEP, em 2007, e passada a sede para o Porto, a evolução dos inscritos até ao presente ano letivo foi a seguinte

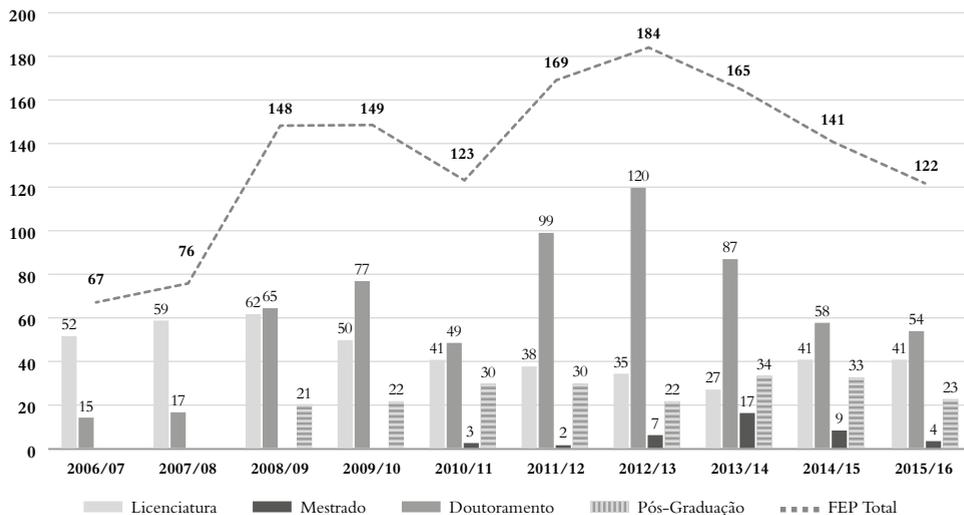
### Evolução de estudantes inscritos – Cursos conferentes de Grau



Olhando para esta evolução, de modo global, verificamos que no ano letivo de 2011/2012 se atingiu o pico do número de alunos (509), assistindo-se nos últimos dois anos letivos a uma ligeira recuperação, após três anos de queda.

Quanto aos diplomados, a evolução nos últimos anos, foi a seguinte:

### Evolução de estudantes diplomados, Faculdade de Educação e Psicologia CURSOS CONFERENTES DE GRAU e pós-graduações



Quanto ao corpo docente, ele é constituído por 25 professores, à data de dezembro de 2016: por 3 professores auxiliares (um deles convidado), 3 professores associados (dois deles convidados) e 1 professor Catedrático, na área da Educação, e 7 assistentes, 9 professores auxiliares (dois deles convidados) e 2 professores associados, na área da Psicologia. Na área da Educação, para o desenvolvimento das significativas atividades de extensão universitária, existe um corpo permanente de colaboradores, em grande medida qualificados (mestrado e doutoramento) na própria UCP.

### Reflexão final

Isto dito, face ao que se passa hoje no mundo e na cultura, em profunda transição epocal, importa referir que a educação promovida por uma universidade católica tem um sentido e uma atualidade como talvez não tenha tido nas últimas décadas do século XX. Isto engloba não só toda a universidade, como particularmente a sua Faculdade de Educação. Ao lado da Teologia, a Educação

devia constituir, numa universidade católica, um pulmão essencial de um projeto de universidade denso nas suas apostas axiológicas e antropológicas. O projeto de uma universidade, enquanto escola católica, com o seu foco no desenvolvimento cultural dos jovens e de uma sociedade, é um projeto que tem de ter o seu coração a pulsar em torno da pessoa humana, de cada pessoa, das boas relações entre elas e seguindo o seu principal referente, Jesus Cristo.

Basta andar pelo País, percorrer as escolas e as instituições sociais, verificar a desmotivação reinante entre os profissionais e a sede enorme em torno de uma “outra educação escolar e social” para sentir até aos ossos a relevância deste projeto. O caminho que está a ser seguido é culturalmente perigoso e está, além disso, a destruir a capacidade de as escolas serem hoje instituições educativas axiológica e antropológicamente fundadas. Uma refundação institucional das instituições escolares é hoje crucial, face à evolução da sociedade e da vida dos jovens. Proponho um caminho de autonomia e de liberdade para todas as escolas, alicerçado em projetos educativos consistentes e sociocomunitários, devidamente atualizados para responder aos desafios do momento presente e contratualizados com a sociedade, as famílias e o Estado.

Se atentarmos com tempo e profundidade e contemplarmos a realidade que nos envolve, verificámos que o modelo escolar hegemónico está capturado por interesses económicos e por interesses de pequenos grupos privados, está melhor formatado para formar pessoas conformadas e conformistas, bons consumidores, cidadãos muito disciplinados e ordeiros, e revela sérias dificuldades para habilitar e gerar cidadãos capazes da crítica profunda, da pergunta que vira as coisas do avesso, das dúvidas oblíquas que fazem rodar os problemas para os lados ainda não vistos, cidadãos aptos a cultivar o inútil, que é seiva da vida e da esperança. Entre tantas provas disto, está a eliminação e a redução ao mínimo da filosofia, das artes, da história, da literatura e da poesia, tanto nas escolas como nas universidades, como tão bem nos têm alertado G. Steiner e M. Nussbaum, entre muitos outros.

Construímos, em Portugal e ao longo dos últimos quarenta anos, uma escola democrática e essa é uma conquista que devemos celebrar continuamente, impedindo retrocessos. Mas esta escola está ainda bastante longe de ser justa, sendo mesmo profundamente injusta para uma franja ainda demasiado larga da população. Não basta impor a igualdade, é preciso promover a igualdade salvaguardando a justiça e a autenticidade pessoal, o que se eleva a um imperativo em instituições de desenvolvimento humano.

A justiça e a esperança de que a educação escolar se deve revestir, todos os dias, requerem um novo esforço, um novo, grande e belo desafio e fazem apelo a uma renovação educacional profunda, neste tempo de transição cultural.

Se houvesse verdadeira autonomia e liberdade, tudo poderia ser mais fácil e gerador de novos compromissos. Mas esse tem de ser o horizonte da nossa responsabilidade social e política. Temos de lutar quotidianamente por mais autonomia e por uma efetiva liberdade, pois só elas nos responsabilizam seriamente e só por elas se pode reconstruir relevância educativa na educação escolar.

Para isso é preciso romper com um veneno que inquina toda a educação em Portugal: por um lado, o Estado ao mesmo tempo que afirma a neutralidade da educação, programa exaustivamente a educação escolar, por outro, a neutralidade que é constitucionalmente consagrada e que visa fomentar a maior liberdade e diversidade de projetos educativos na sociedade portuguesa, projetos educativamente coerentes e consistentes, ao não ser cumprida, corrói os fundamentos da educação e seca a seiva que alimenta escolas humanistas e emancipadoras.

O esforço civilizacional da humanidade é uma luta quotidiana, não é uma carta de princípios que se proclamou há cinquenta anos (por mais significado histórico e cultural que as cartas de princípios tenham). O esforço de educar, hoje mais difícil que nunca, é também ele uma luta quotidiana que obriga a escolhas permanentes entre caminhos: entre conhecimento, competências e valores, entre justiça e injustiça, entre defesa de interesses de grupos privados e poderosos e defesa do bem comum, entre individualismo e fechamento dos grupos sobre si e encontro entre diferentes e solidariedade entre todos, entre “endoutrinação” camuflada das crianças e amor pela autenticidade e liberdade, entre a violência como *modus vivendi* e a paz como feliz construção da humanidade.

E esta realidade tem de ser debatida no espaço público, em liberdade e em profundidade, pois constitui o cerne do debate cultural. Façamos uma pergunta simples e essencial, pensando nas nossas escolas e nos nossos alunos, pensando nos dias tão incertos e inquietantes que se avizinham: que levam garantidamente estas crianças e jovens, hoje, no seu coração, para o futuro?

Como a FEP se tem mantido uma instituição pequena e com dificuldades de sobrevivência financeira, porque no seio de uma estrutura nacional pesada, sem a possibilidade de manter polos nos outros Centros Regionais (o que havia em Lisboa, por circunstâncias conjunturais, foi integrado na FCH) não tem sido fácil sustentar, para a FEP, um fio condutor com este valor estratégico no seio da UCP.

São desafios para o futuro.

## Capítulo 21

### Instituto de Direito Canónico

Aurora Martins Madaleno

#### 1. Institucionalização

Quando a Universidade foi criada por D. Dinis, os primeiros cursos foram Medicina, Direito Civil e Direito Canónico (Bula do Papa Nicolau IV, de 9 de agosto de 1290). No século XV, “estudavam-se na Universidade, a par do Direito Civil e Canónico e da Medicina, a Gramática, a Lógica, a Retórica, a Música, etc.”. Havia na Universidade de Coimbra a “Cadeira de Prima de Cânones” (*vide* Carta Régia de 5 de novembro de 1631).

A antiga Faculdade de Cânones foi suprimida pelo regime liberal (Decreto de 5 de dezembro de 1836), passando a existir a Faculdade de Direito.

Com o Decreto de 14 de novembro de 1910, é suprimida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a cadeira de Direito eclesiástico, e criada a de Processo penal, em virtude da projetada separação do Estado e da Igreja, com a manifesta tendência para a laicização de todas as relações jurídicas.

Em 13 de outubro de 1967, a Congregação Romana da Educação Católica, pelo decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, procede à ereção das instituições académicas da Universidade, estabelecendo a Faculdade de Filosofia de Braga “como primeira efetuação da Universidade Católica Portuguesa”. No ano seguinte, a 19 de outubro, é aberta em Lisboa a Faculdade de Teologia.

Pelo Decreto-Lei n.º 301/71, de 15 de julho, o Estado Português reconhece a personalidade jurídica da Universidade Católica Portuguesa (UCP), que considera como “pessoa coletiva de utilidade pública”, e determina também que os títulos, graus e diplomas por ela conferidos gozem do mesmo valor e dos mesmos efeitos que os das restantes universidades portuguesas. No mesmo ano, a Congregação Romana da Educação Católica, pelo Decreto *Humanam eruditionem*, datado de 1 de outubro, erige canonicamente a Universidade Católica Portuguesa.

Ora, o Decreto-Lei n.º 301/71, de 15 de julho, que aprovou o estatuto legal da Universidade Católica Portuguesa, previa como elementos integrantes “[...]a escola de Direito Canónico que porventura nela venha a ser criada

[...]”, assim como integrava os “centros de investigação e institutos culturais anexos a qualquer dos estabelecimentos de ensino”. No seu artigo 3.º determinava que a organização e funcionamento das faculdades e institutos superiores “são livremente fixados pela autoridade eclesiástica, devendo o reitor da Universidade Católica comunicar ao Ministro da Educação Nacional, até 30 de novembro de cada ano, o elenco das disciplinas aí professadas e os programas das cadeiras e cursos que não sejam de carácter restritamente teológico, filosófico ou jurídico-canónico”. E, de acordo com o artigo 6.º, podem realizar cursos, conferências e outras atividades de educação permanente, designadamente de extensão universitária, que terão como finalidade principal a divulgação do pensamento cristão dentro das disciplinas professadas. *Atualmente, é pelo Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de abril*, que a Universidade Católica Portuguesa recebe o seu enquadramento jurídico no novo sistema de ensino superior português. A Universidade Católica Portuguesa pode organizar cursos superiores, programas ou projetos de investigação, atividades de educação permanente ou de extensão e outras formas de serviço universitário à comunidade, bem como cursos propedêuticos. Os seus diplomas e títulos têm o mesmo valor e efeitos que os conferidos pelas universidades públicas.

*Por Despacho n.º 224/77, de 27 de setembro de 1977*, do Ministro da Educação e Investigação Científica, foi autorizado o funcionamento do curso superior de Direito na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa cujo plano de estudos obedecerá a um plano curricular, que corresponderá à Licenciatura em Direito com quatro opções, respetivamente Ciências Jurídicas, Administração Pública, Relações Internacionais e Direito Canónico, sendo as disciplinas da Opção de Direito Canónico as seguintes: *A Ordem Jurídica Canónica; Constitucionalismo Político e Direito Constitucional Canónico; Direito Eclesiástico Português e o Estado; Direito Concordatário; Direito Matrimonial Canónico, Divórcio e Causas Matrimoniais; Direito Processual Canónico; Ordenamento canónico; e Direito Civil (Estudos de Direito Comparado)*.

*Em 1983 foi publicado o novo Código de Direito Canónico*. O acesso ao seu conteúdo passava por professores de Teologia na UCP ou nos Seminários. Cada vez mais, se tornava evidente a carência de uma vertente académica e científica em Portugal. Era necessário promover a formação dos que trabalhavam nos Tribunais eclesiásticos e nas Cúrias diocesanas e retomar o ensino de modo a criar uma Licenciatura em Direito Canónico.

*Nos anos letivos de 1991-1992 e de 1992-1993*, realizaram-se na Faculdade de Teologia, em Lisboa, no âmbito do currículo dos estudos de Teologia, dois seminários na temática do Direito Canónico. Assim: no ano letivo de 1991/1992 – 1.º semestre, sobre *A Concordata de 1940*, pelo Prof. Doutor Samuel Rodrigues;

no 2.º semestre, sobre *Direitos fundamentais e comunhão eclesial*, pelo Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes; no ano letivo de 1992/1993 – 1.º semestre, sobre *Vocações na Igreja: especificidade e estatuto*, pelo Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes; no 2.º semestre, sobre *A Concordata de 1940*, pelo Prof. Doutor Samuel Rodrigues. Os alunos do 2.º semestre de 1991/1992 apresentaram trabalhos sobre diversos temas inseridos nos “Direitos fundamentais e comunhão eclesial”.

A partir do ano letivo de 1993-1994, por decisão aprovada em reunião do respetivo Conselho Científico de 21 de junho de 1993, os estudantes do 5.º ano de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no Porto, passaram a poder inscrever-se numa disciplina semestral de *Direito Canónico*, atendendo à necessidade de os licenciados em Direito pela UCP possuírem conhecimentos de Direito Canónico, principalmente de *Direito Matrimonial*. Logo no primeiro ano houve 12 alunos inscritos, número que aumentou nos anos seguintes. A disciplina, dividida em duas partes, era lecionada: *Direito Canónico fundamental*, pelo Doutor Alfredo Leite Soares; *Direito Matrimonial canónico*, pelo Doutor Manuel de Pinho Ferreira.

### 1.1. Criação do Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC)

Em 6 de junho de 1986, o Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa (UCP) decide criar o Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC). No entanto, o CEDC só entra em funções após o Despacho n.º 20/89, de 19 de dezembro, do Diretor da Faculdade de Teologia, Prof. Doutor Manuel Isidro Araújo Alves, que nomeia a Comissão Instaladora com a seguinte constituição: Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes (Presidente), Prof. Doutor António Maria Meireles Leite de Castro e Prof. Doutor Samuel Saúl Rodrigues.

A criação do Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) veio dar corpo ao grande desejo dos canonistas portugueses e foi considerada “um primeiro passo no sentido de incrementar o Direito Canónico”.

Integrado, para efeitos administrativos e de coordenação, no Instituto de Coordenação da Investigação Científica (ICIC) e dependente da Faculdade de Teologia, no que respeita aos planos de atividade científica e ao destacamento de pessoal, era necessário angariar apoios para publicações e bibliografia da área, fazer contactos com instituições jurídico-canónicas nacionais e estrangeiras, etc. Referiremos apenas algumas instituições estrangeiras com as quais o CEDC contactou, para troca de informações sobre publicações, congressos, simpósios, etc.: Universidad de la Laguna, Departamento de Derecho Canonico; Universität Regensburg; Diocesi di Lugano; Institut Européen des relations eglise-etat

– Paris; Universidad Pontificia de Salamanca; Universitat Potsdam; Pontificia Universtà della Santa Croce, Facoltà di diritto canonico; Societe Internationale droit canon, Paris; IUS CANONICUM, Serviço de Publicações da Universidade de Navarra, Pamplona, Espanha; Societe Internationale droit canon, Paris.

*Em 14 de novembro de 1989*, o Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes apresenta um “plano de atividades” para o ano letivo há pouco iniciado, com 9 pontos, para ser presente na sessão do dia 17 de novembro de 1989 do Conselho Científico da Faculdade de Teologia. Os dois primeiros pontos do plano eram: 1. Contactar todos os canonistas portugueses (trabalho em curso); e 2. Encontro nacional de canonistas em 1990 em ordem à fundação de uma Associação de Canonistas Portugueses.

Entre os canonistas tinha começado a emergir um movimento de se associarem e elaborarem entre si uns estatutos, contando com o apoio da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP). Neste contexto, encontravam-se na CEP o Arcebispo de Braga D. Eurico Dias Nogueira, e o Bispo-Coadjutor de Leiria-Fátima D. Serafim Ferreira e Silva, ambos canonistas, que viam com bons olhos este projeto nascente de cultivar o interesse pelo Direito Canónico. Para já, o CEDC funcionaria como organismo de consulta e de apoio no campo canonístico e do direito eclesiástico. Nada impedia que no futuro evoluísse para um Instituto de Direito Canónico.

*Em 10 de janeiro de 1990*, o Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, na sua qualidade de presidente da Comissão Instaladora do CEDC, envia uma carta a convocar os canonistas e pessoas que trabalhavam em tribunais eclesiásticos, em cúrias diocesanas e de institutos religiosos, para uma reunião marcada para 23 de fevereiro de 1990, em Fátima, anexando a agenda de trabalhos, uma ficha de inscrição, o projeto de estatutos de uma associação portuguesa de canonistas, elaborado pelo Doutor António Leite, e a lista dos inscritos.

*Em 23 de fevereiro de 1990*, realiza-se a reunião de 40 canonistas, em Fátima, presidida por D. Eurico Dias Nogueira e com a presença de D. Serafim Ferreira e Silva e inicial de D. Maurílio de Gouveia, Arcebispo de Évora. Achou-se oportuno continuar com os contactos a nível de canonistas, fundar uma associação própria, realizar semanas de estudo, incentivar o estudo do Direito canónico e eclesiástico. Procedeu-se também a eleições para a Assembleia Geral (D. Eurico, Mons. Leal Pedrosa, Prof. Doutor Samuel Rodrigues) e para a Direção (Prof. Doutor António Leite, Prof. Doutor Saturino Gomes, Doutor José António Marques, Doutor Miguel Falcão, Dr. Eugénio de Oliveira e Pinho, Doutor João Seabra, Doutor Silvestre Ourives). Estes órgãos, com o mandato de um ano, tinham a missão específica de ultimar os estatutos e organizar uma semana de estudos para comemorar os 50 anos da Concordata entre Portugal e a Santa Sé

assinada em 7 de maio de 1940. A Assembleia propôs que a sede da Associação funcionasse no edifício central da UCP, caso viesse a ser permitido pelo seu Reitor.

Esta reunião marca o início da Associação Portuguesa de Canonistas (APC), uma associação privada de fiéis, com personalidade jurídica canónica e civil, que cultiva e promove o estudo e a aplicação do Direito Canónico. Os seus Estatutos, elaborados pelos sócios fundadores, foram aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), em 9 de abril de 1991, que veio a conceder à APC a personalidade jurídica canónica, em 30 de abril de 1991. Por simples comunicação da CEP ao Governador Civil de Lisboa, em 2 de outubro de 1991, a APC passou a ter também personalidade jurídica civil, de acordo com a então vigente Concordata de 1940 (art. III). Eleita a Direção, dela faziam parte alguns membros do CEDC.

Havia que estabelecer a melhor colaboração entre as duas instituições canonísticas e garantir a respetiva autonomia. São instituições com natureza diferente: o CEDC de ordem académica e de investigação; a APC como associação de canonistas para fins sociais e culturais no âmbito da sua área temática. Não impede que haja uma colaboração estreita entre estas duas estruturas. Foi redigido um Protocolo para especificar os campos de colaboração que é assinado em Lisboa, em 30 de abril de 1991, pelo Diretor do Centro de Estudos de Direito Canónico, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, e o Presidente da Associação Portuguesa de Canonistas, Cón. Doutor José António Marques. Assina ainda o Protocolo D. José da Cruz Policarpo, na qualidade de Reitor da Universidade Católica Portuguesa, à qual pertence o CEDC.

No âmbito desse Protocolo, a Associação Portuguesa de Canonistas, que tem a sua sede nas instalações do CEDC, na sede central da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, colaborou na comemoração dos 50 anos da Concordata (1990), nas Jornadas de Direito Canónico e na redação do Boletim *Forum Canonicum*.

*Em 10 de março de 1993*, por Despacho NR-32/93 do Reitor da Universidade Católica Portuguesa, D. José da Cruz Policarpo, é nomeada a Direção do CEDC para o triénio de 1993-1996: Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes (diretor), Prof. Doutor Samuel Rodrigues (vogal), Doutor Alfredo Leite Soares (vogal). O mandato da Direção é de três anos.

*Em 15 de maio de 1993*, a Assembleia Geral da APC procede à nomeação dos seus primeiros sócios honorários, por proposta da Direção: D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo-Primaz de Braga, grande impulsionador do estudo do Direito Canónico no nosso País e da constituição da Associação Portuguesa de Canonistas, da qual foi o primeiro Presidente da Mesa da Assembleia Geral;

e o Prof. Doutor António Leite, SJ, insigne canonista e professor emérito de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa, primeiro Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Canonistas. A Assembleia fez questão de salientar que se tratava de distinguir e honrar estes seus dois sócios fundadores, continuando eles com todos os direitos de sócios efetivos.

*Em 12 de novembro de 1998*, é aprovado pelo Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Isidro de Araújo Alves, o Regulamento do Centro de Estudos de Direito Canónico, onde constam os seus fins: a) *Promover o estudo e o cultivo do direito canónico e eclesiástico em Portugal*; b) *Organizar jornadas de estudo, colóquios, seminários na área do direito canónico*; c) *Promover a investigação e a publicação de trabalhos com interesse científico*; d) *Editar um Boletim/Revista de estudos*; e) *Fornecer pareceres jurídico-canónicos às instituições eclesiais*; f) *Proceder à recolha sistemática de documentação e bibliografia jurídico-canónica e divulgá-la junto do público*. Para garantir a prossecução dos seus fins, o CEDC procurará desenvolver, entre outros, os seguintes âmbitos temáticos: a) *História do direito canónico*; b) *Instituições eclesiais portuguesas*; c) *Relações Igreja-Estado*; d) *Temas de interesse jurídico-canónico* (art. 2.º).

São órgãos do CEDC o Diretor, o Conselho de Direção e o Conselho Consultivo (art. 6.º).

Do Conselho de Direção poderá fazer parte um membro da Direção da Associação Portuguesa de Canonistas, designado pela Associação e confirmado pelo Reitor (art. 8.º, n.º 5).

A interpretação das normas deste Regulamento e as clarificações que se mostrem necessárias devido a eventuais lacunas e omissões são da competência da Direção do CEDC, devidamente homologadas pelo Reitor (art. 17.º).

*Em 24 de março de 1999*, pelo Despacho NR-45/99, o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Isidro Araújo Alves, sob proposta do Diretor do Centro de Estudos de Direito Canónico, Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, nomeia os seguintes vogais do Conselho de Direção: Prof. Doutor Samuel Saúl Rodrigues, Doutor Manuel Fernando Sousa e Silva e Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira.

*Em 28 de janeiro de 2000*, ao abrigo do art. 8.º do Regulamento do CEDC, o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Isidro Araújo Alves, por seu Despacho NR-008/2000, nomeia para o Conselho de Direção do CEDC, sob proposta do Diretor, o Juiz Conselheiro Dr. José Joaquim Almeida Lopes designado pela Associação Portuguesa de Canonistas. O Doutor Miguel Falcão, da Direção da APC, continuou a colaborar com o Doutor Manuel Saturino Gomes na redação do Boletim *Forum Canonicum*, promovendo a colaboração dos sócios da APC.

Constituíam o Conselho Consultivo do CEDC: Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes (presidente), Prof. Doutor Samuel Rodrigues, Juiz

Conselheiro Dr. José de Almeida Lopes, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Doutor Miguel Falcão, Doutor Alfredo de Melo, Doutor Manuel Fernando Sousa e Silva, Doutor José António Gomes da Silva Marques, Doutor António Costa Marques, Doutor Joaquim de Assunção Ferreira, Doutor Alfredo Almeida Soares.

Os investigadores do CEDC eram especialistas em direito canónico e direito concordatário, sendo alguns deles professores na Universidade Católica Portuguesa: Doutores Agostinho Almeida Alves, Alfredo Leite Soares, António Leite, D. Eurico Dias Nogueira, José António Silva Marques, João Seabra, Manuel Alves Lourenço, Manuel Saturino Gomes, Mário Bigotte Chorão, Miguel Falcão, Orlando Leitão, Samuel Rodrigues, Silvestre Ourives Marques.

Como Colaboradores, o CEDC podia convidar pessoas habilitadas em Direito Canónico e/ou Civil (art. 11.º do Regulamento). Entre outros, lembramos: Juiz Conselheiro Almeida Lopes (Porto), Dr. Manuel João dos Santos Cartaxo (Guarda), Doutor Alfredo Almeida Melo (Viseu), Dr. Tarcísio Fernandes Alves, Monsenhor Dr. Joaquim António da Costa Vilar (Viana do Castelo), Monsenhor Dr. Sebastião Pires Ferreira (Viana do Castelo), Dr. José Gomes de Sousa (Viana do Castelo), Dr. Alfredo Ferreira Dionísio (Coimbra).

Entretanto, em ordem à obtenção de financiamento, o CEDC inicia um processo de candidatura a Unidade de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), dando a UCP, na qualidade de Instituição de acolhimento, todo o apoio às suas atividades.

Em 5 de fevereiro de 2002, pelo Despacho NR-022/2002 do Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, homologado pelo Magno Chanceler, D. José da Cruz Policarpo, em 13 de fevereiro de 2002, é reconduzido no cargo de Diretor do Centro de Estudos de Direito Canónico o Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes.

Entretanto, o Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes começa a pensar em transformar o Boletim *Forum Canonicum* em Revista. E, apesar das dificuldades, foi-se desenvolvendo o sonho de criar em Portugal a licenciatura em Direito Canónico. Através do CEDC, a UCP começa a estudar essa possibilidade, de acordo com a nova estrutura do Curso, em dois Ciclos: Ciclo I, correspondente à preparação filosófica e teológica; e Ciclo II, correspondente ao estudo específico do Direito Canónico.

Em 26 de março de 2002, pelo Despacho NR-48/2002 do Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, são nomeados os seguintes vogais do Conselho de Direção do CEDC, sob proposta do Diretor Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes: Prof. Doutor Samuel Saúl

Rodrigues, Doutor Manuel Fernando de Sousa e Silva, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira e Conselheiro Dr. José Joaquim Almeida Lopes.

*Em 30 de junho de 2003*, o Reitor da UCP, Prof. Manuel Braga da Cruz, convida o CEDC a avançar com uma proposta de criação do Instituto Superior de Direito Canónico a submeter à aprovação do Conselho Superior, com os respetivos Estatutos, bem como com uma proposta de lançamento de uma licenciatura em Direito Canónico, com o respetivo enquadramento institucional, plano de estudos, modelo de funcionamento, corpo docente e plano de viabilidade orçamental.

## **1.2. Criação do Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC)**

*Em 7 de novembro de 2003*, o Conselho Superior da UCP aprova a transformação do CEDC em Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC), com a possibilidade de conceder a licenciatura em Direito Canónico.

A Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), na 154.<sup>a</sup> Assembleia Plenária, realizada de 10 a 13 de novembro de 2003, tomou conhecimento do dinamismo e da projeção da Universidade Católica Portuguesa, bem como dos seus projetos de futuro, a partir da informação prestada pelo Magnífico Reitor, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz. Lê-se no comunicado final dessa Assembleia Plenária da CEP: “Congratulou-se particularmente com a criação do Instituto Superior de Direito Canónico, que proporciona a Licenciatura nesta área. Tal iniciativa constitui uma fonte de qualificação que muito poderá contribuir para a eficácia do trabalho das cúrias diocesanas e nos tribunais eclesiais.”

*Em 21 de dezembro de 2004*, a Congregação para a Educação Católica, considerando o pedido do Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa e tendo em vista o consentimento da Conferência Episcopal Portuguesa, por seu Decreto (Anexo I ao Prot. n.º 531/2004) “erige academicamente e declara ereto o Instituto Superior de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa, com sede em Lisboa, que consta do primeiro e segundo ciclo, dando-lhe poder de conferir o grau académico de Licenciatura segundo a lei académica vigente da Igreja”. *Por decreto da mesma data*, a Congregação para a Educação Católica aprova os Estatutos do Instituto Superior de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa provisoriamente por 5 anos. Também *por decreto de 21 de dezembro de 2004*, do Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, D. José da Cruz Policarpo (Decreto MC-13/2004), é nomeado Diretor do Instituto Superior de Direito Canónico o Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, professor associado da Faculdade de Teologia da UCP, que presidia ao Conselho de Direção.

Em 20 de janeiro de 2005, por Decreto MC-1/2005 do Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, Cardeal D. José da Cruz Policarpo, é proclamada a criação do Instituto Superior de Direito Canónico e são promulgados os seus Estatutos.

O Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) é, pois, uma instituição académica da Universidade Católica Portuguesa, erigida canonicamente *ad instar Facultatis* pela Santa Sé com a faculdade de conceder o grau académico referente à licenciatura em Direito Canónico, que tem como finalidade cultivar a ciência canónica dentro do mistério da Igreja e formar canonistas qualificados para a investigação, o ensino e a aplicação do direito canónico segundo a tradição viva da Igreja.

O ISDC rege-se pela Constituição Apostólica *Sapientia Christiana* de João Paulo II, pelo Decreto *Novo Codice*, pelo Código de Direito Canónico, pelos Estatutos da Universidade Católica Portuguesa, pelos seus próprios Estatutos, aprovados pela Santa Sé em 21 de dezembro 2004, e depois revistos a 10 de janeiro de 2012, e demais legislação aplicável.

São órgãos do Instituto Superior de Direito Canónico: o Diretor, o Conselho de Direção e o Conselho Científico.

Em 31 de março de 2005, pelo Despacho NR-N062/2005 do Reitor Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, homologado pelo Cardeal-Patriarca D. José da Cruz Policarpo, em 4 de abril de 2005, são nomeados para o Conselho de Direção do ISDC, por proposta do Diretor, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, os seguintes membros: Prof. Doutor Samuel Saúl Rodrigues, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira e Doutor Silvestre Ourives Marques.

Em 22 de março de 2007, o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, envia ao Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, cópia do seu Despacho NR/C/0114/2007 que aprova o Regulamento da Licenciatura em Direito Canónico.

Com a transformação do CEDC em ISDC, o protocolo de colaboração com a APC foi objeto de revisão.

Em 23 de março de 2007, o Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, envia ao Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, a proposta do novo Protocolo de colaboração do Instituto com a Associação Portuguesa de Canonistas e pede autorização para assinar o documento. Por seu Despacho de 30 de março de 2007, o Reitor concordou.

O novo Protocolo foi assinado em 23 de abril de 2007, no início das XV Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico, sobre *O Direito Concordatário*, em Lisboa. Manteve-se a colaboração nas Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo ISDC e na redação

da revista *Forum Canonicum*. Os sócios da APC passaram a assumir a respetiva assinatura da revista. A sede da APC mantém-se nas instalações do ISDC, no edifício da Biblioteca Universitária João Paulo II, 5.º piso, 1649-023 Lisboa.

De acordo com o novo Protocolo ISDC/APC, o Prof. Doutor Samuel Rodrigues é o elemento de ligação entre as duas Direções, procurando que, com as informações oportunas, se continue a fomentar uma colaboração mútua, mantendo a autonomia de cada uma das instituições. Esta colaboração tem-se verificado quer pela participação das Jornadas de Fátima, organizadas pelo ISDC, quer na colaboração na revista *Forum Canonicum* – em estudos, notas, recensões, etc.

*Em 7 de maio de 2007*, é apresentada a lista para a constituição do Conselho Científico já sem o nome do Doutor Mário Rui de Oliveira que ia trabalhar para o Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica em Roma. É composto pelos seguintes membros: Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes (Presidente), Prof. Doutor Samuel Rodrigues, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Doutor Silvestre Ourives Marques, Doutor Alfredo Leite Soares, Doutor Ricardo José Alves Ferreira, Prof. Dr. Mário Emílio Bigotte Chorão.

*Em 18 de setembro de 2008*, pelo Despacho NR/N/0314/2008, o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 4 do artigo 24.º dos Estatutos da UCP e sob proposta do Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, nomeia para o Conselho de Direção, nos termos do art. 10.º do Regulamento do mesmo Instituto, os seguintes membros: Prof. Doutor Samuel Saúl Rodrigues, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira e Doutor Ricardo Jorge Alves Ferreira. Este Despacho foi homologado pelo Magno Chanceler D. José da Cruz Policarpo.

*Em 28 de julho de 2011*, toma posse como Diretor do Instituto Superior de Direito Canónico o Cónego Doutor João Maria Félix da Costa Seabra. A posse foi conferida pelo Magnífico Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz.

O Reitor agradeceu ao Diretor cessante, Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, os relevantes serviços prestados à Universidade e à Igreja nos anos da sua responsabilidade, primeiro pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, desde 2004 pelo Instituto Superior de Direito Canónico, e augurou ao novo Diretor um mandato fecundo.

O Doutor João Seabra associou-se ao testemunho de homenagem ao seu predecessor e comprometeu-se a dar início a um novo curso de licenciatura em Direito Canónico.

*Em 6 de junho de 2012*, pelo Despacho NR/N/0603/2012, o Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 4 do

artigo 24.º dos Estatutos da UCP e sob proposta do Diretor do ISDC, Cónego Doutor João Seabra, nomeia para o Conselho de Direção, nos termos do art. 10.º do Regulamento do mesmo Instituto, os seguintes membros: Doutor Ricardo Jorge Alves Ferreira e Doutor Ricardo Jorge da Silva Cardoso. Este Despacho foi homologado pelo Magno Chanceler D. José da Cruz Policarpo, em 26 de junho de 2012.

*Em julho de 2013*, de acordo com o Protocolo ISDC/APC, o Doutor Joaquim de Assunção Ferreira, Presidente da APC, sucede ao Prof. Doutor Samuel Rodrigues como elemento de ligação entre as duas Direções, procurando, com as informações oportunas, que se continue a fomentar uma colaboração mútua, mantendo a autonomia de cada uma das instituições.

Essa colaboração tem-se verificado na Revista *Forum Canonicum* – em estudos, notas, recensões, etc.

*Em 8 de janeiro de 2014*, pelo Despacho NR/N0040/2014 da Reitora da Universidade Católica Portuguesa Prof. Doutora Maria da Glória Garcia, homologado pelo Magno Chanceler D. Manuel Clemente, em 15 de janeiro de 2014, é nomeado o Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes para o Conselho de Direção do ISDC, em substituição do Doutor Ricardo Jorge Alves Ferreira, por proposta do Diretor Cón. Doutor João Seabra.

*Em 5 de Outubro de 2015*, o Conselho de Direção do ISDC que tinha a seguinte composição: Doutor João Seabra, Doutor Ricardo Ferreira, Doutor Silvestre Ourives e o Secretário do ISDC.

## **2. Atividades do CEDC e do ISDC**

O Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC), criado no âmbito da Universidade Católica Portuguesa, pelo Conselho Superior da Universidade Católica a 6 de junho de 1986, iniciou funções a partir do Despacho n.º 20/89 do Diretor da Faculdade de Teologia, Prof. Doutor Manuel Isidro de Araújo Alves, de 19 de dezembro de 1989, que nomeia a Comissão Instaladora.

A partir dessa data, desenvolveu as suas atividades de formação através de cursos livres, de pós-graduação e seminários em Direito Matrimonial Canónico e organizando diversas reuniões científicas (Jornadas de Direito Canónico, Congressos, Seminários e Conferências, colóquios, debates...) no âmbito do direito canónico, do direito concordatário e do direito eclesástico; prestou assessoria a instituições eclesiais e civis; criou uma página ([www.ucp.pt/cedc](http://www.ucp.pt/cedc)) onde divulgou as suas publicações e as suas atividades formativas; desenvolveu projetos de investigação e deu apoio institucional e científico a bolseiros estrangeiros no âmbito da colaboração internacional que foi estabelecendo; integrou como

membros os docentes e investigadores de outras Faculdades e Universidades e instituições que se dedicam ao estudo do Direito Canónico; recolheu bibliografia; assumiu o projeto de organização e compilação da legislação eclesiástica do Estado.

No dia 6 de junho de 1991, na sede central da Universidade Católica Portuguesa teve lugar uma Homenagem ao Doutor António Leite, SJ, professor ordinário jubilado da Faculdade de Teologia e grande canonista, por ocasião dos seus 80 anos. É por demais conhecida a sua intensa atividade na área jurídico-canónica: ensino do direito canónico, serviço no Tribunal Patriarcal de Lisboa, publicação de artigos e obras, emissão de pareceres, etc. Do programa constou o seguinte: palavras do Magnífico Reitor da UCP, D. José da Cruz Policarpo, perfil do homenageado, *lectio* do Prof. Doutor António Leite, entrega de uma medalha comemorativa, almoço. Ao ato associaram-se professores, alunos, amigos e seus confrades jesuítas, a direção da Faculdade de Teologia e da Faculdade de Direito da UCP. O Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) congratulou-se com esta justa homenagem ao membro da sua Comissão Instaladora e também sócio fundador da APC.

Com a ereção canónica do Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) como um Instituto Superior eclesiástico *ad instar Facultatis* e a entrada em vigor dos seus Estatutos, o Instituto não só deu continuidade às atividades que vinha desenvolvendo ainda como Centro de Estudos, mas também deu início à promoção dos cursos de Licenciatura em Direito Canónico. Foi necessário alargar a disponibilidade do Secretariado.

Em 2 de fevereiro de 2008, no âmbito do projeto de estatística dos tribunais eclesiásticos, o Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino, enviou a todas as Dioceses do País a carta ISDC/064/2008, a fim de recolher informação sobre os processos entrados no Tribunal eclesiástico e da correspondente solução (tempo empregue, sentença favorável ou desfavorável), com vista à elaboração de uma base de dados relativos à Administração da justiça eclesiástica em Portugal: “Será uma maneira de informarmos a Igreja e outros sectores interessados no assunto.” Em março de 2008, enviaram dados estatísticos os Tribunais eclesiásticos de Aveiro, Coimbra e Angra.

### 2.1. Cursos de Formação

Em 1994, promovido pelo Centro de Estudos de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa, realizou-se, pela primeira vez em Portugal desde há muitos anos, um *Curso de Direito Matrimonial Canónico na UCP*, destinado a licenciados em Direito Civil, com o objetivo de lhes dar formação sobre

o matrimónio no campo da legislação da Igreja Católica. A primeira parte do Curso, lecionada em abril-maio, ocupou-se do Direito Matrimonial: impedimentos, consentimento matrimonial, celebração do matrimónio. Contou com a colaboração dos Doutores Alfredo Leite Soares e Manuel Alves Lourenço e dos Professores Doutores Samuel Rodrigues e Manuel Saturino Gomes. A segunda parte do Curso, lecionada em novembro, incidiu sobre o Direito Processual e contou com a colaboração do Prof. Doutor Samuel Rodrigues e do Secretário do Tribunal Patriarcal de Lisboa, Dr. João Trindade. Na terceira parte do Curso realizaram-se sessões para discussão individualizada dos capítulos de nulidade matrimonial.

Os 18 participantes no Curso eram licenciados nas Faculdades de Direito da Universidade Católica Portuguesa (10), da Universidade de Lisboa (5), da Universidade Lusíada (2), da Universidade de Coimbra (1), com licenciaturas obtidas entre os anos de 1962 e de 1993, sendo na sua grande maioria (15) licenciados desde 1984.

*Em 2003*, o Centro de Estudos de Direito Canónico da UCP elaborou o programa de *Formação Permanente do Clero* da Diocese de Leiria-Fátima sob o tema *Relações Igreja-Estado*. O Curso decorreu em dois turnos: 19 a 22 de janeiro de 2004 e 2 a 5 de fevereiro de 2004. Os oradores eram professores da Universidade Católica Portuguesa e de outras instituições universitárias e eclesiais.

*De março a junho de 2007*, decorreu, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, o Curso de *Administração Paroquial*, organizado pelo Instituto Superior de Direito Canónico, destinado a Agentes de pastoral, Consagrados, Centros sociais e paroquiais. O Curso, com sessões em dois dias por semana, teve quatro módulos: I – Introdução ao Direito Canónico; II – Organização eclesial; III – Sacramentos; IV – Administração e gestão dos bens da Igreja.

A leção dos quatro módulos decorreu nos meses de março a junho de 2007, seguida da respetiva avaliação.

*De 4 a 6 de setembro de 2014*, realizou-se o Curso de Direito Canónico *A dez anos da Concordata de 2004*, organizado pela Associação Portuguesa de Canonistas, em conjunto com o Instituto Superior de Direito Canónico, em Fátima. Houve cerca de 70 participantes. Participaram neste Curso dois canonistas representantes da Sociedade Brasileira de Canonistas e um da recém-criada Associação Angolana de Canonistas. Foram proferidas as seguintes Conferências: *O veto: o art 251 da Dignitas connubii e a sua harmonização com a disciplina do CIC 83*, pelo Mons. Doutor Carlos Morán Bustos, Decano do Tribunal da Rota da Nunciatura Espanhola; *Uma Concordata de cooperação, dez anos depois. Notas de atualização*, pelo Doutor Paulo Pulido Adragão, professor associado da Faculdade

de Direito da Universidade do Porto; *A legislação patrimonial da Igreja Católica na Concordata de 2004*, pelo Cón. Dr. Álvaro Bizarro, Ecónomo do Patriarcado de Lisboa; *Assistência religiosa em situações especiais: Forças Armadas, prisões e hospitais*, pelo Doutor Miguel Lopes Raimundo, Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; *Concordata, Liberdade Religiosa e Nova Evangelização*, pelo Cón. Doutor João Seabra, Diretor do Instituto Superior de Direito Canónico da UCP.

## 2.2. Cursos de Pós-Graduação

No ano letivo de 2002-2003, decorreram simultaneamente em Braga e em Lisboa, entre outubro e junho, cursos de Pós-Graduação em *Direito Matrimonial Canónico*.

Condições de acesso: licenciados em Teologia, Direito Civil e áreas humanísticas.

Em Braga inscreveram-se 17 alunos, 3 dos quais não acompanharam o curso na sua totalidade. Foram lecionadas 156 horas, pelos Doutores Silva Marques, Fernando Sousa e Silva, D. Eurico Nogueira, Alfredo Leite Soares e Samuel Rodrigues, distribuídas por 5 módulos: Introdução ao Direito Canónico; Consentimento matrimonial; Causas de nulidade e impedimentos; Processo matrimonial; e Direito comparado.

Em Lisboa inscreveram-se 7 alunos; outros 2 inscreveram-se para as sessões de Jurisprudência matrimonial (curso teórico-prático). A carga horária foi de 157 horas, lecionadas pelos Doutores Samuel Rodrigues (coordenador do Curso), Manuel Lourenço, Saturino Gomes, Mons. García Faílde, Dulce Sousa, Ricardo Ferreira e João Trindade, e agrupadas nos seguintes módulos: Introdução ao Direito Canónico; Matrimónio; Impedimentos e convalidação; Tribunais eclesiásticos; Consentimento; Forma canónica; Processos matrimoniais; Anomalias do foro psíquico; Jurisprudência matrimonial; e Itinerário do processo matrimonial.

Em ambos os Cursos houve cursos monográficos, teórico-práticos e à maneira de seminário.

Quanto aos participantes (que, em geral, tiveram palavras de apreço por esta iniciativa), alguns já trabalhavam em Tribunais eclesiásticos, outros manifestaram-se disponíveis e até interessados em vir a trabalhar neles.

No ano letivo de 2007-2008, realizou-se na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, uma nova Pós-Graduação em *Direito Matrimonial Canónico* organizado pelo Instituto Superior de Direito Canónico para Licenciados em Direito. O Prof. Doutor Samuel Rodrigues havia feito diligências para

implementação de um Mestrado em Direito Matrimonial Canónico que terminaram infrutíferas.

Dos 23 alunos inscritos, 4 não eram licenciados em Direito Civil e 3 frequentaram o Curso como ouvintes. Os alunos provinham das dioceses de Lisboa, Algarve, Leiria, Santarém e um sacerdote da Guiné-Bissau.

O Curso teve início em 28 de setembro de 2007. Ao longo do ano letivo de 2007/2008, foram ministradas as seguintes unidades curriculares: Introdução ao Direito Canónico; Matrimónio Canónico; Direito Processual Canónico; Jurisprudência Canónica; Questões de Psiquiatria.

A componente letiva terminou em junho de 2008 com 20 alunos que o frequentaram com assiduidade e aproveitamento. A avaliação dos vários trabalhos escritos sobre os capítulos de nulidade (sentenças de Juiz, alegações de Advogado e advertências de Defensor do Vínculo) terminou em setembro.

Vários desses alunos foram colocados nos Tribunais eclesiásticos das suas Dioceses.

*De 6 de outubro de 2009 a 26 de fevereiro de 2010*, o Instituto Superior de Direito Canónico organizou uma Pós-Graduação em *Jurisprudência Canónica*, com a duração de um semestre, destinada sobretudo a licenciados em Direito Canónico e a pessoas que trabalham nos Tribunais eclesiásticos. Os juristas interessados poderiam ser admitidos como ouvintes.

O Curso constou de duas partes: Estudo e análise de processos de nulidade matrimonial; Legislação para os processos de beatificação e canonização.

Inscreveram-se 19 alunos todos eles oriundos da Licenciatura em Direito Canónico. Dois alunos fizeram apenas um módulo. Um desistiu. Terminaram o Curso 16 alunos.

*No ano letivo de 2014-2015*, realizou-se uma nova Pós-Graduação em *Direito Matrimonial Canónico*, no polo regional de Braga da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Começou em outubro de 2014 e terminou em julho de 2015. Os espaços letivos tinham lugar na sexta-feira à tarde (18h00-20h00) e sábado de manhã (9h00-13h00) e eram preenchidos pela exposição doutrinal seguida da intervenção dos participantes para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento doutrinal.

A Pós-Graduação dirigia-se a licenciados (ou equivalente) em Direito ou em Teologia. Os objetivos deste Curso era fornecer conhecimentos básicos de Direito Canónico, que permitam acompanhar ou encaminhar processos jurídicos canónicos relacionados com o matrimónio, nomeadamente no âmbito da eventual nulidade.

O plano de estudos, num total de 156 horas letivas, abordou as seguintes áreas: Introdução ao Direito Canónico (6h); O consentimento matrimonial

(24h); Dispensa Pontifícia do vínculo matrimonial (4h); A nulidade matrimonial (62h); O processo declarativo de nulidade de matrimónio (48h); Direito concordatário (12h).

Coordenadora do Curso – Irmã Doutora Federica Dotti. Outros docentes: Mons. Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, Mons. Doutor Mário Rui de Oliveira, Cón. Doutor Manuel Fernando de Sousa e Silva, Doutora Elisa Maria Rodrigues de Araújo e Dr.<sup>a</sup> Catarina Alexandra Salgado Gonçalves.

Abriram o Curso 14 participantes, 10 dos quais eram leigos, entre juizes e advogados. Embora alguns, por impedimentos inesperados, não tenham podido concluir a promoção, ela foi seguida com todo o interesse, alegria e amizade. Antes do Natal, houve um almoço de confraternização entre professores e alunos.

### **2.3. Cursos de Licenciatura em Direito Canónico**

Hoje, podemos afirmar que mais de três dezenas de alunos frequentaram e quase todos concluíram a sua Licenciatura no Instituto Superior de Direito Canónico, exercendo funções quer na lecionação quer no serviço de juizes, notários, defensores do vínculo em tribunais eclesiásticos, ou outros ofícios nas suas Dioceses ou Congregações religiosas.

Em boa hora a Universidade Católica Portuguesa tornou possível a existência e o funcionamento do Instituto Superior de Direito Canónico. Com a ereção canónica do Instituto Superior de Direito Canónico, por Decreto da Congregação para a Educação Católica, de 21 de dezembro de 2004, como um Instituto Superior eclesiástico *ad instar Facultatis*, constituindo uma unidade básica de ensino e investigação da Universidade Católica Portuguesa, abriu-se a possibilidade da lecionação de uma Licenciatura em Direito Canónico em Portugal, para além de poder ministrar cursos académicos de Pós-Graduação. O Regulamento da Licenciatura em Direito Canónico foi aprovado pelo Despacho NR/C/0114/2007 do Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz.

O Instituto Superior de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa divulgou a notícia no seu *site* oficial: Licenciatura em Direito Canónico – Pela primeira vez em Portugal – [www.isdc.lisboa.ucp.pt](http://www.isdc.lisboa.ucp.pt).

*Saídas profissionais:* Tribunais eclesiásticos, Cúrias diocesanas, Cúrias de Institutos de Vida Consagrada, investigação, assessorias em instituições eclesiais e sociais, ensino, outras.

*Estrutura:* A estrutura do Curso está organizada do seguinte modo:

I Ciclo: 4 semestres – Unidades Curriculares introdutórias à Filosofia, à Teologia e à Língua Latina.

As Unidades Curriculares do I Ciclo podem ser frequentadas numa Faculdade de Teologia, num Instituto Superior de Teologia ou num Seminário Maior. As cadeiras do I Ciclo: *Ontologia; Antropologia Filosófica; Ética; Revelação e Tradição; Propedêutica Bíblica; Mistério de Deus; Cristologia; Antropologia Teológica; Eclesiologia; Sacramentos I; Sacramentos II; Teologia Moral Fundamental; Teologia Moral Pessoal; Direito Canónico; Língua Latina (Introdução).*

II Ciclo: 6 semestres – Unidades Curriculares específicas de Direito Canónico, Direito Civil e Língua Latina.

O Plano de estudos disponibilizado em: [www.isdc.lisboa.ucp.pt](http://www.isdc.lisboa.ucp.pt).

*Podem ser admitidos ao II Ciclo:*

1. Quem tiver completado o currículo filosófico-teológico numa Instituição teológica (Seminário, Faculdade, outra); ou
2. Quem tiver sido avaliado com aproveitamento nas cadeiras do I Ciclo, numa Instituição teológica;
3. Quem, além das condições dos números anteriores, reunir as condições gerais de acesso ao ensino superior.

Não se prevê que o Curso do II Ciclo da Licenciatura em Direito Canónico possa abrir todos os anos. Terá de aguardar um intervalo entre uma e outra promoção, consoante o número de candidatos.

*No ano letivo de 2006/2007*, começa a ser lecionado o II Ciclo, em Lisboa, com a duração de seis semestres, em que são ministradas cadeiras específicas de Direito canónico, Direito civil, Latim, conforme Plano de Estudos que foi publicado. Foi distribuído o Plano das cadeiras para este ano letivo.

*Em 25 de setembro de 2006*, teve início este primeiro curso de licenciatura em Direito Canónico, em seis semestres, inicialmente com 22 alunos provenientes de Portugal, Angola, Moçambique, Ucrânia e República Centro-Africana. Um desistiu do curso no segundo ano.

Os Docentes: Doutor Alfredo Leite Soares, Prof. Doutor Eduardo Baura, Dr. Gonçalo Matias, Doutor João Seabra, Prof. Doutor José Paulo Leite de Abreu, Prof. Doutor Juan José García Faílde, Doutor Manuel Lourenço, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Prof. Dr. Mário Bigotte Chorão, Doutor Mário Rui de Oliveira, Prof. Doutor Pablo Gefaell, Mestre Pedro Braga Falcão, Doutor Ricardo Alves Ferreira, Prof. Doutor Samuel Rodrigues, Doutor Silvestre Ourives Marques.

A Comissão Pedagógica é formada pelo Diretor do ISDC, pelos representantes dos Docentes (Prof. Doutor Samuel Rodrigues e Doutor Ricardo Ferreira) e pelos representantes dos Discentes (Pe. Alberto Gomes e Dr. Norberto Seixas).

No dia 16 de outubro de 2006, realizou-se, no edifício da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, a *Sessão de apresentação da Licenciatura em Direito Canónico* e da Revista *Forum Canonicum*. Presidiu à Sessão solene o Magno Chanceler da UCP, Cardeal-Patriarca D. José da Cruz Policarpo, que se congratulou com o recomeço da Licenciatura no nosso País, depois de ter sido extinta a Faculdade de Cânones na Universidade de Coimbra, há mais de um século. A *lectio sapientiae* foi proferida por D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo emérito de Braga, subordinada ao tema *O ensino do direito canónico em Portugal*. Coube ao Diretor do ISDC, Prof. Doutor Saturino Gomes, apresentar o Vol. I (2006) da nova revista *Forum Canonicum*, editada pelo Instituto, que dá continuidade ao anterior Boletim com o mesmo nome.

Em 11 de outubro de 2007, teve lugar a Sessão solene de abertura do ano letivo de 2007-2008, na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. O Instituto Superior de Direito Canónico inaugurava oficialmente as aulas do 2.º ano da Licenciatura em Direito Canónico, com 20 alunos (1 era aluno ouvinte) e as aulas da Pós-Graduação em Direito Matrimonial Canónico com 23 alunos. A *lectio sapientiae* foi proferida por D. Manuel Monteiro de Castro, Núncio Apostólico em Espanha, sob o tema *O serviço Diplomático da Santa Sé*.

Em novembro de 2007, foi eleita a nova Comissão Pedagógica constituída pelos Professores Doutor Samuel Rodrigues e Doutor Ricardo Ferreira e pelos alunos Pe. Aníbal Vieira e Pe. Hugo dos Santos. Manteve-se o mesmo delegado de turma – o aluno Pe. Alberto Gomes.

A Congregação para a Educação Católica comunicara que autoriza que se possa fazer a transformação da Licenciatura em Direito Canónico para Mestrado Integrado em Direito Canónico, desde que se salvasse o grau canónico. No entanto, o atual Curso prossegue como previsto, podendo, posteriormente, ser reconvertido em Mestrado Integrado, de acordo com a aplicação da Declaração de Bolonha. Para efeitos civis, terá de ser registado na Direção-Geral do Ensino Superior.

No dia 25 de setembro de 2008, teve lugar na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, a sessão solene de abertura das aulas do 3.º e último ano da primeira Licenciatura em Direito Canónico do ISDC. A cerimónia foi presidida pelo Núncio Apostólico em Lisboa, D. Alfio Rapisarda, com a presença do Magnífico Reitor da UCP, do Diretor do ISDC e de professores, alunos e convidados. A *lectio sapientiae* foi proferida pelo Prof. Doutor Alejandro Torres

Gutiérrez, da Universidade Pública de Navarra, Espanha, sob o tema *Relações Igreja-Estado em Espanha*. Na ocasião foram apresentadas algumas novas edições do ISDC pelo Dr. Gonçalo Matias, da Faculdade de Direito da UCP e Docente no ISDC.

*Em 11 de novembro de 2008*, o Conselho de Direção do ISDC aprovou os temas e orientadores indicados para a tese de Licenciatura. A maioria dos inscritos iria aprofundar os temas abordados nos respetivos seminários, sendo orientados pelo Prof. Doutor Manuel Saturino e o Doutor Ricardo Ferreira.

*Em setembro de 2009* terminou o primeiro curso de Licenciatura em Direito Canónico do ISDC, em Lisboa, iniciado três anos antes.

No 1.º ano, 2006/2007, foram 22 os alunos que iniciaram o curso, sendo 1 aluno ouvinte; 2 desistiram em 2006, 1 desistiu em 2007, terminando 19 a leção em 2008/2009. Submeteram-se ao exame final *De universo Codice* 18 alunos, sendo todos aprovados.

*De 28 de setembro a 2 de outubro de 2009*, um grupo representativo dos novos licenciados em Direito Canónico deslocou-se a Roma, acompanhado pelo Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, em peregrinação e visita de estudo a alguns Dicasterios da Cúria Romana (Congregação para a Educação Católica, Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica, Tribunal da Penitenciária Apostólica), tendo estado presentes na audiência geral da quarta-feira com o Papa Bento XVI, no dia 30 de setembro.

*No dia 9 de fevereiro de 2011*, na sede da UCP, teve lugar a cerimónia de entrega de diplomas aos primeiros licenciados em Direito Canónico pelo ISDC. Presidiu ao ato académico o Magnífico Reitor Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz. Presentes o Diretor Prof. Manuel Saturino Gomes, docentes, familiares e amigos dos novos diplomados.

A *lectio sapientiae* foi proferida pelo Cónego Doutor João Seabra, professor do ISDC, sob o tema *Reino Fidelíssimo e República laica: vicissitudes da liberdade religiosa*.

O curso, que decorrerá nos três anos letivos de 2006/2007 a 2008/2009 com alunos procedentes de Portugal, Angola, Moçambique, República Centro-Africana e Ucrânia, foi uma experiência única de universalidade eclesial.

*No ano letivo de 2010/2011*, não houve alunos inscritos para ser lecionada a 2.ª edição do curso de Licenciatura em Direito Canónico, a partir do II Ciclo.

*Para o ano letivo de 2011/2012* havia apenas 8 respostas dos Bispos. O Bispo do Porto D. Manuel Clemente pediu ao Reitor da UCP que o curso se realizasse no Porto e os Bispos da Província Eclesiástica de Braga fizeram o mesmo pedido. O Conselho de Direção do ISDC ficou de se pronunciar sobre o assunto.

*Em 10 de outubro de 2011*, começou a ser lecionado o 2.º Curso do II Ciclo da Licenciatura em Direito Canónico, em Lisboa, depois de uma interrupção de dois anos.

Ingressaram neste Curso do II Ciclo de Estudos um grupo de alunos portugueses, sacerdotes das Dioceses de Lisboa, Coimbra, Vila Real, Guarda e Leiria-Fátima, bem como um grupo de nacionalidade moçambicana (das Dioceses de Maputo, Quelimane e Lichinga) e angolana (da Diocese de Kwito-Bié). Inscritos 13 alunos.

Docentes: Doutor Alfredo Leite Soares, Dr.<sup>a</sup> Inês Quadros, Mestre Joana Arnaut, Doutor João Seabra, Doutor Joaquim de Assunção Ferreira, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Prof. Doutor Nicolás Alvarez de las Asturias, Mestre Nuno Pombo, Mestre Pedro Braga Falcão, Doutor Ricardo Ferreira, Doutor Ricardo Nobre, Prof. Doutor Samuel Rodrigues.

As aulas iniciaram-se sem qualquer cerimónia protocolar de inauguração, pois às dificuldades de vária ordem que se interpuseram no caminho deste novo início pareceu adequado responder com a simplicidade do trabalho académico quotidiano.

Terminaram a tese e foram aprovados no exame final *De universo Codice* 9 alunos.

Não houve candidaturas para o triénio de 2014-2017.

*No ano letivo de 2015-2016*, começou o 3.º Curso de licenciatura em Direito Canónico, em Lisboa.

O Plano de Estudo sofreu algumas alterações na enunciação das cadeiras, em conformidade com a legislação emanada pela Santa Sé. Foi publicado.

Frequentam o Curso 13 alunos, de diversas proveniências: diocesanos, religiosos, do Continente e das antigas colónias de Moçambique e Angola.

Docentes: Dr. Álvaro Bizarro, Doutor Carlos Morán Bustos, Doutor Javier Canosa, Doutor João Seabra, Dr. João Vergamota, Mestre Hugo Cavalcante, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Doutor Miguel Assis Raimundo, Prof. Doutor Nicolás Alvarez de las Asturias, Prof. Doutor Pablo Gefaell, Doutor Pedro Afonso, Doutor Pedro Braga Falcão, Doutor Ricardo Alves Ferreira, Doutor Ricardo Nobre, Prof. Doutor Samuel Rodrigues, Doutor Silvestre Ourives Marques, Doutora Simona Paolini.

## 2.4. Reuniões científicas organizadas pelo CEDC/ISDC

### a) Jornadas de Direito Canónico

As Jornadas de Direito Canónico, promovidas antes pelo CEDC e posteriormente pelo ISDC, sempre têm contado com a participação dos sócios da APC e com convidados especialistas e canonistas estrangeiros. É constituída uma Comissão Científica para a organização das Jornadas, normalmente formada por três membros.

Estas Jornadas pretendem proporcionar um espaço de reflexão interdisciplinar sobre importantes temáticas de Direito canónico e de Direito concordatário.

As Atas das Jornadas têm sido publicadas em Coleção *Lusitania Canonica*, Série A.

*De 25 a 27 de fevereiro de 1991*, comemoraram-se os 50 anos da *Concordata de 1940 celebrada entre Portugal e a Santa Sé (1940-1990)* com a realização de umas Jornadas de Direito Canónico, na sede central da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Os participantes rondaram o bom número de 70-80 pessoas, tendo os diversos temas apresentados pelos oradores suscitado vivo interesse. De registar a presença do Cardeal-Patriarca de Lisboa, do Núncio Apostólico, do Reitor da Universidade Católica Portuguesa, dos Diretores das Faculdades de Teologia e Direito da UCP. A organização esteve a cargo do Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa com a colaboração da Faculdade de Direito da mesma Universidade. A organização conjunta das duas instituições da mesma Universidade permitiu uma visão interdisciplinar que resulta do cruzamento de perspetivas de teólogos e de canonistas com os demais juristas. As conferências destas Jornadas de Estudo nos 50 anos da Concordata e a Alocução de Encerramento das Jornadas, de Mons. Luciano Angeloni, Núncio Apostólico em Portugal, foram publicadas em livro também de homenagem ao Pe. António Leite, SJ, pelos seus 80 anos de vida, em *A Concordata de 1940 Portugal – Santa Sé*, Edições *Didaskalia*, Lisboa, 1993.

*De 7 a 10 de março de 1994*, o Centro de Estudos de Direito Canónico organizou, em Fátima, as II Jornadas de Direito Canónico que dedicou ao tema *Codex Iuris Canonici de 1983: 10 anos de aplicação na Igreja e em Portugal*, para assinalar o 10.º aniversário da entrada em vigor do *Codex Iuris Canonici* de 1983, texto importante para a vida da Igreja. Contou com a participação de 80 a 90 inscritos e a preciosa colaboração de Bispos e de canonistas portugueses. Foi um vasto e diversificado programa. Foram conferencistas: D. Serafim Ferreira da Silva, D. António M.<sup>a</sup> Rouco Varela, Arcebispo de Santiago de Compostela, Doutor Alfredo Leite Soares, Dr. Manuel Cartaxo, Doutor Mateus Cardoso

Peres, Doutor António José da Silva Marques, D. Albino Cleto, Dr. Carlos Lages, Doutor Manuel Alves Lourenço, Prof. Doutor António Leite que foi membro da Comissão Revisora do Código de Direito Canónico; Doutor Fernando de Sousa e Silva, Dr. Silvério Benigno Pires, Doutor Silvestre Ourives Marques, Dr. João Martins Marques, Dr. Sebastião Ferreira, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes.

Presidiu à abertura das Jornadas D. João Alves, Bispo de Coimbra e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) e à sessão de encerramento D. José da Cruz Policarpo, Reitor da Universidade Católica Portuguesa.

*De 23 a 26 de abril de 1995*, realizaram-se, em Fátima, as III Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico sob o tema *Os Sacramentos da Iniciação Cristã*. Participaram cerca de 100 pessoas, muitos dos quais com formação jurídica. As Jornadas assumiram um carácter internacional pela presença de dois sacerdotes de Espanha (um professor em Pamplona e outro em Roma) e outro sacerdote de Nicarágua. Intervieram com excelentes estudos sobre o tema: D. António Marcelino, D. António Monteiro, D. Manuel Madureira Dias, D. Manuel Pelino, Doutor José António Silva Marques, Doutor José Jacinto Farias, Silvério Benigno Pires, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Pedro Ferreira, Doutor Joaquim de Assunção, Doutor Manuel Pinho Ferreira, Doutor Miguel Falcão, Dr. Sebastião Ferreira, João Sousa Mendes, Doutor António Moiteiro, Doutor António Leite, Dr. Néelson Horta.

*De 23 a 26 de abril de 1996*, realizaram-se, em Fátima, as IV Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico dedicadas ao tema *Os Bens Temporais da Igreja*. Sabemos que as vicissitudes históricas do tempo do Liberalismo e da República marcaram profundamente a posse e a manutenção dos bens eclesiais, causando feridas e atritos. Importantes os trabalhos apresentados pelos especialistas: Prof. Doutor Federico Aznar Gil, Dr. Victor Melícias, Dr. Sebastião Pires Ferreira, Dr. Manuel Leal Pedrosa, Dr. Silvério Benigno Pires, Prof. Natália Correia Guedes, Doutor Manuel Lourenço, Doutor Silvestre Ourives Marques, Doutor Manuel Pires, Dr. Eduardo Melo Peixoto, Dr. Tarcísio Alves.

*De 23 a 25 de abril de 1997*, realizaram-se, em Fátima, as V Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, dedicadas ao tema *A Liberdade Religiosa. Realidade e Perspetivas*. Contaram com cerca de 70 participantes. D. João Alves, Bispo de Coimbra e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, deu a conhecer a posição do Episcopado perante o anteprojeto em curso da Lei da Liberdade Religiosa. Os temas tratados em conferências e mesas-redondas estiveram a cargo de especialistas: Doutor David Sampaio Barbosa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, Prof. Dr. Mário

Bigotte Chorão, Dr. Nélson Horta, Doutor Manuel Pires, Prof. Doutor Mariano Sanz-González, Doutor Miguel Falcão, Doutor Pedro Pedroso, Juiz Conselheiro Dr. José Branquinho, Juiz Conselheiro Dr. José Joaquim Almeida Lopes, Prof. Doutor João Antunes Varela, Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva.

*De 22 a 25 de abril de 1998*, realizaram-se, em Fátima, as VI Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico dedicadas ao tema *Deveres e Direitos dos Fiéis na Igreja*, em consonância com o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Participaram cerca de 60 pessoas, entre canonistas, juristas e outros. Registamos a presença do Arcebispo de Braga D. Eurico Dias Nogueira e do Prof. Doutor Valentin Gómez-Iglesias, do Ateneu Pontifício da Santa Cruz (Roma). Na sessão de abertura, falou sobre o tema D. Serafim Ferreira e Silva. Seguiram-se: Doutor Alfredo Leite Soares, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Prof. Doutor José Maria Diaz-Moreno, Dr. Joaquim Vilar, Doutor José António Marques, Dr. Sebastião Ferreira, Dr. João Maria Mendes. Em painel foram debatidos alguns temas com intervenções de: Doutor António Leite Soares, Prof. Doutor José Maria Diaz-Moreno, Doutor Paulo Adragão, Dr. Rui Osório, Dr. José Gomes de Sousa, Dr. Victor Melícias, Dr. José Vaz Serra. Num dos intervalos das Jornadas foi lido um parecer do Doutor António Leite, professor emérito da UCP, acerca do novo anteprojeto da Lei de Liberdade Religiosa. A Conferência de encerramento *Direitos dos fiéis e justiça eclesial* foi proferida pelo Prof. Doutor Samuel Rodrigues.

*De 19 a 21 de abril de 1999*, realizaram-se, em Fátima, as VII Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico subordinadas ao tema *O Sacramento da Penitência – reflexão interdisciplinar*. Participaram cerca de 90 pessoas oriundas de Portugal, Espanha, Brasil, Angola (Arcebispo D. Zacarias, Presidente da Conferência Episcopal), diáconos, leigos, religiosos, padres. Na sessão inaugural, D. António Monteiro, Bispo de Viseu, acentuou a importância do Sacramento na vida da Igreja e a necessidade de uma maior consciencialização entre os católicos. Várias experiências foram partilhadas ao longo dos três dias: o desejo e a vontade de reconciliação, a criatividade a seguir na celebração, a formação criteriosa à luz dos valores evangélicos, o atendimento personalizado, a disponibilidade dos padres, o conhecimento e a aplicação, do Ritual, a ligação entre a confissão dos pecados e a conversão da vida, a necessidade de subsídios (livros, textos, orações) para ajudar os confesores e os penitentes, irregularidades e normalidades na absolvição coletiva sem confissão individual. De destacar uma comunicação do Santuário de Fátima, através do Pe. Luciano Cristino, que relacionou a Mensagem de Fátima com o

Sacramento, expôs a sua pastoral e os meios criados e salientou o aumento de penitentes à Capela da Reconciliação.

*De 1 a 3 de maio de 2000*, realizaram-se, em Fátima, as VIII Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, dedicadas ao tema *O Consentimento Matrimonial*. Conforme o programa, apresentaram estudos: Prof. Doutor Juan José García Faílde, Decano da Rota de Madrid, Doutor José António Silva Marques, Dr.<sup>a</sup> Maria Albertina Santos, Dr.<sup>a</sup> Isabel Maria Pestana Gomes, Doutor Silvestre Ourives Marques, Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Juiz Conselheiro Dr. José Joaquim Almeida Lopes, Prof. Doutor Samuel Rodrigues.

*De 23 a 25 de abril de 2001*, realizaram-se, em Fátima, as IX Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, subordinadas ao tema *Anomalias Psíquicas e sua influência no consentimento matrimonial*. Foi orientador principal o Prof. Doutor Juan José García Faílde, Decano emérito do Tribunal da Rota de Madrid.

*De 24 a 28 de abril de 2002*, realizaram-se, em Fátima, as X Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, subordinadas ao tema *Relações Igreja-Estado em Portugal*. Houve muitas e boas comunicações sobre o tema. Os nomes dos conferencistas: Prof. Doutor Carlos Moreira de Azevedo, Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Juiz Conselheiro Dr. José Joaquim Almeida Lopes, Doutor Paulo Pulido Adragão, Prof. Doutor Manuel Pires, Juiz Conselheiro Dr. José Oliveira Branquinho, Dr. Querubim José Pereira da Silva, Doutor Miguel Falcão, Doutor Manuel Alves Lourenço, D. Eurico Dias Nogueira, Dr.<sup>a</sup> Rosana Corral García, Dr.<sup>a</sup> Susana Mosquera Monelos.

Os temas discutidos nestas Jornadas despertaram grande interesse por parte dos membros das duas Comissões, quer da Santa Sé quer da República Portuguesa, que negociaram a revisão da Concordata.

*De 28 a 30 de abril de 2003*, realizaram-se, em Fátima, as XI Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, dedicadas ao tema *Paróquia, comunidade de fiéis*. As cerca de 90 pessoas inscritas eram oriundas de Portugal e do Brasil, muitas das quais participaram pela primeira vez em Jornadas deste tipo. Na abertura solene usaram da palavra: o Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Diretor do CEDC, entidade organizadora das Jornadas; o Prof. Doutor Carlos Azevedo, Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa; Mons. Leo Cushley, Encarregado de Negócios da Nunciatura que, no impedimento do Núncio Apostólico D. Alfio Rapisarda, leu o seu discurso; D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, Bispo de Leiria-Fátima. O Prof. Doutor Júlio Manzanares, Reitor emérito da Universidade Pontifícia de Salamanca, proferiu duas Conferências relativas ao tema. A Conferência

de encerramento foi proferida por D. Manuel Pelino Domingues, Bispo de Santarém.

De 19 a 21 de abril 2004, o Centro de Estudos de Direito Canónico organizou as XII Jornadas de Direito Canónico, em Fátima. Tema: *As Associações de Fiéis na Igreja*. O Diretor Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes agradeceu a D. Serafim Ferreira da Silva, Bispo de Leiria-Fátima, e ao Prof. Doutor Carlos Azevedo, Vice-Reitor da UCP, terem aceitado abrir as Jornadas. Seguindo o programa, apresentaram os seus estudos: Mons. Lluís Martínez Sistach, Arcebispo de Barcelona, Doutor Miguel Delgado Galindo, Chefe da Secção jurídica do Pontifício Conselho para os Leigos, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Prof. Doutor Paulo Pulido Adragão, Mons. Dr. Sebastião Pires Ferreira, Dr. Vítor Melícias, Dr. José Almeida Lopes, Doutor Silvestre Ourives Marques, Doutor Manuel Fernando Sousa e Silva, José Carlos Gorgulho Santos, Frei Adelino Pereira, OFM, D. António Marcelino, Bispo de Aveiro e Vice-Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, Doutora Rosana Corral García, Dr.<sup>a</sup> Susana Mosqueira.

De 4 a 6 de abril de 2005, tiveram lugar as XIII Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico, dedicadas ao tema *A Concordata de 2004*. Assinada pela Santa Sé e pelo Governo Português em 18 de maio de 2004, foi ratificada em 18 de dezembro do mesmo ano. As Jornadas permitiram um debate sobre alguns aspetos essenciais, com a ajuda de especialistas na matéria e de D. João Alves, membro da Delegação da Santa Sé para a revisão da Concordata. Os outros conferencistas: D. Januário Torgal Ferreira, Cón. Doutor João Seabra, Prof. Doutor Paulo Adragão, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Dr. Paulo Ferreira Alves, Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, Prof. Doutor Samuel Rodrigues.

De 24 a 26 de abril de 2006, tiveram lugar, em Fátima, as XIV Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico da UCP. O tema era o *Múnus de Ensinar da Igreja*. Durante as Jornadas abordaram-se as principais temáticas: os três *munera* na vida da Igreja, colegialidade e função de ensinar, ministério da Palavra divina, pregação da Palavra de Deus, formação catequética, ação missionária da Igreja, educação católica, meios de comunicação social, publicação de livros e *Imprimatur*. Entre os oradores convidados estava o Prof. Doutor Júlio Manzanares, Reitor emérito da Universidade Pontifícia de Salamanca. Num momento das Jornadas foram apresentados dois novos livros promovidos pelo ISDC. D. Eurico Dias Nogueira apresentou as *Alocações dos Papas Paulo VI e João Paulo II ao Tribunal da Rota Romana*. O Cón. Doutor Joaquim de Assunção Ferreira apresentou a edição bilingue da *Instrução Dignitas Connubii*.

De 23 a 24 de abril de 2007, tiveram lugar, em Lisboa, as XV Jornadas de Direito Canónico e I Jornadas Concordatárias, organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) da Universidade Católica Portuguesa em colaboração com o Instituto Lusíada de Direito Privado (ILDP), da Universidade Lusíada de Lisboa, subordinadas ao tema *O Direito Concordatário: natureza e finalidade*. Foram oradores: Prof. Doutor Vincenzo Buonomo da Pontificia Università Lateranense, Roma, Prof. Doutor José João Gonçalves Proença e Prof. Doutor Pereira Coelho, do ILDP da Universidade Lusíada de Lisboa, Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Rita Lobo Xavier, Prof. Doutor Samuel Rodrigues, Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes. Presidiu à sessão de abertura das Jornadas o Reitor da UCP e à sessão de encerramento o Reitor da Universidade Lusíada de Lisboa.

De 24 a 26 de abril de 2008, tiveram lugar, em Fátima, as XVI Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico comemorativas e subordinadas ao tema *O Direito Canónico ao Serviço da Igreja: Os 25 Anos do Código de Direito Canónico (1983-2008)*. Foram focados vários aspetos procurando obter uma visão geral e não nos limitando unicamente às nulidades matrimoniais. Nestes 25 anos assistiu-se a uma intensificação de interesse pelo direito canónico, aumentou o número de Faculdades e Institutos que foram eretos pela Santa Sé como instituições de ensino e de investigação, o número de alunos duplicou em algumas Faculdades romanas e as publicações alcançaram grande projeção. Participaram cerca de 60 estudiosos nas conferências e debates, realçando-se a presença de: Núncio Apostólico em Portugal, D. Alfio Rapisarda, Arcebispo de Braga, Bispos residencial e emérito de Leiria-Fátima, Reitor da Universidade Católica Portuguesa, professores de Portugal e Espanha, alunos do ISDC e de outros convidados. A presença do Arcebispo Francesco Coccopalmerio, Presidente do Pontifício Conselho para os Textos Legislativos, foi uma oportunidade para o ouvir falar sobre a natureza e finalidade do Pontifício Conselho, a colaboração prestada ao Papa na preparação das leis e a importância do direito para toda a Igreja. O ISDC recebeu deste importante canonista palavras de estímulo para o trabalho em Portugal.

De 23 a 25 de abril de 2009, decorreram, em Fátima, as XVII Jornadas de Direito Canónico subordinadas ao tema *Os Leigos e a corresponsabilidade na Igreja*, inspirado no discurso do Papa Bento XVI aos Bispos Portugueses, no final da *visita ad limina apostolorum* de novembro de 2007 em que afirmou: “é preciso mudar o estilo de organização da comunidade eclesial portuguesa e a mentalidade dos seus membros para se ter uma Igreja ao ritmo do Concílio Vaticano II”. Foram conferencistas: D. António Marcelino, Doutor Alfredo Leite

Soares, Doutor João Duque, Dr. Manuel Joaquim Rocha, Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Dr. Sebastião Pires Ferreira, Doutor Paulo de Oliveira Fontes, Doutor João César das Neves. O Painel *Leigos na Evangelização* contou com as intervenções de: Dr. Ildo Rocha, Dr. Paulo Rocha, Dr.<sup>a</sup> Ana Margarida.

De 22 a 23 de abril de 2010, realizaram-se, em Fátima, as XVIII Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico da UCP, sobre o tema *O ministério presbiteral na vida da Igreja*.

A primeira conferência, *Sacerdócio comum e sacerdócio ministerial*, foi dada pelo Cónego Doutor Alfredo Leite Soares, do Porto. Seguiram-se outras pelos Doutores Manuel Pinho Ferreira, José Eduardo Borges Pinho, Silvério Benigno Pires, Mário Rui de Oliveira. O Painel *Incardinação e agregação dos clérigos nas novas realidades eclesiais* contou com as intervenções dos Doutores Joaquim de Assunção Ferreira, Miguel Falcão, Fernando José Martins André. As últimas conferências foram proferidas pelos Doutores Mário Rui de Oliveira e Alfredo de Almeida Melo.

De 27 a 29 de abril de 2011, decorreram em Fátima, as XIX Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo Instituto Superior de Direito Canónico da UCP, sob o tema *Direito da Vida Consagrada*. Na abertura das Jornadas, o Magnífico Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, relevou a importância do Direito Canónico na vida da Igreja em Portugal, a necessidade de se continuar com a Licenciatura desta área no ISDC com o envio de candidatos das Dioceses e dos Institutos de Vida Consagrada.

Estas Jornadas foram particularmente fecundas na troca de conhecimentos por parte dos conferencistas e dos vários representantes de Instituições. Também assistiram vários juristas civis e canonistas e ainda uma representação de canonistas do Brasil num total de cerca de cem participantes. De acordo com o programa, apresentaram os seus trabalhos: Dr. Manuel Morujão, SJ; Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, dehoniano; Dr.<sup>a</sup> Dulce Teixeira de Sousa, Coordenadora-Geral do Instituto Secular das Cooperadoras da Família; Dr. Gonçalo Fernandes, vicentino; Dr. António Jorge Ferreira Lopes, dominicano; Dom Hugo Cavalcante, beneditino; Dr. Dex-Steve Goyeko, espiritano; Dr. Rafael Mourão, SJ. No painel sobre *Conferências dos Superiores Maiores* participaram: Dr. Manuel Barbosa, Presidente da Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal; Irmã Dr.<sup>a</sup> Ilda Tomás, da União Internacional das Superiores Gerais; e Dr.<sup>a</sup> Laura de Jesus Fernandes, Federação Nacional dos Institutos Seculares. A conferência de encerramento *Presença dos Consagrados na Igreja Particular* esteve a cargo de D. Augusto César Ferreira da Silva, vicentino, Bispo emérito de Portalegre-Castelo Branco.

## b) Congressos internacionais

De 20 a 25 de setembro de 2004, realizou-se em Beirute, Líbano, o Congresso Internacional de Direito Canônico organizado pela “Consociatio Internationalis Studio Iuris Canonici Promovendo”. O tema debatido *Sistema Giuridico Canonico e Rapporti Interordinamentali* suscitou grande interesse e vivacidade na reflexão entre os cerca de 100 participantes. Num dos dias do Congresso teve lugar a Assembleia Geral da Consociatio, no cumprimento das disposições estatutárias. O Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes é membro da Consociatio e como tal participou na Assembleia Geral e também em todo o Congresso. O eixo condutor do Congresso era o de comparar os dois sistemas jurídicos da Igreja: o latino e o oriental. Mons. Bécara Rai, Arcebispo Maronita de Byblos (Líbano), expôs algumas ideias sobre esta realidade. Temas vários foram abordados seguidamente, como: *Populus Dei universus, Populus Dei portiones; Estruturas pessoais e colegiais de governo; Relações interconfessionais; Sistemas de produção normativa na Igreja latina e nas igrejas orientais católicas; Matrimónio e Família; Património eclesial; Função judicial*. As diversas sensibilidades e culturas não foram pretexto para impedirem um são ambiente científico, antes favoreceram-no porque o direito canônico, que brota do ministério da Igreja, deve promover a comunhão a todos os níveis, no espírito do *Unum Sint*.

Nos dias 22 e 23 de outubro de 2009, realizou-se, na Faculdade de Direito da Universidade de León, Espanha, o I Congresso Internacional Hispano-Português sobre *Liberdade Religiosa*, iniciativa conjunta da Universidade de León e do Instituto Superior de Direito Canônico da UCP. Foram organizadores o Prof. Doutor Paulino César Pardo Prieto, da Universidade de León, e o Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, do ISDC da Universidade Católica Portuguesa. Foi um congresso plural que despertou muito interesse no meio académico e muito debate científico entre os participantes. Para além das intervenções de professores de Espanha, referimos que, na primeira sessão, o Doutor Paulo Pulido Adragão falou sobre *A Lei da Liberdade Religiosa portuguesa: Um diagnóstico, 8 anos depois* e o Doutor Fernando Soares Loja, Vice-Presidente da Comissão da Liberdade Religiosa, sobre *As propostas e perigos da proposta de Diretiva 2008/0140*. Na segunda sessão, o Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes falou sobre *A Concordata de 2004 entre a Santa Sé e a República Portuguesa* e juntou um apêndice em que refere outras Concórdias e Concordatas celebradas entre o Estado Português e a Santa Sé desde o século XIII. Na terceira sessão, o Doutor Manuel Pinho Ferreira falou sobre *O Estado Novo e a Igreja Católica: um contributo para a história recente da liberdade religiosa em Portugal*. Foram publicadas as Atas do Congresso pela Universidade de León, em 2010.

De 2 a 5 de novembro de 2010, realizou-se, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o *Congresso Internacional: Ordens e Congregações Religiosas em Portugal. Memória, Presença e Diáspora*, para assinalar a sua expulsão, no âmbito das comemorações do I Centenário da República. O Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) da Universidade Católica Portuguesa (UCP) foi uma das entidades promotoras deste Congresso. Neste contexto, o Diretor do ISDC, Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, apresentou uma comunicação alusiva aos processos de canonização de religiosos portugueses.

### c) Seminários

De 19 a 21 de janeiro de 2004, o Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) organizou o seminário *Provas Processuais em Direito Canónico*, de manhã e de tarde, na Universidade Católica Portuguesa (UCP), em Lisboa. Foi Orientador o Professor Dr. Juan José García Faílde, Decano emérito da Rota da Nunciatura de Madrid e Professor de Direito Canónico e de Psiquiatria. Foram passados Certificado de participação.

No dia 28 de junho de 2004, o Centro de Estudos de Direito Canónico organizou, na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, um seminário sobre a *nova Concordata*.

De 17 a 19 de janeiro de 2005, o Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) organizou, na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, um seminário sobre o *Cânone 1095 Análise jurídica e psíquica*. O Orientador foi o Prof. Doutor Juan José García Faílde.

No dia 9 de maio de 2005, realizou-se, em Fátima, organizado pelo Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC), um seminário sobre a Concordata de 2004 subordinada ao tema *Fiscalidade na Concordata*. Foi orientado pelo Dr. Paulo Ferreira Alves, especialista da BDO & Associados e contou com a presença de 50 participantes.

Comentários à nova Concordata podem ser consultados no *site* do Instituto Superior de Direito Canónico: [www.isdc.lisboa.ucp.pt](http://www.isdc.lisboa.ucp.pt).

De 24 e 25 de junho de 2005, o ISDC realizou, em Fátima, um seminário orientado pelo Prof. Doutor Juan José García Faílde e pelo Cón. Doutor José António da Silva Marques sobre a Instrução *Dignitas connubii* para os processos matrimoniais, publicada com aprovação pontifícia pelo Conselho Pontifício para os Textos Legislativos. Tomaram parte neste seminário cerca de 60 pessoas: canonistas ou interessadas pelos temas das causas de nulidade do matrimónio canónico. Embora houvesse um grande número de sacerdotes, a maior parte dos participantes eram advogados leigos.

De 23 a 25 de janeiro de 2006, realizou-se na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, um seminário sobre *Os Temas Fundamentais do Direito Processual Canónico (Da Teoria à Prática)*, orientado pelo Professor Doutor Juan José García Faílde, conhecido especialista em Direito e Psiquiatria, que veio uma vez mais a Lisboa, a convite do ISDC. Os 33 participantes, oriundos de Portugal continental, Açores e Madeira e Brasil, tiveram a oportunidade de aproveitar a sabedoria e experiência deste grande mestre.

De 22 a 24 de janeiro de 2007, o Prof. Doutor Juan José García Faílde orientou um seminário organizado pelo Instituto Superior de Direito Canónico sobre *As provas no Direito Canónico*. Os participantes eram oficiais dos tribunais eclesiásticos, advogados, outros interessados e alunos da Licenciatura em Direito Canónico (então no 2.º ano). As lições foram oportunamente publicadas.

No dia 9 de julho de 2008, realizou-se, em Fátima, um seminário organizado pelo ISDC sobre as *Normas da CEP sobre as Associações de Fiéis*, com cerca de uma centena de participantes. Os temas tratados foram: *Crítérios de eclesialidade das Associações*, pelo Dr. Jorge Guarda, Vigário-Geral de Leiria-Fátima; *Personalidade Jurídica das Associações*, pelo Prof. Doutor Manuel de Pinho Ferreira, Professor no ISDC; *Os bens das Associações*, pelo Mons. Dr. Sebastião Pires Ferreira, Vigário-Geral de Viana do Castelo; *Reconhecimento civil das Associações de Fiéis e outros aspetos*, pelo Cons. Dr. José Joaquim Almeida Lopes; e *Associações públicas e Associações privadas*, pelo Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Diretor do ISDC.

De 16 a 19 de março de 2009, como tem sido habitual, o Prof. Doutor Juan José García Faílde orientou um seminário sobre *Direito Matrimonial Canónico*, organizado pelo Instituto Superior de Direito Canónico. Os temas tratados foram: o bem da fidelidade conjugal; indissolubilidade do matrimónio; erro da pessoa; remédios processuais contra a sentença.

Em maio de 2009, em vários dias, o Prof. Doutor Manuel Pires, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa, orientou um seminário de *Direito Fiscal Concordatário*, organizado pelo ISDC.

No dia 24 de março de 2011, realizou-se um seminário, organizado pelo ISDC, sobre *Liberdade Religiosa* com 12 participantes.

A 17 de maio de 2013, em Istambul, decorreu um Seminário sobre a *Liberdade Religiosa – O Édito de Milão do Imperador Constantino: 1700 anos depois*, organizado pelo Patriarcado Ecuménico em colaboração com o Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE). A convite do Patriarca Bartolomeu, o Diretor da revista *Forum Canonicum*, Cón. Doutor João Seabra, participou nesse encontro e, a pedido do CCEE, apresentou uma comunicação. O Patriarca de Constantinopla Bartolomeu saudou os participantes e sublinhou o carácter martirial do testemunho da Igreja Ortodoxa. Duas eruditas

e interessantes apresentações de natureza histórica sobre o Édito de Milão: *A história por detrás do édito de Tolerância de 313*, pelo Prof. Ramsay MacMullen, da Universidade de Yale, EUA; *Implicações e consequências históricas do Édito de Milão*, pelo Mons. Francesco Braschi, da Biblioteca Ambrosiana e Cónego da Basílica de Santo Ambrósio de Milão. No Painel sobre Liberdade Religiosa na perspetiva das Comunidades de Fé, várias intervenções entre as quais a exposição *Religious Freedom in catholic perspective* do Cón. João Seabra. O Cardeal D. Peter Erdö, Arcebispo de Budapeste e Eztergom, Primaz da Hungria e Presidente do CCEE, presidiu à Oração de Encerramento.

#### **d) Conferências, colóquios, debates...**

Em 12 de maio de 1992, D. Eugenio Corecco, Bispo de Lugano (Suíça) e Presidente da “Consociatio Internationalis Iuris Canonici Promovendo”, que esteve em Portugal a convite do CEDC da Universidade Católica Portuguesa, pronunciou uma Conferência subordinada ao tema *Formação do clero e presbitério diocesano*. Estiveram presentes docentes e alunos da Faculdade de Teologia e vários convidados entre os quais D. Manuel Madureira, Bispo do Algarve e Presidente da Comissão Episcopal do Clero, Seminários e Vocações. Teve a gentileza de nos deixar uma sua obra *Théologie et Droit Canon – Écrits pour une nouvelle théorie générale du droit canon*, Fribourg, Suisse, 1990.

Em 28 de abril de 2003, realizou-se, em Fátima, a apresentação do livro *Relações Igreja-Estado em Portugal*, coordenado cientificamente pelo CEDC e editado pela Universidade Católica Editora. A apresentação decorreu perante a mesa de honra e os participantes das XI Jornadas de Direito Canónico organizadas pelo mesmo Centro de Estudos. O Encarregado de Negócios da Nunciatura Apostólica, Mons. Leo Cushley, tomou a palavra para se congratular com o Prof. Doutor Saturino Gomes e com os vários trabalhos do volume oitavo da Coleção *Lusitania Canonica* e, ainda, pelo excelente trabalho durante as XI Jornadas em que participou.

Em 22 de maio de 2003, às 18h30, na Sala de Exposições, 2.º Piso do Edifício da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa, realizou-se uma Conferência pelo Dr. João Pedro Mendonça Correia, Licenciado em Direito Canónico pela Universidade Pontifícia de Salamanca, sobre o tema *Do Matrimónio Canónico em Portugal*, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Canónico, com entrada livre.

Em 12 de janeiro de 2004, o Prof. Doutor Carlos Corral Salvador, SJ, catedrático emérito da Universidade Complutense de Madrid, proferiu na Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa, uma Conferência dedicada ao tema *As Concordatas no Pontificado de João Paulo II*. Esta foi uma iniciativa do CEDC,

em homenagem ao Papa João Paulo II nos 25 anos de pontificado ao serviço da Igreja e do mundo.

O texto da Conferência foi publicado no n.º 4 da Coleção *Cadernos Forum Canonicum*.

A sessão, que congregou inúmeras pessoas, foi presidida pelo Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, Reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

Em 20 de janeiro de 2004, na Universidade Católica Portuguesa (UCP), Lisboa, o Prof. Doutor Carlos Azevedo, Vice-Reitor da UCP presidiu à Sessão de lançamento de duas obras do Centro de Estudos de Direito Canónico: *Paróquia, comunidade de fiéis*; e *Imaturidade afetiva e psicologia na vida matrimonial*, da autoria do Prof. García Faílde. A primeira obra contém as Conferências das Jornadas de Direito Canónico de 2003. A segunda obra são estudos apresentados em Lisboa num Seminário que teve lugar em março de 2003. Com esta publicação o CEDC deu início à nova Coleção *Cadernos Forum Canonicum*.

Em 18 de maio de 2006, para assinalar o 2.º aniversário da assinatura da nova Concordata, o ISDC organizou, em Lisboa, um Debate sobre o polémico artigo 16.º, acerca do reconhecimento civil das decisões canónicas sobre a nulidade de um matrimónio. Os oradores convidados foram o Prof. Doutor Samuel Rodrigues, membro da Direção do ISDC, e o Dr. João de Oliveira Geraldes, representante pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros na primeira fase das negociações para a revisão da Concordata. O debate proporcionou uma melhor compreensão dos propósitos e dos problemas da atual Concordata.

Em 2 de outubro de 2006, às 15 horas, realizou-se, na Biblioteca da Assembleia da República – Palácio de São Bento, Lisboa, a apresentação da obra *Estudos sobre a Nova Concordata*, da Coleção *Lusitania Canonica*, editada pela Universidade Católica Editora e coordenada cientificamente pelo ISDC. Presidiu à cerimónia o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, que prefacia o livro, e estiveram presentes o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. José da Cruz Policarpo, o Núncio Apostólico, vários deputados e autoridades, o Reitor da Universidade Católica, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, e outros convidados. A apresentação da obra esteve a cargo do Diretor do ISDC, Professor Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes. Em cerca de 380 páginas, recolhem-se estudos e documentação sobre a Concordata de 2004, expostos por ocasião das XIII Jornadas de Direito Canónico.

Em 7 de dezembro de 2006, realizou-se, na Sala de Exposições da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, uma Conferência organizada pelo ISDC sobre o tema *Novos Estatutos do Santuário de Fátima*, aprovados pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) em abril de 2006 e homologados pela Santa Sé em 13 de setembro de 2006. Foi orador D. Carlos Alberto

Moreira Azevedo, Bispo Auxiliar de Lisboa e Secretário da CEP, que comentou o documento na perspectiva da Mensagem de Fátima. Entre os participantes, estiveram presentes os alunos da Licenciatura em Direito Canónico.

*Em 16 de março de 2007*, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, o Prof. Doutor Ariel Busso, professor de Direito Canónico da Universidade Católica de Buenos Aires, proferiu uma Conferência seguida de debate subordinada ao tema *Relações Igreja-Estado na Argentina*, organizada pelo ISDC. Participaram, entre outros, alguns alunos da Licenciatura em Direito Canónico e o Embaixador da Argentina em Portugal.

*Em 17 de dezembro de 2008*, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, D. Tomaz da Silva Nunes, Bispo auxiliar de Lisboa e Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, tratou de *Questões relacionadas com o ensino da Educação Moral e Religiosa Católica*, em Conferência organizada pelo ISDC, para assinalar o 4.º aniversário da entrada em vigor da nova Concordata entre Portugal e a Santa Sé. A sessão foi presidida pelo Reitor da UCP e contou com a presença de Discentes e Docentes do ISDC e vários convidados entre os quais o Embaixador Pedro Catarino, chefe da delegação da República Portuguesa na Comissão Paritária da Concordata.

*Em 17 de fevereiro de 2009*, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, o Reitor Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz desenvolveu o tema *As Relações entre a Igreja e o Estado liberal*, em Conferência organizada pelo Instituto Superior de Direito Canónico sobre as Relações Igreja-Estado em Portugal.

*Em 2 de abril de 2009*, na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, o Dr. José Nuno Ferreira da Silva, Coordenador nacional das Capelanias hospitalares, falou sobre *A Assistência espiritual e religiosa no Serviço Nacional de Saúde*, em Conferência organizada pelo Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) sobre as Relações Igreja-Estado em Portugal.

*Em 27 de maio de 2009*, o Prof. Doutor Paulo Pulido Adragão, da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, falou sobre *Uma Concordata para quê? – Portugal 2004, Brasil 2008*, em Conferência organizada pelo Instituto Superior de Direito Canónico, para comemorar o 5.º aniversário da assinatura da nova Concordata.

*Em 18 de maio de 2010*, no sexto aniversário da assinatura da Concordata Portugal – Santa Sé, o Instituto Superior de Direito Canónico organizou uma mesa-redonda na sede da UCP, em Lisboa, sobre dois temas: *Assistência religiosa nas Forças Armadas e nas Forças de Segurança*, pelo Padre Manuel da Costa Amorim, Vigário-Geral Castrense; *Assistência espiritual e religiosa nos estabelecimentos prisionais*, pelo Dr. Ricardo Vara Cavaleiro, Secretário da Coordenação Nacional Pastoral Penitenciária.

Em 17 de maio de 2011, realizou-se, na sede da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, uma sessão comemorativa do 7.º aniversário da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, assinada em 18 de maio de 2004. A organização partiu da Direção do ISDC e contou com a participação do Núncio Apostólico em Portugal, D. Rino Passigato, e vários convidados. A Conferência *Património cultural da Igreja à luz da Concordata de 2004* esteve a cargo do Doutor Vasco Pereira da Silva, professor catedrático da Faculdade de Direito da UCP e membro da Delegação da Santa Sé na Comissão bilateral do património cultural, prevista no artigo 23.º, n.º 3, da Concordata.

Em 8 de maio de 2014, realizou-se, no Palácio das Necessidades, uma Conferência sobre a *Concordata entre Portugal e a Santa Sé: Realizações e Perspetivas*, promovida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, para comemorar o 10.º aniversário da nova Concordata assinada no Vaticano a 18 de maio de 2004. A conferência de abertura esteve a cargo do Dr. Jaime Gama. Seguiram-se as conferências: *Portugal e a Santa Sé: Breve reflexão histórica*, pelo Prof. Bruno Cardoso Reis; *A influência da religião na celebração de tratados internacionais*, pelo Dr. Ademar Vala Marques; *O histórico do processo*, pelo Embaixador Pedro Ribeiro de Menezes, Embaixador de Portugal junto da Santa Sé e Presidente da Comissão negociadora com a Santa Sé (2000–2004); *A novidade da Comissão Paritária*, pelo Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, Membro da Delegação da Santa Sé na Comissão Paritária; *Estado e Igreja na Europa do século XXI*, pelo Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz. O Núncio Apostólico em Lisboa, D. Rino Passigato, salientou a experiência forte de preparação e implementação, destacando as pessoas que puseram o seu saber ao serviço da Igreja e de Portugal, em particular D. João Alves, antigo presidente da Conferência Episcopal e Bispo de Coimbra, e o Prof. Doutor António Sousa Franco, jurista e político, um dos negociadores do acordo por parte do Vaticano, ambos já falecidos. Encerrou a sessão o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Dr. Rui Machete.

Em 14 de maio de 2014, realizou-se, na Sala de Exposições da Biblioteca João Paulo II, Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, o Colóquio *A Situação dos Cristãos no Médio Oriente*, promovido pelo ISDC em colaboração com a Lugar-Tenência portuguesa da Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém e moderado pela jornalista Aura Miguel. Estiveram presentes o Patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente, o Núncio Apostólico D. Rino Passigato, o Duque e a Duquesa de Bragança D. Duarte e D. Isabel, o Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa Sr. José Carp, o Presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa Dr. Abdool Karim Vakil, numerosos cavaleiros e damas da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, alguns diplomatas e militares, professores e alunos do ISDC. Participaram, também, alguns cristãos originários do

Próximo Oriente, como o professor Adel Sidarus, membro da Igreja copta católica. O Dr. Gonçalo Figueiredo de Barros, Lugar-Tenente da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém, fez a apresentação de Monsenhor Fouad Twal, Patriarca Latino de Jerusalém, que apelou a um maior envolvimento dos portugueses e dos europeus nas questões do Médio Oriente. O Colóquio contou também com uma comunicação do Professor do Instituto dos Estudos Políticos da UCP, general Luís Valença Pinto, que defendeu um posicionamento responsável de Portugal face às partes em conflito no Médio Oriente. O Cón. Doutor João Seabra, Diretor do Instituto Superior de Direito Canónico, pediu mais atenção para os cristãos que estão desprotegidos, esquecidos pelo debate político e longe da atenção dos órgãos de comunicação social. A encerrar o Colóquio, o Patriarca de Lisboa D. Manuel Clemente recordou as relações históricas de Portugal e da Europa com a Terra Santa e o horizonte espiritual e civilizacional dessas mesmas relações.

### 3. Publicações do Instituto Superior de Direito Canónico

O Instituto Superior de Direito Canónico herdou do Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) uma boa tradição de publicações, qual veículo da ciência, cultura e investigação, que procura manter, onde se insere uma Revista semestral *Forum Canonicum*, que, a partir de 2006, substituiu o Boletim quadrimestral de direito canónico com o mesmo nome, e duas Coleções: a *Lusitania Canonica* e os *Cadernos Forum Canonicum*.

Foi feita uma publicação da *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa e Acordo Missionário*, Rei dos Livros, Lisboa 1991. Esta edição destinava-se a ser distribuída por altura das Jornadas dos 50 anos da Concordata.

As conferências das Jornadas de Estudo nos 50 anos da Concordata e a Alocução de Encerramento das Jornadas, do Núncio Apostólico em Portugal, Mons. Luciano Angeloni, foram publicadas em livro também de homenagem ao Pe. António Leite, SJ, pelos seus 80 anos de vida, em *A Concordata de 1940 Portugal – Santa Sé*, Edições *Didaskalia*, Lisboa 1993. A produção esteve sob a responsabilidade científica do CEDC.

O CEDC assumiu a responsabilidade científica de uma edição da *Concordata: texto integral da Concordata e do Acordo Missionário; estudos; comentários e anotações aos 31 artigos; legislação executória*. A edição é da Livraria Almedina, 2001, 323 págs.

Ao nível das publicações o trabalho desenvolvido, quer pelo Centro de Estudos de Direito Canónico quer pelo Instituto Superior de Direito Canónico, centrou-se não só nos projetos editoriais, mas teve também uma componente

importante no domínio da organização de permuta de publicações, cujos resultados são regularmente entregues à Biblioteca Universitária João Paulo II.

### 3.1. Coleção *Lusitania Canonica*

A Coleção *Lusitania Canonica* engloba as Conferências das Jornadas de Direito Canónico assim como o resultado de investigações na área do Direito canónico e concordatário e de Legislação eclesiástica do Estado.

A Coleção está dividida em 4 séries: *Série A* – Direito Canónico; *Série B* – Documentação; *Série C* – Monografias; *Série D* – Legislação Eclesiástica do Estado

Iniciámos a Coleção com a publicação das conferências pronunciadas aquando das II Jornadas de Direito Canónico, em 1994, todas elas com trabalhos de autores portugueses e relacionados com os 10 anos da existência do Código de Direito Canónico de 1983.

Ao todo já foram publicadas 29 obras nesta Coleção *Lusitania Canonica*.

#### **Série A – Direito Canónico**

Partindo da consideração de que as Jornadas de Direito Canónico são de uma vital importância para a reflexão canónica do nosso país, a *Série A* da Coleção *Lusitania Canonica* pretende, com a publicação das Atas, um alargamento da possibilidade de acesso aos resultados dessa reflexão a um público mais alargado. Foram publicados 15 números.

A Fundação Calouste Gulbenkian deu uma participação para a publicação das Atas das III Jornadas de Direito Canónico subordinadas ao tema *Os Sacramentos da Iniciação Cristã*, tendo-lhe sido enviados 3 exemplares. A edição do n.º 5 foi patrocinada pela Fundação Banco Comercial Português. A publicação do n.º 8 foi apoiada pela Fundação D. António Ribeiro e Banco Português do Atlântico. A publicação do n.º 9 teve o apoio da Fundação D. António Ribeiro e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

N.º 1 – *Codex Iuris Canonici de 1983: Dez Anos de Aplicação na Igreja e em Portugal*, pp. 404. ISBN: 972-9430-62-4. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 1995

N.º 2 – *Os Sacramentos da Iniciação Cristã*, pp. 324. ISBN: 972-9430-87-X. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 1996

N.º 3 – *Os Bens Temporais da Igreja*, pp. 208. ISBN: 972-97329-0-6. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 1997

- N.º 4 – *Liberdade Religiosa: Realidade e Perspectivas*, pp. 328. ISBN: 972-97329-1-4. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 1998
- N.º 5 – *Deveres e Direitos dos Fiéis na Igreja*, pp. 278. ISBN: 972-97329-2-2. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 1999
- N.º 6 – *Penitência e Reconciliação na Igreja*, pp. 264. ISBN: 972-97329-3-0. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 2000
- N.º 7 – *Relevância jurídica do consentimento matrimonial*, pp. 291. ISBN: 972-54-0024-X. Edição: Universidade Católica Editora, 2001
- N.º 8 – *Relações Igreja-Estado em Portugal*, pp. 281. ISBN: 972-54-0052-6. Edição: Universidade Católica Editora, 2002
- N.º 9 – *A Paróquia, Comunidade de Fiéis*, pp. 295. ISBN: 972-54-0062-3. Edição: Universidade Católica Editora, 2003
- N.º 10 – *As Associações na Igreja*, pp. 366. ISBN: 972-54-0104-2. Edição: Universidade Católica Editora, 2005
- N.º 11 – *Estudos sobre a Nova Concordata: Santa Sé – República Portuguesa 18 de maio de 2004*, pp. 380. ISBN: 978-972-54-0137-8. Edição: Universidade Católica Editora, 2006
- N.º 12 – *O Múnus de Ensinar da Igreja*, pp. 238. ISBN: 978-972-54-0167-5. Edição: Universidade Católica Editora, 2007
- N.º 13 – *O Direito Concordatário: natureza e finalidades*, pp. 180. UCE: ISBN: 978-972-54-0200-9. ULE: ISBN: 978-972-83-9798-2. Edição: Universidade Católica Editora/Universidade Lusíada, 2008
- N.º 14 – *O Direito Canónico ao Serviço da Igreja: Os 25 Anos do Código de Direito Canónico (1983-2008)*, pp. 420. ISBN: 978-972-54-0234-4. Edição: Universidade Católica Editora, 2009
- N.º 15 – *Os Leigos e a Corresponsabilidade na Igreja*, pp. 228. ISBN: 978-972-54-0259-7. Edição: Universidade Católica Editora, 2010

### Série B – Documentação

O primeiro volume de documentação a integrar na Coleção *Lusitania Canonica* com os discursos dos Papas Paulo VI e João Paulo II ao Tribunal da Rota Romana foi uma forma de o ISDC homenagear o saudoso Papa João Paulo II, Supremo Legislador da Igreja que foi ministério que exerceu com dedicação, competência e amor ao direito e à justiça, no 1.º aniversário do seu trânsito para a eternidade (2005 – 2 de abril – 2006). O Prefácio é do Núncio Apostólico em Lisboa, D. Alfio Rapisarda.

Esta obra foi apresentada juntamente com a *Instrução “Dignitas Connubii”*, no dia 26 de abril de 2006, às 12 horas, em Fátima, sob a presidência do

Reitor da UCP, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz. Dois cultores do Direito Canónico – D. Eurico Dias Nogueira e Cónego Doutor Joaquim de Assunção Ferreira – expuseram com muita competência os laços fundamentais das *Alocações* e da *Dignitas Connubii*, respetivamente.

N.º 1 – *Alocações dos Papas Paulo VI e João Paulo II ao Tribunal da Rota Romana*, pp. 348. ISBN: 972-54-0129-8. Edição: Universidade Católica Editora, 2006

N.º 2 – *Instrução “Dignitas Connubii” – Texto bilingue, comentário geral, índice temático*, pp. 365. ISBN: 972-54-0128-X. Edição: Universidade Católica Editora, 2006

### Série C – Monografias

A série C da coleção *Lusitania Canonica* foi enriquecida, em maio de 2006, com o seu primeiro volume *Estatuto Jurídico dos Judeus e Mouros na Idade Média Portuguesa*. O Autor é o Cónego Doutor Joaquim de Assunção Ferreira, Vigário Judicial da Diocese de Lamego. A apresentação teve lugar no dia 8 de junho de 2006, às 21h00, no Seminário Maior de Lamego, a cargo do Prof. Doutor Manuel Saturino Gomes, Diretor do ISDC. Trata-se da tese de Direito Canónico na Universidade Pontifícia de Salamanca. Apoios para esta publicação: prémio Mons. Eugenio Corecco, Associazione Internazionale Amici di Eugenio Corecco.

A apresentação da obra *Impedimento Matrimonial da Ordem Sacra – estudo histórico-jurídico do cânone 1087*, da autoria do Doutor Ricardo Jorge Alves Ferreira, docente do ISDC, teve lugar na UCP-Lisboa, no dia 8 de março de 2007. É a Dissertação para o Doutoramento em Direito Canónico na Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma.

A apresentação do livro *A Constituição apostólica “Anglicanorum coetibus”: uma resposta jurídica no caminho ecuménico*, da autoria do Padre Dr. João Vergamota, teve lugar na UCP-Lisboa, em janeiro de 2016. Esteve presente o Núncio Apostólico D. Rino Passigato.

N.º 1 – Joaquim Assunção Ferreira, *Estatuto Jurídico dos Judeus e Mouros na Idade Média Portuguesa*, pp. 417. ISBN: 972-54-0130-1. Edição: Universidade Católica Editora, 2006

N.º 2 – Ricardo Jorge Alves Ferreira, *Impedimento Matrimonial de Ordem Sacra: Estudo histórico-jurídico do cânon 1087*, pp. 308. ISBN: 978-972-54-0147-7. Edição: Universidade Católica Editora, 2006

N.º 3 – João Alberto Simão Amaral Vergamota, *A Constituição apostólica “Anglicanorum coetibus”: uma resposta jurídica no caminho ecuménico*, pp. 112. ISBN: 978-972-54-0494-2. Edição: Universidade Católica Editora, 2016

### Série D – Legislação eclesiástica do Estado

Em 1991, por ocasião das primeiras Jornadas de Direito Canónico, organizadas pelo então Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) da Universidade Católica Portuguesa (UCP) e dedicadas à comemoração dos 50 anos da Concordata de 1940, foi ganhando corpo a ideia de algum dia se proceder à edição de coletâneas de legislação civil sobre matérias eclesiásticas, não só respeitante à legislação em vigor, mas também à evolução da legislação. Vários temas foram sugeridos: *Ensino da Religião e Moral nas escolas públicas; ministros do culto (exercício do ministério, serviço militar e segurança); casamento canónico e família; isenções fiscais a instituições eclesiásticas; património cultural da Igreja; assistência religiosa a instituições do Estado (capelães de hospitais, prisões, ...); assistência religiosa às Forças Armadas e de Segurança; liberdade religiosa; legados pios; Instituições particulares de solidariedade social; Misericórdias; Seminários; relações Igreja-Estado; Fábricas da Igreja e Benefício Paroquial; associações eclesiásticas/entidades religiosas (reconhecimento civil, registo de pessoas coletivas); domingos, dias santos e festividades religiosas; meios de comunicação social; Órgãos do Estado competentes em assuntos religiosos; cemitérios e lugares de culto; eficácia civil das decisões dos Tribunais Eclesiásticos; objeção de consciência; missões católicas.*

Esta ideia foi partilhada pelo Diretor do CEDC, Professor Doutor Saturino Gomes, e pela Associação Portuguesa de Canonistas. Era necessário congregar esforços entre os canonistas para a pesquisa e a organização da compilação e obter apoios financeiros para se realizarem as edições. Trata-se de um projeto que se encontra bastante desenvolvido; porém, dadas as dificuldades de financiamento para as publicações, foram apenas editadas duas obras.

Em junho de 2008, foi publicada a primeira coletânea de legislação eclesiástica do Estado português – *Assistência religiosa nas Forças Armadas e de Segurança*, da autoria do sócio da APC Padre Doutor Miguel Falcão. Em boa hora, a Comissão Portuguesa de História Militar, pelo seu Presidente General Alexandre de Sousa Pinto, ao tomar conhecimento do projeto da coletânea sobre a assistência religiosa às Forças Armadas e de Segurança, resolveu apoiar financeiramente a edição. Assim se abriu a nova Série D (Legislação Eclesiástica do Estado) da Coleção *Lusitania Canonica*, de que é Coordenador o Professor Doutor Saturino Gomes. O livro, de 349 páginas, contém a Legislação civil e canónica de 1940 a 2004 sobre o tema.

Em 2011, o Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC) obteve apoio financeiro do Grupo Jerónimo Martins e da Fundação do Secretariado Nacional da Educação Cristã para a publicação da obra *Direito do Ensino Religioso, Legislação civil e canónica, pareceres e jurisprudência* (2 vols.), Universidade Católica

Editora, Lisboa 2012, 774 + 684 págs., inserida na coleção *Lusitania Canónica*, série D. Coordenação do Prof. Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, Diretor do Instituto Superior de Direito Canónico, e compilação e organização da Dr.<sup>a</sup> Aurora Martins Madaleno, colaboradora que foi do Centro de Estudos de Direito Canónico e, depois, do Instituto Superior de Direito Canónico.

N.º 1 – Miguel Falcão, *Assistência Religiosa nas Forças Armadas e de Segurança*, pp. 356. ISBN: 978-972-54-0188-0. Edição: Universidade Católica Editora, 2008

N.º 2 – Aurora Martins Madaleno, *Direito do Ensino Religioso*, pp. 774 (1 vol.); pp. 684 (2 vol.). ISBN: 978-972-54-0337-2 (vol. 1). ISBN: 978-972-54-0338-9 (vol. 2). Edição: Universidade Católica Editora, 2012

### 3.2. Coleção *Cadernos Forum Canonicum*

Esta coleção pretende lançar algumas reflexões sobre temas de relevância para o Direito canónico e concordatário que atingem a atualidade. Pela sua dimensão, são estudos menos extensos do que os da Coleção *Lusitania Canonica*, proporcionando uma leitura mais imediata e incisiva.

Foram já publicados 7 fascículos. A publicação do n.º 1 teve o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Fundação D. António Ribeiro. A publicação do n.º 2 teve apoio da Fundação D. António Ribeiro. A publicação do n.º 4 teve apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

N.º 1 – Juan José García Faílde – *Imaturidade Afetiva e Psicologia na Vida Matrimonial*, pp. 70. ISBN: 972-97329-4-9. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 2003

N.º 2 – Paula Leite Marinho – *Os Bens Temporais da Paróquia: o Direito Canónico e o Direito Português*, pp. 68. ISBN: 972-97329-5-7. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 2004

N.º 3 – *Concordatas Santa Sé-Portugal: 18 de maio de 2004, 7 de maio 1940; Lei da Liberdade Religiosa da República Portuguesa*, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 100. ISBN: 972-54-0112-3 Edição: Universidade Católica Editora, 2005

N.º 4 – Carlos Corral Salvador – *Los Concordatos en el Pontificado de Juan Pablo II: Universalismo, Principios y Coordinadas*, pp. 54. ISBN: 972-97329-6-5. Edição: Centro de Estudos de Direito Canónico, 2004

N.º 5 – Juan José García Faílde – *A Prova Pericial Psiquiátrica e Psicológica nas Causas de nulidade matrimonial*, pp. 59. ISBN: 972-97329-7-3. Edição: Instituto Superior de Direito Canónico, 2005

N.º 6 – Miguel Falcão – *Erro e Dolo no Matrimónio Canónico: Fundamentação Teológica da sua relevância até ao Código 1917*, pp. 119. ISBN: 978-972-54-0156-9. Edição: Universidade Católica Editora, 2007

N.º 7 – Juan José García Fálde – *A capacidade psicológica para contrair o Matrimónio à luz do Direito Canónico e das Ciências Auxiliares*, pp. 139. ISBN: 978-972-54-0203-0. Edição: Universidade Católica Editora, 2008

### 3.3. Boletim/Revista *Forum Canonicum*

Em junho de 1991, o Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) iniciou a publicação do seu Boletim *Forum Canonicum*. O seu Diretor era o Doutor Manuel Saturino Gomes e a redação ficou a cargo do CEDC e da APC. Os sócios da APC colaboravam com notícias de âmbito canónico, trabalhos científicos, bibliografia, recensões, notas, etc. A APC assegurava a assinatura do Boletim *Forum Canonicum* pelos respetivos sócios.

*Forum Canonicum* Boletim de Direito Canónico

Publicação Quadrimestral – ISSN 0872-0835

Diretor: M. Saturino da Costa Gomes

Redação: Centro de Estudos de Direito Canónico e Associação Portuguesa de Canonistas

Biblioteca Universitária João Paulo II – Palma de Cima, 1649-023 Lisboa

Propriedade: Universidade Católica Portuguesa

Título anotado no Instituto da Comunicação Social

O Boletim *Forum Canonicum* é uma iniciativa do Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC). Começou a ser publicado em 13 de junho de 1991 com o número zero. No Editorial dessa data, a Direção escrevia: “O Boletim *Forum Canonicum* é uma tentativa de oferecer aos canonistas e às pessoas interessadas na área do direito canónico uma oportunidade para um encontro de ideias e experiências. Ele surge numa altura em que se procura revitalizar o estudo da ciência canónica em Portugal e do direito civil em matéria eclesíástica. Não temos a pretensão de ser uma grande publicação mas sim um simples instrumento nas mãos de pessoas, instituições e organismos da Igreja e da sociedade civil.”

O Boletim *Forum Canonicum* inclui: editorial, documentos da Igreja, estudos, fórum para respostas a questões, biblioteca jurídica, jurisprudência, comentários e atualidade.

A divulgação do CEDC e das suas atividades, a nível nacional e internacional, tem na publicação do Boletim *Forum Canonicum* um dos seus mais significativos instrumentos.

*Foram publicados* 42 números, sendo 39 números pelo Centro de Estudos de Direito Canónico (CEDC) e os restantes 3 pelo Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC). O Banco Comercial Português subsidiou os primeiros números (números 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11-12, 13-14, 15). A JNICT subsidiou os números 16-17 e 18. A Fundação para a Ciência e Tecnologia subsidiou os números 19 a 42.

Registaram-se com agrado vários pedidos de permuta de publicações com o Boletim *Forum Canonicum: Anuario Argentino de Derecho Canónico* (Argentina); *Anuario de Derecho Eclesiástico del Estado* (Espanha); *Apollinaris* (Pontifícia Universidade Lateranense); *Boletim da Faculdade de Direito* (Universidade de Coimbra); *Coletânea de Jurisprudência* (Coimbra); *Colectánea de Jurisprudencia Canónica* (Espanha); *Commentarium pro Religiosis et Missionariis* (Roma); *Communicationes* (Cidade do Vaticano); *Direito e Pastoral* (Brasil); *L'Année Canonique* (França); *Praxis Iuridique et Religion* (Estrasburgo); *Quaderni di Diritto ecclesiale* (Milão); *The Jurist* (EUA).

Também com agrado registamos os pedidos de assinatura do Boletim.

Em 2006, passados que foram 15 anos, achou-se por bem alterar a natureza e a índole da publicação. O Boletim passou a Revista com o mesmo nome e registo: *Revista Forum Canonicum* – ISSN: 0872-0835.

Em 16 de outubro de 2006, foi a apresentação da Revista. O vol. I da Revista *Forum Canonicum* saiu com os dois fascículos dos dois semestres. Tem 288 páginas. A tiragem é de 500 exemplares. Os autores receberam vinte e cinco exemplares de separatas dos seus artigos publicados na Revista.

A Revista *Forum Canonicum* é publicação semestral, com temas atuais, sobre o Direito Canónico, Direito concordatário, coordenada cientificamente pelo Instituto Superior de Direito Canónico. Conta com a colaboração de autores nacionais e estrangeiros de reconhecido mérito.

Segundo o seu Estatuto Editorial: *Forum Canonicum* é uma revista de Direito Canónico do Instituto Superior de Direito Canónico (ISDC), da Universidade Católica Portuguesa, Portugal. A Revista tem por objetivo promover estudos de Direito Canónico, de Direito eclesiástico do Estado, de Direito das Religiões, entre os canonistas e juristas do País, como meio de contribuir para uma vivência da justiça e da caridade. Propõe-se publicar trabalhos de investigação científica nas áreas referidas no parágrafo anterior, desde que enquadrados no perfil da Revista. *Forum canonicum* é editada em dois fascículos por ano, devendo cada um ser publicado no final do respetivo semestre. Cada fascículo integra, em princípio, as seguintes secções: *Editorial*; *Studia*; *Commentarium*; *Documenta*; *Forum*; *Historicum*; *Jurisprudentia*; *Bibliotheca Iuridica*; *Codexnet*; *Notitiae*. Os trabalhos a publicar devem ter nível científico adequado ao nível universitário

da Revista. Este nível científico é aferido pela Direção e, quando necessário, por Referentes da respetiva especialidade, a convite daquela. A responsabilidade doutrinal, no quadro de um legítimo pluralismo de ideias e opiniões, pertence ao respetivo autor. A responsabilidade legal é garantida pelo Diretor, o qual, para o efeito no plano canónico, procurará obter do Ordinário diocesano o respetivo *Imprimatur*. Os artigos assinados são da responsabilidade dos respetivos autores; os não assinados são da responsabilidade da Redação. A Revista publica trabalhos de autores portugueses e estrangeiros. A Revista publica pelo menos 50% dos seus textos em língua portuguesa, estando aberta à publicação de textos de mérito reconhecido em línguas como o inglês, o francês, o espanhol, o alemão, o italiano. Os autores seguirão determinados critérios metodológicos fundamentais.

O Regulamento da Revista *Forum Canonicum* foi aprovado pelo Conselho de Direção do Instituto Superior de Direito Canónico e homologado pelo Reitor da UCP. Contém vinte artigos agrupados em três capítulos (Natureza e Objetivos, Órgãos de administração da Revista e Disposições finais). A tiragem é de 500 exemplares.

São órgãos da Revista: o Diretor, o Conselho de Redação e o Conselho Científico.

*Em 11 de maio de 2009*, de acordo com o art. 15.º, n.º 3, alínea *d*), do Regulamento da Revista *Forum Canonicum*, o Diretor nomeou para integrarem o Conselho de Redação os seguintes membros: Doutor Ricardo Jorge Alves Ferreira, Doutor Mário Rui Fernandes de Oliveira, Doutor António José Miguel Faustino Falcão e Dr.ª Aurora Martins Madaleno – Secretária. O mandato deste Conselho acompanha o do Diretor da Revista, cuja duração é de um triénio. As suas competências estão definidas no art. 16.º do Regulamento.

*Diretor*: Doutor Manuel Saturino da Costa Gomes, de 2006 a 2011; Doutor João Maria Félix da Costa Seabra, desde 2012.

Na carta aos membros do Conselho Científico da Revista, para efeitos de continuarem a ser incluídos os seus nomes na lista de *referees*, escrevia o Diretor Cónego Doutor João Seabra: “[...] homenagem ao meu predecessor. O Prof. Saturino Gomes fundou na UCP o CEDC, presidiu à sua transformação em ISDC, abriu e levou a termo a primeira licenciatura em Direito Canónico ministrado em Portugal desde 1836, promoveu as Jornadas de Direito Canónico com a publicação das respetivas atas, e dirigiu a revista *Forum Canonicum* durante seis anos. A UCP e a Igreja portuguesa têm para com ele uma dívida de gratidão que não se deve esquecer.”

*Em 14 de fevereiro de 2013*, o Diretor do ISDC Cónego Doutor João Seabra enviou à Entidade Reguladora para a Comunicação Social – Unidade de

Registos, o requerimento para averbamento de alterações na Revista *Forum Canonicum* juntamente com a declaração do Diretor da Revista e do comprovativo de pagamento e a declaração que aceita o cargo de Diretor da publicação *Forum Canonicum*.

Em 18 de março de 2015, por Despacho do Diretor do ISDC, Cónego Doutor João Seabra, nomeia o Cónego Doutor António Ourives Marques e o Padre Gonçalo Fernandes como membros do Conselho de Redação e permanecem no dito Conselho o Monsenhor Doutor Manuel Saturino Costa Gomes, o Padre Doutor Miguel Faustino Falcão, o Padre Doutor Ricardo Alves Ferreira e o próprio Diretor.

*O atual Conselho de Redação:*

Diretor: João Maria Félix da Costa Seabra

Conselho de Redação: António José Miguel Faustino Falcão; Ricardo Jorge Alves Ferreira; Silvestre Ourives Marques.

*O atual Conselho Científico da Revista:* Alberto De La Hera; Alfredo Leite Soares; Domingo Javier Andrès; Dominique Le Tourneau; Héctor Franceschi; Jean-Paul Durand; José Joaquim de Oliveira Branquinho; José Joaquim Almeida Lopes; Juan José García Fáilde; Manuel Alves Lourenço; Manuel de Pinho Ferreira; Manuel Saturino da Costa Gomes; Cardeal D. Péter Erdö; Samuel Saúl Rodrigues. Registamos os três anteriores membros falecidos: D. Eurico Dias Nogueira; José António Gomes da Silva Marques; Julio Manzanares Marijuán.

*Foram publicados* 23 fascículos sendo os de 2006 e os de 2009 em volumes com os dois fascículos dos dois semestres. Aguarda-se a publicação do segundo fascículo de 2017.

Os serviços da Biblioteca João Paulo II, Lisboa, catalogaram os artigos publicados em *Forum Canonicum*, seja como Boletim, seja como Revista. Os dados encontram-se disponíveis em: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucp-tplfac.asp?SSPAGEID=4166&clang=1&artigoID=8262>.

Conforme prática anteriormente estabelecida, foram entregues à Biblioteca João Paulo II várias dezenas de títulos de publicações periódicas nacionais e estrangeiras recebidas ao abrigo de permuta com a Revista *Forum Canonicum*.

Atualmente, temos permuta da nossa Revista com 46 revistas, sendo 40 estrangeiras e 6 nacionais. As nacionais: *Lumen*; *Vida Consagrada*; *Scientia Iuridica* da Universidade do Minho, Braga; *Colectânea de Jurisprudência*; *Cadernos de S. Tomás de Aquino*; *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*.

## Capítulo 22

### **Instituto de Estudos Orientais**

Luís Filipe dos Reis Thomaz

A Universidade Católica Portuguesa recebera do Governo de Macau, da Diocese de Macau e da Fundação Oriente vultosos subsídios para desenvolver os estudos luso-chineses, criando para o efeito um ou mais institutos especializados. Esses subsídios, que totalizavam algumas centenas de milhares de contos, haviam sido aplicados pelo Reitor ao tempo em funções, à construção de uma ala do edifício principal do *campus* de Sintra, destinada a acolher aqueles potenciais institutos de investigação; mas de tais pormenores só mais tarde me vim a inteirar.

Embora sempre tivesse estado mais virado para a Índia e para o Sueste Asiático do que para o Extremo Oriente, entrevendo uma possibilidade de vir a concretizar o projeto que apresentara ao *Praxis XXI*, decidi oferecer-me ao Doutor Manuel Braga da Cruz, então Reitor, para organizar os institutos previstos, que, muito logicamente, o Reitor deliberou fundir num só. Pus como única condição que me fosse dado um secretário que se ocupasse do expediente quotidiano e das tarefas puramente administrativas, de forma a quedar mais livre para o planeamento dos estudos e para a docência. A recetividade do Reitor foi total, e em junho de 2002 fui empossado como diretor do novo Instituto de Estudos Orientais e pude começar de imediato a planear a sua organização. Jorge Flores, meu antigo aluno na Faculdade de Letras e na Universidade Nova aceitou o lugar de secretário, mas poucos meses volvidos foi contratado pela Universidade de Aveiro e deixou o cargo. Substituiu-o outro antigo aluno meu, Paulo de Sousa Pinto, que veio a tornar-se ao longo de nove anos o meu braço direito e o meu colaborador atento e fiel. A vice-reitora de então viria a defini-lo como “a alma do Instituto” – ao que ele retorquiu que era antes o corpo, uma vez que a alma era eu...

Tudo parecia indicar que o novo instituto, que vinha colmatar uma nítida lacuna do nosso sistema de ensino, teria a breve trecho larga aceitação. Foi nessa conformidade que escolhi para ele, no edifício de Sintra, quatro salas da ala sul, que houve que mobilar, destinada uma a gabinete da direção, outra ao secretariado, outra às reuniões dos professores e outra, finalmente, para os projetos

de investigação. Por decisão do Reitor, transferiu-se para uma dessas salas a biblioteca de estudos luso-orientais que os herdeiros do Pe. Doutor António da Silva Rego haviam oferecido à Universidade Católica, enriquecida com algumas ofertas de instituições de Macau e de diversas embaixadas, em particular a da Índia; mas, talvez devido à sua excentricidade, não teve no decurso de nove anos mais que meia dúzia de leitores... Pus entretanto à disposição dos alunos do instituto a minha biblioteca pessoal, que ao tempo contava já cerca de 12 000 títulos, mas raros foram também os estudantes que a frequentaram.

Em otimismo semelhante lavrava a Reitoria, que nomeou para o instituto uma direção de quatro membros, que veio a reunir-se pela primeira vez a 20 de novembro de 2002. A experiência veio a demonstrar que as instalações que ocupávamos eram em boa parte desnecessárias, pois dada a excentricidade do *campus* tudo, na prática, exceto as reuniões da direção veio, a pedido de docentes e discentes, a passar-se em Lisboa. Entretanto a manutenção das instalações que reservávamos – custos de água, eletricidade, limpeza, etc., contabilizados pelos serviços da Reitoria na proporção da área ocupada – veio a tornar-se um fardo a pesar rudemente sobre os orçamentos do instituto. A própria necessidade de uma direção de quatro membros veio a ser posta em causa, decidindo-se ultimamente reduzi-la a dois, o diretor e o secretário, não sem ter entretanto contribuído ponderosamente para o desequilíbrio das nossas finanças.

Previendo-se que os cursos a ministrar fossem alvo de procura sobretudo por parte de estudantes-trabalhadores – professores, jornalistas, diplomatas, empresários com negócios no Oriente, agentes e guias turísticos – decidiu-se desde logo que os cursos funcionariam em regime pós-laboral, de segunda a sexta ao fim da tarde e aos sábados de manhã, tanto mais que a essas horas eram muitas as salas de aula disponíveis na sede da UCP em Lisboa, mais acessível para a esmagadora maioria dos eventuais interessados.

Quanto aos projetos de investigação devo confessar que, ou por estar mais virado para a docência ou por o meu carácter individualista e autossuficiente não me inclinar a deixar-me entusiasmar por trabalhos coletivos, jamais me interessei muito por eles. Tacitamente, deixei-os para um outro membro da direção, com muito mais experiência em tal matéria. Foi decidido começar por um vasto projeto de investigação sobre Timor, cujo resultado final seria uma história geral do território, que acabava de conquistar a sua independência política. Chegou a reunir-se uma equipa de uma vintena de colaboradores a que seriam distribuídos os vários capítulos da obra; mas antes que se tivesse conseguido completar o elenco o coordenador adoeceu gravemente, permanecendo indisponível durante um ano inteiro, após o que, no quadro da reestruturação da direção a que aludimos acima, abandonou o Instituto e o projeto caiu no esquecimento.

A atividade do Instituto de Estudos Orientais veio assim a limitar-se ao ensino, e este ao nível das pós-graduações. Previu-se que os alunos o pudessem frequentar em três regimes diferentes: o regímen ordinário, que conferia um “diploma de estudos orientais” aos licenciados em qualquer ramo que concluíssem com êxito um mínimo de seis disciplinas semestrais; o regímen extraordinário, consistindo na frequência de disciplinas avulsas, de que se passariam certificados a quem as concluísse com sucesso; e o regímen livre, aberto a todos os interessados sem exigência de pré-requisitos nem de prestação de provas, dando direito a um “atestado de frequência” a quem tivesse assistido a um mínimo de 75% das aulas.

Quanto aos conteúdos do ensino, inspirei-me nos programas não só do Institut National des Langues et Civilisations Orientales de Paris, onde estudara, mas também no de instituições congêneres com que mantinha contactos, nomeadamente o Istituto Universitario Orientale de Nápoles, a School of Oriental and African Studies de Londres e a Universidade de Leida, na Holanda. Como tive já ocasião de adiantar, desagradava-me no sistema francês a demasiada fragmentação das matérias; por isso exigí sempre dos docentes que recrutei que versassem programas panorâmicos, que facultassem aos alunos um quadro geral, em que facilmente pudessem depois enquadrar os conhecimentos especializados que pouco a pouco fossem adquirindo; e fiz desse carácter condição *sine qua non* para aprovar os programas que me apresentassem. A meu ver, o instituto de Paris – *les Langues O'*, como familiarmente é designado – ressentia-se, por outro lado, do seu historial, pois começara por ser a escola de intérpretes da Companhia Francesa das Índias Orientais, e continuava a fazer do ensino das línguas o cerne da sua atividade; a história, a geografia, a literatura e outras matérias no género eram consideradas como que um complemento, destinado a fornecer ao aprendizado das línguas um mínimo de enquadramento cultural. Em Paris, porém, havia outras instituições, como a École Pratique des Hautes Études e a École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde essas outras matérias podiam facilmente ser aprofundadas, o que não sucedia em Portugal. Inclina-me, por isso, mais para o modelo de Londres, onde matérias como a etnologia, a economia, a história, a sociologia, etc., dispunham de maior peso. Aliás, o presidente de uma das entidades doadoras que haviam possibilitado a criação do nosso instituto havia declarado ao Reitor que o seu ideal era fomentar a criação em Portugal de algo como a School of Oriental and African Studies londrina. Foi o que busquei fazer, ainda que em miniatura.

Quanto ao âmbito geográfico das matérias a professor parecia-me que deveriam ser no seu conjunto todas as civilizações não ocidentais, ou seja, não saídas da dupla matriz greco-romana e judeo-cristã de que emergiu a nossa, incluindo

além das da Ásia as da África, da Oceânia e da América Pré-Colombina, como nas escolas de Londres e de Paris se pratica. Aliás o termo *oriental* é, como os topónimos, dotado de extensão mas desprovido de compreensão, uma vez que, por exemplo, a civilização islâmica nada tem em comum com a do Japão, nem mesmo a da Índia com a do Império do Meio; é apenas por tradição e por comodidade que continua a empregar-se. Ofereceu-se-nos uma oportunidade de introduzir entre nós o estudo das civilizações americanas quando um jovem licenciado da Universidade Nova de Lisboa, que se interessava em especial pelos astecas, decidiu concorrer às bolsas de estudo oferecidas pela embaixada mexicana para cursar no México um mestrado de Civilizações Pré-Colombinas. Estimulei-o vivamente a dar esse passo e constituí-me seu garante perante a embaixada, prometendo-lhe ao mesmo tempo que logo que regressasse abriria no instituto uma disciplina sobre esse ramo do saber.

Para as demais matérias recrutei os docentes sobretudo de entre os meus antigos alunos da Universidade Nova que haviam concluído pelo menos o mestrado. As matérias foram agrupadas por áreas culturais em disciplinas de *HCC*, isto é, de História, Cultura e Civilização de cada uma das diversas áreas. Para a História Moderna e Contemporânea, em que a interação e a interdependência entre os diversos espaços é muito mais acentuada, optou-se, contudo, pela visão panorâmica a nível pan-asiático. Para o ensino das línguas preocupei-me preferentemente com o saber específico dos docentes, independentemente do grau académico que possuísem. Como em qualquer caso, era o conhecimento de cada particular matéria mais do que a qualificação escolar do docente o que importava, propus ao Reitor que se fizesse a todos o mesmo pagamento, o que foi aceito; uma vez que não havia possibilidade de celebrar contratos todos seriam pagos à hora, a uma tarifa aproximadamente idêntica à que se pagava nas universidades do estado aos professores auxiliares nas mesmas circunstâncias. Como salvo um ou outro raro caso não era, dada a especificidade das matérias, possível que o mesmo docente ensinasse mais de uma ou quando muito duas, tornava-se impossível ter professores a tempo inteiro. O instituto viveu assim durante nove anos da boa vontade dos docentes que, estoicamente, aceitaram dar aulas e receber estipêndio quando tivessem alunos nas suas disciplinas e jejuar de atividade e de ordenado quando os não tivessem.

Foi sobre estas bases que no verão de 2002 demos início às nossas atividades com três cursos livres gratuitos, um sobre a Índia, outro sobre o Sueste Asiático e outro sobre Civilizações Pre-Colombinas, que os respetivos docentes, para promoção do Instituto, aceitaram ministrar gratuitamente; e pouco depois organizámos uma mesa-redonda sobre o tema, sempre atual, *As Religiões e a Guerra*. Ao mesmo tempo, através de anúncios nos jornais, de brochuras que se

mandaram imprimir e de cartazes que se distribuíram por escolas, bibliotecas e livrarias, tornou-se público que o Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa iniciaria a sua atividade docente regular no ano letivo de 2003–2004.

Previa-se a abertura das seguintes disciplinas semestrais:

- *HCC do Mundo Muçulmano*, a cargo de Eva Maria von Kemnitz;
- *HCC da Índia*, a cargo de Luís Filipe Thomaz;
- *HCC da China*, a cargo de Jorge Santos Alves;
- *HCC do Japão e da Coreia*, a cargo de Ana Fernandes Pinto;
- *HCC do Sueste Asiático*, a cargo de Jorge Santos Alves;
- *HCC da Ásia Interior*, a cargo de João Pedro Marques;
- *História e Cultura dos Cristãos Orientais*, a cargo de Luís Filipe Thomaz;
- *História Moderna da Ásia*, a cargo de João Teles e Cunha;
- *História Contemporânea da Ásia*, a cargo de António Vale; e
- *Geografia Política & Económica da Ásia Contemporânea*, a cargo de António Barbedo de Magalhães e Halima Naimova (mais tarde substituídos por Luís Mah).

Em anos ulteriores, no sentido de alargar o leque e descentrar do passado o nosso ensino, vieram a incluir-se na lista mais algumas matérias complementares, tais como: *Civilizações Africanas* (a cargo de Jill Dias e, após o seu falecimento, de João Pedro Simões Marques), *Civilizações Pré-Colombinas* (a cargo de Miguel Conde), *Presenças Europeias na Ásia* (a cargo de Paulo Pinto), *Modernos Estados da Ásia* (a cargo de João Teles e Cunha e Manuel Lobato) e *Ásia Contemporânea* (a cargo de Luís Mah).

Como línguas oferecia-se o ensino anual de *Árabe* (a cargo de Margaret Wardian), *Persa* (Halima Naimova), *Sânscrito* (Luís Filipe Thomaz e Sérgio Barros), *Hindi* (Roopanjali Roy), *Malaio-Indonésio* (Luís Filipe Thomaz e Maria Manuel Bandeira das Neves), *Chinês* (Maria José Trigo) e *Japonês* (Chieko Masuda, depois substituída por Yuko Kase). Mais tarde juntaram-se à lista: *Birmanês* (Maria Ana Marques Guedes), *Russo* (Halima Naimova) e *Copta* (Adels Sidarus), mas sem êxito, pois por parte dos estudantes a sua procura foi nula. O mesmo sucedeu com o Hindi, com o Malaio-Indonésio e com o Birmanês, que nunca chegaram a funcionar, vindo o Sânscrito e o Persa a funcionar durante apenas um ano cada um, pois nos outros não apareceram interessados. As únicas línguas que assim vieram a ser ensinadas de forma regular foram o Árabe, o Chinês e, em menor medida, o Japonês.

Uma vez que o Instituto não era uma faculdade, quedava-lhe vedado ministrar cursos de licenciatura; mas isso não me causou grande preocupação, pois estava cômico de que, a não ser como variante de por exemplo uma licenciatura em História ou em Linguística, uma licenciatura em estudos orientais puros e duros não teria saídas profissionais e não atrairia estudantes. Concentrámo-nos, por isso, em cursos de pós-graduação, embora abrindo aos alunos das várias licenciaturas da Universidade as nossas cadeiras como matérias de opção.

Este sistema manteve-se em vigor até à adoção do famigerado “Protocolo de Bolonha” em 2007–2008. Foram-se-lhe contudo introduzindo, a cada ano letivo, pequenos retoques e revisões. O principal teve lugar logo em 2004–2005: a subdivisão da pós-graduação, que passou a compreender dois tipos: Estudos Orientais Gerais, compreendendo apenas unidades de *HCC*, a eleger pelo aluno de entre todas as do elenco oferecido, e pós-graduação com especialização numa dada área cultural, incluindo obrigatoriamente o estudo de uma língua da respetiva área. As áreas contempladas foram os “estudos sino-japoneses”, os “estudos indianos”, os “estudos sueste-asiáticos” e os “estudos de civilização islâmica”. Mais tarde, os “estudos sino-japoneses” viriam a ser subdivididos em “estudos chineses” e “estudos japoneses”. Outra inovação, que se introduziu no ano imediato, foi a subdivisão das disciplinas de *HCC*, que eram todas semestrais – o que se veio a revelar insuficiente para proporcionar aos estudantes uma abordagem séria a áreas culturais tão ricas como eram nomeadamente a China, a Índia e o Mundo Muçulmano – em dois níveis, tornando-as assim na prática anuais. O ensino de *HCC da Índia* foi partilhado entre Luís Filipe Thomaz e João Teles e Cunha, o de *HCC do Sueste Asiático* entre Jorge Santos Alves e Manuel Lobato e o de *HCC da China* entre Isabel Pina e Jorge Santos Alves.

Abertas, durante os meses de julho e setembro de 2003, as primeiras inscrições para o Instituto, o resultado foi uma tremenda desilusão: contra toda a expectativa, quer nossa quer da Reitoria, inscreveram-se apenas onze alunos.

Fui então obrigado a, invocando os vultosos subsídios recebidos de diversas entidades para fundar o Instituto, propor à Reitoria que, a título de promoção do produto, a Universidade suportasse as perdas económicas resultantes do fraco montante de propinas a cobrar e autorizasse, mesmo assim, a abertura do curso – ao que o Reitor acedeu de boa mente. Nos anos imediatos a situação não melhorou grandemente, pois a despeito de todos os esforços feitos, quer através da publicitação do Instituto quer através dos retoques nos seus cursos, o número de alunos inscritos jamais ultrapassou os 74, contando os que se inscreveram para frequentar uma única disciplina. De acordo com a direção, adotei como norma apenas abrir em cada ano ao público as disciplinas em que, de harmonia com os cálculos de Paulo Pinto, assim obrigado a dedicar-se à matemática,

o número de alunos inscritos permitisse pagar sem prejuízo a respectiva docência; deste modo se obteve, por assim dizer platonicamente, que o déficit do Instituto incidisse apenas sobre as despesas gerais, como as de água, luz, limpeza e aquecimento e sobre o quinhão nos demais gastos genéricos da Universidade imputados pela contabilidade da Reitoria. Como veremos mais abaixo, esta e o Conselho Superior da Universidade aceitaram estoicamente a situação durante sete anos, e foi o que permitiu ao Instituto continuar funcionando.

Ao problema da pouquidão numérica de alunos juntava-se o da sua inconstância, pois havia-os que se inscreviam fora de todos os prazos, que desistiam da inscrição já feita, que mudavam de disciplinas ou que após terem frequentado o primeiro semestre se não inscreviam para o segundo. As mudanças extemporâneas de disciplinas e sobretudo as desistências falseavam bastas vezes os nossos cálculos de viabilidade económica, já que não era possível depois de iniciadas as aulas suspender o ensino de uma matéria por múngua de cobertura das despesas pelas receitas. Propus por isso aos Serviços Escolares que no ato da inscrição os candidatos fossem obrigados a pagar por multibanco uma caução, que lhes não seria devolvida no caso de desistirem da frequência; mas os serviços informaram-me que, por diversas razões técnicas que não recordo já, tal não era possível.

Foi nestas circunstâncias que, numa tentativa de tornarmos, sem aumento de custos, o mais polivalente possível o nosso ensino, por forma a angariarmos mais alunos, tentámos estabelecer protocolos de cooperação e parcerias com diversas entidades, tanto dentro como fora da Universidade Católica.

Dentro, contactei a Faculdade de Economia, a de Ciências Humanas e a de Teologia, bem assim como o Instituto de Ciências Políticas. Com a primeira os resultados foram fracos, pois a respectiva direção pouco se interessou, e nem sequer consegui ter com elas uma reunião assentada; no entanto houve dois ou três dos seus alunos que vieram a inscrever-se em Chinês, como disciplina de opção. A segunda – embora o seu diretor me tivesse de começo desmoralizado, ao confessar que “tomara que os alunos soubessem inglês e francês, quanto mais árabe e chinês” – decidiu-se logo no ano letivo de 2004–2005, a abrir de parceria com o Instituto uma pós-graduação em História da Ásia, dando acesso ao seu mestrado em História; compor-se-ia de seis disciplinas semestrais, a escolher de entre as da nossa pós-graduação em “Estudos Orientais Gerais”, ou seja, as de HCC e similares, com exclusão das línguas, substituíveis por outras tantas das demais variantes da pós-graduação em História oferecidas por aquela faculdade. Não houve, no entanto, nem nesse ano letivo nem no seguinte, procura por parte dos estudantes, e nem as pós-graduações nem o mestrado chegaram a funcionar. Assim, abortou o projeto *in ovo*. Houve contudo, mais tarde, alguns alunos da faculdade que se inscreveram nas aulas de Chinês como opção.

Com o Instituto de Ciências Políticas, após um contacto muito positivo com o respetivo diretor, as negociações acabaram por se gorar, pois a pessoa por ele nomeada para estudar os detalhes da colaboração a desenvolver e que eu designei apresentaram-me um projeto que consistia em reduzir praticamente o Instituto de Estudos Orientais a uma instância auxiliar do de Estudos Políticos, onde se ministrariam apenas as disciplinas que interessassem àquele – o que liminarmente rejeitei.

Foi assim apenas com a Faculdade de Teologia que desenvolvemos a cooperação, criando a partir de 2005–2006, no âmbito das “Ciências da Religião” um “Mestrado em Ciências Religiosas – História e Teologia das Religiões”, que tampouco despertou grande interesse. Previam-se, além de dois seminários semestrais, dez disciplinas, de que cinco, focando a História das Religiões, seriam ministradas por docentes do Instituto enquanto as outras cinco, sobre Teologia das Religiões, ficariam a cargo dos docentes de Teologia. Incluía-se uma disciplina de “Religiões da América Pré-Colombina”, a cargo do mestrando que enviáramos ao México e entretanto regressara. Como o número de inscritos não justificava a abertura de novas cadeiras, optámos nos anos imediatos por utilizar como opções as disciplinas de HCC com mais elevado teor de conteúdo religioso, como a HCC da Índia e a do Mundo Muçulmano, e, bem entendido, o Cristianismo Oriental. Esta solução, evitando o desdobramento de disciplinas, tinha a vantagem de não aumentar os encargos financeiros do Instituto, nem os da Faculdade de Teologia. Pedagogicamente oferecia a vantagem de apresentar cada religião dentro do seu contexto histórico e cultural, como parte que em certo sentido é de um todo mais vasto; mas a desvantagem de fechar o leque de opções, dada a elevada carga horária de cada disciplina. A procura não foi grande, mas a parceria granjeou-nos de aí em diante uma média de dois ou três alunos a mais nessas cadeiras; e houve alguns que chegaram a elaborar teses e a concluir assim o seu mestrado.

Também em parceria com a Faculdade de Teologia organizámos um curso livre sobre *Vivências Religiosas Contemporâneas*, composto de dez lições, agrupadas duas a duas nas tardes de quinta-feira. Intervieram:

- Adel Sidarus, que falou sobre *Os Coptas: cristãos do vale do Nilo* e em seguida sobre *Islão e muçulmanos hoje: uma aproximação histórica e sociopolítica*;
- Ana Maria Marques Guedes, sobre *Budismo e herança animista na Birmânia*;
- Mostafá Zekri, sobre *Movimentos intelectuais muçulmanos perante a Modernidade e a hegemonia ocidental*;
- Jorge Santos Alves, sobre *O Islão no Mundo malaio-indonésio*;
- Miguel Conde, sobre *Religiosidades pré-colombinas e suas persistências*;

- Rosa Pérez, sobre *Vivências hindus no Guzerate*; e
- Carimo Mohamed, sobre *O ismaelismo no mundo contemporâneo*.

O ciclo concluiu com uma “mesa-redonda” em que se juntaram os oradores precedentes.

Para além das parcerias, um outro expediente a que me ocorreu recorrer foi o de fugir para a frente, abrindo ao lado da pós-graduação em Estudos Orientais uma em Estudos Africanos. Procuraria assim afirmar a nível nacional o lugar do Instituto no panorama do nosso ensino, todo ele marcadamente eurocêntrico. A solução era perigosa, pois ao contrário das parcerias de que falámos acima e das que trataremos em seguida exigiria a abertura de novas cadeiras e o recrutamento de mais docentes. O Reitor mostrou-se reticente, pois funcionava no Instituto de Estudos Europeus uma pós-graduação em Estudos Africanos para o Desenvolvimento; e encomendou-me que nada fizesse sem os contactar. Assim o fiz. A estrutura e o conteúdo da pós-graduação, virada, como o seu intitulado mostrava, para o desenvolvimento scioeconómico, nada tinham a ver com os que imaginara para o nosso; mas rendi-me ao argumento que me foi apresentado: era já com dificuldade que no Centro de Estudos Europeus se conseguia reunir o número mínimo de estudantes para que o curso fosse economicamente viável. Se na mesma universidade aparecesse outro curso, ainda que assaz diferente, sobre estudos também africanos, fariam concorrência um ao outro e provavelmente nenhum dos dois conseguiria abrir. Outro sonho que me passou pela mente foi a de uma pós-graduação em Estudos Americanos; mas o insucesso da disciplina de Civilizações Pré-Colombinas, para que abríamos inscrições mas para que, a despeito da propaganda que se fez, apenas apareceram dois candidatos, levou-me a desistir.

Outra hipótese que considerámos foi a do ensino à distância, o chamado *e-learning*. A Faculdade de Teologia utilizava-o, o que permitia que, por exemplo, missionários e irmãs-missionárias nas mais remotas regiões de Angola seguissem os seus cursos e assim preparassem os seus mestrados. Tive uma prolongada reunião com o responsável pelo sistema na Universidade Católica e em seguida uma outra, em que este se prontificou a participar, com todos os nossos docentes. Surgiram duas dificuldades: a menor era o facto de a montagem do sistema implicar um pesado investimento inicial – o que se poderia contornar obtendo de qualquer entidade filantrópica um subsídio para o efeito. A maior parecia, contudo, insuperável, e foi o que, após certa hesitação, nos levou a desistir: como tudo se passava por escrito, o ensino das línguas quedaria amputado de quanto respeitasse à pronúncia e à oralidade, o que mesmo no caso de línguas mortas como o sânscrito era inaceitável.

Tive entretanto uma reunião com o reitor do Instituto Universitário de Macau que se deslocara a Portugal e pedira para se reunir comigo. Propôs-me que nos encarregássemos do acolhimento aos estudantes chineses que vinham estudar para o nosso país, orientando-os, tratando de lhes arranjar alojamento, etc. Visto o assunto em reunião de direção foi parecer unânime de que não havia o direito de sobrecarregar Paulo Pinto, que estava contratado a tempo parcial, com tais tarefas, a não ser que o Instituto Universitário de Macau se dispusesse a pagar-lhe as horas extraordinárias. Transmisti essa informação ao reitor, mas jamais recebi qualquer resposta, nem fui por ele contactado aquando de ulteriores visitas a Portugal.

Fora da UCP, considerando que os nossos cursos interessariam particularmente os guias e os agentes turísticos, tentámos em primeiro lugar desenvolver a cooperação com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, onde tive a sorte de achar como interlocutor um antigo aluno e velho amigo meu, o que facilitava singularmente as coisas. Infelizmente, tudo leva a crer que para além dele ninguém mais na Escola se interessou seriamente pelo projeto. Acor-dámos em lançar, logo em 2004-2005, uma pós-graduação em “Informação Turística Internacional / Ásia”, composta de seis disciplinas, três a escolher de entre as nossas e as outras três a definir pela Escola. Imprimiram-se brochuras e cartazes e fizeram-se anúncios nos jornais; e para apresentar o Instituto e chamar a atenção para o interesse dos temas a que nos dedicávamos, organizámos, como no ano anterior havíamos feito na Universidade Católica, um curso livre gratuito aberto a todos os interessados; o tema foi o *Ikebana*, a arte tradicional japonesa de arranjar flores. A assistência foi relativamente numerosa, o que nos foi animador; sem embargo, na pós-graduação anual inscreveu-se, se não lavro em erro, uma única aluna; o curso não chegou por isso a funcionar e a aluna interessada acabou por se transferir para o nosso instituto. O mesmo se passou com um curso de formação sobre “História e Cultura do Japão” em 12 lições, que teriam lugar na Escola de Hotelaria às segundas e quartas-feiras durante mês e meio, em horário pós-laboral, completado por um formação prática em caligrafia, arranjos florais, arranjos de papel, jogos tradicionais e gastronomia que teria lugar aos sábados. Um curso de japonês que igualmente lançámos atraiu, ao invés, alguns interessados; mas a breve trecho se desinteressaram, desistindo sem pagar as propinas, e o Instituto teve de suportar o prejuízo decorrente do estipêndio devido à respetiva professora. O mesmo se passou no ano letivo imediato, após o que nos vimos obrigados a desistir.

A única parceria que veio a funcionar efetivamente foi a que estabelecemos com o Instituto Diplomático, órgão do Ministério dos Negócios Estrangeiros encarregado da formação dos diplomatas. Estabelecidos os contactos preliminares

com o respetivo diretor, redigiu-se um protocolo, que foi solenemente assinado com o Secretário-Geral do Ministério numa cerimónia que teve lugar no Palácio das Necessidades. O acordo previa que o Instituto ministrasse aos diplomatas em formação o ensino de línguas orientais e concedia aos que desejassem seguir na sua integralidade os nossos cursos uma pequena redução de propinas. A língua que naturalmente mais lhes interessava era o Árabe, visto ser a língua oficial de quase dúzia e meia de países, onde a probabilidade de um diplomata vir a ser colocado era, por conseguinte, bem maior do que no caso do Persa, do Chinês ou do Japonês. Por conveniência dos alunos, as aulas teriam de decorrer nas Necessidades e à hora do almoço, o que nos obrigava a subdividir as turmas e a pagar horas extraordinárias à docente da matéria; mas mesmo assim valia a pena, pois além de haver uma pequena percentagem das propinas que revertia para o Instituto este marcava a sua posição no panorama cultural do País e saía prestigiado. O sistema veio assim a funcionar satisfatoriamente pelo menos até aos finais de 2011, em que abandonei a direção do Instituto.

Como mesmo assim as nossas finanças permaneciam fortemente deficitárias, procurámos contornar por outra via o problema mediante a obtenção de subsídios para certos ensinamentos especializados. Foram numerosas as entidades que procurei contactar, sempre sem êxito. O Reitor sugeriu-me que tentasse a Fundação Jorge Álvares e eu, sabendo que o General Rocha Vieira, meu velho amigo, era aí influente, dirigi-me a ele, que me remeteu para o Dr. Guilherme Valente, que me acolheu favoravelmente. Formulado o pedido oficial, a Fundação aceitou financiar o ensino do Chinês, o que veio a fazer até ao último ano da minha gerência no Instituto. Era um bom contributo não só para o equilíbrio das nossas finanças como para o nosso sossego, pois libertava-nos da preocupação de contabilizar constantemente os alunos no ativo. Mais tarde, a Fundação Toyota ofereceu-se à Reitoria para apoiar qualquer atividade na Universidade Católica, de preferência nos domínios da economia ou da engenharia. O Reitor conseguiu no entanto persuadi-los a financiar antes o ensino do Japonês, mais carenciado do que aquelas outras disciplinas, o que veio a suceder durante um ano, não se obtendo, todavia, após ele a renovação do apoio.

A Câmara de Comércio Luso-Árabe, que sondei, declarou não ter fundos suficientes para poder apoiar o ensino do Árabe; e as reuniões que eu e o Paulo Pinto tivemos com a Embaixada do Japão e com a Câmara de Comércio Luso-Chinesa tampouco produziram frutos.

A cooperação que estabelecemos com as embaixadas de outros países não visava, naturalmente, obter apoios para o nosso ensino de rotina; cifrou-se por isso as mais das vezes a cursos de extensão e atividades complementares – suscetíveis, porém, de granjear ao Instituto visibilidade e prestígio, e assim

contribuir para nos angariar estudantes. A única exceção que se nos desenhou acabou, também ela, por não surtir efeito. Como embaixadora da Índia no nosso país esteve durante um triénio uma pessoa decididamente virada para os assuntos culturais, a Dr.<sup>a</sup> Madhu Bahaduri. Um antigo embaixador indiano aqui, o Dr. Haksar, com quem eu tivera muitos contactos ao tempo em que ensinava ainda na Universidade Nova, falara-lhe de mim, e ela contactou-me desde que chego a Lisboa. Mais tarde obteve-me um convite do *Indian Council for Cultural Relations* para visitar durante duas semanas diversas universidades e instituições culturais da Índia, o que me foi deveras útil para fazer uma ideia mais clara do panorama cultural do País. Veio depois a convidar igualmente o reitor da UCP para visitar a Índia, mas as múltiplas tarefas que o assoberbavam na reitoria não lhe permitiram concretizar o projeto.

Ao terminar o seu mandato a embaixadora Madhu Bahaduri propôs ao Indian Council for Cultural Relations que, no âmbito de um acordo cultural que fora assinado entre ambos os países, colocasse no nosso Instituto um docente. A embaixadora que entretanto a substituiu quis visitar as nossas instalações e tomar conhecimento dos conteúdos dos nossos cursos, do que tudo a informei amplamente. Remeteu-me então para o funcionário da embaixada encarregado do processo, que me entregou cópia dos protocolos celebrados entre o Indian Council e a Universidade de Calgary no Canadá, pedindo-me que redigisse um de teor semelhante. Verifiquei então que, ao contrário do que me dera a entender a embaixadora, seria necessário que o Instituto não só fornecesse ao docente a destacar para o nosso país alojamento, mas lhe pagasse o salário de um professor português a tempo inteiro, responsabilizando-se o Indian Council, se bem entendi, apenas pelas viagens. Tentei ainda estudar a hipótese de pedir que fosse destacado por exemplo um professor economista, que pudesse acumular com as poucas horas que teria a lecionar no Instituto a docência de qualquer matéria na Faculdade de Economia; mas essa hipótese acabou por se revelar inviável, e o projeto morreu assim.

Foi assim apenas com o apoio da Fundação Luso-Americana e da Fundação Calouste Gulbenkian – o que nos permitiu trazer a Lisboa dois professores indianos que ensinam na América – que organizámos entretanto um ciclo de conferências sobre o tema *A Índia e o Islão*, em que foram tratados os temas seguintes:

- *Hindus e Muçulmanos no Guzarate atual: encontros e desencontros*, por Rosa Maria Perez (ISCTE);
- *A política religiosa dos imperadores mogóis aos olhos dos Jesuítas (c. 1580-1650)*, por Jorge Manuel Flores (Universidade de Aveiro);

- *Arte cristã num mundo islâmico*, por Nuno Vassallo e Silva (Museu Calouste Gulbenkian);
- *Portugueses, Abexins, Persas e Decanins: jogos do poder no Decão quinhentista*, por Luís Filipe Thomaz (IEO, UCP);
- *Idioms of the Indo-Muslim politics*, por Muzaffar Alam (Universidade de Chicago); e
- *A visão do Mundo na Índia dos Mogóis*, por Sanjay Subrahmanyam (Universidade da Califórnia, Los Angeles).

Em colaboração com a Fundação Oriente organizámos igualmente, no auditório desta, ao tempo ainda na Rua do Salitre, um ciclo de cinco conferências intitulado *Olhares sobre a Indonésia*, em que se versaram os seguintes temas:

- *Barus: un port médiéval de Sumatra, le camphre et l’or*, por Claude Guillot (Centre National de la Recherche Scientifique, diretor das escavações arqueológicas em Barus);
- *Les Cités-États portuaires du Monde Malais: ancienneté et permanence des formes urbaines*, por Pierre-Yves Manguin (École Française d’Extrême Orient, Paris);
- *Indonésia: a difícil transição para a democracia*, por António Barbedo de Magalhães (Universidade do Porto);
- *A finisterra do Islão: as ilhas de Maluco*, por Manuel Lobato (Instituto de Investigação Científica Tropical);
- *Unidade na diversidade: a Indonésia, mosaico de povos e culturas*, por Luís Filipe Thomaz (IEO, UCP).

Mais tarde, em colaboração com a Embaixada da Indonésia e com o apoio da Associação Luso-Indonésia para a Amizade e Cooperação organizámos um seminário de um dia sobre o tema geral *Desafios do Multiculturalismo na Sociedade Indonésia Contemporânea*, em que para além dos discursos protocolares do Embaixador e do Reitor, intervieram os oradores seguintes:

- Widjayanti Santoso (do Institute of Science da Indonésia), que versou o tema *Woman and Islam in Indonesia: Contemporary Discussion of Multiculturalism in Indonesia*;
- Maria Manuela Bandeira (IEO, UCP), *Pluralismo Cultural na Indonésia: o caso de Bali e Flores Oriental*;

- Tanete A. Pong Masak (Universidade Católica Atmajaya de Jacarta): *Proposing an International Conference on Toraja: Toraja Culture as a Symbol of Indonesian Multiculturalism and Genius Loci*;
- Luís Filipe Thomaz (IEO, UCP): *O pluralismo cultural indonésio de uma perspectiva histórica*.

Entretanto, as Filipinas haviam decidido reabrir a sua embaixada em Lisboa, encerrada havia anos. A embaixadora nomeada para o cargo contactou-me, rogando que organizasse qualquer evento cultural que chamasse a atenção para o seu país. De colaboração com a embaixada, que nos ofereceu um almoço, que foi ao mesmo tempo uma mostra de culinária local, organizamos então um colóquio de um dia, em que intervieram os oradores seguintes que focaram os seguintes temas:

- Armando Marques Guedes (Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa), *Singularidades das Filipinas*;
- Miguel Rodrigues Lourenço (Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa), *Marcos de diferenciação das Filipinas na cartografia luso-castelhana do século XVI*;
- Manuel Lobato (Instituto de Investigação Científica Tropical), *As relações entre as Filipinas e as ilhas Molucas nos séculos XVI e XVII*; Paulo Pinto, *Um interface Ásia/América – as Filipinas no contexto do Império dos Habsburgos*.

Também a embaixada do Irão se dirigiu à Universidade Católica Portuguesa no sentido de estabelecer cooperação e promover a sua cultura. Em colaboração com ela organizámos uma “Semana Cultural do Irão”, comportando diversas conferências, uma exposição de objetos artísticos emprestados pela embaixada, de livros cedidos pela biblioteca e de miniaturas persas de uma coleção particular, e outra ainda de numismática do Irão, organizada pelo Instituto; esta, que cobria todo o período desde a época aqueménida (séc. VI a. C.) aos nossos dias, ficou, finda a Semana, ainda um mês exposta ao público na biblioteca da UCP. A semana abriu com uma conferência do embaixador Seyed Rasool Mohajer sobre o tema *Iran, 30 years after the Islamic Revolution*, e encerrou-se no dia do *Nouruz* ou Ano Novo Persa (21 de março) com um seminário, que foi a atividade do Instituto que mais público juntou, constituído por três conferências por docentes nossos: uma de Halima Naimova, intitulada *Intermezzo Persa*, em que focou a renovação da literatura persa pela dinastia Samânida (894-999), outra de João Teles e Cunha sobre *A Pérsia Safávida aos olhos dos Portugueses*, e outra do autor destas linhas sobre *Os Persas na Índia de Quinhentos*. Em prolongamento

da semana apresentou-se ao longo de dois meses um ciclo de cinema iraniano, que se estendeu por cerca de dois meses. Dado o êxito alcançado, decidimos repetir no ano imediato a experiência no polo do Porto da Universidade Católica, suscitando o mesmo interesse. Pensou-se ainda em repeti-la na Faculdade de Filosofia de Braga, mas esta acabou por considerar que a matéria, focando predominantemente a História, estava longe das suas preocupações.

Outro país com que estabelecemos cooperação foi a Formosa, oficialmente designada por República da China. A sua representação em Portugal – designada, como nos outros países que mantêm relações diplomáticas com a China Continental por “Centro Económico e Cultural de Taipei” – contactou-nos e, na sequência desse contacto, convidámos o seu presidente, o Dr. Diego Chou, que era doutor em História, a pronunciar no Instituto uma conferência sobre o tema *La inmigración china en América Latina (siglos XIX y XX)*. Mais tarde, foi assinado um protocolo de cooperação entre o Centro e a Reitoria que previa nomeadamente a concessão de bolsas de estudo aos nossos alunos que pretendessem fazer estudos de chinês ou de civilização chinesa em Taiwan.

Ainda que mais pontualmente, estabelecemos também colaboração com a Embaixada da Argélia, celebrando o bicentenário da Trégua entre Portugal e a Regência de Argel com uma sessão em que usaram da palavra a embaixadora da Argélia em Portugal, Fatiha Selmane, e a nossa docente de Civilização Islâmica, Eva Maria von Kemnitz.

A Universidade Católica Portuguesa mantinha de há muito excelentes relações com a Comunidade Ismaelita, sua vizinha na zona de Palma de Cima; e em 2003 o Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa publicara, em tradução de Paulo Pinto, a *Breve História dos Ismaelitas – Tradições de uma Comunidade Muçulmana*, de Farhad Daftary. Mais tarde, numa sessão solene a que esteve presente S. A. o Agha Khan, foi assinado entre as duas instituições um protocolo de cooperação. Pouco tempo antes de eu abandonar a direção do Instituto, o Centro Cultural Ismaelita convidou-me a participar em Londres, como ouvinte, num colóquio sobre Direito Muçulmano. Na reunião que se seguiu, em que se discutiram ulteriores modalidades de colaboração, sugeri que organizássemos em Lisboa um colóquio sobre o estatuto legal das minorias religiosas ao longo dos séculos e na atualidade. O colóquio veio de facto a realizar-se, segundo creio, sob a responsabilidade da Faculdade de Teologia e do Instituto de Direito Canónico, mas num momento em que eu deixara já o Instituto de Estudos Orientais.

Foi no último ano de vigência do “antigo regime”, antes da criação do mes-trado de Estudos Orientais no “regime de Bolonha”, em 2016, que se produziu em Timor uma grave crise política, visivelmente estimulada pela Austrália, que

inteligentemente se aproveitou de algumas tensões internas existentes para criar um bom pretexto para ocupar o jovem país com topas suas. A direção do Instituto entendeu que era quase um dever seu para com a sociedade portuguesa e para com o país irmão organizar um debate sobre o caso, tentando assim esclarecer a opinião pública. Com três meses de intervalo, organizámos sobre o assunto duas “mesas-redondas”. A primeira teve a participação de José Mattoso, Rui Marques, Alberto Araújo, António Barbedo de Magalhães e Luís Filipe Thomaz, e a segunda a de Luís Filipe Thomaz, António Barbedo de Magalhães e Alberto Araújo.

### **Sob o signo de Bolonha**

Foi neste íterim que o governo decidiu aderir ao famigerado Protocolo de Bolonha. Embora *à contre cœur* – pois implicava uma regressão no nível do nosso ensino superior e, conseqüentemente, a uma institucionalização da mediocridade – a Universidade Católica decidiu adotá-lo, sem o que corria o risco de se deixar ficar para trás e perder o lugar que detinha no mercado do ensino, uma vez que o reconhecimento internacional dos cursos que frequentavam e dos graus que obtinham era, para os estudantes, um poderoso atrativo.

A entrada em vigor da legislação que aplicava no nosso país o Protocolo de Bolonha não implicava necessariamente grandes transformações nos planos de estudo do Instituto, uma vez que afetava sobretudo a estrutura dos cursos de licenciatura, forçados a reduzir-se a três anos. Parecia-me que o crescimento do Instituto ao longo dos quatro anos de funcionamento efetivo que levava, embora lento, parecia indiciar uma tendência para o aumento da procura dos nossos cursos, à medida que a existência do Instituto se ia tornando conhecida e que se ia impondo pela boa qualidade e nível do ensino – de que era essencial não abdicar, a despeito das limitações do nosso meio cultural no que toca a docentes habilitados, bibliotecas especializadas, etc. Afigurava-se-nos até que a adoção do Protocolo podia ter efeitos positivos no crescimento do Instituto por diversas vias. Por um lado, porque criava uma maior flexibilidade dos currículos, favorecendo assim uma maior circulação dos estudantes pelos diversos ramos do saber, e abrindo até a possibilidade de o aluno construir o seu próprio currículo escolhendo, por contrato com o estabelecimento de ensino onde efetuasse a sua formação básica, disciplinas de outros cursos. Como os estudos orientais, de per si, dificilmente facultam aos estudantes saídas profissionais, seriam provavelmente sempre encarados como uma formação complementar a adicionar-se à formação básica do estudante, atribuindo-lhe uma mais-valia específica em certos ramos do saber. Por outro lado, a concretizar-se a tendência que parecia desenhar-se para tornar quase gratuito o ensino superior ao nível da licenciatura, mas mais

oneroso aos níveis superiores, esbater-se-ia a diferença de custo entre uma pós-graduação ou um mestrado obtidos numa universidade estatal e os obtidos na UCP, o que certamente redundaria numa maior procura dos cursos ministrados nesta. A adoção do protocolo acarretava, finalmente, uma desvalorização das licenciaturas, que, reduzidas de quatro para três anos, se tornavam praticamente equivalentes aos bacharelados de antanho; parecia-nos que isso redundaria quase necessariamente numa maior procura dos mestrados.

Impunha-se assim, sem descuidar as simples pós-graduações, criar gradualmente, à medida que se fosse tornando possível, cursos de mestrado e até de doutoramento. Por uma questão de economias de escala, a dimensão ótima do Instituto seria necessariamente aquela em que se retirasse da estrutura administrativa existente, que constituía um encargo fixo, o máximo de potencialidades sem aumento de gastos. Em contrapartida, porém, sabia-se de antemão que os interesses dos alunos eram necessariamente diversificados, não se afigurando, por exemplo, provável que no caso de não abrir uma turma de árabe os alunos interessados nessa língua optassem por estudar chinês ou japonês. Havia, por conseguinte, conveniência em manter em funcionamento o máximo de disciplinas possível, desde que, individualmente consideradas, não dessem prejuízo no número de cadeiras em funcionamento. Impunha-se, portanto, jogar o máximo possível com a polivalência das unidades curriculares, de modo a ter, dentro dos limites do pedagogicamente aceitável, o número máximo de alunos por cadeira sem multiplicar as turmas, o que acarretaria um aumento de encargos com os professores.

Como até ali se fizera, era de toda a conveniência continuar a atrair alunos de licenciatura, não só ao aprendizado das línguas mas também à frequência das disciplinas de História e Civilização. Restava o problema de compatibilizar o ensino da mesma matéria a nível de licenciatura e a nível de mestrado, o que se podia obter recorrendo ao sistema adotado em universidades americanas, em que as aulas de certas matérias eram comuns aos dois ciclos, divergindo porém a avaliação, mais baseada no exame no caso do primeiro ciclo, privilegiando os trabalhos individuais ou de grupo no caso do segundo. Tanto quanto sei tal experiência apenas foi feita uma vez, quando, convidado a ensinar História, Cultura e Civilização da Índia numa licenciatura de Estudos Orientais que entretanto abrisse na Faculdade de Letras de Lisboa, persuadei os responsáveis por esta a enviarem-me os alunos à Universidade Católica, onde lhes ministraria aulas em conjunto com os dos nossos mestrados

Parecia-me que o Instituto se devia procurar impor no meio académico português por três vias principais: em primeiro lugar, pela manutenção de um ensino de nível tanto quanto possível elevado, de acordo, aliás, com a tradição, assumidamente elitista, do ensino jesuítico de antanho e da própria UCP; em

segundo lugar pela basicidade, ou seja, pela capacidade de ministrar os conhecimentos básicos a quem quisesse tornar-se orientalista, independentemente de numa segunda fase ter de continuar alhures os seus estudos; e em terceiro lugar pela universalidade, procurando cobrir a totalidade ou a quase totalidade das áreas culturais estranhas à Europa ocidental – o que constituiria uma vantagem sobre os institutos congêneres entretanto criados em outras universidades portuguesas, que em regra apenas contemplavam uma ou duas áreas culturais. A universalidade deveria aplicar-se tanto no aspeto da *extensão* de cada área cultural como no da sua *compreensão*, isto é, procurar que o ensino de uma língua fosse sempre enquadrado no da história, cultura e civilização de que é veículo, e vice-versa.

Essencialmente por razões económicas, mas também por conveniência pedagógica, parecia dever-se manter um sistema relativamente concentracionário, desenvolvendo o estudo de cada civilização em disciplinas relativamente pouco numerosas mas de carga horária elevada – e, por conseguinte, com uma elevada cotação em “créditos”, como o Protocolo exigia. Isso não excluía, contudo, que se o número de interessados continuasse a crescer e houvesse, correlativamente, disponibilidade de docentes devidamente habilitados, se considerasse a médio prazo a abertura, por períodos de um ano, de um número reduzido de disciplinas de opção mais especializadas (*v. g.*, “História da Arte Islâmica”, “Filosofia Chinesa”, “Etnologia da Península Indochinesa”, etc.), de carga horária mais baixa e mais baixa cotação em créditos.

Segundo a legislação que foi promulgada para implementar o Protocolo, todos os cursos deviam ter a mesma duração e idêntica creditação. Ora no caso particular do Instituto de Estudos Orientais a sua aplicação esbarrava com dois escolhos. Por um lado, embora o grau de dificuldade das línguas que ensinávamos variasse imensamente – desde os idiomas por uma ou outra razão assaz fáceis, como o persa ou o malaio, até aos de grande dificuldade, derivada das diferenças de estrutura gramatical em relação aos da Europa e dos sistemas complexos de escrita que utilizam, como o chinês e o japonês – o seu aprendizado teria de escalonar-se ao longo do mesmo lapso de tempo. Em minha opinião ao nível de mestrado este jamais deveria ser inferior a um total de três anos; mas isso dificilmente caberia na duração prevista para os cursos de mestrado. Por outro lado, no caso de disciplinas como História, Cultura e Civilização da Índia ou da China, tinha de se partir do grau zero, pois no nosso tradicional sistema de ensino secundário e superior apenas a Civilização Muçulmana, mais próxima da nossa no espaço e no conteúdo, merecia as honras de algumas esporádicas menções.

Na proposta que então elaborámos, para ser submetida à Reitoria, ao Conselho Superior da Universidade e daí ao Ministério, entendemos que, no caso de

mestrados comportando o aprendizado de uma língua, essa deveria contar com 1/3 da creditação e as unidades curriculares de *HCC* com os restantes 2/3 – proporção exatamente inversa à adotada pelo Institut National des Langues et Civilisations Orientales de Paris, do que, por intermédio de colegas franceses que se dispuseram a esclarecer-me, me havia já inteirado. Debatido o assunto em reunião da direção do Instituto e em assembleia geral de docentes, convocada para o efeito, foi parecer de todos que se deviam contudo manter os mestrados de índole enciclopédica e generalista, sem comportar o aprendizado de uma língua, visando um público menos interessado na especialização, como parecia ser o caso dos jornalistas, dos diplomatas e dos agentes turísticos.

Para de certo modo demarcar desde logo o “espaço cultural” do Instituto, pareceu-nos que se deveria, pelo menos platonicamente, criar-se um mestrado em Estudos Africanos, de estrutura paralela à dos demais, de carácter predominantemente académico, baseado em história e etno-antropologia da África, com o árabe e possivelmente o suaíli como línguas de opção. Seria fundamentalmente diferente do mestrado em “Estudos Africanos e do Desenvolvimento” que funcionava no Centro de Estudos Europeus da UCP, virado para a ciência aplicada e para a cooperação. Evitar-se-ia que fizessem concorrência um ao outro coordenando com o CEE o seu funcionamento em anos ou biénios alternados. Pensámos igualmente na criação de um mestrado em Estudos Sul-Americanos e de outro em Estudos Eslavos; mas era evidente que não estávamos em condições de os pôr de imediato em obra.

Decidiu-se, finalmente, abrir um único mestrado, em “Estudos Orientais”, comportando, muito embora, diversas variantes: a variante “sem especialização”, composta de disciplinas à escolha do aluno, sem obrigatoriedade de estudo de uma língua; e a variante “com especialização” (que podia ser em Estudos Japoneses, Chineses, Sueste-Asiáticos, Indianos ou Islâmicos), comportando obrigatoriamente quatro níveis da língua escolhida e duas disciplinas de *HCC* da mesma área cultural. Um tanto platonicamente – dadas as dimensões temporais impostas pela lei aos mestrados, que não podíamos exceder – procurámos insinuar aos estudantes a necessidade de estender o estudo das línguas por três anos, ou seja, seis níveis semestrais, ou fosse frequentando os dois primeiros níveis antes de ingressar no mestrado, ou fosse prolongando este por mais um ano, prosseguindo o estudo da língua em “regime extraordinário”, isto é, como disciplina opcional conferindo um certificado. E, de facto, pelo menos no caso do Árabe, houve alunos que optaram por esta derradeira hipótese, em número suficiente para sem prejuízo se poder abrir um curso livre de “árabe avançado”, correspondente aos níveis V e VI dessa língua.

Após alguma hesitação, fixou-se a creditação tanto das línguas como das disciplinas de *HCC* em 7 créditos (ou *ECT*) por nível semestral, e a das “disciplinas complementares” (tais como *Presenças Europeias na Ásia, Cristianismo Oriental, Civilizações Pré-Colombinas*, etc.), de carga horária mais reduzida, em 3,5 créditos por disciplina. Como à “tutoria” para preparação da tese se atribuiu 1 crédito por semestre e à tese em si 42, restava no primeiro ano para todos os alunos uma diferença de 8 créditos a preencher; no segundo a diferença variava, pois era de 15 créditos para os que optassem pelo mestrado “sem especialização”, que não tinham no 3.º e 4.º semestres aulas de língua, mas apenas de 8 para os que as tivessem. As diferenças foram compensadas pela frequência obrigatória de “seminários modulares” (*i. e.*, formados de módulos, na prática correspondentes a conferências independentes) e, para os estudantes que optavam pelo mestrado sem especialização, um “seminário temático”, constituído por um ciclo de três conferências sobre o mesmo tema.

Decidimos ao mesmo tempo abrir ao público, gratuitamente, estes dois tipos de seminários, de modo a alargarmos a um auditório mais vasto as atividades do Instituto e assim o promovermos na opinião pública. Esta solução, que entrou em vigor no ano letivo de 2007-2008, permitiu-nos convidar numerosos docentes e investigadores nacionais ou estrangeiros a proferir no Instituto conferências públicas, que foram devidamente publicitadas e atraíram numerosos ouvintes. A Reitoria aceitou que aos conferencistas desses dois tipos de seminários se atribuisse uma remuneração mais elevada, correspondente a vez e meia a da tabela aplicada para o ensino de rotina. No caso dos professores estrangeiros esse estipêndio não era suficiente para cobrir as despesas de transporte, alojamento e alimentação durante a sua permanência, mas eu tornei essa dificuldade alojando-os em minha casa onde, graças a Deus, dispunha ao tempo de um quarto de hóspedes disponível.

Creio que vale a pena, *ad futuram rei memoriam*, enumerar aqui os conferencistas que convidámos e os temas que versaram. Começamos pelos “seminários temáticos”, de três sessões cada um. Foram os seguintes os temas:

- *Le Monde Malais entre les grandes civilisations*, por Claude Guillot (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris);
- *Variations Japonaises – La culture Japonaise et l’Étranger (1603-1923)*: 1. “Diminuendo in blue: Melancholy and the Modern City, from Edo to Tôkyô (1881-1945)”; 2. “Japanese Ghosts: The Return of the Dead in Japanese Arts and Letters (1603-1939)”; 3. “Tea Ceremonies East and West (1550-1853)”, por François Lachaud (École Française d’Extrême-Orient, Paris);

- *L'Islam en Chine*: 1. Islamisation en Chine: adaptation et innovation; 2. La Construction de la nationalité Hui. Les évolutions actuelles: entre Umma et nationalité; 3. Le Xinjiang. Les Ouighours: entre résistance et développement économique, por Elisabeth Allès (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris);
- *O Retorno da Ásia*, por Luís Mah;
- *Gharb al-Andalus – A presença árabe no Portugal medievo*, por Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola), Hermenegildo Fernandes (Faculdade de Letras de Lisboa) e Maria Filomena Barros (Universidade de Évora).

Entretanto, fora nomeado um novo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, sem denunciar o acordo que fizéramos com o Instituto Diplomático, repontou junto de nós por nos colocarmos na posição de quem tinha tudo a ensinar e nada a aprender, insistindo em que a troca de conhecimentos devia ser recíproca. Propus então que em conjunto organizássemos uma mesa-redonda sobre o Cáucaso, onde ao tempo lavrava a agitação e pairava a ameaça de intervenção militar russa, servindo de módulo para o “seminário modular” que os nossos mestrandos deviam frequentar. Foi seu título *A situação atual no Cáucaso*, e nele intervieram o autor destas linhas, que fez uma introdução geral, histórica e etnológica à região do Cáucaso, Paulo Vizeu Pinheiro, da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, e Carlos Neves Ferreira, do Instituto Diplomático.

Quando passados seis meses propus a realização de uma segunda mesa-redonda, desta vez sobre o tema *Senhor de dois mares e de dois continentes: a Turquia entre Ásia e Europa*, as entidades do Ministério com que contactei mostraram o seu descontentamento por não terem recebido estipêndio pela sua participação na mesa-redonda precedente; dei então ordens para que fossem pagos segundo a tabela aprovada pela Reitoria, como acima ficou dito, e foi nesses termos que teve lugar a segunda mesa-redonda, com a participação de Carlos Neves Ferreira, do Instituto Diplomático e de Eva Maria von Kemnitz, nossa docente.

Como, porém, os participantes do Instituto Diplomático se tivessem recusado a receber o pagamento, alegando “que era uma miséria”, desisti de organizar mais atividades em parceria com eles.

Os demais “seminários modulares” focaram os temas seguintes:

- “*Os Brahamanes*” de Francisco Luís Gomes – *Uma crítica às castas e à colonização britânica na Índia*, por Everton Machado (Maître de Conférences, Doutor em Literatura Comparada pela Universidade de Paris IV – Sorbonne);

- *1519 – o encontro de dois mundos: o Nascimento da Nova Espanha*, por Miguel Conde (IEO, UCP);
- *A China e os nomes pessoais chineses*, por Maria Trigoso (IEO, UCP);
- *A Cidade Proibida em Pequim*, por Rui Magone (Max-Planck Institut fuer Wissenschaftsgeschichte, Berlim);
- *A ciência da Europa no Japão e na China do século XVII*, por Henrique Leitão (Centro de História da Ciência, Universidade de Lisboa);
- *A circulação da Pataca e as relações entre os Impérios Português e Espanhol (sécs. XVII-XIX)*, por Ernestina Carreira (Université de Provence, Aix & Marselha);
- *A construção do Jardim Chinês*, por Antoine Gournay (Université de Paris – Sorbonne);
- *A emergência da Ásia no século XXI*, por Luís Mah (IEO, UCP);
- *A escravatura negra no Oriente muçulmano – uma perspectiva comparada*, por João Pedro Marques (Instituto de Investigação Científica Tropical);
- *A Moeda através das Culturas, a História através da Moeda*, por Luís Filipe Thomaz (IEO, UCP);
- *Arte Namban: a interação estética luso-japonesa*, por Alexandra Curvelo (Universidade Nova de Lisboa);
- *As Fortificações de Ternate e o Património Português nas Molucas*, por Manuel Lobato (Instituto de Investigação Científica Tropical);
- *As relações Portugal-China: do restabelecimento das relações diplomáticas à declaração conjunta sobre Macau*, por João de Deus Ramos (Fundação Oriente);
- *Ayurveda: Past, future and need of today*, por Ghanashyam Marda (Tilak Maharashtra University, Pune);
- *Buddhism and Modern Society*, por Ajahn Sumedho (Mestre Budista Theravada);
- *Civil Religion and Modernization in Japan*, por Carmen Schmidt (Japan Research Centre, Universidade de Osnabrück, Alemanha);
- *Classical Arabic Literature: Poetry vis a vis Fiction*, por Salma Khadra al-Jayyusi (East-West Nexus Project);
- *Curso e Pirataria na costa ocidental indiana (séculos XV-XVIII)*, por João Teles e Cunha (IEO, UCP);
- *Difang zhi – Difang xue: Reflexões em torno da historiografia local na China*, por Elisabetta Colla (FCH, UCP);

- *Histoire de l'État Royal dans le Cambodge post-angkorien (XVe-XIXe siècles)*, por Grégory Mikaelian (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris);
- *História da Birmânia – Espaços e Épocas*, por Ana Maria Marques Guedes (IEO, UCP);
- *Influências Persas no Judaísmo*, por Teófilo Ferreira (Universidade de Jerusalém);
- *Jalal ad-Din Rumi: No Espelho da Criação*, por Halima Naimova (IEO, UCP);
- *L'Islam en Indonésie, d'hier à aujourd'hui*, por Claude Guillot (Centre National de la Recherche Scientifique, Paris);
- *La civilisation Tibétaine et le Bouddhisme*, por Marc-Henri Deroche (École Pratique des Hautes Études / Universidade de Kyôto);
- *La Méditerranée Barbaresque – Entre le Mythe et la Réalité*, por Alia Baccar (Universidade de Tunes);
- *La Mezquita Aljama de Córdoba: la materialización del Estado Omeya de Al-Andalus (siglos VIII-X)*, por Juan Antonio Souto Lasala (Universidade Complutense, Madrid);
- *Le Râmâyana bengali de Krttivâsa, entre brahmanisme lettré et hindouisme populaire*, por Philippe Benoît (Institut National des Langues et Civilisations Orientales, Paris);
- *Les Apocryphes Bouddhistes en Chine*, por Costantino Moretti (Institut de Civilisation Chinoise, Collège de France, Paris);
- *Literatura Árabe Cristã*, por Adel Sidarus (IEO, UCP);
- *Living with Uncertainty*, por Ajahn Khemasiri (abade do mosteiro de Dhammapala, Suíça);
- *Nuruddin Raniri et la Littérature Malaise*, por Paul Wormser (Institut National des Langues et Civilisations Orientales, Paris);
- *O “Kitab-i Bahriye” de Piri Reis (1521 e 1526) – Interações Cartográficas Ibéricas e Otomanas*, por Dejanirah Couto (École Pratique des Hautes Études, Paris);
- *O cômputo do tempo nas civilizações asiáticas*, por Luís Filipe Thomaz (IEO, UCP);
- *O Estatuto Cultural de Macau nos séculos XVI e XVII*, por Luís Filipe Barreto (Centro Científico e Cultural de Macau);

- *O Judeo-Cristianismo e as Origens do Islão*, por Daniel Fernandes Nunes, (IEO, UCP);
- *O símbolo da khamisa na tradição árabe-islâmica*, por Eva Maria von Kemnitz (IEO, UCP);
- *O sistema dos exames e o funcionalismo na China Imperial*, por Rui Magone (Max-Planck Institut fuer Wissenschaftsgeschichte, Berlim);
- *O Sufismo: uma visão esotérica do Islão*, por Mostafa Zekri (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Universidade Lusófona);
- *O universo dos guerreiros no Japão medieval e moderno (séculos XIII-XVII)*, por Ana Fernandes Pinto (IEO, UCP);
- *Origem e Migrações dos Ciganos*, por Elisabeth Clanet dit Lamanite (Centre National d’Enseignement à Distance, França);
- *Os Muçulmanos Indianos e a Índia Britânica: 1857-1947*, por Carimo Mohomed (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL);
- *Piratas e Contrabandistas Chineses (Wokou) na 1.ª metade do século XVI*, por Anabela Leandro Santos (Faculdade de Ciências Humanas, UCP);
- *Principles of Ayurvedic Medicine*, por Ghanashyam Marda (Tilak Maharashtra University, Pune);
- *Recherches historiques et archéologiques récentes au Nord de Sumatra*, por Daniel Perret (École Française d’Extrême Orient);
- *Taiwan – de barreira física a ponte intercultural (Sui-Qing)*, por Roderich Ptak (Universidade de Munique);
- *Tertúlia Mesoamericana – A origem da Mesoamérica*, por Miguel Conde (IEO, UCP);
- *The Poetics of Traditional Malay Narrative Literature – an outline*, por Gijs L. Koster (Universidade de Leida / Universiti Sains Malaysia).

## Epílogo

Ao contrário do que poderia indicar a afluência que tiveram todos estas conferências e seminários, e ao invés do que esperávamos, não aumentou sensivelmente o número de estudantes efetivamente matriculados no Instituto, pelo que o prejuízo anualmente infligido por este à Universidade não diminuiu significativamente.

Entretanto, fui procurado por um docente da Faculdade de Letras de Lisboa que estava encarregado de organizar nela um curso de Estudos Orientais e

pediu a nossa colaboração. Transmiti a informação ao Reitor, que se alarmou com a perspectiva da concorrência, que faria infalivelmente piorar a já precária situação financeira do Instituto e reagiu assaz negativamente. Informei o colega da Faculdade de Letras de que me não parecia viável a colaboração nas modalidades que ele sugerira e que o melhor seria estudar o assunto com a sua reitoria e, numa fase subsequente, entre essa e a da UCP, encarando-se quiçá a possibilidade de criar um instituto interuniversitário; mas não recebi mais qualquer resposta ou reação à minha réplica.

Estavam as coisas neste pé quando, escassos meses antes de eu terminar o meu terceiro triénio como diretor do IEO, o Conselho Superior da UCP, tendo examinado as suas contas, decidiu, por uma questão de economia, anexar o Instituto de Estudos Orientais à Faculdade de Ciências Humanas, em cuja dependência ficaria de aí em diante. Embora, pessoalmente, a ideia de perder a autonomia de que sempre gozara e deixar de depender diretamente do Reitor, com quem sempre me entendera às maravilhas, me não atraísse nada, objetei por a lógica dos números ser indiscutível. A anexação permitir-nos-ia simplificar o secretariado e prescindir das instalações de Sintra, de que praticamente nos não servíamos, mas cujos encargos devíamos suportar. Estes haviam oscilado nos anos anteriores entre os 12 000 € e os 22 000 € anuais. Havia, ao mesmo tempo, três circunstâncias que, independentemente da anexação do Instituto à Faculdade de Ciências Humanas, me aconselhavam a rever a minha postura para com a Universidade: por um lado, em maio de 2011, faleceu a minha Mãe, já nonagenária, o que me libertava da obrigação de passar em casa todos os fins de semana, para que a pessoa que se ocupava dela pudesse folgar; por outro, eu ia completar no ano imediato 70 anos, o que me parecia boa idade para abandonar a vida ativa, ou, pelo menos, as responsabilidades administrativas; e, finalmente, o Reitor da Universidade Católica com quem sempre tratara ia terminar dentro de um ano o seu quarto mandato, sem que se soubesse ainda quem me iria substituir. Rejeitei por isso a sua oferta de me reconduzir como diretor do IEO por mais um triénio.

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fora nomeado um novo coordenador dos cursos de Estudos Orientais, voltou a mostrar-se interessada na colaboração com a Católica, enviando desta vez recados à direção da Faculdade de Ciências Humanas por intermédio de um dos nossos docentes. A Faculdade, ao mesmo tempo que me encarregava de persuadir o Reitor, pouco inclinado a isso, a aceitar o consórcio, nomeou-o seu interlocutor junto da Faculdade de Letras, apenas me dando conhecimento disso *a posteriori*. Pediu-me no entanto para participar nas reuniões com o novo coordenador dos cursos na Faculdade de Letras e com o gerente do consórcio que nomeara, ao

que me não esquivei. No entanto, de imediato verifiquei que as possibilidades de diálogo eram nulas, pois tinham já a sua ideia feita e mostravam-se pouco dispostos a ceder. Declararam-me inclusivamente que não valia a pena acertar o plano de estudos que haviam gizado com as normas de Bolonha, porque a Comunidade Europeia estava em desagregação e o Protocolo morreria com ela. Embora o coordenador da área na Faculdade de Letras jamais tivesse feito estudos de qualquer língua oriental, recusaram distribuir serviço letivo a Paulo Pinto sob o pretexto de que “não era orientalista, pois fizera a sua tese de doutoramento sobre a rivalidade luso-castelhana no Extremo Oriente”.

Mais grave que estas pequenas quezílias me parecia a estrutura que queriam adotar no seu futuro mestrado em Estudos Orientais: abatiam as barreiras entre as diferentes civilizações, adotando exclusivamente disciplinas transversais, como “Artes da Ásia”, “Literaturas Orientais” e quejandas. Nalguns casos, como o das literaturas, nutria sérias dúvidas sobre a exequibilidade do projeto, pois não estava em crer que houvesse alguém tão versado em línguas e literaturas orientais que pudesse ensinar ao mesmo tempo literatura árabe e literatura japonesa. Redigi e enviei, por isso, à Reitoria um derradeiro memorando, em que a alertava para os perigos de tal estrutura, que apenas me parecia aceitável para os estudantes que se inscrevessem no mestrado após terem frequentado uma licenciatura em Estudos Orientais comportando o estudo monográfico das diversas civilizações, excluindo os oriundos de qualquer outro ramo, que ao que me pareceria quedariam completamente desorientados com disciplinas que se baseavam na comparação entre o que não conheciam.

Como se aproximava o termo do período legal para apresentar ao Ministério os projetos de mestrado a homologar, não me furtei, contudo, a colaborar na organização de um plano de estudos a submeter ao Conselho Científico da Faculdade de Ciências Humanas, para que a respetiva direção me nomeara entretanto. Contudo, ao contrário do que ficara combinado, não me enviaram o projeto de antemão, com dois ou três dias de antecedência, para o estudar antes de o apresentar ao Conselho. Foi só no decurso da reunião deste que daquele tomei conhecimento: havia sido alterado, ajuntando-se umas disciplinas e suprimindo-se outras, e, à minha revelia, haviam sido feitos convites a novos docentes e retirados alguns dos anteriormente feitos. Como não queria inviabilizar a homologação do mestrado aceitei mesmo assim apresentar ao Conselho Científico a proposta, mas exigi que à ata ficasse apenas uma minha declaração de voto. A proposta foi assim aprovada; mas eu saí da reunião com a sensação de que, após ter ensinado História durante 47 anos, chegara a minha vez de passar à História...

A mesma ideia deve ter passado pelas mentes da direção da Faculdade, pois quarenta e oito horas após a reunião do Conselho Científico recebi dela um ofício, agradecendo a colaboração que prestara e dispensando-a para o futuro.

O Reitor aceitara a minha proposta de nomear como nova diretora do IEO a Doutora Eva Maria von Kemnitz, nossa docente e colaboradora desde a primeira hora; mas a nomeação não estava ainda formalizada. Tive por isso de me manter em funções durante três meses mais. Finalmente, em meados de janeiro de 2012 foi-me dado a conhecer que a 14 de outubro do ano anterior fora assinado o protocolo de cooperação com a Faculdade de Letras de Lisboa, em termos pouco elogiosos para com todo o trabalho levado a cabo durante os nove anos que eu permanecera à testa do Instituto. Pedi então ao Reitor que convocasse uma reunião do Conselho de Curadores do Instituto para lhes expor a situação e apresentar um derradeiro relatório.

E a 27 de fevereiro de 2012, no mesmo dia em que tomava posse a minha sucessora, dei na Universidade a minha última aula.



## Capítulo 23

### **Instituto de Estudos Políticos**

João Carlos Espada

#### **1. Introdução**

Em Despacho de 1 de setembro de 1997, e na sequência da deliberação do Conselho Superior de 4 de julho do mesmo ano, o então Magno Chanceler da Universidade Católica Portuguesa, D. António Ribeiro, Cardeal-Patriarca de Lisboa, criou o Instituto de Estudos Políticos (IEP), “uma unidade de ensino e investigação, com sede em Lisboa, a qual visa o desenvolvimento de uma área de Estudos Políticos na Universidade”.

#### **a. Programas Académicos**

O mesmo despacho anunciava que o Mestrado em Teoria e Ciência Política, iniciado em setembro de 1996 na direta dependência da Reitoria, seria integrado neste Instituto. Aquele Mestrado em Teoria e Ciência Política tinha sido aprovado ainda no mandato do anterior Reitor, D. José da Cruz Policarpo, por proposta do Prof. Mário Pinto, tendo como diretor o Prof. João Carlos Espada.

Em 1999, o IEP inaugurou um programa de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais.

Em 2008, foi integrada no IEP a Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais que tinha sido lançada, no âmbito de Faculdade de Ciências Humanas, em 2001.

Em 2011, após o falecimento do diretor e fundador do Instituto de Estudos Europeus, Prof. Ernâni Lopes, decidiu o Reitor da Universidade Católica, Prof. Manuel Braga da Cruz, integrar os programas de Mestrado e Doutoramento em Estudos Europeus no Instituto de Estudos Políticos. Em 2015, o IEP criou um Centro de Estudos Europeus, dirigido pelo Dr. José Manuel Durão Barroso, que tinha presidido à Comissão Europeia entre 2004 e 2014, tendo sido Primeiro-Ministro de Portugal entre 2002 e 2004.

Em 2012, o IEP inaugurou um programa de Mestrado em “Governance, Leadership and Democracy Studies”, integralmente lecionado em inglês. No âmbito deste programa, foram estabelecidos dois “Double Degrees”: com a Pazmany Peter Catholic University, de Budapeste [fundada em 1635], em 2014; com a Jagiellonian University, de Cracóvia [fundada em 1364], também em 2014.

No ano letivo de 2017/2018, o IEP conta com cerca de 370 alunos, 251 de Licenciatura, 73 de Mestrado e 44 de Doutoramento. Desde a integração da Licenciatura no IEP, em 2008, 181 alunos obtiveram o grau de Licenciado. Desde o lançamento do programa de Mestrado, em 1996, 150 alunos obtiveram o grau de Mestre. Desde a criação do programa de Doutoramento, em 1999, 35 alunos obtiveram o grau de Doutor.

Em associação com a Universidade Católica de Moçambique, o IEP promoveu entre 2010 e 2015 um programa conjunto de Mestrado em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais. Obtiveram o grau de Mestre 16 alunos.

## **b. Programas Avançados**

O IEP promove ainda vários Programas Avançados não conferentes de grau; Programa Avançado em Diplomacia Política e Económica (PADPE); Programa Avançado em Estudos do Mar (PAEM); Clube de Leitura IEP/Grandes Livros; Programa Avançado em Estudos Políticos (PAEP); Formação de Jornalistas “A União Europeia Hoje; As Eleições para o Parlamento Europeu em 2009”; Programa Avançado em Estudos Políticos e Económicos para Jornalistas (PAEPEJ); Programa Especializado em Direção de Segurança (PEDS); Programa Avançado de Estudos Políticos e Económicos para Jornalistas (PAEPEJ); Programa Avançado em Segurança e Defesa (PASD); Programa Avançado em Jornalismo Político (PAJP); Programa Avançado em Diplomacia (PAD). Estes programas contaram com a participação de 348 auditores.

## **c. Empregabilidade**

O IEP considera a ligação ao mundo profissional um elemento fundamental da formação académica dos seus alunos dos 3 ciclos. Neste sentido, tem apostado fortemente na área de empregabilidade. O IEP disponibiliza aos seus alunos a possibilidade de realizarem estágios curriculares através de elaboração de protocolos com várias entidades, permitindo assim um contacto direto e prático com os desafios da vida laboral, estimulando-os para o alargamento dos

seus horizontes através da aproximação a instituições e empresas nacionais e internacionais. O gabinete de Estágios e Empregabilidade procura, sempre que possível, fazer a divulgação junto dos seus alunos de todas as oportunidades de emprego e estágios profissionais, relacionadas com a área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Como forma de acompanhamento, o IEP elabora anualmente um estudo sobre a empregabilidade dos seus alunos, através da realização de um inquérito. De acordo com as respostas obtidas em 2017, a taxa de empregabilidade de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais era de 94%, do MA in Governance, Leadership and Democracy Studies era de 100%, do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais era de 87,5% e do Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais era de 100%.

#### **d. Orientações estratégicas**

No lançamento do Mestrado em Teoria e Ciência Política, em 1996, e depois do Instituto de Estudos Políticos, em 1997, foram apresentadas várias características distintivas.

Em primeiro lugar, o carácter pioneiro de um programa autónomo em Teoria e Ciência Política, na época praticamente inexistente entre nós. Depois da experiência pioneira do ISCSP, na década de 1960, a Ciência Política tinha basicamente regressado à dimensão de disciplina integrada em programas de Direito, ou de Sociologia, ou de Economia.

Em segundo lugar, o enraizamento desse pioneirismo nas melhores tradições académicas na área dos Estudos Políticos, nacionais e internacionais.

No plano nacional, o Mestrado e depois o IEP procuraram reunir os melhores professores nas áreas respetivas. Foram professores fundadores do IEP: Prof. Adriano Moreira (Teoria das Relações Internacionais); Prof. Ernâni Lopes (Construção Europeia); Prof. João Cardoso Rosas (Teorias da Justiça); Prof. João Carlos Espada (Teoria e Ciência Política Contemporânea); Prof. João Luís César das Neves (Economia Política); Prof. Joaquim Teixeira (Filosofia Moral); Prof. Jorge Miranda (Teoria da Constituição); Prof. Manuel Braga da Cruz (Sistemas Políticos e Eleitorais); Prof. Mário Pinto (Doutrina Social da Igreja). [*Ver Anexo I*]

No plano internacional, o Mestrado e depois o IEP procuraram desde o início integrar-se numa conversação internacional com as melhores escolas e os melhores académicos na área dos Estudos Políticos. Logo, desde o início, em setembro de 1996, o Mestrado em Teoria e Ciência Política inaugurou um programa anual de pelo menos quatro seminários intensivos anuais, lecionados por alguns dos mais respeitados professores estrangeiros na área dos Estudos

Políticos. Ao longo destes 20 anos, passaram pelo IEP cerca de 257 Professores estrangeiros convidados. [Ver Anexo II].

Esse programa foi mantido e ampliado ao longo dos vinte anos entretanto decorridos e deu origem a vários outros programas internacionais de vasto alcance, entre os quais se destacam o Estoril Political Forum, o programa de intercâmbio com a Universidade de Oxford e a integração do IEP como membro associado do *Europaem*, um consórcio de dez das mais antigas universidades europeias, com sede na Universidade de Oxford.

Em terceiro lugar, o IEP procurou promover uma atmosfera académica e intelectual de conversação pluralista entre várias vozes e várias tradições. Esta opção pluralista abrange várias dimensões que têm distinguido o IEP. Desde logo, um pluralismo entre vozes do passado, vozes do presente e vozes do futuro. Em vez de considerar a modernidade como produto de uma rutura radical com o passado, o IEP dedicou desde o início grande atenção ao estudo das grandes obras da história do pensamento político, incluindo as da época clássica e medieval, até à contemporaneidade. Este pluralismo inclui também o diálogo entre fé e razão, recusando simultaneamente os monismos de natureza positivista e de natureza fideísta. Como tal, o Instituto oferece unidades curriculares como “Tradição dos Grandes Livros” e “Teoria Política Contemporânea” na Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, e “Tradição da Liberdade”, “História do Pensamento Político” e “Política Comparada” no Mestrado e Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais.

No centro desta disposição pluralista tem estado desde o início o estudo da Tradição Ocidental da Liberdade sob a Lei – uma tradição que é entendida com uma perpétua conversação entre gerações, cujas raízes remontam às tradições de Atenas, Roma e Jerusalém. É esta conversação que serve hoje de base à aliança euro-atlântica, de que Portugal sempre foi parte integrante. Em suma, o IEP procurou desde o início promover um programa em Estudos Políticos orientado para uma educação humanista integral, assente nos valores cristãos que enformam toda a Universidade Católica. Inspirados em particular na obra do Cardeal John Henry Newman sobre *A Ideia de Universidade*, acreditamos que “uma Universidade é um local onde o inquerito é promovido, e as descobertas verificadas e aperfeiçoadas, e a rudeza tornada inócua, e o erro exposto, pelo confronto de mente com mente e de conhecimento com conhecimento”.

## 2. Programas internacionais

O espírito da famosa Escola de Sagres do século XV, liderada pelo Infante D. Henrique – onde académicos internacionais, bem como exploradores e

navegadores, se juntavam para promover o conhecimento humano e explorar o mar aberto da liberdade – é a principal inspiração do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (IEP-UCP) como resultado da iniciativa do Professor Mário Pinto.

Desde a sua fundação que o Instituto tem reunido os mais prestigiados académicos e profissionais portugueses em Ciência Política e Relações Internacionais, Segurança e Defesa. Os programas de Mestrado e Doutoramento têm como objetivo fomentar uma atmosfera internacional onde o anseio pelo conhecimento e ideias está aberto a todos – desde que se esteja preparado para trabalhar arduamente e se esteja empenhado num exame crítico de diferentes linhas de argumentação, testadas pela experiência.

Esta atmosfera internacional foi crescendo gradualmente, baseada na interação livre e na confiança. Por esta razão, é possível acreditar que é mais forte e tem muito mais potencial do que teria tido, caso tivesse sido concebida apenas por uma vontade central ou administrativa. Neste momento, podemos destacar várias dimensões:

- Um Encontro Anual Internacional de Estudos Políticos no Estoril, dirigido por académicos internacionais – que, em 2017, festejou o seu 25.º aniversário. A estes encontros já se associaram os programas de verão da Universidade de Harvard e de Boston College, entre muitos outros.
- Um programa de mestrado, totalmente lecionado em língua inglesa – MA in Government, Leadership and Democracy Studies – que conta com a associação, em regime de “Double Degree”, das Universidades Pazmany Peter Catholic University, de Budapeste [fundada em 1635] e Jagiellonian University, de Cracóvia [fundada em 1364].
- Um Centro de Estudos Europeus, do qual o Diretor é o antigo Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso, que promove e desenvolve o trabalho sobre estudos europeus, lançado pela primeira vez em Portugal pelo falecido Ernâni Lopes, no final da década de 1980.
- Um programa de seminários e conferências no qual participam alguns dos mais respeitados académicos estrangeiros em Ciência Política e Relações Internacionais.
- Programas de intercâmbio internacional que permitem a alunos de 2.º e 3.º ciclos do IEP passar um semestre em algumas das mais prestigiadas universidades internacionais, incluindo Georgetown e Boston College, nos EUA, e a Universidade de Oxford, no Reino Unido (St. Antony’s e Lincoln Colleges).

- A integração do IEP-UCP como membro associado do *Europaeum*, um consórcio que reúne dez das mais antigas universidades europeias, com sede na Universidade de Oxford.

#### **a. Estoril Political Forum**

Os Encontros Anuais Internacionais de Estudos Políticos (desde 2011 denominados Estoril Political Forum) reúnem anualmente – desde 1993, quando tiveram início no Convento da Arrábida – académicos, estudantes, políticos, diplomatas, empresários, líderes de opinião e jornalistas num debate aberto sobre ciência política e relações internacionais.

Este fórum internacional é reconhecido como um programa de excelência que dá aos estudantes e participantes a oportunidade de aprenderem e contactarem com alguns dos mais prestigiados especialistas da área e os integra numa vasta rede de contactos internacionais.

O Estoril Political Forum é considerado único em termos nacionais e é já uma referência em termos internacionais. O Encontro tem estado associado aos programas de verão de Boston College, University of Harvard, University of Colorado at Boulder, Colégio da Europa (Natolin/Varsóvia), *Europaeum*, Jagiellonian University (Cracóvia), King's College (Londres), Royal Institute of Philosophy (Londres) e International Forum for Democratic Studies (Washington, DC), Real Instituto Elcano (Madrid), entre outros.

Os Encontros Internacionais destinam-se a todos os alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento do IEP (regime de créditos) e a todos os interessados nos temas da Ciência Política e das Relações Internacionais que se inscrevem diretamente no programa anual.

Desde 1993, passaram pelos Encontros Internacionais de Estudos Políticos (também designados cursos de verão do IEP) mais de 6200 participantes e oradores. [*Ver Anexo III*]

Desde 2009, tem vindo a ser anualmente promovido um Seminário no Parlamento Europeu, em Bruxelas, subordinado ao tema “Policy Making at EU Level”. Sob a direção do Presidente do Alumni Club do IEP, Dr. Henrique Burnay, e em colaboração com o deputado do Parlamento Europeu, Dr. Paulo Rangel, este Seminário conta ainda com a participação do consórcio universitário *Europaeum*, com sede em Oxford. Trata-se de um esforço conjunto para ligar instituições académicas e políticas, contribuindo para uma melhor compreensão do processo de preparação e discussão das políticas da União Europeia, envolvendo um debate animado entre académicos, estudantes, decisores políticos e líderes de opinião. O objetivo deste seminário, que dura três dias, é permitir

que os alunos compreendam e debatam o processo de formulação de políticas das Instituições Europeias, os seus principais tópicos, os seus atores e os seus desafios. Associado a este Seminário no Parlamento Europeu, tem-se realizado também uma visita anual à sede da *NATO*, em Bruxelas.

#### **b. Programas de Intercâmbio Internacional**

Estes programas permitem a alunos de 2.º e 3.º ciclos do IEP passar um semestre em algumas das mais prestigiadas universidades internacionais, incluindo Georgetown e Boston College, nos EUA, e a Universidade de Oxford, no Reino Unido (St. Antony's e Lincoln Colleges). Desde 1997, mais de 20 alunos do IEP estiveram na Universidade de Oxford. Alguns tiveram Bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e outros do Banco Português de Investimento (BPI).

#### **c. Seminários com Professores Estrangeiros**

Logo desde o início, em setembro de 1996, o Mestrado em Teoria e Ciência Política inaugurou um programa anual de pelo menos quatro seminários intensivos anuais, lecionados por alguns dos mais respeitados professores estrangeiros na área dos Estudos Políticos. Ao longo destes 20 anos, passaram pelo IEP cerca de 117 Professores estrangeiros convidados. [*Ver Anexo II*]

### **3. Investigação**

#### **Centro de Investigação (CIEP)**

O Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa afirmou-se desde a sua génese na área de Ciência Política e Relações Internacionais com base num percurso de investigação que, partindo de um enfoque central na teoria política e política comparada, se alargou gradualmente a áreas adjacentes, como Relações Internacionais, Segurança e Defesa, Políticas Públicas, Políticas do Mar e Estudos Europeus (uma área potenciada pela integração do Instituto de Estudos Europeus no IEP, em 2011). Neste contexto, o CIEP (Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos) encontra-se totalmente alinhado com a visão e estratégia do IEP no pressuposto de que a excelência no ensino pressupõe o desenvolvimento de investigação de referência a nível nacional e alinhada com os mais exigentes padrões de qualidade internacional.

Em 2001, e no seguimento da tendência para autonomizar institucionalmente as atividades de investigação, foi entendido que o IEP reunia condições

adequadas à criação da sua própria Unidade de Investigação, subordinada à Unidade de Ensino IEP. A candidatura submetida no ano seguinte recebeu a aprovação da FCT e, daí em diante, o Centro de Investigação tem sido objeto das respetivas avaliações regulares. Na sua forma institucional atual, o CIEP foi homologado a 19 de julho de 2012 por Despacho da Reitoria da Universidade Católica Portuguesa (Despacho N/C/0956/2012). No atual contexto, o CIEP constitui-se como interlocutor das atividades de investigação do IEP e como instituição de acolhimento de projetos perante a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – e outras entidades internas e externas.

A articulação próxima entre o IEP e o CIEP encontra-se plasmada também na colaboração no doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais. As sinergias materializam-se quer no contacto e orientação dos doutorandos por investigadores especialistas associados às múltiplas parcerias nacionais e internacionais de que o IEP e o CIEP fazem parte, quer pela incorporação dos estudantes de doutoramento nas estruturas e atividades de investigação do CIEP.

A vasta experiência de atividades de investigação desenvolvidas no IEP encontra-se bem ilustrada pelos numerosos projetos e publicações de referência desenvolvidos ao longo dos anos. Atualmente, o CIEP tem como Coordenador Científico o Professor André Azevedo Alves e encontra-se estruturado em dois Grupos de Investigação: Teoria Política e Política Comparada, sob coordenação do Professor Manuel Braga da Cruz, e Relações Internacionais, Segurança e Defesa, sob coordenação da Professora Livia Franco, no âmbito dos quais, entre outras atividades, se organizam regularmente Seminários de Investigação CIEP desde 2014. Adicionalmente, a investigação do CIEP conta também presente-mente com quatro Linhas de Investigação: LICEO – Linha de Investigação em Civilização Europeia e Ocidental (Coord. Professor João Carlos Espada; LIAM – Linha de Investigação em Assuntos Marítimos – *Maria Scientia* (Coord. Professora Sónia Ribeiro); LIAB – Linha de Investigação em Assuntos Brasileiros (Coord. Professor João Pereira Coutinho); LIPPE – Linha de Investigação em PPE – Politics, Philosophy and Economics (Coord. Professores William Hasselberger e Orlando Samões).

## 4. Palestras anuais

### a. Palestra Anual Winston Churchill

O Instituto de Estudos Políticos inaugurou em 2015 um momento Solene de Abertura do Ano Letivo, de forma a permitir aos Antigos Alunos e Professores do IEP darem as boas-vindas aos novos alunos e fazer uma apresentação das

iniciativas do ano que se inicia. Neste sentido, os Alunos, Professores e Amigos do IEP são convidados para a Gala de Abertura do Ano Letivo e Palestra Winston Churchill. O evento realiza-se também em associação com a International Churchill Society of Portugal, British Historical Society of Portugal, Royal British Club e Oxford Society of Portugal.

As Palestras Anuais Winston Churchill têm vindo a realizar-se no Palácio Presidencial, na Cidadela de Cascais, e têm contado com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, bem como com o apoio do Presidente da Câmara Municipal de Cascais e do Presidente do Governo Regional da Madeira (que Winston Churchill visitou em janeiro de 1950). [*Ver Anexo IV*]

### **b. Palestra Alexis de Tocqueville – Cerimónia de Entrega de Diplomas**

O IEP organiza todos os anos, desde 1998, uma cerimónia solene de entrega de diplomas e distinções académicas aos estudantes do IEP, que integra uma palestra magistral com um orador de renome internacional.

Esta cerimónia é um dos pontos altos da vida académica do IEP. É proferida a Palestra pelo orador convidado, são atribuídos os prémios de excelência, abençoados e entregues os diplomas e a seguir tem lugar um jantar formal. O evento é presidido pela Senhora Reitora da Universidade Católica Portuguesa e conta desde o início, em 1998, com o patrocínio exclusivo do Banco Português de Investimento (BPI). [*Ver Anexo V*]

### **c. Open Day: Cimeira das Democracias**

Num momento em que a Democracia está a ser desafiada por um mundo em acelerada transformação, o IEP-UCP lança o Open Day | Cimeira das Democracias. Uma iniciativa organizada em conjunto com escolas secundárias, Embaixadas e com o World Movement for Democracy, com sede em Washington, DC.

A “Cimeira das Democracias” tem por objetivo estimular os jovens a tomar partido pela Democracia e a participar numa reflexão sobre o futuro da Aliança Atlântica, da Europa e do Mundo, tentando encontrar respostas sustentadas e substanciais para os desafios que marcam a atualidade num mundo em transformação.

Perante sinais de um tempo de crise, mas também de novas possibilidades de cooperação e de uma jovem geração de grande esperança, faz sentido chamar a atenção para a oportunidade e responsabilidade de participação na (re-)afirmação da Democracia no século XXI. [*Ver Anexo VI*]

## 5. Atividade Editorial: Coleção IEP e Nova Cidadania

### Coleção IEP

As Edições do IEP têm por objeto promover a divulgação e consequente comercialização dos mais estimulantes trabalhos escolares, elaborados primeiramente enquanto Teses de Mestrado ou de Doutoramento, através da procura de contacto com Editoras que possibilitem a sua publicação. Noutra vertente, mais abrangente, as Edições IEP procuram contribuir para o diálogo das reflexões motivadas pelas séries de conferências organizadas pelo IEP, editando títulos que têm sido lançados para a coleção «Ideias e Estudos Políticos». [Ver Anexo VII]

### Revista *Nova Cidadania*

A revista *Nova Cidadania* foi fundada em 1998 e desde 2006 faz parte integrante do IEP. No seu Estatuto Editorial fundador, que permanece inalterado, era dito que “a revista deverá assumir sem complexos a filosofia pluralista subjacente às democracias ocidentais: Estado de Direito, governo representativo, economia de mercado e empresa livre, rede de segurança para todos. Mais concretamente, a revista deve privilegiar os pontos de vista que defendem a disciplina orçamental do Estado, uma estrutura fiscal leve e estimuladora do investimento, do trabalho e da propriedade, numa palavra, da iniciativa civil. Sem negar o papel interventor do Estado, será claro que este deve ser sempre supletivo e respeitador do princípio da subsidiariedade. No plano externo, a revista assumirá com clareza os compromissos fundamentais da democracia portuguesa: Aliança Atlântica, União Europeia, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Nova Cidadania* define-se por uma atitude de oposição ao relativismo pós-moderno, e pela defesa da dignidade da pessoa humana como fator essencial à própria sobrevivência das sociedades livres”.

A revista tem uma periodicidade sazonal (primavera, verão e outono-inverno), tendo o seu primeiro número sido lançado em julho de 1999.

## ANEXOS

### ANEXO I – Estrutura Orgânica do Instituto

*Professores Fundadores do IEP:* Adriano Moreira, Ernâni Lopes, João Cardoso Rosas, João Carlos Espada, João Luís César das Neves, Joaquim Teixeira, Jorge Miranda, Manuel Braga da Cruz, Mário Pinto.

*Diretor:* João Carlos Espada

*Conselho Científico*

Adriano Moreira, Ana Canhoto, André Azevedo Alves, Carlos Marques de Almeida, Francisco Proença Garcia, Gonçalo Matias, Hugo Chelo, Ivone Moreira, João Carlos Espada, João César das Neves, João Confraria, João Pereira Coutinho, José Adelino Afonso, José Manuel Pereira de Almeida, José Miguel Sardica, Lúvia Franco, Manuel Braga da Cruz, Mário Pinto, Miguel Morgado, Mónica Dias, Orlando Samões, Sónia Ribeiro, William Hasselberger.

*Centro de Estudos Europeus*

*Diretor:* José Manuel Durão Barroso

*Centro de Investigação (CIEP)*

*Coordenador Científico:* André Azevedo Alves

*Conselho Estratégico*

*Presidente:* Pedro Norton, Membro do Conselho de Administração, Fundação Calouste Gulbenkian; Alumnus IEP

*Vice-Presidente:* Martim Avillez Figueiredo, Senior Partner, Core Capital Partners; Alumnus IEP

*Vice-Presidente:* Nuno Sampaio, Assessor do Presidente da República, Alumnus IEP

*Adriano Moreira*, Professor do IEP [Representante do IEP].

*Alexandre Relvas*, CEO, Logoplaste

*António Araújo*, Consultor da Casa Civil do Presidente da República; Membro do Conselho de Administração da Fundação Francisco Manuel dos Santos

*Diogo Lucena*, Professor, NOVA, S.B.E. (School of Business and Economics), UNL

*Eduardo Marçal Grilo*, ex-Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

*Fernando Adão da Fonseca*, Membro do Conselho de Administração, UNICRE

*Guilherme d'Oliveira Martins*, Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian

*Helena Matos*, Jornalista

*Jaime Gama*, ex-Presidente da Assembleia da República

*João Carlos Espada*, Professor e Diretor do IEP [Representante do IEP]

*João Salgueiro*, Economista, Ex-Ministro das Finanças e da Integração Europeia

*José Manuel Galvão Teles*, Advogado, Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL.

*José Pena do Amaral*, Economista, Comissão Executiva do BPI

*Manuel Braga da Cruz*, Professor do IEP [Representante do IEP].

*Mário Pinto*, Professor do IEP [Representante do IEP]

*Nuno Azevedo*, Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS

*Nuno Vieira Matias*, Almirante, antigo CEMA. [Representante do IEP].

*Paulo Rangel*, Deputado ao Parlamento Europeu

*Teresa de Sousa*, Jornalista, *Público*

*Teresa Gouveia*, Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

*International Advisory Board*

*Chair: Marc Plattner, Coeditor, Journal of Democracy; Washington DC*

*Aleksander Smolar, President of the Board, Stefan Batory Foundation, Warsaw; Member of the Editorial Board, Journal of Democracy*

*Anthony O’Hear, Diretor, Royal Institute of Philosophy; Editor, Philosophy, London*

*Bronislaw Misztal, Former Executive Diretor of the Permanent Secretariat of the Community 11 of Democracies, Warsaw; University Professor, The Catholic University of America, Washington DC Clifford Orwin University Professor, University of Toronto; Visiting Fellow, Hoover Institution of Stanford University*

*Gabriel Calzada, Rector, UFM – Universidad Francisco Marroquin, Guatemala*

*Horst Mewes, University Professor, University of Colorado at Boulder*

*Ivan Krastev, Chair of the Board of Centre for Liberal Strategies, Sofia; Permanent Fellow at the Institute for Human Sciences (IWM), Vienna; Member of the Editorial Board, Journal of Democracy*

*James W. Muller, University of Anchorage, Alaska; Chairman, Academic Board, International Churchill Society*

*Jany Janos, Head of the Institute of International Studies and Political Science of the Pázmány Peter Catholic University in Budapest*

*Larry Diamond, Diretor, Center on Democracy, Development, and the Rule of Law; Coeditor, Journal of Democracy; University Professor, Stanford University*

*Lord Raymond Plant, University Professor, King’s College London; House of Lords, London*

*Martin Bútora, Founder & Honorary President, Institute for Public Affairs, Bratislava*

*Paul Flather, Secretary General of EUROPAEUM; Fellow of Mansfield College, Oxford*

*Zdzislaw Mach Dean, Faculty of International and Political Studies, Jagiellonian University, Kraków*

*Susan Shell, University Professor, Boston College*

**ANEXO II – Professores Convidados Nacionais e Estrangeiros****Professores Convidados Nacionais**

António Costa Pinto, António Figueiredo Lopes, António Fontes Ramos, António Neto da Silva, António Rebelo Duarte, Bruno Reis, Carlos Botelho Moniz, Carlos Gaspar, Carlos Guimarães Pinto, Diogo Pires Aurélio, Elisabete Azevedo-Harman, Eugénia Gamboa, Fátima Roque, Guilherme d’Oliveira Martins, Henrique Burnay, Jaime Gama, João Cardoso Rosas, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, Joaquim Chito Rodrigues, José António Saraiva, José Esteves Pereira, José Garcia Leandro, José Gomes André, José Lamego, José Luís Moura Jacinto, José Manuel Durão Barroso, José Manuel Félix Ribeiro, José Manuel Fernandes, José de Sousa Brito, José Tomaz Castello Branco, Luís Valença Pinto, Manuel

Vizela Cardoso, Maria Filomena Mónica, Maria Glória Garcia, Marta Mendonça, Martin Avillez Figueiredo, Miguel Monjardino, Miguel Poiares Maduro, Nuno Sampaio, Nuno Vieira Matias, Paula Redondo Pereira, Paulo Sande, Rita Seabra Brito, Rui Ramos, Teresa Clímaco Leitão, Almirante Victor Cajarabille, Viriato Soromenho Marques, Vítor Gaspar

### **Professores Convidados Estrangeiros**

*Adou Filali-Ansary*, Prologues: revue maghrébine du livre, Casablanca  
*Adam Wolfson*, The Public Interest, Washington, DC  
*Alan Levine*, American University  
*Aleksander Smolar*, CNRS, Paris  
*Alfred Stepan*, University of Oxford and Columbia University  
*Amichai Magen*, The Interdisciplinary Center, IDC, Herzliya  
*Ana Palacio*, Banco Mundial, Washington, DC  
*Anthony O’Hear*, Royal Institute of Philosophy e Philosophy, London  
*António Paím*, Instituto de Humanidades, Rio de Janeiro  
*Arthur Melzer*, Michigan State University  
*Bronislaw Misztal*, Ambassador of the Republic of Poland in Lisbon  
*Carlos Henrique Cardim*, Universidade de Brasília  
*Chandran Kukathas*, University of Utah  
*Charles Murray*, American Enterprise Institute, Washington, DC  
*Charles Powell*, Real Instituto El Cano, Madrid  
*Christopher DeMuth*, American Enterprise Institute, Washington, DC  
*Chris Woodhead*, Former Her Majesty’s Chief Inspector of School’s, London  
*Clifford Orwin*, University of Toronto  
*Daniel Jonhson*, Columnist, London  
*Daniel J. Mahoney*, Assumption College, Worcester  
*David Marquand*, University of Oxford  
*David Miller*, University of Warwick, United Kingdom  
*Daniel Oliver*, New Atlantic Initiative, Washington, DC  
*David Popenoe*, Rutgers University  
*David Schmidtz*, University of Arizona, USA  
*Diana Shaub*, Loyolla College  
*Donald Lutz*, University of Houston  
*Emilio Pacheco*, Liberty Fund, Indianapolis  
*Eusébio Mujal-León*, Georgetown University  
*Edwim M. Curley*, University of Michigan  
*Eusébio Mujal-León*, Georgetown University  
*Edwim M. Curley*, University of Michigan  
*Ferdinand Mount*, Times Literary Supplement, London

*Florentino Portero*, GEES, Madrid  
*Francis Fukuyama*, Johns Hopkins University  
*George Weigel*, Ethics & Public Policy Center, Washington, DC  
*Ghia Nodia*, National Endowment for Democracy, Washington DC  
*Gordon Wood*, Brown University, Providence  
*Grzegorz Wisniewski*, NATO Defense College, Rome  
*Harland Cleveland*, World Academy of Arts and Science  
*Harvey C. Mansfield*, Harvard University, Boston  
*Hahm Chaibong*, Yonsei University, Seoul  
*Heather MacDonald*, Manhattan Institute, New York  
*Henry Hardy*, Wolfson College, Oxford  
*Hilel Fradkin*, Ethics & Public Policy Center, Washington, DC  
*Hugh Trevor Roper*, University of Oxford  
*Irving Kristol*, American Enterprise Institute, Washington, DC  
*Isaac Kfir*, Institute for Counter Terrorism, Interdisciplinary Center, Herzilya  
*Ivan Krastev*, Centre for Liberal Strategies, Sofia; Institute of Human Sciences, Vienna  
*James Ceaser*, University of Virginia  
*James H. Nichols*, Claremont McKenna College  
*James Q. Wilson*, Professor Emeritus, Harvard University and UCLA, USA  
*Javier Zarzalejos*, FAES, Madrid  
*Jerry Weinberger*, Michigan State University  
*Jerry Z. Muller*, Catholic University of America  
*John Gray*, University of Oxford  
*John Kekes*, State University of New York at Albany  
*John Meadowcroft*, King's College, London  
*John O'Sullivan*, Hudson Institute, Washington, DC  
*John Tomasi*, Brown University, Providence  
*José de Meira Penna*, Ambassador, Brasilia  
*Joshua Mitchell*, Georgetown University  
*Kenneth Minogue*, London School of Economics, London  
*Kishore Jayabalan*, Acton Institute, Rome  
*Larry Diamond*, Stanford/Hoover  
*Lenn E. Goodman*, Vanderbilt University  
*Leonidas Zelmanovitz*, Liberty Fund, Indianapolis, USA  
*Lucas Swaine*, University of St. Andrews  
*Luíz Felipe Pondé*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
*Luke Gibbons*, Notre Dame, USA  
*Margaret O'Brien*, London  
*Mathew Spalding*, Heritage Foundation, Washington, DC  
*Michael Novak*, American Enterprise Institute, Washington, DC  
*Michael Pinto-Duschinsky*, IFES, Oxford  
*Mikio Haruna*, Kyodo News, Tokyo

*Myron Magnet*, Manhattan Institute, New York  
*Mochtar Pabottingi*, Indonesian Institute of Sciences, Jakarta  
*Mohammed Ayoob*, Michigan State University  
*Nathan Glazer*, Harvard University  
*Nathan Tarcov*, University of Chicago  
*Noel Malcolm*, University of Oxford  
*Norman Graham*, James Madison College  
*Olive O'Donovan*, Oxford University  
*Owen Harris*, The National Interest  
*Patrick van Schie*, Telders Foundation, The Hague, Netherlands  
*Paul Courtenay*, International Churchill Society of the United Kingdom  
*Paul Langford*, University of Oxford  
*Peter Jones*, University of Birmingham  
*Peter Steinfels*, Georgetown University  
*Piotr Naimsky*, Wyzsza Szkola Biznesu, Nowy Sacz  
*Radek Sikorski*, New Atlantic Initiative, Washington, DC  
*Rafael Bardají*, GEES, Madrid  
*Raymond Plant*, King's College, London  
*Ricardo Vélez Rodriguez*, Gama Filho, Rio de Janeiro  
*Richard Zinman*, Michigan State University  
*Richard Cox*, State University of New York  
*Robert Faulkner*, Boston College  
*Robert Royal*, Faith & Reason Institute, Washington, DC  
*Robert Grant*, University of Glasgow  
*Roman Joch*, Civic Institute, Prague  
*Ryszard Legutko*, Jagellonian University, Cracow  
*Seymour Martin Lipset*, George Mason and Hoover/Stanford  
*Stephen Hicks*, Rockford University, USA  
*Stephen Macedo*, Princeton University  
*Steven Kautz*, University of Emory  
*Steven Lukes*, Università di Siena  
*Susan Shell*, Boston College  
*Terence Marshall*, University Paris X  
*Terry Weidner*, University of Montana  
*Timothy Fuller*, Colorado College  
*Ubiratan Borges de Macedo*, Gama Filho, Rio de Janeiro  
*Walter Berns*, Georgetown University  
*Werner J. Dannhauser*, Michigan State University  
*William Hasselberger*, Carlyle, Washington, DC  
*William Hasselberger Jr.*, University of Virginia  
*William Galston*, University of Maryland  
*William Kristol*, The Weekly Standard

### **ANEXO III – Estoril Political Forum**

XXV Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2017

*Defending the Western Tradition of Liberty Under Law*

26-28 June, 2017, Palace Hotel, Estoril

XXIV Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2016

*Democracy and its Enemies: New Threats, New Possibilities in association with the International Forum for Democratic Studies, Washington, DC*

27-29 June, 2016, Palace Hotel, Estoril

XXIII Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2015

*800 Years After Magna Carta: Law, Liberty and Power*

22-24 June, 2015, Palace Hotel, Estoril

XXII Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2014

*Reconsidering the Third Wave of Democratization: Forty Years After the Portuguese Revolution (1974); Twenty-five Years After the Fall of the Berlin Wall (1989)*

23-25 June, 2014, Palace Hotel, Estoril

XXI Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2013

*Governance, Leadership and Democracy Studies*

24-26 June, 2013, Palace Hotel, Estoril

XX Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2012

*Open Societies, Open Economies and Citizenship*

25-27 June, 2012, Palace Hotel, Estoril

XIX Annual International Political Studies Meetings | Estoril Political Forum 2011

*The Future of the Free World*

27-29 June, 2011, Palace Hotel, Estoril

XVIII Annual International Political Studies Meetings

*Political Dimensions of the Economic Crisis: The Future of the Market Economy and Democracy*

24-26 June, 2010, Palace Hotel, Estoril

XVII Annual International Political Studies Meetings

*NATO 1949-2009: The Future of the Free World*

25-27 June, 2009, Palace Hotel, Estoril

XVI Annual International Political Studies Meetings

*Human Rights Today: 60th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights*

26-28 June, 2008, Palace Hotel, Estoril

XV Annual International Political Studies Meetings

*The Treaty of Rome at 50: The Future of Europe*

27-30 June, 2007, Palace Hotel, Estoril

## XIV Annual International Political Studies Meetings

*Democracy and the Nation State in a Global World*

June 28–July 1, 2006, Palace Hotel, Estoril

## XIII Annual International Political Studies Meetings

*The Trans-Atlantic Relationship in a Global World*

June 20–July 2, 2005, Palace Hotel, Estoril

## XII Annual International Political Studies Meetings

*Ideas of Europe and the Trans-Atlantic Relationship*

07–10 July, 2004, Palácio dos Condes de Castro Guimarães, Cascais

## XI Annual International Political Studies Meetings

*New Challenges to Liberal Democracy in a Global World*

June 30–July 5, 2003, Centro Cultural, Cascais

## X Annual International Political Studies Meetings

*Culture Wars in the West*

03–05 November, 2002, Hotel Albatroz, Cascais

## IX Annual International Political Studies Meetings

*Civic Life in Market Societies*

11–14 November, 2001, Estalagem Senhora da Guia, Cascais

## VIII Encontro Internacional de Teoria e Ciência Política

*Left and Right: Ideological Divides in the 21st Century*

16–20 October, 2000, Palace Hotel de Seteais, Sintra

## VII Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Pluralism without Relativism: remembering Sir Isaiah Berlin*

04–08 October, 1999, Convento da Arrábida

## VI Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Liberalism, Old and New*

05–09 October, 1998, Convento da Arrábida

## V Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Modernity and Its Critics*

06–10 October, 1997, Convento da Arrábida

## IV Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Liberty, Virtue and Self-Interest*

September 30–October 4, 1996, Convento da Arrábida

## III Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Citizenship and Civil Society*

09–13 October, 1995, Convento da Arrábida

II Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Theories of Justice: Liberty, Equality, Opportunity*

03-07 October, 1994, Convento da Arrábida

I Curso em Teoria Política e Ciência Política

*Liberalism or Communitarianism*

18-21 October, 1993, Convento da Arrábida

**ANEXO IV – Palestra Anual Winston Churchill | Sessão solene de Abertura do Ano Letivo do IEP**

- 2017 “Churchill and Europe” foi apresentada pelo Professor Antoine Capet, Professeur Émérite de Civilisation Britannique à l’Institut d’Études Anglophones, Université de Rouen, Normandie, France. A Palestra-Jantar contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
- 2016 “Churchill’s Sense of History”, Professor David Reynolds, Professor of International History, University of Cambridge. A Palestra-Jantar contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
- 2015 “Winston Churchill’s Political Leadership in a Comparative Perspective”, Professor Archie Brown, Emeritus Professor of Politics na Universidade de Oxford. A Palestra-Jantar contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva.

**ANEXO V – Palestra Anual Alexis de Tocqueville**

- 2017 “The Western Tradition of Liberty and its Classical-Christian Roots in the Great Books”, Anthony O’Hear, Diretor, Royal Institute of Philosophy and Editor, *Philosophy*, London
- 2016 “Thomas Hobbes, Absolutist and Proto-Liberal”, (Sir) Noel Malcolm, All Souls College, University of Oxford
- 2015 “The War that Ended Peace”, Margaret MacMillan, Warden of St. Antony’s College, University of Oxford
- 2014 “The Era of Democratic Transitions”, Marc Plattner, Vice President for Research and Studies, National Endowment for Democracy and Co-Editor, *Journal of Democracy*

- 2013 “O Estado na Doutrina Social da Igreja / The Role of the State according to the Social Doctrine of the Church”, Manuel Braga da Cruz, Former Rector of the Universidade Católica Portuguesa
- 2012 “A Europa e o Futuro / Europe and the Future”, José Manuel Durão Barroso, President of the European Commission
- 2011 “The Neo-liberal State and the Rule of Law”, (Lord) Raymond Plant (of Highfield), King’s College and House of Lords, London
- 2009 “The Idea of a University”, (Sir) Anthony Kenny, University of Oxford
- 2008 “Natural Law, God and Human Rights”, Robert P. George, Princeton University
- 2006 “Are you a European?”, Timothy Garton Ash, Director, European Studies Centre, St. Antony’s College, University of Oxford
- 2004 “Sir Winston Churchill: A Life”, (Sir) Martin Gilbert, Winston Churchill’s Official Biographer
- 2003 “Competition as a Principle of Good Government”, Christopher DeMuth, President American Enterprise Institute for Public Policy Research, Washington, DC
- 2002 “Two Ideas of Freedom”, George Weigel, Senior Fellow, Ethics and Public Policy Center, Washington, DC, Biographer of Pope John Paul II
- 2001 “Tocqueville and the American Founding: What does Faith add to Reason?”, Michael Novak, George Frederick Jewett Scholar in Religion, Philosophy and Public Policy, American Enterprise Institute for Public Policy Research, Washington, DC
- 2000 “On Character and Public Policy”, James Q. Wilson, Emeritus Professor, UCLA, Los Angeles, California
- 1999 “Some Major Unsolved Problems in Modern Democratization: Theory and Practices”, Alfred Stepan, Gladstone Professor of Government and Senior Fellow, All Souls College, University of Oxford
- 1998 “The Glorious Revolution of 1688 and the English Tradition of Liberty under Law”, (Lord Dacre) Hugh Trevor-Roper, Regius Professor of History, University of Oxford

## **ANEXO VI – Open Day – Cimeira das Democracias**

- 2018 Orador: Dr. José Manuel Fernandes. Tema: Liberdade de Expressão
- 2017 Orador: Embaixador Luís de Almeida Sampaio. Tema: O Futuro da Europa: a NATO e a UE

- 2016 Orador: Dr. José Manuel Durão Barroso. Tema: Portugal nos 30 anos da adesão à União Europeia (CEE)
- 2015 Orador: Professor Manuel Braga da Cruz. Tema: Os 40 anos das primeiras Eleições Democráticas em Portugal
- 2014 Orador: Professor Larry Diamond. Tema: Desafios à Democracia Hoje
- 2013 Orador: Professor Marc F. Plattner. Tema: Cimeira das Democracias (Inauguração deste novo Modelo)
- 2012 Tema: A Reforma das Nações Unidas (a partir da simulação Model United Nations)

### **ANEXO VII – Coleção Ideias e Estudos Políticos**

- 2014 António Costa Lobo, Manuela Franco, Lúcia Franco (eds.), *O Futuro da União Europeia: Olhares de Embaixadores Europeus em Capitais Europeias*.
- 2011 Joaquim Aguiar, Belmiro de Azevedo, João Confraria, Martim Avelaz Figueiredo, Fernando Adão da Fonseca, Carlos Gaspar, Guilherme d'Oliveira Martins, Nuno Vieira Matias, Adriano Moreira, Miguel Morgado, João César das Neves, Alexandre Relvas, João Salgueiro, Alexandre Soares dos Santos, Francisco Vieira e Sousa, *Portugal Hoje: Para Além da Crise*.
- 2010 Joaquim Aguiar, Ricardo Bayão Horta, Carlos Gaspar, Adriano Moreira, João César das Neves, Marcelo Rebelo de Sousa, António Vitorino, *Portugal Hoje: Bloqueios e Desafios*.
- 2008 Mário Pinto; Prefácio de Rui Machete, *Sobre os Direitos Fundamentais de Educação*.
- 2007 Raymond Plant, Robert Royal, Daniel J. Mahoney, Hahm Chaibong, Clifford Orwin, Wilson A. Galston (eds.), *A Sociedade Civil e o Mercado*.
- 2007 João Carlos Espada (ed.), *Democracia Liberal e Religião*.
- 2007 João Carlos Espada, Marc Plattner and Adam Wolfson (eds.), *Direita e Esquerda? Divisões Ideológicas no Século XXI*.

## Capítulo 24

### Instituto de Ciências da Saúde

Alexandre Castro Caldas

#### Introdução

A história do interesse pelas doenças e pelo seu tratamento perde-se no confim dos séculos. Não haverá provavelmente nenhum grupo social ou civilização em que não se encontre uma referência a doenças, como antecâmaras para a morte ou para o sofrimento, e propostas para as suas causas e para o seu tratamento. Não espanta, por isso, que a dimensão espiritual da natureza humana se revele nesses contextos de dúvida. Natural é também que os textos bíblicos, relatando a vida de Jesus, revelem, em pormenor, as curas milagrosas. Victoria Vogt da Universidade de Saskatchewan, do Canadá, apresentou ao 10th Annual History of Medicine Days em 2001 um texto com o título: *Jesus Christ, the exemplar of patient centered medicine*, salientando precisamente a forma como os doentes procuravam Jesus, não só para que o seu sofrimento do corpo fosse tratado mas também para que o seu espírito fosse iluminado.

A cristianização da Europa remodelou sobretudo as influências gregas, quer de Hipócrates, que criou uma ética para a prática da medicina, quer de Galeno, que registou uma vertente científica que influenciou a profissão até ao século XVII. Esta remodelação da prática disse respeito à dimensão espiritual do cuidado que passou a ser em grande parte da responsabilidade das ordens religiosas.

No século IX desenvolveu-se, em Salerno, a primeira Escola de Medicina Europeia que mais influenciou o ensino médico. Alguns fatores foram relevantes para o sucesso deste empreendimento. Em primeiro lugar, a existência de águas termais que adquiriram fama e eram procuradas por toda a espécie de doentes, em segundo lugar, a existência de um convento de monges Beneditinos empenhados em cuidar dos enfermos e, em terceiro lugar, a abertura para o Mediterrâneo permitindo a confluência de múltiplos viajantes nomeadamente portadores do conhecimento grego e, também, do norte de África e do oriente. Na verdade, a curiosidade dos médicos de então levava-os a procurar os lugares para onde convergiam doentes para assim os estudarem e registarem as suas

observações. É então esta a origem da verdadeira prática centrada no doente, no seu sofrimento e no ensaio de tratamentos inovadores, e a utilização dessa prática para o ensino de novos cuidadores.

Em 1220 o Papa Nicolau IV deu a bênção à Universidade de Montpellier para o ensino da Medicina, quando Salerno tinha já perdido a sua força germinal. Esta cidade de mercadores no sul de França era também cosmopolita e reunia boas condições para receber alunos e professores de todos os cantos do mundo. Todavia, o ensino era centrado nos livros e não nos doentes, à maneira dos outros domínios do conhecimento que constituíam matéria de ensino nas universidades de então. A cisão entre quem ensina artes médicas e quem cuida dos enfermos tornou-se a regra que infelizmente se mantém em parte nos nossos dias. Para além disso era notória, também, em Montpellier, a resistência à inovação. É conhecida a opinião de um dos professores que ao ter conhecimento da descoberta da circulação sanguínea por William Harvey no século XVII, comentou que podia ser muito interessante mas era completamente irrelevante para o conhecimento médico.

A laicização progressiva dos sistemas de saúde na Europa retirou da prática a preocupação pela pessoa centrando a atenção na doença. A preocupação passou a ser o combate à doença, quer através de medidas preventivas quer através de medidas curativas das doenças enquanto entidades autónomas independentes do seu portador. Mantém-se, felizmente, através dos tempos o importante papel das ordens religiosas prestadoras de cuidados de saúde.

Não cabe no âmbito deste texto rever a história das relações entre a Igreja Católica e as Universidades. Na Europa, a maioria delas dependia de autorização papal, tendo sido talvez a de Oxford que em 1254, pela primeira vez, recebeu autorização do Papa Inocêncio IV para atribuir títulos académicos de forma autónoma. Importa dizer que o ensino da medicina fazia parte de quase todas, pese embora o peso do ensino teórico face à prática do cuidado. É curioso registar este facto que ainda hoje tem alguma realidade: mesmo algumas das Universidades Católicas mais conceituadas nos nossos dias desenvolvem o ensino médico afastado da prática do cuidado.

É importante ainda comentar o facto de que o desenvolvimento desta prática do cuidado constitui a genética milenar da profissão de enfermagem afastada agora das ordens religiosas e sobretudo consolidada socialmente através do trabalho de pioneiros como Florence Nightingale, enquanto enfermeira na Guerra da Crimeia. Podemos dizer que é hoje fundamental aproximar o progresso do conhecimento das duas vertentes profissionais: enfermeiros e médicos, numa perspetiva académica e assistencial interdisciplinar.

Justifica-se esta brevíssima introdução para melhor compreender como se deve pensar hoje o desenvolvimento do ensino da saúde numa Universidade Católica dos nossos dias. Há que saber transmitir a tradição milenar do cuidado global da pessoa que sofre, com os conhecimentos científicos respeitantes às soluções técnicas mais apropriadas para cada um. Deve ser tomado em linha de conta que o saber necessário é hoje partilhado por profissionais diversos que devem aprender a viver em equipas multidisciplinares sem ordem hierárquica preestabelecida e com responsabilidades partilhadas. Isto implica, naturalmente, uma ligação do ensino à prática do cuidado, norteada por estes princípios.

## **Os diferentes projetos e realizações**

Ao longo destes 50 anos, muitos têm sido os projetos na área da saúde, alguns não passaram de projeto outros tiveram a sua concretização e estão consolidados. Abster-me-ei de citar os nomes dos diferentes intervenientes com receito de o fazer erradamente ou de esquecer alguém cujo contributo possa ter sido relevante. De acordo com a estrutura da UCP, naturalmente, todos os processos foram ou da iniciativa do Conselho Superior ou aprovados nas suas reuniões, sendo, por isso, institucionais.

### **O primeiro projeto**

Sendo embora uma ideia que existia desde a fundação da UCP só no início dos anos 90 é que se registaram as primeiras iniciativas no domínio da Saúde. Na Faculdade de Ciências Humanas foi criado o primeiro Mestrado em Enfermagem onde foram concluídas, ao fim de alguns anos, 157 teses. Este foi um programa inovador, a nível nacional, que permitiu um importante desenvolvimento deste domínio do saber. Estando por lei integrada no Ensino Politécnico, a Enfermagem é, sem dúvida, um domínio científico que deveria estar integrado no Ensino Universitário. Na medicina dos nossos dias, Enfermeiros, Médicos, Químicos, Físicos, Psicólogos e outros profissionais são parceiros de igual exigência de preparação que desenvolvem investigação científica interdisciplinar.

Na mesma linha de pensamento, nessa mesma altura, no Centro Regional de Braga foi criado um programa de formação de Enfermeiros de complemento curricular para adquirir a licenciatura. Sendo o curso de Enfermagem de natureza politécnica, tinha uma organização curricular que não conferia o título académico de licenciado, em muitos destes cursos no domínio da saúde criaram-se estes programas complementares que conferiam o grau. Hoje, depois das modificações curriculares introduzidas pelo Tratado de Bolonha, todos os

curso de enfermagem conferem o título de licenciatura que a maioria dos profissionais completa com programas de Mestrado. Por ser assim nos nossos dias este programa de Braga deixou de ter procura, não se tendo criado nesse Centro nenhum programa de raiz.

Este arranque do projeto de saúde incluía a criação de um curso de Medicina e, porque estava em construção o Hospital Fernando da Fonseca, pensou-se em incluir nesse Hospital esse curso. O Conselho Superior designou uma comissão para realizar o estudo de viabilidade do projeto, essa comissão realizou um estudo exaustivo, que se encontra hoje arquivado em três volumosos volumes, que julgamos desnecessário reproduzir importando tão-só dizer que foram contactadas Universidades Europeias para colaborar no projeto, colaboraram ainda médicos portugueses a trabalhar no estrangeiro e parceiros nacionais para desenvolver o componente clínico hospitalar. Estando concluído o Hospital propunha-se concorrer à sua gestão o que acabou por ser considerado um projeto de alto risco económico a que o Conselho Superior entendeu não dar apoio. Importa dizer que também o apoio dado inicialmente pelo Governo não teve a continuidade que seria de esperar. Ficou desta forma suspenso o projeto, tendo sido também interrompido o programa de Mestrado em Enfermagem. Contudo, a UCP continuava a entender que a criação do ensino em Saúde era uma obrigação e, mais ainda, que a existência de ensino de saúde constituía uma mais-valia pelo potencial desenvolvimento de sinergias com os outros sectores da Universidade como a Economia e Gestão, o Direito, o Serviço Social e as áreas de Engenharia que estavam a começar a desenvolver-se. Deve salientar-se neste ponto que no Centro Regional do Porto tinha sido criada a Escola Superior de Biotecnologia que estava a ter um importante desenvolvimento, quer em investigação científica quer nos cursos desenvolvidas em áreas muito próximas da saúde, o que teve influência para o desenvolvimento das áreas de saúde no Porto como veremos adiante.

### **A saúde no Centro Regional das Beiras**

O Centro Regional das Beiras nasceu mais ligado ao ensino de Ciências Humanas e posteriormente de Gestão e de Arquitetura. Porém, registava-se uma forte pressão local para desenvolver, em Viseu, um curso de Medicina com apoio da Faculdade de Medicina de Coimbra e ligado ao Hospital de S. Teotónio. Entendeu-se que seria bom começar esse projeto com a criação de um curso de Medicina Dentária que se desenvolveria depois para a Medicina. Construiu-se, para isso, um edifício próprio, com um espaço para ensino clínico, apoiado este projeto por escolas internacionais. Com a implementação do Processo de

Bolonha este curso sofreu uma alteração profunda e tornou-se independente da colaboração de Coimbra criando um *curriculum* mais adequado ao ensino da Medicina Dentária.

O Centro Regional das Beiras sofreu uma alteração profunda com o passar dos anos, desativou um polo na Figueira da Foz e outro nas Caldas da Rainha e concentrou a sua atividade presente quase exclusivamente nas áreas da Saúde. A ideia de criação de um curso de Medicina foi abandonada e organizou-se um Mestrado em Ciências Biomédicas e depois uma licenciatura também neste domínio. A ideia que conduziu a esta iniciativa foi a de ter uma sinergia com o Mestrado integrado de Medicina Dentária potenciando o desenvolvimento das ciências básicas e da investigação científica nesse domínio. Este programa parece hoje estar consolidado e tem já prestígio nacional e internacional com um fluxo regular de admissão de alunos, recebendo também estudantes de pós-graduação nos laboratórios onde se faz investigação científica. Todo este programa está incluído no Instituto de Ciências da Saúde.

Deve salientar-se a experiência da organização de uma clínica dentária de natureza académica virada para o cuidado com qualidade, em primeiro lugar, mas organizada no interesse académico para o ensino dos alunos. Não se pode esquecer que a prática da Medicina Dentária exige um treino de movimentos minucioso que é feito em primeiro lugar em modelos mas depois carece de prática tutelada por docentes experimentados. É evidente que há que assegurar a rentabilidade mas não pode ser esse o principal objetivo, pois os tratamentos são naturalmente mais demorados.

### **O primeiro curso de Enfermagem no Centro Regional do Porto**

Conforme ficou dito acima, a Escola Superior de Biotecnologia no Porto, estando próxima dos interesses da saúde, propôs-se a organizar um curso de Enfermagem. Para isso recorreu ao seu próprio corpo docente e a uma parceria com a Escola da Imaculada Conceição do Porto que ensinava enfermagem há várias décadas, com muito prestígio na cidade, articulado com a casa de saúde da Boavista. O curso teve os seus primeiros alunos antes da organização do ensino de Enfermagem que viria a ocorrer, pouco tempo depois da organização do Instituto de Ciências da Saúde em 2004.

### **O segundo projeto de criação do Curso de Medicina**

No final do ano de 2003 surgiu a hipótese de construir, no *campus* de Sintra, onde já estava instalada a Faculdade de Engenharia, um hospital que

desse resposta às necessidades assistenciais da região que o Hospital Fernando da Fonseca e o velho Hospital de Cascais não conseguiam cobrir atendendo ao crescimento demográfico dessa região. Havia um projeto no Ministério da Saúde para a construção de um hospital em parceria público-privada nessa região. Foi então feito um protocolo com um grupo privado para concorrer com um projeto que, para além dos cuidados assistenciais, acolhesse uma Faculdade de Medicina da responsabilidade da Universidade Católica. O projeto hospitalar foi feito com todo o rigor, porém, a Câmara Municipal de Cascais opôs-se pois considerava que o hospital deveria ser em Cascais e não em Sintra e, por outro lado, todo o processo teria de ser posto a concurso público o que podia significar que outro concorrente ficasse melhor colocado, o que faria com que no *campus* da Universidade nascesse um hospital sem projeto académico. Nessa altura estava já criado o Instituto de Ciências da Saúde.

### **A criação do Instituto de Ciências da Saúde**

Por Despacho Reitoral, de 20 de fevereiro de 2004, foi criado o Instituto de Ciências da Saúde destinado a desenvolver o ensino e investigação na área da Saúde em toda a Universidade, integrando desde logo as atividades já existentes nos diferentes Centros Regionais, sendo a Direção nacional. Quando este Instituto foi formado estava ainda de pé o segundo projeto de criação do curso de Medicina. Nesta conformidade a primeira iniciativa foi a criação de um Mestrado em Educação médica pensando na formação de um corpo docente para o futuro curso. Era já a ideia nessa altura criar um curso com forte pendor na formação de docentes capazes de ensinar as matérias médicas e arte da profissão de acordo com os modelos mais avançados da pedagogia. Fez-se nessa altura uma aproximação à metodologia da Universidade de Maastricht, com a qual se fez um primeiro contacto e simultaneamente conseguiu-se o apoio da Universidade de Harvard que acabou por vir a colaborar no programa de mestrado com um módulo de “Problem Based Learning”. Participaram neste programa 35 profissionais de saúde, maioritariamente médicos.

Tendo-se tornado inviável o projeto do curso de medicina, como ficou dito acima, optou-se pela estratégia de organização modular tentando consolidar programas que viessem, no futuro, a confluir numa Faculdade de Ciências da Saúde onde se formassem os múltiplos profissionais que participam na prestação de cuidados. A primeira iniciativa disse respeito ao ensino da Enfermagem.

## O desenvolvimento do ensino de Enfermagem

Como ficou dito acima, tinha havido já diversas iniciativas relacionadas com o ensino de Enfermeiros. Discutia-se nessa altura a integração de Escolas Politécnicas nas Universidades e entendeu-se, por isso, que seria um bom projeto procurar Escolas de Enfermagem da responsabilidade de entidades relacionadas com a Igreja Católica e negociar a integração. Em Lisboa havia duas potenciais candidatas: a Escola de S. Vicente de Paula e a Escola de S. Francisco das Misericórdias. No Porto havia a Escola da Imaculada Conceição e a Escola de Santa Maria. Iniciaram-se as negociações e, em Lisboa, realizou-se a integração total da Escola de S. Vicente de Paula e fez-se um protocolo com a Escola de S. Francisco, protelando a integração mas trazendo a Escola para as instalações do *campus* de Sintra. Este protocolo veio a ser denunciado tendo-se a Escola de S. Francisco afastado da UCP. No Porto, a Escola de Santa Maria não se mostrou interessada em integrar-se e a da Imaculada Conceição aceitou o projeto, tendo sido fundido o curso com aquele que já existia na Escola Superior de Biotecnologia.

A integração das Escolas de Enfermagem, de natureza politécnica foi feita numa estrutura designada Escola Superior Politécnica de Saúde da UCP, abrindo a possibilidade de começar a fazer o ensino de diversas áreas das Ciências da Saúde no mesmo enquadramento interdisciplinar que tinha sido o modelo conceptual do Instituto. Desta forma, começaram os cursos de medicina laboratorial no Porto, planeou-se o curso de higienistas dentários em Viseu e iniciou-se a aproximação à Escola do Alcoitão para eventualmente ser integrada na UCP. Porém, foi superiormente entendido não ser a orientação da Universidade integrar ensino politécnico, tendo os cursos já iniciados sido interrompidos e interrompidos também os outros projetos em curso. Quanto às Escolas de Enfermagem foi decidido que se fariam todas as diligências para que este ensino passasse a ser de natureza universitária.

Com o objetivo de tornar o curso universitário, os docentes que vinham da carreira politécnica foram encorajados a realizar os seus doutoramentos estando, presentemente, ambas as Escolas – Lisboa e Porto – dotadas de corpo docente em conformidade com os requisitos da Agência de Avaliação do Ensino Superior. Com este corpo docente estão organizados, para além da licenciatura, que é idêntica nos dois polos, cursos de Mestrado profissionalizantes e académicos e um importante programa de Doutoramento que muito tem contribuído para a formação académica dos profissionais de Enfermagem de todo o País. A Escola de Enfermagem da UCP é a única escola nacional que tem os três ciclos de

ensino superior em funcionamento, com um corpo docente qualificado para os assegurar.

Importa salientar que a produção científica em Enfermagem realizada no âmbito do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde tem vindo a aumentar significativamente, integrando alunos e professores de todos os ciclos. Esta valência do Instituto pode assim considerar-se consolidada e preparada para os desenvolvimentos futuros que se advinham na forma de lidar com os problemas da saúde.

Finalmente, tem havido um esforço na ligação do ensino e da investigação à comunidade. Para além do trabalho prático nas instituições de saúde com quem é necessário ter protocolos, criaram-se serviços de apoio à comunidade em que se envolvem também os alunos o que contribui significativamente para a sua formação.

### **Os programas de ensino no Instituto de Ciências da Saúde**

Para além da Enfermagem e da Medicina Dental, que se podem considerar sectores consolidados, o ICS desenvolveu outras formações que se podem organizar em três grupos: as que constituem matérias a integrar no plano global e que por isso se propuseram como cursos conferentes de grau; as que se consideram candidatas e carecem de um período experimental em forma de pós-graduação antes de se estruturarem com corpo docente próprio e se consolidarem; e programas de interesse, quer científico quer conceptual, que podem ter ou não continuidade.

No primeiro grupo inclui-se a formação em cuidados paliativos que se considera fulcral para a formação dos profissionais de saúde, sendo obrigação da UCP oferecer esta formação. O programa de Mestrado, recentemente reestruturado, tem sido procurado anualmente por número significativo de profissionais de saúde, sendo complementado por outras pós-graduações destinadas a aprofundar temas, como é o caso dos cuidados paliativos pediátricos e o programa internacional de temas aprofundados. É também no domínio deste sector que se desenvolve o programa do Observatório Nacional de Cuidados Paliativos com sede no ICS e ligação estreita com o Ministério da Saúde, estando também a ser planeado um programa de Doutoramento que se desenvolverá no contexto da organização de uma unidade prestadora de cuidados que está também em planeamento para ficar sob tutela do ICS. A par com este capítulo, entendeu-se desenvolver a Psicologia nas suas vertentes ligadas à Saúde. A Psicologia tem de ser hoje entendida como um domínio transversal do conhecimento da pessoa estando, por isso, associada aos diferentes contextos da vida moderna.

Infelizmente, o mercado de trabalho da Saúde não absorve os profissionais que seriam necessários para o seu bom funcionamento, mas acredita-se que se venha a registar no País o que vai acontecendo por todo o mundo. O Mestrado de Neuropsicologia é fundamental, sobretudo para dar apoio à vaga crescente de casos de demência que acompanha o envelhecimento da população e tem tido significativa procura. Da mesma forma, o programa de Doutoramento em Ciências da Cognição e da Linguagem reforça a investigação neste sector.

No segundo grupo encontram-se, fundamentalmente as ciências da nutrição que constituem um sector fundamental das ciências da saúde que devem ser incluídas transversalmente em todos os programas de ensino. Têm sido organizadas diversas pós-graduações sendo a que foca a nutrição nas doenças oncológicas aquela que se tem revelado de maior interesse. O Neurodesenvolvimento e a Saúde Mental têm sido formações organizadas anualmente aguardando oportunidade de estruturar corpo docente próprio, o mesmo se podendo dizer para a área da Saúde Pública,

Do terceiro grupo salientam-se dois capítulos que combinam a vertente de ensino, de investigação e de trabalho na comunidade: a linguagem gestual e educação de surdos e as neurociências e a educação. Outros temas têm sido tratados, pontualmente, importantes para o desenvolvimento do sector mas não constituem atividade regular.

O desenvolvimento dos estudos sobre linguagem gestual vêm de ligações antigas com o Instituto Jacob Rodrigues Pereira. Quando se criou o ICS, foi proposta a realização do Mestrado de Língua Gestual e Educação de Surdos, tendo então começado a desenvolver-se este sector. Para além de Mestrado criou-se uma licenciatura em língua gestual e, no âmbito do Doutoramento, estão em curso diversos projetos que têm tido impacto internacional, nomeadamente através de relações com o Rochester Institute of Technology. Salienta-se o trabalho desenvolvido em São Tomé e Príncipe onde se participou ativamente no desenvolvimento da língua local e no apoio ao ensino das crianças surdas. Foi o ICS com o apoio das fundações Vale Flor e Calouste Gulbenkian que editou o primeiro dicionário de língua gestual de São Tomé e Príncipe. A nível nacional, foi também através do Instituto que se criou o primeiro coro de surdos.

Quanto à ligação das neurociências com a educação, têm sido criadas várias ações de ensino para professores do ensino secundário e estão em curso diversos projetos de investigação.

Finalmente, importa referir que foi criado o Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde (CIIS) reconhecido pela FCT cuja direção se encontra

presentemente no Centro Regional de Viseu e que pretende estimular a colaboração entre as diferentes áreas da saúde a nível nacional.

### **O projeto atual do Curso de Medicina**

No momento presente o ICS está a desenvolver um novo projeto para criar uma Faculdade de Medicina. Este projeto resulta de uma parceria feita entre a UCP, a Universidade de Maastricht que apoia o desenvolvimento do seu programa de ensino que desde sempre considerámos como o desejável para o curso da UCP e o grupo Luz Saúde que permite a infraestrutura clínica. O processo está em curso, reveste-se de alguma complexidade e carece ainda da criação das infraestruturas, quer de recursos humanos quer de instalação e equipamento.

## Capítulo 25

### **Instituto de Bioética**

Ana Sofia Carvalho<sup>1</sup>, António Jácomo,  
Carlos Costa Gomes, Joana Araújo, Walter Osswald

O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, convocou para uma reunião o então presidente da Associação dos Médicos Católicos, Professor Daniel Serrão, o respetivo Assistente eclesiástico, Frei Doutor Bernardo Domingues e o responsável pela novel Faculdade de Teologia (Porto) da Universidade Católica Portuguesa, Cónego José Godinho de Lima. D. António referiu-se às atividades e estudos no âmbito da Teologia Moral e da Ética Médica em que convergiam as atenções e o empenho das duas instituições e sugeriu que fosse encontrada uma área comum e fundado um grupo de trabalho a partir de ambas, que de alguma forma institucionalizasse o estudo dessas questões à luz da doutrina cristã.

São estes os primórdios longínquos do Instituto de Bioética, tais como a memória do único interveniente vivo as recorda. Certo é que só em 1997 se regista a criação de um Gabinete de Investigação de Bioética (GIB), com reglamento próprio que o definia como interface da UCP e da referida Associação, com o objetivo de estudo, difusão e elaboração de doutrina bioética num horizonte personalista, por protocolo assinado pelo Professor Doutor Daniel Serrão e pelo responsável do Curso de Teologia da UCP no Porto, Cónego Doutor Arnaldo Pinho. Por sugestão do Professor Daniel Serrão, foi o Professor Walter Osswald encarregue de formar o grupo fundador, tenho assumido a função de Diretor. O Vice-Diretor, designado pela Faculdade de Teologia, foi o Cónego Doutor Jorge Teixeira.

Este reduzido grupo de trabalho em puro voluntariado e sem instalações próprias no início (reunia num acanhado escritório que partilhava com a Direção do Coro do Centro Regional do Porto, sito no velho edifício da Quinta do Paraíso), levou todavia a cabo uma atividade que se classifica de intensa, organizando conferências, simpósios e até cursos de pós-graduação. Atreveu-se mesmo a procurar colaboração com personalidades estrangeiras, oriundas da área do personalismo cristão, tais como os Professores Gerl Falkowitz,

---

<sup>1</sup> Com a colaboração de *António Jácomo, Carlos Costa Gomes, Joana Araújo e Walter Osswald*

H. B. Wuermeling, Salvino Leone, Salvatore Privitera e outros, facto refletido na publicação de dois livros que coligem as intervenções de autores nacionais e estrangeiros nas reuniões promovidas pelo GIB. Nasceu assim uma vocação internacional, um intercâmbio de ideias e experiências com muitos centros, mormente de orientação personalista, que o sucessor do GIB, o Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, viria a cultivar de forma intensa, inclusive através da sua filiação na Federação Internacional de Centros e Institutos de Bioética de Inspiração Personalista.

O GIB iniciou as suas atividades, tendo como fins, expressos no seu regulamento: a investigação interdisciplinar na área das ciências da vida, privilegiando os aspetos éticos, teológicos, jurídicos e biotecnológicos; a divulgação de resultados obtidos através de publicações, reuniões científicas, mas também pelo ensino; a constituição de um acervo documental e bibliográfico e o intercâmbio com instituições afins. O GIB tomou a iniciativa de organizar cursos de pós-graduação em Bioética, conferências por especialistas nacionais e estrangeiros, reuniões e seminários, publicando ainda dois volumes de trabalhos originais, e colaborando noutras duas obras. Participou ainda no projeto BIOMED-EFTT (Transplantes de tecidos e células de origem embrionária e fetal), um projeto subsidiado pela União Europeia e em que participaram grupos bioéticos da Holanda, Bélgica, França, Itália, Espanha, Dinamarca e Reino Unido, ficando a representação portuguesa a cargo do GIB.

Em face do assinalável êxito das iniciativas do GIB acima referidas, foi proposto pelos respetivos responsáveis (Professores Doutores Jorge Teixeira da Cunha e Walter Osswald) à Reitoria da UCP a criação de um Instituto de Bioética (IB). Esperava-se que este se assumisse como continuador da obra do GIB e garantisse uma expansão das suas atividades e a criação de Cursos de Mestrado, bem como a possibilidade de acolher estudantes de doutoramento, atividades estas que estão estatutariamente reservadas a unidades orgânicas da UCP, ou seja, a Faculdades, Institutos e Escolas Superiores. O Instituto de Bioética, criado em julho de 2002, é, assim, uma unidade orgânica da UCP, obedecendo em tudo (organização, tarefas e funcionamento) ao que se encontra fixado nos Estatutos da Universidade e dispondo de regulamento próprio (art. 17.º dos Estatutos).

Com o objetivo de estabelecer uma aproximação multidisciplinar face aos desafios complexos da sociedade atual e atento aos avanços e aos contornos éticos do progresso, o IB desenvolve um largo campo de atividades, assumindo dois grandes pilares de ação: Investigação e Formação.

O Gabinete de Investigação de Bioética (GIB) passou a constituir a unidade de investigação do Instituto de Bioética. Em 2003, e no âmbito do programa de financiamento a novos centros de investigação, instituído pela Fundação para a

Ciência e a Tecnologia (FCT), este centro (GIB) passou a constituir a rede de unidades com financiamento plurianual da FCT.

No ensino pré-graduado o IB dedica-se à lecionação de unidades curriculares de Bioética em licenciaturas de quatro Unidades Académicas da UCP: Faculdade de Educação e Psicologia, Escola de Direito, Escola Superior de Biotecnologia e Instituto de Ciências da Saúde. No cômputo global, conta com cerca de 350 alunos ao longo do ano letivo.

No ensino pós-graduado, o IB leciona no 2.º ciclo de outra Unidade da UCP, no Instituto de Ciências da Saúde (Porto e Lisboa) – Mestrado em Cuidados Paliativos e no Mestrado Feridas e Viabilidade Tecidual; na Universidade do Porto, no Instituto de Ciências Abel Salazar – Mestrado em Aconselhamento Genético e na Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação e no Mestrado em Nutrição.

Ao nível do 3.º ciclo, o IB leciona em programas de Faculdades extramuros da UCP: Programa GABBA (Programa doutoral nas áreas da biologia básica e aplicada da Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Instituto de Ciências Abel Salazar e dos Laboratórios Associados IBMC/INEB e IPATIMUP, Universidade do Porto, Programa de Doutoramento em Química, Ciências Biológicas e Engenharia do ITQB (Instituto de Tecnologia e Química Biológica), Programa Doutoral em Biologia Experimental e Biomedicina (PDBEB), Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC), Universidade de Coimbra.

A atividade de ensino é gerida de forma muito flexível, já que o Instituto não tem corpo docente próprio, pelo que também recorre a Doutores pertencentes a outras instituições, alguns dos quais, porém, doutorados pelo IB UCP ou membros do Conselho Científico do Instituto.

Atualmente, o ambiente externo é favorável às abordagens da bioética a diversas problemáticas contemporâneas, pelo que o Instituto tem tido o cuidado de, face aos recursos internos e constrangimentos ao nível de quadros qualificados, selecionar cuidadosamente as frentes de trabalho e parceria que elege e desenvolve. Neste contexto, tem vindo a identificar áreas de oportunidade, criando relações e parcerias com instituições externas de prestígio: Centros de Investigação, Instituições de Ensino Superior, Fundações associadas a empresas da área da saúde (José de Mello Saúde, COFANOR, Fundação Merck Sharp and Dohme, Fundação Grünenthal, Fundação GSK) e da área cultural e científica (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Belmiro de Azevedo, UNESCO, FLAD). A constituição de parcerias com instituições de outros países, como vários de África, Brasil e Espanha tem também sido uma forte solicitação para o GIB, procurando-se criar condições para o acolhimento e orientação de novos projetos em parceria,

bem como de investigadores oriundos desses locais. Estão também identificadas significativas oportunidades de financiamento de investigação nacional (empresas) e internacional (Comissão Europeia).

Importante é salientar o reconhecimento institucional, por parte de um grupo de patrocinadores que permitiram ao Instituto a constituição de um Fundo de Investigação denominado ETHOS, tendo como principais mecenas a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP e a José de Mello Saúde.

A Missão do Instituto de Bioética desdobra-se em quatro objetivos principais:

- Identificação das principais questões bioéticas com relevância para a cultura portuguesa;
- Desenvolvimento de projetos de investigação nas principais áreas do atual debate bioético com importantes implicações de política pública;
- Fornecer uma excelente educação em bioética a estudantes e profissionais;
- Promoção nacional e internacional do diálogo bioético através de publicações, colaboração em investigações, programas de ensino e parcerias institucionais.

Tendo em conta que a Bioética se tornou cada vez mais dominante no plano das mentalidades da cultura de hoje, como resposta aos vertiginosos avanços da tecnologia e às profundas modificações sociopolíticas de um mundo em processo de globalização e de multiculturalismo, parece de enorme importância que esta nova área do saber seja exposta e proposta à sociedade civil e demonstrada a sua adequação. É essa a convicção dos que fazem o Instituto de Bioética e essa é a linha orientadora de todo o nosso plano formativo. A máxima prioridade é atribuída à realização de Cursos de grande qualidade, exigência e seriedade, com preletores escolhidos entre personalidades de reconhecida competência nas suas áreas. O intento era, e é, o de criar um “núcleo duro” de Mestres e Doutorados em Bioética, bem formados e informados, capazes de exercer influência e de orientar a opinião pública, de modo a nela criar interesse pelo debate bioético e a demonstrar a validade de uma orientação humanista e personalista.

Tendo realizado, no espaço curto de dez anos, quatro Cursos de Pós-Graduação (dois no Porto, um em Viseu e um em Coimbra), sete Cursos de Mestrado (Porto e Lisboa) (contando já com 46 mestres formados pelo Instituto de Bioética) julgamos poder afirmar que se trata de uma mobilização absolutamente ímpar e inovadora, no nosso País, em matéria de preparação bioética. Acresce que o prestígio conquistado é notório, até por se tratar do único Instituto de

Bioética existente em Portugal (os departamentos universitários existentes nas Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto são, por razões institucionais, prioritariamente orientados para a Ética e Deontologia Médicas).

Atualmente, o IB procura centrar o esforço da lecionação no seu próprio Programa de Doutoramento em Bioética. Este programa representa uma aposta prioritária do IB, entendido como decisivo para a necessária e urgente formação universitária superior em Bioética, para uma diversidade significativa de profissionais. O seu lançamento superou as expectativas; de sublinhar o número de candidaturas recebidas. Foram admitidos 20 estudantes em Lisboa e 30 alunos no Porto na sua 1.<sup>a</sup> edição, 15 alunos na 2.<sup>a</sup> edição, 16 alunos na 3.<sup>a</sup> edição e 21 na 4.<sup>a</sup> edição. De salientar que, neste momento o IB já conta com 39 doutorados em Bioética.

A estrutura de gestão do programa doutoral é constituída por uma Comissão Coordenadora (Coordenadora científica – Ana Sofia Carvalho; e Coordenador executivo – António Jácomo) e por duas Comissões de acompanhamento, uma interna e outra externa.

O Instituto de Bioética encontra-se numa fase de crescimento. Sendo uma unidade de pequena dimensão é, atualmente, reconhecida ao nível nacional pelos principais centros de investigação no domínio das ciências da vida e da saúde, com atividades desenvolvidas em parceria com alguns deles, ao nível da formação e da investigação. Também a FCT reconhece o mérito da unidade, tendo realizado um protocolo com a Universidade de forma a garantir a avaliação ética, pelo IB, de todos os projetos que financia, face à necessidade de obedecer aos critérios da Comissão Europeia. O IB conta ainda com um serviço de consultoria, avaliação e acompanhamento ético de projetos de investigação científica, através do qual tem feito diversas avaliações éticas de projetos de diferentes entidades nacionais (escolas, universidades, instituições públicas ligadas à área da saúde, ...) tendo um potencial leque de interessados, que lhe poderão permitir, num futuro próximo, a coordenação das tarefas relacionadas com os aspetos éticos em projetos apresentados por outras entidades a concursos nacionais e internacionais.

A nível internacional, a atribuição da Cátedra UNESCO de Bioética ao Instituto, em 2008, foi um marco importante para a internacionalização (lembramos que só há 10 cátedras destas à escala mundial). Desde essa data, têm surgido diversos convites para o IB entrar como parceiro de projetos internacionais (H2020), assumindo a consultoria ética de projetos em diferentes áreas. Ao longo de todo este percurso, tem sido presença constante diversos bolsheiros estrangeiros por períodos de um a nove meses no IB. Ainda ao nível da lecionação, é de salientar a colaboração de destacados nomes da bioética europeia

nos nossos Cursos de Doutoramento, tais como Diego Gracia (Universidade Complutense de Madrid), Roberto Adorno (Institute of Biomedical Ethics, University of Zurich), Jorge José Ferrer (Universidad de Puerto Rico), Kris Dierickx (Universidade de Lovaina). Na mesma linha, regista-se o facto de um seu investigador integrar o projeto “Human Brain Project”, que é como se sabe um dos mais importantes projetos internacionais na área das neurociências.

Além do óbvio impacto científico, conseguido através de publicações em revistas internacionais e nacionais, a investigação que fazemos tem um impacto social reconhecido e, em geral, contribui para a modificação de políticas nacionais e políticas institucionais (p. ex., guias de conduta em diferentes hospitais e serviços).

A área da investigação apresenta-se com dois objetivos principais: (1) alinhar a investigação em bioética com os critérios de excelência internacionais; (2) articular a estratégia do centro com as áreas prioritárias dos programas de financiamento internacionais, respondendo às expectativas e necessidades atuais das instituições parceiras do IB e às reais e concretas dificuldades do País.

O Instituto de Bioética pretende concretizar os objetivos a partir de duas linhas temáticas, 1) DECISÃO ÉTICA EM SAÚDE (ETHICAL DECISION MAKING IN HEALTH) e 2) DECISÃO ÉTICA EM CIÊNCIA (ETHICAL DECISION MAKING IN SCIENCE) que irão permitir o estudo aprofundado da tomada de decisão em bioética, ou seja, do processo de elaboração e análise que conduz à tomada de decisão. Assim, todos os projetos de investigação que vão sendo desenvolvidos, quer por investigadores quer por alunos de doutoramento, caracterizam-se por uma dinâmica centrada na tomada de decisão perante dilemas éticos.

Na área da tomada de decisão em saúde, o IB conta atualmente com três projetos financiados: (1) ENSURE | O processo de consentimento informado e a tomada de decisão em pessoas com demência: estratégias e modelos; NÓS | Deliberação e decisão ética em cuidados oncológicos: quanto custa não decidir; INPALIN | Implementação de um programa de integração da filosofia e práticas dos cuidados paliativos em unidades de cuidados intensivos.

Na área da tomada de decisão em saúde, o IB desenvolve, por um lado, consultoria a projetos internacionais através do ETHICS LAB, assumindo a gestão da componente ética de projetos nacionais e internacionais, quer em fase de candidatura quer durante a execução do projeto, e, por outro, tem, quer através da sua Cátedra UNESCO de Bioética quer através da sua função de consultoria junto da FCT, sido um importante impulsionador na formação de investigadores e no desenvolvimento de políticas de Ética e Integridade Científica no País.

Através do crescimento da área de investigação, o IB procura a consolidação do corpo de investigadores em número e complementaridade disciplinar que permita a existência de uma massa crítica e a consolidação do financiamento em concursos internacionais alcançando crescente independência do financiamento da FCT.

O debate bioético, a procura de fundamentação para a emissão de juízos éticos, o acolhimento de argumentos oriundos de ciências diversas, a lenta mas segura elaboração de uma linguagem própria são fenómenos de irrecusável realidade. Por isso, a Bioética não se limita a um encontro académico de especialistas de várias áreas do saber e da atividade profissional, preferencialmente oriundos da Biologia, da Filosofia, da Teologia, do Direito e da Medicina, antes se constitui como uma “transdisciplina”, projetando-se num horizonte de saberes e práticas próprios. Neste sentido, a Bioética, como recente configuração da preocupação com o estudo sistemático das dimensões morais da conduta humana nas ciências da vida, nos cuidados de saúde e na proteção e manutenção da biosfera, deve, em nosso entender, pressupor um cruzamento de distintas metodologias de modo a munir esta “transdisciplina” de uma “transmetodologia”, assegurando-se assim que este leque de opções metodológicas não admita o risco de um descrédito científico.

Com a existência de três lustres, à qual é legítimo adicionar mais outro, correspondente à análoga atividade desenvolvida pelo GIB, o tempo é suficiente para elaborar um juízo, à guisa de balanço. Vinte anos de atividade, de reflexão e de intervenção; prestígio e reconhecimento nacional e internacional; uma investigação aceite, de resultados publicados por revistas de exigência; cerca de quatro dezenas de dissertações de doutoramento e quase cinquenta de mestrado; impacto objetivamente demonstrável no sistema educativo, na investigação e na área da saúde; tudo isto com recursos humanos escassos e poucos meios merece sem dúvida ser posto em realce. O Instituto de Bioética, sendo uma unidade da UCP corresponde ao seu carácter policêntrico e federativo, com teor comunitário, e à sua missão de abertura às ciências em que o problema do homem está subjacente a toda a análise e a todo o discernimento, como afirmava o Cardeal Cerejeira a 29 de novembro de 1968, na solene inauguração das instalações da Universidade em Lisboa.

Fiel aos princípios, aberta aos desafios do tempo vivido, empenhado no correto desempenho da sua missão, o Instituto de Bioética encara o futuro com esperança e dedicação.



# Índice

Prefácio		?????????????? ?????? ?????????? ??? Isabel Capeloa Gil	7
Introdução		<b>Origem e razão das Universidades Católicas</b> Mário Fernando de Campos Pinto	9
Capítulo 1		<b>Origem e evolução da ideia de uma Universidade Católica em Portugal</b> Manuel Braga da Cruz	29
Capítulo 2		<b>Fundação e oficialização da Universidade Católica Portuguesa</b> Manuel Braga da Cruz	77

## Parte I

### REITORADOS

Capítulo 3		<b>Os primeiros reitorados do Pe. Bacelar e Oliveira</b> Maria Eugénia Rato	101
Capítulo 4		<b>Expansão e consolidação da Universidade em Centros Regionais</b> Manuel Braga da Cruz	141
Capítulo 5		<b>O Terceiro Reitorado: Pe. Manuel Isidro Araújo Alves, 1996-2000</b> José Miguel Sardica	173
Capítulo 6		<b>Primeiro Reitor Leigo</b> Manuel Braga da Cruz	199
Capítulo 7		<b>Primeira Mulher Reitora</b> Maria da Glória Garcia	277

## Parte II

### CENTROS REGIONAIS

Capítulo 8		<b>Centro Regional de Braga</b> João Manuel Duque	299
Capítulo 9		<b>Centro Regional do Porto</b> Henrique Manuel Pereira, Manuel Braga da Cruz, Joaquim Azevedo	313
Capítulo 10		<b>Centro Regional de Viseu</b> Aires do Couto	355

Parte III  
**FACULDADES E INSTITUTOS**

Capítulo 11   <b>Faculdade de Filosofia de Braga</b>	371
José Rui da Costa Pinto SJ	
Capítulo 12   <b>Faculdade de Teologia</b>	401
D. António Montes Moreira, João Lourenço	
Capítulo 13   <b>Faculdade de Ciências Humanas</b>	441
Rogério Santos	
Capítulo 14   <b>A Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais</b>	463
João César das Neves	
Capítulo 15   <b>Faculdade de Direito</b>	511
Germano Marques da Silva	
Capítulo 16   <b>Faculdade de Engenharia</b>	533
Jorge Julião	
Capítulo 17   <b>Escola Superior de Biotecnologia</b>	589
António Rangel	
Capítulo 18   <b>Faculdade de Economia e Gestão</b>	599
Alberto de Castro	
Capítulo 19   <b>Escola das Artes</b>	609
Henrique Manuel Pereira, Laura Castro, Luís Teixeira	
Capítulo 20   <b>Faculdade de Educação e Psicologia</b>	639
Joaquim Azevedo	
Capítulo 21   <b>Instituto de Direito Canónico</b>	655
Aurora Martins Madaleno	
Capítulo 22   <b>Instituto de Estudos Orientais</b>	699
Luís Filipe dos Reis Thomaz	
Capítulo 23   <b>Instituto de Estudos Políticos</b>	727
João Carlos Espada	
Capítulo 24   <b>Instituto de Ciências da Saúde</b>	747
Alexandre Castro Caldas	
Capítulo 25   <b>Instituto de Bioética</b>	757
Ana Sofia Carvalho, António Jácomo, Carlos Costa Gomes, Joana Araújo, Walter Osswald	



